

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

ANAIS-I SIMPÓSIO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XIX Simpósio De Iniciação Científica Ano XIX – No. 19 - outubro De 2011

COORDENADOR DO EVENTO

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Apresentação



APOIO



CONSELHO CIENTIFICO

REALIZAÇÃO DO EVENTO

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEAC

Prof. Dr. Mário Antônio da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPG

Prof.^a Dra. Damares Tomasin Biazin

Coordenador do Evento

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Comissão Organizadora do Evento

Cristiane Aparecida Batini

Marinês Rodrigues Ferreira Matsumoto

EDITOR

Anais - I Simpósio Nacional de Iniciação Científica

Anais - XIX Simpósio de Iniciação Científica

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

SECRETARIA

Marinês Rodrigues Ferreira Matsumoto

MEMBROS DO CONSELHO CIENTÍFICO

Anais - I Simpósio Nacional de Iniciação Científica

Anais - XIX Simpósio de Iniciação Científica

Prof.^a Ms. Aline Benitez

Prof.^a Ms. Elis Carolina de Souza Fatel

Prof.^a Ms. Daniele Regina Ferreira da Costa

Prof. Esp. Douglas Lima Mouro

Prof. Ms. Écliton dos Santos Pimentel

Prof.^a Esp. Elisa Roberta Zanon

Prof. Ms. Eduardo Nascimento da Costa

Prof. Dr. João Antonio Cyrino Zequi

Prof.^o Dr. João Juliani

Prof.^a Ms. Karina de Toledo Araújo

Prof. Esp. Lauril Krawczun

Prof. Ms. Luiz Antonio Alves

Prof. Ms. Mauro Fernando Duarte

Prof.^a Esp. Mylena Cristina Dornellas da Costa

Prof.^a Dr. Mirian Cristina Maretti

Prof. Dr. Paulo Adeildo Lopes

Prof. Ms. Raul Hidetoci Mioshi Junior

Prof.^a Ms. Renata Cristina Oliveira Alencar Silva

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Seabra

Prof.^a Ms Rosália Hernandez Fernandes Vivan

Prof.^a Ms. Silvana Cristina Cruz e Melo

Prof. Ms. Thiago Cezar Fujita

ENTIDADE MANTENEDORA INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA

Diretoria:

Sra. Ana Maria Moraes Gomes	Presidente
Sr. Claudinei João Pelisson	Vice-Presidente
Sra. Edna Virginia Castilho Monteiro de Mello	Secretária
Sr. José Severino	Tesoureiro
Dr. Osni Ferreira (Rev.)	Chanceler
Dr. Eleazar Ferreira	Reitor

Reitor

- Dr. Eleazar Ferreira

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

- Prof. Ms. Lupércio Fuganti Luppi

Coordenadora de Controle Acadêmico

- Esp. Alexandra Pires Lucinger

Coordenador de Ação Acadêmica

- Prof. Ms. Lupércio Fuganti Luppi

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

- Prof.^a Dra. Damares Tomasin Biazin

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

- Prof. Dr. Mario Antônio da Silva

Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários

- Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos

Coordenadora de Projetos Especiais e Assessora do Reitor

- Josseane Mazzari Gabriel

Coordenadora Geral da UniFil VIRTUAL

- Ilvili Andréa Werner

Coordenador de Publicações Científicas e Coordenador Geral Acadêmico da UniFil VIRTUAL

- Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

- Administração - Prof.^a Esp. Denise Dias Santana
 - Agronomia - Prof. Dr. Fabio Suano de Souza
- Arquitetura e Urbanismo - Prof. Ms. Ivan Prado Junior
 - Biomedicina - Prof.^a Ms. Karina de Almeida Gualtieri
- Ciências Biológicas - Prof. Dr. João Antônio Cyrino Zequi
 - Ciência da Computação - Prof. Ms. Sergio Akio Tanaka
- Ciências Contábeis - Prof. Ms. Eduardo Nascimento da Costa
 - Direito - Prof. Dr. Osmar Vieira
- Educação Física - Prof.^a Ms. Joana Elisabete Guedes
- Enfermagem – Prof.^a Ms. Rosângela Galindo de Campos
 - Engenharia Civil - Prof. Ms. Paulo Adeildo Lopes
- Estética e Cosmética - Prof.^a Esp. Mylena C. Dornellas da Costa
 - Farmácia – Prof.^a Dra. Gabriela Gonçalves de Oliveira
 - Fisioterapia – Prof. Ms. Fernando Kenji Nampo
- Gastronomia - Prof.^a Esp. Cláudia Diana de Oliveira Hintz
 - Gestão Ambiental - Prof. Dr. Tiago Pellini
 - Logística – Prof. Esp. Pedro Antonio Semprebom
- Medicina Veterinária - Prof.^a Ms. Maira Salomão Fortes
 - Nutrição – Prof.^a Ms. Elis Carolina de Souza Fatel
- Pedagogia – Prof.^a Ms. Ana Cláudia Cerini Trevisan
 - Psicologia – Prof.^a Dra. Denise Hernandes Tinoco
- Sistema de Informação – Prof. Dr. Rodrigo Seabra
 - Teologia – Prof. Dr. Mário Antônio da Silva

Editorial

É com satisfação que colocamos a público os anais do I Simpósio Nacional de Iniciação Científica / XIX Simpósio de Iniciação Científica da UniFil. Este é o resultado de um esforço conjunto, envolvendo, além da coordenação do evento, os membros da comissão científica, que avaliaram os trabalhos inscritos. Nossa intenção é fortalecer o evento e consolidá-lo como um dos mais importantes da área, abrindo espaço para a divulgação dos trabalhos produzidos por alunos e professores/pesquisadores de instituição de ensino e pesquisa de todo o país.

Espero que aproveitem a leitura e que possamos nos encontrar nas próximas edições do evento.

Ficha Catalográfica

S621

Simpósio de Iniciação Científica (16.: 2007: Londrina)
Anais [eletrônico] / I Simpósio Nacional de Iniciação Científica e XIX Simpósio de Iniciação Científica, 3 a 7 de outubro de 2011. -- Londrina: UniFil, 2011.

ISSN

1982-3762

1. Iniciação Científica. I. Título

CDD 001.42

Bibliotecária responsável Thais Fauro Scalco CRB 9/1165

Sumário

ADMINISTRAÇÃO

AGRONOMIA

ARQUITETURA E URBANISMO

BIOMEDICINA

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

DIREITO

EDUCAÇÃO FÍSICA

ENFERMAGEM

ESTÉTICA E COSMÉTICA

FARMÁCIA

FISIOTERAPIA

GASTRONOMIA

LOGÍSTICA

MEDICINA VETERINÁRIA

NUTRIÇÃO

PEDAGOGIA

PSICOLOGIA

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

TEOLOGIA



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: OS FATORES QUE MELHORAM A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Aline Bortolozo - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este artigo aborda a importância da qualidade de vida no trabalho e os fatores que melhoram a qualidade de vida dos funcionários. A qualidade de vida no trabalho são as ações que as organizações empresariais realizam com o objetivo de promover no ambiente de trabalho condições que melhorem o desenvolvimento de seus funcionários. Qualidade de vida no trabalho é fundamental, pois é uma forma de promover o bem-estar dos funcionários. Uma organização que pratica a qualidade de vida no trabalho terá funcionários satisfeitos, motivados, bem humorados e terá grande produtividade em suas atividades, já a ausência da qualidade de vida no trabalho conduz a uma insatisfação de seus funcionários, causando alto nível de estresse, o que pode se agravar em uma doença. A qualidade de vida dentro das organizações é necessária, pois os funcionários estarão bem eles mesmos e satisfeitos com a organização.

PALAVRAS – CHAVE: Qualidade de vida. Bem estar. Organizações. Funcionários.

Para um melhor desenvolvimento das organizações, é preciso que os gestores preocupem-se com as condições de trabalho que oferecem aos seus funcionários, visando proporcionar fatores que contribuam positivamente nas condições e qualidade de vida dos trabalhadores.

A qualidade de vida no trabalho é considerado um fator importante, pois, tem como objetivo fazer com que os funcionários se sintam satisfeitos e que o ambiente de trabalho gere bem-estar facilitando as atividades a serem realizadas.

É importante que as organizações ofereçam qualidade de vida aos seus funcionários, pois estes muitas vezes passam a maior parte de seu tempo dentro dela.

Para garantir a qualidade de vida no trabalho, a organização precisa preocupar-se não apenas com o ambiente físico da organização, mas também com os aspectos psicológicos e físicos de seus funcionários.

Uma organização que se preocupa e tem ações voltadas à qualidade de vida de seus funcionários passará confiança aos mesmos, pois são organizações que se preocupam com o bem-estar, satisfação segurança, saúde e a motivação dos mesmos.



É importante que as organizações disponham para seus trabalhadores um ambiente de trabalho confortável e seguro onde possam realizar suas atividades. Para que o bem-estar seja gerado no ambiente de trabalho é importante que as organizações realizem atividades em que os funcionários possam interagir de forma descontraída, pois, uma organização com funcionários satisfeitos tende a ter maior produtividade.

Ao oferecer qualidade de vida no trabalho, as organizações ajudarão os funcionários a minimizar o estresse, o cansaço físico e mental devido às cargas elevadas de trabalho.

O sucesso de uma empresa não ocorre só pela qualidade de seus produtos isoladamente, pois para alcançar seus objetivos, são necessários indivíduos que trabalhem por um mesmo ideal. Tal sucesso será alcançado quando houver real preocupação e investimentos na qualidade de vida dos funcionários, para que assim tenham, pela organização, o mesmo respeito e dedicação que ela tem por eles e trabalhem todos com o mesmo objetivo, promover a ascensão da organização, a qualidade dos produtos e serviços, oportunizando também o crescimento profissional, social e pessoal a partir da realização de seu trabalho.

Quando as organizações não dão à devida atenção à qualidade de vida de seus funcionários, elas tendem a passar por dificuldades, se deparam com funcionários desmotivados, pois estes não se sentem reconhecidos, o que pode levar a uma redução em sua produtividade. É preciso uma atenção às necessidades para que os funcionários possam realizar suas atividades no ambiente de trabalho.

A teoria da motivação da hierarquia das necessidades de Abraham Maslow, relaciona as necessidades humanas num quadro hierárquico baseado numa hierarquia das necessidades humanas básicas. A teoria da motivação de Abraham Maslow é conhecida como uma hierarquia de cinco necessidades, que foram separadas de forma em que as necessidades atendidas são das mais básicas às mais complexas, onde a satisfação de uma necessidade é pré-requisito para outra.

Abraham Maslow em sua pirâmide dividiu as necessidades em necessidades primárias, secundárias e de auto-realização que se encontra no topo de sua pirâmide.

Gil (2001) explica que a teoria de Abraham Maslow é importante no ambiente de trabalho, pois as pessoas necessitam de atenção e respeito e não apenas de recompensas financeiras.



As organizações precisam investir cada vez mais em programas de qualidade de vida no trabalho, pois os funcionários possuem necessidades que precisam ser supridas. Investindo em programas de qualidade de vida os funcionários e as organizações serão beneficiados, os funcionários terão maior produtividade na realização de suas atividades e estarão satisfeitos com o trabalho e as empresas terão uma imagem positiva diante os funcionários e as demais organizações.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Claudia. *Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BOWDITCH, James L; BUONO, Anthony F. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FERNANDES, Eda. *Qualidade de Vida no Trabalho: Como medir para melhor*. 2. ed., Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARRAS, Jean Pierre. *Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico*. 13. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUES, Marcos Vinicius Carvalho. *Qualidade de Vida no Trabalho*. 5. ed., Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.



LIDERANÇA: O PERFIL DO LÍDER

Andrey Bellezi Gumiero – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O propósito do artigo é introduzir o líder no contexto geral, demonstrando sua relevância no processo de liderança abordando assuntos como os tipos de comportamentos dos líderes, a importância dos estilos de liderança em uma organização, a essência da liderança em sua totalidade, os diversos fatores que influenciam a liderança, a transformação de líderes enfatizando os resultados e o conceito de liderança em si.

PALAVRAS-CHAVE: processo, líder, liderança, organização.

A liderança é o processo de comando e direcionamento de outros indivíduos com o propósito de alcançar a máxima eficiência e eficácia nas metas e resultados. É um meio pelo qual o indivíduo exerce certa influência nos demais, envolvendo a cooperação dos colaboradores.

O líder se destaca por ter uma séria responsabilidade, eficácia e obstinação nos objetivos a serem alcançados, e cabe ao próprio obter um conhecimento geral da organização em que trabalha, além de apresentar excentricidade e ousadia no intuito de solucionar problemas envolvendo uma totalidade de fatores e aspectos, como por exemplo: estímulos de iniciativa, tolerância, aceitação e habilidades para atuar e gerenciar o modo e comportamento das pessoas.

Os comportamentos dos líderes são decisivos em um ambiente organizacional. Tais ações serão os fatores que irão determinar qual será o perfil do líder adequado em uma organização, além de ser um aspecto totalmente relevante por exercer grande influência nas atitudes de seus subordinados, devendo ao líder manter uma sólida postura e coerência diante de seus atos.

Conforme Kouzes (1997, p. 32) “Os líderes devem ser capazes de se colocar à nossa frente e exprimir de modo confiante uma imagem atraente do futuro – e nós devemos ser capazes de acreditar na capacidade deles para nos conduzir até lá”. Pode-se perceber que o espírito de liderança depende de pessoa para pessoa. O líder coerente com seus atos e que reflete positivamente na eficácia organizacional atribui valor à sua equipe, fazendo com que



seus colaboradores fiquem motivados com seus desempenhos, projetando algo confiante no futuro.

Os tipos de comportamentos de um líder variam de indivíduo para indivíduo. Relacionam-se com suas raízes, momentos vividos, traços e características individuais, portanto, em uma organização os variados estilos de liderança refletem diretamente no sucesso da interação com a equipe e no ambiente organizacional a fim de manter a eficácia na organização. Dessa forma é de extrema importância conhecer os tipos de comportamentos dos líderes para saber os estilos e as qualidades intrínsecas e extrínsecas de cada líder e seu modo de agir na organização.

Os fatores que influenciam a liderança são variados e diversificados, tornando uma maneira mais fácil de fazer uma breve análise da liderança que o indivíduo ocupa em uma organização. Se for trabalhado de modo favorável esses fatores, a liderança provavelmente obterá uma sólida fundamentação pela essência intelectual das organizações.

Em linhas gerais, o que se pode levar como aprendizado é que a liderança em sua totalidade é uma maneira de se conduzir outras pessoas envolvendo aspectos de planejamento para elaboração de metas e objetivos a serem alcançados e também coerência para compreender outros indivíduos, cabendo ao líder grande responsabilidade por sua função.

Desse modo, o papel do líder é imprescindível e essencial em determinadas condições a fim de facilitar e auxiliar na orientação e direcionamento do comportamento das pessoas para garantir resultados abundantes e produtivos nas atividades que iram ser exercidas.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Liderança: administração do sentido*. São Paulo: Atlas, 1994.

GRIFFIN, Ricky W. *Introdução à administração*. São Paulo: Ática, 2007.

KOUZES, James M. *O desafio da liderança*. 2. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Teoria geral da administração: uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2008.



ULRICH, Dave. *Liderança orientada para resultados: como líderes constroem empresas e aumentam a lucratividade*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Archimedes Mucke Fleury; Willian Trovo Neves; Débora Renostro; Deise Naomi; João Eduardo Hutul. Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este trabalho visa mostrar os aspectos históricos da região, sua posição geográfica, dados que revelam sua grandeza territorial e fluvial, considerando a importância do rio São Francisco, assim como, sua navegabilidade e as principais hidrelétricas oriundas deste que é conhecido como o maior rio genuinamente nacional. O trabalho tem também por objetivo, fazer-se conhecer as características econômicas da região, envoltas por políticas de financiamentos destinadas à produção e geração de empregos. Contudo, torna-se importante ressaltar que a irrigação o principal fator, que colaborou para o desenvolvimento do agronegócio na região, bem como suas conseqüências; e alguns dos desafios atuais encontrados no Vale do São Francisco, dentre eles, a alteração do clima em anos recentes e à polêmica transposição do rio São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: Rio, Irrigação, Fruticultura, Economia.

Cerca de um ano após a descoberta de Pedro Alvarez Cabral, o navegador Américo Vespúcio chegou à foz de um enorme rio que desaguava no mar. A data era 04 de outubro de 1501, dia de São Francisco, santo em cuja homenagem os navegadores europeus batizaram o rio. Duas décadas depois de seu descobrimento, em 1522, o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho, funda a cidade de Penedo, em Alagoas. Com a autorização da coroa portuguesa, em 1543 começa a criação de gado na região, atividade econômica que marca a história do vale do São Francisco que chegou a ser chamado de “Rios-dos-Currais”. Estes foram os primeiros passos para o início da colonização.

Sua posição geográfica compreende cinco estados brasileiros, com a nascente de seu rio na Serra da Canastra em Minas Gerais, cortando os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, e sua foz desembocando no mar, no estado de Alagoas.

O Vale do São Francisco como um todo, possui uma extensão territorial de 640.000 km², sendo maior que as áreas dos países França e Portugal juntos com 632.938 km². O rio



São Francisco é considerado o maior rio genuinamente nacional, nascendo e desembocando no próprio território brasileiro.

Foi a partir desse “gigante nacional” que puderam ser criadas as principais hidrelétricas brasileiras, como Paulo Afonso e Sobradinho, cuja vazão é 15.000 m³/d em épocas de chuva, com seu reservatório tido como o maior lago artificial do mundo com 4.000 km², sendo 10 vezes maior que a Baía de Guanabara. A navegabilidade do rio São Francisco se dá nos trechos que compreendem desde Pirapora em Minas Gerais até Juazeiro no estado da Bahia e com transporte exclusivo de barcos pequenos e balsas.

Em relação às características econômicas do Vale do São Francisco, é importante citar o desenvolvimento do agronegócio na região, e isso se tornou possível através de fatores determinantes de produção, sendo o principal deles a irrigação. A região, marcada pelo clima semi-árido, apresentava antes dos projetos de irrigação, culturas tradicionais de pouca lucratividade e muito vulneráveis devido ao clima muito quente de baixa umidade, pluviosidade e alta luminosidade.

O aumento da produtividade se tornou possível graças à irrigação. A economia se concentra na produção de frutas, principalmente manga e uva. Com a produção em grande escala viabilizou-se o processo de exportação culminando assim em um crescimento econômico e social. A região do sub-médio do São Francisco tem grande destaque e liderada por Juazeiro e Petrolina, está se aproximando dos US\$ 300 milhões em exportação de frutas.

Outro setor econômico importante da região é a produção de vinho, representando 15% do mercado nacional, atrás apenas do Rio Grande do Sul, sendo que a atividade vinícola emprega direta e indiretamente aproximadamente 30 mil pessoas. Seis empresas estão instaladas no Vale e produzem cerca de sete milhões de litros de vinhos finos por ano em uma área de aproximadamente 700 ha.

Em contra partida a esse crescimento, a ocorrência da crise econômica mundial em 2008 acabou impulsionando a queda nas exportações. Desta forma, o governo federal criou políticas de financiamentos de emergência, liberando capital de giro dos produtores do Vale do São Francisco, totalmente destinado a fruticultura da região. Além disso, também aumentou o prazo para o pagamento de dívidas vencidas. Através destas políticas pode-se garantir o nível de produção e empregos na região.



Atualmente, o Vale do São Francisco tem enfrentado alguns desafios, dentre eles a expansão da região de irrigação, sendo que a bacia do São Francisco pode irrigar três milhões de hectares. Contudo, apenas 300 mil hectares são irrigados e 63% da população sofre com a falta de água.

Outro grande desafio está relacionado com o aumento do potencial hidrelétrico. Atualmente o potencial hidrelétrico aproveitado da Bacia do São Francisco é de 9.050 MW, contudo, sua capacidade total gira em torno de 20.000 MW. A fim de solucionar essa questão, estima-se a construção de aproximadamente 42 novas usinas hidrelétricas.

Mais um grande desafio a ser vencido, faz referência ao clima. Devido à secas em anos recentes, houve a redução de 9% na produção agropecuária, responsáveis por 4,5% do PIB. Esse fator acabou por culminar na instabilidade do local, sendo que 2/3 dos solos atualmente apresentam restrições para uso agrícola.

Contudo, o maior e mais polêmico desafio ainda está relacionado com a Transposição do Rio São Francisco, projeto consolidado no imaginário das pessoas há bastante tempo, e que visa à construção de dois canais de 700 km de extensão, atingindo os estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, com o objetivo de abastecer 8 milhões de pessoas, 268 cidades e irrigar 300 mil hectares de terras. Trata-se de um projeto com proporções difíceis de engenharia e alocação de recursos financeiros, devido ao alto preço da obra, estimando-se um custo superior a três bilhões de reais, somente em obras de engenharia, que incluem estações de bombeamento, túneis, aquedutos e reservatórios.

REFERÊNCIAS

PAREJO, Luiz Carlos. *Velho Chico integra Nordeste e Sudeste*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1694u380.jhtm>>. Acesso em 22 de maio de 2011.

PEREIRA, Alvarino de Araújo. *Utilização Múltipla das Águas do Rio São Francisco*. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/pereira.html>>. Acesso em 21 de maio de 2011.

RIVERWALK, GUIDE. *Navegação no Rio São Francisco*. Disponível em: <<http://kawa.soe.umich.edu/riverwalk/Tours/0ff69480508cd35ea289858be521ffb9/b1f4d9e80efbb62e6a1debdab7322731/view>>. Acesso em 22 de maio de 2011.



SOBRADINHO BAHIA, *Hidrelétrica de Sobradinho* - Bahia. Disponível em: <<http://www.sobradinho.siteonline.com.br/interna.jsp?lnk=42891>>. Acesso em 21 de maio de 2011.

VALE DO SÃO FRANCISCO, Disponível em: <<http://www.valedosaofrancisco.com.br>>. Acesso em 02 de julho de 2011.



ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR E SUAS TENDÊNCIAS

Bárbara Virginia Fegert - Aluna do 2º ano do Curso de Administração da UniFil - Centro
Universitário Filadélfia

Orientadora: Denise Dias de Santana - Professor Titular do Centro Universitário Filadélfia

RESUMO:

Podemos dizer que a busca do consumidor existe cada dia mais e a expectativa é de crescimento, já que nos últimos 5 anos o Mercado de Foodservice praticamente dobrou de tamanho, e diante disto, desta evolução contínua do setor, quais são os fatores que determinam a mudança de comportamento e hábitos na sociedade? O que está na cabeça do consumidor, para os dias de hoje? Verificaremos as mudanças ocorridas nos últimos anos no segmento de restaurantes comerciais mostraram uma nova face deste ramo de negócios e seu ingresso na administração e resultam em princípios básicos.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação. Custos. Clientes. Atendimento. Satisfação.

Visto que hoje, temos uma tendência a buscarmos alimentos fora do nosso lar, temos alguns fatores que implicam algumas observâncias no setor, acompanhando as funções administrativas, vamos obter informações, sobre o crescimento do setor, sobre o marketing realizado pelas empresas atuantes no mercado de trabalho, sobre as novidades que bares e restaurantes estão fazendo para driblar os custos e agradar aos clientes cada vez mais exigentes e econômicos, verificando etapas de produção, atendimento ao cliente deste setor, para contribuirmos para uma sociedade mais satisfeita e um mercado, cada dia mais completo.

Houve então, uma necessidade de rompimento de tradições e hábitos que eram mantidos de geração em geração, para se tornarem empresas de um mercado competitivo, atraente e qualificados para melhor atender os clientes. E a etapa seguinte foi a dificuldade em padronizar serviços, controle de qualidade, etc.

Atualmente os produtos são manipulados e transformados com técnicas modernas e valorizam os mesmos. O setor continua em mudanças que são ditadas pelo próprio mercado e influencias externas. A etapa de gerenciamento talvez seja uma das mais preocupantes pela falta de profissionais capacitados, forçando então em treinamento para a formação de recurso humano aumentando assim o custo da empresa.



O que rege suas escolhas ao optar por um restaurante ou outro? Sabor e aparência da comida? Higiene do local? Marca? Preço?

Enfim, compondo um ambiente ideal para o consumidor vamos entender que vários itens compõem a decisão do consumidor, vamos perceber também qual o marketing que o atraiu e que em geral é um mix de produtos e serviços que determinam a compra, o consumo.

Em meio à necessidade e o lazer do consumidor a questão é: Como administrar um restaurante?

A administração visa obter a melhor produtividade e a eficácia para alcançar objetivos, dando ênfase para os recursos humanos e para o grau de satisfação dos clientes.

E fazer o que já é entendido das empresas, voltando os olhos para a concorrência e deixando para o passado, métodos já superados e obtendo os resultados pela tomada de decisão diante das propostas impostas pelo mercado de trabalho, suas ofertas e suas necessidades.

Sempre com o objetivo de satisfação máxima dos clientes, sabendo que dependemos de recurso humano, que toda empresa deste ramo de atividade depende do sorriso da atendente, do carisma do garçom, da capacidade do gerente de prevenir as falhas de sua equipe para não alterar o sabor final: a satisfação dos clientes.

REFERÊNCIAS

GÓES, Luis. Mercado de Foodservice. *Revista Bares e Restaurantes*, pág. 17 a 22, nov/dez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2011.

KINTON, Ronald; CESERANI, Victor; FOSKETT, David. *Enciclopédia de serviços de alimentação*. São Paulo: Varela, 1999.

LOBO, Alexandre. *Manual de estrutura e organização do restaurante comercial*. São Paulo: Atheneu, 1999.

MAGNO, Alexandre. Febre dos sites de descontos atrai empresários do setor, *Revista Bares e Restaurantes*, pág. 35 e 36, nov/dez, 2010



MEZOMO, Iracema Fernandes de Barros. *O serviço de nutrição: administração e organização*. São Paulo: [s.n.], 1989.

PERES, Gisele. Almoço a seu favor, *Revista Você SA.*, pág. 77, jan, 2010.

VAZ, Célia Silvério. *Restaurantes: controlando custos e aumentando lucros*. Brasília: LGE, 2006.



CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: COMO OS PADRÕES COMPORTAMENTAIS INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Beatriz Santos Pereira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A organização é um conjunto de atividades, pessoas e recursos, que visam alcançar um objetivo que levará ao seu desenvolvimento. Os principais parceiros das empresas são seus funcionários, pois são vistos como ativadores inteligentes de recursos organizacionais, e são eles que irão utilizar de recursos para levar o sucesso organizacional. Por isso é essencial que as empresas visem sempre a motivação desse funcionário, porque ela irá influenciar nas suas atitudes, além de fazer com que ele produza em seu maior potencial. Aquele funcionário que é desmotivado, não aceitará os padrões da empresa, e isso poderá gerar não somente um conflito interno, mas principalmente conflitos intergrupais, onde ele irá discordar das opiniões dos demais colegas, podendo retardar o desenvolvimento da empresa e fazendo com que seu sucesso fique cada vez mais distante.

PALAVRAS – CHAVE: Conflito, Organização, Motivação, Funcionário.

Segundo Robbins (1990), a organização é “uma entidade social conscientemente coordenada, com uma fronteira relativamente identificável, que funciona numa base relativamente contínua para alcançar um objetivo ou objetivos comuns.” Uma organização é formada por pessoas, e para que ela mude, as pessoas também têm de mudar. Como o ser humano é único, a forma como seus pensamentos e ações refletem no contexto organizacional poderá influenciar diretamente no desenvolvimento da empresa.

Para Maximiano (1992) uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa.

Como a organização é a soma das pessoas, máquinas e outros equipamentos é essencial que as pessoas que trabalham na mesma se sintam motivadas, incentivadas a trabalhar de acordo com as normas da empresa e com os demais funcionários, ajudando a buscar o sucesso organizacional.

Segundo o Dicionário Houaiss, conflito significa: “1 ato, estado ou efeito de



divergirem muito ou de se operem duas ou mais coisas; 2 choque, enfrentamento; 3 discussão acalorada, desavença.

Isso pode ser aplicado não somente nas relações pessoais, como também nas organizacionais. Os conflitos organizacionais são inevitáveis, vista que uma organização é formada por pessoas com diferentes comportamentos e valores. Cada organização possui uma cultura que abrange seus valores, crenças, competências, metas pessoais, e quando os funcionários contratados não se enquadram dentro desses valores, a tendência é a gerar o conflito.

As pessoas variam no modo como reagem aos mesmos aspectos de seus trabalhos. A organização influencia nas atitudes e na formação da atitude dos indivíduos, por isso muitas vezes um funcionário desmotivado não produz em seu maior potencial, e com isso acaba atrasando o desenvolvimento da empresa.

É essencial questionar qual a grande importância da motivação do funcionário dentro da empresa, e para isso analisa-se três tipos de conflitos mais presentes nas organizações, que são interpessoais, intergrupais e interorganizacionais, de como a interpessoalidade faz com que as pessoas compartilhem suas experiências e também como o desenvolvimento de grupos traz grandes conflitos quando estilos individuais se debatem, da administração desses conflitos e quais as suas conseqüências.

Com isso a qualidade de vida no trabalho se torna de extrema relevância, assim como o desenvolvimento organizacional exige uma atenção planejada e sistemática da competência, de uma melhoria da eficácia e do funcionamento geral da organização, chegando ao principal objetivo que é tornar a organização um excelente lugar para se trabalhar.

O papel do gerente de uma organização é buscar criar um bom lugar local de trabalho, o qual os funcionários interagem entre si e assim buscam cada vez mais o desempenho individual e intergrupais. Porém, quando os conflitos vierem a acontecer, é essencial agir de maneira racional, buscando a intervenção do mesmo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Vieira de. *Negociação e Administração de Conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.



BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. *Elementos do Comportamento Organizacional*. São Paulo: Pioneira, 2000.

CARVALHAL, Eugenio do.; NETO, Antônio André.; ANDRADE, Gersem Martins de.; FOWLER, Alan. *Resolvendo Conflitos*. São Paulo: Nobel, 2001.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Houaiss: Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LEVERING, Roberto. *Um Excelente Lugar para se Trabalhar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

MOREIRA, Elen Gongora. *Clima Organizacional*. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.



VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SISTEMA FRANCHISING PARA O FRANQUEADO

Carla Juliane Albornoz - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as vantagens e desvantagens do sistema de franquias. Um sistema de distribuição de produtos e serviços onde o franqueador (*franchisor*) outorga o direito ao franqueado (*franchisee*) de trabalhar com a marca. As franquias são uma forma de distribuição de produtos e serviços de alimentação que mais cresceu nos últimos cinquenta anos. A procura por este segmento torna-se cada vez maior, pois ser um franqueado torna viável a oportunidade de abrir um negócio próprio com menos riscos do que iniciar um empreendimento da estaca zero.

PALAVRAS-CHAVE: Franqueado, Franchising, Vantagem, Desvantagem.

Sem dúvida alguma o franqueado terá maior chance de sucesso utilizando-se do sistema *franchising* do que lançando-se por conta própria em um negócio independente. A razão é simples, enquanto o franqueador já possuiu uma rede própria de distribuição e uma marca fortalecida perante o mercado, o empreendedor independente terá que construir o seu negócio do zero (Leite, 1991).

De acordo com Pampolha (1999) o sistema apresenta-se como alternativa de consolidação do novo empresário, em parte atribuída a estrutura administrativa, mercadológica, financeira, contábil e jurídica previamente elaborada e testada pelo franqueador e à capacidade que o sistema tem de proporcionar estabilidade as micros, pequenas e médias empresas, que num contexto natural e independente, revelaria um índice de mortalidade altíssimo no seu primeiro ano de vida.

Leite (1991) afirma que geralmente os custos de instalação de um negócio independente fogem à previsão, causando vários problemas de fluxo de caixa ao empreendedor. O que não ocorre no caso de uma franquia formatada. O franqueado saberá todos os custos desde a concepção até a instalação total da sua unidade. O franqueador irá calcular e informar o custo a ser rateado com outros franqueados ao fornecer o projeto arquitetônico e as plantas de engenharia de construção, executar a fiscalização da obra, enfim,



dar todo o apoio necessário à construção e instalação da nova unidade, tomando sempre por base os custos da unidade piloto.

De acordo com o mesmo autor, o retorno do investimento em unidade franqueada é obtido mais rapidamente que o comerciante independente, uma vez que as compras são feitas em escalas reduzindo os custos e conseqüentemente os prazos para se atingir o ponto de equilíbrio e iniciar a fase de obtenção dos lucros líquidos.

Garcia (2007) analisa as vantagens e desvantagens para o franqueador, conforme quadro abaixo.

Vantagens e Desvantagens do Sistema Franchising para o Franqueado

FRANQUEADO	
VANTAGENS	DESvantagens
Know-how adquirido	Autonomia parcial
Maior oportunidade de sucesso	Maiores controles
Plano de negócios	Risco de desistência
Maior vantagem competitiva	Taxas de franquia
Informações sobre instalação	Cuidados para seleção
Economia de escalas	Localização forçada
Maior crédito	Restrições na cessão do sistema
Aumento de rentabilidade com redução dos custos	Risco associado ao desempenho do franqueador
Retorno mais rápido do investimento	
Pertence a uma corporação	
Pesquisa e desenvolvimento do franqueador	
Independência jurídica	

FONTE: Garcia, (2007).

O franqueado que se associar a um sistema de franquias segundo Leite (1991), será independente jurídica e financeiramente em relação ao franqueador. O vínculo existirá somente em relação ao nome fantasia, não tendo dependência em sua razão social. Financeiramente não existe vínculo pelo contrato de franquias e todas e quaisquer operações financeiras são de responsabilidade individual, sendo duas pessoas jurídicas distintas.

Pampolha (1999) evidencia as desvantagens para o franqueado, primeiramente a pouca liberdade por parte do franqueado. Quanto mais eficiente for o sistema, mais assessorias concederá às empresas franqueadas. As empresas franqueadoras controlam de



forma indireta através das assessorias, causando uma falta de liberdade constante, que por sua vez, implicará uma baixa capacidade de decisão.

De acordo com o mesmo autor o franqueador ainda fica restrito a uma única marca. A empresa franqueada será canal exclusivo de escoamento da franqueadora, trabalhando exclusivamente para promover a marca. O franqueador fica ainda impedido de diversificar produtos ou substituí-los por produtos similares ou de outra marca, ainda que seja para atender a demanda do mercado que o franqueador não esteja conseguindo suprir.

Várias taxas incidem sobre o franqueado de acordo com Leite (1991), e eventualmente tornam inviável o negócio se não forem compatíveis com o mercado. Os cálculos de rentabilidade e de viabilidade econômico financeira terão de ser compatibilizados para permitir operacionalizar a franquia.

Pode ocorrer ainda segundo o mesmo autor a seleção ineficiente onde o franqueado escolhe uma marca de forma errônea. Se a empresa franqueadora não possuir um sistema de franquia formatada, o franqueado pode sofrer diversos riscos operacionais no futuro de seu negócio. O processo de compra de uma franquia deve passar por rigorosa seleção de empresas que estejam aptas a vender um bom sistema acompanhado de uma marca reconhecida.

Uma vez firmado o contrato com o franqueador, muitas das condições contratuais podem vir a ser descumpridas, de acordo com Leite (1991). Em alguns casos os produtos podem perder a qualidade inicial, os fornecimentos se atrasarem, os estoques excessivos serão repassados para o ponto de venda, acarretando diminuição da rentabilidade, pode acontecer ainda da inovação de linha de produtos não acontecer no ritmo desejado. Enfim, quando as expectativas contratuais não forem atendidas, por causa da gestão ineficiente do franqueador, ambas as partes devem buscar soluções inteligentes e passageiras até que a fase de dificuldades seja ultrapassada.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Jaqueline. *Como adquirir uma franquia*. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2007.

LEITE, Roberto Cintra. *Franchising na criação de novos negócios*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1991.



PAMPOLHA, Cláudia. *A Engenharia do Franchising*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.



COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: O MERCADO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRO INDUSTRIALIZADOS

Carla Juliane Albornoz, Diego Felipe Marinello, Elisama Rodrigues da Silva, Emanuel Rodrigues Simões, Talita Lourenço - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti. Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O presente trabalho busca apresentar o crescente mercado exportador brasileiro e suas principais *commodities* comercializadas. O Brasil passou nos últimos anos de grande importador para um dos maiores exportadores de *commodities*, sendo que os números do aumento da inserção internacional do agro brasileiro mostram que este é um caminho sem volta, por ser um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Sendo o Brasil um país de grande área territorial, solo fértil e clima favorável, fatores como o avanço da tecnologia, o incentivo do governo nas áreas da agroindústria e a mão de obra cada vez mais especializada, vem contribuir para o crescimento da produção e dos produtos envolvidos com o Agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: *Commodities*, Exportação, Crescimento.

Alguns fatores que posicionaram o Brasil, segundo Jank (2004), nos primeiros lugares do ranking mundial das exportações do agronegócio, tiveram início a partir de 2000 após a desvalorização do real, com ganhos de eficiência (produtividade em escala), alta competitividade e forte demanda.

O mesmo autor explica que a continuidade do sucesso do agronegócio brasileiro depende fundamentalmente de dois fatores: o transporte e a logística. Para manter esse sucesso e a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional de produtos agro industrializados, as medidas e ações devem começar dentro do Brasil, através de medidas internas, visto que, antes dos produtos chegarem aos portos, eles circulam pelo país. Assim, é importante que sejam tomadas medidas que melhorem estradas, rodovias e portos brasileiros, a fim de que suportem o volume das exportações dos produtos que partem para o Mercado Internacional.

Para Carolina (2011), a expansão do agronegócio traz desenvolvimento regional para o Brasil e não existe forma mais rápida de promover a economia local de cidades distantes



dos grandes centros consumidores do que por meio da produção agropecuária e florestal. O agronegócio produtivo utiliza tecnologia e, assim, demanda insumos e máquinas estimulando o crescimento, ou até mesmo o aparecimento, de novos setores, e muitos deles são intensivos em capital e têm alto conteúdo tecnológico. O agronegócio produtivo, como qualquer setor da economia brasileira, é cada vez mais intensivo em serviços, gerando empregos indiretos atraindo mão de obra.

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. De acordo com o Ministério da Agricultura, o Brasil possuiu um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, contando ainda com 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.

Segundo Brum (2008) nos últimos anos, o país passou a participar do mercado internacional de arroz também como exportador. Inicialmente exportando grãos quebrados de arroz, e atualmente, exportando arroz nas suas mais diferentes formas, seja em casca; beneficiado branco e beneficiado parabolizado. Assim como tivemos a qualidade do arroz quebrado reconhecida pelo mercado externo, aos poucos no produto beneficiado, especialmente no parabolizado, o Brasil começa a ser reconhecido como um fornecedor de qualidade e preços competitivos. No caso das exportações, nota-se que o país aumentou o volume vendido ao exterior nos últimos dois anos devido ao ganho de novos mercados.

Conforme o Ministério da Agricultura, o açúcar foi o grande responsável pelo recorde de exportação que chegou à U\$ 76,4 bilhões em 2010, com o crescimento da exportação do açúcar em 50% por dois anos consecutivos, e a tendência é de crescimento nos próximos anos.

Dados ainda do Ministério da Agricultura mostram que a pecuária registrou um aumento considerável. O complexo de carnes, que inclui outros tipos do produto, também investe em pesquisa, por intermédio do melhoramento genético, e na certificação de origem do produto. Tudo para oferecer aos consumidores alimentos seguros e de alta qualidade, como



o chamado "boi verde", um animal alimentado apenas com pastagem, muito diferente dos sistemas mantidos em outros países produtores.

Somando-se a todos estes números, as projeções da Organização Mundial para Agricultura e Alimentos (FAO) indicam que a agroindústria brasileira está em franco crescimento, e com isso as exportações estão aumentando. Acredita-se que até o ano de 2030, o Brasil exportará 81% de carne bovina, 56% de carne suína, 122% carne de frango, 66% açúcar, 15% arroz, 108% milho e 140% soja em relação ao que se exporta hoje. As exportações desses produtos somaram U\$ 38,5 bilhões em 2009, cerca de 50% da pauta exportadora do agronegócio, o que traz para o país competitividade no mercado internacional de produtos agroindustrializados.

REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro Luís. *Aspectos do agronegócio brasileiro: a realidade na primeira década do terceiro milênio*. Ijuí - RS: Unijuí, 2008.

CAROLINA, Maria. *Brasil no cenário internacional do agronegócio*. Disponível em: <<http://mcarolina.wordpress.com/2011/03/28/brasil-cenario-agronegocio/>>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

CARVALHO, Silvia Angélica de. *Competitividade do Agronegócio Brasileiro: ameaças e oportunidades*. Disponível em: <http://dgta.fca.unesp.br/docentes/silvia/201101/EcoAdmRurvet/aula%209_Competitividade%20Agronegocio.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2011.

GEOMUNDO. *Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos*. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30105.htm>>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

JANK, Marcos S., NASSAR, André M., TACHINARDI, Maria Helena. *Brasil, potência agrícola mundial*. Disponível em: <http://www.granos.agr.br/stored/1202821722_85335.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2011.

LOPES, Fernando. *Agronegócio: exportação deve bater recorde em 12 meses*. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-de-noticias/agronegocio-exportacao-deve-bater-recorde-em-12-meses-71078n.aspx>>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

MAGALHÃES, Luís Carlos G. de, TOMICH, Frederico A., SILVEIRA, Fernando Gaiger. *Competitividade e políticas públicas para o agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Disponível em:



<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1722/2091>>. Acesso em 12 de agosto de 2011.



FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE INFLUENCIAM O PROCESSO DE VENDA ELETRÔNICA NA CONTEMPORANEIDADE

Carlos Francisco Alba- Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador - Prof. MS. Denise Américo de Souza - Centro Universitário Filadélfia- UniFil

RESUMO:

O estudo intitulado “Fatores positivos e negativos que influenciam o processo de venda eletrônico na contemporaneidade” visa abordar os principais fatores que influenciam tanto positivamente quanto negativamente no processo de e-commerce no Brasil. Muito se fala em e-commerce, porém, conseguir concretizar compras virtualmente não é tão simples, como conseguir visitas em determinado site, devido aumento do uso da internet no país. A prática do comércio virtual exige fundamentação e estudo que proporcione uma melhor estratégia para que as empresas além dos dados obtidos sobre visitação e produtos interessados, tenham vendas consideráveis. É sobre estas estratégias que iremos abordar, portanto, justifica-se a intenção da pesquisa considerando a importância que este comércio vem assumindo na atualidade, contemplando, por exemplo, em empresas que o abrangem além do comércio físico, um lucro de 50% ou mais só consequência deste comércio virtual. É através de experiência profissional que a presente pesquisa foi se constituindo, esta serviu de motivação e foi embasada por autores que tratam do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: E-commerce; B2C; Estratégias; Marketing.

O presente estudo tem por objetivo geral abordar os principais fatores que influenciam tanto positivamente quanto negativamente no processo de e-commerce no Brasil. Tendo como principal motivação a experiência profissional neste ramo, além de bibliografias que fundamentam este assunto, a pesquisa se justifica pela importância que este comércio vem atingindo na atualidade.

Após a ampliação do conceito B2C em 1995 quando se iniciou o comércio virtual com foco para o consumidor no Brasil, este até a presente data só demonstrou crescimento, considerando que empresas atuais que contemplam tanto este comércio quanto o físico, já garantem até 50% ou mais de seus lucros através apenas do comércio virtual, fator que não era visto antigamente. Desse fenômeno, pode ser observado as Compras Coletivas e os Clubes de Compras que aparecem com cada vez mais força no mercado e comércio eletrônico, através de sites específicos, ou até mesmo inclusos em redes sociais.



Muito se houve falar e se discute sobre estratégias de marketing nas redes, portanto, partimos dos questionamentos “quais os conceitos adotados pelas empresas que influenciam a preferência do cliente, para que haja melhor comunicação nas redes sociais, branding, campanhas e estratégias?; Estes conceitos estão sendo utilizados de forma coerente?”.

É ponderado que qualquer loja virtual consegue facilmente dados sobre as visitas que recebe diariamente, além de localizar como essas pessoas chegam ao site, o tempo que passam nele, e o que estão procurando. Parece algo almejado de qualquer vendedor do varejo físico, porém, este levantamento de dados não é algo tão simples considerando que não basta apenas saber os resultados por eles mesmos, ou seja, é preciso utilizar o obtido para reverter em lucros.

Muitos empreendedores do meio não estão conseguindo ler estas informações e a utilizar de forma adequada, ou simplesmente como estratégias de marketing para concretizar seus objetivos. Ainda há dificuldades em fazer com que seus visitantes concluam a compra. Por exemplo, na estratégia de marketing viral, se consegue um número expressivo de visitas, porém, se tratando de comércio virtual, esta tática pode ser arriscada, pois mais importante que a visita, é que a consequência desta seja a efetivação por meio da compra. Se determinado site consegue 100 visitas com 10 compras efetuadas, a loja virtual terá uma conversão de 10%, por exemplo.

Os responsáveis por desenvolver nas empresas, estratégias que visam conseguir um maior número de visitantes e conseqüentemente compradores, devem averiguar com precisão a mais adequada e coerente tática que embasa e abranja os objetivos de sua empresa, ponderando os resultados finais, para que suas ações na rede gerem um aumento de lucro, branding, marketing share.

É a partir do que foi mencionado e com base nessa evolução do comércio, do varejo e dos hábitos de consumo, que o e-commerce vem se tornando cada vez mais social, indicando que ainda são necessárias investigações mais aprofundadas sobre o assunto e principalmente sobre suas influências no processo de venda eletrônico, gerando nos estudiosos desta área ainda recente mas com resultados profundos, questionamentos em suas mais amplas dimensões.

REFERÊNCIAS



Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico. Disponível em <<http://www.camara-e.net/>>. Acesso em 27 de Agosto de 2011.

Confiança na compra online “e-bit”. Disponível em <<http://www.ebit.com.br/>>. Acesso em 27 de Agosto de 2011.

KOTLER, Philip. *Marketing para o século XXI*. 3. Ed., São Paulo: Futura- 1999.



TURISMO & HOTELARIA: O PERFIL DO GERENTE GERAL DE HOTEL

Charles Alves Ferreira do Prado – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O crescimento do turismo brasileiro percebido nos últimos tempos e o anúncio de que o país irá sediar grandes eventos esportivos de relevância mundial, colocou esse setor em evidência. Isso porque, esses acontecimentos trazem consigo a possibilidade de um grande impulso para o setor turístico e para a economia nacional. Nesse sentido, um dos principais pilares de sustentação dessa área é a indústria hoteleira. Com a necessidade de expansão no número de meios de hospedagem para atender essa procura, temos uma nova demanda: encontrar profissionais capacitados para atuar num campo tão dinâmico. Esta busca não abrange apenas o nível operacional, mas, principalmente, os profissionais de alto escalão. Dessa forma, uma reflexão sobre a figura gerencial em hotéis e similares torna-se pertinente. Este artigo analisa quais características essenciais compõem o perfil ideal de um Gerente Geral de Hotel diante de um cenário tão competitivo e em constante mutação, propiciando uma reflexão sobre essa imagem e sua atuação nos meios de hospedagem. O desenvolvimento do trabalho é fundamentado principalmente na literatura especializada que norteia a pesquisa na busca por importantes elementos constitutivos desse cargo e suas atribuições.

PALAVRAS – CHAVE: gerente geral, hotel, perfil.

Com a realização de grandes eventos esportivos no país nos próximos anos, o turismo brasileiro vive um momento de crescimento. Nesse contexto, uma das bases desse setor é a indústria hoteleira. Em função disso surge a necessidade de debatermos o panorama desse mercado em expansão, em especial, no que diz respeito à carência de profissionais para ocupar os cargos nos mais diversos níveis hierárquicos. Todavia, nesse momento a proposta é privilegiar o cargo de Gerente Geral, também conhecido como Gerente Hoteleiro.

A primeira etapa do artigo contextualiza brevemente como o Brasil pode se beneficiar com a realização dos eventos esportivos – Copa do Mundo e Olimpíadas – nos próximos anos e a projeção que o Ministério do Turismo faz sobre o quanto esse avanço pode contribuir para o crescimento do PIB e, conseqüentemente, para a economia nacional. Essa expectativa está diretamente ligada à movimentação de grandes redes hoteleiras que buscam desenvolvimento por meio da ampliação e construção de novos empreendimentos e, cujo



avanço provavelmente encontrará como obstáculos a falta de trabalhadores qualificados. Com isto, pretende-se reforçar a relevância do tema em questão.

Sabe-se que a indústria hoteleira está inserida no setor de serviços que se caracteriza por seu aspecto intangível. Contudo, a hospitalidade não pode ser confundida com um simples atendimento ao cliente, mas, deve proporcionar momentos de satisfação durante a hospedagem. Sendo assim, entende-se que o profissional hoteleiro deve carregar consigo a vocação para servir, pois, agradar aos hóspedes, em muitos casos, não é tarefa fácil em função de pedidos ou exigências tidas como extravagantes.

Assim, a seleção de profissionais para atuar nesse setor tão peculiar deve ser criteriosa e concentrar-se, principalmente, na habilidade em lidar com pessoas. Esse conceito suscita uma reflexão sobre a figura mais importante no organograma de um meio de hospedagem: o Gerente Geral. Para tanto, o artigo baseia-se em conceitos encontrados na bibliografia analisada no intuito de caracterizar como deveria ser o perfil desse profissional. A proposta é apresentar tais características, sempre sustentadas com a idéia dos autores consultados.

A metodologia adotada busca elencar características do gerente hoteleiro, distanciando-o de um simples administrador ou de um gerente de outro segmento, deixando claro que visão holística nesse caso é fundamental para supervisionar os diferentes departamentos em um meio de hospedagem.

O cotidiano dessa figura é permeado por desafios e surpresas, exigindo grande dedicação – tal idéia pode ser constatada no fato de alguns gerentes residirem no próprio empreendimento, para que estejam à disposição para solucionar problemas considerados mais graves.

Como grande parte dos hotéis começou a operar através de administração familiar, faz-se necessário a busca pela profissionalização de gestores no intuito de equipará-los ao nível de dirigentes de redes internacionais.

Entende-se que os requisitos da função, de maneira geral, são muito amplos. Em primeiro lugar a vocação para servir acima de tudo, conciliando em seu trabalho o retorno para os investidores com a satisfação dos hóspedes. Também deve equilibrar suas decisões com as diretrizes oriundas da matriz – em se tratando de grandes cadeias hoteleiras.



Da mesma forma como ocorre em outros segmentos, o Gerente Geral deve praticar o *benchmarking*, conhecendo o que a concorrência oferece sem perder de vista o principal: saber quais as necessidades de seus clientes, entregando o que eles desejam. Habilidade na comunicação é primordial seja no diálogo com os hóspedes, seja com os funcionários; conhecimento em outras línguas num mundo globalizado é essencial.

Os diversos setores que compreendem um meio de hospedagem exigem dos gerentes familiaridade com as diferentes atividades. Obviamente, não são eles os responsáveis diretos pela condução desses departamentos. Para tanto, existem os chefes de setor que se reportam diretamente ao gerente, mas, apresentam certo grau de autonomia em suas decisões. Porém, se necessário, o gerente pode intervir.

Como vivemos na era digital, a informática também está presente nesses estabelecimentos através de *softwares* específicos para gestão hoteleira. São eles que interligam os setores e emitem relatórios detalhados que auxiliam na análise de resultados por parte do Gerente Geral e dinamizam sua função.

Por fim, destaca-se a importância de um gerente engajado em causas que reflitam o bem estar social, como exemplo, a preservação do meio ambiente. Afinal, na atualidade as empresas que não tiverem um olhar voltado para questões como essa, serão menos competitivas e perderão espaço dentro de um mercado tão concorrido.

Entretanto, o artigo não foca a atuação do gerente apenas em nível operacional, pois, do contrário, a ausência de um conhecimento empresarial superior deixaria-o em desvantagem e, possivelmente, traria perdas ao seu empreendimento. Na realidade, o que se espera desse profissional é familiaridade com os diferentes processos presentes no cotidiano de um hotel e não um especialista em todos eles. Nesse sentido, tal pesquisa não esgota as possibilidades em torno do tema e reascende a discussão sobre ser ou não a hotelaria um segmento distinto de outros negócios e que exige uma gestão diferenciada.

REFERÊNCIAS

ASCOM. *Turismo pode alcançar 6% do PIB em 2020*. 17 de Junho de 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20110617-2.html>. Acesso em 24 de junho de 2011.



CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9. ed., *Revista Caxias do Sul*: EDUCS, 2003.

GUERRIER, Yvonne. *Comportamento organizacional em hotéis e restaurantes: uma perspectiva internacional*. São Paulo: Futura, 2000.

HILL, Linda A. *Novos gerentes: assumindo uma nova identidade*. São Paulo: Makron Books, 1993.

POWERS, Tom; Clayton W. Powers. *Administração no setor de hospitalidade: turismo hotelaria, restaurante*. São Paulo: Atlas, 2004.

WALKER, John R. *Introdução à hospitalidade*. 2. ed., São Paulo: Manole, 2002.



POR QUE AS EMPRESAS SUSTENTÁVEIS SÃO MAIS VALIOSAS?

Cíntia Aparecida Martins Harmatiuk - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Denise Dias Santana - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este trabalho tem por finalidade discutir o efeito sobre a questão Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade. Procura entender como isso influencia na competitividade e de que forma agrega valor à marca e empresa consciente no consumo ecologicamente sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Marca. Marketing. Responsabilidade Social.

Os problemas e desequilíbrios ambientais que afetam o planeta ao longo de anos apresentam a preocupação do ser humano com a conservação da qualidade ambiental que muitas vezes é por ele provocado. E as empresas muitas vezes vistas como vilãs do problema, hoje tentam conseguir respostas e repassá-las a sociedade pela qual é cobrada.

Assim os problemas ambientais ganham espaços na mídia e, ONGs, empresários, administradores, políticos e cidadãos de modo geral preocupados ou cobrados com essa situação.

Entretanto o cidadão de forma direta ou indireta é chamado a participar e ajudar na superação urgente desta crise ecológica, pois os agentes ambientais ativos como: ONGs, órgãos do governo e especialistas sabem que é preciso várias mudanças para reverter à situação e mais ainda as mudanças que devem ocorrer no ser humano em seu comportamento adotando assim uma nova ética de respeito ao meio ambiente.

Essa exposição na mídia sobre a questão ambiental e problemas ecológicos (como poluição, acidentes que afetam a natureza global, extinção de espécies animais entre outros), contribuiu para o maior número de pessoas que pautam suas condutas pelo respeito à natureza.

Entre os comportamentos está o consumo ecologicamente sustentável. É uma grande tendência consumir respeitando o meio ambiente, pois tem relação direta com problemas ecológicos que cresce em grande volume.



Embora grande maioria de empresas ainda não se preocupe com ações empresariais ambientalmente responsáveis, aquelas que o fazem representam lideranças e vão se tornando referências em seus setores e servindo de modelo para as demais por seus patamares de excelência ambiental.

O marketing anteriormente nesse contexto era visto como um vilão, pois seu mais forte aspecto era o maior consumo de mercadorias possível, desse modo um precioso serviço para as empresas, mas o crescimento de consumo sem responsabilidade ambiental intensificou a exploração intensa de recursos naturais e gerou imensidão de resíduos poluentes de todos os tipos, desde os que surgem com a fabricação e até pelo descarte de muitas embalagens.

No final do século XX, com aprofundamento do debate social do marketing nasce um novo e importante papel para esta disciplina, instigar produtos ecologicamente corretos e promover novos hábitos e tendências de consumo sustentáveis, assim se apresenta o marketing ambiental com várias denominações (marketing ecológico, ambiental, sustentável, verde ou ecomarketing), mas todos têm por finalidade o mesmo objetivo, atender necessidades dos consumidores atuais e futuros, respeitar o meio ambiente, e promover idéias, comportamentos e produtos considerados ecologicamente sustentáveis.

Hoje uma boa parte da população tem consciência sobre a responsabilidade social às empresas que tem foco na sustentabilidade ganham grande espaço, pois grande parte dos consumidores busca conhecer o papel das empresas e assim dão seu apoio na hora de escolher produtos e serviços de empresas normais e empresas sustentáveis contribuindo assim com a responsabilidade social direta ou indiretamente.

REFERÊNCIA

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

COBRA, Marcos; RIBEIRO, Áurea. *Marketing: magia e sedução*. São Paulo: Cobra, 2000.

DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Reinaldo. *Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios*. São Paulo: Atlas, 2009.



HOLT, Douglas. *Como as marcas se tornam ícones*. São Paulo: Cultrix, 2005.

KOTLER, Philip. *Princípios de marketing*. 7. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MATTAR, Fauze Najib (Org.). *Gestão de produtos, serviços, marcas e mercados: estratégias e ações para alcançar e manter-se "Top of Market"*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José Roberto. *Branding: um manual para você criar, avaliar e gerenciar marcas*. 2 ed., São Paulo: Negócios editor, 2000.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. *Qualidade e gestão ambiental*. 5. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

SANT'ANNA, Armando; ROCHA JÚNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz Fernando Dabul. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 8. ed., São Paulo: Cengage Learning 2009.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas, 2009.



LOGÍSTICA: LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ESTOQUES

Danilo Vasconcelos de Arruda – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Buscou-se estudar a logística de distribuição e o controle de estoque nas empresas, pontuando aspectos essenciais neste processo como a flexibilidade no atendimento as demandas de forma personalizada primando sempre pela pontualidade na entrega para o consumidor e pela qualidade e presteza nos serviços visando à diferenciação competitiva.

PALAVRAS – CHAVE: Logística, controle de estoque, empresas.

Com o processo de globalização o setor varejista vem crescendo consideravelmente causando assim a competitividade da concorrência. Com isso para uma melhor eficiência operacional é necessário um excelente desempenho logístico com o objetivo de satisfazer os atacadistas e varejistas que estão cada vez mais exigentes.

Para que se possa alcançar excelência na eficiência operacional do varejo é extremamente necessário avaliar toda estrutura do processo de distribuição, processo este em que várias das atividades logísticas possam disponibilizar mercadorias com velocidade e prazos exigidos pelo consumidor. É necessário avaliar toda atuação deste processo dentro da empresa e ter uma visão em que se analisam cada etapa do procedimento procurando identificar desperdícios existentes e uma excelência no controle de estoque para evitar atrasos na distribuição.

Com a crescente competitividade no mercado em vários os segmentos da economia, algumas questões tornam-se fator primordial para as empresas, entre elas, a distribuição e disposição dos produtos em local acessível ao cliente. Destacando-se a boa qualidade de serviços a ser oferecido saciando os desejos e necessidade dos clientes. Portanto, um fator-chave para a sobrevivência das empresas no mercado atualmente e representada pela Logística.

Os estoques funcionam como reguladores do fluxo de negócios. Quanto à velocidade com que as mercadorias são recebidas versus velocidade com que são consumidas, definirá o custo que a empresa está despendendo a administração de seus estoques.



Quer dizer, normalmente as empresas estão adquirindo mais estoques e consumido menos, isto versa ao acúmulo de capital estocado em forma de material, ficando assim paralisado valores em dinheiro que poderiam estar circulando e dando lucro a empresa. A relação de custo entre o capital empregado nos estoques e as vendas, está diretamente ligada ao lucro, o que quer dizer, todo cuidado deve ser dado ao comprar e estocar, pois todo o sistema está envolvido, entrelaçando os custos de aquisição/manutenção/operação e administrativo.

Para Browsersox (2001), a política de estoque ideal seria aquela decorrente da fabricação de produtos conforme as especificações de clientes, após a colocação de pedidos. Isso é chamado *produção sob encomenda*, e é característico de produtos customizados.

Esse processo interfere diretamente nos resultados da empresa, uma má administração pode trazer grandes prejuízos para as empresas.

Tendo em vista todos esses aspectos, buscamos destacar no artigo a grande importância da logística de distribuição no setor varejista a qual leva em consideração o controle de estoque e assim encontrar maiores benefícios para melhor satisfação do consumidor.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. *Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física*. São Paulo: Atlas, 1993-2010.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. *Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento*. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. *Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento*. São Paulo: Atlas, 2001-2010.

COUGHLAN, A. T.; ANDERSON, E.; STERN, L. H.; EL-ANSARY, A. L. *Canais de Marketing e Distribuição*. 6. ed., São Paulo: Bookman, 2002.

FLEURY, Paulo Fernando; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. *Logística empresarial: a perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 2000.



VALOR ECONÔMICO ADICIONADO (EVA – ECONOMIC VALUE ADDED)

Diego Felipe Marinello - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador - Prof. Ms. Edilson Goncalves Moreira - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é apresentar dentro da área de finanças uma das ferramentas utilizadas, o EVA (Economic Value Added), por acionistas, analistas e pessoas que estão envolvidas com mercado de ações ou ainda questões financeiras de uma organização utilizando-se de métodos de Valuation, citando alguns conceitos e formas de utilização do mesmo como ferramenta para avaliação e melhora de desempenho de empresas e ações valorizando as mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: Ferramentas, EVA, Melhora.

No Mercado Atual, onde encontramos alta competitividade e busca por vantagens competitivas, empresas e investidores necessitam saber se estão ganhando ou perdendo valor. Surge assim a necessidade de ferramentas que possibilitem uma melhor visualização e apuração de resultados empresariais. Nesse contexto a implementação do EVA demonstra ser uma ferramenta eficaz para varias situações de decisão, não somente financeira como também estratégica com potencial de trazer benefícios à mesma e aos seus acionistas.

Conforme Atkinson, Banker, Kaplan e Young “recentemente, um número de analistas e consultores tem proposto o uso do valor econômico adicionado como uma ferramenta para avaliação do desempenho da organização”... O analista ajusta o lucro contábil, corrigindo-o com que os proponentes do valor econômico adicionado consideram para sua visão conservadora. Por exemplo, os ajustes incluem a capitalização e amortização de custos de pesquisa e desenvolvimento e custos significativos de lançamento de produtos. A seguir, o analista computa a importância do investimento na organização e deriva o valor econômico adicionado.

De acordo com Damodaran o valor econômico agregado é uma medida de superávit criado por um investimento ou uma carteira de investimentos calculado como o produto do retorno excedente proporcionado por um investimento e o capital nele investido. Sua definição de valor exige três dados para seu calculo: o retorno sobre o capital decorrente dos investimentos, o custo do capital desses investimentos e o volume de capital neles investido.



Segundo Costa (2010) o EVA, também chamado de lucro econômico de uma empresa indica a quantia monetária que foi adicionada à riqueza efetiva do acionista em determinado período, sendo que o lucro econômico é diferente do lucro contábil porque neste último não se contabiliza o custo de oportunidade do capital próprio, por limitações que os princípios contábeis geralmente aceitos impõem aos contadores. Ao considerar o custo de oportunidade do patrimônio líquido no lucro contábil, o investidor tem noção se o negócio está gerando valor.

O mesmo autor relata que outra importante contribuição do EVA esta relacionada à remuneração baseada no seu método, quando a questão é o conflito de interesses entre os acionistas e administradores, atrela-se a parte variável dos gestores ao desempenho do EVA, assim os acionistas garantem uma administração voltada para seus interesses e os gestores sentem-se também acionistas, em consequência todas as suas ações administrativas serão para elevar o EVA sistematicamente.

Segundo Costa o conceito do EVA é bem simples levando em conta o lucro da atividade depois de deduzir o imposto de renda sobre esse lucro chamado NOPAT (*Net Operating Profit After Tax* = Lucro Operacional Após Imposto de Renda), que é o lucro da atividade operacional menos o imposto de renda teórico, ou seja, imposto de renda e contribuição social que a empresa pagaria se não tivesse dívidas financeiras. Depois de calculado o NOPAT tem-se que verificar qual foi o montante de ativo operacional necessário para gerar esse lucro.

O ativo operacional base, ou capital investido, consiste em todos os ativos imobilizados em operação, necessidades de capital de giro, além de gastos com pesquisa e desenvolvimento e marketing, investidos no ano anterior. O mesmo montante pode ser apurado olhando-se para o lado esquerdo do balanço patrimonial, ao somarmos as dívidas onerosas (capital de terceiros) e o patrimônio líquido (capital próprio) como fonte de financiamentos.

Depois de identificado o NOPAT e o montante de investimento operacional base, deve-se apurar o último ingrediente do cálculo do EVA, o mais complexo deles, o custo de oportunidade do capital investido, levando em consideração que se a empresa não consegue gerar lucro da atividade após os impostos para suplantarem o custo de capital investido os investidores irão abandonar a empresa mais cedo ou mais tarde.



$$\text{EVA} = \text{NOPAT} - \text{Custo do Capital Empregado}$$

$$\text{EVA} = \text{NOPAT} - [\text{Ativo Económico}_{n-1} \times \text{CMPC}]$$

Sendo:

$$\text{Ativo Económico} = \text{Ativo Operacional}$$

$$\text{e CMPC} = \text{Custo Médio Ponderado de Capital}$$

Importante destacar que as despesas financeiras representam o custo das dívidas e já estão refletidas na taxa de custo médio ponderado de capital para o cálculo do EVA. Assim como vale a pena lembrar que o imposto de renda e contribuição social calculado no NOPAT é teórico, pois é calculado sobre o lucro antes do imposto de renda (LAIR). Isso porque o benefício fiscal da dívida já está contemplado no custo médio ponderado de capital.

O EVA crescente é desejo de todos os investidores e gestores. Uma análise da equação do EVA permite visualizar quais ações um gestor pode implementar para melhorar o EVA.

Um aumento no Lucro da Atividade Operacional depois dos impostos (NOPAT) contribui para melhorar o EVA. Basicamente o EVA pode ser elevado através das seguintes opções:

ELEVAÇÃO DAS RECEITAS

Através do crescimento das vendas a empresa poderá elevar suas rentabilidades. O normal é que o crescimento das vendas seja maior do que o crescimento percentual dos custos e despesas, porque uma parte deles é fixo e dessa forma a empresa consegue diluir os custos e despesas fixos através do crescimento das vendas acarretando na elevação das margens e da rentabilidade. Entretanto vale ressaltar que qualquer organização apresenta limitações nesse campo.

REDUÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A empresa poderá elevar o lucro econômico reduzindo custos e despesas operacionais através da compra de insumos mais baratos, mas sem perder a qualidade; otimizando o processo produtivo, visando elevar a produtividade da mão de obra; reduzindo



as despesas administrativas; reduzindo as despesas comerciais; aumentando a margem bruta através da otimização do *mix* de produção.

REDUÇÃO DA BASE DE ATIVOS OPERACIONAIS

Nesse caso o foco ocorre na eliminação ou substituição de ativos operacionais ineficientes ou desnecessários para a geração de NOPAT, ou seja, sem comprometer a qualidade dos produtos e a lucratividade de curto e longo prazo da empresa.

A empresa deve investir naquilo que gera um bom retorno operando com um patamar mínimo de investimento evitando instalações exageradas e ociosidade de equipamentos.

Deve-se tentar reduzir o capital de giro, abaixando assim um dos custos fixos mais impactantes na empresa, alongando o prazo de pagamento junto aos fornecedores, desde que os juros embutidos no preço de compra sejam mais baixos do que os juros com os quais a empresa vem financiando-se no mercado financeiro, lembrando que o ideal prazo para pagamento dos fornecedores deve coincidir com o prazo de recebimento dos clientes.

Evitar atrasos no conta a receber, ou seja, evitando vender para aqueles que têm baixa probabilidade de pagamento.

Um dimensionamento correto dos estoques também deve ocorrer através de métodos informatizados, preferencialmente, visando diminuir a ociosidade no mesmo aumentando assim o custo do dinheiro ocioso, elevando o custo de oportunidade buscando assim reduzir o capital investido sem com isso alterar negativamente o volume de vendas porque reduzindo o Ativo Econômico eleva-se o giro e a rentabilidade sobre o capital empregado.

REDUÇÃO DO CUSTO DE CAPITAL

A primeira fonte do custo de oportunidade do capital é o custo da dívida, se o administrador da empresa conseguir tomar dívidas mais baratas para a empresa, sem comprometer o longo prazo, haverá uma melhoria no EVA pela redução do custo médio ponderado de capital (CMPC). A segunda fonte do custo de oportunidade do capital é o custo do patrimônio líquido, aquele retorno mínimo exigido pelos acionistas proprietários e se o administrador da empresa conseguir reduzir o nível de risco financeiro e operacional da



empresa tomando ações que estabilizem a geração de caixa operacional ele irá conseguir reduzir o retorno mínimo exigido pelos acionistas, uma vez que o risco terá diminuído. Essas ações irão contribuir para reduzir o CMPC aumentando conseqüentemente o EVA.

Se os acionistas vincularem a remuneração dos gestores pela geração de EVA crescente, principalmente no médio e longo prazo, eles ficarão mais seguros quanto ao retorno dos seus investimentos, mas se eles escolherem a medida errada de remuneração, por exemplo, o lucro contábil, aumento da participação de mercado, comissões sobre vendas, poderá haver ações administrativas por parte dos gestores de interesses próprios, não contribuindo em nada com a geração de valor para o acionista e o crescimento sustentável da empresa no longo prazo.

Na realidade, podemos dizer que o conceito EVA nada mais é do que uma aplicação do conceito de custo de oportunidade do capital e do conceito de manutenção do capital financeiro da empresa.

Contudo, o EVA é uma poderosa ferramenta e não possui uma caminho obrigatório a seguir, é um método de ver as coisas, e observar o que esta acontecendo nos negócios. Utilizando o EVA muitos administradores e investidores verão importantes fatos até então despercebidos anteriormente, passando a entender o que esta acontecendo, sendo assim a tomada de decisão será favorecida e mais facilmente acertada.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. A., Banker, R. D., Kaplan, R. S., Young, S. M. *Contabilidade gerencial*, São Paulo: Atlas, 1999.

COSTA, Luiz Guilherme Tinoco Aboim; COSTA, Luiz Rodolfo Tinoco Aboim; ALVIM, Marcelo Arantes. *Valuation: manual de avaliação e reestruturação econômica de empresas*. São Paulo: Atlas 2010.

DAMODARAN, Aswath. *A Face Oculta da Avaliação*. São Paulo: Makron Books 2002.



CONFLITO E LIDERANÇA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2000 A 2010 NA REVISTA RAE

Elaine Cristina Rodrigues Hipólito e Mauricéia de Souza Loyde - Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

Orientadora – Elen Gongora Moreira – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A palavra conflito sempre gera desconforto quando pronunciada, mas ao longo do tempo vimos que o conflito pode ser algo positivo para o meio em que está inserido. Pois é através dele que novas idéias surgem, discussões são levantadas e paradigmas são quebrados no intuito de haver transformação e mudança para a resolução do conflito. A liderança entra com seu papel principal de lidar com suas habilidades e atitudes, acompanhando cada passo desta trajetória. O objetivo geral da pesquisa foi analisar criticamente os artigos sobre Conflito e Liderança publicados na Revista de Administração (RAE) entre os anos de 2000 a 2010. Os resultados obtidos mostram que os artigos selecionados para análise voltam-se para a necessidade contínua de aprendizagem da liderança. Conclui-se que através dos conflitos pode-se levantar os pontos essenciais da ação da liderança e com isso as organizações vem adquirindo bagagem para crescimento e desenvolvimento de suas equipes em um mundo de constantes mudanças como nos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito, liderança, organizações.

A administração de conflitos ganha importância especial quando inserida no ambiente corporativo. Hoje, as empresas são um espaço muito propício para o surgimento de conflitos, pois nelas estão reunidas pessoas com referências e características diferentes. Cada trabalhador possui uma história educacional, que os levam a ter comportamentos distintos. Quanto mais rígidos os padrões comportamentais, menor a capacidade de se adaptar à novas situações e maior chance de gerar conflito.

Segundo Deutsch (1973) o conflito significa existência de ideias, sentimentos, atitudes ou interesses antagônicos e colidentes. É constituído, por um lado, de forças que levam à inovação e à mudança e por outro, de forças destrutivas que levam ao desgaste e à negociação. Assim, a existência e a progressiva administração do conflito levam à mudança e à inovação, enquanto que, a ausência de conflitos significa apatia, acomodação e estagnação.



Em casos extremos, o conflito pode gerar descontentamento, dissolver laços comuns e resultar no colapso final da equipe. Quando os conflitos se tornam demasiados e as relações entre os membros da equipe tornam-se por sua vez, prejudiciais à eficácia do trabalho, há a necessidade de que os líderes busquem alternativas que reduzam essa condição para que não haja uma total desestruturação no ambiente de trabalho.

Para Rao (2010) o líder bem sucedido é aquele que desenvolve sistemas para criar uma organização que domina uma profunda fidelidade de seus funcionários e dos outros que interagem com a empresa, como consumidores e fornecedores. Esse é o novo tipo de líder, do ponto de vista das organizações com fins lucrativos, mas mudanças intuitivas podem ser feitas facilmente para se ajustar a outros tipos de empresas.

A habilidade para gerenciar conflitos, sem dúvida, é uma das mais importantes para um profissional de gestão, pois, se por um lado muitos conflitos criam rachaduras e intrigas internas, por outro poucos conflitos podem produzir acomodação. Ambos os casos podem prejudicar o desempenho da equipe.

Com o objetivo de se medir a evolução dos estudos na área de conflitos e liderança ao longo dos últimos dez anos, o presente trabalho analisou os artigos publicados sobre o tema na Revista de Administração de Empresas (RAE).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. Amélia. Conflito e Poder nas Organizações. *RAE revista de administração de empresas*. v.43, n.4, 2003.

DEUTSH, M. *The Resolution of Conflict – Constructive and destructive processes*. Nova Iorque: Vail-Ballou Press: Binghamton, 1973.

EBOLI, Marisa. O Papel das Lideranças no Êxito de um Sistema de Educação Corporativa. *RAE Revista de Administração de Empresas*. v.45, n.4, 2005.

OUIMET, Gerard. As Armadilhas dos Paradigmas da Liderança. *ERA - Revista de Administração de Empresas*. v.42, n.2, 2002.

RAO, Srikumar. A forma que a liderança terá. *Revista HSM Management*. n.72, a.12, v.1, pg. 76 e 77. jan/fev 2010.

Ulrich, Dave. Marca da Liderança. *Revista HSM Management*. n.79, a. 14, v. 2, p. 14, mar/abr 2010.



ROWE, W. Glenn. Liderança Estratégica e Criação de Valor. *RAE Revista de Administração de Empresas*. v.42, n.1, 2002.



A VALORIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUL DO MARANHÃO

Carla Juliane Albornoz, Diego Felipe Marinello, Elisama Rodrigues da Silva, Emanuel Rodrigues Simões, Talita Lourenço. Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti. Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é relatar as principais características econômicas agroindústrias no Sul do Maranhão, apresentando um dos principais produtores de bens agroalimentares da região, a cidade de Balsas, cidade que apresenta uma área fértil para o cultivo de soja, sendo a maior produtora da região. A região é propícia para a produção de arroz e banana devido aos seus índices pluviométricos e destaca-se ainda pela produção de milho onde a safra rotaciona com a soja. Os produtores rurais desta região vivem com expectativas de safras recordes nos próximos anos, seguindo as safras que ocorreram em 2011. Esta alavancagem da economia da região do Sul do Maranhão traz interesses e investimentos de empresas de outras regiões.

PALAVRAS-CHAVE: Balsas, Soja, Milho, Arroz, Desenvolvimento Regional

A economia da região sul do Maranhão mais precisamente das cidades de Balsas, Rachão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto e São Raimundo das Mangabeiras, se destaca com uma produção moderna, voltada principalmente para a produção de soja e arroz, mas também aparecendo o milho, a banana e a pecuária.

De acordo com informações divulgadas no Jornal O Estado do Maranhão, o cultivo da soja tem incentivado muitas empresas a investirem no Sul do Maranhão. Na região de Balsas, nos últimos dois anos, grandes conglomerados passaram a comprar áreas cultiváveis na região abastecendo o mercado internacional.

De acordo com pesquisas apresentadas pelo jornal O Estado do Maranhão, durante a safra de 2010/2011, uma das grandes novidades foi à colheita de soja a partir de uma semente batizada como nome da cidade de Balsas: a FTS Balsas. O detalhe relacionado a essa nova cultura modificada geneticamente é que ela pode ser responsável por um aumento de até 40%



no faturamento dos agricultores, em comparação com outras sementes utilizadas no cultivo de soja em larga escala, como a M.9144.

Segundo análises da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a contribuição que mais se destaca para crescimento do agronegócio no Sul do Maranhão, relaciona-se com a política governamental de incentivo à produção, como a implantação de alta tecnologia em sementes de elevado potencial produtivo, além do uso racional de adubação. Entretanto, muitas dificuldades estão sendo enfrentadas pelos produtores da região, para garantir o escoamento da safra, estando entre as principais, a falta de infra-estrutura em logística, o mau estado das estradas e a falta de ferrovias.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 a Região Sul do Maranhão prevê colher 660.778 toneladas de milho, a partir de 372.286 ha plantados, registrando um aumento de 22,84% no rendimento médio do período, indo de 1.445 kg/ha em 2010 para 1.775 kg/ha em 2011. Segundo dados da CONAB em 2006, a cultura do milho ocupou, no Maranhão, uma área de aproximadamente 12,9 milhões de ha, e foi responsável por uma produção de cerca de 41,3 milhões de toneladas de grãos.

Os números crescentes têm empolgado os produtores rurais locais, que investem cada vez mais em áreas plantadas com o milho. Na Região de Gerais de Balsas, por exemplo, as lavouras de milho têm dividido espaço com as de soja, seja no plantio paralelo, ou na rotação de culturas, muito comum nas propriedades locais.

Segundo Petrus *et al.* (2011), no Nordeste brasileiro a cultura do arroz encontra condições ideais para crescer e produzir, além de ser resistente às pragas e moléstias. Na referida região nordestina não atinge maiores índices em face da irregularidade pluviométrica que muitas vezes escasseia ou reduz muito, coincidindo, quase sempre, com o último subperíodo, o mais crítico para o bom resultado da cultura, que é precisamente do florescimento à formação e maturação dos grãos. As precipitações aquosas na região nordestina variam de 250mm a 1.000mm anuais, no litoral cabem as maiores quedas, ultrapassando um pouco os 1.000 mm anuais. O Maranhão foge a este índice, com precipitações pluviométricas média de 1.200mm a 2.000mm/ano. Daí ser o maior produtor de arroz do Nordeste, responsável por mais de 60% de toda a produção. O Maranhão é o terceiro produtor de arroz do país, atrás do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.



Estudos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apontam o Maranhão e mais nove estados em condições mais favoráveis para o plantio de banana. No caso maranhense, em que se estima produção de 108.625 toneladas na safra 2011, de acordo com o Zoneamento Agrícola, todos os 217 municípios estão aptos o ano inteiro para o cultivo da fruta. A colheita da banana no Maranhão coincide com a entressafra nos estados do Ceará e Pernambuco. Então, os produtores maranhenses aproveitam para ampliar os negócios no mercado nordestino, sendo o pico da safra da banana no Maranhão em março.

Somando-se todos estes fatores, pode-se dizer que atualmente, o Sul do Maranhão é uma região conhecida como “cluster alto” – denominada pela concentração de municípios que apresentam altas taxas de crescimento, também considerada um pólo de desenvolvimento integrado com destaque nos setores agropecuário e industriais, o qual concentra pequenas e médias empresas que favorecem esse crescimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raquel. *Safra 2011 de milho empolga produtores no Sul do Maranhão*. Disponível em: <<http://www.setres.ma.gov.br/agencia/noticia.php?Id=15420>>. Acesso em 22 maio de 2011.

CONAB. Grãos. *Oeste da Bahia e sul do Maranhão se destacam com produtividade maior que a média nacional*. Disponível em <<http://www.vidanocampoonline.com/index.php/agronegocios/1171--graos-oeste-dabahia-e-sul-do-maranhao-se-destacam-com-produtividade-maior-que-media-nacional>>. Acesso em 22 de maio de 2011.

G1 GLOBO. *Cultivo de banana anima pequenos produtores no sudoeste do Maranhão*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/02/cultivo-de-banana-anima-pequenos-produtores-nosudoeste-do-maranhao.html>>. Acesso em 20 de maio de 2011.

PETRUS, Júlia K. Borgneth; FREITAS, Sérgio Henrique de Almeida; CUNHA FILHO, Miguel Henrique. *O Mercado do Arroz no Estado do Maranhão: Uma Análise Econométrica*. SOBER. <<http://www.sober.org.br/palestra/12/01P064.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2011.



MARKETING AMBIENTAL: A IMPORTÂNCIA DO MARKETING AMBIENTAL NA ERA DA SUSTENTABILIDADE

Fabiana Puia – Centro universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Pretende-se abordar nesse artigo a importância do marketing ambiental. O marketing é a necessidade das organizações atrair e fidelizar seus clientes em um mercado cada vez mais concorrido. Hoje em dia estamos na era da sustentabilidade onde além de satisfazer seus clientes as organizações tendem a ser sustentáveis, e através dessa sustentabilidade surge o marketing ambiental, as empresas preservam o ambiente e usam isso pra se promover e se tornar mais interessante aos olhos das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing. Sustentabilidade. Marketing Ambiental.

Encontramos-nos em uma época de grande preocupação com as questões ambientais, além dos benefícios que a evolução industrial gerou com ela surgiu um grande e preocupante problema, o aumento da poluição.

Em uma sociedade crescente e cada vez mais desenvolvida é possível observar com clareza que com o aumento do consumo e da evolução, o que gerou um grande aumento na poluição. A necessidade de cada vez consumir mais e se produzir mais, acarretou em certo esgotamento dos recursos naturais, poluição de um modo geral (água, ar, entre outros).

As empresas tem se deparado com o seguinte problema: produzir mais, satisfazer seus clientes e prejudicar o mínimo possível o meio ambiente. Além de ser um dever moral das empresas e das pessoas a preservação ambiental, hoje em dia temos leis que obrigam organizações cumprir com seu dever com a natureza, leis essas que se desrespeitadas podem acarretar multas altíssimas a até mesmo o encerramento das atividades de empresas que a descumprirem. Entretanto ainda existe empresas que não perceberam que ao acabar com os recursos naturais e não der um retorno do que retirou da mesma com o passar do tempo não terão como produzir.

O marketing ambiental tem sido uma ferramenta de vital importância nessa nova era em que a sustentabilidade assume cada dia um pilar de mais importância na vida de todos.

A área de marketing tem o dever de buscar soluções desses problemas e ao mesmo



tempo tornar os produtos da empresa mais competitivos e fazer com que ele traga satisfação do cliente e permaneça no mercado.

Através do marketing ambiental as empresas buscam diminuir os impactos causados ao meio ambiente, e ao mesmo tempo usam essa fato (que de certa forma é uma obrigação) para se tornar mais competitiva e atraente aos olhos dos clientes.

Antigamente o marketing era visto apenas como uma maneira de fazer as pessoas comprarem, mesmo que comprassem desnecessariamente, o que culminou com um aumento significativo na deterioração do meio ambiente e seus recursos naturais. Já hoje em dia o marketing sustentável tem como objetivo atrair os clientes, satisfazê-los em suas mais profundas necessidades e ao mesmo tempo conscientizar as pessoas para o consumo sustentável.

Temos vários exemplos de grandes e bem sucedidas empresas que além de ser sustentáveis usam isso para se promover, um bom exemplo a ser usado é a Natura.

Podemos assistir diariamente na TV ou ler em uma revista que a Natura criou a linha Ekos, tais produtos são criados com ativos naturais e plantas que são encontrados na biodiversidade brasileira, entretanto o preço de tal sustentabilidade é repassada aos clientes encarecendo o produto, entretanto com o aumento da poluição as pessoas tem preferido pagar pouco mais caro e comprar produtos ecologicamente corretos.

Em geral o marketing ambiental tem seus objetivos na satisfação de seus clientes de uma maneira ecologicamente correta. Ao adotar esse tipo de marketing as empresas aumentam sua credibilidade e agrega valor aos produtos que ela oferece aos olhos da população.

Por esses motivos vem se tornado crescente o número de organizações que estão aderindo a esse trabalho do marketing verde, com tendência a aumentar cada dia mais, pois as leis estão mais rigorosas, e principalmente porque é visível os benefícios que este tipo de marketing esta trazendo as empresas, aos consumidores e ao meio ambiente de modo geral.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. *Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas S.A, 2001.



DIAS, Reinaldo. *Marketing Ambiental*. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

DONARE, Denis. *Gestão Ambiental na Empresa*. São Paulo: Atlas S.A, 1995.

MOURA, Luiz Antônio A. *Qualidade e Gestão Ambiental*. 5. ed., Juarez de Oliveira, 2008.

ROCHA E CHRISTENSEN, Ângela e Carl. *Marketing*. São Paulo: Atlas S.A, 1994.



ACORDOS COMERCIAIS E INTERNACIONAIS PRATICADOS NO AGRONEGÓCIO

Fabrizio Báculo; Gilmar Alves; Lucas Alves Bertaglia; Marcelo Borsato; Paulo Hevaristo
Dias Mazzei - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão
Empresarial - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O presente trabalho procura mostrar a atual importância do Brasil no ramo de exportações, esclarecendo que taxas e impostos praticados nos acordos comerciais, tornam-se fatores importantes para o entendimento de blocos econômicos e contratos bilaterais, regionais e multilaterais. Um acordo comercial é feito para associar comercialmente um grupo de países (dois ou mais países). As finalidades são diversas, entre elas estão a isenção de tarifas alfandegárias, união econômica, incentivo e desburocratização das trocas comerciais. Negociar um acordo comercial é ampliar o acesso ao mercado externo, mediante maiores preferências para os produtos do país com capacidade real ou potencial de exportação.

PALAVRAS-CHAVE: Exportação, Taxas, Impostos, Contratos, Tarifas.

Do ponto de vista econômico, os acordos comerciais são realizados para associar comercialmente um grupo de países (dois ou mais países). As finalidades são diversas, entre elas estão a isenção de tarifas alfandegárias, união econômica, incentivo e desburocratização das trocas comerciais. Negociar um acordo comercial é ampliar o acesso ao mercado externo, mediante maiores preferências para os produtos do país com capacidade real ou potencial de exportação.

Os acordos comerciais podem ser definidos em tipos de acordos, que cada país deverá adotar em parceria com outros, os quais se fecham negócios. Entre estes tipos, pode-se citar os Acordos Bilaterais, os Regionais e os Multilaterais.

Acordos Bilaterais: São acordos firmados entre dois sujeitos de direito internacional (estados ou organizações internacionais), podendo versar sobre os mais diversos temas, como cooperação econômica ou segurança;



Acordos Regionais: Acordos celebrados entre estados de uma determinada região geográfica, com finalidade de promover o livre comércio de parte substancial do comércio da intrarregião.

Acordos Multilaterais: Acordos firmados por três ou mais sujeitos de direito internacional no âmbito internacional, podendo versar sobre os mais diversos temas, como cooperação econômica ou segurança.

Os acordos internacionais têm como objetivo, criar organismos que dinamizem as relações comerciais, sociais e políticas entre os países membros. Essas organizações estão presentes em todas as partes do mundo, atuando em forma de blocos econômicos, em países que discutem a economia global, órgãos que estabelecem regras e acordos para o comércio internacional, grupo de nações que visa controlar a produção e venda de um determinado produto, etc. Os blocos econômicos, por exemplo, são formados para reduzir e/ou eliminar as tarifas alfandegárias, intensificando, assim, a importação e exportação de produtos. Já a Organização dos Estados Americanos (OEA) visa garantir a paz e a segurança continental; a OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), por sua vez, controla a produção e a exportação de petróleo.

Desta forma, pode-se citar os seguintes Blocos Econômicos que fazem parte dos acordos internacionais: UE – União Europeia; MERCOSUL – Mercado Comum do Sul; NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte; CEI – Comunidade dos Estados Independentes; OMC – Organização Mundial do Comércio; OEA – Organização dos Estados Americanos; OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo.

Em 1995 instala-se uma zona de livre comércio, onde os países membros comprometem-se a manter a mesma alíquota de importação para determinados produtos. Chile e Bolívia são membros associados, assinando tratado para a formação de zona de livre comércio, mas não entram na união aduaneira.

Para produtos agroindustriais, uma das instituições de maior impacto econômico é a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC). Além da TEC, algumas tarifas também são utilizadas para a exportação dos produtos agroindustriais, tendo em vista que cada acordo comercial adota uma tarifa, variando assim de produto para produto, conforme descritas a seguir: **TARIFA COMPOSTA:** Fixada como limite máximo de uma negociação; **TARIFA APLICADA:** Imposta sobre as importações; **TARIFA ad valorem:** Tarifa percentual de



qualquer bem importado 1% a 100%; TARIFA COMPOSTA: Fixada como limite máximo de uma negociação; TARIFA APLICADA: Imposta sobre as importações; TARIFA ad valorem: Tarifa percentual de qualquer bem importado 1% a 100%.

Atualmente, os subsídios oferecidos aos produtores, sejam eles de carne, sementes ou leite, estão em movimentos de redução, devido a diversas crises ou até mesmo alguns fatores que influenciam diretamente o produtor na exportação e produção do produto, sendo estes fatores os apoios do governo ou de suas agências através de subsídios diretos; a venda ou a disposição para exportar, pelo governo, de estoques de produtos não comerciais a preços menores que os preços para o mercado; pagamentos sobre exportações de produtos agrícolas financiados por ações do governo.

Diante de todo este entendimento, os acordos comerciais, assim como os blocos econômicos, são de tamanha importância nas negociações, pois a partir dos mesmos, originam-se as ordens nas negociações e os direitos e deveres de todos os países, de exportar e importar sua produção.

REFERÊNCIAS

BATALHA O. M. Gestão Agroindustrial. In: BATALHA, M. O. (Org) *Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais*. v.1, 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

BATALHA, M. O.; SILVA A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Org) *Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais*. v.1, 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

JORNAL O GLOBO. *No Uruguai: Dilma fecha acordo de linha de interconexão elétrica*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/05/30/no-uruguai-dilma-fecha-acordo-de-linha-de-interconexao-eletrica-924562912.asp>>. Rio de Janeiro. Acesso em: 06 de agosto de 2011.



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA CADEIA PRODUTIVA DE CANA DE AÇUCAR

Fabrizio Báculo; Gilmar Alves; Lucas Alves Bertaglia; Marcelo Borssato; Paulo Hevaristo
Dias Mazzei - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão
Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

Este trabalho trata da cana de açúcar no Brasil como matéria prima de grande demanda no comércio nacional e internacional, e para tanto, requer uma necessidade de infra-estrutura logística elevada. Desta forma, considera-se que a dependência de distribuição, custo e pontualidade de entrega, devem ser exercidas coerentemente e independentemente, no ramo de atividade de transporte. Considerando as várias regiões de produção da matéria prima e diante do desperdício de bagaço no país, a produção de cana de açúcar é um segmento vasto de oportunidades, possibilitando colocar em prática, o desenvolvimento de projetos sustentáveis, que podem contribuir para fontes de energias renováveis.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeia produtiva, Setor sucro-alcooleiro, Agronegócio, Oportunidades.

O setor agroindustrial canavieiro iniciou, sobretudo nas últimas décadas, um processo de pesquisa e desenvolvimento que garante seu destaque no setor agrícola brasileiro. As usinas de cana-de-açúcar procuram se adequar ao cenário da economia nacional por meio de inovações, a fim de integrar as áreas agrícola e industrial. Neste sentido, destaca-se a seguir as formas de logística empregadas na atividade canavieira.

Logística na cadeia de produção da cana de açúcar: Um aspecto importante dos sistemas logísticos é a forma de coordenar os processos de corte, carregamento e transporte de cana desde o campo até a área industrial, para suprir adequadamente a demanda, ou seja, relacionando-se sua produção no campo, capacidade de corte, transporte, agregação de valor da matéria prima ao produto, chegando assim até o consumo final. Observa-se que existem vários caminhos para que uma matéria prima, como especificamente no caso da cana de açúcar chegue com êxito no seu processo de distribuição, relevando também custos e qualidade agregada em toda a dinâmica da Logística reversa.



Logística reversa empregada em resíduos de cana de açúcar: Sendo um trabalho voltado para o lado sustentável, a Logística Reversa é proveniente de um trabalho que envolve coletas de objetos pós-consumo, como por exemplo, o desenvolvimento de trabalho dos correios e caminhões de lixo. Levando em consideração o grande volume de produção de cana de açúcar, principalmente em regiões como Centro Oeste, Sul e Sudeste, o bagaço proveniente da industrialização pode ser utilizado como fonte de energia renovável, sendo que apenas seu caule macerado representa 55% da energia acumulada no canavial, o qual é incinerado no campo. Podendo se aproveitar o bagaço e outras partes da matéria prima, elas podem favorecer o desenvolvimento de energias renováveis, buscando novas oportunidades para o segmento sucro-alcooleiro.

Logística de suprimentos: Este segmento é responsável pelo desenvolvimento de transição da carga de matéria prima até a unidade de produção industrial, em que este será transformando em produto agroindustrial, relevando também sua retenção de custo no transporte ou comércio. Um aspecto muito importante a ser observado nesse processo, é a quantidade de carga a ser levada em determinado percurso em relação ao preço cobrado pelo transporte. Neste sentido, imaginamos que uma tonelada de cana de açúcar saia do campo, e possa ser levada numa pequena distância até a cadeia produtiva agroindustrial, em que seu preço de transporte poderá ser muito superior ao valor de aquisição da própria matéria, podendo refletir o preço desta carga no bolso do consumidor.

Logística de distribuição: Devido a cana de açúcar ter um alto grau de pericibilidade, deve-se atentar a vários cuidados em relação a sua forma de armazenagem e distribuição. Depois de colhida, a cana deve ser levada para ser descarregada em barracões ou pátios abertos, para ser processada através de moendas, sendo o mosto fermentado, purificado e resultando em álcool.

Logística de transporte: uma tomada de decisão muito difícil para o administrador é escolher o ramo de atividade de transporte que será utilizado numa determinada necessidade de mobilização da matéria prima, seja ela por malha viária, ferroviária, marítima ou aeroviária, sempre visionando custos, qualidade, característica de produto, pontualidade da entrega e viabilizando o melhor caminho para seguir. Sendo uma matéria prima perecível, os caminhos de transportes devem ser curtos e de pouco percurso, para que não comprometa a qualidade do produto e a confiabilidade da entrega. Alguns pontos devem ser levados em



consideração quanto a localização, pois locais estratégicos podem diminuir custos, tais como a logística competitiva (custos de transporte reduzidos), proximidade aos portos para exportação, localização de áreas adequadas para cultivo de cana de açúcar (inclinação para a mecanização, clima, solo e disponibilidade de água) e disponibilidade de mão de obra experiente e de alta qualidade.

Desta maneira, todas as etapas na cadeia de suprimentos têm a responsabilidade para se atingir um resultado eficaz da Logística Reversa, em que, antes se tinha simplesmente seus subprodutos descartados, sem quaisquer aproveitamento ou cuidados, passa a ter uma atenção maior, seja com o meio ambiente e até mesmo com a própria sociedade.

REFERÊNCIAS

BIODIESELBR. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/energia/residuo/residuo-setor-sucroalooeiro.htm>>. Curitiba. Acesso em: 06 de agosto de 2011.

EMPRESA RESPONSÁVEL. Disponível em: <http://www.empresaresponsavel.com/destaque_sonia_maria.php>. Acesso em: 06 de agosto de 2011.

Massilon J. Araujo. *Fundamentos de Agronegócio*. 2.ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.atoslog.com.br/agribusiness.asp?id2=470&id3=52>>. Campinas - SP. Acesso em 06 de agosto de 2011.

PORTAL DO ADMINISTRADOR. Disponível em: <<http://www.htmlstaff.org/xkurt/projetos/portaldoadmin/modules/news/article.php?storyid=783>>. São Paulo, São Paulo. Acesso em: 06 de agosto de 2011.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Fernanda Ferracini, Andressa Carvalho Leite, Karoline Milani, Marinês Rodrigues Ferreira Matsumoto, Raquel Palharin - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial.

Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O Vale do São Francisco é a região que margeia o rio São Francisco nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e dispõe de 3.000.000 (três milhões) de hectares de solos possíveis de serem irrigados. Poderoso na geração de energia, nas riquezas minerais e na irrigação, é uma das regiões agrícolas mais dinâmicas do Nordeste brasileiro. O Vale do São Francisco produz uma diversidade de frutas tropicais tais como banana, goiaba, coco, acerola, uva, melancia, melão, manga, mamão entre outras. Este artigo visa mostrar o quanto a região do Vale do São Francisco evoluiu com a fruticultura irrigada, e o quanto esta evolução beneficiou a economia nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Irrigação, Fruticultura irrigada, Economia Regional.

O início do desenvolvimento do Vale do São Francisco está diretamente associado aos projetos de irrigação, implementados pelos governos federais e estaduais para impulsionar a viabilidade econômica na região semi-árida. A partir dos anos 70, a irrigação começou a destacar-se na economia da região, que se desenvolveu e se tornou um importante centro produtor de frutas nos mercados interno e externo.

Atualmente a região do Vale do São Francisco é conhecida como fonte de produção e emprego, destacando-se no semi-árido como exemplo de sucesso a ser seguido por outras áreas vizinhas, que ainda não conseguiram desenvolver uma fonte de renda que traga tanto retorno e possibilidade de crescimento.

Os impactos da fruticultura podem ser identificados nos diversos setores da economia, pois, do ponto de vista econômico, fomentou a economia da região atraindo investidores e renda, o que refletiu em outros setores da economia local e regional. O Pólo Petrolina-Juazeiro no Vale do São Francisco, alcançou notoriedade e relevância nacional e internacional, como uma importante região produtora de frutas de mesa. O Pólo produz



atualmente uma grande diversidade de frutas tropicais, tendo, entre suas principais, goiaba, banana, uva, melão e melancia.

Há pouco mais de dez anos, se julgava impossível produzir vinhos em qualquer lugar do mapa tão perto da linha do Equador. Quente, seco e eficientemente bem irrigado, o Vale do São Francisco fez ruir a crença. No paralelo 8 do mapa, o improvável virou realidade: a fronteira entre Pernambuco e Bahia é a primeira região vinícola tropical da história e o que parecia defeito se mostrou virtude e, atualmente, cinco vinícolas produzem vinhos com as uvas irrigadas pelo Rio São Francisco. Com o reconhecimento no setor de viticultura, o Vale do São Francisco tornou-se mundialmente conhecida, atraindo investimentos de produtores, que contaram com o apoio do governo.

A produção de frutas no vale do Rio São Francisco movimenta mais de 1 bilhão de reais por ano. O carro chefe da atividade na região é a produção de uva e manga, e essa produção ocupa mais de 35 mil hectares em área plantada.

Os produtores da região do Vale do São Francisco tiveram que adequar a mão de obra, seguindo normas de procedimentos, desde o início do plantio até a colheita. O Sucesso da cadeia frutífera na região atraiu investimentos em diversas áreas e vem beneficiando todo o conjunto ligado ao processo produtivo.

O quadro industrial da região vem se diversificando junto ao crescimento da fruticultura com a expansão da sua região, podendo destacar-se as empresas fornecedoras de máquinas e equipamentos ligados à irrigação, que buscam o aperfeiçoamento para o aumento sistemático da eficiência; as empresas fornecedoras de insumos sementes, mudas, fertilizantes, fungicidas, bactericidas, inseticidas, que desenvolvem constantes trabalhos de pesquisa em áreas da biotecnologia; empresas públicas (energia e água) que trabalham para garantir os recursos primordiais à continuidade da Irrigação; as agroindústrias processadoras de produtos tais como suco, polpa, iogurtes, doces, sorvetes e geléias que seguem os critérios de padrão de qualidade.

Entre as culturas que estão tecnologicamente mais avançadas, e por isso são mais aceitas pelo mercado comprador e também mais plantadas pelas empresas da região, estão à uva e a manga. Estas apresentam uma participação nas exportações no âmbito nacional muito expressiva, sendo que atualmente a produção destas frutas no Vale do São Francisco atinge mercados importantes como EUA, Europa e Japão.



A fruticultura apresentou um grande potencial para geração de empregos diretos e indiretos, tais como assistência técnica, formação de mão de obra, fornecimento de insumos, equipamentos, embalagens, serviços de transporte entre outros.

A reestruturação produtiva acarretada pela especialização da fruticultura irrigada gerou mudanças nas bases técnica e cultural da produção na região, refletindo no processo de desenvolvimento econômico e social.

A especialização na produção de frutas trouxe para a região uma cadeia produtiva complexa com características bem definidas, como a necessidade de mão-de-obra intensa e qualificada para gerir pacotes tecnológicos impostos ao plantio, manejo, colheita, acondicionamento e comercialização da produção. Também, faz elos com interesses de agentes financiadores, agroindustriais e de demanda do mercado interno e externo, fazendo com que o Vale do São Francisco se destaque como um pólo produtor de frutas de qualidade.

REFERÊNCIAS

BACELLAR-SCHITTINI, A.E. de F.; DÉSTRO, G.F.G.; DIAS J.; BOTTURA, G. Unidades de conservação na bacia do São Francisco: uma análise da representatividade de unidades da paisagem. In: Internacional Association of Landscape Ecology, 1, 2007. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ. 2007.

CBHSF. *Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. Disponível em: <<http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/baciasf.aspx>>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

LINS, Roberta de M. *Organização da cadeia produtiva do vinho na Região do São Francisco: o caso da Vinícola do Vale do São Francisco Ltda*. 1995. 98f. Dissertação. (Mestrado) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1995.



COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

Gabriel Capello - Acadêmico do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão
Empresarial - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O cooperativismo, utilizado diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços, os quais necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes, surge cada vez mais forte como oportunidade para o desenvolvimento da agricultura familiar. Produtores rurais unidos em forma de cooperativa participam de programas oferecidos pelo governo, conseguindo obter uma renda fixa, e além de subsistir, ter condições melhores de vida. Por meio de cooperativas, a agricultura familiar é a grande propulsora do desenvolvimento comercial e, de serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Adotando-se pequenos incentivos, tem-se uma resposta quase que imediata, tanto no seu meio como nos outros setores econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Produtor Rural, Cooperativas, Projetos, Agricultura.

Conforme definição da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. As sociedades cooperativas têm como objetivo o exercício de atividades ou a execução de negócios em proveito de seus próprios associados.

De acordo com Rech (2000), a cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo do fato de a mesma ser, simultaneamente, uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes.



Existem diversos segmentos de cooperativas no Brasil, como por exemplo, cooperativas de consumo, crédito, energia, telecomunicações e serviços, habitacional, saúde, produção, educacional, mineral, especial, trabalho e agricultura.

A agricultura familiar é constituída por famílias de agricultores que produzem alimentos dos mais variados tipos com o seu próprio trabalho. Na agricultura familiar é o próprio trabalho da família o responsável pela aquisição de dinheiro, diferentemente da agricultura patronal, onde há uma relação típica de exploração de trabalho alheio de empregados ou trabalhadores assalariados e por sua característica de integrar a produção e o consumo, a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos na região de Londrina – PR. Agricultores familiares, portanto, ao mesmo tempo em que produzem, também consomem parte de sua produção. Esses alimentos podem ser de melhor qualidade, pois os produtores usufruem da sua própria produção e para conseguir fazer com que o trabalho da família possa ser empregado ou possa gerar mais dinheiro durante o ano inteiro, ele terá que ocupar-se com várias atividades (ANDRIOLI, 2008).

A agricultura familiar é, conforme o Censo Agropecuário 2006, a principal geradora de emprego no meio rural brasileiro, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas no campo, correspondendo a mais de 74% da população agrícola. Em termos de produção, apesar de ocupar apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção e por grande parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, respondendo por 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% da pecuária de leite, 46% do milho, 50% das aves e 34% do arroz produzido no país (IBGE, 2009)

Mesmo a agricultura tendo esse importante papel na economia brasileira, Andrioli (2008) mostra que o fenômeno historicamente conhecido como dependência dos agricultores em relação a alguns fatores de produção é um problema clássico da produção agrícola, pois a terra é um recurso limitado que não pode ser reproduzido. Terra, portanto, não é capital, porque ninguém consegue produzir terra. Os agricultores têm acesso à terra, a esse recurso natural e, a partir dele, conseguem produzir determinada renda. A dependência ocorre em função da relação direta da agricultura com a natureza.



Sendo assim, a agricultura é uma atividade dependente da natureza. Sem condições adequadas de solo, clima, água, enfim, condições climáticas favoráveis, a base da agricultura deixa de existir.

Ao produzirem, os agricultores estão numa situação de concorrência entre si, tendo em vista que a superprodução de cereais e de alimentos no mundo faz com que os preços dos produtos agrícolas tendencialmente venham a baixar. Por outro lado, os agricultores estão numa condição de submissão em função da dependência de insumos que eles mesmos não podem produzir. As grandes corporações agrícolas multinacionais têm monopolizado o fornecimento desses insumos, inclusive aquilo costumeiramente chamado de tecnologia agrícola. Portanto, os agricultores estão confrontados com uma situação de concorrência entre si no mercado internacional com a baixa de preço dos seus produtos e, por outro lado, com o monopólio crescente do fornecimento de insumos. As duas situações combinadas fazem com que, ao final, o seu trabalho seja menos remunerado (ANDRIOLI, 2008).

Pelo que se percebe, apesar das dificuldades, a agricultura familiar no Brasil não é inviável, ela tem sido sim, inviabilizada por um modelo de desenvolvimento que contempla apenas as grandes propriedades rurais. A modernização conservadora da agricultura brasileira caracteriza-se pela famosa revolução verde, a qual não contempla a agricultura familiar, mas, sim a agricultura voltada para as exportações, ou seja, as grandes propriedades rurais.

Para subsistir, a agricultura familiar necessita de apoio, principalmente do governo, através de projetos onde os agricultores sejam valorizados e consigam fornecer o máximo de sua produção. Projetos esses que ano a ano aumentam a oportunidade de uma vida melhor para os produtores rurais. Os projetos disponibilizados pelo governo, federal ou estadual, só podem entrar em atividade se os agricultores familiares estiverem unidos em forma de associação ou cooperativa. Então, através de cooperativas de agricultura familiar, os pequenos produtores rurais podem participar de programas oferecidos pelo governo e ter no mínimo uma fonte de renda fixa, e mesmo que pequena já serve como incentivo tanto aos próprios produtores como também aos familiares e filhos principalmente.

REFERÊNCIAS



ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. *Revista Espaço Acadêmico*, n.89, Out., 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Brasília: MDA/MPOG, 2009.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/Cooperativismo/PrincípiosCooperativistas/tabid/335/Default.aspx>>. Acesso em 16 junho de 2011.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.



A IMPORTÂNCIA DA FIDELIZAÇÃO E RETENÇÃO DE CLIENTES PARA A ORGANIZAÇÃO

Jociane do Nascimento Marçal Lupatelli – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador: Prof. Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este artigo científico, com base em pesquisa bibliográfica, tem por objetivo expor a importância da fidelização e retenção dos clientes para a empresa. Aborda a importância da carteira de clientes fiéis como garantia de rendimentos e lucros a longo prazo. Para a retenção e fidelização dos consumidores as organizações estão investindo no marketing de relacionamento, que aposta no vínculo duradouro e lucrativo, que vai além de concretizar venda, trabalha pela preservação dos clientes conquistados, buscando sua alta satisfação, para lucrar com a repetição das vendas, através do atendimento de excelência, convertendo eventuais consumidores em clientes fiéis, diminuindo a sensibilidade dos consumidores ao preço, garantindo a rentabilidade e lucratividade da organização.

PALAVRAS-CHAVE: Clientes; Fidelidade; Relacionamento; Lucros, Rentabilidade.

Com os avanços tecnológicos e as economias globalizadas os consumidores têm disponíveis diversidades infinitas de produtos e serviços, e devido a essa diversidade as empresas estão acirrando a disputa pela preferência de seus consumidores, utilizando-se de modelos de marketing agressivos para sair à frente da concorrência, conscientes de que não basta apenas oferecer produtos de qualidade, preços competitivos e um ambiente agradável para conquistar o cliente, é necessário mais, é preciso surpreender o cliente, ir além de satisfazer suas necessidades e desejos.

Diante das dificuldades em trazer novos clientes para a empresa, um caminho alternativo é dar atenção especial aos que a organização já possui. Para isso conta com o marketing de relacionamento, que por sua vez trabalha pela preservação dos clientes conquistados e lucrar pela repetição das trocas, visando desenvolver e manter trocas bem sucedidas e duradouras, portanto, realizar a venda é apenas o início do ciclo, é a conquista de um cliente, o foco é fazer com que se gere valor percebido, no intuito que haja repetição das compras, satisfação e a fidelidade do cliente.

De acordo com Cobra e Ribeiro (2000, p.34) a satisfação do consumidor é o fator crucial do sucesso da organização, porque podem influenciar diretamente a lealdade de marca,



repetição de compras, as comunicações verbais favoráveis, que toda organização gostaria de saber influenciar e controlar.

O marketing de relacionamento de acordo com Hoffman (2010, p.452) dá ênfase à importância da retenção do cliente e a preocupação com a qualidade ultrapassam os limites departamentais, envolvendo a empresa toda. Observa-se também que a empresa deve selecionar seus clientes, de preferência os mais rentáveis, pois somente assim poderá dar atenção especial a eles, desenvolvendo programas de marketing individualizados que capturam deles valor superior e a alta satisfação.

Portanto, a organização que manter e cultivar os seus clientes atuais, entregando-lhes valor superior e aumentando sua satisfação, obterá uma clientela fiel e leal, o que proporcionará a sustentabilidade e a lucratividade da empresa com a repetição de suas compras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, SERGIO. *O melhor sobre clientes – 500 citações textos e comentários*. 5. ed., Salvador: Casa da Qualidade, 1997.

CASAS, Alexandre L. L. Las. *NOVOS rumos do marketing*. São Paulo: Atlas, 2001.

COBRA, Marcos; RIBEIRO, Áurea. *Marketing: magia e sedução*. São Paulo: Cobra, 2000.

HOFFMAN, K. Douglas; LIMEIRA, Tania Maria Vidigal; VELOSO, Andres Rodriguez (Rev. téc.). *Princípios de marketing de serviços*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BATESON, John E. G.; IKEDA, Ana A.; CAMPOMAR, Marcos Cortez. *Princípios de Marketing de Serviços*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

KOTLER, Philip. *Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber - 3. ed.*, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

KOTLER, Philip. *Administração de Marketing*. Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. *Princípios de Marketing*. 6. ed., São Paulo: Pearson, 2007.



BARREIRAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO SETOR VEGETAL

Fabiane Martins, Juliano de Carvalho de Souza, Fernanda Mazetti Franco, André Gustavo de Francisco - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro

Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

No advento da necessidade de controlar e regular o crescente fluxo de produtos/mercadorias no âmbito do comércio internacional, foram criadas barreiras, atualmente o controle de tais barreiras é tarefa Organização Mundial do Comércio (OMC) que possui como função principal o gerenciamento de acordos multilaterais para facilitar o comércio internacional. Dentre as relações comerciais, existem tributos, cotas e subsídios que basicamente são ministrados pelos países aos seus produtores e aos produtos provenientes de outros países que possam vir a ser importados pelo país em questão, tais taxas e subsídios têm como função proteger a economia do país. As barreiras técnicas têm como principal função controlar as especificações e qualidade dos produtos que serão exportados e importados entre os países. Cabe a OMC controlar e regular tais barreiras para que não venha ocorrer excessos por parte dos envolvidos no comércio internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Barreiras tarifárias, Barreiras não tarifárias, Política comercial.

A expressão Barreiras designa de certa forma o protecionismo com as quais os países desincentivam as importações de produtos e serviços. Os exemplos mais comuns são as taxas/impostos alfandegários e as quotas de importações mas, nos últimos anos têm-se intensificado outros tipos de barreiras não tarifárias, incluindo variadíssimas formas de procedimentos regulamentares. Contudo têm se intensificado também os esforços para redução das diversas formas de barreiras ao comércio, destacando-se os diversos exemplos de acordos internacionais de integração econômica.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) trata das regras sobre as moedas e seu preço no mercado mundial entre as nações ,gerencia os acordos que compõem o sistema multilateral de comércio. Rodada Doha é uma série de negociações em prol da liberalização do comércio mundial. Isso ocorre em especial nos produtos agrícolas, já que os países mais pobres não possuem uma infra estrutura industrial semelhante a dos mais ricos.



As barreiras econômicas mais comuns são: tarifas alfandegárias, taxas de câmbio, licenças de importação e exportação; Barreiras alfandegárias são barreiras comerciais estabelecidas pelos governos com o objetivo de controlar o intercâmbio internacional de mercadorias. Essas barreiras podem ser praticadas na forma de tarifas, cotas e licença de importações e exportações. Taxa de câmbio é o preço de uma moeda em unidades monetárias de outra moeda. A licença de exportação é um documento que possibilita a saída de um produto para outros países. É a imposição de tarifas sobre os produtos importados e a consequência evidente é elevar o preço dos importados, incentivando o consumo dos produtos nacionais. Uma forma de proteção à economia interna importante e também conhecida como uma barreira não-tarifária é o subsídio. O subsídio, quando empregado como instrumento de política comercial, consiste em pagamentos, diretos ou indiretos, feitos pelo governo, para encorajar exportações ou desencorajar importações. Em ambos os casos, equivalem a um imposto negativo e representa, portanto, uma redução de custo para o produtor.

São barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade. As barreiras Técnicas iniciaram se com o grande crescimento das exportações. São consideradas como barreiras não tarifárias aquelas que não se referem ao pagamento de tributos sobre a importação/exportação.

São as barreiras ou normas técnicas são criadas para a segurança da exportação para os países, prevenção de práticas enganosas, proteção da saúde, vida e saúde do vegetal e proteção ao meio ambiente. O reflexo das novas exigências internacionais é a adoção de selos de certificação que comprovam a qualidade e sanidade do bem importado e que fazem atender aos requisitos que comprove sua adequação e tem como objetivo gerar produtos de qualidades, prezarem pela segurança alimentar e viabilizar a econômica.

Dentre os vários objetivos das políticas tarifárias e as barreiras técnicas, sua adesão implicará em diversas alterações que influenciam diretamente a economia, os países de pequena participação no comercio internacional tentem a sofrer mais com as barreiras, contudo a OMC, é encarregada em supervisionar as negociações e operações dentro da área de comércio exterior além de reforçar e garantir a liberalização do comércio internacional, eliminado se preciso algumas das barreiras que possam estar atrapalhando o desenvolvimento



do mercado e o crescimento de países emergentes ou até mesmo criar barreiras para proteger estes, com a intenção de que haja maior dinamismo no mercado.

REFERÊNCIAS

COMÉRCIO EXTERIOR. *Barreiras ao Comércio*. Disponível em:

<<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/13324/material/Microsoft%20PowerPoint%20-%20CAP.%209%20-%20BARREIRAS%20C.%20EXTERIOR.pdf>>. Acesso em: 31 de Agosto de 2011.

OMC, Organização Mundial do Comércio. Disponível em:

<<http://www.brasilecola.com/geografia/omc.htm>>. Acesso em: 31 de agosto de 2011.

QUALIAGRO - *Sistema de Rastreabilidade*. Disponível em:

<<http://www.qualiagro.com.br/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2011.

VIEGAS, Isabel Fernandes Pinto. *Impactos das barreiras comerciais dos Estados Unidos e União Européia sobre a pauta de exportações agrícolas brasileiras*. 2003, 68p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba-SP, 2003.



ASPECTOS LOGÍSTICOS DA TRAJETÓRIA DO LEITE NO BRASIL

Fernanda Mazetti Franco, Juliano de Carvalho de Souza, Fabiane Martins, André Gustavo de Francisco - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

O consumo humano do leite de origem animal começou há 11.000 anos com a domesticação do gado e este processo se deu em especial no Oriente Médio. O primeiro animal domesticado foi a vaca, e em seguida a cabra, aproximadamente na mesma época; finalmente a ovelha, entre 9000 e 8000 a.C. Durante a Antiguidade e a Idade Média, o leite era muito difícil de se conservar e portanto era consumido fresco ou em forma de queijo. Com o tempo novas tecnologias foram sendo desenvolvidas e foram dando início a novos derivados. Estas inovações também conseguiram que o leite ganhasse aspecto mais saudável, tempos de conservação mais previsíveis e processamento mais higiênico.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo de leite, Logística, Transporte de leite.

A cultura do leite vem de encontro com a evolução dos processos que envolvem sua cadeia, a qual está intimamente ligada ao crescimento econômico e a globalização. Estes fatores acrescentaram aumento na demanda e tornou o produto mais acessível e qualificado para os mais diversos mercados. Clientes mais exigentes, normas e certificações exigiram mais profissionalismo e dedicação das partes envolvidas a este processo, visto que a demanda do leite e de seus derivados tem contínuo crescimento de consumo.

Traçando-se um histórico da pecuária leiteira no Brasil, se encontra relatos de que o produto surgiu por volta de 1500, com os colonizadores trazendo bois e vacas para o território nacional. A produção no Brasil seguiu sem inovações até a década de 1950, quando houve um surto de industrialização. Na década de 1960, o leite tipo B ganhou expressão nacional e já no início da década 80, os leites tipo B e C eram líderes em vendas nas regiões metropolitanas, porém o leite longa vida começou a ganhar mercado, provocando a expansão de regiões como o Centro-oeste e o Norte, que não possuía grande expressão nacional nessa atividade.



No Estado do Paraná, que registrou um crescimento de 18% na produção de leite em relação a 2008/2009, teve ainda aumento no número de produtores no período de 2000 a 2010, passando de 35 mil para 118 mil. Atualmente é o terceiro maior produtor de leite do País, sendo a cidade de Castro, nos Campos Gerais, o município com maior produção de todo o Brasil. Os programas de melhoramento genético, controle sanitário, manejo, alimentação e capacitação técnica profissional, implantados pelas cooperativas, empresas privadas, produtores e órgãos governamentais, foram de grande importância e responsáveis pelo desenvolvimento da bovinocultura de leite no Estado. O desenvolvimento das Cooperativas, neste setor, foi conquistado, principalmente, pelos grandes investimentos em programas de Qualidade Total, Gestão das Propriedades e pela Assistência Técnica prestada aos cooperados durante várias décadas.

Analisando a trajetória do leite, pode-se observar que fatores influenciaram diretamente na criação de processos que propiciassem um aumento no fornecimento deste produto, tais como crescimento populacional, aumento da renda per capita e aumento de demanda por maior diversidade de derivados, entre outros. A demanda pelos produtos lácteos teve aumento acentuado a partir de 1995, incrementada pelo aumento do poder de compra da classe social mais baixa.

Por ser um do produto de rápida deterioração, o leite é um dos produtos que exigem a logística mais perfeita de transporte, visto que qualquer erro é fatal para a sua qualidade. Os avanços da pecuária leiteira do Brasil nesse aspecto foram lentos e por etapas. Na década de 50, empregavam-se grandes quantidades de barras de gelo nos vagões de trens para que o leite pudesse sair dos laticínios e chegar nas grandes cidades em condições razoáveis de consumo. Quando o trem atrasava ou quebrava, tudo era perdido.

Os primeiros caminhões tanques isotérmicos e as geladeiras nas fazendas, como eram exigidos pela legislação para o leite B, melhoraram significativamente as condições do transporte e a qualidade do leite. O primeiro passo do Brasil num sistema mais moderno de transporte, como o que já existia nas nações mais evoluídas, ocorreu em 1976 na Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos, no Vale do Paraíba.

Pela primeira vez no país, o leite de um grupo de produtores era enviado das fazendas para a usina da cidade num caminhão equipado com tanque refrigerado, iniciando-se assim a chamada coleta do leite a granel, supra-sumo entre os sistemas de transporte de leite.



Finalmente, o leite ganhava condições de manter-se numa cadeia de frio desde a fazenda até os pontos de vendas nas cidades. A coleta granelizada tardou sua universalização por vários motivos, principalmente a precariedade ou inexistência de estradas, falta de rede de energia elétrica nas propriedades, custo da implantação do sistema. Quando a palavra chave “globalização” contaminou a economia brasileira e mundial. Obrigando o produtor ser moderno, competitivo, estar preparado para enfrentar a concorrência. Surge no Brasil o Código de Defesa do Consumidor. A sociedade passa a ter uma postura mais crítica em relação aos produtos que compra.

O lançamento do Plano Real, que venceu o dragão inflacionário, levou as empresas de laticínios a buscarem seus lucros mais na parte operacional do que na especulativa. Reduzir custos era uma questão de sobrevivência. Várias multinacionais fabricantes de tanques de expansão chegam ao Brasil, fazendo concorrência com as que já estavam aqui. Hoje temos uma dezena de fábricas desses equipamentos. Atualmente cerca de 80% do leite das cooperativas são captados dessa forma. Em termos globais, incluindo os laticínios privados, o índice de coleta a granel chega a 60%. Um crescimento notável por dois motivos. Primeiro, pela monumental existência de um milhão de produtores, contra, por exemplo, os Estados Unidos (80 mil produtores) e Argentina (30 mil), onde o índice de granelização atinge 100%.

Com todos estes fatores, observa-se atualmente um aumento na exportação deste produto, devido ao valor pago no mercado externo ser maior do que se o produto fosse mantido no mercado interno. Caso contrário, certamente o Brasil seria favorecido, uma vez que o aumento da exportação faz com que diminua a quantidade de leite que permanece no país, encarecendo a mesa dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

FONSECA, L. R. L. Granelização do leite. *Leite e derivados*. v.10, n.56, p.66-68, 2001.

GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B. Perspectivas futuras dos sistemas de produção de leite no Brasil. In: GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B.; CARNEIRO, A. V. *O agronegócio do leite no Brasil*. Juiz de Fora - MG: Embrapa Gado de Leite, 2001.

JANK, M. S.; GALAN, V.B. Competitividade do sistema agroindustrial do leite no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE LATICÍNIOS, 15, Juiz de Fora, *Anais...* Juiz de Fora: EPAMIG, 1998.



MARTINS, R. S., SANTOS, C. V., TEIXEIRA, S. R. Alterações da rede logística e expansão do mercado de leite longa vida no Brasil. *Organizações rurais e agroindustriais*. Lavras-UFLA: v.1, n.2, p.55-69, [S/D].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. *Segurança Alimentar*. Uma abordagem de Agribusiness. São Paulo: ABAG, 1993.



BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Karoline Milani, Fernanda Ferracini, Andressa Carvalho, Neilson Gonçalves, Raquel Palharin

- Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro Universitário

Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti. Curso de Administração – Gestão

Empresarial - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

As barreiras Fitossanitárias é uma importante medida adotada por diversos países que participam da OMC (Organização Mundial do Comércio), para regularizar as importações e exportações de plantas e vegetais. A pesquisa objetivou avaliar como funcionam essas barreiras implantadas, assim como, quais os requisitos, e objetivos na implantação. Facilmente pode vir ocorrer pragas, e doenças nas plantas e vegetais se não tratadas com devido cuidado, por isso a importância das barreiras para a população, pois estas doenças e fungos que se hospedam nas plantas podem trazer prejuízos e epidemias para os humanos, causando grande transtorno para todos os países.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Importação, Exportação, Transporte.

As barreiras Fitossanitárias são medidas criadas para a prevenção de doenças, pragas e fungos nas plantas e vegetais. O acordo de barreira fitossanitária, que ficou conhecido como Acordo sobre aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), foi criado entre os anos de 1986 e 1994, durante a Rodada Uruguai, feito pelo antigo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), se tornando posteriormente OMC (Organização Mundial do Comércio).

O acordo que trata das medidas sanitárias e fitossanitárias, tem os seguintes objetivos: Proteger a vida animal e vegetal dentro do território do país membros; Alertar sobre os riscos surgidos da entrada, contaminação e disseminação de pestes, doenças, organismos contaminados ou causadores de doenças; Proteger a saúde dos seres humanos de riscos provenientes de doenças portadas por plantas, animais; Garantir que as barreiras não se transformassem em obstáculos desnecessários ao comércio; Outros danos que a importação ou exportação poderiam causar para o país membro do acordo.

Entre os problemas que poderia vir causar sem esse acordo, está a intervenção indevida do estado para impedir ou dificultar a importação de produtos de determinados



países. Cada país tem as suas exigências e barreiras fitossanitárias, sendo que alguns exigem o Certificado Fitossanitário (CFO), que atesta a condição fitossanitária da partida de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal em sua origem, de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, outros somente o controle de pragas, ou de determinados produtos utilizados na produção, ou seja, não existe uma única regra para exportação em todos os países e cada país define as suas regras, conforme aprovado pela OMC.

Existe também a Permissão de Trânsito de Vegetais (PVT), que é um documento emitido pelo fiscal estadual do órgão de defesa sanitária vegetal, destinado a acompanhar o trânsito da partida de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal, no transporte rodoviário, aéreo doméstico, hidroviário e ferroviário, de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal, para assegurar que o transporte seja seguro, e não prejudique o produto no processo de transferência.

As medidas adotadas podem se caracterizar como barreiras quando ocorrer: Imposição de padrões tecnológicos e culturais incompatíveis com a do país exportador, implicando em alterações importantes no processo produtivo, elevando custos; Discriminação de produtos importados; Discriminação de usos de insumos, especialmente em produtos agrícolas, sob a alegação não-comprovada, de danos à saúde e ao meio ambiente; Falha na divulgação das exigências técnicas. Por isso a importância do controle, pois este existe para que não ocorram injustiças na importação e exportação dos produtos, e também para contribuir com a economia e higiene de todos os países participantes.

As Organizações Internacionais de Normalização do SPS são o Comitê do Codex Alimentarius, que é um programa conjunto das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua influência se estende a todos os continentes, e os membros da OMC devem seguir os padrões internacionais estabelecidos por eles, para aplicação das medidas sanitárias e fitossanitárias. No Brasil o trabalho é desenvolvido pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Agência Nacional de Vigilância sanitária do Ministério da Saúde.

Com relação às barreiras em exportações, na exportação de soja para o MERCOSUL, por exemplo, a Argentina exige que a todas as partidas ou lotes de soja (consumo ou semente)



procedentes do Brasil seja incorporado o Certificado Fitossanitário Internacional. Se a exportação for para o Paraguai e Uruguai as exigências fitossanitárias são somente para as pragas. Outro caso refere-se a exportação de manga: na Austrália, o país importador deve ter tratamento aprovado contra mosca, o Canadá exige o Certificado Fitossanitário e os Estados Unidos exigem o Certificado fitossanitário e tratamento contra mosca das frutas. Para exportação do Suco de laranja a União Européia possuem exigências quanto às certificações, e aplicação de restrições fitossanitárias para a pinta preta, cancro cítrico e a imposição de limites máximos para resíduos de pesticidas. Já na China é exigido o Certificado fitossanitário, e ocorre diferenciação das tarifas de importação de acordo com a temperatura do suco. Desta forma, cada país possui as suas restrições que precisam ser seguidas, pois do contrário, não aceitam o produto importado e devolvem para o país.

Assim, pode-se afirmar que as barreiras fitossanitárias, como outras barreiras técnicas implantadas pela OMC vieram para estabelecer a segurança e igualdade do comércio internacional, pois com o Acordo, as medidas implantadas pelos países participantes passaram a ser fiscalizadas e acompanhadas.

Da mesma forma que as barreiras foram importantes para garantir a exportação e importação dos produtos, tornaram-se empecilhos na comercialização desses produtos, pois as exigências podem ser variadas, visto que cada país possui a sua medida fitossanitária. Com isso o investimento em tecnologia e cuidado são maiores, para que não ocorram erros, do contrário a importação será perdida. Porém, todo este investimento vale a pena, levando em conta que a saúde da população está sendo preservada, pois do contrário poderia gerar gastos ainda maiores, para contornar as doenças que as pragas e fungos vindos das plantas e vegetais, podem causar a todos.

REFERÊNCIAS

EMBRAPA. *Histórico*. Disponível em:
<<http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior. *Barreiras externas às exportações brasileiras para Estados Unidos, Japão e União*. Disponível em:



<http://www.cni.org.br/produtos/com_ext/barreiras2001.htm>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

FERRAZ FILHO, G. Barreiras técnicas ao comércio internacional: a experiência das exportações brasileiras. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n.52, p.47-56, jul./set. 1997.



PROPAGANDA POLÍTICA: SUA INFLUÊNCIA NA OPINIÃO PÚBLICA

Lidia Makita – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A propaganda política é uma atividade organizada, com regras e técnicas para influenciar a opinião pública e conquistar votos para candidatos através dos meios de comunicação em massa. Este artigo apresenta informações para refletirmos o quanto somos manipulados através destes meios de comunicação. Segundo Napoleão: “Para ser justo, não é suficiente fazer o bem, é igualmente necessário que os administrados estejam convencidos. A força fundamenta-se na opinião. Que é o governo? Nada, se não dispuser da opinião pública.”

PALAVRAS – CHAVE: Política. Propaganda. Opinião. Votos. Eleitores.

A palavra propaganda foi introduzida pelo Papa Clemente VII, quando fundou a Congregação da Propaganda, com a finalidade de propagar a fé católica no mundo. Deriva do latim *propagare, que deriva de pangere*, que quer dizer: enterrar, mergulhar, plantar. É a propagação de doutrinas religiosas ou princípios políticos. As definições hoje estão longe do seu primeiro sentido apostólico.

Atualmente contamos com formidáveis recursos tecnológicos para facilitar a sua divulgação; como a televisão, o rádio, a internet, a imprensa de grande tiragem, os cartazes gigantescos.

Segundo Sant’Anna: “ A propaganda é uma tentativa de influenciar a opinião e a conduta da sociedade, de tal modo que as personagens adotem uma opinião e uma conduta determinadas.”

Os motivos que movem algumas pessoas a ocuparem-se dos problemas públicos são: a vaidade e a necessidade de ser reconhecido. Temos os exemplos dos tempos da antiguidade, onde os gregos e romanos buscavam o culto pela imagem pessoal, mediante o uso de estátuas, cunhagem de seus rostos em moedas.

É uma atividade organizada, com regras e técnicas para influenciar a opinião pública e conquistar votos para candidatos através dos meios de comunicação em massa. O que há de mais importante em campanhas eleitorais? As informações. Porque a única ação vergonhosa é perdê-la.



O importante é decidir a forma de combate a ser considerada na batalha pelos votos.

O processo eleitoral é regido por três leis básicas: a lei da indiferença: são os indecisos e indiferentes que não notam o que se passa ao redor, a lei da procrastinação: é o deixar para última hora, os eleitores que deixam para decidir em quem votar no último momento; a lei da efemeridade: as pesquisas mostram as oscilações na opinião do eleitorado, o quanto muda a intenção de voto.

Qualquer acontecimento, fala ou ação do candidato pode influir na decisão final. Na propaganda política utiliza-se o mesmo planejamento utilizado no combate nas guerras militares. Os candidatos e assessores aprendem como atacar pela frente e pelos flancos, defender suas posições, quando e onde usar a sua artilharia (publicidade pacificante através de veículo de comunicação) e sua infantaria (militantes que vão às ruas para o corpo-a-corpo), como e quando fazer guerrilha. Nas ações de propaganda política deve-se lograr, flanquear e dominar os concorrentes, pois a natureza das ações é de conflitos entre candidatos e partidos; e através destas ações, satisfazer as necessidades e desejos eleitorais.

Com a metáfora “eleição é guerra”, vamos entender as manobras efetuadas por grandes generais em casos de batalha e que venceram com movimentos precisos e no tempo certo. Primeiro passo: conquistar e ocupar o maior número possível de território geográfico e nos meios de comunicação. Desde a antiga Roma, já sabiam que política é orientada para a expectativa de recompensas, já sabiam que política é a arte de negociar, é a promoção de interesses e valores, se você não pode com o inimigo, negocie o que tiver, da melhor maneira possível. Isso significa que é preciso ter sensibilidade da realidade em tempo hábil na campanha, para que, se preciso for, procurar os candidatos mais cotados para negociar seu eleitorado. Essa retirada deve acontecer no tempo certo, para que não pareça fuga ou covardia e nem provocação. Qual a vantagem da retirada em uma campanha eleitoral? Melhor um pouco do que nada.

Este artigo apresenta informações para refletirmos o quanto somos manipulados através destes meios de comunicação. Segundo Napoleão: “Para ser justo, não é suficiente fazer o bem, é igualmente necessário que os administradores estejam convencidos. A força fundamenta-se na opinião. Que é o governo? Nada, se não dispuser da opinião pública.”



REFERÊNCIAS

DOMENACH, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. Ebook Libris. [S/D].

MANHANELLI, Carlos A. *Estratégias eleitorais: marketing político*, Disponível em: http://books.google.com/books?id=xXQol7_JE10C&printsec=frontcover&dq=marketing+politico&hl=pt-BR&ei=qv3DTdWZMsbv0gGT2OWGCA&sa=X&oi=book_result&ct=book-preview-link&resnum=1&ved=0CFIQuwUwAA#v=onepage&q=marketing%20politico&f=false. Acesso em 21 de dezembro de 2011.

RAMOS, Wolney. *Manual das Eleições Para Vereadores*. CMP Editora, 2008.

SANT'ANA, Armando; Júnior, I. Rocha; Garcia, Luiz F.D.. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 8. ed., São Paulo: Cengage – Learning, 2009.

TAVARES, Rufino. *Propaganda Política: candidaturas Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz* (junho de 1909 a março de 1910).



PERFIL DOS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR¹

Lorena Torres Guilhem - Acadêmica do 4º ano do curso de Administração: Habilitação em Gestão Empresarial da UniFil

Profa. Ms Maria Eduvirge Marandola - Economista. Mestre em Teoria Econômica, Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O ramo alimentício do tipo orgânico é um exemplo de ciclo produtivo equilibrado, ou seja, sua atividade atende a necessidade de preservação ambiental garantindo a sociedade uma alimentação que lhe agregue maiores benefícios nutricionais e estimável qualidade de vida, sendo também uma atividade comercial, atendendo os anseios do sistema econômico. O aumento significativo de procura por alimentos mais saudáveis e naturais, une-se a perspectiva de uma vida mais próxima da natureza, sendo assim, o mercado se torna promissor para produção orgânica, que pode vir a contar com novos adeptos e consequente aumento lucrativo, já que os alimentos orgânicos possuem maior valor agregado, decorrente do modo produtivo, o que pode ser vantajoso para quem o produz e satisfatório para quem o consome. Mesmo carecendo de incentivos e respaldo ao produtor, este setor apresenta-se favorável a dinâmica mercadológica, no entanto seria interessante que se expandisse a todas as classes, de maneira que todos tivessem acesso a alimentos de maior qualidade, para que isso se torne realidade se faz necessário primeiramente o aumento da oferta e do consumo de alimentos orgânicos, a fim de torná-los triviais na vida cotidiana da população.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação ambiental; alimentos orgânicos, produção.

OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa teve por objetivo, identificar o perfil dos consumidores de alimentos orgânicos do município de Londrina-PR, no ano de 2011.

METODOLOGIA

Para delinear o perfil do consumidor de alimentos orgânicos foram entrevistados 120 consumidores, amostra representativa das famílias do município de Londrina ao nível de significância de 10%. A coleta de dados foi realizada no período de 05 de julho a 04 de agosto de 2011, em supermercados, restaurantes, cafés e lojas especializadas em produtos orgânicos. Foi elaborado um questionário contendo 18 perguntas relacionadas aos seguintes

¹ Este trabalho é parte do Relatório de Estágio da autora orientada pela co-autora



aspectos: hábitos de consumo, nível de conhecimento sobre a produção orgânica, aspectos relevantes quanto à compra, como local de preferência, identificação para aquisição dos alimentos, tipos de alimentos mais consumidos, diferenciação de preços entre alimentos orgânicos e convencionais, e sugestões para o incentivo da alimentação orgânica. A pesquisa foi desenvolvida em 7 etapas: 1) elaboração do instrumento para coleta de dados; 2) determinação do tamanho da amostra utilizada para a coleta de dados; 3) realização de teste piloto com o instrumento a ser utilizado para coleta de dados; 4) elaboração final do instrumento para coleta de dados; 5) coleta de dados com os consumidores; 6) compilação dos dados em instrumento estatístico (análise quantitativa); 7) cruzamentos e análise dos dados compilados através da utilização da estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que o perfil do consumidor de alimentos orgânicos do município de Londrina-PR, são indivíduos bem informados e instruídos a nível elevado com curso superior completo (32,5%) e pós-graduação (34,2%). São pertencentes aos grupos de classe média (36,7%) e média alta (38,3%). Apresentam-se cientes quanto à diferença de preço entre os convencionais e orgânicos, consumindo-os, conscientemente, por considerá-los menos prejudiciais à saúde, sendo que a atratividade pauta-se na ausência de agrotóxicos (77,5%). As hortaliças são os principais alimentos orgânicos consumidos no município, seguidas dos legumes, frutas e cereais. Acreditam na segurança e qualidade proporcionada pelos orgânicos, consumindo-os assim de 3 a 4 vezes por semana (46,7%) e também diariamente (36,7%). A alternância no consumo de alimentos orgânicos e convencionais se deve, sobretudo, à baixa diversidade dos produtos e pela presente oferta ser inferior à demanda. Preferem adquirir seus alimentos em supermercados (41,7%) e lojas especializadas (37,5%), a primeira opção decorre da rotina acelerada em que a sociedade como um todo vivencia e também pelo horário de funcionamento desses estabelecimentos, os quais viabilizam aos consumidores realizarem suas compras durante a semana em qualquer período, ou ainda aos fins de semana. A opção por lojas especializadas, ocorre por maior confiança sobre a qualidade e procedência dos alimentos orgânicos, além de serem atendidos de maneira personalizada e afável. Consideram que a melhora na regularidade da oferta dos alimentos (46,7%), podem incentivar novos adeptos a alimentação orgânica. A partir desse estudo, verifica-se que o mercado de alimentos



orgânicos ainda não é acessível a todos indivíduos da sociedade, no entanto é um ramo que tem verdadeiro potencial de expansão, sendo uma das muitas maneiras que pode se conciliar qualidade de vida humana e ambiental inserido na dinâmica do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Instrução Normativa nº 7 de 17 de maio de 1999. Anexo - Normas disciplinadoras para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam de origem animal ou vegetal. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/servlet/VisualizarAnexo?id=6341>>. Acesso em: 08 de julho de 2011.

DAROLT, Moacir Roberto. *Agricultura orgânica: inventando o futuro*. Londrina - PR: IAPAR, 2002.

DAROLT, Moacir Roberto. *Alimentos orgânicos: um guia para o consumidor consciente*. Londrina - PR: IAPAR, 2007.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. *Agricultura orgânica: regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. Niterói - RJ: PESAGRO-RIO, 2009.

MARTINS, Márcia. Certificação orgânica e biodinâmica. In: Encontro mineiro sobre produção orgânica; 8., 2005, Viçosa. *Anais...* Montes Claros - MG: UFV, 2005.

MELLO, Sara Neto. *Certificação orgânica*. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo6.htm>>. Acesso em 07 de julho de 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica*. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agroorganica/mecanismosdecontrole.aspx>>. Acesso em: 11 de julho de 2011.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. et al. *Agricultura orgânica: quando o passado é futuro*. *BNDES Setorial, Rio de Janeiro*, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1501.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2011.

SOUZA, Maria Célia Martins de. *Produtos Orgânicos*. In: ZYLBERSZTAJN, Décio. NEVES Marcos Fava. (org.). *Economia e gestão dos negócios agro alimentares*: Indústria de



alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.



O MARKETING NA EMPRESA E SEUS PROFISSIONAIS

Marcelo Borssato; Lucas Alves Bertaglia; Gilmar da Cruz Alves; Fabrício Báculo; Paulo Hevaristo Dias Mazzei - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial.

Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti. Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

Neste trabalho pretende-se apontar alguns elementos do marketing na empresa, apresentando como o mesmo atua em relação ao consumidor, buscando persuadi-lo e convencê-lo a consumir determinados produtos ou serviços oferecidos pela empresa. Na organização, o marketing assume uma posição indispensável para alavancar os resultados da empresa, tornando a mesma conhecida no mercado e realizando um trabalho de persuasão nos consumidores, criando novas necessidades e desejos, de forma a atingir um público alvo. A empresa atende dois tipos de clientes, os compradores e os consumidores. Os compradores são os empresários que adquirem bens para revenderem aos seus consumidores, os consumidores por sua vez, são os indivíduos que adquirem os bens da empresa para seu próprio consumo ou para presentear outros indivíduos, buscando apenas satisfazer suas necessidades e desejos. Quando pensamos em clientes, devemos nos lembrar da importância do relacionamento da empresa com seu público alvo, pois é de grande importância para a empresa, conseguir fidelizar seus clientes, constituindo um elo entre as partes e construindo um relacionamento que seja benéfico para ambas as partes. Assim o marketing na empresa engloba diversos fatores, visando atrair e manter seus clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Clientes, Persuasão, Consumidor, Comprador.

O marketing tem a incumbência de registrar a marca na cabeça do cliente, e persuadi-lo a consumir o produto. O grande desafio é fazer os clientes mudarem entre as marcas concorrentes. Os profissionais pesquisam o melhor ambiente para expor seus produtos, e atingir seus mercados-alvo até chegar ao consumidor final.

O marketing na empresa tem como função divulgar a empresa ou o produto, de forma com que atinja o público alvo de uma maneira visível, atraente e convincente. Tem um papel fundamental para o sucesso da empresa e suas vendas, visto que o produto bem divulgado tem um melhor resultado nas vendas, e por isso é importante o trabalho de profissionais na área.



No setor de marketing, onde são elaboradas estratégias e forma de divulgação para atrair os clientes consumidores, existem vários recursos como televisão, rádio, banners, panfletos, internet e tele-marketing. O marketing efetivo pode assumir várias formas e será fator de diferenciação a criatividade.

Na verdade, o marketing envolve-se com várias áreas: bens, serviços, experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e idéias. As soluções de marketing nas empresas podem atender o mercado consumidor (massa), o mercado empresarial (produto para gerar lucro), o mercado global (adaptações locais), mercados sem fins lucrativos (terceiro setor) e governamental (procedimentos burocráticos).

Entre os tipos de clientes - compradores e consumidores - observa-se que compradores são empresários, os quais compram bens para atender as necessidades de seus consumidores. Eles precisam vender seus produtos, obter o máximo de resultados para sustentar suas empresas e manter-se forte no mercado.

Consumidores são indivíduos que compram bens e serviços dos compradores para presentear outras pessoas ou atender suas necessidades. Certamente os consumidores necessitam dos produtos e serviços consumíveis para atender suas necessidades fisiológicas e existência humana.

O meio ambiente e a decoração são fatores que influenciam o marketing nas empresas. Estudos científicos indicam que uma adequada escolha do fundo musical nos supermercados pode contribuir substancialmente com a venda. Os fatores que motivam o cliente a levar o determinado produto são os gêneros musicas, ou seja, quando o ambiente está cheio, maior fica o ritmo musical, quando está baixo o fluxo de clientes, o som é mais suave. Assim, exibir técnica de uma decoração pode influenciar o ritmo do ponto de venda. Durante o verão cores fortes, e quando inverno cores frias. Tudo relativamente de acordo com a estação do ano, como por exemplo, as lojas de roupas, as quais fazem suas decorações.

As empresas hoje investem em divulgação de suas marcas e produtos, pois o marketing é uma questão de sobrevivência. Há muitas formas de divulgação e o meio mais solicitado é a televisão e depois a internet.

Conceito de Marketing envolve as atividades comerciais, relacionadas com a movimentação de mercadorias e serviços desde sua produção física até o consumo final. Marketing implica conhecer o que o consumidor necessita ou deseja; implica estudar a



produção dessa necessidade, produzi-la ao consumidor, ensinando-lhe, ao mesmo tempo, como consumir esse produto. Marketing não compreende a produção nos seus aspectos técnicos, isto é merchandising, mas inclui no seu aspecto comercial, ou seja, na orientação que lhe dá sentido de produzir artigos vendáveis, desejados pelos consumidores, úteis e de custo acessíveis ao maior número deles.

Dentro da empresa o pessoal de marketing desenvolve o tempo todo, idéias criativas para obter resultados. Existem várias técnicas para elaborar projeto, um deles é chamado de Brainstorm (tempestade de idéias). Esta forma é uma das mais utilizadas pelos profissionais e é aplicada de forma mais democrática, ou seja, todos os membros da equipe têm o direito de dar sugestões e não serem repreendidos pelos outros de forma crítica e negativa.

Desta forma, o profissional em marketing tem que ter uma visão ampla e pensamento criativo, pois a criatividade é uma ferramenta de extrema importância para o marketing. Entretanto, ter idéias e pensamentos criativos não bastam; tem que ter idéias que influenciem e chamem a atenção, mexendo de certa forma com a cabeça do cliente. O resultado das vendas e de todo o trabalho realizado em processo, é representado através de divulgação de marketing e de todo o trabalho elaborado pela equipe do setor de marketing da empresa.

REFERÊNCIAS

CHURCHILL, Gilbert A., PETER, J. Paul. *Marketing: Criando valor para os clientes*. 2.ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

SANT'ANNA, Armando; ROCHA JÚNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz Fernando Dabul. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 8. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2009.



LIDERANÇA NAS EMPRESAS

Marcelo Borssato; Lucas Alves Bertaglia; Gilmar da Cruz Alves; Fabrício Bácaro; Paulo Hevaristo Dias Mazzei - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial.

Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo, tratar sobre liderança, estilo e características do líder, mostrando a realidade de seu dia-a-dia, os desafios e suas atividades dentro da empresa. O estilo de liderança é um fator muito importante, e as empresas muitas vezes não conseguem obter um bom resultado, devido seus líderes não desempenharem um papel condizente. Observa-se que liderar pessoas não é tão fácil quanto parece. É tarefa que requer muita sabedoria e jogo de cintura para lidar com pessoas a fim de se atingir um bom resultado. No mundo corporativo a presença do líder é fundamental, pois é através da sua influência e comportamento, que os liderados conseguem sentir-se motivados para obtenção de resultados. Assim, liderança é questão de atitudes e comunicação, colocando os objetivos do grupo acima dos interesses em comum e conduzindo estes liderados até o resultado final.

PALAVRAS-CHAVE: Líder, Gerência de pessoas, Equipe, Resultados.

A liderança é como ciclo vicioso de uma máquina, onde o líder é uma peça fundamental propulsora para sustentar seus liderados através da sua motivação, persuasão, delegação de atividades e cobrança de resultados, influência através de seu comportamento, reconhecendo as diferenças entre pessoas e visando alcançar objetivos instituídos.

Liderar na mudança organizacional delega ao líder um papel muito importante, quando se trata de mudança organizacional, devido a condições de trabalho que sofrerá alterações e desenvolvimento da empresa. O ser humano é muito resistente a mudanças, e esta é uma característica natural devido à cultura de cada um. As pessoas acabam ficando com a visão focada na atual estrutura e não enxergam o caminho que a empresa tem que seguir.

As empresas geralmente sofrem certas mudanças em média a cada cinco anos, dependendo do resultado obtido ao longo do tempo.

Quando a empresa entra em processo de mudanças, os funcionários ficam receosos com tudo que acontece, muitos comentam sobre a mudança e que as coisas estão cada vez



pior. Este tipo de comportamento é comum dentro das empresas, pois os funcionários têm medo de perder seus benefícios e valores e até mesmo o emprego. O estilo de liderança é fundamental para motivar a equipe e mostrar que as mudanças acontecem para melhorar o ambiente de trabalho. O sistema produtivo acaba sofrendo uma queda e o rendimento e desempenho das pessoas diminui até se adaptarem ao novo método de trabalho.

Diante dos estilos de liderança, pode-se citar a Liderança Autocrática, a qual foca-se apenas nos resultados e o que menos importa é a condição das pessoas dentro da empresa. As tarefas devem ser executadas para atingir os objetivos da empresa e o líder age de forma autoritária sem medir as palavras que são dirigidas ao grupo, sem ouvir opiniões e dificilmente assumindo erros, mas está sempre procurando defeitos nas tarefas realizadas, para ter motivos e causar desconforto ao grupo e até mesmo desmotivação geral. Geralmente dentro das empresas e em entrevistas de desligamento do funcionário, os motivos relatados são diretamente ligados ao estilo de liderança aplicado naquela empresa, causando um aumento de rotatividade pela forma autoritária do líder.

Outro estilo de liderança é a Democrática, o qual é direcionado para o grupo e a motivação ao liderado é constante. O líder proporciona sempre mais que uma alternativa para atingir os objetivos e estimula o grupo a alcançar as metas estabelecidas pela empresa, ouvindo os membros da equipe, respeitando cada um e estando junto à equipe. Quando ocorre algum tipo de problema ele reúne o grupo para discutir a melhor forma de resolver, aconselha e ensina como se faz, respeitando as pessoas e criando um ambiente agradável, com resultados positivos. Geralmente as empresas com este tipo de liderança, mantêm por mais tempo seu quadro de funcionários, evitando assim a rotatividade, devido ao líder que trabalha de forma voltada para as pessoas.

Entre os estilos, a Liderança Liberal é considerada fraca por ser muito complexa e difícil de controlar, devido a variáveis existentes dentro do grupo ou equipe. Estas variáveis implicam em situações de diversos fatores que acontecem constantemente dentro da empresa, e este tipo de liderança insere pouco controle e muita confiança sobre os liderados, acreditando que todos fazem o possível de forma objetiva. O líder não é tão presente e as pessoas tomam decisões por si, criando confronto direto e indireto, pois cada pessoa vê as mesmas coisas de forma diferente. Este método de liderança não é tão eficaz, pois considerando que as pessoas se movimentam através de informação, influência e motivação,



devido a este tipo de liderança não proporcionar estas ações, que são fundamentais para o desempenho da equipe em atingir os objetivos, este tipo de liderança é vista então como falha, por não proporcionar tais características.

Diante de todos estes estilos de liderança, pode-se observar que um dos maiores desafios que as empresas enfrentam é de encontrar pessoas capazes de exercer com êxito o papel de líder, isso porque as situações, os grupos e os líderes variam as características. Podemos dizer que, para se ter uma equipe eficiente dependemos de bons líderes. Por isso o sucesso do líder e o desempenho das pessoas estão relacionados ao estilo de liderança que é aplicado na empresa.

O líder tem fundamental importância de proporcionar o melhor ambiente onde os funcionários possam trabalhar de maneira mais eficaz, em ritmo de produção constate, atingindo metas para chegar ao objetivo da empresa. Não só as características definem o líder, a abordagem do comportamento nos mostra que devemos observar o que o líder faz e não somente suas características pessoais e que o estilo de liderança está ligado ao enfoque na forma de lidar com os subordinados.

Os subordinados por sua vez, trabalham de acordo com a forma que o líder age, ou seja, para poder entender melhor o comportamento do individuo é só observar o comportamento do grupo, e para entender melhor o comportamento do grupo é só observar o comportamento do líder. O líder tem que desenvolver seu papel de forma inteligente e bastante dinâmica, visto que ele é a base de tudo na empresa, seja na hora de tomar uma decisão ou planejamento de uma ação.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 8. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KOTTER, John P. *Afinal o que fazem os líderes? A nova face do poder e da estratégia* 4. ed., Rio de Janeiro: Campus. 2000.

LACOMBE, Francisco Jose Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. *Administração princípios e tendências*. São Paulo: Saraiva, 2003.



PENTEADO, José Roberto Whitaker. *Técnicas de Chefia e Liderança*. 9. ed., São Paulo: Pioneira. 1992.



EMPREENDEDORISMO:

O PERFIL DO EMPREENDEDOR DE SUCESSO

Marco Aurélio Zaminelli de Souza – Centro Universitário Filadélfia - Unifil

Orientadora - Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O empreendedorismo é visto hoje como algo que promove desenvolvimento econômico e social, capaz de criar produtos inovadores, gerar empregos e atuar na busca de soluções de questões sociais. O empreendedor é capaz de transformar uma boa idéia em um empreendimento de sucesso. Busca a realização pessoal e possui uma determinação motivada por elementos que o torna diferente dos demais. Mas para que isso ocorra, primeiro analisam se a idéia é algo realmente viável, avaliam os riscos e possibilidades e então, agem de maneira que os torna audaciosos e eficazes. O empreendedorismo é caracterizado por certos elementos que constituem a formação dos empreendedores. Estes elementos compõem um conjunto de hábitos que podem ser adquiridos, praticados e desenvolvidos. Os empreendedores são capazes de quebrar paradigmas existentes, não somente nas organizações, mas também na sociedade, introduzindo novas formas de organização, explorando novos recursos. São visionários, inovadores, proativos e observadores da realidade, avaliam cada oportunidade, são habituados a tomar decisões, além da busca constante, através dos empreendimentos, de criar valor para a sociedade. Algumas características comuns entre os empreendedores que obtiveram sucesso, já se possuem ou pode-se adquiri-las. Se exercitadas estas atitudes e características, pode-se reformular o modo de agir, as atitudes e assim elevar o grau de satisfação e realização pessoal.

PALAVRAS - CHAVE: Empreendedorismo, Empreendedores, Inovadores, Atitudes.

O empreendedorismo é uma ciência que tem sido ampliada de maneira expressiva em todo o mundo. Antes de ser difundida a ideia do que é empreendedorismo e ser empreendedor, seu significado resumia-se basicamente em criar novas empresas, e quanto a ser empreendedor, tinha-se o conceito de que uma pessoa já nascia com dons e características de um empreendedor e que se não as possuísse, este teria dificuldades ao atuar nessa área.

Após algum tempo, esta percepção sobre o empreendedorismo foi sendo modificada e ampliada, até se chegar ao conceito que temos hoje, que é visto como algo capaz de promover desenvolvimento econômico e social, de criar produtos e serviços inovadores, gerar empregos e até atuar na busca de soluções de questões sociais. O empreendedorismo possui a sua estrutura baseada em alguns aspectos importantes, como a inovação, a busca pelas



oportunidades e aquisição de novas habilidades.

O empreendedor diferencia-se dos empresários e gerentes, por ter o objetivo de criar e fazer funcionar o seu empreendimento, enquanto os demais possuem o empreendimento e simplesmente o dirige. O empreendedor tem interesse de realizar seu sonho, que é o de criar um empreendimento e levá-lo até certo ponto que atinja seu objetivo. Não se contenta somente em planejar e executar planos, encontrando depois o resultado, muito mais, além disso, é imprescindível para ele lutar de todas as formas para viabilizar o sucesso de seu empreendimento.

Os empreendedores são vistos hoje, como pessoas essenciais, não somente nas organizações, mas em todas as áreas, pois são capazes de gerar o desenvolvimento, através da utilização de novas formas de organizar, explorando novos recursos, são capazes de quebrar paradigmas dentro e fora das organizações, além de serem visionários, inovadores, proativos, observam a realidade a sua volta, avaliam cada oportunidade possível, são habituados a tomar decisões, além da busca incessante de criar valor para a sociedade através dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis; TIMMONS, Jeffrey A.; SPINELLI, Stephen. *Criação de Novos Negócios: empreendedorismo para o século 21*. Adaptado da 8. edição americana. São Paulo: Elsevier, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. *Empreendedorismo*. 7. ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.

SALIM, Cezar Simões; SILVA, Nelson Caldas. *Introdução ao Empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.



MARKETING: A IMPORTÂNCIA DA SEGMENTAÇÃO DE MERCADO ALVO

Maria Zulmira Ollier Aires – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador - Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

É fundamental encontrar o “Nicho de Mercado”, e público-alvo. Público é o grupo de pessoas com interesse e necessidade específica que estão ou podem se interessar no produto ou serviço ofertado. As necessidades e os desejos dos consumidores são diversos, assim deve-se dar importância a avaliação do segmento de mercado e definir quais segmentos atender.

PALAVRAS CHAVE: Público-alvo, Consumidores, Segmento de mercado.

Parece ser fácil segmentar um mercado, mas na verdade existem algumas dificuldades. A empresa deve sempre conhecer o seu mercado-alvo, de forma segmentada, o que parece ser fácil, porém, existem algumas dificuldades. Pensar “mercado” exige planejamento, o que é precedido da pesquisa do público alvo que quer se atingir. É difícil a empresa satisfazer todos seus clientes diante de necessidades e interesses tão variados. Com planejamento espera-se que a empresa trabalhe com uma segmentação de mercado para que os consumidores sejam atendidos de forma mais eficaz.

Com a segmentação de mercado a empresa pode trabalhar com nichos, que são grupos de clientes, pequenos ou não, que tem interesses ou necessidades afins. Quanto menor o segmento-alvo mais customizado será.

Dentro das 4 áreas da administração, temos o marketing, como uma importante área da organização na qual é realizada as principais tarefas do processo de seleção de mercado, tem o papel de encontrar maneiras para se alcançar o objetivo da organização, entendendo e conhecendo melhor seus clientes. Hoje muitas empresas tentam fazer a média, através do marketing de massa, o que pode induzir a erro já que atender a média pode não contentar ninguém.

Os critérios para uma segmentação bem sucedida incluem mercados-alvo que sejam heterogêneo, mensuráveis, acionáveis e acessíveis. O tamanho da empresa não influencia em conseguir novos mercados, o objetivo é fazer com que os investimentos de hoje valham mais amanhã. Cada empresa tem o planejamento elaborado e atinge primeiramente o que já está definido, orientando-se em pesquisas para atender que os consumidores querem.



Os clientes têm desejos e necessidades a ser atendidos, por isso a segmentação é importante, saber qual o cliente que irá comprar os produtos é juntar esforços e objetivos, conhecer bem seus clientes, para reduzir as chances de erro.

Existem muitas maneiras de segmentar o mercado a mais adotada é a que tem abordagem baseada em seus clientes atendidos.

REFERÊNCIAS

CZINKOTA, Michael R. et al. *Marketing: as melhores práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HOOLEY, Grahan J.; SAUDERS John. *Posicionamento Competitivo*. São Paulo: Mackron Books, 1996.

KOTLER, Philip. *Marketing de A a Z: 80 Conceitos que todo profissional precisa saber/tradução Afonso Celso Cunha Serra*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LINNEMAN, Robert E.; STANTON, John L. São Paulo: Makron books, 1993.



MARKETING VOLTADO ÀS REDES SOCIAIS

Mariany Caroline Campos - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este artigo comenta o uso das tecnologias atuais no contexto empresarial no qual, o marketing voltado às redes sociais tem sido muito procurado pelas empresas, por serem muito eficazes algumas empresas fazem reuniões ou até mesmo contratam pessoas por esse tipo de tecnologia. Dificilmente você encontra alguma empresa que não a use, as organizações antigamente não admitiam que seu funcionário ficasse navegando na internet e assim não fazendo seu trabalho e o técnico de Informática chegava até bloquear alguns sites, mas hoje as organizações estão tão liberais, que chegam fazer reuniões via on-line. E com todo esse avanço tecnológico, são fáceis de explicadas, pois estão entrando nas organizações.

PALAVRAS – CHAVE: Tecnologia, Organizações, Internet, Inovações

As redes sociais atualmente estão sendo muito procuradas por todas as organizações.

Antigamente essa tecnologia jamais era usada por uma organização e quando utilizada todos comentavam, porque o preço cobrado para manutenção era muito grande, mas hoje, criticados são aqueles que são ultrapassados e tem medo da informatização.

As organizações querem cada vez mais se digitalizar, porque uma organização ultrapassada fica mal vista pelos seus consumidores. As organizações utilizam mais a internet para se comunicar com os vendedores, clientes, distribuidores e até mesmo para a contratação de um novo funcionário, ou seja, muitos benefícios para a organização, mais utilidade para quem consegue utilizá-la.

Hoje com todas essas facilidades as organizações procuram cada vez mais as tecnologias atuais, tanto para enviar e-mails, fotos, banners, áudios, desenhos, cartões, como para divulgar o seu serviço. Juntando todas essas peças entramos no mundo digital das redes sociais, fazendo um grande movimento para trazer grandes resultados no rendimento financeiro, e poupando tempo para se dedicar a outras funções.

Todas as organizações estão sempre conectadas em redes, uma facilidade enorme seria um exemplo de uma multinacional, e suas filiais, do outro lado do mundo, elas se comunicam pelas redes sociais ou até mesmo por vídeo conferência para fazer reuniões,



recrutamentos, palestras, e muito mais, ou seja, se uma empresa não tem essa tecnologia suficiente para fazer esses trabalhos, poderíamos dizer que ela está perdendo muitas oportunidades de negócios.

Fazer parte da rede é ser destacado pelo mercado, é estar sempre à frente de muitas organizações ultrapassadas, é ser atualizado.

Não basta apenas ter um bom relacionamento com as redes sociais é preciso saber administrá-la, para então colocar informações importantes, para que seus clientes possam enxergar como é a organização, se ela é confiável, se seus produtos são bons, mostrar a qualidade, ter a eficiência e a eficácia, ter a habilidade e ser competente.

Para entender todo esse raciocínio tecnológico é necessário estar a par de todas as necessidades do ser humano de um modo geral, dentro e fora da empresa.

O mundo todo já está tão habituado com a informatização que não consegue viver sem, pois quando ficam sem essa ferramenta, todos ficam desesperados, é como se estivessem sem ar para respirar.

Imagine se uma dessas redes sociais saísse do ar, que caos seria nesse mundo como as pessoas ficariam sem Twitter, sem Orkut, sem MSN, sem internet, tudo ficaria muito complicado.

A internet é uma de muitas pontes entre o usuário e as organizações, todos a utilizam para comprar vender, discutir, comunicar, associar, tudo o que se pode ser feito com um computador, internet ou até mesmo uma webcam.

Tudo isto significa que as empresas estão desfrutando desta tecnologia por ser de fácil acesso, pois todos já têm condições de ter esses instrumentos, até as micros empresas estão aderindo a esses aparatos e economizando nos investimentos. Tudo isso favorece para todas as pequenas e grandes empresas estejam conectadas ao mundo virtual.

REFERÊNCIAS

CONRADO, Vaz Adolpho. *Google Marketing: o guia definitivo de marketing digital*. Nacional: Novatec, 2008.

CLAUDIO TORRES. *Dicas de marketing nas mídias sociais para pequenas empresas*. Disponível em <<http://www.claudiotorres.com.br/category/socialmedia/>>. Acesso em 26 de junho de 2011.



KLEINDORFER, Paul; WIND, Yoram Jerry. *HSM MANAGEMENT*. São Paulo: Savana, Bimestral, [S/D].



BARREIRAS SANITÁRIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL. EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS PARA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO SETOR ANIMAL

Marinês Rodrigues Ferreira Matsumoto, Alana Rodrigues Maia, Cristiane Wolff, Maycon Guandelini, Thiago Leite - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora - Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

As barreiras sanitárias é hoje um dos assuntos mais polêmicos no agronegócio, pois estão em jogo milhares de dólares gastos na importação, e o preço do produto no mercado internacional. Uma medida sanitária é aplicada em relação aos produtos importados, que possam causar doenças no homem e nos animais. Esse trabalho visa mostrar a importância e os motivos para a aplicação de Barreiras Sanitárias, visando de que forma o cumprimento das barreiras sanitárias podem influenciar no comércio internacional, além de destacar os órgãos responsáveis que regulam os acordos sanitários.

PALAVRAS-CHAVE: barreiras sanitárias; agronegócio; carne bovina, comércio internacional.

As barreiras Sanitárias são mecanismos legais utilizados pelas autoridades governamentais de um país ou região que impede ou restringe a circulação de animais e plantas. São aplicadas pelo país importador para proteger a vida e a saúde humana, animal e vegetal certificando de que o alimento a ser importado é seguro e que o país ou região de origem do produto são livres de doenças contagiosas.

Das carnes que exportamos, as mais prejudicadas por barreiras sanitárias são as vermelhas, os bovinos e os suínos, por conta da doença da febre aftosa, que virou barreira no mundo inteiro. Para importar, cada país cria exigências, como por exemplo, a avaliação do risco, qualidade e segurança do alimento, sanidade e bem-estar animal, meio ambiente, bem-estar do homem, saúde do homem, rastreabilidade e programas de Certificação. Para exportar, os pecuaristas precisam obter o Certificado Sanitário Internacional, que é o documento básico que atesta a sanidade da mercadoria, e acompanha, obrigatoriamente, esses produtos exportados até o país importador. O certificado é emitido pelo MAPA, através do Serviço de



Sanidade Vegetal (SSV) e da Divisão de Produtos de Origem Animal (DIPOA). As exportações brasileiras de carne, principalmente bovina e de frango, registraram uma grande expansão, mas há países que impõem restrições sanitárias a nossos produtos.

Entre os países que apresentam dificuldades para o comércio da carne, destacamos o Japão, que permite a importação somente de países ou zonas reconhecidos internacionalmente pela OIE como livres da doença sem vacinação; os EUA e a Europa, que exigem a rastreabilidade do produto. Contudo, as barreiras sanitárias são regulamentadas pela: Organização Mundial do Comercio (OMC), Codex Alimentarius e Organização Mundial de Saúde Animal, sendo respectivamente, órgão regulamentador, órgão que dita as normas de manejo de alimentos, desde a produção até a embalagem e por ultimo, órgão responsável pela saúde animal. Além de suas competências, estes órgãos são responsáveis pelo Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Este acordo tem como objetivo Preservar direito dos países membros de estabelecerem um nível de proteção sanitário apropriado, além de assegurar que esse direito não seja utilizado de maneira injustificada e com fins protecionistas, baseando-se nos seis princípios a seguir: Harmonização, onde os membros realizam suas medidas sanitárias e fitossanitárias em normas, guias e recomendações internacionais nos casos em que existirem, tendo o direito de aplicar medidas mais restritivas que resultem em níveis mais elevados de proteção sanitária ou fitossanitária, se houver uma justificção científica; O princípio da Transparência, onde os membros terão participação plena nos fóruns internacionais para notificar as alterações de suas medidas e analisar as notificações de medidas e adotadas pelos demais; O princípio de Avaliação de risco, o qual os membros assegurarão que suas medidas sanitárias e fitossanitárias são baseadas em uma avaliação dos riscos à vida ou saúde humana, dos animais e vegetais, tomando em consideração técnicas de Análise de Risco de Pragas - ARP, elaboradas por organizações internacionais. Na avaliação dos riscos deve-se considerar a evidência científica disponível, os processos e métodos de produção pertinentes, os métodos para testes, amostragem e inspeção, a prevalência de pragas e a existência de áreas livres de pragas; A Regionalização, princípio que os membros garantem que suas medidas sanitárias ou fitossanitárias estejam adaptadas às características da área da qual o produto é originário e para a qual o produto é destinado. Reconhecerão, em particular, os conceitos de áreas livres de pragas e de áreas de baixa incidência de pragas. A determinação de tais áreas será baseada em fatores como: geografia;



ecossistemas; controle epidemiológico; e a eficácia de controles existentes. Sempre é necessária a comprovação científica das evidências garantidas; E, por último, o princípio da Equivalência, onde os membros têm o dever de aceitar medidas de proteção diferentes das próprias, se tiverem o mesmo efeito.

Portanto, a questão sanitária é uma das mais sensíveis no comércio internacional. As autoridades podem proibir a entrada de produtos vindos do exterior ou impor quarentenas, mas isso deve ser feito com muita responsabilidade e com base na cooperação entre os poderes regionais e nacionais. Para enfrentar as ameaças sanitárias agravadas pelas mutações genéticas, os países deverão regular cada vez mais situações amparadas no princípio da precaução, em favor da segurança humana. O setor brasileiro de carne tem sofrido problemas de proteção de fronteiras e de práticas que acabam prejudicando a maior inserção do setor junto aos maiores mercados mundiais.

REFERÊNCIAS

ACRISMAT, Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso. *Barreiras Sanitárias e o Comércio Internacional*. Disponível em:

<http://www.acrismat.com.br/arquivos_pesquisas/Barreiras>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

AGROSOFT. *Barreiras Sanitárias*. Disponível em: <<http://agrosoft.org.br/>>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

ATDIGITAL. *Barreiras Sanitárias Internacional*. Disponível em:

<<http://atdigital.com.br/gilberto/?tag=barreiras-sanitarias>>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

BEEF POINT. Artigos Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/especiais/perspectivas-mercado-mundial-da-carne-bovina-201020-parte-1-66333n.aspx>>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/animal/noticias/2010/12/brasil-retoma-exportacoes-de-carne-para-os-estados-unidos>>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em 02 de setembro de 2011.



EXIGÊNCIAS FITOSSANITÁRIAS PARA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE VEGETAIS: SUCOS, FRUTAS E HORTALIÇAS FRESCAS

Willian Trovo Neves, Archimedes Mucke Fleury, Fernando Francisco Paiva - Acadêmicos do Curso de Administração – Gestão Empresarial. Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

O trabalho visa mostrar o destaque do Brasil na produção e exportação de vegetais: frutas, hortaliças e sucos e quais as finalidades das barreiras fitossanitárias, assim como, as ferramentas existentes atualmente, como APPCC (Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle); BPF (Boas Práticas de Fabricação); ISO (International Organization for Standardization) ou Organização Internacional para Padronização; e Rastreabilidade. Estas ferramentas são utilizadas para o cumprimento das inúmeras exigências também descritas nesse trabalho, que o mercado externo requer em relação às exportações brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Barreiras não-tarifárias, APPCC, BPF, ISO, Rastreabilidade.

Atualmente o Brasil encontra-se classificado como o terceiro maior produtor de frutas do mundo, com uma produção de 42,6 milhões de toneladas, sendo o Vale do São Francisco, mais precisamente o sub-médio São Francisco, liderado por Juazeiro-BA e Petrolina-PE, a região de destaque com aproximadamente 120 mil hectares de área plantada, com predominância das culturas de manga e uva, gerando assim, 240 mil empregos diretos e 960 mil empregos indiretos.

A manga é uma fruta considerada exótica na Europa e, como os próprios produtores do pólo Petrolina-Juazeiro ressaltam, o mercado europeu de manga é novo, pois começou a ser explorado na década de 90. Em compensação, uma das vantagens do Brasil, é que o país produz a fruta durante um longo período e em grandes quantidades, principalmente a variedade Tomy Atkins, o que lhe confere uma vantagem importante em relação aos concorrentes. No mercado europeu as principais exigências para manga e uva estão relacionadas à quantidade de resíduos e aos certificados. Os mesmos certificados aplicados para uva no mercado europeu aplicam-se à manga. Os principais competidores brasileiros no mercado europeu de manga são Peru, Equador, África do Sul, Costa Rica e Porto Rico. Este



último é um dos principais concorrentes do Brasil no mercado inglês e produz apenas as variedades Kent e Keitt, aquelas de que o varejo inglês vem aumentando as compras.

Com relação a uva, o Brasil é o décimo terceiro maior produtor e exportador da fruta com uma produção de 1.208.680 toneladas. A região de Petrolina-Juazeiro não apresenta grandes oscilações climáticas, fato que possibilita duas safras de uva por ano, o que é inédito dentre os países produtores. Para isso, os produtores da região fazem um planejamento de produção, o que o produtor chama de escalonamento, para programar a utilização das câmaras-frias e da mão de obra, de forma a não haver carência destes recursos. A produção de uva é mais tecnicada e sua manutenção é mais cara, se comparada com a da manga.

De toda produção brasileira de frutas, aproximadamente 70% destina-se à União Européia. Em relação à produção de sucos, esse número é ainda maior, alcançando 98% de exportação para Estados Unidos, Ásia e também União Européia. Já em relação à produção de hortaliças, os estados de Minas Gerais e São Paulo lideram a produção com 33,4% e 21,7% respectivamente.

Com a finalidade de prevenir a contaminação e a disseminação de pragas, pestes, moléstias e doenças, as barreiras fitossanitárias para exportações brasileiras de vegetais e derivados, tais como, frutas e hortaliças, alcançam exigências significativas através de ferramentas como APPCC, BPF, ISO e Rastreabilidade.

A ferramenta APPCC (Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle), tem como objetivo evitar que os perigos de natureza física, química e biológica, como fungos e bactérias, causem danos à saúde do consumidor. Essa ferramenta possui melhores resultados quando integrada a toda cadeia agroindustrial.

De acordo com (BATALHA, 2008), BPF “*é um conjunto de procedimentos com regras mínimas que descrevem os métodos, equipamentos, instalações e controles necessários para a produção de produtos humanos e veterinários, equipamentos médicos e alimentos processados inócuos e saudáveis*”.

Com relação as Boas Práticas de Fabricação (BPF), estas têm a finalidade de controlar os processos e produtos, objetivando o alcance da higiene pessoal, das instalações prediais do processo produtivo, maquinário e do controle de pragas.

No caso do ISO (International Organization for Standardization) ou Organização Internacional para Padronização, trata-se de um conjunto de normas que visa estabelecer



padrões de qualidade e melhorias nos processos. Sendo assim o ISO 22000 surge para ser aplicável em todas as empresas que pertencem à cadeia Agroindustrial.

Ainda com relação às ferramentas de prevenção contra danos à saúde do consumidor, encontramos a Rastreabilidade, que apesar de ser recente para algumas empresas do ramo agroindustrial, é exigida pelo mercado da União Européia. Através dela é possível conhecer as origens de um produto dentro da cadeia agroindustrial.

Juntos, a União Européia, Estados Unidos e Canadá representam 50,7% de toda exportação brasileira de vegetais, entre eles, frutas, hortaliças e sucos, e são inúmeras as exigências desse mercado importador, entre elas: o tratamento hidrotérmico das frutas, evitando assim, a peste “Mosca das Frutas”; o tratamento sanitário em galpão de embalagem, para que as frutas tenham excelente aparência e cheguem ao consumidor no máximo três semanas após a colheita; a refrigeração que deve ser adequada no transporte; os níveis de resíduos que devem ser mínimos; e finalmente, as qualidades intrínseca e extrínseca, afim de se assegurar a segurança do produto. Observa-se assim que o aumento das exigências faz com que os fornecedores devam se adequar às novas regras de maneira a atendê-las, fazendo investimentos em infraestrutura, treinamento e adotando certificados.

Desta forma, as exigências fitossanitárias para as exportações brasileiras de vegetais são de grande importância, uma vez que afetam diretamente um dos setores mais rentáveis da economia agrícola. O mercado é exigente, e cada dia mais o Brasil precisa se enquadrar para suprir este mercado. Um maior investimento em Sistemas de Gestão, Logística e Portos, elevaria a qualidade dos nossos produtos, podendo expandir nossas exportações e alcançar novos mercados.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2008;

SOUZA, Roberta de Castro; AMATO NETO, João. *As transações entre supermercados europeus e produtores brasileiros de frutas frescas*. *Gestão e Produção*. v.16, n.3. p.489-501 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2009000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de setembro de 2011.

ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (Coord.). *Agronegócios: gestão e inovação*. São Paulo: Saraiva 2006.



ANÁLISE DE FATORES DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA

Willian Trovo Neves; Archimedes Mucke Fleury - Acadêmicos do Curso de Administração –
Gestão Empresarial. Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Administração – Gestão
Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil.

RESUMO:

O ambiente de abertura e globalização que predomina no cenário internacional, e, do lado brasileiro, a estabilização e a remoção de grande parte das barreiras para acesso ao mercado interno, têm estimulado uma concorrência acirrada no mercado nacional de alimentos. Diante dessa alta competitividade, as empresas agroindustriais procuram novos paradigmas para o padrão gerencial e operacional, além da absoluta atenção ao consumidor como principal agente definidor dos padrões de qualidade. Buscam continuamente a redução de custos, seja pela racionalização dos processos, seja pelo incremento da produtividade. A agroindústria, ou beneficiadora de matéria-prima, se articula de forma a agregar valor aos produtos, aumenta-se a competitividade nos mercados local e regional, aproveitando melhor os produtos de safra, reduzindo desperdícios e integrando todos os setores envolvidos no processo, aumentando a renda e organizando a produção. Dessa forma, a agroindústria impede que os produtos *in natura* sejam apenas comercializados a preços muito baixos, para serem beneficiados, trazendo novas alternativas de renda e negócios aos produtores.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Agregação de valor, Transformação da Produção Agrícola.

O agronegócio brasileiro é fortemente influenciado pelo setor agroindustrial. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio gira em torno de 30% do PIB total do Brasil, dos quais 70% correspondem ao PIB do agronegócio agrícola e 30% o agronegócio da pecuária. Salienta-se o fato que do PIB do agronegócio, a atividade de produção de matéria prima agrícola corresponde 17% e a de matéria prima animal a 13%. Com isso, percebe-se que 70% do PIB do agronegócio repartem-se igualmente entre agroindústria e distribuição. Destaca-se a crescente participação no faturamento do setor de processamento e distribuição, área onde se insere o setor de agroindústria de alimentos.

O nascimento e evolução dos sistemas agroindustriais (SAI's), são garantidos em termos mínimos, pela existência do tripé: agricultura/pecuária, indústrias de insumos e



indústrias processadoras. A partir do ponto de vista das atividades rurais, tais indústrias encontram-se situadas, respectivamente, a montante e à jusante do seu processo produtivo.

As indústrias, genericamente chamadas de insumos (montante), são responsáveis pela evolução modernizante da base técnica da agricultura, isto é, responsáveis pelo aumento da produção e da produtividade. As indústrias processadoras (jusante) que são muito numerosas, não só transformam as matérias-primas provenientes do campo, como articulam a entrada, a integração e o comportamento das empresas rurais nos SAI's.

O sistema agroindustrial provém de padrões sistemáticos de interação dos agentes da cadeia produtiva: produtores, cooperativas, sindicatos, agroindústrias, supermercados, consumidores etc., e não da agregação de propriedades desses componentes. Na atualidade, não só empresas ligadas ao capital industrial, mas também ao comercial (supermercados) e às instituições financeiras investem, maciçamente, nas indústrias de processamento e no próprio setor rural, desbancando parte do capital mercantil tradicional, ainda, muito atuante.

As modificações trazidas pelas grandes empresas afetaram tanto o mercado consumidor final, como o setor agropecuário. Este, ao se associar ao setor moderno da economia, foi obrigado a adequar a sua estrutura produtiva às exigências das indústrias de processamento.

A agroindústria, ou beneficiadora de matéria-prima, se articula de duas formas: à jusante, com indústrias de embalagens e com o processamento agroindustrial, e à montante, com a indústria de insumos e de equipamentos para agricultura. Ao agregar valores aos produtos, aumenta-se a competitividade nos mercados local e regional; aproveita-se melhor os produtos da safra, reduzindo desperdícios; integra melhor os setores envolvidos em todo o processo, além de aumentar a renda e a organização da produção. Dessa forma, a agroindústria impede que os produtos *in natura* sejam apenas comercializados a preços muito baixos, para serem beneficiados trazendo novas alternativas de renda e negócios aos produtores.

Para escapar das contínuas reduções das margens de lucros provocadas pela competição, os produtores buscam vantagens competitivas por meio de inovações e da procura de nichos de mercado e forçam, ainda, uma redução considerável do tempo de desenvolvimento de novas tecnologias e do ciclo de vida dos produtos ofertados. É sob estas



condições que se desenvolve hoje, a luta pela conquista e manutenção de espaços no mercado brasileiro de produtos agroalimentares.

Neste sentido particularmente, o cenário agroindustrial do Sul do Brasil é particularmente importante, no que se refere ao processamento de alimentos interligado com as propriedades rurais. A viabilização de pequenos produtores de suínos, aves, leite e frutas, entre outros, só foi possível devido à agroindustrialização e a verticalização, por intermédio de cooperativas ou sistemas integrados com empresas de grande porte.

Estes desafios da transformação de produtos agro-alimentares, também estão postos para a pesquisa agropecuária. Nos centros de pesquisa, o desenvolvimento de variedades e cultivares tem como pressuposto, não só suas qualidades de resistência a doenças, desenvolvimento vegetativo ou produtividade, mas também as qualidades que facilitem o processamento, embalagem, transporte, armazenamento, etc., sendo que continuamente as instituições se preparam para desenvolver pesquisa na área de transformação de produtos. Todo este esforço se justifica, visto que o valor agregado à matéria-prima nos segmentos pós-porteira (pós-colheita, processamento, distribuição, mercado) passou a representar uma fatia destacada do agronegócio, por ter na agroindústria, um segmento com grande capacidade de agregar valor à produção e gerar empregos.

Entretanto, mesmo com o empenho de diversos setores ligados a agroindustrialização, pode-se afirmar que a agroindústria não é viável sem organização dos produtores, quer seja em pequenas empresas, associações de cooperativas ou se integrando a empreendimentos de maior porte.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

ERTHAL, R. Os complexos agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. *Revista Geo-paisagem*. Ano 5, n. 9, Jan./Jun., 2006. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/complexos.htm>>. Acesso em: 03 de setembro de 2011.

MONTOYA, Marco Antonio. O agronegócio nos Estados da Região Sul no Período de 1985 a 1995. *Revista Economia Aplicada (USP)*. v. 5, n.1, p.99-127, jan/mar, 2001.



SEREIA, V. J.; NOGUEIRA, J. M.; CÂMARA, M. R. G. As Exportações Paranaenses e a Competitividade do Complexo Agroindustrial. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 103, p. 45-59, jul./dez. 2002.

ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (Coord.). *Agronegócios: gestão e inovação*. São Paulo: Saraiva, 2006.



ASPECTOS DA SECAGEM NATURAL E ARTIFICIAL EM VEGETAIS

Archimedes Mucke Fleury; Willian Trovo Neves - Acadêmicos do Curso de Administração –
Gestão Empresarial - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadores: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti. Curso de Administração – Gestão
Empresarial - Centro Universitário Filadélfia –UniFil - Prof. M.Sc. Roger Nabeyama Michels
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus Apucarana.

RESUMO:

Este trabalho visa alcançar a definição dos conceitos sobre secagem ou desidratação de frutas e plantas medicinais. Constantemente, estudos vêm sendo realizados, buscando conhecer os tipos de produtos passíveis de secagem, suas vantagens e desvantagens. Dentro deste foco, é importante abordar os diversos tipos de secagem utilizados atualmente, como a secagem natural e artificial, mostrando que esta atividade agrega valor ao produto, confirmando assim sua viabilidade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Agregação de valor, Secagem solar, Desidratação, Secadores.

Pode-se definir secagem como sendo um processo de desidratação tanto de alimentos como de plantas medicinais. Esse processo é realizado diretamente nos produtos *in natura* e tem por objetivo extrair ao máximo a quantidade de água desses elementos, fazendo com que estes venham a ter um grau maior de conservação e um aumento significativo de sua vida útil. O processo de desidratação traz também outras conseqüências relevantes, como facilitar o transporte e o armazenamento desses produtos.

É importante citar também, as vantagens do processo de secagem, e entre elas estão que os produtos não perdem o seu aroma, pelo contrário, eles permanecem por um maior tempo quando em contato com a temperatura ambiente; os produtos também acabam por ganhar uma proteção maior contra a sua degradação, pois a desidratação permite a redução da quantidade de água nos produtos e sendo assim, diminui as possibilidades de desenvolvimento de fungos e bactérias; economiza-se energia, pois não há a necessidade de conservação por refrigeração; e finalmente disponibilidade do produto em qualquer período do ano.

Para a secagem de alimentos como as frutas, o processo é bem simples, sendo que o primeiro requisito é que elas já estejam maduras. Em seguida, deve-se lavar e descascá-las,



pois a casca dificulta a secagem. Dependendo da fruta, pode-se perfurar, esmagar ou deixar em água fervente por dois minutos, pode-se cortá-las, pois quanto menor o tamanho, menor também será o tempo de secagem, aumentando assim sua qualidade. Após isso, banha-se em solução de limão, para uma maior conservação e melhoria da cor. Em seguida, coloca-se para secar.

Em relação às plantas medicinais, a secagem é fundamental para a preparação adequada das drogas vegetais, pois a quantidade de umidade acima de 10% nas plantas medicinais, culmina na degradação dos princípios ativos destas drogas. É fundamental conhecer as propriedades dos produtos que sofrerão o processo de secagem, pois cada espécie tem seus teores de substâncias ativas, por isso, a importância de se definir métodos apropriados de secagem para cada espécie.

Atualmente são conhecidos dois tipos de secagem: a secagem natural e a secagem artificial.

Por secagem natural, compreende-se ser aquela realizada ao vento, ao sol, ou até mesmo à sombra. Este método de secagem é mais antigo e acredita-se que o homem primitivo, começou a utilizá-lo, depois de observar que grãos, ervilhas e feijões eram secos de forma natural no campo. Desta forma o mesmo podia conservar melhor e por mais tempo o seu alimento.

Este tipo de secagem ainda é utilizado nos dias atuais, entretanto é necessário que alguns cuidados sejam tomados para evitar problemas durante o processo. Dentre estes cuidados, alguns devem ser ressaltados, tais como proteção do material em secagem contra insetos, importância de boas condições sanitárias e atenção ao clima (no caso de chuvas, que comprometem o tempo de secagem do material).

É importante também destacar o tempo de duração. No caso de frutas, pode haver variação de horas indo até dias, todavia, para cada tipo de material exposto à secagem, são encontrados diferentes resultados, uma vez que, deve ser levado em conta fatores como a temperatura, a massa do material e o próprio material submetido à secagem por exemplo.

Alguns produtos que podem ser desidratados através da secagem natural são maçãs, uvas, figos, ameixas, bananas, abacaxis, tomates, ervilhas, pimentões, soja, salsinha, cebolinha, hortelã, erva-cidreira, orégano, carnes e peixes. No caso de plantas medicinais, à



secagem ao sol é desaconselhada, pois a mesma agride componentes químicos ocasionado em diversas mudanças nas plantas.

Com o passar do tempo, o homem desenvolveu sistemas para otimizar a secagem de produtos. Na busca de alcançar uma maior preservação de alimento, em maior escala, sem depender de aspectos meteorológicos, o homem desenvolveu a secagem artificial. A secagem solar mecânica, por exemplo, é uma forma mais higiênica na desidratação, se comparado à secagem ao sol tradicional. Os equipamentos captam raios de sol e os transforma em calor. Para cada modelo de equipamento existem peculiaridades. Todavia, o processo de secagem pode continuar a ser lento.

Indo na contramão da secagem natural, este modelo de secagem artificial pode conseguir excelentes resultados em um período mais curto de tempo, sem ser levado em consideração que o mesmo é utilizado para a secagem em grandes escalas. Contudo, neste método de secagem, existe a necessidade de algum tipo de fonte geradora de energia para que o processo possa ocorrer e alguns aparelhos para a desidratação, encontrado no mercado são os secadores do tipo cabine, secadores de tambor ou cilindro rotativo, secadores de esteira contínuo, secadores a vácuo e ainda torre de atomização ou spray.

Com relação à viabilidade econômica, são encontradas várias vantagens após o produto passar pelo processo de secagem. Entre elas destaca-se a redução de custos no processo de conservação do produto, uma vez que este processo elimina a necessidade de refrigeração; a utilização de embalagens menores, pois os produtos perdem massa; redução de espaços para estocagem e transporte; diminui-se a perda de alimentos que possam ser contaminados por fungos ou bactérias, refletindo diretamente nos custos do produto e consequentemente nos resultados financeiros. Neste sentido, o processo de secagem contribui como forma de agregar valor aos produtos vegetais.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Guilherme Armênio. *Desidratação de alimentos*. 2. ed., São Paulo: Globo, 1990.

PARK, Kil Jin; YADO, Maurício Kenze Moreno; BROD, Fernando Pedro Reis. Estudo de secagem de pêra Bartlett (*Pyrus sp.*) em fatias. *Revista de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campinas*, v.21, n.3, p.288-292, set./dez. 2001.



PINTO, José Eduardo Brasil Pereira; REIS, Érika Soares, ALVES, Thiago Leal. Rendimento de óleo essencial e caracterização organoléptica de folhas de assa-peixe submetidas a diferentes métodos de secagem. *Ciência Agrotécnica, Lavras*, v.28, n.2, p.339-344, mar./abr.2004.



MOTIVAÇÃO: SEU PAPEL PARA ATINGIR RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

Najila Fernanda Bianchi – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Nesse mercado competitivo em que nos encontramos, as empresas precisam investir em algum diferencial para alcançar a excelência. Assim, as pessoas passaram a ser valorizadas pelas empresas como realmente são: ativadores inteligentes, tornando-se assim o diferencial competitivo, já que elas passam boa parte de suas vidas trabalhando nelas, e as empresas precisam de seus funcionários para sobreviver. Mas as organizações precisam prover um ambiente de trabalho adequado. Apenas a mola impulsionadora dentro de nós não basta. Sem motivação não há produtividade. Logo, mostra-se então de extrema relevância o estudo da motivação humana e seu papel para atingir resultados organizacionais. O trabalho aqui apresentado tem como objetivo abordar aspectos da motivação humana, suas definições bem como métodos de motivação, como a empresa pode desenvolver a habilidade de se dar bem com seus funcionários e obter o melhor deles e como a reciprocidade entre indivíduo e organização pode contribuir para o sucesso desta.

PALAVRAS - CHAVE: Pessoas, Motivação, Organizações, Resultados Organizacionais.

Pode-se afirmar que o comportamento humano nas organizações sempre foi algo importante. Mas a preocupação com esse assunto é recente. Antes da Revolução Industrial, por exemplo, o método usado com mais frequência para motivar os empregados se baseava em punições, de aspectos psicológicos, financeiros e até mesmo físicos, o que era desfavorável, pois o medo pairava sobre o clima organizacional. Além disso, acreditava-se que a vantagem competitiva estava relacionada com o preço final e qualidade do produto. Mas as grandes mudanças no mundo, rápidas e intensas, exigiram reformulação de conceitos administrativos e inovações, e uma das áreas que mais se altera nesse contexto é a de recursos humanos. As pessoas passaram a significar o diferencial competitivo que sustenta e faz desenvolver o sucesso organizacional. Elas passaram de instrumentos à parceiras das organizações, não se sentindo apenas partes de uma engrenagem de uma grande máquina, e sim colaboradores, parte fundamental do processo administrativo.

Ademais, as pessoas têm um desejo natural de realizar alguma coisa na vida, de ter uma ocupação que lhe de retorno e satisfação. Tanto é assim que a palavra Motivação vem do latim *movere* (mover). Ou seja, um impulso que move a algo, que leva a ação. Por isso



quando vão trabalhar, vão motivadas, com uma vontade dentro delas de fazerem o seu melhor. Cabe as empresas criar um ambiente produtivo e encorajar essa dedicação.

É por isso que defendemos aqui o conceito de que essa é uma responsabilidade de quem deseja ser um administrador de empresas. O líder pode motivar e ele se torna motivador quando influencia seus funcionários, ajudando-as a alcançar suas metas, fornecendo incentivos para o sucesso, criando um ambiente positivo e produtivo no qual as metas podem ou se tornam mais fáceis de serem alcançadas.

Segundo Weiss (1991), isso pode ser feito através do “contrato psicológico”, um acordo verbal feito entre chefe e seus colaboradores em que se estabelecem as expectativas mútuas, as responsabilidades e as consequências do sucesso ou do fracasso, pois dizer a eles que você espera que façam o melhor significa que você as considera capaz de alcançar os padrões e os encara como fundamental para o processo. Vale ressaltar também os métodos tangíveis de motivação, uma quantia monetária que seja compatível com o desempenho, desgaste, as qualificações e atividades exercidas pelo empregado. Também atividades interativas fora do expediente de trabalho, programas de saúde e qualidade de vida. É como se estivéssemos substituindo como método de motivação o medo por uma automotivação interna ao bom desempenho.

Logo, cabe as empresas reavaliarem seu comportamento para com seus funcionários, oferecendo um melhor ambiente de trabalho que faça com que eles se sintam a vontade para produzir, tenham a liberdade de se expressar, expor idéias, compartilhar soluções, pois, trabalhador motivado significa aumento na produtividade e clima organizacional adequado.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Motivação nas Organizações*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

DRUCKER, Peter F. *Prática da administração de empresas*. São Paulo: Pioneira, 1989.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. *Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional*. São Paulo: EPU, 1986.

WEISS, Donald. *Motivação e Resultados: como obter o melhor de sua equipe*. 5. ed., São Paulo: Nobel, 1991.



Como o pessoal da Google trabalha. São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.youtube.com.br>>. Vídeo acessado em 26 de junho de 2011.

Trabalhar no Google Brasil. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.youtube.com.br>>. Vídeo acessado em 26 de junho de 2011.



OS FATORES QUE INFLUÊNCIAM NA DECISÃO DE COMPRA

Nathalia Fernanda Fávaro - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora - Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Atualmente existem diversos fatores que influenciam na decisão de compra das pessoas, muitos compram por necessidade outros apenas para satisfazerem-se mesmo que não haja uma real necessidade e sim apenas um desejo. Para adquirir um produto são analisados diversos fatores, tais como preço, preferência, atendimento, entre outros. Devido a isso, este trabalho procura responder as seguintes questões: Qual deve ser o comportamento do consumidor diante desses fatores? Como o mercado se porta diante do consumidor? E quais são os recursos utilizados para atrair e reter novos clientes?

PALAVRAS - CHAVE: Comportamento. Consumidor. Mercado. Preferência.

Comprar significa adquirir algo, em uma compra existe a troca de bens e serviços. O ato de adquirir coisas é muito comum em nosso cotidiano. As pessoas possuem necessidades e desejos e por isso procuram satisfazê-los muitas vezes comprando bens ou serviços.

Focados nas necessidades e desejos das pessoas, as organizações procuram conquistá-las para assim poderem atingir seus objetivos, tal como o principal deles que é a obtenção de lucro.

Quando uma pessoa quer adquirir algo, ela precisa ter uma moeda de troca, mais especificamente o dinheiro, e para conseguí-lo não é tão simples assim, ela precisa trabalhar, é por isso que as pessoas valorizam seu dinheiro e assim querem adquirir coisas que realmente lhes satisfaçam, quando se diz em satisfação, significa que o retorno recebido compense o dinheiro investido (valor percebido).

Mas isso não significa comprar a mercadoria mais barata, muitos acreditam que compensa pagar caro pela marca, por exemplo, um jeans de marca famosa pode custar muito caro e muitas pessoas pagam por isso, mesmo que exista outro jeans mais barato que exercerá a mesma função, outros preferem algo confortável, outros visam apenas o preço, e outros a qualidade.



Há também quem opte pela comodidade, deixando então de comprar um produto que deseje mais, para comprar um que está na loja mais próxima ou que está disponível na internet.

As pessoas gostam de um bom atendimento, rapidez e uma relação agradável entre consumidor e vendedor influência e muito na decisão final, podendo assim o consumidor tornar-se cliente, ou seja, de uma transação pode-se gerar um relacionamento entre as partes.

Outros fatores levam os consumidores a tomarem decisões específicas na hora da compra, exemplos disso são as crianças, a restrição orçamentária, entre outros.

Analisando todos os fatores que influenciam os consumidores, as empresas procuram a melhor forma de se tornarem preferências na hora da escolha do consumidor em relação ao melhor lugar para se comprar.

Segundo Albrecht (2002), um bom slogan para a organização seria “Conheça o seu cliente”. Ele explica que a organização deve segmentar seus clientes e passar a ver o mundo sob a perspectiva deles.

Essa é uma das estratégias usadas pelas empresas, saber o que o cliente quer e como ele quer é de suma importância para elaborar as táticas de atração e retenção de novos clientes.

Elas acabam gerando fatores que influencia na decisão do consumidor, para poderem concorrer com o mercado, pois focados no consumidor e suas preferências, então elaboram: Promoção para atraí-los, que é a propaganda do produto ou serviço, as marcas e as empresas buscam um posicionamento no mercado, ou seja, como elas querem serem vistas pelos consumidos. Utilizam então da propaganda para se fixarem na mente do consumidor.

Estudam o melhor lugar para conquistá-los, os pontos de distribuição e vendas (PDV), são onde as empresas estão, seja em bairros de classe baixa, média ou alta. E em relação a região em que elas estão o modo de estrutura provavelmente irá variar.

As empresas buscam preços atrativos, a formação de preço engloba o preço do produto mais o lucro de quem vende, não deixando de se esquecer da quantidade de demanda e da capacidade de compra do consumidor.

Também elaboram produtos que melhor atendam as necessidades e os desejos. Atualmente a tecnologia é uma grande aliada nesse processo de desenvolvimento.



REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Karl; ZEMKE, Ron. *Serviço ao cliente: a reinvenção da gestão do atendimento ao cliente*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ETZEL, Michael J.; WALKER, Bruce J.; STANTON, William J. *Marketing*. São Paulo: Makron Books, 2001.

HOFFMAN, K. Douglas; FERNANDES, Brasil Ramos; ZANELLA, Marilia de Moura; LIMEIRA, Tania Maria Vidigal; VELOSO, Andres Rodriguez (org). *Princípios de marketing de serviços*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning 2009.

SANT'ANNA, Armando; ROCHA JÚNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz Fernando Dabul. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 8. ed., São Paulo: Cengage Learning 2009.

SHETH, Jagdish N; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. *Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2001.

URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. *Gestão do composto de marketing*. São Paulo: Atlas 2009.



ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS

Nickolas Hilário e Silva - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador - Prof. Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O novo bem alinhado com necessidades de desejos do consumidor chama atenção, desperta curiosidade, quebra monotonia e o desinteresse que muitas pessoas sentem diante de coisas que perderam o predicado de novidade. Logo, o novo é valorizado e, com frequência, há pessoas dispostas a pagar mais por ele. É claro que alguns produtos têm vida longa, a principal explicação está no valor percebido, mas no geral os produtos têm passado por ciclos de vida cada vez mais curtos e os novos produtos são críticos para as empresas. É preciso dispor de adequada capacidade de aprendizagem e inovação, em velocidade apropriada, para a empresa explorar oportunidades de novos produtos e serviços.

PALAVRAS – CHAVE: Novo, Produtos, Inovação, Consumidor.

Cada vez mais as pessoas procuram produtos novos, estes podem ser algo que desconhecemos totalmente ou um pouco diferente daquilo que já existia. Independentemente das extremidades, os novos produtos são colocados no mercado com objetivos em comum: satisfazer as necessidades dos consumidores, sustentar a posição competitiva da empresa e melhorar resultados.

O trabalho para lançar um novo produto não é simples, toma tempo, consome dinheiro e pode gerar resultados abaixo do esperado, por isso há a dúvida sobre a priorização do desenvolvimento de novas ofertas ao mercado, mas os problemas tendem a ser maiores para quem não investe em novos produtos.

Para desenvolver inovações além de analisar o comportamento do mercado a empresa precisa de estratégias apropriadas de novos produtos para que após os processos de desenvolvimento, os produtos lançados consigam alcançar o sucesso.

Além de todos esses procedimentos, as empresas precisam ser cada vez mais flexíveis, até porque elas começam a frequentar um dos ambientes mais desafiadores para o desenvolvimento de produtos: a Internet.

Por todos esses motivos, é preciso discutir a inovação de produtos na era da Internet, saber os significados das quatro categorias dos novos produtos: a dos novos produtos derivados de produtos já conhecidos pela empresa e pelo mercado; a dos novos produtos para



a empresa; os novos produtos para o mercado e ainda os novos produtos para a empresa e para o mercado, bem como as razões para os mesmos serem lançados no mercado, estudar as estratégias apropriadas para desenvolver inovações, onde vemos duas alternativas estratégicas: a inovação puxada pelo mercado versus empurrada pela tecnologia e o desenvolvimento interno versus aquisição ou aliança.

Também é preciso explorar as etapas dos processos de desenvolvimento: desde a geração de idéias, passando pela investigação preliminar que procura compreender os méritos mercadológicos, seguida pela investigação detalhada, que pretende reduzir riscos de prejuízos com o investimento, passando também pelo plano de negócio, que precisa satisfazer critérios mais rigorosos, bem como pela etapa de desenvolvimento de produto, onde ele é transformado em realidade, seguida ainda da revisão pós-desenvolvimento, que avalia o progresso do projeto e confirma se ele continua atrativo, após isso teremos teste e validação, que examina a viabilidade global do projeto de novo produto, o marketing vai realizar testes de mercado simulando, sob condições tão reais quanto o possível, as reações dos consumidores potenciais ao novo produto para que possa ser dado o próximo passo: a análise de pré-comercialização, que vai ajudar a decidir se o novo produto será lançado. Posteriormente ocorrerão as etapas de produção plena e lançamento no mercado, onde ocorre o monitoramento sistemático e a agilidade nos ajustes. O lançamento seguirá a versão final da estratégia de marketing com três partes: (mercado-alvo, posicionamento do produto, objetivos de vendas, participação no mercado e rentabilidade para o primeiro ano); (preço, distribuição, promoção e orçamento de marketing para o primeiro ano); (objetivos e estratégias de médio e longo prazos para as variáveis dos itens anteriores).

Precisando compreender ainda, as determinantes para o sucesso e as razões para o insucesso dos novos produtos.

REFERÊNCIAS

FRANCESE, Peter. *Capturando clientes: Como atingir em Cheio os Clientes que Consomem seus Produtos*. São Paulo: Makron Books, 1993.

MATTAR, Fauze Najib. *Gerência de produtos: como tornar seu produto um sucesso*. São Paulo: Atlas, 2003.



ROSEN, Emanuel. *Marketing boca a boca*. São Paulo: Futura, 2001.

SHETH, Jagdish N. *Marketing na Internet*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. *Gestão do composto de marketing*. São Paulo: Atlas, 2009.



GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Raul Hidetoci Mioshi Júnior - Professor Adjunto I do Centro Universitário Filadélfia UniFil

RESUMO:

A análise da gestão da cadeia de suprimentos permite a identificação de interações existentes entre os diversos elos (empresas) que a compõem. Estas interações ocorrem através de um vínculo de complementaridade e de interdependência entre os atores envolvidos dentro da cadeia de suprimentos. Percebe-se que a gestão da cadeia de suprimentos é um processo lógico, sequencial e dinâmico. Trata-se de um novo enfoque estratégico diante de uma nova realidade empresarial, pois a competição empresarial ultrapassou as barreiras corporativas para alcançar a competição entre cadeias. Vislumbra-se, portanto, um novo enfoque estratégico empresarial, com vistas na competição ocorrendo entre cadeias, sendo que não é possível planejar de forma isolada, sem levar em conta os desdobramentos ao longo da cadeia de suprimentos. Para tanto, é necessário e fundamental que se busquem mecanismos para a formação de cadeias de valor, bem como incorporar conhecimentos em todas as formas de interação, com o objetivo de obterem resultados positivos e igualitários para todos os participantes da cadeia de suprimentos.

PALAVRAS-CHAVE: cadeia de suprimentos, articulação entre empresas e clientes.

Trata-se de uma rede de companhias efetivamente articuladas e responsáveis pela obtenção, produção e disposição de um produto ou serviço ao componente final da cadeia. O mesmo significado da questão é tratado por Chopra e Meindl (2003), pois a cadeia de suprimentos englobaria todos os elos envolvidos, direta ou indiretamente, no atendimento ao cliente final. Para Chopra e Meindl (2003) os estágios de uma estrutura de uma cadeia de suprimentos são divididos em cinco estágios, a saber: fornecedores de componentes ou de matéria-prima, fabricantes, distribuidores (atacadistas e varejistas) e clientes finais.

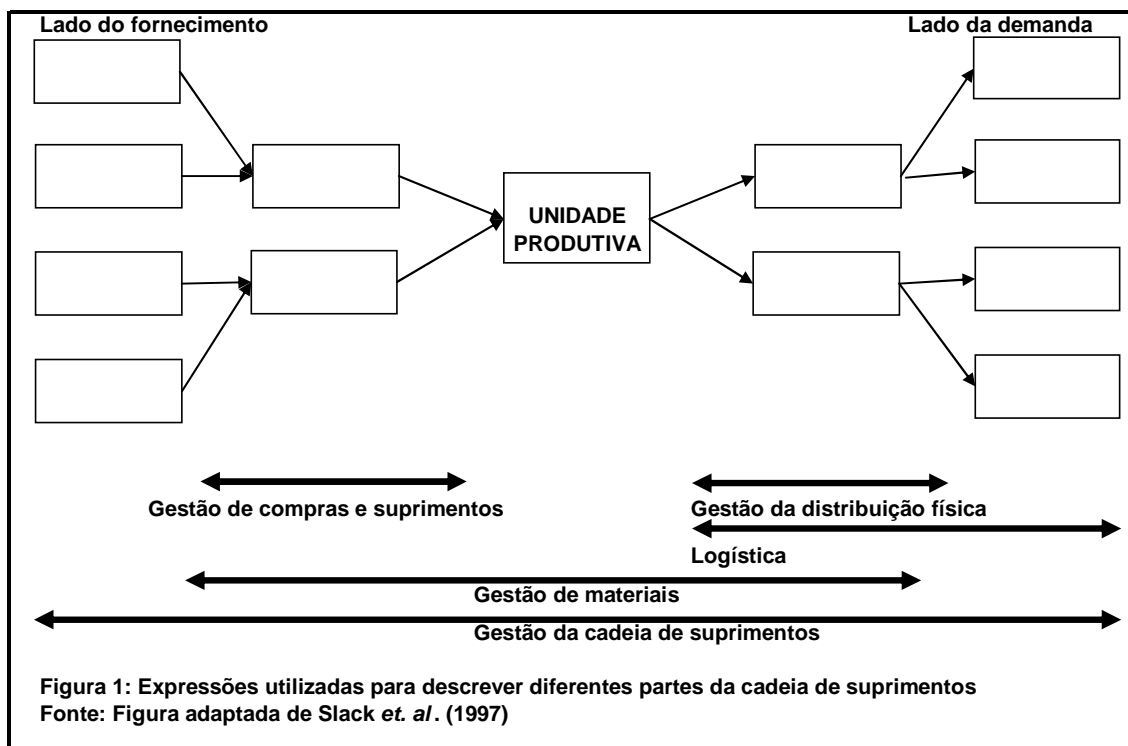
Por outro lado, Harland (1996) considera que há apenas quatro estágios para a formação da gestão da cadeia de suprimentos: a integração das funções de negócios envolvidas nos fluxos de materiais e informações, a gestão bilateral do relacionamento bilateral da empresa e seus fornecedores imediatos, a gestão da cadeia de negócios incluindo fornecedores e clientes de todos os níveis e a gestão de uma rede de negócios interconectados envolvidos em entregar um pacote de valor requerido pelo cliente final.

Conforme Slack *et. al.* (1997) a gestão da cadeia de suprimentos pode ser desmembrado a partir dos seguintes conceitos: (a) Gestão de compras e suprimentos é um



termo bem aceito, na prática, para designar a função que lida com a interface da unidade produtiva e seus mercados fornecedores; (b) a gestão da distribuição física está relacionada com a gestão operação de fornecimento aos clientes imediatos; (c) a logística é uma extensão da distribuição física, normalmente refere-se à gestão do fluxo de materiais e informações a partir de uma empresa, até os clientes finais, por intermédio de um canal de distribuição; (d) Gestão de materiais: refere-se à gestão do fluxo de materiais e informações através da cadeia de suprimentos imediata. O conceito tem incluído as funções de compras, gestão de estoques, gestão de armazenamento, planejamento e controle da produção e gestão da distribuição física; (e) Gestão da cadeia de suprimentos: é um conceito desenvolvido com uma abrangência bem maior e com um enfoque holístico, que gerencia além das fronteiras da empresa.

Percebe-se que os conceitos apresentados por Slack *et. al.* (1997) que a gestão da cadeia de suprimentos engloba uma definição mais ampla. A justificativa é em decorrência do alcance que ela destaca com relação às outras abordagens apresentadas, pois enfoca uma amplitude que ultrapassa os limites organizacionais. As definições (1 a 5) inseridas anteriormente serão representadas através de uma figura para uma melhor compreensão e visualização do modelo.





Busca-se articulação dos processos ao longo da cadeia de suprimentos. Para tanto, as organizações devem comunicar-se de forma necessária e suficiente para obterem as sinergias necessárias para alcançarem diversos resultados positivos. Reconhece-se que há benefícios significativos a serem ganhos ao tentar dirigir estrategicamente toda a cadeia de suprimentos em direção à satisfação dos clientes finais. Encontram-se os seguintes resultados positivos na relevante literatura acadêmica: custo menor para a cadeia como um todo (Christopher, 2007); geração de valor (Porter, 1986, 1992); geração de um resultado mais lucrativo e participativo para todas as partes da cadeia de suprimentos (Chopra e Meindl, 2003; Christopher, 2007; Alves Filho *et. al.* 2004; Correa e Correa, 2008; Betts *et. al.* 2008); melhoria nos relacionamentos entre empresas, principalmente, nos aspectos colaborativos e cooperativos (Alves Filho *et. al.* 2004; Bowersox e Closs, 2001; Slack *et. al.* 1997).

Evidencia-se a importante tarefa da estruturação da cadeia de suprimentos e, posteriormente, a necessidade de gestão como um todo articulado, pois a competência essencial e competitiva está na habilidade de planejar e gerenciar todo este espectro, cadeia de suprimentos, como forma de entregar o pacote de valor percebido e requerido pelo cliente final.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, A. G. *et. al.* Pressupostos da gestão da cadeia de suprimentos: evidências de estudos sobre a indústria automobilística. *Gestão de Produção*, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 275-288, set/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2008.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. *Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos*. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHOPRA, S.; MEINDL, P.. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
- CHRISTOPHER, M. *Logística e gerenciamento da cadeia de suprimento: criando redes que agregam valor*. São Paulo: Thomson, 2007.
- CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Redes de operação na cadeia de valor. In: *Administração da produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.



HARLAND, C. M.. Supply Chain Management: relationships, chains and networks. *British Journal of Management*; v. 7, Special Issue, p. 63-80; March 1996. Disponível em: <<http://www.proquest.com>>. Acesso em: 14 de agosto de 2008.

MARTIN, C. *Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor*. 2. ed., São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SLACK, N. *et. al.. Administração da Produção*. São Paulo: Editora Atlas, 1997.



ADMINISTRAÇÃO DE SALÃO DE BELEZA

Ricardo Olanda Pereira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Denise Dias de Santana - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O mercado da beleza vem crescendo cada dia mais nos últimos tempos, a busca pelo bem estar e a valorização da imagem são fatores que levam muitas pessoas a procurarem os serviços de beleza e estética para se sentirem mais confiantes, por isso as empresas prestadoras destes serviços estão se tornando cada dia mais competitivas, para que a empresa se destaque é necessário uma boa administração, qualidade dos serviços oferecidos e estratégia de marketing. Este artigo apresenta algumas informações do que é necessário para a administração de salão de beleza.

PALAVRAS – CHAVE: Mercado da beleza, administração, estratégia de marketing.

A crescente busca pelo bem estar está motivando milhares de empresários a investirem grande capital no mercado da beleza. Hoje em dia, a valorização da imagem tem se tornado um dos principais motivos pela busca da beleza, muitas pessoas, dentre elas homens e mulheres de todas as idades, estão cada vez mais preocupados com a imagem pessoal.

A importância de uma boa administração e a qualidade de serviços e produtos é o diferencial para que empresas desse segmento cresçam e ganhem força no mercado. As empresas nesse ramo devem oferecer aos clientes os melhores serviços e produtos de beleza, com equipe de profissionais altamente qualificados e vibrantes para prestarem o melhor atendimento.

Cabe ao administrador recrutar uma equipe de excelência em atendimento para que esse seja o diferencial do seu empreendimento. Para começar uma empresa nesse segmento é necessário que o administrador faça uma pesquisa e conheça as necessidades de seus clientes e saiba valorizar os aspectos mais importantes.

O principal objetivo da empresa é a fidelização de seus clientes, essa é a peça principal para que o negócio dê certo. A empresa deve ser bem localizada e ter uma boa estrutura física, é importante também que tenha um diferencial. A cada dia surge uma nova empresa no segmento da beleza, por isso é importante estar atento ao mercado.



As empresas que tiverem a melhor tecnologia aliadas ao bom atendimento se destacaram e ganharam lugar no mercado, por isso é importante estar atualizado. A satisfação do cliente é fundamental, um cliente satisfeito fará uma propaganda positiva e trará outros clientes para conhecer a empresa.

Organização é necessária para que a empresa assegure a qualidade e eficiência do processo, além de tornar transparente a administração. Uma empresa bem organizada oferece um atendimento personalizado e exclusivo ao seu cliente, cada cliente deve ser tratado como único.

O portfólio de serviços oferecidos deve estar de acordo com as necessidades e exigências dos clientes, a busca pela satisfação deve ser o principal objetivo. Após pesquisar o mercado da beleza, é necessário que o empreendedor esteja atento a todos os detalhes relacionados ao negócio.

Para a abertura de um salão de beleza, o imóvel escolhido deve atender as necessidades operacionais além do que ser de fácil acesso aos clientes. A regularização da empresa dentro aos órgãos públicos é de extrema importância, todas as taxas devem ser pagas em dia e o proprietário deve manter toda documentação necessária conforme a lei.

A empresa de prestação de serviços de beleza deve obter licença da vigilância sanitária, que vai levar em conta os aspectos de higiene, organização, área física, equipamentos, funcionários, produtos e procedimentos do local. A partir do momento que a empresa está devidamente montada, equipada, com profissionais qualificados é a hora de criar uma estratégia de marketing para atrair as pessoas.

Uma observação das empresas existentes trará ao administrador uma visão do que é necessário para que a empresa possa se destacar entre as outras.

REFERÊNCIAS

ALVERANGA, Darlan. *Renda maior aumenta gastos com beleza e faz de salão de beleza o negócio da vez*. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2011/09/renda-maior-aumenta-gastos-com-beleza-e-faz-de-salao-o-negocio-da-vez.html>>. Acesso em 23 de junho de 2011.



ESCOLA DE GERENTES. *Atendimento ao cliente: dicas de como encantar seu cliente no comércio*. Disponível em <http://www.zanco.com.br/art-empreedemktg_atendimento.htm>. Acesso em 23 de junho de 2011.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. *Empreendedorismo*. 5. ed., São Paulo, 2000.

RESNIK, Paul. *A bíblia da pequena e média empresa*. São Paulo: Makron Books, 1991.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning: 2001.



MARKETING & MODA: O Mercado da moda

Sarah Alves Carraro – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Por muito tempo as pessoas têm usado vestuário como forma de enfeite e comunicação não verbal, como por exemplo, posições sociais, localidade, afiliação a determinado grupo, demonstrando assim sua personalidade, caráter e forma de pensar, possibilitando assim aos outros fazer uma leitura simples mesmo que seja superficial, da situação social. O conceito de moda era associado apenas ao vestuário, principalmente nas áreas mais específicas do segmento feminino de roupa (a alta-costura), mas com o passar do tempo levou uma migração de conceitos de moda, assim podendo se espelhar em vários outros segmentos de consumo (modismo): acessórios (relógio, jóias, bolsas, sapatos, telefones celulares e etc...), perfumes, cosméticos entre outros. O conceito de estilo de vida se espelha no entrelaçar das características individuais e comportamentais de cada pessoa segundo a sua realidade de vida. A Moda estimula consumo e é também um meio sugestivo que incentiva as pessoas a comprarem. Compreender o porquê ocorre isso é muito importante para a gestão de negócios da moda. O artigo apresenta o conceito de marketing em moda, os tipos de estratégias de marketing a fim de obter e reter participação de mercado, as abordagens de marketing para criar valor à marca. A moda faz o consumidor como diz aquele ditado popular “*você é o que você come*” assim serve também para a moda “*você é o que você veste*”.

PALAVRAS – CHAVE: Mercado de Vestuário, Marketing e Consumidor.

O estilo de vida faz um referencial multidimensional em vários setores do mercado, sendo este um instrumento de análise, decisões e compreensão ao que leva o indivíduo ser motivado a comprar. O negócio que envolve produto a onde o seu ciclo de vida é estimulado por inovações tecnológicas ou mudança de design se encaixa no conceito de produto de moda. O Mercado é o grande responsável pelo sucesso de um produto onde seu design está sujeito à apreciação das pessoas. Coco Chanel usou a expressão, “*uma moda que não vai para as ruas não é moda*”. Madame Chanel em 1920 criou o conceito da mulher moderna, ela investiu em modelos com detalhes emprestados das roupas masculinas transformando assim em alta-costura na cor preta, nascendo o clássico e imbatível “pretinho básico”.

Para Françoise Serralta,(apud COBRA,2010, p.12) considerado guro em moda e design “o marketing tradicional deixa os produtos todos muito parecidos ao passo que o consumidor busca produtos diferenciados”.



A moda influenciada fortemente pela mídia, assim tornando os consumidores seus dependentes. Ela diferencia, valoriza e aumenta o ego das pessoas. A moda gera emprego, porque é uma indústria, e como tal, obriga à renovação, ao consumo, portanto, à movimentação de dinheiro. Quando um consumidor compra um blazer, por exemplo, está movimentando a economia, atingindo assim um grande número de pessoas direta e indiretamente. O negócio da moda tangencia as áreas de criatividade, produção, administrativa e marketing.

Em síntese, para uma boa gestão de produtos de moda, é necessário saber estender e diminuir o ciclo de vida em função dos objetivos de mercado. Aliás, o produto precisa estar sustentado em uma boa estrutura organizacional, mantido por estratégia consistente de comunicação e marketing (propaganda).

Conforme Cobra (2010, p.12), “a forma tradicional de ensino de gestão, do marketing à comunicação, da estratégia à operação, não focam especificamente a moda como influenciadoras de consumo”, mas isso acontece pela dificuldade de explicar como surge a moda e como ela é aceita.

Portanto para a introdução de um produto de moda no mercado, pode existir uma forte relutância dos consumidores conservadores, em relação à novidade. Mas, conforme o tempo avança novos adeptos da moda vão surgindo. Segundo Cobra (2010) aos mais receptivos, que são os consumidores *inovadores* (fase de introdução), vão se agregando os *seguidores rápidos* (fase de crescimento), seguindo da *primeira maioria* (fase de desenvolvimento), da *maioria seguidora* (fase de maturidade) e finalmente, dos *consumidores lentos* (fase de declínio). Assim, conforme Goldenberg (2006) “A moda é hoje um dos temas, mais fascinantes porque, por meio dela, podemos analisar inúmeros aspectos de uma cultura”.

REFERÊNCIAS

COBRA, Marcos. *Marketing & Moda*. 2. ed., São Paulo: Senac, 2010.

GOLDENBERG, M. Por que a moda importa tanto? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 de janeiro de 2006.

HOOLEY, Graham J.; SAUNDERS, John A.; PIERCY, Nigel F. *Estratégia de marketing e posicionamento competitivo*. 3. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2009.



MAGALHÃES, Marcos Felipe; SAMPAIO, Rafael. *Planejamento de marketing: conhecer, decidir e agir do estratégico ao operacional*. São Paulo: Prentice Hall 2007.

PENTEADO, J.R. Whitaker. *Marketing de Idéias: A promoção da produtividade no terceiro mundo*. São Paulo: Livraria Pioneira

SCHWERINER, Mário René, “Você se dá ao luxo de ...?”, *Revista da ESPM*, v. 12, Jan/Fev 2005.



LOGÍSTICA EMPRESARIAL

Zanandra Nunes Lima – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Denise Dias de Santana – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A logística empresarial era ignorada pela maioria das organizações, mais com a abertura comercial, tornou-se uma necessidade, pois a competitividade nacional e internacional cresceu cada vez mais. O crescimento de mercado, expansão das linhas de produtos e as possibilidades, fazem da distribuição e do processo logístico um conjunto importante das operações gerenciais. Para a empresa a parte de atividades da logística, afetam os custos que a empresa tem, e uma das principais e fazer a satisfação do cliente. A logística empresarial absorve parte do orçamento operacional de uma organização.

PALAVRAS-CHAVE: Logística Empresarial, Competitividade, Mercados, Custos.

Conforme RONALD H. BALLOU (2000, p.45), logística empresarial trata de todas as atividades de movimentação e armazenagem, que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final, assim como dos fluxos de informação que colocam os produtos em movimento, com o propósito de providenciar níveis de serviços adequados aos clientes a, um custo razoável.

O nível de serviços logísticos é providenciar bens ou/e serviços corretos, no lugar certo, no tempo exato e nas condições desejadas, isso é conseguido através das administrações de: transportes, manutenção de estoque, processamento de pedido e de várias atividades de apoio adicionais.

As organizações perceberam que o adequado gerencialmente logístico, apresenta um impacto vital para a obtenção de vantagens competitivas duradouras.

Com isso, perceberam que o papel dos sistemas logísticos é tornar produtos ou/e serviços disponíveis, criando assim, as utilidades de espaço (local), tempo (momento) e forma (condições).

A logística empresarial promove melhor o nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes, através de planejamento, organização e controle efetivo para as atividades de movimentação e armazenagem que usam o fluxo de produtos.



De acordo com RONALD H. BALLOU (1993), o problema enfrentado nas organizações e que a logística faz é diminuir o hiato entre a produção e a demanda, de modo que, os consumidores tenham bens ou/e serviços quando e onde quiserem, e nas condições físicas que desejam.

É responsabilidade dos empresários proverem os serviços logísticos necessários, fazendo com que as empresas enfrentem essa responsabilidade com grau de eficácia e eficiência.

A importância dos processos logísticos é para desenvolver meios de acompanhamento local de seu desempenho, avaliando e colocando em prática alternativa para que o gestor possa realizar o controle dos processos em questão.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. *Logística Empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física*. São Paulo: Atlas, 2010.

BOWERSON, Donald J. *Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos*. São Paulo: Atlas, 2001.

CAMPOS, Luiz Fernando Rodrigues. *Logística: teia de relações*. Curitiba: Ibpex, 2007.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. *Logística Empresarial do Brasil: tópicos especiais*. Curitiba: Ibpex, 2007.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. *O Reverso da Logística e as Questões Ambientais no Brasil*. Curitiba: Ibpex, 2009.



APLICAÇÃO DO HERBICIDA GLYPHOSATE PARA O CONTROLE DA BUVA (*Conyza canadensis* e *Conyza bonariensis*)

Amanda Thuany Navarro; Renan Lucas Dalla Costa; Sergio Wacelkoski; Reinaldo
Neris dos Santos - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

RESUMO:

Conyza canadensis e *Conyza bonariensis* mais conhecidas como buva, são plantas daninhas da família Asteraceae originárias dos Estados Unidos. A buva possui determinado biótipo o qual é capacitado para sobreviver e se reproduzir após intensa aplicação do herbicida glyphosate. A forma mais visada do uso desse herbicida nos tratamentos é através da aplicação em culturas geneticamente modificadas (transgênicos) para tolerância do produto. Os estádios fenológicos são determinantes para análise dos tratamentos com herbicidas alternativos. A aplicação isolada do glyphosate, não torna um fator eficaz para o controle de plantas daninhas, principalmente quando for uma praga resistente. O fator viável para controlar a população de buva é através das combinações de herbicida, ou seja, utilização de herbicida alternativo.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência a produtos químicos, Manejo alternativo, Seletividade.

As plantas daninhas *Conyza canadensis* e *Conyza bonariensis* (buvas), espécies da família Asteraceae, originárias dos Estados Unidos, apresentam características e estruturas que conferem fácil dispersão. Mais especificamente a *C. bonariensis* ocorre nas zonas subtropicais e temperadas da América do Sul. Já a espécie *C. canadensis* é considerada uma das mais distribuídas pelo mundo e encontra-se principalmente, nas regiões de clima temperado no hemisfério norte e regiões subtropicais do sul. No Brasil, essa espécie é uma das principais na região sul do país, constituído por biótipos com capacidade de sobreviver e se reproduzir após alta exposição de doses do herbicida glyphosate, considerado não-seletivo, utilizado mais de 20 anos no manejo da vegetação para formação de palhada no sistema de plantio direto.



A resistência de plantas daninhas aos herbicidas é um fenômeno natural que ocorre espontaneamente em suas populações, não sendo, portanto, o herbicida o agente causador, mas sim selecionador dos indivíduos resistentes que se encontram em baixa frequência inicial (Christoffoleti *et al.*, 1994). O glyphosate é um dos herbicidas de grande importância, utilizado para o controle de plantas daninhas anuais ou perenes em variados sistemas de produção. A forma inovadora de uso de herbicida na agricultura é aplicação em culturas geneticamente modificadas (transgênicos), para tolerância ao produto, assim, podendo contribuir para seleção de biótipos resistentes em espécies de plantas daninhas. A ausência de atividade residual no solo, presença de múltiplos mecanismos fisiológicos correlacionados ao mecanismo de ação, baixa adaptabilidade ecológica dos indivíduos resistentes, ausência de outros herbicidas com o mesmo mecanismo de ação e metabolismo limitado pelas plantas, são fatores que contribuem para a resistência da planta daninha ao herbicida glyphosate.

O glyphosate age inibindo a enzima 5-enolpiruvilshiquimato-3-fosfato sintase (EPSPs), que é responsável pela reação de conversão do shiquimato-3-fosfato e fosfoenolpiruvato em EPSP e fosfato inorgânico, na rota do ácido shíquimico (Geiger; Fuchs, 2002). A inibição da EPSPs resulta o acúmulo de ácido shíquimico nas plantas e na redução da biossíntese de aminoácidos aromáticos, como triptofano, tirosina, fenilalanina. Segundo Christoffoleti *et al.* (2005) e Ribeiro (2008), a eficácia do herbicida glyphosate em biótipos resistentes e suscetível de azevém, observaram interferência do estágio fenológico na eficácia do produto, com menor controle para as plantas mais desenvolvidas. Pode-se notar que o estágio fenológico das plantas compromete significativamente o controle, de forma que medidas de manejo podem alcançar melhores resultados se aplicadas em plantas mais jovens, preferencialmente no estágio pré-emergente.

O tratamento com glyphosate isolado não controla satisfatoriamente a população de buva. A probabilidade de controle em planta daninha suscetível a exposição de doses do herbicida irá ser maior que no caso de buvas resistentes, mesmo com doses concentradas de glyphosate. Segundo Moreira *et al.* (2007) o uso conjunto de glyphosate com 2,4-D, metsulfuron ou metribuzin é alternativa viável para o controle de



populações do *C. canadensis* e *C. bonariensis* resistentes ao herbicida glyphosate. Nota-se então, que o uso de herbicida alternativo gera grande importância para o combate das plantas daninhas.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, M. S., MELO, M.S.C., CARVALHO, S.J.P., NICOLAI, M., CRHISTOFFOLETI, P.J. Herbicidas alternativos para controle biótipos de *Conyza bonariensis* e *C. canadensis* resistentes a glyphosate. *Planta Daninha*, Viçosa, v. 28, n. 1, p.167-175, 2010.

MOREIRA, M. S., NICOLAI, M., CARVALHO, S.J.P., CRHISTOFFOLETI, P.J. Resistência de *Conyza canadensis* e *C. bonariensis* ao herbicida glyphosate. *Planta Daninha*, Viçosa, v. 25, n. 1, p.157-164, 2007.

OLIVEIRA NETO, A.M., CONSTANTIN, J., OLIVEIRA, JR., R.S., GUERRA, N., DAN, H.A., ALONSO, D.G., BLAINSKI, E., SANTOS, G. Estratégias de manejo de inverno e verão visando ao controle de *Conyza bonariensis* e *Bidens pilosa*. *Planta Daninha*, Viçosa, v. 28, 2010.

VARGAS, L., BIANCHI, M.A., AGOSTINETTO, D., DAL MAGRO, T. Buva (*Conyza bonariensis*) resistente ao glyphosate na região sul do Brasil. *Planta Daninha*, Viçosa, v. 25, n. 3, p.573-578, 2007.

YAMAUTI, M.S., BARROSO, M.A.M., CLARO DE SOUZA, M., ALVES, P.L.C.A. Controle químico de biótipos de buva (*Conyza canadensis* e *Conyza bonariensis*) resistente a glyphosate. *Revista Ciência Agronômica*, Fortaleza, v. 41, n. 3, p.495-500, 2010.



CONTROLE QUIMICO DA FERRUGEM ASIATICA E PLANTAS INVASORAS DA CULTURA DA SOJA EM FUNÇÃO DE PONTA DE PULVERIZAÇÃO E DE VOLUME DE CALDA

Bruno Baqueta Tonon; Fernando E. M. Proença, Fabrício Padilha; Fernando Coutinho;
Cícero Castanho - Acadêmicos do Curso de Agronomia. Centro Universitário Filadélfia
– UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

As pontas de pulverização são muito importantes para a aplicação de produtos fitossanitários, seja qualquer for o tipo de controle que se pretenda fazer em plantas invasoras, insetos pragas ou doenças. Este trabalho teve como objetivo avaliar os diferentes tipos de pontas e volume de calda. Para isso foram utilizadas quatro tipos de ponta de pulverização (jato plano padrão, jato plano de pré-orifício, jato plano de indução de ar e jato plano duplo de indução de ar). Foi utilizada a cultivar “Emgopa 313”, realizando aplicação de tebuconazole e avaliando a deposição da calda, a severidade da doença e a produtividade da cultura. Mesmo que a calda de 160L há-1 e a ponta de jato plano padrão terem apresentado maior uniformidade de aplicação na planta e melhor distribuição da calda, não houve influência no controle da doença e na produtividade da soja. Porém, pode ser constatado que o fungicida proporcionou bom controle da ferrugem, onde a produtividade atingiu 41% a mais que o tratamento controle.

PALAVRAS-CHAVE: Jato, Fungicida, Cultura da soja.

O controle fisiológico da Ferrugem Asiática tem preocupado produtores da cultura da soja no estágio em que a planta atinja o clímax de desenvolvimento vegetativo, necessitam de uma capacidade de aplicação com maior penetração na massa de folhas e cobertura das mesmas. A forma mais fácil de se obter uma boa aplicação sobre alvos biológicos é a seleção das pontas de pulverização, as pontas são os componentes mais significativos dos pulverizadores, possuem funções básicas: distribuir as gotas e controlar a saída do líquido por unidade de área, fragmentar o líquido em pequenas gotas.



Na aplicação de fungicida na soja, são utilizadas pontas que produzem gotas finas, como as de jato plano padrão, mas em virtude do seu espectro de gotas produzir muita deriva, estão começando a ser utilizadas pontas que produzem gotas maiores como as de jato plano de pré-orifício, jato plano de indução de ar e jato plano duplo de indução de ar. Porém estas pontas podem comprometer a cobertura das plantas pois as gotas possuem tamanho maior e poderá haver um déficit no controle de doenças.

Outra variável que não pode ser descartada na pulverização é o volume de calda a pratica comum era de se aplicar volumes superiores a 200L há-1, atualmente existem tendências a reduzir o volume de calda gasto visando diminuir os custos de aplicação e aumentar a eficiência de aplicação, o uso de menor volume aumenta a autonomia e a capacidade operacional dos pulverizadores. Mas a redução no volume de calda requer um aprimoramento da tecnologia de aplicação. Há a necessidade de estudos que viabilizem e otimizem a redução de volume da calda de pulverização de fungicidas.

Os experimentos foram conduzidos de forma com que sejam avaliadas as mais variadas formas e técnicas de aplicação de produtos fitossanitários, principalmente para fungicidas e herbicidas, pois nestas aplicações são encontradas maiores dificuldades para atingir o alvo, devido ao sombreamento da própria cultura na caso de plantas invasoras baixeras e doenças que começam a atacar nas folhas baixeras da cultura. Tendo em vista essas dificuldades os experimentos foram realizados na cultura da soja para o controle de plantas invasoras, no estágio vegetativo da soja, e também o controle da ferrugem asiática no estágio reprodutivo da cultura. Foram realizadas aplicações com diferentes tipos de pontas de pulverização e dois volumes de caldas diferentes. No momento da aplicação foi avaliado como que foi o espalhamento do produto, tanto do fungicida, quanto do herbicida, no alvo, e no final do ciclo da cultura, a avaliação foi realizada de acordo com a produtividade da cultura, levando em consideração o ataque da ferrugem e a disputa de nutrientes com as plantas invasoras.

Não houve interação entre pontas e volumes de caldas indicando entre dois fatores a independência, avaliando a deposição promovida por gotas finas e muito grossas já na parte inferior das plantas, a ponta de jato plano promoveu maior cobertura



das folhas. Os autores avaliando a cobertura das folhas da soja com diferentes pontas de pulverização as gotas finas propiciam melhor cobertura nas plantas médias e baixas. O volume de aplicação que promoveu maior retenção de calda e controle parte de 115 a 160 L há⁻¹ dependendo do tipo de ponta.

Apesar de o volume de calda de 160 L há⁻¹ e a utilização do bico de jato plano padrão terem proporcionado maior espalhamento e maior uniformidade de acerto ao alvo, não foi constatada uma diferença na produtividade da cultura. Destacando-se que onde não foi aplicado fungicida nem herbicida teve uma produtividade 41% menor onde ocorreu a aplicação.

REFERÊNCIAS

CANTERI, M.G.; GODOY, C.V. Escala diagramática para avaliação da severidade da ferrugem da soja. *Summa Phytopathologica*, Botucatu, v.29, p.89, 2003.

CAMPBELL, L., MADDEN, L.V. *Introduction to plant disease epidemiology*. New York: John Wiley & Sons. 1990.

CROSS, J.V.; BERRIE, A.M. Spray deposits and efficacy of a tunnel sprayer at three volume rates (50, 100, 200 l/ha) in comparison with an axial fan sprayer (50 l/ha) on apple. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PESTICIDE APPLICATION TECHNIQUES, 2., 1993, Strasbourg. *Proceedings...* Strasbourg: BCPC, 1993.

SILVA, O.C. Tecnologia de aplicação de fungicidas. In: CANTERI, M. G. et al. *Principais doenças fúngicas do feijoeiro*. Ponta Grossa: UEPG, 1999.



MERCADO DE HORTIFRUTI NA REGIÃO DE LONDRINA

Carlos Rodrigo Nunes de Oliveira, Jair de Araújo Fonseca, Rafael Diomiro Lopes -
Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

As hortaliças são parte importante da dieta da população mundial. No Brasil consome-se 43 kg-1 per capita ano, são alimentos indispensáveis para uma boa dieta como fonte de fibras, sais minerais, vitaminas, carboidrato e nutrientes. Entender a qualidade percebida pelo consumidor é de fundamental importância para o produtor refletir a respeito da comercialização de seus produtos. A região de Londrina-PR tem grande potencial para comercialização de hortifrutis, enquanto que a produção da região não supre as suas necessidades. A CEASA é importante no processo de comercialização para pequenos produtores, mas o mercado tem mudado com a influência das grandes redes atacadistas, que tem buscado parcerias com organizações de produtores, buscando um produto diferenciado que atenda as exigências de seus clientes. Produtores de olho neste mercado têm buscado se organizar para facilitar a comercialização e atender as exigências quanto a quantidade, qualidade de seus produtos, garantindo assim para o consumidor a procedência dos produtos que estão consumindo.

PALAVRAS-CHAVE: Hortaliças, Comercialização, Qualidade, Consumidor.

As hortaliças são alimentos que integram a dieta da população mundial. No Brasil se consome em média, 43 kg/per capita/ano. São alimentos indispensáveis para uma dieta equilibrada e seu consumo é de vital importância para a saúde, pois são fontes de fibras, sais minerais, vitaminas, carboidratos e nutrientes.

O mercado de hortaliças é fortemente influenciado pela preferência dos consumidores, que também tem redirecionado a produção. Assim, o conhecimento das exigências de mercado e formas de comercialização, permite que o produtor reflita a respeito da comercialização adotada até o momento e, se necessário, efetue mudanças no sentido de optar pela negociação mais lucrativa e adequada à sua realidade.



Entender a qualidade percebida pelo consumidor é fundamental quando se pretende não apenas produzir alimentos, mas também comercializá-los. Identificar os fatores de qualidade que são relevantes ao consumidor e sua relação com os parâmetros físicos e químicos do produto é fundamental. Conhecer os hábitos e características da população consumidora, contribui para um adequado planejamento de ações nos diversos segmentos da cadeia produtiva, que se torna a cada dia mais competitivo. O produtor precisa obter maiores informações sobre o que o consumidor final deseja, entender quem ele é e como sua escolha é afetada pelo meio ambiente, economia, política e meios de comunicação. A identificação da necessidade dos consumidores implica a realização de pesquisas para descobrir primeiramente quem são, seguido do que lhe dá satisfação. A qualidade dos produtos frescos é dada pela combinação de uma série de características, atributos e propriedades que lhes dão valor e que devem satisfazer às necessidades do consumidor.

A aparência de uma fruta abrange diversos atributos sensoriais básicos, a cor, o brilho, a estrutura visual, a textura e o sabor percebido, o efeito da cor é o mais óbvio e bem estudado. A deficiência na produção local de hortaliças foi evidenciada, pois 81,8% dos produtos comercializados são oriundos de fornecedores distantes e apenas 18,2% de produtores locais, constatando-se que o agronegócio em olericultura é incapaz de servir aquele município em suas necessidades.

A mesorregião do Norte Central Paranaense é formada pela união de 79 municípios agrupados em oito microrregiões numa área de 24.555,727 km², a densidade demográfica é a segunda maior da região, com aproximadamente 80,2 hab./km². A taxa de crescimento populacional da região é de cerca de 1,24% ao ano (1991-2000).

Em 2006 estimou-se residirem na mesorregião Norte Central 1.969.645 habitantes, correspondendo a cerca de 19% da população estadual. Na microrregião de Londrina estão 750.188 habitantes divididos em seis municípios, numa área total de 4.286 km². Importante pólo de desenvolvimento regional, a cidade de Londrina exerce influência sobre todo o Paraná e Região Sul. Londrina tem aproximadamente 500 mil habitantes, sendo a segunda maior cidade do Paraná e a terceira maior cidade do Sul do Brasil.



A mesorregião de Londrina possui um potencial expressivo na produção de hortaliças, tal potencial se corrobora por meio de dados da central de abastecimento da cidade que representa uma grande ofertante para toda a região norte do Paraná, sul de São Paulo e sul do Mato Grosso do Sul. Londrina tem uma importante função para o setor produtivo no escoamento de hortigranjeiros, os números da comercialização de frutas, verduras e legumes são expressivos.

A unidade Ceasa Londrina conta com uma área total de terreno 242.000 m², área urbanizada 46.150 m², área construída do atacado 21.555,4 m², área destinada ao produtor 12.147,5 m², 96 empresas que atua na unidade, 194 box:, 1.478 produtores cadastrados, comercializa 152.686,00 toneladas/ano. Atua na administração do Mercado do Produtor, configurando-se como um centro de serviços de apoio à produção e comercialização.

O Mercado do Produtor representa um elo na cadeia de comercialização hortigranjeira, pois auxilia os produtores nas operações comerciais estimulando melhores arranjos para o processo de comercialização dos produtores rurais das mais diversas regiões produtivas do Estado do Paraná. Operam ainda em suas instalações empresas atacadistas, que são responsáveis pelo abastecimento de compradores, com produtos que não são produzidos na região de abrangência do Estado do Paraná e do País. Neste segmento há ainda as lojas que estão localizadas em pavilhão conhecido como “atípicos”, cuja finalidade é a complementação dos serviços necessários a comercialização de hortigranjeiros, insumos agrícolas, embalagens e sacarias, bancos, lanchonetes, restaurantes, correios.

Considerando ainda o leque de possibilidades comerciais que se abre, com a agregação de valor à produção, embalagem de produtos, a instalação de estruturas para pré-processamento, além da redução de custos logísticos, dentre outros, ressalta-se ainda a carência de ações efetivas no controle das perdas no campo, as quais necessitam de atuação dos órgãos estaduais envolvidos com a horticultura.

REFERÊNCIAS



CEASA – CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Disponível em: <www.pr.gov.br/ceasa>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

CAVALCANTI, C.C.; SILVA, D.S.O. Identificação de consumidores de hortaliças da feira livre de Pombal – PB, aspectos socioeconômicos e culturais. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v.6, n.1, Jan/mar de 2011. Disponível em: <<http://revista.gvaa.com.br>>. Acesso em 24 de agosto de 2011.

PEREIRA, V. Análise do comércio de bananas em Lavras – MG. *Ciências Agrotécnicas*, v.33, n. 3, maio/jun., 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/.](http://www.scielo.br/)> Acesso em 13 de setembro de 2011.

TREVISAN, R.; PIANA, C.F.B.; TREPTOW, R.O.; GONÇALVES, E.D.; ANTUNES, L.E.C.. Perfil e preferência do consumidor de Pêssego em diferentes regiões produtoras no Rio Grande do Sul, *Revista Brasileira de Fruticultura*, v.32, n.1, p.90-100, Março, 2010.

SOBER. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, *Comercialização hortifrutis em supermercados: Uma análise para o Estado do Paraná*. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/01P061.pd>>. Acesso em: 14 de setembro de 2011.



ALTERNATIVAS DE UTILIZAÇÃO DA FORRAGEM DE ALFAFA PARA APERFEIÇOAR SISTEMA DE PRODUÇÃO DE LEITE

Davi Botelhos de Frias, Gabriella Karoliny dos Santos Santana, Silvio Humeniuk Junior, Carlos Vitor Barros da Costa - Acadêmicos do Curso de Agronomia. Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Alfafa (*Medicago sativa L.*) é leguminosa perene originária da Ásia e seu cultivo já se encontra em várias regiões do mundo. Tem apresentado importância significativa na alimentação de animais como fonte de proteína e matéria seca, sendo na forma de corte para produzir feno, pré-seca para uso como silagem e para pastejo, em substituição de parte da dieta de animais de alta exigência nutricional, propiciando de aumento de produtividade em litros de leite, contribuindo também na diminuição de demanda de energia no sistema de produção sendo uma alternativa de aumentar a rentabilidade da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Rentabilidade, Produtividade, Pastejo em alfafa, Leguminosa.

Atualmente, a área cultivada no Brasil é aproximadamente 30.000 hectares (Basigalup, 2000). Tem se aumentado o interesse pelo uso da alfafa em sistemas intensivos de produção de leite, dada sua alta qualidade, produtividade (kg matéria seca) e resposta econômica em relação a outros tipos de alimentos volumosos (Ferreira *et al.*, 1999).

Apesar da adaptação às condições da Região Sul do Brasil, em razão da ação conjunta da seleção natural e da seleção realizada pelo homem, a alfafa apresenta baixa persistência quando pastejada devido isso a necessidade de buscar cultivares que se adaptam melhores a condição de corte por animais, isso devido à seleção baseada em cortes (Perez, 2003).

O cômputo geral da energia empregada para produção de feno em sistemas intensivos de produção de leite, nas formas direta que se referenciam através de insumos, combustíveis fosse e mão-de-obra, a indireta fica representada por máquinas e equipamentos a capacidade de 93,05% e 6,95% respectivamente, com produtividade de



17,5tMS.ha⁻¹.ano em sistema irrigado. Os derivados de petróleo são os maiores consumidores de energia, sendo o óleo diesel responsável por 73,94% do consumo total. A eficiência energética para produção de feno é de 3,19 e para sustentabilidade da produção.

A utilização da alfafa na forma de silagem pré-seca não aumentou o consumo de matéria seca pelos animais. De forma geral, o consumo de matéria seca foi em média de 3,3% do peso vivo, apresentou-se dentro do esperado, uma vez que a fermentação das silagens controle (sem inoculante) ou inoculada apresentou-se aparentemente normal. Os resultados obtidos para a produção e composição do leite, em resposta à inoculação microbiana da silagem pré-seca de alfafa não foram significativos. A inoculação da silagem pré-seca de alfafa não houve aumento na produtividade do leite corrigido para 4,0% de gordura, e não apresentou alteração na composição de gordura, proteína, lactose, sólidos totais e sólidos desengordurados.

Porem o processo de ensilagem da alfafa pode acarretar degradação em suas propriedades protéicas, podendo estar na forma de nitrogênio não protéico, aproximadamente 75 a 87% do total de nitrogênio presente na silagem. Sendo uso do inoculante microbiano na silagem pré-seca de alfafa não eficiente para efeito significativo para produção, composição e qualidade do leite.

Entre as alternativas de uso desta forragem para a alimentação animal, por conceder elevada produtividade, excelente qualidade de forragem e boa aceitação pelo animal, é uma ferramenta para intensificação da produção de leite em pastagem que é importante para viabilizar economicamente a atividade e torná-la competitiva.

Para otimizar a produção de leite por animal a oferta de forragem deve ser o dobro do consumo esperado. Bargo *et al.* (2003) afirmaram que, para maximizar a produção de leite por animal, a oferta de forragem deve ser, aproximadamente, duas vezes o consumo esperado.

O consumo de alfafa, 5,3, e o de 10,6kg de MS por vaca por dia no pastejo restrito e pastejo irrestrito com taxa de lotação potencial de 9,0 e 5,0 animais, respectivamente representaram aproximadamente 25% e 50 % da dieta total. A produção de leite por área no confinamento, com dieta contendo silagem de milho mais



concentrado, no pastejo restrito e no pastejo irrestrito foi de 45,7, 59,3 e 63,0 litros/ha por dia, respectivamente. No trabalho de Vilela et al. (1994), o pastejo exclusivo de alfafa, permitiu produção de leite de 20kg por vaca por dia e produção de leite por área de 51kg/ha por dia.

A utilização da alfafa em pastejo proporcionou uma redução aproximada de 30,6% e 41,5% no custo operacional efetivo do pastejo restrito e do pastejo irrestrito respectivamente em comparação com o sistema de confinamento, efeito este devido a participação em menor proporção da silagem e do concentrado nos sistema de pastejo em alfafa.

A margem bruta foi positiva em todos os tratamentos, mas foram em média 45% maior nos sistemas baseados em pastagem. Na análise da margem líquida, todos os tratamentos apresentaram resultado positivo. Os melhores resultados foram dos tratamentos com pasto, em que a margem líquida foi aproximadamente 42% maior do que a do confinamento.

Analisando todos os fatores colocados, pode-se concluir que a utilização de forragem de alfafa, como banco de proteína em diferentes sistemas de manejo forrageiro, corte ou pastejo, apresenta eficiência satisfatória do sistema de produção.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A.T.; SAGLIETTI, J.R.C.; BUENO, O. de C.; CAMPOS, A.T. de.; KLOSOWSKI, E.S.; GASPARINO, E. Balanço energético na produção de feno de alfafa em sistema intensivo de produção de leite. *Ciência Rural, Santa Maria*, v.34, n.1, p.245-251, jan/fev, 2004.

MAGALHÃES, V.J.A. Desempenho produtivo de vacas leiteiras alimentadas com silagem pré-seca de alfafa adicionada de inoculante microbiano. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v.32, n.6, p.2016-2022, 2003.

NETTO, D.P.; RODRIGUES, A. de A.; WECHSLER, F.S.; FERREIRA, R.P.; MENDONÇA, F.C.; FREITAS, A.R. Desempenho de vacas leiteiras em pastagem de alfafa suplementada com silagem de milho e concentrado e viabilidade econômica do sistema. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, v.63, n.2, p.399-407, 2011.



SARAIVA, K.; PEREZ, N. *Relação entre produtividade e a sobrevivência de cultivares de alfafa selecionadas para aptidão ao pastejo*. *Conhecimento sem fronteiras*, XVII Congresso de iniciação científica, X Encontro de Pós-Graduação, Nov 2008.



DEFICIÊNCIA DA LOGÍSTICA DA SAFRA BRASILEIRA

Carlos José Tibério; Edivandro Zambianco; Fernando César Carducci - Acadêmicos do
Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo, mostrar a deficiência na logística dos principais produtos do agronegócio brasileiro, principalmente da soja que responde como a maior *commodity* brasileira, a qual nos últimos anos teve um enorme crescimento de produção. Entretanto, a infra-estrutura de armazéns e terminais, ferroviários e hidroviários não acompanhou este crescimento, e mesmo com o custo menor, as hidrovias e ferrovias são pouco utilizadas por falta de investimentos.

PALAVRAS- CHAVE: Exportação, Grãos, Agronegócio, Transporte.

O agronegócio é o segmento da economia que tem aumentado o saldo da balança comercial brasileiro onde que brasileiro onde a exportação para a União Européia, Estados Unidos, China, Rússia, Argentina, Japão, Irã, Venezuela eles são os responsáveis pela exportação do Brasil, só o complexo de soja é o principal, seguindo do complexo carne e produtos que passaram pelos três principais portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), e com estes portos o Brasil é líder mundial em produtos do agronegócio como café, açúcar, álcool, suco de frutas, soja, carne de boi e de frango.

A produção mundial da soja obteve crescimento elevado na elevada na última década passando de 125 milhões de toneladas na safra de 1996/97 para 236 milhões de toneladas na safra 2006/07, ou seja, uma taxa de crescimento de 89% (USDA, 2008). Os estados unidos é o maior produtor mundial com 37% da produção de grãos e o Brasil é o segundo maior produtor com 28% da produção de grãos (USDA, 2005).

O mato grosso é responsável por 49,56% da produção brasileira de soja mais esta eficiência restringe ao processo de produtividade. Etapas como armazenamento,



comercialização e principalmente os meios de transportes apresentam certa ineficiência que entraveis que o Brasil enfrenta poderia ganhar mais competitiva na comercialização.

Este trabalho tem como objetivo avaliar o transporte rodoviário por onde passa a maior parte da soja para chegar as agroindústrias ou os portos. Já que este transporte é do método mais caro dividido ao alto custo do petróleo, pedágio e manutenção de caminhões que passam por rodovias que estão em péssimo estado.

A uma diferenciação do preço de grãos entre regiões devido ao custo do transporte devido as longas distancias em que o Brasil tem o tamanho equivalente que poderia até mesmo ser um continente, uma soja que é produzida no mato grosso e vai até o porto de Paranaguá (PR) tem um custo maior devido os insumos que grande parte é importado e chegaram no porto, e sobe até estado do mato grosso e depois do mesmo jeito a soja desce para os portos. Todos estes transportes elevam o custo gerando gastos e diminuindo a lucratividade dos produtos.

A infra estrutura ferroviária e hidroviária do país é insuficiente para realizar o transporte de grãos, mesmo as altas produções devido à tecnologia de precisão voltada a agricultura não se tem um investimento nesses meios. Que são mais eficientes que o uso de transportes rodoviários enquanto outro meio como a ferrovia carrega 150 vezes mais soja e 600 vezes mais que um comboio de barcaças uma hidrovia que existe no rio madeira.

O modal ferroviário tem problemas como o uso de vagões inadequados somando com a baixa qualidade das maquinas e material rodante, e também enfrentam problemas que não atravessam investimentos devido as barreiras ambientais e assim o problema persiste na baixa capacidade de intermodalidade e comboio.

TABELA 1 - Transportes de cargas no Brasil (%)

Modais	1996	1997	1998	1999	2000
Hidroviário	11,5	11,6	12,7	13,2	13,9
Ferrovário	20,7	20,7	20,0	19,6	20,9
Rodoviário	63,7	62,9	62,5	62,3	60,4



Outros	4,1	4,8	4,8	4,9	4,8
--------	-----	-----	-----	-----	-----

FONTE: GEIPOT (2001).

No transporte ferroviário a infra-estrutura não é o único problema temos tamanho a interação entre as concessionárias ferroviárias, que detêm trechos que interligam com os pontos de exportação que precisam ser partilhados em muitas vezes ainda cobram altos fretes inviabilizando o transporte

Foi avaliado uma das principais portas do Estado do Paraná, a de Maringá até o porto, cuja distância percorrida é de 530 km (ida e volta 1060 km). Utilizando a BR-376 e BR-277 estas rodovias são consideradas em bom estado de conservação e as empresas que prestam serviço, viram os custos aumentarem com pedágio e combustível, tendo que buscar melhorias na frota. Um exemplo foi a disseminação do caminhão do tipo bitrêm, que conseguiu produzir custo por unidade movimentada e transportada e maior volume de carga, gerando ganho de escala.

Por fim, em Paranaguá (PR) está o segundo maior porto do Brasil, perdendo o primeiro lugar para o porto de Santos (SP). No entanto, o porto maior do sul do país, atuando principalmente como canal de exportação de grãos e sendo também utilizado pelo Paranaguá para transporte de carga alfandegária, conforme um tratado com o Brasil. O porto de Paranaguá é a principal via de escoamento da soja para o mercado externo, dada sua proximidade com as regiões produtoras de soja.

A expansão das áreas agrícolas cresceu mais que outros serviços que estão relacionados com o segmento. Fornecedores de insumos, indústrias de processamento e armazenamento migrassem para outras regiões na tentativa de produzir custos com o transporte com essa iniciativa mostra que não depende apenas de uma malha viária em bom estado e disponível, mas também necessita de uma infra-estrutura de armazéns, terminais com aumento adequado para cada região.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Elton *et al.* *Identificação dos principais obstáculos ao escoamento da safra agrícola no Brasil.* In: VII RIO DE TRANSPORTES, 24,25 jun. 2009.



OJIMA, Andréa Leda Ramos de Oliveira; ROCHA, Marina Brasil. *Desenvolvimento logístico e inserção econômica do agronegócio da soja: as transformações no escoamento da safra*. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER. Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 24 a 27 jul. 2005.

RIBEIRO, Saulo *et al.* Custo de transporte como ferramentas de gerenciamento logístico para a soja: o caso da rota Maringá a Paranaguá. *Revista ADM. MADE*. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, ano 9, v. 13, n. 3, p. 87-100, set/dez 2009.



A INOCULAÇÃO DA SOJA NO PROCESSO DE FIXAÇÃO BIOLÓGICA DO NITROGÊNIO

Eduardo Tudino Calderan; Artur Ferrari; Edgard Silveira Machado; André Molina -
Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O processo de fixação biológica do nitrogênio (N) por meio da inoculação da soja é a principal fonte de N para a cultura da soja, bactérias do gênero *Bradyrhizobium*, quando em contato com as raízes da soja, infectam as raízes, via pêlos radiculares, formando os nódulos. A FBN pode, dependendo de sua eficiência, fornecer todo o nitrogênio que a soja necessita. O objetivo foi comparar efeitos de fontes de nitrogênio no desenvolvimento e rendimento agrícola da soja. As fontes de N eram minerais (sulfato de amônio e uréia) e biológicas (inoculantes próprios para a soja). Os resultados obtidos mostram que entre as fontes de N, inoculantes turfosos apresentaram a maior nodulação de plantas e rendimentos agrícola em relação às fontes de N minerais depositadas. Experimentos realizados mostram que o tratamento de nitrogênio mineral reduziu o número de nódulos em todas as safras, o suprimento do nutriente através da simbiose com bactéria trouxe maior viabilidade econômica e sustentável para a cultura da soja. Os principais motivos observados são o custo baixo e as características de fácil aplicação do produto através da semente.

PALAVRAS-CHAVE: Inoculantes, Fontes de (N) biológica, Sustentabilidade, Economia.

Métodos atualmente encontrados para fixação de nitrogênio (N) tem levantado grandes curiosidades em relação as fontes de disponibilidade. Observa-se que o processo de fixação por meio de fontes de N minerais (sulfato de amônio e uréia) em relação a fontes biológicas (inoculantes próprios para a soja) tem mostrado grandes diferenças em questões de sustentabilidade e economia. Contudo o uso de fontes biológicas tem reduzido a quantidade de uso de fertilizantes nitrogenados diminuindo custos e trazendo benefícios para a cultura da soja.



O nitrogênio é o nutriente requerido em maiores quantidades pela cultura da soja, as fontes como fertilizantes nitrogenados assimilam com maior rapidez pelas plantas, porém o custo é elevado, e deve-se considerar que resulta em poluição ambiental por meios de lixiviação não sendo assim um método sustentável. Já a forma de fixação biológica realizado por algumas bactérias específicas que habitam o solo precisa um pouco mais de tempo para ser absorvido pelas plantas, visto que necessitam colonizar e realizar o processo de transformação para disponibilizar o N_2 para as plantas, porém é um método sustentável de baixo custo por não ter percas como no processo de lixiviação que ocorre com o fertilizante nitrogenado e por disponibilizar o N_2 para a planta.

Áreas com histórico de cultivo de soja e de inoculação podem interferir dando resultados benéficos, constata-se maior produção de nódulos, no sistema radicular das plantas nessas áreas do que em áreas sem histórico.

Pode-se observar na figura 1, a relação de rendimento de grãos(kg/ha) de soja, em área com e sem históricos, sendo submetida a adubação com nitrogênio mineral e diferentes tipos de inoculantes, na qual a área sem histórico mostra um valor inferior em relação a área com histórico analisando o rendimento de grãos.

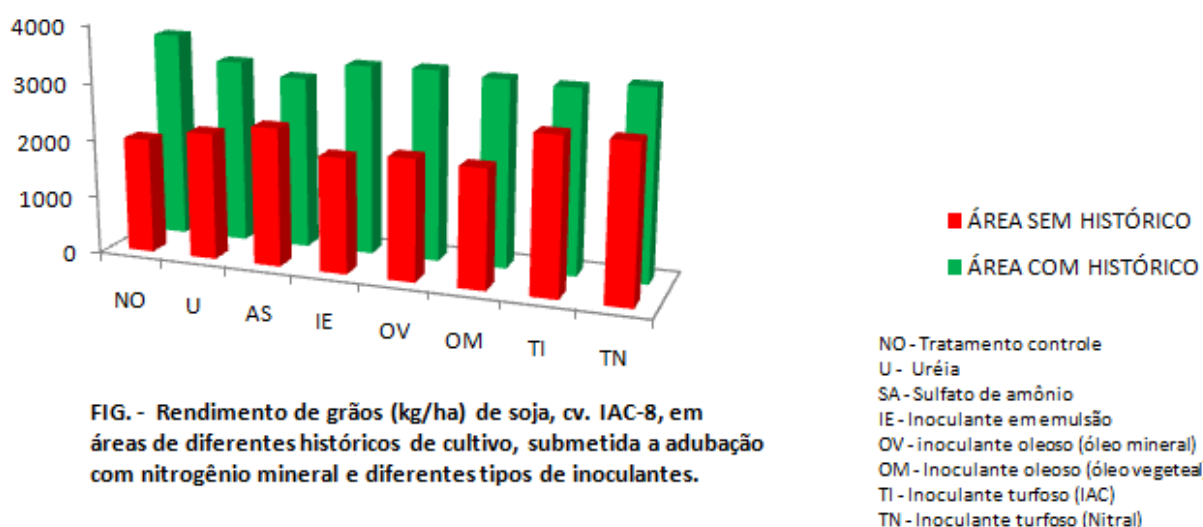


FIG. - Rendimento de grãos (kg/ha) de soja, cv. IAC-8, em áreas de diferentes históricos de cultivo, submetida a adubação com nitrogênio mineral e diferentes tipos de inoculantes.



FIGURA 1 - Rendimento de grãos (kg/ha) de soja, em áreas de diferentes históricos de cultivo.
FONTE: JENDIROBA; CAMARA (1994).

O objetivo é buscar informações sobre o processo de inoculação em diferentes fontes de fixação do Nitrogênio na cultura da soja verificando a viabilidade do método neste segmento da agricultura.

Um dos fatores principais observados através dos resultados foi o suprimento de N através da simbiose com bactérias no qual trouxe maior viabilidade economicamente sem prejudicar o meio ambiente. O principal resultado obtido mostram que entre as fontes de N, inoculantes turfosos apresentaram a maior nodulação de plantas e rendimento agrícola. O tratamento de co-inoculação em relação ao não inoculado aumentou significativamente o número de nódulos, a ocupação dos nódulos pelas estirpes e o rendimento de grãos respectivamente.

Do ponto de vista econômico e ecológico, este processo de inoculantes para a FBN é considerado o mais importante atualmente no Brasil, não são mais recomendados fertilizantes nitrogenados para a cultura da soja, pois a fixação biológica do N_2 através de inoculantes é capaz de suprir as necessidades de nitrogênio da planta.

O sistema de inoculação da soja visa a fixação do nitrogênio, buscando maior economia, sustentabilidade e rendimentos sendo favorável em relação a utilização de fertilizantes nitrogenados, assim gerando maiores benefícios para a cultura da soja.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F.F.; HUNGRIA, M.. Nodulação e rendimento de soja co-infectada com *bacillus subtilis* e *bradyrhizobium japonicum* / *bradyrhizobium elkanii*. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v.34, n.9, p.1633-1643, set. 1999. < Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pab/v34n9/7615.pdf>>. Acesso em: 04 de setembro de 2011.
- CAMPOS, B. C.; HUNGRIA, M.; TEDESCO, V. Eficiência da fixação biológica de N_2 por estirpes de *Bradyrhizobium* na soja em plantio direto. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 25, n. 3, p. 583-592, 2001.<Disponível em: <http://sbc.solos.ufv.br/solos/revistas/v25n3a07.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2011.



HUNGRIA, M.; VARGAS, M. A.; CAMPO, R. J. A inoculação da soja. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, n.17. p.1-28. Set. 1997. Disponível em:
<<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/459673/1/circTec35.pdf>>.
Acesso em 04 de setembro de 2011.

JENDIROBA, H.; CÂMARA, G.M.S. Rendimento agrícola da cultura da soja sob diferentes fontes de nitrogênio. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 29, n. 8, p. 1.201-1.209, ago. 1994. Disponível em:
<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/pab1994/agosto/pab04_ago_94.pdf>. Acesso em:
04 de setembro de 2011.



USO DO FUNGICIDA COMET NA CULTURA DA SOJA, PROPORCIONANDO AUMENTO NO NÚMERO DE VAGENS

Fábio Takemi Trugillo Mutta - Acadêmico do Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadores: Engenheiro Agrônomo Marcelo Katakura - BASF; Profa. Dra. Mirian
Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Com o objetivo de comprovar as recomendações técnicas da BASF na cultura da soja (*Glycine max*), bem como os efeitos da aplicação do fungicida Comet (Piraclostrobina), realizou-se a campo dois experimentos em três propriedades diferentes durante a safra 2010/2011, onde foram realizadas avaliações de número de vagens por planta e a produção final de grãos (sc/ha). Foram utilizadas áreas comerciais, com dois tratamentos. O Experimento 01 contou com os tratamentos T1- sem aplicação de Comet e duas aplicações Opera e T2 - uma aplicação de Comet no estágio vegetativo e duas aplicações de Opera. Estes experimentos foram realizados nas propriedades Sítio Santa Giovanna no município de Cambé/PR e na Fazenda Floresta, município de Rolândia/PR. O Experimento 02 foi realizado com os tratamentos T1 – uma aplicação de Comet no estágio vegetativo e três aplicações de Opera e T2 – uma aplicação de Carbendazim no estágio vegetativo e três aplicações de Opera, realizado na Fazenda São Geraldo, localizada no município de Rolândia/PR. O aumento do número de vagens foi observado em todos os tratamentos onde foi utilizado Comet, com incremento variando de 7,1% a 20,53% em relação aos tratamentos onde não foi utilizado Comet. A produção final também foi maior nos tratamentos com Comet, onde variou de 6,2% a 11,46% de incremento. Os resultados indicam que a aplicação de Comet no estágio vegetativo, promove um maior número de vagens e conseqüentemente uma maior produção.

PALAVRAS-CHAVE: *Glycine max* (L.) Merril, Piraclostrobina, Incremento, Aumento de produção.

Na cultura da soja, as doenças de final de ciclo podem causar um decréscimo de até 21%, principalmente na redução de massa de 1000 grãos (GUERZONI, 2001), sendo que com a ferrugem asiática foram encontradas reduções de rendimento de grãos estimadas de 30 a 70% nos locais mais atingidos (COSTAMILAN *et al.*, 2007). Como alternativa para o controle destas doenças, iniciou-se o uso de fungicidas a base de



estrobilurinas, onde foi possível notar além de um controle satisfatório dos patógenos, um aumento na produtividade, mesmo em locais onde não houve ocorrência de doença (GROSSMANN; RETZLAFF, 1997).

Com o objetivo de comprovar as recomendações técnicas da BASF a campo e mostrar ao produtor os benefícios trazidos pela aplicação de Comet (piraclostrobina), preventivamente em estádios vegetativos (V₄ a V₉) e com esta aplicação promover um maior engalhamento, e com isso um maior número de vagens e proporcionando uma maior produção de grãos ao sojicultor, foram montados dois experimentos a campo.

Os experimentos foram realizados nos municípios de Cambé e Rolândia, realizando-se todos os tratos culturais a fim de se obter o máximo de produtividade e seguindo as recomendações técnicas. No experimento 01, os tratamentos utilizados foram T1 – sem aplicação de Comet e T2 – com aplicação de Comet na dose 0,3 litros por hectare. O experimento 02 os tratamentos utilizados foram T1 – duas aplicações de Carbendazin e T2 – uma aplicação de Comet na dose de 0,3 litros por hectare.

O experimento 01 foi conduzido em duas propriedades, Sítio Santa Geovanna, em Cambé, onde a aplicação de Comet na parcela foi realizada no estádio V₅ e na Fazenda Floresta, em Rolândia, com a aplicação de Comet na parcela realizada no estádio V₇. No experimento 02 que se localizou na Fazenda São Geraldo, as aplicações nos tratamentos foram realizadas no estádio V₅.

As avaliações realizadas foram contagem do número de vagens por planta, onde foi feito amostragem ao acaso, medindo 5 metros e coletando uma linha dentro desta metragem e contando o número de vagens de cada planta. Este processo foi feito com 5 repetições dentro de cada tratamento, no estádio R₉. Outra avaliação realizada foi a colheita de área total da parcela.

Nas avaliações de número de vagens, no Experimento 01, o tratamento T2 com Comet produziu 45,64 vagens por planta em média, contra 42,60 vagens da área sem tratamento com Comet T1, com incremento de 7,1% no número de vagens por planta; No T2 com Comet produziu 42,52 vagens por planta em média, contra 39,00 vagens da área sem tratamento com Comet T1, com um incremento de 9,02% no número de vagens por planta; No Experimento 02, tratamento T2, com Comet a soja produziu



47,20 vagens por planta em média, contra 39,16 vagens da área sem o tratamento com Comet T1, com um incremento de 20,53% no número de vagens por planta.

Outra avaliação realizada foi a colheita de área total de cada tratamento, sendo que no Experimento 01, a produtividade em T2, apresentou uma produção de 61,77 sacas por hectare. Já em T1 ficou com 55,46 sacas por hectare, contanto com um incremento de 11,38% na produtividade. Na Fazenda Floresta a produtividade em T2, foi de 63,63 sacas por hectare e T1 com 59,91 sacas por hectare, neste experimento o incremento foi de 6,20% na produtividade em relação à área não tratada. O Experimento 02, Fazenda São Geraldo, a produtividade em T2, ficou com 69,42 sacas por hectare e em T1 com uma produtividade de 62,4 sacas por hectare, onde o incremento ficou em 11,46% na produtividade.

Analisando os dados obtidos, foi possível concluir que, nas áreas onde foram aplicados Comet, nos estádios vegetativos obteve-se um acréscimo no número de vagens e também um aumento na produtividade final.

No Experimento 01, foi nítido o efeito positivo que a aplicação de Comet trouxe em relação à área onde não foi aplicada. A aplicação do fungicida Comet proporcionou aumento do número de vagens e da produção final. Outro fator que podemos verificar foi o momento de aplicação, que quando aplicado o Comet em V₅ conseguimos um melhor desempenho do produto, comparada a aplicação de Comet em V₇.

No Experimento 02, o comparativo entre o Comet e as duas aplicações de Carbendazim, novamente ficou visível os efeitos positivos com a aplicação de Comet, onde as plantas que receberam o tratamento de Comet obtiveram um melhor engalhamento, maior número de vagens e conseqüentemente uma maior produtividade final.

REFERÊNCIAS

COSTAMILAN, L. M.; BERTAGNOLLI, P. F.; YORINORI, J. T.; Avaliação de danos em soja causados por Ferrugem Asiática. Passo Fundo: EMBRAPA TRIGO, 2002, 5p.



EMBRAPA Trigo, Comunicado Técnico 96. Disponível em:
<http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/p_co96.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

GROSSMANN, K.; RETZALAFF, G.; Bioloregulatory effects of the fungicidal strobilurin kresoxim in wheat (*Triticum aestivum* L.). *Pesticide Science*, v.50, p.11-20, 1997.

GUERZONI, R. A. *Efeito das doenças foliares de final de ciclo (Septoria glycyini Hemmi e Cercospora kikuchii Matsu & Tomoyasu Gardner), na duração da área foliar sadia da soja.* 2001. 49p. Dissertação (mestrado em Agronomia). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2001.



COLHEITA MECANIZADA DO CAFÉ

Felipe Augusto Sartori, Daniel Kato, Arthur Lopes Costa, Rodolfo Ciuffa - Acadêmicos
do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A colheita do café é a etapa mais crítica para o cafeicultor, onde todo seu investimento será retornado. O café é um dos produtos que tem seu preço quantificado pela qualidade dos grãos. Com os estudos realizados ficou provado que com a colheita mecanizada do café, os custos são mais baratos utilizando o sistema mecanizado. Um dos pontos que os produtores têm medo de implantar a colheita mecanizada é que com a máquina, a desfolha do cafeeiro é maior que na colheita manual, causando assim diminuição na colheita no próximo ano. Os estudos mostraram que mesmo tendo que fazer a colheita em duas etapas, a colheita teve custo menor e foi mais rápida com relação a colheita manual.

PALAVRAS-CHAVE: Cafeicultor, Máquina, Desfolha.

A colheita do café segundo Silva (2004) destaca-se por ser a atividade mais complexa e de maior importância ao ponto de vista do cafeicultor, é através dela que se tem o retorno dos investimentos.

A colheita mecanizada de café tem promovido uma melhor qualidade do produto e redução de perdas, aumentando os lucros dos cafeicultores. Porém a lavoura cafeeira ainda necessita de estudos sobre o efeito da mecanização na produtividade da cultura ao longo dos anos, uma vez que a colheita mecanizada malconduzida pode causar danos na planta.

Segundo o Instituto Brasileiro de Café (1974) a colheita do café tem diversas etapas, como arruação, derriça varrição, recolhimento, abanação e transporte, deve ser iniciada quando a maior parte dos frutos estiver maduros e antes que se inicie a queda dos frutos secos. É de grande importância que a colheita do café seja feita com qualidade, pois é um dos poucos produtos que o seu valor comercial é baseado nos



parâmetros qualitativos e o valor aumenta significativamente com a melhoria da qualidade (CARVALHO; CHALFOUN, 1985).

Os trabalhos tiveram como objetivo avaliar o efeito da colheita mecanizada na produtividade da cultura cafeeira ao longo dos anos, comparativamente com colheita no sistema manual, a desfolha, a velocidade aplicada com a redução de custos, pontos positivos e negativos da vibração nas hastes da planta.

Segundo Matiello (1991) a colheita corresponde em média a 30% do custo de produção e a 40% da mão-de-obra empregada. Em estudo comparativo sobre o custo da colheita no sistema manual e mecanizada (SILVA *et al.*, 2000; SILVA, 2004) os custos no sistema manual e mecanizado, em relação ao manual são da ordem de 41 a 50 % para lavouras com produção de 1800 a 2100 ha de café beneficiada. Com bases em pesquisas sobre o desempenho de colheita mecanizada do cafeeiro, pode-se afirmar que o aumento da velocidade de colheita implicará diretamente na redução de custos, sem percas e prejuízos ao sistema ou até mesmo danos as plantas (SILVA *et al.*, 2003).

Comparativamente a outras culturas, a colheita do café é mais difícil de ser executada em razão do formato da planta, da desuniformidade de maturação e do elevado teor de água dos frutos, o que prejudica a mecanização das operações (FILGUERAS, 2001).

As máquinas propostas para a colheita do café por meio de vibrações das hastes, independente do seu tamanho é utilizado esse método como princípio de derriça, tendo assim revelado um procedimento eficiente durante a operação de colheita, porém como todo o método de colheitas há o seu ponto negativo, um dos principais danos causados ao cafeeiro pela ação de colhedoras é a desfolha, que na maioria das vezes é superior à desfolha causada pela colheita manual. Com o ocasionamento da desfolha, a planta produzirá em menor quantidade no ano seguinte, uma vez que utilizará suas reservas para a recomposição vegetal e por conseqüência terá menor frutificação, mais isso não implicara em um resultado negativo, por conseqüência da característica fisiológica do café a bienalidade, ou seja, a planta alterna anos de alta e baixa produtividade. Tal ocorrência freqüente proporcionará estressamento da planta e



redução de sua longevidade, mas não alterara significativamente sua produção total (Bártholo e Guimarães. 1997).

Estudos analisando a influência da vibração e da velocidade no processo de colheita ainda são pouco frequentes. Sendo assim foi feito um trabalho com o objetivo de analisar a influência da variação de vibração das hastes e a velocidade de deslocamento no processo de derriça dos grãos.

Com bases na pesquisa, pode-se afirmar que o volume de café colhido, a desfolha e a eficiência de derriça foram em média 31% respectivamente, superiores na maior vibração. Na maior velocidade operacional, o volume de café caído no chão variou 61,2% em relação à menor velocidade, sendo assim a redução no volume colhido e na eficiência de colheita variou de 14,28% da menor para a maior velocidade operacional.

Com base nos resultados observou-se que a produtividade da lavoura cafeeira não foi influenciada pela colheita mecanizada ao longo dos anos, passando-se a colhedora uma ou duas vezes na lavoura. O aumento de vibração promoveu um maior volume de grãos colhidos, porém a desfolha aumentou proporcionalmente, sendo que, com duas passadas da colhedora, a desfolha foi maior que a desfolha na colheita manual em todas as safras agrícolas estudadas, mas mesmo assim o uso do sistema mecanizado é bem mais econômico e rápido.

REFERÊNCIAS

BÁRTHOLO, G.F.; GUIMARÃES, P.T.G. Cuidados na colheita e preparo do café. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v.18, n. 187, p.33-42, 1997.

CARVALHO, V.D.; CHALFOUN, S.M. Aspectos qualitativos do café. *Informe Agropecuário*, p.79-92, 1985.

FILGUEIRAS, W. H. *Modelagem da planta de café por elementos finitos para estudos de colheita por vibração*. 2001. 81f. Dissertação (Mestrado em Mecanização Agrícola). Universidade Federal de Viçosa - MG, 2001.



IBC. INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Podas. In: FILGUEIRAS, W. H. *Cultura do café no Brasil*. Manual de recomendações. Rio de Janeiro: IBC/GERCA, 1974.

MATIELLO, J.B. Processamento, classificação, industrialização e consumo de café. In: MATIELLO, J.B. *O café: do cultivo ao consumo*. São Paulo: Globo, 1991.

SILVA, FM. *Colheita mecanizada e seletiva do café: cafeicultura empresarial: produtividade e qualidade*. Lavras. UFLA. Faepe, 2004.

SILVA, F.M. et al. Avaliação da colheita do café totalmente mecanizada. *Engenharia Agrícola, Jaboticabal*, v.23, n.2, p.309-315, 2003.



MERCADO EXPORTADOR BRASILEIRO - DESAFIOS DA LOGÍSTICA NO ESCOAMENTO DO COMPLEXO SOJA

Jéssica Guizeline; Vinícius Semxexem da Silva; Júlia Barbosa de Souza Silva; Ramon

Luis Barzon Duarte - Acadêmicos do Curso de Agronomia. Centro Universitário

Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro

Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

É fato que a economia brasileira baseia-se, no agronegócio, e que o complexo soja (grão, farelo e óleo), é o principal produto exportado atualmente. O Brasil está se deparando com o desafio de crescer competitivo e sustentavelmente, mas está esbarrando em um grande problema. Estruturas de armazéns e portos insuficientes e mal localizadas, ferrovias fragmentadas e antigas, rodovias precárias e poucas opções hidroviárias são alguns dos problemas enfrentados pela logística no Brasil. A otimização da logística do complexo pode vir aumentar sua competitividade no mercado externo, trazendo maiores retornos para produtores e investidores de recursos para o país. Com a produção cada vez maior o Brasil pode assumir o posto de maior produtor de soja do mundo o que inevitavelmente fará com que os problemas logísticos aumentem junto com a produção. Para que esse aumento ocorra de forma construtiva e lucrativa o país necessita de novas tecnologias, um exemplo pode ser o uso da intermodalidade para o transporte da soja. Mas para que ela ocorra seria necessário a unitização da carga em pequenas unidades de dimensões padronizadas, o que facilitaria operações de movimentação e armazenagem, que seriam realizadas de forma mecanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Custos logísticos, Exportação do complexo soja, Modais de transporte.

Atualmente graças à globalização, a produção, o transporte e a administração financeira eficientes para *commodities* é uma necessidade crescente, para que a competitividade seja elevada. É fato que a economia brasileira baseia-se, no agronegócio. E que o complexo soja (grão, farelo e óleo) é o principal produto exportado atualmente. Apesar de ser o segundo maior produtor, o complexo brasileiro não é competitivo o suficiente no requisito retorno de investimento, já que ele é um produto de baixo valor agregado. Sendo que qualquer valor á ele adicionado ao longo da



produção ou logística encarecerá o produto, fato que faz com que ele seja menos lucrativo para o investidor e o produtor. Exemplo disso é que no Brasil, em média, para o escoamento de uma tonelada de soja o valor seja de US\$70 dólares, já no Estados Unidos o custo é de US\$9 dólares.

O agronegócio brasileiro está se deparando com o desafio de crescer competitivo e sustentavelmente, mas está esbarrando em um grande problema. Sua precária e ineficiente logística, que dificulta e encarece o escoamento da safra. Estruturas de armazéns e portos insuficientes e mal localizadas, ferrovias fragmentadas e antigas, rodovias precárias e poucas opções hidroviárias são alguns dos problemas enfrentados pela logística no Brasil, que segundo estimativas, gasta hoje, o equivalente a 12,6% do PIB nacional. A otimização da logística do complexo pode vir aumentar, e muito, sua competitividade, trazendo maiores retornos para produtores e investidores de recursos para o país.

Vale lembrar que o principal modal logístico utilizado no complexo é o rodoviário, fato negativo para o setor, porque além de ser oneroso a longas distâncias as estradas são, na maioria das vezes, precárias que faz com que cerca 145,5mil toneladas de soja fiquem pelas rodovias. Apontado como ineficiente e redutor de lucratividade, o modal rodoviário, em época de safra, é utilizado intensamente para o escoamento, provocando aumento nos preços de fretes. Resultado da oferta de veículos ser insuficiente para cobrir a demanda.

Enquanto o trem carrega cerca de 5 mil toneladas de soja, um caminhão carrega apenas de 25 a 30 toneladas, sem contar com os gastos com manutenção, infraestrutura e eficiência energética. Porém como a oferta de transporte ferroviário é insuficiente, utiliza-se o transporte rodoviário intensamente. Mas se avaliarmos as outras opções de modais logísticos concluiremos que elas também não são muito atrativas. O hidroviário possui baixa capacidade de intermodalidade e comboio, e não oferece atratividade de investimentos devido às barreiras ambientais, já no ferroviário o uso de vagões inadequados que causam muitas perdas, pequeno e fragmentado material rodante é um entrave para o modal. Entretanto, o problema logístico da soja no Brasil não está apenas no modal de transporte, está também na eficiência baixa dos portos, na



deficiência na armazenagem, nos altos preços de transbordo e o tempo de enchimento de um navio graneleiro ser longo.

E os problemas não param por aí, com a vasta capacidade de expansão das fronteiras agrícolas, para área de cultivo, e o lançamento de novas cultivares produtivas para todo o território nacional, o Brasil pode chegar ao posto de maior produtor mundial de soja, e a tendência é que a demanda por modais de transporte seja cada vez maior, o que inevitavelmente fará com que os problemas logísticos aumentem junto com a produção. Para que esse aumento ocorra de forma positiva o país necessita de planos de escoamento e armazenagem de grãos, além de investir em novas tecnologias e melhorar seus modais de transporte, o que poderia trazer relevantes vantagens para os produtores, investidores e sociedade em geral. E uma dessas novas tecnologias pode ser o uso da intermodalidade para o transporte da soja, que consiste em arranjos logísticos que contemple o três modais de transporte existentes no país. Mas para que ela ocorra seria necessário a unitização da carga, em pequenas dimensões em uma unidade de dimensões padronizadas, o que facilitaria operações de movimentação e armazenagem, que seriam realizadas de forma mecanizada.

De maneira sucinta e objetiva a logística do agronegócio relaciona-se ao planejamento e operação dos sistemas físicos, informacionais e gerenciais necessários para que insumos e produtos se movimentem de forma integrada no espaço, através do transporte, e no tempo, através do armazenamento, no momento certo, para o lugar certo, em condições adequadas e que se gaste menos possível com isso.

REFERÊNCIAS

BIZERRA, R.C.; FORMIGONI, A.; MONTEIRO, R.; LELIS, E.C.; RODRIGUES, E.F. A logística do mercado exportador de soja. In: SEGeT, Resende. *Excelência em gestão e tecnologia*, 7, 2010. Disponível em <<http://www.aedb.br/seget/artigos2010.php?pag=96>>. Acesso em: 22 de agosto de 2011.

CASTILHO, R. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. *Revista da Anpege, Campinas*, v. 3, p.33-43, 2007.



FERNANDES, E.; NEVES, C. das; SAMPAIO, L.M.D.; BRITO, E.G.; BRAGA, M.E.; RUBERT, M.; CARDOZO, V.G.; IGNÁCIO, A.A.V. Identificação dos principais obstáculos ao escoamento da safra agrícola no Brasil. In: *Rio transportes*, 7, Rio de Janeiro. [S/D].

KUSSANO, M.R.; BATALHA, M.O. Custos Logísticos do escoamento da soja em grão brasileira para o mercado externo. *Revista Ingepro, Santa Maria*, v. 1, n. 1, p.27-38, 2009. Disponível em: <www.ingepro.com.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2011.

MUNOZ, C.C.; PALMEIRA, E.M. Desafios de logística nas exportações brasileiras do complexo agronegocial. *Revista Acadêmica de Economia, Pelotas*, n. 71, 2006.

OJIMA, A.L.R. de O.; ROCHA, M.B. Desempenho logístico e inserção econômica do agronegócio da soja: as transformações no escoamento da safra. In: *Congresso do Saber "Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial"*, 43, Ribeirão Preto. [S/D].



PLANTIO DIRETO EM HORTALIÇAS

Joan Brigo Fernandes; Taciani Moreira Machado; Rodrigo Delongui; Marcelo Felipe Donadon - Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O manejo inadequado do solo é a principal causa de perda de produtividade de hortaliças no Brasil. Isto ocorre, principalmente pelo excessivo revolvimento do solo, exposição aos processos erosivos e pela falta de reposição de matéria orgânica. Observou-se que propiciando aumento na CTC do solo através da reposição de matéria orgânica e controle nos processos erosivos pela cobertura de solo, o Sistema de Plantio Direto em Hortaliças (SPDH) proporciona ambiente favorável para cultivares de hortaliças. Verificou-se que este sistema de cultivo é o mais indicado para exploração agrícola de hortaliças.

PALAVRAS-CHAVE: Cultivo mínimo de hortaliças, Sistema agroecológico, Plantio sobre palhada.

Sistema de plantio direto, que evita o revolvimento do solo, mantendo resíduos vegetais sobre sua superfície, favorecendo o desenvolvimento das raízes das plantas de interesse econômico, é um conjunto de ações interligadas, de realização contínua e dependentes entre si. Teve início em Santa Catarina, na década de 80 por necessidade de diminuição dos processos erosivos da região pela contínua mecanização. Foi adotado posteriormente por produtores de tomate em Goiás e produtores de cebola em São Paulo.

Seu uso está sendo intensificado com resultados produtivos, aumento da lucratividade e rentabilidade, sendo pertinente a redução de custos com adubação e mão de obra, beneficiando a fertilidade do solo criando um micro clima favorável para microrganismos que auxiliam nos processos de mineralização do solo, conservando nutrientes e temperatura ideal para plantio.



O objetivo do trabalho foi verificar a viabilidade do plantio direto em olericultura, a fim de definir a melhor tecnologia a ser aplicada no cultivo, através da coleta de informações de experimentos já realizados.

O sistema de plantio direto na palhada para olerícolas superou significativamente o preparo convencional que constitui em revolvimento do solo e encanteiramento sem cobertura.

Esta superioridade foi dada por favorecimento de estocagem de C (carbono), controle e diminuição de plantas daninhas, regulação da temperatura do solo para ideais agricultáveis, povoação de microrganismos aumentando a biomassa, propiciando o armazenamento de água, fortalecendo o solo nos processos físicos, químicos e biológicos.

O fator principal destes resultados é a produção significativa de matéria orgânica, beneficiando os processos de CTC (capacidade de troca de cátions), não obstante propiciando maior crescimento foliar, massa seca e produtividade, com menores custos produtivos determinando grande diferencial de rentabilidade.

Sintetizando os resultados dos experimentos estudados mostraram que o sistema de plantio direto em hortaliças (SPDH) reduziu o uso de máquinas, melhorou a estrutura do solo, aumentou a infiltração e retenção de água. O custo de produção foi menor devido à redução de perdas de água por evaporação, por escoamento superficial e uso eficiente da água pelas plantas.

A qualidade do solo foi diretamente influenciada pelo SPDH. Embora tenha ocorrido adensamento superficial em alguns casos, na profundidade de 20-25 cm registrou-se maior resistência a penetração no sistema convencional. A matéria orgânica teve teores altamente superiores em SPDH, o que favoreceu a massa microbiana do solo e a manutenção da palhada com ciclo gradativo, degradando primeiro as partes vegetativas e mais lentamente partes mais lignificadas como caules e raízes, permitindo a manutenção da palhada até o final do ciclo das culturas.

O consórcio de leguminosas com gramíneas (*Crotalaria juncea* e *Pennisetum glaucum*), além de propiciar elevada massa de matéria seca, suprimiu o surgimento de plantas daninhas na cultura em até 90%. A mais agressiva na competição com plantas



daninhas foi a leguminosa *Crotalaria juncea*. A temperatura do solo e a umidade se mantiveram constantes, mesmo na decorrência de veranicos nos meses mais quentes.

Desta forma, através da análise dos dados levantados, pode-se observar que o sistema de plantio direto é favorável para o aumento de produtividade e rentabilidade, sendo viável para produtores de hortaliças pela capacidade de conservação do solo, diminuição de mão de obra e maiores ganhos com o processo agrícola. Comprovando que o SPDH proporciona ambiente favorável para cultivares de hortaliças, verifica-se que este sistema de cultivo é o mais indicado para exploração agrícola destas plantas.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, R. L. F.; GALVÃO, R.O.; NETO, S.E.A.; NEGREIROS, J.R.S.; PARMEJIANI, R.S. Plantio direto orgânico de alface sobre cobertura viva e morta e adubada com composto. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.4, n.2, Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/3337>>. Acesso em 04 de setembro de 2011.
- NETO, S.E.A.; GALVÃO, R.O.; FERREIRA, R.L.F.; PARMEJIANI, R.S.; NEGREIROS, J.R.S. Plantio direto de cebolinha sobre cobertura vegetal com efeito residual da aplicação de composto orgânico. *Revista Ciência Rural*, v.40, n.5, Santa Maria, maio. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-84782010000500033&script=sci_arttext>. Acesso em 05 de setembro de 2011.
- NETO, S.E.A.; FERREIRA, R.L.F.; GALVÃO, R.O.; NEGREIROS, J.R.S.; PARMEJIANI, R.S. Plantio direto orgânico de cebolinha sobre cobertura viva e morta e adubada com composto. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.4, n.2, Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/3336/2686>>. Acesso em 05 de setembro de 2011.
- TIMM, P. J.; GARCIA, A.; MEDEIROS, A.R.; CORVELLO, W.V.; MORSELLI, T.B. Análise comparativa dos sistemas Plantio Convencional e Cultivo Mínimo de cebola na região Sul do RS. *Revista Associação Brasileira de Horticultura*. Disponível em: <<http://www.abhorticultura.com.br/Biblioteca/Default.asp?id=3733>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.



LOGÍSTICA DA SOJA NO BRASIL

José Luiz M. Ramos, Luiz Gustavo Garcia, Eduardo Valle, Murilo Hernandez -
Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho propõe discutir o papel do sistema de transporte no agronegócio da soja. No momento de escoar a produção até os pontos de venda ou portos exportadores esbarra-se em problemas como o de infra-estrutura de transporte. Nesse sentido, diferenciar as principais características e os custos envolvidos em cada modal viário e identificar as principais rotas logísticas utilizadas para o escoamento da safra podem fornecer subsídios para o direcionamento de políticas e investimentos para o setor.

PALAVRAS-CHAVE: commodities, portos, escoamento, rodovias, agronegócio.

A necessidade de investir na agricultura acabou se tornando obrigatório ao país, devido ao crescimento mundial da população. Observa-se que o aumento da produção brasileira é ratificado com dados da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), ao afirmar que o Brasil é responsável por aproximadamente 20% da produção de soja em grãos e é o maior exportador mundial de soja.

No contexto agrícola de produção, urge o agronegócio nacional e mundial, na figura dos produtores, que começam a necessitar de alternativas para o remanejamento do aumento da produção de grãos e a distribuição física desses produtores. Tem-se como alternativa mais viável um sistema logístico integrado e ao consumo por meio de uma rota que minimize tempo e custo. O desenvolvimento do sistema logístico no campo, após o crescente aumento e evolução da agricultura, influenciou na separação geográfico entre o consumo e a produção. À medida que regiões se especializam em mercadorias que podem ser produzidas com mais eficiência, menores são os custos. Assim, o excesso de produção é transportado para outras áreas, enquanto que os



produtores não fabricados no local podem ser importados, estabelecendo-se dessa forma a troca entre cidades, estados ou países.

No caso do Brasil, os serviços logísticos não obtiveram o sucesso e o desenvolvimento esperado, no que se refere a infra-estrutura para o escoamento de grãos entre os locais produtores e os centros de distribuições, e isso implicou em perda de competitividade para alguns casos no agronegócio. Os custos são elevados em razão, basicamente, de dois aspectos: a concentração do transporte de mercadorias no modal rodoviário e a falta de investimento suficiente, a partir dos anos 80, para manutenção e expansão dos sistemas de transporte em níveis compatíveis com a demanda.

A soja se movimenta grande parte de recursos e divisas no complexo agroindustrial, mas por ser um produto de baixo valor agregado, torna-se necessário que haja uma otimização da produção, estocagem e transporte. Assim, considera-se que o crescimento está se dando para o interior do país em locais ainda mais distantes dos principais corredores de exportação, a necessidade de melhoria de estrutura logística torna-se proeminente.

Um dos segmentos que mais interfere na eficiência dos diversos setores da economia de um país é o segmento de transporte.

Nesse sentido, dado o cenário viário atual, identificar as principais rotas logísticas utilizadas para o escoamento da safra dos principais pólos produtores e distinguir as principais características e os custos de cada modal viário podem fornecer subsídios que auxiliem as decisões estratégicas para escolha do transporte, assim como, para o direcionamento de políticas e investimentos no setor.

O agronegócio é o segmento da economia que mais tem colaborado para formação do saldo da balança comercial brasileira, O complexo-soja é um dos principais componentes das exportações agroindustriais com participação em torno de 14% do PIB do agronegócio seguido do complexo-carne e de produtos florestais. O escoamento da soja ocorre principalmente pelos portos de Paranaguá (PR), Santos (SP) e Rio Grande (RS). O agronegócio do Brasil, e em especial a cultura de soja, representa uma dos mais eficientes setores da economia nacional. O Paraná é o segundo maior produtor brasileiro, perdendo apenas para o estado do Mato Grosso.



No caso brasileiro, o transporte de grãos esbarra na estrutura apresentada pelas estradas do país, onde há uma série de limitações quando comparado aos outros modais, como o ferroviário e o hidroviário, como baixa produtividade, menor índice de segurança e o custo muito alto.

A soja movimenta grande montante de recursos e divisas no complexo agroindustrial, mas por ser produto de baixo valor agregado torna-se necessário otimizar a produção, estocagem e transporte. Assim, considerando-se que o crescimento de cultura esta migrando para o interior do país, em locais ainda mais distantes dos principais corredores de exportação, a necessidade e melhoria da estrutura logística torna-se proeminente.

Assim, considerando o cenário viário atual, tem-se a identificação das principais rotas logísticas para o escoamento da safra dos principais pólos produtores, e a distinção dos custos e das principais características de cada modal viário, os quais podem fornecer subsídios importantes para decisão estratégica do transporte.

REFERÊNCIAS

ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. *Complexo soja - estatística*. Disponível em: <http://www.abiove.com.br/estatistica_br.html>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. *Evolução ferroviária*. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/concessaofer/EvolucaoFerroviaria20080523_v2.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2011.



PRODUTIVIDADE E PROCESSAMENTO DE MILHO INOCULADO COM
Azospirillum brasilense

Joan Brigo Fernandes; Eduardo Henrique Perez dos Santos; Leonardo de Assis; Luis
Fernando Santos de Lima; Paulino Franzoi Neto – Centro Universitário Filadélfia

UniFil

Orientadores: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti; Prof. Dr. Higo F. Amaral - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O milho é base alimentar para maior parte da população mundial e sua forma de processamento e utilização, vai desde *in natura* com apenas um cozimento, até seu processamento em alimentos industrializados. Atualmente, para atingir alta produtividade com a utilização racional de fertilizantes, utiliza-se recursos microbianos que supre parte da demanda nutricional da planta, principalmente de nitrogênio. A utilização de inoculantes microbianos para plantas cultivadas de interesse comercial, são amplamente estabelecidos para as leguminosas, como é o caso da soja que reduz custos com fertilização nitrogenada e em outras espécies vegetais, como é o caso do milho. No entanto, como a eficiência simbiótica ainda não atinge altos percentuais de eficiência, existe necessidade de verificar a utilização deste recurso, via inoculante, em diferentes situações de solo, climáticas, variedades entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Microbiota do solo, Endofíticos, Gramíneas, Mini milho, Conserva de vegetais.

O milho (*Zea mays*) é base alimentar para maior parte da população mundial e sua forma de processamento e utilização vai desde *in natura* com apenas um cozimento, até seu processamento em alimentos industrializados. Atualmente existe grande necessidade de tecnologias que beneficiem desenvolvimento de plantas cultivadas e utilizem recursos naturais como para agricultura racional, que diminuem a utilização de agroquímicos, e conseqüentemente os custos produtivos e ambientais.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida com o intuito de verificar a produtividade x produção de variedade de minimilho, através da inoculação de microorganismo de interesse agrícola (*Azospirillum spp*), realizando técnicas de processamento e conservação pós-colheita do produto obtido.



O minimilho, também conhecido como “baby corn”, é o nome dado à espiga de milho jovem contendo os estilo-estigmas de até 3cm, em desenvolvimento e não fertilizada ou ao sabugo jovem da espiga de uma planta de milho. O minimilho, a semelhança do que já ocorre com o milho verde, se constitui em outra alternativa para o produtor, que poderá comercializá-lo na forma de conserva, disponibilizando, com isso, um novo produto para o consumidor que aprecia o milho, bem como agrega valor à produção. Por sua vez, os microrganismos do solo estabelecem relações de mutualismo com a maioria das plantas e beneficiam o desenvolvimento vegetal, porém, tais relações são específicas em relação às espécies vegetais e microbianas.

A utilização de inoculantes microbianos para plantas cultivadas é muito empregada para a relação leguminosas e bactérias diazotróficas microssimbiontes, como é o exemplo da soja, que reduz custos com fertilização nitrogenada. No entanto, no caso das gramíneas como o milho, ainda demandam estudos que possam aumentar o percentual de eficiência de fixação biológica do nitrogênio. A eficiência da fixação biológica associativa do nitrogênio (FBN) entre inoculação de *Azospirillum spp.* com a planta de milho, indica de 20 a 25% de economia em relação ao uso de fertilizante nitrogenado (HUNGRIA, 2011). Em condições de campo, a prática de inoculação com *Azospirillum spp.* pode estabelecer processos vantajosos para a cultura do milho, pois, além de ganhos de produção com redução de custos com fertilizantes e defensivos agrícolas, a dissiminação deste microrganismo e seu estabelecimento na microbiota pode estabelecer vantagens competitivas em relação a outros microrganismos (SILVEIRA; FREITAS, 2007). Existe uma dependência em relação aos gêneros e espécies de bactérias endofíticas com espécie vegetal, o genótipo, as condições nutricionais, assim como de fatores abióticos do meio ambiente. Apesar das respostas à inoculação em cereais ou gramíneas não poderem ser comparadas à cultura da soja, em trabalhos sobre 20 anos de inoculação de *Azospirillum* em experimentos de campo, recomenda-se implantação de um inoculante comercial que permitiria aumento da produtividade em importantes culturas agrícolas, em diferentes solos e em diferentes regiões climáticas (HUNGRIA, 2011).



O minimilho obtido da inoculação a campo, é matéria-prima neste trabalho para a produção de conservas acidificadas. Segundo RAUPP *et al.* (2004), o minimilho tem sido estimulado no Brasil, para uso como alimento de diversas maneiras, tanto em saladas como degustação na forma de aperitivo, bem como fazendo parte de pratos preparados, tem a vantagem de ser uma hortaliça de baixo valor calórico, como o palmito por exemplo. Com o advento da indústria de conservas, houve um crescimento na área cultivada com milho para consumo nessa forma, à semelhança do acontecido com o milho verde.

No Brasil, a maioria do minimilho consumido é importado na forma de conserva ou enlatado. Essas conservas são reembaladas em recipientes menores, com rótulos da empresa importadora (CARVALHO *et al.*, 2002). Entretanto, a produção de minimilho no país tem crescido significativamente e os consumidores têm dado preferência ao produto nacional, por não apresentarem conservantes e outros aditivos químicos, os quais estão presentes no produto importado (MILES; ZENZ, 2000).

Atualmente existe grande necessidade de tecnologias que beneficiem o desenvolvimento de plantas cultivadas e utilizem recursos naturais que serão alternativas para agricultura sustentável, que diminuam a utilização de agroquímicos, e conseqüentemente os custos produtivos e ambientais.

Desta forma, a necessidade e a importância de se ampliar os conhecimentos a respeito do desenvolvimento e potencial de produção de minimilho através do uso de inoculação, bem como seu processamento e conservação através de diferentes formulações acidificadas, analisando suas características sensoriais para consumo, motivaram a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CARVALHO; G.S.; VON PINHO, R.G.; PEREIRA FILHO, I.A. Efeito do tipo de cultivar, despendoamento das plantas e da época de semeadura na produção de minimilho. *Revista Brasileira de Milho e Sorgo*, v.1, n.3, p.47-58, 2002.

HUNGRIA, M. *Inoculação com Azospirillum brasiliense: inovação em rendimento a baixo custo*. Londrina: Embrapa Soja, 2011.



MILES, C.A.; ZENZ, L. Baby corn. In: *Farming West of the Cascades*. Washington, D.C.: Washington State University. 8pp. Disponível em: <<http://cru.cahe.wsu.edu/cepublications/pnw0532/pnw0532.pdf>>. Acesso 12 de setembro de 2011.

RAUPP, D.S.; ALMEIDA, F.C.C.; STARON, E.A.; VALLE, J.; BORSATO, A.V.; SANTOS, A.F. Conservas de palmito de pupunha em diferentes salmouras – avaliação sensorial. *Publicatio UEPG Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharia*. v.10, n.1, p.27-33. 2004.

REIS, V. M. *Uso de bactéria fixadoras de nitrogênio como inoculante para aplicação em gramíneas*. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2007.

SILVEIRA, A. P. D.; FREITAS, S. S. *Microbiota do solo e qualidade ambiental*. Campinas: Instituto Agrônomo, 2007.



AGRICULTURA ORGÂNICA COM UTILIZAÇÃO DE COMPOSTAGEM

Luiz Fernando Torrezan de França; Lincoln Luiz Cruz; Renan Pedro Chicarelli; Mario Eduardo Teixeira - Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho, busca analisar como transformar uma agricultura convencional em orgânica, visto que esta conversão se dá por meio de uma forma mais eficiente e produtiva. Uma das opções de compostagem utilizada é o lodo de curtume e verifica-se um efeito significativo no desenvolvimento de milho. Já na produção de hortaliças a orgânocultura se mostrou bastante eficaz e lucrativa, pelo fato de reduzir custos e ser tão rentável quanto o sistema químico. A agricultura orgânica pode ser um caminho a ser percorrido para a busca da sobrevivência harmônica do ser humano com o planeta.

PALAVRAS-CHAVE: Orgânocultura, Sustentabilidade, Produção, Lodo de Curtume.

O termo agricultura orgânica é utilizado de forma generalizada nos principais países do mundo. O avanço do sistema orgânico ocorreu no Brasil em 1992, porém, hoje tem uma conotação social maior, sendo ela rentável e ambientalmente correta. Um dos fatores limitantes para o início deste tipo de cultura, é a perda inicial da produtividade pelo tempo de recondicionamento, e as incertezas geradas na venda, é o que desestimula boa parte dos agricultores, mesmo considerando os preços que os consumidores estão dispostos a pagar.

O tempo é um fator importante para qualquer conversão, sendo necessário estabelecer ajustes na rotina e no aprendizado de técnicas utilizadas na agricultura orgânica (VITOI, 2000). De maneira geral os pequenos agricultores estão saturados de tantas tecnologias que na maioria das vezes são inacessíveis pelo seu alto custo, então se tem a agricultura orgânica como melhor opção.

Os compostos orgânicos possuem propriedades adequadas para serem utilizados como substratos, e também como adubos, pois são bons fornecedores de



nutrientes para as plantas e proporcionam o condicionamento do solo pela melhoria das propriedades químicas, físicas e biológicas. Durante a compostagem, a matéria orgânica é degradada em parte até as formas de CO_2 e H_2O , liberando grande parte dos nutrientes que estavam imobilizados nas substâncias orgânicas. Uma compostagem eficiente deve produzir um composto com características desejadas, com custo e tempo de produção reduzidos (LEAL, 2006).

O composto orgânico pode ser utilizado empregando-se indicadores de sustentabilidade, como aumento do teor de matéria orgânica, alteração do pH e no teor de nutrientes.

A destinação do lodo de curtume para este tipo de agricultura é uma alternativa que merece destaque. Em um trabalho de aplicação de doses crescentes de lodo na cultura de milho, observou-se um aumento na produção de matéria seca na cultura (ARAÚJO *et al.*, 2005).

Para obtenção do composto à partir do lodo de curtume, realizou-se compostagem prévia e como resíduo estruturante o bagaço de cana, na proporção de duas partes de bagaço para uma parte de lodo. Demonstrou-se então uma resposta significativa do milho.

A utilização de diferentes matérias primas permite a obtenção de produtos com diversas composições químicas orgânicas e inorgânicas, por este motivo é necessário definir claramente qual será o uso da compostagem antes de se iniciar o processo. A composição química orgânica e inorgânica da biomassa das plantas de cobertura é extremamente variável entre as espécies (FRANCHINI *et al.*, 2001). Na composição inorgânica destacam-se os nutrientes N, P, K, Ca, Mg, S, Zn, Mn, B, Fe e Si, sendo que N, P, S e Mg estão ligados com compostos orgânicos e os demais como íons livres. Na composição orgânica destacam-se os ânions orgânicos contendo grupos funcionais dos tipos carboxílicos (R-COO^-) e fenólicos (R-O^-) com cargas negativas, com grande influência na química de solos ácidos e na nutrição das plantas (FRANCHINI *et al.*, 2001; MEDA *et al.*, 2001; PAVAN & MIYAZAWA, 2003).

A combinação entre gramíneas e leguminosas, na compostagem, pode fornecer um substrato mais equilibrado. Leal *et al.* (2007) verificaram que a combinação de 2:1



de *Crotalaria juncea* e *Sorghum bicolor*, respectivamente, foi a mais equilibrada nutricionalmente para a produção de mudas de alface, beterraba e tomate. O mau desenvolvimento das mudas cultivadas no composto constituído apenas por crotalária foi atribuído à alta salinidade, e para aquelas produzidas em composto feito apenas com capim-elefante, ao baixo teor dos nutrientes e ao elevado pH.

Um aspecto importante a ser considerado na agricultura orgânica é a origem do material utilizado no processo de compostagem. Segundo a Instrução Normativa nº 64 de 2008, que dispõe sobre as normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais, os compostos orgânicos, obtidos em sistemas não orgânicos de produção, somente poderão ser utilizados com autorização do OAC (Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica) ou da OCS (Organização de Controle Social). Além disso, os limites máximos de contaminantes não devem ultrapassar os estabelecidos na Legislação Brasileira (BRASIL, 2008).

No Brasil, agricultores familiares inseridos no sistema orgânico de produção e que comercializem seus produtos diretamente ao consumidor, podem ser isentos de certificação, desde que estejam vinculados a uma OCS e neste caso terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos (BRASIL, 2007).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabio F. de et al. Desenvolvimento do milho e fertilidade do solo após aplicação de lodo de curtume e fosforita. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Presidente Prudente, v. 12, p.507-511, 2008.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 5, 2007. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2011.

BRASIL, Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe a agricultura orgânica, e da outras providencias. *Diário Oficial [da] União, Brasília*, 28 de dezembro de 2007.

FRANCHINI, J. C.; GONZALEZ-VILA, F.J.; CABRERA, F.; MYAZAWA, M. & PAVAN, M. A. Rapid transformations of plant water-soluble organic compounds in relation to cation mobilization in an acid axisol. *Plant and Soil*, v. 231, p. 55-63, 2001.



MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. *Revista de Economia e Sociedade Rural, Brasília*, v. 44, n. 2, 01 de abril de 2006.

PAVAN, M.A.; MIYAZAWA, M. Improving acid soil chemistry through plant residues. In: *WORD CONGRESS ON CONSERVATION AGRICULTURE*, II, 2001, Foz do Iguaçu - Paraná, 2003.



POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA HORTA NO CAMPUS PALHANO DA UniFil COMO AÇÃO FILANTRÓPICA E TERAPIA OCUPACIONAL NA SOCIEDADE

Lais Coronado França; Lorena Vaz Rodrigues; Marina Faria Bracale; Smaylla El Kadri
Ceccatto - Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia–
UniFil

Orientadores: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti; Prof. Dr. Fábio Suano de Souza -
Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

Este trabalho visa divulgar e difundir o estudo realizado com a participação dos alunos do Curso de Agronomia da UniFil, no uso da horta instalada no Campus Palhano em 2010, projeto de pesquisa aprovado e findado em 2011, mas que continua ativo no presente para auxiliar comunidades carentes com a doação dos produtos colhidos, bem como associar os trabalhos à terapia ocupacional em institutos e associações de ajuda a deficientes, asilos, recuperação de dependentes químicos, creches e instituições de ajuda a pessoas com necessidades especiais. O grupo de alunos e seus orientadores se reúnem semanalmente no Campus Palhano para realizar os procedimentos de instalação, condução e colheita da horta, o que poderia ser também realizado em tais institutos e associações com a ajuda dos alunos e dos orientadores, com participação ativa dos mesmos nos locais. Os alunos não somente acompanham os procedimentos teóricos e práticos de condução de culturas olerícolas, como também dão destinação ao produto final aos diferentes locais, o que contribui para a formação político-social dos mesmos. Visa ainda consolidar no Curso de Agronomia da UniFil, o aspecto de ensino prático, aplicado aos alunos desde os primeiros anos do Curso. Demonstrar que ações acadêmicas podem atuar na sociedade como aspecto multiplicador de filantropia e atendimento à comunidade por ações de iniciativa dos próprios alunos voluntariamente, coloca ainda os alunos em contato com pessoas em recuperação, visando a conscientização dos mesmos junto à sociedade que os cerca.

PALAVRAS-CHAVE: Olericultura, Filantropia, Campus Palhano.

O mundo está diante de um fenômeno ímpar na história. A população esta envelhecendo e vivendo mais tempo, desencadeando um processo chamado de transição demográfica. Nos países desenvolvidos, esse processo acontece de forma lenta e



organizada, enquanto que nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, o envelhecimento da população ocorre de maneira acelerada e desorganizada.

Nos últimos anos, houve acelerado crescimento da população idosa no Brasil. Segundo os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de pessoas, entre 1980 e 1999, com mais de 60 anos cresceu 70%. O que significa um acréscimo de seis milhões de pessoas idosas no país, cuja população total é de 165 milhões de habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000, o contingente de pessoas idosas já correspondia a 14.536.026, estima-se hoje que 9.12% da população do país sejam idosos, em 2025, este percentual será de 19.5%, índice que posicionará o Brasil na 6ª posição no ranking mundial em população envelhecida. Atualmente 8.9% da população é composta por idosos.

O aumento da taxa de longevidade e o processo de transição demográfica, são grandes conquistas para a humanidade, no entanto, ressalta que se a velhice não tiver o tratamento adequado - o envelhecimento digno e saudável, este processo poderá tornar-se um caos. Sendo assim, o processo de envelhecimento desordenado da população configura-se como mais uma expressão da questão social, um desafio para a sociedade e para o Estado, no que tange à promoção de um envelhecimento saudável e de qualidade, na perspectiva de direito. Nesse contexto, o projeto intitulado visa a implementação de uma horta como terapia ocupacional foi concebido com a finalidade de contribuir na cultura alimentar com a implantação da horta, despertar o interesse de cultivar como forma de produção de alimento, incorporando alimentação nutritiva, saudável e a preservação ambiental como eixo gerador da prática pedagógica. Realizando dessa forma também uma atividade Terapêutica.

A metodologia desenvolvida nestes projetos é a do planejamento participativo onde, através de reuniões com os participantes, o planejamento é realizado como método de tomada de decisões, ou seja, é pensar com a comunidade, qual é o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. A intervenção deve ter como objetivo direcionar e orientar o curso da história, onde os sujeitos participantes são seres concretos, em movimentos potenciais de transformações de suas próprias relações



sociais. Os projetos participativos relacionados ao meio ambiente e a segurança alimentar e nutricional, são mais efetivos e sustentáveis quando o público alvo participa plenamente, tanto em seu planejamento e implementação, como em seu seguimento e avaliação.

A história da agricultura se confunde com o desenvolvimento da habilidade das populações autóctones, de diversas partes do mundo, em observar as características dos vegetais mais apropriados ao uso humano e selecionar e cultivar plantas, iniciando assim o processo de cultivo de vegetais para aproveitamento das famílias, seja na alimentação, como medicamentos, no vestuário ou, ainda, como utensílios. A história da humanidade não é a história do desenvolvimento tecnológico, mas a história da evolução do pensamento. De qualquer forma, até 1930 parecia supérfluo tentar demonstrar a importância da produção agroeconômica de espécies vegetais, isto é, o uso de espécies e cultivares que melhor se adaptem às condições edafoclimáticas das diferentes regiões, na procura de rendimentos altos e com produtos de boa qualidade. Isso porque, ainda existiam muitas áreas não devastadas pelo homem e, com isso, mantinham-se centros de origem e de diversidade de muitas espécies com valor comercial.

Antes da implantação da horta, serão realizadas visitas semanais, com a presença de funcionários da instituição, sendo estes envolvidos desde o início do projeto. E estas visitas devem ter a duração de 4 (quatro) horas, dividindo-se entre aulas teóricas, que ocorrerão com a utilização de transparências e data show, havendo também atividades práticas de capacitação, proporcionando assim, um conhecimento prévio de técnicas para produção.

Para implantação de uma horta em pequenas áreas pode-se considerar o cálculo de 10m^2 por pessoa e que uma hora de trabalhos diários possibilita a manutenção até 100m^2 de área trabalhada.

Para início da produção é importante realizar um planejamento. Nele devem-se definir os espaços a serem utilizados e o tipo de produção pretendida. O planejamento da produção se refere à escolha dos produtos pretendidos, verificando-se época de plantio,



variedades adaptadas, escalonamento de produção, consórcios, ciclos das culturas, exigências e tratos culturais necessários, assuntos que trataremos mais adiante.

Na condução de uma horta, é necessário inicialmente tomar conhecimento sobre dados regionais como clima, tipo de solo, proximidade com áreas florestadas, fauna existente, e outras. Todos estes fatores são relevantes para a condução de um plantio que deve interagir com o meio ambiente em que se insere.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1993. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, Rio de Janeiro, 1994.

VERAS, RENATO. A longevidade da população: desafios e conquistas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 75, setembro de 2003.



MANUTENÇÃO DA HORTA DA UNIFIL NO CAMPUS PALHANO

Antonio Carlos Birelo; Henrique Romero da Costa Staevie; Victor Jose Agassi -
Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadores: Prof. Dr. Fábio Suano de Souza; Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti -
Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

Este trabalho visa divulgar e difundir a participação dos alunos do Curso de Agronomia da UniFil, na manutenção da horta instalada no Campus Palhano em 2010, projeto de pesquisa aprovado e findado naquele ano, mas que continua ativo no presente momento. O grupo de alunos e seus orientadores se reúnem semanalmente no Campus Palhano, para realizar os procedimentos de preparação de mudas através de bandejas de isopor, raleio após a germinação, escolha das plantas, transplante em canteiros no campo, observação e condução das plantas através de adubação de cobertura, eliminação de plantas daninhas, controle de pragas e doenças, colheita dos produtos cultivados e destinação dos mesmos. As espécies hortícolas cultivadas são berinjela, couve, alface americana, alface lisa, alface crespa, rúcula, cenoura, rabanete, pepino, couve-flor, chicória, almeirão, repolho e salsa. Os alunos não somente acompanham, os procedimentos teóricos e práticos de condução de culturas olerícolas, como também colaboram na destinação do produto final aos diferentes locais, o que contribui para a formação político-social dos mesmos. Visa ainda consolidar no Curso de Agronomia da UniFil, o aspecto de ensino prático, aplicado aos alunos desde os primeiros anos do Curso, demonstrando que ações acadêmicas podem atuar na sociedade como aspecto multiplicador de filantropia e atendimento à comunidade, por ações de iniciativa voluntária dos próprios alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Olericultura, Economia, Campus Palhano, Trabalho voluntário.

Para implantação de uma horta em pequenas áreas, pode-se considerar o cálculo de 10m² por pessoa e que uma hora de trabalhos diários, possibilita a manutenção até 100m² de área trabalhada.

Para início da produção é importante realizar um planejamento. Nele devem-se definir os espaços a serem utilizados e o tipo de produção pretendida. O planejamento da produção se refere à escolha dos produtos pretendidos, verificando-se época de plantio,



variedades adaptadas, escalonamento de produção, consórcios, ciclos das culturas, exigências e tratos culturais necessários.

Na condução de uma horta, é necessário inicialmente tomar conhecimento sobre dados regionais como clima, tipo de solo, proximidade com áreas florestadas, fauna existente, e outras. Todos estes fatores são relevantes para a condução de um plantio que deve interagir com o meio ambiente em que se insere.

O clima, por exemplo, é determinante na adaptação de certas culturas e deve ser levado em consideração na seleção de variedades. As diferenças entre estações, quanto a temperatura e pluviosidade devem ser verificados, servindo como base para um calendário de épocas de plantio.

O tipo de solo é o fator mais relevante a ser considerado para a produção. O solo deve ser encarado como um organismo vivo, que interage com a vegetação em todas as fases de seu ciclo de vida. Devem ser analisados os aspectos físico, químico e biológico dos solos. A matéria orgânica é um dos componentes de um solo e atua como agente de estruturação, possibilitando a existência de vida microbiana e fauna específica, além de adicionar nutrientes à solução do solo.

Os solos no Brasil em geral são ácidos sendo recomendável, sempre, iniciar a correção do solo com a aplicação de calcário, de preferência o dolomítico que, além de conter cálcio, tem magnésio. O calcário deve ser aplicado dois meses antes do plantio.

O local de instalação da horta deve ser de fácil acesso, maior insolação possível, água disponível em quantidade e próxima ao local. Não devem ser usados terrenos encharcados. O terreno pode ser plano, em áreas inclinadas os canteiros devem ser feitos acompanhando o nível, cortando as águas. Os canteiros devem ser feitos na direção norte-sul, ou voltados para o norte para aproveitar melhor o sol. No local da horta não é aconselhável a entrada de galinhas, cachorros, coelhos.

Dentro da horta deve haver uma pequena divisão de áreas para facilitar o manejo. Deve-se reservar uma área para sementeira; área de canteiro; área para guardar ferramentas e insumos; área para preparo ou armazenamento de composto ou húmus.

Chama-se adubação orgânica o uso de material vegetal e animal utilizado como insumo na produção agrícola. A matéria orgânica, quando aplicada dentro das técnicas e



sendo de boa qualidade é um dos principais agentes de estruturação dos solos. A aplicação de matéria orgânica no solo atua na estrutura do solo, na manutenção e desenvolvimento da vida microbiana do solo, no aporte de nutrientes. Um solo bem estruturado possui maior resistência à compactação e à erosão.

A adubação orgânica pode ser usada em forma de composto, húmus de minhoca, de esterco curtido, adubação verde com leguminosas ou outras. Ela é importante também para cobrir o solo em lugares muito quentes ou muito frios, protegendo as raízes e mantendo a umidade. O uso de adubo orgânico nos plantios deve ser feito com material curtido. Uma terra desgastada deve receber, gradativamente, matéria orgânica suficiente para incentivar o retorno da fauna do solo. A compostagem é uma técnica que facilita o manejo do esterco, reduz o volume de material, a perda de Nitrogênio e outros nutrientes após a aplicação; elimina sementes de ervas daninhas, insetos e conserva o esterco até que a aplicação seja necessária.

Uma vez organizada a área deve-se proceder ao planejamento da produção. Este tem início com a escolha dos produtos a serem cultivados. Hortaliças são espécies vegetais cultivadas em pequenos espaços, em geral com ciclo curto de vida, exigentes em água e nutrientes. A reprodução das hortaliças pode ser através de sementes, brotos, ramos, bulbilhos.

Cada hortaliça possui características próprias quanto ao ciclo de vida, época preferencial de plantio, necessidade de água e exigências nutricionais. Por exemplo, na época das chuvas muitas vezes temos problemas com encharcamento do solo, dificultando colheita de raízes e bulbos.

É importante organizar a semeadura de acordo com o que se pretende colher. Para isso devem-se analisar dados de cada cultura. Por exemplo: alface tem ciclo que pode variar de 35 dias no verão a até 60 dias no inverno. Um canteiro com 5 metros de comprimento e 1,20 metros de largura resultam em 6 m² de canteiro, o espaçamento da alface sendo de 25 x 25 cm, resulta em 96 plantas por canteiro. Se um canteiro for semeado em um único dia, haverá uma colheita de aproximadamente 96 pés em, no máximo, uma semana, uma vez que a alface tem ciclo curto e pode “passar” do ponto de colheita neste tempo.



Isto é diferente para outras culturas que podem permanecer bastante tempo no canteiro com a colheita estendendo-se por mais de um mês, como a couve, berinjela, cenoura, brócolis, jiló, cebolinha, salsa entre outras. De acordo com o que se pretende colher, aconselha-se que sejam realizados plantios semanais.

Com relação aos tratamentos culturais, estão relacionados a sementeira, transplante, regas, rotação de culturas, associação de culturas, controle de plantas daninhas, adubação verde, adubação mineral, desbaste, amontoa, controle de pragas e doenças, colheita e armazenamento. Desta forma, para a manutenção de uma horta, é necessário primeiramente planejamento e ainda, estar atento ao desenvolvimento de cada cultura no campo, a fim de se obter uma produção escalonada e com produtos de qualidade em cada estação.

REFERÊNCIAS

FABICHAK, I. *Horticultura ao alcance de todos*. São Paulo: Nobel, 1983.

FIGUEIRA, F. A. *Novo manual de Oleicultura: Agrotecnologia moderna na produção de hortaliças*. Viçosa - MG: Editora UFV, 2000.

NETO, J. F. *Manual de horticultura ecológica: guia de auto-suficiência em pequenos espaços*. São Paulo: Nobel, 1995.



SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO

Bruno Espolador Polonio, Diego Henrique Kosan, João Francisco Ludwig Bueno,
Wilson Aparecido Marton Filho - Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O objetivo deste trabalho foi avaliar a irrigação por gotejamento ou localizada em diferentes tipos de culturas. Os experimentos foram realizados em diferentes épocas e locais conforme o melhor local para suas devidas culturas. Observou-se que em todos os experimentos esse tipo de irrigação foi vantajoso, pois diminuíram os gastos em quantidade de água, aumentando também a sua produtividade além de manter um padrão uniforme de fruto e das mudas e pomares em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Uniformidade de fruto, Quantidade de água, Tipos de cultura.

A irrigação através do gotejamento é uma técnica utilizada na agricultura, que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas, em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação. Esse tipo de irrigação aplica baixas vazões com altas frequências, muitas vezes diárias, umedecendo um volume de solo menor do que os outros sistemas, o que reduz as perdas por evaporação.

Por outro lado nesse método, as plantas tornam-se mais dependentes da irrigação, fazendo com que qualquer problema no sistema afete de forma mais acentuada o desempenho da cultura. É um sistema de irrigação localizada onde a água é aplicada diretamente no solo próximo ao sistema radicular das plantas. Dentre os sistemas de irrigação é o mais eficiente no uso da água, sendo por isso o que mais vem crescendo nos últimos anos na agricultura brasileira, além de se adaptar a diversas culturas e a qualquer tipo de condições topográficas.

Quando comparado com o de aspersão, é que a água, aplicada na superfície do solo, não molha a folhagem ou o colmo das plantas. Na agricultura irrigada pelo sistema de gotejamento foram observadas várias formas de aplicação dependendo da região e



dos tipos de culturas a serem trabalhadas, na maioria das culturas esse tipo de irrigação promove o maior desenvolvimento das plantas, incrementa a produtividade e mantém a cultivar produzindo uniformemente, em maior tempo, com frutos de melhor qualidade.

Todo esse processo pode variar dependendo da quantidade e da necessidade hídrica exigida pela planta. Vários estudos foram realizados em culturas diferentes, entre elas estão o maracujazeiro-amarelo, tomateiro e batata, obtendo-se diferentes vantagens e desvantagens.

Nos pomares do maracujazeiro foi utilizado um tipo de irrigação localizada na zona radicular das plantas, observando a demanda e a necessidade de água. Algumas pesquisas mostraram que o estresse hídrico na cultura do maracujá afeta diretamente o crescimento da planta. Quando se encontra valores menores que $-0,01\text{Mpa}$ podem limitar o desenvolvimento vegetativo e o potencial produtivo.

O correto nesta cultura é manter irrigações freqüentes para manter o solo próximo a capacidade de campo, principalmente na época de floração e frutificação. O plantio das mudas de maracujazeiro foi realizado no espaçamento de $3,5\text{m} \times 4,0\text{m}$, em covas abertas de $0,50\text{m}$ de diâmetro e $0,50\text{m}$ de profundidade. Foi utilizado um sistema de gotejamento, com emissores de vazão de $4,0\text{ L h}^{-1}$ e $2,4\text{ L h}^{-1}$, dispostos em círculo, com raio médio de $0,40\text{ m}$ do caule da planta. Foram feitos 4 tratamentos diferentes e o volume de água nos meses de maio a julho de 1999, não foram diferenciados. Após esse período, registraram-se, nos meses subseqüentes, variações nas quantidades de água aplicadas, em que os valores aumentaram com o tempo, em resposta a maiores exigências de consumo hídrico, e durante o crescimento das plantas, com os maiores valores de março e abril de 2000.

Na cultura do tomate foram obtidas as mesmas formas de resultados, porém encontrou-se um problema causado pela irrigação por gotejamento que proporcionou o aumento de doenças por bactérias, devido ao acúmulo de umidade na muda do tomate. Concluiu-se que, maior intensidade de doença ocorre em solos mais úmidos e também em períodos chuvosos e quentes. A razão para a maior ocorrência de murcha bacteriana em tomateiro irrigado por gotejamento deve-se, provavelmente, ao fato de a água ser aplicada de forma localizada.



A economia por gotejamento é de até 30% de água e o aumento de produtividade em até 40%, obtendo-se também uma melhora na qualidade de frutos pelo uso do gotejamento e da prática da fertirrigação. Por aplicar água diretamente no solo, sem molhar a folhagem e os frutos, o gotejamento reduz a incidência de doenças da parte aérea e o apodrecimentos de frutos, reduzindo substancialmente o uso de fungicidas.

A viabilidade técnica e econômica do uso dos sistemas de irrigação por gotejamento na cultura do cafeeiro, onde vem sendo muito útil para aumentar a produtividade da cultura, pode também fornecer um produto diferenciado e de melhor qualidade e melhor perspectiva de bons preços no mercado. Porém é um método de custo elevado, onde se é bastante utilizado nas culturas mais nobres, por proporcionando assim um aumento significativo na produção destas culturas.

Entre as vantagens observa-se que o sistema proporcionou maior produtividade, maior eficiência no controle fitossanitário, economia de mão de obra, economia de água e energia, além de permitir a fertirrigação. As maiores desvantagens são os entupimentos, que requerem filtragem da água, uma vez que entupido os bicos podem causar severos danos as plantas se não forem substituídos ou desentupidos em pouco tempo, além da interferência nas práticas culturais quando as laterais não são enterradas.

REFERÊNCIAS

COELHO, E.F.; OLIVEIRA, F.C.; ARAUJO, E.C.E.; VASCONCELOS, L.F.L.; LIMA, D.M. Distribuição do sistema radicular da mangueira sob irrigação localizada em solo arenoso de tabuleiros costeiros. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal - SP, v.23, n.2, p.250-256, agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbf/v23n2/7959.pdf>>. Acesso em 11 de setembro de 2011.

SILVA, A.L.; FARIA, M.A.; REIS, R.P. Viabilidade técnico-econômica do uso do sistema de irrigação por gotejamento na cultura do cafeeiro. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*. v.7, n.1, Campina Grande. Jan/Abr, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662003000100007>. Acesso em 12 de setembro de 2011.



SOUSA, V.F. Umidade do solo na zona radicular do maracujazeiro cultivado sob irrigação localizada. *Engenharia Agrícola*. v. 26, n. 2, p. 365-373. Ago., 2006. Disponível em: <<http://www.scientificcircle.com/pt/88382/umidade-solo-zona-radicular-maracujazeiro-cultivado-sob/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.



EVENTOS TRANSGÊNICOS NA CULTURA DO MILHO

Reginaldo Barreto; Fábio T. T. Mutta; Rodrigo Zerbinati Castanho; Michel Libanio -
Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O milho é uma cultura originária da América Central mais precisamente do México, foi cultivada primeiramente pelos astecas, dando início ao melhoramento genético, com o passar do tempo foram desenvolvidos os híbridos que com essa tecnologia houve um grande aumento na produtividade e mais recentemente o advento da transgenia, que trouxe materiais resistentes ao Glyphosate e com os eventos resistentes ao grupo dos lepidopteros (resistente a Lagarta do Cartucho – *Spodoptera Fungiperda*). Hoje o cultivo do milho transgênico no Brasil é uma realidade, contando com vários tipos de tecnologias, sendo adotadas maciçamente pelos agricultores brasileiros, a transgenia traz muitos benefícios econômicos e ao meio ambiente, porém ficamos dependentes dessa tecnologia que está sob domínio de empresas multinacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Transgenia, Cultivo, *Zea mays*.

No mundo a demanda por alimentos é crescente, os estoques estão cada vez mais baixos, a população aumenta aritmeticamente, isto faz com o homem precise buscar alternativas que proporcionem cada vez mais o aumento de produtividade. Com o passar do tempo algumas tecnologias foram criadas para atender o propósito produtivo, uma delas é a tecnologia denominada de transgenia, ou seja, produtos ou organismos geneticamente modificados (OGM). Em 1972, o bioquímico americano Paul Berg conseguiu unir dois DNAs de espécies diferentes em laboratório e, assim, apresentou ao mundo os princípios da técnica que iria acelerar a produção e ampliar as possibilidades de modificação de seres vivos. Os transgênicos são organismos que, por meio de engenharia genética, recebem um ou mais genes de outros seres vivos para, assim, passarem a apresentar características que não são naturalmente expressas pelos seus respectivos genomas.

A demanda mundial pelo milho vem aumentando nos últimos anos impulsionado pelo aumento na qualidade de vida das pessoas. Estes fatos geram o



conseqüente aumento direto no consumo percapta de produtos como carnes, ovos, leite ou por produtos agroindustrializados. O milho assume papel muito importante, pois tem sido utilizada como matéria prima para a geração de bicompostíveis (Etanol - EUA). Para o Brasil a cultura do milho é de grande importância, pois é típica de pequenas propriedades, também é cultivada em grandes lavouras com a finalidade de abastecer o mercado interno.

Nos últimos anos esta cultura vem crescendo na balança comercial brasileira onde a exportação deste produto visa atender a demanda de outros países e, desta forma, estimulando o produtor Brasileiro, gerando expectativas nos preços. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o milho é considerado a segunda maior cultura perdendo apenas para a soja.

De acordo com a Conab (Companhia Nacional de abastecimento), a área cultivada com o milho Primeira Safra 2010/11, estava estimada em 7.837,9 mil hectares, uma variação percentual de 1,5% maior que a área cultivada na Primeira Safra 2009/10, que foi de 7.724,0 mil hectares. Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de agricultura para a próxima safra 2011/2012 o Paraná deve plantar, cerca de 882 mil hectares aumento de área 13% superior a safra passada.

Para o aumento da produção as pesquisas se voltaram à implantação de eventos transgênicos gerando cultivares resistentes ao grupo dos lepidópteros (lagarta do cartucho) ou de ervas daninhas, os benefícios trazidos com esta ferramenta foi de economizar com inseticidas, combustíveis horas de trabalho, conseqüentemente com o meio ambiente assim gerando menor impacto ao meio. A área global estimada das lavouras transgênicas chegou, em 2009, a 134 milhões de hectares, um crescimento de 7% em relação a 2008, quando teve 125 milhões de hectares plantados.

Os chamados países em desenvolvimento tiveram em 2009, um papel importante nesse crescimento, com 46% das lavouras ou 61,5 milhões de hectares, foram cultivados por eles. Em 1996, esses países representavam apenas 16% do total. Entre as razões para esse aumento estão a aprovação mais recente dos transgênicos nessas nações e as grandes áreas cultiváveis em alguns deles, como Brasil, China e Índia. No total, as lavouras GM foram cultivadas por aproximadamente 14 milhões de



agricultores em 25 países (Estados Unidos, Brasil, Argentina, Índia, Canadá, China, Paraguai, África do Sul, Uruguai, Bolívia, Filipinas, Austrália, Burkina Faso, Espanha, México, Chile, Colômbia, Honduras, República Tcheca, Portugal, Romênia, Polônia, Costa Rica, Egito e Eslováquia). 14 desses países possuem 50 mil hectares ou mais de lavouras GM. São eles: Brasil, Argentina, Índia, Canadá, China, Paraguai, África do Sul, Uruguai, Bolívia, Filipinas, Austrália, Burkina Faso, Espanha e México.

O Brasil plantou 21,4 milhões de hectares com lavouras transgênicas em 2008, um crescimento de 35% em relação a 2007, o que lhe deu a 3ª posição no ranking de países com esse tipo de plantação. Nosso país só perde os EUA (64 milhões de hectares). Dos 21,4 milhões de hectares com lavouras transgênicas no Brasil, 16, 2 milhões são destinados à soja, 5 milhões ao milho e 145mil hectares foram destinados ao algodão. As cultivares transgênicas atualmente no mercado são resultantes de cinco eventos transgênicos para o controle de lagartas: o evento TC 1507, marca registrada Herculex 1; MON 810, YieldGard; MON 89034, YieldGard VT PRO; Agrisure TL, Bt11; e o evento MIR162, TL VIP, e mais dois eventos transgênicos que conferem resistência ao herbicida glifosato aplicado em pós-emergência: O NK603, marca registrada Roundup Ready, e o GA 21 –TG.

Sendo assim a proposta oferecida pelo milho transgênico traz grandes benefícios para a humanidade, como por exemplo: no aumento da produtividade, redução no uso de agrotóxicos, na economia de água e na diminuição do consumo de óleo diesel, com isso trazendo benefícios ao meio ambiente. Como foi possível observar estas tecnologias estão sob o domínio de empresas multinacionais, inviabilizando empresas nacionais que participam do mercado de sementes.

REFERÊNCIAS

CRUZ, J.C; FILHO, I.A.P; SILVA, G.H. Mais de 170 cultivares transgênicas são disponibilizadas no mercado de sementes do Brasil para a safra 2011/12. *Revista Grandes Culturas Cultivar*. n.147, p. 28-29. 2011.

EMBRAPA. Cultivo do Milho. *Rev. Embrapa Milho e Sorgo*, versão eletrônica, 6. ed., Set/2010. Disponível em:



<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_6ed/index.htm>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Lavouras*. Produção Agrícola 2011 – estimativa de Agosto em relação a Julho. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201108comentarios.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

SBG. *Saiba mais sobre Biotecnologia*. Disponível em: <<http://saibamaisbiotec.com.br/moodle/mod/resource/view.php?id=17>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.



ESTUDO DA ADAPTABILIDADE E ESTABILIDADE DE LINHAGENS PROMISSORAS DE FEIJÃO DO GRUPO COMERCIAL CARIOCA

Renato Sandoli Filho – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Douglas Mariani Zeffa – Universidade Estadual de Londrina – UEL

Orientadora – Vânia Moda-Cirino – Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR

RESUMO:

O objetivo deste trabalho foi avaliar a estabilidade e adaptabilidade de 144 linhagens promissoras de feijoeiro do grupo comercial carioca desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR. Os ensaios foram denominados Carioca 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, sendo estabelecidos em oito ambientes. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos casualizados com três repetições e parcelas constituídas de duas linhas de 4 m espaçadas 0,45m, com uma densidade de 15 plantas por metro linear. A análise de variância dos dados revelou efeito significativo a 1% de probabilidade para genótipo, ambiente e para a interação genótipo x ambiente nos oito ensaios. Do total avaliado 27 linhagens apresentaram alto potencial produtivo, ampla adaptabilidade e estabilidade, poderão ser promovidas para os ensaios de VCU a serem conduzidos na safra 2011/2012 e futuramente registradas para cultivo.

PALAVRAS-CHAVE: Phaseolus vulgaris L., Adaptabilidade e Estabilidade.

A produção nacional de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) no ano de 2010/2011 foi de 3,5 milhões de toneladas, e o Paraná é o principal produtor, contribuindo com cerca de 23,14% da produção nacional, cultivando na safra 2009/10, 578,4 mil ha com produtividade média de 1336 kg/ha (CONAB, 2011).

A diversidade de ambientes a que a cultura é submetida contribui para a ocorrência da interação genótipo x ambiente, que consiste na variação de desempenho das cultivares nos diferentes ambientes em que são submetidas. O componente da interação genótipo x ambiente, apesar de ser de grande importância para o melhoramento genético, não proporciona informações pormenorizadas sobre o comportamento de cada genótipo frente às variações de ambiente (CRUZ; REGAZZI 1997). Desta forma, o estudo de parâmetros que estimam a adaptabilidade e estabilidade fenotípica serve para caracterizar um grupo de genótipos quanto à sua resposta relativa às variações de ambiente.



O presente estudo teve por objetivo avaliar a interação genótipo x ambiente, por meio das estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica da variável rendimento de grãos em 144 linhagens de feijoeiro do grupo comercial carioca, desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR visando selecionar as mais promissoras para promovê-las aos ensaios de determinação do valor de cultivo e uso (VCU).

Foram avaliadas 144 linhagens de feijoeiro pertencentes ao grupo comercial carioca, desenvolvidas pelo programa de melhoramento de IAPAR. As testemunhas utilizadas foram as cultivares IPR 139 e IPR Tangará. Na safra das águas 2010/2011, os experimentos foram conduzidos em Londrina, Irati, Pato Branco e Santa Tereza do Oeste. Na safra da seca 2011, os experimentos foram conduzidos em Pato Branco, Irati, Santa Tereza do Oeste e Ponta Grossa, em um total de oito ambientes. Estabeleceu-se oito ensaios independentes, denominados Carioca 1, Carioca 2, Carioca 3, Carioca 4, Carioca 5, Carioca 6, Carioca 7 e Carioca 8, sendo que os oito ensaios foram estabelecidos nos oito ambientes. Foram utilizados 20 tratamentos em cada ensaio, sendo 2 testemunhas e 18 linhagens. O delineamento experimental utilizados foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas constituídas por quatro linhas de 4 metros espaçadas 0,45m, com uma densidade de 15 plantas por metro linear, sendo consideradas como parcela útil as duas linhas centrais. Foram efetuadas correções e adubação do solo, controle químico de pragas e plantas invasoras. Não foi efetuado controle químico de doença. Nos estágios de desenvolvimento adequados, foram realizadas avaliações para reação às doenças e arquitetura da planta. Foi avaliado individualmente o rendimento de cada parcela, sendo os dados transformados em kg/há e corrigidos para 13% de umidade.

Após a realização das análises de variância individuais para todos os locais para cada ensaio, efetuou-se o teste de homogeneidade de variância do erro, pela metodologia de Hartley. Os ambientes apresentaram variância do resíduo homogênea, efetuando-se assim a análise de variância conjunta dos locais para cada ensaio. A partir desta, foi estimado o coeficiente de variação genética (VCg), coeficiente de variação ambiental (CVe) e o índice B para a variável rendimento de grãos. Na análise de



variância conjunta dos locais considerou-se os efeitos de blocos aleatórios e genótipo e ambientes fixos. A adaptabilidade e estabilidade fenotípica foi estimado pelo método de Eberhart e Russell (1996). Todas as análises foram realizados com a auxílio do aplicativo computacional Genes (CRUZ, 1997).

As análises de variância conjuntas para os quatro ensaios revelaram efeito significativo a 1% de probabilidade pelo teste F para genótipos, ambientes e interação genótipos por ambientes. Observa-se assim, a importância das avaliações de estabilidade e adaptabilidade para identificar os genótipos de comportamento previsível e que sejam responsivos a melhorias de ambientes, a fim de que as recomendações possam ser feitas com maior critério científico e, conseqüentemente, reduzam a probabilidade de erros na recomendação. As linhagens LP 10-73, LP 10-108, LP 10-28 e LP 10-221 apresentaram adaptação a ambientes favoráveis ($\beta_{1i} > 1$), respondendo a melhoria das condições de cultivo. A linhagem LP 10-230 apresentou adaptação a ambientes desfavoráveis ($\beta_{1i} < 1$), podendo ser consideradas cultivares rústicas, sendo indicadas para cultivo com baixo nível tecnológico. As demais linhagens apresentaram ampla adaptação ($\beta_{1i} = 1$). Quanto a previsibilidade e estabilidade, a maioria das linhagens podem ser consideradas altamente previsíveis e estáveis ($\sigma^2_{\alpha\beta} = 0$), exceto as linhagens LP 10-45, LP 10-47, LP 10-73, LP 10-99, LP 10-106, LP 10-108, LP 10-161, LP 10-179, LP 10-202, LP 10-261, LP 10-249, LP 10-264, LP 10-01, LP 10-154, LP 10-115, LP 10-107, LP 10-175, que obtiveram desvio de regressão diferente de zero ($\sigma^2_{\alpha\beta} \neq 0$), apresentando baixa estabilidade e previsibilidade. As linhagens LP 10-06, LP 10-17, LP 10-42, LP 10-44, LP 10-69, LP 10-79, LP 10-84, LP 10-85, LP 10-87, LP 10-90, LP 10-95, LP 10-162, LP 10-165, LP 10-166, LP 10-168, LP 10-169, LP 10-171, LP 10-177, LP 10-180, LP 10-181, LP 10-182, LP 10-189, LP 10-201, LP 10-237, LP 10-240, LP 10-254, LP 10-256, LP 10-293, LP 10-08, LP 10-27, LP 10-32, LP 10-76, LP 10-176, LP 10-204, LP 10-23, LP 10-98, LP 10-41, LP 10-68, LP 10-83, LP 10-223, LP 10-219, LP 10-88, LP 10-123, LP 10-52 e LP 10-107, se destacaram das demais por apresentar média de rendimento maior que a média das testemunhas, alta adaptabilidade e alta estabilidade e previsibilidade podendo ser promovidas para os ensaios de VCU a serem conduzidos na safra 2011/2012 e futuramente registradas para o cultivo.



REFERÊNCIAS

- CRUZ, C. D. *Programa Genes: Biometria*. Viçosa - MG: Editora UFV, 2006.
- EBERHART, S. A.; RUSSELL, W. A. Stability parameters for comparing varieties. *Crop Science, Madison*, v.6, n.1, p.36-40, jan/feb, 1966.
- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. *Produção Agropecuária*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/politica_agricola/safra/avalia.html>. Acesso em: 16 de junho de 2010.



DESENVOLVIMENTO NO PLANTIO DE CITROS NO ESTADO DO PARANÁ

Wesley Ladislau; Pedro Henrique Yano; Rogerson Komura; Victório Sinegallia -
Acadêmicos do Curso de Agronomia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Agronomia - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), instituição responsável pelo material genético da citricultura paranaense, possui um Banco Ativo de Germoplasma de Citros (BAG-Citros), onde os diferentes genótipos se encontram em avaliação para a determinação da adaptação às condições edafoclimáticas do Paraná e são estudados vários tipos de doenças e pragas, que afetam a produtividade de citros no Estado. Entre estas doenças estão o Cancro Cítrico e o Greening, doenças essas que vem causando prejuízos aos produtores e impedindo que o Paraná suba na escala nacional de produção. Para isso o IAPAR efetua estudos com porta-enxertos de diferentes tipos, sendo que o limão cravo vem apresentando melhor retrospecto quanto a resistência a doenças, estudos estes que também apontam a Valência como sendo a melhor variedade de laranja a ser cultivada. O Estado só pode começar o plantio de citros para fins comerciais no final da década de 80, com auxílio do governo do estado e do IAPAR, que desenvolveu espécies resistentes ao cancro cítrico. Com isso outros estados estão a frente do Paraná em produção. Para ocorrer o aumento na área de pomares, a iniciativa privada realiza programas de apoio aos produtores com distribuição de mudas, além de longos prazos para pagamento.

PALAVRAS-CHAVE: Produção paranaense de citros; Doença, Suco de laranja, Cancro Cítrico, Greening.

Uma atividade de grande destaque na agricultura paranaense vem sendo a citricultura, onde a cultura da laranja é a mais ampla e importante, tendo a variedade Valência como a de maior produtividade e qualidade de fruto com maturação tardia, abrangendo os mercados interno e externo e apresentando média de produção anual acima das demais variedades.

Estudos para melhorar a produção de citros vêm sendo realizados no IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), utilizando o enxerto de limão cravo para melhorar a adaptação edafoclimática. Após doze anos de experimentos realizados, obteve-se como média de produção 157,14 a 264,38 kg/planta. Este estudo foi efetuado com o objetivo



de liberar o Paraná para a produção de citros, já que existia uma proibição para a produção de citros no Estado, causado pela doença do Cancro Cítrico, tendo início no final da década de 70 e obtendo a liberação no final da década de 80, quando o Paraná obteve a liberação para produzir citros.

Algumas doenças podem vir a causar a queda na produção. Dentre elas está o Declínio dos Citros, uma doença de caráter vascular que compromete a circulação de seiva bruta dentro da planta atingindo plantas de quatro ou mais anos de idade, provocando a perda do brilho das folhas, menor turgidez, florescimento extemporâneo morte das extremidades de ramos, redução do tamanho dos frutos e ausência de brotações, onde a produção é alterada. Após o segundo ano de início dos sintomas, o controle desta doença pode ser feito com a utilização de porta-enxertos de plantas resistentes como a tangerineira Cleópatra e Sunki, onde o porta-enxerto de limão cravo é o mais suscetível a essa anomalia.

Resultados destes estudos mostram que o Paraná vem sendo afetado economicamente, pelo declínio apresentando em seus pomares de pouco mais de vinte anos, devido a plantas improdutivas com sintomas característicos de Declínio dos Citros.

A citricultura no Paraná tem como problema a falta de infra estrutura para transporte do produto até o porto, tendo que ser transportado o produto final em sacos plásticos e tambores o que vem a encarecer o preço da *commodity*. O Estado de São Paulo leva vantagem, pois possui rodovias próprias para o transporte. Para poder aumentar a atuação do estado no cenário nacional de produção, onde o Paraná se encontra em quinto lugar, indústrias que beneficiam o produto criaram programas de apoio, a exemplo da distribuição de mudas para produtores que assinam contrato de entregar a safra à empresa, com pagamento em dez safras, sendo seis anos para quitação e mais três anos de carência.

A estimativa de produção para a safra de 2010/2011 é de 650 mil toneladas, com Paranaíba com 45% da produção do estado, ficando ainda longe de São Paulo que espera colher cerca de 15 milhões de toneladas. Atualmente 30% da produção paranaense é consumida *in natura*, e o restante utilizado pelas indústrias de



beneficiamento para sucos e também óleo essencial (subproduto do suco), que é empregado na fabricação de perfumes exportado principalmente para a França.

Mas esse forte aumento de produção vem sendo ameaçado pela doença bacteriana Greening também conhecida como Huanglongbin (HLB), que foi vista pela primeira vez na China. No Brasil, as primeiras plantas com sintomas foram descobertas em 2004, em pomares das regiões centro e sul do estado de São Paulo, espalhando rapidamente para os estados de Minas Gerais e Paraná.

Esta doença causada pela bactéria chamada *Candidatus Liberibacter spp*, se desenvolve no floema da planta. O controle efetivo desta bactéria deve ser feito com inspeções constantes e eliminação das plantas com alto nível de infestação, pois estas são fonte de contaminação para as demais árvores, sintomas desta doença são deficiência nutricional dos ramos afetados, seca e morte de ponteiros, presença de folhas amarelas, deformação dos frutos. Os sintomas podem ser vistos o ano todo, mas sendo visível nitidamente no final do verão e início de primavera.

Comprovando que o Paraná para ser um grande produtor de citros deveria receber grandes investimentos em pesquisas para se detectar qual o controle ideal dessas pragas e quais as melhores variedades quanto rendimento e resistência para subir em índices de produção e crescer neste mercado promissor.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Pedro Martins Antonio; PAVAN, Marcos Antonio; NEVES, Carmen Silvia Vieira Janeiro; CARLOS, Eduardo Fermino. Ocorrência de declínio dos citros na região noroeste do Paraná. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal – SP, v.33, n.1, p.286-290, Março de 2011.

TAZIMA, Zuleide Hissano; AULER, Pedro Antônio Martins; NEVES, Carmen Silvia Vieira Janeiro; YADA, Inês Fumiko Ubukata; LEITE JUNIOR, Rui Pereira. Comportamento de clones de laranja Valência na região norte do Paraná. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal - SP, v.30, n.4, p. 970-974, Dezembro de 2008.

TAZIMA, Zuleide Hissano; NEVES, Carmen Silvia Vieira Janeiro; ATENZEL, Neusa Colauto; YADA, Inês Fumiko Ubukata; LEITE JUNIOR, Rui Pereira. Produção e qualidade de frutos de cultivares de laranja-doce no norte do Paraná. *Revista Brasileira de Fruticultura*. Jaboticabal – SP, v. 31, n. 2 p. 474-479, Junho de 2009.



AVALIAÇÃO DE DIFERENTES TIPOS DE BIODIESEL NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS

Weverton Cantone, Rafael Inácio Rodrigues, Walter Fogaça do Prado Junior, Camila Bottacin Guerreiro – Centro Universitário Filadélfia-UniFil.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Devido os impactos ambientais causados por combustíveis fósseis, a crescente preocupação apresenta o biodiesel como fonte de energia sustentável, diminuindo o efeito estufa. Este trabalho tem como objetivo, abordar as necessidades de selecionar a melhor espécie destinada a produção de biodiesel e comparar diferentes culturas para a produção deste biocombustível. Dentre elas a mamona apresentou um melhor resultado no seu teor eólico para produção, em relação ao girassol e a soja. Entretanto, a substituição do óleo diesel depende de vários estudos e uma melhor avaliação na cadeia produtiva destas culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Fonte renovável, Biocombustível, Sustentabilidade.

A busca de biodiesel vem aumentando cada vez mais devido a grande poluição causada pelos combustíveis fósseis. Além desta justificativa ambiental, outras potenciais vantagens técnicas e socioeconômicas vêm sendo estudadas para essa nova alternativa energética. Espera-se que juntamente o com etanol, o biodiesel se torne uma matriz energética viável para o Brasil. Tal produto pode ser amplamente utilizado nas indústrias têxtil, mecânica, química e automotiva (ALMEIDA, 2004).

Atualmente o Brasil possui uma nova demanda de biodiesel, produto que poderá trazer muitos benefícios para o país, tais como, fortalecimento da economia nacional, diminuição da poluição do ar, redução da emissão de gás carbônico e geração de renda (SILVA, 2008).

Iniciativas do governo vêm sendo adotadas para contribuir com o incentivo desse biocombustível, visando reduzir o nível de desemprego e de distribuição de renda no país. A meta proposta é que 40% da produção de biodiesel venham da mamona



produzida com base na agricultura familiar. Para que esta seja alcançada, serão necessários investimentos públicos e privados de todo o país, focando a produção no semi-árido brasileiro, em razão do impacto socioeconômico na geração de emprego e renda para agricultura familiar dessas regiões (ALMEIDA, 2004).

São várias as espécies aptas para a produção de biodiesel, dentre elas se destacam a soja (responsável por mais de 80% da produção nacional de óleos vegetais), a mamona, dendê, girassol, amendoim, babaçu, pinhão manso, dentre outras (VENTURA, 2010).

A cultura que mais vem se destacando na produção brasileira de biodiesel é a mamona, que possui uma vasta área apta para o seu cultivo. Esta oleaginosa vem sendo produzida em sua maior parte na região central, especificamente na Bahia, estado que possui grande potencial de expansão deste cultivo. Atualmente, o estado ocupa a posição de líder isolado na produção nacional, com estimativa de área plantada correspondendo a 92% de toda área plantada de mamona no Brasil (ALMEIDA, 2004).

O objetivo deste estudo foi estimar a atual situação do Brasil frente a produção de biodiesel obtendo parâmetro obtidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros estudos relacionados com o tema.

O teor de óleo sobre análises comparativas com grandes cultivares para extração do óleo na fabricação do biocombustível como (mamona, girassol e soja), mostram uma grande importância sobre a sua produção.

A semente da mamona pode variar seu teor de óleo entre 45 e 50%, mas quando submetido a transesterificação de 0,4 g de catalisador (NaOH) via etílica, a uma temperatura de 25°C, com um intervalo de tempo de 2 horas, seu rendimento chega até 98% (VENTURA, 2010).

O girassol possui um teor de óleo entre 38 e 48%, apresentando um teor oleico menor que a da mamona, mas a sua vantagem segundo a EMBRAPA, é que seu rendimento de grãos por hectare é maior que a da mamona (VENTURA, 2010).

A soja por ser um dos mais comercializados, apresenta um teor de óleo muito baixo em relação aos outros cultivares, na qual seu valor é em média de 18% (BARBOSA, 2011).



A pesquisa mostrou que os parâmetros comparativos apontam que a mamona é o cultivar que apresenta uma melhor capacidade no teor de óleo em relação ao girassol, e principalmente a soja que por sua vez é o mais comercializado na atualidade para a produção do biodiesel. Porém as duas oleaginosas (soja e girassol) devem ser melhores analisadas para a produção do biocombustível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.M. *et al.* A Produção de Mamona no Brasil e o Probiodiesel. *I Congresso Brasileiro de Mamona*. Campina Grande-PB, 2004.

BARBOSA, S. *et al.* Comportamento de cultivares de soja, em diferentes épocas de semeaduras, visando a produção de biocombustível. *Revista Ciência Agronômica*, v.42, n.3, p.742-749, 2011.

SILVA, P.R.F., FREITAS, T.F.S. Biodiesel: O ônus e o bônus de produzir combustível. *Ciência Rural*, Santa Maria. v.38, n.3, p.843-851, 2008.

VENTURA, D.A.M.F *et al.* Análise comparativa entre o biodiesel de girassol e o biodiesel de mamona. *IV Congresso Brasileiro de Mamona e I Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas*, João Pessoa: Embrapa. p.7-12, 2010.



SELEÇÃO DE LINHAGENS DE FEIJOEIRO (*Phaseolus vulgaris* L.) RESISTENTES AO *Bean Golden Mosaic Virus* (BGMV)

Daniel Mazzieri Walz – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Flavio Martinez Gianelli – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Dr. José Segundo Giampan - Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR

RESUMO:

O feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) representa uma espécie vegetal de suma importância na agricultura do país. Essa cultura é afetada por inúmeras doenças, entre as quais destaca-se a virose conhecida como mosaico dourado, causada pelo *Bean golden mosaic virus* (BGMV), pertencente ao gênero *Begomovirus*, que representa um dos principais problemas na cultura do feijão. Na maioria das lavouras do Paraná, as consequências dessa doença envolvem sérios prejuízos, tais como a redução do rendimento e qualidade de grãos, como também o elevado custo de produção e poluição ambiental. O presente trabalho teve como objetivo selecionar linhagens de feijoeiro resistentes ao vírus. Os testes biológicos têm sido realizados em casa de vegetação, por meio da transmissão por mosca branca e por enxertia em diferentes cultivares de feijoeiro. Os genótipos de feijoeiro foram avaliados quanto ao tipo e grau de sintomas causados pela infecção com dois isolados do vírus, um com sintomas de mosaico e o outro com sintomas de superbrotamento. Até o momento foram avaliados diversos genótipos de feijão, além de Feijão-de-Lima (*P. lunatus*), Caupi e feijão Mulato (*Vigna unguiculata*). Com base nos resultados, foi possível verificar que todos os genótipos são suscetíveis ao mosaico, com exceção ao caupi e feijão Mulato. As cultivares de feijão IPR Eldorado, IAPAR 57 e IAPAR 72 demonstraram moderada resistência/tolerância ao BGMV, enquanto que as cultivares IAC Carioca, IPR Juriti e IPR Siriri demonstraram ser mais sensíveis que as demais. Os dados obtidos com este trabalho auxiliam na seleção de cultivares de interesse comercial com resistência genética ao BGMV, proporcionando um controle genético mais eficiente aos isolados do vírus que causam mosaico dourado em feijoeiro no Estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: mosaico dourado, *Bean golden mosaic virus*, *Begomovirus*, resistência genética.

O cultivo do feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) é comprometido por inúmeras doenças, sendo que as principais são causadas por vírus. A enfermidade causada pelo *Bean golden mosaic virus* (BGMV), conhecida como mosaico dourado do feijoeiro, é considerada a mais importante e danosa para esta cultura nas regiões tropicais e



subtropicais das Américas (COSTA, 1987; GALVEZ & MORALES, 1989), ocasionando diminuição na produção e na qualidade dos grãos; aumento no custo de produção e danos ambientais.

O BGMV pertence ao gênero *Begomovirus* e a família *Geminiviridae*. Os *Begomovirus* caracterizam-se por apresentar “partículas geminadas” com morfologia icosaédrica e genoma composto, na maioria das vezes, por duas moléculas de DNA circular de fita simples (LAZAROWITS, 1992).

A transmissão na natureza ocorre através da mosca-branca [*Bemisia tabaci* (Genn.) biótipos A e B] de maneira persistente-circulativa. Os sintomas expressados pela planta quando infectada com BGMV são agrupados em dois tipos: encarquilhamento ou deformações severas e mosaico.

Inúmeras medidas culturais e químicas têm sido avaliadas para o controle das doenças causadas por vírus do gênero *Begomovirus* na cultura do feijoeiro, porém o controle passou a ser mais efetivo a partir de 1992 com o desenvolvimento de cultivares com resistência ou tolerância ao BGMV (BIANCHINI, 1999). Para que esse processo de incorporação de resistência em variedades de feijoeiro aconteça de forma mais eficiente, faz-se necessário identificar a resistência específica às principais estirpes ou isolados de vírus e sua relação com os diferentes genótipos do feijoeiro. O conjunto dessas informações é relevante para viabilizar um trabalho de monitoramento e de definição de procedimentos de manejo do mosaico dourado, possibilitando a tomada de medidas eficazes e não agressivas ao meio ambiente.

O presente trabalho apresenta como objetivo identificar genótipos de feijoeiro ou outras espécies vegetais diferenciadoras dos isolados de *Begomovirus* e selecionar linhagens promissoras quanto à resistência aos diferentes isolados do vírus que causam mosaico e superbrotamento em feijoeiro.

Isolados de *Begomovirus* obtidos em diferentes regiões do Estado do Paraná foram mantidos em plantas hospedeiras sob condições protegidas de casa de vegetação na Estação Experimental do IAPAR em Londrina, PR.

Quinze cultivares e linhagens de feijoeiro foram avaliadas quanto à reação aos isolados de BGMV. A avaliação do grau de severidade do mosaico (intensidade do



amarelo) e do superbrotamento (deformação e redução no tamanho das folhas e das plantas) foram estimados através de escalas descritivas, variando de 1 a 5, sendo 1, muito leve, e 5, extremamente severo. Estas cultivares foram inoculadas com isolados de BGMV por meio da transmissão por mosca branca e por enxertia.

Para transmissão dos isolados do *Begomovirus* por mosca branca (*Bemisia tabaci* biótipo B) colônias do inseto livre de vírus foram mantidas no interior de gaiolas. Em outra gaiola manteve-se uma planta infectada com um isolado do vírus. Tendo por objetivo a aquisição do vírus pelos insetos sadios, estes foram transferidos para a gaiola que continha a planta infectada, permanecendo em contato com a mesma por um período de 48 horas. Após este período, esses insetos foram transferidos para uma gaiola contendo as plantas sadias a serem testadas, por um período de 48 horas, a fim de transmitir o isolado estudado para as mesmas.

Posteriormente, as plantas foram pulverizadas com inseticida e avaliadas quanto ao aparecimento dos sintomas do vírus.

Para realizar a transmissão dos diferentes isolados de *Begomovirus* por enxertia, utilizou-se plantas de feijão (*P. vulgaris*) infectadas como fonte de inóculo. As variedades de feijão testadas foram, anteriormente, cultivadas em vasos sob condições protegidas em casa de vegetação. Cerca de 15 dias após o plantio, quando as plantas já apresentavam-se com o primeiro par de folhas verdadeiras, foram inoculadas com os isolados do vírus por meio da enxertia. Nesta etapa coletaram-se brotos jovens e sintomáticos dessas plantas fontes de inóculo, enxertando-os por garfagem nas variedades a serem testadas. As plantas já enxertadas passaram por avaliação semanal após 10 dias da enxertia.

As quinze variedades de feijão (*P. vulgaris*) e feijão de Lima (*P. lunatus*) foram suscetíveis aos isolados de mosaico e superbrotamento, enquanto que caupi e feijão Mulato, pertencentes à espécie *Vigna unguiculata*, demonstraram ser imunes. A sensibilidade é uma das principais características que diferenciam os genótipos avaliados. A maioria dos genótipos é sensível, ou seja, apresenta grau de sintomas igual ou maior a dois. Apenas alguns genótipos, como o IPR Eldorado, IAPAR 57 e IAPAR 72, demonstraram tolerância ao vírus.



Os resultados preliminares permitem analisar a reação de diferentes genótipos de feijoeiro e outras espécies de fabáceas a dois isolados do *Bean golden mosaic virus* (BGMV). Nesse trabalho foi confirmada a tolerância do IPR Eldorado ao vírus, além de que caupi e feijão Mulato (*Vigna unguiculata*) mostraram-se imunes ao BGMV. Estas informações contribuem para um melhor direcionamento da incorporação de resistência genética ao BGMV em cultivares de interesse comercial, fazendo com que haja um controle genético mais eficiente aos isolados do vírus que geram mosaico dourado em feijoeiro.

REFERÊNCIAS

- BIANCHINI, A. Resistance to Bean Golden Mosaic Virus in Bean Genotypes. *Plant Disease*, v.83, p.615-620, 1999.
- COSTA, A.S. Fitoviroses do feijoeiro no Brasil. In: BULISANI, E.A. (ed.). *Feijão: Fatores de Produção e Qualidade*. Campinas: Fundação Cargill, 1987.
- GALVEZ, G.E.; MORALES, F.J. Whitefly-transmitted viruses. In: SCHWARTZ, H.F.; PASTOR-CORRALES, M.A. (Eds.) *Bean Production Problems in the Tropics*. Cali: CIAT, 1989.
- LAZAROWITZ, S. G. Geminiviruses: genome structure and gene function. *Crit. Rev. Plant Sci.*, v. 11, p. 327-349, 1992.



INTERAÇÃO GENÓTIPO X AMBIENTE EM CULTIVARES E LINHAGENS PROMISSORAS DE FEIJÃO DO GRUPO COMERCIAL VERMELHO

Douglas Mariani Zeffa - Universidade Estadual de Londrina - UEL

Sebastião Soares de Oliveira Neto - Universidade Estadual de Londrina – UEL

Renato Sandoli Filho - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora - Vânia Moda-Cirino - Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR

RESUMO:

O objetivo do presente estudo foi avaliar a interação genótipo x ambiente, por meio das estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica da variável rendimento de grãos em 51 linhagens de feijoeiro do grupo comercial vermelho, desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR visando selecionar as mais promissoras para promovê-las aos ensaios de determinação do valor de cultivo e uso (VCU). Os ensaios foram conduzidos na safra das águas 2010 nos municípios de Guarapuava, Londrina, Lapa e Santa Tereza do Oeste e seca 2011 em Lapa, Irati, Ponta Grossa e Guarapuava, em um total de oito ambientes. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas constituídas de quatro linhas de 4 m espaçadas 0,50 m, com uma população de 12 plantas por metro linear. As cultivares IPR Colibri, BRS Radiante e IPR Garça foram utilizadas como testemunhas. Nos estádios de desenvolvimento adequados foi determinado rendimento de grãos por parcela, transformado em kg/ha e corrigido para 13 % de umidade. A análise de variância conjunta para produtividade de grãos revelou efeito significativo de genótipo e ambiente a 1% de probabilidade pelo teste F, indicando a existência de variabilidade entre os genótipos e a diferença entre os ambientes estudados. A interação genótipo por ambiente também foi significativa a 1% probabilidade, evidenciando um comportamento diferencial dos genótipos frente às variações ambientais. As linhagens DRK 15, G 20523, G 6592, DRK 18, G 6416, G 10293, Red Kidney (3392), Vermelhão, LPSIA 09-41, LPSIA 09-47, KID 44, G 3710, Linden, LRK (3078), G 4564, G 17070, KID 31e KID 43 foram promovidas para o ensaio de VCU a ser conduzido na safra 2011/2012 e futuramente registradas para o cultivo, constituindo mais uma opção de cultivo para produtores de feijão do grupo comercial vermelho.

PALAVRAS-CHAVE: *Phaseolus vulgaris*, melhoramento genético

O Estado do Paraná destaca-se como o principal produtor nacional, contribuindo com 23,14% da produção brasileira (CONAB, 2011). O feijão é de grande importância para os brasileiros, pois além de compor a dieta básica diária da população,



auxilia na composição da receita de pequenos produtores (VIEIRA et al., 2006). O cultivo de feijão vermelho constitui uma alternativa para incrementar a renda dos produtores, uma vez que esse tipo de grão é comercializado por preços superiores aos tipos carioca e preto. A diversidade de ambientes a que a cultura é submetida contribui para a ocorrência da interação genótipo x ambiente, que consiste na variação do desempenho das cultivares nos diferentes ambientes em que são submetidas. O componente da interação genótipo x ambiente, apesar de ser de grande importância para o melhoramento genético, não proporciona informações pormenorizadas sobre o comportamento de cada genótipo frente às variações de ambiente. Desta forma, o estudo de parâmetros que estimam a adaptabilidade e estabilidade fenotípica serve para caracterizar um grupo de genótipos quanto à sua resposta relativa às variações de ambiente. O presente estudo teve por objetivo avaliar a interação genótipo x ambiente, por meio das estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica da variável rendimento de grãos em 51 linhagens de feijoeiro do grupo comercial vermelho, desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR visando selecionar as mais promissoras para promovê-las aos ensaios de determinação do valor de cultivo e uso (VCU).

Foram estabelecidos três experimentos independentes, sendo dois constituídos de 18 linhagens e duas testemunhas (BRS Radiante e IPR Colibri) e um constituído por 15 linhagens e três testemunhas (BRS Radiante, IPR Colibri e IPR Garça). Os ensaios foram conduzidos na safra das águas 2010 nos municípios de Guarapuava, Londrina, Lapa e Santa Tereza do Oeste e seca 2011 em Lapa, Irati, Ponta Grossa e Guarapuava. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas constituídas por quatro linhas de 4 metros espaçadas 0,45m, com uma densidade de 12 plantas por metro linear. Foram determinados o rendimento de grãos de cada parcela, sendo os dados transformados em kg/ha e corrigidos para 13% de umidade. Após a realização das análises de variância individuais para todos os locais para cada ensaio, efetuou-se o teste de homogeneidade de variância do erro, pela metodologia de Hartley. A adaptabilidade e estabilidade fenotípica foram estimadas



pelo método de Eberhart e Russell (1966). Todas as análises foram realizadas com a auxílio do aplicativo computacional Genes (Cruz, 1997).

A análise de variância conjunta para a variável rendimento de grãos, transformados para quilogramas por hectare e corrigido para 13% de umidade, evidenciou diferenças significativas pelo teste F ao nível de 1 e 5% de probabilidade, para os efeitos de genótipos e de ambientes, para todos os ensaios. Infere-se, portanto que existe diferença genética entre os genótipos e ambientes avaliados. As estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica, obtidas de acordo com a metodologia proposta por Eberhart e Russel (1966), mostrou que as linhagens G 15317, G 1368, G 16110, G 20523, Red Hawk, KID 22, LPSIA 09-16, LPSIA 09-20, LPSIA 09-30, G 3710, G 5164, G 13595, G 18148, KID 44, Linden, XAN 246 e XAN 249 apresentaram ampla adaptabilidade, com coeficiente de regressão estatisticamente igual a um ($\beta_{li} = 1$) e alta estabilidade, isto é, desvios de regressão estatisticamente igual a zero, com comportamento altamente previsível. As linhagens DRK 12, G 6873, LPSIA 09-19 e LPSIA 09-21 apresentaram adaptabilidade a ambientes desfavoráveis ($\beta_{li} < 1$), tendo alta previsibilidade de comportamento, possibilitando o cultivo em condições de baixa tecnologia, geralmente encontrado em pequenas propriedades. Os genótipos DRK 7, DRK 19, LPSIA 09-13, LPSIA 09-43 apresentaram adaptabilidade a ambientes favoráveis ($\beta_{li} > 1$), tendo alta previsibilidade de comportamento, respondendo a melhoria das condições de cultivo. Somente a linhagem LRK (3445), obteve rendimento superior à média das testemunhas, entretanto apresentou baixa previsibilidade de comportamento.

As linhagens DRK 15, G 20523, G 6592, DRK 18, G 6416, G 10293, Red Kidney (3392), Vermelhão, LPSIA 09-41, LPSIA 09-47, KID 44, G 3710, Linden, LRK (3078), G 4564, G 17070, KID 31e KID 43 foram promovidas para o ensaio de VCU a ser conduzido na safra 2011/2012 e futuramente poderão ser registradas para o cultivo, constituindo mais uma opção de cultivo para produtores de feijão do grupo comercial vermelho.

REFERÊNCIAS



CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. *Produção Agropecuária*.

Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/politica_agricola/safra/avalia.html>. Acesso em: 16 de junho de 2011.

CRUZ, C. D. *Programa Genes* – Aplicativo computacional em genética e estatística. Viçosa – MG: UFV, 2008.

EBERHART, S. A.; RUSSELL, W. A. Stability parameters for comparing varieties. *Crop Science*, Madison, v.6, n.1, p.36-40, jan/feb, 1966.

VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR T. J.; BORÉM A. *Feijão*. 2., ed. Viçosa - MG: Editora UFV, 2006.



ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DO LODO DE ESGOTO

Fábio Henrique dos Santos; Guilherme Iugi Matsuo; Prof. Msc. Higo Forlan Amaral -
Centro Universitário Filadélfia -UniFil

Orientador – Prof. Msc. Thiago Cezar Fujita- Centro Universitário Filadélfia -UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado “Análise Microbiológica do Lodo de Esgoto” refere-se a um projeto de pesquisa ainda em andamento desenvolvido pelo Centro Universitário Filadélfia. O objetivo deste trabalho foi avaliar o biossólido e provenientes de redes de esgotos quanto ao uso como adubo na agricultura. Amostras de lodo de rede de esgoto doméstico na estação de tratamento da cidade de Londrina-PR foram analisadas quanto a parâmetros químicos (ainda em andamento) e microbiológicos. Na análise microbiológica, foram determinados os valores para contagem de coliformes totais e fecais. Os resultados encontrados demonstram que o lodo de esgoto pode ser utilizado como uma alternativa viável de adubo na agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: Lodo, Adubo, Coliformes Totais, Coliformes Fecais.

O resíduo sólido de esgoto doméstico e estação de tratamentos são gerados em grande escala, em especial nos grandes centros. Esses resíduos são ricos em nutrientes e podem ser utilizados na agricultura se seguirem alguns critérios de segurança e saúde. O Brasil ainda carece de regulamentações sobre o assunto e, de modo geral, muitas das medidas que poderiam ser utilizadas para minimizar os impactos ao ambiente e à saúde pública ainda são adotadas restritamente.

Em relação à utilização do biossólido, a contaminação representada por metais pesados e agentes patogênicos é certamente a restrição mais relevante. Todavia, a composição e o nível dos contaminantes são dependentes da origem dos rejeitos, tais como esgotos domésticos, industriais e hospitalares.

Em geral, as indústrias são responsáveis por grande parte dos metais pesados e substâncias tóxicas encontradas em córregos e rios que recebem estes efluentes. Por sua vez, o biossólido produzido a partir de águas servidas, de origem exclusivamente domiciliar, geralmente, apresenta níveis desprezíveis de metais pesados e substâncias tóxicas. No entanto, esse biossólido pode vir a ser fonte direta de contaminação de



agentes patogênicos, exigindo um tratamento adequado, de modo a permitir a sua manipulação e utilização.

No presente trabalho foram coletadas amostras de bio-sólido desidratado na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Esperança, na região Sul de Londrina.

Logo após a aquisição dos materiais (lodo de esgoto) realizaram-se análises laboratoriais seguindo-se metodologias preconizadas por TEDESCO et al. (1995): matéria orgânica, pH, umidade, carbono e nitrogênio (ainda em análise). O carbono e o nitrogênio serão utilizados para se calcular a relação C/N com vistas à formação da compostagem.

Será determinado também as concentrações dos elementos Ca, Cd, Cu, Cr, Mg, Mn, Pb e Zn, nas amostras oriundas das extrações (água, água régia e HCl), por Espectroscopia de Absorção Atômica, com chama de ar/acetileno, de forma terceirizada.

A determinação inicial da concentração de coliformes totais e fecais no lodo de esgoto se deu pelo método do NMP e por meio da técnica de tubos múltiplos (ABNT, 1991) segundo procedimentos da norma CETESB L5.202. Os valores parciais encontrados foram de 0,21 e 0,13 NMP g⁻¹, respectivamente, para coliformes totais e fecais.

As densidades de coliformes fecais no lodo de esgoto permaneceram abaixo do limite crítico de 10³ NMP g⁻¹ (FERREIRA et al., 1999), demonstrando que, do ponto de vista microbiológico, este resíduo já poderia ser usado sem qualquer restrição, na agricultura.

Já a aplicação prolongada de lodo de esgoto ao solo pode tornar-se restritiva ao sistema de produção agrícola, pelo enriquecimento de metais pesados no ambiente. Portanto, necessita-se de análises químicas do lodo e análises da composição química do solo após uso de lodo como adubo por longo período para conclusões mais amplas da utilização viável ou não desse resíduo.

A compreensão do comportamento do bio-sólido no solo e sua influência na qualidade sanitária das plantas proporcionará maior confiabilidade na sua utilização, garantindo que a biota, assim como as características físicas e químicas do solo, não



serão prejudicadas. A interação do biossólido com a biotado solo deverá ser um fator fundamental na redução do nível de patógenos do produto.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Bactérias coliformes totais, coliformes fecais e Escherichia coli em alimentos: determinação do número mais provável (NMP)*: MB-3463. Rio de Janeiro, 1991.

CETESB-L5.202 - *Determinação de coliformes totais e fecais pela técnica de tubos múltiplos* - Norma, 1993.

FERREIRA AC; ANDREOLI CV; LARA AI. Riscos associados ao uso do lodo de esgoto. In: *Uso e manejo do lodo de esgoto na agricultura*. Rio de Janeiro: PROSAB, 1999.

TEDESCO MJ; GIANELLO C; BISSANI, CA; BOHNEN H; VOLKWEISS SJ. *Análise de solo, plantas e outros materiais*. 2. ed., Porto Alegre: Departamento de Solos. UFRGS. 1995.



ENSAIO PARA DINS DE DETERMINAÇÃO DE VALOR DE CULTIVO E USO
DE LINHAGENS PROMISSORAS DE FEIJÃO NO ESTADO DO PARANÁ NO
PERÍODO DE 2006 A 2010 DO GRUPO COMERCIAL PRETO

Luiz Miguel de Barros; Tiago Adalberto de O. Franco Rossetto – Universidade estadual
de Londrina - UEL

Gidiane Prado Ribeiro – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Orientador: Dr Nelson da Silva Fonseca Junior - Instituto Agrônômico do Paraná –
IAPAR

RESUMO:

Para o lançamento de novas cultivares comerciais, o melhorista tem diante de si uma série de dados experimentais, obtidos em locais representativos da região e durante um número suficiente de anos que representa as variações de clima da região. Diante desses dados, frequentemente o melhorista se depara com a interação Génotipos x Ambientes (GXA) dificultando a seleção dos melhores genótipos. O presente trabalho teve por objetivo avaliar a performance agrônômica, com enfoque para o rendimento de grãos, a estabilidade e adaptabilidade geral ou específica a ambientes favoráveis ou desfavoráveis, de linhagens e cultivares de feijoeiro pertencente ao grupo preto, desenvolvido pelo IAPAR. Os ensaios utilizados foram para determinação do valor de cultivo e uso (VCU). O delineamento utilizado foi blocos ao acaso com quatro repetições. Foram conduzidos em épocas de semeadura e locais representativos das regiões produtoras de feijão no Paraná, resultando em 23 experimentos. Inicialmente procedeu a análise de variância individual e posteriormente a análise conjunta. Para a análise de estabilidade e adaptabilidade utilizou-se o método de regressão linear única e bi-segmentada, aplicada aos genótipos comuns a três anos de dados. Comparadas às cultivares testemunhas IPR Uirapuru e FT Nobre, as linhagens LP 05-86, LP 05-135 e LP 05-136 obtiveram mérito suficiente para serem indicadas para cultivo no estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: *Phaseolus vulgaris* L., adaptabilidade e estabilidade fenotípica.

No lançamento de novas cultivares comerciais, o melhorista tem diante de si uma série de dados experimentais obtidos nos ensaios regionais de competição de linhagens e cultivares, conduzidos em locais representativos da região ou do estado e durante um número suficiente de anos que representa as alternativas de clima da região



(IGNACZAK e SILVA 1978). Para que estes dados sejam devidamente interpretados, é necessário que sejam analisados com os instrumentos da genética quantitativa, que estuda a variação dos caracteres quantitativos, que são aqueles controlados por vários genes e/ou muito influenciados pelo ambiente, como é o caso da produção de grãos do feijoeiro (RAMALHO, 1993).

Considerando as inúmeras variações ambientais a que o feijoeiro é comumente submetido no Brasil, é esperado que a interação de genótipos por ambientes (GxA) assumam papel fundamental na manifestação fenotípica. Por esta razão deve ser estimada e, sobretudo deve ser avaliada a sua importância na indicação das cultivares e no programa de melhoramento genético (RAMALHO, 1993).

O presente trabalho teve por objetivo avaliar o desempenho agrônômico de linhagens de feijoeiro do grupo preto, desenvolvidas pelo programa de melhoramento genético do IAPAR, com enfoque para o rendimento de grãos e desdobramento da interação GxA por diferentes metodologias de genética quantitativa.

Foram realizados ensaios para determinação do valor de cultivo e uso (VCU). Tais ensaios foram compostos por cultivares padrões (testemunhas) e linhagens oriundas dos ensaios preliminares do Programa de Melhoramento Genético do Feijoeiro do IAPAR.

Cada experimento foi composto por linhagens e por pelo menos duas cultivares padrões, sendo uma a mais cultivada no estado e a outra a mais produtiva daquele grupo comercial. As cultivares testemunhas definidas como padrões, foram IPR Uirapuru e FT Nobre, as quais estavam presentes em todos os anos de testes.

O delineamento utilizado foi blocos ao acaso com quatro repetições. Foram conduzidos nas safras de águas e seca, em locais representativos das regiões produtoras de feijão no Paraná. A variável analisada foi o rendimento de grãos de feijão (kg/ha).

Os ensaios foram testados no ano agrícola de 2006/07, 2007/08 e 2008/09 nas safras de águas e seca, em Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava e Pato Branco além de Arapoti.

Inicialmente procedeu-se a análise de variância individual e a respectiva análise de resíduos, visando detectar dados discrepantes, utilizando-se o programa SAS



– Statistical Analysis System (1990), sendo este programa também utilizado para a análise conjunta. Para a análise de estabilidade e adaptabilidade utilizou-se os métodos propostos por Eberhart e Russell (1966), e a metodologia de Vermaet *al.* (1978), mediante o aplicativo computacional Genes (Cruz, 2001).

Os resultados obtidos pela metodologia de estabilidade proposta por Eberhart e Russell (1966) indicam que apenas dois genótipos, LP 05-103 e LP 05-141, apresentaram coeficiente angular (β) não significativo (NS), sendo estatisticamente igual a um. Tal fato nos mostra que as linhagens acima possuem ampla adaptabilidade.

Dentre os genótipos avaliados, o LP 05-86 alcançou a melhor média entre os oito genótipos avaliados, seguido pela linhagem LP 05-136 e LP 05-135.

Dos genótipos avaliados, a linhagem LP 05-135 apresentou o maior coeficiente angular, ou seja, é uma variedade mais responsiva, dando a informação de que, se houver um aumento de 1 kg no índice ambiental, esta cultivar aumentará 1,23kg em seu rendimento de acordo com seu β .

Quanto menor o valor do componente de variância causado pelos desvios da regressão (S^2_d) e maior o valor do coeficiente de determinação (R^2), mais próximos da reta estão os pontos observados, ou seja, quanto menor o valor de S^2_d . Percebe-se que as linhagens LP 05-101, LP 05-103 e LP 05-135 apresentaram S^2_d não significativo, sendo igual a zero e elevados valores para coeficiente de determinação respectivamente indicando boa previsão de produtividade.

Os resultados obtidos pela metodologia de Vermaet *al.* (1978) mostram que entre os genótipos testados a linhagem LP 05-86 obteve o melhor rendimento em ambientes desfavoráveis e o segundo melhor rendimento em ambientes favoráveis, sendo superado pela linhagem LP 05-135, neste último. Em ambientes desfavoráveis a linhagem LP 05-86 teve o maior β (1,49). Nos ambientes favoráveis a linhagem LP 05-135 e a variedade FT Nobre apresentaram respectivamente o valor mais elevado do β .

Apenas as linhagens LP 05-86, LP 05-135 e LP 05-136 obtiveram mérito suficiente para serem indicadas para cultivo no estado do Paraná.

REFERÊNCIAS



Cruz CD and Regazzi A.J. *Modelos Biométricos Aplicados ao Melhoramento Genético*. Viçosa - MG: UFV, Impr. Univ., 1994.

Eberhart SA and Russell WA. Stability parameters for comparing varieties. *Crop Science*, Madison 6: 36-40 [S/D]

MAP, Ramalho; et al. *Genética Quantitativa em plantas autógamas*. Aplicações ao melhoramento do feijoeiro. Goiânia: Editora UFG, 1993.

SAS INSTITUTE – STATISTICAL ANALYSIS SYSTEM. SAS/STAT ‘user’ guide. Version 6. *The GLM procedure*. 4. ed., Carl, V.2, Cap.24, p.891-996, 1990.

Verma MM et al (1978) Limitations of conventional regression analysis. A proposed modification. In: *Theor. Appl. Genet* 53: 89-91, 1978.



AValiação E SELEÇÃO DE LINHAGENS PROMISSORAS DE FEIJOEIRO DO GRUPO COMERCIAL PRETO

Renato Sandoli Filho – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Sebastião Soares de Oliveira Neto; Douglas Mariani Zeffa – Universidade Estadual de Londrina – UEL

Orientadora: Vânia Moda-Cirino – Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR

RESUMO:

O objetivo deste trabalho foi avaliar a estabilidade e adaptabilidade de 36 linhagens promissoras de feijoeiro do grupo comercial preto desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR. Os ensaios foram denominados Preto 1 e Preto 2, sendo estabelecidos em oito ambientes. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos casualizados com três repetições e parcelas constituídas de duas linhas de 4 m espaçadas 0,45m, com uma densidade de 15 plantas por metro linear. A análise de variância dos dados revelou efeito significativo a 1% de probabilidade para genótipo, ambiente e para a interação genótipo x ambiente nos oito ensaios. As linhagens que apresentaram alto potencial de rendimento e estabilidade de produção foram promovidas para o ensaio de VCU a ser conduzido na safra 2011/2012 e futuramente poderão ser registradas para o cultivo.

PALAVRAS-CHAVE: *Phaseolus vulgaris* L., Adaptabilidade e Estabilidade.

A produção nacional de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) no ano agrícola de 2010/2011 foi de 3.465,8 mil toneladas, em uma área cultivada de 3.593 milhões de hectares. O Estado do Paraná destaca-se como o principal produtor nacional, contribuindo com 23,14% da produção brasileira e por 65% da produção nacional de feijão preto (CONAB, 2011). A diversidade de ambientes a que a cultura é submetida contribui para a ocorrência da interação genótipo x ambiente, que consiste na variação do desempenho das cultivares nos diferentes ambientes em que são submetidas. O componente da interação genótipo x ambiente, apesar de ser de grande importância para o melhoramento genético, não proporciona informações pormenorizadas sobre o comportamento de cada genótipo frente às variações de ambiente. Desta forma, o estudo de parâmetros que estimam a adaptabilidade e estabilidade fenotípica serve para



caracterizar um grupo de genótipos quanto à sua resposta relativa às variações de ambiente.

O presente estudo teve por objetivo avaliar a interação genótipo x ambiente, por meio das estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica da variável rendimento de grãos em 36 linhagens de feijoeiro do grupo comercial preto, desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR visando selecionar as mais promissoras para promovê-las aos ensaios de determinação do valor de cultivo e uso (VCU).

Para avaliar o potencial agrônomo das linhagens de feijoeiro do grupo comercial preto foram estabelecidos dois experimentos independentes, constituídos de 18 linhagens e duas testemunhas (IPR Uirapuru e IPR Tiziu). Os ensaios foram conduzidos na safra das águas de 2010 nos municípios de Londrina, Pato Branco, Santa Tereza do Oeste e Irati e seca 2011 em Pato Branco, Irati e Ponta Grossa. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas constituídas por duas linhas de 4 metros espaçadas 0,45m, com uma densidade de 12 plantas por metro linear. Foram efetuadas correções e adubação do solo, controle químico de pragas e plantas invasoras, não sendo efetuado controle químico de doença. Nos estádios de desenvolvimento adequados, foram realizadas avaliações para reação às doenças, arquitetura da planta, ciclo e o rendimento de grãos de cada parcela, sendo os dados transformados em kg/ha e corrigidos para 13% de umidade. Após a realização das análises de variância individuais para todos os locais para cada ensaio, efetuou-se o teste de homogeneidade de variância do erro, pela metodologia de Hartley. Os ambientes apresentaram variância do resíduo homogênea, efetuando-se assim a análise de variância conjunta dos oito locais para cada ensaio. A partir desta, foi estimado o coeficiente de variação genética (CVg), coeficiente de variação ambiental (CVe) e o índice B para a variável rendimento de grãos. Na análise de variância conjunta considerou-se os efeitos de blocos aleatórios e genótipo e ambientes fixos. A adaptabilidade e estabilidade fenotípica foram estimadas pelo método de Eberhart e Russell (1966). Todas as análises foram realizadas com a auxílio do aplicativo computacional Genes (Cruz, 1997).



A análise de variância conjunta para a variável rendimento de grãos, transformados para quilogramas por hectare e corrigido para 13% de umidade, evidenciou diferenças significativas pelo teste F ao nível de 1 e 5% de probabilidade, para os efeitos de genótipos e de ambientes, para todos os ensaios. Infere-se portanto, que existe diferença genética entre os genótipos e ambientes avaliados. A interação genótipo por ambiente também foi significativa a 1% probabilidade, evidenciando um comportamento diferencial dos genótipos frente às variações ambientais. Os parâmetros genéticos calculados (dados não mostrados) indicaram altos valores de herdabilidade (h^2) e índice B, revelando uma situação muito favorável à seleção. No ensaio Preto 1, observa-se que nove linhagens apresentaram rendimento superior a média da melhor testemunha, IPR Uirapuru, já para o ensaio Preto 2, todas as linhagens superaram o rendimento da melhor testemunha que também foi a IPR Uirapuru. As estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica, obtidas de acordo com a metodologia proposta por Eberhart e Russel (1966), mostrou que as linhagens LP 09-99, LP 09-103, LP 09-109, LP 09-123, LP 09-124, LP 09-126, LP 09-158, LP 09-170, LP 09-172, LP 09-173 e LP 09-191, podem ser consideradas linhagens ideais, pois além de apresentarem alto rendimento, mostraram ampla adaptabilidade, com coeficiente de regressão estatisticamente igual a um ($\beta_{li} = 1$) e alta estabilidade, isto é, desvios de regressão estatisticamente igual a zero ($\sigma^2_{\beta_{li}}=0$) com comportamento altamente previsível. As linhagens LP 09-93, LP 09-94, LP09-121, LP09-128 e LP 09-131 apresentaram adaptabilidade a ambientes favoráveis ($\beta_{li} > 1$), tendo alta previsibilidade de comportamento ($\sigma^2_{\beta_{li}}=0$), respondendo em aumento de produtividade com a melhoria das condições de cultivo. A linhagem LP09-96, apresentou adaptabilidade a ambientes desfavoráveis ($\beta_{li} < 1$) e alta previsibilidade de comportamento ($\sigma^2_{\beta_{li}}=0$), possibilitando o cultivo em ambientes de baixo uso de tecnologia, geralmente encontrado em pequenas propriedades.

Os parâmetros genéticos de herdabilidade (h^2) e índice B, coeficiente de variação genética (CVg) e coeficiente de variação ambiental (CVe) indicaram uma situação muito favorável à seleção. As linhagens que apresentaram alto potencial de rendimento e estabilidade de produção foram promovidas para o ensaio de VCU a ser



conduzido na safra 2011/2012 e futuramente poderão ser registradas para o cultivo, constituindo mais uma opção de cultivo para produtores de feijão do grupo comercial preto.

REFERÊNCIAS

- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. *Produção Agropecuária*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/politica_agricola/safra/avalia.html>. Acesso em: 16 de junho de 2010.
- CRUZ, C. D. *Programa Genes – Aplicativo computacional em genética e estatística*. Viçosa - MG, UFV, 2008.
- EBERHART, S. A.; RUSSELL, W. A. Stability parameters for comparing varieties. *Crop Science*, Madison, v.6, n.1, p.36-40, jan/feb, 1966.



SELEÇÃO DE CULTIVARES E LINHAGENS DE FEJJOEIRO TOLERANTES AO ESTRESSE HÍDRICO

Sebastião Soares de Oliveira Neto; Douglas Mariani Zeffa - Universidade Estadual de Londrina - UEL

Orientadora - Vânia Moda-Cirino - Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR

RESUMO:

A pouca utilização da tecnologia no campo e a ocorrência de fatores climáticos adversos faz com que a produtividade média de feijão no Brasil fique muito abaixo do potencial produtivo oferecido pelas cultivares que sofrem principalmente com a falta de água. Para contornar esse efeito, o uso de cultivares resistentes é a prática mais econômica. O estudo teve como objetivo avaliar a reação ao déficit hídrico de uma cultivar e quatro linhagens, de cada grupo comercial (preto e carioca). Os ensaios foram conduzidos em duas épocas, na Estação Experimental do IAPAR em Londrina, na safra das águas 2010. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas subdivididas, sendo os genótipos alocados nas subparcelas e os tratamentos, com e sem deficiência hídrica, nas parcelas. O déficit hídrico iniciou-se no estágio de pré-florescimento e manteve-se por vinte dias nas parcelas submetidas ao estresse. No estágio de maturação fisiológica foram amostradas dez plantas de cada subparcela onde foram avaliados os seguintes caracteres: número de nós no caule principal (NN), altura da planta (AP), número de vagens por planta (VP), número de sementes por vagem (SV), massa de 100 sementes (MS), rendimento por planta (RP) e rendimento total de grãos (RT). Os efeitos de tratamento foram significativos à 1% de probabilidade para VP, RP e RT no grupo preto, e para NN, AP, VP, RP e RT, no grupo carioca. Baseando-se no índice de redução de produtividade e no rendimento de grãos sem déficit hídrico, as cultivares IPR UIRAPURU e IAPAR 81 (grupo comercial preto e carioca, respectivamente) e as linhagem RCP1-31 (grupo preto) e LP07-118 (grupo carioca) destacaram-se como tolerantes à seca.

PALAVRAS-CHAVE: Cultivo de Feijão; Déficit Hídrico.

Das regiões produtoras de feijão no mundo, 60% estão submetidas à ocorrência de estresse hídrico em algum estágio da cultura, tornando a seca o segundo maior redutor de produtividade de grãos, superado apenas pela ocorrência de doenças (Schneider et al., 1997). O cultivo do feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) no Brasil, em algumas épocas do ano



é uma atividade de alto risco devido à falta de chuvas durante o desenvolvimento da planta, que resulta em produtividades muito reduzidas.

O déficit hídrico reduz os principais componentes de rendimento da planta de feijão, afetando tanto a qualidade quanto a quantidade de grãos, mesmo quando submetidos a curto período de escassez de água (Rosales-Serna R et al., 2004).

Foi avaliada a reação ao déficit hídrico de oito linhagens de feijoeiro, sendo quatro pertencentes ao grupo comercial preto (LP07-17, LP07-23, LP 08-90 e RCP1-31) tendo como testemunha a cultivar IPR Uirapuru e quatro linhagens do grupo comercial carioca (LP 07-73, LP 07-80, LP 07-98 e LP 07-118), utilizando-se como testemunha a cultivar IAPAR 81.

Foram estabelecidos dois experimentos independentes um para cada cor, e os mesmos foram conduzidos na Estação Experimental do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), em Londrina-PR, na safra das águas de 2010, em situações com e sem déficit hídrico.

O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso, com três repetições e parcelas subdivididas. Os genótipos constituíram as subparcelas e os tratamentos com e sem déficit hídrico, as parcelas. As subparcelas foram compostas por quatro linhas de 5m, espaçadas a 0,45m, com densidade de 15 plantas por metro linear.

Todas as parcelas foram irrigadas por aspersão até o início do estágio de desenvolvimento R5 (pré-floração) quando foi cessada a irrigação por 20 dias nas parcelas submetidas à deficiência hídrica. Com a finalidade de estimar o efeito do déficit hídrico sobre o crescimento da planta, durante o ciclo da cultura, foram selecionadas, ao acaso, dez plantas de cada tratamento (com e sem déficit hídrico), em todas as cultivares, inclusive as testemunhas, aos 35, 47, 54 e 70 DAE para determinar os parâmetros de crescimento: índice de área foliar (IAF) e taxa de matéria seca (TMS).

No estágio de maturação fisiológica (R9) foram amostradas dez plantas, ao acaso, da área útil de cada subparcela e avaliados os seguintes parâmetros: número de nós no caule principal (NN), altura da planta (AP), número de vagens por planta (VP), número de sementes por vagem (SV), massa de 100 sementes (MS). Em seguida, foram colhidas as duas linhas centrais de cada subparcela e determinada a umidade e



produtividade de cada parcela sendo que os dados foram corrigidos para a umidade padrão de 13% e transformados em kg/ha.

Para avaliar o efeito do estresse hídrico em cada característica avaliada, inclusive para TMS e IAF, foi calculado o índice de redução (IR).

A análise estatística dos dados obtidos para cada característica avaliada foi efetuada utilizando-se do aplicativo computacional Genes (CRUZ, 2006).

O armazenamento de água no solo nas subparcelas submetidas ao déficit hídrico permaneceu na maioria com menos de 50% de água disponível nos ensaios do grupo preto e carioca, Segundo Gallegos and Shibata, (1989), a cultura do feijoeiro não tem sua produção afetada quando a água disponível no solo é mantida acima de 50% da água disponível, portanto as parcelas submetidas à deficiência hídrica sofreram com a falta de água. As análises de variância apresentaram efeitos significativos ao nível de 1% de probabilidade para genótipos, condição da parcela e para a interação genótipos x condição, para grande parte das características avaliadas, exceto massa de sementes. Esses resultados indicam a presença de considerável variabilidade genética para tolerância à seca.

As cultivares IPR UIRAPURU e IAPAR 81 (grupo comercial preto e carioca, respectivamente) e as linhagem RCP1-31(grupo preto) e LP07-118 (grupo carioca), podem ser classificadas como tolerantes à seca, com baixa produtividade.

REFERÊNCIAS

CRUZ, C. D. *Programa GENES: aplicativo computacional em genética e estatística*. Viçosa - MG: UFV, 1997.

GALLEGOS, J. A. A.; SHIBATA, J. K. Effect of water stress on growth and yield of in determinated dry beans (*Phaseolus vulgaris* L.) cultivars. *Field Crops Res.* 20: 81-93, 1989.

SCHNEIDER, K.A.; BROTHERS, M.E., KELLY, J.D. Marker assisted selection to improve drought resistance in common bean. *Crop Sci.*, v.37, p.51-60, 1997.

ROSALES-SERNA, R.; RAMIREZ-VALLEJO, P; ACOSTA-GALLEGOS, J. A.; CASTILLO-GONZALÉS, F.; KELLY, J.D.. Rendimiento de grano y tolerancia a la sequía de frijol común en condiciones de campo. *Agrociencia*, v. 34, p.153-165, 2000.



INTERAÇÃO GENÓTIPO X AMBIENTE EM CULTIVARES E LINHAGENS PROMISSORAS DE FEIJÃO DO GRUPO COMERCIAL RAJADO

Sebastião Soares de Oliveira Neto; Douglas Mariani Zeffa - Universidade Estadual de
Londrina - UEL

Renato Sandoli Filho - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora - Vânia Moda-Cirino - Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR

RESUMO:

O objetivo do presente estudo foi avaliar a interação genótipo x ambiente, por meio das estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica da variável rendimento de grãos em 17 linhagens de feijoeiro do grupo comercial rajado, desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR visando selecionar as mais promissoras para promovê-las aos ensaios de determinação do valor de cultivo e uso (VCU). Na safra das águas 2010/2011, os experimentos foram conduzidos nas estações experimentais no IAPAR em Irati, Ponta Grossa, Guarapuava e Lapa. Na safra da seca 2011, os experimentos foram conduzidos em Guarapuava, Lapa, Londrina e Santa Tereza do Oeste, em um total de oito ambientes. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas constituídas de quatro linhas de 4 m espaçadas 0,50 m, com uma população de 12 plantas por metro linear. As cultivares IPR Colibri, BRS Radiante e IPR Garça foram utilizadas como testemunhas. Nos estádios de desenvolvimento adequados efetuou-se a avaliação para reação às doenças, porte da planta, ciclo e rendimento de grãos por parcela, transformado em kg/ha e corrigido para 13 % de umidade. A análise de variância conjunta para produtividade de grãos revelou efeito significativo de genótipo e ambiente a 1% de probabilidade pelo teste F, indicando a existência de variabilidade entre os genótipos e a diferença entre os ambientes estudados. A interação genótipo por ambiente também foi significativa a 1% probabilidade, evidenciando um comportamento diferencial dos genótipos frente às variações ambientais. As linhagens Sel. Garça, LPSIA 09-07, LPSIA 09-10, LPSIA 09-12, LPSIA 09-37, CRAMBERY, LPSIA 09-38 e LPSIA 09-46 foram promovidas para os ensaios de VCU a serem conduzidas na safra 2011/2012 e futuramente registradas para o cultivo, constituindo mais uma opção de cultivo para produtores de feijão do grupo comercial rajado.

PALAVRAS-CHAVE: *Phaseolus vulgaris*, melhoramento genético

O feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) é de grande importância na composição de receita do pequeno produtor, e muitas vezes ocupa o primeiro lugar na sua obtenção de renda. A utilização de variedades melhoradas com boa adaptabilidade, alta



estabilidade e boa aceitação comercial, somada a utilização de tratos culturais adequados, acarreta a elevação da renda do pequeno produtor.

O cultivo de feijão do grupo comercial rajado constitui uma alternativa para contribuir com este aumento da renda de pequenos produtores, uma vez que esses tipos de grãos são comercializados por preços superiores ao tipo carioca no mercado interno, podendo também ser exportados, pois são os tipos preferidos pelos consumidores da Europa, Ásia e América do Norte. Há um grande potencial para o crescimento desse mercado em âmbito internacional, uma vez que a produção mundial não tem atendido a demanda para esta classe comercial.

O objetivo do trabalho foi avaliar a interação genótipo x ambiente, por meio das estimativas dos parâmetros de adaptabilidade e estabilidade fenotípica da variável rendimento de grãos em 17 linhagens de feijoeiro do grupo comercial rajado, desenvolvidas pelo programa de melhoramento do IAPAR visando selecionar as mais promissoras para promovê-las aos ensaios de determinação do valor de cultivo e uso (VCU). As cultivares IPR Colibri do grupo carioca, IPR Garça do grupo branco e BRS Radiante do grupo rajado foram utilizadas como testemunhas.

Na safra das águas 2010/2011, os experimentos foram conduzidos nas estações experimentais no IAPAR em Irati, Ponta Grossa, Guarapuava e Lapa. Na safra da seca 2011, os experimentos foram conduzidos em Guarapuava, Lapa, Londrina e Santa Tereza do Oeste, em um total de oito ambientes. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso com três repetições e parcelas constituídas de quatro linhas de 4 m espaçadas 0,50 m, com uma população de 12 plantas por metro linear.

A adaptabilidade e estabilidade fenotípica para a característica rendimento de grãos foi estimada pelo método proposto por Eberhart e Russell (1966). Todas as análises foram realizadas utilizando o aplicativo computacional Genes (CRUZ, 2006).

A análise de variância conjunta para produtividade de grãos revelou efeito significativo de genótipo e ambiente a 1% de probabilidade pelo teste F, indicando a existência de variabilidade entre os genótipos e a diferença entre os ambientes estudados. A interação genótipo por ambiente também foi significativa a 1%



probabilidade, evidenciando um comportamento diferencial dos genótipos frente às variações ambientais.

A testemunha IPR Garça e as linhagens LPSIA 09-10, LPSIA 09-11, LPSIA 09-12, LPSIA 09-26, LPSIA 09-33, LPSIA 09-46, LPSIA 09-45, LPSIA 09-44 e LPSIA 09-40 são dotadas de ampla adaptabilidade e comportamento altamente previsível. Assim, suas performances melhoram em resposta a condições ambientais favoráveis, sendo capazes, também, de manter seus rendimentos em condições ambientais adversas.

As linhagens LPSIA 09-07, CRAMBERY e LPSIA 09-38 apresentaram produtividade média superior à testemunha IPR Colibri, porém apresentaram produtividade média inferior as demais testemunhas.

Os parâmetros genéticos de herdabilidade e índice B, coeficiente de variação genética e coeficiente de variação ambiental, indicaram uma situação muito favorável à seleção. As linhagens Sel. Garça, LPSIA 09-07, LPSIA 09-10, LPSIA 09-12, LPSIA 09-37, CRAMBERY, LPSIA 09-38 e LPSIA 09-46 foram promovidas para os ensaios de VCU a serem conduzidas na safra 2011/2012 e futuramente registradas para o cultivo, constituindo mais uma opção de cultivo para produtores de feijão do grupo comercial rajado.

REFERÊNCIAS

CONAB, *Produção Agropecuária*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/politica_agricola/safra/avalia.html>. Acesso em: 16 de junho de 2010.

CRUZ, C. D. *Programa Genes – Aplicativo computacional em genética e estatística*. Viçosa - MG, UFV, 2008.

EBERHART, S. A.; RUSSELL, W. A. Stability parameters for comparing varieties. *Crop Science*, Madison, v.6, n.1, p.36-40, jan/feb, 1966.



CARACTERIZAÇÃO DE RIZÓBIOS ISOLADOS DE FEIJOEIRO CULTIVADOS EM SOLOS DO PARANÁ

Hiury Henrique Claro; Stephano Augusto Xicareli Casanova – Centro Unversitário
Filadélfia – UniFil

Maria Aparecida de Matos – Instituto Agronomico do Paraná – IAPAR

Orientadora – Diva Souza Andrade – Instituto Agronomico do Paraná – IAPAR

RESUMO:

O feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) é altamente dependente do nitrogênio para crescimento e produção de grãos. Como toda leguminosa o feijoeiro pode se beneficiar da simbiose com bactérias diazotróficas, denominadas de rizóbios, que são capazes de fixar o N_2 atmosférico. Embora essa fixação biológica de nitrogênio (FBN) seja uma alternativa econômica e ambientalmente sustentável é preciso buscar rizóbios eficientes na FBN e para isso o primeiro passo é obter isolados caracterizados. Sendo assim, o objetivo nesse trabalho foi caracterizar fenotipicamente trinta e cinco estirpes de rizóbio isoladas de nódulos de raízes de feijoeiro cultivados em solos do Paraná. Em relação ao teste de motilidade celular 71% das estirpes apresentam crescimento com a formação de halo. Verificou-se que 95% das estirpes acidificam o meio de cultura contendo azul de bromotimol como indicador, sendo que apenas 5% não modificam o pH do meio de cultura. Das estirpes avaliadas, observou-se que 40% apresentam capacidade de produzir melanina, isso é pigmentação marrom ou preta e tolerância a NaCl 3% em meio de cultura. A maioria das estirpes de rizobio nodulantes do feijoeiro apresenta motilidade, acidifica o meio de cultura, não é tolerante a salinidade e não produz melanina.

PALAVRAS-CHAVE: Fixação biológica do Nitrogênio, Motilidade, Melanina

O feijão (*Phaseolis vulgaris* L.) no Brasil é uma grande fonte protéica para a dieta da população. Essa leguminosa requer uma grande quantidade de nitrogênio (N) em seu ciclo, sendo este nutriente componente fundamental de aminoácidos e proteínas que se encontram em abundância em seus grãos. Uma alternativa para a obtenção de N por essa cultura é a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), que substitui parcialmente a adubação nitrogenada e diminui impactos ambientais. O feijoeiro demonstra potencial simbiótico em associação com bactérias diazotróficas do gênero *Rhizobium*, que, quando em associação, formam estruturas especializadas na parte radicular, iniciando simbiose entre planta e microrganismo.



Neste contexto, o objetivo do presente trabalho foi caracterizar fenotipicamente rizóbios isolados de feijoeiro cultivados em solos do Paraná.

Foram caracterizadas trinta e cinco estirpes isoladas de solos do Paraná, de diferentes municípios (Tabela 1), sendo quatro de Wenceslau Braz, vinte e uma de Ponta Grossa e dez de Prado Ferreira. Essas estirpes foram autenticadas quanto a capacidade de formar nódulos em feijoeiro em condições assépticas e estão depositadas na Coleção de Microrganismos de Interesse Agrícola do Agronegócio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Londrina, na forma liofilizada e criopreservadas em glicerol a -80 °C. As estirpes foram crescidas inicialmente em placas de petri contendo meio extrato de levedura, manitol e ágar (ELMA) e incubadas aproximadamente por cinco dias a 28°C, conforme a metodologia descrita em HUNGRIA, M. e ARAUJO, R. S (1994).

TABELA 1. Origem e identificação das estirpes de rizóbio da Coleção de Microrganismos de Interesse Agrícola do Agronegócio do Instituto Agrônomo do Paraná.

Origem	Identificação das estirpes de Rizóbio IPR-PV
Wenceslau Braz	493; 508; 519; 529
Ponta Grossa	634; 636; 638; 647; 658; 707; 711; 728; 729; 819; 823; 827; 828; 836; 838; 865; 866; 868; 885; 887; 926
Prado Ferreira	850; 883; 927; 955; 956; 957; 959; 961; 963; 987

Para determinar a motilidade, cada estirpe foi crescida em meio ELMA, lavada por centrifugação por 1 minuto a 12000 rpm em 1,5 mL de solução salina 0,85%, descartadas e ressuspensas em 1 mL de solução salina. Com auxílio de palitos de madeira estéreis, as estirpes foram inoculadas para placas contendo meio ELMA com 0,25% de ágar, incubadas por cinco dias a 28°C. A avaliação da motilidade foi realizada



pela medição do diâmetro da zona de migração a partir do ponto de inoculação. As bactérias que crescem por todo o meio, ou seja, pela placa deslocando-se do ponto de inoculação, é um indicativo de presença de flagelos.

Na avaliação de alteração do pH do meio de cultura, preparou-se o meio ELMA e acrescentou o corante azul de bromotimol. Após a repicagem e incubação por sete dias a 28°C, verificou-se a alteração do pH através da coloração adquirida no meio. Com a adição de azul de bromotimol no meio de cultura em pH 6,8 ocorre o desenvolvimento de coloração, assim se as bactérias acidificarem o meio, este adquirirá a cor amarela, mas se as bactérias alcalinizarem o meio, a coloração ficará azulada, metodologia descrita em (HUNGRIA e ARAUJO, 1994).

A produção de melanina foi avaliada conforme metodologia adaptada por Andrade et al. (2007) para isolados de rizóbios. Preparou-se meio de cultura sólido com tryptona, extrato de levedura, cloreto de cálcio, L-tyrosine e sulfato de cobre, foram transferidas as estirpes de rizóbio que cresceram por cinco dias. Após este período adicionou-se solução de SDS 10% sobre as colônias, após seis horas foi observado a alteração da coloração das mesmas. As colônias que apresentam pigmentação coloração marrom ou preta produzem melanina.

Quanto a tolerância das estirpes à salinidade do meio, as mesmas foram cultivadas em meio ELMA contendo uma concentração de 3% de NaCl. Após cinco dias de incubação em estufa a 28°C, os isolados que cresceram na concentração de 3% NaCl foram considerados tolerantes. Em relação ao teste de motilidade celular 71% apresentam crescimento com a formação de halo. Verificou-se que 95% das estirpes acidificam o meio de cultura ELMA contendo azul de bromotimol como indicador, sendo que apenas 5% não modificam o pH do meio. Quanto à capacidade de produzir melanina, 40% das estirpes apresentam pigmentação marrom ou preta. Observou-se que 40% das estirpes apresentaram tolerância a NaCl 3%. A maioria das estirpes apresenta motilidade, acidifica o meio de cultura como os rizóbios de crescimento rápido, não são tolerantes a salinidade e não produz melanina.

REFERÊNCIAS



ANDRADE, S. D.; ATAÍDE, T. L.; SOUZA, P.R.J.; GOES, G.P.C.K.; MORITZ, P. Caracterização morfológica, fisiológica e infectividade em planta de estirpes de Frankia isolados de nódulos de Casuarina. *Semina: Ciências Agrárias*, Londrina, v. 28, n. 4, p. 597-608, out./dez.2007.

HUNGRIA, M. e ARAUJO, R. S. *Manual de métodos empregados em estudos de microbiologia agrícola*. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1994.



ARQUITETURA ORGÂNICA – SUAS VERTENTES E INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DO USUÁRIO

Alexandre Keiti Suzuki – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Rafael Rodrigues de Moraes – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

RESUMO:

Pretende-se neste trabalho abordar os assuntos referentes à arquitetura orgânica, no qual, Antoni Gaudí, Frank Lloyd Wright, Steiner, e os arquitetos antroposóficos, que abordam este tema onde cada qual com sua interpretação e definição, nos mostram que são intrinsecamente interligados no que diz respeito ao seu princípio fundamental, onde respeitam e procuram basear-se nos elementos vivos e naturais que a natureza nos proporciona, e com isso, a partir da sua arquitetura refletir no comportamento, sentimentos e qualidade de vida do usuário.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura orgânica, qualidade de vida, comportamento

A arquitetura orgânica, embora muito atribuído a Frank Lloyd Wright (1869 -1959), o movimento realmente se estabeleceu nos Pré-Rafaelistas, com Arts and Crafts (habilidade e arte) e o Art Nouveau na Europa.

Conforme Jan Cejka (1996), as raízes da arquitetura orgânica se devem graças a Antoni Gaudí (1852-1926), influenciado pelo Art-Nouveau, representa e abrange quase tudo o que a natureza oferece com muita perfeição.

Outra grande influência para a arquitetura orgânica se estabelecer veio com Rudolf Steiner (1861-1925), fundador da antroposofia. Seus escritos e fundamentos baseiam-se na filosofia de Goethe, que acreditava que, primeiramente, era através dos nossos movimentos corporais que acabamos conhecendo a arquitetura. Conceber uma construção pode ser uma experiência agradável, similar ao ato de dançar. Um dogma fundamental da arquitetura orgânica antroposófica é que a forma tem um profundo efeito no comportamento e sentimento. Steiner propôs o que existia nas catedrais góticas, que causaram o caráter místico da Idade Média, e não o contrário. (a arquitetura influencia no comportamento, e não ao contrário — nota própria).

Hoje, os arquitetos antroposóficos sustentam as construções orgânicas com a ajuda do que seus habitantes sentem, não só um sentido de bem-estar, mas uma nova criatividade e



individualidade vindo de dentro de suas casas e trabalho. Acreditam que as construções retangulares, ou outras construídas como cubo, fazem pessoas pensarem e agirem predominantemente racionais, inconscientemente lógicos, caminho materialístico (e provavelmente masculino) — fazer o que o arquiteto holandês Jon Alberts chama de “*mundo cubo*”. Alberts, que ganhou a licença de desenhar o centro de operações do Banco da *International Netherlands Groups* (ING), em Amsterdã, é inspirado em diferentes possibilidades de arquitetura, utilizando-se de uma diversidade de ângulos. Ele mantinha as paredes construídas com amor, e continham certa aura inexistente nas paredes construídas por máquinas, que são frias e racionais, sem lucro algum. Uma edificação que é construída com o coração será sempre invocadora de amor nas pessoas que entrarem em contato com ela. De fato, o edifício do Banco ING é um extraordinário teste para essa filosofia. Não é só o desenho ecológico que faz disto um local com extrema eficiência de energias, mas também o lindo lugar. Esta é a contribuição real para a nova arquitetura, porém, é a facilidade de fazer seus ocupantes e mais de 120.000 visitantes por ano se sentirem rejuvenescidos, positivos, e descansados espiritualmente — constituindo um verdadeiro ambiente saudável.

Com Wright, o desenho orgânico deixou de ser apenas parte da decoração ou estilo e tornou-se inspiração fundamental. Ele queria que suas construções fossem íntimas com o natural e, literalmente, amar a base encontrada. Porque a natureza não é simétrica. Wright sentiu que o mesmo poderia ser verdadeiro com a construção se isso fosse refletir o orgânico e o móvel. Eles preferiam a dinâmica balanceada das formas e espaços, e depuraram a criação de um senso de encanto e pureza. Por isso, nas construções de Wright, pode-se andar de um local fechado e restrito para outro, claro, aberto e vivo, como se tivesse imaginado de dentro de uma floresta escura, uma campina radiante.

Uma das vertentes descrita pelo arquiteto e presidente da Sociedade Antroposófica Brasileira Michael Mish (2002), diz que nos anos de 1920 na Europa e EUA havia a busca por novas expressões para as produções arquitetônicas, surgindo assim, o conceito da arquitetura orgânica que está relacionado ao termo organicismo, constituindo tudo que a vida tem, desde os mais primitivos, até a forma de vida mais complexa, que cresce e se mexe por conta própria, deduzindo que a arquitetura orgânica baseia-se no movimento e sua relação com a vida.



Em síntese Mish (2002) cita que o arquiteto que se identifica com a arquitetura orgânica busca na sua forma de expressão o tempo e o espaço, resultando no movimento e dinamismo da composição dos espaços, sendo que, com isso, para o usuário, a arquitetura propicia o seu bem estar no quesito a vida, apoiando e incentivando os processos vitais.

Segundo Bruno Zevi (1992), a arquitetura e o espaço orgânico são ricos em movimento, indicações, direções e ilusões de perspectivas em vivas e geniais invenções que querem revelar a própria ação da vida e considerar que não se trata apenas de um gosto ou visão e sim criar espaços belos e representativos da vida orgânica dos seres que vivem neste espaço, sendo assim uma parede ondulada não é apenas visionada como arte e sim para acompanhar um movimento, um percurso do homem, e glorificando o caráter orgânico do crescimento, da variedade e por vezes do descritivo.

REFERÊNCIAS

CEJKA, J. *Tendencias de la Arquitectura Contemporânea*. 1. ed., México: Gustavo Gili, 1996.

LANZ, R. *Noções básicas de antroposofia*. 4. ed., São Paulo: Antroposófica, 1997.

MEM. *Arquitetura Antroposófica*. MEM *Arquitetura*, 2002. Disponível em: <www.mem-arquitetura.com.br/artigos/arqantro.html>. Acesso em: 9 de março de 2011.

MEM. *Arquitetura Orgânica*. MEM *Arquitetura*, 2002. Disponível em: <www.mem-arquitetura.com.br/artigos/arqorganica.html>. Acesso em: 8 de março de 2011.

PEARSON, D. Earth to spirit, In: *Search of Natural Architecture*. San Francisco: Chronicle Books, 1995.

ZEVI, B. *A linguagem da arquitetura moderna*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

ZEVI, B. *Saber ver arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.



RELATÓRIO AVALIATIVO DO PROJETO: GREEN LIGHT FOR MIDTOWN EM MANHATTAN NA CIDADE DE NOVA IORQUE – EUA

Aline Lumi Fukuda – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Carlos Augusto da Silva – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O Departamento de Transporte da cidade de Nova Iorque se encarregou do projeto *Green Light for Midtown*, para melhorar a mobilidade e a segurança da área, e basicamente transformá-la em um lugar melhor para se viver, trabalhar e visitar. O DOT (*Department of Transportation*) aplicou uma série de mudanças pontuais no tráfego ao longo do corredor da Avenida *Broadway* para alcançar os objetivos propostos no projeto. Um relatório avaliativo do projeto feito pelo DOT usou uma abrangente quantidade de informações para medir e calcular o desempenho das mudanças aplicadas para alcançar os objetivos do projeto. As análises dos dados do DOT mostram que o projeto melhorou a mobilidade, aumentando a velocidade média de veículos automotores e a segurança na área do projeto, com a redução de acidentes envolvendo pedestres e motoristas. Além disso, o projeto também aumentou a satisfação dos trabalhadores, residentes e dos visitantes quanto as mudanças feitas na *Times Square* e *Herald Square*, praças urbanas, aumentando a área para pedestres e proporcionando mesas e cadeiras para estes.

PALAVRAS-CHAVE: DOT (Department of Transportation), *Broadway*, Mobilidade, Segurança.

O Green Light for Midtown, o projeto piloto implantado pelo Departamento de Transporte da cidade de Nova Iorque em 2009, localizou um problema e uma oportunidade que estavam escondida à clara visão, das interrupções da *Broadway* e da dramática trajetória através da grade central da cidade. Tem como objetivos, melhorar a mobilidade e a segurança e, proporcionar benefícios adicionais no centro do distrito de *Manhattan*. Para tanto, o projeto abrangeu a *Broadway* da *Columbus circle* à Rua 42 e Rua 35 à Rua 26.

A *Broadway* percorre a extensão de *Manhattan* da *Battery* até *Inwood*. Conforme corta o centro de *Manhattan*, a avenida cria cruzamentos complexos com pernas, com uma intensa atividade das avenidas no sentido norte-sul. Essa complexidade estava causando congestionamento e contribuía para um maior índice de acidentes nesses locais, comparado a outros cruzamentos das avenidas de *Manhattan*. Desta forma, o projeto foi planejado para localizar os problemas de mobilidade e segurança no centro do distrito e ao mesmo tempo,



adicionar benefícios criando um destino de classe mundial com a mesma reputação da *Broadway*. Assim, foram retiradas as pernas dos cruzamentos da *Broadway*.

Removendo a *Broadway* do sistema, possibilitou um aumento de 8% e 66% no sinal verde para a 6ª e a 7ª avenidas respectivamente na *Times e Herald Squares*. Enquanto o elemento central do *Green Light for Midtown* estava removendo a *Broadway* do sistema de tráfego na *Times Square e Herald Square*, dúzias de mudanças coordenadas no tráfego foram implantadas para alcançar os objetivos do plano. Tais mudanças variam desde a alteração da geometria das vias ao ajuste do tempo dos sinais de tráfego, e até o encurtamento das travessias de pedestres e mudança na regulamentação de estacionamentos.

O projeto piloto foi anunciado no dia 27 de fevereiro de 2009. As implantações começaram no final de maio e a construção terminou no final de agosto. Para alcançar os objetivos do *Green Light for Midtown*, dados foram coletados e agregados antes do projeto a ser implantado para criar uma linha de base e depois, novamente após a realização do projeto, medir as mudanças e proporcionar uma base significativa para a avaliação do desempenho das mudanças aplicadas no projeto.

Para melhorar o fluxo de pessoas, especialmente através e ao redor da *Times Square e Herald Square* foram avaliados os efeitos do projeto nos motoristas, passageiros de taxi, pedestres e motoristas de ônibus usando um extenso conjunto de dados, abrangendo indicadores de mobilidade como velocidade média dos veículos, velocidade dos ônibus volume de tráfego e volume de pedestres. Os dados foram coletados por meio da implantação de GPS nos taxis e levantamento de campo.

Com as mudanças atribuídas à *Broadway*, o número de pedestres na *Times Square e Herald Square*, que mesmo antes da reforma já era dez vezes maior que o número de veículos motorizados no local, aumentou de forma considerável devido à criação de espaços seguros e atraentes para se caminhar, acomodando as duas praças na *Times Square e Herald Square* e expandindo o espaço das calçadas, segundo dados coletados manualmente.

O projeto, que aumentou significativamente o número de calçadas e outros espaços para caminhar nas áreas centrais super congestionadas de *Manhattan*, atendendo as necessidades do local, também proporcionou novos espaços com projetos paisagísticos e incluiu mobiliários para as pessoas se sentarem, entre outros equipamentos. Estes novos espaços atraíram ainda mais pedestres para as áreas da *Times e Herald*.



Para melhorar a segurança, foram eliminados os longos cruzamentos e inábeis movimentos de tráfego de automóveis criados pela *Broadway*. E para engrandecer a cidade de Nova Iorque, proporcionaram-se melhorias na mobilidade, um ambiente confortável para caminhar, e espaços convidativos e agradáveis para trabalhadores, residentes, compradores e visitantes para descansar e se reunirem.

Melhorar a segurança para todos que usam as ruas da cidade de Nova Iorque foi a principal missão do DOT, devido à diagonal da *Broadway* e o número de pedestres na *Times Square* contribuir para uma porcentagem de números de acidentes de 137% maior do que em outras avenidas do distrito.

As mudanças quanto à segurança na área se deram pela simplificação dos cruzamentos, encurtamento das travessias de pedestres, organização e definição das linhas de tráfego e separação dos movimentos conflitantes. Estas mudanças obtiveram uma ótima resposta, aumentando a concordância com os sinais de pedestres e reduzindo o número de pedestres andando nas vias de automóveis.

Além da mobilidade e segurança, o projeto proporcionou outras melhorias para a área. Uma grande quantidade de áreas pesquisadas, pelo mundo todo, indicaram que melhorias nos espaços com mesas e bancos nas ruas e espaços públicos urbanos podem aumentar a performance dos negócios varejistas e outros setores. Deste modo, as mudanças do projeto, tornaram a área de estudo em espaços mais atraentes e confortáveis para pedestres, compradores e fregueses de restaurantes e locais de entretenimento contribuindo também para a economia do local, aumentando o número de pedestres nas ruas, o que é muito bom para o comércio varejista, além de chamar as pessoas para passarem mais tempo no local, para comer, ler, tirar fotos, etc. Além disso, a reforma também transformou a *Broadway* num atrativo ainda maior para a cidade.

REFERÊNCIAS

NYC DOT - NEW YORK CITY DEPARTMENT OF TRANSPORTATION. *Green Light for Midtown Evaluation Report*. Nova Iorque, p. 45, jan. 2010.



ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS ESPORTIVOS

Ana Beatriz Storti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Lucas Raffo – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Neste artigo pretende-se abordar a acessibilidade em lugares públicos destinados à prática esportiva, a dificuldade em encontrar locais deste porte adequados às pessoas com necessidades especiais e os cuidados que devem ser tomados em relação à criação dos ambientes, sendo necessária a observação do dimensionamento do corpo humano, considerando todas as limitações existentes tratando do corpo e/ou de equipamentos que auxiliam na mobilidade de um indivíduo, para ser possível delimitar os espaços de uso coletivo. Foram analisadas algumas dimensões mínimas exigidas para proporcionar melhor conforto aos usuários, tais como circulação, escadas, rampas, sanitários e ambientes específicos esportivos, além de mencionar facilidades para desenvolver projetos de edifícios totalmente adequados a deficientes físicos, visuais e/ou intelectuais. Foram descritas as diferenças entre um edifício adequado e outro adaptado, observando as diversas características existentes nos espaços físicos que atendem pessoas portadoras de deficiências.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; espaços esportivos, portadores de necessidades especiais; dimensionamento de espaços.

Nos projetos criados, a acessibilidade deve ser analisada da melhor maneira possível para garantir a todos os seus usuários conforto e facilidade nas atividades desenvolvidas em determinado espaço. Atualmente, várias são as limitações impostas pela falta de estrutura física dos centros urbanos, que não são adaptados para as condições básicas necessárias de mobilidade, muitas vezes impedindo ou dificultando a realização de atividades cotidianas por parte daqueles que precisam. Nos ambientes esportivos, tais delimitações também são existentes, sendo pouco comuns espaços totalmente adequados. Segundo o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC, 2011), em eventos esportivos de grande porte, tal como a Olimpíada, somente no ano de 2000, houve a preocupação de implantar a melhor infraestrutura possível, sendo os edifícios olímpicos adaptados e acessíveis para qualquer atleta independente de sua condição física.

Conforme o site do CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2011), para criar um espaço adequado a atletas com deficiências, alguns cuidados devem ser tomados, são eles: fácil acesso a instalação esportiva; facilidade de locomoção dentro do ambiente esportivo; espaços de circulação amplos; espaços bem sinalizados com referências táteis e com cores



contrastantes; elementos estruturais devem estar localizados longe de circulações/acessos e espaços bem delimitados; além de estar conforme as normas de acessibilidade da ABNT para melhor atender seus usuários.

De acordo com PANERO, ZELNICK (2005) o dimensionamento dos ambientes internos destinados aos deficientes físicos, visuais e intelectuais, deve ser concebido de acordo com a antropometria dos mesmos, tendo em vista as variáveis envolvidas, como o tipo de deficiência, membros afetados, extensão da paralisia, nível da deficiência visual, equipamentos de auxílio (cadeira de rodas, muletas, bengala, andador, entre outros acessórios) e etc.

De acordo com a norma da ABNT 9050/ 2004 – acessibilidade - os pontos mais importantes em um projeto que devem ser analisados são a sinalização, geralmente feita através de métodos visuais e táteis; o piso, devendo ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante; os acessos devem ser acessíveis, bem como as circulações e no estacionamento devem ser previstas vagas exclusivas para pessoas com deficiência.

Espaços públicos e de circulação estão sujeitos a grande intensidade de fluxo e uso, os espaços de circulação horizontal (corredores) devem possuir no mínimo 0,90 metros (largura para um indivíduo em cadeira de rodas sem prever manobra) e/ou 1,50 metros (prevendo área para manobra). Para a circulação vertical são pensados em escadas, escadas e esteiras rolantes, rampas e elevadores. A largura mínima recomendável para escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50 metros, sendo o mínimo admissível 1,20 metros. Rampas devem ter inclinação máxima de 8,33%.

Em sanitários e vestiários deve-se levar em consideração a instalação da bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance.

Em relação a locais destinados a atividades físicas, a prática da mesma implica em espaços capazes de suportar equipamentos de diferenciados tamanhos, receber grande quantidade de pessoas e devem atender às questões das dimensões humanas. Para arquibancadas, são necessários espaços para pessoas em cadeira de rodas e de mobilidade reduzida, além de ter uma rota acessível interligando os espaços de sanitários, vestiários e campos esportivos. As piscinas não podem possuir piso de superfície escorregadia ou excessivamente abrasiva, o acesso a água deve ser feito através de rampas e/ou escadas



submersas e equipamentos de transferência. A escada ou rampa submersa deve possuir corrimãos em três alturas, de ambos os lados.

Através das análises de correlatos foi possível ver a diferença entre um centro esportivo totalmente concebido dentro das normas exigidas de acessibilidade e um espaço que foi adaptado para atender seus usuários. No centro aquático da PUC-PR, foram feitas no interior do edifício diversas mudanças para atender melhor os atletas, proporcionando ambientes capazes de atender pessoas com necessidades especiais, porém, percebe-se a carência de um espaço completamente adequado para a prática da atividade física. Em obras mais recentes, os complexos esportivos são projetados para atender qualquer necessidade, sendo este fator pensado desde as etapas iniciais do desenvolvimento do trabalho, culminando em edifícios capazes de receber e proporcionar conforto a qualquer pessoa, independente de suas condições físicas, visuais e/ou intelectuais.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. *Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos*. NBR 9050 Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO (CPB). Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2011.

COMITÊ PARAOLÍMPICO INTERNACIONAL (IPC). Disponível em: <<http://www.paralympic.org/>>. Acesso em: 20 de março de 2011.

NEUFERT, Ernst. *Arte de Projetar em Arquitetura: Princípios, normas, regulamentos sobre projeto, construção, forma, necessidades e relações espaciais, dimensões de edifícios, ambientes, mobiliário e objetos*. 17. ed., Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

PANEROS, Julius; ZELNICK, Martin. *Dimensionamento Humano para Espaços Interiores: Um livro de consulta e referência para projetos*. Barcelona, ESP: Gustavo Gili, 2002.

LIDA, Itiro. *Ergonomia, Projeto e Produção*. São Paulo, Edgar Blücher, 2000.



SUSTENTABILIDADE HOSPITALAR

Ana Carolina Godoy Paiva – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Roberto Mititaka Ikeda – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A sustentabilidade se tornou exigência nos hospitais nos dias atuais, que procuram criar espaços que transmitam conforto aos pacientes. O hospital não deve mais ser visto apenas como um local de cura de doenças e sim um espaço de acolhimento e aconchego. E o uso correto da iluminação e ventilação natural potencializam o projeto, além de viabilizar menos custo. O teto-jardim oferece benefícios térmicos, acústicos e proporciona renovação do ar. Devido ao avanço da tecnologia hoje é possível a reutilização da água de chuva, o que permite um melhor aproveitamento da água como lavagem de calçadas. A conversão de energia solar em elétrica também é um grande potencial utilizado em edificações voltadas à saúde. A utilização de sustentabilidade é um marcante dos projetos de João Filgueiras Lima conhecido como Lelé, sendo visível sua intensa preocupação com a humanização dos espaços e o conforto dos ambientes.

PALAVRAS-CHAVE: Aproveitamento da Água da Chuva, Ventilação Natural, Iluminação Natural.

O hospital é uma edificação complexa, com inúmeras atividades dependentes e independentes. Sendo assim o arquiteto projetista deve promover ambientes que propiciem conforto aos pacientes, em prioridades e a todos os usuários do local, para que assim também possam fornecer um melhor trabalho. É importante que o arquiteto que vai projetar tenha conhecimento do local onde será inserida a edificação, sabendo o comportamento climático, a geometria solar e das condições de conforto, para que assim sejam criados espaços condizentes ao conforto. Além disso, é preciso ter conhecimento dos materiais utilizados, da forma, da orientação solar e da relação com o entorno que a edificação terá, executando assim um bom projeto.

O uso correto da ventilação natural é visto como uma potencialidade de projeto. Os ventos possuem características como: direção dominante, velocidade e frequência, é importante que o projetista tenha conhecimento deste, para nortear seu trabalho. Corbella (apud MASCARELLO, 2005), a movimentação do ar, através da ventilação cruzada em um ambiente, ajuda na remoção do calor dos usuários por convecção, aumentando o nível de



evaporação da transpiração. Nos períodos em que o vento é praticamente nulo, é possível criar movimentos de ar através das diferenças de temperaturas de distintas zonas dentro de um ambiente, propondo aberturas superiores para a saída do ar quente e possibilitando a entrada de ar numa zona mais baixa, pode-se criar uma corrente de ar na altura das pessoas.

A iluminação natural é outro aspecto importante que deve ser levado em consideração na questão conforto. É importante usufruir ao máximo da iluminação natural, porém deve ser levado em conta, que a mesma é uma radiação e se transforma em calor ao ser absorvida pelas superfícies. Peccin (apud MASCARELLO, 2005), a luz do sol propicia altas iluminâncias e fortes contrastes, enquanto que a luz da abóbada celeste favorece contrastes moderados. Ainda segundo MASCARELLO (2005), a reflexão das cores claras dos materiais de acabamento das superfícies de um ambiente corrobora para o aumento das iluminâncias e luminâncias internas e reduz os contrastes. Porém é preciso ter cuidado quanto ao ofuscamento, que é decorrente do contraste intenso entre as luminâncias interiores e altos índices de luminâncias de área visível da abóbada celeste. Devendo assim local as aberturas e seus tamanhos em lugares que se tenham um ganho máximo de iluminação e o mínimo de ofuscamento.

Quando se fala de conforto hospitalar não se pode deixar de citar o arquiteto João Filgueiras Lima, conhecido como “Lelé”, que sempre demonstrou preocupação com a humanização dos espaços e também ao conforto ambiente, explorando as condições naturais dos locais onde são inseridas suas edificações. Suas ideias podem ser vistas na Rede Sarah de Hospitais, Lelé insere em seus projetos hospitalares espaços verdes de fácil acesso de doentes, tendo em vista como uma complementação terapêutica. Estes espaços sempre próximos às áreas de tratamento e internação. Em seus projetos hospitalares o sistema de ventilação natural é realizado por meio de túneis subterrâneos com tubulações no sentido dos ventos predominantes. Através desses túneis, o ar perde temperatura para a terra. Quando os ventos se tornam insuficientes, grandes ventiladores são acionados nas entradas dos dutos. A entrada do ar para ventilação interna acontece por meio de grades no chão ou por dutos em diversas alturas (MASCARELLO, 2005).

O teto-jardim ou telhado jardim oferecem uma estratégia inteligente e de alto impacto na arquitetura. Este oferece diversos benefícios: térmico – diminui a temperatura interna do ambiente, pois a vegetação intercepta a luz natural e reduz o calor irradiado por



meio de evapotranspiração das plantas, sendo assim a edificação fica protegida no verão, e no inverno a temperatura interna é mantida, funcionando como isolante térmico; acústico – o solo tende a bloquear as frequências de som mais baixas e as plantas, as frequências mais altas, absorvendo, refletindo e desviando ondas sonoras; ecológico – a cobertura vegetal contribui para renovação do ar, diminuindo o nível de gás carbônico e aumentando o nível de oxigênio; econômica – como a temperatura se mantém razoável no interior da edificação em decorrência do teto jardim, há uma economia de energia no que diz respeito a sistemas de refrigeração, e há também uma economia com revestimentos e estruturas de cobertura por não sofrer tanto os efeitos de dilatação térmica, a vida útil da estrutura se torna mais longa (UFSC, 2006).

A adoção de sistemas de aproveitamento de água pluviais e reusos de águas cinza vêm se disseminando cada vez mais, isso graças à tecnologia avançada. Porém essa implantação é complexa e é necessário o acompanhamento de um engenheiro especializado. O custo para implantação desses sistemas não é baixo, e varia conforme a finalidade das obras, dependendo do grau de potabilidade da água, quanto maior a qualidade da mesma, maior o investimento.

Muitas das fontes de energia são formas indiretas de energia solar. A radiação solar pode ser utilizada diretamente como fonte de energia térmica, para aquecimento de fluidos e ambientes e para geração de potência mecânica ou elétrica. Pode ainda ser convertida diretamente em energia elétrica, por meio de efeitos sobre determinados materiais, entre os quais se destacam o termoelétrico e o fotovoltaico. A conversão direta da energia solar em energia elétrica ocorre pelos efeitos da radiação (calor e luz) sobre determinados materiais, particularmente os semicondutores. Entre esses, destacam-se os efeitos termoelétrico e fotovoltaico. (ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, 2011).

Além do sistema de coletores solares e concentradores, a radiação solar pode ser diretamente convertida em energia elétrica, por meio de efeitos da radiação (calor e luz) sobre determinados materiais, como os semicondutores, e entre esses se destacam os efeitos termoelétrico e fotovoltaico.

REFERÊNCIAS



MASCARELLO, Vera Lucia Dutra. *Princípios bioclimáticos e princípios de arquitetura moderna – evidência no edifício hospitalar*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/labcon/mestrado/vera_lucia.pdf>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2011.

ANEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. *Energia Solar*. [S/D]. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/03-Energia_Solar%283%29.pdf>. Acessado em: 27 de março de 2011.

TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2006-1/teto_jardim/tecnica.htm>. Acessado em: 26 de março de 2011.



BUSCA DE INFORMAÇÃO: TIPOLOGIAS E DIRETRIZES DE PROJETO DOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS

Ana Carolina Perandréa Carvalho – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Especialista Carolina Buzzo Bechelli – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

RESUMO:

O trabalho apresentado traz o conceito e a finalidade dos terminais rodoviários de passageiros. Está disposto de dados essenciais para o desenvolvimento do anteprojeto de um terminal rodoviário de passageiros, apresentando características gerais, o programa mínimo que deve compor a estrutura do edifício, e requisitos que devem compor o edifício para um melhor funcionamento do sistema de transporte local. Mostra aspectos pertinentes a localização adequada para o edifício dentro do município e a aplicação da obra no terreno com suas devidas análises e precauções. É necessário para que o projeto adquira as dimensões mínimas necessárias, de acordo com o município, uma análise da demanda do município de acordo com o número de partidas diárias no local. A partir daí, deve-se analisar os ambientes por zonas: setor de serviço público, setor de operações, setor de comércio, setor administrativo, setor de circulação, programação visual e comunicação, vias de acesso do entorno, áreas higiênicas e sistemas estruturais. Por último, são estipulados os fluxos adequados de acordo com os setores apresentados para o edifício, com diretrizes apropriadas para a direção dos embarques e dos serviços apresentados, com circulações livres e de fácil visualização dos ambientes. Nota-se a importância destinada aos projetos complementares junto ao projeto arquitetônico, como projetos estruturais, conforto ambiental, hidráulico e elétrico.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxos, Localização e Diretrizes.

O conceito de terminais rodoviários está ligado a estruturas onde circulam ônibus em linhas interurbanas, com a finalidade de embarque e desembarque de passageiros. O sistema de transportes está ligado à movimentação de cargas e pessoas, formado pelo transportador, pela via a ser percorrida, e pelas instalações do terminal rodoviário (LAROUSSE, 1998).

A finalidade de um terminal rodoviário é estabilizar as operações das linhas dos ônibus em um lugar específico, garantindo principalmente uma maior racionalização entre as linhas de transporte que atuam no local e a integração do sistema rodoviário urbano para que possa ser servida pelo terminal rodoviário (MEISTER, 1980).



Em relação ao programa de necessidades de um terminal rodoviário, os ambientes mínimos necessários são: um saguão principal, contendo áreas de circulação comum, sala de espera e plataformas de embarque e desembarque (SOARES, 2006).

Os principais requisitos para o melhor funcionamento dos terminais são: maior facilidade de embarque e desembarque de passageiros, adequação na transferência de um transporte para o outro, eficiência na manutenção, acesso a estacionamento ou pátios centrais para o embarque de veículos, organização para que o fluxo de veículos e passageiros, proporcionar conforto e segurança, e por último, contribuir para não aumentar o tempo de viagem dos usuários (GOUVÊA 1980, apud Soares, 2006).

As áreas destinadas à circulação comum na estrutura são estipuladas desde o perímetro da edificação, as portas de acesso, a circulação interna dos usuários, até o local de embarque/desembarque de passageiros. A estrutura interna do saguão, além dos ambientes de espera, exige a instalação de acomodações dos pontos de venda de passagens das empresas de transporte (SOARES, 2006).

Existem alguns critérios para localização do terminal dentro de um município. O terreno escolhido deve servir de referência ao usuário, a fim de aumentar a mobilidade, estabelecer maior eficiência e a integração dos sistemas de transporte, atrair usuários para o transporte, possibilitar maior acessibilidade ao transporte e desenvolver o fluxo dos transportes em certas áreas de maneira econômica e política (GOUVÊA 1980, apud Soares, 2006).

Deve-se desenvolver análises em função dos impactos ambientais e de vizinhança e prever a ampliação do edifício, através da análise das características dos atuais terminais rodoviários, da estrutura das rotas, garantindo um fluxo considerável, com atrativos comerciais em seu entorno, sem esquecer do conforto e bem estar da população (MEISTER, 1980).

Para determinação das dimensões mínimas necessárias para o terminal rodoviário é feita uma classificação de acordo com a demanda do município, a partir do número de plataformas e número de partidas diárias no determinado local. Após essa classificação deve-se fazer uma análise para elaboração de seu projeto arquitetônico a partir das áreas de uso e serviço público, operação, comércio, administração, circulação, programação visual e



comunicação, vias de acesso do entorno, segurança, áreas higiênicas, insolação, iluminação e sistemas de instalação (MITERP, 1989).

As áreas de uso público são aquelas destinadas à recepção aos usuários, que são aqueles períodos entre o embarque e desembarque dos passageiros. Devem possuir coberturas para veículos particulares e taxis, deve apresentar áreas de espera, com números adequados de assentos de acordo com sua classificação. O estacionamento deve estar próximo ao edifício principal, com a demanda de vagas necessárias calculadas pela sua classificação. Os sanitários masculinos e femininos devem estar próximos, em local de fácil acesso pelo local de espera (MITERP, 1986).

As áreas de operação em um terminal são aquelas com funções administrativas das transportadoras, venda de passagens, salão de espera, entrada e saída dos ônibus e plataformas de embarque e desembarque. Os pontos de venda de passagens devem ficar próximos a entrada para facilitar o processo para o passageiro, seguindo com a área de espera e plataformas de embarque e desembarque, que devem ser cobertas.

As áreas de comércio em um terminal rodoviário são destinadas a venda local, localizadas nas áreas de uso público, de forma que não prejudique o fluxo de usuários. As áreas de administração podem estar relacionadas à função administradora do terminal, ao controle de entrada e saída dos ônibus em suas plataformas. Sua localização deve estar restrita aos funcionários do terminal, garantindo a eles uma infra-estrutura com vestiários, armários, sanitários, copa, entre outros (MITERP, 1986).

A circulação dos veículos está dividida entre os ônibus e os veículos dos usuários. Os ônibus dentro dos terminais devem ter uma circulação que priorize o acesso às plataformas locais. O acesso dos usuários ao terminal deve ser de fácil visualização e concordar com os níveis das vias externas de circulação. A circulação dos pedestres é formada através das plataformas de embarque e desembarque dos passageiros, estipulando dois fluxos de circulação. O primeiro circuito deve estar relacionado ao acesso ao terminal, seguindo para as compras de passagem, ao salão de espera e embarque aos ônibus. O segundo fluxo pertence ao desembarque do ônibus, recolhimento das bagagens, seguindo ao embarque privado ou coletivo urbano. A circulação de pedestres de estar livre, o que faz com que seja melhor o uso de rampas ou escadas rolantes dentro do terminal. Os acessos para as áreas distintas do terreno,



que não forem de uso direto do terminal, devem ter circulação diferenciada (MEISTER, 1980).

O edifício deve estar projetado para proporcionar maior segurança aos usuários, como prevenção de incêndios, fácil manutenção dos equipamentos, precaução contra malevolências e intempéries. O edifício deve estar direcionado no terreno de forma a aproveitar a insolação natural da cidade, diminuindo o uso de iluminação artificial, o que garante maior economia, refrigeração, calefação e vantagens de ordem fisiológicas. As instalações hidráulicas, elétricas, aerações, segurança, sanitárias e comunicação devem pertencer à estrutura para que sua manutenção e conservação sejam eficazes.

REFERÊNCIAS

MEISTER, Rubens. *A problemática da localização, implantação e operação de estações rodoviárias Municipais* (mimeo). Curitiba, 1980.

DNER, DER. *Manual de implantação de Terminais Rodoviários de Passageiro*. Rio de Janeiro. MITERP. 1986.

SOARES, Ubiratan Pereira. *Procedimentos para a Localização de Terminais Rodoviários Interurbanos, Interestaduais e Internacionais de Passageiros*; Dissertação de Mestrado; UFRJ, Rio de Janeiro, 2006; Disponível em: <http://redpgv.coppe.ufrj.br/Procedimento_para_Localizacao_de_Rodoviar.pdf>. Acesso em 26 de dezembro de 2011.



O DESENHO UNIVERSAL

Ana Lúcia Alberto – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Rinaldo Zanatto – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O objetivo deste artigo é abordar a importância do desenho universal na arquitetura. O conceito do desenho universal é: o normal é ser diferente, pois a humanidade é diversificada. O propósito é atender as necessidades de qualquer pessoa sendo ela portadora de deficiência ou não. Com base nesses conceitos, a arquitetura vem se modificando ao longo do tempo. Nos dias atuais pode-se dizer que o projeto pode ser uma barreira para o deficiente físico ou um auxílio para ele utilizar o espaço. O texto está dividido em três partes, no primeiro momento é apresentado o histórico do assunto. Na segunda parte, mostra-se os princípios do desenho universal, e por fim projetos de edificações destinados a acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho Universal, acessibilidade, barreiras arquitetônicas.

O arquiteto Ron Mace, foi o primeiro a utilizar o termo Desenho Universal ou *Universal Design*. De acordo com ele, os projetos baseados no desenho universal, devem atender a qualquer pessoa, e não somente aqueles que são portadores de necessidades especiais, mas também os que têm mobilidades reduzidas, crianças, adultos, altos, baixos, anões, idosos, gestantes, obesos. Na década de 1990, Ron iniciou um grupo de arquitetos que defendiam os ideais do desenho Universal. Este conjunto de profissionais definiu os sete princípios do desenho universal. Este termo não é recente, desde o início dos anos 80, havia um conhecimento dos profissionais que a capacidade funcional das pessoas ampliava quando os obstáculos ambientais eram removidos. Baseando-se nisso nasceu o pensamento de que era preciso respeitar aspectos muito mais amplos e universais que abrangiam as necessidades ambientais para todos os usuários.

Esse conceito surgiu por consequência de reivindicações de segmentos sociais, que são: de pessoas com deficiência e de iniciativa de arquitetos e designers, que queriam uma melhor democratização dos valores e uma visão mais ampla na criação de projetos. Atualmente, por essas razões, os termos *eliminação de barreira arquitetônica e acessibilidade ao meio físico* são interpretados pelos profissionais da área, como sinônimos de



resolução de problemas ambientais destinados exclusivamente para pessoas com deficiência, e descartando o conceito real do termo, onde a essência do desenho universal tem como propósito ser acessível e integrada a todos, sejam essas pessoas deficientes ou não.

No Brasil, de acordo com governo de SP, foi em 1980 que começou a se falar sobre a questão da deficiência, iniciou de uma forma bem pequena e com o objetivo de influenciar os profissionais da área de construção. A partir de 1981, esse ano foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano internacional das pessoas com deficiência. O tema ganhou forças no país, com a eliminação de barreiras arquitetônicas às pessoas portadoras de deficiência.

Com essas mudanças após este ano foram promulgadas algumas leis no Brasil para regulamentar o acesso a todos, garantindo que a população com deficiência ou mobilidade reduzida tivesse as mesmas garantias que os demais cidadãos. Em 1985 foi criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) uma norma relativa a acessibilidade, denominada hoje após duas revisões por NBR 9050/2004. Comparando a vinte anos atrás com os dias de hoje, pode se dizer que houve uma evolução em relação ao assunto, principalmente por parte dos profissionais.

Os sete princípios do desenho universal são:

1º Igualdade: de acordo com este princípio são projetados espaços, objetos e produtos onde possam ser utilizados por pessoas que possuem capacidades diferentes. Por exemplo, portas de elevadores com sensores que se abrem sem exigir força física.

2º Adaptabilidade: O desenho de produtos ou ambientes devem ser preparados de modo a atender usuários com diferente habilidade. Sendo adaptáveis para qualquer uso.

3º Óbvio: A maneira de representação gráfica tem que ser de fácil entendimento a qualquer usuário, independente da sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração.

4º Conhecido: Neste princípio a informação deverá ser de fácil percepção, é necessário transmiti-la de forma a atender as necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira ou com deficiências visuais.

5º Visa minimizar os riscos de acidentes.

6º Sem esforço: os objetos serão projetados para o uso com o mínimo de esforço.



7º Abrangente: que estabeleça dimensões e espaços apropriados para o acesso de qualquer usuário.

Pensar no projeto arquitetônico com ênfase no desenho universal, não é projetar para grupos de pessoas separados, os ambientes têm que ser resolvidos de forma que todos os tipos de seres humanos sejam contemplados. No processo de projeto deste tipo, é importante adotar critérios que serão utilizados como guia até a definição final, de como se dará a relação homem e ambiente. No primeiro momento, deve-se analisar o partido arquitetônico com finalidade de descobrir se este possibilita o acesso e a utilização segura e autônoma, das pessoas especiais. Para que seja viável é necessária que se resolva problemas como circulação, passagens, estacionamento, desníveis, aberturas e fechamento de portas, sanitários. Aspectos referentes a alcance, manipulação de objetos, aproximação, comunicação e sinalização também devem ser considerados nesse processo.

O espaço para ser acessível a todos é necessário reunir as condições onde todas as pessoas o utilizem comodamente, fazendo o mínimo de esforço possível principalmente para aquelas que tenham necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

REFERÊNCIAS

CARLETTO A. N. E CAMBIAGHI S., *Desenho Universal um conceito para todos*, realização Mara Gabrielli. [S/D].

CAMBIAGHI, S., *Desenho Universal métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Senac, 2007.



A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS TERMINAIS URBANOS E A NECESSIDADE SOCIAL DA INTERMODALIDADE

Ana Paula Tavares Seraphim – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Francisco Montes Hernandez – Centro Universitário Filadélfia
– UniFil

RESUMO:

Pretende-se, neste artigo, abordar aspectos teóricos sobre terminal urbano público e as vantagens da intermodalidade no meio, além de apresentar a forma como o mesmo vem sendo trabalhado atualmente. Um terminal diz respeito a um local de chegada e de partida de uma linha de transporte público, ou até mesmo uma forma de transferência de um modo de transporte para o outro modo, que neste caso acontece a intermodalidade, onde ocorre a junção de duas ou mais modalidades de transporte em um só lugar, possibilitando assim aos seus usuários maiores escolhas. Os terminais têm como programa, o mínimo de instalações para os seus usuários e funcionários, como cobertura, sanitários, bebedouros, lixeiras, iluminação, telefone público e posto de venda de passagens, porém cada vez mais os terminais buscam proporcionar interações para os seus usuários, oferecendo lanchonetes, comércio e em alguns casos até exposições, passando assim de auxiliares ao serviço público, para um ponto de integração de serviços. Tal funcionalidade será demonstrada por meio de análises de correlatos de terminais urbanos nacionais e internacionais conhecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Terminais Urbanos, Integração, Atualidade.

Os pontos de paradas, conhecidos como terminais são lugares de embarque e desembarque localizados nos passeios públicos, utilizados por ônibus e bondes, os quais possuem sistema de bilhetagem no veículo. Já as estações ou terminais são edificações utilizadas pelos modos de transportes que requerem a bilhetagem externa ao veículo, de maneira a agilizar o itinerário do transporte, como o trem, metro, entre outros. As estações também são utilizadas no caso de haver a necessidade de integração entre linhas ou modos de transportes, sendo mais adequadas quando o movimento de passageiros é grande, pois oferece apoio (sanitários) e conforto (bancos, proteção) ao usuário.

Os terminais são componentes importantes no sistema de transporte público, uma vez que represente os pontos de contato com as áreas vizinhas e com outros modos de transporte, sejam eles privados, públicos ou semipúblicos, o mesmo diz respeito ao lugar de chegada e



partida de uma linha de transporte, ou até mesmo uma forma de transferência de um modo de transporte para o outro modo, que neste caso é a intermodalidade.

O termo intermodalidade corresponde a um sistema em que dois ou mais modos de transporte intervêm no deslocamento de pessoas de uma forma integrada. Tal sistema tem como objetivo promover a hierarquização dos meios de transporte, coordenando-os por estrada, ferroviária, mar e, recentemente, aéreo, facilitando a sua intermodalidade.

O transporte pode ser considerado como um sistema constituído pelas infra-estruturas, pelos veículos e pela respectiva exploração. Existem vários modos de transporte como seja o marítimo, o rodoviário, o ferroviário e o aéreo. Todos possuem uma rede que, no caso da rodovia, é constituída pelas auto-estradas e estradas convencionais, enquanto a ferrovia é servida pela rede convencional, suburbanos e Alta velocidade. Cada uma destas redes é organizada por nós que são considerados como pontos onde é possível mudar de rede, que, na ferrovia, são as estações, no marítimo são os portos e no aéreo são os aeroportos.

Mesmo que o surgimento dos vários modos de transporte tenha se dado de forma independente, é muito importante, para um bom funcionamento de seus sistemas, que eles estejam interligados. A intermodalidade permite que passageiros e cargas utilizem, ao longo de toda a viagem, o modo de transporte mais eficiente possível.

Deste modo, os terminais de transportes devem estar interconectados em todos os nós, a fim de melhor promover aos usuários opções de acessibilidade para o seu destino final.

Os terminais podem ser considerados como um mecanismo, no qual os modos de transportes chegam, são processados e partem, devendo preencher três objetivos básicos:

1. Fornecer às pessoas a maneira mais fácil e conveniente para a mudança de modo de transporte;
2. Encorajar o uso de transporte público;
3. Aumentar a confiabilidade e efetividade do sistema.

Antigamente as estações ferroviárias consistiam em um pequeno espaço reservado para compra de bilhetes, e apenas depois de um declínio do transporte ferroviário de passageiros que os ônibus começaram a emergir nesse comércio.

Porém em decorrer dos anos, houve a evolução das estações e terminais, onde os mesmos deixam de serem apenas pontos de embarque e desembarque e buscam promover para seus usuários mais conforto, distração e lazer, com a disposição de comércio,



lanchonetes, galerias entre outras formas de entretenimento para seus usuários. Com a necessidade de levar maior conforto aos passageiros e os frequentadores dos terminais, além da evolução do programa de necessidades dos terminais conseqüentemente houve uma evolução tipológica.

Os terminais rodoviários têm sua evolução histórica baseada na necessidade de haver um espaço destinado a instalar apropriadamente todos os elementos e atividades que direta e indiretamente dão origem ao transporte de massa. Sendo assim os terminais consistem no espaço arquitetônico.

REFERÊNCIAS

CORBIOLI, Nanci. Terminal rodoferroviário, em Santo André – SP. *Revista Projeto Design*, ed. 250 dez. 2000.

DIAS, Luis Andrade de Matos. *Edificações de aço no Brasil*. Editora Zigurate. [S/D].

FERRAZ, Antonio C. P.; TORRES, Isaac G. E. *Transporte Público Urbano*. 2. ed., São Paulo: Rima, 2004.

FERRAZ, Marcelo e FANUCCI, Francisco. Terminal Rodoferroviario – Santo André – SP. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 94, fev/mar 2001.

JORDIO, Philip. Sir. *Norman Foster*. Taschen, Italy. 1997.

JORDIO, Philip. *Estação do Oriente*. São Paulo. 1998.

NESPOLI, Luiz Carlos. *Integração dos transportes urbanos*. São Paulo: Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, 1989.



METODOLOGIA PARA ANÁLISES DE CORRELATOS COM ÊNFASE EM PROJETOS URBANOS

Andréa Jardinette Zaninelli – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Especialista Elisa Roberta Zanon – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Neste artigo pretende-se abordar as etapas de metodologia de análises de correlatos em trabalhos finais de graduação em Arquitetura e Urbanismo com ênfase em projetos urbanos. Pretende-se demonstrar a necessidade e importância deste tópico dentro das etapas de elaboração de um projeto urbano ou urbanístico como forma de entender sua concepção, desde as idéias iniciais às propostas finais. Dessa forma, foram detalhadas as etapas de uma análise de correlatos. Também são comentados os locais mais adequados para pesquisa, modo de realização de levantamentos, confecção das análises e direcionamentos para a construção de um quadro síntese na busca de mais informações e soluções para o trabalho de projeto urbano a ser desenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE: metodologia, análise de correlatos, projeto urbano.

Na confecção dos trabalhos finais de graduação (TFG) em Arquitetura e Urbanismo, o estudo de casos correlatos é um componente importante da produção acadêmica, pois trata da análise de projetos que possam colaborar com a solução do projeto a ser realizado.

O autor do TFG realiza uma série de estudos dos casos correlatos para possuir maior conhecimento acerca de seu tema de trabalho, e para tal, identifica os aspectos positivos e negativos acerca das possíveis soluções para as problemáticas análogas.

Para o estudo de casos correlatos de projetos urbanos faz-se necessário a realização de pesquisas, levantamentos, análises, comparações e o estudo de metodologias de desenho urbano, como a Morfologia Urbana, Análise Visual, Comportamento Ambiental e Percepção Ambiental (DEL RIO, 1995).

Os casos correlatos de projetos urbanos devem ser estudados mediante um roteiro de análise com base nos seguintes itens:

- ficha técnica do projeto urbano: nome do empreendimento, local, limites de intervenção, órgão ou arquiteto responsável, extensão aproximada da área de intervenção, orçamento, data...



- histórico da área de intervenção: breve pesquisa sobre a área de estudo.
- aspectos normativos: aplicação das leis para viabilização das propostas e, identificação do domínio de intervenção.
- aspectos sociais: identificação se houve participação da população e mudança do conteúdo social.
- aspectos urbanísticos: verificação de índices urbanísticos como a ocupação e uso, sistema viário, macro e micro parcelamento.
- tratamento da paisagem urbana: fachadas, valorização de vistas urbanas, passeio, mobiliário urbano, vegetação, espaços de convívio.
- qualidade ambiental: permeabilidade do solo, insolação, relevo do solo, elementos de intervenção no relevo, águas de superfície, elementos de intervenção nos recursos hídricos, relação entre a área de intervenção e entorno, relação espaço-usuário, relações entre público e privado, relações entre cheios e vazios.
- patrimônio histórico (caso a área de intervenção estiver localizada em uma área histórica): identificação de edificações e espaços de interesse histórico, bens tombados, domínio público e particular, incentivos à preservação.

As pesquisas referentes ao projeto urbano e ao histórico do local de estudo podem ser alcançadas através de livros, periódicos, artigos, jornais e notícias online. Além da possibilidade de uma eventual entrevista com o arquiteto, órgão responsável ou pessoa importante envolvida no projeto urbano em questão.

Para os levantamentos necessários é importante a pesquisa *in loco* para a melhor percepção da área, e para compreensão das propostas realizadas e dos impactos causados. No momento do levantamento é interessante o uso de máquinas fotográficas para registro das impressões sobre o local, além de um mapa para localização e anotações indispensáveis.

É mais adequado que as análises sejam elaboradas após as pesquisas e os levantamentos preliminares, pois assim é possível deter de um olhar mais crítico sobre os aspectos a serem abordados. As aplicações de imagens, mapas, croquis, perspectivas, fotos, imagens aéreas e outros tipos de ilustrações encontradas são instrumentos fundamentais nesta etapa, a fim de um entendimento completo dos estudos e conclusões atingidas.

Após a elaboração completa das análises de correlatos, a confecção de um quadro síntese deve apresentar os apontamentos principais sobre cada estudo e, assim, a identificação



dos aspectos positivos e negativos dos projetos urbanos, além da noção das propostas possíveis para as problemáticas de uma área de intervenção.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virginia Pereira do Couto. *Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica*: monografias, dissertações e teses: de acordo com a ABNT 2000. 2. ed., Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2001.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: PINI, 1995.



HUMANIZAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

Daisy Hashimoto Hayashi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Roberto Mititaka Ikeda – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A questão da humanização nos estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) tem sido uma temática muito recorrente hoje, na arquitetura hospitalar. Este trabalho visa compreender a importância da arquitetura na estruturação da humanização dos ambientes hospitalares, tanto na perspectiva do paciente, bem como dos trabalhadores da saúde. A partir de uma abordagem teórica, pretende-se exemplificar alguns requisitos básicos que contribuem para o desenvolvimento de uma arquitetura mais eficiente quanto à humanização dos espaços. Este texto está dividido em duas partes: na primeira são apresentados alguns aspectos conceituais relativos à humanização e, na segunda, têm-se alguns exemplos de espaços humanizados que influenciam na qualidade dos ambientes.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura hospitalar, Requisitos, Eficiente

O termo humanização, tem se tornado cada vez mais comum nos projetos relacionados à saúde, Medeiros (2004, p. 9), confirma dizendo que “[...] espaço físico e atendimento são essenciais ao processo de humanização”.

Ciaco (2010) descreve o conceito de humanização no sentido mais amplo do seu significado correto, que em muitas vezes é confundida com luxo. Mas o que faz de um espaço humanizado é o fato de formar uma ligação significativa com o seu usuário; assim, este ambiente lhe proporcionará bem-estar e tranquilidade, e transmitirá segurança e confiabilidade. “[...] humanização é o conceito que dá ao ambiente a garantia de que ele influenciará no ser humano que o utilizar de maneira benéfica, acelerando, assim, suas condições de melhora.” (CIACO, 2010, p.26).

Pode-se imaginar quão complexa é a concepção de um EAS, com seus inúmeros ambientes, circulações, funções e funcionários de diversas áreas, não se esquecendo dos pacientes. E levando todos esses itens em consideração é fundamental, que no processo projetual atenda aos requisitos básicos de um bom planejamento para garantir a



funcionalidade, tornando assim, os ambientes mais humanizados tanto para pacientes, quanto para os funcionários.

Segue abaixo os principais requisitos básicos quando da elaboração dos projetos, pois são requisitos que influenciam na qualidade dos ambientes, tornando-os mais humanizados ajudando na recuperação dos usuários.

Primeiro requisito é a adequação ao local, onde Toledo (apud CIACO, 2010) diz que a escolha do terreno é de suma importância, pois deve levar em consideração: a composição da população; evitar proximidade com cemitérios, aterros sanitários, fábricas etc.; avaliar o clima, a topografia, as características do solo, vegetação existente, insolação, ventos dominantes, as condições de acessibilidade etc.

Segundo requisito é a racionalização das circulações e agrupamento de usos e atividades, que de acordo com Ciaco (2010) manter uma organização funcional (separação por setores conforme a função) ajuda na distribuição lógica e funcional, garantindo eficiência, segurança, agilidade e contribuindo para a prevenção da infecção hospitalar. A racionalização das circulações não é diferente, deve ser pensada cuidadosamente, pois são as circulações quem ligam um setor ao outro, evitando sempre o conflito entre fluxos diferentes.

Um aspecto muito característico dos hospitais é a variedade de usuários presentes e suas diferentes necessidades ou expectativas, fato que pode ocasionar conflitos na forma de subgrupo (pacientes, funcionários e visitantes) lidar com o espaço físico. (SAN JUAN, 1998 apud CIACO, 2010, p. 77).

Terceiro é a flexibilidade dos ambientes. As evoluções da medicina e das tecnologias exigem que os ambientes dos EAS estejam em constantes mudanças para a adaptação.

Ao arquiteto, portanto cabe projetar uma edificação que possa suportar essas transformações, sem abandonar o partido originalmente adotado e, principalmente, sem grandes transtornos para os usuários. (TOLEDO, 2007 apud CIACO, 2010 p. 79).

Para que essas constantes adaptações sejam realizadas, não deixando de lado a estrutura original, é importante que na concepção do projeto seja pensado em uma modulação estrutural. Segundo Miquelin (1992), a trama quadrada de 7,20 x 7,20 metros (que é baseada no menor submúltiplo de 0,30) tem sido muito utilizada, tendo-a como um padrão no *design* hospitalar.



Quarto requisito é a presença do verde onde, Sampaio (2005) defende a idéia de que a utilização de vegetação nos EAS é benéfica aos pacientes e funcionários, pois tem efeito relaxante, diminui a ansiedade, estresse e traz maior satisfação para quem trabalha. Outro artifício é a utilização da água:

A água também transmite a sensação de frescor, tranqüilidade, paz, e usada em movimento, pode ampliar os efeitos psicológicos positivos em usuários sob tensão ou para descontrair, relaxar os que exercem atividades que exija excessiva concentração. (SAMPAIO, 2005, p.174).

E por último, o quinto é a relação interior x exterior. Esta relação está relacionada com as aberturas, não apenas como acesso de ligação física, mas também visual, onde muitas vezes está relacionada com as áreas verdes, mas também, com a questão da iluminação e ventilação natural, que traz maior conforto ao usuário. Esse contato visual com o exterior é importante para quem trabalha possibilitando de ver como está o tempo. (CIACO, 2010).

Estes requisitos, aqui apresentados, não são os únicos, mas os que devem ser privilegiados em um projeto de EAS, para garantir a humanização. Se os EAS tiverem uma implantação adequada, o projeto for funcional, as circulações forem racionalizadas, preocupação com o conforto ambiental, utilizar a presença do verde, criar a relação interior e exterior, com certeza garantirá a humanização dos espaços, tornando-os mais agradáveis para pacientes e equipe de trabalho. (CIACO, 2010).

REFERÊNCIAS

CIACO, Ricardo José Alexandre Simon. *A arquitetura no processo de humanização dos ambientes hospitalares*. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

MIQUELIN, Lauro Carlos. *Anatomia dos edifícios hospitalares*. São Paulo: Cedas. 1992.

MEDEIROS, Luciana de. *Humanização hospitalar, ambiente físico e relação assistenciais: a percepção de arquitetos especialistas*. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

SAMPAIO, Ana Virgínia Carvalhaes de Faria. *Arquitetura Hospitalar: projeto ambientalmente sustentáveis, conforto e qualidade*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em estruturas ambientais urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.



O PAPEL DO ESPAÇO CULTURAL NA REQUALIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

Daniela Borelli – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Alessandro Souza Cavalcanti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho busca destacar os diferentes tipos de edificações de cunho cultural, enfatizando a relação dessa arquitetura com o contexto urbano e a sociedade, nas quais valorizam a cultura local. Tendo como exemplos instituições como museus, teatros e centros culturais, considerando suas necessidades espaciais, sendo assim espaços de contemplação e/ou interação ao usuário. Os espaços culturais inseridos no contexto urbano possuem grande importância para o desenvolvimento social. Neste sentido foi feita uma abordagem dos espaços que realizam projetos para incentivar o conhecimento artístico da sociedade, com foco principal em atividades de dança. Para favorecer essa abordagem serão apresentados exemplos de edificações com alguns desses propósitos. É através desses espaços que a população tem acesso ao conhecimento e à valorização artística e cultural local, regional e até mesmo de outros países.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Sociedade, Arquitetura.

Segundo Recchia; França (2011), para compreender a relação entre os espaços culturais e o cotidiano das cidades, tem-se a idéia de que estes se originam da necessidade de contato, de comunicação, de organização e de troca entre pessoas, e que a partir destes se estabelece um vínculo entre participação ativa e vida nas cidades, considerando essa forma de ambiente o próprio pulsar da vida urbana.

À medida que a sociedade se desenvolve, criam-se diversos espaços do âmbito cultural, no qual as edificações existentes podem ser consideradas pontos de destaque e de estímulo social. Sendo assim, estas edificações possuem características e funções específicas, como teatros e museus, e ainda há como exemplo os centros culturais, que se inserem dentro de um único espaço os mais variados segmentos de arte.

Antes de relacionar os espaços culturais com o meio urbano, é importante citar que através do ensino e do conhecimento das diferentes linguagens artísticas se permite ampliar o universo da comunicação humana, das relações interpessoais, das relações entre o indivíduo e



o coletivo, seja no âmbito da amizade, no espectro familiar, no ambiente educacional ou do trabalho. (MARQUES; BRAZIL, 2011).

Se tratando da atividade realizada pela dança, Brasil (1998) apud Barreto (2005), afirma que a dança é uma fonte de comunicação e de criação informada nas culturas. Como atividade lúdica, a dança permite a experimentação e a criação, no exercício da espontaneidade, contribuindo também para a imagem corporal, para o crescimento individual e consciência social.

No Brasil há o exemplo da Escola do Teatro Bolshoi em Joinville - SC, a única escola fora da Rússia, no qual tem como ideal proporcionar formação e cultura por meio do ensino da dança, para que seus alunos tornem-se protagonistas da sociedade. Hoje a Escola educa 244 alunos, dos quais 98% são bolsistas que recebem gratuitamente estudo, alimentação, uniformes, figurinos, materiais didáticos, transporte, orientação pedagógica, assistência médica emergencial, odontológico-preventiva, nutricional e fisioterápica, exames laboratoriais e oftalmológicos. Além disso, participam de intercâmbios internacionais, mostras artísticas, oficinas, palestras e tem acesso a laboratório de informática e música. (ESCOLA BOLSHOI, 2011).

Segundo Negt (2002), a importância da vida urbana esteve sempre ligada a alguma forma de ambiente público, onde essa forma pública não é um fenômeno casual.

Ainda para o mesmo autor, o essencial é que haja um desenvolvimento urbano em que surge também uma espécie de direitos civis, onde a convivência das pessoas esteja ligada ao lugar.

Um exemplo disso são os espaços culturais construídos na Venezuela para atender a demanda de crianças e jovens, no qual foram criados grupos para ensinar dança, e com o sucesso da iniciativa, ampliou-se o ensino para a música, artes cênicas, literatura e artesanato. Com apoio do Ministério da Cultura da Venezuela, o trabalho passou a demandar locais para reuniões, ensaios e apresentações. Através dessa necessidade o governo venezuelano tornou-se o principal agente de desenvolvimento do projeto, através do Conac-Conselho Nacional da Cultura, que criou o Plano Nacional de Espaços Culturais Comunitários. (ARCOWEB, 2011).

O primeiro centro foi construído em San Sebastián de los Reyes, no Estado Aragua, e inaugurado em junho de 2001. Trata-se de um complexo com mais de 1.300 m² de área, com



três salões-oficinas para as atividades de criação, uma biblioteca, auditório para 200 pessoas, camarins, museu, estúdio para emissora FM e áreas de administração e serviços. Os edifícios possuem um sistema construtivo modular com estrutura de aço que permite a montagem rápida de espaços culturais pelo interior do país. (ARCOWEB, 2011).

Deste modo os espaços culturais através do ambiente público podem oferecer de várias maneiras o acesso da sociedade ao conhecimento cultural, de certa forma uma sociedade mais culta é uma sociedade melhor, essa participação da população é capaz de transformar e melhorar o convívio popular na cidade em que vivem.

Segundo Freitag-Rouanet (2002), há uma nova cultura urbana, uma problemática dentro do contexto das cidades, no qual a principal questão é preservar dentro da vida urbana uma civilização e uma cidadania, onde se sabe quão difícil está sendo manter, dentro de cidades, uma forma de convivialidade, de civilidade e de cidadania.

Seguindo o raciocínio de Freitag-Rouanet (2002), o aumento do número de habitantes de uma cidade, cria uma dificuldade muito grande para a população, pois faltam aquelas instituições intermediárias que mediatizam entre o indivíduo e a estrutura da cidade.

“Uma verdadeira cidade seria composta de três grandes espaços: o político, o econômico e o cultural”. (FREITAG-ROUANET, 2002, p.31.). Diante disso, é possível perceber que dentro das cidades, normalmente há uma aglomeração dessas instituições culturais no centro urbano, o que torna distante e de difícil acesso a uma parcela da população, o que poderia se tornar reversível, levando até as periferias, por exemplo, algum espaço cultural, ampliando assim o conhecimento e melhorando a convivência de cada cidadão.

REFERÊNCIAS

ARCOWEB. *Onde mora a cultura*. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/otip-ca-e-conac-centros-culturais-01-02-2002.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2011.

BARRETO, Débora. *Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola*. 2. ed., São Paulo: Autores Associados, 2005.



BOLSHOI, Escola. Disponível em:

<http://www.escolabolshoi.com.br/bolshoi/Portugues/detInstitucional.php?codinstitucional=1&codcategoria_institucional=1>. Acesso em: 03 de abril de 2011.

FREITAG-ROUANET, Barbara. Vida urbana e cultura. In: PALLAMIN, Vera M. (Org.). *Cidade e Cultura: esfera publica e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

MARQUES, Isabel; BRAZIL, Fábio. *O que é o social no ensino de Arte?* Disponível em: <http://www.conexaodanca.art.br/imagens/textos/artigos/serieespecial9_O%20que%20E9%20o%20social%20no%20ensino%20da%20Arte.htm>. Acesso em: 14 de março de 2011.

NEGT, Oskar. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, Vera M. (Org.). *Cidade e Cultura: esfera publica e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

RECHIA, Simone; FRANÇA, Rodrigo de. *O estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: Apropriação, desapropriação e reapropriação*. Disponível em: <<http://www.redecedes.ufpr.br/livro/parte5.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2011.



HUMANIZAÇÃO NA ARQUITETURA HOSPITALAR

Daniela da Silva Regiane – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Francisco Montes Hernandez – Centro Universitário Filadélfia
– UniFil

RESUMO:

Este artigo aborda a importância que a humanização na arquitetura hospitalar pode causar na recuperação do paciente, auxiliando seu processo de cura. Apresenta alguns aspectos fundamentais para promover a humanização, como o conforto térmico, visual e acústico, o uso de cores e o controle da iluminação, visando proporcionar ao ambiente hospitalar um valor mais humano, aproximando-se da vida do paciente e afastando-se do caráter unicamente institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura hospitalar; Ambientes Hospitalares; Humanização no Ambiente.

CUBERO (2007) diz que, a arquitetura pode influenciar no conforto dos ambientes, que geralmente são frios, impessoais, com cheiros e ruídos. O projeto de um ambiente hospitalar, mais do que qualquer outro tipo de projeto deve ser desenvolvido considerando – se o clima onde ele será inserido, a insolação, a topografia local, as condições ambientais e paisagísticas, o programa com toda a sua complexidade e as diversas especialidades, a sua flexibilidade e expansibilidade, a modulação e a satisfação e bem estar dos seus usuários.

“A palavra humanização sintetiza todas as ações, medidas e comportamentos que se deve produzir para garantir a integridade e dignidade de cada ser humano como usuário de um estabelecimento de saúde. Isto significa que o usuário está no centro de cada decisão do projeto, não só como um produtor de necessidades funcionais, mas como a expressão dos valores humanos que devem ser considerados”.
(CEDRÉS,2000,p.94).

No caso dos edifícios hospitalares, a arquitetura pode ser um instrumento terapêutico se contribuir para o bem-estar físico do paciente com a criação de espaços que, além de acompanharem os avanços da tecnologia, desenvolvam condições de convívio mais humanas.



Atualmente têm sido propostas diversas ações visando à implantação de programas de humanização nas instituições de saúde, especialmente nos hospitais, vários projetos e ações desenvolvem atividades ligadas a artes plásticas, música, teatro, lazer, recreação. A seguir, serão abordados aspectos fundamentais para o conforto ambiental nos hospitais e clínicas: o conforto térmico, visual e acústico; a cor e a iluminação.

CONFORTO TÉRMICO, VISUAL E ACÚSTICO

Segundo CORBIOLI (2007), o *conforto térmico* no interior das edificações depende de aspectos como insolação, ventos dominantes e características do entorno, tipo de fachada, espessura de paredes, dimensão das aberturas e materiais empregados. O conforto térmico está também relacionado a fatores pessoais do usuário do ambiente: a vestimenta que ele usa e a atividade que ele está desenvolvendo.

Com relação ao *conforto visual*, além da quantidade de luz ter que ser adequada para que a realização de tarefas visuais aconteça de maneira satisfatória, é fundamental que não haja ofuscamento, e muito contraste, para não causar desconforto de cansaço visual; para isso é importante prever uma distribuição homogênea de luz no ambiente.

Em relação ao *conforto acústico*, o projeto arquitetônico de estabelecimentos de saúde deve obedecer a alguns princípios. O conforto está relacionado com o nível de som que se propaga no ambiente e são ouvidos pelo usuário, promovendo sensações agradáveis e desagradáveis.

“Em arquitetura, o ruído será importante na medida em que afeta as pessoas que trabalham, ou vivem em edifícios. O ruído pode afetar de várias formas: pode ser [...] suficientemente forte para interferir na audição da música, ou de um texto lido ou, simplesmente, pode ser perturbador.” (DEMARCO, 2001, p.51).

COR

Os hospitais têm sofrido grandes transformações exatamente para atender melhor o paciente, oferecer-lhe mais qualidade de vida e perspectiva de recuperação e, nesse sentido, a cor, hoje, deve ser vista como um elemento que participa dessa mudança uma vez que proporciona bem-estar e tranquilidade.



“A harmonia visual bem como o equilíbrio cromático dependem do tamanho e da forma da área revestida. Assim, algumas cores atraem, outras repelem – isso quando a cor utilizada não for apropriada àquele espaço – podendo, também, transmitir sensações de calor ou de frio, agitar ou inibir as pessoas.” (ADIMARI, 2004).

ILUMINAÇÃO

De acordo com MARTINS (2004), a iluminação artificial, indispensável na maioria dos ambientes hospitalares, influencia o equilíbrio fisiológico e psicológico dos usuários. Deve-se evitar o erro habitual de se pensar na iluminação depois da seleção das cores e dos materiais. Dessa forma, é preciso integrar, o mais precocemente possível, a luz no projeto arquitetônico, com a definição da luminância necessária ao ambiente, antes da escolha das cores.

REFERÊNCIAS

- ADIMARI, Cinthia Wambier. *A importância da arquitetura na humanização de estabelecimentos da saúde*. 2004. Monografia (especialização em arquitetura e pós modernidade). Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR. 2004.
- CORBIOLI, Nanci. *Arquitetura Hospitalar*, in: *Revista Projeto*, 248. ed., São Paulo, Outubro, 2007.
- CUBERO, Carla. *Arquitetura de Centros de Diagnóstico: O caso de um Centro de Bioimagem*. (Especialização de Arquitetura em sistemas de saúde). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2007.
- DEMARCO, A. CLARKE, N. Light and colour therapy explained. *Complementary Therapies in Nursing & Midwifery*. USA, v.7,p.95-103, 2001.
- MARTINS, Vânia Paiva. *A Humanização e o Ambiente Físico Hospitalar*. São Paulo, 2004.



ANÁLISE DE CORRELATOS DA CASA CALIFORNIA DREAMINGT

Daniele Campanholo Picasso e Heloisa Carolina Carvalho Dias – Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivan Prado Junior – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa desenvolvida durante a disciplina de Projeto de Arquitetura I, do primeiro ano de Arquitetura e Urbanismo, orientado pelo professor Ivan Prado Junior, cuja proposta foi apresentar a análise arquitetônica de uma obra residencial unifamiliar. Para isso foi utilizada a metodologia de análise de obras e projetos que sejam correlatos a uma habitação contemporânea, descrita exhaustivamente por CHING (1998), BAKER (1998), PAUSE; CLARK (1987). Tal metodologia sistematizada consolida-se como uma das etapas de pesquisa fundamentais do projeto, desenvolvida normalmente após o reconhecimento inicial do problema a ser enfrentado por quem irá projetar a obra. O objetivo foi aprofundar o conhecimento que se tem sobre o objeto em questão e fundamentar contextualmente o tema. Enfim, ampliar o repertório projetual. Como objeto de análise, foi escolhida a casa California Dreaming, projetada pela arquiteta Daniela Getlinger, em 2009.

PALAVRAS-CHAVE: projeto de arquitetura, habitação contemporânea, análise.

A casa em estudo, retirada da Revista Arquitetura e Urbanismo, de Maio de 2009, edição Nº 194, possui três pavimentos e ocupa uma área de 330 m². Com isso em mente, iniciou-se o trabalho compondo a ficha técnica do projeto, identificando os profissionais que participaram da construção e planejamento da casa; o nome da obra, localização; a área do terreno, área construída e área útil; estipulando a duração da obra e o peso da estrutura.

Após fichar os dados pesquisados, foi exposto o partido arquitetônico, uma síntese conceitual/formal de um edifício, exibindo a forte influencia pelo estilo californiano. No programa, a grande intenção foi ocupar pouca área de projeção e deixar o máximo de espaço para jardins e varandas.

Na primeira etapa desta análise, foi identificada a ideia geral do projeto – o objeto, elementos que definem o tema, a filosofia que sorteia toda a sua construção e organização espacial – e feita a definição do perfil do usuário – tipologia, quantidade, aspectos sócio-econômico-culturais, identificação de necessidades. Na realidade, a arquiteta da casa analisada é, também, usuária.



Em seguida, abordou-se a composição da forma arquitetônica; questionando quais estratégias compositivas a arquiteta valeu-se para solução do projeto. Deliberando os espaços internos, externos e perspectivas; identificando elementos que definem e sua relação de conjunto e assimilação dos espaços arquitetônicos: características e propriedades; determinando as formas e espaço enquanto ordenações, organização, proporção e ordem.

A visualização do formato do edifício e dos volumes que o compõem, segue a relação da planta com o corte. A análise reforça as ideias de massa, equilíbrio, geometria, hierarquia, adição, subtração. E tal estudo segue presente no trabalho, utilizando de auxílio imagens para demonstrar a volumetria, forma construída; a geometria básica, que se centra na derivação e manipulação de formas geométricas simples; e a massa da casa, que consiste na abstração formal que permite visualizar o “cheio” do edifício em relação ao vazio que o envolve, o seu contorno ou formato. A casa é composta por prismas de base retangular, onde, alguns deles, sofrem adição; está presente também, no formato do edifício a cobertura, um segmento cilíndrico.

A pesquisa inclui o estudo da incidência da luz solar através das aberturas; tais aberturas garantem fartura de luz natural, e contribuem para a ventilação dos ambientes; o que cria alusão ao ar praiano da Califórnia. Abrange os elementos contrastantes da obra, que sem quebra da unidade consolida seu objetivo de reforçar a ideia temática básica da composição – sendo estes o vidro, o aço e os tijolos cerâmicos; elementos utilizados para aproveitar ao máximo a plasticidade (deixados sempre a mostra).

O trabalho apresenta o estudo dos condicionantes do entorno, fazendo uso, novamente, de imagens, para demonstrar como foi implantado o edifício no terreno, expondo a implantação e criando um contexto com as curvas de nível – desnível de 2 metros. Expõe os setores (lazer, social, serviço, íntimo e de trabalho) presentes na casa. Deliberando também a distribuição e definição dos cômodos (sala, cozinha, dormitório, etc.) nos pavimentos - dando ênfase às ligações entre um cômodo e outro através dos espaços de circulação (corredores e passagens) e instrumentos de acessibilidade como escadas.

A estrutura da casa tornou-a uma construção extremamente peculiar se comparada ao restante das edificações populares no Brasil. Ora, foi feita com peças de aço que foram prontas para o canteiro, etapa que agilizou o processo de construção; em consequência



barateou consideravelmente o custo da obra. A arquiteta fez questão de deixar aparente na obra toda essa armação, revelando leveza e identidade para o projeto.

Observou-se também um cuidado com a hierarquia espacial que permite a inserção de um escritório na casa sem que se misture com o restante da habitação uma vez que ter clientes transitando no interior da casa limitaria muito a privacidade do usuário. Nota-se uma distribuição clara dos espaços e seus usos no projeto, uma vez que, no pavimento inferior estão presentes basicamente áreas de serviço, no térreo as áreas sociais integradas como cozinha e sala de estar e sala de jantar, e por fim no pavimento superior encontram-se as áreas íntimas com dormitórios que são ligados ao pavimento térreo através de mezaninos conferindo maior amplitude para a edificação.

Daniela Getlinger ousou nos aspectos tecnológicos, utilizou telhas metálicas onduladas e “furadas”, adicionando um recheio com lã mineral para o conforto termo acústico e também uma cobertura de borracha sobre a estrutura. Houve, também, preocupação com as questões ecológicas como a implantação de um sistema de coleta e tratamento das águas da chuva. Instalação de aparelhos que captam energia solar para o aquecimento desta.

Destaca-se a importância da expressão gráfica utilizada para o estudo de uma edificação, o que possibilitou um registro analítico, sensível e sintético, que resulta de um olhar seletivo. Tais registros foram exibidos nos slides, a planta baixa dos três pavimentos da casa (inferior, térreo e superior), assim como os cortes, uma elevação e uma perspectiva – apontamentos indispensáveis para a visualização destacada dos elementos de vedação dos planos verticais e horizontais (paredes, tetos, pisos, coberturas), dos vãos e aberturas e dos recintos internos e de seus elementos. Mecanismos para organizar atividades, e informar sobre diferenciação de zonas.

REFERÊNCIAS

BAKER, G. H. *Analisis de La Forma*. 2.ed., México: Gustavo Gilli, 1998.

CHING, F. *Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1998.

PAUSE, Michael; CLARK, Roger H. *Arquitectura: temas de composición*. México: Gustavo Gili. 1987.

REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, ed., 194, maio de 2009.



ACESSIBILIDADE AOS DEFICIENTES FÍSICOS NAS BIBLIOTECAS

Diego Brandalize – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Alex Itacir Acosta Vieira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este artigo refere-se a acessibilidade aos deficientes físicos nas bibliotecas e a importância da sua inclusão na sociedade. As dificuldades e o preconceito que os deficientes enfrentam para se adaptarem aos lugares onde frequentam são muitos, saber o significado do deficiente na sociedade e as tecnologias existentes que contribuem para sua interação com as demais pessoas é de suma importância para todos. Uma biblioteca tem o desafio de criar um lugar onde quebre as barreiras do preconceito, que através da adaptação de seu ambiente, para possibilitar que o deficiente frequente, contribui para que as pessoas visualizem que o deficiente não é diferente de ninguém independente de sua deficiência. A importância de comunicar a população sobre o significado do deficiente e os males causados pelo preconceito, é abordado por muitos autores como Sandra Manzano Almeida e Solange de Oliveira Jacinto. O fundamental para toda a sociedade é saber entender o deficiente como um ser humano completo e não como uma pessoa defeituosa.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Adaptação, Deficiência.

A palavra deficiência tem sua origem do latim *deficientia*, que é definida como falta, imperfeição, lacuna e insuficiência. No dicionário Aurélio da língua portuguesa significa falha, carência e defeito, onde em ambas as definições é perceptível que a palavra deficiência é algo fora do normal. Segundo o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, uma pessoa pode ser considerada deficiente, quando possuir deficiência física, auditiva, visual ou mental.

Existem diversas definições e explicações sobre os deficientes físicos e suas deficiências, razão que nos estimula a estudar e debater esse assunto que é de suma importância para toda a sociedade. Fundamental é saber visualizar o deficiente como um ser humano completo e não como uma pessoa que é classificada em categorias. Definições estas que somente terão valor se forem utilizadas para contribuir na inclusão dessas pessoas na sociedade e na forma de contribuição contra o preconceito.

A principal função de uma biblioteca é suprir as necessidades da comunidade que foi implantada, assim deve estar preparada para se debater com alguns desafios, como o portador



de necessidades especiais, onde é de sua responsabilidade tornar o ambiente fisicamente acessível para que o deficiente tenha acesso as informações independente de suas limitações. O dever de uma biblioteca é garantir a todos o direito de educação e cultura.

O espaço da biblioteca tem a necessidade de ser agradável e confortável, onde as pessoas possam estudar, conversar, fazer amizades e discutir idéias, ambiente esse que contribui para a convivência dos portadores de deficiência , ajudando com o aumento da auto-estima da população e a diminuição dos preconceitos da sociedade. Adaptando sua estrutura para permitir o acesso dos deficientes físicos, a biblioteca exerce os direitos dessa pequena parcela da população.

A biblioteca tem a obrigação de conter os princípios básicos para o acesso dos deficientes a ela, como rampa, elevadores, banheiros adaptados, móveis adaptados e telefone públicos adaptados, elementos que constam na norma de acessibilidade NBR 9050/2004.

Um dos maiores desafios para um deficiente não é conseguir acessar os ambientes da biblioteca, mas sim conseguir chegar até ela, razão pela qual as bibliotecas devem manter contato com a prefeitura para exigir que as adaptações para os deficientes físicos perto do perímetro do prédio sejam realizadas. Assim como a implantação da biblioteca deve ser em uma região valorizada e de fácil acesso, contribuindo tanto a para população quanto para o deficiente físico.

Na atualidade, com a era da biblioteca digital, temos a disposição várias tecnologias ajudam os deficientes visuais e auditivos. Na elaboração de uma sala multimídia temos a disposição os livros falados e em braille. Nos computadores há os softwares conhecidos que desempenham a função de ampliação de tela, como o Magic da Freedom e o LentePro, programas próprios para os deficientes visuais com baixa visão. O sistema DOSVOX, que se comunica com o deficiente visual através de sintetizadores de voz do núcleo de computação eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NFE/UFRJ).

Os softwares que são conhecidos como leitores de tela, como o Jaws da Freedom Scientific e o Virtual Vision da MicroPower, possibilitam a leitura do texto contido na tela do computador em voz alta. Na questão da leitura em Braille, foram fabricadas impressora, como as da marca Tiger Max, que tem grande capacidade de imprimir texto, desenhos, diagramas e gráficos em vários níveis de relevo. Dentre os equipamentos importantes para uma biblioteca digital, o principal é o scanner de mesa, que além de digitalizar documentos e materiais



impressos, ainda transforma qualquer documento, revista, jornal ou livros em arquivo digital. Ainda temos o tradutor automatizado da língua portuguesa para libras, que transforma qualquer página que esteja em português para a língua brasileira dos sinais, software esse que possibilita a comunicação entre os surdos e as outras pessoas.

As bibliotecas brasileiras não possuem condições de oferecer e receber um usuário que seja deficiente físico, algumas por não possuírem acessibilidade e outras por ausência de materiais especializados ao deficiente. A ausência de política que cuide dos assuntos referentes aos deficientes é fator determinante para sua decadência. As tecnologias que contribuem para o acesso do deficiente ao acervo de uma biblioteca possuem alto custo e são poucos existentes no Brasil. O planejamento para a inclusão da acessibilidade na construção civil está aos poucos sendo obrigação e o deficiente pouco a pouco está ganhando seu lugar na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Manzano, MONTEIRO, Elizabete C. S. Aguiar, VENTURI, Maria Tereza, GARCIA, Clarice Aparecida e GARCIA, José Aparecido. *Acessibilidade aos deficientes visuais e auditivos às bibliotecas da rede UNESP*. Artigo - São Paulo, 2010. Disponível em : < http://www.sibi.ufrj.br/snbu/pdfs/posters/final_372.pdf >. Acesso em: 12 de abril de 2011.

AURÉLIO, Buarque de Holanda, *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5. ed., São Paulo : Positivo – Livros, 2010.

JACINTO, Solange de Oliveira. A Biblioteca Pública e os Deficientes Físicos. Artigo – *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova série, São Paulo, v. 4, n. 2, p 89 – 104, jul/dez, 2008. Disponível em: < <http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/92/146> >. Acesso em: 12 de abril de 2011.



A DIVISÃO DOS PODERES E ARQUITETURA

Ellen Dunia Barbosa Gabriel – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Rafael Rodrigues de Moraes – Centro Universitário Filadélfia
– UniFil

RESUMO:

Este artigo aborda a historicidade da divisão dos três poderes fundamentado nos conceitos de Platão, Aristóteles e Montesquieu e como isso refletiu diretamente na arquitetura. Nota-se que desde sempre há um local destinado para a administração da cidade, porém com o crescimento desta, foi dada uma maior importância para este espaço, é notório também que a tendência do centro cívico não é apenas reunir a sede de cada poder de uma cidade, e sim adicionar espaços culturais e de lazer a esse complexo que acaba se tornando um marco referencial para a cidade que o pertence.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Cívico, Três Poderes, Cidade.

A divisão dos três poderes desde a Grécia antiga até a atualidade define-se da seguinte maneira: era necessária a divisão em poderes distintos em razão de: “cada poder freie o outro ou impeça o abuso por parte deste” (MONTESQUIEU, 1999).

Essa intenção de equilíbrio era o alicerce da divisão dos poderes. Foi então que Charles de Montesquieu, filósofo iluminista, constata que existem três poderes, sendo eles: Executivo, Judiciário e Legislativo. Sendo assim, aplica-se o princípio de tripartida. O autor define de forma clara a função de cada poder:

O legislativo faz as leis para algum tempo ou para sempre, e corrige ou ab-roga as que estão feitas. O Judiciário pune os crimes ou julga as demandas dos particulares e o Executivo, sendo o restante do poder, exerce as demais funções do estado. Exerce a administração geral do Estado, constituindo-se por isso no executor das leis em geral. (MONTESQUIEU, 1999, p. 25)

Segundo o próprio filósofo, o poder Judiciário era um poder imparcial, neutro. Já o poder executivo e poder legislativo são mais levados ao abuso do poder, mas também um é capaz de conter o outro.



É importante ressaltar que os poderes são autônomos, ou seja, cada um tem sua função perante a sociedade. Observa-se também que nenhum dos três poderes predomina sobre o outro.

O centro cívico denomina o espaço em que encontra-se os edifícios políticos administrativos. A história está diretamente ligada à evolução das cidades, segundo Benevolo (1993).

Ainda no Egito, era visível a diferença entre os templos faraônicos, sendo esses os locais destinados aos dominantes do país e as casas dos demais moradores. Na Grécia, existia uma divisão entre Cidade Alta – Acrópole, onde situava o templo dos deuses e a Cidade Baixa – Astu, lugar onde acontecia funções como debates, assembleias e inclusive festas.

Já no Brasil quando iniciou a colonização portuguesa, demarcava-se o local onde seria construída a Casa de Câmara e Cadeia, sendo respectivamente a sede administrativa e sede da justiça no modelo de governo de Portugal.

Com o passar dos anos, naturalmente as cidades modernizaram-se, e com isso surgiu a necessidade de um prédio destinado a cada poder.

Com isso, o conceito de Centro Cívico moderno surgiu na arquitetura brasileira no ano de 1942, no projeto para a Cidade dos Motores do Rio de Janeiro. O Centro Cívico proposto então era embasado na ideia de *Civic Center*, um conceito concebido pelos americanos de Centro do Cidadão, em que abrigaria não somente prédios da administração da cidade e concentraria todas as atividades necessárias ao povo em um só lugar.

O projeto consistia em dividir uma área central na cidade em três setores: área esportiva com estádio e campo de futebol; um centro comercial e de diversões com restaurante central, passeio público para pedestre e bicicletas, praça, mercado central, armazém, hotel, cafeteria, bar, cinema-teatro, prédio administrativo, agência bancária, e correios; e um centro cultural com biblioteca, área para exposição, escola e igreja (GIMENES, 1998).

Com isso é claro notar a tendência do Centro Cívico atualmente, seu fundamento era ser o conjunto de edifícios que abrigavam os três poderes políticos administrativos de uma cidade, porém essa essência vem sendo modificada com a inserção de centros diferentes como cultural e lazer a este conjunto.



REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A Política*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. 1965.

BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura del Renacimiento*. Madrid: Taurus, 1972.

GIMENES, Francisco Carlos. *A cidade dos Motores*. Três Projetos. SAP-EESC-USP, São Carlos, 1998. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo*. 1999. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.



**POLUIÇÃO VISUAL NO MEIO URBANO: O CASO DA RUA GETÚLIO VARGAS,
PARANAÍ-PR**

Valmir Quisini; Sérgio Dias dos Santos – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do
Paraná – FATECIE

Orientador – Prof. Mestre Fábio Freire – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do
Paraná – FATECIE

RESUMO:

Sem o necessário planejamento e gestão, o meio urbano estará resignado ao insucesso na busca da sustentabilidade. Embora possa ser discutido que atualmente o planejamento não caminhe bem, o planejador tem o papel de compreender os problemas e prever soluções viáveis no presente e para o futuro. Esse trabalho faz uma contribuição, teórico-prática, ao planejamento do meio urbano e é simultaneamente um estudo exploratório. Os objetivos do trabalho envolvem a identificação-classificação dos elementos poluidores e os pontos de maior incidência de poluição visual em parte da Rua Getúlio Vargas no município de Paranaíba-PR. Neste sentido, para facilitar a identificação e frequência dos principais elementos de poluição visual, foram definidos quatro trechos (“1”, “2”, “3” e “4”), resultantes da subdivisão da área de estudo. Os resultados apontaram inúmeras contribuições da identificação-classificação dos principais elementos de poluição visual, que resultaram em uma reflexão acerca do tema e lições para a prevenção e controle das formas de poluição visual.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana, Poluição Visual, Paranaíba-PR.

A poluição visual é um fenômeno contemporâneo que tem contribuído significativamente para a deterioração da paisagem urbana e o aumento do stress das populações no meio urbano. Pode ser considerada uma consequência devida ao excesso de anúncios publicitários concentrados em alguns locais (LEMOS; FALCÃO; COSTA, 2009). De acordo com Minami e Guimarães Junior (2001) a definição de poluição visual é “[...] o efeito da deterioração dos espaços da cidade pelo acúmulo exagerado de anúncios publicitários em determinados locais [...]”. Segundo Freire (2008, p. 2) a poluição visual pode ser definida como “[...] efeito danoso visível que determinadas ações antrópicas e/ou naturais produzem nos elementos de uma paisagem, acarretando um impacto negativo na sua



qualidade”. Na legislação brasileira, a definição de poluição pode ser encontrada no inciso III do art. 3º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e entende-se por “[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas [...]” (BRASIL, 1981).

Nota-se que a caracterização de poluição visual é bastante difícil, mas normalmente é vinculada aos elementos da “paisagem urbana”, incluindo os edifícios, os painéis de propaganda e publicidade, pichações, semáforos, placas de identificação de logradouros, mobiliário urbano – bancos, lixeiras, quiosques -, postes, fiação aérea, canteiros, entre outros.

O poder público municipal, responsável pelo planejamento e gestão do meio urbano, tem se mostrado incapaz de promover as mudanças necessárias para corrigir os aspectos negativos da poluição visual. É necessário promover o debate com a sociedade civil, buscando por um lado sensibilizar a população no que diz respeito à educação ambiental e por outro coibir a proliferação dos vários tipos de poluição visual, principalmente por meio da criação de legislação específica para o tema. Este trabalho teve como objetivos: identificar e classificar os principais elementos de poluição visual na Rua Getúlio Vargas, trecho compreendido entre a Rua Marechal Cândido Rondon e a Avenida Distrito Federal.

Para alcançar os objetivos propostos o trabalho envolveu quatro etapas: inventário da área de estudo; definição da classificação dos elementos de poluição visual; frequência dos principais elementos de poluição visual (*in loco*) e análise dos dados obtidos.

A indicação dos elementos visuais ajudou na compreensão da poluição visual. Segundo a teoria da Gestalt “[...] não vemos partes isoladas, mas relações. Isto é, uma parte na dependência de outra parte. Para a nossa percepção, que é resultado de uma sensação global, as partes são inseparáveis do todo [...]” (GOMES FILHO, 2004, p. 19). Esse postulado, da teoria da Gestalt, indica que os elementos visuais identificados-classificados nesse trabalho (propaganda e publicidade, infraestrutura urbana, elementos de fachada, mobiliário urbano, veículos, entre outros) são percebidos em seu conjunto, situação que se torna preocupante quando há o excesso em alguns locais.

A análise de parte da Rua Getúlio Vargas permitiu que os pontos de maior ou menor incidência de poluição visual fossem identificados. Os resultados indicaram que as abordagens técnicas – projetos de revitalização do centro comercial – adotadas em diversas



administrações municipais não concorreram para satisfazer as necessidades de evitar ou minimizar a poluição visual.

O que se pode observar nos quatro trechos da Rua Getúlio Vargas é que todos os elementos identificados colaboraram de alguma forma para a poluição visual da paisagem urbana.

Como parte de uma pesquisa exploratória, o trabalho constitui-se como uma importante contribuição para o campo do planejamento e gestão do meio urbano. Não obstante, uma investigação nunca é conclusiva em seu verdadeiro sentido: o “círculo de investigação” pode ser concebido como uma espiral ou espiral de investigação. Ao explorar uma área, inúmeros problemas adicionais devem ser resolvidos. Logo cada pesquisador aprende que a verdadeira investigação mais cria problemas do que os resolve. Esta é a natureza da descoberta de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BIANCA, L.; LUCAS, F.; COSTA, M. Poluição visual: as chagas da paisagem urbana de Juiz de Fora. *CES Revista*, v. 23, p. 11-21, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOFC, DF, 02 setembro de 1981.

FREIRE, F. Plano Diretor Municipal: *Lei do Mobiliário Urbano*. Diamante do Norte: Prefeitura do Município de Diamante do Norte, 2008.

GOMES FILHO, J. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

MINAMI, I.; GUIMARÃES JUNIOR, J. L. A questão da ética e da estética no meio ambiente urbano ou porque todos devemos ser belezuras. *Revista ARQUITEXTOS*, 2001. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/862>>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

PARANÁ. Base cartográfica da área urbana da sede do município de Paranavaí. *PVAÍ_GERAL_RUAS_BAIRROS*. DWG. Curitiba: Serviços Social Autônomo PARANACIDADE, 1996.



A EVOLUÇÃO FORMAL DO MUSEU

Felipe Ricardo dos Santos Pezzotti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivanóe De Cunto – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho “A Evolução Formal do Museu” refere-se a uma pesquisa baseada no levantamento histórico das tipologias arquitetônicas da instituição museu. Tendo como entendimento que a solução adotada sempre foi resposta as exigências aliada à sociedade da época. O Conceito de museu foi criado quando: objetos produzidos por uma sociedade transpassavam o tempo por várias outras gerações, que em sua época, agregavam valores específicos a esses objetos. Algumas pessoas ajuntavam diversificados objetos em certos lugares com motivos variados como status de poderio, riqueza, soberania, etc. Mas somente mais tarde que foi constatado o poder que estes espaços sobejados de objetos de várias gerações, poderiam ser locais de estudo de cunho científico e identidade. Os diferentes contrastes de sociedades e suas culturas tiveram influencia no formato desses locais levando a diferentes formas para abrigar e expor esses objetos. Este trabalho analisa o conflito de várias sociedades e a reposta formal para o museu adotado por eles. No final, consegue-se um panorama das diferentes formas e sua evolução ao longo do tempo para esse fim específico que é abrigar objetos de grande valor e com característica educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Museu, História do Museu, Tipos de Museus

O presente assunto visa entender como se deu o processo da evolução formal de um espaço arquitetônico destinado a abrigar objetos de valores diversos e como isso possui um caráter educacional como é visto hoje. Para este espaço específico se deu o nome de Museu desde sua origem.

A idéia de museu no seu surgimento tinha a característica educativa com ponto principal, pois era local de concentração de algumas pessoas para estudar e entender, através dos vários objetos que ali eram guardados, o campo da arte e da ciência. Tempos depois esses campos foram ampliados tornando-se um local completo para o estudo e a pesquisa.

O ideia de reunir diferentes tipos de objetos em um espaço de forma que isso permita a compreensão do mesmo através da observação, deu origem ao conceito de museu. Logo, com o passar do tempo, a quantidade, tipo e tamanho desses objetos iam aumentando necessitando que este local acompanhasse o crescimento. Isso se deu pelo fato desses objetos



superarem a ação do tempo sobrevivendo de geração em geração e, na qual cada uma produzia seus próprios objetos sempre com a evolução ao princípio passado.

O modo como esses objetos foram reunidos é que cooperou principalmente para se determinar a forma do espaço que os abrigavam. Isto está associado aos conflitos das sociedades que esses objetos transpassaram. Motivo desses como status de beleza, sabedoria, riqueza. Mas foram as guerras o principal motivo de reunião desses artefatos que ora pertenciam a uma única pessoa, ora pertenciam a um grupo fechado que permitia apenas pessoas célebres e compatível com seu padrão poderiam ter acesso a esses objetos.

Somente muito tempo depois tais coleções foram liberadas para o público terem contato e conhecimento, novamente atrelado o valor educativo. Inicialmente isso aconteceu com muita dificuldade e logo se chegou aos padrões de hoje.

De pequenas paredes para grandes paredes, de pequenas salas para grandes salas, deu uma junção de salas para uma sequência de ambientes que podiam alcançar o espaço exterior associando-se ao jardim até se chegar a um lugar construído específico para esse fim. Enormes prédios horizontais retilíneos e simétricos para edifícios simples e extremamente funcionais ou de formatos inusitados marcantes tornando-se também uma obra de arte. Essa é a evolução do museu face às necessidades de cada época.

Mas não parou por aqui. O Museu como sempre acompanhou as diferentes culturas ainda continua sendo um objeto passivo de ser mudado e trabalhado. Diante disso atendendo hoje as necessidades da sociedade que está inserido e o tipo de objetos que ele abriga criou-se outra variável para melhor defini-lo, denominado tema. Para complicar um pouco mais, os temas não param de crescer, pois acompanham o ritmo de crescimento e tipos de objetos expostos.

Alguns estudiosos criaram um padrão de classificação para os museus com base nos diferentes temas de museu e, através disso, permitir uma compreensão de sua forma. Mas conforme o tempo vai passando e a sociedade evoluindo novos temas surge levando essa classificação mais difícil de ser entendida, pois em certas situações podemos colocar um tipo de museu em mais de um tema pelas características que o definem.

A definição mais aprofundada que se chegaram até hoje é que por mais que os temas sejam muitos e não param de crescer, os museus derivam de três formas principais em sua composição sendo elas: os de formato orgânico atrelado ao autovalor estético e marco



arquitetônico; os de planta livre flexível as várias necessidades permitindo o crescimento e a caixa de megaestrutura que passa agora não abrigar apenas o espaço de exposição, mas uma infinidade de outros programas que o complementam.

REFERÊNCIAS

GHIRARDO, Diane. *Arquitetura Contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MONTANER, Josep Maria. *Museus para o Século XXI*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

PROENÇA, Graça. *Descobrimo a História da Arte*. São Paulo: Atica, 2005.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZEIN, Ruth Verde. Duas décadas de arquitetura para museus. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 144, ago. p.30, 1991.

ZEIN, Ruth Verde. Museus em sete versões. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 144, ago. p. 42, 1991.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO DO CENTRO CULTURAL

Fernando Campagnolo – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Especialista Lucy Ana Vilela Staut – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho enfoca as considerações sobre o “Espaço do Centro Cultural”, elaborado a partir de estudos realizados por pesquisas bibliográficas, desenvolvido no trabalho de conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Filadélfia. O estudo tem por objetivo descrever a importância da clareza e da ordenação espacial que um centro cultural deve dispor e os cuidados com os elementos e sistemas informativos ambientais, que devem estar relacionados um com o outro, para uma maior eficiência no processo de orientação espacial do usuário, favorecendo o comportamento harmonioso do homem em relação ao ambiente construído, garantido assim, o desenvolvimento de atividades de forma segura e adequada.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, Centro Cultural, Ordenação Espacial.

Os centros culturais são edifícios que abrigam diversas expressões culturais em um único espaço. Até o século XIX os edifícios responsáveis por estas manifestações eram: as bibliotecas, os teatros e os museus, que passam por longas transformações para se tornarem polos disseminadores da cultura.

Somente na década de 1950 na França em Paris, que surge o novo modelo de Centro Cultural, o “Center National d’ Arte et Culture Georges-Pompidou”, projetado pelos arquitetos Renzo Piano e Richard Rogers, sendo este o primeiro centro cultural moderno criado na Europa e modelo para a implantação de centros culturais em todo o mundo (RAMOS, 2011).

Segundo Montaner (1991), os espaços culturais são edificações que precisam saber articular em um único edifício uma série de serviços heterogêneos. Os espaços culturais apresentam um arcabouço diversificado de funções, sendo ao mesmo tempo canais de circulação, de fruição, de lazer e de produção de conteúdos pelo mundo das artes, da cultura e da ciência.

Conforme Ramos (2011), a diversidade e ineditismo das atividades realizadas no interior dos centros culturais, com grandes eventos e serviços, convertem esses espaços em



hipermercados voltados para o consumo da cultura e da arte. Pode se testemunhar nestes espaços uma variedade de lojas e serviços disponíveis aos visitantes como tabacarias, doceterias, restaurantes, bares, centros de estética, salão de cabeleireiro entre outros.

As pessoas passam a frequentar os centros culturais para compras, vernissages, participar de cursos e desfrutar de boa gastronomia ou simplesmente marcar encontros com amigos. O resultado disso é que se passou a identificar os centros culturais como uma novidade, atraindo um grande público.

Neste sentido os espaços culturais devem dispor de uma infra-estrutura que permita o trabalho cultural, o encontro criativo e a convivência entre as pessoas.

Na sequência serão apresentadas estratégias que podem ser integradas ao projeto, na busca por um espaço adequado às atividades culturais, favorecendo o comportamento harmonioso do homem em relação ao ambiente construído.



FIGURA 1 Tabacaria, Centro Cultural de Belém, Lisboa, 1993.
FONTE: CCB, 2011.



FIGURA 2 Loja de vinhos.
FONTE: CCB, 2011.



FIGURA 3 Doceteria, Centro Cultural de Belém, Lisboa, 1993.
FONTE: CCB, 2011.



FIGURA 4 Salão de Beleza, Centro Cultural de Belém, Lisboa, 1993.
FONTE: CCB, 2011.



FIGURA 5 Restaurante, Centro Pompidou, Paris, 1977.
FONTE: CENTREPOMPIDOU, 2011.



FIGURA 6 Atelier Infantil, Centro Pompidou, Paris, 1977.
FONTE: CENTREPOMPIDOU, 2011.

Segundo Montaner (1991), uma das mais importantes condições que se exigem de um complexo cultural é a transparência de sua ordenação espacial, ou seja a clareza na formação da planta e a fácil percepção da totalidade do edifício trazem grandes vantagens para o visitante, inclusive quanto à questão de segurança do prédio.

Como aponta Moura (2011), o Complexo Cultural em Rennes na França, 2006, do arquiteto Christian de Portzamparc, se destaca pela sua clara estrutura interna onde um grande hall apresenta um percurso transparente e acolhedor, garantindo certa tranquilidade ao visitante.



FIGURA 7 Vista Externa, Complexo Cultural, Rennes, 2006.
FONTE: MOURA, 2011.



FIGURA 8 Vista interna, Complexo Cultural, Rennes, 2006.
FONTE: MOURA, 2011.

Conforme Ribeiro (2011), os elementos e sistemas informativos ambientais variam em função da escala do ambiente analisado, sendo eles: *informação arquitetônica que se refere às características físicas do ambiente*, *informação do objeto que referem-se à própria natureza do objeto* e *informações adicionais que são as informações complementares às duas modalidades anteriores*. Elas podem ser de natureza gráfica, sonora, verbal ou tátil.

Os sistemas de informação do ambiente são complementares e devem estar relacionados, para uma maior eficiência no processo de orientação espacial. Os espaços culturais por possuírem uma grande área edificada e receberem um grande número de visitantes, devem possuir um maior destas informações, visto que na maioria dos casos, os elementos arquitetônicos não são suficientes para guiar o usuário pelo espaço.

REFERÊNCIAS

CENTRO CULTURAL DE BELÉM - CCB. *Centro Cultural de Belém*. Disponível em <<http://www.ccb.pt/>>. Acesso em 04 de março de 2011.

CENTREPOMPIDOU. *Centre Pompidou*. Disponível em <<http://www.centrepompidou.fr/>>. Acesso em 23 de abril de 2011.

MONTANER, Josep Maria. Museu contemporâneo: lugar e discurso. *Revista Projeto Design*. São Paulo. n. 144, p. 34-41, jul/ago, 1991.

MOURA, Élide. *Complexo Cultural, Rennes, França*. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/christian-de-portzamparc-complexo-cultural-28-11-2006.html>>. Acesso em 10 de Junho de 2011.



RAMOS, Luciene Borges. *O centro cultural como equipamento disseminador de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto*. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VALA74QJRP/1/mestrado___luciene_borges_ramos.pdf>. Acesso em 12 de março de 2011.

RIBEIRO, Lúcia Gomes. *Ergonomia no ambiente construído*. Disponível em <http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/0210306_04_cap_02.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2011.



HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA – ANÁLISE DE CORRELATOS

Gabriela Wis Nascimento Rodrigues e Keiko Katayama – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivan Prado Junior – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise arquitetônica a respeito da residência em São Paulo, de Arthur de Mattos Casas, projetada no ano de 2008. Para isso, foi utilizada a metodologia de análise de obras e projetos que sejam correlatos a uma habitação contemporânea. Tal metodologia é amplamente difundida como uma das etapas iniciais do projeto de arquitetura e foi descrita exhaustivamente por F. Ching (1998), G. Baker (1998), Pause & Clark (1987). Foram, neste trabalho, analisados os seguintes aspectos: ficha técnica, implantação, descrição, definição dos setores, definição do programa, circulação, simetria e equilíbrio, geometria, massa, perspectiva, volume, aberturas, estrutura, entre outros. Trata-se de uma análise realizada em obras ou projetos com peculiaridades similares. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o objeto em questão e fundamentar contextualmente o tema, ampliando assim, o repertório projetual.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação Contemporânea, Análise de Correlatos, Arquitetura Brasileira.

A idéia geral de uma análise de correlatos é a identificação do objeto, dos elementos que definem o tema como um todo e da filosofia que norteia sua estruturação e organização espacial. A obra escolhida foi uma residência contemporânea brasileira, projetada no ano de 2008, pelo arquiteto Arthur de Mattos Casas.

A casa, ideada em meio a uma das mais movimentadas regiões de São Paulo, é um reduto de tranquilidade e lazer. Desenhada para uma família composta por um casal e duas filhas, a construção está cercada por um extenso jardim com espécies nativas da Mata Atlântica.

No terreno composto por dois lotes, havia uma construção que foi praticamente toda demolida. O projeto manteve a ocupação original, dispondo a casa na área correspondente a um dos lotes, de forma que o restante deste foi dedicado ao jardim. Todos os espaços da casa estão obviamente voltados para este pequeno oasis urbano, onde a interferência só foi o projeto da piscina. (Figura 1)

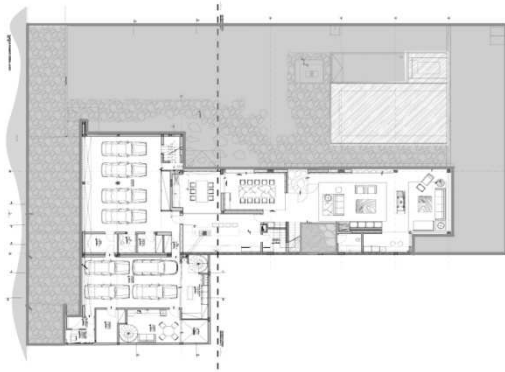


FIGURA 1: Implantação.

FONTE: www.architecturenewsplus.com/project-images/13200
(modificado pelo autor)

O projeto privilegia a ventilação e, principalmente, a iluminação natural pelo volume recortado que eleva ao máximo o contato do interior com o exterior, criando nichos de estar e de convívio.

O arquiteto distribui o programa de necessidades em blocos distintos, um deles especialmente destinado à sala de estar (térreo). Para o terceiro pavimento, Arthur Casas projetou as salas de ginástica, televisão e estudos, esta última conectada a um terraço, cuja altura corresponde às copas das árvores, passando a sensação de se estar fora da cidade.

A circulação da residência (figura 1) ocorre de duas maneiras: interpenetrada e agregada aos cômodos, ou seja, quando esta se inicia e termina nos mesmos, sendo muitas vezes, parte integrante deles – como ocorre na área destinada ao setor social – ou quando esta cumpre apenas a desempenho de movimento, o que ocorre nos setores mais íntimos da casa.

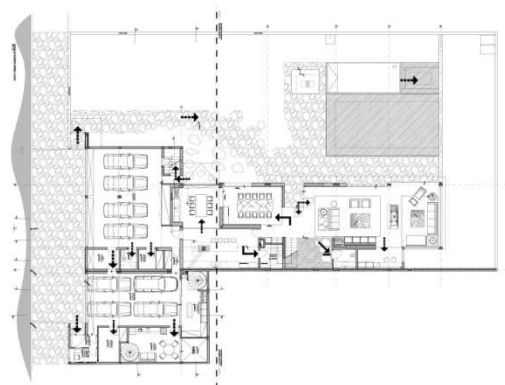




FIGURA 1: Detalhe da circulação.

FONTE: www.architecturenewsplus.com/projects/1296

(modificado pelo autor)

“O equilíbrio é o estado de estabilidade conceitual ou perceptiva” Clark; Pause (1987). É a distribuição adequada de pesos e massas. A simetria é uma forma específica de equilíbrio. Existe quando a mesma unidade se apresenta a ambos os lados da linha de equilíbrio. Na residência, apesar de não apresentar fachadas simétricas, elementos que se repetem em ambos os lados da casa transmitem a sensação de equilíbrio, que também é transmitida pela volumetria da casa, repleta de recortes (vazios sobre cheios). A massa nos permite visualizar o “cheio” do edifício em relação ao vazio que o envolve – o seu contorno ou formato.

A permeabilidade entre ambientes e harmonia entre materiais caracterizam o projeto. Arthur Casas optou por uma estrutura mista de concreto armado e aço e também pelo drywall, para a separação dos cômodos internos.

A partir do processo da análise sintetizada sobre a residência foi permitida a compreensão quanto à variedade de soluções empregadas para os problemas implícitos na realidade da obra concebida, atendendo tanto as necessidades impostas e exigidas pelo usuário quanto à fidelidade ao conceito estabelecido pelo arquiteto. Promovendo, também a expansão de conhecimentos e maior fundamentação quanto à criação de novos projetos, ou seja, sendo esta referência e apoio para futuro desenvolvimento de outras idéias.

REFERÊNCIAS:

ARCHITECTURE NEWS PLUS - *Architecture & Design Resource*, 2008. Disponível em: <www.architecturenewsplus.com/projects/1296>. Acesso em: Agosto de 2011.

BAKER, G. H. *Análisis de La Forma*. 2. ed., México: Gustavo Gilli, 1998.

CHING, F. *Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1998.

PAUSE, Michael; CLARK, Roger H. *Arquitetura: temas de composición*. México: Gustavo Gili, 1987.



REVISTA AU. 2008. Disponível em *Revista AU*: <www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/206/transparencia-privada-214774-1.asp>. Acesso em: Agosto de

SILVA, Elvan. *Uma introdução ao projeto arquitetônico*. 2. ed., Porto Alegre: UFRGS, 1998. 2011.



A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA NO PLANEJAMENTO DO AMBIENTE HOSPITALAR

Gabrielle Prado Jorge – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Alessandro Souza Cavalcanti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A abordagem do trabalho nomeado como “A Importância da Arquitetura no Planejamento do Ambiente Hospitalar” tem como intuito esclarecer quais são as áreas de atuação da arquitetura dentro de um complexo contexto como o de um estabelecimento assistencial à saúde. Com isso, visa-se pontuar itens importantes para o desenvolvimento do projeto hospitalar, além de áreas inovadoras para a definição dos mesmos. A relevância de o ambiente hospitalar foi ponderada a partir das Conferências Mundiais de Promoção a Saúde, onde se passou a buscar por conformações e interações dos usuários ao projeto do ambiente hospitalar, sendo às preocupações não somente relacionadas apenas aos pacientes, mas também aos espaços da saúde. Entende-se, por tanto, a apreensão quanto às soluções do projeto e satisfação dos usuários e funcionários do estabelecimento e pacientes, relevando acima de tudo como a saúde sendo direito dos pacientes. Desta forma, o planejamento adequado no hospital, através de projetos arquitetônicos bem resolvidos e funcionais, é um meio de atingir esses objetivos além de obter inúmeros benefícios como: prevenção de riscos de infecções hospitalares, agilidade, qualidade e excelência dos atendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços da saúde, Planejamento adequado, Projetos arquitetônicos.

Na Conferência da Alma Ata, em 1978, como proposta de Saúde para Todos no Ano 2000, tendo como meta à atenção primária a saúde, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo UNICEF, expressou por meio da Declaração da Alma Ata que a saúde é intitulada como estado de completo bem estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença e/ou enfermidades. Mais tarde, em 1986, no Brasil, o conceito foi explicitado na VII Conferência Nacional da Saúde realizada pelo Ministério da Saúde, na qual a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, definida no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada por meio de diversos condicionantes.

Relevando acima de tudo como a saúde sendo direito dos pacientes e a partir de tais pontuações, iniciam-se o entendimento dos espaços da saúde, suas complexidades e carências,



a fim de evidenciar as apreensões quanto às soluções dos mesmos e a satisfação dos usuários, funcionários do estabelecimento e pacientes. Com isso ao considerar os edifícios da saúde, sua percepção deve ser voltada para conforto ambiental, dimensionamento, funcionalidade dos espaços e eficiência tecnológica.

De acordo com Ciaco (2010) que a arquitetura tem papel fundamental no sucesso ou não de um estabelecimento hospitalar é fato, pois a arquitetura constitui o processo que permite o planejamento de todo complexo contexto, apresentando a capacidade de levantar, analisar e trabalhar as necessidades de cada edificação. Através da arquitetura pode-se visualizar toda a problemática envolvida e equalizá-la a ponto de permitir a construção de ambientes adequados a cada situação.

Assim, entende-se que o planejamento arquitetônico deve ser capaz de atender as funções determinadas pelas singularidades dos espaços hospitalares e seus setores, considerando a tecnicidade, além de contribuir para o desempenho estético, aprimorando a recuperação e/ou permanência dos usuários dos ambientes. Portanto, para deliberar um projeto hospitalar deve-se atentar para fatores como: fluxos, setorização, circulação, flexibilidade e humanização.

Assim, a distribuição espacial na edificação deve ser avaliada segundo os fluxos, considerando os interfuncionais que ocorrem entre as diversas unidades funcionais dentro de o espaço hospitalar, e os intrafuncionais que ocorrem dentro de uma só unidade funcional. Em conjunto, a definição da setorização que estuda a forma de englobar setores afins, que tenham necessidade de aproximação, relevando ainda a circulação e orientação, que deixa de ser elemento de ligação entre os setores e passa a ser estruturador do edifício capaz de determinar o funcionamento do mesmo.

Por fim, a flexibilidade é a garantia de que as transformações decorrentes no estabelecimento da saúde, como a medicina e a tecnologia, garantem o dimensionamento do espaço com o objetivo de possibilitar alterações e/ou modificações internas e externas sem agredir a concepção arquitetônica original. E ainda, a humanização, como competência de propor um espaço mais humano, que de acordo com Rios (2009) surgiu como legítimo anseio das pessoas, trabalhadores e usuários dos serviços, pela melhoria das práticas da saúde. Entende-se, a partir dos direcionamentos do Ministério da Saúde, que o termo humanização, abrange: assistência que valoriza a qualidade do cuidado do ponto de vista técnico, o



reconhecimento dos direitos, da subjetividade e da cultura do paciente, e o valor do profissional da saúde, além dos atributos estéticos.

Pode-se citar como exemplo o arquiteto João Figueiras Lima, conhecido como Lelé, que garante às edificações hospitalares nível projetual rigoroso quanto à funcionalidade, distribuição espacial e fluxos, não deixando de lado a composição estética. A beleza é vista por Lelé, como chave para a humanização, visto que, em suas próprias palavras, ela “alimenta o espírito”. Deve-se, portanto possibilitar a junção dos fatores: humanização, através da beleza e funcionalidade (Lukiantchuki *et al*, 2010).

Por fim, entende-se de acordo com Sampaio (*apud* Foucoult, 1997) a arquitetura hospitalar é nomeada como “instrumento de cura”, onde o espaço deve ser definido com eficiência, enfatizando a preocupação com a circulação e ventilação, podendo funcionar como “máquina de curar”. Tornando-se assim, relevante a preocupação com o planejamento das edificações hospitalares a fim de propiciar um bom funcionamento e eficácia dependente do planejamento físico, suporte técnico, e qualificação do ambiente hospitalar.

REFERÊNCIAS

CIACO, R. J. A. S. *A Arquitetura no Processo de Humanização dos Ambientes Hospitalares*. 2010. 205p. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. 2010.

LUKIANCHUKI, M. A.; CARAM, R. M. *A Arquitetura Hospitalar e o Conforto Ambiental: Evolução Histórica e Importância na Atualidade*. Disponível em: <<http://www.usp.br/nutau/cd/160.pdf.htm>>. Acesso em 10 de abril de 2011.

RIOS, I. C. *Caminhos da Humanização na Saúde – Práticas e Reflexão*. São Paulo: Áurea, 2009.

SAMPAIO, A. V. C. de F. *A Arquitetura Hospitalar: Projetos Ambientalmente Sustentáveis, Conforto e Qualidade – Proposta de um Instrumento de Avaliação*. 2005. 402 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. 2005.



REVITALIZAÇÃO DA ST. CLAUDE AVENUE MAIN STREET

Giullia Vezozzo Braile – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof. Mestre Ana Flávia Galinari – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Após ser destruída pelo furacão Katrina, em 2005 a cidade de Nova Orleans situada no estado da Louisiana, Sul dos Estados Unidos encontrou dificuldades para se reerguer e voltar com suas atividades. Após quatro anos da passagem do furacão a cidade e áreas muito importantes dela não tinham conseguido se restabelecer. Imóveis se encontravam sem uso, comércios ainda se encontravam fechados e seus moradores sem trabalho. Na primavera de 2009 alunos e professores do Departamento de Estudos Urbanos e Planejamento do Instituto de Tecnologia de Massachusetts esboçaram um plano de Revitalização baseado no desenvolvimento da economia, engajamento da comunidade e desenho urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização, Desenvolvimento, Desenho Urbano.

A *St. Claude Avenue Main Street District* é o corredor comercial ao longo da Avenida *St. Claude* entre a Avenida *Elysian Fields* e a Rua *Press* na cidade de Nova Orleans estado da *Louisiana* – localizado no Sul dos Estados Unidos.

Como vibrante corredor comercial conhecido pelas suas lojas de mobiliários, mercado de peixes e clubes sociais, o bairro se esforçou para se reerguer após o furacão *Katrina* e no ano de 2009, após quatro anos várias lojas e casas continuavam vazias.

Segundo levantamentos da equipe, a Avenida ainda apresentava 40% de seus lotes e edifícios vazios ou sem ocupação. Então, na primavera de 2009 um grupo de quatorze estudantes e dois professores do Departamento de Estudos Urbanos e Planejamento da MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) ou Instituto de Tecnologia de Massachusetts trabalharam na reorganização da Avenida esboçando um plano de Revitalização baseado no desenvolvimento da economia, engajamento da comunidade e desenho urbano.

O engajamento da comunidade foi parte crucial do processo de planejamento e o projeto final foi altamente influenciado por informações recolhidas nas entrevistas, encontros da comunidade e grupos específicos. Toda a pesquisa adicional foi feita por trabalho em campo, documentação e análise de dados.



Para as análises do espaço urbano foram conduzidos diversos estudos pesquisas, focando em refazer a imagem do bairro. Os levantamentos incluíram estudos da quadras, contagens do tráfego, avaliações dos edifícios, mapas, análises do espaço verde e da situação do transporte e extensos documentos. Em meio às análises o bairro se revelou rico em recursos físicos, históricos, geográficos e culturais.

Os objetivos do projeto são marcados pelas oportunidades e desafios para a Avenida e identificados pelas análises e reuniões.

O projeto se esforça em melhorar a imagem do distrito e destiná-lo às comunidades locais e regionais. Melhorando fachadas de edifícios, destacando elementos históricos, auxiliando na tranquilidade do tráfego e aumentando a segurança, o projeto prevê o aumento de investimentos e do senso de orgulho dos moradores locais e vizinhos através do desenvolvimento econômico.

O projeto prevê também melhorias para os pedestres mesmo com a grande largura das ruas e o alto tráfego podendo assim, encorajar visitantes a circularem pelo bairro, investir seu tempo andando pelas ruas, gerando assim, mais atividades às lojas, oportunidades de interação social e a construção um senso de comunidade mais forte.

O projeto busca também atrair novos comércios que se destinem aos moradores locais e a comunidade regional. Estes comércios forneceriam empregos para os habitantes, atrairiam pessoas para visitas e compras, desenvolveriam relacionamentos na comunidade e sustentariam os comércios existentes, enquanto promoveriam ótimos incentivos para que outros investidores se localizassem no local. Alcançando este objetivo seria possível transformar a Avenida St. Claude em um lugar onde pessoas pudessem morar, trabalhar e se divertir.

O último e mais crítico objetivo é a organização da comunidade para auxiliar na implantação do projeto com suas habilidades e conhecimentos. Capacidades de longo prazo, novos parceiros, e novas fontes de recursos seriam necessários para o gerenciamento da revitalização.

A Avenida St. Claude é considerada como uma linha de divisão entre os bairros. No entanto, ao mesmo tempo, diversas partes interessadas dividem o desejo por um espaço mais bonito e seguro aonde as pessoas possam comprar coisas básicas do dia a dia. Este projeto



gerou desejos e necessidades nos moradores relacionados a diversos setores, enquadrando a Avenida como um recurso que os vizinhos dividem.

Essa estrutura também enfatiza que mudanças acontecerão nos trabalhos coletivos dos residentes, donos dos comércios e outros parceiros.

Melhorias físicas nos espaços públicos ao longo do corredor podem também ajudar a neutralizar a significativa largura da rua e pode revelar qualidades históricas do bairro, criando maior prazer e interesse dos pedestres.

De acordo com os autores a sinalização - identificadas na legenda como *Signage* - funciona como uma peça chave na identidade, imagem e sucesso do bairro e pode atingir diferentes objetivos dependendo da sua forma e conteúdo. Para a Avenida *St. Claude* foram necessárias quatro diferentes sinalizações: “*wayfinding*”, de identidade, educacional e informativa.

Estrategicamente colocados, os bancos e áreas para sentar são uma estratégia de marcar o lugar. Situados em locais apropriados os bancos podem chamar a atenção de quem estiver esperando pelo ônibus, pelos amigos, ou simplesmente assistindo o movimento. Os bancos também são os “olhos da rua”, reduzindo oportunidades para o crime e aumentando o senso de segurança.

A restauração dos espaços verdes providenciará aos usuários sombra e embelezamento do canteiro central, encorajando a todos a manutenção do corredor, além de acalmar o tráfego.

REFERÊNCIAS

MIT DEPARTMENT OF URBAN STUDIES AND PLANNING. “*ST. CLAUDE IN COMMON - Revitalizing Urban Main Streets*”. MIT, Estados Unidos, 2009. Disponível em: <http://nola.mit.edu/~cil/nolawiki/images/5/51/St._Claude_In_Common_Final_Report.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2011.



RELAÇÃO DE MÚSICA E ARQUITETURA

Iracema Ishii dos Santos – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Lucas Raffo Souza – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado “Relação de Música e Arquitetura” refere-se a um recorte da pesquisa de um anteprojeto em andamento de uma Escola de Música para a cidade de Iporã-Paraná, elaborado para embasamento teórico do Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, apresentado à Unifil – Centro Universitário Filadélfia. A pesquisa serviu de base para o conceito do anteprojeto, e narra a relação da música com a arquitetura, de modo a contemplar as semelhanças e dessemelhanças encontradas em ambas às artes. Observa-se que tal relação não é novidade na literatura ocidental, mas, pelo contrário, apresenta-se como uma clássica ligação que remonta a Antiguidade. Não apenas por constituírem como duas grandes manifestações artísticas humanas, mas também pelo elo direto que a matemática as proporciona, assim como pelos parâmetros de composição, a harmonia e o ritmo, exigidos pelo conceito de suas obras. Dessa forma, além do vínculo funcional representado pelos cálculos matemáticos, foram pesquisadas as correlações teóricas, metafóricas, formais e processuais. Em suma, acredita-se que o elo entre a música e a arquitetura se dê na essência que forma as duas artes.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Música. Música e Arquitetura.Arte.

Entrelaçar a música à arquitetura não é algo novo, muito pelo contrário, desde a antiguidade essa relação se mostrou como uma necessidade. É possível observar que além da conexão funcional representada pelos cálculos acústicos, vários itens são investigados nessa relação. São elas: correlações teóricas, metafóricas, formais e processuais. Dessa forma, o principal elo entre a essência da música e da arquitetura está centrado na matemática, em elementos da aritmética e da geometria (razões, proporções, séries, etc.). Porém não só de semelhanças será tratado aqui, mas serão apontadas também as dessemelhanças que conferem independência às duas artes.

A arquitetura clássica se caracteriza por um senso absoluto de equilíbrio, subordinando suas proporções à ordem matemática (Cf. RABELO, 2007). Desde a antiguidade até os dias atuais, os princípios geométricos como a seção áurea e a série do matemático Fibonacci, por exemplo, têm sido amplamente empregados tanto na arquitetura



como na música. Tal utilização era um modo de repetir no plano dos homens, a perfeição das proporções e razões do universo. Mostrando que ambas as artes se amparam muitas vezes nos mesmos fundamentos matemáticos.

Não é raro encontrar pela história, renomados arquitetos que vislumbrassem a importância dos conhecimentos da música aliada à matemática para a o aprimoramento da arquitetura.

No século I a.C. em Roma, depara-se com Vitruvius Pollio, escritor do *De Architectura*, que considerava fundamental o conhecimento musical na formação do arquiteto. Vitruvius ressaltava que o arquiteto deveria conhecer a música e compreendê-la, de tal modo a dominar a teoria matemática e canônica (Cf. BARRETO, 2000).

Já no Renascimento, Leon Battista Alberti (1404-1472), considerado por seu tratado de arquitetura como um marco desse período (Cf. ABREU; LIMA, 2004), baseava-se nas relações harmônicas e na música para escolha das proporções ideais de arquitetura. Estabelecendo, dessa forma, um princípio ordenador. Alberti alegava que a relação de medidas e proporções tinha a ver com a música, e quando se mudava algo, era como um discordar da música.

O filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) acreditava que a música fosse à arte universal, a mãe de todas as artes (Cf. ROSA DIAS, 2000). Segundo Schopenhauer a música poderia ser reduzida às relações numéricas, corroborando com Pitágoras. A música constituiria, portanto, o princípio originário da vida. Daí a famosa frase de que a *arquitetura seria a música congelada*. Dessa forma, a arquitetura seria a materialização da música, ou seja, a corporificação do ritmo, da harmonia, no tempo e no espaço. Portanto, a estrutura rígida que compõe a arquitetura no espaço daria razão à afirmação de ser ela a música congelada (Cf. DIAS, 2004). Mas se por um lado seria ela congelada em sua forma, de outro modo, poderia observar que a arquitetura também pode se constituir nas sensações criadas nos seres humanos. E estas sensações nada têm de estanques, de rígidas, ou seja, nada têm de congeladas.

O som e a figuração tornam-se um elemento criado pela arte e pela expressão puramente artística. E sob este aspecto, pode-se comparar a música à arquitetura, visto que esta toma as suas formas não através do que existe, mas da imaginação criadora, de acordo com as leis da gravidade e as regras da simetria e da eurritmia.



A música está entre esses dois aspectos, por um lado, segue independentemente da expressão, as leis harmônicas dos sons, e por outro, pelo retorno do compasso e do ritmo (Cf. HEGEL, 1997).

A própria estrutura da música é o todo da composição formada. Do mesmo modo, como afirma Moraes (1991), ao ouvir a música intelectualmente, encontra-se como base estrutura e forma. Estes elementos são também encontrados na arquitetura.

Desta forma é que a música surge como o domínio não só da profunda interioridade da alma, mas também do mais rigoroso entendimento, de modo a reunir em si dois extremos que podem tranquilamente se emancipar um do outro. E é exatamente por esta emancipação que a música apresenta um caráter arquetônico: quando se encontra desligada da expressão dos sentimentos, se lança a construir por si mesma um verdadeiro edifício de sons musicalmente regrado (Cf. HEGEL, 1997).

Não obstante todas estas semelhanças, a música evolui num domínio que está em oposição com o da arquitetura. É certo que ambas as artes se baseiam em relações quantitativas, de massa, mas os materiais trabalhados segundo estas relações são de natureza completamente opostas.

“Enquanto a arquitetura utiliza a massa sensível na sua calma coesão e forma espacial exterior, a música extrai da matéria espacial a alma sonora, para a deixar expandir-se livremente com diferenças quantitativas de sonoridades e duração” (HEGEL, 1997, p.293).

Portanto, verifica-se que as duas artes pertencem a esferas totalmente diferentes, enquanto a arquitetura edifica as suas extraordinárias produções para a percepção exterior, o mundo dos sons penetra diretamente pelo ouvido até o interior da alma para nela despertar emoções (Cf. HEGEL, 1997).

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Fellipe de Andrade. *Estudo dos conceitos de ordem e relação, estética pitagórica e fórmula nas tratadísticas de Leon Battista Alberti e Andrea Palladio*. 2004. Trabalho Final de Graduação, UFPE/CAC/DAU. Recife, 2004.

BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro. *Excerto de Vitruvius – Os dez livros sobre arquitetura*. [S/D]. Disponível em <<http://e->



groups.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2000/vitruvio/excerto.htm>, acessado em 13 de abril de 2011.

DIAS, Rosa Maria. O gênio e a música em Humano Demasiado Humano. In: O que nos faz pensar. *Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-RJ*, 2000.

DIAS, Solange Irene Smolarek. Arquitetura é música congelada?. *Revista Virtual Ecos*, 2004. Disponível em <<http://www.fag.edu.br/professores/solange/PRODUCAO%20CIENTIFICA/ARQUITETURA%20%C9%20MUSICA%20CONGELADA%20publicado%20Revista%20Ecos.pdf>>. Acessado em 10 de abril de 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedric. *Curso de Estética: O Sistema das Artes*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORAES, J. Jota de. *O que é música?* São Paulo: Brasiliense, 1991.

RABELO, Frederico André. *Arquitetura e Música – Interseções Polifônicas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Católica de Goiás, Goiás. 2007.



A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO NA ARQUITETURA HOSPITALAR

Jéssica Castoldi Picchi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Agustin Martinez Viñas – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Pretende-se nesse estudo abordar sobre os conceitos da humanização na arquitetura hospitalar, e porque atualmente a humanização se faz imprescindível para se obter bons resultados em estabelecimentos assistenciais de saúde. Na questão da humanização será visto como se pode trabalhar com os itens referentes a esta que auxiliam no bom desempenho do edifício, como o conforto ambiental, uso da vegetação e cores no ambiente. Desse modo será possível notar como a humanização interfere nos ambientes e como pode proporcionar melhores condições de qualidade para os estabelecimentos de saúde, sendo benéfico tanto para os pacientes usuários, como para os funcionários.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização; Arquitetura Hospitalar; Qualidade nos estabelecimentos assistenciais de saúde.

Como foi colocado por CORBIOLI (2003), em artigo à revista Projeto Design sobre o 1º Seminário de Arquitetura Hospitalar, os aspectos mais comentados atualmente são sobre flexibilidade e humanização dos espaços, sendo estes pontos relevantes e de suma atenção na realização de projetos relacionados à arquitetura hospitalar.

O arquiteto também pode colaborar, de acordo com SAMPAIO (2005), projetando ambientes de descanso, tranquilidade, relaxamento, que permitam que o paciente se sinta mais confiante e que tenha condições de se recuperar, além de proporcionar aos profissionais melhor qualidade em seu ambiente de trabalho. BOING (2003) ressalta a importância de trabalhar com a humanização nas áreas de estar e circulação.

Durante realização de tarefas, de acordo com MIQUELIN (1992), o ser humano gasta muito mais energia quando as condições de conforto são desfavoráveis. Em edifícios na área da saúde, já existem situações críticas e estressantes onde questões ambientais e ergonômicas não devem ser mais um motivo de descontentamento.

O conceito mais recente relacionado ao conforto do usuário, surgido nas últimas décadas é, segundo BOING (2003) a humanização.



Segundo BOING (2003), aspectos relacionados ao conforto térmico foram os primeiros a surgir em edifícios hospitalares incorporando a água ao edifício como melhoria do conforto térmico e preocupações com a ventilação dos compartimentos destinados aos doentes.

Já em relação ao conforto visual, a quantidade de luz tem que ser adequada para a realização de tarefas visuais e é importante que não haja ofuscamento, SAMPAIO (2005). Para isso, é importante a preocupação com a localização, a orientação, o tipo, o tamanho e a forma geométrica das aberturas.

O conceito de acústica, diferentemente dos demais, segundo BOING (2003), é recente na arquitetura hospitalar e se relaciona com a inserção de novas tecnologias em equipamentos e sistemas mecanizados.

De acordo com GÓES (2004), a cor é um item essencial na composição arquitetônica e para proporcionar humanização. SAMPAIO (2005) complementa o que foi colocado por GÓES dizendo que a cor interfere no estado emocional, na produtividade e na qualidade das atividades desenvolvidas.

A cor é considerada um estimulante psíquico de grande potência que pode afetar o humor, a sensibilidade e produzir impressões, emoções e reflexos sensoriais muito importantes, podendo perturbar o estado de consciência, impulsionar um desejo, criar uma sensação de ambiente, ativar a imaginação ou produzir um sentimento de simpatia ou repulsa, atuando como uma energia estimulante ou tranquilizante. Seu efeito pode ser quente ou frio, aproximativo ou retrocessivo, de tensão ou de repouso. (COSTI, 2002, p.115)

Outro fator importante no conforto e qualidade dos ambientes, colocado por SAMPAIO (2005), é o uso da vegetação e da água. As plantas, assim como a água, têm grande influência na questão do conforto térmico, visual, acústico e olfativo. O mesmo autor ainda afirma que a água é um artifício que transmite a sensação de frescor, tranquilidade, paz e usada em movimento, pode ampliar os efeitos psicológicos positivos.

CORBIOLI (2000), também coloca que o objetivo de um projeto humanizado é o de criar espaços saudáveis com a sensação de bem-estar e boa relação entre o ser humano e o meio. Para adquiri-lo pode-se utilizar da ajuda de projeto paisagístico, com uma boa iluminação, uma clara e agradável sinalização dos espaços e também pela utilização da cor.



De acordo com CORBIOLI *apud* POMPEU (2003). Ainda citam que para obter bons resultados, os espaços podem ser motivados por formas, cores, ambientação, luz, som, odores, jardins, entre outras possibilidades, procurando sempre adotar soluções de humanização.

REFERÊNCIAS:

BOING, Cristine Vieira Ângelo. *Sistemas de circulação vertical e horizontal no deslocamento dos funcionários em edifícios hospitalares*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

CORBIOLI, Nanci. Ambiente hospitalar requer humanização e potencial de atualização constante. *Revista Projeto Design*, São Paulo, 283. ed., set. 2003.

CORBIOLI, Nanci. Arquitetura da saúde requer flexibilidade para incorporar avanços da medicina. *Revista Projeto Design*, São Paulo, 248. ed., out. 2000.

COSTI, Marilice. *A influência da luz e da cor em salas de espera e corredores hospitalares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

COES, Ronald de. *Manual prático de arquitetura hospitalar*. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

MIQUELIN, Lauro Carlos. *Anatomia dos edifícios hospitalares*. São Paulo: CEDAS, 1992.

SAMPAIO, Ana Virgínia Carvalhais de Faria. *Arquitetura hospitalar. Projetos ambientalmente sustentáveis, conforto e qualidade – proposta de um instrumento de avaliação*. Tese (Doutorado na área de Concentração de Estruturas Ambientais). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. São Paulo, 2004.



ARQUITETURA DO ESPETÁCULO E O PLANEJAMENTO ESTRÁGICO COMO IMPULSIONADORES DO DESENVOLVIMENTO URBANO

João Pedro Brustolon Pavesi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Mestre Suelly de Oliveira Figueiredo Puppi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A pesquisa intitulada “Arquitetura do espetáculo e o planejamento estratégico como impulsionadores do desenvolvimento urbano” é uma análise desenvolvida para a realização de um trabalho final de graduação ainda em andamento intitulada “Anteprojeto de um mercado municipal para a cidade de Sinop – MT”, afim de, tornar-se uma diretriz projetual para a realização do mercado municipal. A arquitetura do espetáculo se destaca através da sua monumentalidade e pelas formas arrojadas, pelo poder de atração de pessoas, além dos impactos causados nas cidades em que as obras são inseridas. Ao aliar-se ao planejamento estratégico, quando bem idealizado, as oportunidades de desenvolvimentos são inúmeras, dentre elas o desenvolvimento econômico, aumento do turismo, oportunidade de negócios. Neste artigo apresentam-se os aspectos negativos e positivos dessa arquitetura e do planejamento, afim de, mostrar que, quando bem realizada, a arquitetura pode ser considerada um instrumento para impulsionar o desenvolvimento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, Espetáculo, Planejamento Estratégico e Oportunidades.

A arquitetura do espetáculo caracteriza-se pela monumentalidade, pelas formas arrojadas e pelas inovações técnicas das obras, destacando-se das demais construções.

De acordo com HAZAN (2003), em vários momentos na história do mundo, os governantes utilizaram a arquitetura do espetáculo para atribuir uma nova vitalidade aos espaços urbanos, dentre elas, os templos e os monumentos. A utilização deste tipo de construção vem ocorrendo como forma catalisadora, ou seja, auxiliam no processo de desenvolvimento dos centros urbanos.

Palácios, castelos e fortalezas, são alguns exemplos de arquitetura do espetáculo, obras que embelezam as cidades e contribuem para o turismo, além de proporcionar sentimento de orgulho aos moradores dessas cidades (TEPERMAN, 2009).

A arquitetura do espetáculo associa-se ao planejamento estratégico das cidades como um dos vetores de desenvolvimento através da atração de investimentos públicos e privados. De acordo com LOPES (1998), caracteriza-se o planejamento estratégico como importante



fator para estruturas e sistemas urbanos das cidades, em ações de melhoria do bem-estar social e de criação de novas oportunidades.

O planejamento estratégico melhora a posição competitiva da cidade e a fortalece, além de contribuir para o aumento das transações comerciais. (GUELL, 1997).

Sem o planejamento adequado, somente a arquitetura não tem o poder de transformação, uma vez que, os impactos causados pela mesma, devem ser aproveitados de forma a induzir um desenvolvimento a partir dos benefícios que ela é capaz de produzir, como por exemplo, o aumento do número de turistas, a inserção da cidade no circuito internacional do turismo arquitetônico e o desenvolvimento econômico.

A revitalização do Pelourinho em Salvador é um exemplo de um mau planejamento estratégico, uma vez que, a prefeitura via o local como um grande potencial para o turismo em larga escala, sem preocupação com as características locais dos moradores e frequentadores do Pelourinho.

De acordo com SANTOS JUNIOR; BRAGA (2009), a revitalização do Pelourinho em Salvador consistiu na melhoria das condições sociais e de habitação da população e na valorização econômica, sobretudo através da atividade turística. Entretanto, a substituição das características particulares por elementos da cultura de massa, voltada para atender a um turismo de alta renda, transformou-se em problemas relacionados à perda das atividades cotidianas da área e à expulsão da população residente, acarretando mudanças das características culturais da área, comprometendo seu caráter singular.

Apesar do exemplo de Salvador, existem experiências de planejamento estratégico, vinculada a produção de uma arquitetura do espetáculo. Cidades como Paris, Bilbao na Espanha e Niterói - RJ são alguns lugares, que estão colhendo os frutos dessa união entre planejamento e arquitetura.

Em Paris, a torre Eiffel, com seu caráter monumental, deixa explícita a capacidade arquitetônica que um monumento e/ou um edifício possui de marcar espaço, de atração turística por trás do mesmo e principalmente de se tornar símbolo de uma cidade e de um país.

Ainda nas palavras de HAZAN (2003), os governos vêm utilizando as construções monumentais com o intuito de gerar um desenvolvimento local, e até a revitalização das cidades.



Um dos mais importantes exemplos da arquitetura contemporânea é o museu Guggenheim de Bilbao, responsável pela transformação da cidade de Bilbao na Espanha.

O legado que a arquitetura do espetáculo trouxe para a cidade de Bilbao é inegável, o Guggenheim de Bilbao, além de requalificar algumas áreas da cidade, trouxe o turismo para o entorno do museu e reacendeu a economia da região. A obra projetou a cidade de Bilbao a nível internacional. O dinheiro investido na obra, cerca de 650 milhões de euros, foi recuperado em menos de dez anos. (AYESHA, 2008.).

Ainda de acordo com AYESHA (2008), Bilbao a pobre cidade do país basco, hoje movimenta milhões de dólares entre serviços de hotelaria, transportes e entretenimento. E tudo começou com um grande elemento escultórico que, por acaso, também é um museu.

Em Niterói - RJ, o museu de arte contemporânea da cidade, se tornou um marco para o município atraindo turistas de todos os lugares.

O museu de acordo com HAZAN (2003), é um verdadeiro ícone. Sua implantação estratégica facilita a visualização de diferentes pontos da cidade e de municípios vizinhos. A implantação do mesmo acarretou em inúmeros benefícios, dentre eles, a renovação da área em que se encontra e a revigoração da cidade.

A arquitetura surge como uma simples necessidade do homem de se proteger a milhares de anos atrás, mas com o passar dos anos, se torna uma das principais impulsionadoras do desenvolvimento de uma cidade, e de um país, como é o caso da arquitetura do espetáculo. Com a sua capacidade de transformar o espaço e de fazer com que uma edificação se torne símbolo de uma nação, é capaz até de colocar um continente em evidência, como é o caso da ópera de Sydney. Além de influenciar milhares de pessoas ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

AYESHA, Luciano. Arquitetura do espetáculo. In: *Espaço imaginário: arquitetura, urbanismo, arte, política, cidadania e futilidade*. 2008. Disponível em <<http://espacoimaginarius.blogspot.com/2008/06/arquitetura-do-espetculo.html>>. Acesso em 14 abril de 2011.



GUELL, José Miguel Fernández. *Planificación estratégica de ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

HAZAN, Vera Magiano. *O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos*. *Arquitextos*, São Paulo, 04.041, Vitruvius, oct 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/645>>. Acesso em 15 de abril de 2011.

LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional: O planejamento Estratégico de Cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos; BRAGA, Paula Marques. *O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. E as lições das Cartas Patrimoniais*. *Arquitextos*, São Paulo, 09.107, Vitruvius, abr 2009. Disponível em: <<http://vitruvius.fr/revistas/read/arquitextos/09.107/59>>. Acesso em 24 de maio de 2011.

TEPERMAN, Sergio. O espetáculo da arquitetura: A arquitetura do espetáculo. *Revista AU*. São Paulo: Pini, n. 181, p. 90-91, abr. 2009.



BIBLIOTECA DE BAIRRO PARA LONDRINA

Juliana Lavra Manzoni – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Roberto Mititaka Ikeda – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A busca pela sobrevivência marcada em toda história da humanidade compõe a evolução humana. Nota-se esta busca em diversos relatos descritos pelo homem desde a era primata, ainda que de forma não intencional. Se tratando do processo de produção da documentação, esta surgiu anterior ao nascimento do que hoje chamamos de livro, sendo estes modernizados e contendo informações imprescindíveis para se entender a evolução a que se refere. Com a necessidade de armazenamento foram surgindo as bibliotecas, que muitas vezes foram vistas na história como sendo somente um local de armazenamento de conhecimento. A evolução da ideia, somada à grande quantidade de informações adquiridas pelo homem, contribuiu para o surgimento dos primeiros acervos, atravessando barreiras, cruzando décadas e séculos e chegando nas bibliotecas que conhecemos e utilizamos hoje. Devido a este fato, este artigo aborda aspectos teóricos que norteiam o projeto da Biblioteca de bairro para a cidade de Londrina, onde recentemente foi apresentada como a nova metrópole brasileira, sendo exemplo a ser seguido por outras diversas cidades. No entanto, uma das falhas encontradas na cidade foi a ausência de locais que sirvam de referência para o conhecimento. A partir daí, começou-se o estudo de um projeto de Biblioteca de Bairro, a fim de amenizar a deficiência deste quesito. Este texto está dividido em três partes: na primeira é apresentado alguns aspectos conceituais relativos a biblioteca, na segunda, a evolução histórica das bibliotecas, e na terceira, é abordada sua fase atual.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca, Evolução histórica, Conhecimento.

“Biblioteca é uma coleção de livros, organizada de modo a conservá-los e guardá-los para serem consultados e lidos com facilidade” (JUNIOR, 2003, p.15). Martins (2002) critica o pensamento de a biblioteca ser apenas um depósito de livros. Em sua definição, ela (biblioteca) é a chave para a circulação para todas as outras correntes da existência social. “A biblioteca se tornou circulante: ela é circulante pelo empréstimo de livros a domicílio e pelas poderosas antenas motorizadas que alcançam todas as regiões circunvizinhas” (MARTINS, 2002, p.325).



Milanesi (1983) frisa que a história da biblioteca é a história do registro da informação, destacando que pode ser considerada, como a própria história da humanidade. Um grande avanço na história da humanidade, ocorrido na Antiguidade, foi o surgimento dos papiros, que sucedeu as placas de argila.

A arquitetura das bibliotecas desta época demonstrava-as como um depósito de livro, segundo MARTINS (2002). Na grande biblioteca de Nínive, o “depósito de livros” não tinha saída para o exterior, a sua única porta parecia dar para o interior do edifício. “Da mesma forma, as bibliotecas medievais se situam no interior dos conventos, lugares dificilmente acessíveis ao profano, ao leitor comum.” (MARTINS, 2002, p.72).

O Museion de Alexandria, uma espécie de centro de cultura da Antiguidade, chegou a reunir, acredita-se, cerca de 500 mil volumes de pergaminhos literários. No entanto, em 47 a.C., esta biblioteca primitiva foi destruída.

A tipologia predominante nos edifícios das bibliotecas obedecia, por cerca de 20 séculos, basicamente a uma lógica entre duas concepções diferentes da relação estabelecida entre o espaço para a leitura e o espaço para a armazenagem do acervo. Duas tendências são tomadas, para que se possa ter como exemplo e compreender melhor arquitetura de biblioteca. A tendência “Clássica” – surgida na Antiguidade. Para Brawne (1970), era um local amplo, revestido de estantes para rolos de pergaminhos ou papiro e com esculturas colocadas em nichos. Os leitores se utilizavam do espaço central para a leitura. Esta tendência foi abandonada juntamente com a queda do Império, devido às constantes invasões bárbaras. Pevsner (1980) frisa que, neste momento, as bibliotecas são seladas como tumbas. A outra tendência – originalmente um costume monástico – conferiu muito mais a transcendência ao leitor. Brawne (1970) diz que era uma organização baseada no princípio da “cela”, em que o leitor se acercava de uma pequena quantidade de livros, com iluminação natural adequada e um pequeno espaço destacado de um todo maior, que lhe permitia maior concentração e conforto em sua leitura. Esta tendência permaneceu por toda a Idade Média, avançando, inclusive, para o Renascimento. Porém, o aumento do volume de livros, por volta de 1500 (feito atingido graças à invenção da imprensa, por Gutenberg), somado às redescobertas da arquitetura clássica de Grécia e Roma, permitiu o retorno ao tipo “clássico” – após dez séculos – com pequenas alterações.



Brawne (1970) conta que estas duas tendências perduraram até aproximadamente o século XIX, quando, neste momento, a sala de leitura se desvinculou da área de armazenagem do acervo. O conflito entre espaço individual e espaço coletivo sofreu uma drástica mudança de referências e escala. De um organismo estático, destinado à conservação documental, as bibliotecas passaram a desempenhar papel de grande importância na vida social, contribuindo para a democratização do ensino e da cultura dos povos. (SPONHOLZ, 1984, p.01)

Atualmente, a biblioteca é considerada uma instituição básica de qualquer nação, visando desenvolvimento cultural e artístico, consolidando-se como um espaço de socialização e difusor do conhecimento, remetendo o arquiteto à função de articulador da instituição. A Biblioteca evoluiu, ela tornou-se uma instituição voltada à educação do cidadão, da expansão da sua cultura e do seu lazer, ligadas à necessidade de informação para atividades diárias. Essa evolução ocorreu tanto no espaço físico como no programa funcional. As bibliotecas implantaram sistemas mais atrativos e convidativos, a fim de manter seu papel de centro da informação e conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRAWNE, Michael. *Bibliotecas: Arquitectura – Instalaciones*. Barcelona, Blume, 1970.

JÚNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina – PR: UEL, 2003.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed., São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, Luís. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEVSNER, Nikolaus. *Historia de las tipologías arquitectónicas*. 2. ed., Barcelona, Gustavo Gili, 1980.

SPONHOLZ, Regina Maria Lamas Pegoraro. *Atribuições de Bibliotecários em Bibliotecas Públicas*. São Paulo. Pioneira, 1984.



POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS: ESTUDO PARA PROJETO

Juliana Osawa – Centro universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Mestre Marina Ferrari de Barros – Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A elaboração uma proposta que tem como um de seus objetivos a provisão de moradia digna à população de baixa renda, exige a abordagem de alguns aspectos que permitem conhecer de forma mais aprofundada e objetiva as condições de moradia da população brasileira. Apesar do direito à moradia digna estar assegurado pela Constituição Federal a todos os cidadãos brasileiros e sua garantia de competência se estender às três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), a realidade habitacional de grande parcela da população brasileira é precária. A expressão disto pode ser observada no crescimento da população moradora de favelas, cortiços e moradias consideradas “subnormais”, ou seja, moradias que não oferecem o mínimo de condições de conforto para o atendimento das necessidades básicas do ser humano. Sendo assim, este trabalho apresenta um breve histórico das políticas habitacionais implementadas no Brasil com o objetivo de revelar a importância da compreensão das políticas habitacionais como forma de viabilizar a implantação do projeto arquitetônico de unidades habitacionais de interesse social no país, corrigindo distorções como a produção de uma proposta de moradia desvinculada do acesso à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Política habitacional, Habitação de interesse social, Planejamento urbano.

O crescimento das cidades e, conseqüentemente, o processo de urbanização do Brasil, se deu, segundo diversos autores (RIBEIRO & CARDOSO: 1996, TOPALOV: 1996, MARICATO: 2001 e BONDUKI: 1998), com a expansão das atividades ligadas à cultura do café. Esse crescimento se traduz em problema habitacional, quando estas cidades, desprovidas de estrutura urbana e de políticas públicas sociais habitacionais para o assentamento de todo este contingente de trabalhadores, e regidas por uma sociedade patrimonialista e clientelista, leva esta população a se aglomerar em habitações precárias, segundo o que as suas condições de renda permitem, caracterizando os cortiços.



Se no passado a paisagem familiar era formada pelos cortiços, hoje o crescimento da população e da pobreza construiu um novo panorama, caracterizado pelas favelas, pelos loteamentos periféricos, loteamentos ilegais e por uma multidão de desabrigados.

Segundo CANO (apud BONDUKI, 1998), embora sempre tivessem existido habitações precárias na cidade de São Paulo, elas só passaram a ser consideradas um problema pelas autoridades em meados da década de 1880, quando começaram a florescer as atividades urbanas associadas ao complexo cafeeiro. Isso demonstra o caráter secundário do problema habitacional dentro das políticas públicas da época. As primeiras intervenções foram marcadas pelo autoritarismo da ordem sanitária, que segundo BONDUKI (1998) promovia desinfecções violentas e arbitrárias, interdições e demolições das edificações que abrigavam as habitações insalubres, expulsando a população de baixa renda de suas casas, sem a preocupação de alojamento posterior.

A partir de 1930, no período Vargas, o problema da habitação social, tornou-se público e o governo passou a procurar alternativas mais eficazes para a resolução deste problema, intervindo de maneira mais relevante. De 1930 a 1945, destacam-se duas iniciativas federais, como: os IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) e a FCP (Fundação da Casa Popular), como tentativas frustradas de implementação de política habitacional efetiva por parte do governo.

Os IAPs, originários das CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensões), estavam estruturados na contribuição tripartite (empregado, empregador e Estado). O atendimento habitacional definido mais como modalidade de investimento do que como direito dos associados, fato evidenciado pela construção de habitação para média e alta classe, e o financiamento de empreendimentos de outras origens que não somente o habitacional para a mesma, objetivando a retomada do capital empregado, desconsiderou as necessidades da população de menor renda, maior necessitada e também contribuinte dos IAPs. Apesar de tudo, habitações sociais foram construídas, e financiamentos para compra de terreno e construção de casa própria também foram concedidos a uma parte dos trabalhadores.

Outra tentativa frustrada do setor habitacional se deu entre o período de 1945 e 1950 com a Fundação da Casa Popular (FCP) criada no governo Dutra. Instituída com a intenção de unificar os recursos dos IAPs para a realização de obras (não só conjuntos habitacionais) sociais voltadas à habitação de interesse social, não conseguiu perpetuar, pois segundo



BONDUKI (1998, p.115), “os grupos sociais que mais seriam beneficiados estavam desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, ao passo que os setores que se opunham ao projeto, por interesses corporativos, econômicos ou políticos, agiram com eficiência para desmantelá-lo”.

Na política habitacional implementada pelo BNH, financiada pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação, reunia em sua maior parte recursos provindos do FGTS - Fundo de Garantia por tempo de serviço) de 1964 a 1986 (período de sua atuação), foi, segundo MARICATO (1997), difundida, propagandeada e enaltecida a casa própria. Destaca-se no BNH, em sua última fase de atuação, apesar deste reconhecer e tentar incorporar a parcela da população brasileira que ganhava de um a três salários mínimos, a qual, até então, era excluída da maioria das opções de moradia e financiamento oferecidas pelo BNH, verifica-se, ao fazermos a relação entre o número de habitações financiadas e a faixa da população atendida, que o atendimento à demanda da população de baixa renda é incipiente. De acordo com CARDOSO (1986), dos 4,5 milhões de unidades produzidas, 48,8% foram destinados aos setores médios e somente 33,5% envolveu os setores populares.

O período posterior à extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação) é caracterizado de acordo com CARDOSO (1986) por um processo de “desarticulação progressiva da instância federal”, com fragmentação institucional, perda de capacidade decisória e redução significativa dos recursos disponibilizados para investimentos na área de habitação de interesse social.

Ao analisarmos as políticas habitacionais implementadas, dois grandes problemas são levantados:

- os programas habitacionais implantados não conseguiram atender uma parcela significativa da população de baixa renda, pois esta possuía renda menor do que a mínima necessária para o financiamento da moradia oferecido pelos mesmos;
- a falta de políticas fundiárias que acompanhassem estes programas, pois sabemos que a moradia digna envolve estrutura urbana, rede de transportes e acesso fácil ao trabalho e, depende da inclusão desta população em um espaço urbano que possua estas características, ou seja, na cidade oficial onde o solo urbano sob domínio da especulação imobiliária não permite este tipo de ocupação.



Assim, a partir dos anos 80, de acordo com ROLNIK (2003), como produto da luta dos assentamentos irregulares pela não remoção, pela melhoria das condições urbanísticas e regularização fundiária, um novo instrumento urbanístico começou a ser desenhado em várias prefeituras do país: as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), ou Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).

Em 2009 o Governo Federal criou o Programa Minha Casa Minha Vida, (PMCMV) tendo como financeiras autorizadas o Banco Central do Brasil ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Tem por objetivo incentivar a construção de casas diminuindo assim o déficit habitacional, dando-lhe acesso a moradia digna, principalmente, famílias com renda familiar de até R\$ 1.395,00. Os financiamentos são feitos com os recursos de subvenção econômica do Orçamento Geral da União e contrapartidas dos Estados ou dos municípios, conforme Diário Oficial da União (2009).

Observa-se um avanço desta última política habitacional com relação às anteriores, no sentido em que esta, corrige problemas que tinham o BNH, como a transferência das unidades produzidas para a classe média em detrimento da população de baixa renda, pois oferece também linhas de financiamento que compreendem faixas de renda maiores. Também, reconhece que política habitacional não pode ficar a cargo apenas dos municípios e Estados e deve ser nacional, corrigindo as distorções econômicas entre os estados brasileiros na provisão de moradia.

No entanto, a falta de planejamento e a cultura da sacralização da propriedade privada no país revelam a falta de preparo dos municípios na constituição de um “banco de terras”, de forma a aliar o acesso à moradia ao acesso à cidade preenchendo os vazios urbanos consolidados com a implantação de habitação de interesse social. Ainda que os instrumentos disponíveis para corrigir este problema e constituir este “banco de terras”, fazendo valer a função social da propriedade urbana estejam há 10 anos disponíveis para a regulamentação com a sanção da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), não se verifica sua aplicação plena nos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS



BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CARDOSO, A. Política habitacional: a descentralização perversa. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade - ano 1, n.1, jan/abr 1986. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. *Enfrentando desafios: a política de habitação e desenvolvimento urbano da Prefeitura de São Paulo, 1989/1992*. São Paulo: FAUUSP, 1997.

PORTARIA: BRASIL. Portaria Interministerial N° 484, de 28 de Setembro de 2009. Define as condições necessárias à implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de Setembro de 2009.

RIBEIRO, L.C; CARDOSO, A.L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L.C; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

ROLNIK, R. *Zona de especial interesse social*. Disponível em: <<http://federativo.bnds.gov.br>>. Acesso em: 25 de maio de 2003.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.C; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.



A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO EM COMPLEXOS MORTUÁRIOS

Leonardo Forastieri – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Lucy Ana Staut – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O enfoque principal deste trabalho será na relação entre humanização e arquitetura de espaços para velórios. Tem como objetivo apresentar noções sobre a compreensão do ato de velar aplicado aos espaços arquitetônicos, ressaltando a sua importância no estudo de ambientes qualificados com ênfase na humanização e na psicologia ambiental. O texto foi originalmente desenvolvido no trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, Espaços Arquitetônicos, Humanização, Espaços para Velório.

A morte sempre existiu e existirá entre nós. Ela é parte integral da existência humana. Desde os primórdios o homem tem refletido sobre a morte, buscando respostas para seus mistérios. Os hábitos funerários revelam como viviam os homens no passado. Desde a antiguidade, percebem-se rituais próprios a cada cultura, sendo voltados à suas crenças.

Atualmente existe a necessidade de “humanizar” o espaço de velar, interno e externo, atribuindo características pessoais a ele, adequando a proporção com a escala humana, permitindo a manipulação do mobiliário pelos usuários, enfatizando a necessidade de paisagismo, harmonia entre os elementos construtivos, as cores e materiais (KOWALTOWSKI, 1980).

Para Gardner (1999) aproximar o conceito arquitetura do ser humano significa incluir em sua produção e desenvolvimento qualidades que se referem ao bem estar espiritual humano a partir da educação: a verdade, a beleza e o bem.

Uma das mais expressivas afirmações quanto ao humanismo na arquitetura provém de Aalto (STOCK, 2002) ao afirmar que só existem duas coisas na arte e na arquitetura: humanização ou nada. O termo humanização abarca o fator tempo, o qual sempre se apresenta na transformação do vir a ser de conteúdos atrelados ao ser humano. A humanização na arquitetura só pode ser encontrada e compreendida no dever do homem. Não existe arquitetura



sem que seja considerado o homem, pois se complementam. O ser humano é a referência da arquitetura.

Kowaltowski (1980) enumera quatro parâmetros que vinculam o homem à arquitetura de forma ampla. A natureza, a escala humana, a estética e o aconchego. O objeto arquitetônico quando inserido na natureza, está colocado sobre o solo, relacionando o contexto natural com o homem. É por meio da arquitetura que o homem pode se defrontar de maneira nova com a natureza. A arquitetura de escala humana se apresenta esteticamente, propiciando a beleza física e psicológica. Kowaltowski (1980, p. 71) sugere que a arquitetura necessita conferir aconchego, assimilando qualidade caseira no sentido de abrigar o homem, “Humanização na arquitetura tenta responder às necessidades de cuidado, beleza, felicidade e saúde do homem, por meio dos componentes do caseiro, escala humana, estética e natureza”.

Em geral pode-se afirmar que as formas e dimensões arquitetônicas estão vinculadas à figura humana. Portanto, em se tratando da humanização na arquitetura, de início considera-se no sentido das dimensões e suas respectivas relações no contexto amplo do edifício. Kowaltowski (1980) afirma, nesse contexto, que na humanização não se trata da perfeição das proporções da figura humana que estão sendo enfatizadas no objeto de obra, mas o respeito ao limite de altura da figura humana que estabelece um valor absoluto para a altura de edifícios. Com isso pode-se definir a proporcionalidade entre a arquitetura e a figura física do ser humano. É um parâmetro quanto ao termo humanização no contexto de edificações. Outro parâmetro engloba o âmbito natural e o entorno da obra edificada.

O terceiro elemento está relacionado à estética, que é tudo que se revela na arquitetura no sentido do belo. Para Gardner (1999), humanizar significa aproximar-se ao máximo da natureza do homem. Na arquitetura, esse valor se caracteriza no sentido da qualidade afável e benévola de sua estética. A essência de toda obra arquitetônica é a idéia revelada pela configuração e estruturação de seu volume, gesto volumétrico, composição e agrupamento de formas e cores. Toda obra arquitetônica contém algo ao nível de idéia que faz com que possa ser reconhecida.

A relação arquitetura – homem confirma-se em quatro níveis: natureza humana em relação ao corpo físico material, em relação ao elemento vida, em relação ao contexto dos sentimentos e emoções e em relação ao espírito.



A sensação de desconforto por meio da percepção do ambiente esclarece o porquê de obras avaliadas positiva ou negativamente. Quando a arquitetura não atende às necessidades da vida e do trabalho do usuário, normalmente ocorrem insatisfações e, por conseguinte, uma reação de intolerância ao meio, o que pode fazer eclodir uma postura de revolta. Esses problemas geralmente se associam às obras caracterizadas por falta de conforto arquitetônico, desproporções nos volumes, desarmonia de dimensões em relação com o corpo físico humano, falta de identificação, aparência tediosa e linguagem arquitetônica medíocre, monótona e inexpressiva e, principalmente, ausência de espaço verde. Para Kowaltowski (1980), do ponto de vista do usuário os espaços internos e externos precisam satisfazer além das necessidades materiais também as necessidades sensíveis, tais como: surpreendente, agradável, aconchegante e caseiro, valor de permanência, harmonia das proporções em relação às dimensões do corpo humano, verdadeiro, o belo como valor ético-inovador.

Kowaltowski (1980,p. 02) expõe que: “[...] a humanização na arquitetura é vista como seriedade no cuidado dos usuários e suas necessidades e prazeres como também o cuidado com os componentes do meio ambiente físico em termos de funcionalidade, de técnica, de manutenção e de arte”. Em consideração à seqüência no processo de cognição, observar, perceber, pensar, conceituar e intuir se entrelaçam em conteúdo e forma, atuando concomitantemente em tudo que se refere à aquisição de conhecimento, relacionando o ser humano ao mundo em que vive.

REFERÊNCIAS:

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *Humanization of architecture*. Tese de doutorado. University of California Berkeley, USA, 1980.

KOWALTOWSKI, D.C.C.K.; LABAKI, L.C. O projeto arquitetônico e o conforto ambiental: necessidade de uma metodologia. In: *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo*, Associação nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído: proceedings; São Paulo, 1993.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. C. K; FILHO, Francisco Borges; LABAKI, L. C.; RUSCHEL, R. C.; BERTOLI, S. R.; PINA, S. A. M.. *Melhoria do conforto ambiental em edificações escolares estaduais em Campina – SP*. UNICAMP, Campinas - SP, 2001.

MALARD, Maria Lúcia. *Cinco textos sobre Arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005



PRODUÇÃO DE ARQUITETURA MODULAR

Lorena Müzel Gomes – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Alessandro Cavalcanti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Pretende-se neste artigo abordar as técnicas construtivas referentes à arquitetura modular e aprofundar as questões sobre a proposta arquitetônica que se utiliza de materiais e técnicas alternativas de execução e composição plástica. A proposta avaliará a discussão sobre arquitetura habitacional através da relação dos espaços, da cidade e dos usuários aliada às questões ligadas à pesquisa de materiais e técnicas construtivas e elementos do desenho relacionados à ergonomia e à qualidade termo acústica dos espaços. A construção modular é um sistema no qual as partes da edificação são previamente construídas e posteriormente unidas umas as outras no local da obra, através do uso de guias e caminhões, resultando numa forma de construção muito mais ágil e rápida, com canteiros de obra mais limpos e organizados e maior aproveitamento dos materiais construtivos, evitando desperdícios. Porém, por se tratar de um sistema em que todas as partes são pré-fabricadas a metodologia de trabalho sofre algumas mudanças, tendo em mente que não poderão ser feitos ajustes durante a obra. O projeto deve ser muito bem detalhado e todas as etapas devem ser previamente analisadas. As moradias modulares são boas opções para quando há a necessidade de abrigar pessoas de forma rápida. Os usos das edificações modulares podem variar entre casas, hotéis, igrejas, escolas e lojas. Através deste sistema é possível a construção de edifícios habitacionais apenas empilhando os módulos uns sobre os outros, com ou sem a ajuda de um sistema de encaixe, dependendo do material escolhido para a fabricação dos módulos. Mais uma vantagem dessa forma de construção civil é que mais módulos podem ser acrescentados à edificação conforme aumente o número de procura pelas moradias, evitando assim apartamentos ou até mesmo andares vazios. Apesar de ser necessária a criação de habitações modulares que possam ser rapidamente habitadas, a estética e plasticidade, que agregam valor a um projeto arquitetônico, não precisam ser abandonadas. Ao contrário, as limitações podem ser encaradas como um desafio e condicionante determinante para projetos criativos e que se diferenciem das construções comuns.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Modular, Habitação, Pré-Fabricada

Para que um projeto arquitetônico se adeque as necessidades de seus usuários é necessário o conhecimento das medidas mínimas de cada ambiente, baseado em seu uso, para que o mesmo seja agradável, proporcionando conforto e comodidade. Como informa o site do Departamento de Educação da Universidade de Ciências de Lisboa, o Modulor foi um sistema de medidas criado pelo arquiteto Le Corbusier, entre 1942 e 1948 e publicado em 1950.



Baseando-se na proporção áurea, nos números de Fibonacci nas dimensões médias humanas, Corbusier usou o método para projetar com harmonia. Devido ao grande sucesso do método o Modulor 2 foi publicado em 1955.

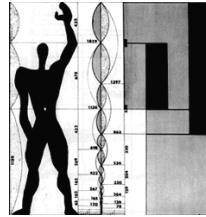


FIGURA 01: Modulor de Le Cobusier
FONTE: Ionone

De acordo com o site Vitruvius, foi durante o período do Renascimento que Vitruvius criou a teoria de medidas do homem, desenhada por Da Vinci. Segundo a teoria de Vitruvius a medida entre uma mão até a outra de um homem com os braços estendidos é equivalente à medida da sua altura, isso demonstra a proporcionalidade entre as partes do corpo humano e estabelece medidas mínimas para projetar espaços arquitetônicos de forma harmoniosa.

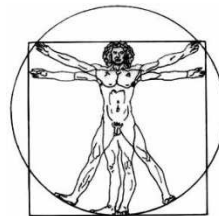


FIGURA 02: Homem de Vitruvio
FONTE: Vitruvius

A construção modular é um sistema no qual as partes da edificação são previamente construídas e posteriormente unidas umas as outras no local da obra, através do uso de guias e caminhões, como explica o site Casa Pré-Fabricada, resultando numa forma de construção muito mais ágil e rápida, com canteiros de obra mais limpos e organizados e maior aproveitamento dos materiais construtivos, evitando desperdícios. Segundo o site Casa Pré-Fabricada, os módulos são construídos dentro de uma fábrica, usando o sistema de linhas de montagem. Os módulos são preparados e transportados de uma estação de trabalho para a



próxima. Após esta etapa os módulos são montados e então transportados para o local final onde será erguida a edificação, com o uso de um guindaste.



FIGURA 03 Casas Pré-Fabricadas: Linha de montagem
FONTE: Casa Pré-Fabricada

Porém, por se tratar de um sistema em que todas as partes são pré-fabricadas a metodologia de trabalho sofre algumas mudanças, tendo em mente que não poderão ser feitos ajustes durante a obra. O projeto deve ser muito bem detalhado e todas as etapas devem ser previamente analisadas.

As moradias modulares são boas opções para quando há a necessidade de abrigar pessoas de forma rápida. Os usos das edificações modulares podem variar entre casas, hotéis, igrejas, escolas e lojas. Através deste sistema é possível a construção de edifícios habitacionais apenas empilhando os módulos uns sobre os outros, com ou sem a ajuda de um sistema de encaixe, dependendo do material escolhido para a fabricação dos módulos.

O site Casa Pré-Fabricada estima que as construções modulares possam levar de 10 dias até 06 meses para serem finalizadas, prazo que atrai quando comparado com as técnicas de construção comuns, onde uma obra leva geralmente alguns meses para ser concluída. As vantagens deste sistema construtivo são o preço mais baixo, a rapidez na fabricação dos módulos, pois os mesmos não estão expostos às intempéries climáticas, e a possibilidade de se adicionar mais módulos à construção futuramente. Esse sistema construtivo permite ainda ao usuário a escolha de pisos e materiais de acabamento mais econômicos, o que torna o custo final da obra mais baixo.



FIGURA 04: Empilhamento de módulos do conjunto Spacebox
FONTE: Interativa

Apesar de ser necessária a criação de habitações modulares que possam ser rapidamente habitadas, a estética e plasticidade, que agregam valor a um projeto arquitetônico, não precisam ser abandonadas. Ao contrário, as limitações podem ser encaradas como um desafio e condicionante determinante para projetos criativos e que se diferenciem das construções comuns.

REFERÊNCIAS

CASAPREFABRICADA. *Construção Modular de Casas Pré-Fabricadas*. Disponível em: <<http://www.casaprefabricada.org/pt/construcao-modular-de-casas-pre-fabricadas>>. Acesso em 10/03/2011

CORBUSIER, Le. *Por uma arquitetura*. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 1998.

BIAZIN, Damares Tomasin. *Normas da ABNT: padronização para trabalhos acadêmicos*. Londrina: UNIFIL, 2008.

MEDRANO, Leandro; SPINELLI, Julia. Habitação coletiva. Cidade, permanência, deslocamento. *Vitruvius, Arqutextos*, abril de 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/06.071/362>>. Acesso em 22/02/2011.



O CERCO DAS PERIFERIAS NAS GRANDES METRÓPOLES: REFLEXOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Luana Nogueira Souza; Mayara Fernanda do Carmo; Michelle Ayumi Sakaguti; Tathiane de Lima Sereia – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Fabio Freire – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Neste artigo são abordados os aspectos teóricos sobre o cerco das periferias nas grandes metrópoles e as reflexões do processo de urbanização no Brasil. O crescimento das cidades e o recorrente salto modernizante do Brasil levam uma boa parte da população a um novo patamar econômico, porém, o crescimento das cidades médias e a euforia do crescimento de urbanização se alimentam da continuidade da urbanização desigual e socialmente segregadora. Assim, na produção do espaço da cidade capitalista, o uso do solo é regulado pelo mecanismo de mercado que elege a não-democratização do solo urbano, ocasionando a mutação das áreas sociais, refletindo na divisão social do espaço, que mostra de um lado a proliferação dos anti-urbanísticos condomínios fechados e a forte verticalização dos edifícios e de periferias auto-construídas e precárias.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização, Metrôpoles, Segregação espacial.

O processo de urbanização no Brasil reflete a realidade das cidades capitalistas, que embora estejam assistindo a uma ebulição no mercado imobiliário de classe média, ainda são caracterizadas pela desigualdade social, onde o uso do solo é regulado pelo mecanismo de mercado. As classes de maior renda e poder sobre a produção e apropriação do espaço urbano ditam os caminhos da cidade, enquanto a população de baixa renda é obrigada a buscar as áreas periféricas das cidades para morar, geralmente em habitações precárias e na maioria das vezes sem serviços básicos como o saneamento. Diante desse cenário, o desafio é a construção de um ambiente urbano “humanizado”.

Na estruturação urbana da maioria das cidades brasileiras os melhores equipamentos coletivos e serviços são localizados em áreas centrais ou em lugares que empreendedores imobiliários detêm grandes parcelas de solo. Infelizmente, estes equipamentos coletivos e serviços vão se tornando mais escassos do centro para periferia, conseqüentemente as áreas mais distantes do centro possuem um menor valor do solo. O crescimento da área central das



cidades esbarra nos bairros residenciais e resulta no deslocamento desses moradores, normalmente com melhores condições de renda, para áreas residenciais exclusivas (condomínios fechados e chácaras), intensificando a segregação socioespacial.

Embora a grande maioria das camadas mais pobres ocupe o “lado de lá” da cidade, verifica-se a presença de uma pequena parcela dessas camadas mais pobres no espaço dos mais ricos. O “longe” para elas é produzido por vários processos, mas principalmente pelo deslocamento dos locais de emprego para a direção oposta à de sua moradia.

A partir da década de 1960, as camadas de alta renda começaram a perder seu interesse pelos centros das metrópoles e por suas vizinhanças imediatas, pois se registrou um grande aumento nos cortiços centrais, embora não representassem a sua maioria, devido ao grande crescimento das favelas.

De modo geral, entende-se que a cidade informal da classe baixa aparece como um incômodo. Esse fato é apresentado em uma reportagem na revista VEJA (Edição 1684, de 24 de janeiro de 2001) com o título “O cerco da periferia: os bairros de classe média estão sendo espremidos por um cinturão de pobreza e criminalidade que cresce seis vezes mais que os centros das metrópoles brasileiras”. A capa apresenta a imagem da vasta “mancha cinza” de urbanização periférica comprimindo o “centro colorido”, formado por grandes edifícios e bairros residenciais de alto padrão.

Os centros urbanos têm a vantagem de concentrar os locais de compras e serviços, além de apresentar boa acessibilidade. Nesse sentido [...] entre invadir uma região pobre - que é longe dos subempregos - e invadir uma mais próxima a eles, evidentemente a última opção é preferível [...] (VILLAÇA, 1998). O anel que circula o centro é desvalorizado e a especulação imobiliária faz com que surjam novos centros, iniciando alguns processos de renovação urbana, recuperando áreas degradadas e adequando às novas necessidades. Com a implantação de infraestrutura e a criação de atrativos, essas áreas são valorizadas, obrigando os antigos moradores a mudarem para lugares mais distantes. O que se vê é um padrão urbano da elite que preconiza condomínios fechados e o isolamento atrás de muros, guaritas e cercas.

Como aconteceu em Londres no começo do século passado, o 'boom' demográfico aparece repentinamente e traz consigo o crime, a miséria e a violência nos recém-locais formados, por falta de policiamento e segurança. São pessoas que, a procura de um espaço e oportunidades, se proliferam nos grandes centros urbanos ou entorno deles, porém sem



nenhuma assistência governamental,. Uma vez que nada disso foi previsto ou mesmo planejado, tudo acontece de modo perturbador aumentando ainda mais os problemas já enfrentados nas grandes metrópoles.

Em Londrina-PR, a segregação socioespacial é uma realidade que passa despercebida por grande parte da população. A pesquisa realizada por João Batista Filho evidencia os problemas da periferização decorrente do processo de urbanização. Atualmente, dos 500 mil habitantes de Londrina, existem 160 mil vivendo em situações de risco social, no qual onze mil famílias vivem em condição de miséria, com renda de um dólar por dia. A triste realidade é raramente notada pelos próprios londrinenses já que o favelamento, assim como em outras cidades, não ocorre nas áreas nobres. Tal fato resulta na invisibilidade dos bairros pobres em relação às instâncias políticas e sociais de poder local.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, J. S. W. *Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel de profissão?* [S/D]. Disponível em:

<<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

MAGNOLI, D. *Urbanização, conceito e preconceito*. [S/D]. Disponível em:

<<http://www.colegiobetel.com.br/index.php/home/artigo/45>>. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

VEJA. Semanal. ed.,1684, 24 de janeiro de 2001. São Paulo: Gráfica Abril, 2001.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.



ARQUITETURA DO FUTEBOL

Luiggi Guazzelli Bonezzi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivan Prado Junior – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Pesquisa desenvolvida como parte do desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação que tem como objetivo analisar a evolução da arquitetura nas edificações esportivas, da Antiguidade à Era Moderna. As edificações que na Antiguidade atendiam a várias modalidades esportivas, com o passar dos anos foram adaptando-se a novos jogos e novos públicos, atendendo na atualidade principalmente a jogos de futebol. Os anos que passaram entre a Antiguidade e a Era Moderna – período da Idade Média – nada contribuíram com a construção de novos estádios, tendo o início do século XX como o grande período de desenvolvimento da técnica de construção dessas arenas, passando na segunda metade do século pelo período de pós-guerra e finalmente consagrando-se como um espaço de uso constante e equipamento essencial na evolução das cidades modernas. Após uma análise generalizada dos estádios ao redor do mundo, considera-se também a situação dos estádios de futebol no Brasil, a qual teve um desenvolvimento rápido e um grande período de estagnação, contando atualmente com estádios com idade média de 30 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, estádios, futebol;

A palavra “estádio” vem do latim *stadium*. Do grego, inicialmente *stadium* correspondia à medida de 1/8 de milha ou 180 metros; tal medida de *stadium* definia a pista de corrida e outras modalidades de atletismo. Esse termo acabou sendo usado posteriormente para batizar a edificação onde eram realizadas as atividades esportivas, utilizado até a Era moderna.

Desde a antiguidade, precisamente na Grécia, o esporte tem um papel crucial na vida e na formação do cidadão, sendo decisivo como definidor dos espaços na cidade. As obras públicas possuíam característica arquitetônica mais definida e relevante na definição na linguagem projetual de cada época, em relação às edificações destinadas a usos de caráter privado.

Os espaços destinados a sediarem tais atividades eram conhecidos como ginásio (onde aconteciam os treinamentos e conferências), as termas (treinamentos e descanso), teatro (apenas algumas modalidades esportivas), o hipódromo (corridas de cavalo e bigas) e o



estádio (corridas humanas e atletismo); sendo que cada edificação contava com um programa diferenciado, e a partir dessa característica o espaço começava a ser definido e ganhava forma.

Com a popularização do esporte, inicia-se então a organização dos Jogos Olímpicos, que eram realizados de época em época em várias regiões, recebendo como nome dos jogos o nome da cidade onde era realizado. Dentre as atividades esportivas disputadas nesses jogos, a corrida era a mais popular e que mais movimentava as massas, fatores estes que determinavam a forma e implantação dos estádios.

Após um grande período de hiato na construção de edificações esportivas na transição Antiguidade/Idade Média/Era Moderna, com o início do século XX inicia-se o investimento do setor público em edificações que atráíssem a população para um entretenimento coletivo.

Com a popularidade do esporte em alta, logo a visão capitalista de grandes empresários e governantes afluou, não obstante a fatores de grande relevância para se erguer um edifício desse porte. A vontade afobada dos investidores concatenou alguns problemas crônicos nos estádios no início da era moderna, pois ela pagava qualquer chance de planejamento arquitetônico. Portanto, inicialmente os clubes financiavam a construção dos estádios, na ânsia de mostrar seu valor explícito num grande estádio, mas, posteriormente, quem se encarregou das obras e enxergou a necessidade do estádio ser um equipamento público foi o Estado.

Na década de 1920, o estádio alcançou seu auge, sendo uma marca unânime e agradável. Exemplo disso, os Jogos olímpicos de 1924 em Paris e 1928 em Amsterdã foram sucesso de público, e tinha como grande característica o início do futebol como modalidade olímpica, contribuindo com a difusão do que se tornaria o esporte mais praticado no mundo.

Já na década de 1930, os estádios são uma necessidade imediata, sem possibilidade de adiamento, pois poucos estádios no mundo tinham estrutura boa o suficiente para atender aos jogos internacionais, com vários estudos elaborados na necessidade de uso de um grande público principalmente pelo arquiteto Le Corbusier. No fim da década, o ciclo esportivo foi interrompido com a II Guerra Mundial. Começa então uma análise para desenvolver a estrutura da tipologia de arena romana, para que fosse adaptada aos jogos, para entender o



público e, ao mesmo tempo em que tiver a atenção deste, utilizar discursos cívicos para difundir os ideais nazifascistas, misturando lazer e política.

No final da década de 1940, voltam as atividades esportivas com os Jogos Olímpicos da Inglaterra, realizados no estádio de Wembley. Como o estádio tinha um porte muito grande, no intuito de ressaltar a monumentalidade, resultava em grandes problemas na relação com o entorno, assim como o Maracanã, no Brasil.

A década de 1960 foi a época de pôr em prática o que se aprendeu com os erros do passado. Aumenta claramente a preocupação na implantação no terreno com o entorno e o impacto sobre a cidade com o grande fluxo de pessoas. Grande tráfego demanda um bom planejamento, como exemplos, o estádio Azteca no México e o estádio Olímpico de Munique, projetados por Frei Otto.

A idéia que sempre norteou os clubes brasileiros em relação a estádios, foi a de que cada clube deveria contar com seu próprio campo, com a sua casa, onde em cada jogo a torcida faria diferença sobre o adversário, diferentemente de outros países, onde essa idéia foi se difundindo só com o passar do tempo, e que inicialmente só contavam com os estádios municipais. Nesse período surgiram também estádios particulares sem qualquer valor arquitetônico significativo.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CEREDO, Marcos P. *Arquitetura de massas: o caso dos estádios brasileiros*. Porto Alegre: UFRS, 2004.

GODOY, Lauret. *Os jogos olímpicos na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

LINDENBERG, Nestor. *Os esportes – traçados e técnica construtiva nos campos esportivos*. São Paulo: Cultrix, 1997.

REZENDE, Joffre M. *Linguagem médica, 3. ed.*, Goiânia: AB Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2004.



INTERATIVIDADE EM MUSEUS: CONTRIBUIÇÃO ARQUITETÔNICA PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E GERAÇÃO DE CULTURA, COM ÊNFASE NO TEMA DE MONOGRAFIA “MUSEU INTERATIVO DA MPB PARA LONDRINA”.

Maiara de Andrade Faria – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivanóe de Cunto – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Nas palavras de Paulo Mendes da Rocha (in: AU, n° 146, Entrevista: Obra em Progresso, p. 38), “o museu do século passado não é a mesma coisa que o museu de hoje. Museu não como depositário de tesouros adormecidos, mas lugar de reflexão, centro vivo de geração de cultura, de conhecimento e de debate de algo que está em constante transformação”. Sendo assim, as diferentes tipologias de museus oferecem diversas experiências aos visitantes, as quais dependem dos temas específicos de cada espaço museológico. Os museus temáticos, em especial os interativos, estão conquistando lugar no ramo da museologia como alternativa ao antigo conceito de museu, ou seja, são criações arquitetônicas inovadoras que permitem a transmissão do conhecimento através de atividades interativas e lúdicas.

PALAVRAS-CHAVE: Interatividade, Museus, Arquitetura

O museu como instituição duradoura deve apresentar programas de revalorização dos problemas fundamentais que englobam sua participação efetiva na formação do Patrimônio Cultural. Para tanto, é preciso que seus responsáveis busquem alternativas que servirão para a elaboração do museu do futuro. Dentre elas destacam-se as mudanças e transformações de museus estáticos para museus dinâmicos, como o Museu do Futebol; de museus voltados ao seu conteúdo para museus concebidos pelo seu papel sócio-cultural, como o Museu da Língua Portuguesa; do museu não crítico ao museu crítico, como o Museu Oscar Niemeyer; do museu dos espectadores ao museu dos atores, como o Museu Interativo do Clima. Enfim, é preciso que a instituição deixe de representar os interesses de algumas elites culturais a fim de abranger os interesses de toda a coletividade social (OS MUSEUS, 1979).

A análise do Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol, Museu Interativo do Clima, e Museu do Olho como correlatos para a monografia do Curso de Arquitetura e Urbanismo, cujo tema é “Museu Interativo da MPB para a cidade de Londrina”, se mostraram



escolhas eficientes para pontuar os sucessos e as fraquezas de grandes projetos museológicos que buscam preservar o conteúdo histórico e informar o seu público de maneira interativa e envolvente. Dentre elas, destacam-se:

MUSEU DO OLHO: Um museu expositivo, que não inclui a interatividade em seu espaço museológico, porém possui características arquitetônicas interessantes para uma instituição como esta. Sua análise implicou em significantes quesitos plásticos, espaciais e materiais.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA: Sua contribuição se encontra no fato de ser convidativo e interativo, envolvendo o visitante de maneira lúdica e criativa com o que está exposto. As variadas tecnologias, interligadas a um sistema moderno de mídias também ajuda a criar uma imagem dos espaços do MIMPB.

MUSEU DO FUTEBOL: Um dos mais interessantes espaços já reaproveitados para se transformar em museu. Nos "bastidores" das arquibancadas do Pacaembú, o Museu do Futebol apresenta uma circulação única, oferecendo apenas um sentido ao visitante, para que o mesmo perceba a trajetória proposta pelos museólogos. Jogos virtuais, vídeos impactantes, projeções de luz, quadros explicativos que se movem, cabines de rádio, dentre outros, são alguns exemplos da interatividade encontrada no museu.

MUSEU INTERATIVO DO CLIMA: Por se tratar do único correlato analisado cujo tema é a interatividade, o Museu Interativo do Clima traduz a ideia da separação por alas temáticas e específicas, nas quais o visitante se compara a um cientista. A proposta no MIMPB é fazer com que o público interaja ao máximo com a música, transformando-o ora em auditório, ora em protagonista.

Atualmente são muitos os novos museus interativos que têm conquistado espaço no ramo museológico moderno, a fim de buscarem alternativas racionais, eficientes e viáveis para sua atualização. Sendo assim, a criação de um Museu Interativo inteiramente voltado para a Música Popular Brasileira, incrementará o pólo cultural da cidade, além de se tornar um marco referencial para todo o país. A interação vai proporcionar uma maior facilidade de concepção ao usuário com a finalidade de compreender a importância que a Música Popular Brasileira tem em relação ao Patrimônio Artístico Nacional e à história social, política e musical do Brasil.



O museu que procura oferecer mais do que um espaço, ou seja, aquele que se destina não somente à conservação de elementos de uma memória do passado, mas procura se igualar a uma oficina na qual se desenvolvem novos resultados e experimentam novos caminhos através de soluções inovadoras e recursos atuais, é aquele visto como “museu do futuro”, cujo principal objetivo é o de fazer com que as pessoas retornem pra ver ou rever algo que deixaram para trás. Um museu deve ser um lugar de encontro entre o passado e o futuro, um fórum de discussão e uma plataforma para a produção de cultura e experimentação, aberta sempre à comunidade (WAGENSBERG, 2011).

De acordo com Borges (2004), o Museu pode ser utilizado dentro de uma concepção empirista sobre o aprendizado, onde os experimentos interativos podem por si próprios construir conhecimentos. O Museu da MPB será interativo de forma que a arquitetura da edificação facilitará essa compreensão, ao mesmo tempo em que servirá como fonte principal para o bom funcionamento de todos os setores do museu.

REFERÊNCIAS

AU, Arquitetura e Urbanismo. Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, Paulo Mendes da Rocha e Pedro Mendes da Rocha. *Revista AU*. n. 146. Editora PINI, maio, 2006.

BORGES, Regina Maria Rabello. *Contribuições de um Museu Interativo à Construção do Conhecimento Científico*. PUCRS, Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/abrapec/revistas/V4N3/v4n3a8.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2011.

OS MUSEUS, no mundo. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, s.a., 1979.

WAGENSBERG, Jorge. *O museu “total”, uma ferramenta para a mudança social*. Texto provocativo para o 4º Congresso Mundial de Centros de Ciência. Disponível em: <www.fiocruz.br>. Acesso em: 21 de abril de 2011.



READEQUAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL JACY SCAFF

Marco Antonio dos Santos Massei – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Prof. Alessandro Cavalcanti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O artigo apresentado na sequência discorre a respeito dos métodos construtivos aplicados na atualidade na concepção de espaços voltados ao esporte. Para isso retoma algumas questões históricas que permitem observar o quanto as obras construídas ao longo do tempo são semelhantes em termos formais, e ao mesmo tempo o quanto a tecnologia vem possibilitando suas variações. Diante disso, enfatiza evoluções fundamentais que deram margem para que a estrutura se destacasse enquanto arquitetura em obras de diferente porte, considerando especialmente o grande porte dos Estádios e sua importante projeção no cenário esportivo.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte, Tecnologia, Estrutura.

Avaliando historicamente, tanto o esporte em si quanto as edificações esportivas estão a cada dia passando por constantes atualizações tanto no método construtivo, quanto no caráter formal. Para elaborar considerações sobre as estruturas dos estádios faz-se necessário compreender alguns fatores históricos sobre os mesmos. Antigamente, novas formas de construções ocorriam simplesmente pelo método de tentativa e erro. Assim, a avaliação que se faz atualmente é a de que obras suntuosas não foram construídas pelos povos antigos não por falta de conhecimento técnico, e sim por falta de ferramentas adequadas. Uma prova disso é que as formas de construções antigas com relação à dos dias atuais são muito parecidas, porém com aplicação da tecnologia desenvolvida ao longo do tempo, proporcionando novas técnicas construtivas. Os materiais fundamentais nessa evolução construtiva foram: a descoberta do concreto armado e as estruturas feitas em aço.

Toda estrutura pensada nas obras da atualidade tem sua importância estética. Não se pode pensar em arquitetura de grande porte sem levar em consideração a parte estrutural, levando em conta que a estrutura costuma consumir de 19 a 26% do custo total, portanto a parte estrutural deve ser levada em consideração desde o início.

Em se tratando de futebol, os Estádios ganham a cada dia o status de elemento de suma importância para o evento. Os estádios de futebol vêm se tornando marcos onde são construídos, tornando-se um orgulho para a cidade, e para o time que o representa.



Atualmente, o aspecto monumental dos estádios é muito importante, tanto para a arquitetura e os desafios da engenharia, quanto para o número de espectadores que acomoda. Quanto maior e mais belo, mais atrativo o estádio se tornará.

Os estádios de futebol trazem inovações arquitetônicas e na área de engenharia. A estrutura que vem ganhando espaço dentre as mais resistentes, modeláveis, e de fácil montagem, é a estrutura metálica. É por conta dessas principais características que a maioria dos estádios de futebol adota essa estrutura em sua concepção.

Os benefícios na fase de construção, segundo o Instituto AÇO Brasil, correspondem ao menor peso das estruturas e redução de carga nas fundações, maior controle de qualidade, redução de transporte, redução do impacto no canteiro, redução do incômodo na vizinhança, devido à poluição sonora, possibilidade de grandes vãos e benefícios para os usuários durante toda vida útil do edifício.

Um exemplo é o Ninho do Pássaro, em Pequim na China. O estádio se tornou um ícone para as Olimpíadas de Pequim em 2008. Estima-se que pelo menos três milhões de toneladas de aço foram utilizadas na construção de estádios da Vila Olímpica e em obras de transporte público.

As estruturas de cabos, também chamadas de estruturas suspensas ou pênseis, são estruturas que podem vencer grandes vãos com pequeno consumo de material. (REBELLO, 2000, p. 86)

Os cabos associados a outros tipos de estrutura como vigas, treliças, arcos ou até mesmo outros cabos, podem formar grandes estruturas, porém aparentemente leves. A variedade de formas vai de acordo com a necessidade projetual.

Segundo Rebello (2000, p. 121), os cabos permitem associações contínuas, pela sua colocação lado a lado, ortogonalmente dispostos e com espaçamento muito pequeno. Este tipo de associação resulta nas membranas.

Também conhecidas como estruturas têxteis, uma vez que utilizam tecidos técnicos em sua composição, as tensoestruturas correspondem àquelas onde o elemento principal é a própria cobertura que está sempre tracionada, ao contrário dos elementos metálicos que se encontram comprimidos. Dessa relação têm-se o equilíbrio geral do sistema.

Atualmente essas estruturas são consideradas coberturas permanentes, sendo utilizadas em diversos projetos e proporcionando novas soluções para diversos tipos de



edificação. Devido a sua espessura muito delgada as membranas não resistem adequadamente à compressão ou à flexão, estando sempre tensionadas estas estruturas auxiliam em projetos que almejam utilizar mínimos apoios por razões funcionais e estéticas.

REFERÊNCIAS

CERETO, Marcos Paulo. Estádios Brasileiros de Futebol, uma reflexão modernista? In: Docomomo, 5., 2003, São Carlos. *Anais...São Carlos, Brasil: Docomomo, 2003*. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/101R.pdf>>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. 3. ed., 2002.

LA CORTE, Carlos de. *Estádios brasileiros de futebol: uma análise de desempenho técnico, funcional e de gestão*. 2007. Tese de doutorado FAUUSP, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Miguel Alves. *Arquitetura Texto e Contexto: o discurso de Oscar Niemeyer*. Editora UNB, 1997.

YOPANAN, C. P. Rebello. *A concepção estrutural e a arquitetura*. Zigurate Editora, 2000.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a Arquitetura*. 5. ed., São Paulo, 1996.



A UTILIZAÇÃO DE MADEIRA LAMINADA COLADA (GLULAM) NA ARQUITETURA

Marcos Adriano Gonçalves – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador - Prof. Mestre Carlos Augusto da Silva – Centro universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O seguinte estudo científico apresenta-se com o objetivo principal de abordar e popularizar o conhecimento sobre o material denominado no exterior como “Glulam”, e no Brasil como Madeira Laminada Colada. “Glulam” provem da junção das palavras em inglês GLUE (cola), LAMINATED (laminado) LUMBER (madeira), um método de utilização e manufatura da madeira a fim de promover maior resistência e diferentes usos voltados à arquitetura. Com uma cola de alta resistência e diferentes produtos que alteram o tempo de secagem, as laminas prensadas passam por um processo onde o material ganha resistência, força e leveza entre outros atributos. Com exemplos de utilização no Exterior, e no Brasil, o presente trabalho busca através da demonstração dos locais aplicados, facilitar o entendimento e demonstrar as possibilidades de trabalhos, além de expor vantagens e desvantagens do produto.

PALAVRAS-CHAVE: Glulam, Arquitetura, Madeira, Método Construtivo.

As linhas mestras deste trabalho tratam da análise de um material conhecido como Glulam (Glue Laminated Lumber ou Madeira Laminada Colada). Ainda pouco utilizado no Brasil, porém bastante difundido pelo mundo, este material encontra-se em ascensão dentro da Construção Civil. A cada dia mais se ouve falar deste produto, pois apesar de seu alto custo, tem infinitas vantagens e proporciona diversas possibilidades de uso, até então inimagináveis com o uso convencional da madeira. Os elementos estruturais compostos de MLC (madeira laminada colada) compreendem a união de lâminas de madeira por cola. Sob o ponto de vista estritamente técnico, a cola age como um aglomerante das lâminas. Sua função é a de realizar, entre dois planos de fibras, uma ligação mecânica o mais próxima possível da ligação existente naturalmente entre as fibras do material de origem. As peças maciças são normalmente de seção retangular.

O Glulam teve seu primeiro uso registrado em 1893 em construções civis, em Basel e Switzerland (Suíça), e em 1934 nos Estados Unidos, e nos próximos anos, sua utilização e aperfeiçoamento através de “Finger-Joints” um tipo de junção que fortalece a madeira, sua



gama de possibilidade de utilização aumenta significativamente . Durante a Segunda Guerra Mundial, devido à sua boa relação peso/resistência, foi um material também utilizado na construção de lanchas torpedeiras e aviões de caça. A criação deste composto de madeira só foi possível graças aos avanços tecnológicos no domínio das colas sintéticas. O uso deste material está sendo difundido rapidamente por todo o mundo, sua matéria prima principal, a madeira, não é de alto custo porém o material de junção e o processo de produção fazem com que seu preço se eleve; razão esta que faz com que o Glulam não se difunda de forma mais expressiva. A Manufatura Mundial mostrou constante crescimento entre os anos de 1995 e 1997, estabilizou a produção até 1998 e voltou a crescer até o ano 2000, nos anos subsequentes, estudos apontam um crescimento ainda maior uma vez que empresas do ramo. A Europa mostrou os maiores índices de produção, logo em seguida a América do Norte, o Japão e com a menor produção do material a Rússia.

É praticamente possível colar todas as madeiras. Entretanto, algumas espécies possuem características físicas e químicas que exigem o emprego de colas especiais. Por outro lado, é recomendável colar apenas madeiras de mesma espécie, para evitar problemas de retração diferente entre uma lâmina e outra, na superfície de união pela cola. Normalmente, as espécies mais aconselhadas para o emprego em MLC são as coníferas. De qualquer maneira, devem ser evitadas as madeiras com alta taxa de resina ou gordura. Devem ter destaque nesse processo principalmente as madeiras de reflorestamento (Pinus e Eucalipto). A sua matéria-prima pode ser produzida em florestas geridas de forma sustentada. A madeira consome pouca energia durante o crescimento e é facilmente biodegradável. Além da preocupação de caracterizar essas madeiras, física e mecanicamente, deve haver um comprometimento com a durabilidade do material para que não seja atacado por fungos apodrecedores e insetos destruidores.

A madeira não tem problemas de corrosão por agentes químicos, tais como ambientes saturados ou ácidos. Segundo PLETZ (2009), em entrevista concedida, As experiências em obras de madeira laminada executadas em locais que sofrem grandes variações hidrométricas e térmicas (temperaturas até 45°C) comprovam que estas são as que oferecem melhores características. Estas características são as responsáveis pela preferência deste tipo de estruturas em ambientes úmidos e temperados, tais como em coberturas de piscinas e estações de tratamento de águas. O GLULAM possui vantagens e desvantagens a



serem discutidas no trabalho, como por exemplo, fator peso, resistência do material, trabalhabilidade em associação com outros materiais, dificuldade de matéria prima, fornecedores entre outros pontos.

REFÊRENCIAS

BREYER, Donald. *Design of Wood Structures*, 6. ed., Nova York: Mac GrallHill Company, 2006.

BREYER, Donald. *Design of Wood Structures*, 3. ed., Nova York: Mac GrallHill Company, 2004.

COUTINHO, Joana de Souza. *Madeiras. Folhas de apoio*. FEUP. Disponível em: <<http://www.ipbeja.pt/unidadesOrganizcas/ESTIG/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 18 de setembro de 2011.

PLETZ, Everaldo. *Entrevista sobre Glulam*, concedida a Marcos Adriano Gonçalves. Arquivo pessoal, Londrina abr. 2009.

ZEPPELINI, Fabio. Frisos no campo. *Revista AU*. 160 ed., São Paulo, julho de 2007.



A ARQUITETURA ESCOLAR CONTEMPORÂNEA

Maria Carolina Cuba – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Especialista Lucy Ana Vilela Staut – Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

RESUMO:

As linhas mestras do estudo científico intitulado “A Arquitetura Escolar Contemporânea” referem-se a uma demonstração da crescente evolução na arquitetura escolar, que reflete diretamente na forma de ensino. Estes edifícios passaram a dialogar com as discussões apenas no final do século XIX acerca da urbanidade, do higienismo e da necessidade da educação para alcançar o progresso. Devido a tecnologia, a arquitetura das instituições passa por um processo de redefinição de conceitos para que, cada vez mais, hajam ambientes estimulantes ao aprendizado de seus alunos e a serviço da comunidade que a cerca. A escola será cada dia mais bonita, dinâmica e democrática, na qual aluno e professor trabalharão em integração pedagógica e com a estrutura física, proporcionando a arquitetura meios de expor, através do projeto, uma maior qualidade no espaço escolar. Pode-se levar em consideração que este discurso arquitetônico é também um reflexo das políticas governamentais, do discurso pedagógico e das necessidades da comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Escolar, Integração, Tecnologia.

Atualmente o questionamento sobre a qualidade de vida no ambiente construído vem sendo sustentado por pesquisas na área da arquitetura e da psicologia ambiental, revelando a necessidade de um olhar mais atento às relações pessoa-ambiente. Em conjunção com este questionamento, a qualidade da educação passa a ser intensamente discutida, a partir do surgimento de uma nova visão de sociedade, inserida num contexto globalizado, dominado por alta tecnologia e quantidade de informação. Diante de todas essas transformações ocorridas no mundo atual, aliadas às indagações surgidas com a negação das ideologias pregadas pelo movimento moderno, introduzindo uma nova visão de homem, alguns arquitetos e educadores vêm trabalhando em consonância, na busca de novos caminhos para a educação.



Espaços flexíveis, abertos e generosos, a fim de atender possíveis transformações do ensino, permitem a flexibilidade na organização de grupos de trabalho e a instalação de novas tecnologias.

O processo educativo enfatiza a importância do brincar, de maneira a tornar o aprendizado mais atraente e divertido, já que, a partir da atividade lúdica, a criança vai experimentando, explorando e desenvolvendo sua vivência e conhecimento sobre o mundo concreto e a realidade social. Consta-se atualmente que nos projetos escolares cada vez mais vem se reduzindo os espaços destinados as brincadeiras e integração com o meio ambiente, sendo que quando existem, são pouco convidativos ao uso. A grande questão é que o complexo processo de concepção da arquitetura das edificações escolares, sejam públicas ou da rede privada, quase sempre está relacionado com um processo de dominação daqueles que projetam, ou daqueles que controlam o poder sobre aqueles que realmente utilizarão os espaços, que acabam por não participar do processo. A sistemática de Avaliação Pós-Ocupação vem sinalizando caminhos para a correção de erros e problemas frequentes encontrados nos projetos escolares, procurando entender as reais expectativas e necessidades do usuário. A padronização dos projetos mostra que apesar de serem levantados aspectos relevantes de desempenho das edificações escolares, tais como conforto térmico, manutenção, acessibilidade, segurança, ainda há uma escassez quanto às contribuições metodológicas e práticas da Avaliação Pós-Ocupação, no que diz respeito à satisfação dos usuários.

A planta baixa da escola refletirá a interpretação do arquiteto das atividades realizadas naquele contexto, seja uma escola de ensino regular, integral ou uma Escola Parque para contraturno escolar. Sendo assim é possível identificar e prognosticar o fluxo e os padrões de circulação, visualizar as salas de atividades e as áreas de recreação e vivência. A partir da disposição dos ambientes em planta pode-se perceber a facilidade de interação social entre os usuários da escola. Uma setorização clara dos conjuntos funcionais – pedagógico, administrativo, vivência – irá favorecer as relações intra e inter-pessoais, além de estabelecer uma melhor compreensão da localização dos ambientes, facilitando a apropriação dos mesmos pelos usuários. A localização da biblioteca é um parâmetro de organização espacial extremamente importante para valorizar a interação dos usuários e a apropriação do espaço dos mesmos. Deve ser de fácil acesso e visualização, sendo a localização central ideal, permitindo a interação de crianças de diversos estágios de desenvolvimento. Ainda com



relação à interação usuário-ambiente, a possibilidade de reproduzir na escola a idéia de “contexto urbano”, simulando ruas, praças, edificações e quarteirões irá pactuar juntamente com a construção de uma visão de sociedade circundante. A idéia de criar salas de aula com uma área adjacente é outro fator que estimula a convivência com o grupo, ao mesmo tempo em que encoraja a interação das atividades internas e externas. Este espaço vai possibilitar uma série de aprendizados informais, funcionando como a extensão da sala de aula.

Levando em consideração todos estes fatos e dados, observa-se que a edificação escolar terá um projeto cada dia mais bem elaborado, dinâmico e democrático, proporcionando locais no qual aluno e professor trabalharão em integração pedagógica e com a estrutura física, proporcionando a arquitetura meios de expor, através do projeto, uma maior qualidade no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BUFFA, Ester. Práticas e fontes de pesquisa em história da educação. In: GATTI Jr., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva. Ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas - SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe; ONO, Rosaria . Aprendendo sobre a arquitetura escolar. Muito além de salas de aula. *Resenhas Online*, São Paulo, Vitruvius, junho de 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/10.114/3944>>. Acessado em: 26 de dezembro de 2011.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.



SÃO PAULO: O PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA DA NOVA LUZ NO CENTRO DA METRÓPOLE

Mariana Alves Shigeharu – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Elisa Roberta Zanon - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho tem por intuito indagar as questões referentes a intervenções urbanas, exemplificando tal processo através do estudo de caso da proposta da Nova Luz, no centro de São Paulo. Para referenciar a análise serão apresentados os dados e discussões pertinentes à implementação do projeto, que vem sendo alvo de grandes manifestações, pelo suposto impacto a ser causado na região e no entorno, questionado por usuários e estudiosos, entre outros envolvidos. Para processo de análises da intervenção urbana, serão apresentadas primeiramente as questões que se referem ao desenho urbano na atualidade, de acordo com autores que tratam sobre o assunto, além do levantamento de informações a cerca da área em questão, bem como uma breve apresentação do projeto para o atual bairro da Luz, na região central de São Paulo. Os dados constatados serão base para avaliar os processos atuais de intervenção, sendo possível verificar fatores de relevância, correlacionada aos demais processos que envolvem as questões do urbanismo, em especial ao que se refere às áreas de interferência em grandes centros urbanos consolidados.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenção urbana. Desenho urbano. Centros urbanos.

Ao levantar as questões a cerca de intervenção urbana, é necessário retomar, em primeiro lugar, que o termo “intervenção” se insere nos métodos do desenho urbano e, que segundo DEL RIO (1990) é um processo gerenciador e conformador do ambiente urbano, que dão qualidade a dimensão físico-ambiental das cidades, sem modelos certos ou paradigmas.

Por tratar de diversos elementos das cidades, não somente envolvendo pontos estáticos como edifícios e ruas, mas também “pessoas”, o desenho urbano deve ser tratado como campo multidisciplinar. Para embasar as intervenções do desenho urbano no espaço, são definidos métodos de análise para a aplicação das propostas.

Com uma área de aproximadamente 5 km² (225 hectares) e cerca de 3 km de extensão, delimitada pelas avenidas Cásper Líbero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Rua Mauá, no centro da cidade de São Paulo, o projeto de intervenção da Nova Luz (LUZ, 2011), passou por um processo de análise espacial (figura 1) e social, onde foi possível avaliar



e embasar os questionamentos quanto à forma de intervenção no espaço, em especial por ser uma área consolidada.

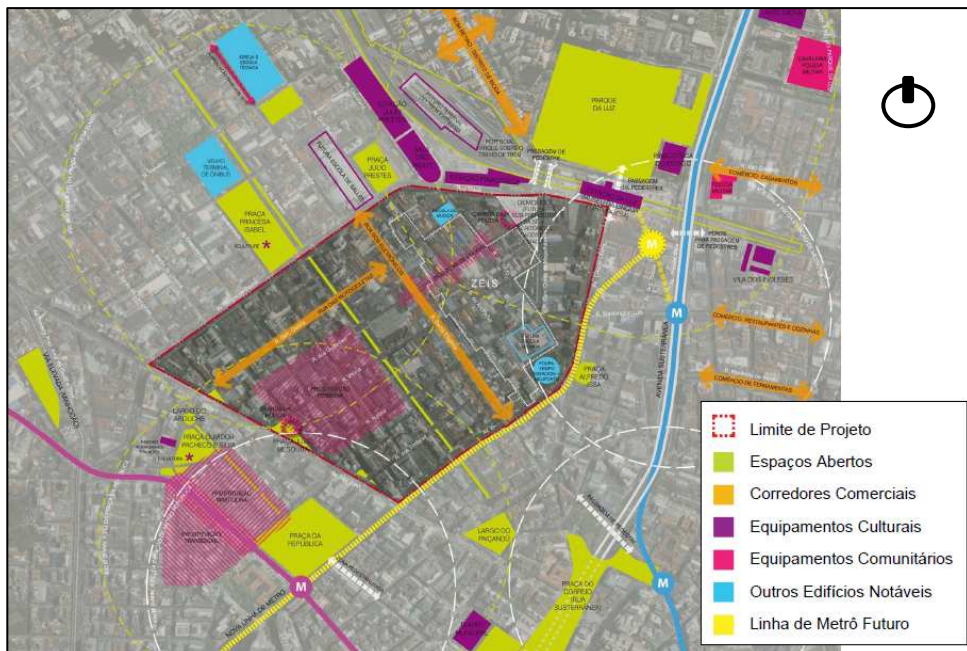


FIGURA 9: Análise geral da região da Luz para referenciar as propostas de intervenção.

FONTE: LUZ, 2011.

A proposta para a Nova Luz vem sendo implementada em forma de concessão urbana, termo enquadrado no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), como sendo um instrumento para controle do uso do solo, que deve estar previsto no plano diretor do município, como é o caso em São Paulo. A concessão urbana estabelece que o poder público faça parcerias com investidores privados, que em troca têm vantagens na utilização dos espaços da área de intervenção e benefícios fiscais.

Além do instrumento do Estatuto previsto no plano diretor, a principal lei que rege a proposta é a Lei de Concessão Urbanística da Nova Luz 14.918/2009 que autoriza o Poder Executivo a aplicar e coordenar a concessão urbanística na área. A elaboração do projeto é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de São Paulo - SEDU e, desenvolvido pelas empresas Engenharias e pela Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a proposta, cerca de 50 mil m² de áreas residenciais e 300 mil m² de áreas comerciais sofrerão intervenções a serem executadas por uma empresa específica, que



ganhar a licitação para executar o projeto, onde poderá desapropriar ou comprar esses os edifícios existentes na área, demolir e reconstruir (NOGUEIRA, 2011). Serão mantidos imóveis tombados pelo patrimônio histórico, previamente definidos. Algumas pequenas obras vêm sendo executadas, porém ainda não existem datas previstas de conclusão geral das intervenções.

O objetivo principal do projeto urbanístico na área é incentivar o uso misto do bairro, gerando atividades constantes, além de resgatar a região da cracolândia, área bastante degradada que ali se insere e criar área de zonas especiais de interesse social.

Os questionamentos que estão pertinentes nas discussões entre o poder público e a população podem envolver qualquer outra proposta sobre as intervenções, principalmente em áreas centrais, onde as principais perguntas, de acordo com VARGAS; CASTILHO (2009) devem ser: Qual a real importância das intervenções e onde a população se enquadra nas definições a cerca das mesmas?

O fato é que as inúmeras propostas já definidas e aprovadas, ao contrário do que se sugere através da legislação, que deveria reger o processo de intervenção, a população pouco participa das decisões tomadas a cerca das propostas, onde são os maiores afetados.

O que o poder público tenta impor, no entanto, é que serão inúmeros os benefícios urbanos, sociais e ambientais requeridos pela proposta de intervenção (LUZ, 2011). De acordo com a primeira proposta técnica apresentada à população, referente ao processo de intervenção já estão definidas a maior parte das ações, no entanto, as mesmas ainda deverão ser debatidas, priorizando a atitude sugerida pelo estatuto: a participação da população.

REFERÊNCIAS

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano*. São Paulo: Pini, 1990.

LUZ, proposta técnica. *Projeto Nova Luz - visão e diretrizes urbanísticas*. São Paulo, 2011 – Disponível em: <<http://www.novaluz.com.br>>. Acesso em 15 de abril de 2011.

NOGUEIRA, Ricardo. *Nova Luz*. São Paulo: Folhapress, 18 dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 17 de agosto de 2011.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos*. 2. ed., São Paulo: Manole, 2009.



CRITÉRIOS ARQUITETÔNICOS PARA O PROJETO DE UMA COZINHA INDUSTRIAL

Mariana Bohana Cansian – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivanóe de Cunto – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A pesquisa sobre os Critérios Arquitetônicos para o projeto de uma Cozinha Industrial faz parte do desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação que visa implantar uma Escola de Gastronomia na cidade de Londrina-PR. Essa pesquisa tem o objetivo de potencializar as diretrizes projetuais utilizadas no decorrer do projeto. Todos os critérios abordados nesse artigo foram retirados das normas regulamentadoras dos serviços de alimentação profissional, a Codex Alimentarius e a RDC 216, os quais direcionam uma melhor preparação tanto no aspecto da manipulação dos alimentos, quanto na concepção do espaço físico onde são realizadas essas atividades. Além dos aspectos tratados nas normas, a pesquisa também aborda a importância da ergonomia na elaboração do layout de uma Cozinha Industrial, visando a melhoria nas atividades e no bem estar dos colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Cozinha Industrial, Alimentação, Normas e Ergonomia

O planejamento físico de uma Cozinha Industrial deve ser realizado por uma equipe multiprofissional, contando com a presença de arquitetos, engenheiros, nutricionistas, chefes de cozinha, designer, entre outros os quais são responsáveis desde o projeto até a especificação e instalação dos equipamentos.

De acordo com MONTEIRO (2004), dentre os conceitos básicos a serem utilizados em um projeto de áreas destinadas a serviços de alimentação, destaca-se: a flexibilidade de modularidade, a simplicidade da concepção do espaço, onde é bom dimensionamento resulta em soluções simples e eficientes, e a circulação e fluxos bem definidos, a fim de evitar cruzamentos e deslocamentos desnecessários.

Os projetos para serviços profissionais de alimentação baseiam-se para sua execução em sua maioria em duas normas, sendo ela a nível internacional o Codex Alimentarius – Draft Codex of Hygienic Pratics for Pre-Cooked and Cooked Foods in Mass Catering, código alimentar divulgado pela FAO – Food and Agriculture Organization em 1993, e a nível federal a Resolução RDC 216 de 2004 da ANVISA, Agência Nacional da Vigilância Sanitária.



De acordo com essas leis, são abordados itens relacionados a edificação, higienização das instalações, equipamentos, móveis e utensílios. Aspectos construtivos como pisos, paredes, forros, teto, portas e janelas, sistema de ventilação, iluminação, instalações sanitárias, tratamento de lixo, entre outros, são os principais itens que compõe essas duas normas.

O Codex Alimentarius (1993), estabelece que os espaços destinados a serviços profissionais de alimentação devem contar com iluminação natural ou artificial adequada, onde uma complete a necessidade de outra. As bancadas de trabalho devem possuir iluminação própria e direta, para garantir maior segurança e eficiência nas tarefas.

Para a RDC 216 (2004), a ventilação garantir a renovação do ar e a manutenção do ambiente livre de fungos, gases, fumaça, pós entre outros elementos que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária do alimento. Esses materiais devem ser retirados do ambientes, sendo capturados por coifas, e sendo eliminados para fora da cozinha. Esse sistema de exaustão deve ser tecnicamente dimensionado de forma a permitir a renovação do ar da cozinha em aproximadamente vinte vezes por hora, conforme explica (SILVA FILHO, 1996)

Ainda para a RDC 216 (2004), as instalações físicas como piso, parede e teto devem possuir revestimento liso, impermeável, lavável e de preferência em cores claras.

Em relação aos equipamentos e utensílios utilizados nas áreas de processamento de alimentos, o Codex Alimentarius (1993), estabelece que devem ser fabricados com material que não transmita substâncias tóxicas, odores ou gosto, que não seja absorvente que resista à corrosão e seja apropriado para limpeza e desinfecção.

O uso da madeira deve ser evitado na cozinha por ser bastante absorvente e de difícil higienização, pois fica facilmente riscada e rachada com o uso, levando ao acúmulo de bactérias podendo causar intoxicação e contaminação cruzada em alguns alimentos, conforme (SILVA JÚNIOR, 2002)

A necessidade de otimizar as operações e aumentar a produtividade dentro de uma cozinha comercial, fez com que nos últimos anos houvesse uma mudança na concepção desses ambientes. Racionalização do *layout* e a introdução de equipamentos versáteis e compactos permitiram tornar os espaços mais enxutos e produtivos, o que contribui para a Ergonomia do espaço visando sempre o bem estar do ser humano que realiza ali suas atividades.



Conforme MONTEIRO (2004), equipamentos manuais confortáveis e eficientes, fornos práticos em temperaturas adequadas, bancadas ajustáveis conforme a altura do trabalhador e meios de transporte ágeis contribuem para a saúde do trabalhador e em consequência, aumentam o custo benefício de uma cozinha industrial.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *RDC – Resolução da Diretoria Colegiada*, nº 216, Brasília, 2004.

ANVISA – Agência Nacional da Vigilância Sanitária. Resolução RDC 216/ 2004.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Codex Alimentarius – Draft Codex of Hygienic Pratics for Pre-Cooked and Cooked Foods in Mass Catering*, 1993.

MONTEIRO, Renata Zambon. *Projetos para atualização de espaços destinados a serviços profissionais de alimentação*. 2004. 16p. Caderno de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2004.

MONTEIRO, Renata Zambon. *Escolas de Gastronomia: Técnicas e experiências*. 2009. 294 p. Dissertação (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2009.

SILVA FILHO, Antônio Romão A, da. *Manual básico para planejamento de restaurantes e cozinhas industriais*. São Paulo: Varela, 1996.

SILVA JÚNIOR, Enio A. *Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos*. 5. ed., São Paulo: Varela, 2002.



FORMAÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES E CIDADES DO INTERIOR PAULISTA.

Marília Marchini Silva – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Especialista Elisa Zanon – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho apresenta o processo de formação das pequenas cidades mostrando sua escala de crescimento através de núcleos urbanos e seus aspectos funcionais interpretando a relação com o espaço através de suas dinâmicas. Assim partindo desses fatores se analisa o desenvolvimento das cidades do interior paulistas sendo visto o surgimento destas por cidades de fronteira e se urbanizando de acordo com o ciclo cafeeiro após isso passando por várias fases, acrescentando as ferrovias e rodovias acarretando as cidades paulistas e as caracterizando.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleos Urbanos, Pequenas Cidades, Cidades Paulistas.

As cidades pequenas são caracterizadas por espaços urbanos-rurais ou natural-construído, se enquadrando em contextos agrícolas predominante na maioria das vezes, esse é um contexto visto frequentemente em cidades de pequeno porte, visualizando o encontro entre área rural e área urbana, um exemplo clássico desse fator em muitas vezes é a presença de uma via, assim de um lado vemos o desenvolvimento de atividades agrícolas (plantações, currais, granjas e outros) e do outro habitações. A presença dessas áreas rurais conectadas com o espaço urbano caracteriza as cidades de pequeno porte, pois suas atividades econômicas na maioria das vezes estão ligadas com desenvolvimento agrícola. Isso pode ser um potencial por proporcionar melhores condições ambientais no meio urbano, gerando uma integração entre meio urbano e meio natural, como também se pode ter pontos negativos através de atividades não desejadas nas proximidades urbanas como granjas, plantações de cana entre outras, assim quando essas inseridas nesse meio causam grande insatisfação populacional. A integração entre o meio urbano e rural serve como base de sustentabilidade e proporciona a integração de paisagens melhorando as condições urbanas.

Segundo ENDLICH (2009) a conceituação das pequenas cidades é de fácil elaboração, nelas avaliam suas qualidades e limites e não apenas a cidade em si, sendo que as cidades em parâmetros universais não surgem em grande escala. As pequenas cidades e a relação com o campo arrumam um elementar patamar de localização da rede urbana. Essas



cidades se caracterizam pelo seu processo de formação socioespacial, decorrentes de fatores econômicos, apresentando assim características diferenciadas, muitas vezes ligadas a centralidade que se relaciona à contingente populacional consequentemente gerado pela presença de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Assim entendemos o declínio da população no campo, vindo seu resultado em pequenos núcleos urbanos com aspectos funcionais, promovendo mobilidade nas pequenas cidades, fixando-se essas em direção aos centros maiores.

Para ENDLICH (2009) analisar as pequenas cidades significa entender às dinâmicas das localidades inter-relacionadas em movimentos, interpretando realidades de diversos centros urbanos e o fluxo humano presente ali. As cidades pequenas são muitas, e se apresentam de maneira diversificada, integrando muita das faces urbanas no Brasil, constatando dessemelhança na rede urbana quanto à tendência demográfica.

Para AMBIENTE (2001) essas cidades facilitam a dinâmica social facilitando fluxos para ciclistas entre campo e cidade, havendo uma ligação entre natureza e artifício. Isso sendo um potencial, pois nas cidades de grande porte isso não ocorre, o que se pode ver em cidades maiores é a degradação de espaço causando por impacto, gerando solidão e anonimato da população.

Nesse processo de desenvolvimento das pequenas cidades há algumas pesquisas sobre o surgimento das cidades do interior paulista. De acordo com LANDIM (2004) a ocupação das cidades paulistas acontece pela criação de cidades de fronteira tendo padrão de urbanização a partir do ciclo cafeeiro consequentemente trazendo as cidades, ferrovias e rodovia. Muitas cidades se acarretam por meio da ferrovia, outras através da rodovia sendo um processo de urbanização característico das cidades do interior paulista. Nesse caso denominamos como padrão morfológico da paisagem valorizando elementos e a qualidade de vida.

Segundo LANDIM (2004) após o século XX o traçado reticulado foi visto frequentemente, mesmo com muitas expansões urbanísticas desrespeitando o reticulado original, acontecendo para se adaptar a topografia que muitas vezes levando a manchas homogêneas. O Estado de São Paulo não apresenta novidades em sua formação urbana e morfológica, sua ocupação se estrutura a partir da solução urbanística em malha xadrez, denominada solidificação acelerada não respeitando o sitio natural. Assim a estruturação das



paisagens surge pela estação ferroviária, praça principal, igreja matriz com grandes casarões ao redor, ligando a estação por uma rua comercial, vendo então a linha férrea como barreira ao desenvolvimento da mancha urbana. A arquitetura padrão podendo ser vista por lotes alinhados na via pública com quintais ao fundo. Sendo nítida a falta de arborização urbana e visível a torre da igreja sendo ponto referencial denominada como um marco. Outro ponto característico em algumas cidades são os construtores das ferrovias procurando áreas retilíneas para implantar suas estradas de ferro, e isso na maioria das vezes estando localizado em fundo de vales próximos a cursos d'água. Assim as cidades paulistas são designadas em razão da ferrovia as malhas urbanas se organizam através da estação ferroviária ou tem como eixo fundamental a igreja matriz e a estação. Vendo assim que a ferrovia gera diretrizes para a configuração urbana da cidade organizando o traçado urbano através desses elementos.

Segundo LANDIM (2004) com o passar do tempo às casas começaram a se alinhar ao longo da rodovia deixando para traz a ferrovia, originando a falta de compactação das cidades paulistas se tornado extensas e paralelas ao eixo da rodovia. Após a década de 1950 as atividades econômicas começam a se diversificar, passam de atividades cafeeiras para agrícolas e implantando indústrias. O que ocorre é a uma mudança socioeconômica que transforma a sociedade.

Para LANDIM (2004) a estrutura morfológica urbana cria novos traçados para se manter, sendo na maioria das vezes fiascos por tentar uma junção com o existente .o que se torna novo nessa fase é a implantação de leis de parcelamento do solo estabelecendo recuos tendo maior rigidez na largura de vias e calçadas e designando áreas livres institucionais.

Segundo LANDIM (2004) nesse período se tem uma solidificação da rede rodoviária, assim tendo ligação intermunicipal feita por ônibus necessitando de terminais rodoviários que se tornam luxuosos e sofisticados. Nota-se o surgimento de avenidas de acesso estando locadas em fundos de vale e se transformando em cartão postal da cidade, caracterizado como consequência do desenvolvimento da malha viária.

Nas palavras de LANDIM (2004) vemos na década de 1970 o surgimento das habitações popular sendo um elemento aglutinador da homogeneização da paisagem, isso pode ser visto por todo o interior paulista. Já nas décadas de 1980 e 1990 tem-se o desenho da paisagem a partir do desenvolvimento urbano e o adensamento de manchas existentes, devido o crescimento de população. Sendo visto de dois pontos diferentes: por bairros de elite; e



casas simples térreas e sobrados. Nessa época há uma popularização do automóvel levando a alteração da configuração urbana. Assim vemos que a morfologia urbana é um reflexo das atividades desenvolvidas pela sociedade se tornando um fator socioeconômico, levando a transformações de acordo a convivência local.

Com esse procedimento pode-se entender qual o processo de desenvolvimento das cidades do interior paulista compreendendo suas formações e transformações, conseqüentemente podendo visualizar as decorrências ao longo de décadas visualizando os processos de transformações de cada uma dessas enquadradas em períodos diferentes.

Através de análises entende-se que o município de Cajobi – SP apresenta características relacionadas com as descrições anteriores, esse se concentra em um centro urbano de pequeno porte surgindo a principio entorno de uma ferrovia e posteriormente se engloba em um novo contexto o das rodovias. Esse apresenta seu traçado com forma ortogonal, se tendo uma ordenação do espaço urbano. Assim suas vias se diagramam de forma paralela, porém esse fator leva o macroparcelamento da cidade a uma regularidade, outro fator bem característico é a paisagem rural a qual se engloba no contexto urbano proporcionando visuais de paisagens e qualidade de vida para a população.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE, 86. *Ética y Estética Para El Ambiente Construído*. Argentina: CEPA, 2001.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo Editora Unesp, 2009.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: As cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.



CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE HABITAÇÃO

Natália Alice Candido – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Ivanóe de Cunto – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Pretende-se neste artigo abordar considerações gerais sobre habitação, sendo que é um dos assuntos mais importantes e discutidos na vida cotidiana, pois todos têm a necessidade de habitar para sobreviver. Desde a antiguidade, habitar passou por muitas transformações formais, funcionais e diversos tipos foram surgindo. Faz-se necessário a busca pelo entendimento de como se deu, ao longo da história, este processo evolutivo da habitação. Foi analisado o diverso conceito de habitação onde em comum esta a função de abrigo para o homem se proteger de intempéries e de outras ameaças. Das várias tipologias da habitação foram escolhidas algumas como, por exemplo, as casas urbanas que sofreram muitas mudanças a partir dos séculos; residências coletivas que são moradias que deixam de ser familiares para serem coletivas; moradias estudantis que proporcionam moradias de baixo custo quando não são gratuitas e, por fim, os apartamentos que surgiram quando as cidades começaram apresentar problemas de espaços. Foi descrito pela autora um exemplo de uma habitação estudantil da UNESP localizada na cidade de Presidente Prudente para representar uma das tipologias das habitações apresentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação, Abrigo, Mudanças, Tipologia das habitações.

Dispor de uma *habitação* condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano. Segundo GRAEFF (1979), diz tratar de um espaço que está presente na vida do homem desde o momento de seu nascimento, onde ele desenvolve suas diversas atividades, convive com pessoas e se protege de intempéries. Mas, conforme BENEVOLO (1993), as habitações antigamente não eram muito valorizadas; no antigo Egito, por exemplo, somente o rei tinha direito a elas, por serem temporárias.

De acordo com CARVALHO (2001), a busca de um abrigo é desde os tempos primitivos uma necessidade fundamental dos seres humanos. Já no *site “jus Navigandi”*, o conceito de propriedade traz a ideia de algo individual, nascendo no lar, sob os domínios da soberania do *pater*, como símbolo do seu poder e da sua autoridade. Segundo o site Professor Simão, domicílio é uma palavra de origem latim “domus” que significa lar doméstico. Todos



os sujeitos de direito devem ter, por livre escolha ou por lei, um lugar no espaço de onde irradia sua atividade jurídica- lugar é o domicílio (Silvio Rodrigues).

Conforme GRAEFF (1979), o homem tem a necessidade habitar e levar uma vida decente, mesmo que isso seja às vezes inconsciente, por viver numa sociedade subdesenvolvida, como é o caso do Brasil. Mas, uma vez que o homem se conscientizar de suas necessidades, ele começara a priorizar o que é mais importante no que se refere à habitação e fará de tudo para satisfazer os seus anseios. Para LEMOS (1989), habitação é o local que fornece cultura ao usuário. Já MIGUEL (2003), caracteriza a habitação como um espaço capaz de transmitir segurança aos seus usuários, pelo fato de o espaço público não poder oferecê-la e onde todo o modo de viver humano deve estar expresso.

Segundo este autor, não existe diferença entre as habitações pré- históricas e as de hoje, pois a função era a mesma, proteção. O que mudou é a questão da privacidade nas habitações, cujo fato foi se transformando com o passar do tempo. A casa deixou de ser local de trabalho, foi diminuindo de tamanho e tornando-se pública, destinada mais ao convívio familiar.

Há vários exemplos de tipologias de habitações; este artigo procurou focar em apenas algumas. As casas urbanas, segundo VERISSIMO &BITTAR (1993), são casas localizadas na cidade, as quais sofreram muitas transformações no decorrer do século XVIII. Foram construídas com maior influência portuguesa. Conforme LEMOS (1989), as casas urbanas possuíam a mesma planta, eram geminadas - por serem implantadas em terrenos estreitos e profundos. Basicamente eram térreas, cuja sala de estar era o ambiente que tinha janelas para frente do lote; as alcovas (dormitórios) eram no meio da casa, com acesso por um corredor lateral e a cozinha geralmente ficava no fundo do quintal, perto das senzalas. Com o passar dos tempos, em decorrência dos terrenos muito acentuados, começaram a surgir os sobrados, e a partir deles os porões, as varandas e as garagens tornaram-se comum. A vinda da Família Real para o Brasil fez surgir também os palacetes, as mansões, mudando os hábitos sociais e aumentando o papel feminino dentro das residências.

As Residências Coletivas são moradias distintas das familiares, pois se trata de uma forma de vida comunitária. Esse tipo de residência difere dos hotéis pelo fato de que os hotéis procuram garantir o anonimato de seus hóspedes, sendo que na coletividade ocorre o contrário. Quando se fala em residências coletivas, abrangem os albergues, asilos, residências



para estudantes entre outros. O denominador comum de todos esses tipos de moradia é proporcionar ao usuário um ambiente privado que inclua, mesmo que seja parcialmente, a comunidade de uma casa, porém em um sistema comunitário. A permanência nesse tipo de moradia vai desde uma simples pernoite até longos anos.

Segundo GRAEFF (1979), os edifícios surgiram no início do século XX quando as cidades começaram a apresentar problemas de espaços para construir habitações. Inicialmente, quem começou a habitar os edifícios foram os indivíduos de classe média.

A história dos edifícios se dividiu em três períodos: de 1925 até a II Guerra Mundial; de 1945 até meados da década de 1970 e, da década de 70 até os dias atuais. Em 1992 as dificuldades de comunicação, transporte e luz fora das áreas centrais fizeram com que os edifícios fossem aceitos, sendo os primeiros de escritórios e posteriormente, os residenciais. Os residenciais eram casas empilhadas com a mesma planta, confortáveis, separando áreas sociais das de serviço. O Brasil foi o primeiro e único país que teve a preocupação em separar essas áreas. Hoje os edifícios tem a facilitado a vida das pessoas por integrarem trabalho e moradia num só local. Com a tecnologia, os edifícios começaram a ficar mais evoluídos na sua forma, organização funcional e a contemplar concretos de edifícios inteligentes.

A função das moradias estudantis e proporcionar moradia de baixo custo, quando não gratuitas. Promover também estudos universitários e ao mesmo tempo intercâmbio de informações com indivíduos de outros cursos, espírito de amizade e companheirismo.

Antes da II guerra Mundial, na Europa a existência das residências para estudantes, só era vista em situações especiais, pois a vida universitária não era levada em consideração. Já no pós Guerra, elas alcançaram um grau de estrutura passando a ocupar um lugar de destaque na vivência dos estudantes. Tudo isso devido à procura dos estudantes e a preocupação em encontrarem um lugar apropriado enquanto estudam.

A universidade de Paris, por exemplo, foi a primeira a criar um tipo de moradia para estudantes, chamadas de casas- colégios. Na Inglaterra, surgiram em meados do século XIII, os “colleges” que eram centros de educação intelectual e social onde se vivia e aprendia.

Como exemplo existe a Moradia estudantil da UNESP de Presidente Prudente, estado de São Paulo. Foi fundado pela UNESP de Presidente Prudente para atender as necessidades de alunos que não podiam pagar moradia. As primeiras casas foram construídas



em 2001, os outros em 2009. As casas estão passando por algumas reformas, como pintura, piso, sanitários.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva. 1993.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *Caderno Brasileiro de Arquitetura: Edifício*. São Paulo: Projeto. 1979.

LEMOS Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

MIGUEL, Jorge Carnielo. *A casa*. Londrina – Pr: Eduel. São Paulo.



DESENHO UNIVERSAL E WAYFINDING: UM CAMINHO PARA A CONQUISTA DA ACESSIBILIDADE PLENA NO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Osmar Leandro Spin – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Especialista Lucy Ana Vilela Staut – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho enfoca a importância da relação entre Desenho Universal e *Wayfinding* para a promoção da inclusão de pessoas com mobilidade reduzida ou com alguma deficiência sensorial, possibilitando a conquista da acessibilidade plena. Tem como objetivo apresentar noções sobre a importância da acessibilidade além dos parâmetros estabelecidos pelas normas para projetos de arquitetura aliada ao *wayfinding*, proporcionando espaços legíveis, convidativos e fomentadores de convívio social. O texto foi inicialmente desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, “Biblioteca Pública Municipal de Alvorada do Sul com ênfase em acessibilidade”, do Centro Universitário Filadélfia.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Acessibilidade, Desenho Universal, Wayfinding.

A arquitetura pode ser considerada uma das manifestações mais representativas das atividades dos homens em sociedade, pois consente a construção de todos os abrigos que lhes são necessários na sua vida cotidiana. Os avanços tecnológicos e a preocupação com a condição de vida dessa sociedade influenciam diretamente nos trabalhos realizados pelos arquitetos e na qualidade final das edificações, o profissional de arquitetura e construção deve estar preparado para essas mudanças e evoluções no processo do projeto de forma mais responsável e ser capaz de lidar com situações específicas, como a acessibilidade plena.

A palavra acessibilidade, conforme a norma técnica NBR 9050, é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e de elementos, ou seja, devem propiciar o uso dos equipamentos e a circulação pelos espaços de forma autônoma, independente do grau de mobilidade dos usuários. A busca pela acessibilidade nos edifícios deve ser feita a partir do atendimento das normas existentes que favorecem as pessoas com deficiência, mas deve ir



além, através de propostas que se destinam a acolher a todos, inclusive os deficientes (CAMBIAGHI, 2007). O pensamento nessa direção é uma evolução social, onde as leis cumprem o papel de assegurar os direitos dos menos favorecidos, contribuindo para a construção não apenas de edificações inclusivas, mas sim uma sociedade inclusiva e sem preconceito.

Os espaços arquitetônicos acessíveis devem apresentar e possibilitar a autonomia do indivíduo no seu uso, conferir direitos e oportunidades igualitárias para todos os cidadãos, permitindo que o ambiente construído seja utilizado de forma plena, através de espaços convidativos, de fácil percurso, atrativos e principalmente, que consiga reduzir a distância funcional entre os elementos do espaço e as capacidades das pessoas (MANZONNI et al, 2001), proporcionando assim, a inclusão social de pessoas com deficiências em uma sociedade igualitária.

Segundo Pupo et al (2008), quando falamos em inclusão e sociedade igualitária, pode-se sugerir a reflexão de um verso de uma das canções do compositor baiano Caetano Veloso, que diz: “De perto, ninguém é normal”. Que se tratando de inclusão e igualdade, no nosso mundo ninguém é perfeito em tudo, todos nós temos estranhezas, esquisitices e dificuldades. E é a partir deste ponto de vista que a inclusão vem trazendo muitas questões à tona, fazendo com que todos venham a repensar velhos conceitos, formas de olhar o mundo, a si próprio e às pessoas em sua volta. Cambiaghi (2007: 33-34), coloca que “(...) a inclusão é um processo muito mais amplo que diz respeito a uma mudança de olhar sobre o mundo, sobre as relações, sobre os direitos; a inclusão diz respeito à percepção interna de cada indivíduo”, e adiciona que “(...) a acessibilidade aos ambientes construídos e à área urbana surge como atributo imprescindível a uma sociedade que se quer inclusiva”. Em outras palavras, “(...) para que as ações de inclusão possam ser verdadeiramente relevantes, devem promover não só a equiparação de oportunidades, mas a acessibilidade a todos, sem esquecer os idosos, a população com baixa escolaridade, aqueles que têm impedimentos ou limitações intelectuais ou mentais, físicas, sensoriais, motoras ou apresentam mobilidade reduzida, sejam elas permanentes ou temporárias.”

Portanto, para que a inclusão social consiga atingir uma unificação, novos conceitos vêm surgindo, sendo cada vez mais aplicados e úteis. O Desenho Universal é um destes conceitos, que teve uma evolução a partir do *Desenho Livre de Barreiras* criado por uma



comissão em Washington, EUA, no ano de 1963. Hoje a concepção do Desenho Universal, passou a considerar não só o projeto arquitetônico, mas principalmente a heterogeneidade humana, de maneira a respeitar as diferenças existentes entre as pessoas, garantindo uma acessibilidade única a todos os componentes do ambiente. Foi idealizado com a finalidade de uma arquitetura de ambientes, serviços, programas e tecnologias acessíveis, utilizáveis equitativamente, de maneira segura e autônoma por todas as pessoas na maior extensão possível, sem que tenham que sofrer adaptações ou readaptados e principalmente para melhor atender o usuário, mas infelizmente, “o conceito de desenho universal é ainda mal difundido (...) tanto pela indústria como pelas empresas e profissionais de serviços, não tendo sido incorporado ao processo projetual de muitos designers, engenheiros e arquitetos. (...) A aceitação de pensar universalmente o projeto requer um esforço de quebra de paradigmas e da crença de que é possível projetar o belo acessível” (DURAN; ESTEVES, 2010: 162).

O Desenho Universal requer mais uma nova proposta projetual dentro do processo do projeto arquitetônico, a *acessibilidade invisível*, onde as soluções físicas para a acessibilidade sejam integradas às soluções arquitetônicas de tal forma, que não seriam notadas como proposta exclusiva para os usuários portadores de necessidades especiais, mas sim para todos os usuários, otimizando as distâncias entre percursos principais e secundários e proporcionando assim, ambientes que permitam a visibilidade do conjunto e orientadores do percurso.

Outro novo conceito que vem sendo muito estudado e aplicado é o *Wayfinding*. Segundo Bernardi (2007:101), “(...) um dos principais fatores que garantem a acessibilidade segura ao ambiente para uma pessoa com deficiência visual é a orientação espacial dada ao usuário”, e complementa que “(...) esta orientação necessita de um exercício mental de representação do espaço, obtido através das informações ambientais percebidas pelo usuário. São os chamados mapas cognitivos ou mapas mentais. Já o deslocamento do indivíduo em um ambiente e local onde ele utiliza a orientação advinda do mapa mental é chamado movimento orientado, também conhecido como *wayfinding*“, conceito que traduz a orientabilidade utilizada para determinar direcionamento espacial, proporcionando a facilidade ou não de orientar-se no espaço. Também pode ser compreendido como uma reunião de informações e processo de tomada de decisão que as pessoas utilizam para movimentar-se e deslocar-se no espaço, ou seja, como as pessoas se deslocam de um local para outro.



Para Bins Ely et al. (2004, s.n.) a orientação é um processo cognitivo que “(...) depende tanto das informações contidas no ambiente quanto da habilidade do indivíduos em perceber e tratar essas informações”. Portanto essa nova arquitetura acessível deve oferecer ambientes com um layout de informações espaciais de qualidade aos usuários, independente de suas habilidades ou limitações. Contudo este processo de reconhecimento do ambiente, escolha de trajetos e movimentação espacial é considerado a essência do *wayfinding*, ou seja, processo de orientação espacial que objetiva articulação clara e agrupamento coerente em espaços interiores e exteriores.

Deste modo, ambientes complexos como hospitais, centros educacionais, bibliotecas entre outros, a inclusão social aliada a uma proposta arquitetônica que contenha em seu partido os conceitos de Desenho Universal e Wayfinding é essencial, pois proporcionam aos usuários facilidade de acesso, usufruir e percorrer todos os espaços externos e internos de edificações através de rotas acessíveis, condições de orientação e legibilidade do espaço, zoneamento claro e objetivo com funções determinadas (RIBEIRO, 2004).

REFERÊNCIAS

- BERNARDI, N. *A aplicação do conceito do Desenho Universal no ensino de arquitetura: o uso de mapa tátil como leitura de projeto*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP: UNICAMP, 2007.
- BINS ELY, V. H. M.; DISCHINGER, M.; MATTOS, M. L. Acessibilidade e Orientabilidade no Terminal Rita Maria, Florianópolis/SC. NUTAU 2004 – Seminário Internacional, São Paulo, 11 a 15 /out/04. Universidade de São Paulo, 2004.
- CAMBIAGUI, Silvana. *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: SENAC, 2007.
- DURAN, M. G.; ESTEVES, R. G. Ações integradas para acessibilidade em escolas: um caminho para a inclusão. In: ORNSTEIN, S. W; PRADO, A.R.A.; LOPES, M.E. (orgs.). *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.
- MAZZONI, A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*, Brasília, mai/ago, 2001.
- PUPO, D.T.; MELO, A.M.; FERRÉS, S. P (Org.) *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: Biblioteca Central Cesar Lates, 2008.



RIBEIRO, Lucia G. *Ergonomia no Ambiente Construído: Um Estudo de Caso em Aeroporto*. Dissertação (mestrado em artes) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.



A IMPORTÂNCIA DA RESTAURAÇÃO NA ARQUITETURA

Patricia Caldas Marçal Gatti – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Mestre Marina Ferrari de Barros – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

RESUMO:

O presente trabalho demonstra que é possível se ter um espaço arquitetônico adequado ao uso, preservando velhas construções e adaptando-as a funções compatíveis, preservando o patrimônio arquitetônico e a história da cidade. O caráter histórico, este é mantido através da conservação, da reconstrução e da restauração arquitetônica, mas pode vir a sofrer interferências quando da revitalização e, o que é mais comum, da reciclagem. O arquiteto desempenha importante papel na preservação do patrimônio histórico, assim como na sua adequação ao modo de vida contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação, Patrimônio Cultural, Restauração.

A preservação não é estritamente a manutenção da paisagem urbana inalterada, mas também se associa à percepção de que nada é perpétuo e imutável, mas sim passível de transformação e conseqüente crescimento. O patrimônio histórico costuma ser olhado como algo parado no tempo, como documento, mas, se ele for visto também como instrumento, as coisas ficam muito mais interessantes. Como instrumento, você pode trazê-lo para os dias de hoje.

De acordo com Magalhães, Zanon e Branco (2009), o passado só será lembrado quando possuir uma existência material, quando esta inscrita, de alguma forma no presente. O patrimônio cultural é legado que outros povos e civilizações deixaram em nossas terras e que contribuem para perpetuar a memória dos caminhos percorridos. A salvaguarda, difusão, conservação e gestão dos bens aos quais se atribuiu valor patrimonial são procedimentos necessários para preservar histórias e as identidades que o patrimônio expressa e impedir sua destruição ou descaracterização.

Como manifestação histórica, a obra ou conjunto arquitetônico constitui uma documentação histórica excepcional. Ao contrário de outros documentos (literários, gráficos, etc), que só podem transcrever uma informação congelada e precisa, a obra de arquitetura acumula de maneira sedimentada a experiência daqueles que a conceberam, a usaram e a transformaram no decorrer do tempo. Assim, constitui um



testemunho vital dos modos de vida, usos e valores explícitos e simbólicos da comunidade através dos tempos, permitindo-nos uma leitura abrangente e dinâmica. (Silva e Moraes, 2009)

De acordo com Kuhl (2005), os aspectos técnicos devem ter como intuito analisar o valor memorial do objeto de estudo, justificando a importância de se elaborar um projeto de restauro para o edifício e, principalmente, explicar a metodologia adotada nesta restauração.

É importante adequar o edifício, tornando-o apto a receber novos usos através de soluções que respeitem a autenticidade documentária de cada fase histórica.

A intervenção deve seguir, os preceitos do restauro, que podem ser assim resumidos em distinguibilidade, mínima intervenção e reversibilidade.

Distinguibilidade, pois a restauração não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia anteriormente, além de dever documentar a si própria.

Reversibilidade, pois a restauração não deve impedir, tem, antes, de facilitar qualquer intervenção futura; portanto, não pode alterar a obra em sua substância, devendo-se inserir com propriedade e de modo respeitoso em relação ao preexistente.

Mínima intervenção, pois a restauração não pode desnaturar o documento histórico, nem a obra como imagem figurada.

Kuhl (2005), nos conta que para a definição de um novo uso, deve-se levar em conta suas características e exigências contemporâneas, de modo a permiti-lo desempenhar um papel articulador e impulsionador dentro de um plano que não atue isoladamente no edifício, mas que participe da regeneração da região com a instalação de atividades de apoio e serviços para aquela.

A mínima intervenção pode guiar o desenvolvimento do projeto, visando a reversibilidade, como por exemplo propor novas paredes em drywall.

A presença do anexo pode existir, criando um contraste entre memória e invenção, desde que não implique em desrespeito, para que o novo não se destaque em relação ao velho. A nova arquitetura pode interagir com a paisagem.

Os princípios da distinguibilidade, da reversibilidade e da mínima intervenção visam garantir que o restauro seja desenvolvido com o intuito de permitir a transmissão do bem cultural às futuras gerações sem suprimir ou alterar as marcas do tempo sobre o mesmo.



A elaboração e a execução de um projeto de restauração para edifícios é um processo de bastante complexo. Não basta apenas um diagnóstico preciso do estado de conservação do imóvel, mas antes de tudo, qualquer ação é definida a partir de um estudo particular de cada caso, onde a intervenção que será estipulada é analisada em referência às diversas implicações relacionadas com todo o contexto cultural, histórico e espacial que o cerca.

Cada etapa que envolve um projeto de restauro analisa a constituição do bem segundo sua historicidade; suas características arquitetônicas, originais ou acrescentadas; sua inserção no meio urbano ou rural; os materiais utilizados; além de outros pontos importantes, sob os quais irão definir-se as medidas de conservação e restauração a serem realizadas.

REFERÊNCIAS

Kuhl, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. *Revista CPC*, v. 1, n. 1, 2005, Disponível em <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=2&id-conteudo=6&tipo=5>. Acesso em 17 de setembro de 2011.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa Roberta; BRANCO, Patricia Martins C. A. *Construção de Políticas Patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, região norte do Paraná e Sul do País*. Londrina - PR: UniFil, 2009.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa Roberta; BRANCO, Patricia Martins C. A. *Educação Patrimonial: da teoria a prática*. Londrina: UniFil, 2009.

SILVA, Claudia; MORAES, Vanda de. Encontro Cidades Novas. *A construção de Políticas Patrimoniais*. Londrina – PR: Midiograf, 2009.



DESENHO UNIVERSAL

Priscila Jacometo Francisco – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Rafael Rodrigues de Moraes – Centro Universitário Filadélfia
– UniFil

RESUMO:

O trabalho apresentado como Desenho Universal, é um conceito para novos projetos desde criação de ambientes e produtos para que possam ser utilizados por todas as pessoas independente de sua condição física ou psíquica. Valorizar o desenvolvimento da pessoa humana e garantir a acessibilidade a todos. A proposta é de que os projetos não excluam qualquer pessoa como exemplo uma criança que não consegue pegar um objeto, um idoso que tem uma resistência menor e situações adversas como uma pessoa que tenha quebrado a perna. Para isso o desenho universal sustenta sete princípios para que a partir deles os projetos tenham acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: desenho universal, acessibilidade.

A expressão *Universal Design* (Desenho Universal) foi usada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1985, pelo arquiteto Ron Mace que acredita que os projetos consistem na criação de ambientes e também de produtos que possam ser utilizados por todas as pessoas sem nenhuma exceção. Desenho Universal considera a diversidade humana, respeitar as diferenças e garantir a acessibilidade a todos, segundo a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida do Estado de São Paulo (2005).

O projeto universal inclui produtos acessíveis para todas as pessoas, independente de todas as limitações, deve ser concebido para gerar ambientes, serviços, programas e tecnologias acessíveis, sem que tenham que ser adaptados ou modificados especificadamente. “A meta é que qualquer ambiente ou produto seja alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do individuo, de sua postura ou mobilidade”, explica Silvana Cambiaghi, autora do livro *Desenho Universal* (Editora Senac).

Este desenho universal valoriza o desenvolvimento da pessoa humana ao longo de sua vida, por exemplo, uma criança não consegue pegar um objeto, ou acender a luz, ou os idosos que tem uma resistência menor ou podem ser mais baixos, e as situações provisórias, como uma pessoa que tenha uma perna quebrada ou uma gestante, e isso pode dificultar em



executar tarefas cotidianas. “O ser humano normal é precisamente o ser humano diverso, e é isso que nos enriquece como espécie. Portanto, a normalidade é que os usuários sejam muito diferentes e que os projetos propiciem usos distintos”, ressalta Silvana Cambiaghi.

Existem sete princípios que o desenho universal sustenta:

1 – Uso equiparável ou equitativo: para uso de pessoas com capacidades diferentes, ou seja, utilizável para todos, sem exceção. Oferecer segurança, proteção e privacidade para todos os usuários. Por exemplo, uma porta com sensores de abertura, não exigindo força física.

2 – Uso flexível: produtos e espaços, que atendam pessoas com diferentes habilidades e preferências, possibilitando modificações. Possibilitando várias adaptações, de forma que as dimensões dos ambientes e das construções possam ser alteradas. Por exemplo, em uma residência os projetos devem prever a possibilidade de movimentação das paredes ou divisórias para ampliar ambientes.

3 – Uso simples e intuitivo: parecer o óbvio, de fácil entendimento, para que o usuário consiga compreender rapidamente, independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração. Disponibilizando as informações segundo a ordem de importância. Por exemplo, placa de sinalização de banheiro feminino e pessoas com cadeira de rodas, com os pictogramas claros que podem ser entendidos facilmente.

4 – Informação de fácil percepção: utilizar dos mais diferenciados meios de comunicação, como símbolos e informação por meio da visão, tato ou audição. Disponibilizando formas e objetos de comunicação com contraste adequado. Por exemplo, os pictogramas “homem” e “mulher”, com informação em relevo em Braille.

5 – Tolerância ao erro: para diminuir os riscos ou consequências de ações involuntárias, acidentais ou não intencionadas. Saber escolher os materiais de acabamentos e até os demais produtos, como corrimão.

6 – Baixo esforço físico: para ser usado confortavelmente, de maneira segura e eficiente com o mínimo de esforço físico ou fadiga. Por exemplo, um sistema de alavanca adequado, permite que um cadeirante abra uma janela, ou torneiras com sensores.

7 – Dimensão e espaço para aproximação e uso abrangente: estabelece espaços e produtos com dimensões apropriadas, independente do tamanho do corpo do usuário, seja ele



anão, obesos, etc. e usuários com mobilidade reduzida, como pessoas com cadeira de rodas, uso de bengala e com carrinhos de bebê.

REFERÊNCIAS

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Senac, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de estado de habitação. *Diretrizes do desenho universal na habitação de interesse social no estado de São Paulo*. São Paulo, 2010.

SÃO PAULO (Prefeitura). Secretaria da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. *Mobilidade acessível na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2005.



CRITÉRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL A SAÚDE

Regiane Ferreira da Silva – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Prof. Mestre Ivan Prado Junior – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este trabalho refere-se a um recorte na pesquisa feita como subsídio para elaboração do trabalho final de graduação apresentado à UniFil - Centro Universitário Filadélfia, como exigência final para graduação em Arquitetura e Urbanismo. Aborda critérios para a implantação de estabelecimentos assistenciais a saúde, com destaque dos pontos mais importantes a serem levados em consideração na definição do terreno para destinados para esse tipo de edificação, assim como alguns cuidados, como: acessos, estacionamentos e a visibilidade do edifício em relação ao seu entorno.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura e Urbanismo, Projeto, Saúde

Os critérios para localização de um Estabelecimento Assistência de Saúde (EAS) devem visar à qualidade do saneamento local, as condições do meio físico e o grau de influência de zonas de indústrias com altos índices de poluição. Conforme o estabelecido pelo Brasil (2002) não se permite a localização de estabelecimentos assistenciais a saúde (EAS) em zonas próximas a depósitos de lixo, indústrias ruidosas ou poluentes.

Segundo Rio de Janeiro (1996) a implantação de edifícios de saúde deve sempre avaliar as condições de infraestrutura e a relação estabelecidas entre os edifícios de saúde e a estrutura urbana local, garantindo acessibilidade e sempre favorecendo boas condições à população usuária. Deve se avaliar o entorno imediato com relação à altura das edificações vizinhas para não prejudicar a incidência de ventilação e iluminação natural e sempre que possível implantar essas edificações próximas às praças ou áreas verdes podendo assim garantir barreiras naturais de proteção contra ventos e ruídos e luminosidade excessiva.

Para Carvalho (2004) a primeira questão que deve ser levada em conta onde será feita a implantação uma unidade hospitalar é a dimensão do terreno e ainda prever futuras reformas e ampliações, para ele um hospital vive em obras desde sua inauguração. A reserva



para futuras ampliações, portanto é 30% da área do terreno como o já citado na antiga portaria 400 do Ministério da Saúde (BRASIL, 1987a). Outro ponto importante é a topografia do terreno dependendo da declividade do terreno pode tornar as implantações muito caras quando não prejudicam a funcionalidade do edifício. O parâmetro Máximo aceitável para edificações horizontais e de 10% de declividade.

Em relação aos acessos e estacionamentos, Rio de Janeiro (1996) orienta que os serviços prestados a população usuária de edificações destinadas à saúde, devem ser atendidos por estacionamentos para pacientes, funcionários, viaturas de serviço e para ambulâncias, sempre considerando a quantificação do número de vagas e as orientações do Código de Obras Municipal. Ainda recomenda que, próximo às vias que circundam o edifício tenha uma boa oferta de transporte coletivo, facilitando assim o acesso da população mais carente e que as paradas de ônibus ou passarelas bem como a sinalização de trânsito, devem ser distribuídas de maneira que não atrapalhe a circulação e não interfira negativamente na fachada da edificação.

As vias de acessos que circundam o terreno, quando este for destinado à unidade de serviços emergenciais, devem ser amplas e livres de congestionamento e com a utilização de pista para desaceleração, segundo Carvalho (2004). Também devem prever entradas para pedestres, caminhões e ambulâncias, bem como áreas para estacionamento de serviço e de público em quantidade suficiente. Para caminhões de descarga de materiais deve ser previstos pátio para manobra.

Os acessos à edificação de saúde devem ser diferenciados (serviço, pacientes) conforme a complexidade do programa arquitetônico, para maior controle e segurança reduzir ao menor número possível de acessos. A entrada de veículos e de pedestres deve ser independente, evitando o conflito de fluxo (RIO DE JANEIRO, 1996).

De acordo com o Ministério da Saúde (2004), a sala de espera, ambiente de “estar” de pacientes ou de seus acompanhantes, é um elemento importante que geralmente fica além da porta de entrada. Quando composto por área verdes e mobiliário adequados ao espaço, podem tornar o ambiente propício ao relaxamento. Já o emprego de barreiras visuais e elementos móveis que permitam integração e/ou privacidade, facilitando o processo de trabalho, aumentando a interação da equipe e, ao mesmo tempo, possibilitando atendimento personalizado.



Tais critérios, após analisados em conjunto com aspectos sociais, econômicos e ambientais, constituem subsídio para elaboração do projeto de arquitetura de espaços destinados a unidades assistenciais de saúde, principalmente quanto à implantação e quanto à relação do edifício com seu entorno.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução. Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimento assistenciais de saúde*. Resolução – RDC 50 de 21 de janeiro de 2002, Brasília, 2002.

Carvalho, Antonio Pedro Alves. *Arquitetura das unidades hospitalares*. FAUBA, ARQSAUDE/GEA-hosp. ISC, 2004.

RIO DE JANEIRO - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Estudo e Pesquisas Urbanas. *Manual para elaboração de projetos físicos de saúde na cidade do Rio de Janeiro: posto de saúde, centro de saúde e unidade mista*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, PCRJ/SMU, 1996.



A ARQUITETURA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL DO IDOSO

Roberta Marchesini Camargo – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Especialista Lucas Raffo Souza – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho vem relatar a importância da arquitetura visando uma reflexão sobre a verdadeira função do edifício, e o conhecimento dos estudos científicos que agregam valor humano à produção arquitetônica dos edifícios voltados à terceira idade. Compreende particularidades comportamentais do usuário escolhido, caminhos da concepção arquitetônica e sua inserção na cidade. Analisa-se a acessibilidade e o desenho universal, elementos fundamentais neste processo inclusivo, responsáveis pela autonomia e cidadania do idoso, com o objetivo de definir sistemas de melhores ambientes para a participação mais ativa da terceira idade. Determina-se as medidas mínimas para os espaços em função da antropometria dos idosos e as medidas ergonômicas do mobiliário, além de criar um espaço adequado às características físicas e psíquicas do idoso, analisando e determinando de que modo os aspectos de conforto ambiental influenciam na caracterização dos espaços que podem propiciar determinadas sensações, e são feitas algumas recomendações visando o conforto térmico, visual e acústico.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Idoso. Inclusão social. Acessibilidade. Desenho Universal

A arquitetura tornou-se um instrumento indispensável para a inserção de alternativas de moradia e planejamento urbano, responsável pela autonomia, inclusão social e cidadania do idoso.

Uma casa projetada para alguém de 20 anos não será a mesma se projetada para alguém com 80 anos. As necessidades e capacidades dos indivíduos mudam, mas a casa não. A consequência disso é a falta de segurança que o idoso tem para desenvolver atividades cotidianas e a independência diminui.

BESTETTI (2002) destaca, após uma observação apurada das condições de vida e de moradia destinada a pessoas com idade avançada, desde a inexistência de segurança, conforto térmico, pisos adequados, entre outras especificidades para atender às limitações características e naturais dessa idade, até as facilidades que, erroneamente utilizadas, levam a um cerceamento e indigno desprezo quanto às capacidades intelectuais, físicas e sociais dos idosos, impondo-lhes um gradativo isolamento social.



Todos esses fatores são decisivos para o idoso, tanto no aspecto físico quanto psíquico, adequando os ambientes para a promoção da satisfação com a vida, preservando as capacidades funcionais e principalmente, a autonomia do idoso. O planejamento do espaço gera impactos funcionais e plásticos no ambiente a ser projetado onde, o conhecimento das características do usuário e as atividades predominantes no local torna o ambiente adequado a população que irá utilizá-lo.

PANERO; ZELNIK (2002) citam a importância do arquiteto e design de terem a consciência dos dados disponíveis de antropometria e suas aplicações em projetos. Os idosos sofrem com a mobilidade reduzida, necessitando de ajuda de cadeira de rodas, andadores ou bengalas. LIDA (2000) relata que após os 50 anos, a estatura das pessoas começa a diminuir gradativamente, sendo que os homens perdem 3 cm até os 80 anos, e as mulheres, 2,5 cm. Acarretado a isso, a acessibilidade e o desenho universal são conceitos que visam a autonomia, a segurança e o conforto para os cidadãos sendo imprescindível em uma sociedade inclusiva.

Devem ser adotados critérios de projeto de acordo com as características físicas e psicológicas dos idosos. PAPALÉO (2005) cita que os idosos são particularmente suscetíveis a influências ambientais. Aspectos como conforto ambiental – térmico, de iluminação e acústicos – adotados nos espaços para idosos possibilitam interferir na composição e forma dos edifícios, nos revestimentos, distribuição interna dos espaços, enfim, em muitos elementos que necessitam ser pensados desde várias perspectivas, de modo a enriquecer o projeto final, objetivando a otimização e boa qualidade dos espaços.

Tais características influenciam no programa, como por exemplo: projetar espaços valendo-se das proporções, dimensões, relações espaciais, forma e características dos elementos definidoras do espaço; adotar esquemas de distribuição espacial e funcional de tal forma que se produza o convívio, a interação e o contato com o exterior; criar espaços que sejam capazes de provocar certas sensações nos idosos dependendo do tipo ambiente, tais como o otimismo, motivação, relaxamento e tranquilidade; espaços, mobiliário e sua disposição devem ser determinados em função do idoso em cadeira de rodas ou com outro tipo de mobilidade reduzida, isso faz com que se sintam mais seguros e confiáveis na hora de deslocar-se e agir no ambiente, reforçando sua autonomia; já que no idoso a acuidade visual é menor, deve-se evitar fortes contrastes, brilhos excessivos, mas, por outro lado, o idoso



precisa de espaços mais iluminados, de mais luz para o desenvolvimento das tarefas, devendo considerar boa iluminação dos ambientes.

A arquitetura bem aplicada contribui para que barreiras sejam quebradas, possibilitando que as pessoas idosas levem uma vida socialmente ativa. Os projetos devem caminhar em direção a uma arquitetura universal, preocupada com o futuro a fim de promover o bem-estar dos usuários. É só conhecendo as necessidades e expectativas dos usuários que será possível proporcionar um ambiente capaz de supri-las e superá-las.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050, *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. *Hospedando a Terceira Idade: recomendações de projeto arquitetônico*. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2002.

CAMBIAGHI, Silvana. *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

LIDA, Itiro. *Ergonomia: projeto e produção*. São Paulo: Edgar Blucher LTDA, 2000.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. *Dimensionamento Humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos*. Barcelona: Gustavo Gili, SA, 2002.

PAPALÉO NETTO, Matheus. *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu, 2005.



ANÁLISE DE PROJETO ARQUITETÔNICO PADRÃO: CENTRO COMUNITÁRIO

Samptander Tejada Severgnini – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Fábio Freire – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este trabalho realiza uma análise do Projeto Padrão de Centro Comunitário vencedor do concurso promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU e Serviço Social Autônomo Paranacidade. O projeto arquitetônico é disponibilizado como modelo para prefeituras do estado do Paraná que necessitem implantar Centros Comunitários. Os Centros Comunitários são equipamentos que devem atender a população com o intuito de proporcionar um ambiente físico que possibilite o desenvolvimento de atividades sociais e comunitárias diversificadas. A análise deste projeto é realizada a partir de três parâmetros de projeto: contextuais-ambientais (características do terreno, localização, adequação da edificação aos parâmetros ambientais); funcionais e estéticos (organização espacial, áreas de recreação e vivência, ambientação: dimensionamento, configuração e aparência, acessos e percursos) e técnicos (materiais e acabamentos).

PALAVRAS-CHAVE: Centro Comunitário, Projeto Arquitetônico, Parâmetros de Projeto.

O Centro Comunitário elege como alvo prioritário para a oferta de atividades e serviços, a família e a comunidade, sem perder de vista a situação particular e específica de cada usuário. Nesse sentido, desempenha papel fundamental para a consolidação e criação de novas relações sociais em nível local, reforçando os “laços sociais”, onde são vividas diversas experiências e podem contribuir para o aprimoramento da cidadania, educação e cultura (BONFIM et al, 2011).

De acordo com os programas governamentais, difundidos por instituições de fomento e desenvolvimento urbano no estado do Paraná, o “Centro Comunitário” apresenta-se como importante equipamento urbano e [...] deve atender a todos os moradores de uma localidade ou de uma cidade, de maneira a proporcionar uma referência para as atividades sociais e comunitárias das mais diversas naturezas [...] (SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, 2010).

Na análise do projeto padrão utilizado pelo governo paranaense, considerando os



parâmetros propostos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2006), pode-se aferir suas principais características e a qualidade do projeto arquitetônico fornecido para construção nos municípios paranaenses. Com referência aos parâmetros contextuais-ambientais (características do terreno), o projeto padrão elaborado pela Arquiteta Maria Cristina M. Barnabé (Cf. figura 1) atende a necessidade de área construída em relação às áreas livres, pois possui 200 m² e o terreno proposto deve ter no mínimo 400 m², ser plano e sem grandes desníveis, apresentando nesse caso, acesso facilitado em virtude da topografia proposta para implantação.

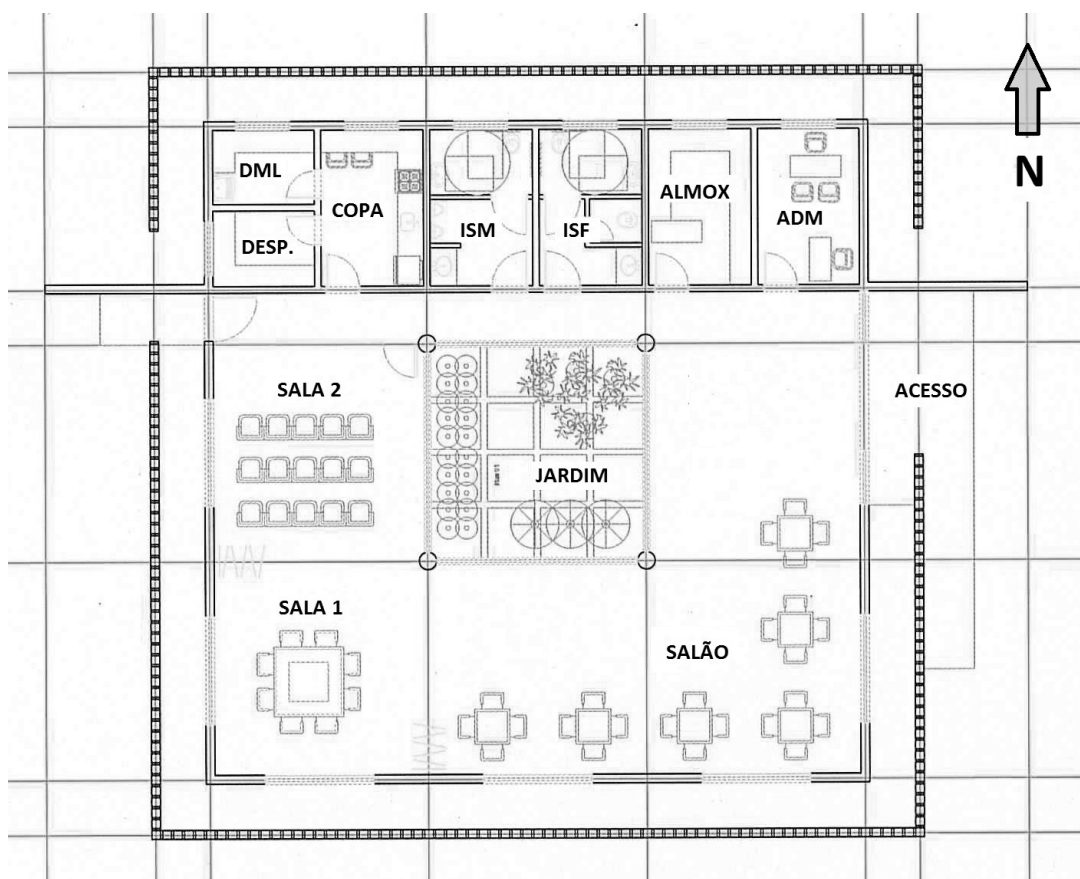


FIG. 1: Planta do Centro Comunitário - Projeto Padrão.
FONTE: Serviço Social Autônomo Paracidade.

Tratando-se de um projeto padrão, o projeto não atende a maioria dos parâmetros analisados em relação à localização, possui apenas uma área externa de espera próxima à entrada principal. Em relação à adequação da edificação aos parâmetros ambientais, verificou-



se que o padrão proposto para vários municípios, sem localização definida, acaba não atendendo a maioria dos requisitos previstos para a edificação (por ex. adequação térmica do ambiente, melhores condições ambientais e salubridade).

Com relação aos parâmetros funcionais e estéticos (organização espacial), pode-se afirmar que o salão principal favorece a interação social entre os usuários, principalmente por possuir ligação com todos os demais ambientes previstos no projeto, incluindo duas salas de atividades. O edifício conta com áreas externas previstas para o desenvolvimento de atividades comunitárias e com ambientes internos de uso controlado, tais como: administração, serviços de apoio e sanitários. As salas de atividades 1 e 2, por possuírem divisórias removíveis, possibilitam a interligação com o salão principal e entre si, estimulando as atividades coletivas (não possuem ligação direta com o exterior da edificação). É importante ressaltar, que as salas não dificultam o acesso e o domínio visual do ambiente por parte do usuário. A cozinha, assim como o restante do setor de serviços, é um espaço reservado. O projeto não possui áreas externas para recreação e vivência, aqui considerada como uma falha grave de projeto. Na análise dos itens referentes ao dimensionamento, configuração e aparência, o projeto não apresenta especificações e detalhamento de mobiliário, cores e pavimentação, entre outros. Não foram observadas, na configuração dos ambientes, reentrâncias e espaços para convivência no acesso as salas de atividades.

O projeto padrão não considera a integração edifício-entorno, generalizando o contexto de implantação, peculiar de cada município e área urbana. Não obstante, algumas normas são observadas como condicionantes da organização funcional e composição volumétrica. Outro tema importante que foi considerado na solução projetual é a observância às normas relativas à acessibilidade, entretanto ainda relegadas a uma importância menor em edificações de uso coletivo.

Os parâmetros técnicos, previstos nas recomendações consideradas nesse trabalho, não puderam ser analisados em virtude da ausência de dados e informações no projeto arquitetônico fornecido pelo PARANACIDADE.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, C. J. et al. Centro Comunitário. Disponível em:



<http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13103&m=PDF>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

BRASIL. *Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil*. Brasília: MEC, SEB, 2006.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE. *Manual de Projetos Modelo*. Curitiba: PARANACIDADE, 2010.



RECICLAGEM DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Thamara Fuzinato Youssef – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Mestre Roberto Mititaka Ikeda – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente artigo faz parte de um capítulo do trabalho final de graduação de Arquitetura e Urbanismo; com o título de “reciclagem em espaços industriais” tem como objetivo a conceituação de reciclagem e da reciclagem de espaços industriais visando o esclarecimento de questões de arqueologia industrial e da classificação patrimônio como industrial. Foi com o passar das décadas e com revolução industrial que se começou a falar desse patrimônio específico, que se constitui das instalações de antigas indústrias e conta a história da cidade, como a mesma surgiu e continua crescendo até os dias atuais. O tema propõe a discussão de como e o que preservar quando se trata desse patrimônio tão específico, tendo em vista não somente a preservação do local, mas da história.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços Industriais, Patrimônio, Reciclagem.

O termo reciclagem, segundo Sheppard (1981), é utilizado no processo que adapta e remodela edifícios antigos para novos usos, geralmente necessita de uma reorganização interna da construção; seu propósito é viabilizar a estrutura, tornar o edifício contemporâneo e relevante, e reintegrá-lo ao seu meio, este, no entanto, não está vinculada a fidelidade histórica.

O desenvolvimento equilibrado das cidades, mantendo registros históricos de sua evolução urbana é um desafio não só brasileiro, mas de países em todo o mundo.

Projetar, hoje, é atuar cada vez mais no lugar já edificado, portanto também é papel do arquiteto dar nova vida a edificações históricas abandonadas, dando-as novo uso e valorizando seu entorno.

Os vazios urbanos e as indústrias abandonadas são espaços que podem ser transformados, reciclados ou revitalizados, ganhando novos usos. A esse fenômeno de abandono se dá o nome de “*friches industrielles*” que segundo Choay (1985) são terrenos abandonados pelas indústrias, por estas terem sido realocadas ou cessado suas atividades; tais terrenos, entretanto, ainda ocupados por construções de indústrias, não demolidos, mas inutilizados.



A preocupação com o legado do processo da industrialização, segundo Kuhl (2009), apesar de aparecer já no século XIX, tornou-se mais sistemática a partir dos anos 1960.

Foi na década de 70, que se começou a falar de “arqueologia industrial” só aí se começou a falar de “patrimônio industrial”. Das muitas definições de arqueologia industrial pode-se citar:

[...] arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um “monumento industrial é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedra de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram recentemente obsoletos. Na prática porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente [...] (Buchanan, 1972, p. 20-1)

O estudo do patrimônio industrial, segundo Kuhl (2009), inclui a análise de tipo e distribuição do espaço das edificações, o estudo dos vestígios materiais, de documentos escritos, de testemunhos orais, levantamento e documentação, e a preservação.

O patrimônio industrial compreende em vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção e transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria tais como habitações, locais de culto ou de educação (Carta de NizhnyTagil, 2003).

Além disso, o patrimônio industrial é parte integrante de uma série de acontecimentos, o mesmo acompanhou as mudanças de uma sociedade. De acordo com Kuhl (2009) o que importa não é unicamente a lógica do objeto em si (edificação), mas sim como esse objeto se insere em uma dada realidade.

Viñuales (2007) ainda comenta que depois dos estímulos da década de 80, a década seguinte apresentou um panorama mais claro e se empreenderam algumas obras de reciclagem interessantes em muitos países; como depósitos portuários, cervejarias, chaminés, silos, mercados, estações de trem; todos esses locais foram reabilitados com novos usos e foram capazes de revitalizar zonas inteiras de uma cidade.



Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento econômico sustentado. O patrimônio industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração econômica de regiões deprimidas ou em declínio (Carta de NizhnyTagil, 2003).

O dimensionamento das áreas industriais e encontrar um novo uso que se adapte a edificação são os desafios da preservação do mesmo. Elaborar um programa de necessidades que seja apropriado e que justifique a conservação do patrimônio não envolve somente a edificação isolada, mas sim o conjunto, sendo o mesmo composto do seu entorno e ainda de seus valores históricos e culturais.

REFERÊNCIAS

- BUCHANAN, R. Angus. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth (GB): Penguin, 1972.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70 Brasil, 1999.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas técnicos de restauro*. Cotia - SP: Atelê Editorial, 2009.
- SHEPPARD, A. Rehabilitation and Recycling – two case studies in Montreal. In: *CONGRÈS INTERNATIONAL: CONSERVATION, RÉHABILITATION, RECYCLAGE. QUEBEC*: Les Presses de L'université Laval, [S/D].
- VÑUALES, Graciela Maria. *Las industrias y suas transformaciones*. Summa, n. 275. Buenos Aires, Julho 1990.



TIPOLOGIAS DOS CEMITÉRIOS

Autor: Tuane Umeki Salles de Oliveria – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Prof. Mestre Ivan Prado Junior – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Com as análises e pesquisas, pretende-se abordar neste artigo as tipologias dos cemitérios, dividindo em três tipologias; cemitérios convencionais, cemitérios jardins e cemitério vertical, com o propósito de analisar as mudanças que os cemitérios sofreram ao longo dos anos. Modificações foram decorrentes de mudança de cultura, crenças, costumes e principalmente pela preocupação em preservar ao máximo o meio ambiente. Desta forma, leva-se em consideração o processo de decomposição do corpo humano, que envolve a produção de necrochorume e causa assim, assim um grande impacto ambiental com potencial em poluição dos lençóis freáticos assolando em doenças, com contaminação da água, na terra e no ar. Os cemitérios verticais são estruturas recentes, principalmente no Brasil, resultado de modificações que os cemitérios sofreram conforme o tempo, as mudanças de costumes, a arquitetura e sua importância na paisagem urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Cemitério. Arquitetura e Urbanismo. Meio Ambiente.

A morte é um tema que para muitos remetem a um sentimento ruim e tenebroso. Com este sentimento, os cemitérios são sujeitos a proporcionar medo da morte, uma incerteza do que pode ocorrer após este processo com a tristeza de perder um ente querido. Desta forma, no decorrer dos anos, os cemitérios tentam amenizar esta dor de perda e medo, pois é um processo natural da vida. Há vários modos de compreender a morte, pela filosofia, medicina, religiões, cultura e etc., porém cabe a cada um crer e acreditar no que for mais convincente. Os cemitérios são locais essenciais para cidade, pois no interior dos cemitérios, conforme Cambraia (2006) há várias histórias pessoais de diferentes épocas, porém reunidas num mesmo interesse: o de preservar a memória dos que já foram com o tempo. Desta forma, a tradição e preocupação em preservar foram evoluindo e com isso os cemitérios foram se adaptando conforme as necessidades, o período histórico e a cultura, na qual este artigo irá dividir em três tipologias: cemitério convencional, cemitério jardim e cemitério vertical. Com



a finalidade de demonstrar como esses ambientes foram evoluindo na paisagem urbana, sua importância na arquitetura e no meio ambiente.

Os cemitérios convencionais são definidos por Borges (2002) como uma cidade em miniatura, pois possuem vias de acesso a um prédio principal, que pode ser uma capela coletiva e/ou um cruzeiro, de acordo com as razões cívicas, religiosas e visando o bem estar coletivo. Assim, como nas cidades, a burguesia passou a individualizar e personalizar os sepultamentos dos indivíduos pós-morte. Os cemitérios convencionais secularizados estão repletos de representações iconográficas que vêm reafirmar os valores familiares e religiosos. No século XVII, os cemitérios convencionais começaram ocupando o espaço envolto da igreja integrado ao contexto urbano da cidade. Obtendo assim, uma analogia com a cidade, um local reservado aos mortos circundado apenas por um muro com função de proteção do “sono” dos mortos e em sua entrada causa impacto caracterizando uma instituição fechada e a presença da arborização é importante por motivos de higiene, como também um elemento de alegoria no repouso aos mortos e de embelezamento, normalmente as árvores típicas são dispostas ao longo do cemitério. (BORGES, 2002).

Os cemitérios tradicionais são geralmente uma sucessão de túmulos dispostos um ao lado do outro delimitando circulações de acesso aos mesmos. O terreno é composto de túmulos, circulação e arborização (às vezes escassa). Nesta configuração de cemitério, não há presença de salas de velório, ou qualquer edificação a não serem os túmulos, ou seja, essa tipologia de cemitério não possui uma importância arquitetônica funerária e sim uma grande para a arte funerária, com seus adornos, túmulos embelezados por esculturas e etc.

De acordo com Bernardo (2009), o cemitério jardim tem origem nos Estados Unidos, e se destaca pela ausência de túmulos e monumentos, semelhante a um parque gramado e arborizado, com um conceito de origem protestante, na qual, tem com princípio de promover a igualdade entre os homens, sem discriminação econômica. Esse tipo de cemitério começou a se destacar, pela substituição dos túmulos monumentais e jazigos-capelas por placas funerárias ou túmulos pequenos que se difundem na paisagem verde.

Dois aspectos se destacam nos cemitérios jardim: a paisagem e a arquitetura funerária. A arborização é fundamental tanto para a higiene e uma maneira de transmitir proteção, ou seja, um “local de repouso” dos homens cansados da vida terrena. As construções presentes são normalmente: edifício para cerimônia, capela, lanchonete, ossário e



possuindo em alguns crematórios, diferentemente dos cemitérios tradicionais, que não possuem edificações, apenas túmulos.

O primeiro cemitério-jardim no Brasil e na América do Sul, segundo Magalhães (2008), foi o Cemitério da Paz inaugurado em 1965, no bairro do Morumbi, área nobre paulistana, como propriedade da Associação Cemitério dos Protestantes. No início de sua implantação não ocorreram problemas, porém constatou-se que o aquífero freático subterrâneo (lençol freático) estava a poucos centímetros abaixo de corpos sepultados diretamente na terra, atentados com a preocupação ambiental, atualmente o cemitério adotou sistemas para minimizar estes danos.

Como esta situação ocorreu em determinada zona do Cemitério da Paz, passamos a pesquisá-la e a monitorá-la constantemente, durante um período de quase seis anos. Os resultados encontrados foram satisfatórios e estão em sintonia com os obtidos na Alemanha e na Austrália, ou seja, o impacto ambiental causado por um cemitério é tão reduzido que não pode ser considerado como atividade poluidora (MAGALHÃES, 2008).

Com esta tipologia de cemitérios, Borges (2002) compreende que a partir desses espaços houve um novo entrosamento entre o cemitério e a cidade, configurando em uma maneira simples de tratar a morte, uma espécie que ela denomina como o paraíso terrestre reencontrado.

O sistema de sepultamento é semelhante com os cemitérios tradicionais em relação ao jazigo, porém proporcionando um ambiente mais livre com a presença do gramado ao invés de túmulos ornamentais, permitindo uma área permeável maior do que os cemitérios tradicionais.

A resolução 335, de Abril de 2003 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) define o cemitério vertical com um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos. Com forme Borges (2002), os principais cemitérios verticais foram projetados por arquitetos franceses dos períodos pré-revolucionário e revolucionário. Em geral, esse tipo de cemitério é dotado de crematório, de uma estrutura de recolhimento e urna funerária.



A relação entre os cemitérios verticais e os cemitérios convencionais e jardim são notórios, pois os métodos utilizados para o sepultamento são diferentes, porém com a mesma finalidade. Nos cemitérios convencionais e jardim, o corpo é depositado nos jazigos ou covas (um buraco no solo). Já os cemitérios verticais, destinam os corpos em um lóculo, que são gavetas ou nichos dispostos em série, sem o contato direto com o solo. Para o processo de sepultamento dos corpos nos lóculos, necessita de alguns cuidados. Este método não contamina o solo, porém o modo que o cadáver se decompõe é o mesmo, ou seja, o corpo continua a produzir o necrochorume e a eliminar gases poluentes. Desta forma, os cemitérios verticais necessitam de sistemas específicos.

Nos lóculos é preciso que a parte inferior seja impermeabilizada, pois a legislação obriga que as jazigos, covas ou lóculos sejam lacrados e abertos após 3 anos. No entanto, para solucionar os gases poluentes, os cemitérios verticais necessitam de uma boa ventilação (normalmente feitas por sacadas) e para minimizar a proliferação desses gases, é necessário um sistema de tubulação.

Analisando os três tipos de cemitérios, é perceptível que os cemitérios convencionais possuem poluição visual, com arte funerária e normalmente com pouca área permeável. Este tipo de tipologia não possui construções e o sistema utilizado são jazigos, o que não colabora com a permanência dos usuários no local, pois são desprovidos de locais cobertos. Já os cemitérios Jardins, são como campos, possibilitando uma padronização das lápides e uma permanência maior dos usuários, pois há abundância de arborização e locais cobertos como: capela, sala de velório e área administrativa, sendo que alguns já dispõem de sistema de crematório.

Os Cemitérios Verticais são dotados de ambientes abrigados, sendo seu principal sistema de destinação dos corpos em lóculos. Esta tipologia de cemitério permite uma maior permanência dos usuários, ocupa menos espaço físico que os demais e seu sistema em lóculos não agride o meio ambiente, e a maioria possui o sistema de crematório.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Leonam. Cemitério São Paulo abriga pessoas importantes, *Veja São Paulo*, São Paulo, 08 de julho de 2009.



BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Riberão Preto*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2002.

CAMBRAIA, Junia Mortimer. *Cidade de cidades: cemitério de babel*. 2006. In: ENCUESTRO, 25., CONGRESO ARQUISUR, 10., 2006, Tucumán. CEMITÉRIO MORUMBY. *Infra-estrutura*.

Disponível em: <<http://www.cemiteriodomorumby.com.br/infraestrutura.htm>>. Acesso em: 15 de abril de 2011.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução n. 335*, de Abril de 2003.

MAGALHÃES, Fábio. *Preservação do Fundo de Vales e das águas no planeta*. São Paulo: Esperança Fitolito e Artes Gáficas Ltda, 2007.



ISOFLAVONA: BENEFÍCIOS PARA MULHERES NO PERÍODO DA MENOPAUSA

Dias, B. S.; Santos, F. P. - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

INTRODUÇÃO:

A menopausa é um período da vida da mulher onde elas se tornam menos férteis, ou seja, é o período de transição entre a vida reprodutiva e o fim da fertilidade, onde os ovários vão parar de liberar óvulos. A maioria das mulheres param de menstruar entre os 45 a 50 anos, apresentando como principais sintomas o fogacho ou rubores, perda da umidade e elasticidade da vagina e perda da densidade óssea; também podem apresentar dores de cabeça, irritabilidade, aumento de peso, entre outros. Para prevenção dos sintomas do climatério as mulheres estão utilizando tratamentos com fitoestrogênios, sendo o mais recomendado a isoflavona. A isoflavona é um componente natural encontrado na soja e em vários tipos de alimentos, reduz os sintomas da menopausa e pode prevenir outras doenças crônicas e cânceres.

PALAVRAS-CHAVE: Benefícios. Isoflavona. Menopausa

DESENVOLVIMENTO

Climatério é a fase da vida da mulher na qual ocorre a transição do período reprodutivo para o não reprodutivo e resultam em alterações fisiológicas sobre a pele, mucosas, ossos e metabolismo lipoprotéico. A menopausa, um episódio que está dentro do climatério, é a parada do funcionamento dos ovários, ou seja, os ovários deixam de produzir os hormônios estrogênio e progesterona e representa a última menstruação da vida da mulher.

Não se tem uma idade determinada para a menopausa. Geralmente ocorre entre os 45 e os 55 anos, no entanto pode ocorrer a partir dos 40 anos sem que isto seja um problema. Não há relação entre a primeira menstruação e a idade da menopausa nem tão pouco existe relação entre idade familiar da menopausa.

Os médicos destacam três sintomas da diminuição dos níveis de hormônio feminino: (1) fogachos ou rubores – súbitas ondas de calor no rosto, pescoço e tórax. Quando ocorrem à noite são chamados de “suores noturnos”. (2) perda de umidade e



elasticidade da vagina, conhecida como “atrofia vaginal”. (3) perda de densidade óssea. Alguns desconfortos como insônia, menor desejo sexual, irritabilidade, depressão, dor durante o ato e diminuição da atenção e da memória, também são retratados no período da menopausa. Em estudo realizado, cerca de dezesseis por cento das mulheres não sentem nenhum sintoma, poucas tem todos eles, mas a maioria sente apenas alguns dos desconfortos durante a menopausa.

Frequentemente há um amplo espectro de emoções associados às alterações hormonais e corporais deste período, levando a resposta de um paciente poder ser afetada por fatores como o estilo de vida e o controle do processo de envelhecimento.

Para diminuir os sintomas que uma menopausa pode gerar alguns alimentos contém substâncias que podem ajudar a amenizar os desconfortos, como é o caso da isoflavona.

Com uma composição química quase completa, a soja é um alimento essencialmente fornecedor de proteínas, carboidratos, lipídeos, vitaminas, ácidos graxos saturados e insaturados, além de possuir compostos, como as isoflavonas.

As isoflavonas são compostos não esteroídes, estruturalmente similares ao estrogênio natural, por apresentarem um anel fenólico com um radical hidroxila no carbono 3, estrutura que lhe confere a capacidade de ligação seletiva e de alta afinidade aos receptores estrogênicos. Os três maiores grupos de fitoestrogênios encontrados são: flavonoides (isoflavonas e flavonas) coumestans (coumestrol) e lignanas (enterodiol, enterolactona).

A isoflavona pode ser uma alternativa terapêutica no período da vida da mulher durante a menopausa, sendo encontrada na soja e em vários outros tipos de frutas, vegetais, grãos, alimentos e legumes. O consumo diário de 45 a 100 mg de isoflavona, que equivale a 60-100 g de soja, pode ser suficiente para se obter benefícios, em especial abolir os sintomas vasomotores.

CONCLUSÃO



Estas pesquisas são de extrema importância, pois o número de mulheres que estão vivenciando os sintomas da menopausa está crescendo cada vez mais e o tratamento com isoflavona pode contribuir para se encontrar uma maneira alternativa, não medicamentosa, natural, para prevenção e controle dos sintomas. Todo trabalho esta sendo realizado por meio de artigos analisados em revistas e fontes textuais.

REFERÊNCIAS

- BAIRD, D. D. et al. *Dietary intervention study to assess estrogenicity of dietary soy among postmenopausal women*. J Clin Endocrinol Metab, 1995.
- FERNANDES, C. E, editor. *Menopausa: diagnóstico e tratamento*. São Paulo: Segmento, 2003.
- FUKUTAKE, M. et al. *A review of the clinical effects of phytoestrogens*. Obstet Gynecol, 1996.
- GUTIÉRREZ, E. *Mulher na menopausa: declínio ou renovação?*. Grupo Mulherando. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- HURD, W. W; AMESSE, L. S; RANDOLPH, J. F. Tratado de ginecologia. In BEREK, J. S.; ADASHI, E.; HILLARD. *Menopausa*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- KUIPER, G. G. S. M. et al. *Interaction of estrogenic chemicals and phytoestrogens with estrogen receptor*. Endocrinology, 1998.
- MORAIS, A. A. C; SILVA, A. L. *Valor nutritivo e funcional da soja*. Ver. Brás. Nutr. Clín, 2000.
- TRIEN, S. F. *Menopausa: a grande transformação*. 3. ed., Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1994.
- UNFER, V. et al. *Endometrial effects of long-term treatment with phytoestrogens: a randomized, double-blind, placebo-controlled study*. Fertil Steril, 2004.



AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE MUTAGÊNICA E ANTIMUTAGÊNICA DO
CAROTENÓIDE LUTEÍNA PELO ENSAIO DE *Allium cepa*.

Bruna Isabela Biazi; Fernanda Mithie Ogo; Prof. Msc. Newton Hashimoto – Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof. Dr. Rodrigo Juliano de Oliveira – Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul - UFMS

RESUMO:

Atualmente, frente à variedade de fatores de risco a doenças crônicas dos quais o homem esta susceptível, como por exemplo, o câncer, faz-se necessário o estudo de fatores de proteção e utilização de técnicas que descrevam o modo de ação desses. O presente estudo avaliou o potencial mutagênico e antimutagênico da luteína (pigmento vegetal) por meio do ensaio de *Allium cepa*. Os tratamentos utilizados foram: controle negativo (água destilada); controle positivo (solução aquosa de Metilmetanosulfonato (MMS) - 0,01mg/mL); mutagenicidade (luteína nas concentrações de 0,14mg/mL, 0,28mg/mL e 0,56mg/mL) e antimutagenicidade onde as mesmas concentrações de luteína foram associadas ao MMS em protocolos de pré-tratamento, simultâneo (simples e com pré-incubação) e pós-tratamento. Os tratamentos com luteína e o MMS foram realizados por 48 horas. Para o tratamento simultâneo com pré-incubação as duas substâncias foram pré-incubadas em estufa BOD por 1 hora a 37°C. Devido ao pico mitótico ocorrer ao meio dia, os meristemas foram coletados neste período. As raízes foram fixadas em solução de Carnoy, hidrolisadas, coradas com reativo de Schiff e Carmim Acético. Em seguida fez-se o esmagamento dos meristemas e montagem de lâminas. Analisou-se 15.000 células/tratamento (3 repetições), em microscopia de campo claro (40x), e a análise estatística foi realizada pelo ANOVA/Tukey. A luteína não se mostrou mutagênica, já que não houve diferenças significativas em relação ao controle negativo. Na avaliação da antimutagenicidade (MMS associado á luteína) observou-se o efeito quimioprotetor da luteína e as porcentagens de redução de danos foram de 80,97%, 96,35% e 84,21% em protocolo de pré-tratamento; 76,11%, 78,54% e 83,80% em simultâneo simples; 93,11%, 78,94% e 70,02% em simultâneo com pré-incubação; 79,35%, 79,14% e 74,49% em pós-tratamento para as concentrações de 0,14mg/mL, 0,28mg/mL e 0,56mg/mL, respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: mutagênese, antimutagênese, luteína, carotenóide, *Allium cepa*.

Estudos indicam que o consumo de fatores de proteção e moduladores dos mecanismos de defesa do organismo, e não apenas evitando a exposição a fatores de risco reconhecidos, como por exemplo, a radiação e drogas, podem evitar o surgimento do câncer e outras doenças relacionados à mutações. Esta estratégia, referida como



quimioprevenção, pode ser alcançada por meio de adequados agentes farmacológicos e/ou por fatores dietéticos (FERGUSON, et al., 2005; GOMES, 2007).

Alguns agentes mutagênicos geram no organismo substâncias denominadas radiacais livres, capazes de gerar aberrações cromossômicas, caracterizadas por alterações na estrutura e/ou no número total de cromossomos (LEME et al., 2008). Componentes alimentares podem atuar como agentes mutagênicos ou modular a ação destes, interferindo diretamente ou indiretamente na ação dos mesmos (WISEMAN, 2008) por meio das atividades de desmutagênese e/ou bioantimutagênese (processos de quimioprevenção) (KADA et al., 1982; KADA e SHIMOI, 1987; DE FLORA, 1998; OLIVEIRA et al., 2006; OLIVEIRA et al., 2007).

O descobrimento de produtos naturais que possam reduzir as taxas de mutações pode também diminuir a incidência de câncer. Esse fato sugere que os indivíduos aumentem a utilização de determinados agentes encontrados na dieta, por exemplo, e procure alimentos com potencial quimioprotetor (COSTA, 2006). Dentre esses pode-se citar os compostos naturais, contendo duplas ligações conjugadas, que atuam como antioxidantes e participam na eliminação de radicais livres. Um exemplo desses compostos são os carotenóides da dieta ou de formulações medicamentosas, que podem desempenhar efeito benéfico no organismo humano.

A presente pesquisa propõe o uso da espécie *Allium cepa* a fim de avaliar a ação mutagênica e antimutagênica do carotenóide Luteína, bem como o seu modo de ação em células meristemáticas de *Allium cepa*.

Os tratamentos utilizados foram: controle negativo (água destilada); controle positivo (solução aquosa de Metilmetanosulfonato (MMS) - 0,01mg/mL); mutagenicidade (luteína nas concentrações de 0,14mg/mL, 0,28mg/mL e 0,56mg/mL) e antimutagenicidade onde as mesmas concentrações de luteína foram associadas ao MMS em protocolos de pré-tratamento, simultâneo (simples e com pré-incubação) e pós-tratamento. Os tratamentos com luteína e o MMS foram realizados por 48 horas. Para o tratamento simultâneo com pré-incubação as duas substâncias foram pré-incubadas em estufa BOD por 1 hora a 37°C. Devido ao pico mitótico ocorrer ao meio dia, os meristemas foram coletados neste período. As raízes foram fixadas em solução



de Carnoy, hidrolisadas, coradas com reativo de Schiff e Carmim Acético. Em seguida fez-se o esmagamento dos meristemas e montagem de lâminas. Analisou-se 15.000 células/tratamento (3 repetições), em microscopia de campo claro (40x), e a análise estatística foi realizada pelo ANOVA/Tukey.

A luteína não se mostrou mutagênica, já que não houve diferenças significativas em relação ao controle negativo. Na avaliação da antimutagenicidade (MMS associado á luteína) observou-se o efeito quimioprotetor da luteína e as porcentagens de redução de danos foram de 80,97%, 96,35% e 84,21% em protocolo de pré-tratamento; 76,11%, 78,54% e 83,80% em simultâneo simples; 93,11%, 78,94% e 70,02% em simultâneo com pré-incubação; 79,35%, 79,14% e 74,49% em pós-tratamento para as concentrações de 0,14mg/mL, 0,28mg/mL e 0,56mg/mL, respectivamente.

REFERÊNCIAS

COSTA, R. *Avaliação in vitro do potencial mutagênico de Bidens pilosa Line (picão – preto) e de Mikania glomerata Sprengel (guaco) por meio de ensaio do cometa e teste de micronúcleo*. 2006. Universidade Estadual de Londrina, Instituto Agrônomo do Paraná. Tese (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Genética e Biologia Molecular. Universidade Estadual de Londrina, 2006.

FERGUSON, R.L.; BRONZETTI, G.; FLORA, S. Mechanistic approaches to chemoprevention of mutation and cancer. *Mutation Research*, v.595, p. 3–7, 2005.

GOMES, F.S. Carotenoids: a possible protection against cancer development. *Revista de Nutrição de Campinas*, v.20, p. 537-548, set/out, 2007.

KADA, T.; SHIMOI, K., 1987. Desmutagens and bio-antimutagens: Their modes of action. *Bio Essays*, v.7, p.113-115, 1987.

DE FLORA, S., 1998. Mechanisms of inhibitors of mutagenesis and carcinogenesis. *Mutation Res.*, v.402, p.151-158, 1998.

OLIVEIRA, R., et al. Protective effect of B-glucan extracted from *Saccharomyces cerevisiae*, against DNA damage and cytotoxicity in wild-type (k1) and repair-deficient (xrs5) CHO cells. *Toxicology in Vitro*, v. 21, p. 41-52, 2007.



OLIVEIRA, R., et al. Evaluation of antimutagenic activity and mechanisms of action of B-glucan from barley, in CHO-k1 and HTC cell lines using the micronucleus test. *Toxicology in Vitro*, v. 20, p.1225-1233, 2006.

LEME, D.M., ANGELIS, D.F., MORALES, M.A.M. Action mechanisms of petroleum hydrocarbons present in waters impacted by an oil spill on the genetic material of *Allium cepa* root cells. *Aquatic Toxicology*. v. 88, p.214-219, 2008.

WISEMAN, M. The Second World Cancer Research Fund/American Institute for Cancer Research Expert Report. Food, Nutrition, Physical Activity, and the Prevention of Cancer: A Global Perspective. *Proceedings of the Nutrition Society*. v.67, p.253–256, 2008.



ADAPTAÇÃO DE UMA AMOSTRA CLÍNICA DE HERPESVIRUS TIPO 2 EM CULTURA DE CÉLULAS HEp-2

Peixoto, Camila; Lima, Carla Cristiane Vaz - Discentes do Centro Universitário
Filadélfia – UniFil.

Gualtieri, Karina Almeida - Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Galhardi, Lígia Carla Faccin; Nozawa, Carlos Mitihiko - Co-Orientação - Universidade
Estadual de Londrina – UEL

RESUMO:

Atualmente, a importância epidemiológica das infecções virais, o uso restrito dos antivirais disponíveis e o aparecimento de cepas resistentes tornam imprescindível o estudo dos vírus. Neste trabalho foi avaliado a adaptação de uma amostra clínica de HSV-2 em células HEp-2. A amostra apresentou efeito nas células em até 72h após a infecção e posteriormente este tempo foi diminuído para 24h mostrando uma boa adaptação as condições “*in vitro*”. Estudos posteriores serão realizados a fim de caracterizar a amostra por diversos ensaios, incluindo a susceptibilidade a antivirais naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Células HEp-2. Efeito citopático. Herpesvírus.

As doenças virais estão presentes entre os homens desde os primórdios das civilizações. À medida que a população mundial cresceu e os meios de transportes evoluíram, o impacto causado pelas doenças virais também aumentou. O número de pessoas infectadas com diversos vírus cresce a cada ano no mundo todo. Nas últimas décadas, o uso de técnicas diagnósticas para as infecções virais emergiu significativamente, principalmente pelo aumento de infecções causadas por vírus em pacientes imunocomprometidos; pela ocorrência de epidemias e pandemias; aumento do número de antivirais disponíveis; produção de vacinas; e desenvolvimento tecnológico. Portanto, é imprescindível que as técnicas de detecção, diagnóstico e tratamento contra essas doenças, acompanhem esta evolução.

Um método clássico para detecção e estudo dos vírus é o isolamento em sistemas hospedeiros seguido da identificação por técnicas sorológicas e/ou moleculares. Os sistemas hospedeiros utilizam sistemas vivos como animais de



laboratório, ovos embrionados e culturas de células, sendo o último, atualmente, o mais utilizado. As culturas celulares são classificadas de acordo com o tipo celular, que podem derivar de muitas espécies de animais e com características diferentes. As culturas de células primárias originam-se de células dos tecidos por desagregação enzimática, mecânica ou lavagens e apresentam tempo de vida limitado. As demais culturas originam a partir do subcultivo das células primárias podendo se tornar linhagens contínuas com crescimento indefinido. As células que os herpesvírus se adaptam melhor são as células Vero, HEp-2, MRC-5, HeLa, WI-38.

A presença da propagação viral nas células é feita pela observação do efeito citopático (ECP), em microscopia óptica. São avaliadas as alterações morfológicas como arredondamento celular, células refrateis, picnose, vacuolização, granulação, formação de células gigantes, fusão celular pela formação de sincícios, agregação, perda de aderência ou lise.

O presente trabalho tem como objetivo adaptar uma amostra clínica de herpes simplex vírus tipo 2 (HSV-2) em cultura de células HEp-2.

A cultura de célula utilizada foi a HEp-2, células de carcinoma de laringe humano. Foram cultivadas em meio DMEM, suplementado com antimicrobianos (penicilina, estreptomicina e anfotericina B) e 10% de soro fetal bovino, a 37°C, com 5% de CO₂.

A amostra de HSV-2 foi gentilmente coletada e fornecida pelo Laboratório de Virologia/IMPPG/UFRJ, Rio de Janeiro - RJ.

Para a adaptação da amostra, culturas de célula HEp-2 foram cultivadas em tubos 13x100mm até a formação da monocamada. As células foram inoculadas com HSV-2, na proporção de 10% em relação ao volume total de meio, e monitoradas por até 72 horas para evidenciação do ECP. Culturas de células, não infectadas, foram mantidas como controle negativo, apenas com o meio de manutenção. Os tubos que apresentaram efeito foram submetidos a três ciclos de congelamento e descongelamento e o homogenato re-inoculado em novas culturas. Estoques das passagens estão sendo obtidos, alíquotados e mantidos a - 20°C com 10% de glicerina.



A amostra apresentou ECP em todas as passagens realizadas. O efeito inicialmente ocorria com 72h e nas últimas passagens, em 24h a monocamada celular estava totalmente destruída. O controle celular encontrava-se inalterado, com as células aderidas ao substrato, com a monocamada formada e com forma poligonal. Nas células infectadas foram observadas as seguintes modificações: arredondamento das células, formas picnóticas, refringência e desprendimento da monocamada.

Apesar do desenvolvimento de técnicas novas e rápidas para o diagnóstico das infecções virais, através da demonstração do vírus, antígenos ou ácido nucléico viral, nos espécimes clínicos, o isolamento do vírus ainda permanece o padrão de referência para comparação dos novos métodos. A desvantagem é que nem todo sistema hospedeiro disponível para cultivo seja aplicado para todos os vírus, além do tempo que não satisfaz a necessidade clínica. Já as vantagens são: amplificação da quantidade de vírus; isolamento de diferentes tipos de vírus numa mesma amostra; produção de partículas viáveis que podem ser caracterizadas e estocadas para estudos futuros. Este trabalho almeja vários estudos com a amostra de HSV-2 adaptada, como a determinação da titulação viral pelas técnicas de TCID50 e plaque, caracterização do vírus por técnicas imunológicas e moleculares, além de ser utilizada como modelo para estudos com possíveis antivirais de origem natural.

REFERÊNCIAS

SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D.. *Introdução à virologia humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

WINN, W.C. et al. *Diagnóstico microbiológico*. 6. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.



A INFLUÊNCIA DO CHUMBO NA SAÚDE DE TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA DE BATERIAS AUTOMOTIVAS DO NORTE DO PARANÁ

Deisiane Pereira de Lima – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Solange Aparecida de Oliveira Neves – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A toxicologia ocupacional preocupa-se com a intoxicação por xerobióticos no ambiente de trabalho. Nas indústrias de baterias automotivas existe uma grande incidência de intoxicação por chumbo. O risco de exposição a esse metal está na sua extração das minas, na sua própria utilização, e ainda em emissões efluentes para regiões externas, ou seja, para o meio ambiente. O objetivo geral deste trabalho foi analisar o estado de saúde dos trabalhadores de uma indústria de bateria, observando dados de prontuários dos trabalhadores de diversos setores da empresa admitidos a partir de 1 ano. Os parâmetros investigados nos prontuários foram nível de chumbo sanguíneo, hemogramas e glicemia. Foi observado que nenhum dos trabalhadores ultrapassou o valor de referência para o chumbo sanguíneo ($Pb-S = 40\mu g/dL$). Ainda assim a média de $Pb-S$ encontrada nos colaboradores do setor de produção foi de $31,34\mu g/dL$, enquanto que nos setores administrativos foi igual a $8,26\mu g/dL$, provando que aqueles que estão diretamente ligados ao manuseio do metal correm mais risco de intoxicação. Com relação ao tempo de exposição que variou a partir de 1 até 5 anos ou mais, não houve diferenças significativas entre as médias de $Pb-S$. Com relação ao hemograma não foram encontrados dados significativos, uma vez que a grande preocupação da intoxicação pelo metal está na probabilidade do surgimento de anemias, devido a sua interferência na biossíntese do heme. Não houve relação direta da glicemia com o índice de chumbo plasmático. Portanto, percebeu-se que a presença do chumbo neste período de estudo, não está ainda comprometendo a saúde desses trabalhadores, porém medidas de controle, prevenção e conscientização devem ser rotinas nesse ambiente de trabalho, além da avaliação clínica periódica para monitorização da intoxicação por chumbo.

PALAVRAS-CHAVE: Chumbo, Plumbemia, Toxicologia Ocupacional.

Com a crescente expansão industrial o número de compostos químicos industriais que podem trazer algum malefício a saúde humana vem tornando-se maior a cada dia. Surgiu então a necessidade de se estudar os efeitos toxicológicos destes compostos, a fim de prevenir as lesões tóxicas ou a doença profissional.

Como exemplo desses agentes tóxicos ocupacionais pode ser citado o Chumbo (Pb), utilizado principalmente em indústrias de baterias chumbo-ácido e sistemas



elétricos automotivos. O risco de exposição a esse metal está na sua extração das minas, na utilização em indústrias, e ainda em emissões efluentes para regiões externas, ou seja, para o meio ambiente.

O saturnismo ou plumbemia é uma intoxicação crônica causada pelo metal e caracteriza-se pelos altos índices no sangue, ou até mesmo impregnado em regiões corpóreas, como os ossos, cabelo e unha. Esta intoxicação pode acarretar em distúrbios gástricos, manifestado por dores abdominais violentas e paroxísticas, rigidez da parede abdominal, febre e palidez. Há também distúrbios hematológicos, onde o metal interfere na biossíntese do heme, diminuindo a atividade de algumas enzimas essenciais, devido a afinidade por grupos sulfidrilas. A plumbemia pode acarretar também distúrbios neurológicos como a encefalopatia, distúrbios visuais, deficiências de aprendizado, da integração perceptual e das funções motoras.

O objetivo deste trabalho foi analisar o estado de saúde dos trabalhadores de uma indústria de bateria, observando dados como nível de chumbo sanguíneo, hemograma e glicemia registrados nos prontuários.

No total foram analisados 40 prontuários, que continham informações como sexo, escolaridade, tempo de exposição e setor de trabalho. Além destas, também foram observados testes sanguíneos realizados no dia 31 de maio de 2011. Estes são: hemograma completo, glicemia e a análise de chumbo sanguíneo, sendo eles realizados por um laboratório conveniado a empresa.

O nível de chumbo sanguíneo é o indicador mais usado para se avaliar uma intoxicação pelo metal. Os níveis aceitáveis vão até 40,0 $\mu\text{g/dL}$. Não houve média entre os setores que extrapolou este nível, diferente do resultado encontrado em trabalhadores de uma indústria de reciclagem de baterias de Porto Alegre onde apenas 20% dos colaboradores estavam dentro do nível aceitável de Pb-S (MINOZZO, 2008), podendo assim demonstrar maior preocupação da empresa em relação a saúde dos colaboradores.

Apesar das médias estarem dentro dos valores de referência, a média nos setores de produção e transporte encontradas foram maiores em relação aos outros setores, como o administrativo, por exemplo, que obteve a menor média de Pb-S. Isto prova que aqueles que estão diretamente ligados ao manuseio do metal correm mais



risco de sofrerem uma intoxicação, ou seja, a quantidade de chumbo absorvida, neste caso representado pelo nível sanguíneo do metal, é resultado do contato direto com o metal, seja em relações ambientais, como em relações ocupacionais, como é o caso deste estudo. Deve-se então investigar as atividades, o uso de equipamentos de segurança para minimizar a exposição e se for o caso encaminhá-los para uma avaliação clínica mais criteriosa.

Como já dito anteriormente o chumbo está diretamente relacionado com ao sistema hematopoiético, podendo ser a causa de anemias, devido sua interferência na biossíntese do grupo heme. De maneira geral, a média dos hemogramas dos colaboradores estava dentro dos valores de referência, independente do setor de trabalho e do nível de chumbo sanguíneo, no período em que foi realizada a coleta de dados nos prontuários.

Portanto, avaliando os dados clínicos dos prontuários dos colaboradores de uma indústria de bateria, percebeu-se que a presença do chumbo neste período de estudo, não está ainda comprometendo a saúde desses trabalhadores, porém medidas de controle, prevenção e conscientização devem ser rotinas nesse ambiente de trabalho, além da avaliação clínica periódica para monitorização da intoxicação por chumbo.

REFERENCIAS

LARINE, Lourival. *Toxicologia*. 3.ed., São Paulo: Manole Ltda, 1997.

LEITE, Edna Maria Alvarez. *Exposição Ocupacional ao chumbo e seus compostos*. 2006. 23 f. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, 2006.

MINOZZO, Renato; MINOZZO, Edson Leandro; DEIMLING, Luiz Irineu; MELLO, Renato Santos. Plumbemia em trabalhadores da indústria de reciclagem de baterias automotivas da Grande Porto Alegre. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*. v. 44, p. 407-412, dez 2008.



UTILIZAÇÃO DE FIBRAS ALIMENTARES NA PREVENÇÃO E NO CONTROLE DE CÂNCER COLORRETAL

Magnani, I. M. B.; Santos, F. P. - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

INTRODUÇÃO:

Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se através de metástases para outras regiões do corpo. Dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumor ou **neoplasias malignas**. O câncer colorretal é uma neoplasia maligna que afeta o intestino grosso e o reto, acometendo a parede intestinal. Este tipo de câncer é um dos mais frequentes, e em geral está relacionado ao sedentarismo, obesidade, tabagismo, história familiar de câncer colorretal, predisposição genética, à dieta rica em carnes vermelhas, e possivelmente, à dieta pobre em fibras. As fibras alimentares são substâncias de origem vegetal e não fornecem energia, mas são fundamentais ao funcionamento dos intestinos, embora não sejam digeridas pelas enzimas presentes naqueles órgãos. As fibras têm o poder de regular o trânsito intestinal e de contribuir com a prevenção do câncer colorretal.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos Funcionais, Fibras alimentares, Prevenção do câncer

DESENVOLVIMENTO

O termo câncer é utilizado genericamente para representar um conjunto de mais de 100 doenças, incluindo tumores malignos de diferentes localizações. Importante causa de doença e morte no Brasil, desde 2003. O crescimento dos cânceres é acompanhado de infiltração progressiva, invasão e destruição do tecido circundante. O que define um tumor maligno é a presença de metástase, visto que as neoplasias benignas não se metastatizam. A invasão dos cânceres permite a sua penetração nos vasos sanguíneos, linfáticos e cavidades corporais, causando disseminação.

O câncer colorretal abrange tumores que acometem um segmento do intestino grosso (o cólon) e o reto. É tratável e, na maioria dos casos, curável, quando detectado precocemente, quando ainda não se espalhou para outros órgãos. Grande parte desses tumores se inicia a partir de pólipos, lesões benignas que podem crescer na parede



interna do intestino grosso. Uma maneira de prevenir o aparecimento dos tumores seria a detecção e a remoção dos pólipos antes de eles se tornarem malignos.

A prevenção depende do rastreamento dos grupos de risco, de educação alimentar visando aos fatores dietéticos mais predisponentes, do segmento e tratamento das lesões pré malignas e da realização criteriosa de exames radiológicos e endoscópicos que permita o tratamento das lesões em fase ainda precoce.

A fibra alimentar ou fibra dietética é a parte dos alimentos (vegetais) ingeridos que não é digerida e absorvida pelo organismo para produzir energia. São classificadas em fibra solúvel e insolúvel.

As fibras são importantes na alimentação porque aceleram a passagem dos produtos residuais do organismo, absorvem substâncias perigosas (toxinas) e mantêm o tubo digestivo saudável.

Os alimentos ricos em fibras friccionam as paredes intestinais ao se movimentar, e também podem se unir e inibir a ação de substâncias químicas indesejáveis, e reduzir a possibilidade de se contrair câncer de cólon e várias outras doenças gastrintestinais comuns do processo de envelhecimento.

Os efeitos fisiológicos mecânicos das fibras que, através do aumento do volume das fezes, ou através da diminuição do tempo de transito intestinal, facilitariam a remoção dos carcinógenos, co-carcinógenos e/ou promotores de tumor, diminuindo o tempo de contato destes agentes, presentes no conteúdo fecal, com a mucosa intestinal.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados, pode-se concluir que o câncer é uma doença que afeta milhões de pessoas por todo mundo sendo responsável por um grande numero de mortes por ano. Por isso é muito importante e cresce cada vez mais os estudos para prevenção deste processo maligno, destacando-se alimentação saudável rica em fibras alimentares e alimentos pró-bióticos que propiciam uma melhoria na motilidade, no funcionamento e no metabolismo do trato gastrointestinal como um todo.

REFERENCIAS



ROBBINS, S. L. *Patologia Estrutural e Funcional*. 6 ed., Guanabara Koogan S. A., 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. [S/D]. Disponível em:
<<http://www.inca.gov.br/estimativa/2010/>>. Acesso em: 29 de março de 2011.

WAITZBERG, D. I. *Dieta, nutrição e câncer*. Atheneu, 2006.

LOVE, R.R. *Manual de Oncologia Clínica*. 6. ed., Springer Verlag, 1999.

DÂMASO, A. *Nutrição e Exercício na Prevenção de Doenças*. Rio de Janeiro: Médica e Científica, 2001.



INCIDÊNCIA DE HBSAG, ANTI-HBC E ANTI-HCV EM DOADORES DE
SANGUE DO HEMOCENTRO-LONDRINA, DE JANEIRO 2009 A DEZEMBRO
2010

Kelly de Meira Gelain – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof. Msc. Rosália Hernandes Fernandes Vivan - Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

RESUMO:

As hepatites B e C são doenças infecciosas causadas por um vírus B (VHB) e C (VHC), respectivamente. VHB classificado na família Hepadnaviridae e a VHC pertencente à família Togaviridae. É considerado um grave problema de saúde pública, pois apresentam distribuição mundial, acometendo anualmente mais de um milhão de pessoas devido sua evolução gerando doenças graves como hepatite crônica onde o HBV evolui 5 a 7%, e o HCV 80 a 85% dos casos, já cirrose hepática e carcinoma hepatocelular o HVB tem um percentual de 1%, e o HCV 20%. VHB é transmitido via parental e relação sexual. Já a transmissão do VHC ocorre por via parenteral, através de transfusão sanguínea e transplante de órgãos e acidentes perfuro-cortantes. Em casos de hepatite C o tratamento é realizado com a combinação de interferon alfa, ribavirina, já a hepatite B é tratada com lamivudina. VHB e VHC podem ser eliminados espontaneamente pelo organismo (após fase aguda) ou evoluir para fase crônica, provocando alterações bioquímicas, lesões necro-inflamatórias leves ou moderadas podendo progredir para cirrose e hepatocarcinoma. O presente trabalho tem como objetivo verificar a incidência dos marcadores sorológicos das hepatites virais no hemocentro do Hospital Universitário da cidade de Londrina, visto que umas das formas de transmissão é pela transfusão sanguínea.

PALAVRAS-CHAVE: HBV, HCV, Hemocentro, Marcadores sorológicos

As hepatites virais são importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente dois bilhões de pessoas se infectaram em algum momento da vida com o vírus da hepatite B (HBV) e 325 milhões de indivíduos tornaram-se portadores crônicos. Apontada pela OMS como um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado no século 21, a hepatite C atinge 3% da população mundial – aproximadamente 200 milhões de pessoas, das quais 3,2 milhões somente no Brasil, e é hoje um dos maiores desafios da saúde pública e da pesquisa médico-científica.



As hepatites B e C são doenças infecciosas causadas por um vírus B (VHB) e C (VHC), respectivamente. VHB classificado na família Hepadnaviridae e a VHC pertencente à família Togaviridae. É considerado um grave problema de saúde pública, pois apresentam distribuição mundial, acometendo anualmente mais de um milhão de pessoas devido sua evolução gerando doenças graves como hepatite crônica onde o HBV evolui 5 a 7%, e o HCV 80 a 85% dos casos, já cirrose hepática e carcinoma hepatocelular o HBV te um percentual de 1%, e o HCV 20%.

VHB é transmitido via parental e relação sexual. Já a transmissão do VHC ocorre por via parenteral, através de transfusão sanguínea e transplante de órgãos e acidentes perfuro-cortantes .

Em casos de hepatite C o tratamento é realizado com a combinação de interferon alfa, ribavirina, já a hepatite B é tratada com lamivudina. Estas drogas têm como principal mecanismo aumentar a resposta imune, e promover o aumento da produção de fatores relacionados à atividade antiviral. Outro mecanismo importante que essas drogas exercem é agir diretamente sobre a replicação viral, inibindo a atividade da DNA polimerase viral. Porem os especialistas buscam o desenvolvimento de novos medicamentos contra o vírus da hepatite B, o tenofovir e o entecavir são antivíricos caracterizados por um efeito anti-VHB muito potente. A probabilidade de desenvolverem resistências é nula ou quase nula .

VHB e VHC podem ser eliminados espontaneamente pelo organismo (após fase aguda) ou evoluir para fase crônica, provocando alterações bioquímicas, lesões necro-inflamatórias leves ou moderadas podendo progredir para cirrose e hepatocarcinoma.

REFERÊNCIAS

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H. *Imunologia básica: Funções e distúrbios do sistema imunológico*. 2. ed., Elsevier, 2006.

BARBERINO, L. J.; LISBOA, J. *Aspecto epidemiológico e clínicos da hepatite C no município de Feira de Santana-BA*. Dezembro, 2006. Disponível em:



<http://tede.uefs.br/tesesimplificado/tde_arquivos/4/tde-2006-12-26T203658Z-19/publico/pdf%20karina%20maia.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2010.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. *Protocolo de bordagem do paciente com hepatite viral na atenção básica. [S/D]*. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/smsa/biblioteca/protocolos/hepa-tite.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto de 2010.

BRANDÃO, M. B. A. *et al.* Diagnóstico da hepatite C na prática médica: revisão da literatura. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*, n. 9, n. 3, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. *A, B, C, D, E de Hepatites para Comunicadores*. Secretaria de Vigilância em Saúde: Departamento de Vigilância Epidemiológica. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília - DF, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hepatites_abcde.pdf>. Acesso em: 21 de julho 2010.



ACÇÃO ANTIMICROBIANA DO MANJERICÃO (*Ocimum basilicum L.*)

Lívia Oliveira de Siqueira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador - Fernando Pereira dos Santos – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho de revisão intitulado “ação antimicrobiana do manjericão” refere-se à funcionalidade do extrato de manjericão (*Ocimum basilicum L.*) no combate as enfermidades, por isso fez-se necessário a abrangência no estudo das plantas e suas especificidades, ou seja, aplicar com mais precisão o uso de determinadas espécies, caracterizando o seu uso, e tornando cada vez mais usual na tentativa de melhorar a qualidade de vida dos pacientes focando a inibição do agente patológico. No presente trabalho, a planta apresentou em determinados estudos inibição frente *Escherichia coli*, ação bacteriostática e bactericida frente às cepas de *Staphylococcus aureus*, apresentou também significativa atividade antimicrobiana contra os microrganismos *Bacillus cereus*, *Bacillus subtilis*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Listeria monocytogenes*. Em relação às enfermidades bucais o manjericão mantém a forma de uso, bochecho e gargarejo, necessitando de mais estudos para um uso completo em se tratando de cura. Para as doenças gástricas, quando envolvida com a bactéria *Helicobacter pylori*, nada em específico foi encontrado, reforçando a necessidade de mais estudos para um possível futuro tratamento fazendo uso integral da planta em questão, ou associado aos medicamentos sintéticos, amenizando os problemas de toxicidade medicamentosa.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade Antimicrobiana; Manjericão; Bactérias Patogênicas.

As bactérias patogênicas são causadoras de um grande número de doenças, as infecções podem ocorrer através do contato, do ar, alimentos, água, etc. A Patogenicidade de um microrganismo é a capacidade dele de causar doenças, superando as defesas do hospedeiro. As ações patogênicas bacterianas se dão através da produção de metabólitos provenientes do crescimento bacteriano que são ácidos, gases e substâncias tóxicas, ocorre também a liberação de enzimas gradativas (colagenase, protease, hialuronidase, fibrinolisinase), dentre outros fatores.

As infecções ocorrem no momento em que um patógeno se integra ao trato gastrointestinal se multiplicando, podendo penetrar na mucosa intestinal e crescendo no mesmo local ou ainda disseminando-se para outros órgãos, geralmente esse processo é seguido por febre caracterizando uma resposta do organismo ao agente infeccioso.



A gastrite aguda trata-se de um processo inflamatório da mucosa, na maioria das vezes de natureza transitória. Pode haver hemorragia da mucosa acompanhando a inflamação e, em situações mais graves, pelo desprendimento da mucosa superficial pode ser totalmente assintomática dependendo da gravidade das alterações anatômicas, podendo causar dor epigástrica variável, náuseas e vômitos. Os sintomas ligados à gastrite crônica são tipicamente menos graves, porém mais persistentes. Náuseas e desconforto abdominal superior podem ocorrer, algumas vezes com vômitos, a infecção com o bacilo *Helicobacter pylori* é a causa mais comum de gastrite crônica, podendo avançar para uma ulcera.

Nos casos de infecções bucais, a mucosa oral dispõe de muitas defesas, efeitos antibacterianos da saliva, efeitos de diluição e irrigação dos alimentos e dos líquidos. Mas caso haja qualquer redução dessas defesas, como, por exemplo, na presença de imunodeficiência ou em caso de ruptura do equilíbrio microbiológico por terapia antibacteriana, potencializa-se a infecção.

No caso das aftas as lesões aparecem revestidas por um exsudato fino e cercado por um espaço estreito de eritema. As doenças periodonticas na maioria dos casos são restritas as gengivas, a inflamação, denominada de gengivite, se caracteriza por sangramento das gengivas no momento em que os dentes são escovados, pode haver uma progressão denominada periodontite na gengivite, predominam nessa infecção uma variedade de estreptococos, actinomicetes e bactérias anaeróbias gram-negativas. Na periodontite é encontrado um grande numero de bactérias de variados tipos, mas principalmente espécies de *Porphyromouas*.

O uso de medicamentos sintéticos no tratamento das patologias mencionadas pode trazer desconfortos aos pacientes, no caso dos antiácidos usados no tratamento de gastrites, são contra-indicados em insuficiência renal pelo potencial acumulo de alumínio ou magnésio, os Antiulcerosos podem causar diarréia ou flatulência; a cimetidina pode acarretar ginecomastia e impotência sexual.

O manjeriço por sua vez é uma erva aromática, restaurativa, que alivia espasmos, baixa a febre e melhora a digestão, além de ser efetiva contra infecções bacterianas e parasitas intestinais. Seu chá é considerado estimulante digestivo,



antiespasmódico gástrico recomendado para problemas digestivos em geral na forma de infusão, em algumas regiões do país é usado na forma de bochechos e gargarejos para problemas de boca e garganta.

É possível que o manjeriço na forma de bochechos, gargarejos com o seu chá em decocção, contribua significativamente para uma melhora das aftas e doença periodontica, no estudo deve-se levar em conta é a época de plantio e da colheita do manjeriço que deve ser no período da manhã devido à maior concentração do óleo essencial. Esse critério no momento do manejo para com a planta pode ser um indicio do que levou os trabalhos a terem seus resultados insatisfatórios quanto a eficácia do extrato do *Ocimum basilicum*.

REFERENCIAS

BATISTUZZO, J.A.O; ITAYA,M.;ETO,Y. *Formulário Médico Farmacêutico*, 3. ed., São Paulo: Pharmabooks, 2006.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. *Plantas Mediciniais no Brasil: nativas e exóticas*. Nova Odessa – SP: Instituto Plantarium de estudos da Flora LTDA, 2002.

Kumar, Vinay et al. *Robbins & Cotran patologia: bases patológicas das doenças*. 8. ed., Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.

RUBIRA, I.R.F. *Pesquisa de bactérias bucais em amostras de placa subgingival de indivíduos com periodonto normal e de portadores de periodontite através da técnica do “Slot Immunoblot”*. Bauru, 1993.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. *Microbiologia*. 8. ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.



“ASPECTOS IMUNOLÓGICOS, GENÉTICOS E AMBIENTAIS QUE INFLUENCIAM E ALTERAM METABOLICAMENTE E ESTRUTURALMENTE A EVOLUÇÃO DO DIABETES MELLITUS TIPO I”

Battini, M. R.- Discente do curso de Biomedicina do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Gualtieri, K. A. - Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Diante da projeção estimada pela Sociedade Brasileira de Diabetes, grande parte dos indivíduos com diabetes mellitus vivem nos países em desenvolvimento, onde a epidemia tem maior intensidade, com crescente proporção de pessoas afetadas em grupos etários mais jovens (WILD *et al.*, 2004). Fatores epidemiológicos como o crescimento, o envelhecimento populacional, a maior urbanização, a crescente prevalência de obesidade e o sedentarismo corroboram com este crescente índice, ressaltando a importância de permitir uma forma racional de planejamento e alocação de recursos que visem uma melhor qualidade de vida à população afetada. Outros aspectos a serem destacados são as repercussões de mudanças no estilo de vida, em curto período de tempo, em grupos de migrantes. No Brasil, estudos realizados demonstraram considerável aumento na prevalência da diabetes, cuja taxa passou de 18,3% em 1993 para 34,9% em 2000, evidenciando assim, o impacto de alterações no estilo de vida, em particular do padrão alimentar, interagindo com uma provável suscetibilidade genética (GIMENO *et al.*, 2000; TORQUATO *et al.*, 2003).

PALAVRAS-CHAVE: Células beta. Diabetes Mellitus Tipo I. Insulina. Metabolismo.

O diabetes mellitus caracteriza-se como uma patologia heterogênea, de distúrbios metabólicos, que apresentam em comum a hiperglicemia. Esta resulta de defeitos na ação da insulina, de sua secreção ou de ambos. A classificação atual desta doença é baseada em sua etiologia, sendo o tipo diabetes mellitus tipo I, de maior relevância, definido como uma doença crônico-degenerativa, de caráter auto-imune, caracterizada pela hiperglicemia, na qual ocorre um comprometimento do metabolismo de carboidratos, gorduras e de proteínas presentes no sangue, ocasionado pela ausência da produção de insulina pelas células betas das ilhotas pancreáticas de Langerhans ou por doenças que interferem na produção/ação da insulina no organismo (S.B.E.M., 2011).



Define-se a insulina como um polipeptídeo, caracterizada como um hormônio anabólico, liberado pelo pâncreas, “sua principal função metabólica consiste em aumentar a velocidade de transporte da glicose para determinadas células do organismo” (ROBBINS & COTRAN, 2000, p. 820), onde serão transformadas em energia necessária para a célula. Em contra partida, sua ausência desencadeia desordens metabólicas, como a hiperglicemia, geralmente associada às complicações de diferentes patologias, onde se destacam as doenças cardiovasculares, retinopatias, nefropatias podendo evoluir para insuficiência renal (SHERWIN, 2005). Discute-se também a possibilidade de estresse emocional de rigorosa intensidade induzir auto-imunidade, principalmente em crianças com menos de 2 anos de idade (LYRA & CAVALCANTI, 2006).

Células beta, presentes nas ilhotas de Langerhans, são responsáveis por sintetizar e secretar a insulina. Diante das informações em literatura, sua destruição por processos auto-ímmunes está relacionada às predisposições genéticas e fatores ambientais. Fatores ambientais que provavelmente estão envolvidos na gênese da doença incluem a dieta e infecções por vírus (DIB *et al.*, 2008; SILVA *et al.*, 2008).

A presença de infiltrado inflamatório do tipo linfomononuclear e a ausência de células secretoras de insulina, as células beta, caracteriza o quadro histológico do diabetes tipo I. O processo de destruição das células b pancreáticas, denominado insulite, ocorre pela agressão imunológica mediada por células linfocitárias, macrófagos e células “natural killer” sendo, portanto, um processo dependente da imunidade celular (ABBAS, 2008). Assim, portadores da doença podem ser diagnosticados por meios de marcadores sorológicos auto-ímmunes.

Diante do contexto apresentado, o tratamento desta patologia envolve mudanças no estilo de vida, administração de injeções de insulina, visando assim, diminuir o risco de complicações e melhorar a qualidade de vida (HISSA, 2001). Segundo Simon Widman (2002), os pacientes devem receber orientações de médicos, enfermeiros, nutricionistas, educadores físicos e psicólogos. Ressaltando ainda, a prática de uma atividade física, uma vez que, a ação da insulina injetada opera melhor durante sua prática, refletindo assim, um aumento na qualidade de vida destes pacientes,



atrelados ao surgimento de novas terapias, além dos benefícios do ponto de vista socioeconômico, já que taxas de morbidade, mortalidade e incapacitação seriam reduzidas.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Abul k. *Imunologia Celular e Molecular*. 6. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HISSA, M.N.; HISSA A.S.R.; BRUIN V.M.S. Tratamento do Diabetes Mellitus Tipo 1 com Bomba de Infusão Subcutânea Contínua de Insulina e Insulina Lispro. *Arquivo Brasileiro de Endocrinologia & Metabologia*, v.45, n.5, São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302001000500013>. Acesso em 01 de abril de 2011.

ROBBINS Stanley L.; COTRAN, Ramzi S.; *Patologia Estrutural e Funcional*. 6. Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SHERWIN, R. S.. Diabetes Melito. In: CECIL, R. L.; GOLDMAN, L. AUSIELLO, D. *Tratado de Medicina Interna*, 22. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Sociedade Brasileira de Diabetes. *Diabetes*. Disponível em: <<http://www.endocrino.org.br/diabetes/>>. Acesso em 01 de março de 2011.

WIDMAN, Simon; LADNER, Estela. *Diabetes*. São Paulo: SENAC, 2002.



ANÁLISE DOS TRATAMENTOS VIGENTES PARA LEUCEMIA MIELÓIDE CRÔNICA

Autor - Mayara Araldi Oyama – Centro Universitário Filadélfia -UniFil

Colaborador - Rafael Carvalho de Freitas– Centro Universitário Filadélfia -UniFil

Orientador – Prof. Msc. Thiago Cezar Fujita- Centro Universitário Filadélfia -UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado “Análise dos tratamentos vigentes para Leucemia Mielóide Crônica” refere-se a uma revisão bibliográfica realizada como trabalho de conclusão de curso. Trata-se de um estudo sobre um tipo de leucemia, a Leucemia Mielóide Crônica (LMC), responsável por 14% dos acometimentos leucêmicos, sendo mais comum em adultos. A LMC é uma doença mieloproliferativa clonal de uma célula tronco pluripotente, caracterizada pela presença do cromossomo “Philadelphia” (Ph) que é resultante da translocação entre os cromossomos 9 e 22 t(9;22). Os inibidores de tirosina quinase, em especial imatinibe, são atualmente o tratamento de escolha para pacientes com LMC recém-diagnosticados. Apesar dos excelentes resultados, esses medicamentos não são capazes de erradicar completamente a doença, podendo ocorrer resistência ao tratamento e recidiva. Os principais estudos clínicos publicados a respeito das diferentes estratégias terapêuticas foram revisados no presente trabalho e discutidos sob a perspectiva da realidade brasileira. Os aspectos clínicos e moleculares da terapêutica da LMC abordados nesse trabalho poderão contribuir no desenvolvimento de novas estratégias para LMC.

PALAVRAS-CHAVE: Leucemia Mielóide Crônica, Cromossomo “Philadelphia”, Inibidores de Tirosina Quinase.

O termo leucemia, criado em 1847 pelo médico Rudolf Virchow, faz referência a um grupo de doenças neoplásicas que prejudicam o sistema hematopoiético. É caracterizada por uma produção descontrolada e exagerada de células precursoras do sangue e pelo acúmulo de blastos no sangue periférico e medula óssea. Esse crescimento do número de células leucêmicas atinge a medula óssea, prejudicando a produção de eritrócitos, plaquetas e glóbulos brancos.

A leucemia mielóide crônica, também denominada de leucemia granulocítica crônica é uma doença mieloproliferativa clonal de uma célula tronco pluripotente. Individualiza-se pelo crescimento, proliferação e diferenciação não controlada de células precursoras mielóides.



O marcador citogenético da LMC é o cromossomo Ph. A translocação recíproca entre os braços longos dos cromossomos 9 e 22 ocasiona o cromossomo Ph. Na translocação $t(9; 22) (q34; q11)$, o gene *c-Abl* (Abelson Leukemia Vírus) do cromossomo 9 se associa ao gene *bcr* (Breakpoint Cluster Region) que é uma porção do cromossomo 22.

A função normal do gene BCR expresso no cromossomo 22 é de codificar uma proteína que tem função associada com a regulação do ciclo celular e a do gene ABL expresso no cromossomo 9 codifica uma proteína tirosino-quinase. A proteína quimérica, denominada BCR-ABL resultante da fusão destes genes possui atividade tirosino-quinase elevada, resultando em proliferação do clone de células mielóides malignas, aumentando o número destas células (LOPES *et al.*, 2009).

A taxa de sobrevida média cumulativa em cinco anos é de 45% dos indivíduos com LMC nos países desenvolvidos e cerca de três vezes menos em países em desenvolvimento. O diagnóstico é realizado pelos achados clínicos, citogenéticos e hematológicos do sangue periférico e medula óssea e suas manifestações são controladas por quimioterapia oral (DULLEY, HAMERSCHLACK, 2004).

Na presente data, duas modalidades de tratamento mostram uma influência positiva no curso natural da LMC: transplante alogênico de células tronco hematopoiéticas (alo-TMO), e inibidores do domínio tirosina quinase do BCR/ABL, como mesilato de Imatinibe e outros. O transplante de medula óssea alogênico ainda hoje é a única terapia curativa da LMC, contudo, o transplante é muito limitado devido à ausência de doadores histocompatíveis e a alta toxicidade do método.

Após uma melhor compreensão das bases moleculares da LMC foram desenvolvidos os inibidores de tirosina quinase, como o mesilato de imatinibe – de primeira geração e fármaco de primeira escolha, e os inibidores de segunda geração como o dasatinibe, o nilotinibe e o bosutinibe, utilizados em caso de falha ou resistência ao imatinibe. Essa terapia tem como alvo a enzima tirosina quinase, BCR-ABL, responsável por grande parte dos eventos leucemogênicos na LMC. O uso desses inibidores pode reverter às alterações malignas nas células leucêmicas e/ou provocar a apoptose dessas células (MANASH & MURKHOPADHYAY, 2004).



Alguns pacientes falham ao tratamento inicial ao imatinibe (resistência primária), enquanto outros perdem uma resposta previamente adquirida (resistência secundária). Os mecanismos de resistência não estão completamente esclarecidos, contudo a mais comum é associada ao desenvolvimento de mutações no sítio BCR-ABL (DELAMEIN & E CONCHON, 2008)

Atualmente as estratégias utilizadas para melhorar a sobrevida e prognóstico dos pacientes resistentes ao mesilato de imatinibe são limitadas, as mais eficazes são: O aumento da dose administrada; associação com outros compostos que possuem atividade contra LMC ou emprego de outros inibidores de BCR/ABL.

O dasatinibe e nilotinibe foram aprovados para tratamento de pacientes imatinibe-resistentes ou intolerantes (DELAMEIN & E CONCHON, 2008). Contudo, nem todos os BCR/ABL são sensíveis aos inibidores de tirosina-quinase, e a sua eficácia também varia entre os tipos de drogas. Obosutinibe tem demonstrado boa atividade em pacientes com resistência ao imatinibe ou aos outros inibidores de tirosina quinase, entretanto, sua eficácia ainda está sendo avaliada em ensaios clínicos (BRUEMMENDORF, 2008).

Vários mecanismos devem ser considerados na falha do tratamento com imatinibe, e eles devem ser esclarecidos para oferecer ao paciente o melhor tratamento de segunda linha, seja a otimização da dose, outro inibidor da tirosina quinase ou transplante de medula óssea. Faz-se necessário, portanto, a busca de novos alvos terapêuticos e de combinações com novas drogas anticâncer para a LMC.

REFERÊNCIAS

BRUEMMENDORF, TH. et al. *Bosutinib. Journal of Clinical Oncology*, 26 (15S), 2008.

DELAMAIN, MT; CONCHON, M. Os inibidores de tirosinaquinase de segunda geração. *bras.hematol. hemoter.* v.30, n.1, p.37-40, 2008.

DULLEY F; HAMERSCHLACK N. *Leucemia mieloide crônica*. Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), n. 25, p. 11-12, 2004.

LOPES, NEI R.; ABREU, MARIA THERESA C. L. Inibidores de tirosinaquinase na leucemia mieloide crônica. *Revista Brasileira Hematologia Hemoterapia*, São Paulo, v. 31, n. 6, 2009.



MANASH KP, MURKHOPADHYAY AK. Tyrosine kinase – Role and significance in cancer. *Int. J. Med. Sci.*, p.101-115, June 2004.



AVALIAÇÃO DOS EFEITOS ANTIGENOTÓXICOS, ANTIMUTAGÊNICOS E ANTICARCINOGÊNICOS DO RESVERATROL.

Okuyama, N. C. M. - Discente do Curso de Biomedicina do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Gualtieri, K. A.; Fujita, T. C. - Docentes do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Inúmeras substâncias tóxicas encontram-se presente no ambiente e entram em contato com a população diariamente. Moléculas presentes nestas substâncias podem causar sérios danos à saúde levando a doenças crônico-degenerativas como o câncer, por exemplo. Estudos comprovaram que o bisfenol A (BPA), um polímero do plástico presente em utensílios domésticos, selante dental, tem potencial carcinogênico. O governo de países como os Estados Unidos e Canadá, já proibiram a utilização de plástico para a fabricação de mamadeiras, uma vez que o BPA além de promover neoplasias é também responsável por alterações comportamentais como hiperatividade e ansiedade. Devido as incontáveis substâncias tóxicas já conhecidas e com a exposição freqüente a elas, faz-se necessária a procura por mecanismos que possam bloquear ou inativar a toxicidade destas moléculas. Um bom meio para isto seria a introdução de alimentos funcionais na dieta humana. Sabe-se que estes alimentos possuem atividade desintoxicante bem como anti-neoplásica. Pesquisas feitas em ratos mostraram que o resveratrol, molécula encontrada na casca da uva, possui importante atividade anti-oxidante e tem sido incessantemente estudado afim de se ratificar o seu potencial anti-carcinogênico. Com uma dieta equilibrada e o consumo de alimentos funcionais, é possível assegurar uma melhor qualidade de vida a população evitando o surgimento de diversas patologias e também pode-se associar estas moléculas funcionais a terapêutica médica de pacientes que já se encontram em algum processo neoplásico o que pode ser de imensurável valia para proporcionar uma boa qualidade de vida dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: bisfenol A, carcinogênese, resveratrol.

A situação do câncer no Brasil tem uma preocupação relevante, pois sua estimativa é de aproximadamente 489.270 novos casos, sendo os mais incidentes o câncer de próstata e de pulmão no sexo masculino e cânceres de mama e colo de útero no sexo feminino (INCA, 2010). O desenvolvimento desta patologia está diretamente relacionado ao estilo de vida, histórico familiar, hábitos alimentares, idade, sexo, entre outros. Estudos epidemiológicos estimam que cerca de 80% dos cânceres estejam relacionados a fatores ambientais (HATAGIMA, 1998). Diante deste contexto, salienta-se a importância de compreender melhor o processo de carcinogênese, definido como um processo dinâmico, dotado de estágios de iniciação, promoção e progressão, onde as alterações genéticas são acompanhadas de modificações no fenótipo das células e assim levando ao desenvolvimento neoplásico



(SILVA & HARTMANN, 2006). A exposição a um agente carcinogênico gera alterações no DNA celular dando origem a formação tumoral.

Segundo Lee & Park (2003) um terço de todos os cânceres humanos estão relacionados à dieta. Uma hiper-alimentação, consumo reduzido de frutas e hortaliças, bem como o consumo excessivo de gorduras e carnes seriam as causas alimentares mais prováveis do câncer. Quando detectado precocemente, a patologia tem cura, porém faz-se necessário a busca por mecanismo de prevenção do mesmo. Nesta busca, incluem-se substâncias quimioprotetoras que não permitam que a doença se instale ou progrida, evitando ao máximo sua toxicidade, razão pela qual têm sido extraídos diferentes extratos de plantas, já descritas como medicinais. Um bom agente quimiopreventivo é aquele capaz de induzir apoptose em células cancerígenas sem causar muitos efeitos colaterais (SURH, 1999). O resveratrol, um polifenol encontrado na uva preta pode contribuir para a prevenção de doenças cardiovasculares e retardar o envelhecimento. Alguns estudos ainda evidenciam a relevante atividade antineoplásica destes polifenóis. Segundo alguns pesquisadores, o extrato da casca da uva, de onde o resveratrol é extraído, induz células do tumor de câncer de próstata a apoptose, expressa de modo significativo o efeito antiproliferativo em adenocarcinoma de câncer de cólon humano bem como a inibição da síntese de DNA em células de câncer de mama.

Recentes estudos demonstram a ação neoplásica de uma substância química, conhecida como Bisphenol A (BPA), presente em plásticos de policarbonato e resinas epoxy, cuja interação constitui perigo a vida humana e a saúde. Pesquisas relatam que a polimerização incompleta de alguns produtos (como recipientes reusáveis para o armazenamento de leite e alimentos, mamadeiras, lacre presente no interior de lata e selante dental) durante o processo de manufatura, geralmente devido a altas temperaturas, induzidas intencionalmente para esterilização ou involuntariamente durante o processo de armazenamento nos armazéns, promove a liberação do Bisphenol A e seus derivados nos alimentos.

A avaliação dos meios pelos quais os alimentos funcionais interagem com o organismo e com substâncias tóxicas, afim de se evitar danos ao DNA, e como estes podem trabalhar concomitantemente a terapêutica médica é de extrema importância, pois a busca por



medicamentos bom baixa toxicidade e elevada eficácia é um desafio para os profissionais da área da saúde. Pesquisas realizadas em ratos mostraram que este polifenol tem ação antimutagênica, isto é, reduz a taxa de mutações espontâneas e induzidas por condições exógenas, podendo ser útil na prevenção de lesões no DNA através da quimioprevenção. Para tanto, o resveratrol vem sendo amplamente estudado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, a qual pode fazer uso de alimentos que contenham agentes quimioprotetores com o intuito de se evitar algumas patologias, bem como melhorar a qualidade do tratamento daqueles que já se encontram em um processo neoplásico, retardando a evolução ou até mesmo impedindo que este continue.

REFERÊNCIAS

HATAGIMA, Ana. Polimorfismos genéticos e metabolismo dos desreguladores endócrinos na suscetibilidade ao câncer. *Cad. Saúde Pública*. [online], vol.18, no.2 [citado 11 Setembro 2005], p.357-377, mar/abr 2002. Disponível na World Wide Web:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

Instituto Nacional do Câncer. (INCA). *Estimativa*, 2010. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa>>. Acesso em: 12 de setembro de 2010.

LEE, B.M.; PARK, K.K. Beneficial and adverse effects of chemopreventive agents. *Mutation Research*, v. 523-524, p. 265-278, 2003.

SILVA, Helena Terezinha Hubert ; HARTMANN, A. A.. A relação do uso crônico de fenobarbital com áreas potencialmente pré-neoplásicas em fígado de ratos. *Arquivos de Gastroenterologia*, v. 43, p. 1-10, 2006.

SURH, Y.J., 1999. Molecular mechanisms of chemopreventive effects of selected dietary and medical phenolic substances. *Mutation Research.*, v.428, n.1-2, p.305-327.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. *Biotecnologia: estudos de pós-graduação comprovam a ação antioxidante e antimutagênica em 23 tipos de frutas brasileiras*. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/noticias/1229452727>>. Acesso em: 14 de setembro de 2011.



NEUROGÊNESE E SUA RELAÇÃO COM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS E LESÕES ENCEFÁLICAS

MELO, Dorival Bião; BIATTO, Natália Graciana - Discentes do Curso de Biomedicina,
Centro Universitário Filadélfia – UniFil

GUALTIERI, Karina - Docente do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

INTRODUÇÃO:

O processo de neurogênese caracteriza-se como um mecanismo relacionado à formação de novas células neurais junto ao tecido nervoso adulto, com o intuito de garantir a manutenção e até mesmo a regeneração deste. Tal estímulo é dependente de fatores intrínsecos, dentre os quais se destaca o acidente vascular encefálico, ou ainda de fatores extrínsecos, como por exemplo, as atividades cognitivas.

PALAVRAS-CHAVE: fosfolipase A₂, miRNA, neurogênese, neuroplasticidade.

Diante deste contexto, a neurogênese faz parte de um mecanismo ainda maior, a neuroplasticidade, representada pela habilidade do tecido nervoso em alterar sua morfologia em resposta a estímulos internos e externos, sendo a adição de novos neurônios a uma rede neuronal já existente o maior exemplo de neuroplasticidade (KEMPERMANN, 2000). Ao contrário do que se pensou por décadas, novos neurônios podem, sim, serem integrados a determinadas regiões do encéfalo adulto a partir de células progenitoras neurais ou células-tronco adulto neurais. A literatura científica atual é rica em artigos publicados neste sentido baseando-se em experimentos bem sucedidos que demonstraram a ocorrência da neurogênese tanto *in vivo* como *in vitro*.

Ademais, cabe ressaltar que é a partir de uma célula-tronco CD34⁺ que se originam, células específicas, como o hemocitoblasto, precursor da linhagem hematopoiética e também o hemohistioblasto, precursor tecidual do qual faz parte o tecido nervoso. As células do sistema nervoso se diferenciam em astrócitos, oligodendrócitos, microglias e células de Schwann, todas conhecidas como células gliais, com funções de sustentação, nutrição e proteção dos neurônios, correspondendo a cerca de 90% da massa encefálica, sendo os 10% restantes compostos por neurônios.



Estudos demonstram que a neurogênese ocorre em duas áreas consideradas privilegiadas do cérebro, a zona subgranular do giro denteado do hipocampo e a zona subventricular dos ventrículos laterais. A partir destas zonas, consideradas neurogênicas, ocorre a migração dos novos neurônios, a diferenciação em neurônios maduros e a integração funcional na rede neural preexistente. Assim, o hipocampo destaca-se como uma área anatômica responsável pela cognição, bem como pelo sistema límbico (GUYTON, 2006).

As pesquisas atuais têm explorado a neurogênese buscando direcionar o seu potencial para a resolução de doenças neurodegenerativas como Alzheimer, Parkinson, epilepsia, depressão e também, lesões como no caso de um acidente vascular encefálico ou traumas mecânicos, com uma perspectiva de se aumentar a variabilidade destas pesquisas estendendo-as à outras áreas como a biologia molecular, devido a interferência de microRNAs junto a neurogênese (DOGINI, 2010). Estes têm se destacado como reguladores pós-transcricionais da neurogênese, demonstrando que possuem expressão associada à transição entre proliferação e diferenciação, bem como a expressão constitutiva em neurônios maduros, evidenciando assim o envolvimento dessas moléculas com o desenvolvimento do sistema nervoso central.

Outra frente de pesquisa, relacionada com a depressão, é a relação do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF), que no encéfalo está envolvido, além da neurogênese, no desenvolvimento e regeneração de neurônios e plasticidade sináptica. Estudos de GUIZZO (2009), têm revelado que ocorre uma redução considerável nos níveis de BDNF em indivíduos com depressão. Deste modo, torna-se especulativo que a ação dos antidepressivos possa induzir a neurogênese no hipocampo, particularmente no giro denteado, devido ao aumento da síntese deste fator.

Atualmente, pesquisas com células tronco da medula óssea têm sido utilizadas no tratamento da epilepsia, lembrando que a epilepsia é uma patologia bem comum e que um número significativo de pacientes não respondem de forma adequada à terapêutica medicamentosa. Assim, diante de resultados positivos obtidos em pesquisas com implante de células-tronco, esta técnica tem sido usada como terapia para o



controle da epilepsia, obtendo-se resultados promissores no controle das crises epiléticas e no desenvolvimento cognitivo (CARRION, 2010).

O entendimento do mecanismo de neurogênese remete a um estudo das interações moleculares de suas várias moléculas envolvidas, dentre elas, destaca-se a fosfolipase A_2 , uma enzima envolvida na maturação de novos neurônios, o fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF), que está relacionado ao desenvolvimento e regeneração de neurônios e a plasticidade sináptica e, até mesmo os miRNAs envolvidos na regulação pós-transcricional de mRNA. Lembrando que certamente a quantidade de moléculas envolvidas é muito maior.

Na doença de Alzheimer, bem como em outras patologias neurodegenerativas, pode ser citada a participação da enzima Fosfolipase A_2 e sua relação com o desenvolvimento cognitivo, lembrando que o paciente com Alzheimer tem sua cognição afetada.

Estudos demonstram que o treinamento cognitivo tem sido realizado clinicamente, demonstrado uma melhora eficaz da função de memória em idosos com doença de Alzheimer inicial e comprometimento cognitivo leve (SHAEFFER, 2010). Há a hipótese de que o treinamento de memória possa ter um efeito facilitador mediado pela Fosfolipase A_2 em sistemas biológicos, como a neurogênese. Experimentos *in vitro* sugerem a contribuição desta enzima e seus metabólitos (ácido araquidônico e lisofosfatidilcolina) para a neurogênese, incluindo sobrevivência e diferenciação neuronal em ambos, processo neurodesenvolvimental e resposta a dano neuronal. Ressaltando assim, a neurogênese como um fértil campo de pesquisas, pois amplia as perspectivas de criação de novos métodos terapêuticos para as doenças neurodegenerativas e lesões cerebrais.

REFERÊNCIAS

CARRION, Maria Julia M. Potencial terapêutico das células-tronco de medula óssea no tratamento da epilepsia. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-1516-84842009000700018>.



DOGINI, Danyella B. Quantificação de diferentes micrnas no sistema nervoso central: implicações nos mecanismos de desenvolvimento e processos fisiopatológicos. FCM – Faculdade de Ciências Médicas. 2010. Disponível em <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000-478919>>.

GUIZZO, R. *Transtornos depressivos: uma primeira abordagem*. INeC – Instituto de Neurociências e Comportamento. 2009. Disponível em <<http://www.inec-usp.org/cursos/cursoIV/cursoIV.htm>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

GUYTON, Arthur C; HALL, John E. *Tratado de Fisiologia Médica*. 11. ed., Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.

KEMPERMANN. Citado em: *desenvolvimento cognitivo na infância*. 2000. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/aulascrda/previnterv/fernandaorsatti/desinfancia.pdf>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

SHAEFFER, Evelin L. Enriquecimento ambiental como estratégia para promover a neurogênese na doença de alzheimer: possível participação da fosfolipase a. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v37n2/a08v37n2.pdf>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.



AÇÃO TERAPEUTICA DO *Hibiscus sabdariffa* NAS HEPATOPATIAS

Pâmella Ap. Ferreira Fagotti – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof^ª. Solange de Oliveira Neves - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

RESUMO:

Este trabalho está baseado em estudos realizados com uma planta medicinal chamado *Hibiscus sabdariffa* que é proveniente da família das Malvaceas. Esta erva é reconhecida devido à presença de compostos biologicamente ativos, sendo, reconhecida por suas propriedades terapêuticas que incluem o controle da pressão arterial, efeito diurético, detoxificante hepático e entre outros. O objetivo desse trabalho foi descrever as propriedades nutricionais e fitoterápicas do *Hibiscus sabdariffa* e, principalmente, mostrar sua importância como uma planta hepatoprotetora. O fígado é o maior e, em alguns aspectos, o mais complexo órgão do corpo humano. Uma de suas principais funções é degradar as substâncias tóxicas absorvidas do intestino ou produzidas em outras áreas do corpo e, em seguida, excretá-las como subprodutos inofensivos pela bile ou pelo sangue. Algumas lesões hepáticas podem ser ocasionadas por vírus, hepatite B, drogas citotóxicas, metotrexato, acetaminofen (paracetamol), salicilatos, álcool e cirrose hepática. O *Hibiscus sabdariffa*, pertence a um gênero botânico da família das *Malvaceae* e, é um arbusto anual que alcança em média uma altura de 3 metros, sua origem vem dos continentes africanos e asiáticos, sendo encontrada em regiões tropicais e subtropicais de vários hemisférios, com cerca de 300 espécies. As flores são dispersas ao ano e solitárias, de cor amarela-arroxeadas. O chá é obtido do extrato das flores secas onde possui ação melhorativa relacionada provavelmente a ação anti-oxidante. Segundo estudos realizados, a planta produz efeito hepatoprotetor, como em hepatotoxicidade causada por paracetamol. Sugerindo assim mais uma opção alternativa na prevenção e controle de problemas digestivos, hepáticos, cardiovasculares e renais, devido seus compostos biologicamente ativos, como a antocianina.

PALAVRAS-CHAVE: Hepatoproteção, *Hibiscus sabdariffa*, lesões hepáticas, planta medicinal

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), grande parte da população confia na medicina tradicional, baseada principalmente em produtos elaborados com plantas medicinais.

No Brasil, o uso da fitoterapia tem sido ampla e tradicional desde os tempos do descobrimento até os dias de hoje, devido principalmente à forte tendência da moda naturalista e ao alto custo dos medicamentos industrializados. O interesse científico pela fitoterapia vem ganhando força tanto nas universidades, como nos grandes laboratórios



das indústrias farmacêuticas, resultando em pesquisas e publicações cada vez mais abundantes sobre o assunto.

Este trabalho está baseado em estudos realizados com uma planta medicinal chamado *Hibiscus sabdariffa* que é proveniente da família das Malvaceas. Esta erva é reconhecida devido à presença de compostos biologicamente ativos, sendo, reconhecida por suas propriedades terapêuticas que incluem o controle da pressão arterial, efeito diurético, detoxificante hepático e entre outros.

O *Hibiscus sabdariffa*, pertence a um gênero botânico cuja origem vem dos continentes africanos e asiáticos, sendo encontrada em regiões tropicais e subtropicais de vários hemisférios, com cerca de 300 espécies.

Segundo estudos realizados de segurança e eficácia por ALI BH. et al., a administração oral das antocianinas existente no *Hibiscus sabdariffa* pode ser recomendada como um tratamento natural, relativamente barato, para hepatotoxicidade do paracetamol e provavelmente outros tipos. Algumas lesões hepáticas podem ser ocasionadas por hepatite B, drogas citotóxicas, metotrexato, acetaminofen (paracetamol), salicilatos, álcool e cirrose hepática. Estes são os citados durante o trabalho.

O objetivo desse trabalho foi, partindo de uma pesquisa bibliográfica qualitativa exploratória, descrever as propriedades nutricionais e fitoterápicas do *Hibiscus sabdariffa* e, principalmente, mostrar sua importância como uma planta hepatoprotetora devido à presença de compostos fenólicos bioativos contidos na antocianina.

REFERÊNCIAS

ALI BH, MOUSA HM, EL-MOUGY S. *The effect of a water extract and anthocyanins of hibiscus sabdariffa L on paracetamol-induced hepatotoxicity in rats. Phytother Res. V.* 17 de Janeiro de 2003.

GEMTCHÚJNICOV, Irina Delanova de. *Manual de taxonomia vegetal: plantas de interesse econômico.* São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1976.

KUGA, MARGARIDA T. *Efeito hepatoprotetor da Curcuma zedoaria induzida pelo paracetamol em ratos machos tipo Wistar.* São José dos Campos: UniVap, 2004.



1º simpósio nacional de

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

De 03 a 07 de Outubro de 2011

UniFil



UNIFIL



A CIÊNCIA FORENSE

FOLTRAN, Renata K. - Discente do curso de Biomedicina do Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

SHIBATTA, Lenice S. - Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A ciência forense vem evoluindo ao longo de muitos anos, porém a grande revolução dessa ciência aconteceu em 1985, com o desenvolvimento da técnica de impressão digital de DNA, para identificação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências auxiliares, Ciência forense, DNA, Identificação humana, Perfil genético.

Esta ciência é uma área interdisciplinar, no qual está envolvida a física, biologia, química, matemática e várias outras ciências de fronteira, com o objetivo de dar suporte às investigações relativas à justiça civil e criminal. Desta forma, proporciona os princípios e técnicas que facilitam a investigação do delito, em outras palavras; qualquer princípio ou técnica que pode ser aplicada para identificar, recuperar, reconstruir ou analisar a evidência durante uma investigação criminal

Sendo de caráter multidisciplinar, a ciência forense, recorre à diversas áreas auxiliares com o objetivo de dar suporte às investigações nas análises dos possíveis vestígios. Dentre essas áreas pode-se citar a papiloscopia, balística, entomologia, toxicologia, psicologia, psiquiatria, odontologia, fonética, botânica e a genética, sendo esta última a área que mais tem avançado.

As áreas auxiliares da ciência forense trabalham em conjunto nas perícias ou esclarecimento de um crime, utilizando do conhecimento de profissionais com formação acadêmica em vários ramos da ciência, pois um exame pericial é composto de uma ampla variabilidade de vestígios, que exigem diversas metodologias e técnicas de áreas distintas, o que caracteriza a multidisciplinaridade dessa ciência.

A análise do DNA possibilita traçar um perfil genético podendo auxiliar a justiça em processos civis ou criminais. Isso é possível, pois a recombinação gênica



produz uma grande variabilidade entre os indivíduos, fazendo com que cada pessoa possua um genoma único.

Para uma boa análise de DNA existem etapas em uma sequência que devem ser cumpridas para que os resultados não gerem dúvidas, por isso, analistas e profissionais que realizam estes procedimentos, se cercam de cuidados. Estas etapas incluem: coleta de material, extração do DNA, quantificação, amplificação, comparação dos perfis genéticos, cálculos estatísticos e elaboração do laudo pericial.

A identificação humana por DNA forense já é aceita em processos judiciais em todo o mundo, e atualmente a mídia tem contribuído de forma significativa para a divulgação e popularização dessa tecnologia, que vem evoluindo constantemente. Assim, a análise de DNA é um dos maiores progressos técnicos para investigações de crimes desde as impressões digitais e, portanto, uma das ferramentas mais poderosas utilizadas na ciência forense, devido a elevada individualidade de um perfil genético.

REFERÊNCIAS

BONACCORSO, Norma S. *Análise Forense de DNA*. 2004. 26 f. Monografia (Concurso de Ingresso para Professor da ACADEPOL) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BONACCORSO, Norma S. *Aplicação do exame de DNA na elucidação de crimes*. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CALAZANS, Carlos H.; CALAZANS Sandra M. *Ciência Forense: das Origens à Ciência Forense Computacional*. Laboratório de Sistemas Integrados – Escola Politécnica – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51494536/Ciencia-Forense-Das-origens-a-forense-computacional>>. Acesso em: junho de 2011.

CHEMELLO, Emiliano. *Ciência Forense: impressões digitais*. Química Virtual, dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.quimica.net/emiliano/artigos/2006dez_forense1.pdf>. Acesso em: junho de 2011.

CURSO DE PERÍCIAS CRIMINAIS. *Programa de educação à distância*. Portal Educação e Sites Associados. EAD. Educação a Distância. Parceria entre Portal



Educação e Sites Associados. 2011. Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/medicina>>. Acesso em: junho de 2011.

DOLINSKY, Luciana Cresta; PEREIRA, Lissiane Miranda Campelo Veras. DNA Forense: Artigo de Revisão. *Saúde & Ambiente em Revista*, Duque de Caxias, v.2, n.2, p.11-22, jul-dez 2007.



ATIVIDADE ANTIVIRAL DE POLISSACARÍDEO SULFATADO DE *Lentinula edodes* NA REPLICAÇÃO DO POLIOVÍRUS E HERPESVÍRUS BOVINO, *IN VITRO*

Samantha Fernandes Espada – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof. Msc. Rosália Hernandes Fernandes Vivan - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Co- Orientação: Prof. Ph.D Carlos Nozawa – Universidade Estadual de Londrina – UEL

RESUMO:

O *Lentinula edodes*, popularmente conhecido como Shiitake, apresenta diversas atividades biológicas, como, antimicrobiana, antitumoral, imunomoduladora e antiviral. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a atividade antiviral do polissacarídeo sulfatado de *L. edodes* (PSLe) na replicação do poliovírus tipo 1 (PV-1) e herpesvírus bovino tipo 1 (BoHV-1), em cultura de células HEp-2. A atividade antiviral foi determinada com adição do PSLe, nas concentrações de 6.25 a 50.00 µg/ml, antes (-2h e -1h), durante (0h) e após (1 e 2h) a infecção viral, por ensaio de redução de plaque e por reação de imunofluorescência (IFI), somente no tempo 0h. A concentração citotóxica 50% (CC₅₀) do PSLe foi >4000 µg/ml, determinado pelo teste do MTT (brometo de dimetil-tiazolil-difenil-tetrazolio). As maiores porcentagens de inibição viral (%IV) foram obtidas na adição simultânea do PSLe em sua maior concentração testada (50.00 µg/ml), sendo de 97.9% para o PV-1 e 100% para o BoHV-1. As concentrações inibitórias de 50% (CI₅₀) para PV-1 e BoHV-1 foram de 8.69 e 2.36 µg/ml, respectivamente. Os índices de seletividade (IS) (determinado pela razão CC₅₀/ CI₅₀) para PV-1 e BoHV-1 foram de >460 e >1739, respectivamente. Os resultados para os testes virucida e de inibição da adsorção não demonstraram nenhum efeito antiviral. A IFI demonstrou inibição viral, para a maior concentração, de 96.4% para PV-1 e 79.3% para BoHV-1. Foi possível avaliar que o PSLe possui ação, dose-dependente, nos estágios iniciais da replicação viral e maior atividade sobre os envelopados, BoHV-1.

PALAVRAS-CHAVE: Herpesvírus bovino. *Lentinula edodes*. Poliovírus.

Muitos vírus possuem importância médica e socioeconômica, seja na saúde pública ou na sanidade animal. Há de se considerar a poliomielite, que permanece endêmica em países como a África, Oriente Médio e Ásia. Ainda há a necessidade de desenvolvimento de antivirais no controle de doenças animais; uma vez que infecções como a herpesvirose bovina traz grandes prejuízos econômicos na produção de carne e leite. Nas últimas décadas muitos compostos bioativos provenientes de produtos



naturais demonstram potencial atividade antiviral. Recentemente as pesquisas têm enfatizado os polissacarídeos sulfatados derivados de plantas ou fungos. Vários polissacarídeos sulfatados derivados do corpo de frutificação dos basidiomicetos têm apresentado propriedades antivirais, atribuídas, principalmente, ao bloqueio do estágio inicial da replicação viral. O *Lentinula edodes*, popularmente, conhecido como Shiitake, apresenta diversas atividades biológicas, como antimicrobiana, antitumoral, imunomoduladora e antiviral. O objetivo desse trabalho foi avaliar a citotoxicidade e a atividade antiviral do polissacarídeo sulfatado do *Lentinula edodes* (PSLe) na replicação do poliovírus tipo 1 (PV-1) e herpes bovino tipo 1 (BoHV-1) em cultura de células HEp-2.

As células HEp-2 (carcinoma de laringe humana, ATCC CCL-23) foram cultivadas em meio Mínimo Essencial Modificado por Dulbecco (DMEM) (Sigma Chem. Co.), acrescido de 8% de soro fetal bovino (Gibco BRL), 100 µg/mL de estreptomicina (Sigma Chem. Co.), 100 UI/mL de penicilina (Sigma Chem. Co.) e 2,5µg/mL de fungizona (Bristol-Myers Squibb). A amostra de PV-1 foi cedida pelo Departamento de Virologia, IMPPG-UFRJ, Brasil; e o BoHV-1 foi cedido pelo Prof. A. Alfieri do DMVP-UEL, Brasil. O PSLe foi extraído e isolado do *L. edodes* e foi cedido pelo Laboratório de Polímeros, Departamento de Química Orgânica e Inorgânica, da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

Para o teste de citotoxicidade foi utilizado o método de brometo de dimetil-tiazolil-difenil-tetrazolio (MTT kit - Sigma Chem. CO.), as células HEp-2 foram tratadas em diferentes concentrações do PSLe (250 – 4000 µg/mL) e mantidas a 37 °C em ambiente com 5% de CO₂, a leitura foi realizada após 72h. Os tratamentos de análise da atividade antiviral foram monitorados pelo ensaio de redução de plaque nas concentrações de 6.2, 12.5, 25.0 e 50.0 µg/ml. Culturas de células tratadas e não tratadas e culturas de células infectadas e não tratadas foram mantidas como controle.

A atividade antiviral nos tempos de adição foram realizados em células cultivadas em placas com 24 escavações tratadas com o PSLe antes (-1 e -2h), durante (0h) e após (1 e 2h) a infecção viral com PV-1 ou BoHV-1. Durante os tratamentos as células foram incubadas a 37°C em ambiente com 5% de CO₂, por 48h. No teste de



atividade virucida o PV-1 e o BoHV-1 foram diluídos juntamente com o PSLe e mantidos incubados por 1h a 37 °C, antes de serem inoculados nas células HEp-2. O ensaio de inibição da adsorção, a cultura de células foi mantida a 4°C durante 1 hora antes e após a adição dos vírus tratados com o PSLe. Na reação de Imunofluorescência Indireta (IFI) a cultura de células foi feita em lamínulas, os vírus foram tratados simultaneamente a adição nas células pelo PSLe; após 24h foram adicionadas às células anticorpos policlonais de coelho anti PV-1 e anticorpos policlonais de bovino anti BoHV-1 e em seguida seus respectivos anti-soros, anti-IgG de coelho conjugado com isotiocianato de fluoresceína (FITC) para o PV-1 e anti- IgG bovino conjugado com FITC (Sigma Chem. CO.) para o BoHV-1.

A avaliação da citotoxicidade, realizada pelo teste do MTT, demonstrou que o PSLe não alterou a viabilidade das células HEp-2. O CC₅₀ encontrado foi maior que 4.000 µg/ml. Os valores da CI₅₀, foram determinados no tempo 0h, sendo de 8.7 µg/ml para PV-1 e 2.3 µg/ml para BoHV-1. O índice de seletividade (IS), calculado pela razão entre o CC₅₀/CI₅₀, foi >460 para o PV-1 e >1.739 para o BoHV-1. Os resultados obtidos para o PV-1, as porcentagens de inibição viral (%IV) foram de 97.9, 88.8 e 64.5%, nos tempos de 0, 1 e 2h, respectivamente, na maior concentração do PSLe. Para o BoHV-1, os resultados foram de 100, 67.2 e 55.5%, respectivamente, aos mesmos tempos e na mesma concentração de PSLe. Os resultados para os testes virucida e de inibição da adsorção não demonstraram nenhum efeito antiviral. A IFI demonstrou inibição viral no tempo 0h, seus valores para a maior concentração do PSLe, foram de 96.4% para PV-1 e 79.3% para BoHV-1.

Foi possível avaliar que o PSLe inibe a replicação do PV-1 e do BoHV-1 nos estágios iniciais da replicação viral. Trata-se de uma inibição dose-dependente e com maior eficácia na inibição de vírus envelopado, ou seja, para o BoHV-1. Os resultados obtidos inserem o PSLe como candidato em potencial para o desenvolvimento de novos fármacos antivirais, uma vez que o mesmo demonstrou baixa toxicidade e elevada seletividade.

REFERÊNCIAS



DE PAULI, P. A. *Avaliação da Composição Química, Compostos Bioativos e Atividade Antioxidante em Cogumelos Comestíveis*. 2010. Dissertação (Mestre em Ciência Dos Alimentos) - Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Araraquara. 2010.

KANEKO, Y. and CHIHARA, G. *Potential of host resistance against microbial infections by Lentinan and its related polysaccharides*, p. 201-206. IN: FRIDMAN et al. (eds.), *Microbial Infections*. New York, 1992.

YOSHIDA, O. et al. *Sulfation of the Immunomodulating Polysaccharide Lentinan: A Novel Strategy for Antivirals to Human Immunodeficiency Virus (HIV)*. *Biochemical Pharmacology*, n. 37, p. 2887-2981, 1988.

ZHU, W. et al. *Antiviral Property and Mechanisms of a Sulphated Polysaccharide from the Brown Alga Sargassum Patens Against Herpes Simplex Virus Type 1*. *Phytomedicine*, n. 13, p. 695–701, 2006.



A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE DA ANEMIA FERROPRIVA NA GESTAÇÃO

Tatiana Aline Bérghamo – Discente - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof. Msc. Rosália Hernandes Vivan - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

RESUMO:

A gravidez normal está associada às adaptações anatômicas, fisiológicas e hematológicas que acentuam mudanças no organismo da gestante. O ferro é um dos principais componentes que a hemácia necessita durante o seu desenvolvimento para a produção de hemoglobina. As principais causas da anemia ferropriva são: a menor ingestão de nutriente, defeitos do metabolismo que procedem em menor oferta de ferro para a medula óssea, menor absorção intestinal, aumento da excreção sendo o baixo nível socioeconômico a principal causa, devido ao inadequado pré-natal e hábito alimentar impróprio. Para o diagnóstico da anemia ferropriva são utilizados: dosagem de ferritina, ferro sérico, hemoglobina, VCM, capacitação da quantidade total de fixação do ferro no sangue periférico, e em determinados casos, biópsia de medula óssea. A prevalência da mortalidade materna e perinatal, prematuridade, baixo peso ao nascer e morbidade ao recém-nascido estão associadas à anemia ferropriva na gestação. O tratamento da anemia ferropriva consiste em modificação dos hábitos alimentares, diagnóstico precoce, adequado pré-natal, além da fortificação de alimentos e ingestão correta da suplementação medicamentosa contendo sais de ferro. A importância do diagnóstico precoce de gestantes possuindo anemia ferropriva, permite uma melhora no estado materno, além de melhorar as condições do feto e RN. O presente trabalho tem por objetivo estudar a anemia ferropriva em gestante, revisar os diferentes exames laboratoriais, formas de diagnósticos, causas, e relatar as principais consequências e complicações para a gestante. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica utilizando materiais obtidos através de pesquisa em livros da biblioteca da UNIFIL, em dados eletrônicos, textos e artigos especializados na área dos últimos 10 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia Ferropriva. Deficiência de Ferro. Gestantes. Suplementação de Ferro.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A anemia é designada pela deficiência de hemoglobina, que pode ser ocasionada pelo número deficiente de eritrócitos, e do hematócrito ou por quantidade



insuficiente de hemoglobina nas células, entretanto em alguns casos os valores podem ser normais com níveis subnormais de hemoglobina, considerado anêmicos. Valores de hemoglobina inferior de 11,5 em mulheres adultas e 13,5 g/dL em homens adultos. Entre dois anos de idade até a adolescência, a hemoglobina inferior de 11 g/dL sugere anemia. Já os recém-nascidos apresentam um nível maior de hemoglobina (14 g/dL) (GUYTON et al, 2002; HOFFBRAND et al, 2008).

Sabe-se que carência de ferro é muito frequente no mundo, estimando-se que 90% das anemias ferroprivas apresentam esta causa como principal (WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), 1968; 2001). Pode-se afirmar que a deficiência de ferro é a mais comum das deficiências nutricionais do mundo. Estimativas estabelecem em mais de cinco bilhões o número de pessoas portadoras desta deficiência, ressaltando-se que metade das pessoas afetadas apresenta-se anêmica, a manifestação mais severa da deficiência de ferro (BLACK, 2003). Constituindo um problema importante de saúde pública a ser resolvido no Brasil e no mundo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos (HUNT, 2002).

A gravidez normal está associada às adaptações anatômicas, fisiológicas e hematológicas que acentuam mudanças no organismo da gestante, possivelmente, em nenhum outro período do ciclo da vida ocorre tamanha alteração tanto no funcionamento, quanto na forma do corpo materno, incluindo a composição dos elementos humorais e figurados do sangue circulante, como na gestação (RUDGE et al, 2000).

De acordo com ZAGO et al (2001), entre as possíveis causas da deficiência de ferro podem estar a menor ingestão de nutriente, defeitos da condução ou do metabolismo que procedem em menor oferta de ferro para a medula óssea, menor absorção intestinal, aumento da excreção, das perdas, e aumento das necessidades patológicas ou fisiológicas. COUTINHO et al (2005) relata que o baixo nível socioeconômico da população, é uma das principais causas, pois torna-os mais suscetíveis ao hábito alimentar impróprio no ambiente familiar, devendo-se focar uma maior atenção à esta população com um adequado pré-natal e uma alimentação adequada. Mas ZAGO et al, (2001, p. 226), diz que “a carência de ferro de origem



exclusivamente alimentar é rara, pois a porcentagem de ferro absorvido da dieta aumenta à medida que os depósitos diminuem”.

Para clínicas particulares onde existam recursos apropriados de diagnóstico, a hemoglobina necessitaria ser interpretada juntamente a outros critérios para uma explicação clara e objetiva do diagnóstico, sabendo-se também que o uso de mais de um indicador aumenta admiravelmente o diagnóstico específico a ser interpretado (WHO, 2001). A verificação das circunstâncias em que está a anemia ferropriva, e em que nível se encontra durante a gestação se torna complexa devido principalmente às mudanças fisiológicas da composição do sangue, determinando frequentemente uma maior verificação laboratorial, sendo os principais utilizados: dosagem de ferritina, ferro sérico, hemoglobina, VCM, capacitação da quantidade total de fixação do ferro no sangue periférico, e inclusive em determinados casos, biópsia de medula óssea (REZENDE, 2002; REZENDE e COSLOVSKY, 1998). O exame na medula óssea e da avaliação dos depósitos de ferro medulares (dosagem de hemossiderina) é utilizado quando há dúvidas diagnósticas, pois em outras situações o ferro corável está presente enquanto na anemia ferropriva não há presença de ferro corável, além de ser um exame invasivo. (WHO, 2001).

Dentre os testes empregados na verificação do nível do ferro no organismo utiliza-se: a dosagem do ferro sérico ou dosagem de ferritina sérica; a capacitação da quantidade total de fixação de ferro, o qual é utilizado para analisar o ferro circulante; protoporfirina eritrocitária; saturação da transferrina que é a relação entre a capacitação da quantidade total de ligação do ferro e ferro sérico e o mais empregado: O receptor de transferrina, que é a quantidade do ferro total que pode ser ligada à transferrina. Estes testes são utilizados por apresentam baixa especificidade e sensibilidade. (ZAGO, 2001; WHO, 2001).

A anemia ferropriva principalmente causada pela carência de ferro acarreta efeitos adversos tanto para a saúde da gestante quanto para a do recém-nascido e está associada ao número crescente de mortalidade materna e perinatal, prematuridade, baixo peso ao nascer e morbidade ao recém-nascido (WHO, 2001; RASMUSSEN, 2001). As anemias gestacionais graves e moderadas estão associadas ao crescimento no índice da



pré-eclampsia, juntamente ao aumento no risco de aborto espontâneo e prematuridade (NEILSON, 2005; FREDERICK et al, 2006; RASMUSSEN, 2001). Os sinais e sintomas característicos nas gestantes possuindo anemia ferropriva são: mudanças na pele e mucosas como palidez, fadiga, fraqueza, sonolência, cefaléia, tonturas, zumbido no ouvido, alterações da visão, dispnéia, palpitações, alterações gastrointestinais, diminuição de desempenho no trabalho, afetando diretamente no feto a coordenação, o desenvolvimento e crescimento psicomotor, diminuindo a capacidade e desempenho físico em decorrência da diminuição dos níveis de concentração de hemoglobina na gestante que afetam a condução de oxigênio para todos os outros tecidos.

A anemia presente nas gestantes é determinada através da qualidade do auxílio pré-natal juntamente à prevenção e tratamento da anemia ferropriva. O cuidado nutricional pré-natal comprova positividade sobre os resultados obstétricos, pois a identificação precoce de gestantes com desajustes no estado nutricional permite melhora do estado nutricional materno, ocasionando uma qualidade positiva nas condições ao nascer, abaixando consequentemente o percentual de morbidade e mortalidade perinatal e neonatal (ACCIOLY et al, 2002; RAMAKRISHMAN, 2004).

A medida mais importante no tratamento destas anemias incide em identificar a causa e removê-la. O ferro deve ser usado como medida profilática durante toda a gestação em associação com o ácido fólico (ZAGO et al, 2001). A suplementação de ferro é indicada para as gestantes como forma de tratamento e prevenção à anemia ferropriva, onde o médico avalia o melhor método de tratamento para a gestante, levando em conta em que nível se encontra a anemia ferropriva. Por este motivo, é importante que a gestante tenha um pré-natal adequado, permitindo uma melhora no estado materno, além de melhorar as condições do feto ao nascer, evitando conseqüências e complicações mais graves tanto para o recém-nato quanto para a gestante. O objetivo principal do tratamento da anemia ferropriva é reduzir os riscos de a anemia evoluir para problemas mais graves como prematuridade, mortalidade materna e perinatal, baixos peso ao nascer e morbidade ao recém-nascido.

REFERÊNCIAS



- ACCIOLY, E. SAUNDERS, C. LACERDA, E. M. A. *Nutrição em obstetrícia e pediatria*. Rio de Janeiro: Cultura Médica; 2002.
- BLACK, M. M. *Micronutrient deficiencies and cognitive functioning*. J Nutr 2003.
- COUTINHO, G. G. P. L.; GOLONI-BERTOLLO, E. M.; BERTELLI, E. C. P. Iron deficiency anemia in children: a challenge for public health and for society. *Med J*, São Paulo, v.123, n.2; p.88- 92. 2005.
- FREDERICK, I. O. et al. A. Adult weight change, weight cycling, and prepregnancy obesity in relation to risk of preeclampsia. *Epidemiology*, v.17, n.4, p.428-34, 2006.
- GUYTON, A. C. HALL, J. E. *Fisiologia Médica*. 10. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,, 2002.
- HOFFBRAND, A. V. MOSS, P. A. H. PETTIT, J. E. *Fundamentos em Hematologia*. 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HUNT, J.M. Reversing productivity losses from iron deficiency: the economic case. *J Nutr*, v.132, p.794-801, 2002.
- NEILSON, J. P. Maternal mortality. *Curr Obstet Gynaecol.*, v.15, n.6, p.375-81, 2005.
- RAMAKRISHMAN, U. Nutrition and low birth weight: from research to practice. *Am J Clin Nutr.*, v.79, n.1, p.17-21, 2004.
- RASMUSSEN, K. M. Iron deficiency anemia: reexamining the nature and magnitude of the public health problem. Is there a causal relationship between iron deficiency or iron-deficiency anemia and weight at birth, length of gestation and perinatal mortality? *J Nutr.*, v.131, p. 590S-603S, 2001.
- REZENDE, J. COSLOVSKY, S. Repercussões da gestação sobre o organismo modificações sistêmicas. In: *Obstetrícia*. 8. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 1998.
- REZENDE, J. Modificações sistêmicas. In: Rezende J. *Obstetrícia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2002.
- RUDGE, M. V. C. BORGES, V. T. M. CALDERON, I. M. P. Adaptação do organismo materno à gravidez. In *Obstetrícia Básica/Bussâmara Neme*. 2. ed., São Paulo: Sarvier, 2000.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Nutritional anemia*. Geneva: World Health Organization, 1968.



WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Iron deficiency anemia: assessment, prevention, and control: a guide for progame managers*. Geneve: The Organization; 2001.

ZAGO, M. A. FALCÃO, R. P. PASQUINI, R. *Hematologia: Fundamentos e Prática*. São Paulo: Atheneu, 2001.



SÍNDROME METABÓLICA: UMA ABORDAGEM LABORATORIAL

Valéria Alves de Santana; Amanda Lima Sousa – Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

Orientador – Prof. Solange A O. Neves - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A síndrome metabólica é caracterizada pela associação de diversos fatores que juntos se tornam o principal agente causal das doenças cardiovasculares e representa uma das principais causas de mortalidade na atualidade. Partindo de uma revisão bibliográfica, o objetivo deste trabalho foi identificar os principais meios de diagnóstico, tratamento e manifestações da síndrome metabólica. Essa patologia engloba hiperinsulinemia, resistência à insulina, diabetes mellitus tipo 2 e também alterações lipídicas como: aumento de triglicerídeos e LDL-colesterol (lipoproteína de baixa densidade) e redução do HDL-colesterol (lipoproteína de alta densidade), obesidade abdominal, hipertensão arterial (HA) e distúrbios da coagulação. O diagnóstico precoce da síndrome metabólica permite a formulação de medidas de prevenção e consiste no exame físico, medida da gordura visceral através da circunferência abdominal, cálculo do índice de massa corporal (IMC), aferição da pressão arterial, realização do exame cardiovascular, avaliação da glicemia em jejum, dosagem de HDL-colesterol e triglicerídeos. Além disso, vale identificar se o paciente apresenta os principais fatores de risco para a síndrome metabólica como: tabagismo, etilismo, diabetes, hipertensão, sedentarismo, erros alimentares. O tratamento da síndrome metabólica consiste na regulação dos fatores pré-existentes. *A priori*, a maior preocupação é a obesidade, pois sendo um processo inflamatório pode desencadear todos os sinais da síndrome metabólica. Então, torna-se fundamental que seja adotado um estilo de vida saudável com exercícios físicos regulares, a perda de peso, exames clínicos frequentes e quando necessário uso de medicação.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome metabólica, doenças cardiovasculares, resistência a insulina.

A Síndrome Metabólica (SM) consiste em um transtorno representado pela associação de vários fatores de risco cardiovascular usualmente relacionado à deposição central de gordura e à resistência à insulina. É importante destacar a associação da SM com a doença cardiovascular, aumentando a mortalidade geral e principalmente a cardiovascular em cerca de 2,5 vezes, dessa forma torna-se necessário o conhecimento da ocorrência da SM na população para um melhor suporte a saúde com base em medidas preventivas e tratamento adequado.



Este trabalho teve como objetivo identificar os sinais e sintomas apresentados na síndrome metabólica, os meios de detecção, diagnóstico e tratamento de tal patologia, ressaltando as medidas necessárias para minimizar os efeitos da SM.

Os principais componentes dessa doença consistem em alterações glicídicas como: hiperinsulinemia, resistência à insulina, diabetes mellitus tipo 2. Além disso, também podem aparecer alterações lipídicas como aumento de triglicerídeos e LDL-colesterol e diminuição do HDL-colesterol, ademais há presença de obesidade abdominal, hipertensão arterial (HA), hiperuricemia e distúrbios da coagulação. A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou em 1998 um critério para definição do quadro de síndrome metabólica, que engloba hipertensão arterial, dislipidemia, obesidade e microalbuminúria.

Em contrapartida, em 2001 o *National Institute of Health*, por meio do *National Cholesterol Education Program* (NCEP), através do *3^d Adult Treatment Panel* (ATP III) foi determinado um outro critério de definição para a síndrome metabólica, desconsiderando o peso e a microalbuminúria, mas tendo como base em seu diagnóstico a presença de pelo menos três componentes anormais, entre esses estão:

- Obesidade abdominal por meio de circunferência abdominal >102 cm para homens e >88 cm para mulheres;
- Triglicerídeos ≥ 150 mg/dL;
- HDL Colesterol < 40 mg/dL para homens e < 50 mg/dL para mulheres;
- Pressão arterial \geq ou igual 130 mmHg (sistólica) ou \geq ou $= 85$ mmHg(diastólica);
- Glicemia de jejum ≥ 110 mg/dL.

No diagnóstico clínico e laboratorial são realizadas medidas que confirmem o quadro da SM, portanto é necessário que se conheça a história clínica do paciente e também identifique os fatores de risco cardiovasculares associados como: sedentarismo, tabagismo, hipertensão ou histórico familiar de hipertensão, doença arterial coronariana, acidente vascular encefálico (AVE), síndrome de ovários policísticos (SOP), doença hepática gordurosa não-alcoólica, hiperuricemia, diabetes, uso de medicamentos hiperglicemiantes entre outros.



Os exames físicos realizados consistem na medida da circunferência abdominal (tomada na metade da distância entre a crista ilíaca e o rebordo costal inferior), para se considerar a gordura visceral do paciente, visto que a obesidade é um grande fator para o desenvolvimento da SM, além disso, pode-se realizar o cálculo de IMC - índice de massa corporal - que relaciona o peso e estatura do indivíduo, através da fórmula: $IMC = \text{Peso}/\text{Altura}^2$, esses dois métodos são os considerados mais simples. Contudo, a avaliação da pressão arterial, glicemia em jejum, dosagem de HDL-colesterol e triglicérides também são importantes.

Concomitantemente, outros exames laboratoriais adicionais podem ser realizados para melhor avaliação do risco cardiovascular do pacientes de síndrome metabólica como: colesterol total, LDL-colesterol, creatinina, ácido úrico, microalbuminúria, proteína C reativa (B, 2B), TOTG (glicemia de jejum e após duas horas da ingestão de 75g de dextrosol), eletrocardiograma. Cabe lembrar que a presença de LDL aumentado não faz parte dos critérios diagnósticos da síndrome metabólica, mas a maioria dos pacientes apresenta o aumento dessa fração de colesterol de grande potencial aterosclerótico.

A terapêutica para síndrome metabólica deve ser fundamentada em modificações do estilo de vida, ou seja, aumento da realização de atividade física (30 minutos diariamente), pois promove a redução do tecido adiposo visceral. A atividade aeróbica melhora a homeostase da glicose e regula o perfil lipídico, porque aumenta os níveis de HDL-colesterol e diminui os triglicérides. Já para a dieta, a maioria do volume ingerido é destinado aos carboidratos (65% aproximadamente), e o restante à proteínas e gorduras preferencialmente mono e poliinsaturadas.

Em alguns casos, quando não há melhora apesar das mudanças de estilo de vida, é necessário o tratamento medicamentoso que consiste em controlar as patologias relacionadas à síndrome metabólica.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Simone Henriques de; MATO, Haroldo José de; GOMES, Marília de Brito. Parâmetros antropométricos e síndrome metabólica em diabetes tipo 2. *Arq Bras Endocrinol Metab*, São Paulo, v. 50, n. 3, Jun. 2006.



LEÃO, Leila Sicupira Carneiro de Souza; Barros, Érica Guimarães; Koifman, Rosalina Jorge. Prevalência de síndrome metabólica em adultos referenciados para ambulatório de nutrição no Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. bras. cardiol.*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, Mar/Abr 2010.

LUNA, Rafael Leite. Síndrome metabólica. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v. 88, n. 5, Maio 2007.

PENALVA, Daniele Q. Fucciolo. Síndrome metabólica: diagnóstico e tratamento. *Rev. med., São Paulo*, 2008.



BIOINFORMÁTICA PARA BIÓLOGOS

André Luciano Nadal – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Ms.Horácio Mori – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Através desta revisão, o artigo “Bioinformática Para Biólogos”, propõe exibir um panorama informativo a respeito dos principais temas em bioinformática, orientando os cientistas biológicos na compreensão das tecnologias e terminologia envolvidas. Na sociedade tecnológica os avanços da tecnologia da informação (T.I.) tornam as áreas do conhecimento cada vez mais próximas, cooperativas, envolvendo-as no que chamamos abordagem biológica ou integrada. Desta forma serão apresentadas também as aplicações mais conhecidas, mostrando trabalhos possíveis mediante uso da informática. Tais aplicações mencionadas são nada mais que programas, softwares que exemplificam e auxiliam trabalhos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: algoritmos genéticos, biologia, biotecnologia, bioinfo, bioinformática, Informática na educação, linguagens de programação.

A bioinformática é a aplicação de técnicas de análise de dados da tecnologia da informação (informática, TI) para a geração, análise e gerenciamento de dados produzidos mediante pesquisas em ciências biológicas, biomédicas e correlatas. Ela Surgiu a partir da necessidade da existência de um profissional que efetuasse a convergência entre as ciências biológicas e as tecnologias de informação. Esse profissional deve ter conhecimento sobre problemas biológicos reais e propor soluções por métodos computacionais. Como exemplo para o profissional brasileiro, poderíamos citar a Associação Brasileira de Bioinformática e Biologia Computacional (AB3C).

Dados e informações: os dados são os elementos atômicos da informação. São representações de fatos ou de instruções, apresentados de forma apropriada para armazenamento, processamento e transmissão por meios automáticos. Informação é o conhecimento resultante da análise dos dados obtidos, também dizemos que é o processo de significação dos dados e especificamente para a TI, é o conhecimento de fatos ou outros dados fornecidos à máquina para realizar algum processamento.

Como ciências correlatas, temos a Química, física, biologia, tecnologia da informação, matemática, e estatística (ou bioestatística). Há um consenso geral acadêmico



apontando a bioinformática como disciplina comumente ligada à Biologia molecular ou especificamente a Genômica. A TI emprega técnicas como o aprendizado de máquina, redes neurais artificiais, máquinas de vetores suporte, árvores de decisão, algoritmos genéticos e de agrupamento. Tais tarefas de software, proporcionam a identificação de genes, previsão estrutural de proteínas (estruturas 2^a, 3^a, 4^a, bioinformática estrutural), identificação de inibidores enzimáticos, gerenciamento de informação biológica, simulações do metabolismo celular, estudo de homologia proteica, estudos filogenéticos (árvores), construção de bibliotecas genômicas para comparação de indivíduos em microbiologia, análise de expressão gênica, [ALIVE SITIO 2003] simulações virtuais de organismos e ambientes.

No desenvolvimento dos projetos, também são empregados estudos de inteligência artificial (IA), cujas definições variam considerando-se duas dimensões: os processos de pensamento e raciocínio versus o comportamento. Para o processo de escolha do foco de pesquisa a utilizar I.A., cada cientista deve refletir sobre duas questões importantes:

- 1^a Foco no trabalho com o pensamento ou com o comportamento;
 - 2^a Desejo de modelar seres humanos ou trabalhar a partir de um padrão ideal;
- Uma vez considerado isto, deve-se ter em mente 4 variantes (ver tabela):

Variantes para abordagem do estudo em IA.

Sistemas que pensam como seres humanos	Sistemas que pensam racionalmente
"O novo e interessante esforço para fazer os computadores pensarem... máquinas com mentes, no sentido total e literal." (Haugeland, 1985).	"O estudo das faculdades mentais pelo uso de modelos computacionais." (Charniak e McDermott, 1985).
"[Automatização de] atividades que associamos ao pensamento humano, atividades como a tomada de decisões, a resolução de problemas, o aprendizado..." (Bellman, 1978).	"O estudo das computações que tomam possível perceber, raciocinar e agir" (Winston, 1992).
Sistemas que atuam como seres humanos	Sistemas que atuam racionalmente
"A arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas." (Kurzweil, 1990).	"A inteligência Computacional é o estudo do projeto de agentes inteligentes." (Poole et al., 1998).

FONTE: Araribóia, Inteligência Artificial, 1989;



Devido ao grande volume de dados gerados, o armazenamento é feito em grandes repositórios de dados (Data Warehouses), geralmente um banco de dados relacional que possui uma visão consistente dos dados provenientes das fontes de dados. Existem também bases de dados XML (Extensible Markup Language), que facilitam conversões entre bancos de dados que se utilizam de diferentes tecnologias de XML, existindo ainda bancos de Dados Públicos sobre Bioinformática, que possuem dados de sequenciamento de nucleotídeos, aminoácidos ou estruturas de proteínas.

Verbetes e Conceitos. Itens com os quais o bioinformata deverá estar familiarizado para auxiliar seus estudos: Linguagem SQL, diferenciar lógica de programação de linguagem de programação, conceito de variáveis, estruturas de controle, estruturas de repetição, estruturas de dados, algoritmos, programação orientada a objetos (POO), ambiente integrado de desenvolvimento (IDE).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIOINFORMÁTICA E BIOLOGIA

COMPUTACIONAL - AB3C. *Sítio dedicado ao avanço do entendimento de seres vivos através de métodos formais, multidisciplinares e quantitativos de larga escala*. Disponível em: <<http://www.ab3c.org/>>. Acesso em: 7 de setembro de 2011.

ARARIBÓIA, G. *Inteligência artificial: um curso prático*. Rio de Janeiro: São Paulo, 1989.

MARQUES, Eder Antonio Rangel, NETTO, Marcio Lobo. *Projeto ALGA: Artificial Life with Genetic Algorithms*. [S/D]. Disponível em: <http://www.lsi.usp.br/~lobonett/publications/2001.11_SPUSP_ComputacaoCognitiva-CFV.pdf> . Acessado em: 7 de setembro de 2011.

NELSON., David L., COX, Michael M. *Princípios de bioquímica de Lehninger*. 5.ed., 2011.

NEVES, Rogério P.O, NETTO, Márcio.L. *ALIVE, Artificial Life in Virtual Environments. Plataforma experimental em realidade virtual para estudos dos seres vivos e da dinâmica da vida*. Artigo Escola Politécnica – Laboratório de Sistemas Integrados, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

THE NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - NCBI. Fundado como uma divisão da Biblioteca Nacional de Medicina em novembro de 1988, no Instituto Nacional de Saúde. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/Genomes>> . Acessado em 11 de setembro de 2011.



WAZLAWICK, R. S. Escrita de artigo científico. In: NEVES, Rogério P.O, NETTO, Márcio.L. *ALIVE. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.



RESGATE HISTÓRICO DE UMA MATA DESTINADA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS

José Aderlan Brandão Nascimento - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Orientadora: Cláudia Bosa - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RESUMO:

A Educação Ambiental tem importância no processo de conscientizar os seres humanos sobre a necessidade de mudança de seus hábitos, tanto individuais como coletivos na busca de soluções para amenizar os problemas ambientais. Este estudo realizado no Centro Educacional e Social Marista (CESMAR) localizado na Comunidade João Paulo II, na cidade de Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul, buscou diagnosticar a percepção em relação aos aspectos culturais e de consciência ecológica. Através do resgate da memória histórica da comunidade local, analisou-se a contribuição dos Irmãos Maristas para a proteção da mata na área pesquisada. Essa pesquisa trabalhou abordagem quanti-qualitativa com entrevista semi-estruturada e questionários, envolvendo pessoas da comunidade e educandos do CESMAR. Após análise dos problemas apresentados na área estudada, sugeriu-se: implantação de um Programa de Educação Ambiental, envolvendo visitantes, comunidade local, educandos, colaboradores e irmãos Maristas, realização de um plano de manejo para a população de macacos prego, levantamento da fauna e flora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; CESMAR; Conservação da natureza; macacos; mata.

O Centro Educacional e Social Marista - CESMAR busca um dos maiores desafios em Educação ambiental: aliar a educação dos afetos, formando pessoas amorosas e sensíveis para com a natureza, a uma educação para a cidadania, formando sujeitos atentos para os problemas socioambientais, capazes de interferir nas decisões da sociedade

Diante deste contexto, o presente trabalho buscou diagnosticar a realidade da comunidade João Paulo II nos aspectos culturais e de consciência ecológica, resgatando a memória histórica da comunidade local em relação à mata destinada à conservação ambiental. Também analisou a contribuição dos Irmãos Maristas para a proteção da área pesquisada, buscando contribuir para futuras ações de Educação Ambiental na referida unidade.

Entrevistou-se pessoas da comunidade João Paulo II e entorno, levando em conta 2 públicos a saber:



1º: Pessoas nascidas antes de 1980: No que se refere às pessoas nascidas antes da década de 1980, realizou-se uma entrevista semi-estruturada gravada, utilizando o método de grupo focal. Trabalhou-se com 07 pessoas da comunidade, sendo moradores mais antigos da comunidade e migrantes.

2º Com relação aos adolescentes nascidos na década de 1990 e que freqüentam o CESMAR Dourados, realizou-se a aplicação de questionários no primeiro semestre de 2008, com 22 educandos, escolhidos a partir das oito oficinas socioeducativas desenvolvidas no CESMAR. Foram escolhidos quatro educandos por oficina (independentemente de sexo), indicados pelo educador responsável.

Os dados colhidos com o uso da metodologia de grupo focal são de natureza qualitativa (MINAYO, 1996). Neste sentido sua análise também foi realizada desta forma. Não houve tratamento de dados estatísticos, mas um conjunto de procedimentos que visam organizar os dados de modo que eles revelassem com a máxima objetividade e isenção possível, como o grupo em questão percebe e se relaciona com o foco do estudo abordado.

Com relação ao público nascido a partir de 1990, realizou-se um questionário composto de 5 perguntas com blocos de 1 a 8. . A análise dos dados foi simplificada com a construção de gráficos demonstrativos.

Considerando os problemas apresentados na área estudada e na comunidade e entorno percebe-se a necessidade de estabelecer mudanças importantes no comportamento dos cidadãos, em relação às questões ambientais, faz-se necessário o uso de instrumentos transformadores de conduta. Desta maneira, atividades envolvendo praticas de educação ambiental para crianças e adolescentes são de extrema importância na transformação da sociedade.

Assim sendo sugere-se:

Implantação de projeto de Educação Ambiental envolvendo a comunidade, educandos, visitantes e colaboradores;

Construção de um centro de Educação Ambiental para desenvolvimento de futuros projetos;

Construção de um borboletário e um herbário;

A pesquisa como justificativa para compor um programa de Educação Ambiental na área ressalta:



- Plano de manejo da flora e fauna de macacos;

REFERÊNCIAS

ALBERTI V. *História oral a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1990

ANAIS do CESMAR (Centro Social e Educacional Marista): Programa Sócio Educativo, in: - *Arquivos do Centro Social Marista Dourados*. 2007

CARLINI-COTRIN, B.. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Revista de Saúde Pública*, p.285-293, 1996.

COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO. *Missão educativa marista: um projeto para o nosso tempo*. Tradução de Manoel Alves, Ricardo Tescarolo. 3. ed., São Paulo: Simar, Secretaria Interprovincial Marista, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL, 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 de julho de 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. *Pegada ecológica e sustentabilidade humana* São Paulo: Gaia, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os descaminhos do meio ambiente*. São Paulo, 2 ed., Contexto 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades – Censo 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em 20 de junho de 2008.

MINAYO, M. C. De S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Capítulo n.3 Fase de trabalho de campo 105-134. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec-ABRASCO, 1996.

PREFEITURA DE DOURADOS. *Perfil*. [S/D]. Disponível em <<http://www.dourados.m.s.gov.br> acesso>. Acesso em: 15 de agosto de 2008.

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTA – *Inter-relações entre biodiversidade climáticas*. Capítulo 4: Opções de mitigação e de adaptação a mudança climática: conexões com biodiversidade e impactos sobre a biodiversidade. 2. ed., Brasília, 2007.



DESCRIÇÃO, BIOECOLOGIA E DANOS CAUSADOS PELA PRAGA *RHYZOPERTHA DOMINICA* (FABRICIUS) (COLEÓPTERA: BOSTRICHIDAE) EM GRÃOS ARMAZENADOS

Lívia Mendes Oliveira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Com o crescimento populacional, aumenta-se a necessidade por produtos de qualidade que venham suprir a demanda mundial de alimentos, ficando mais evidentes os problemas relativos à qualidade dos alimentos para o consumo humano. Pensando nisso, cria-se a necessidade de se coibir a contaminação por agentes biológicos que venham a causar doenças, exigindo que os grãos em armazenamento sejam submetidos a rigorosas análises, uma vez que os mesmos podem vir a comprometer o seu uso, desclassifica-lo ou afetar os subprodutos. São desperdiçadas toneladas de grãos no armazenamento devido ao ataque de algumas pragas que destroem os mesmos, dentre elas a *Rhyzopertha dominica* (Fabricius) (Coleoptera: Bostrichidae), sendo um besouro diminuto, porém indesejável pelos responsáveis da armazenagem. Métodos preventivos (inseticidas líquidos e natural) e curativos (expurgo das sementes) de controle de armazenamento são tratados como alternativas para minimizar perdas quantitativas e qualitativas, fatores estes que agrupados a outros, têm contribuído para que ocorra uma manutenção e monitoramento da armazenagem de grãos.

PALAVRAS-CHAVE: Grãos armazenados; praga *Rhyzopertha dominica*; controle e monitoramento de armazenagem.

Com a crescente demanda internacional de alimentos, a busca pela qualidade produtiva de grãos se tornou um item de grande importância para o setor de produção, exigindo produtos de maior qualidade e eficiência. Até bem pouco tempo os grãos eram tidos como “commodities” e que hoje são considerados a matéria-prima, que quando produzidos e conservados com excelência geram uma diferenciação no mercado, uma melhor cadeia produtiva e produtos seguros para o consumidor (REZENDE, 2009).

Segundo Lorini (2008), existem falhas na armazenagem que quando corrigidas, minimizam perdas e geram um aumento em quantidade e qualidade do produto, evitando que moinhos recebam lotes contaminados por fragmentos de insetos indesejáveis, acabando então com as perdas quantitativas, que comprometem o uso do grão produzido ou o desclassifica para uso de menor valor agregado.



Independente das condições estabelecidas na pós-colheita, a praga *Rhyzopertha dominica* (Fabricius) (Coleoptera: Bostrichidae), está classificada como uma das pragas mais destrutivas de grãos armazenados no mundo e a principal de trigo no Brasil, devido a elevada taxa de contaminação dos grãos causado pela mesma (LORINI, 2008).

O besourinho-dos-cereais, como é conhecido popularmente *R. dominica*, é a principal praga do trigo armazenado em nosso país, que destrói consideravelmente os grãos, independente de sua fase de vida, tanto os adultos, quanto as larvas deixam grãos em forma de farelo quando perfurados (FERRI *et al.*, 2010).

A característica de infestação por *R. dominica* é percebida por meio de um cheiro adocicado de mofo, dado pela excessiva quantidade de material fecal produzido pelas larvas e adultos. As larvas empurram seus excrementos junto com partículas do endosperma para o exterior do grão, de modo que grandes infestações gerem uma quantidade elevada de material fecal acumulado na massa de grãos, caracterizando o odor (PACHECO e PAULA, 1995).

A natureza dos prejuízos causados pode ser caracterizada por perda de peso, dando uma desvalorização comercial dos grãos; perda do valor nutritivo para grãos com utilização alimentícia com diminuição na qualidade das farinhas, prejudicando os moinhos e consequentemente seus subprodutos; aumento da temperatura interna dos grãos causado pela atividade metabólica dos insetos e em geral a contaminação de microrganismos, ácaros e fungos em grãos, quando abertos ou rachados por pragas (MACHADO *et al.*, 1977).

De acordo com Rezende (2009), não existe um método ou uma tecnologia isolada que leve ao êxito da atividade de armazenagem, pois, a mesma é dependente de vários fatores e etapas, cada uma exigindo o cumprimento de seus próprios parâmetros de forma correta, com recomendações buscando desde cuidados iniciais até o monitoramento do armazém.

A integração dos diferentes métodos de controle de pragas é prática essencial para obtenção de grãos com qualidade durante e após a armazenagem, sendo os métodos físicos adequados ao uso presente e futuro, também o controle biológico com sua contribuição na redução das populações de pragas, que quando empregado com um método não químico, exhibe um melhor desempenho, já que o controle químico tem apresentado limitações de emprego, pelo aumento da resistência de pragas a esses inseticidas ou pela contaminação de alimentos através de resíduo deixado no grão (LORINI, 2008).



Os ataques de pragas aos grãos causam perdas de até 10% do rendimento total, índice que representa um prejuízo estimado em R\$ 1,4 bilhão/ano para o Brasil, resultando no desenvolvimento do programa de Manejo Integrado de Pragas de Grãos (MIPGRÃOS), que tem por finalidade assegurar a qualidade final dos grãos, evitando o ataque de insetos desde o recebimento, durante o processamento até a comercialização, consistindo em ações preventivas que conscientizem a respeito dos custos e perdas ocasionadas pelos insetos (ANTUNES *et al.*, 2010).

O uso de inseticidas líquidos é na atualidade um dos métodos de controle de pragas em grãos armazenados mais empregados, existindo restrições de uso à medida que surge resistência das pragas aos inseticidas, se tornando o método a ser aplicado de forma preventiva ou curativa (LORINI, 2008).

O número elevado de aplicações de inseticidas e a dosagem inadequada tornam os insetos resistentes, porém a seleção de resistência pode ser retardada, reduzindo-se o número de aplicações e criando consciência sobre a dosagem correta a ser aplicada de acordo com o grau de resistência apresentado pela população a ser eliminada, tendo assim um controle adequado (FERRI *et al.*, 2010).

Todas as fases do processo para eliminação da praga *Rhizopertha dominica* são de grande importância quando trabalhadas em conjunto, como preparo do solo, a escolha da semente, as condições climáticas, a colheita, o transporte e por fim a armazenagem, sendo nessa etapa onde ocorrem as maiores perdas em qualidade e quantidade, que geram prejuízo ao armazenador, pois, existindo certo descuido de interesse de técnicos e responsáveis pela armazenagem, tem-se prejuízo, sendo que atitudes extremamente simples de projetar, instalar e operar um sistema de conservação leva a decisão quanto aos resultados de qualidade e retorno financeiro aos mesmos (BUSNELLO e LORINI, 2010).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. M., LUNARDI, L., BURIOL, S., LORINI, I.; Estratégias de comunicação integrada nos projetos MIPGRÃOS e MIPSEMENTES. In: *CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE PÓS-COLHEITA*, 5., 2010, Foz do Iguaçu. *Anais...* Londrina - PR: Abrapós, 2010. il. Organizado por Irineu Lorini, Maria Cristina Zborowski de Paula, Adriano Divino Lima Afonso.



BUSNELLO, L. A., LORINI, I.; Identificação dos pontos críticos das estruturas e higienização para controle das pragas na armazenagem de grãos. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE PÓS-COLHEITA, 5., 2010, Foz do Iguaçu. *Anais...* Londrina - PR: Abrapós, 2010. il. Organizado por Irineu Lorini, Maria Cristina Zborowski de Paula, Adriano Divino Lima Afonso.

FERRI, G. C.; ROSSATO C; PAULA M. C. Z. de; LORINI I. Caracterização da resistência de populações de *Rhyzopertha dominica* (F.) (Coleóptera: Bostrychidae) ao inseticida deltamethrin. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE PÓS-COLHEITA, 5., 2010, Foz do Iguaçu. *Anais...* Londrina - PR: Abrapós, 2010. il. Organizado por Irineu Lorini, Maria Cristina Zborowski de Paula, Adriano Divino Lima Afonso.

LORINI, I. *Manejo integrado de pragas de grãos de cereais armazenados*. 2. ed., Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008.

MACHADO, E.C.; PRATES, H.S.; FRATTINI, J. de A. *Manual de armazenamento de grãos*. Campinas: CATI, 1977.

PACHECO, I.A.; PAULA, D.C. de. *Insetos de grãos armazenados - identificação e biologia*. Campinas: Fundação Cargill, 1995.

REZENDE, A. C. de. *Armazenagem de grãos*. *Grãos Brasil*, Maringá – PR, v.8, n.35. p. 23-25, mar/abr, 2009.



COMPARAÇÃO DO ATUAL CONHECIMENTO SOBRE ARANHAS ENTRE A POPULAÇÃO LONDRINENSE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL APÓS UM PROJETO

CIPOLA, N. G.; - Coordenador e docente visitante, autor e responsável do projeto

- Laboratório de Zoologia, Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL). e-mail:

nniikkldb@yahoo.com.br

RIBEIRO, J. - Docente do Ensino Fundamental do Colégio Londrinense

RESUMO:

O objetivo do trabalho foi comparar o conhecimento que a população do município de Londrina e os alunos da 5ª Série do Ensino Fundamental do Colégio Londrinense têm em relação às aranhas. As entrevistas aos 36 alunos ocorreram após aulas práticas e teóricas ministradas. Das 129 pessoas entrevistadas, a maioria relata já ter encontrado alguma aranha, e que elas não são prejudiciais, trazendo benefício ao meio ambiente. Em cerca de metade dos entrevistados não sabem proceder corretamente em caso de acidentes, além disso, cerca de 75% não sabem identificar uma espécie peçonhenta. No estudo verificou-se que as pessoas que residem nas áreas periféricas têm um conhecimento mais elevado, pelo fato de ter um contato mais freqüente com esses animais.

PALAVRAS-CHAVE: Aracnídeos, animais peçonhentos, educação ambiental.

O Brasil apresenta grande parte de toda megadiversidade biológica do mundo (MMA, 2002), sendo que essa biodiversidade pode estar envolvida em 40% de toda economia gerada no país, portanto é uma pré-condição para o desenvolvimento humano (MALAGOLI *et al.*, 2008). Esses recursos naturais, portanto são à base de qualquer atividade produtiva, que devem gestados pela sociedade e ações do governo (MMA, 2006).

A retirada das coberturas vegetais, visando utilizar as áreas para fins agrônômicos, pastagens, extrações de madeiras e ocupação humana, geraram a destruição dos biomas (LAGOS & MULLER, 2007). Essas ações antrópicas vêm ameaçando as inter-relações nos ecossistemas, devido à perda das espécies (MALAGOLI *et. al.*, 2008). As aranhas são animais que aparecem pela primeira vez no livro vermelho como espécies ameaçadas de extinção (MACHADO *et. al.*, 2008), e isso ocorre devido à destruição dos habitats, tráfico de animais e a matança discriminada (ANTUNES, 2004). O objetivo deste trabalho foi analisar e comparar o conhecimento que a população do município de Londrina e os alunos da 5ª Série do Ensino Fundamental do Colégio Londrinense têm em relação às aranhas.



O município de Londrina se situa no norte do estado do Paraná, em uma área de 1.650, 809 km² (IBGE, 2002), possui cerca de 510.707 habitantes (IBGE, 2009), e a densidade demográfica é de 306,02 hab/km² (IBGE, 2008). Nos últimos 75 anos, ocorreram, no município, intensos cultivos e avanço populacional, portanto existem poucos remanescentes de mata nativa, e estes já sofreram alguma alteração.

Para analisar o conhecimento básico sobre as aranhas, foram elaboradas sete perguntas simples e objetivas, que foram aplicadas em 103 (79,8%) pessoas, sendo 21 delas moradoras da região central, 6 da região norte, 41 da região sul, 29 da região leste, e 6 da oeste.

Para os 36 (20,2%) alunos da 5ª Série Ensino Fundamental foram ministradas aulas teóricas (3h/aula) e práticas (6h/aula), de junho a setembro de 2010, abordando diferentes temas relacionados com as aranhas. O questionário foi aplicado para os alunos após as aulas. Dos alunos entrevistados, seis deles são moradores da região central, 2 da região norte, 8 da sul, e 10 da região leste.

Das 129 pessoas entrevistadas, 83,7% relataram já ter-se deparado com alguma aranha na região, principalmente as que moram nas regiões afastadas. As pessoas e alunos que relataram não terem encontrado nenhuma aranha, residem na região central, e ainda declaram não saber os tipos que podem eventualmente encontrar. Os moradores que relatam conhecer são as aranhas-de-parece (Pholcidae) e aranhas-de-Grama (Lycosidae), assim como os 75% (n=20) dos alunos também relataram.

Cerca de 85% (n=22) dos alunos e boa parte da população (n=54) relataram que as aranhas não são prejudiciais, pois participam da cadeia alimentar. Porém grande parte das pessoas da região central acredita que sejam maléficas de modo errôneo, como sendo animais responsáveis por transmitirem doenças. Em 74,5% dos entrevistados não sabem identificar uma aranha peçonhenta, e os 25,5% saber, acreditam identificá-las apenas pelas quelíceras. Alguns dos alunos citaram características relevantes na identificação, como fórmula ocular de algumas espécies peçonhentas.

Em caso de acidentes com uma aranha peçonhenta, 52% (n= 67) dos entrevistados relatam proceder corretamente lavando o local da lesão com água e sabão e/ou indo ao médico para administrar o soro antiaracnídico. Todos os alunos e cerca de 45% da população relatam saber quais precauções devem tomar para evitar um acidentes, sendo as formas preventivas,



porém ocorreu alguns relatos de que matar os animais e dedetizar as residências sejam métodos corretos e eficientes.

Em 88,4% dos entrevistados (n= 114) declararam que as aranhas trazem benefícios para o meio ambiente, demonstrando, assim, que possuem uma consciência ambiental.

No presente estudo, verificou-se que mais de 75% dos alunos apresentaram respostas relevantes, demonstrando que as aulas foram significativas. Além disso, constatou-se que a população da região central possui conhecimento inferior, enquanto que os moradores das regiões periféricas apresentam um conhecimento mais elevado, devido o maior contato com esses animais. Entretanto a maior parte da população, não sabem quais são as espécies peçonhentas, portanto agem de forma discriminada no cotidiano, mesmo sabendo que as aranhas trazem benefícios ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, D. A. A Importância do Comércio Legal Frente ao Comércio Ilegal de Animais Silvestres. In: Zootecnista, IBAMA - Sede / UPIS, Brasília. 2004.
- LAGOS, A. R. & MULLER, B. L. A. Hotspot Brasileiro: Mata Atlântica. *Saúde & Ambiente*, v.02, n.02, Jul./Dez., p. 35-47, 2007.
- MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Org.). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Brasília - DF : MMA; Belo Horizonte - MG : Fundação Biodiversitas, 2008.
- MALAGOLI, L. R.; BAJESTEIRO, F. B. e WHATELY, M. *Além do concreto: contribuições para a proteção da biodiversidade paulistana*. São Paulo: ISA, 2008.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. *Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília - DF. 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. *Diretrizes e prioridades do plano de ação para implementação da política nacional da biodiversidade / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas*. Brasília: MMA, 2006.



O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO NO SETOR IMOBILIÁRIO – FATORES QUE CONSTITUEM VANTAGENS EM SUA UTILIZAÇÃO

Hilton Leite de Brito – Universidade Estadual de Londrina – UEL

Docente Orientador: Marcelo Resquetti Tarifa – Universidade Estadual de Londrina

RESUMO:

O presente trabalho tece comentários sobre fatores que constituem vantagens na utilização do Regime de Patrimônio de Afetação, oferece também um comentário crítico sobre o método convencional de incorporação no que diz respeito à destinação dos equivalentes de caixa oriundos da comercialização de empreendimentos imobiliários. O Patrimônio de Afetação foi criado no Brasil com a Lei 10.931 de 02 de agosto de 2004, fruto de questões de comoção social que abrangeram todo país. O regime apresenta características próprias para somar-se com a particularidade da contabilidade imobiliária na produção de informação que também são discutidas no presente trabalho. O Patrimônio de Afetação é apresentado como um mecanismo de benefícios comum às três principais figuras que compõem o cenário das negociações imobiliárias; o incorporador, o adquirente e o financiador. A análise descritiva do tema é apresentada através de um ensaio teórico baseado na própria lei de criação do regime, bem como em publicações relacionadas ao tema e vincula a contabilidade, seu objeto e objetivo ao mecanismo de Patrimônio de Afetação.

PALAVRAS - CHAVE: Patrimônio de Afetação.

A atividade imobiliária no Brasil é composta, em sua maioria, por pessoas jurídicas que como tal, mantêm, evidenciam, controlam e divulgam seu patrimônio. Ao praticar suas atividades incorporam a seu patrimônio determinados empreendimentos destacando-os em seu ativo com o propósito de comercialização.

No contexto da atividade de incorporação imobiliária se contempla o mecanismo de patrimônio de afetação. Esse mecanismo trata-se de um regime jurídico que apresenta uma oportunidade ao incorporador de oferecer mais segurança e transparência aos adquirentes das unidades imobiliárias. O patrimônio de afetação se caracteriza por constituir uma segregação de patrimônio para um novo empreendimento, onde este não se confunde ou se mistura com o restante do patrimônio do incorporador. O regime apresenta cada empreendimento imobiliário como um conjunto de bens, direitos e obrigações, submetido a critérios especiais e que pode ter um desenvolvimento econômico próprio, com uma finalidade específica, a consecução e a



entrega de suas unidades prontas aos adquirentes, não se confundindo ou se comunicando com o restante do patrimônio do incorporador.

A Lei 10.931/2004 (Brasil, 2004) deixa a critério do incorporador a opção pelo regime de afetação do patrimônio. O problema está relacionado a uma necessidade de estudos e pesquisas para a se verificar viabilidade de tal opção. Frente ao problema de pesquisa apresentado formula-se a seguinte questão para esse estudo: Quais os fatores que se constituem em vantagens para a utilização do mecanismo de afetação do patrimônio sob o ponto de vista do incorporador, do adquirente e de um possível financiador dos custos de produção do empreendimento?

A vantagem ao incorporador se apresenta principalmente com a instituição de um Regime Especial de Tributação onde as empresas que optarem pelo regime de patrimônio de afetação podem sujeitar-se ao recolhimento de 6% de seu faturamento como tributos federais que correspondem ao IR, CSSL, PIS e COFINS. Essa alíquota pode ainda ser reduzida a 1% sobre o faturamento caso o empreendimento atenda o interesse social, com valor de até R\$ 75.000,00 respeitando os critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

Os adquirentes do empreendimento podem ter acesso total a administração do empreendimento através da criação de uma Comissão de Representantes, pois a mesma receberá relatórios contábeis elaborados para o empreendimento afetado onde investiram seus recursos. Os recursos oriundos da comercialização e movimentação financeira do empreendimento afetado ficam restritos a aplicação no próprio empreendimento e em conta bancária separada para tal fim. Isso evita que os recursos advindos de incorporações com sucesso imediato de vendas sejam usados em empreendimentos que não auferiram os mesmos resultados financeiros.

A legislação também admite que o patrimônio afetado se constitua em garantia de um possível financiamento do custo de produção. Uma vez afetado o patrimônio, a lei garante que o empreendimento objeto de alienação não sofra conseqüências oriundas de outras atividades desenvolvidas pelo incorporador. No caso de uma possível falência do incorporador, a entidade financiadora dos custos junto com os adquirentes podem deliberar pela continuidade da obra ou não.



O regime do patrimônio de afetação é um mecanismo que melhor corresponde ao objetivo que se propõe a contabilidade que é propiciar informações confiáveis e integras aos usuários. O mercado atual está criando consumidores mais exigentes, principalmente no que diz respeito a garantias de entrega futura, no caso das transações imobiliárias que envolvem montantes significativos esses clientes tendem a procurar negociações mais seguras e confiáveis. As empresas que optarem pelo regime certamente terão esse diferencial e abrirão portas para inúmeros profissionais contábeis, pois cada empreendimento terá uma contabilidade à parte. Embora o modelo convencional ainda seja priorizado no que diz respeito ao fornecimento de informações aos usuários da contabilidade, o Patrimônio de Afetação mostra-se mais aceitável quanto a geração de informações confiáveis ao setor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10931, de 2 de Agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

COSTA, Magnus Amaral da. *Contabilidade da Construção Civil e Atividade Imobiliária*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2005.

SCHERRER, Alberto Manoel. *Contabilidade IMOBILIÁRIA: Abordagem sistêmica, gerencial e Fiscal*. São Paulo: Atlas, 2003.



UMA PROPOSTA PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS UTILIZANDO O PMBOK E O RUP NO NÚCLEO DE PRÁTICAS DE INFORMÁTICA (NPI) DA UNIFIL

Bruno Henrique Coletto – Discente - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Sergio Akio Tanaka - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma proposta de um *workflow* para gerenciamento de riscos no Núcleo de Práticas em Informática do Centro Universitário Filadélfia (UniFil). Com o *workflow* foi possível mapear e entender o processo das principais atividades do NPI permitindo organizar e preencher os artefatos para gerenciamento de riscos utilizando o PMBOK 4ª edição e o RUP 7.0. Foi possível verificar que tanto o RUP quanto o PMBOK podem ser utilizados em conjunto. Uma análise de ferramentas que suportam o gerenciamento de riscos foi realizada. Um comparativo das ferramentas e dos métodos foram realizados.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento de Riscos, PMBOK, RUP.

O desenvolvimento de software não é comum, envolvendo diversos elementos: pessoas que vão consumir horas estão limitadas a prazo, custo e escopo. Como em qualquer empreendimento, todo projeto precisa conter planejamento, execução e controle. Muitos projetos para o desenvolvimento de software falham devido à falta de planejamento ou ao controle durante a execução dos trabalhos, pois não há gerenciamento de risco e identificação de todas as incertezas relacionadas ao projeto.

O PMBOK (2008) define gerenciamento de projetos como uma aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas nas atividades do projeto a fim de atender os requisitos do projeto. Dentro da gerência de projetos se encontra a disciplina de gerenciamento de riscos no qual é o ponto principal do trabalho.

De acordo com MARTINS (2007) chama-se gerenciamento de riscos o meio pelo qual estas incertezas, são sistematicamente gerenciadas, permitindo avaliar e enfrentar os riscos, evitando o inevitável, controlando o controlável e minimizando a imprevisibilidade.



Segundo o PMBOK (2008) o risco em um projeto é sempre futuro. O risco é a potencialidade de um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do projeto. Os objetivos podem incluir escopo, cronograma, custo e qualidade. Um risco pode ter uma ou mais causas, e se ocorrer, pode ter um ou mais impactos sobre o projeto. E a causa pode ser um requisito, uma premissa, uma restrição ou uma condição que crie a possibilidade de resultados negativos ou positivos.

O risco negativo é conhecido como ameaças e oportunidades, respectivamente denominado “fracasso.” O pior risco é o risco não identificado, contudo o objetivo principal é não permitir ser surpreendido.

No entanto, já o risco positivo é visto como uma “oportunidade”, podendo trazer benefícios que acelerem ou incrementem o sucesso do projeto.

Ignorar o risco positivo é um grande erro, por isso o gerente de projeto deve adaptar também as principais oportunidades como a mesma voracidade que evita ameaças.

Assim como os riscos negativos, os riscos positivos também devem ser passados por processos de gerenciamento de projeto, incluindo listar os riscos, análise de probabilidade e impacto, e um plano de contingencia para cada determinado risco. Na Figura 1 é visto os processos implantados para gerenciar riscos no projeto.



FIGURA 1 – Estrutura de gerenciamento de riscos

A gerência de risco, como todo planejamento de projeto é um processo iterativo, ou seja, tem continuação ao longo do projeto. Os resultados do processo de



gerenciamento de riscos devem ser documentados em um plano de gerenciamento de riscos.

Segundo o PMBOK (2008) o gerente de projeto é o profissional responsável por executar as funções de gestão, planejamento de controle do projeto. Em seu perfil deve conter as habilidades de liderança, poder de decisão e estar disposto a riscos, ser comunicativo (pois necessita escrever, falar e ter bons relacionamentos com os departamentos).

A guia de conhecimento em gerência de projetos denominado *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK), somado a metodologia para gerenciar projetos de desenvolvimento de software *Rational Unified Process* (RUP) são complementares para gerenciar projetos.

O PMBOK se destina com a gerência de projetos como um todo organizado, possuindo fases dependentes para processo. Já o RUP é específico para projetos de software, sendo limitada a sua preocupação com aspectos da gerência, possui fases e interações reservadas para o desenvolvimento de sistemas.

Ao ponto de vista de aplicabilidade, a disciplina de gerência de projetos dentro do RUP, é um exemplo específico, já as melhores praticas da gerência de projetos do PMBOK é um exemplo genérico.

O Quadro 2 apresenta um comparativo inicial do PMBOK versus o RUP em relação ao gerenciamento de riscos.

PMBOK	RUP
Algum tipo de projeto	Projetos específicos de software
Somente as praticas de gerenciamento de projetos	Gerência de projetos e outras praticas de desenvolvimento de projetos de software
Abrangência dos aspectos da Gerência de projetos	Abrangência de alguns aspectos da gerência de projetos de software
Descritivo	Prescrito
Fases e aplicações dependentes	Fases e iterações específicas do



do domínio	desenvolvimento de software.
------------	------------------------------

QUADRO 2 – Comparativo do PMBOK versus RUP

Para aplicabilidade do estudo, foi desenvolvido o plano de gerenciamento de riscos para o projeto Sistema de Controle de Estágios (SCE).

Por meio do estudo realizado de gerenciamento de riscos utilizando o PMBOK 4º edição e o RUP 7.0, e pelo estudo de caso aplicado, que a junção das ambas aplicabilidades, não existem divergências ou contradições entre os dois métodos, ou seja, nada no RUP contradiz as praticas do PMBOK e nada no PMBOK contradiz as praticidades do RUP.

REFERÊNCIAS

MARTINS, J. C. C. *Gerenciando Projetos de Desenvolvimento de Software com PMI, RUP e UML*, 4. ed., Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. *A Guide to the Project Management Body of Knowledge, PMI Publishing Division*, 2008. Disponível em: <<http://www.pmi.org>>. Acesso em: 08 de março de 2011.

IBM. RUP. *Rational Unified Process (Software)*. Versão 7.0. USA: IBM Rational, 2006.



DEFINIÇÃO DE UM PADRÃO EM RELAÇÃO AO POTENCIAL ENERGÉTICO NO USO DOS COMPUTADORES

Guilherme Razaboni Ângelo - Discente, Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador - Sandro Teixeira Pinto - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A grande maioria das redes de computadores atuais trabalha com altas taxas de transmissão, agregando equipamentos com grande complexidade de hardware e software. Todos os equipamentos dependem do fornecimento de energia elétrica para funcionarem. A disponibilidade da energia, a qualidade das instalações elétricas, e possíveis fontes de interferência são fatores determinantes para o correto funcionamento da rede como um todo, e sua atual complexidade requer um gerenciamento de qualidade para que seus dispositivos principais não venham a falhar por sobrecarga de energia, erros de instalação e etc. Tem como princípio proporcionar estabilidade total e o correto funcionamento da rede, este gerenciamento vai proporcionar identificar e solucionar problemas antes mesmo que eles ocorram.

PALAVRAS-CHAVE: Oscilações; Potencial; Energia; Redes.

Existe uma dificuldade muito grande das empresas com suas instalações de redes elétricas e computadores, é de atingir o máximo que a mesmas podem proporcionar sem risco algum, trazendo segurança e confiabilidade a quem faz uso e gerenciamento.

De acordo com Cavalin (2005) a energia elétrica é uma forma de energia que apresenta inúmeros benefícios, e tornou-se no decorrer dos tempos, parte integrante e fundamental das nossas atividades diárias. Tão importante que nossa vida seria praticamente impossível sem sua existência e muitas vezes não damos conta de sua importância, somente no momento de sua falta.

Segundo Tanenbaum (2003), o compartilhamento de recursos tem objetivo de manter todos os programas, equipamentos e especialmente dados ao alcance de todas as pessoas na rede, independente da localização física do recurso e do usuário. Porém, talvez mais importante que compartilhar recursos físicos como impressoras, scanners e



gravadores de CDs, sejam mais importantes compartilhar informações de preferência de um modo seguro.

Uma rede de computadores consiste em dois ou mais computadores e outros dispositivos interligados entre si de modo a compartilharem recursos físicos e lógicos, estes podem ser do tipo: dados, impressoras, mensagens (e-mails), entre outros.

A Internet é um amplo sistema de comunicação que conecta muitas redes de computadores. Existem várias formas e recursos de vários equipamentos que podem ser interligados e compartilhados, mediante meios de acesso, protocolos e requisitos de segurança.

Os meios de comunicação podem ser linhas telefônicas, cabo ou satélite ou comunicação sem fio. O objetivo das redes de computadores é permitir a troca de dados entre computadores e a compartilhar recursos de hardware e software. Na figura 1 é possível ver uma representação de uma rede de computadores de uso empresarial, que por sua vez tem como objetivo compartilhar dados e recursos e prover o acesso a internet.

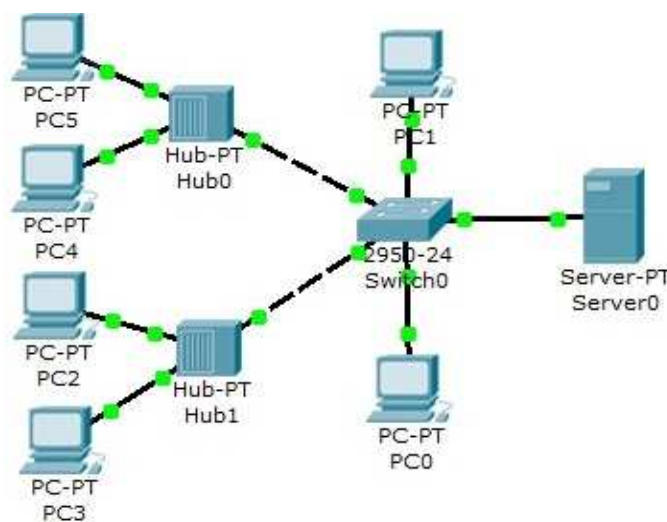


FIGURA 1 – Redes Locais

Alguns aparelhos elétricos que fazem parte da rede como *switch*, *hub*, entre outros, serão estudados com intuito de identificar os que sofrem mais com anomalias elétricas como a queima de aparelhos devido á sobrecarga de energia.



A correta instalação elétrica e rede lógica devem ser levadas em consideração com extrema importância, qualquer perturbação pode ser crucial ao total desempenho, a interferência eletromagnética é fator determinante para acarretar sérios problemas na rede prejudicando seu desempenho, travamento e provocando uma lentidão na sua operação.

Interferência Eletromagnética (IEM) é uma degradação no desempenho de um equipamento devido a uma perturbação eletromagnética, como consequência da instalação energia eletromagnética entre um equipamento fonte com o equipamento vítima. Este acoplamento ocorre por radiação ou condução (Pinheiro, 2009).

A interferência eletromagnética é um dos maiores causadores de falhas em redes de computadores, principalmente quando são utilizadas tubulações, canaletas e cabos sem blindagem que são inadequadas para o transporte da infra-estrutura de cabeamento (Pinheiro, 2004).

Um estudo de campo foi realizado, e suas amostras serão apresentadas estatisticamente que nas empresas, os aparelhos representam maior prejuízo devido a defeitos e quanto esse valor representa dentro da instituição.

Por meio desta pesquisa foi possível chegar a resultados confiáveis, possibilitando um estudo orientado no desenvolvimento novas possibilidades tais como: estudo antecipado das redes elétricas e de computadores nas empresas evitando assim problemas futuros, e cuidados no desenvolvimento de sua infraestrutura, atendendo todas as normas técnicas exigidas.

Como trabalho futuro, está pesquisa pode ser estendida a tipos de infraestruturas adequadas e outros assuntos pertinentes, e até mesmo a outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

TANENBAUM, Andrew. *Redes de Computadores*. 4. ed., Rio de Janeiro: Campus 2003.



CAVALIN, GERALDO. *Instalações Elétricas Prediais*. 12. ed., São Paulo: Érica, 2005.

TANENBAUM, Andrew. *Organização Estruturada de Computadores*. 2. ed., Prentice Hall, 2007.

PINHEIRO, José Maurício Santos. *Interferência Eletromagnética em Redes de Computadores*. Disponível em: <
http://www.projetoederedes.com.br/artigos/artigo_interferencias_eletromagneticas.php>.
Acesso em: 10 de maio de 2011.



IPV6: IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DE IMPACTOS

Gustavo Tedesco – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof. Msc. Moisés F. Lima – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A necessidade dos usuários comuns, empresas e organizações de trocar informações com velocidade, garantia de entrega e segurança são alguns dos fatores fundamentais para a implantação de uma infra-estrutura de rede em que os serviços sejam confiáveis. Devido a diversas limitações de desempenho e segurança, o *Internet Protocol Version 4* (IPv4) utilizado na troca de informações na Internet e redes locais, tornou-se obsoleto e vem sendo substituído por uma nova versão do protocolo, o IPv6.

PALAVRAS-CHAVE: IPv4, IPv6, implantação, redes de computadores.

O *Internet Protocol* (IP) foi desenvolvido na década de 70 e é responsável pela conexão entre os computadores e equipamentos em uma rede (MARTINS, 2011). Com isto a versão 4 do IP foi a que conseguiu se instalar melhor com todas as mudanças da internet embora não tenha sido originalmente projetada para dar suporte a uma rede de escala universal ou que permitisse aplicações multimídia. (SILVA, 2005).

A facilidade de se obter um equipamento com acesso a rede cresceu muito, com isso a necessidade de se criar alternativas para a solução de problemas como a falta de endereçamento IP, a grande demanda por serviços em tempo real e principalmente a garantia de segurança fizeram com que o protocolo atual, o IPv4, se tornasse obsoleto.

Assim, uma nova versão do protocolo IP foi desenvolvida o IPv6, para solucionar os problemas existentes no antigo IPv4. (SILVA, 2005).

Com o crescimento da Internet e tecnologias que se conectam a ela, onde a idéia é viabilizar a Internet dos equipamentos, em que geladeiras, torradeiras e micro-ondas podem estar todos conectados na internet. Tal como surgiu à necessidade de um novo protocolo, o IPv6, uma vez que o protocolo IPv4 começou a apresentar limitações para o novo mercado tais como segurança, suporte a serviços em tempo real e principalmente disponibilidade de endereços.



O IPv6 torna disponível uma quantidade enorme de endereços, podendo ser capaz de dar a um único usuário a capacidade inteira do protocolo anterior IPv4, na média de 4 bilhões de IPs.

Levar o IPv6 para pequenas empresas e, principalmente, para os usuários é um grande desafio que vem sendo feito. Os padrões da tecnologia ainda não estão bem definidos e a muitos modems ADSL vendidos até hoje que não são compatíveis com o IPv6 e sites que tiver apenas em IPv6 não poderá ser acessado pelas pessoas que ainda estão na versão antiga IPv4 e vice-versa.

As empresas que estão aderindo o protocolo IPv6 não estão se retirando do IPv4, estão mantendo as duas redes em funcionamento, adicionando mais complexidade à rede e necessitando de equipamentos duplicados, com mais custos de manutenção. Isto é necessário porque a conectividade exclusiva de IPv6 tornaria uma empresa inacessível para usuários ou outras empresas que ainda não estão preparados para esta nova tecnologia.

Os *Internet service providers* (ISPs) e telefônicas vai ser necessário que obtenha endereços IPv6 do *Regional Internet Registry* (RIR), uma vez obtidos os endereços, os ISPs vão estar em condições de distribuírem o IPv6, onde o mesmo insere os endereços obtidos da Internet de modo nativo. Sendo necessário que o provedor tenha IPv6 implementado e de modo tunelado, onde terá que ser conectados com um provedor de nível superior que for capaz de terminar o túnel e tiver IPv6 nativo. Também distribuir IPv6 na sua própria rede.

Os ISPs que tiverem implementado *Multi Protocol Label Switching* (MPLS) na sua rede será simples a sua transição, apenas distribuindo *Dual Stack* nos *Provider Edge* (PE) e depois utilizando *IPv6 Provider Edge* (6PE). Dessa forma, não precisaram ser modificados os routers. Já ISPs que não tiverem implementado MPLS na sua rede, vai ser necessário *Dual Stack* em todos os *routers* que irá passar o tráfego IPv6.

Outro problema que devem ser levadas em conta pelos ISPs, além dos problemas técnicos é também principalmente nos aspectos econômicos envolvidos em uma transição desse tipo onde irá impactar nos equipamentos onde precisarão de mais espaço de memória e as organizações, possivelmente, deverão comprar novos



roteadores para suportar o aumento dos endereços, das transferências de pacotes de dados e das listas de controle de acesso. Para chegar aos usuários existem varias alternativas as mais usadas são a *Dual Stack* e Túneis manuais e automáticos.

Os impactos gerados na implantação do IPv6 será de forma gradual ao avanço da tecnologia para as empresas e usuários finais. Já os ISPs e telefônicas irão trabalhar de forma que fique os dois protocolos disponíveis e utilizáveis. A implementação do IPv6 implica que IPv4 estará coexistindo com IPv6, sendo as aplicações as responsáveis de decidir qual protocolo vão usar.

Os sites populares têm demonstrado que o Ipv6 funciona, aonde chegamos à conclusão onde a maior dificuldade que iremos enfrentar na implementação do IPv6 não é a falta de conteúdo, mas a falta de usuários para visualizá-lo. Sendo assim então os as corporações dizem “mostre-me os usuários, e eu vou ligá-lo”.

REFERÊNCIAS:

JAMHOUR, E. *IPv6 (Parte 2: Mecanismos de Transição)*, 2004. Disponível em: <<http://www.ppgia.pucpr.br/~jamhour/Pessoal/Especializacao/Ano03/TARC/IPv6Trans.ppt>>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

LOUREIRO, Hélio. *Roteamento avançado e controle de banda em Linux*. Disponível em: <<http://eng.registro.br/gter17/videos/05-roteamento-avancado-linux.pdf>>. Acesso em: 06 junho de 2011.

MARTINS, Ricardo. *O IPv6*. Disponível em: <<http://ricardomartins.com.br/2009/04/10/o-ipv6/>>. Acesso em: 10 abril de 2011.

MIRANDA JÚNIOR, Wilson. *IPv6: A nova geração de comunicação*. Disponível em: <<http://www.pop-ba.rnp.br/IPv6/FundamentosIPv6>>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

POSTEL, J.B.. *Internet Protocol*. Disponível em: <<http://www.rfc-editor.org/rfc/rfc791.txt>>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

SANTOS, E.. *IPv6 Mecanismos de coexistência e transição*, 2004. Disponível em: <<http://www.vsix.net/other/summit/Brazil2004/www.ipv6summit.com.br/en/index.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

SILVA, Adailton J. S.; FARIA, Marcel R.. *Hierarquia de Endereços IPv6*. Disponível em: <http://www.rnp.br/newsgen/0103/end_ipv6.html>. Acesso em: 02 de maio de 2011.



SILVA, Sérgio Carneiro Da. *O Protocolo IPv6 e sua Transição*. 2005. 59 f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Sistemas de Informação, UNIMINAS, Uberlândia, 2005.

Disponível em:

<<http://www.si.lopesgazzani.com.br/TFC/monografias/MonografiaIPv6.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2011.



APLICABILIDADE DE CLOUD COMPUTING (COMPUTAÇÃO EM NUVEM) COMO FATOR DE REDUÇÃO DE CUSTOS NAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIOS

João Manuel G. Bonin – Centro Universitário Filadélfia UniFil

Orientador – Prof. Ms. Sérgio A. Tanaka – Centro Universitário Filadélfia UniFil

Co-orientador – Prof. Msc. Adail R. Nogueira – Centro Universitário Filadélfia UniFil

RESUMO:

O trabalho teve como objetivo criar um mapeamento das ferramentas que estão mais em alta quando o assunto é computação nas nuvens, isso separando em seus principais modelos de serviços, ou seja, software como um serviço (SaaS), Plataforma como um serviço (PaaS) e Infraestrutura como serviço (IaaS). Foi realizado um panorama de qual a melhor solução que uma empresa pode adotar para diminuir os custos de infraestrutura e de negócios. Um estudo de caso foi utilizado para simulação e *benchmark* para ajudar na melhor escolha para implantação nos negócios. Tudo isto visando uma real contribuição e a forma de aplicação em empresas com o âmbito focado nos negócios. Os resultados auxiliaram no direcionamento de empresas na decisão pela adoção desta modalidade computacional em seus modelos de negócio.

PALAVRAS-CHAVE: Cloud Computing, Serviços, Nuvem.

Com o avanço da sociedade humana moderna, serviços básicos e essenciais são entregues a quase todos de uma forma completamente transparente. Serviços de utilidade pública como água, eletricidade, telefone e gás tornaram-se fundamentais para nossa vida diária e são explorados por meio do modelo de pagamento baseado no uso (VECCHIOLA et al., 2009). Esta ideia a princípio parece ser bem simples no ponto de vista cotidiano, ou seja, trata-se apenas de um serviço sob demanda, no qual você paga pelo uso. Mas ao longo dos últimos anos, um novo conceito veio ganhando destaque na computação, esse novo conceito também se utiliza do padrão de “você paga conforme usa”. Essa nova terminologia tem como nome *Cloud Computing*, e vem sendo empregada por muitas empresas e abordada por muitos profissionais engajados no ramo da tecnologia da informação (TI).



A característica principal do Cloud Computing segundo Lowe (2009, citado por PRADO, 2010) é ter todas estas informações e aplicativos salvos e sendo executados a partir de um lugar na Internet (nuvem). Estes dados serão administrados pela própria empresa junto com o nível de privacidade (perfil) de cada usuário que determinará quem pode acessar o que.

No primeiro momento a perspectiva que muitas pessoas têm sobre o *Cloud Computing* é de que o conceito está restrito apenas a grandes empresas e corporações, o que é errôneo. Na verdade o acesso a *Cloud Computing* está mais presente em nosso cotidiano do que se imagina. Podem-se citar vários exemplos diários de sua utilização, que vão desde uma simples caixa de e-mail, até soluções corporativas avançadas, podendo ter até mesmo um sistema operacional (OS) com todos os seus recursos sendo processados e armazenados em nuvem.

Esta pesquisa tratou as diferentes formas de aplicação de *Cloud Computing*, dividindo-as em modelos de serviços e suas respectivas ferramentas, elencadas de forma mais relevante no cenário atual e das necessidades mais prioritárias de uma empresa, visando sempre colaborar para a redução de custos de infraestrutura, manutenção e licenças de software.

Na primeira parte da pesquisa foi abordada à forma contextual do tema, tais como, modelos de negócios, tipagem de nuvens, características essenciais de uma nuvem, segurança e por último uma visão geral nos negócios, assim como foi feito um mapeamento das ferramentas mais evidentes no contexto tecnológico atual.

Foi submetido um estudo de caso com objetivo de realizar testes de *benchmark* nas infraestruturas mais relevantes encontradas no mercado atual e com isso disponibilizar uma tabela com os resultados coletados. Para este CASE foram utilizadas ferramentas de simulação e medição de desempenho como: Visual Trace Route (OUIOMET, 2011), Global Provider View (CLOUDSLEUTH, 2011) e Monitor Your Cloud Application (CLOUDSLEUTH, 2011b) que visa alcançar resultados na ordem de mais reais possíveis. Lembrando que isso foi feito para auxiliar as empresas na tomada de decisões. Por fim, foram selecionados dois provedores de Infraestrutura, que proporcionem uma plataforma de desenvolvimento para implantação de um sistema de



cadastro de clientes em nuvem de uma empresa fictícia. A opção por esse tipo de abordagem foi a de que se fôssemos comparar todas as ferramentas de infraestrutura detalhadamente, seria preciso escrever um trabalho dedicado apenas para esta finalidade, e os custos com a contratação de prestadores de serviços de hospedagem seriam fora da realidade para um trabalho acadêmico.

Os critérios para adoção das duas infraestruturas que serão comentadas foram basicamente três, são eles:

- a) disponibilidade e segurança do serviço;
- b) a infraestrutura fornece uma versão free de seus serviços?;
- c) o provedor de infraestrutura fornece uma plataforma de desenvolvimento

Java?.

Com os resultados obtidos por meio de testes de benchmark nas duas infraestruturas, foram elaboradas tabelas demonstrando qual a melhor solução para se empregar na empresa fictícia criada e qual a real vantagem de sua utilização. Este tipo de abordagem teve como intuito ajudar e demonstrar de forma prática os desafios e vantagens da adoção da computação em nuvem em uma empresa que deseja adotar internamente esta nova tecnologia.

REFERÊNCIAS

CLOUDSLEUTH: *Monitor Your Cloud Application*. Software. Disponível em: <<https://cloudsleuth.net/web/guest/monitor-your-app>>. Acesso em: 19 de agosto de 2011.

CLOUDSLEUTH: *Global Provider View*. Software. Disponível em: <<https://www.cloudsleuth.net/web/guest/global-provider-view>>. Acesso em: 19 de agosto de 2011.

PRADO, Roberto Longhi Rodrigues. *A ampliação do valor de uma empresa através da adoção de um novo modelo: o Cloud Computing*. 2010. 51 f. Monografia (Especialista) Puc-SP, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.mbis.pucsp.br/monografias/Monografia_-_Roberto_Prado.pdf>. Acesso em: 9 junho de 2011.



VECCHIOLA, Christian; CHU, Xingchen; BUYYA, Rajkumar. *Aneka: A Software Platform for .NET-based Cloud Computing*. Melbourne - Austrália: Department Of Computer Science And Software Engineering, 2009. Disponível em: <<http://www.buyya.com/gridbus/reports/AnekaCloudPlatform2009.pdf>>. Acesso em: 19 de agosto de 2011.

OUIOMET, Kirk. *You get Signal: Visual Trace Route Tool*. Disponível em: <<http://www.yougetsignal.com/tools/visual-tracert/>>. Acesso em: 19 agosto de 2011.



IMPUTABILIDADE VERSUS CAPACIDADE

Denize Maione Grande, Júlia de Carvalho Viana, Rosangela Ap. Barbosa Polzato -

Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Déborah Lídia Lobo Muniz - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este estudo consistiu na análise da relação entre imputabilidade e capacidade, visando proporcionar a compreensão dos principais conceitos sobre o tema, bem como a reflexão sobre os tipos de personalidades humanas e a forma de entendimento e consciência dos delitos praticados no âmbito social, buscando perceber a influência da Psicologia como ciência auxiliar do Direito. Na concepção dessas duas ciências, uma possui a função de procurar entender o comportamento humano enquanto a outra possui a prerrogativa de regular a conduta do agente na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: personalidade, imputabilidade, capacidade, psicologia, direito.

O Código de Processo Penal Brasileiro, inspirado na legislação processual italiana da década de 30, foi editado em 1941 e, no decorrer dos anos, foi sofrendo diversas alterações de acordo com o contexto histórico. Os diversos ramos do Direito foram aprimorados para fazer frente a um novo cenário e a Psicologia aplicada ao Direito tomou importância na contribuição analítica do comportamento humano, buscando compreender a conduta do indivíduo, auxiliando o Direito a cumprir a sua finalidade de regulação de conduta.

No ramo do Direito, capacidade é a possibilidade de uma pessoa física ou jurídica exercer os atos da vida civil, ou seja, adquirir direitos e contrair deveres em seu próprio nome.

Juridicamente, entende-se que a capacidade de imputação pode ser comprometida, de forma total ou parcial, nas seguintes formas: doença mental, desenvolvimento mental incompleto, desenvolvimento mental retardado e perturbação da saúde mental. Assim, imputável é o sujeito mentalmente sadio e desenvolvido, capaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. Sanidade e maturidade mental são partes vinculadas e que integram a imputabilidade.

Ainda em análise à questão, há outros fatores psicológicos que influenciam na ocorrência dos delitos. Dentre eles, a emoção, a agonia e a paixão. Emoção, que pode ser exemplificada pelos sentimentos de ira, de medo, alegria, vergonha, é um estado afetivo que pode produzir repentina e violenta perturbação mental. Já a paixão, cujos sentimentos podem



ser de amor, ódio, ambição, ciúme, entre outros, pode ser considerada como uma crise psicológica mais profunda, podendo levar o sujeito à prática de delitos.

O Código Penal Brasileiro não considera a emoção e a paixão como causas de inimputabilidade. Em algumas particularidades, de acordo com os requisitos legais, estes estados emocionais podem ser utilizados como atenuantes, justificando a redução penal. Isto se baseia no Parágrafo único do Artigo 26, que diz: *“A pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”*.

A personalidade é classificada como anormal quando transtornos psicológicos afetam e influenciam a conduta do indivíduo, caracterizando-se por um comportamento social prejudicial ao próprio ser e aos seus próximos. Os transtornos psicológicos são estudados a partir da subdivisão dos tipos de personalidades patológicas e várias características podem fazer parte da personalidade de indivíduos normais, constituindo-se em transtornos psicológicos quando são extremamente rígidos. A depressão e a ansiedade sempre acompanham indivíduos acometidos por essas patologias e tendem a agravar esses tipos de transtornos.

Neste contexto, a Psicologia aplicada ao Direito pode auxiliar na análise dos perfis patológicos e contribuir para a aplicação de penas relativas aos delitos praticados. Assim, é fácil constatar que o Direito e a Psicologia possuem um destino comum, pois ambos tratam do comportamento humano. A Psicologia procura compreender o comportamento humano, enquanto o Direito é o conjunto de regras que busca regular esse comportamento, prescrevendo condutas e formas de soluções de conflitos para estabelecer e sustentar a vida em sociedade.

O comportamento do indivíduo na prática do delito deve ser visto sempre como passível de capacidade penal e não como inimputável, salvo em raras exceções, pois o desencadeamento de suas ações pode abranger um grupo, ou mesmo, a sociedade como um todo. Penalidades devem ser aplicadas de acordo com a gravidade do ato e com a capacidade penal daquele que cometeu o delito, pois inimputabilidade não deve ser confundida com impunidade, ou seja, a responsabilidade penal deve ser aplicada de forma correspondente às conseqüências jurídicas advindas da prática delitual. Para tanto, faz-se necessário identificar o



motivo da ação que gerou o delito e delimitar um estudo da personalidade do inimputável para constituir punições adequadas e mais eficazes para o sujeito e para a sociedade. Isso pode ser possível com auxílio da Medicina, da Psicologia e da Psiquiatria Forense, que são responsáveis por determinar o nível da faculdade mental do agente, enquanto ao Direito compete a determinação ou não da imputabilidade.

REFERÊNCIAS

ABCDASAÚDE. Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br>>. Acesso em 14 de julho de 2011.

BALLONE, GJ – Imputabilidade. In: *PsigWeb*, Internet. Disponível em: <www.psigweb.med.br>. Acessado em 2005.

BERGERET, Jean. *A personalidade normal e patológica*. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 de julho de 2011.

CÓDIGO PENAL. Disponível em <<http://www.amperj.org.br>>. Acesso em 16 de julho de 2011.

CONSTANTINO, Renata. *Da imputabilidade penal*. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br>>. Acesso em 01 de agosto de 2011.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 de julho de 2011.

DIREITONET. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br>>. Acesso em 14 de julho de 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HANS, Welzel. *Direito penal*. Campinas: Romana, 2003.

JUSVIGILANTIBUS. Disponível em: <<http://www.jusvi.com/artigos>>. Acesso em 26 de julho de 2011.

PSICOLOGIA – *O Portal do Psicólogo*. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt>>. Acesso em 30 de junho de 2011.



TRINDADE, Jorge. *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. 4. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

ZIMERMAN, David; COLTRO, Antonio Carlos Mathias. *Aspectos psicológicos da prática jurídica*. Campinas - São Paulo: Millennium, 2002.



EXECUÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA: APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC

Ellen Caroline Alfieri Oliveira; Ana Paula Baldibia Gonçalves - Acadêmicas do curso de Direito – 4º ano – Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Orientadora: Renata Cristina de Oliveira Alencar Silva - Professora de Metodologia de Pesquisa – Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

RESUMO:

A execução trabalhista tem seu procedimento de execução disposto na CLT, porém em sua prática é possível observar a aplicação subsidiária do processo de execução civil. E ao analisar esta aplicação é notória a divergência que há entre doutrinadores e juristas, pois alguns são a favor declarando que o processo se torna mais célere e eficaz e outros afirmam ser uma forma coercitiva do seu cumprimento e que esta não é o objetivo do processo de execução trabalhista. Dessa forma, é de suma importância analisar a modalidade de execução do processo do trabalho e confrontá-la com a execução do processo civil, para entender suas características e aplicação em seus respectivos segmentos, considerando que o Código de Processo Civil sofreu alteração mais recente. E além das características da celeridade e efetividade que são finalidades da execução, deve-se entender primeiramente a aplicação da CLT por si só, e apenas após isso verificar a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil para averiguar seus benefícios e diminuições para as partes (exequente e executado) do processo de execução. Com efeito, entre os doutrinadores há maior discussão e ênfase ao se tratar do artigo 475-J do CPC e sua aplicação no âmbito trabalhista, em que muitos consideram tal dispositivo eficaz, pois há o intuito de que haja o cumprimento espontâneo por parte do devedor, e em que outros consideram como modalidade de natureza jurídica punitiva e alegam que não é esse o intuito do dispositivo legal trabalhista, além dos doutrinadores que defendem uma natureza jurídica mista, possuindo por sua vez coercitividade. Observa-se que as decisões prolatadas em instância superior também não são unânimes sobre o tema, o que mostra que haverá uma demora até que tal assunto seja pacificado entre doutrinadores e juristas.

PALAVRAS-CHAVE: Processo trabalhista. Execução. Processo civil.

A ação de execução trabalhista tem por finalidade a realização da decisão dada pelo juiz no processo de conhecimento, visando alcançar resultados práticos a satisfazer o julgado.

Renato Saraiva remete aos ensinamentos de Carlos Henrique Bezerra Leite em que:

A execução, portanto, constitui um conjunto de atos de atuação das partes e do juiz que têm em mira a concretização daquilo que foi decidido no processo de conhecimento, ou, como leciona Eduardo



Couture, 'o conjunto de atos destinados a assegurar a eficácia prática da sentença' (SARAIVA, 2010, p. 513).

Dessa forma, convém ressaltar alguns princípios do processo de execução trabalhista como a ausência de autonomia, já que a execução é fase do processo em que o juiz pode iniciá-la de ofício, conforme art. 848, da CLT, tendo em vista, também, que a execução visa a celeridade e efetividade, bem como a execução civil. E são devido a esses parâmetros e aspectos em comum que o processo civil e o trabalhista que se dá a discussão da aplicação subsidiária da execução civil na trabalhista, pelo fato de aquela ser mais recente, regulamentada pela Lei nº. 11.232/2005.

Interessante se faz salientar o artigo científico de Aristteu Passos Honorato, a respeito da aplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC no processo trabalhista, onde ressalta que este processo possui determinadas características próprias, as quais determinam certa autonomia, o que configura uma interdependência da matéria com os demais processos, inclusive com o processo civil. Contudo, o Honorato faz ressalva a respeito dos princípios processuais trabalhistas, em que há quem proclame que os princípios processuais são os mesmo do direito material do trabalho, dando ênfase ao princípio da proteção.

Em continuidade ao seu pensamento, explana que tal princípio desdobra-se em três regras: a da norma mais benéfica, ou seja, o conflito entre duas normas da mesma matéria deverá ser resolvido perante a escolha da norma que favoreça o empregado; a da condição mais benéfica, a qual se destina para a não diminuição das condições mais favoráveis em que o trabalhador se encontra; e a do *in dubio pro operario*, em que deve ser prestigiada a interpretação mais favorável ao empregado.

Conforme o referido autor, podem-se destacar ainda os princípios da primazia da realidade, da irrenunciabilidade de direitos, da continuidade da relação de emprego, da boa-fé, da razoabilidade, da irredutibilidade salarial, da equidade, da justiça social e da dignidade da pessoa humana, sendo estes fundamentais ao direito do trabalho. Dessa forma, é possível observar que intrínseca conexão entre o processo trabalhista e o civil e demais princípios constitucionais.

Com efeito, é de grande importância ressaltar as diferenças entre esses dois procedimentos executórios, como fez Renato Saraiva no quadro abaixo:

PROCESSO CIVIL – CPC	PROCESSO DO TRABALHO - CLT
----------------------	----------------------------



Revogou os dispositivos relativos à execução fundada em título judicial	Continuam existindo dispositivos específicos relativos à execução – arts. 876 e SS. Da CLT
Estabeleceu a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento	A sentença é cumprida no processo de execução trabalhista
Elaborados os cálculos, o devedor será intimado na pessoa do advogado para pagar a dívida liquidada no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (art. 475-L do CPC)	Elaborados os cálculos e tornada a dívida líquida e certa, o devedor será citado (pessoalmente, por oficial de justiça) para pagar a dívida ou garantir a no prazo de 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT)
Retirou do devedor a possibilidade de indicar bens à penhora	O devedor pode indicar bens à penhora, obedecida a ordem legal prevista no art. 655 do CPC (art. 892 da CLT)
Não satisfeita a dívida no prazo de 15 dias, a requerimento do credor, será expedido mandado de penhora e avaliação (art. 475-J do CPC)	Não satisfeita a dívida no prazo de 48 horas, ou mesmo não nomeador bens à penhora pelo devedor, o oficial de justiça procederá à penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 883 da CLT)
Realizada a penhora, o executado será intimado na pessoa do advogado ou, na falta deste, o seu representante ou pessoalmente, para oferecimento de impugnação ao cumprimento da sentença, no prazo de 15 dias, sem efeito suspensivo (art. 475-M do CPC).	Realizada a penhora, o executado será intimado para apresentar embargos à execução no prazo de 5 dias (art. 884 da CLT), com efeito suspensivo.

(SARAIVA, 2010, p. 616).

Dessa forma, o referido autor dá o seguinte parecer sobre o tema:

Melhor refletindo sobre o tema, entendendo que as modificações implementadas pela Lei 11.232/2005 podem e devem ser aplicadas ao processo laboral. De fato, percebe-se que o cumprimento da sentença do processo civil é muito mais rápido e eficiente que a ultrapassada execução trabalhista.

(...)

O processo de execução trabalhista, pela própria natureza dos créditos envolvidos, não pode ser mais lento que o cumprimento de sentença no cível. O devedor trabalhista não pode ser menos onerado que o devedor do cível. (SARAIVA, 2010, p. 617).

Assim sendo, muitos operadores do direito utilizam-se da aplicação subsidiária do CPC na execução do processo do trabalho, com o intuito de obterem uma execução mais



célere e efetiva. Porém, este assunto é polêmico entre os doutrinadores e juristas, em que Renato Saraiva e Carlos Henrique Bezerra Leite, de forma similar, acreditam que a aplicação subsidiária seja positiva e benéfica à execução trabalhista, contribuindo para a sua efetividade. Entretanto, Honorato traz em seu trabalho alguns doutrinadores que entendem que a multa tem natureza jurídica punitiva, outros, assim como Saraiva e Bezerra Leite, que o objetivo da multa é que haja o cumprimento espontâneo por parte do devedor, há, ainda, quem defina que sua natureza jurídica é mista, já que a aplicação da multa contribui para a efetividade do processo, sendo dessa forma coercitiva. Com efeito, o que se pode declarar é que ainda haverá muito discussão sobre este assunto até que surja uma previsão legal que padronize as opiniões divergentes.

REFERÊNCIAS

HONORATO, A. P. *A aplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC no âmbito do processo trabalhista*. Aracaju, 2010. Disponível em: <http://www.oab.org.br/ena/pdf/AristteuPassosHonorato_A%20APLICABILIDADE%20DA%20MULTA.pdf>. Acessado em: 28 de agosto de 2011.

LACIER. *Os princípios da execução trabalhista e aplicabilidade do artigo 475-J, do CPC: Em busca da efetividade perdida*. [S/D]. Disponível em: <<http://www.lacier.com.br/artigos/Os%20princ%EDpios%20da%20execu%E7%E3o%20trabalhista%20e%20a%20aplicabilidade%20do%20artigo%20475-j%20do%20CPC%20ao%20Processo%20do%20TRabalho.doc>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2011.

SARAIVA, R. *Curso de direito processual do trabalho*. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2010.



A SÚMULA 331 DO TST E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA CONTRATAÇÃO TERCEIRIZADA

Fernanda Carolina Vaz- Centro Universitário Filadélfia- UniFil

Orientador- Prof^ª Mestre Ana Paula Sefrin Saladini- Centro Universitário Filadélfia-UniFil

RESUMO:

O artigo explora um aspecto do Direito do Trabalho que já parecia estar fundamentado, e que, no entanto, está sendo motivo de novos debates e contradições: a responsabilidade do Estado nas contratações terceirizadas. O julgamento de uma Ação Declaratória de Constitucionalidade, que visava a declaração de constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, fez com que o Tribunal Superior do Trabalho modificasse o teor da Súmula 331. Após a nova redação o TST publicou várias decisões sobre a responsabilidade de entes públicos nas relações trabalhistas terceirizadas, muitas vezes isentando o Estado de qualquer responsabilidade, pois a condenação passou a depender da prova de conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. O artigo visa discutir estas questões com um enfoque na responsabilidade civil do Estado e nos princípios adotados pela Constituição e pelo Direito do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Terceirização- Responsabilidade Civil- Princípio Protetor.

Desde a crise econômica deflagrada em 1929 existe um apelo internacional sobre a questão da intervenção do Estado em certas áreas da economia e no âmbito social. No Brasil esta intervenção visou garantir ao cidadão respeito a seus direitos fundamentais, após um longo período de ditaduras e governos militares. Os cidadãos brasileiros, pelo uso dos mecanismos de democracia indireta, optaram pela instituição de uma República Democrática Federativa, com opção de uma posição protecionista e intervencionista do Estado, respaldada nos artigos 5º a 17 da Carta Magna de 1988.

A partir destas premissas garantistas foram ampliadas concepções já existentes, como a proteção do hipossuficiente na área do Direito do Trabalho, reconhecendo os direitos sociais trabalhistas como direitos fundamentais constitucionalizados. A proteção estatal garantida na



Constituição fez com que o Direito do Trabalho pudesse desenvolver mecanismos para proteger o trabalhador, valorizando um seus dos princípios norteadores, o princípio protetor.

No entanto, recentemente voltou a ser discutido preceito utilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) na resolução da questão da terceirização na administração pública, com adoção de posição jurídica que implica interpretação que fere o princípio da proteção do hipossuficiente.

Isso ocorreu a partir da declaração formal de constitucionalidade do art. 71 da lei 8.666/93, no âmbito de Ação Declaratória de Constitucionalidade proposta pelo Governador do Distrito Federal¹, questionando a constitucionalidade do §1º desse dispositivo legal, que tem a seguinte redação:

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (lei 8999/93)

A lei em questão fere os princípios constitucionais da legalidade, da liberdade e da responsabilidade do Estado por meio do risco administrativo (art. 5º, inciso II; art. 37, caput, inciso XXI e §6º, todos da Constituição Federal). Isso porque o art. 37, §6º estabelece a responsabilidade da administração pública por danos que seus agentes causarem a terceiros, tanto por dolo quanto por culpa.

A redação da Lei de Licitações (8.666/93) já indicava um problema quanto à proteção ao trabalhador, visto que buscava excluir a Administração Pública da relação de responsabilidade subsidiária que vem sendo aplicada ao empresário comum que terceiriza serviços. A questão vinha sendo resolvida através da simples declaração de responsabilidade subsidiária do Estado, nos casos de terceirização de serviços, na inadimplência do tomador de serviços. Mas a redação da Súmula 331 do TST, conforme reformulação de 2010 passou a estabelecer, em seu inciso V, que:

V - Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso

¹ ADC 16/DF, rel. Min. Cezar Peluso, 24.11.2010. (ADC-16)



evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. (Súmula 331 TST)

É de se frisar que a redação anterior dessa mesma Súmula não excluía a responsabilidade do ente público, ainda que tivesse contratado mediante licitação regular. A nova redação da súmula implica forma de entender a questão da responsabilidade que colide com as garantias constitucionais e com o princípio protetor aplicável às relações juslaborais. Ora, se este era princípio resguardado pela Carta Magna, e considerando que a proteção ao trabalho aparece como direito e garantia fundamental do homem, propósito de um Estado intervencionista e protecionista, não se pode vulgarizar e fragilizar o conceito de proteção, permitindo que o Estado só se responsabilize pelo trabalhador a partir do momento em que o hipossuficiente consiga provar algo contra ele. Isso parece ser uma forma de se eximir da responsabilidade e de subjugar os direitos do cidadão, inclusive o de trabalho como mecanismo para obtenção de uma vida digna.

A nova interpretação dada à Súmula 331, atribuindo uma maior dificuldade na responsabilização civil da administração pública deve ser entendida como inconstitucional, a partir da leitura da questão sob a perspectiva dos direitos fundamentais do trabalhador. A ADC proposta não só não tinha respaldo na Constituição, como deveria ter sido rejeitada, com cessação dos efeitos da exclusão da responsabilidade da administração pública.

REFERÊNCIAS

ARÊAS, Paulo André Morales. *Responsabilidade Civil do Estado por Omissão*. [S/D].

Documento eletrônico disponível em:

<<http://www.fdc.br/Artigos/..%5CArquivos%5CArtigos%5C23%5CRespCivilEstado.pdf>>.

Acesso em 15 de agosto de 2011.

BRASIL. *CLT - Consolidação das Leis do Trabalho*. [S/D]

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

CAMPOS, Cynthia Amaral. *Responsabilidade subsidiária da Administração Pública no caso de inadimplência de empresa terceirizada (Informativo 519 do STF)*. [S/D]. Documento



eletrônico disponível em:

<http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080919143426289&mode=print>

Acesso em: 14 de setembro de 2011.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*, 9. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

SIROTHEAU, Leonardo de Oliveira. *Nova redação da Súmula 331 do TST e sua aplicabilidade contra os entes públicos.* [S/D]. Documento eletrônico disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19317/nova-redacao-da-sumula-331-do-tst-e-sua-aplicabilidade-contra-os-entes-publicos>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

ÚLTIMA INSTÂNCIA. *Administração pública não é responsável por direitos trabalhistas de terceirizados, diz STF.* [S/D]. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/49310/administracao+publica+nao+e+responsavel+por+direitos+trabalhistas+de+terceirizados+diz+stf.shtml>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.



DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Elizabeth de Andrade Kanashiro, Glaucilene Gonçalves Lopes - Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

Yuri Augustus Barbosa Vargas – Pontifícia Universidade Católica – PUC

Orientador – Prof. Ms. Anderson de Azevedo - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A Revolução Industrial, a par dos inúmeros benefícios, trouxe profundas mudanças nas relações comerciais. Se antes havia igualdade entre consumidor e comerciante, este cada vez mais se tornou profissional passando a ditar as regras de mercado (contratação em massa, produção em série etc.), tornado o consumidor de mero espectador a parte vulnerável. Logo, as legislações então vigentes se mostraram incapazes de atender os reclames exigidos para as novas relações de consumo. A par dessa desigualdade, a Constituição Federal de 1988 trouxe não só defesa do consumidor, como o elevou a categoria de direito fundamental. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a forma organizacional do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) em âmbito federal, estadual e municipal demonstrando suas respectivas competências dentro da Administração Pública. O Código de Defesa do Consumidor estipula com um dos direitos básicos do consumidor o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção e reparação dos danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

PALAVRAS- CHAVE: Organização, Consumidor, Código e Sistema.

Com o intuito promover a efetividade da Política Nacional das Relações de Consumo, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), criou o Sistema Nacional de defesa do Consumidor (SNDC). Esse sistema possibilitou a integração de diversos segmentos que já vinham atuando na defesa do consumidor, antes do surgimento CDC. De acordo com o Art. 105 do referido código, integram o SNDC, os órgãos federais, estaduais do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) subordinado à Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, é o órgão encarregado de coordenar a política do SNDC, além de planejar, elaborar, propor ações na defesa do consumidor e promover a execução de tal política. Atuando ainda, em casos de interesse nacional e naqueles assuntos de maior interesse para a classe consumerista. Os órgãos públicos que fazem parte do SNDC são: o DPDC



(PROCON) na esfera Federal os PROCONs Estaduais e Municipais; o Ministério da Justiça, da Saúde, da indústria e comércio; os Juizados Especiais, além da Justiça comum, as Promotorias de Justiça, órgãos do Ministério Público, as Delegacias de Polícia especializadas; as entidades civis de defesa do consumidor e as agências reguladoras tais como: a agência nacional de energia elétrica (ANEEL), a agência nacional de telecomunicações (ANATEL), a agência nacional de saúde (ANS) e a agência nacional de vigilância sanitária (ANVISA) dentre outras. As agências promovem a defesa do consumidor, ao regularem de forma mais específica os serviços prestados pelas empresas fornecedoras, enquanto os PROCONs atuam diretamente no interesse no consumidor. A competência dos órgãos de defesa do consumidor a nível Federal (União), estadual e municipal é concorrente, nos ditames do Art. 24, V, da CF que afirma “*Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: V – produção e consumo.*” Observa-se que todos os entes têm como dever promover a defesa do consumidor, porém, as reclamações por danos são verificadas de acordo com o âmbito em que surgem. No âmbito local as denúncias e reclamações devem ser feitas nos Procons municipais, nas de âmbito regional nos Procons Estaduais e as de âmbito nacional no DPDC.

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR – foi criada através do Decreto nº 609, de 23 de julho de 1991, sendo um órgão do Poder Executivo, subordinado a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. A Resolução SEJU nº 66, de 01/10/98, instituiu o Regimento Interno do PROCON/PR, definindo suas atribuições e estrutura organizacional. O PROCON/PR, assim como faz o DPDC no âmbito nacional, objetiva o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, a saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, por meio da política estadual das relações de consumo. As atribuições do PROCON/PR são desde a viabilização da implementação e da *execução da política estadual de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor*, por meio da articulação das ações de entidades e órgãos públicos, tanto estaduais quanto municipais, que desempenham atividades relacionadas à defesa do consumidor até ajuizamento de *ações civis públicas* para a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos; *fiscalização e a aplicação de sanções administrativas* estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor etc. No exercício de suas



atribuições, o PROCON/PR pode solicitar o concurso de órgãos e entidades federais (ANS, ANATEL, ANVISA, ANP, INMETRO), estaduais (IAP, IPEM) e municipais na proteção ao consumidor.

O PROCON é o órgão oficial de proteção e defesa ao consumidor mais próximo do cidadão e por isso o DPDC orienta que o mesmo deva ser um órgão, preferencialmente, de estrutura do poder Executivo Municipal, criado por lei municipal e definindo suas atribuições conforme o CDC. Sendo assim, contam, para a sua criação, com o auxílio dos PROCONs Estaduais. Subsequente, devem ser criados o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, para o recolhimento das multas e o seu Conselho Gestor, responsável por definir como os recursos serão empregados.

REFERÊNCIAS

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de direito do consumidor*. São Paulo: Atlas. 2008.

NUNES, Rizzatto. *Curso de direito do consumidor*. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

Disponível em:

<http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=882&Itemid=719>. Acesso em 23 de agosto de 2011.

PROCON. *Coordenadoria Estadual de Proteção ao Consumidor*. Disponível em:

<<http://www.procon.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=150>>.

Acesso em 20 de agosto de 2011.

REDAE. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*. Disponível em:

<<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-6-MAIO-2006-DINORA.pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Direito do Consumidor*.

<<http://portal.mj.gov.br/dpdc/data/Pages/MJ5E813CF3PTBRIE.htm>>.

Acesso em 20 de setembro de 2011.



OS CONFLITOS ENTRE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM FACE DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

Hugo Bruno Santos de Oliveira – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof^a. Ms. Ana Karina Ticianelli Möller - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A abordagem científica a ser feita tem como base os casos em que existe a necessidade de impor limites aos direitos de personalidade. A divergência de opiniões surge quando os princípios fundamentais, contidos na Constituição Federal, entram em atrito tornado inviável a aplicação efetiva de vários direitos e garantias fundamentais a um determinado caso concreto, ou seja, para que ocorra a plena eficácia de um direito é necessário realizar uma ponderação entre os direitos. É o caso da ortotanásia e do requerimento do paciente da não intervenção médica por princípios religiosos. O direito à vida entra em conflito com o direito à liberdade e o direito de crença, nestas circunstâncias estaremos procurando na doutrina e na jurisprudência como determinar qual garantia fundamental deverá prevalecer.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Personalidade. Limitação. Vida. Ortotanásia. Liberdade.

As matérias que abordam os direitos da personalidade, envolvem diretamente a essência das garantias fundamentais inerentes ao ser humano previstas na Lei Maior, fato que levou o legislador civilista brasileiro a tutelar severamente tal direito, porém devido a complexidade do assunto é inevitável a colisão entre os conceitos de direitos presentes no artigo 5º da Constituição, principalmente quando se trata da dignidade do ser humano.

Na redação do artigo 11 do Código Civil temos que o direito da personalidade é próprio da natureza da pessoa, tendo, como relata Maria Helena Diniz, "... a impossibilidade de se imaginar um número fechado de direitos da personalidade" (2002, p 121) e de caráter absoluto.

Todavia, como preza o professor Flávio Tartuce, “por uma questão lógica, tal regra pode comportar exceções, havendo, eventualmente, relativização desse caráter ilimitado e absoluto.” (2010, p 172).

A mensagem doutrinária é clara: dependendo das circunstâncias fáticas leva-se em conta a possibilidade de limitação dos direitos de personalidade. Sabiamente o mesmo autor reforça a interpretação:

“[...] a limitação voluntária constante do art. 11 do CC seria somente aquela não permanente e que não constituísse abuso de direito, nos



termos da redação do art. 187 da mesma codificação, que utiliza as expressões boa-fé e bons costumes. Essa possibilidade de limitação, [...], já representa exceção à suposta natureza absoluta de tais direitos. Em reforço, o art. 15 do CC parece ser expresso em trazer limitações aos direitos da personalidade. De acordo com tal dispositivo, ninguém pode ser constrangido, sob risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica, consagrando o Código Civil os direitos do paciente” (2010, p. 172).

O médico não pode recusar ou deixar de dar assistência a saúde de um paciente, pois é o que dita o Novo Código de Ética Médica (art. 41 da Resolução 1.931/2009 do Conselho Federal de Medicina) em paralelo com art. 951 do Código Civil que fala sobre sua Responsabilidade Civil. Todavia o artigo 15 do Código Civil diz que a vida não pode sacrificada devida sua inviolabilidade, prevista no caput do artigo 5º da Constituição Federal.

Neste prisma a polêmica questão da ortotanásia (possibilidade de recusar a intervenção médica em pacientes terminais), regulamentada pela Resolução 1.805 do Conselho Federal de Medicina, trouxe à tona uma discussão no universo jurídico: a referida norma fere os limites da autonomia privada do indivíduo, da sua liberdade como valor constitucional, diante da mitigação da proteção da vida?

Em outubro de 2007, a 14ª Vara Federal do Distrito Federal, nos autos 2007.34.00.014809-3, afastou os efeitos da referida resolução, por meio de antecipação de tutela. Assim decidiu o magistrado Roberto Luis Luchi Demo:

[...]. A ortotanásia não antecipa o momento da morte, mas permite tão-somente a morte em seu tempo natural e sem utilização de recursos extraordinários postos à disposição pelo atual estado da tecnologia, os quais apenas adiam a morte com sofrimento e angústia para o doente e sua família, não elide a circunstância segundo a qual tal conduta parece caracterizar crime de homicídio no Brasil, nos termos do art. 121, do Código Penal.[...]. Do exposto, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para suspender os efeitos da Resolução CFM nº 1.805/2006.

Existe ainda o caso do paciente que recusa à intervenção cirúrgica devido a convicções religiosas. Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho entendem que cada caso concreto deve ser analisado minuciosamente:



Nenhum posicionamento que se adotar agradará a todos, mas parece-nos que, em tais casos, a cautela recomenda que as entidades hospitalares, por intermédio de seus representantes legais, obtenham o suprimento da autorização judicial pela via judicial, cabendo ao magistrado analisar, no caso concreto, qual o valor jurídico a preservar (2003, p. 163).

Realizando uma ponderação entre direitos fundamentais (direito à vida X direito à liberdade ou opção religiosa), o direito à vida vem recebendo maior proteção do que o direito à liberdade, como nitidamente percebe-se nas decisões do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, o entendimento que não há eventual direito à indenização do paciente que, mesmo contra a sua vontade, recebeu a transfusão de sangue:

“Indenizatória - Reparação De Danos — Testemunha De Jeová — Recebimento De Transfusão De Sangue Quando De Sua Internação — Convicções Religiosas Que Não Podem Prevaler Perante O Bem Maior Tutelado Pela Constituição Federal Que É A Vida — Conduta dos médicos, por outro lado, que pautou-se dentro da lei e ética profissional [...].Recurso não provido" (TJSP, Ap. Civ. 123.430-4 — Sorocaba — 3.a Câmara de Direito privado — relator Flávio Pinheiro — 07.05.2002 — v.u.).”

Por fim entende-se que mediante situações tão polêmicas, cada caso deve ser analisado minuciosamente, vinculando-se ao que institui primordialmente a Lei Maior: a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro. Parte Geral*. 17.ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

GAGLIANO, e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil. Lei de introdução e parte geral*. 6. ed., São Paulo: Método, 2010.



O BRASIL SULINO: UM PAÍS DENTRO DO BRASIL

Isabella Otaviano Furlan - Acadêmica do 4º ano de Direito na UniFil

RESUMO:

O presente trabalho visa apresentar uma pequena síntese da cultura sulista brasileira. O objetivo é abordar um pouco da história, cultura e desenvolvimento do sul do Brasil. Deixando um pouco de lado os estados do Paraná e Santa Catarina, porém não se esquecendo de suas grandes importâncias, mas dando ênfase ao Rio Grande do Sul, por seu destaque cultural e histórico, através de seus movimentos, guerras e revoluções, para defender seu território, seu povo, sua história, e orgulhar-se de todo esse processo, preservando-o até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande do Sul. Tradição. Gaúcho

Os principais grupos indígenas que habitavam o sul foram os minuanos e os guaranis. Existindo vestígios arqueológicos que afirmam a existência desses, desde 12 mil anos a.C., sendo eles os primeiros habitantes sulistas e brasileiros registrados na história.

Após o descobrimento do Brasil e de seus índios, começaram aqui muitos conflitos por posses de terras, que teve início no sul por volta do século XVI.

A cultura artística da região Sul do Brasil é muito rica, por ter recebido influência de várias colônias de imigrantes, como os alemães, os italianos, os poloneses e os ucranianos. Os colonizadores foram os primeiros a chegar na região antes habitada pelos povos ameríndios.

A cultura gaúcha é muito rica. Os destaques são: a culinária, a literatura e a dança. Grande parte da história e cultura do rio-grandense é encontrada hoje nos CTG's (Centro de Tradições Gaúchas) que foram fundados no final da década de 40, para resgatar as raízes da cultura gaúcha. Através de seus eventos e apresentações eles reproduzem hábitos do homem do campo, e de todos aqueles que fizeram parte, e que colonizaram o sul e o fez crescer; mantendo sempre a história viva.

Gaúcho é o nome que se dá as pessoas nascidas no sul, que vivem no campo, na região dos pampas. O termo gaúcho era um termo que só usava-se para caracterizar os ladrões de gado e malfeitores que viviam nos campos.

O gaúcho é a mistura de índio, espanhol e português, e por viver no campo, tem habilidades de cavaleiro e laçador. Com o passar dos anos, alguns de seus costumes foram se



alterando, como o da alimentação e o do trajar. Os gaúchos foram instrumentos de fixação portuguesa no Brasil Meridional, e contribuíram para a defesa das fronteiras com as Regiões Platinas, participando ativamente da vida política do país, e a partir disso, o reconhecimento de sua habilidade campeira e de sua bravura na guerra fizeram com que o termo "gaúcho" perdesse a conotação pejorativa.

Após a Revolução Farroupilha, o gaúcho passou a ser considerado sinônimo de homem digno, bravo, destemido e patriota. O povo gaúcho valoriza muito sua história e costuma exaltar a coragem e a bravura de seus antepassados, expressando, por meio de suas tradições, seu apego à terra e seu amor à liberdade.

O chimarrão é tipicamente gaúcho, e suas origens são guaranis. No sul a bebida significa amizade e hospitalidade dos mesmo. O chimarrão é também conhecido como mate amargo. Preparado em uma cuia, geralmente feita de chifre de boi, resulta da mistura de água quente, por volta de 80° C, com a erva mate, que é uma planta nativa das matas sul-americanas.

A vestimenta gaúcha, desenvolveu-se em três fases. A primeira fase foi quando os gaúchos ainda não tinham lugar definido para morar, pois eram caçadores, ou eram índios mestiços que iam de estância em estância fazendo trabalhos a cavalo, e isso refletia no seu modo de se vestir. É nesse período que começou a ter distinção de classes econômicas, e isso destacava-se também na suas vestimentas. O estancieiro que tinha melhores condições vestia-se com BRAGAS, um traje de origem européia, e o Peão, que era domador de cavalo e de gado, usava dois palas, um enfiado na cabeça e outro enrolado na cintura, estilo uma saia, como proteção para o trabalho, essa vestimenta chamava-se chiripá primitivo.

Numa segunda fase, o estancieiro, ficou muito ocupado com seu comércio de couros e produtos derivados do gado. Continuando assim, a se destacar com sua roupa, usando agora o charqueador, composto por botas e calças com um recorte triangular na braguilha, por dentro das botas, que também era um estilo europeu de se vestir. O peão continuou vestindo-se com dois palas, mas agora um enrolado por entre as pernas e outro enfiado ao pescoço.

E a terceira fase, foi marcada pelas transformações que mudaram a vida campestre do gaúcho, pois o peão tornou-se empregado rural, e o fazendeiro, aprimorava suas habilidades empresariais. Surgiram novas técnicas nacionais e internacionais, que



desenvolveram mais ainda os negócios agropecuários no Rio Grande. E é nessa fase que teve origem o uso das bombachas, que é uma vestimenta livre, confortável e adequada para o trabalho no campo.

O sul do Brasil, mais especificamente o Rio Grande do Sul, tem uma cultura enorme, que abrange desde sua alimentação, e vai até o seu modo de ser. Eles se orgulham de quem foram, e quem hoje são. Com seus eventos, feiras, danças, turismo e trabalho, conseguem expressar tudo aquilo que passaram, quem os colonizou, que o que eles são, as fases, as roupas, o estilo de vida, e até mesmo pelo vocabulário, com dialeto próprio, onde a maioria dos termos é de origem indígena. Eles cultuam aqueles que preservam sua história, que às vezes se sentem como diferentes aos outros brasileiros, mas mostrando sempre que ser diferente, não significa ser pior, que para eles, ser diferente significa até, ser melhor, por preservarem toda a sua história, e a vivenciá-la até hoje.

Concluimos então que ser gaúcho é uma questão de identidade, não é apenas um estado de espírito, que é preciso agir como gaúcho em todas as situações. E que para isto, é necessário estudar a história dos povos do Sul saber o que é e de onde vem a cultura gaúcha, assumindo e vivendo os valores gaúchos. Para ser gaúcho é preciso saber o que isso significa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL CHANNEL. *Estados: Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.asp?nome=Rio+Grande+do+Sul&area=cultura>>. Acesso em: 09 de setembro de 2009.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, *Cultura Gaúcha: A origem do gaúcho*. Disponível em <<http://www.cultura.rs.gov.br/>> Acesso em: 15 de setembro de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, *Cultura Gaúcha: O chimarrão*. Disponível em <<http://www.cultura.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, *Cultura Gaúcha: O vestuário*. Disponível em <<http://www.cultura.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.



WIKIPÉDIA, *Rio Grande do Sul*: Cultura. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_do_Rio_Grande_do_Sul>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

WIKIPÉDIA, *Rio Grande do Sul*: História. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_grande_do_sul#Hist.C3.B3ria>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.



SOCIEDADE EMPRESÁRIA: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA-EIRELLI

José Batista Filho e Lúcio Cordeiro Marques – Dicentes do curso de Direito da UniFil

Orientador – Prof. Carlos José Fragozo - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo apresentar as modificações ocorridas no Código Civil (Lei 10.406/2002), no que se refere à Sociedade Empresarial, especificamente com a instituição da empresa individual de responsabilidade limitada-EIRELLI. Busca traçar um paralelo mostrando a realidade atual da sociedade limitada, suas obrigações, regras, formas de constituição, e a normatização no Brasil da pessoa jurídica constituída por um único sócio. Esclarecer as regras os parâmetros e as limitações para a constituição dessa nova modalidade de empresa, buscando através de publicações disponíveis e das normas existentes. Embora a Lei que modificou o código Civil criando essa nova modalidade de empresa tenha sido publicada em 12 de julho de 2011, sua vigência se dará somente após 180 dias da sua publicação, ou seja, no dia 08.01.2012, período para que as Juntas Comerciais, secretarias de fazenda Municipais, Estaduais e a Federal produzam as normas que possibilitem o registro e o cumprimento das obrigações tributárias acessórias das EIRELLIs.

PALAVRAS-CHAVE: Capital. Empreendedor. Pluralidade.

Sociedade Limitada uma sociedade empresarial, constituída por dois ou mais sócios (pessoa física ou jurídica) tendo seu capital dividido em quotas iguais ou desiguais cabendo uma ou mais a cada sócio.

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada é regulado pelo Código Civil (Arts.1.052 a 1.087), com a denominação de sociedade limitada.

Fran Martins (apud Amador Paes de Almeida 2009, p 125), sociedade limitada é “aquela formada por duas ou mais pessoas assumindo todas, de forma subsidiária, responsabilidade solidária pelo total do capital social”

Eunápio Borges (apud Amador Paes de Almeida 2009, p 125), sociedade limitada é aquela na qual “todos os sócios assumem, quer perante a sociedade, quer perante terceiros, uma responsabilidade limitada”.

Modesto Carvalhosa conceitua a sociedade limitada como aquela:

cuja a firma ou denominação consta a palavra “limitada” ou sua abreviatura, e na qual a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das quotas subscrita no capital social, quando este estiver totalmente integralizado, sendo, porem solidária e limitada ao total



do capital social, quando este capital não tiver totalmente integralizado. (apud Amador Paes de Almeida 2009, p 125)

Também de acordo Art. 1.052 Código Civil “na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mais todos responde solidariamente pela integralização do capital social”.

No entanto essa responsabilidade tornar-se-á ilimitada quando das hipóteses da desconsideração da personalidade jurídica prevista no Art.50 Código Civil:

“Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

Com relação a limitação de responsabilidade dos sócios, adverte Rubens Requião:

“A limitação da responsabilidade do sócio não equivale à declaração de sua irresponsabilidade em faces dos negócios sociais e de terceiros. Deve ele a ter-se, naturalmente, ao estado de direito que as normas legais traçam, na disciplina do determinado tipo de sociedade de que se trate. Ultrapassando os conceitos da legalidade, praticando atos como sócio, contrários à lei ou ao contrato torna se pessoal e ilimitadamente responsáveis pelas conseqüências de tais atos”. (apud Amador Paes de Almeida 2009, p. 127)

Assim, na ocorrência de violação à lei (transgressão à disposições legais, gestão fraudulenta, solução irregular da sociedade etc.), o sócio, ainda que de responsabilidade limitada e com capital social inteiramente integralizada, tornar-se-á solidária e ilimitadamente responsável pelas obrigações sociais (Art.1.016 Código Civil).

A responsabilidade dos sócios na decorrência dos fatos acima é subsidiária (Art.596 Código de Processo Civil e Art.1.024 Código Civil). Sendo assim o sócio demandado pelo pagamento da dívida tem direito de exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade.

Com essa compreensão da realidade atual da Sociedade Limitada e suas obrigações, as regras para sua constituição com um mínimo de 02 (duas) pessoas (físicas ou jurídicas), nos facilita o entendimento das mudanças do Código Civil, com a Lei 12.441/2011, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 11 de julho de 2011. Esta Lei acrescenta o



inciso VI ao artigo 44 , inclui o artigo 980-A e altera o parágrafo único do artigo 1033, todos do Código Civil, instituindo a empresa individual de responsabilidade limitada, a EIRELI.

Pelo inciso VI do artigo 44 do Código Civil, as EIRELIs são pessoas jurídicas de direito privado. Foi acrescentado o artigo 980-A ao Código Civil (caput) “A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país”.

Com esses dispositivos normatiza-se no Brasil a pessoa jurídica constituída por um único sócio, uma sociedade unipessoal por prazo indeterminado.

Com a alteração do Art. 1033, que já permitia a manutenção de empresa unipessoal por 180 dias ou sua conversão em empresário individual, prevê também a partir de agora a possibilidade de conversão em uma EIRELI. Portanto, a partir da lei 12.441/2011, na falta da pluralidade de sócios e não reconstituída no prazo de 180 dias, a sociedade será dissolvida desde que não converta em um empresário individual ou em uma EIRELI.

Estabelece ainda o artigo 980-A:

§ 1º – “ O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada” O nome empresarial das sociedades está regulado nos artigos 1.155 a 1.168 do Código Civil.

§ 2º – “A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.”

§ 3º – “A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.”

§ 5º – “Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.” Esse dispositivo será útil àqueles profissionais que desejarem reduzir a carga tributária sobre a remuneração decorrente da cessão de direitos autorais, que poderão constituir isoladamente pessoas jurídicas para receberem suas remunerações.

§ 6º – “ Aplicam-se à EIRELI, no que couber , as regras previstas para as sociedades limitadas.”



O artigo terceiro da lei 12441/2011 estabelece que as regras da EIRELI entrarão em vigor em 180 dias a partir de 12 de julho de 2011, ou seja, 08 de janeiro de 2012.

CONCLUSÃO

A instituição da empresa individual de responsabilidade limitada-EIRELI no Brasil representa um facilitador e estímulo ao empreendedorismo, permitindo ao empreendedor exercer sua atividade sem comprometer seu patrimônio pessoal. A constituição de uma sociedade por uma única pessoa reduzirá a informalidade, diminuirá a burocracia e evitará que muitas empresas deixem de ter sócios com uma participação mínimo no seu capital e muitas vezes sem a menor aptidão para o negócio. Alguns pontos da Lei 12.441/2011 poderá ser aperfeiçoada pela sociedade, como a exigência do capital mínimo tendo como parâmetro o salário mínimo (nacional ou regional), além da vedação pela Constituição Federal da vinculação do salário mínimo para qualquer fim, conforme disposto em seu artigo 7., inciso IV, parte final.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Amador Paes de. *Manual das Sociedades Comerciais-Direito de Empresa*. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

NOTICIASNEGOCIOS. *Nova lei de empresa individual*. Disponível em: <<https://noticiasnegocios.com.br/2011/08/02nova-lei-de-empresa-individual>>. Acesso em 25 de agosto de 2011.

LEI n. 10.406/2002: *Código Civil Brasileiro*.

LEI n. 12.441/2011: *A empresa individual de responsabilidade limitada-EIRELI*.



ÉTICA E DIREITO: UM ENSAIO SOBRE A CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO BRASIL

Manuela Fernandes Valente – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Profa. Ms. Silvana Cristina Cruz e Melo - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado *Ética e Direito: um ensaio sobre a concretização da dignidade da pessoa humana no Brasil*, partindo de conceitos básicos do que seja o direito e a ética, pretende demonstrar que ambos possuem na dignidade da pessoa humana um elemento de conexão e que a concretização desta é a única forma de tornar a nossa legislação, sobretudo a própria Constituição, efetiva e legítima.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Direito. Dignidade da Pessoa Humana.

Complexo é estabelecer as conexões existentes entre o Direito e a Ética. O presente ensaio pretende apontar e fundamentar a dignidade da pessoa humana como o elemento de intersecção entre os dois, tomando como base argumentativa um artigo de Lya Luft e como referência teórica os estudos de Miguel Reale e de alguns pensadores clássicos gregos.

Quando nos referimos à ética não podemos nos esquecer que, construindo-se ela o aparato histórico-cultural da sociedade, regula e inspira um sentimento de justiça social entre os seus membros. Por isso, positivada ou não, possui o respaldo desses indivíduos e legitimidade para ordenar as relações sociais. Já o Direito, definido como um “sistema de normas ou regras jurídicas que traça aos homens determinadas formas de comportamento, conferindo-lhes possibilidades de agir” (REALE, 2002: 62), geralmente é positivado, possuindo legalidade, mas nem sempre é legítimo. Com isso conclui-se que enquanto, na ética é a própria sociedade quem estabelece os valores e regras, de forma espontânea, no direito, o Estado é quem o faz.

O Estado nada mais é, do que uma abstração constituída das vontades singulares, que lhe concederam soberania, ao lhe entregar sua liberdade em troca do bem maior “vida”.



E sendo o direito e, o próprio Estado, uma criação humana, o primeiro criado para regular a vida em sociedade e o segundo, para garantir a existência daquela, não poderiam, na consecução de seus objetivos, desprezar os valores éticos. Mas não é isso o que ocorre, sendo notório o fato de que no direito existem normas morais, amorais e imorais, mas nem tudo que é moral consta nele, por conseguinte, “(...) nem tudo que é moral é jurídico” (REALE, 2002: 42).

No artigo “Os filhos do lixo” (LUFT, Revista Veja, 2010, edição 2160: 26) Lya Luft, demonstra a realidade de famílias que vivem no e do lixo, inclusive comendo dele, mas a sociedade acredita que não é responsável por essa situação e continua “fingindo que está tudo bem”. Porém, na Constituição Federal, artigo 1º, III, consta como um princípio fundamental “a dignidade da pessoa humana”, a qual serve também de fundamento para os direitos sociais do artigo 6º, dentre os quais está o direito à alimentação.

Esses direitos não são respeitados e as pessoas atribuem a culpa disso aos outros, principalmente ao Estado. Mas em sendo o Estado a própria sociedade, que pertencente a um país que adota o sistema representativo de governo e, com isso outorga ao titular de um mandato o direito de agir em seu nome, não há como fugir da responsabilidade.

Aristóteles ensina que as excelências éticas não nascem conosco, mas são conquistadas a partir de um processo de habituação “porque, ao praticar, adquirimos o que procuramos aprender. Na verdade, fazer é aprender” (ARISTÓTELES, 2009: 41). Quanto às constituições, o filósofo ensina que:

[...] os legisladores tornam os cidadãos bons habituando-os a agir bem – é este de resto o seu propósito. E todos os legisladores que não tiverem em mente esse propósito erram. É nisto, precisamente, que se distingue uma boa constituição política de uma má. (ARISTÓTELES, 2009: 41)

A legislação brasileira poderia ser considerada “boa” segundo os ensinamentos de Aristóteles? Se consideramos que a dignidade da pessoa humana, é desconsiderada constantemente, ao ponto de se pensar que essa banalização é “normal” a única resposta possível é que tanto a legislação, quanto a Constituição, não podem ser consideradas boas.

Nem todo o conteúdo mencionado nas leis está consolidado na realidade, já que “(...) uma norma jurídica enuncia um *dever ser* porque nenhuma regra descreve algo que é, mesmo quando, para facilidade de expressão, empregamos o verbo ser” (REALE, 2002: 95). Assim, podemos empregar a herança de Aristóteles e praticar aquilo que consideramos fundamental



para, além de conquistarmos as *excelências* e a *eudaimonia* aristototélica, conquistarmos também os “sonhos” presentes no Art. 3º da CF que farão do Brasil um país digno.

Após essa análise, percebe-se a essencialidade retórica entre Direito e Ética. O primeiro será ineficaz como instrumento de indivíduos que não baseiam suas ações na ética construída por seu contexto. Esta, por sua vez, instiga a vontade de transformar a realidade baseada em normas que estabelecem deveres, mas também direitos resguardados pelo Estado que nada é se não a singularidade de cada indivíduo. E como elemento de conexão entre ambos, só pode ser encontrada a dignidade, sem a defesa da qual nenhum cidadão deixará de ser um agente passivo, que simplesmente assiste a criação dos “filhos do lixo”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed., São Paulo: Ed Martins Fontes, 2003.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. 1. ed., São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 45. ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed., São Paulo: Ed. Ática, 2006.

LUFT, Lya. Os Filhos do Lixo. *Veja*, São Paulo. n. 2160, p. 26, 14 de Abril de 2010.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.



A INFLUÊNCIA POLÍTICA EM DECISÃO JUDICIÁRIA NO CASO CESARE BATTISTI

Juliana Gonçalves Ribas; Marcio Mitsuo Kenmotsu - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

Orientadora – Profª. Ms. Ana Karina Ticianelli Moller - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

RESUMO:

Este trabalho visa levantar questionamentos acerca do processo extradicional brasileiro, em especial no caso concreto do italiano Cesare Battisti. Sabe-se que Brasil possui 3 fases no processo extradicional: administrativa, judicial e a última novamente administrativa, na qual o chefe do Poder Executivo efetiva a entrega do extraditando ou comunica o Estado requerente a sua negativa. Será visto neste artigo a questão referente à negativa do presidente quanto a extradição, mesmo quando o STF julga o caso como procedente.

PALAVRAS-CHAVE: extradição, Battisti, processo, tratado, reciprocidade, política.

Extradição não se confunde com deportação e nem com expulsão. Conforme Accioly (apud Moraes, 2010, p.93), extradição “é o ato pelo qual um estado entrega um indivíduo, acusado de um delito ou já condenado como criminoso, à justiça de outro, que o reclama, e que é competente para julgá-lo e puni-lo.”

Acrescenta o Art. 5º, inciso LII da CF “Não será concedido extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião”

Extradição é uma forma de cooperação entre os Estados soberanos a fim de evitar a impunidade de crimes independentemente onde sejam cometidos.

Pode haver duas formas de extradição: com ou sem tratado; não havendo o tratado de extradição entre os dois países, não há que se falar em obrigatoriedade. A concessão passa a ser de caráter exclusivamente interno do país requerido.

Mesmo quando existe um tratado de extradição ou promessa de reciprocidade, o Estado soberano poderá recusar o pedido extradicional, mas fundamentado em tratado, pois se isso não acontecer o país que recusou poderá ser julgado sob pena de responsabilidade internacional.



O procedimento no Brasil é feito em 3 fases, uma administrativa (responsabilidade do poder executivo); uma judiciária (competência do STF sobre a legalidade do pedido) e outra novamente administrativa no qual o governo entrega o extraditando ao Estado requerente ou recusa o pedido, ou seja, o chefe do executivo com discricionariedade se acaso o delito for considerado como crime político.

Em se tratando da extradição, recentemente acompanhado por todo Brasil, o caso polêmico Cesare Battisti.

Cesare Battisti foi condenado pela justiça italiana à pena de morte pela prática de quatro homicídios e classificado neste país como crimes comuns graves. Battisti fugindo da justiça italiana veio para o Brasil em 2007, após ter passado pelo México e França.

Preso no Rio de Janeiro, solicitou refúgio ao Governo brasileiro, mas o órgão responsável para julgar caso de refugiados no Brasil (Conare) rejeitou o pedido por 3 votos a 2, e a defesa de Cesare Battisti recorreu. O então Ministro da justiça, Tarso Genro, contrariando a decisão do Conare, concedeu-lhe o título de refugiado político com fundamento no art. 1º, I, da Lei nº 9.474/97 (Estatuto dos Refugiados):

Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

O Brasil tem um tratado de extradição com a Itália de 1989 (Decreto nº 863/93). Em 2009, no processo de extradição requerida pela Itália, o STF por maioria de voto deferiu o pedido. O relator, Ministro Cezar Peluso, assim se manifestou, anulando o refúgio e tratando os crimes como comuns:

Cabe exclusivamente ao STF a apreciação do caráter da infração para definir se o fato constitui crime comum ou político. Não há indícios de perseguição política. Refugiado é uma vítima da justiça e não alguém que foge da justiça.

Apesar da decisão do Tribunal, alegando os crimes não serem políticos, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu último dia de governo, negou a extradição em contraposição ao STF, com o fundamento de que se Battisti voltasse à Itália, teria "fundado temor de perseguição política" baseado no parecer da AGU de acordo com o artigo III, item 1, letra "F", do Tratado de Extradição Brasil-Itália (Decreto 863/93).



Pela primeira vez em nosso país uma decisão referente a casos de extradição julgados pelo STF foi contrariado pelo presidente, o que causou inúmeros questionamentos à respeito da legalidade do poder de nosso governante em contrariar a recomendação da corte.

No dia 08 de junho de 2011, foi julgado a Reclamação 11.243 e o pedido de extradição 1.085.

A Reclamação foi feita pelo Estado da Itália para que o Supremo cumprisse a sentença que foi realizada em novembro de 2009 a favor da extradição de Battisti. Porém, por 6 votos a 3, foi decidido pelo não conhecimento da reclamação devido a ilegitimidade do Estado Italiano em propor uma ação contra um ato soberano do Estado Brasileiro, resultando no arquivamento desta reclamação sem a análise do mérito.

Em relação ao pedido 1.085, também por 6 votos a 3, os Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Ayres Britto e Marco Aurélio deram seus pareceres a favor da soltura do réu, visto que o ato do presidente da República é de soberania nacional e que não pode ser revista pelo Tribunal.

Os Ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Ellen Gracie votaram pela desconstituição do ato do presidente, pois a soberania não poderia desrespeitar as leis e o tratado internacional.

De acordo com Mazzuoli (2011, p.169):

Havendo tratado entre as partes, deixa a extradição de ser ato discricionário do Presidente, salvo se o próprio tratado prever exceções e atribuir ao Chefe de Estado uma margem de apreciação sobre determinada questão de fato.

Ora, se o STF que tem competência exclusiva para apreciação do caso decidiu se tratar de crime comum e não político, como pode o chefe do poder executivo que neste caso encontrará limites para sua discricionariedade, contrariar a decisão da mais alta corte do país?

REFERÊNCIAS

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 14.ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.906, p.159-177, abr. 2011.



MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 25.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

NOTÍCIAS STF. *STF Concede liberdade a Cesar Battisiti*. [S/D]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=181559>>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

JESUS, Damásio de. O caso Cesare Battisti. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, a.15, n.341, p.40-42, abr. 2011.



VÍNCULO EMPREGATÍCIO: TRABALHO RELIGIOSO

Camila Gabriela de Oliveira; Roberta Dias Ribeiro Okabe - Acadêmicas do 4º ano da graduação de Direito do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Renata Cristina de Oliveira Alencar Silva - Mestre em Direito Negocial. Professora do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo principal suscitar um estudo acerca das regulamentações trabalhistas nas instituições religiosas. Visa buscar entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema “Vínculo Empregatício: Trabalho Religioso. É um assunto polêmico e sem especificação no ordenamento jurídico brasileiro. Além de ser um tema polêmico, é uma realidade que vem aumentando nos últimos tempos, uma vez que o número de Reclamações Trabalhistas propostas na Justiça do Trabalho vem crescendo drasticamente. Essas ações buscam o reconhecimento do vínculo entre a igreja e aquele que presta o serviço em nome da igreja. Ademais, o trabalho irá apontar alguns pontos que caracterizam a natureza religiosa e se realmente existe algum tipo de regulamentação a ser criada na esfera trabalhista para regulamentar o assunto em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato de trabalho. Natureza religiosa. Vocação divina.

É importante elencar o conceito e as características de uma relação empregatícia. Para isso, menciona-se Alice Monteiro de Barros, que conceitua acerca da relação de emprego “A relação de emprego tem natureza contratual exatamente porque é gerada pelo contrato de trabalho.” (Barros, 2010, p. 221).

Segundo os ensinamentos de Alice Monteiro de Barros, para formar uma relação de emprego são necessários alguns requisitos legais:

Os principais elementos da relação de emprego gerada pelo contrato de trabalho são: a) a pessoalidade, ou seja, um dos sujeitos (o empregado) tem o dever jurídico de prestar os serviços em favor de outrem pessoalmente; b) a natureza não eventual do serviço, isto é, ele devera ser necessário à atividade normal do empregador; c) a remuneração do trabalho a ser executado pelo empregado; d) finalmente, a subordinação jurídica da prestação de serviço do empregador. (Barros, 2010, p. 221).



Requisitos estes, que estão elencados no Art. 3º da CLT: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.”

Diante desta breve definição sobre relação de emprego, adentraremos ao tema.

Discute-se muito atualmente, se a atividade religiosa, seja ela exercida por pastores, missionários, padres, eclesiásticos, freiras, etc., possui algum tipo de vínculo empregatício, se é necessária alguma prestação pecuniária em troca dos serviços ofertados para a comunidade.

Para isso, Alice Monteiro de Barros assevera que a natureza religiosa dessa atividade é a de “estado eclesiástico”, ou seja, não existindo qualquer possibilidade de haver um contrato de trabalho entre “uma ordem religiosa com a de seus membros”. (Barros, 2010. p. 465).

Sérgio Pinto Martins, também ensina acerca do trabalho religioso, alega “que este tem por fundamento os votos feitos pela pessoa, de consagrar sua vida a Deus, da fé a certa crença”. (Martins, 2009, p. 171).

A maioria da doutrina, como por exemplo, Alice Monteiro de Barros, Sérgio Pinto Martins, entre outros, firma o entendimento de que o trabalho religioso não possui nenhuma relação com uma profissão, mas, correspondem à doação de si próprio com um sentido desinteressado, comunitário, pois a fé se integra a sua personalidade.

Expõe Alice Monteiro de Barros acerca de seu posicionamento a respeito do que vem a ser o trabalho de cunho religioso:

O TRABALHO DE CUNHO RELIGIOSO NÃO CONSTITUI OBJETO DE UM CONTRATO DE EMPREGO, POIS SENDO DESTINADO À ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL E À DIVULGAÇÃO DA FÉ, ele não é avaliável economicamente. [...] ADEMAIS, NOS SERVIÇOS RELIGIOSOS PRESTADOS AO ENTE ECLESIÁSTICO, NÃO HÁ INTERESSES DISTINTOS OU OPOSTOS, CAPAZES DE CONFIGURAR O CONTRATO; AS PESSOAS QUE OS EXECUTAM, O FAZEM COMO MEMBROS DA MESMA COMUNIDADE, DANDO UM TESTEMUNHO DE GENEROSIDADE, EM NOME DE SUA FÉ.
Tampouco pode-se falar em obrigação das partes, pois, do ponto de vista técnico, aquela é um vínculo que nos constrange a dar, fazer ou não fazer alguma coisa em proveito de outrem. Esse constrangimento não existe no tocante aos deveres da religião, aos quais as pessoas



aderem, espontaneamente, imbuídas do espírito de fé. **EM CONSEQÜÊNCIA, QUANDO O RELIGIOSO, SEJA FREI, PADRE, IRMÃ OU FREIRA, PRESTA SERVIÇO POR ESPÍRITO DE SEITA OU VOTO, ELE DESENVOLVE PROFISSÃO EVANGÉLICA À COMUNIDADE RELIGIOSA A QUE PERTENCE, ESTANDO EXCLUÍDO DO ORDENAMENTO JURÍDICO-TRABALHISTA, OU SEJA, NÃO É EMPREGADO.** (grifos nossos).

Não é possível que a atividade religiosa seja considerada como uma fonte de trabalho, sendo que a finalidade dessa atividade é levar até as pessoas, a fé, a esperança, e todas as coisas boas que possa trazer descanso e refrigério para a mente e a alma.

A maioria dos Tribunais já tem se posicionado a respeito dessa polêmica, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região resolveu:

23067864 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO. EMPREGADORA ENTIDADE RELIGIOSA. O fato de ocorrer labor em entidades de cunho religioso, por si só, não afasta a relação de emprego. O que deve ser observado é se essa relação se dá por um membro da entidade ou por terceiro, que sequer expressa a fé pregada pelo ente em questão. Assim, o **ponto fundamental a ser considerado, segundo aponta a doutrina e jurisprudência pátrias, é a verificação de ser ou não o obreiro participante da congregação, ou seja, de considerar se as atividades desempenhadas têm o objetivo econômico ou apenas religioso.** Logo, "não significa dizer que a organização religiosa jamais possa ser considerada empregadora (art. 2º da CLT). Poderá, sim, ser o polo passivo no vínculo de emprego, mas em relação a alguém que não pertença à sua congregação por meio de "votos" (barros, alicé Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 6 ED. P. 472). Demonstrado que a autora era membro da igreja ré, bem assim que a concessão da moradia de forma totalmente gratuita, na sede da entidade deu-se em razão de típica caridade, a pretensão inicial não merece prosperar. Ainda que a autora tenha realizado atividades de limpeza da sede da congregação, trata-se de atividade de forma alguma equiparável a uma contraprestação típica de emprego, não tendo a autora sequer comprovado que a tenha feito por imposição ou mediante subordinação à requerida. Inexiste, pois, relação de emprego a ser declarada. Recurso da ré ao qual se dá provimento. (grifos nossos).



A decisão do Tribunal da 9ª Região deixa bastante claro que a atividade exercida na igreja, quando for apenas de cunho religioso e praticada pelos membros da congregação, não se pode falar em relação de emprego.

Nessa mesma corrente, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região recentemente decidiu:

17185077 - PASTOR EVANGÉLICO. PRETENSÃO AO RECONHECIMENTO DE UMA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. Seguramente, a relação havida entre o autor e os réus não era de emprego, figurando o reclamante, na verdade, como pastor evangélico, contextualizado na realidade e no conjunto de responsabilidades próprias de seu múnus religioso, as quais, naturalmente, não prescindem da realização paralela de atividades organizacionais básicas. **SABIDAMENTE, O LABOR DE NATUREZA ESPIRITUAL E RELIGIOSA NÃO PODE SER ACAMBARCADO PELO CONTRATO DE TRABALHO, TENDO EM VISTA AS PECULIARIDADES QUE ENVOLVEM AS ATIVIDADES INERENTES À EVANGELIZAÇÃO.** Quando os serviços prestados pela pessoa física permanecem precipuamente focados na seara religiosa, sem uma verdadeira inserção na ocupação econômica, como se depreende ter ocorrido no caso destes autos, impossível se torna a sua contextualização como verdadeiro empregado. (grifos nossos).

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, acerca do assunto se pronunciou da seguinte forma:

21186454 - VÍNCULO DE EMPREGO. PASTOR EVANGÉLICO. INEXISTÊNCIA. TRABALHO VOLUNTÁRIO DE CUNHO ESTRITAMENTE RELIGIOSO OBSTA O RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO PORQUANTO NÃO SATISFEITOS OS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTS. 2º E 3º, DA CLT. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (grifos nossos).

Evidente que em todas essas decisões, o entendimento sobre o assunto é majoritário, não reconhecendo o vínculo empregatício nos trabalhos religiosos, uma vez que estas atividades são caracterizadas como vocação divina, um chamado de DEUS para fazer a obra aqui na terra, não existindo qualquer tipo de contraprestação pecuniária.



Não obstante, não é possível desconsiderar ajuda de custo para a realização da obra, mas isso não caracteriza de forma alguma, uma relação de emprego, tal ajuda não integra a remuneração ou salário daquele que está recebendo.

Por fim, resta esse trabalho levantar uma problemática que vem aumentando, e que precisa ser regulamentado o quanto antes para determinar quais são os limites dessa atividade. Evitando possíveis fraudes e formas de ganhar dinheiro indevidamente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 6. ed., São Paulo: LTr, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 9. ed., São Paulo : LTr, 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 25. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

VADE MECUM RT. 5. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.



O CÓDIGO CIVIL DE 2002 UM INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO E GARANTIA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

ZAMONER, Celso - Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

MINAMI, Sandra Regina - Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Filadélfia –
UniFil.

RESUMO:

A natureza deste estudo está relacionada com a importância da aplicação do Código Civil de 2002 em relação à prestação jurisdicional que o Estado exerce para disciplinar, proteger e garantir o desenvolvimento da sociedade. Desse modo, algumas considerações foram abordadas no que tange a questões relacionadas com importantes princípios que foram introduzidos com o advento do novo diploma legal. O presente trabalho tem como objetivo abordar peculiaridades da relação contratual, como as cláusulas gerais, um inovador critério normativo que proporciona ao julgador aplicação do conhecimento e da experiência na solução do fato concreto.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios. Função social. Cláusulas gerais

O Código Civil de 2002, resultado de diversos estudos e pesquisas realizadas pelos idealizadores e defensores do direito civil brasileiro, contribuiu para proporcionar uma infinidade de modificações que pudessem ser inseridas no direito privado.

As normas inerentes ao direito civil procuram acompanhar a evolução da sociedade a fim de buscar maior efetividade, e ainda, conseguir eficácia quanto à aplicabilidade dos institutos inerentes ao direito civil.

Essa transformação acontece por ser o Direito:

um fato ou fenômeno social, não existe senão na sociedade e não pode se concebido fora dela, sendo que as regras jurídicas adquirem estrutura e valor próprios, independente das normas religiosas ou costumeiras (REALLE, 2000, p. 2).



Desse modo, o fenômeno jurídico não se confunde com a religião, economia, artes, que exercem grande influência na sociedade. O Direito não se limita a ser um instrumento para disciplinar o comportamento humano através da imposição de regras de conduta, pois nos dias atuais busca-se o bem comum.

Assim, ensina Godoy (2009, p. 6), que:

passou-se a exigir do Estado um diverso papel no campo jurídico – que não fosse apenas de proteção ao direito, inclusive por meio da repressão à sua violação (Estado “garantidor”), mas sim e também contemplativo de uma função positiva, de promoção de objetivos determinados (Estado “dirigista”).

Nesse sentido, com o surgimento de novos valores decorrentes do dirigismo contratual, o Estado invade a autonomia da vontade com a finalidade de dar maior proteção às relações contratuais.

Essa intervenção estatal ocorre “por meio do poder do juiz e do legislador com o objetivo de satisfazer o interesse público e a igualdade dos indivíduos” (GODOY, 2009, p. 6).

O legislador deve captar a vontade coletiva, não se restringindo a garantir a segurança do indivíduo, a sua propriedade, o seu patrimônio, deve-se ter com meta o “desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da produção de riquezas, o progresso das comunicações, a elevação do nível cultural do povo, promovendo ainda a formação de uma consciência nacional” (NADER, 2009, p. 29).

Nesse contexto, segue o seguinte entendimento:

seria permitido alterar os meios empregados pelo legislador, seja modificando o critério adotado ou apenas ajustando o seu grau de intensidade, tornando-o proporcional à exigência do caso concreto” (NADER, 2009, p. 174).

Para tanto, o julgador deve analisar o fato concreto e ao aplicar a lei procurar interpretar a norma aplicando a hermenêutica jurídica tendo como fim buscar o melhor sentido e o alcance da norma utilizada.

Assim, o Art. 5º da Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro reza que “na aplicação da lei, o juiz atenderá os fins sociais que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

Segundo ensina Nader (2009, p. 271), “o Art. 5º, da LICC, revela, de início, “o descontentamento do legislador com os critérios tradicionais de hermenêutica seguidos em nosso País até aquela época”.



O Código atual incorporou três novos princípios diretamente ligados às relações contratuais: o da *boa-fé objetiva* (Art. 422), o do *equilíbrio econômico do contrato* (Art. 478) e o da *função social do contrato* (Art. 421), ou seja, o novo Código buscou uma modificação principiológica em relação ao Código Civil de 1916.

Em relação ao princípio da função social do contrato, dispõe o Art. 421 do Código Civil de 2002: “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”.

Segundo Theodoro Júnior (2009, p. 44):

a base da função social do contrato estaria no princípio da igualdade, o qual atuaria, in casu, para superar o individualismo, de modo a fazer com que a liberdade de cada um dos contratantes “seja igual para todos”.

Ademais, o intérprete deve analisar os fins sociais e estes devem primordialmente atingir o interesse coletivo, pois quando em conflito o interesse individual e o coletivo, este último deverá prevalecer.

Para Flávio Tartuce (2009, p. 51), o Direito Contratual Contemporâneo regulamentase de acordo com os fundamentos do novo Código, qual seja: “o Código Civil de 2002 busca ainda a valorização de um sistema baseado em cláusulas gerais, que dão certa margem de interpretação ao julgador”.

Para Martins-Costa (*apud* TARTUCE, 2009, p. 51) “percebe-se na nova codificação um sistema aberto ou de janelas abertas [...] que permite a constante incorporação e solução de novos problemas através da complementação legislativa e pela jurisprudência”.

Destacam-se novos paradigmas, ou seja, valores impostos pela vontade do Estado, que para Godoy (2009, p. 1), a idéia da funcionalização dos direitos vem sendo cristalizada com o surgimento de novos métodos e técnicas:

[...] técnica legislativa aberta utilizada para trazer à positivação do ordenamento a função social do contrato, fixar diretrizes que lhe dêem conteúdo, de modo, insiste-se, a garantir que a figura não remanesça meramente programática, como que um ideal fora do cotidiano as relações contratuais (GODOY, 2009, p. 1).

Assim, Marques (*apud* GODOY, 2009, p. 7):



a nova concepção de contrato é uma concepção social deste instrumento jurídico, para a qual não só o momento da manifestação de vontade (consenso) importa, mas onde também e principalmente os efeitos do contrato na sociedade serão levados em conta [...]

Ressalta-se, um novo paradigma do contrato em que prevalece um sentido de cooperação privilegiando uma visão globalizada, pluralista na relação contratual.

Portanto, as relações contratuais foram amparadas no Código Civil de 2002 por importantes princípios como o da boa-fé objetiva, o do equilíbrio econômico do contrato e o da função social do contrato que deram uma nova dinâmica aos negócios jurídicos.

E, ainda, destacam-se como a grande inovação do Direito Contemporâneo a adoção das cláusulas gerais que viabilizam ao magistrado ampliar a aplicação do conhecimento e da experiência em detrimento da interpretação literal, a qual possibilita uma análise mais específica no caso concreto.

Assim, esse importante critério normativo auxilia a prestação jurisdicional para que a razoabilidade e proporcionalidade sejam de fato aplicadas em busca do equilíbrio contratual.

REFERÊNCIAS

GODOY, C. L. B. *Função social do contrato*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

NADER, P. *Introdução ao estudo do direito*. 31. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REALLE, M. *Lições preliminares de direito*. 25. ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

TARTUCE, F. *Função social dos contratos do código de defesa do consumidor ao código civil de 2002*. 2. ed., São Paulo: Método, 2007.

THEODORO JÚNIOR, H. *O contrato social e sua função social*. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008.



A IMPORTÂNCIA DA BOA – FÉ OBJETIVA NA RELAÇÃO CONTRATUAL NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

ZAMONER, Celso - Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

MINAMI, Sandra Regina - Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

RESUMO:

O presente estudo aborda a boa-fé objetiva e suas diversas funções na relação contratual no contexto do Código Civil de 2002.

Assim, procura destacar a importância da aplicação do instituto no direito privado possibilitando a garantia, a solidariedade, a sociabilidade e uma conduta de lealdade na realização de um negócio jurídico.

Destaca-se, também, que o Código Civil de 2002 tratou à boa-objetiva transformando-a em cláusula geral, ampliando-se os limites de interpretação da norma ao caso concreto.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato. Lealdade. Intepretação.

A boa-fé objetiva nos contratos alcançou destaque somente com a entrada em vigor do novo Código Civil de 2002, em que houve menção expressa a esse princípio.

A eticidade, ou seja, a boa-fé objetiva à luz do Código Civil de 2002 proporcionou uma nova interpretação aos princípios constitucionais valorizando a dignidade da pessoa humana, a conduta ética e a lealdade.

Segundo entendimento de Gonçalves (2009, p. 34), “o princípio da boa-fé subdivide-se em boa-fé subjetiva, também chamada de concepção psicológica da boa-fé, e boa-fé objetiva, também chamada de concepção ética da boa-fé.

Nessa esteira, preleciona GODOY (2009, p. 72), acerca do princípio da boa-fé:

[...]a boa-fé subjetiva, que é um estado psicológico, um estado anímico de ignorância da antijuricidade ou do potencial ofensivo de determinada situação jurídica, a boa-fé objetiva é uma regra de conduta, uma regra de comportamento leal que se espera dos indivíduos, portanto que com aquela não se confunde. (grifo nosso).



A influência da boa-fé objetiva no Direito Civil teve seu início, segundo ensina Theodoro Júnior “no Código Civil alemão passando pelo Código italiano para só então consagrar-se no Código Civil Brasileiro de 2002” (THEODORO JÚNIOR, 2009, p. 25).

Acrescenta, ainda que “essa boa-fé objetiva, que surgiu para quebrar a frieza das noções positivistas e egoísticas da autonomia da vontade no domínio do contrato” (Theodoro Júnior, 2009, p. 25).

Dessa forma, Gonçalves (2009, p. 33) “recomenda ao juiz que presuma a boa-fé, devendo a má-fé, ao contrário, ser provada por quem a alega”.

Assim, o magistrado ao analisar o caso concreto impõe uma linha de conduta, qual seja a probidade, a lealdade, a honestidade que será disseminada em todas as fases da relação contratual, repudiando condutas pautadas na ilicitude e má-fé.

Segundo Gonçalves (2009, p. 36), “a boa-fé objetiva constitui um modelo jurídico, na medida e que se reveste de variadas formas”.

Na realidade, tem-se um sistema aberto, de cláusulas gerais que absorve fatores metajurídicos e outros institutos que viabilizam subsídios para a análise do juiz.

Nesse sentido, o que se busca é preencher lacunas para possibilitar às partes envolvidas todos os deveres e obrigações que decorrem da natureza do contrato através da interpretação extensiva e da aplicação das cláusulas gerais.

Theodoro Júnior (2009, p. 29), entende que:

cabe ao juiz interpretar e suprir lacunas e, por outro lado, a boa-fé objetiva não recria modelos em moldes diferentes daqueles fixados pelo acordo bilateral de vontades que lhe deu origem.

Desse modo, ampliam-se os limites de proteção nos contratos, através da interpretação, e não da implementação de outros institutos, para afastar a aplicação pura da lei “seca”, com o fim de concretizar a aplicação de uma conduta moral e ética nas relações jurídicas de acordo com os usos e costumes adotados pela sociedade.

Para Tartuce (2007, p. 226), “a boa-fé objetiva exerce além da função de interpretação e da função de integração, exerce uma função de controle”.

Nesse contexto, Godoy (2009, p. 86), “em sua função corretiva, a boa-fé objetiva serve ao controle das chamadas cláusulas gerais abusivas”.



Dessa forma, Theodoro Júnior, enfatiza que a boa-fé objetiva constitui importante instrumento de fiscalização vedando o enriquecimento ilícito, tendo em vista que “por meio dela se podem eliminar cláusulas imorais, ou contornar significados incompatíveis com os bons costumes, para assentar os que sejam mais conformes com os padrões éticos dominantes” (THEODORO JÚNIOR, 2009, p. 165).

Salienta-se que corrobora com o mesmo entendimento em relação a conduta, a qual se verifica que a moral é inerente ao dever jurídico:

“Ao fundar-se o dever jurídico tão-somente nas regras de Direito, não se assume uma posição neutra em relação à Moral, nem se pretende afastar o Direito da influência dos princípios éticos. Essa influência é necessária e já se faz presente no processo de elaboração das normas jurídicas, quando o legislador se baseia nos valores básicos consagrados pela sociedade” (NADER, 2009, p. 319).

Diante disso, o Código de Defesa do Consumidor adotou essa concepção para “a harmonização dos interesses dos participantes da relação de consumo (art. 4º, III) e como critério para definição da abusividade das cláusulas (art. 51, IV) [...]” (GONÇALVES, 2009, p. 36).

Com efeito, reza o art. 51, inciso IV, do Código de defesa do Consumidor:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

[...]

IV – estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (grifo nosso).

Assim, o Código Civil no Art. 186 do Código Civil dispõe que, “também, comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico e social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

Portanto, a boa-fé objetiva constitui um requisito de validade essencial a todo e qualquer contrato celebrado independente de quais sejam as partes envolvidas e ainda, destaca-se pela grande influência em outras áreas do direito privado fora do contexto contratual.

REFERÊNCIAS



GODOY, C.L.B. *Função social do contrato*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, C.R. *Direito Civil Brasileiro*. 6 ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

NADER, P. *Introdução ao estudo do direito*. 31. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TARTUCE, F. *Função social dos contratos do código de defesa do consumidor ao código civil de 2002*. 2. ed., São Paulo: Método, 2007.

THEODORO JÚNIOR, H. *O contrato social e sua função social*. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008.



DA INAPLICABILIDADE DO ART. 475 J DO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO

MINAMI, Sandra Regina e FUCUDA, Márcio Takeshi - Alunos do Curso de Direito do
Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Orientadora - SILVA, Renata Cristina de Oliveira Alencar

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo abordar alguns aspectos que fundamentam a impossibilidade de aplicação do artigo 475 J do Código de Processo Civil na fase de execução trabalhista. Apesar de o referido trabalho ser uma inovação do legislador, possibilitando a dinâmica processual que exige a Justiça do trabalho, ainda não encontra respaldo dos Tribunais Superiores para a sua aplicação na seara trabalhista. Por outro lado, muitos juízes de primeiro grau entendem que há possibilidade da aplicação do Art. 475 J do Código de Processo Civil, de forma subsidiária ao processo do trabalho, tendo como um dos fundamentos a aplicação dos princípios da simplicidade, celeridade e efetividade que são inerentes ao procedimento trabalhista. Por fim, destacou-se a importância da aplicação da legislação, destacando os dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas que regem o processo do trabalho e, que devem ser observados sob pena de violação da segurança jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: Incompatibilidade. Omissão. Contrariar.

Com o advento da Lei n. 10.232, de 23 de dezembro de 2005, houve profunda alteração do Código de Processo Civil, com inserção de vários dispositivos, dentre os quais o Art. 475-J, que tem por intuito tornar mais onerosa a mora do devedor.

Prescreve a CLT, em seu Art. 769, que o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho nos casos omissos, exceto naquilo em que for incompatível com as normas relativas ao processo judiciário do trabalho.

Segundo Luiz Claudio de Almeida Marinho (2009) o Art. 889 da CLT, por seu turno, determina que se aplicam aos trâmites e incidentes do processo de execução, naquilo em que não contravierem ao disposto no título referente ao processo judicial do trabalho, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Assim, Infere-se dos supracitados Arts. que o direito processual comum somente é aplicável ao processo do trabalho quando a CLT for omissa e, além disso, houver



compatibilidade com as normas do processo do trabalho estabelecidas na referida consolidação (Art. 769).

Ainda, se o processo estiver em fase de execução, a fonte subsidiária, em caso de omissão e de compatibilidade, serão os preceitos regentes do processo dos executivos fiscais (Art. 889).

Uma vez liquidada a sentença, os procedimentos executivos imediatamente posteriores têm regramento específico no Art. 880 da CLT.

Do cotejo dos dispositivos legais acima, constata-se que a CLT tem previsão específica para o procedimento executivo imediatamente posterior à liquidação da sentença, que consiste em expedição de mandado de citação para que o executado pague em 48 horas ou garanta a execução.

Através de tais argumentos resta absolutamente demonstrada a inaplicabilidade do Art. 475-J do Código de Processo Civil à execução trabalhista.

Estevão Mallet, ao comentar o processo do trabalho e as recentes modificações do CPC, expõe que:

O art. 880, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, não se refere, porém, a nenhum acréscimo para a hipótese de não satisfação voluntária do crédito, exequindo, o que leva a afastar-se a aplicação subsidiária, in malam partem, da regra do art. 475-J, do Código de Processo Civil. Solução diversa, ainda que desejável do ponto de vista teórico, depende de reforma legislativa.

(In Revista Ltr, ano 70, n. 06, pág. 669-670.)

Do mesmo modo é o entendimento de Manoel Antônio Teixeira Filho, que assim se posiciona:

Quanto à multa de dez por cento, julgamos ser também inaplicável ao processo do trabalho. Ocorre que esta penalidade pecuniária está intimamente ligada ao sistema instituído pelo art. 475-J, consistente em deslocar o procedimento da execução para o processo de conhecimento. Como este dispositivo do CPC não incide no processo do trabalho, em virtude de a execução trabalhista ser regida por normas (sistema) próprias (arts. 786 a 892), inaplicável será a multa, nele prevista”.

(In Revista Ltr, Ano 70, n. 03, pág. 287.)



Tem-se, portanto, que o Art. 475-J do CPC é absolutamente inaplicável ao processo do trabalho, sob pena de violação literal de disposição de lei federal (Arts. 769, 889 e 880 da CLT), além de afronta direta e literal à Constituição Federal (CF, art. 5, II – princípio da legalidade e LIV – princípio do devido processo legal).

Eis alguns julgados confirmando a inaplicabilidade do Art. 475-J do CPC e a respectiva multa no processo trabalhista:

PROCESSO DO TRABALHO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ARTIGO 475-J DO CPC. A Consolidação das Leis do Trabalho não é omissa quanto ao procedimento a ser observado na execução dos valores devidos, havendo previsão expressa em seu artigo 880, quanto à expedição de mandado de citação ao executado, a fim de que este pague o valor devido em quarenta e oito horas ou garanta a execução, sob pena de penhora, rezando o parágrafo único desse artigo que "a citação será feita pelos oficiais de justiça". Prosseguindo, a Norma Consolidada disciplina que, no caso do executado não pagar a quantia devida, poderá garantir a execução mediante depósito da mesma ou nomear bens à penhora, não o fazendo, seguir-se-á a penhora dos seus bens (artigos 882 e 883). Ressalte-se, ainda, que a execução trabalhista é muito mais rigorosa do que a processual comum, valendo lembrar que, para interposição de recurso ordinário é exigido o depósito recursal prévio e, ainda, que os recursos na esfera da Justiça do Trabalho não possuem efeito suspensivo, permitindo a execução até a penhora (artigo 899 da CLT). Logo, a disposição contida no artigo 475-J do CPC é manifestamente incompatível com o processo do trabalho, tendo em vista as suas peculiaridades. (TRT2ª R. - AP 00147200305202009 - 4ª T. - Relª Desembª Odette Silveira Moraes - DJ 27.04.2007)

MULTA PROCESSUAL – ART. 475-J DO CPC - PROCESSO DO TRABALHO. O art. 475-J do CPC, introduzido pela Lei n. 11.232/2005, que modificou o regime de liquidação e da execução de sentença no processo civil, prevê a aplicação de multa processual em caso de descumprimento da sentença no prazo de quinze dias. É certo que a modificação introduzida no processo civil teve como finalidade simplificar e acelerar os atos destinados à satisfação do direito reconhecido por sentença. Contudo, as inovações trazidas com a Lei n. 11.232/2005 não se aplicam integralmente ao processo do trabalho, especialmente a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho tem disposição específica sobre os efeitos do descumprimento da ordem de pagamento, qual seja o direito à nomeação de bens (art. 882/CLT) o que não



mais subsiste no processo civil. Portanto, in casu não se aplica a norma do processo civil, ante a existência de regras próprias no processo do trabalho para que o devedor seja compelido ao efetivo cumprimento das decisões trabalhistas. (TRT3ª R. - RO 00089-2007-078-03-00-4 - 4ª T. - Rel. Juiz Júlio Bernardo do Carmo - DJ 12.06.2007, p. 18)

Processo 01543-2004-081-03-00-4 AP

Data de Publicação DJMG 17/02/2007

Órgão Julgador Quarta Turma

Relator Convocado Rogério Valle Ferreira

Revisor Desembargador Júlio Bernardo do Carmo

Agravante: BANCO DO BRASIL S/A

Agravado: GILBERTO GALLATE

EMENTA: EXECUÇÃO TRABALHISTA " ART. 475-J DO CPC " INAPLICABILIDADE. O disposto no art. 475-J do CPC não se aplica à execução trabalhista, que tem regras próprias e deve ser processada na forma dos arts. 876 e seguintes da CLT.

“*Ad argumentandum tantum*”, admitindo-se que o processo trabalhista fosse omissivo a respeito, assim mesmo, as novas normas do processo civil comum não poderiam ser aplicadas, sob pena de contrariar o princípio insculpido no Art. 620 do CPC e as disposições contidas no Art. 5º., incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

Com efeito, da leitura do Art. 475-J do CPC, percebe-se que em apenas duas hipóteses haverá a imposição da multa de dez por cento em razão do inadimplemento no prazo legal: a) no caso de sentença líquida, ou, b) no caso em que o valor da condenação tenha sido fixado em liquidação.

Todavia, se a sentença não é líquida ou as partes não tenham chegado a um denominador comum na liquidação da sentença, não há como aplicar-se as disposições contidas no Art. 475-J do CPC no processo trabalhista, visto que as decisões interlocutórias no processo trabalhista são irrecorríveis.

Caso o legislador pretendesse que a multa também incidisse nos casos de cumprimento da sentença segundo cálculos da parte, ou liquidação nos moldes do Processo Trabalhista, com certeza teria incluído expressamente no texto do dispositivo legal concernente a tal hipótese.



Não estando incluída a hipótese de execução por cálculos da parte na redação do Art. 475-J, ou liquidação de sentença na forma do Processo Trabalhista, fica logicamente afastada a incidência da multa, motivo pelo qual o processo trabalhista não é omissivo a respeito, conseqüentemente, devem ser afastadas as novas alterações promovidas pela Lei 11.232/2005, decisão que estaria em consonância com as disposições contidas na parte final do artigo 769 da CLT.

Enfim, ou prevalece na totalidade o processo civil comum, ou prevalece o processo trabalhista, com suas peculiaridades, o que não se pode fazer é somar regras do processo civil comum, com regras do processo trabalhista, visto que além de contrariar o princípio contido no artigo 620 do CPC, há ofensa direta às disposições contidas no Art. 5º., incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

Ademais, não há dúvida de que a aplicação do Art. 475-J do CPC à execução trabalhista é muito mais gravosa para a executada do que a aplicação do dispositivo legal específico aplicável à espécie – Art. 880 da CLT – o que fere o princípio da menor onerosidade, consagrado no Art. 620 de CPC.

REFERÊNCIAS

DA INAPLICABILIDADE do artigo 475-j do cpc na justiça do trabalho. [S.I] Domínio público. Disponível em: <www.siqueiracastro.com.br/.../html_matrabpre2_01.html>. Acesso em: 27 de agosto de 2011.

MAIA, Roberto Serra da Silva. A inaplicabilidade da multa do Art. 475-J do CPC na Justiça do Trabalho. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2697, 19 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/17844>>. Acesso em: 27 de agosto de 2011.

MARINHO, Luiz Cláudio de Almeida. *Da Inaplicabilidade Da Multa Prevista No Artigo 475 J Do Cpc No Processo Do Trabalho.* [S.I] Domínio Público. Disponível em : <<http://www.artigonal.com/direito-artigos/da-inaplicabilidade-da-multa-prevista-no-artigo-475-j-do-cpc-no-processo-do-trabalho-960190.html>>. Acesso em: 27 de agosto de 2011.

MARTINS, Melissa Potiens; DE FREITAS, Vinicius Rodrigues. *475 – J Inaplicabilidade em Processo Trabalhista.* [S.I] Domínio Público. Disponível em: <http://firstsite2.travelnet.com.br/89/img/Jurisprudencia_Trabalhista%20_475J_CPC.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2011.



A FONTE METAJURÍDICA DO POSITIVISMO DE KELSEN

Tiago Tondinelli – Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O texto trata da noção de ordem em Hans Kelsen, apresentando a hierarquia normativa e a presença da Constituição como ápice do sistema jurídico. Esta hierarquia é uma sistemática arquitetônica que se replica no sistema normativa, mas que também está presente em outras ciências bem como em toda a realidade, funcionando como elemento orientador do real. Em suma, há uma correlação ontológica entre o sistema de Kelsen a noção concreta de Pitágoras.

PALAVRAS-CHAVE: Hans Kelsen; hierarquia; sistema jurídico.

Um frenesi dos incautos, presente entre os estudiosos e advogados, é o ataque a Hans Kelsen, teórico fundamental do positivismo jurídico, sob as justificativas de que sua teoria, frígida e normativa, afastaria o direito da ética e da realidade social.

De fato, um grave problema de Kelsen fora justamente o de, na busca por um sistema harmônico para o Direito, acabar por fechá-lo nas regras lógicas internalizadas das relações normativas em geral.

Contudo, reduzir Kelsen a uma espécie de vilão jurídico que torna o direito “instrumento das elites” (segundo uma leitura marxista tupiquim), é um crasso erro que, ainda mais, sufoca aspectos simbólicos invariavelmente presentes no filósofo alemão, mas que, infelizmente, é regra quase unânime entre os alunos em escolas jurídicas, bem como, entre catedráticos de plantão.

Tirante o compêndio habitual de injúrias a Kelsen, a fonte principal desta teoria, a saber, a hierarquia entre as leis, não é algo “simplesmente” criado pela mente insana de um sujeito qualquer; ao contrário, ela é um braço da perfeição, presente na realidade em sentido geral e concreto, v.g, uma regra universal simbolicamente trasladada para elementos naturais e/ou culturais.

Se observamos um filhote de pássaro que faz um vôo torto e não alcança o galho ideal para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, um outro que executa o percurso de uma maneira correta, atingindo, de pronto, o galho desejado, não hesitamos em afirmar que o “vôo do primeiro fora “pior” do que o do segundo”; *mutatis mutandis*, se o primeiro pássaro,



aquele que fez o péssimo vôo, começar a aprender e praticar novas técnicas, aprimorando sua performance, a tendência lógica é a de dizermos que "o passarinho está se APERFEIÇOANDO".

Isto é uma observação que se replica nos fenômenos em geral: a noção de que há uma hierarquia e, neste sentido, uma situação mais perfeita que delimita e dá sentido gradual para as outras.

Em suma, não seria possível afirmarmos que uma determinada lei é mais alta do que outra se não houvesse um princípio dando parâmetros para o julgamento acerca da natureza de objetos da mesma espécie, i.e, o aperfeiçoamento de normas menos perfeitas sob o norteamento das melhores.

Este critério que dá sentido gradual e hierárquico para as coisas é a fonte para nossas análises racionais sobre escolhas, capacidades e possibilidades que fazemos; ao escolhermos, por exemplo, a profissão que melhor nos convém, analisamos várias possibilidades e, dentre elas, por critérios objetivos e subjetivos, **ESCOLHEMOS AQUELA QUE NOS PARECE MELHOR**; i.e, a que, dentro de tais e tais circunstâncias, se mostre mais “aperfeiçoada”.

As escolhas só são possíveis porque ansiamos por algo que seja “mais perfeito” e, hierarquicamente superior a outro: a natureza humana é a de buscar o melhor entre vários que, malgrado a dura realidade, seja o "menos pior".

Só isto já pressupõe que a noção de **HIERARQUIA** é uma **ELEMENTAR NATURAL** humana cuja correta compreensão se mostra como o objetivo mais importante da educação.

A educação, ademais, maltratada pelos objetivos utilitaristas e imediatistas, deixou de ser a das *artes liberais* medievais, isto é, a transmissão de técnicas tradicionais para que tratemos das melhores escolhas a partir de uma clara noção de que há hierarquia e perfeição; passando a ser corrompida por um conjunto quantitativo e ilusório de saberes que gera o anseio de se assegurar um bom salário e um ótimo reconhecimento social no futuro.

Ora, a hierarquia é esta condição natural; elementar ontológico de todo homem que, se esquecida, leva-o a um estado de demência no qual há a perda de juízos eficazes para a constatação da hipocrisia e da mentira.

É por isso que, em sociedades onde a perda da noção de hierarquia se efetiva, incultos bem arrumados assumem o status de ‘sábios’; especialistas bem sucedidos tornam-se



pitonisas reveladoras de todo e qualquer problema, e pusilânimes acabam enganando a si mesmos embriagados pelo reconhecimento dos ignorantes!

Kelsen, quando criou sua Teoria da Hierarquia de Normas, só a fez porque fora capaz de colocar, na ciência jurídica, elementos objetivo-normativos dispostos hierarquicamente.

Isto foi possível, aliás, devido à sua percepção do SÍMBOLO hierárquico presente na realidade. Tal símbolo não está NA NORMA, mas é supra-legal e, por isso, o normativismo de Kelsen tem um FUNDO METAFÍSICO, sendo, portanto, as críticas a seu aparente purismo “normativo”, meramente, gritos esbaforidos de discussões vazias e superficiais.

Para falarmos em uma Constituição Superior e ativa (aos moldes de uma perspectiva ativa de Konrad Hesse, por exemplo), necessitamos, previamente, da noção de perfeição e de hierarquia. De fato, estas são regras constitutivas do fenômeno do real e cuja simbologia piramidal replica-se em movimentos que vão desde a ciência jurídica kelseniana, passando pelos símbolos das sociedades “secretas” e, por fim, atingindo o etéreo elemento valorativo religioso.

Entender Kelsen, portanto, não se limita às críticas simplistas com status de verdade universal adquirida depois de uma ou duas aulas introdutórias de Ciência Jurídica!

REFERÊNCIAS

CORPUS THOMISTICUM. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.com>>. Acessado em 01 de outubro de 2011.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*, Martins Fontes. 2008.

SANTOS, Mario Ferreira dos. *Pitágoras e o Tema do Número*, Logos, 1969.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teologica*. [S/D].



‘TRI OU BI’: A GRANDE DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME

Rafael Vinícius Dantas Barossi - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Viviane Nagila Camargo Abdo – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Professora Aline Mara Lustoza Fedato Caldeirão

RESUMO:

O trabalho intitulado ‘Tri ou Bi’: A Grande Discussão sobre o Conceito Analítico de Crime visa salientar a existência de correntes que defendam a tripartição (tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade) e a bipartição (tipicidade e antijuridicidade), deixando o elemento culpabilidade como pressuposto para aplicação da pena e também tem como intuito de revelar a discussão sobre o conceito analítico de crime no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Direito, Crime, Tipicidade, Antijuridicidade, Culpabilidade.

Com o passar dos séculos, assim como o Direito em si, o conceito de crime evoluiu.

Na época do Império, crime era toda ação ou omissão contrária às leis penais e já no período da República era conceituado como a violação imputável e culposa da lei penal.

Nos dias atuais, entende-se que a definição de crime está diretamente ligado à doutrina e não propriamente ao código penal brasileiro, o que gerou no Brasil uma grande polêmica.

Diversos penalistas debatem sobre duas correntes a respeito do conceito analítico de crime.

Uma delas, a doutrina majoritária, defende a tripartição que representa a conduta típica, antijurídica e culpável. Já a segunda, adota a teoria bipartida na qual somente leva em consideração a tipicidade e a antijuridicidade. Para este grupo, a culpabilidade é apenas um pressuposto da aplicação da pena.

Entre os doutrinadores que defendem a tripartição estão Guilherme Nucci e Luís Régis Prado. Segundo eles, a conduta criminosa deve ter necessariamente os três requisitos e não somente dois como defendem Damásio de Jesus e René Dotti.

Apesar das divergências doutrinárias, a definição que mais se utiliza no meio jurídico é a da tripartição que conceitua crime como toda ação ou omissão (é o fazer ou o não fazer), típica, antijurídica e culpável.



Por tipicidade, deve se entender a descrição em lei como delito. A conduta praticada deve se ajustar à descrição do crime estabelecido pelo legislador. Sendo assim para que haja tipicidade faz-se mister o cumprimento dos requisitos objetivos e subjetivos que integram o tipo penal. O chamado tipo objetivo é composto por conduta (ação ou omissão representada pelo verbo); nexa causal (relação entre a conduta e o resultado); resultado naturalístico (tentado ou consumado); adequação típica (estricta previsão legal) e outros elementos objetivos, como tempo e lugar, se assim dispuser o tipo. Do outro lado, no que tange ao tipo subjetivo, cumpre ressaltar que é composto pelo elemento subjetivo geral, o dolo, representado pela vontade livre e consciente do agente para a prática do delito, e de outros elementos subjetivos que podem representar alguns momentos especiais de ânimo – emoção.

Em que pese o tipo penal subjetivo exigir a figura do dolo como elemento essencial, alguns tipos penais, excepcionalmente abrangem a figura culposa, cujo resultado se dá não pela vontade do agente, mas sim por sua falta de cuidado, que é representada pela imprudência, que ocorre quando o agente toma uma atitude sem as devidas cautelas necessárias, ou seja, é conduta positiva, fazendo o que não deveria fazer. Há ainda a figura da negligência, que se dá quando à ausência de precaução, e por último a imperícia, que é a incapacidade ou falta de conhecimentos técnicos no exercício de arte ou ofício, ou seja, é o profissional que falha. Contudo não haverá punição por culpa se a lei assim não dispuser (excepcionalidade do delito culposos).

No que tange à antijuridicidade, deve-se entender como tudo que é contrário à lei, ao Direito. Desta maneira será criminosa a conduta, desde que não exista uma causa que justifique sua prática. As causas justificadoras são representadas pela: Legítima defesa (desde que o agente use moderadamente os meios necessários para repelir a agressão), estado de necessidade (quando o agente atua no sentido de salvar-se de perigo atual), estrito dever do cumprimento legal (deve constar em atos normativos), exercício regular do Direito (atuação dentro dos limites do ordenamento) e consentimento do ofendido (a vítima concorda com a prática do crime). Porém mesmo abrigado por uma causa de justificação o agente deverá obedecer aos limites impostos pela lei, sob pena de responder pelo excesso praticado.

Já à culpabilidade, esse verdadeiro ponto de conflito entre a doutrina, é a falta do dever de cuidado. E deve ser observada a luz de 3 (três) requisitos essenciais que são a imputabilidade (ocorre quando o agente não responde pela prática do delito, e são elas:



doença mental, retardo, menor e embriaguez forçada); potencial conhecimento da ilicitude (erro de proibição- entende-se que determinado ato é lícito quando na verdade, é ilícito) e exigibilidade de conduta diversa (são punidas as condutas que poderiam ser evitadas).

Em que pese ainda nos dias atuais alguns renomados doutrinadores defenderem a teoria bipartida, já está pacificada doutrinariamente a ideia de que para que determinado ato se configure crime, deve-se necessariamente cumprir os três requisitos essenciais que são a tipicidade, a antijuridicidade e a culpabilidade.

REFERÊNCIAS

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro, Parte Geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



PERCEÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO EM AULA DE DANÇA DE SALÃO

Silva, Antonio Marcos L. - Centro Universitário Filadélfia/UniFil e Centro de Dança Marquinhos

Flap

Moreira, Rosana S. T. - Centro Universitário Filadélfia/UniFil

INTRODUÇÃO:

O mundo globalizado nos condiciona a muitas opções de entretenimento, que favorecem o sedentarismo. Contudo existe uma crescente procura a diferentes tipos de atividade física para a manutenção da saúde, e a dança é uma das mais acessíveis, pois pode ser praticada apenas com a disponibilidade de um piso plano e liso e um aparelho de som que reproduza uma boa música, e é uma atividade que pode ser abrangente para várias faixas etárias.

Com base em conhecimentos empíricos, percebe-se que a marcação rítmica na dança samba e bolero pode ser em “tempo” ou “contratempo”. Ou seja, percebe-se de maneira geral que as músicas de samba são mais aceleradas do que as de bolero, procurou-se entender se os indivíduos que praticam dança de salão percebem o auto-esforço no bolero e samba e se há diferença na auto-percepção do esforço físico entre os dois ritmos, considerando as semelhanças e diferenças na forma de se marcar os passos e o andamento rítmico.

Contudo até o presente momento não foram encontrados referenciais teórico que façam a discriminação do esforço auto-perceptivo em aula de dança de salão, porém, com este estudo pretendeu-se encontrar, na literatura um quadro informativo quanto ao esforço físico auto-perceptivo nas danças e outras atividades físicas que possam oferecer subsídios para serem utilizados como parâmetros para pesquisas experimentais em dança de salão, pois acredita-se que com essas danças é possível realizar controle de peso, melhora da auto-estima, entre outros benefícios físicos e psicológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Dança. Percepção subjetiva de esforço. Atividade física.

OBJETIVO GERAL

Verificar a percepção do esforço físico em diferentes atividades físicas para organização de parâmetros para pesquisa experimental que pretenderá entender como os indivíduos que praticam dança de salão percebem esforço físico no bolero e samba.

DANÇA

A dança é uma forma de expressão do sentimento, através dela se cultuavam os deuses, aclamavam pela chuva e até hoje utilizada para celebrar diversas ocasiões.

Ried (2003) indica que a dança é um dos exercícios que envolvem concentração durante sua execução, proporcionando ao praticante o “desligamento”, um dos motivos para tal



desligamento é o prazer de ouvir uma música agradável, outros motivos que levam à grande aceitabilidade para esse tipo de exercício físico é a auto-realização e a motivação. A dança também é um fator de lazer, pois quem a pratica o faz pelo bem estar que a mesma proporciona.

A dança de salão normalmente é praticada em grupos de vários pares, incluindo ou não a troca de parceiros, estimula o relacionamento diferenciado positivo intragrupal pela presença de um assunto comum. Conforme Miranda e Godeli (2001) a dança aliada a música é um fator que pode beneficiar o esforço, aumentando a motivação ou agir como um elemento de distração do desconforto, pois a música provoca sentimento a quem a ouve, tornando um atrativo para a prática da modalidade.

Ried (2003) afirma que quem pratica dança por lazer tem um esforço cardiovascular e muscular moderado a médio, sendo assim, é uma atividade propícia a combater efeitos indesejados de uma vida sedentária ou do esforço físico unilateral, e ainda complementa que a dança quando praticada regularmente os níveis de gasto calórico e esforço fisiológico são comparáveis a uma atividade de corrida (cooper), futebol, step ou mountain byke, sendo assim, a dança de salão pode ser utilizada para manutenção da saúde, e um dos benefícios adquiridos com a sua prática é a melhora nas condições cardiorrespiratórias.

Nunes et al (2007) indica que a dança, como atividade física, devido ao fato de contemplar os componentes aeróbios e flexibilidade, pode ser utilizada em um programa de controle de massa corporal e da redução de fatores de riscos de doenças crônico-degenerativas, além de possibilitar com que o usuário da modalidade sinta uma sensação de alegria e liberdade, aumentando o âmbito social sendo ou não de sua faixa etária.

Conforme relata o estudo realizado por Moura et al. (2007), pode ser utilizado a música aliada ao monitoramento dos batimentos por minutos com finalidade de controle da Intensidade do exercício Físico. E Miranda et al. (1996) indica que atividade física com música, por ser mais agradável e poderia reforçar a sensação de “desligamento” e quando utilizada em atividades motoras tanto para indivíduos em reabilitação como para praticantes de atividade física, no qual o objetivo é a manutenção da saúde pode favorecer o esforço (GFELLER, 1988 APUD MOURA, 2007).

Neste contexto Nunes et al (2007) relata que a comunidade científica reconhece que podemos explorar a relação da música e atividade física para aumentar o gasto energético diário.



PERCEÇÃO DE ESFORÇO

Para Borg (1998); Borg (2007) e Crewe et al. (2008) apud Colombo (2009) a percepção subjetiva de esforço (PSE) é definida como a capacidade de detectar e interpretar sensações orgânicas durante o exercício físico. A qual origina-se de diversos fatores fisiológicos, psicológicos e de desempenho numa resposta ao modelo “Gestalt”, idealizado por Borg (1962), que descreveu a PSE como constituída de fatores como as sensações do sistema cardiopulmonar (circulação e respiração) e sensações dos músculos, pele, articulações; somadas com sensações do esforço como fadiga, extenuação, desconforto, calor e dor.

Nunes et al (2007) verificou uma correlação significativa entre os níveis de gasto calórico da dança com a caminhada, em seu estudo concluiu que o gasto calórico observado na dança é igual tanto para iniciante quanto para avançado, justificado por níveis diferentes de motivação e domínio da técnica, existindo, assim, uma correlação diretamente proporcional entre o gasto calórico observado na caminhada e na dança.

Para Ekkekakis; Hall; Petruzullo (2004) e Lind et al (2008); Williams et al (2008) apud Colombo (2009) a PSE é uma outra forma de controle da intensidade nas prescrições do exercício sugerida pelo ACSM (2000) e concluí que a percepção experimentada durante o exercício físico pode influenciar a aderência à prática regular. E ainda ‘observaram que as prescrições utilizando intensidades moderadas aumentaram a aderência em virtude de uma menor PSE alcançada durante a realização de exercício físico.’

CONCLUSÃO

Apesar de encontrar na literatura dados de percepção de esforço físico em dança folclórica e informações sobre gasto calórico em dança, não foram encontrados dados que informem a percepção do esforço em aula de dança de salão em nenhum tipo de modalidade, fica implícito a necessidade de estudos nessa área, aja vista que é uma modalidade bastante divulgada e que pode ser melhor explorada para fins de manutenção da saúde.

REFERÊNCIAS

BORG; NOBLE, Percepção Subjetiva do Esforço, Monitorando a Intensidade do Exercício, 1974. *Site Cooperaiva do Fitness*. Disponível em <<http://www.cdof.com.br/avalia5.htm>>. Acesso em: 22 de novembro de 2010.



COLOMBO, H. *Respostas fisiológicas, perceptuais e afetivas durante caminhada em ritmo auto-selecionado em mulheres adultas de diferentes níveis de aptidão cardiorrespiratória*. 2009. Dissertação. (Mestrado em Educação Física)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KRINSKI, K. et al. Comparação das respostas fisiológicas e perceptuais obtidas durante caminhada na esteira em ritmo auto selecionado entre os sexos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 16, n.4, jul/ago 2010.

NUNES, S. M. R.; MONTE, A. S. I.; EMYGDIO, R. F.; KNACKFUSS, M. I., Dança Folclórica e Caminhada: Um Estudo Comparativo do Gasto Calórico de Universitários. *Revista salud pública Bogotá*, v. 9 n.4 out/dez 2007.

MIRANDA, M. L. J.; GODELI, M. R.; OKUMA, S. S., Efeitos do exercício aeróbio com música sobre os estados de ânimo de pessoas idosas. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v.10, n.2, p. 172 a 178, 1996.

MIRANDA, M. L. J.; GODELI, M. R. C. S., *Efeitos da atividade física com música sobre estados subjetivos de idosos*. São Paulo 2001.

MOURA, N. L. et al. A influência motivacional da música em mulheres praticantes de ginástica de academia. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 6, n.3 , 2007.

RIED, B. *Fundamentos de dança de salão*. Maringá-PR: Midiograf, 2003.



INDICADORES DOS NÍVEIS DE DESEMPENHO MOTOR EM TRIATLETAS INFANTIS E INFANTO-JUVENIS

Cosme José Monteiro - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador - Prof. Ms Heriberto Colombo

RESUMO:

Força, resistência e velocidade são as principais capacidades físicas que determinam o desempenho no *triathlon*. Portanto, é necessário trabalhar a interação entre estas capacidades, devendo-se priorizar a capacidade física a ser desenvolvida de maneira diretamente proporcional à distância da prova. Esta modalidade exige um elevado padrão de preparação do atleta, seja no aspecto físico, técnico, tático e psicológico. Porém, deve-se lembrar que o treino com crianças e jovens tem características que o diferencia do treinamento dos adultos, relacionados aos estágios de crescimento, desenvolvimento e desempenho motor. Desempenho motor se caracteriza pela elevada especificidade de cada uma das capacidades motoras isoladamente, substituindo a noção do desempenho motor geral pelo conceito de que cada indivíduo apresenta um desempenho específico dentro de cada uma das várias capacidades motoras e o propósito de determinar o desempenho motor é obter informações do tipo quantitativo que propiciem comparações inter e intra-indivíduos, na tentativa de identificar o comportamento relacionado ao aspecto motor.

PALAVRAS-CHAVE: triathlon, desempenho motor.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo tem a finalidade de quantificar os níveis de desempenho motor do fator fisiológico solicitado nas circunstâncias elaboradas, seguindo a bateria de testes motores descritos na obra de Guedes & Guedes.

Para quantificar a flexibilidade, será utilizado o teste “sentar-e-alcançar” no banco de Wells. O salto em distância parado será o medidor de força explosiva (potência) e aferido com uma trena de três metros de comprimento, onde o ponto zero coincide com a linha de partida do salto.

A flexão e extensão dos braços em suspensão na barra, bem como o teste abdominal modificado, são medidores de força e resistência muscular. No teste de flexão e extensão dos braços, o avaliado deverá estar em decúbito dorsal e a barra instalada 3cm acima da ponta dos dedos e o abdominal modificado, também de decúbito dorsal sobre um colchão de ginástica, quadris e joelhos flexionados, braços cruzados na linha dos ombros.



Por fim a corrida de 50 metros medindo a velocidade, ou seja, percorrer a distância no menor tempo possível e corrida/caminhada de 9 ou 12 minutos para a resistência cardiorrespiratória, onde o avaliado fará corrida e caminhada no intuito de equilibrar a demanda de energia, visando o melhor equilíbrio possível.

Os 16 atletas envolvidos no estudo estão em treinamento contínuo e sistematizado para competições da modalidade *triathlon*, com faixa etária entre sete e dezesseis anos. A escolha da faixa etária para o estudo está diretamente relacionada às divisões de categorias infantis e infanto-juvenis nas competições.

A aplicação dos testes motores encontra-se em andamento, porém, o levantamento literário nos inclina a hipotetizar que os conhecimentos da aprendizagem motora por parte dos treinadores, são fundamentais para a formação e treinamento dos atletas.

REFERÊNCIAS

BARBANTI, V. et al. *Esporte e Atividade Física – Interação entre Rendimento e Saúde*. São Paulo: Editora Manole, 2002.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos*. São Paulo: Phorte Ltda, 2001.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. *Crescimento Composição Corporal e Desempenho Motor*. São Paulo: CLR Balieiro, 2000.

PUGGINA, E. F.; GRAGLIA, L. C. *As Capacidades Físicas no Triathlon*. [S.I]: Huka Team Acessoria Esportiva, 2007. Disponível em: <<http://www.hukateam.com/dicas.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

SILVA, M. F.; FERNANDES, L.; CELANI, F. O. Desporto de crianças e jovens: Um estudo sobre as idades de iniciação. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 1, n. 2, p.45-55, 2001.



INDICADORES DOS NÍVEIS DE DESEMPENHO MOTOR EM TRIATLETAS INFANTIS E INFANTO-JUVENIS

Cosme José Monteiro - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador - Prof. Ms Heriberto Colombo

RESUMO:

Força, resistência e velocidade são as principais capacidades físicas que determinam o desempenho no *triathlon*. Portanto, é necessário trabalhar a interação entre estas capacidades, devendo-se priorizar a capacidade física a ser desenvolvida de maneira diretamente proporcional à distância da prova. Esta modalidade exige um elevado padrão de preparação do atleta, seja no aspecto físico, técnico, tático e psicológico. Porém, deve-se lembrar que o treino com crianças e jovens tem características que o diferencia do treinamento dos adultos, relacionados aos estágios de crescimento, desenvolvimento e desempenho motor. Desempenho motor se caracteriza pela elevada especificidade de cada uma das capacidades motoras isoladamente, substituindo a noção do desempenho motor geral pelo conceito de que cada indivíduo apresenta um desempenho específico dentro de cada uma das várias capacidades motoras e o propósito de determinar o desempenho motor é obter informações do tipo quantitativo que propiciem comparações inter e intra-indivíduos, na tentativa de identificar o comportamento relacionado ao aspecto motor.

PALAVRAS-CHAVE: triathlon, desempenho motor.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo tem a finalidade de quantificar os níveis de desempenho motor do fator fisiológico solicitado nas circunstâncias elaboradas, seguindo a bateria de testes motores descritos na obra de Guedes & Guedes.

Para quantificar a flexibilidade, será utilizado o teste “sentar-e-alcançar” no banco de Wells. O salto em distância parado será o medidor de força explosiva (potência) e aferido com uma trena de três metros de comprimento, onde o ponto zero coincide com a linha de partida do salto.

A flexão e extensão dos braços em suspensão na barra, bem como o teste abdominal modificado, são medidores de força e resistência muscular. No teste de flexão e extensão dos braços, o avaliado deverá estar em decúbito dorsal e a barra instalada 3cm acima da ponta dos dedos e o abdominal modificado, também de decúbito dorsal sobre um colchão de ginástica, quadris e joelhos flexionados, braços cruzados na linha dos ombros.



Por fim a corrida de 50 metros medindo a velocidade, ou seja, percorrer a distância no menor tempo possível e corrida/caminhada de 9 ou 12 minutos para a resistência cardiorrespiratória, onde o avaliado fará corrida e caminhada no intuito de equilibrar a demanda de energia, visando o melhor equilíbrio possível.

Os 16 atletas envolvidos no estudo estão em treinamento contínuo e sistematizado para competições da modalidade *triathlon*, com faixa etária entre sete e dezesseis anos. A escolha da faixa etária para o estudo está diretamente relacionada às divisões de categorias infantis e infanto-juvenis nas competições.

A aplicação dos testes motores encontra-se em andamento, porém, o levantamento literário nos inclina a hipotetizar que os conhecimentos da aprendizagem motora por parte dos treinadores, são fundamentais para a formação e treinamento dos atletas.

REFERÊNCIAS

BARBANTI, V. et al. *Esporte e Atividade Física – Interação entre Rendimento e Saúde*. São Paulo: Editora Manole, 2002.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos*. São Paulo: Phorte Ltda, 2001.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. *Crescimento Composição Corporal e Desempenho Motor*. São Paulo: CLR Balieiro, 2000.

PUGGINA, E. F.; GRAGLIA, L. C. *As Capacidades Físicas no Triathlon*. [S.I]: Huka Team Acessoria Esportiva, 2007. Disponível em: <<http://www.hukateam.com/dicas.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

SILVA, M. F.; FERNANDES, L.; CELANI, F. O. Desporto de crianças e jovens: Um estudo sobre as idades de iniciação. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 1, n. 2, p.45-55, 2001.



OS BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO DE FORÇA RELACIONADOS À QUALIDADE DE VIDA DOS CARDIACOS

Jessica Ilhe Silva – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof. Esp. Odair Rodrigues Salles – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A reabilitação cardiovascular tem benefícios desde o século XVIII, a cada década se descobria uma teoria diferente sobre o exercício físico até mesmo que o exercício físico seria prejudicial à reabilitação do cardíaco na sociedade. A força muscular é fundamental para saúde, para a manutenção de boa capacidade funcional e para atingir qualidade de vida satisfatória. O objetivo deste trabalho é Identificar a melhora de vida dos cardíacos trabalhando especificamente a força, verificar os benefícios do exercício de força na capacidade funcional do idoso,. Enquanto a capacidade funcional pode ser definida como a habilidade de realizar tarefas que fazem parte do cotidiano do ser humano e que normalmente são indispensáveis para uma vida independente na sociedade. Para o controle de peso corporal, o treinamento de força aumenta o gasto calórico através do aumento da massa muscular magra e do metabolismo basal. O presente estudo foi realizado através de uma Pesquisa Bibliográfica, pois está baseado em referências bibliográficas e os procedimentos para a coleta de dados é a leitura analítica sobre o tema em questão. Por isso tudo mencionado o treinamento de força, pode melhorar o padrão de movimento, diminuir o gasto energético e reduzir os distúrbios músculo-esquelético, frequentemente encontrados em pacientes com doenças cardiovasculares, melhorando muito o bem-estar e a qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitação cardíaca. Saúde. Treinamento resistido.

A força muscular é essencial a saúde, pessoas com problemas cardíacos tende a ter essa força muscular restrita por isso fazem parte dos programas de reabilitação cardíaca para retomar atividades cotidianas essenciais melhorando conseqüentemente a qualidade de vida. A reabilitação cardíaca é o somatório das atividades necessárias para garantir aos pacientes portadores de cardiopatia as melhores condições física, mental e social, de forma que eles consigam, pelo seu próprio esforço, reconquistar uma posição normal na comunidade e levar uma vida ativa e produtiva. O objetivo deste trabalho é Identificar a melhora de vida dos cardíacos trabalhando especificamente a força, verificar os benefícios do exercício de força na capacidade funcional do idoso.

O presente estudo foi realizado através de uma Pesquisa Bibliográfica, pois está baseado em referências bibliográficas e os procedimentos para a coleta de dados é a leitura analítica sobre



o tema em questão. Uma definição dada por Lima (1997) descreve pesquisa bibliográfica como atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de um tema.

Portanto nesta pesquisa foram coletados dados através de referenciais teóricos do assunto em questão, em seguida analisados e feito uma comparação dos objetivos citados anteriormente, assim foi traçado uma linha de trabalho estruturada para nos dar o resultado pretendido.

Para alcançarmos nossos objetivos, tem-se as seguintes etapas:

Estudo sobre capacidade funcional, reabilitação cardíaca, exercício físico.

Nessa etapa proporcionar experiências com textos literários que desperte e satisfaçam suas necessidades quanto ao objeto escolhido e às estratégias de ensino.

No qual são embutidos artigos que afirmem as teorias sobre o tema em questão seja em termos de literatura ou observação, momento em que irá comparar os resultados obtidos.

Conscientes de novas possibilidades de manejo, parte se para a busca de novos resultados, que atendam a as expectativas ampliadas em termos mais complexas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C.A.; ALBERTO, C.A. Atividades físicas e terceira idade: uma perspectiva psicossocial. *Revista Psicologia Argumento*, Curitiba, n.19, p.26, nov 1996.

AMORIM, C.A.; ALBERTO, C.A. Atividades físicas e terceira idade: uma perspectiva psicossocial. *Revista Psicologia Argumento*, Curitiba, n.19, p.26, nov 1996.

ARAUJO, Claudio Gill Soares de. Normatização dos equipamentos e técnicas da reabilitação cardíaca. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v.83, n5, p-448-452, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.br/pdf.abc/v83/n5/22/40-pdf>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

BASSAN, Roberto et al. Revisão das II Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia para o Diagnóstico e Tratamento da Insuficiência Cardíaca título do artigo. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v.79, n.4, 2002.

FLECK, Steven J; KRAEMER, William J. *Fundamentos do treinamento de força muscular*. Porto Alegre: Artmed, p. 20–322, 2006.



LIMA, Manolita Correia. *A Engenharia da Produção Acadêmica*. São Paulo: Unidas. 1997.



OS BENEFÍCIOS DA HIDROGINÁSTICA NO CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA TERCEIRA IDADE

Juliana Ferreira de Menezes–Centro Universitário Filadélfia–UniFil

Orientador–Édilon dos Santos Pimentel–Centro Universitário Filadélfia–UniFil

RESUMO:

É crescente o número de hipertensos no Brasil, que segundo o Sétimo Consenso Brasileiro para o tratamento da Hipertensão Arterial, corresponde atualmente a cerca de 14 milhões de brasileiros, sendo 15% deste total adultos economicamente ativos, e sendo a hipertensão um dos maiores fatores de doenças cardiovasculares. Assim, é necessário esclarecer a população quanto a necessidade de adotar hábitos saudáveis de vida e a prática regular de exercícios físicos para diminuir os fatores de risco da hipertensão arterial. A evolução tecnológica e o avanço da medicina produziram mudanças no estilo de vida do homem moderno, com benefícios como o aumento da expectativa de vida e malefícios como o aumento da inatividade física, que aliada a maus hábitos alimentares favorece o aumento da obesidade, um dos fatores responsáveis pela hipertensão arterial. Nesse sentido o presente trabalho, utilizando a pesquisa bibliográfica, investigou os benefícios da hidroginástica no controle da pressão arterial na terceira idade, apresentando alguns conceitos e características relacionados a hipertensão arterial, explanando sobre os benefícios fisiológicos da hidroginástica para população em geral para, por fim, analisar os benefícios fisiológicos da hidroginástica para idosos hipertensos. Concluiu-se que a hidroginástica auxilia no controle da hipertensão arterial na terceira idade.

PALAVRAS-CHAVE: Hipertensão Arterial, Hidroginástica, Terceira Idade

A Organização Mundial da Saúde define pressão alta ou hipertensão arterial como o aumento da pressão arterial acima dos níveis de 140mmHg (pressão sistólica) por 90mmHg (pressão diastólica) (GULLO; MURAYAMA; FORTES, 2004). Ela resulta de várias alterações estruturais no sistema cardiovascular, que tanto podem amplificar o estímulo hipertensivo como causar danos cardiovasculares (LEITE et al., 2006), podendo ser considerada perigosa por frequentemente não apresentar sintomas.

São vários os fatores que interferem na pressão arterial como aumento do volume sanguíneo, frequência cardíaca, volume de ejeção, aumento da viscosidade sanguínea e resistência periférica. O aumento dos fatores de risco como inatividade física, maus hábitos alimentares, obesidade, hereditariedade e stress fazem com que a hipertensão arterial seja diagnosticada cada vez mais precocemente, sendo um dos componentes de risco mais importantes de morbidade e mortalidade no mundo atualmente. Junto com o tabagismo, é a



principal causa de mortalidade da população mundial.

Uma parte da literatura indica a prática regular de exercícios aeróbicos de intensidade moderada, no mínimo 3 vezes por semana, no combate ou redução de alguns dos fatores de risco da hipertensão arterial, podendo levar o hipertenso a suspensão do tratamento medicamentoso.

Sabendo-se que a hidroginástica vem sendo recomendada, justifica-se a importância desta pesquisa na orientação dos profissionais de educação física, para que sua atuação seja eficaz na prevenção, combate e controle da hipertensão arterial, principalmente em idosos, tendo em vista que esta tem incidência mais elevada com o progredir da idade, chegando a cometer mais da metade da população geriátrica, sendo mais expressiva no sexo feminino e na raça negra (BORGES et al., 2002).

O exercício físico, se bem planejado e orientado de forma correta, quanto a sua duração e intensidade, pode ter um efeito hipotensor importante (SILVEIRA et al., 2007), porque desencadeia uma série de respostas fisiológicas nos vários sistemas corporais e em particular no sistema cardiovascular. Os efeitos fisiológicos do exercício físico podem ser classificados em agudos e crônicos. Os efeitos agudos estão relacionados com a sessão de exercício, são observados durante as 24 ou 48 horas. Os efeitos crônicos são resultado da frequência e regularidade às sessões de exercícios.

Nesse contexto, tanto o exercício físico agudo, como o exercício físico crônico, caracterizado pelo treinamento físico, podem influenciar positivamente o comportamento da pressão arterial (NEGRÃO e FORJAZ, 2000 apud SILVA et al., 2008). Após algumas semanas de exercícios físicos regulares, o hipertenso se beneficia dos efeitos agudos tardios e efeito crônico sobre a pressão arterial (IRIGOYEN, 2003 apud MOREIRA e CARIBE, 2009).

Os exercícios aeróbicos são os mais indicados, devendo ser de intensidade moderada e praticados com regularidade (GULLO, 2004). Programas de exercícios físicos, para prevenção e combate da hipertensão, devem contar com atividades aeróbicas dinâmicas, tais como caminhadas rápidas, corridas leves, natação e ciclismo (IV DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2002 apud COUTO e BORGES, 2010).

A hidroginástica pode ser utilizada nessa perspectiva, pois vem se destacando e conquistando um número crescente de adeptos, tanto que, nos últimos 10 anos, a popularidade dos exercícios aquáticos tem aumentado significativamente (DARBY; YAEKLE, 2000 apud



CERRI; SIMÕES, 2007). Durante as aulas de hidroginástica, o indivíduo se exercita de uma forma global, aproveitando-se dos benefícios e características da água, mas, sobretudo respeitando os objetivos e limitações individuais, tendo um efeito de duplo treinamento: treinamento aeróbico e tonificação muscular.

Pesquisas demonstram que exercitar-se na água causa uma diminuição de 10% a 15% na taxa de batimento cardíaco e de 10% na pressão arterial. Esse resultado se deve à diminuição da circulação do sangue na área da pele e ao aumento do retorno do sangue ao coração e ao sistema circulatório, liberando sangue diretamente para os músculos de trabalho.

Assim, conclui-se que a hidroginástica pode ser uma excelente forma de exercício físico aeróbico para idosos hipertensos, por promover os benefícios acima expostos, principalmente seu efeito hipotensor, com a vantagem de reduzir o impacto nas articulações, além de promover a tonificação muscular, tendo em vista que as pessoas na terceira idade apresentam redução da massa e da força muscular.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jairo Lins. *Manual de cardiogeriatría*. São Paulo: Lemos, 2006

CERRI, Alessandra de Souza; SIMÕES, Regina. Hidroginástica e Idosos: por que eles praticam?. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.13, n. 01, jan/abril. 2007. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2926/1560>>. Acesso em 08 de setembro de 2011.

COUTO, Patrícia Cristiane Andacício Ferreira; BORGES, Gilson Caixeta. Exercício físico como meio de prevenção, tratamento e controle da hipertensão arterial. *Revista Digital*, n. 149, Out 2010. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/.../exercicio-fisico-no-controle-da-pressao-arterial.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

GULLO, Aline Beatriz Moreira; MURAYAMA, Simone Pereira Gabriel; FORTES, Tais Masotti Lorenzetti. *Hipertensão arterial: como conhecer para melhor tratá-la?*. São Paulo: Paulus, 2004.

LEITE, José Luzia; FIGUEREDO, Nélia Maria Almeida; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. *Guia prático em cardiopatias: enfermagem em cirurgia cardíaca*. São Caetano do Sul - SP: Yendis Editora, 2006.

SILVA, Alisson Gomes et al. Exercício físico como meio de prevenção e tratamento da hipertensão arterial. *Revista Digital*, Buenos Aires, n. 126, nov 2008. Disponível em



<<http://www.efdeportes.com/efd126/exercicio-fisico-como-meio-de-prevencao-e-tratamento-da-hipertensao-arterial.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

MOREIRA, Ramon Missias; CARIBÉ, Lande Landulfo. O exercício físico no controle da hipertensão arterial. *Revista Digital*. Buenos Aires, n. 134, jul 2009. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/.../o-exercicio-fisico-no-controle-da-hipertensao-arterial.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

SILVEIRA, Marcel Guimarães et al. Exercício físico como fator de prevenção e tratamento da hipertensão arterial. *Revista Digital*. Buenos Aires, n. 106, mar 2007. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/.../exercicio-fisico-como-fator-de-prevencao-e-tratamento-da-hipertensao-arterial.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2011.



BENEFÍCIOS DOS EXERCÍCIOS RESISTIDOS NO EQUILÍBRIO E NA CAPACIDADE FUNCIONAL DURANTE A TERCEIRA IDADE

Karla Natalie Rolim - Centro Universitário Filadélfia- UniFil

Orientador- Prof. Ms. Heriberto Colombo - Centro Universitário Filadélfia- UniFil

RESUMO:

Este referido trabalho trata-se de uma monografia ainda em andamento, sendo desenvolvido no curso de Educação Física, onde visa auxiliar em pesquisas na área do tema estudado. Com o aumento significativo dos idosos e o aumento da tecnologia há um grande problema surgindo na sociedade, o sedentarismo. Com os idosos não praticando atividade física, se tornando sedentários ocorre um aumento de doenças crônicas. O envelhecimento é um processo complexo que envolve algumas variáveis, como a genética, estilo de vida e doenças crônicas, que juntas ou não interferem no envelhecimento. O sedentarismo faz com que o idoso perca força e massa muscular, assim fazendo com que haja perda o equilíbrio, tanto no ato de andar e quanto no ato de manusear objetos, pois com o processo de envelhecimento a degeneração do corpo é inevitável e sem estímulo de exercício físico esse processo é ainda mais rápido. A perda dessas funções faz com que o idoso se torne mais dependente, influenciando nas tarefas do dia a dia. Para uma vida saudável além da saúde mental, a saúde física é extremamente importante, pois é necessário que cada indivíduo possa se locomover e agir sem depender de qualquer pessoa. Estudos mostram que os exercícios resistidos ajudam no ganho de força e massa muscular, assim auxiliando no equilíbrio e proporcionando ao idoso uma vida mais independente.

PALAVRAS-CHAVE: idoso. força. equilíbrio. capacidade funcional

Em virtude do aumento das condições gerais de vida, ao avanço da ciência e da medicina, tem ocorrido uma enorme contribuição no controle e tratamento de muitas doenças responsáveis pela mortalidade precoce (MATSUDO, 2001), assim tendo um aumento da expectativa de vida. E com esse aumento surge um paradigma, como manter essa população com uma boa qualidade de vida, pois é comprovado que o processo de envelhecimento leva a perda da capacidade de força, de massa óssea levando a incapacidade funcional.

Entretanto, vários estudos mostram que o exercício físico é muito importante para a manutenção da saúde na terceira idade. Sendo mais específico, este estudo buscou investigar se os exercícios resistidos poderiam ser efetivos na manutenção do equilíbrio e da capacidade funcional do idoso, e conseqüentemente sua independência nas tarefas diárias. Como a população idosa está crescendo cada dia mais, pressupomos que se o estímulo correto fosse implementado pelos



educadores físicos, ocorreria uma maior busca pelos exercícios resistidos em indivíduos da terceira idade.

Um fato relevante é quais seriam os tipos de exercícios mais indicados, ou quais apresentariam melhores resultados na amenização da perda da independência. Neste sentido, estratégias para prevenção ou reversão das perdas de força e de massa muscular associadas à idade tem recebido uma boa atenção nas pesquisas.

Estudos mostram que os exercícios resistidos exercem uma função muito importante no ganho de força e massa muscular, fazendo com que o processo de envelhecimento ocorra mais lentamente, pois, o treinamento com pesos tem se mostrado um meio efetivo para o incremento da força e para a melhoria da capacidade funcional na terceira idade (FLECK, 2006).

O envelhecimento é um processo complexo que envolve muitas variáveis, como a genética, o estilo de vida e doenças crônicas que interagem influenciando a maneira pela qual envelhecemos (CORAZZA, 2006), ou uma outra forma de entender, esse processo é dividido em quatro variáveis, como a idade cronológica, idade biológica, idade psicológica e idade social. O ganho de força e massa muscular interfere diretamente no equilíbrio do idoso, pois esses dois fatores auxiliam na locomoção. Pois, quando se refere ao equilíbrio, está se especificando aquela situação a qual o corpo adota determinada posição em relação ao espaço (DOUGLAS, 2002).

O equilíbrio está diretamente ligado a independência do idoso, ainda que o ato andar é fundamental para a saúde física. Para Almeida (2008) o equilíbrio é um processo complexo que engloba algumas variáveis, como a integração da visão, a sensação vestibular e periférica, os comandos centrais, as respostas neuromusculares e, particularmente, da força muscular.

A capacidade funcional esta dividida em dois focos, as atividades básicas da vida diária (AVD's), que está ligada ao auto cuidado, como alimentar-se, vestir-se, sentar e levantar, já as atividades instrumentais da vida diária (AIVD's) são atividades mais complexas, na maioria das vezes ligadas a participação social, como ir ao mercado, utilizar meios de transportes e usar o telefone (DEL DUCA, 2009).

A força é um pré-requisito para qualquer atividade física, principalmente nos exercícios resistidos, para Rodrigues (2003) a força é a capacidade do individuo utilizar a musculatura para vencer resistências externas. Nos exercícios resistidos o sistema nervoso é dividido em três compartimentos que interagem uns com os outros e com o sistema esquelético, a geração do



comando de nível superior (comando central), que é transformado por um controlador de nível inferior (coluna espinhal) e assim a ativação das unidades motoras dos músculos requisitados (KRAEMER, 2004).

Sendo assim, estudos comprovam que os exercícios resistidos têm uma grande influência positiva no ganho de força e massa muscular, assim fazendo com que haja uma melhora significativa no equilíbrio, consequentemente possibilitando ao idoso o autocontrole do corpo, para que se torne mais independente, havendo uma melhora na qualidade de vida.

No entanto, este estudo teve caráter exploratório qualitativo-descritivo, visando através de revisão de literatura analisar informações relevantes sobre o tema em um levantamento realizado entre março a outubro de 2011 em livros e artigos publicados em periódicos impressos ou digitais, TCCs, sites, entre outros..., buscados na biblioteca da instituição e internet. Esta pesquisa reuniu, analisou e discutiu informações publicadas na área, não apenas uma simples transcrição de pequenos textos, mas sim uma discussão de ideias, sugestões e problemas entre os autores sobre o tema proposto (BIAZIN e SCALCO, 2008).

REFERÊNCIAS:

BIAZIN, D. T.; SCALCO, T. F. *Normas da ABNT e padronização para trabalhos acadêmicos*. Londrina - PR: UniFil, 2008.

CORAZZA, M. A. *Terceira Idade e atividade física*. São Paulo: Phorte, 2005.

DEL DUCA, G. F.; SILVA, M. C.; HALLAL, P.C. Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, n. 5, p. 796-805, 2009.

DOUGLAS, C. R. *Tratado de Fisiologia aplicada à saúde*. São Paulo: Copyright, 2002.

FLECK, S. J. *Fundamentos do treinamento de força muscular*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KRAEMER, W. J. *Treinamento de força para o esporte*. Porto alegre: Artmed, 2004.

MATSUDO, S. M. M. *Envelhecimento e Atividade Física*. Londrina - PR: Midiograf, 2001.

RODRIGUES, C. E. C. *Musculação: teoria e pratica*. Rio de Janeiro: Sprint, 2003



SILVA, A. et al. Equilíbrio, Coordenação e Agilidade de idosos submetidos a prática de exercícios físicos resistidos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 14, n. 2, p. 88- 93, 2008.



AS QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUAÇÃO NA ÁREA DE GESTÃO ESPORTIVA E DE FITNESS

Karla Nely Barros da Costa Agostini – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Écliton dos Santos Pimentel – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este estudo tem o objetivo verificar as competências e qualificações necessárias do profissional de Educação Física para a atuação na área de gestão esportiva e fitness. Para cumprir essa finalidade utilizamos como metodologia, a pesquisa bibliográfica. Constatou-se que a expansão do mercado do setor esportivo e de fitness, tornou – se muito participativo na produção de riqueza no Brasil e no mundo inteiro, com isso o mercado passa a exigir profissionais capacitados a fim de gerir as empresas relacionadas ao ramo. A maneira que o indivíduo interage com a organização é de suma importância para uma definição de competência. Os gestores têm um compromisso com o crescimento da organização, e a maneira de transplantar a estrutura do gerenciamento para a criatividade do gestor se dá por meio de uma combinação de técnicas gerenciais e flexibilidade empresarial, o que significa uma vida inteira lidando com pessoas. O gestor pode ser um administrador especializado na gestão esportiva, ou também um educador físico, o qual já possui grande conhecimento técnico específico da área. Importante também a especialização em gestão esportiva, a fim de se aprofundar na administração e gestão, reunindo todas as capacidades necessárias a tal função. A motivação de pesquisar sobre este tema, deu -se por ser uma área de identificação da autora, com pouco estudo sobre o assunto e muito importante para a organização e estruturação da profissão na área esportiva tendo em vista ante para o desenvolvimento de qualquer órgão, ou instituição pública e privada.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Esportiva, educação Física, intervenção profissional.

A expansão do mercado do setor esportivo e de atividade física, tornou – se fator importante na produção de riqueza no Brasil e no mundo inteiro, com isso não aceitando mais gestores “amadores”, passando a exigir profissionais altamente capacitados a fim de gerir as empresas relacionadas ao ramo. Nesse sentido, o presente Trabalho procura esclarecer quais são as qualificações e competências que os profissionais de Educação Física possuem para se tornarem gestores de qualidade.

Sendo assim, parte-se do pressuposto de que as qualificações e competências que o profissional de educação física possuem para serem gestores de sucesso seriam o conhecimento esportivo e sobre as atividades físicas em geral, o Planejamento estratégico, os



meios envolvidos com o tempo de execução, para conseguir atingir os objetivos com sucesso e o Conhecimento legal que deve ser adquirido pelo educador físico.

As relações entre o profissional de educação física e as competências de um gestor esportivo, são apenas exemplos de que ele pode atuar como gestor esportivo, a sua formação acadêmica comum a todos os educadores físicos faz parte do desenvolvimento de competências, porém uma especialização na área de gestão se faz necessária para a inserção e melhor atuação desse profissional na área de gestão esportiva, e não basta ao profissional ter um conhecimento acadêmico, uma especialização, diversas experiências profissionais, habilidades ou capacidades específicas.

Observa-se uma crescente demanda populacional à prática de atividade física, e grande parte das pessoas buscam estúdios de treinamento personalizado, academias de ginástica e clubes esportivos, a fim de ter o acompanhamento e direcionamento de um educador físico. Nesse contexto, os administradores dessas instituições de serviços voltados à prática do exercício físico e ao esporte geralmente são ex-professores ou técnicos que não possuem obrigatoriamente a qualificação necessária para sua função ou administradores sem um conhecimento mais aprofundado sobre a área de Educação Física, logo, nem sempre capacitados para conquistarem a meta desejada pela empresa, por isso a exigência de mercado de trabalho para o profissional de Educação Física e diante da necessidade de se identificar pessoas para a atuação como gestor nesta área, demonstrando-se, novamente, a relevância desta pesquisa, no sentido de contribuir para a obtenção de um maior conhecimento sobre o que é necessário buscar para que o profissional tenha uma efetiva atuação e conseqüentemente, contribua para a obtenção dos resultados desejados pela empresa.

Para alcançar os objetivos suscitados, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica baseada em publicações específicas sobre gestão esportiva, perfil do profissional de educação física atuante na área de gestão esportiva que tange a detecção de competências desse profissional, trazendo uma discussão sobre esse ambiente.

Á guisa de considerações finais é possível inferir que o profissional de educação física necessita da formação profissional tradicional da graduação, mas também de um conhecimento especializado sobre o tema, que pode ser adquirido em cursos específicos da área, além de habilidades e competências construídas na intervenção profissional cotidiana.



REFERÊNCIAS

DA COSTA, L. et al. *Legados de megaeventos esportivos*; Brasília, ministério do esporte, 2008.

FERRAZ, M. T.; LOPES, C. P.; TEOTONIO, A. C. Gestão esportiva : competências e qualificações do profissional de educação física, *EFDesportes.com*, Buenos Aires, p. 1, ago. 2010.

MOCSANYÍ, V.; BASTOS, C. F, Gestão de pessoas na administração esportiva : Considerações sobre os principais processos, *Revista Mackenzie de educação Física*, São Paulo, p. 55-69, agosto de 2005.

OLIVEIRA, R. P. D, *Teoria geral da administração: uma abordagem prática*, São Paulo, Atlas S.A, 2008.



AS PERCEPÇÕES DAS ATENDENTES DE TELEFONIA SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

Thaisy Catarina Silva; Malu de Oliveira Galdino; Luis Alberto Garcia Freitas; Carlos Alberto Veiga Bruniera - Universidade Estadual de Londrina–UEL
Evanil Antonio Guarido - Universidade Estadual de Londrina–UEL

RESUMO:

Com a crescente preocupação com a qualidade de vida das pessoas e principalmente a qualidade de vida no ambiente de trabalho, muito se discute sobre essa temática e pesquisas apontam que a qualidade de vida no ambiente de trabalho influencia em quesitos como produtividade e qualidade do serviço, sendo esses fatores que acabam influenciando tanto na qualidade de vida do funcionário quanto nos lucros e benefícios da empresa. Pensando nisso, este trabalho tem como objetivo investigar as percepções das atendentes de telefonia sobre a sua participação no programa de ginástica laboral da Universidade Estadual de Londrina–UEL e quais os motivos que as levam a fazer parte de tal programa. A partir disso, foram aplicados questionários com 06 atendentes a fim de investigar tais percepções em relação às aulas desenvolvidas, ao nível de stress e os benefícios com a atividade, por meio de instrumento estruturado. Foi realizada uma análise destes dados através de estatística descritiva com média e desvio padrão e valores percentuais. Os resultados indicam que as mesmas tiveram uma melhoria significativa no desempenho profissional classificado de bom para alta, relataram que as atividades também promoveram sensação de relaxamento e o benefício apontado por todas foi a redução nos níveis de stress. Concluiu-se que ao aderir ao programa de ginástica laboral oferecido pela Universidade o mesmo tem demonstrado ser eficiente na melhoria da qualidade de vida das funcionárias do setor de telefonia, podendo a mesma ser utilizada como uma referencia para outras instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Ginástica Laboral. Atendentes de Telefonia. Percepções das atendentes.

Sabe-se que ao realizar um exercício de alongamento benefícios físicos podem vir a aparecer principalmente relacionado à saúde e qualidade de vida no trabalho, mas questiona-se se os funcionários que dela se beneficiam, conseguem perceber essas modificações ao participarem de um programa direcionado de ginástica laboral. A partir disso esse trabalho apresenta como objetivo investigar as percepções das atendentes de telefonia sobre a sua participação no programa de ginástica laboral da Universidade Estadual de Londrina–UEL e quais os motivos que as levam a fazer parte de tal programa.



Os programas de ginástica laboral têm sido implantados nas empresas como um modo de ajudar esses funcionários a manter uma atividade física e conseqüentemente, ter melhor disposição e mais êxito em seu trabalho diário, além de procurar prevenir doenças do tipo osteoarticulares relacionadas ao trabalho (DORT) e a lesão por esforços repetitivos (LER).

Para esta investigação, nos baseamos nas orientações de Veragra (1998) que nos permite classificar a presente pesquisa como sendo exploratória e de campo. Para tanto esta foi realizada nas dependências da Universidade Estadual de Londrina, no setor de Telefonia. Este setor por sua vez compõe-se por seis funcionárias, do sexo feminino com faixa etária de 30 a 45 anos, com mais de um ano de serviço e de participação no programa de ginástica laboral.

Quanto a forma de aplicação utilizou-se de um instrumento na forma de questionário, composta de 07 questões de múltipla escolha onde analisou-se dados pessoais, envolvimento no programa, sensações e benefícios como o programa. O investigador se manteve presente apenas para fins de esclarecimento de dúvidas por parte do avaliado, não interferindo ou inibindo o sujeito investigado.

A partir disso, foi realizada uma análise estatística descritiva, baseada em médias e desvio padrão, com apresentação em valores percentuais. Para tanto se utilizou programa Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que as mesmas tiveram uma melhoria significativa no desempenho profissional classificado de bom para alta, relataram que as atividades também promoveram sensação de relaxamento e o benefício apontado por todas foi a redução nos níveis de stress, de acordo com a figura abaixo.

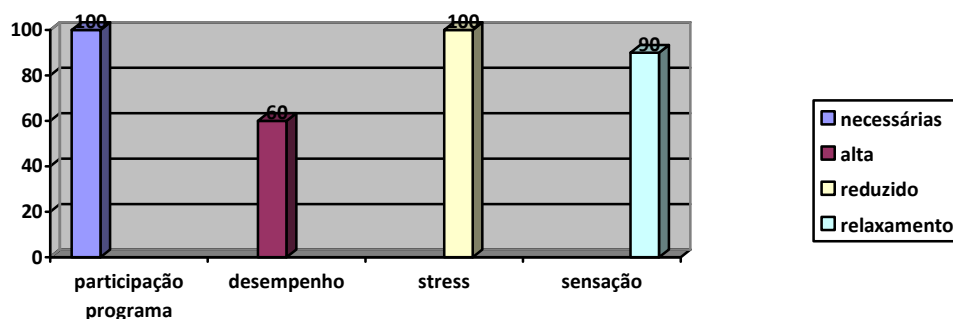


FIGURA 1- Percepções das atendentes com a participação no programa de ginástica laboral- valores expresso em %

Visto isso é possível concluir que ao aderir ao programa de ginástica laboral oferecido pela Universidade o mesmo tem demonstrado ser eficiente na melhoria da qualidade de vida das funcionárias do setor de telefonia, podendo a mesma ser utilizada como uma referência para outras instituições de ensino.

REFERÊNCIA

Martins, Caroline de Oliveira; Duarte, Maria de Fátima da Silva Duarte. Efeitos da ginástica laboral em servidores da Reitoria da UFSC. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*. Brasília v.8, n. 4, p.09, 2000.

Martins, Gizele de Cássia; Barreto, Selva Maria Guimarães. Vivências de Ginástica e melhoria da qualidade de vida do trabalhador: resultados apresentados por funcionários administrativos do instituto de física da Universidade de São Paulo (Campus São Carlos). Motriz. *Revista de Educação Física*, UNESP, v. 13, n. 3, 2007.

REIS, Pedro Ferreira; Moro, Antonio Renato Pereira; Contijo, Leila Amaral. A importância da manutenção de bons níveis de flexibilidade nos trabalhadores que executam suas atividades laborais sentados. *Revista Científica Eletrônica de Engenharia de Produção*- Abrepro, 2010.

Soares, Raquel Guimarães; Assunção, Ada Ávila; Lima, Francisco de Paula Antunes. A baixa adesão ao programa de ginástica laboral: buscando elementos do trabalho para entender o problema. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.31, n.114, p.149-160, 2006.



PRINCIPAIS ACIDENTES POR CAUSAS EXTERNAS E SUAS PECULARIDADES NA INFÂNCIA

Monique Brites da Silva, Tabata Taluana dos Santos Ribeiro – Centro Universitário Filadelfia
– UniFil

Orientadora: Prof. Ms. Nataly Tsumura Inocencio Soares - Centro Universitário Filadelfia –
UniFil

RESUMO:

Tem-se considerado o acidente como um evento previsível, tendo como produto final uma transmissão rápida de um tipo de energia dinâmica, térmica ou química de um corpo a outro ocasionando seqüelas podendo levar ao óbito. Não há como negar que é um assunto extremamente preocupante e alarmente para a saúde pública, requerendo o envolvimento de diversos setores, sejam eles das áreas da saúde, política e social. O estudo tem como objetivo realizar uma análise da literatura nacional sobre os principais acidentes na infância. Inclui artigos nacionais indexados na base de dado Lilacs no período de 2008 a 2010. A amostra foi composta por seis artigos, localizados a partir dos descritores queda, queimaduras e acidentes de trânsito. A análise das pesquisas demonstra as particularidades de cada uma das causas e consequências das ocorrências traumáticas na saúde infantil. Apontando, assim, a necessidade de maior participação da equipe de enfermagem em estabelecer formas de prevenção, com o intuito de diminuir os índices desses acidentes.

PALAVRAS-CHAVE: acidentes por queda, queimaduras, acidentes de trânsito.

Tem-se considerado o acidente na infância um evento previsível, tendo como produto final uma transmissão rápida de um tipo de energia dinâmica, térmica ou química de um corpo a outro ocasionando seqüelas podendo levar ao óbito.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, no Brasil, as causas externas são responsáveis por 19,5% da mortalidade na faixa etária até a adolescência, tornando-se a principal causa de morte no grupo etário de cinco a 19 anos, sendo assim destacado como causa importante de morbi-mortalidade é grande problema da Saúde Pública.

Os dados publicados pelo Datasus (2008) verifica-se um alto índice de hospitalizações, totalizando 89574 casos, destacando as quedas 58581 (65,4%), seguido por queimaduras 15007 (16,8%) e acidentes de trânsito 10874 (12,1%).

O objetivo do estudo é realizar uma análise da literatura nacional sobre os principais acidentes por causas externas na infância.



Trata-se uma revisão de literatura, compreendendo artigos científicos que enfocaram os principais acidentes responsáveis pela hospitalização na infância.

A busca baseou-se nos descritores queimaduras, queda e acidentes de trânsito. Encontrando-se o total de 84.027 (100%) pesquisas. Os critérios de inclusão envolvem os artigos nacionais disponíveis on line e na íntegra, publicados no período de 2008 a 2010, que abordassem especificamente a temática. Os critérios de exclusão foram artigos publicados a mais de três anos, em idiomas inglês, espanhol etc., teses, dissertações, monografias, artigos de revisão e que não se aplicavam ao tema. Constituindo uma amostra final de seis (0,007%) artigos, indexados na base de dados Lilacs.

Conforme pesquisa realizada em um município do norte do Paraná, as quedas atingem principalmente a cabeça e o pescoço (55,2%), seguindo ombros/membros superiores (26,2%) e o quadril e os membros inferiores (11,9%). Sendo os principais causadores: “leito /berço /cama (19,2%), motoca /velocípede /patinete /patins /skate (14,4%), mobílias /sofás (12,4%), dentre outros.

Diante desses riscos os acidentes estão relacionados a faixas etárias, ausência de reflexo, descuido dos responsáveis e diferença de sexo, com predominância do masculino. Além da influencia da educação, dos aspectos culturais e sociais.

Já nos casos das queimaduras, as do tipo escaldadura e o ambiente doméstico são os mais evidenciados. Estando relacionados os fatores sociodemográficos precários, aglomeração de pessoas em um mesmo ambiente e negligência do responsável.

Segundo Pesquisa realizada no Norte e Nordeste do Brasil, crianças/adolescentes do sexo masculino são os de maior enfoque a nível de hospitalização, devido a lesões térmicas.

A queimadura pode resultar em graves seqüelas como: incapacidade funcional, deformidades, danos neurológicos, oftalmológicos, geniturinários e alterações psicológicas.

Com relação aos acidentes de transito, a sociedade apresenta conceitos, onde meninos estão mais expostos, devido a brincadeiras de rua proporcionadas por uma maior liberdade. Conforme pesquisas realizadas pelo SIATE há um maior acometimento das crianças com idade entre 10 e 12 anos (22,4%), relacionado a frágil vigilância dos pais.

A colisão foi a ocorrência mais registrada no ano de 2004, bem como, as bicicletas, utilizadas, muitas vezes, sem a supervisão de um adulto, possibilitando ocorrências traumáticas graves. Vários fatores podem estar relacionados como: falta de cuidado dos pais;



faixa etária e sexo da criança; aumento de números de automóveis; leis de trânsito não respeitadas; má conservação dos veículos e das pistas; falha humana e comportamento inadequado dos pedestres.

Assim, foi possível observar que os artigos abordaram queda, queimadura e acidentes de trânsito como os acidentes de maior ocorrência na infância, sendo avaliados conforme a faixa etária, gravidade e suas possíveis causas, tornando-se os principais meios para observar, avaliar e diminuir os índices apontados, permitindo assim, uma maneira melhor de preveni-los.

REFERÊNCIAS

BRICCIUS, M. MUROFUSE, N. T. Atendimento de crianças pelo SIATE de Cascavel no ano de 2004. *Revista Eletronica de Enfermagem*, 2008.

CAVALCANTI, L. A; *et al.* Morbidade por causas externas em crianças e adolescentes em Campina Grande, Paraíba; 2008; Associação Medica Brasileira (AMB). *Arquivos Catarinenses de Medicina*, v. 37, n. 3, p. 27-33, 2008.

DATASUS. *Banco de Dados do Sistema Único de Saúde. Acidentes na Infância. Ministério da Saúde*, 2008. Disponível em: <<http://criancasegura.org.br/page/faixa-etaria-de-0-a-14-anos>>. Acesso em: 26 de maio de 2011.

FRANCIOZI, C. E. S. *et al.* Trauma na infância e adolescência: epidemiologia, tratamento e aspectos econômicos em um hospital publico, *Acta Ortopedia Brasileira*, São Paulo, v. 16, n. 5, 2008.

MARTINS, C. B. G; ANDRADE, S. M. Estudo descritivo de quedas entre menores de 15 nos no município de Londrina (PR, Brasil). *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 15, supl. 2, Rio de Janeiro, out., 2010.

OLIVEIRA, F. P. S.; FERREIRA, E. A. P; CARMONA, S. S. Crianças e adolescentes vitimas de queimaduras: caracterização de situações de risco ao desenvolvimento. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. São Paulo, v. 10, n. 1, abr. 2009.

VENDRUSCULO, T. M. *et al.* Queimaduras em ambiente doméstico: características e circunstâncias do acidente. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 18, n. 3. Ribeirão Preto, mai/jun, 2010.



FAMÍLIA NA HOSPITALIZAÇÃO DE DOENTES CRÔNICOS: DEMANDAS E RESPOSTAS

Autores – Letícia Orlandi Baldow; Ana Cecília Silveira Rossato;

Colaboradores – Jéssica Cláudia da Silva Chaves; Lidiane Vertuan; Rosângela Figueiredo da Silva; Suelen Alessandra Borges – Universidade Estadual de Londrina

Orientador – Maria Tereza Mendes Alves Pereira

RESUMO:

A família de doentes crônicos na hospitalização vivencia momentos que requer a presença da mesma no contexto hospitalar, desempenhando diversos papéis demandados pelo doente, pela equipe de saúde e instituição. Conhecer as demandas enfrentadas e as respostas das famílias acompanhantes na hospitalização de doentes crônicos é o objetivo desta pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, e modalidade descritiva-analítica. Sujeitos da pesquisa foram familiares acompanhantes de doentes crônicos em tratamento em hospital escola, desenvolvida no período de abril a novembro de 2009. A coleta de dados foi através de questionário aplicado pela técnica de entrevista, conduzida pelos núcleos temáticos: conhecer o familiar acompanhante, as condições e a vivência do acompanhar. A análise dos dados quantitativos foi através da frequência e percentual e, o qualitativo pela análise de conteúdo. Familiares(131) de ambos os sexos, na faixa etária de 41 a 60 anos, com predominância do vínculo para filhas(31%), esposas(18%) e mães(14%). Acompanham o internamento por iniciativa da própria família, em razão do doente ser idoso ou adolescente, permanecendo em período integral. Realizam cuidados como auxílio na alimentação, higiene e locomoção, e fazem companhia ao doente. As famílias revelaram que conciliam o acompanhamento com atividades domésticas (81%), e de trabalho (58%), expressados como um processo complexo, difícil e cansativo (37%), e também naturalizam o cuidar como atribuições da família(11%). As condições institucionais para o cuidado foram consideradas satisfatórias. A vivência do acompanhar está permeada por dar segurança ao doente, reforçar vínculos familiares e contribuir para o tratamento. Familiares responderam demandas sustentadas em vínculos afetivos, em que foi possível expressar e retribuir relações e ações construídas ao longo da vida familiar. O acompanhar foi acrescido às atividades já instituídas e estabelecidas para a família, que são enfrentadas com naturalidade, reafirmando assim o papel da família no tratamento de doentes crônicos e respondendo ao que está previsto na política de saúde e normas institucionais de serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Família, Hospitalização, Doença Crônica

Mudanças ocorridas, no início do século XXI, referentes ao processo de saúde-doença indicaram um conjunto de novos enfoques com procedimentos no campo do diagnóstico e tratamento de doenças principalmente as crônicas, as quais não possuem



indicativos de cura, e sim de cuidados contínuos e permanentes. Enfoques que respondem às necessidades de manter a vida com qualidade, onde a temporalidade, a territorialidade e a forma de ser e de se colocar são premissas essenciais aos processos vivenciados no tratamento das doenças crônicas.

Sendo assim, um novo sujeito - acompanhante familiar - é incluído no processo de hospitalização e de cuidar, aliando-se ao doente, à equipe de tratamento e à instituição na trajetória que vai do diagnóstico ao seguimento do doente crônico. Para Lautert; Echer; e Unicovsky (1998), a internação hospitalar é um momento importante na vida das pessoas e com frequência requer a presença de um acompanhante. Diante do exposto, evidencia-se um processo que coloca o doente e a família em momentos de crises e fragilidades, onde a hospitalização é necessária para o tratamento, considerado um lugar possível de controle da doença crônica, através de procedimentos clínicos e cirúrgicos. É neste momento que a família e o doente se defrontam com o ambiente hospitalar, regido por normas e procedimentos pré-estabelecidos, e em contato com um mundo desconhecido.

Dibai & Cade (2007, p.129) ressalta “que a questão do acompanhante é complexa e não se esgota no hospital, se pensarmos na possibilidade de o acompanhante ter que estender seus cuidados ao paciente em casa, após a alta hospitalar”. As doenças crônicas implicam em tratamento clínico, cirúrgico e hospitalização, enquanto espaços de atenção a momentos de piora do quadro da doença, após este período, a doença estabiliza e os cuidados passam a ser realizados no âmbito da família. O acompanhante familiar como sujeito pertencente ao tratamento hospitalar vivencia um processo permeado por demandas e necessidades as quais interferem tanto no âmbito pessoal, familiar, quanto no âmbito hospitalar. Desta forma, o objetivo do estudo é conhecer as demandas enfrentadas e as respostas das famílias acompanhantes na hospitalização de doentes crônicos.

A pesquisa de natureza quanti-qualitativa, foi desenvolvida no Hospital Universitário de Londrina – Paraná, nas unidades de internação feminina e masculina. Os sujeitos foram 131 familiares de pacientes internados com doenças crônicas que apresentam dependência, realizada no período abril a novembro de 2009. A coleta de dados foi realizada através de entrevista com questionário que consta dos eixos: conhecer o familiar acompanhante, as condições e a vivência do acompanhar.



Os dados quantitativos e qualitativos foram organizados e analisados respectivamente pelo método estatístico (frequência e percentual) e pela técnica de análise de conteúdo. Do total dos 131 sujeitos, a maior concentração de faixa etária é de 41 a 60 anos de idade, predominando o sexo feminino que tem relação direta com os vínculos com o doente: filhas (31%), esposas (18%) e mães (14%). Os familiares acompanhantes dos doentes revelaram que acumulam atividades laborais ao cuidado (58%) e a atividades domésticas (81%), expressando, com isso, cansaço e dificuldade para cuidar (37%) e 11% consideram o cuidar como atribuição natural da família. A iniciativa do acompanhamento partiu da família, a despeito do fato do doente ser idoso ou adolescente e aquele deu-se em período integral. Os cuidados realizados no momento da hospitalização foram: auxílio na alimentação, higiene pessoal e na locomoção, assim como, fazer companhia ao paciente.

Segundo os familiares, as condições institucionais para o acompanhamento demonstraram-se satisfatórias. A vivência do acompanhar está permeada por dar segurança ao doente, reforçar vínculos familiares e contribuir para o tratamento. Sendo assim, o processo de acompanhar foi acrescido às atividades já instituídas e estabelecidas pela família, que são enfrentadas com naturalidade, reafirmando assim o papel da família no tratamento de doentes crônicos e respondendo ao que está previsto na política de saúde e normas institucionais de serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

- DIBAI, M B S; CADE, N V. O acompanhante na instituição hospitalar: na perspectiva de profissionais da saúde.. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 90, p.121-131, jun. 2007.
- LAUTERT, L; ECHER, I C; UNICOVSKY, M A R. O acompanhante do paciente adulto hospitalizado. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p.118-131, jul. 1998.



AÇÃO E INVESTIGAÇÃO COM FAMÍLIA ACOMPANHANTE E CUIDADORA DE DOENTES CRÔNICOS

Autores - Ana Cecília Silveira Rossato; Lidiane Vertuan;

Colaboradores - Luciana Fagundes T. Okawa; Maria Elena de Oliveira; Paula Ingrid P. de Souza; Solange Guelere Favoreto - Universidade Estadual de Londrina

Orientador: Lúcia Helena Machado do Carmo - Universidade Estadual de Londrina

RESUMO:

A ação e investigação, tendo como sujeito a família acompanhante e cuidadora de doentes crônicos é realizada pelo Projeto Integrado de Extensão e Pesquisa “Família Acompanhante e Cuidadora de Doente Crônico: Acolhimento, Preparação, Reflexão e Avaliação”. O objetivo deste projeto é construir-las a partir do processo do acompanhar no hospital e do cuidar no domicílio, como forma de visualizar e viabilizar a família como sujeito do tratamento de doentes crônicos. A localização é o Hospital Universitário de Londrina, órgão complementar da Universidade Estadual de Londrina. O público alvo é composto por pacientes do hospital, adolescentes, adultos e idosos com doenças crônicas e familiares acompanhantes e cuidadores de Londrina e região. No momento do acompanhar e do cuidar, questões objetivas e subjetivas surgem no contexto familiar, podendo mudar sua estrutura e rotina. A ação e a sistematização das questões apresentadas remetem ao preparo, ao acompanhamento e à avaliação de um processo que compõe ações da Política de Saúde para usuários do Sistema Único de Saúde e seus familiares. A metodologia constitui-se de um processo de ação e investigação que permite a busca, a reflexão e a sistematização de informações referentes ao objeto central do projeto. A abordagem individual é realizada através de entrevistas no âmbito do hospital, e constituem-se da primeira relação entre equipe e sujeito. A abordagem grupal é feita através de reuniões de grupo de cuidadores e familiares acompanhantes, compondo-se de espaço de troca de experiências e informações. Utiliza-se a abordagem “in loco”, para a continuidade dos atendimentos e maior aproximação da realidade dos sujeitos e se dá através das visitas domiciliares. A relação com a rede de serviços permite o atendimento às necessidades das demandas apresentadas pelos doentes e seus familiares. O banco de dados decorrente das ações permite o acúmulo de material advindo das ações que viabilizam as necessidades da população. A elaboração técnica (folder, material informativo, vídeo) subsidia a divulgação de ações do projeto. Os encontros acadêmicos e técnicos, através de reuniões, permitem o planejamento, o acompanhamento e a avaliação. Uma das suas finalidades são a participação em eventos científicos e apresentação de trabalhos como espaços para a disseminação das produções.

PALAVRAS-CHAVE: Família Cuidadora, Extensão Universitária, Doenças Crônica

O Projeto Integrado de Extensão e Pesquisa intitulado “Família Acompanhante e Cuidadora de Doente Crônico: Acolhimento, Preparação, Reflexão e Avaliação” tem como objetivo construir ações interventivas e investigativas sobre o processo do acompanhar no hospital e do cuidar no domicílio, como forma de visualizar e viabilizar a família como sujeito do tratamento de doentes crônicos. É realizado no Hospital Universitário de Londrina/UEL



(HU) e tem como público alvo pacientes adolescentes, adultos e idosos, de ambos os sexos em tratamento hospitalar com doenças crônicas e familiares acompanhantes e cuidadores de diferentes localidades de Londrina e região.

O processo de saúde e doença é composto por determinações que se apresentam ao ser humano, direta ou indiretamente estabelecem relações, necessitando de ações, dedicação e sentimentos. Entendemos estes no contexto familiar onde se busca encontrar condições objetivas e subjetivas para o enfrentamento do referido processo. Para Burlá (2002), as doenças crônico-degenerativas são consideradas como aquelas que tem uma evolução incapacitante, e não são possíveis de serem curadas. Desta forma, as doenças crônicas, ao acometerem um indivíduo, provocam inúmeras modificações tanto na sua estrutura de vida pessoal como familiar, implicando em mudanças que levam a adaptações impostas pela doença.

As doenças produzem significativas repercussões, tanto de ordem econômica, como social e emocional, afetando a qualidade de vida do doente enquanto ser total. É preciso uma visão mais abrangente do doente crônico, principalmente, tendo a família e o seu contexto como locus essencial para o tratamento e acompanhamento. As doenças crônicas pressupõem impossibilidade de cura, mas tem como estratégia o controle que requer seguir um curso da vida que congrega alterações e modificações e impõe um novo contexto de ações, condições e relações que no seu conjunto vão viabilizar o controle.

Diante do exposto, evidencia-se um processo que mobiliza tanto o paciente, como sua família nos momentos de crises, onde a hospitalização é necessária para o tratamento, considerado um lugar possível de controle da doença crônica, através de procedimentos clínicos e cirúrgicos. É neste momento que a família e o doente se defrontam com o ambiente hospitalar, regido por normas e procedimentos pré-estabelecidos, e em contato com um mundo desconhecido. Em síntese, a ação e a sistematização das questões apresentadas remetem ao preparo, ao acompanhamento e à avaliação de um processo que compõe ações da Política de Saúde para usuários do Sistema Único de Saúde e seus familiares.

A metodologia constitui-se de um processo de ação e investigação que permite a busca, a reflexão e a sistematização de informações referentes ao objeto central do projeto. O caminho do desenvolvimento daquela relaciona conteúdos empíricos e teóricos subsidiadores do conhecer, do atuar e do produzir. O conhecimento da realidade da população tem como



técnicas, a observação sistemática das rotinas de cuidadores, familiares e equipe de tratamento no HU.

A abordagem individualizada, através da entrevista, permite o diálogo entre equipe e sujeito da ação – doente e família. O grupo é trabalhado enquanto espaço coletivo de troca e socialização de informações e experiências. A abordagem domiciliar permite a aproximação à realidade do doente e família para o aprofundamento dos atendimentos. O banco de dados decorrente das ações permite o acúmulo de material advindo das ações que viabilizam as necessidades da população.

O grupo da ação e da pesquisa, composto por Assistentes Sociais, discentes e docentes, operam a passagem do material empírico para o científico, através da elaboração de produções. O grupo de estudo temático permite o aprofundamento de literatura relacionada aos temas do projeto. A participação em eventos científicos são espaços para a disseminação das produções.

A relação com a rede de serviços permite o atendimento às necessidades das demandas apresentadas pelos doentes e seus familiares. A elaboração técnica (folder, material informativo, vídeo) subsidia a divulgação de ações do projeto. Os encontros acadêmicos e técnicos, através de reuniões, permitem o planejamento, o acompanhamento e a avaliação.

REFERÊNCIAS

BURLÁ, C. Palição: cuidado ao fim da vida. In: FREITAS, E. V. et. All. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2002.



CONSERVAÇÃO DOS IMUNOBIOLOGICOS – REDE DE FRIO

Michele Siréia - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador: Roseli Vitor - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O Programa Nacional de Imunização (PNI) foi criado em 1973 e é responsável pelo controle de qualidade de soros e vacinas, através da implantação da Rede de Frio (RF). Este estudo tem o objetivo de buscar o conhecimento de todo o processo desenvolvido na cadeia de frio, que sob a responsabilidade do PNI faz o armazenamento, conservação, manipulação, distribuição e transporte dos imunobiológicos oferecidos pelo Ministério da Saúde. Para assegurar a eficácia das vacinas utilizadas no Programa de Imunização é fundamental a manutenção da rede de frio e a preparação dos profissionais de saúde para atuarem no processo de conservação e administração dos imunobiológicos.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo identificar os principais requisitos para o desenvolvimento e funcionamento da rede de frio.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de um levantamento de dados de artigos científicos referentes à conservação de imunobiológicos e rede de frio, recorrendo aos meios eletrônicos como Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), cujas bases de dados pesquisadas foram Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Librany Online (SCIELO). Foi destacado o período de 2000 a 2011. Foi realizada a leitura e análise das informações coletadas de 21 artigos científicos sobre a importância da conservação, armazenamento, distribuição, transporte e manipulação dos imunobiológicos, desses artigos, foram selecionados os mais atuais e da língua portuguesa, totalizando 10, através das palavras-chaves: conservação de imunobiológicos, rede de frio.

RESULTADOS

Atualmente a conservação da vida útil das vacinas, se dá pela baixa temperatura, recebendo, a denominação de “cadeia de frio”. A Rede de Frio ou Cadeia de Frio é um método de armazenamento, conservação, manipulação, distribuição e transporte dos Imunobiológicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) que tem a função de manter



sob controle as doenças imunopreveníveis no Brasil, definindo prioridades para a imunização e provendo os Estados e municípios com estes imunobiológicos. Também cabe ao PNI orientar as condutas adequadas à conservação, manipulação, transporte e aplicação dos imunobiológicos, e deve ter condições adequadas de refrigeração, desde o laboratório produtor até o momento em que a vacina é administrada^(3,4,7). Essa rede é composta de duas partes: a cadeia fixa, onde são armazenadas as vacinas até a sua utilização, e a cadeia móvel, composta pelos recipientes móveis para transporte. A nível Nacional o Centro Nacional de Distribuição de Imunobiológicos (CENADI) funciona como um depósito central que distribui os imunobiológicos para os estados de acordo com o controle de movimentação de estoque que são remetidos via aérea ou terrestre (caminhões frigoríficos) em caixas térmicas devidamente preparadas com gelo reciclável⁽²⁾. O armazenamento estadual é destinado à distribuição de imunobiológicos aos distritos regionais. O armazenamento regional ou distrital tem a função de distribuir os imunobiológicos à rede de serviços de saúde dos municípios pertencentes a sua área de abrangência. O armazenamento municipal deverá ser dimensionado de acordo com a quantidade de vacinas necessárias para atender à população, bem como o armazenamento local, onde as vacinas são armazenadas nos postos de saúde, para posterior aplicação na população⁽²⁾. As geladeiras utilizadas pelo PNI são de capacidade de 280 litros e devem ser organizadas de acordo com as seguintes recomendações: o congelador deve conter gelo reutilizável (gelox); a porta da geladeira não pode conter nenhum tipo de vacina ou qualquer outro objeto; na primeira prateleira devem ficar as vacinas que podem ser submetidas à temperatura negativa; na segunda prateleira as vacinas que não podem ser submetidas à temperatura negativa e o termômetro de máxima e mínima; na terceira prateleira os estoques de vacinas, diluentes, soros e imunoglobulinas; e por fim na prateleira inferior somente garrafas com água e corante^(1,6). É importante a verificação da temperatura dos equipamentos da rede pelo menos três vezes ao dia, no transcorrer da jornada de trabalho. A geladeira tem que ser mantida em uma temperatura de +2°C e +8°C, segundo FARHAT *et al.*, 2008, os imunobiológicos expostos a variações de temperatura, podem perder a potência e algumas mudam seu aspecto por alteração de suas características físico-químicas^(5,7). Existem vários tipos de refrigerador, mas de forma geral, os de estoque são geladeiras domésticas, verticais com 280 litros ou mais, também se encontra, em menor quantidade, a câmara fria. Já com os equipamentos de uso diário, o refrigerador horizontal e o refrimmed, são os mais



frequentes, podendo ser substituídos também por caixas térmicas, normalmente encontradas em sala de vacinas de pequeno porte⁽¹⁾, entretanto a *caixa térmica* deverá seguir as mesmas orientações quanto à conservação das vacinas no refrigerador, pois elas estão conservando os imunobiológicos para serem utilizados na rotina diária⁽⁴⁾. O profissional responsável pela sala de vacinação é de extrema importância, pois é ele que manterá a qualidade da vacina desde seu recebimento até a administração⁽⁷⁾, sendo também responsável pela limpeza da geladeira que deverá ser realizada quinzenalmente ou quando o gelo atingir 0,5 cm, feito assim o degelo e a limpeza com pano limpo, água e sabão neutro^{1,6)}.

CONCLUSÃO

É indiscutível a importância da manutenção da rede de frio para assegurar que todos os imunobiológicos mantenham suas características imunogênicas desde o laboratório produtor até a administração da vacina à comunidade. E para que todo o processo ocorra de modo correto é de extrema importância o aperfeiçoamento dos profissionais que são responsáveis pela manipulação, armazenamento e transporte dos imunobiológicos, uma vez que as normas de vacinação estão em constantes mudanças, e a introdução de imunobiológicos no calendário vacinal é freqüente. O conhecimento do processo de organização da rede de frio tem importância específica para proporcionar a qualidade aos imunobiológicos, tanto para os profissionais atuantes como também é relevante na formação do acadêmico, futuramente responsável por esta área.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. de M.; SILVA, M. R. F. da; FRIAS, P. G.; Avaliação da Rede de Frio do Programa Municipal de Imunização do Distrito Sanitário IV do Município do Recife; *Rev. APS*, v. 12, n. 3, p. 238-242, jul./set. 2009.

ESCOBAR, E. M. A.; ADAMI, N. P.; SILVA, C. V.; Avaliação da Qualidade da Rede de Frio do Programa de Imunização de Vinhedo-SP; *Acta Paul. Enf.*, vol. 15, n. 3, p. 7-14, jul/set, 2002.

FARHAT, C. K. *et al. Imunizações: fundamentos e prática*. São Paulo: Atheneu, 2008.



LUNA, G. L. M.; VIEIRA, L. J. E. S.; SOUZA, P. F.; LIRA, S. V. G.; MOREIRA, D. P.; PEREIRA, A. S.; Aspectos relacionados à administração e conservação de vacinas em centros de saúde no Nordeste do Brasil; *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 513-521, 2011.

OHATA, A. P. H. T.; MAENZA, C. F.; A importância no controle da temperatura no transporte de imunobiológicos; *Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza*, 2. ed., n. 2, jun/ago, 2010.

OLIVEIRA, V. C. de; GUIMARÃES, E. A. de A.; GUIMARÃES, I. A.; JANUÁRIO, L. H.; PONTO, I. C.; Prática da enfermagem na conservação de vacinas; *Acta Paul Enferm*, 2009.

RIBEIRO, D. O.; CASTRO, F. de; FERREIRA, G. C.; FERREIRA, J. C.; SANTOS, J. C.; COUTINHO, R. M. C.; *Qualidade da Conservação e armazenamento dos imunobiológicos da Rede Básica do Distrito Sul de Campinas*; J Health Sci Inst. 2010.



UTILIZAÇÃO DE ANTIOXIDANTES NO COMBATE AOS RADICAIS LIVRES CAUSADORES DE ENVELHECIMENTO CUTÂNEO.

Adrielly Michely Ferreira - acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e
Cosmética - UniFil

Mylene Cristina Dornellas da Costa - orientadora e docente do Curso Superior de
Tecnologia em Estética e Cosmética - UniFil

RESUMO:

A pele é um órgão complexo no qual interações celulares e moleculares reguladas de modo preciso governam muitas das agressões provindas do meio ambiente. É constituída por vários tipos de células interdependentes responsáveis pela manutenção da sua estrutura normal. Com o envelhecimento cronológico cutâneo, ocorre à modificação do material genético por meio de enzimas, alterações protéicas e a proliferação celular decrescem. Conseqüentemente, o tecido perde a elasticidade, a capacidade de regular as trocas aquosas e a replicação do tecido se torna menos eficiente. Oxidações químicas e enzimáticas envolvendo a formação de radicais livres (ERO) que aceleram o processo de senescência. A presente pesquisa se fundamenta em explicar como acontece o envelhecimento cutâneo e como atuam os antioxidantes no combate aos radicais livres.

PALAVRAS-CHAVE: antioxidantes, envelhecimento cutâneo, radicais livres.

A pele é um órgão complexo no qual interações celulares e moleculares reguladas de modo preciso governam muitas das agressões provindas do meio ambiente. É constituída por vários tipos de células interdependentes responsáveis pela manutenção da sua estrutura normal. Com o envelhecimento cronológico cutâneo, ocorre à modificação do material genético por meio de enzimas, alterações protéicas e a proliferação celular decresce conseqüentemente, o tecido perde a elasticidade, a capacidade de regular as trocas aquosas e a replicação do tecido se torna menos eficiente. Oxidações químicas e enzimáticas envolvendo a formação de radicais livres (ERO) aceleram esse fenômeno de envelhecimento.

Dentre as reações que ocorrem na pele durante o processo de envelhecimento é possível observar que ela se torna mais fina, pálida seca, ocorrem alterações na pigmentação gerando manchas hipocromicas e hiperchromicas, há menos colágeno e fibroblastos e a função da barreira da pele é afetada (HIRATA; SATO; SANTOS, 2004).



O envelhecimento cutâneo pode acontecer tanto por fatores endógenos como também pelos exógenos. Rebello (2010) ressalta que o envelhecimento intrínseco pode ser considerado como algo natural que com o passar dos anos deixa o organismo como um todo deficitário em suas funções normais, assim as pessoas ficam mais susceptíveis a patologias. Ressalta também que esse processo pode ser chamado de envelhecimento cronológico, dado a suas características interligadas ao tempo vivido por uma pessoa.

De acordo com VIEIRA (2003), o envelhecimento extrínseco do tecido tegumentar é uma resposta de agressões externas submetidas pelo ser humano, dentre as que mais se destacam por colaborar de maneira significativa com essa resposta, pois estão os raios ultravioletas advindos de luz solar, dos quais podem ser responsáveis pelo processo de fotoenvelhecimento. Todos esses fatores que predisõem a pele ao envelhecimento fazem com que aumente a produção de radicais livres. Os EROs são espécies químicas constituídas de um átomo ou associação dos mesmos, possuindo um elétron desemparelhado na sua órbita mais externa. Essa situação implica em alta instabilidade energética e cinética, e para se manterem estáveis precisam doar ou retirar um elétron de outra molécula. A formação dos mesmos desencadeia o processo de estresse oxidativo, no qual estes iniciarão uma cadeia de reações, originando alterações em proteínas extracelulares e a modificações celulares.

O termo antioxidantes se refere a compostos que tem a finalidade de reagir diretamente com os agentes oxidantes assim como os radicais livres, esses compostos possuem a capacidade de doar elétrons, provendo uma inativação dos radicais livres.

Conforme BAUMANN (2004), de um modo geral, o mecanismo de defesa do corpo desenvolve antioxidantes que protegem a pele dos danos causados pelos radicais livres e estes incluem superóxido desmutase, catalase alfa tocoferol, conhecido como vitamina E, ácido ascórbico (vitamina C), ubiquinona e glutatona.

Os antioxidantes presentes em extratos de plantas vêm atraindo cada vez mais a atenção dos consumidores e o uso de plantas com propriedades terapêuticas também chama a atenção dos pesquisadores. Extratos de frutas, cereais, e de diferentes vegetais, e seus produtos derivados, têm mostrado atividades antioxidantes efetivas em diferentes sistemas modelos. A atividade antioxidante de compostos orgânicos é dependente de algumas



características estruturais, que incluem, na maioria dos casos, a presença de grupamentos fenólicos. Desta forma, flavonóides, fenilpropanóides e outros compostos aromáticos são os principais alvos da busca por antioxidantes.

Como meio de prevenção aos danos que os radicais livres podem causar em nossa pele estudos já comprovaram que os antioxidantes têm grande capacidade de combater os mesmos diminuindo as alterações que os RL causam a pele. Podem ser encontrados em vegetais e outros alimentos que contenham, por exemplo, vitamina C, vitamina E, entre outros (BAUMANN, 2004).

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Leslie. *Dermatologia Cosmética: princípios e práticas*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

HIRATA, L.L; SATO, M. E.O; SANTOS, C. A. M. *Radicais Livres e o Envelhecimento Cutâneo*. Acta Farm. Bonaerense v.23 n.3, p. 418-24, 2004.

RIBEIRO, Cláudio de Jesus. *Cosmetologia Aplicada a Dermoestética*. São Paulo: Pharmabooks, 2006.

VIEIRA, Fabiano Nadson Magacho. *Mecanismos Moleculares do Envelhecimento Cutâneo: dos cromossomos as rugas*. São Paulo: Artes Médicas, 2007.



O ESTRESSE RELACIONADO A PATOLOGIAS NA ÁREA ESTÉTICA

Aline Batan de Siqueira - acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e
Cosmética - UniFil

Orientadora: Priscila Taccola - docente do Curso Superior de Tecnologia em Estética e
Cosmética - UniFil

INTRODUÇÃO:

Atualmente o estresse é uma palavra popularmente conhecida. O estresse é quando uma dada situação exige demandas que vão além do que a capacidade de adaptação do indivíduo. Quando se consegue enfrentar essa situação e se adaptar, o processo de estresse se interrompe, caso contrário, o processo se avança.

Malagris e Fiorito (2006), a respeito de situações estressantes, dizem que o excesso do trabalho, conflitos na família, as mudanças excessivas ocorridas no âmbito social, entre outras podem dar um aspecto estressante para a vida do indivíduo moderno. As autoras colocam que doenças de alterações psicofisiológicas também podem se desenvolver a partir do estresse excessivo, e que estão associadas às predisposições individuais (*apud* Lipp & Malagris, 2001), assim como aspectos de sua história de vida e saúde, que incluem idade, condições ambientais, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse, Patologias de pele, Psicofisiológicas

DESENVOLVIMENTO

Foi realizada uma Pesquisa Bibliográfica por meio de livros, revistas e artigos científicos que teve como tema do trabalho: O estresse relacionado a patologias na área estética, com objetivo geral de compreender a influência do estresse, no aparecimento e agravamento das patologias de pele afetando à estética. E como objetivo específico de: Identificar sintomas do estresse; Relacionar o estresse e sua influência no aparecimento e desenvolvimento de patologias estéticas; Propor orientações estéticas para prevenção do estresse e assim contribuindo nas patologias como acne, psoríase e vitiligo. É necessário entender que o estresse não pode ser atribuído o papel de causa dessas patologias, mas sim uma ação desencadeadora ou agravante da problemática. (Lipp, Marilda Novaes ORG), 1996. Hans Selye, primeiro pesquisador a estudar o estresse em 1926, nomeou como “Síndrome de adaptação geral” no qual o estresse foi considerado um desgaste geral do organismo normalmente causado por alterações psicofisiológicas, que ocorrem quando o



indivíduo precisa enfrentar certas situações mesmo que isso vá perturbar, irritar ou deixá-lo ansioso. Ele dividiu o processo de estresse em três fases, porém em estudos mais recentes Lipp (1998) acrescentou mais uma fase do estresse. Atualmente o processo está dividido das seguintes formas: Fase alarme e alerta; Fase resistência; Fase quase-exaustão; Fase de exaustão.

Os sintomas do estresse se diferem de acordo com a vulnerabilidade de cada um, predisposição genética a problemas cardíacos, entre outros. A forma como as pessoas lidam com o estresse é chamada de coping. (Lazarus & Folkman, 1984)

Coping refere-se à maneira como as pessoas tentam mudar as suas circunstâncias ou as suas interpretações das circunstâncias para torná-las mais favoráveis e menos ameaçadoras.

Tudo que cause uma quebra da homeostase interna, que exija alguma adaptação pode ser chamado de um estressor. (Lipp, 1996). A falta de conhecimento e de tratamentos específicos ao stress pode ocasionar resultados desastrosos. Um dos problemas relacionados ao estresse são as patologias de pele. As mais comumente relacionadas ao estresse são a psoríase, acne e o vitiligo.

A psoríase é universal e compromete ambos os sexos. Esta doença é caracterizada por placas eritematosas descamativas com tamanhos e formatos diversos, comprometendo principalmente cotovelos e joelhos. O couro cabeludo, as unhas também pode ser afetados. O tratamento da psoríase é complexo e inclui medidas gerais e específicas (Cosmetics & Toiletries, p. 36).

A acne é uma doença da pele mais comum. Não é contagiosa. Também é chamada de Acne Vulgar ou Juvenil. Trata-se de uma afecção que atinge a unidade pilo-sebácea, afetando normalmente áreas onde estas são maiores e mais numerosas (face, tórax e dorso). Por falta de tratamento, ou tratamentos inadequados podem deixar manchas e cicatrizes inestéticas. A acne é classificada como acne não-inflamatória (sem sinais inflamatório) quando apresenta somente cravos (grau I) e acne inflamatória (graus II, III, IV, V). Para o tratamento deve-se realizar exame dermatológico do paciente o mais completo possível.

O vitiligo é um distúrbio comum caracterizado por máculas bem demarcadas e irregulares (poucos a vários centímetros) desprovido de pigmentação. Normalmente são



bilaterais (simétrico), mas pode ser assimétrico, segmentar, circunscrito, universal, congênito, generalizado e ocular. Ocorre em todas as raças, mas as lesões são mais evidentes em pessoas de pele escura. Embora não provoque danos à saúde, é um problema com poucas alternativas de tratamento.

CONCLUSÃO

Trabalho ainda está em andamento, através das pesquisas bibliográficas dentro de livros, revistas e artigos científicos, para obter um melhor resultado final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BACCARO, A. *Vencendo o estresse: como detectá-lo e superá-lo*. 5. ed., Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

COTRAN, R. *Fundamentos de Patologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

LIPP, M. E. N. *Stress*. São Paulo: Contexto, 1998.

Lipp, M. E. N. (ORG) *Pesquisas sobre stress no Brasil: Saúde, ocupações e grupos de risco*. Campinas-SP: Papirus, 1996.

MALAGRIS, L.E.N.; FIORITO, A.C.C. Avaliação do nível de *stress* de técnicos da área de saúde. *Estudo de Psicologia*. Campinas, v.23, n. 4, p. 391-398, out./dez de 2006.



ASPECTOS FISIOPATOLÓGICOS DO CÂNCER DE PELE – NOVAS ABORDAGENS TERAPÊUTICAS E DE PREVENÇÃO

Ana Paula dos Santos Stadler - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof.^a Dr.^a Gabriela Gonçalves de Oliveira - Centro Universitário Filadélfia
– UniFil

RESUMO:

O câncer de pele é um dos principais cânceres que vem acometendo, de forma crescente, o homem. Este fato está relacionado com a redução da camada de ozônio, pois é essa camada que protege a vida da destruição por radiações, responsáveis pelas mudanças fotocutâneas provocadas na pele. O dano intracelular causado pela radiação UV, com alterações bioquímicas e imunológicas que a radiação induz, pode ser carcinogênica. A evolução dessa doença pode culminar em formas graves e levar o paciente a óbito. Esta pesquisa está sendo feita através de bibliografias e estatísticas do INCA, com objetivo de entender o processo dos cânceres de pele, seu tratamento incluindo novas terapias e as formas básicas de prevenção.

PALAVRAS-CHAVE: câncer de pele, radiação uv, melanoma

O câncer de pele quando em processo ativo de divisão, as células passam por uma seqüência de eventos denominada ciclo celular, que apresenta as fases: G1 (primeira fase de crescimento celular), G0 (período em que a célula mantém sua taxa metabólica, mas não cresce em tamanho, a não ser que receba sinais extracelulares, portanto é pouco vulnerável aos antineoplásicos), S (síntese de DNA, ou seja, duplicação do material genético), G2 (segunda fase de crescimento, em que está se preparando para se dividir) e M (fase de divisão mitótica). Porém existem alguns fatores como, radiação, fatores ambientais, produtos químicos, que comprometem o ciclo celular alterando o processo de divisão das células normais, levando ao câncer. Em se tratando de câncer de pele, este se distribui nos tipos descritos a seguir: Carcinoma basocelular é o mais freqüente e com o menor potencial de malignidade. Seu crescimento é lento e muito raramente se dissemina à distância, podendo se manifestar de várias maneiras, feridas que não cicatrizam ou lesões que sangram com facilidade devido a pequenos traumatismos, como o roçar da toalha, podem ser um carcinoma basocelular. Carcinoma espinocelular o crescimento mais rápido e é bem menos freqüente que o basocelular, correspondendo a cerca de 20% das neoplasias



epiteliais malignas. Acomete mais áreas de mucosa aparente, como a boca ou o lábio, cicatrizes de queimaduras antigas ou áreas que sofreram irradiação (raios X). Além disso, lesões pré-cancerosas decorrentes da exposição prolongada e repetida da pele ao sol são acometidas. Lesões maiores podem gerar metástases, que podem ocorrer após meses ou anos, sendo mais frequentes nos carcinomas das mucosas, dorso das mãos e cicatrizes das queimaduras. Melanoma cutâneo é o mais agressivo e mortal câncer de pele (não existe o melanoma benigno), com alto potencial de produzir metástases. Pode levar à morte se não houver diagnóstico e tratamento precoces. É mais frequente em pessoas de pele clara e sensível. Normalmente, inicia-se com uma pinta escura. Felizmente sua incidência é baixa em relação aos outros tipos de câncer de pele. O diagnóstico do melanoma é feito examinando-se as pintas, que podem mostrar sinais como mudança de cor e aspecto. Para examiná-las e constatar alguma irregularidade, usa-se a Regra ABCD, que significa: Assimetria, Bordas irregulares, Cor variável e Diâmetro.

A radiação UV é dividida em três categorias: UVC, UVB e UVA. Os raios UVC, que correspondem à faixa entre 100 e 290nm. Comprimentos de ondas maiores, entre 290 e 320nm correspondem aos raios UVB, que possuem intensa atividade fisiopatológica sobre a pele, sendo responsáveis pelas queimaduras solares, fotoenvelhecimento e cânceres cutâneos, mesmo não penetrando profundamente nas camadas da pele e sendo em grande parte absorvidas em cima da derme. Já os raios UVA, entre 320 e 400nm, responsáveis pelo bronzeamento imediato, são menos energéticos, porém estão presentes em proporções constantes durante o ano todo. Penetram profundamente na derme acreditando-se, atualmente, que sejam responsáveis por danos às membranas celulares e DNA, contribuindo assim, nos fenômenos do fotoenvelhecimento e na gênese de determinados cânceres.

Protetores solares são agentes que atenuam o efeito da radiação UV (290-400nm), prevenindo o eritema solar e o efeito carcinogênico por mecanismos de absorção, reflexão e dispersão da radiação. Seu uso é primordial na prevenção do câncer de pele e no envelhecimento cutâneo.



Este trabalho encontra-se em andamento, porém o que foi observado é que há a necessidade de mais informações para a população sobre o câncer de pele e divulgação de prevenções em relação à exposição ao sol, diminuindo a incidência da doença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V.L.; LEITÃO, A.; REINA B.L.C.; MONTANARI, C.A.; DONNICI, C.L. Câncer e agentes antineoplásicos ciclo-celular específico e ciclo-celular não específico que interagem com o DNA: Uma introdução. *Quim. Nova*, v.28, n.1, p.118-129, 2005.

FRANÇA, E.R. Filtros Solares: normas de utilização. *An. Bras. Dermatologia*. v.73, n.2, p.5-9, 1998.

ROTTA, Osmar. *Guia de dermatologia: clinica cirúrgica e cosmiátrica*. São Paulo: Manole, 2008.

SAMPAIO, S.A.P.; RIVITTI, E.A. *Dermatologia*. São Paulo: Artes Médicas S.A., 1998.

SBCD (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA DERMATOLÓGICA)-INCA Ministério da Saúde. *Fotoproteção X Câncer de pele*. Disponível na Internet em: <<http://www.sbcd.org.br>>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.



UTILIZAÇÃO DA CAFEÍNA EM COSMÉTICOS NO TRATAMENTO DA LIPODISTROFIA GINÓIDE

Anay Souza Menoia - acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – UniFil

Orientadora - Mylena Cristina Dornellas da Costa - docente do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – UniFil

INTRODUÇÃO:

A busca do corpo e da beleza perfeita tem chamado a atenção da indústria cosmética que vem buscando recursos de alta tecnologia para investir na melhoria e qualidade de seus produtos. Dentre os cosméticos mais procurados pelo consumidor estão os cremes para o tratamento do lipodistrofia ginóide (LDG) ou popularmente conhecida como celulite.

Na hipoderme, os adipócitos ficam carregados de gordura sob a forma de triglicérides e liberam essa reserva lipídica de acordo com as necessidades metabólicas do organismo ou então os triglicérides são removidos naturalmente através da hidrólise destes em ácidos graxos ou glicerol. Para que ocorra a diminuição seletiva e bem sucedida das células de gordura, por aplicação de produtos tópicos, as substâncias necessitam chegar à camada adiposa onde estão os adipócitos.

A permeação dos ativos presentes nos cremes com princípios ativos é feita através da pele que possui a capacidade de penetração de algumas substâncias por sua superfície, onde as camadas da epiderme tendem a aceitar ou não a penetração dos ativos.

Em concomitância com o tratamento é muito importante ainda a orientação alimentar, orientação para a prática de exercícios físicos e o controle da ansiedade e estresse. Os produtos cosméticos atuam como coadjuvantes no tratamento da LDG.

A substância de uso tópico mais utilizada para o tratamento da LDG é a cafeína que pertence ao grupo de xantinas que tem como característica atividade lipolítica em adipócitos. Ela inibe a fosfodiesterase que dessa forma há uma mobilização de triglicérides e estímulo à transformação de excesso de reserva lipídica local em ácidos graxos livres e são eliminados através do sistema linfático.

PALAVRAS-CHAVE: lipodistrofia ginóide, cafeína, lipólise, tecnologia.

DESENVOLVIMENTO

O presente teve como objetivo pesquisar a atuação da cafeína nos cosméticos para o tratamento do LDG e como facilita o processo de lipólise melhorando assim, o aspecto inestético de “casca de laranja”. A LDG acomete o tecido adiposo formado por adipócitos.

Segundo Borges (2006), a lipólise sofre influência por fatores neurais ou hormonais. A noradrenalina que é liberada pelas extremidades das células nervosas do



sistema nervoso simpático inicia uma série de processos metabólicos que levam à ativação da enzima lipase. Esta enzima é sensível a hormônios e uma vez ativada, hidrolisa os triglicerídeos transformando-os em ácidos graxos e glicerol. Os ácidos graxos são transportados para outros tecidos onde serão utilizados como fonte de energia. Já o glicerol, é captado pelo fígado e reaproveitado.

No aspecto histológico, o tecido com LDG encontra-se com aumento de volume de células adiposas, espessamento da e proliferação das fibras colágenas e elásticas provocando um enrijecimento do tecido podendo estrangular a circulação sanguínea e linfática e como consequência o tecido é mal oxigenado, desorganizado e sem elasticidade.

A LDG pode trazer consequências físicas e psicológicas e, sobretudo estéticas que não podem ser desprezadas. Além de ser desagradável aos olhos, sua gravidade pode trazer problemas circulatórios nas áreas acometidas. Pode atrapalhar em simples atividades do dia-dia como caminhada, corrida, subir e descer escadas, abaixar e levantar com facilidade, entre outras.

Com isso, os cosméticos têm poder de penetração cutânea de acordo com suas propriedades, obedecendo a permeabilidade da pele. O estrato córneo é a principal barreira para a permeação de substâncias ativas na pele, isso ocorre porque se trata de uma região que contém muitos lipídios, organizados em camadas lamelares as quais acabam dificultando a difusão dos ativos. Também um dos objetivos será em mostrar a preparação da pele antes da aplicação do ativo sendo ele em creme, gel ou loção e sua interação com outros ativos.

A pesquisa foi bibliográfica, sendo realizada em livros dos principais autores do assunto, base de dados, artigos científicos e periódicos a respeito do tema. Enfatizando a cafeína nos cosméticos sendo ela, na forma lipossomada ou em nanotecnologia, como principal princípio ativo utilizado em cosméticos para o tratamento da LDG.

Os lipossomas são vesículas globulares microscópicas compostas de moléculas anfifílicas que se organizam e formam uma camada dupla. Os lipossomas são capazes de veicular substâncias hidrofílicas, anfifílicas ou lipofílicas. Possuem a capacidade de proporcionar interações com os lipídios da pele humana quando aplicados topicamente liberando as substâncias que carregam. Na área dermocosmética, os lipossomas vêm sendo



utilizados tanto na incorporação de substâncias ativas nas células, quanto veículo para a liberação controlada de princípios ativos na pele.

A nanotecnologia consiste na habilidade de manipular a matéria em nanômetros para criar estruturas com uma organização molecular diferenciada. Já o termo nanobiotecnologia refere-se à interface entre a nanotecnologia com a biologia tendo por objetivo a criação de novos materiais e o desenvolvimento de novos produtos e processos baseados na crescente capacidade da tecnologia moderna de ver e manipular átomos e moléculas.

CONCLUSÃO

Os cosméticos atuam de modo eficaz na regressão da celulite, portanto devem ser utilizados regularmente e associados a outros hábitos saudáveis de vida. A grande busca da tecnologia no mercado cosmético está em melhorar a penetração do produto na pele e ter maior aproveitamento da substância. O exemplo disso são os cosmeceúticos que atuam em nível de hipoderme que tem como base a nanotecnologia que possibilita quase 100% de aproveitamento e os lipossomas que são bem compatíveis com a pele e também se tem grande utilidade.

REFERÊNCIAS

BELONI, Cláudia R. R. *Análise do Perfil Lipídico Sérico em Mulheres Após Terapia por Ultrassom de 3 MHz e Gel Condutor Acrescido de Cafeína a 5 %*. 2010, 53 f. Dissertação de Mestrado, Unigran, Brasília, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6043/1/2010_ClaudiaReginaRodriguesBeloni.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.

BORGES, Fábio dos S. *Dermato-Funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas*. São Paulo: Phorte, 2006.

COSTA, Elisiê R. R. *Lipodistrofia Ginóide: tratamento da celulite*. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

KEDE, Maria P. V.; SABATOVICH, Oleg. *Dermatologia Estética*, 2. ed., Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

LEONARDI, Gislaine R. *Cosmetologia Aplicada*, 2. ed., São Paulo: Santa Isabel, 2008.



TECNÓLOGO EM ESTÉTICA A SERVIÇO DA BELEZA NA COMUNIDADE

Anay Souza Menoia; Josiane Peixoto; Maiane K. da Costa; Angela Dal-Col; Damiane Ap^a Lucas; Hemerson Eduardo Davies; Jessica Moreira de Jesus; Elizabeth Schimit - Acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – UniFil
Orientadora: Prof^a. Esp. Mylena Cristina Dornellas da Costa – Docente do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – UniFil

RESUMO:

O projeto de extensão realizado pelos acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética teve intenção de disseminar os conhecimentos e as práticas adquiridas dentro do curso, levando à outras instituições e às pessoas carentes. Entretanto, os participantes desenvolveram as seguintes atividades: corte de cabelo, massagem Quick, higienização e hidratação facial, além de reflexologia nas mãos. Suas ações foram desenvolvidas na perspectiva da criação de um cenário privilegiado para a articulação da extensão com as ações de ensino e pesquisa, confirmando a formação dos estudantes participantes e contribuindo para a produção, sistematização e difusão de experiências de trabalho em comunidade, apresentando uma relevância também no desenvolvimento social e na promoção da saúde na comunidade. Se caracterizou pelo grau de interação real das disciplinas em seu interior, em uma relação recíproca, de mutualidade, que possibilitou visões e, então, soluções diferentes para um mesmo problema. Durante todas as atividades desenvolvidas, a interdisciplinaridade sempre se faz presente, a fim de estabelecer uma troca contínua de saberes entre os integrantes do projeto, e destes com a comunidade, provocando questionamentos sobre o sentido e a pertinência das colaborações entre as disciplinas, visando um conhecimento integral do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: interdisciplinaridade, projeto de extensão, comunidade.

A prática da interdisciplinaridade através dos conhecimentos faz das oportunidades as trocas entre pessoas como exemplo, levando em conta também a transformação. Portanto, a interdisciplinaridade não é somente as interações entre as disciplinas, mas faz o cidadão ampliar sua visão rumo ao caminho de transformação.

Em nenhum outro momento falou-se tanto em promoção da saúde como na década atual. Em 1986, na 1ª Conferência Internacional de Promoção de Saúde, foi publicada a Carta de Ottawa, que ampliou o significado da concepção de promoção como conjunto de ações voltadas para a prevenção das doenças e riscos individuais para uma visão que considera a influência dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais



sobre as condições de vida e saúde. Assim, a saúde é compreendida enquanto qualidade de vida e não apenas como ausência de doença, determinando que os problemas de saúde sejam enfrentados valendo-se de ações intersetoriais, visto que extrapolam a responsabilidade exclusiva do setor saúde.

O conceito de promoção da saúde traz como princípios norteadores um conjunto de valores éticos, como a vida, a solidariedade, a equidade e a cidadania, e uma série de estratégias que visam concretizar a cooperação e parcerias. A importância dessas, quer sejam em nível internacional ou local, entre diferentes atores e instituições, entre o público e o privado, entre distintos setores, é inquestionável e determinante do êxito da promoção da qualidade de vida das populações.

O objetivo do projeto foi praticar a interdisciplinaridade em promoção da saúde, enfatizando sua importância na área da estética e aplicando os conhecimentos adquiridos junto à comunidade, levando aos carentes serviços de beleza. Desta forma conscientizando e orientando aos indivíduos dos cuidados básicos com a pele, cabelo e corpo e elevando sua auto-estima com os serviços prestados.

O projeto Tecnólogo em Estética a Serviço da Beleza na Comunidade esteve à disposição das pessoas para melhorar a auto-estima, conselhos para a higiene e cuidados de face, foi realizado em um salão paroquial de uma igreja católica e em um asilo, ambos localizados na cidade de Londrina – PR, tendo como público alvo mulheres jovens, adultas e idosas participantes de grupos da igreja e idosos acomodados em asilos. Foi oferecido serviços de corte de cabelo, higienização e hidratação facial, design de sobrancelhas, massagem Quick e reflexologia nas mãos.

Cada encontro teve a duração de 4 horas sendo realizado das 8:00 horas às 12:00 horas no salão paroquial onde se atendeu 45 pessoas os serviços foram sendo revezados pelos alunos para que todos realizassem as atividades que foram aprendidas na faculdade, e das 14:00 horas às 18:00 horas no asilo sendo atendidos 15 idosos de ambos os sexos, totalizando oito horas. Os encontros foram previamente agendados e avisados à comunidade através de missas e de parentes dos idosos do asilo. Tudo foi registrado e documentado através de fotos e anotações.



O projeto foi patrocinado por Espaço Mulher cedendo uma maca dobrável, pentes, escovas, toalhas, tesouras, espelho. Natália Estética patrocinando pacotes de algodão, gaze, lençol descartável, toucas e luvas descartáveis, pinça, pente de sobancelha e creme para massagem. Leilagisele Goulart Scandellai e Izabel Maria Garcia de Souza patrocinaram uma maca dobrável e uma cadeira quick. Andréa Bagatin, da Extratos da Terra patrocinou sabonetes de limpeza facial, loção de limpeza, máscara facial.

Portanto, a importância do conhecimento e da interação das disciplinas ministradas e suas ligações são fundamentais para o profissional da área da saúde. Tendo em vista que a população se beneficia com isso também e aproveita o momento em que os profissionais se dispõem de por em prática aquilo que aprenderam.

A satisfação e o conforto de poder levar à comunidade o trabalho de promoção em saúde em se tratando de estética, principalmente aos idosos que são carentes e querem atenção e carinho. Através do trabalho realizado, pode-se notar o valor agregado à saúde e bem-estar do público atendido.

REFERÊNCIAS

AERTS, Denise *et.al*, *Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã*. Artigo Convergência Entre Vigilância da Saúde e Escola Cidadã, Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1020-1028, jul/ago de 2004.

BUSS, Paulo M. *Promoção da saúde e qualidade de vida*. Artigo Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2000.

FILHO, Enildo J. dos S. *et.al*, *Projeto Educação Popular E Atenção À Saúde Da Família: Importância Da Extensão Na Formação Acadêmica*. XI Encontro de Extensão UFPB-PRAC Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/anais/XIenexXIIenid/enex/TRABALHO_COMPLETO_XI_ENEX/6.SAUDE/6CCMDPSPEX01.doc>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.



VITAMINA C NO COMBATE AO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO

Carla Lini Segura - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Esp. Mylena Cristina Dornellas da Costa - Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A pele é considerada um dos órgãos mais complexos, sendo o maior do corpo humano, compreendendo 15% do seu peso total, é principal órgão de comunicação com o meio externo, tendo muitas funções essenciais, como proteção, termorregulação, respostas aos estímulos imunológicos, síntese bioquímica, detecção sensorial e comunicação social e sexual. A pele é único órgão que possui dois tipos de envelhecimento, o intrínseco, comum a todos os órgãos, relacionado com a idade e o extrínseco, onde destacamos o fotoenvelhecimento, causado pela radiação solar. O ácido ascórbico é uma vitamina hidrossolúvel, que age como um antioxidante, detoxificando os radicais livres das células e combatendo os processos oxidativos. Desta forma, é um aliado na prevenção do envelhecimento da pele. Sendo assim, a realização deste trabalho tem o intuito de relatar os benefícios do uso tópico da vitamina C referente à sua ação despigmentante, antioxidante e antiaging. Em decorrência da elevada instabilidade da vitamina C em formulações tópicas, novas estratégias foram propostas. A síntese de derivados da vitamina C constitui uma das alternativas utilizadas, pois estes compostos geralmente possuem eficácia semelhante e são mais estáveis em relação à vitamina C.

PALAVRAS-CHAVE: ácido ascórbico, envelhecimento cutâneo, pele.

A pele é considerada o maior órgão do corpo humano, constituindo 16% do peso corporal. Além de revestir a superfície externa do corpo, protegendo-o, outras funções são atribuídas a este órgão, como: controle da temperatura, função sensorial, absorção da radiação ultravioleta, síntese da vitamina D e absorção e eliminação de substâncias químicas (HARRIS, 2003).

A pele tem um importante papel na auto-estima, nas relações sociais e na qualidade de vida do ser humano. Possuindo uma aparência jovial, saudável e bonita, nos sentimos mais confiantes e seguros para enfrentar a vida cotidiana e também sermos melhores aceitos por toda a sociedade (OLIVEIRA; et al, 2004).

A pele possui uma estrutura complexa, sendo formada por três camadas distintas, a epiderme que é dividida em 5 camadas de células (célula basal ou estrato germinativo,



espinhosa ou filamentosa de Malpighi, granulosa, clara ou estrado lúcido e córnea), a derme e hipoderme cada uma com sua importância na composição do revestimento cutâneo (OLIVEIRA; et al, 2004, p. 68).

O envelhecimento é um processo sistêmico global a que todo ser vivo está sujeito com o avançar da idade, tendo como consequência várias alterações que podem ser perceptíveis ou silenciosas. Entre elas, observam-se várias modificações que comprometem o bom funcionamento do organismo, além do comprometimento da aparência externa, pois a pele sofre alterações visíveis.

A pele é único órgão que possui dois tipos de envelhecimento, o intrínseco, comum a todos os órgãos, relacionado com a idade e o extrínseco, onde destacamos o fotoenvelhecimento, causado pela radiação solar. O envelhecimento causado pela idade é mais suave, causando danos estéticos pequenos. Porém o fotoenvelhecimento é o mais agressivo a superfície da pele, estimulando a formação de radicais livres que são instáveis devido às suas características quânticas e reagem com moléculas orgânicas, podendo causar danos e acelerar o processo de envelhecimento (STEINER, 2007, p. 34).

Estudos de laboratórios e clínicos indicaram a utilidade das vitaminas aplicadas topicamente no combate à várias doenças de pele, especialmente para ajudar, prevenir, retardar ou impedir certas mudanças degenerativas associadas ao processo de envelhecimento, como a pele seca e escamosa e a formação de rugas (CAMPOS, 2006)

O ácido ascórbico é uma vitamina hidrossolúvel, que age como um antioxidante, detoxificando os radicais livres das células e combatendo os processos oxidativos. Desta forma, é um aliado na prevenção do envelhecimento da pele. Este nutriente pode ser fornecido ao organismo de duas maneiras, por via oral, ingerido através de alimentos ou medicamentos que contenham a vitamina e de maneira tópica, sendo aplicado na forma de cremes ou produtos semelhantes (LUNN, 2007)

O uso tópico da vitamina C é um dos vários meios utilizados para retardar ou melhorar os problemas adquiridos com o passar dos anos devido à exposição a fatores extrínsecos e a ação involuntária e inevitável dos fatores intrínsecos (STEINER, 2002, p. 28).



Como enfatizam MAMBRO et al. (2005, p. 74):“ aplicação tópica de antioxidantes podem diminuir os danos causados por radicais livres ou EROS por proteger o sistema de defesa endógeno (enzimático e não-enzimático) ou sequestrar os radicais formados”.

Segundo Steiner (2006, p. 46) a vitamina C é um poderoso antioxidante, do mesmo modo que aumenta a resistência do organismo às infecções, protege a pele contra a ação dos radicais livres. Experimentos mostram que a quantidade de ácido ascórbico na epiderme cai após a exposição solar diminuindo os radicais livres produzidos pela agressão dos raios ultravioleta. A vitamina C tem outra grande função antiaging atuando na formação do colágeno, fibra que compõe 80% da derme e garante a firmeza da pele. Além disso, o ácido ascórbico inibe a ação clareadora, ajudando a eliminar manchas.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, P.M.B.G.M. Vitaminas em Cosméticos. *Cosmetics & Toiletries*, Ribeirão Preto, v.18, n.6, p.52 e 54, nov/dez, 2006.

DI MAMBRO, V.M; FONSECA, M.J.V. Mudanças por radicais livres e ação tópica de antioxidantes. *Cosmetics & Toiletries*, São Paulo, v.19, n.5 p.74 e 76, set./out. 2007.

HARRIS, M.I.N. de C. *Pele: estrutura, propriedades e envelhecimento*, São Paulo: Senac. 2003.

LUNN, J. Nutrição e Envelhecimento Saudável. *Nutrição em Pauta*, n. 85, p. 05-09. São Paulo. Jul-Ago 2007.

OLIVEIRA, D.A.G.C. et al. Protetores solares, Radiações e Pele. *Cosmetics & Toiletries*, São Paulo, v.16, n.2, p.68, mar/abr. 2004.

STEINER, D. Vitaminas Antioxidantes e a Pele. *Cosmetics & Toiletries*, São Paulo, v.14, n.4, p.28, jul/ago. 2002.

STEINER, D. Envelhecimento Cutâneo e Filtros Solares. *Cosmetics & Toiletries*, São Paulo, v.19, n.1, p.34, jan/fev. 2007.



FOTOENVELHECIMENTO: PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA PELE, PREVENÇÃO E TRATAMENTO

Carolina Vieira Carraro – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Mylena C. Dornellas da Costa - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O conceito de beleza atualmente em vigor e procurado pela grande maioria das pessoas é o da pele jovem, sem manchas ou rugas. Entretanto, com o avanço da idade, a pele começa a sofrer alterações que modificarão seu aspecto gradativamente caracterizando o envelhecimento cutâneo. O envelhecimento extrínseco, ou fotoenvelhecimento é aquele decorrente do efeito da radiação ultra-violeta do sol sobre a pele durante toda a vida. O sol, que propicia momentos de lazer e que dá o bronzeado que aprendemos a considerar como modelo de saúde e beleza, é também o principal responsável pelo envelhecimento cutâneo, pois é a sua ação acumulativa sobre a pele que faz surgirem os sinais da pele envelhecida. Existem várias formas de tratamento, muitas vezes tão simples quanto passar um fotoprotetor regularmente nas áreas comprometidas. Tudo vai depender do grau de fotoenvelhecimento de sua pele, do tempo de que você dispõe para o tratamento, da avaliação de seu especialista e de quais opções são mais adequadas.

PALAVRAS-CHAVE: Fotoenvelhecimento, prevenção e tratamento, pele.

INTRODUÇÃO

O tempo passa para todos e envelhecer é um processo natural. Ao mesmo tempo em que cresce a expectativa de vida, valoriza-se cada vez mais a juventude, o jovem e o belo são cultuados como ideal e as pessoas sofrem muito em decorrência do envelhecimento, que pode ser acelerado ou acentuado com a ação do sol na pele, principalmente com a alta incidência dos raios UVA e UVB, o chamado fotoenvelhecimento.

DESENVOLVIMENTO

A pele é composta por duas camadas a epiderme, mais externa, composta de células epiteliais intimamente unidas caracterizada por conter cinco camadas, que se reproduzem na mais inferior sendo queratinizadas conforme se afastam até a camada mais externa ajudando na proteção. E a derme, mais profunda, composta de tecido denso e



irregular, onde se encontram fibras como colágenas, elásticas e reticulares dividida em duas partes a papilar, mais irrigada, maior produtora de colágeno e elastina devido ao maior número de fibroblasto; e reticular que confere mais resistência à pele (GUIRRO, 2002; JUNQUEIRA, 2008).

O envelhecimento pode ser classificado em dois tipos. O envelhecimento intrínseco que ocorre devido a um desgaste natural do organismo, é inevitável. E o envelhecimento extrínseco que é causado por fatores externos, que pode ser controlado, como fumo, poluição, radiação ultravioleta (RUV), entre outros. (BATISTELA, 2007; BAUMANN, 2004; GOMES; DAMAZIO, 2009; GUIRRO, 2002; VIEIRA, 2007).

A RUV que atinge a superfície terrestre pode ser dividida em três partes: UVA (320-400 nm) representa 95% da radiação que atinge a superfície da terra, a intensidade com que penetra na pele não varia durante o dia nem entre as estações do ano, maior responsável pelo bronzeamento e envelhecimento cutâneo. UVB (280-320 nm) representa 5% da radiação que atinge a terra, sua intensidade é maior durante o verão e no período das 10 às 16 horas. É quem causa maiores danos aos seres humanos, pois, é absorvido pelo DNA, podendo causar câncer, é imunossupressor e causa envelhecimento precoce. UVC (100-280 nm) é totalmente filtrada pela camada de ozônio (BAGATIN; DAVOLOS e CORREA, 2007; OLIVEIRA e TOFETTI, 2006; CRUZ, 2009).

A pele envelhecida pela radiação UV apresenta características específicas mais predominantemente em lugares desprotegidos, variando sua intensidade de aparição, podendo ser mais amenas ou mais graves (YAAY; GILCHREST, 2011; BAUMANN, 2004).

Externamente pele se apresenta seca, devido perda da função de barreira onde ocorre a redução da camada córnea diminuindo a secreção sebácea, favorecendo a perda hídrica. Hipopigmentada ou hiperpigmentada devido à diminuição do número de melanócitos e ao se expor ao sol há a maior ativação de produção de melanina, nos melanócitos restantes, ocasionando manchas. Presença de rugas e flacidez da pele, principal características da pele envelhecida, podendo se apresentar mais agravados quando fotoenvelhecida (BAUMANN, 2004; RIBEIRO, 2010; YAAR; GILCHREST, 2011).



Internamente na derme, há uma perda de 2% da sua espessura em indivíduos idosos. As fibras elásticas se tornam fragmentadas e há o acúmulo de seu material é anormal. As fibras de colágeno apresentam alterações na produção e desorganização, também há alterações nas glicosaminoglicanas, além disso, a pele idosa pode ser considerada avascular e acelular (BAUMANN, 2004; YAAR; GILCHREST, 2011; GOMES; DAMAZIO, 2009).

A prevenção contra a RUV deve ser feita constantemente, como visto a radiação está presente do nascer ao por do sol e a proteção da camada de ozônio está diminuindo. Por isso, a exposição solar deve ser a mínima possível principalmente entre as dez e 16 horas onde o nível de incidência da UVB é maior. O uso do protetor solar deve ser feito diariamente inclusive dentro de casa. O uso de chapéus com abas largas quando exposto ao sol é recomendado, assim como o uso de roupas apropriadas (BAUMANN, 2004; GUIRRO; GUIRRO, 2002).

CONCLUSÃO

A principal forma de prevenir o envelhecimento da pele é a proteção solar, que deve ser iniciada na infância. A responsabilidade da proteção da pele das crianças é dos pais, que devem também estimular fortemente os adolescentes a se protegerem. A educação desde cedo cria o hábito saudável da proteção solar, que deve continuar por toda a vida, prevenindo o envelhecimento cutâneo e o surgimento do câncer da pele.

REFERÊNCIAS

BAGADIN, Edileia. *Mecanismo do envelhecimento cutâneo e o papel dos cosmeceúticos*. <http://www.cibersaude.com.br/revistas.asp?id_materia=3997&fase=imprime>. Acesso dia: 03 de setembro de 2010.

BAUMANN, Leslie. *Dermatologia cosmética*, Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
CRUZ, Luana Cristina da. *Câncer de pele causado pela radiação ultravioleta solar*. trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2009.

DAVOLOS, M.R; CORREA, M.A. Protetores Solares. *Quim. Nova*, v. 30, n. 1, p.153-158, 2007. Acesso em: 03 de outubro de 2010.



GUIRRO, Elaine; GUIRRO, Rinaldo. *Fisioterapia dermato-funcional- fundamentos, recursos e patologias*. 3. ed., São Paulo: Manole, 2002.

JUNQUEIRA, Luiz C.; CARNEIRO, José. *Histologia básica*. 11. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

TOFETTI, M.H.de F.C; OLIVEIRA, V.R.de. A importância do uso do filtro solar na prevenção do fotoenvelhecimento e do câncer de pele. Investigação. *Revista Científica da Universidade de Franca*, Franca - SP. v.6, n. 1, jan./abr. 2006. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

VIEIRA, Fabiano N. M. *Mecanismos moleculares do envelhecimento cutâneo*. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

RIBEIRO, Claudio. *Cosmetologia aplicada a dermoestética*, 2. ed., São Paulo: Pharmabooks Editora, 2010.

GOMES, R.K; DAMAZIO, M.G. *Cosmetologia descomplicando os princípios ativos*. 3. ed., São Paulo: Livraria Médica Paulista Editora, 2009.

YAAR, M.; GILCHREST, B. A. Envelhecimento da pele. In: FITZPATRICK, T. B.; WOLFF, K.; DEFFERRARI, R. *Tratado de dermatologia*. 7. ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2011.



OS EFEITOS DO PEELING DE ÁCIDO GLICÓLICO Á 70 % NAS ESTRIAS

Discente - Cláudia C. Santi Hajjar - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora - Prof.^a Dr.^a. Gabriela Gonçalves de Oliveira – Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este presente trabalho apresenta os efeitos do peeling de ácido glicólico á 70 % nas estrias, através de uma revisão bibliográfica. Estrias são cicatrizes atrofica adquirida deixa um aspecto estriado na pele causando danos estéticos e psicológicos. O ácido glicólico é extraído da cana-de-açúcar, tem varias ações benéficas quando aplicado na pele. É um *peeling* indicado para tratar rugas e estrias. O trabalho apresentado tem a finalidade de apresentar um procedimento estético, menos invasivo e não doloroso para os que procuram este tipo de tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: ácido glicólico, estrias, *peeling*, ácidos.

A estria é uma atrofia tegumentar adquirida, apresenta com um aspecto linear, com um ou mais centímetros de largura, a princípio avermelhada depois esbranquiçadas. Quando em grande quantidade dispõem-se paralelamente umas as outras e perpendicularmente às linhas de fendas da pele, indicando um desequilíbrio elástico localizado, caracterizando, portanto, uma lesão da pele. Apresentam um caráter de bilateralidade, ou seja, existe uma tendência da estria se distribuir-se simetricamente em ambos os lados.

Os primeiros estudos sobre as estrias relatavam que esta lesão surgia devido à distensão da pele, contudo pesquisas sobre a patologia relataram que o aparecimento da estria é multifatorial, envolvendo problemas endócrinos, mecânico e genético. Mas existem três teorias que procuram descrever e explicar o aparecimento dessa lesão, a teoria mecânica, teoria endócrina e a teoria infecciosa.

Acometem principalmente indivíduos obesos, durante a gravidez, síndrome de Cushing e de Marfan, com uso tópico ou sistêmico de esteróides (cortisona ou ACTH), nos tumores de supra-renal, infecções agudas e debilitantes (febre tifóide, intertrigo inguinal,



febre reumática, tuberculose, AIDS, lúpus), atividade física vigorosa (musculação), estresse, ou outras condições.

As estrias acometem em ambos os sexos, com predominância no feminino, principalmente a partir da adolescência. Na mulher adulta saudável, a incidência de estrias é 2,5 vezes mais freqüente que em homens nas mesmas condições. É um problema estético, onde há rompimento das fibras elásticas e colágenas, provocando lesões na pele devido ao estiramento, o sucesso do tratamento vai depender da coloração da estria, pois nas lesões violáceas o resultado do tratamento é mais satisfatório, devido á presença de circulação sanguínea local.

O ácido glicólico é um Alifático, extraído da cana de açúcar, uma substancia natural e um dos primeiros *peeling* químico superficiais a ser utilizado. A finalidade do tratamento e a sua ação sobre a pele dependem das concentrações utilizadas, ou seja, baixa concentração atua sobre camada do estrato córneo deixando mais fina e alta concentração induz a epidermólise, desprendimento dos corneócitos, separa a epiderme, tem alterações dérmicas como aumento da síntese de colágeno e glicosaminoglicanos.

Apresenta um baixo peso molecular, por ter apenas dois átomos de carbonos em sua estrutura química. Tem rápida penetração na pele é o ácido mais utilizado, pois não promove somente esfoliação, mas também a retenção de água, e aumento do conteúdo de mucopolissacarídeo, principalmente de glicosaminoglicanas da derme. Pelos seus benefícios na pele é considerado um ácido universal por abranger diversos tratamentos estéticos e dermatológicos atuando em patologias e disfunções estéticas como rugas superficiais, médias e profundas, estrias, seqüelas de acne, lentigos, ceratose pilar, ceratose e dermatite seborréica, verrugas, calosidades, cicatrizes, flacidez da pele, pele seca, pele fotoenvelhecida, ictiose e lesões de psoríase.

Sua eficácia é comprovada quando Baumann, (2004) publicou um estudo feito por Ditre, no ano de 1996, apresentando um estudo sobre o ácido glicólico aplicado nas rugas e mostrou resultado positivo, havendo aumento na espessura da derme em 25%, aumentou o mucopolissacarídeo no tecido conjuntivo, melhorou a qualidade das fibras elásticas e melhorou a densidade do colágeno, feito uma observação histologicamente, o que comprova o desempenho do ácido glicólico diretamente nas células de fibroblastos.



O ácido glicólico é um *peeling* seguro, mais que precisa ser neutralizado pelo seu alto poder de penetração podendo causar epidermólise em um tempo de três à seis minutos, dependendo de fatores como a concentração do ácido para uso em consultório que varia entre 30, 50 chegando até 70 % , a biodisponibilidade do ácido na formulação que quanto maior o pH da solução, maior a neutralização e menor a quantidade de ácidos livres disponíveis, pK^a .

Os estudos sobre *peeling* de ácido glicólico á 70% mostraram efetivos nos tratamentos estéticos, e principalmente para tratamentos das estrias, pela sua importante atuação como esfoliante químico, que melhora o aspecto estriado da pele e pela sua atuação direta em estimular as células de fibroblastos na síntese de colágeno e elastina, aumentando a espessura da derme e atenuando as estrias.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, LESLIE, M.D. *Dermatologia Estética: Princípios e Prática*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BORGES, F.S. *Dermato-funcional: Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas*. 2. ed., São Paulo: Phorte, 2010.

CLAUDIO, RIBEIRO. *Cosmetologia Aplicada a Dermoestética*. 2. ed., São Paulo: Phamabooks, 2010.

GOMES, ROSALINE. K; DAMAZIO.MARLENE.G. *Cosmetologia : Descomplicando os princípios ativos*. 3. ed., São Paulo: Livraria médica paulista, 2009.

GUIRRO, E. ; GUIRRO. R . *Fisioterapia Dermato-Funcional*. 3. ed., São Paulo: Manole, 2002.

SAMPAIO, S.A.P E RIVITTI, E. A. *Dermatologia*. 3. ed., São Paulo: Artes Médicas, 2007.



PREVENÇÃO DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO E ATENUAÇÃO DE LINHAS DE EXPRESSÃO PELO AUMENTO DA SÍNTESE DE COLÁGENO

MACIEL, D. - Acadêmica do 3º ano do Curso Superior Tecnólogo em Estética e Cosmética do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

OLIVEIRA, G.G. - Docente da Disciplina de Farmacologia Dermo-Cosmética do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O envelhecimento cutâneo tem sido extensamente estudado com o objetivo de reduzir-se seus efeitos, visto que a população em geral obteve um prolongamento em seu tempo de vida. Outro fator importante a cerca do envelhecimento é a imagem pessoal, a pressão da sociedade por um padrão muitas vezes difícil de ser alcançado. Em busca de atenuar os sinais do envelhecimento, diversos tratamentos têm sido propostos. O objetivo deste trabalho é verificar o efeito da ingestão do colágeno hidrolisado associado à utilização tópica de nanosferas de vitamina C a 10% sobre a pele de 7 indivíduos adultos.

PALAVRAS-CHAVE: envelhecimento cutâneo, vitamina C, radicais livres.

INTRODUÇÃO

O Tegumento é composto pela pele e seus anexos: glândulas sudoríparas, as glândulas sebáceas, os folículos pilosos, e as unhas. A pele é o maior órgão do corpo, constituindo 16% do peso corporal

A pele protege o organismo contra substâncias nocivas; participa na regulação da temperatura do corpo pela sudação, secreta água, gordura e vários produtos residuais de catabolismo; é o órgão mais extenso sensitivo do corpo, para recepção de estímulos tácteis, térmicos e dolorosos

A pele é dividida em três camadas: epiderme, derme e hipoderme. A epiderme é a camada externa dividida em cinco camadas: córnea, lúcida, granulosa, espinhosa e basal. A derme situa-se diretamente abaixo da epiderme e é dividida em duas camadas: papilar e reticular.

O envelhecimento cutâneo é um fator que acomete todos os indivíduos, e os mesmos tendem a buscar vários artifícios na tentativa de retardar esse processo, para o seu bem estar físico e mental.



O envelhecimento cutâneo envolve vários fatores e teorias relacionados que tentam explicar porque o mesmo ocorre precocemente, o envolvimento da liberação de radicais livres, mutações genéticas, envelhecimento intrínseco e extrínseco, etc.. A soma de todos esses fatores promove alteração a nível dérmico onde ocorrerem perdas de colágeno, elastina, fibras reticulares entre outros, que são responsáveis pela sustentação, elasticidade e firmeza da pele.

É impossível evitar o envelhecimento cutâneo, mas existem fatores que fazem com que ele ocorra precocemente atuando na destruição das fibras dérmicas, proporcionando um envelhecimento visivelmente precoce.

MATERIAIS E MÉTODOS

Será realizada revisão bibliográfica com o intuito de aprofundar os conhecimentos a cerca do envelhecimento cutâneo em bases de dados da internet, periódicos e livros.

Foram selecionados 7 indivíduos com idade superior a 35 anos e com sinais visíveis de envelhecimento cutâneo. Os mesmos, mediante termo de consentimento livre e esclarecido, farão o uso de vitamina C a 10% em nanosferas diariamente à noite, além da ingestão oral de colágeno hidrolisado por 06 meses. A avaliação dos possíveis benefícios será com obtenção de material fotográfico da face dos indivíduos envolvidos.

REVISÃO DE LITERATURA

Na busca de retardar o envelhecimento cutâneo, uma das estratégias seria tentar aumentar a reposição das fibras dérmicas, ao mesmo tempo tentando minimizar suas perdas. Uma das formas mais objetivas é a ativação de fibroblastos, que são os responsáveis pela síntese dessas fibras, além da substância amorfa. (JUNQUEIRA, 2008)

Dentre os fatores envolvidos no envelhecimento, temos o envelhecimento extrínseco que acomete a pele por fatores ambientais e sociais; como radiação ultravioleta UV (UVA, UVB e UVC) em seus vários comprimentos de onda, poluição, tabaco, entre outros. Denomina-se fotoenvelhecimento a exposição à radiação solar por um período longo de tempo. (VIEIRA, 2007).



O envelhecimento intrínseco é programado (relógio biológico), esperado, previsível, inevitável e progressivo acometendo todas as regiões do corpo.

Dentro do espectro solar, a radiação ultravioleta B (UVB) é a responsável pela maioria dos efeitos carcinogênicos na pele. A UVB é mais intensa entre 10 e 16 horas, sendo aconselhável evitar exposição solar durante este período. A radiação ultravioleta UVA induz ao fotoenvelhecimento e parece estar relacionada com o desenvolvimento do melanoma maligno. Uma diferença importante entre a UVA e UVB é que a intensidade da UVA é a mesma durante todo o dia e também não muda com a estação do ano. (REBELLO, 2004).

A fotoproteção é de fundamental importância para se prevenir vários problemas de pele que estão relacionados à exposição solar, tais como o envelhecimento, rugas, manchas hipocrômicas e hiperocrômicas, ressecamento da pele e lesões pré-cancerosas. (REBELLO, 2004).

O ácido ascórbico exerce papel fundamental vital no crescimento e reparação do tecido conectivo. A vitamina C está diretamente ligada na síntese de colágeno e glicosaminoglicanas, fundamentais para manter o tônus e a firmeza da derme. Portanto, para que haja uma síntese adequada de colágeno, é necessário o sinergismo entre a vitamina C e a ingestão adequada de proteínas que fornecerão os aminoácidos que constituem o colágeno. (ARRANHA, *et al.*;2011).

Como dito por Teston & Nardino (2010) a formação de radicais livres podem ser pela perda de um único elétron ou pelo ganho de um elétron de uma substância não radical. Ocorrem também a serem formados quando uma ligação covalente é quebrada e um elétron de cada um dos pares permanece em cada átomo, em processo chamado fissão homolítica. A energia necessária para dissociar a ligação covalente pode ser fornecida pelo calor, radiação eletromagnética ou outras fontes. A grande maioria dos radicais livres possui como característica uma meia-vida muito curta, indo de minutos a nanossegundos, sendo capazes de reagir rapidamente com vários compostos ou atingir alvos celulares, como as membranas. Quando dois radicais livres se encontram, as duas moléculas deixam de agir como radicais livres, mas quando um radical livre reage com uma molécula normal, imediatamente desencadeia uma reação em cascata, formando um número sem fim de



radicais livres, que só terá fim ao formar a ligação covalente com o elétron desemparelhado de outro radical.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o envelhecimento cutâneo é um processo inevitável, que a sociedade pela busca constante para que esse processo seja minimizado ou retardado estão empenhados em combater e evitar. A utilização de substâncias cosméticas aliada à uma nutrição adequada, pode reverter ou atenuar este processo. Melhorando o aspecto que o tempo deixa o “envelhecimento”.

REFERÊNCIAS

ARANHA, F.Q.; *ET AL.*; O Papel da Vitamina C Sobre As Alterações Orgânicas No Idoso.; *Rev. Nutr.*, Campinas, v.13, n.2, p. 89-97, maio/ago., 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v13n2/7911.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2011.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchôa; CARNEIRO, José. *Histologia básica*. 11. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

REBELLO, Tereza. *Guia de produtos cosméticos*. São Paulo: Senac São paulo, 2004.

TESTON, A.P. NARDINO, D.; Envelhecimento cutâneo: teoria os radicais livres e tratamentos visando a prevenção e o rejuvenescimento. *Revista UNINGÁ*, Maringá – PR, n.24, p. 71-92, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uninga.br/uploads/f1b5c1c8842748ba9eef40e1aa5f485a.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2011.

VIEIRA, Fabiano Nadson Magacho. *Mecanismos moleculares do envelhecimento cutâneo: dos cromossomos às rugas*. São Paulo: Artes Médicas, 2007.



RADICAL LIVRE E ESTRESSE OXIDATIVO

MACIEL, D.; LIMA, L.M. - Acadêmicas do 3º ano do Curso Superior Tecnólogo em Estética e Cosmética do Centro Universitário Filadélfia, UniFil

OLIVEIRA, G.G. - Docente da Disciplina de Farmacologia Dermo-Cosmética do Centro Universitário Filadélfia, UniFil

RESUMO:

Os radicais livres são átomos ou moléculas produzidas continuamente durante os processos metabólicos e atuam como mediadores para a transferência de elétrons em várias reações bioquímicas, desempenhando funções relevantes no metabolismo. Os radicais podem causar alterações nas células, agindo diretamente sobre alguns componentes celulares sendo os mesmos muito vulneráveis ao ataque de radicais livres. Os radicais livres apresentam importante papel no sistema imunológico, apresentam ação bactericida, fungicida, virótica, agindo como uma espetacular barreira de defesa do organismo.

PALAVRAS-CHAVE: radicais livres, estresse oxidativo, envelhecimento

REVISÃO DE LITERATURA

TEORIA DO RADICAL LIVRE

A teoria que rege os radicais livres surgiu em 1954, com o Dr. Denham Harmon, que foi o precursor da teoria do envelhecimento como consequência da ação dos radicais livres no organismo (DIETA e BEM ESTAR, 2011).

Como dito por Teston & Nardino (2011) as formações de radicais livres podem ser pela perda de um único elétron ou pelo ganho de um elétron de uma substância não radical. Ocorrem também a formação quando uma ligação covalente é quebrada e um elétron de cada um dos pares permanece em cada átomo, em processo chamado fissão homolítica. A energia necessária para dissociar a ligação covalente pode ser fornecida pelo calor, radiação eletromagnética ou outras fontes. A grande maioria dos radicais livres possui como característica uma meia-vida muito curta, indo de minutos a nanossegundos, sendo capazes de reagir rapidamente com vários compostos ou atingir alvos celulares, como as membranas. Quando dois radicais livres se encontram, as duas moléculas deixam de agir



como radicais livres, mas quando um radical livre reage com uma molécula normal, imediatamente desencadeia uma reação em cascata, formando um número sem fim de radicais livres, que só terá fim ao formar a ligação covalente com o elétron desemparelhado de outro radical. Assim, se os radicais primários produzidos não forem desativados imediatamente por enzimas ou moléculas antioxidantes, provocam danos nas macromoléculas biológicas.

Segundo Teston & Nardino (2011) este não-emparelhamento de elétrons da última camada eletrônica, proporciona alta reatividade a esses átomos ou moléculas, que para tornarem-se estáveis, precisam se estabilizar doando ou retirando elétrons de outra molécula ou átomo. Logo, rearranjam com moléculas adjacentes, fazendo com que tenham grande capacidade de ligação aos tecidos e atuando sobre as células alterando as características moleculares de suas membranas, oxidando quimicamente ou enzimaticamente os componentes celulares, causando alterações e disfunções que ao longo se acumulam, até o ponto em que a célula morre. Com a idade, isso tende a aumentar com muito freqüentemente em um número cada vez maior de células, por efeito de acumulação que envolve também alterações e perda das funções biológicas de proteínas, como colágeno e proteoglicanas, que irão demonstrar um aumento da flacidez da pele.

ACÇÃO DOS RADICAIS LIVRES

Os radicais irão causar alterações nas células, agindo diretamente sobre alguns componentes celulares. Os ácidos graxos poliinsaturados das membranas, por exemplo, são muito vulneráveis ao ataque de radicais livres. Estas moléculas desencadeiam reações de oxidação nos ácidos graxos da membrana lipoprotéica, denominadas de peroxidação lipídica, que afetarão a integridade estrutural e funcional da membrana celular, alterando sua fluidez e permeabilidade. Os radicais livres podem provocar também modificações nas proteínas celulares, resultando em sua fragmentação, *crosslinking*, agregação e, em certos casos, ativação ou inativação de certas enzimas devido à reação dos radicais livres com aminoácidos constituintes da cadeia polipeptídica. A reação de radicais livres com ácidos nucleicos também foi observada, gerando mudanças em moléculas de DNA e acarretando certas aberrações cromossômicas (DIETA e BEM ESTAR, 2011).



OS BENEFÍCIO DOS RADICAIS LIVRES

Os radicais livres apresentam importante papel no sistema imunológico, apresentam ação bactericida, fungicida, virótica, agindo como uma espetacular barreira de defesa do organismo frente à presença de microorganismos. Nesses casos os radicais livres são liberados pelos glóbulos brancos, que são estimulados a defender o organismo frente a processos infecciosos (RADICAIS LIVRES E ANTIOXIDANTES, 2011).

Como relatado por Olszerwer, (2011) eles também são utilizados terapêuticamente para acelerar a liberação do oxigênio ligado à hemoglobina nos glóbulos vermelhos do sangue, para o interior dos tecidos favorecendo as atividades metabólicas dos mesmos, muito importante nos exercícios físicos aeróbicos.

Há ainda benefícios no processo de coagulação sanguínea, cicatrização e ação na ereção peniana em humanos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os radicais livres são importantes para vida, porém, quando não desempenham apenas funções que beneficiam o corpo se tornam vilões, aumentando e favorecendo o envelhecimento cutâneo.

REFERÊNCIAS

DIETA E BEM ESTAR, Disponível em: <<http://www.dietaebemestar.com.br/?p=554>>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

OLSZEWER, E.; *Bioquímica dos Radicais Livres e Doenças Degenerativas Crônicas*. Disponível em: <http://www.clinicamasquelier.com.py/pdf/bioquimica_dos_radicais_Livres_dr_efrain_olszwer.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

RADICAIS LIVRES E ANTIOXIDANTES. *Os benefícios dos radicais livres*. Disponível em: <<http://biobioradicais.blogspot.com/2008/11/os-benefcios-dos-radicais-livres.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

TESTON, A.P. NARDINO, D.; Envelhecimento cutâneo: teoria os radicais livres e tratamentos visando a prevenção e o rejuvenescimento. *Revista UNINGÁ*, Maringá – PR, n.24, p. 71-92, abr./jun. 2010.; Disponível em



<<http://www.uninga.br/uploads/f1b5c1c8842748ba9eef40e1aa5f485a.pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2011.



CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE INSATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL

Adriana Brasil; Anay Souza Menoia; Deborah Maciel; Hemerson Eduardo Davies; Josiane Peixoto - Acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Os tempos modernos com tantos meios de comunicação e informação, e diante de tantas transformações, leva a sociedade a seguir um mesmo caminho, ou seja, determinar tendências, classificar o que é adequado e inadequado, o bonito ou feio, entre tantos fatores que impõem o padrão de beleza. Isso se tornou cultural entre a população, que busca incessantemente se enquadrar nos protótipos de beleza que foram impostos. Trazendo consequências graves na vida de muitas pessoas, que sofrem com algum tipo de distúrbio psicológico, ou doenças graves devido a influência que vem da mídia, do meio em que vive e até mesmo da família, a formação de uma identidade corporal nasce da intercomunicação e das trocas sociais entre os indivíduos. A imagem pessoal tem grande importância em diversos aspectos na sociedade. Dentre eles estão as questões referentes ao preconceito, por não se aceitar as pessoas de acordo com seu estilo. A mídia é a principal influência em diversos aspectos, tanto bons quanto ruins.

PALAVRAS-CHAVE: Auto-conceito, auto-imagem, beleza, mídia.

O auto-conceito, auto-imagem e auto-estima, são situações que se confrontam com o sentimento interior, interferindo em cada idade de forma diferente. Nas crianças causa uma ação de comparação de seus atributos. Os adolescentes são os mais acometidos, pois buscam aceitação interpessoal e a construção da intimidade está em constante oscilação dentro de cada grupo. É o resultado da vida social fora de si mesmo, é o ser-no-mundo através do corpo e do que ele represente ou carrega.

A auto-estima é o conjunto de atitudes que cada pessoa tem a respeito de si mesma. Também é a percepção avaliativa sobre si próprio. É um estado, um modo de ser no qual participa a própria pessoa, com idéias que podem ser positivas ou negativas a seu próprio respeito, e que faz com que ela reflita profundamente sobre o seu significado e valor. Ela não é estática, apresenta altos e baixos, se revela nos acontecimentos psíquicos e fisiológicos, emite sinais em que pode detectar seu grau de positividade ou negatividade. A



singularidade humana está centrada nas ações educadoras dos pais, do meio em que vive e principalmente, do âmbito sociocultural.

O poder de influência da mídia na sociedade atual é cada vez maior. A publicidade utiliza várias estratégias para convencer as pessoas de que necessita consumir e essas estratégias incitam as pessoas ao consumismo na tentativa de se tornar igual ou semelhante aos seus ídolos divulgados na mídia. O consumismo da sociedade capitalista está modificando a concepção do corpo. O corpo “capitalista” possui inúmeras deficiências e necessidades. As empresas utilizam o marketing e a mídia para convencer as pessoas de que podem melhorar seu corpo adquirindo determinados produtos ou utilizando alguns métodos, tudo na tentativa de ter uma bela aparência e se enquadrar nos padrões estabelecidos pela sociedade. A boa aparência (corpo delineado, tonificado e atraente sexualmente) está relacionado a saúde. A aparência na sociedade tornou-se mais importante do que características morais e de caráter.

As pessoas estão ficando obcecadas pelo “corpo perfeito”, tão divulgado na mídia. É grande o número de indivíduos que estão recorrendo a cirurgias para melhoras no seu corpo, sendo que muitos não necessitam desses meios para corrigir seus problemas.

A busca em se adequar na preferência da sociedade, faz com que muitas pessoas, principalmente mulheres jovens, desenvolvam certos distúrbios como a anorexia, que é um tipo de transtorno alimentar que envolve severas perturbações no comportamento alimentar, sendo sua principal característica o medo mórbido de engordar. A anorexia provoca uma distorção de sua própria imagem corporal, uma pessoa extremamente magra sempre se vê gorda, e a recusa franca de se reconhecer doente também faz parte do perfil clínico dessa doença.

Há também o transtorno da bulimia, que se caracteriza por comportamentos purgativos como: vômito, diarreia decorrentes de abuso de laxantes, uso abusivo de inibidores de apetite, prática de exercícios excessivos voltados para a perda de peso, além dos comportamentos restritivos que também podem estar presentes.

Pessoas com bulimia apresentam maior urgência para comer, deficiência para detectar a fome e alterações no controle da saciedade. Para o tratamento nutricional é necessário entender o comportamento bulímico da bulimia nervosa, onde pacientes



apresentam disfunções em suas capacidades de percepção e mecanismos de interação, envolvidos na regulação do comportamento de ingestão alimentar. Além do tratamento psicológico é necessário o tratamento nutricional. O uso do diário alimentar é prática recomendada e de bom resultado no tratamento.

Outro grande problema que a sociedade vem se confrontando é o transtorno dismórfico corporal, que está cada vez mais em evidência por conta da influência da mídia. Trata-se de um transtorno que o indivíduo sofre pela preocupação excessiva com um imaginado defeito na aparência. É uma pequena anomalia ou não que atinge cerca de 2% da população, na maioria mulheres e jovens. A pessoa enaltece o “defeito” como sendo o maior do universo causando prejuízos psicossociais como obsessão ou rejeição ao espelho comparação com os outros, insatisfação, preocupação e exagero radicalização com a imagem, cirurgias plásticas, auto-mutilação e até suicídio.

Desta forma, o conceito de imagem corporal nos dias de hoje, vem sendo colocado em discussão em muitos estudos. O impacto que causa na sociedade e a cobrança da mesma, traz ao cidadão sérias consequências pelo fato de tentar ser ou ter seu estilo. A sociedade cobra muito o “ser politicamente correto”. Se vestir, comer, andar, da maneira que se designa o correto. Porém as pessoas criaram muito estilos e cada uma tem a sua visão de auto-imagem. Sabe-se que se tem muita influência na hora de arrumar um emprego, conseguir bolsas de estudo, e para isso o cidadão tem que estar preparado para enfrentar o preconceito.

REFERÊNCIAS

ENRIGONE, Delcia; FARIA, Elaine. *Docencia na Educação Superior: Sete Olhares*. 2. ed., Porto alegre – RS: Edipurus, 2008.

GIORDANI, Rubia Carla F. *A Auto-imagem Corporal na Anorexia Nervosa: Uma Abordagem Sociológica*. Universidade Federal do Paraná. 2006.

SAVOIA, Mariangela G. Diagnóstico diferencial entre fobia social e transtornodismórfico corporal. *Revista de Psiquiatria Clínica*, USP, São Paulo, 2008.

RUSSO, Renata. Imagem corporal: construção através da cultura do belo. *Movimento & Percepção*, Espírito Santo de Pinhal - SP, v.5, n.6, jan./jun. 2005.



PROJETO DE EXTENSÃO CONTRIBUIÇÕES DA ESTÉTICA NA COMUNIDADE

Adrielly Michelly Ferreira, Andréa Fagundes, Cristina Miyuki Kimura Oguido, Gislene

Mayumi Okimura, Iracy Ferreira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof. Ms. Mylena Cristina Dornellas da Costa – Centro Universitário

Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Nas escolas e universidades a integração do conhecimento é um desafio que envolve o engajamento de educadores, alunos e, principalmente, das disciplinas. Na área da saúde torna-se essencial proporcionar ao aluno formação integral, com teoria e prática funcionando de forma global, conectados, fazendo com que o aluno se torne um profissional capaz de atuar interdisciplinarmente, ou seja, como profissional enfrentando problemas completos, melhor preparado, compreendendo as necessidades do ser humano, colaborando para a formação de uma sociedade melhor, exercendo cotidianamente a cidadania. Este projeto de extensão objetiva levar os conhecimentos de estética a locais onde o acesso aos serviços básicos de estética são mais carentes e/ou mais importantes, como a pessoas da terceira idade e comunidade em geral. Visando atender a este público, foram visitadas duas filiais da Rede de Farmácias Vale Verde onde um programa para idosos busca, num trabalho interdisciplinar, orientar sobre nutrição, sobre a importância da atividade física com caminhadas e alongamento, e, muito importante, com acompanhamento de pressão arterial e, mensalmente, medição de glicemia. A Estética pode participar dessa equipe, uma vez que também busca a saúde e o bem-estar, apresentando seus conhecimentos sobre cuidados com a pele. Numa segunda fase deste projeto em andamento, buscaremos também atender outras comunidades, como igrejas, ofertando palestras sobre propriedades terapêuticas de algumas ervas e a forma correta de prepará-las.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade, estética, extensão.

A beleza é um conceito buscado e valorizado em todas as civilizações, em todas as épocas, em todos os lugares. Na sociedade atual ela significa sucesso profissional, social, familiar e afetivo, embora não seja mensurável. É baseada na cultura e emoções, ou seja, é uma avaliação subjetiva, íntima e pessoal. Porém, antes de tudo, a beleza deve começar com os hábitos diários de higiene como limpar, tonificar, hidratar e proteger a pele contra os raios ultravioleta que, além de causar fotoenvelhecimento, podem ser responsáveis pelo aparecimento de lesões malignas na pele. Também depende do estado



nutricional do indivíduo e de seus hábitos de vida. Para muitos, a beleza pode ainda significar saúde, qualidade de vida e bem-estar pessoal e é adquirida pelos cuidados diários com o corpo, mente e espírito.

O profissional de estética pertence à área da saúde, sendo seu alvo a saúde e beleza da pele, cabelos e unhas. O curso de Estética e Cosmética do Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL ministra disciplinas como Empreendedorismo, Marketing, Citologia, Anatomofisiologia, Bioquímica, Patologia, Nutrição e Reeducação Alimentar, Biocosméticos e Fitocosméticos, Matérias-primas em Cosmetologia, Psicologia, Ética e muitas outras que reúnem conhecimentos teóricos e práticos buscando a plena capacitação e qualificação dos profissionais.

Diante da importância que os cuidados com a beleza representa, este Projeto de Extensão foi elaborado com o objetivo de levar à comunidade em geral um pouco dos serviços e conhecimentos básicos apreendidos no curso de Estética e Cosmética. Pequenas mudanças nos hábitos cotidianos das pessoas que podem significar grandes aquisições.

Foram realizadas visitas em duas filiais da Rede de Farmácias Vale Verde. A primeira visita aconteceu no dia 06 de agosto de 2011 na Farmácia Vale Verde localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 925. A segunda visita deu-se no dia 13 de agosto de 2011 na filial da Farmácia Vale Verde da Avenida Santos Dumont, 1470, Londrina/PR.

Em ambos os locais foram realizadas higienização facial, seguindo os seguintes passos: limpeza com sabonete líquido, tonificação, hidratação e proteção solar. Também foi efetuada maquiagem básica utilizando-se base, corretivo, blush, sombra, lápis e máscara.

Num trabalho de cooperação em prol da comunidade, as alunas do curso de Estética e Cosmética participantes deste projeto, receberam a colaboração da empresa Extratos da Terra que, gentilmente, forneceu os produtos de higienização facial: sabonete líquido, tônico, hidratante e protetor solar. Quanto aos produtos de maquiagem: bases, pós-compacto, sombras, lápis, delineadores, blush, gloss, batons, máscaras para cílios foram fornecidos, abundantemente, pelo Sr. Antônio Domingues de Paula, representante da marca Dailus.



O conhecimento e utilização de plantas medicinais é muito comum. Porém, muitas vezes não se aplica as técnicas corretas, por exemplo, ao preparar um chá, havendo prejuízo na obtenção dos princípios ativos da planta. Muitas vezes, também, temos em nossa cozinha os ingredientes para fazer uma boa máscara nutritiva ou clareadora e, simplesmente, não sabemos disso. Por esses motivos, torna-se importante o oferecimento das informações e serviços as comunidades que não tem acesso aos tratamentos sofisticados, significando benefícios, principalmente para a comunidade mais carente.

A próxima etapa deste projeto em desenvolvimento será ofertar palestras sobre propriedades terapêuticas de algumas plantas, com explanação sobre o modo correto de obtenção dos princípios ativos das plantas mencionadas ao preparar chás por infusão. Serão fornecidas, também, informações sobre como obter máscaras faciais e capilares a partir de produtos naturais.

Acreditamos que o profissional de estética pode contribuir de maneira importante na melhora de qualidade de vida de todas as pessoas. Objetivando a responsabilidade social, de forma criativa e buscando sempre alternativas viáveis, pode levar conhecimentos básicos, mas imprescindíveis, a todas as pessoas que buscam saúde, qualidade de vida e bem-estar.

REFERÊNCIAS

GATTÁS, M.L.B. *Interdisciplinaridade em cursos de graduação na área da saúde da Universidade de Uberada – Uniube*. 220 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.



VISÃO ESTÉTICA SOB A ÓTICA DA CIDADANIA: INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO ÉTNICA E CULTURAL

Adrielly Michely Ferreira; Cristina Miyuki Kimura Oguido; Gislene Mayumi Okimura; Iracy Ferreira - Acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O objetivo deste trabalho consiste em relatar medidas que podem ser tomadas, no processo de afirmação sociocultural e especialmente na mudança do padrão estético da raça negra, considerando desde fatores genéticos como também os culturais. Para tal são definidos alguns termos que dizem respeito ao assunto, bem como o significado das palavras: raça e etnia considerando sua influencia dentro da sociedade. A luta contra o preconceito e o racismo é constante, principalmente no que tange as características que levam um indivíduo a ser classificado de negro, bem como cabelo e cor da pele. Existem vários movimentos dentro do nosso país com a finalidade de batalhar pela democracia racial, pela valorização da estética e cultura negra e também contra a discriminação e preconceito raciais. Desta forma, a grande maioria da população considerada negra que não tinha coragem de assumir a sua raça e ser chamado de negro, dado ao fato de em algum momento da vida ter sofrido algum tipo de discriminação, ou simplesmente por ter medo disso acontecer, hoje encara com orgulho a sua cor, seus costumes, músicas, danças, e tudo o que envolve esse modelo de padrão estético social.

PALAVRAS-CHAVE: Padrão Estético, Raça Negra, Cultura.

No século XX, a Genética Humana descobriu no sangue, critérios químicos determinantes para consagrar definitivamente a divisão da humanidade em raças estancas. Grupos de sangue, certas doenças hereditárias e outros fatores na hemoglobina, eram encontrados com mais frequência e incidência em algumas raças do que em outras, podendo configurar o que os próprios geneticistas chamaram de marcadores genéticos.

Combinando todos os desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade



biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

Os critérios da raça são identificados pela cor da pele e características morfológicas como a forma do nariz, dos cabelos, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial etc. No Brasil, a atual classificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), baseia-se na autodeclaração. Ou seja, a pessoa escolhe, em um rol de cinco itens, onde se enquadra: Branco, Preto, Pardo, Amarelo, Indígena. Cada raça com a sua cultura que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Os diferentes comportamentos das populações humanas é o produto da experiência cultural e não da herança genética.

Em relação à raça negra, desde antes do final da escravidão, já era forte a descrição das características físicas dos negros. Pode-se dizer que é do conhecimento mundial da luta constante desta raça pela liberdade, das lutas dos países africanos pela descolonização da África. Após a Segunda Guerra Mundial criaram movimentos interafricanos de libertação nacional que dialogam com o mundo, com o objetivo de que a África seja vista pelos olhos dos africanos e ao mesmo tempo influenciar os negros do mundo inteiro a fim de lutar por melhores condições de vida e a aquisição de direitos que antes não possuíam. Desta forma, criaram nos Estados Unidos, movimentos que lutam pelos direitos dos negros e que modificam o padrão estético do negro construído, baseado numa estética branca.

Pela insatisfação da maioria da população negra com as suas características físicas, os produtos utilizados por eles passaram a gerar sucessos como nos cremes para clarear a pele e alisar o cabelo. Em contrapartida na década de 1960 surgiu o movimento *Black Power* (uso do cabelo cheio e redondo, sem intervenção química, definido como natural pelos jovens negros), o que levou muitas pessoas a deixarem de ter vergonha daquilo que verdadeiramente são, e ao mesmo tempo surgiu o “*Black is beautiful*” defendendo a afirmação de que “ser negro é lindo”.



Para o africano, o cabelo com os seus penteados demonstravam algum significado como: resgate da memória, cultura e religião. O cabelo é um indício marcante da procedência étnica e é através dele que o negro assume seu papel na sociedade.

No Brasil existem vários movimentos que se organizam com o objetivo de lutar pela democracia racial, de modo que propicie a valorização da estética e cultura negra contra discriminação e preconceito racial, como por exemplo: o Sistema de Cotas na Universidade, Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial, Dia da Consciência Negra, entre outros que são de extrema importância para que o negro possa ocupar um espaço no mercado de trabalho, que não tão poucas às vezes lhes é negado, ou simplesmente para que ele tenha direito de ser digno, pois as pessoas de um modo geral costumam julgar o outro por intermédio da cor da pele ou aparência do cabelo, onde as características do negro são bastante evidenciadas, relação essa entre a posição social e o fenótipo, avaliando-se a boa aparência e não a capacidade do mesmo atuar como profissional de determinada área do conhecimento.

Mesmo cientes de que é um trabalho difícil, os vários movimentos criados com intuito de levantar a auto estima e dar oportunidades aos descendentes africanos, têm sido aplicados para valorizar o padrão estético com o objetivo de fazer com que o negro tenha orgulho de sua raça. Assim, hoje está na moda ser negro, e se assumir como tal, ser aceito na sociedade como negro, sendo valorizado em suas músicas, estilo de vida, jeito do cabelo, vestimentas, a magia do candomblé, a cultura e todos os costumes e tradições que acompanham as novas gerações.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. *O Padrão Estético do Negro em Salvador (1980-2005)* Universidade Católica do Salvador. Disponível em <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/Cassi_ladi_reis.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2011.

HOEBEL, E. Adamson, FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e étnica*. [S/D]. Disponível em



<<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

OLIVEIRA, Fátima. *Ser negro no Brasil; alcances e limites*. [S/D]. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 03 de junho de 2011.



POTENCIALIDADES DA ALOE VERA PARA A COSMETOLOGIA

Gislene Mayumi Okimura – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof. MS. Mylena Cristina Dornellas da Costa – Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Desde os primórdios, por meio de tentativa e erro, o homem vem adquirindo conhecimentos e sistematizando o uso das plantas, seja como alimento, como medicamento, e as que são venenosas e/ou perigosas. Também remonta da Antiguidade a preocupação do homem com a beleza. Há 30.000 anos, o homem pré-histórico fazia gravações em rochas, cavernas e pintava o corpo. A Aloe é uma planta de uso tradicional bastante antigo. Mostra-se presente tanto nos cuidados com a beleza da pele e dos cabelos quanto como comida e bebida, servindo também à eterna busca do homem pela saúde: tratando e curando. Aloes são plantas nativas do mediterrâneo, norte e noroeste da África com capacidade de existência de mais de 200 substâncias ativas encontradas nas cerca de 400 espécies espalhadas pelo mundo. São vitaminas, enzimas, minerais, açúcares, ligninas, saponinas, ácido salicílico, aminoácidos, polissacarídeos e muitos outros metabólitos que, atuando sinergicamente num complexo sistema de contínuos processos químicos e de interações nutricionais, proporcionam à planta enorme potencialidade terapêutica. As Aloes têm propriedades cicatrizes, antioxidantes, regenera os tecidos, além de outras atividades cosméticas, sendo muito utilizada em cremes, loções, géis etc. É sinônimo de rejuvenescimento e bem-estar. A proposta deste estudo foi pesquisar, conhecer e explorar a composição da Aloe vera, objetivando entender suas atividades terapêuticas e principalmente seu uso na estética e na Cosmetologia.

PALAVRAS-CHAVE: aloe, cosmetologia, fitocosmetologia

Devido à dificuldade de acesso da população do terceiro mundo à medicina convencional, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em meados dos anos 80, promoveu a aceitação e implementação, por parte das autoridades governamentais, das terapias alternativas ou complementares, baseadas na utilização de drogas vegetais. A Fitoterapia baseia-se no uso de plantas medicinais alicerçado na tradição popular sem evidências de risco à saúde do usuário. A Fitocosmética dedica-se ao estudo e à aplicação dos princípios ativos extraídos dos vegetais em benefício da estética e da higiene da pele e dos cabelos.



Metabolismo são reações químicas que ocorrem dentro das células. Metabólitos são os compostos químicos formados. Metabolismo primário é função vital nos vegetais como fotossíntese, respiração e transporte de solutos e produz compostos químicos como aminoácidos, nucleotídeos, lipídeos, carboidratos e clorofila. Metabolismo secundário deriva do primário, não são de distribuição universal e, talvez, sua produção seja ativada em estágios particulares de crescimento, desenvolvimento, estresse, limitações nutricionais ou pela presença de microrganismos. São responsáveis pelas propriedades terapêuticas das plantas.

Dentre as várias espécies de *Aloes*, a mais conhecida é a *Aloe vera*, amplamente explorada pela indústria cosmética devido à sua polpa de importante valor comercial. A casca da folha é rica em fibras, minerais e aminoácidos, porém, é contra-indicada como alimento devido à presença de antraquinonas, potentes laxativos. A seiva da planta contém aloína, alantoína e antraquinonas, considerados excelentes cicatrizantes. A mucilagem ou gel encontrada no interior das folhas é rica em polissacarídeos responsáveis pela aparência viscosa da planta. É nessa parte da planta que se encontram os princípios ativos como tecidos orgânicos, enzimas, vitaminas, sais minerais e aminoácidos.

Os minerais presentes nas *Aloes* são cálcio, cromo, cobre, ferro, magnésio, manganês, potássio, fósforo, sódio, zinco. As vitaminas presentes nas *Aloes* são vitamina A, B1, B2, B3, B6, B12, Vitamina C, E, ácido fólico. Quanto às enzimas são amilase, catalase, cellulase, lipase, oxidase, creatina fosfoquinase.

Os vários constituintes proporcionam à *Aloe vera* inúmeras propriedades terapêuticas como: propriedades analgésica, antiinflamatória, antimicrobiana, antioxidante, cicatrizante, queratolítica, desintoxicante, energizante, nutritiva, regeneradora, fotoprotetora etc.

A beleza da pele, cabelos e unhas é consequência de diversas funções e necessidades metabólicas, adaptativas e defensivas. Cuidados diários com alimentação, limpeza, desintoxicação com certeza refletem na jovialidade dos tecidos conjuntivos, o que origina nutrição, flexibilidade, elasticidade, tonicidade, hidratação, suavidade e brilho ao órgão que exterioriza a saúde do organismo: a pele. *Aloe vera* é um alimento funcional com ampla ação sobre o organismo, contribuindo com a beleza como ingrediente para os



mais diversos produtos devido às suas ações cosméticas. Por isso as substâncias ativas incorporadas aos produtos cosméticos assumem papel tão importante e, conseqüentemente, a *Aloe vera*, devido às suas inúmeras propriedades, torna-se de singular importância para a Cosmetologia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Jorge. *Fitomedicina* – Curso para profissionais da área da saúde. São Paulo: Pharmabooks, 2008.

BARCROFT, Alasdair, MYSKJA, Audun *Aloe Vera: Nature's Silent Healer*. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nfJCulLeVrMC&oi=fnd&pg=PA1&dq=o+essencial+sobre+a+babosa+peter+atherton&ots=FXUM8SUZhT&sig=AQvpnjvAx5APMy49RSIVNTrDfw#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 11 de agosto de 2011.

GOMES, Rosaline K., DAMAZIO, Marlene G. *Cosmetologia – Descomplicando os Princípios Ativos*. 3. ed., São Paulo, Livraria Médica Paulista Editora, 2009.

LEONARDI, Gislaire R. *Cosmetologia Aplicada*. 2. ed., São Paulo: Editora Santa Isabel, 2008.

PATROCÍNIO, A.F., MANCILHA, M. Aloe vera – Abordagem Técnica. *Revista H & C Household & Cosméticos*. Disponível em <http://www.freedom.inf.br/artigos_tecnicos/03072006-2/aloe_vera.asp>. Acesso em: 09 de agosto de 2011.

SANTOS, Isabel S. Metabolismo Básico e Origem dos Metabólitos Secundários. In: SIMÕES, Cláudia M. O., SCHENKEL, Eloir P., GOSMANN, Grace, MELLO, João C. P., MENTZ, Lilian A., PETROVICK, Pedro Ros. *Farmacognosia – Da Planta ao Medicamento*. 6. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSC, Cap.16, p.403-434, 2007.

XAVIER, Ernani. *Eficácia da Babosa – Evidências Científicas e Terapêuticas*. Florianópolis: Livros Essenciais, 2009.



ESTÉTICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Carla Lini Segura; Giulia Ferreira Sanches; Grazielle de Almeida Cavalétti; Maria
Fernanda Albuquerque - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof. Mirian Cristina Meretti - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Observamos nos dias de hoje, que área da estética vem crescendo e a procura por tratamentos estéticos também. Os profissionais dessa área promovem melhora da aparência, aumento da auto estima, e até mesmo promover a saúde. Possuem o dever de exercer a cidadania, e uma forma disso acontecer é realizar a quick massage em empresas, shoppings, casas, com intuito do relaxamento do cliente. Outra forma de promover a cidadania é realizar a drenagem linfática para aliviar e amenizar sintomas, como o edema, a drenagem pode ser realizada em hospitais nos pacientes acamados, aliviando também dor se houver, proporcionando bem estar. Ou seja, atualmente é de extrema importância que o profissional de estética tenha consciência do seu dever e execute sua cidadania levando seu trabalho aos que precisam.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Drenagem Linfática, Quick Massage.

A área de Estética vem crescendo muito durante os últimos anos, principalmente pelo padrão de beleza atual imposto pela sociedade, onde todos devem ser magros, ter os cabelos tratados e usar roupas da moda. Porém muitas pessoas ainda têm uma visão equivocada do verdadeiro sentido dos profissionais de estética. Além de cuidar do bem estar de nossos clientes e melhorar a aparência externa de cada um, é nosso dever também tratar de disfunções que além de acarretarem problemas estéticos podem causar problemas funcionais nos membros acometidos.

Alguns dos problemas mais comuns é o edema, ocasionado pelo acúmulo de líquido nos tecidos, onde uma das soluções mais requisitadas é a drenagem linfática. Acrescenta-se também problemas posturais, seja devido ao posicionamento inadequado durante o dia-a-dia no trabalho ou por esforço muscular demasiado, que podem ser evitados com a quick massage, uma técnica rápida e prática que pode ser inserida no local de trabalho melhorando assim o desempenho dos trabalhadores. Muitas pessoas não têm condições de procurar por esses tratamentos, sendo assim dever das autoridades, nesse caso



o governo e as empresas responsáveis pelos seus funcionários, inserirem essas atividades no cotidiano dessas pessoas.

A Quick Massage foi desenvolvida através de uma técnica de massagem oriental que busca os pontos de tensão no tônus muscular, a fim de eliminá-los. Essa massagem foi adaptada para criar rotinas de massagem sentada. Para isso foi desenvolvida uma cadeira que pudesse suportar confortavelmente todo o corpo do cliente, e que permitisse um fácil acesso do profissional que irá aplicar a massagem.

Um dos grandes atrativos dessa massagem é que podemos levar a cadeira ao local que o cliente estiver, no local de trabalho, em sua casa, nos shoppings, nos bancos, além disso, é uma técnica de atendimento rápido, com duração de 10 a 15 minutos. Ela é indicada para pessoas que possuem pouco tempo e que sofrem com as consequências da agitada vida urbana, proporcionando para elas ótimos resultados, fazendo com que os músculos fiquem prontos para responder às exigências dos exercícios sem que ocorra qualquer lesão.

Foi comprovado que empresas que proporcionam aos seus funcionários sessões de Quick Massage periodicamente tem um aumento da produtividade, aumento da concentração, aumento da auto-estima, redução de doenças relacionadas à tensão, redução de custos com licença médica de trabalhadores e redução de faltas dos funcionários. A primeira empresa a utilizar esse serviço, foi a Apple em 1984, que hoje é uma das empresas que mais possuem lucros.

Por sua vez a drenagem linfática é um dos tratamentos mais procurados e tem como objetivo eliminar o excesso de líquido por meio da pressão mecânica que a drenagem exerce, diminuindo assim a probabilidade de fibrose, expulsando o líquido dos tecidos, para os vasos venosos e linfáticos.

A drenagem é indicada para fibro edema gelóide, trombose, edema e gordura localizada, tendo como umas de suas indicações a trombose e o edema. Desta forma, percebe-se que não se trata somente de beleza e sim saúde. O edema é um acúmulo excessivo do líquido intersticial, ou seja, ocorre uma formação excessiva de linfa, mais rápido do que pode ser passado pelos vasos linfáticos. É considerado uma complicação que pode ser causado por queimaduras, cirurgias, lesões e problemas no sistema circulatório.



Em casos onde o edema se faz persistente, pode ocorrer outros problemas como atrofia muscular, contratura articular, distrofia simpático reflexa e fibrose intersticial.

Sendo assim, o esteticista pode atuar em hospitais, trabalhando a drenagem em casos de pessoas operadas que se encontram edemaciadas, trazendo bem estar para essas pessoas e uma melhora mais rápida. Foi comprovado que a drenagem linfática tem eficácia de 100% nos casos de edema. Outro local que se pode atuar é nas empresas, onde funcionários permanecem muito tempo em pé, e se encontram com membros edemaciados. A esteticista pode ir até o local de trabalho dessas pessoas, levando a maca e realizar a drenagem evitando futuros problemas e proporcionando sensação de relaxamento para essas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Fábio dos Santos. *Dermato-funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas*. 2. ed., São Paulo. [S/D].

MASSAGEM. Disponível em:

<http://www.massagem.net/Artigos_publicados/quick%20massage/quick_message.htm>. Acesso em 18 de abril de 2011.

GUIRRO, Elaine Caldeira de Oliveira; GUIRRO, Rinaldo Roberto de J. *Fisioterapia dermatofuncional: fundamentos, recursos, patologias*. 3. ed., São Paulo: Manole, 2002.

SENSIART. Disponível em:

<http://www.sensiart.com/Paginas/Massagem/Quick/Quick_Message.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2011.

SOSCORPO. Disponível em:

<http://www.soscorpo.com.br/novosite/curso_quickmassage.php>. Acesso em: 18 de abril de 2011.



TERAPIA ALTERNATIVA: PODO-REFLEXOLOGIA

Juliana Nakaie - Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética –
Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Cleiciane Brene - Curso Superior de Tecnologia em Estética e
Cosmética - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O ser humano busca seu bem-estar desde as épocas mais remotas e, para isso, desenvolveu inúmeras formas de cura. A maioria das pessoas estão acostumadas com a medicina tradicional moderna, que é ensinada em universidades e considerada oficial na maioria dos países ocidentais. Entretanto, existem outros tipos de terapias, algumas milenares, que ainda seduzem muita gente, mas que também geram debates dentro do meio científico e médico, e por isso são consideradas alternativas ou complementares. A reflexoterapia estimula o sistema nervoso a agir e corrigir problemas na homeostase, que é a capacidade do nosso organismo de se reequilibrar, ajudando também no relaxamento gerado pelo estresse do dia a dia. Assim o cérebro mandam antiinflamatórios e analgésicos naturais para lugares que precisam, equilibra a produção de hormônios pelas glândulas e faz funcionar corretamente todo o aparelho digestivo. A reflexoterapia é baseada no fato de que há pontos nos pés que estimulam cada parte do nosso corpo. Jovens, idosos, mulheres e crianças podem muito bem se beneficiar desta técnica, onde se consegue um estado de relaxamento, equilíbrio e harmonia que estimula a capacidade natural do organismo de curar a si próprio.

PALAVRAS-CHAVE: reflexologia, medicina chinesa, terapia alternativa.

A ineficácia da medicina científica em algumas áreas médicas fez com que medicinas alternativas ou complementares emergissem ou ressurgissem e ganhassem adeptos na classe médica e entre os doentes. A reflexoterapia é uma delas, onde se estimula o sistema nervoso a agir e corrigir problemas na homeostase, que é a capacidade do nosso organismo de se reequilibrar. Assim o cérebro manda antiinflamatórios e analgésicos naturais para lugares que precisam, equilibra a produção de hormônios pelas glândulas e faz funcionar corretamente todo o aparelho digestivo. Segundo Lourenço (2008), a reflexoterapia é baseada no fato de que há pontos nos pés que estimulam cada parte do nosso corpo. Com este método pode-se aliviar os mais variados sintomas e auxiliar no tratamento de diferentes patologias. É feito uma aplicação de uma pressão manual e digital sobre o segmento a ser tratado, de modo muito simples: o cliente se recosta



confortavelmente e a terapeuta aplica, com suas próprias mãos (sem a utilização de qualquer instrumento), a massagem terapêutica com intuito de prevenir e tratar as doenças pela estimulação de poderes de recuperação natural do corpo, eliminando elementos que produzem fadiga promovendo restabelecimento do equilíbrio energético celular que se mostra alterado durante a instalação de uma patologia. As áreas reflexas específicas refletem todos os órgãos e glândulas do corpo, cada pessoa é única e possui suas próprias individualidades. Portanto, para cada pessoa, segundo o seu problema, é feita uma seleção das áreas reflexas que devem ser manipuladas. Seus resultados com frequência são surpreendentes. A massagem reflexológica ativa o mecanismo de cura que existe no interior de cada um de nós; o seu efeito é cumulativo, a cada nova sessão reforça-se a sensação de bem-estar físico e psicológico, comprovando assim a sua eficácia. De acordo com Maria Kuabara (2008), todos os terapeutas reconhecem a importância de uma boa circulação. Se a circulação for interrompida em uma ou mais partes do corpo por menores que sejam, os efeitos logo se tornam evidentes na forma de dores e desconfortos. O estado de maior relaxamento facilitado pela reflexologia permite que os sistemas corporais – incluindo os sistemas de excreção – funcionem eficientemente, eliminando toxinas e impurezas de forma apropriada. Ao reduzir a estafa e a tensão a reflexologia permite que os vasos do sistema cardiovascular conduzam o sangue de forma fácil e natural. Os fatores circulatórios são influenciados pela pressão aplicada na reflexologia. Diversas mudanças químicas ocorrem no corpo durante o tratamento. Uma das mudanças diz respeito à sedação da dor. O corpo produz seus próprios analgésicos, conhecidos como endorfinas, os quais são de cinco a dez vezes mais potentes que a morfina. As endorfinas são produzidas pela glândula pituitária e podem inibir a transmissão de sinais dolorosos através da medula espinal. Para a reflexologia não existem fronteiras nem limitações. Pessoas de qualquer idade ou sexo, idosos, mulheres, homens, crianças, adolescentes e até bebês. Segundo Landmann (1989), a reflexologia não pode fazer nenhum mal, embora se deva tomar cuidado com a trombose (ela poderá deslocar o coágulo sanguíneo) e com o diabetes, especialmente se o paciente estiver recebendo insulina (se o tratamento ativar o pâncreas, o nível de insulina deverá ser reduzido). Outras restrições são aquelas determinadas pelo limiar de dor do paciente e suas reações à massagem. Pessoas idosas que não tenham



nenhuma queixa específica vão se beneficiar com duas séries de tratamentos por ano, a fim de manter suas funções orgânicas em harmonia. Os resultados também são bons com crianças e bebês porque eles relaxam mais profundamente, são mais dóceis e influenciáveis e seus corpos são altamente receptivos aos estímulos terapêuticos. Deve ser utilizada como tratamento de apoio. Seus resultados com frequência são surpreendentes, mas nunca substituí o tratamento especializado, a não ser que e o próprio profissional assim a aconselhe.

REFERÊNCIAS

KUABARA, Maria. *Reflexologia Podal*. São Paulo: Editora Ícone, 2006.

LANDMANN, Jayme. *As medicinas Alternativas*. São Paulo: Guanabara S.A., 1989.

LEITE C. Fernando, Renato A. Zângaro. *Reflexologia: Uma técnica terapica alternativa*, Univap/ Laboratório de Biodinâmica. p. 1311. [S/D]. Disponível em: <<http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/epg/epg3/epg3-27.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.

LOURENÇO, O. T. *Reflexologia Podal: Primeiro Socorros e Técnica de Relaxamento*. 3. ed., São Paulo: Ground, 2008.



IMAGEM CORPORAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE INSATISFAÇÃO

Karin Kisser Peretti; Claudia Santi Hajjar; Yoshimi Kawata; Ana Paula dos Santos Stadler
- Acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso Superior de Tecnologia em
Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A insatisfação corporal se inicia já numa idade precoce, induzindo adultos e adolescentes a uma busca progressiva e preocupante de uma imagem perfeita, sendo agravadas pelos extremos de adquirir o corpo ideal, transformando-se muitas vezes em sofrimento e frustrações por não conseguir alcançar os padrões de beleza pré-estabelecidos por valores culturais, sociais e econômicos. Tal insatisfação pode ser associada com transtornos alimentares, baixa autoestima, limitações no desempenho psicossocial, depressão e também com a manutenção da obesidade. Muitos profissionais ligados à beleza se oportunizam desta situação a fim de obter lucro, visando seus próprios interesses e auto promoção, ultrapassando muitas vezes limites éticos e desrespeitando a necessidade real do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem corporal, insatisfação, padrões de beleza.

Aptidões distinguem um ser do outro. Pessoas que marcam presença no planeta são aquelas que assumiram sua própria personalidade naquilo que realizaram. Muitos negligenciam ou se acomodam e acabam vivendo submissos, imitando às vezes até por medo, fazendo o que os outros querem e deixam com isso de contribuir para a evolução ou para acrescentar algo especial de si mesmo (SÁ, 2009). Na tentativa de buscar um corpo que caiba em sua própria imagem mental de satisfação, as pessoas recorrem a tudo, desde tratamentos cosméticos, adereços de moda, tatuagens, piercings, dietas, maquiagens, malhação e principalmente cirurgias plásticas, objetivando uma melhora da imagem distorcida que faz do seu próprio corpo (SILVA, 2005).

A falta de consciência dos próprios sentimentos, especialmente se a pessoa não se esforça por melhor se conhecer, resulta numa área de penumbra na consciência desconhecida pelo próprio ser, tornando-o vulnerável e alvo fácil de sua própria mente, tendo dificuldades em distinguir o ético do aético, principalmente por aqueles com menor



cultura, pois não se dedicam a refletir ao que lhe chega como notícia, sendo influenciados inclusive pela mídia, conduzida por poderes estatais que, financia a difusão de padrões de beleza, causando nas pessoas obsessões e compulsões autodestrutivas, levando a transtornos psicossomáticos diversos como, por exemplo, a distorção da própria imagem conhecida como transtorno dismórfico corporal (SÁ, 2009).

A bulimia, anorexia e a obesidade são denominados transtornos alimentares sendo a causa de insatisfações que geram depressão, ansiedade, frustrações e anseios resultando em stress, baixa autoestima, desmotivação e insegurança (SÁ, 2009).

A psiconeuroimunologia estuda os efeitos dos hormônios de estresse, adrenalina e noradrenalina, entre outros, responsáveis pela imunossupressão do organismo e que agem alterando o humor e submetendo as pessoas a doenças ligadas ao sistema imunológico firmando assim, a interação mente-corpo e a importância de seu estado de equilíbrio para uma mente sã (VASCONCELLOS, 2011).

Segundo HALLAWELL (2009), a construção da imagem pessoal está relacionada com seu rosto e seu próprio senso de identidade. Reconhecemos as pessoas principalmente pelo rosto. Quando se olha no espelho, você diz que *se vê* não que *vê seu rosto*. Características como o andar, os gestos ou a fala são muito menos importantes no reconhecimento de um indivíduo. Quando lembramos de alguém, surge em nossa mente a imagem do rosto dessa pessoa e, talvez a imagem do seu corpo e de seus gestos e associamos sensações a essas imagens que poderão ser positivas ou negativas, levando-nos a criar sentimentos de simpatia, admiração, alegria ou antipatia, rejeição e desprezo, consecutivamente.

Diante da análise do tema abordado, observa-se que muitas pessoas se deixam levar pela influência da mídia, sociedade, tendências de moda entre outros fatores, na busca por conforto emocional e tentativa de suprir carências internas, realização e satisfação de seus anseios buscando compensar traumas, timidez e frustrações, a fim de serem aceitos pela sociedade. Muitos buscam transformar sua imagem corporal através dos tratamentos estéticos e cirurgias plásticas visando construir uma imagem pessoal perfeita.

Devido a esta tendência mercadológica, o profissional esteticista vem se aprimorando através de cursos de graduação para atender de maneira ética e eficiente, essa



gama de pessoas que procuram por tratamentos que melhorem a aparência estética. Na maioria das vezes é esse profissional que presencia de maneira direta, todas estas alterações e transtornos psicológicos que afetam as mulheres e que causam este conflito entre corpo e mente, sendo muitas vezes observado por estes profissionais. Muitas intervenções cirúrgicas indicadas são desnecessárias, bastando um encaminhamento e acompanhamento efetivo de profissionais que identifiquem e tratem destes transtornos.

Desta forma, toda transformação e melhorias estéticas excessivas podem ter um custo emocional, trazendo prejuízo à saúde e dificuldade de aceitar a si mesmo, gerando muitas causas e consequências de insatisfações da imagem corporal.

REFERÊNCIAS

VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. *Psiconeuroimunologia: uma história para o futuro*. In: ANGERAMI, Valdemar Augusto (Org.) *Psicologia da saúde*. 2. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HALLAWELL, Philip. *Visagismo integrado – identidade e beleza*. São Paulo: Senac, 2009.

SÁ, A.L. *Ética e valores humanos*. 2. ed., Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, A.B.B. *Mentes insaciáveis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.



INFLUÊNCIA DOS HORMÔNIOS NA ESTÉTICA FACIAL E CORPORAL

Karin Kisser Peretti – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Gabriela Gonçalves de Oliveira – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Os hormônios são moléculas produzidas por diversas glândulas do organismo, estando envolvidos nas alterações estéticas da face, corpo e unhas. É imprescindível o conhecimento pelo profissional esteticista sobre a fisiologia hormonal a fim de auxiliar seu cliente na orientação correta caso este apresente alguma disfunção.

PALAVRAS-CHAVE: Estética, hormônios, esteticista, pele e anexos.

Os hormônios regulam o desenvolvimento, o crescimento, auxiliam as funções reprodutivas, controlam as funções de muitos tecidos e regulam o metabolismo. São produzidos por tecidos ou glândulas especializadas, o sistema endócrino, que os segregam conforme as necessidades do organismo. Alterações nestes hormônios desencadeiam no indivíduo várias disfunções que podem ser estéticas, metabólicas, patológicas, entre outras, e que podem prejudicar os resultados nos tratamentos estéticos oferecidos por profissionais da área.

O sistema endócrino coordena o organismo através de substâncias chamadas hormônios, os quais agem como mensageiros químicos. Estas substâncias químicas são produzidas por células especializadas que regulam e atuam em determinados órgãos relacionados com quimiorreceptores moleculares localizados na membrana plasmática das células possibilitando a passagem destes hormônios para o seu interior onde realizam suas funções.

Os hormônios atuam sobre o metabolismo, sobre os movimentos e sobre o desenvolvimento do organismo. São lançados na corrente sanguínea pelas glândulas endócrinas e transportados pelo sangue até os órgãos-alvo. Devem estar em rigoroso equilíbrio pois uma pequena falta ou excesso pode produzir graves distúrbios orgânicos. O surgimento de alterações na face como manchas do tipo melasma, acne e suas variações, as rugas, no processo de envelhecimento, as modificações na aparência estética e estrutura do



corpo como no fibro edema gelóide, o surgimento da gordura localizada, estrias e alterações nas unhas são fatores onde há o envolvimento do sistema endócrino.

O organismo é um sistema interligado e, portanto, dependente da homeostase para seu perfeito funcionamento. A falta ou excesso de alguma substância química produzida, atuará desequilibrando o metabolismo e dificultando funções celulares, causando hiper ou hipofunção de todo o sistema.

Compostos por proteínas, a insulina, adrenalina, progesterona, estradiol e testosterona são exemplos de hormônios e devido a receptores existentes nos órgãos ou células-alvo, são reconhecidos e respondem a eles, podendo circular no sangue sem influenciar as células do corpo e deste modo o organismo pode controlar a secreção destes hormônios mantendo níveis plasmáticos adequados dentro de limites precisos.

O diagnóstico e terapia de uma enfermidade dependem do entendimento da fisiopatologia envolvida. Doenças do sistema endócrino, geralmente devidas à produção deficiente ou em excesso de hormônios, constituem um excelente exemplo da aplicação de princípios básicos à medicina. Com o conhecimento sobre os fatores que levam a atuação e disfunções destes hormônios envolvidos, os profissionais esteticistas saberão investigar seus clientes, por meio de anamnese detalhada, o histórico e queixa principal apresentado pelas mesmas e poderão orientar seus pacientes, caso haja disfunções, a procurarem o profissional médico habilitado.

Alguns trabalhos revelaram que ainda estão sendo feitos estudos para a comprovação da atuação de algumas destas alterações e que grande parte da pesquisa sobre terapia de reposição hormonal, focaliza-se nos benefícios relativos da diminuição dos riscos de as mulheres por exemplo, desenvolverem problemas cardíacos e certos tipos de cânceres. Contudo, também por meio deste trabalho, estas alterações relacionaram o papel potencial de afetarem o envelhecimento da pele associadas com alterações cutâneas sendo destacado, por exemplo, a interferência do hormônio de crescimento e os estrogênios na qualidade e multiplicação celular. Nos homens observou-se a influência direta da testosterona no agravamento da acne pelo estímulo da secreção sebácea provocada por este hormônio, dentre outras alterações.



As influências hormonais sobre a saúde e a função da pele constituem uma área importante da dermatologia que merece a devida consideração pelo profissional de estética na avaliação da saúde ou na análise prévia da pele para a realização de procedimentos corretivos, cabendo ao profissional maior relevância quanto ao diagnóstico e observação destas influências.

Concluiu-se por meio desta revisão bibliográfica que ainda faltam informações diretas e maior interesse em se estudar sobre as alterações hormonais e seu envolvimento na área dos profissionais em estética. Embora saibamos que o homem e a mulher experimentam variações e efeitos destes hormônios, a pesquisa deste trabalho revelou que existe uma visão voltada muito mais para a parte fisiológica e patológica, sendo muito pouco abordado sobre as questões estéticas.

REFERÊNCIAS

BERNE, R.M., LEVY, M. N. *Fisiologia*. 4. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BORGES, Fábio dos Santos. *Dermato-funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas*. São Paulo: Phorte, 2006.

GARTNER, Leslie.P.; HIATT, James.L. *Tratado de histologia em cores*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GUIRRO, Elaine.; GUIRRO, Rinaldo. *Fisioterapia Dermato-Funcional*. 3. ed., São Paulo: Manole, 2002.

JUNQUEIRA, Luiz C.; CARNEIRO, José. *Histologia básica*. 11.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

KEDE, Maria Paulino; SABATOVICH, Oleg. *Dermatologia estética*. 2. ed., São Paulo: Atheneu, 2009.

MURRAY, R.K. et al. Harper: *Bioquímica*. 8. ed., São Paulo: Atheneu, 1998.

PERRICONE, Nicholas. *O fim das rugas: um método natural e definitivo para evitar o envelhecimento da pele*; Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ZAMPERETTI, K. L.; *Biologia geral*. 3. ed., Porto Alegre: Sagra – DcLuzzato, 1995.



A INFLUÊNCIA ATUAL AO CULTO À BELEZA NO COTIDIANO DAS PESSOAS

Andréa Fagundes; Karoline Chaves Valente; Vânia Carla Lopes - Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

Orientadora: Prof^ª. Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo mostrar como a beleza esta cada vez mais importante na vida das pessoas, principalmente nos dias de hoje. A beleza é uma preocupação diária dentro da nossa sociedade. Cada vez mais as pessoas estão em busca de uma aparência melhor. O grande responsável por esse culto à beleza seria as pessoas famosas como artistas de televisão, modelos, que vivem lançando a cada dia um novo conceito de beleza e moda. Por esta razão muitas pessoas se sentem obrigadas ou induzidas a seguirem esse tal conceito que acabam exagerando em busca da perfeição, como por exemplo, se submetendo a cirurgias plásticas, implantes de próteses (silicone), cremes, etc. Mas nem sempre essas pessoas conseguem o resultado esperado. E também algumas pessoas por falta de condições financeiras procuram profissionais que não estão devidamente qualificados para a realização de certos tipos de procedimentos, e não se dão conta do serio risco de vida que pode acontecer durante ou depois do tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Beleza, Pessoas, Moda.

Pode-se dizer que o culto a beleza remonta há pelo menos 30.000 anos, haja visto que os homens na pré-história já faziam gravações em rochas e cavernas pintando o próprio corpo. Por outro lado os Egípcios através de relatos da história foram os primeiros a usar produtos de beleza em larga escala, pintando os olhos como símbolo político de respeito, e o extrato de vegetais de hena para pintar os cabelos.

A famosa Cleópatra se banhava com leite de cabra para ter uma pele suave e macia, e incorporou o símbolo de beleza eterna. Os faraós eram sepultados em sarcófagos que continham tudo o que era necessário para se manter belo.

Em nome da beleza, muitas pessoas morreram na Antiguidade Clássica pela ingestão ou uso tópico de substâncias tóxicas, que continham grande quantidade de metais pesados. Durante a Idade Média, mulheres vaidosas que utilizavam ervas para embelezamento eram acusadas de bruxarias e queimadas vivas.



Nas sociedades contemporâneas há uma intensificação do culto ao corpo, rosto, cabelo e a beleza em geral, onde os indivíduos experimentam uma crescente preocupação com a imagem e a estética. A influência atual ao oculto a beleza coloca-se hoje como preocupação geral em todas as classes sociais e faixas etárias, apoiada num discurso que ora lança mão da questão estética, ora da preocupação com a saúde.

Contudo, foi o cinema de Hollywood que ajudou a criar novos padrões de aparência e beleza, difundindo novos valores da cultura de consumo e projetando imagens de estilos de vida glamurosos para o mundo inteiro.

Da mesma forma, podemos pensar em relação à televisão, que veicula imagens de corpos perfeitos através dos mais variados formatos de programas, como peças publicitárias, novelas, filmes, etc. Isso nos leva a pensar que a imagem da “eterna” juventude, associada ao corpo perfeito e ideal, atravessa todas as faixas etárias e classes sociais, compondo de maneiras diferentes diversos estilos de vida.

O consumismo desenfreado gerado pela mídia em geral foca principalmente adolescentes como alvos principais para as vendas, desenvolvendo modelos de roupas estereotipados: a indústria de cosméticos lançando a cada dia novos cremes e géis redutores para eliminar as “formas indesejáveis” do corpo e indústria farmacêutica faturando alto com medicamentos que inibem o apetite.

Preocupados com a busca desenfreada da “beleza perfeita” e pela vaidade excessiva, sob influência dos mais variados meios de comunicação, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica apresenta uma estimativa de que cerca de 130 mil crianças e adolescentes submeteram-se no ano de 2009 a operações plásticas.

Evidentemente que a existência de cuidados com a beleza não é exclusividade das sociedades contemporâneas e que devemos ter uma especial atenção para uma boa saúde. No entanto, os cuidados com o corpo não devem ser de forma tão intensa e ditatorial como se tem apresentado nas últimas décadas. Devemos sempre respeitar os limites do nosso corpo e a nós mesmos.

REFERÊNCIAS

LEONARDI, Gislaine Ricci; *Cosmetologia Aplicada*; 2. ed., São Paulo: Livraria e Editora Santa Isabel LTDA, 2008.



VITA, Ana Carlota R.; *Historia da Maquiagem, da Cosmética e do Penteados: Em busca da perfeição*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2009.



VERIFICAR SE O USO DE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS AUMENTA A AUTO-ESTIMA

Luci Maria de Lima - Acadêmica do Curso Tecnólogo em Estética e Cosmética - Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Prof^a Ms. Priscilla Araujo Taccola - Docente do Curso Superior de
Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A auto-estima é um tema que está diretamente ligado à melhoria da condição do bem-estar do indivíduo, onde o mesmo se encontra em uma sociedade que valoriza muito a parte estética e física do ser humano e não se preocupa muito com as qualidades da pessoa. Sendo assim, ao abordar este tema, poderemos verificar se há uma relação entre estética e a melhoria da auto-estima. Faz-se presente também a importância do profissional de estética, que por sua vez tem uma atuação abrangente e não limitada e voltada só para a aparência física e externa, e sim de lidar e atuar com o objetivo de proporcionar uma ação conjunta, estética, física, pessoal e emocional, lembrando que os tratamentos estéticos vêm em forma de ajuda e não de cura, por estar relacionado à forma exterior do indivíduo, o seu interior quem poderá mudar é o próprio. Por tanto, será estudado como o profissional de estética pode estar utilizando seu trabalho para a melhoria da auto-estima da cliente e conseqüentemente sua qualidade de vida.

PALAVRA CHAVE: auto-estima, estética, bem-estar.

A auto-estima e os cuidados estéticos estão cada dia mais ligados, pois uma pele, cabelos e um corpo bonito são fatores que melhoram a auto-estima desta forma quando falamos em auto-estima relacionamos também auto-imagem.

A exposição que a mídia faz da beleza influencia em muito este mercado e o conceito do que é belo. A mídia mostra novos tratamentos, novos produtos, dietas e roupas, dita moda quando mostra na novela mulheres magras e com cabelos lisos, influenciando diretamente no gosto das pessoas.

Rosenberg (1965) refere-se à auto-estima como a avaliação que a pessoa efetua e geralmente mantém em relação a si própria, a qual implica um sentimento de valor, que engloba um componente predominantemente afetivo, expresso numa atitude de aprovação/desaprovação em relação a si mesma.



Nathaniel Brandem (2001) cita que a auto-estima tem dois componentes: o sentimento de competência pessoal e o sentimento de valor pessoal. Em outras palavras auto estima é a soma da autoconfiança com o auto-respeito. A autoconfiança passa a ser um reflexo de uma auto-estima bem resolvida e evidenciada, pessoas com a auto-estima alta são mais confiantes em seus relacionamentos, vida pessoal, social e profissional. Ao mesmo tempo o auto-respeito é trabalhado e passa a ser respeitado pelos outras pessoas. Por este motivo tem se a preocupação não só pela parte estética mais um conjunto de fatores que será melhorado.

Os tratamentos estéticos vêm em forma de ajuda e não de cura pois esta relacionado a forma exterior do individuo, pois seu interior quem poderá mudar é o próprio.

A pele é o maior órgão do corpo humano, sendo compostas por inúmeras terminações nervosas, células do sistema imunológico, além das células que compõe sua arquitetura. É através da pele que o meio interno pode interpretar diversos estímulos, prazerosos ou nocivos, é palco das mais diversas emoções e reflete, através de sua aparência, a dinâmica mental do individuo. O tratamento da pele, por cosméticos ou outras terapias promovem um intenso estímulo das terminações nervosas e também das células, levando a liberação de neurotransmissores. As liberações destes mediadores promovem o bem estar, a melhora da auto-estima e a vontade de manter o equilíbrio orgânico, traduzido por uma melhora da alimentação, hábitos saudáveis, exercícios físicos e o abandono de hábitos nocivos como tabagismo, alcoolismo, entre outros (Neves, 2008).

Os tratamentos estéticos têm como mediador a pele, que é considerada o maior órgão sensitivo do ser humano, responsável por transmitir sensações de bom humor e bem estar, através de tratamentos e cosméticos pode-se ativar os neurotransmissores, liberando substâncias como endorfina, acetilcolina, amins derivados de aminoácidos (dopamina, norepinefrina, epinefrina, serotonina e histamina) e os aminoácidos. (Kapczinski, 2004) como forma de estimular e aumentar essas sensações.

A proposta do trabalho é estudar a relação de estética e auto-estima; e como o profissional de estética pode estar utilizando seu trabalho pra a melhora da auto-estima da cliente e conseqüentemente sua qualidade de vida.



Portanto o presente trabalho será realizado através de uma revisão bibliográfica sobre o tema Verificar se o uso de procedimentos estéticos aumentam a auto-estima, junto com uma pesquisa de campo e entrevista semi estruturada. A pesquisa será em formato de questionário sobre imagem corporal e auto-estima O questionário sobre imagem pessoal é constituído de 34 questões com respostas que vão de 1 a 6, onde 1 representa nunca e 6 representa sempre, numa escala de satisfação da aparência pessoal nas ultimas 4 semanas. Já o questionário sobre auto-estima constitui de 10 questões com alternativa de respostas A, B, C e D. Onde A corresponde a concordo plenamente, B corresponde concordo, C discordo e D discordo plenamente. São questões relacionadas pra ajudar a avaliar a auto-estima da pessoa, aplicado em vários outros estudos relacionado com auto-estima, onde mostra o quanto ela gosta de si, como ela se vê, a satisfação de forma geral sobre si e o que pensa sobre ela mesma.

A entrevista semi estruturada tem como objetivo adquirir dados pessoais o cliente sua idade, sexo, profissão, grau de escolaridade, tipo de tratamento que se tem interesse, qual o objetivo do tratamento e se este relacionado para a melhora do aumento da auto-estima.

O objetivo do estudo será de verificar se tratamentos estéticos podem influenciar a imagem corporal de quem procurar esses tratamentos. Para isso o método escolhido foi de pesquisa em campo, onde os participantes da pesquisa deverão responder um questionário de imagem corporal antes do procedimento estético e responder o mesmo questionário após o termino do tratamento estético, e outro questionário sobre auto-estima. Ao final o pesquisador irá comparar os resultados como uma forma de verificar se houve mudança na resposta ao questionário em relação a imagem corporal e auto-estima.

REFERÊNCIAS

Kapczinski, F; Quevedo, J; Izquierdo, I; *Bases biológicas dos transtornos psiquiátricos*. 2.ed., Porto alegre: Arned, 2004.

Branden, N; *Auto-estima: Como aprender a gostar de si mesmo*. 39. ed., Tradução de Gouveia, R; Revisão de Mourão Netto, S. São Paulo: Saraiva, 2001.

Neves, K.; Felicidade a Flor da Pele. *Cosmetics&Toeletries*, Brasil, v. 20., nov/dez de 2008.



Romano, A.; Negreiros, J. e Martins, T. Contributos para a validação da escala de Auto-estima de Rosenberg numa amostra de Adolescentes da região interior do país. *Psicologia, Saúde e Doenças*, v.8, n.1, p.109-116, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v8n1/v8n1a08.pdf>>. Acessado em 14 de junho de 2011.



UTILIZAÇÃO DA ESTÉTICA COMO FORMA DE PROPAGANDA PESSOAL

Luci Maria de Lima; Déborah Maciel - Acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A maneira que lidamos com a propaganda pessoal, se reflete em nossa vida pessoal, familiar, no trabalho e na sociedade. A sociedade é que indiretamente cobra mais por esta propaganda pessoal e é ela quem dita a forma, modo e a maneira de avaliação desta propaganda, com o objetivo muitas vezes de ajudar e valorizar o indivíduo, mas que em muitas outras o desqualifica e o discrimina. A propaganda pessoal também é utilizada de várias formas, tanto pra sua própria valorização como também dar valor a alguma coisa ou produto. Através da imagem pessoal se agrega valor de mercado a determinados produtos, fazendo uma associação de imagem e produto. Com a propaganda pessoal vinculamos a estética como ferramenta da melhora física de valorização do exterior, proporcionando uma melhor auto-estima ao indivíduo. Esta melhora da aparência física se une com as qualidades do indivíduo, formando um conjunto atrativo tanto para o indivíduo que se sente mais confiante, como para seu interessado que terá uma boa impressão já de primeiro momento.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Imagem pessoal, Auto-estima.

A estética como propaganda pessoal é usada de modo conjunto para a obtenção do resultado final, que se apresenta em formas e efeitos variados na sociedade contemporânea. Dia após dia rostos e corpos ocupam cada vez mais lugar de destaque na mídia para vender os mais diversos produtos e serviços, tais como moda, alimentos, remédios, acessórios esportivos, eletrodomésticos, cartões de banco, cursos universitários e de pós-graduação, tendo assim um leque variado para oferecer produtos e serviços e porque não dizer modo de vida.

A estética é vista de várias formas e esta visão ampla que temos, é ponto de discussão tanto favorável como negativo. Uma vez que o ponto de vista das pessoas é diferente, abre espaço para uma discussão ampla sobre o assunto, já que a beleza está nos olhos de quem a vê. A evolução dos tempos trouxe com ela modificações a respeito do que é belo e no que se inspirar em padrões de beleza.



As atitudes em relação à feiúra quer sejam ver-se feio ou atribuir feiúra ao outro, nos mostram mudanças na forma de lidar com o corpo, para um favorecimento pessoal ou não, que por sua vez produzem vínculos sociais, profissionais e em muitas vezes um reconhecimento de mídia. As causas envolvendo a mídia produzem uma avalanche de imagens que termina por asfixiar o próprio registro do imaginário, isto é, a possibilidade criativa do sujeito desenhar uma estética para aquilo que lhe for necessário.

Há dois modos de representar o feio: a representação do feio e a forma de representação feia. A representação do feio se confunde com a forma feia de se apresentar, fazendo um pré-julgamento a forma, provocando com isso, implicações em nossa percepção e repercutindo em nosso comportamento com relação à feiúra.

No mundo das imagens contemporâneas existem muito mais mulheres do que homens. As imagens refletem corpos super trabalhados, sexuados, respondendo sempre ao desejo do outro ou corpos medicalizados, lutando contra o cansaço, contra o envelhecimento ou mesmo contra a constipação. A estética da propaganda pessoal não se prende a uma filosofia do correto ou errado, e se apresenta alheia a tais padrões, por não existir códigos a serem seguidos. Por este motivo o indivíduo e a sociedade se alto julga de maneira que os convêm.

Tais apresentações da propaganda pessoal produzem causas e efeitos onde no final pode trazer ou não algum benefício. As causas e efeitos desta propaganda pessoal se apresentam na mídia, promoção pessoal, sociedade, emprego, relacionamentos e no pessoal, sendo estes alguns exemplos em que mais se nota suas causas e efeitos.

Os efeitos quando os relacionamos com a mídia, envolve imagem pessoal como também produtos envolvidos nesta propaganda, onde a imagem pessoal agrega importância ao produto. Uma empresa não procura vincular a imagem de sua marca ou produto a uma personalidade que provoca algum tipo de polêmica na mídia. A promoção pessoal está relacionada ao ganho ou a perda por causa da aparência física da pessoa.

A sociedade envolve a discriminação e a valorização do indivíduo por causa da sua aparência e não por suas qualidades e por seu caráter. Emprego, uma promoção, melhores empregos, a empregabilidade em si envolve a valorização da aparência e não das qualidades do empregado.



No emprego, muitas mulheres e até mesmo o homem que é bonito acabam tendo mais oportunidades de ganharem uma promoção no trabalho, do que uma pessoa que já não é tão bonita. E nem sempre a pessoa bonita é a mais capacitada para a devida “promoção”. Com relação a melhores salários pode-se citar o exemplo de modelos e atrizes, que quanto mais bonitas e “velhas de carreira”, cobram um valor super alto comparando com atrizes mais novas (que não tem tanta experiência). Com passar do tempo o mercado de trabalho vem sendo mais rígido em relação a contratar alguém para trabalhar. Muitas vezes as pessoas não conseguem trabalhar devido a acnes e serem gordinhas e com isso muitas vezes não conseguem mostrar seu potencial. Ter boa aparência agrega status a sua vida ou carreira por associar muitas vezes o belo com qualidades pessoais como bom caráter, simpatia, honestidade e que em muitas vezes não condiz com a personalidade da pessoa.

Diante de todos estes fatos, a sociedade contemporânea e sua busca ao belo, deixa escapar a essência do verdadeiro sentido da beleza, valorizado mais a embalagem do que o produto. Mostrando que a estética pode mascarar imperfeições ou ressaltar qualidades, é importante sabermos distinguir o belo e a apresentação do belo, pois a estética nos traz ferramentas, não só para termos uma melhor propaganda, mas também unirmos a melhora da estética com as qualidades já existentes em nosso currículo. O equilíbrio e o discernimento do belo devem andar juntos para que não se cause injustiças e favorecimentos.

REFERÊNCIAS

CAETELFRANCHI, Y. Os oblíquos caminhos do belo. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. [S/D]. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=138>>. Acesso em: 30 de agosto de 2011.

PEREIRA, C. F. O. Publicidade e promoção pessoal. *Revista Paraná Eleitoral*. Disponível em: <http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impreso.php?cod_texto=52>. Acesso em: 30 de agosto de 2011.

STROZENBERG, I. Branca, preta, híbrida: qual é a cor da beleza na propaganda brasileira hoje? *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Disponível em:



<<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=148>>.
Acesso em: 30 de agosto de 2011.

VILHENA, J. MEDEIROS, S. NOVAES, J. V. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza. n.1, p.109-144. Março de 2005. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v5n1/06.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2011.



METABOLISMO VEGETAL: ATIVIDADES TERAPÊUTICAS DO ÓLEO ESSENCIAL DE MELALEUCA

Maiane K. da Costa - Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética
– UniFil

Orientadora: Mylena C. D. da Costa - Docente do Curso Superior de Tecnologia em
Estética e Cosmética – UniFil

RESUMO:

O presente resumo tem por finalidade estabelecer as informações do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Atividades Terapêuticas do Óleo Essencial de Melaleuca”. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo conhecer a composição química do óleo essencial de Melaleuca e enfatizar suas atividades terapêuticas na aromaterapia e contra determinadas patologias e, afinal, propor formulações cosméticas contendo este óleo e sua aplicação na Estética e Cosmética, sendo a metodologia adotada de caráter descritiva e qualitativa, baseada em referências como livros, periódicos, dentre outros, sendo de natureza científica.

PALAVRAS- CHAVE: Fitoterapia, óleos essenciais, óleo de Melaleuca

Desde os tempos remotos, os homens usavam as plantas para sua sobrevivência, e foi através das curas e prevenções por meio de partes das plantas, como caule, raízes, folhas e assim por diante, conforme a erva utilizada e a preparação, o homem buscou junto aos avanços tecnológicos aprimorar seus conhecimentos, assim analisando cada princípio ativo das mesmas e suas aplicabilidades. A fitoterapia é considerada mundialmente uma medida milenar, que apesar disso, atualmente tem sido procurada como terapias alternativas e/ou complementares por inúmeras pessoas e além de estar agregada a rede de saúde pública.

Os óleos essenciais, são provenientes dos metabolismos secundários das plantas, são moléculas odoríferas e voláteis, que tem diversas propriedades. Em especial o óleo essencial de Melaleuca é conhecido como Tea Tree (árvore do chá) de espécie arbórea nativa da Austrália comum na região de New South Wales (CASTRO *et al.*, 2005 apud GARCIA *et al.*, 2009; MONDELLO, 2003 apud PEREIRA *et al.*, 2009). As árvores de Melaleuca Alternifolia (Mirtáceas), atingem cerca de sete metros de altura, sua casca é fina



e as folhas são longas e pontiagudas, quando são partidas tem um odor muito forte (WILLIAMS *et al.*, 1990 apud SIMÕES *et al.*, 2002).

O óleo essencial de Melaleuca é obtido por destilação por arraste a vapor ou hidrodestilação das folhas, (CASTRO *et al.*, 2005) onde contém os seguintes constituintes químicos: terpenos (cineno, terpeno e cimeno) : terpineol (terpinen-4-ol), sesquiterpenos e cineol onde estão relacionados com sua atividade antimicrobiana (SAWAYA, *et al.*, 2002; SIMÕES *et al.*, 2002 apud GARCIA *et al.*, 2009). O terpinen-4-ol é o principal responsável por suas propriedades medicinais, principalmente antifúngicas e antibacterianas (VIEIRA *et al.*, 2004). Pode se afirmar que na sua ação antibacteriana, abrange tanto as espécies de bactérias Gram positivas, como Gram negativas (PRIEST & PRIEST, 2002; ANDRADE *et al.*, 2003 apud GARCIA *et al.*, 2009).

Dentre as suas grandes propriedades, se tem os destaques como bactericida, cicatrizante, expectorante, fungicida, anti-infeccioso, balsâmico, anti-inflamatório, anti-séptico, antiviral, febrífugo, inseticida, imunoestimulante, diaforético, parasiticida e vulnerário (MALUF, 2009). Entanto, pelas prováveis características terapêuticas do óleo, tem como ação antiacne, onicomicoses, dermatite, eczema, dor de dente, mau hálito, dentre outros (PRIEST & PRIEST, 2002; ANDRADE *et al.*, 2003 apud GARCIA *et al.*, 2009). Em recente estudo o óleo de Melaleuca tem mostrado eficácia, devido ao seu principal componente terpinen-4-ol, cujo é capaz de inibir o crescimento do melanoma (tipo M14) e comprovado que são mais eficientes que as drogas convencionais (CALCABRINI *et al.*, 2004).

Atualmente, o uso de cosméticos associados com o óleo de Melaleuca devida a sua ação antimicrobiana, antiséptica, despigmentante e além de ser um conservante natural, tem sido empregada em formulações. Pode ser incorporado a cremes, loções, sabonetes e xampus antissépticos, produtos para a limpeza da pele em especial a oleosa, demaquilantes, after shaves, pós depilatórios, desodorantes, xampus para cabelos oleosos ou com caspa, entre outros (CHRISTOPH *et al.*, 2001 apud GARCIA *et al.*, 2009). Também pode ser incorporado em formulações como os sabonetes líquidos íntimos, onde busca a prevenção de doenças do trato genito-urinário feminino, como contra candidíase, por exemplo, (GARCIA *et al.*, 2009). Segundo Souza e Junior, o óleo tem ampla



aplicabilidade nos produtos como: antiacne, antissépticos, desinfetantes, antifúngicos, produtos capilar, higiene oral e pessoal, desodorantes, queimaduras, picadas de inseto, pós-sol, produtos veterinários, aromaterapia e flavorizantes (SOUZA e JUNIOR, 2009). A concentração usual deste óleo em cosméticos varia de 0,5 a 5 %, nas preparações farmacêuticas entre 5 a 10%, nas infecções mais resistentes 100% e de 0,5 a 1% como conservante natural (CHRISTOPH *et al.*, 2001 apud GARCIA *et al.*, 2009). Seu ph varia em torno de 4 a 9 (SOUZA e JUNIOR, 2009).

Através do estudo sobre o óleo essencial de Melaleuca, que possui importância medicinal e ampla aplicabilidade, o qual atualmente vem sendo empregado em formulações cosméticas, sendo então uma substância ativa em potencial para ser veiculada em tratamentos cosméticos e estéticos. Porém, a utilização dos óleos essenciais devem ser empregada com cautela e de preferência guiada por um profissional especializado, o qual saberá verificar as contraindicações, além de dosagens e melhores formas de uso, para que se obtenha efeitos diretamente relacionados à saúde e bem-estar de cada indivíduo. Portanto, o estudo se aprofundou na composição e características terapêuticas do óleo de Melaleuca, como fonte de matéria-prima ativa para a elaboração de cosméticos que sejam aplicados de formas variadas na área da Estética e Cosmética.

REFERÊNCIAS

CALCABRINI, A. et al. Terpinen-4-ol, The Main Component of Melaleuca Alternifolia (Tea Tree) Oil Inhibits the In Vitro Growth of Human Melanoma Cells. *The Journal of Investigative Dermatology*. Fev, v.122, n. 2, p. 350-360, 2004.

GARCIA, C.C.;GERMANO, C.;OSTIL, N. M.;CHORILLI, M. Desenvolvimento e avaliação da estabilidade físico- química de formulações de sabonete líquido íntimo acrescida de óleo de melaleuca. *Rev. Bras. Fam.*, p. 236-240, 2009.

MALUF, S. *Aromaterapia*. São Paulo: [S/N], 2009.

MANSO, E.F. Aromaterapia: um aroma terapêutico. *Cosmetics & Toiletries*. São Paulo, v.17, p. 62-66, set-out de 2005.

PEREIRA, C.S.; BELO, R. S. A.; KHOURI, S.; CARDOSO, M. A. G. *Desenvolvimento de uma formulação farmacêutica utilizando óleo essencial de Melaleuca Alternifolia*. XIII INIC, IX EPG E III INIC JR. UNIVAP, outubro/2009.



SIMÕES, R.P. et al. Efeito do óleo de *Melaleuca alternifolia* sobre a infecção estafilocócica. *Revista Lecta*. Bragança Paulista, v.20, n.2, p. 143-152, jul/dez. de 2002.

SOUZA, V. M.; ANTUNES, D. *Ativos dermatológicos, guia de ativos dermatológicos utilizados na farmácia de manipulação para médicos e farmacêuticos*. São Paulo: Pharmabooks, 2009.



A ÓTICA DA CIDADANIA E A VISÃO ESTÉTICA INFLUENCIANDO NA FORMAÇÃO ÉTNICA E CULTURAL

Maiane K. da Costa; Angela Dal Col; Damiane Aparecida Lucas - Acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia - UniFil
Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

No Brasil há grande miscigenação de etnias: índios, negros, alemães, espanhóis, portugueses, italianos, japoneses, etc. As culturas indígena e negra têm grande importância na história do país, como as músicas, artesanatos, dança e as manifestações. Os padrões estéticos impostos pela mídia e pela sociedade, fez com que cada vez mais os indivíduos busquem o corpo perfeito. Assim, se submetem a quaisquer recursos para devidas alterações a fins estéticos, e as vezes colocando em jogo sua própria saúde, seja pela sua felicidade e/ou aceitação de grupo. O negro, por sua vez, veio sofrendo devidas alterações em relação a sua própria identidade, como exemplo o cabelo.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, negros, cultura negra

O corpo faz parte da base da percepção e organização da vida humana nos sentidos biológico, antropológico, psicológico e social. Perante isto, todas nossas atitudes representam modos de vida diferentes, e faz determinar um grupo social. Isto significa que nosso corpo é socialmente construído, o que nos leva a interpretá-lo de acordo com cada cultura (NETO 1996; COURTINE, 1995 apud SANTOS, 2008).

Através da divulgação de imagens nos meios de comunicação ou até pela Internet, permite uma construção simbólica em relação ao corpo no contexto de uma cultura visual (OLIVEIRA, 2004). Muitas vezes, o ato de se embelezar marca uma classe social/grupo, ou determinado momento, mas devido aos padrões estéticos impostos pela mídia fazem do corpo ser submetido a vários tipos de interdições e transformações (SANTOS, 2008; KOSOSVSKI, 1999 apud MEDEIROS, 2004).

Atualmente, os brasileiros tendem a se preocupar ou melhorar sua aparência, tem dificuldade em assumir seu corpo do jeito que é desvalorizando-o (VENTURA, 2003 apud MEDEIROS, 2004). A importância da beleza no país gera um espaço econômico com um



grande mercado de trabalho que aborda todas as classes sociais, desde os médicos cirurgiões plásticos, aos esteticistas, ou até mesmos as vendedoras a domicilio que vendem através de catálogos os cosméticos (MEDEIROS, 2004). E com a ajuda da tecnologia, os cosméticos, a maquiagem, a cirurgia estética, esteticistas, estilistas e profissionais da elegância, dentre outros, ajudam os indivíduos estarem em boa forma (MARTINS, 2010).

Para os negros os anos 60, 70 e 80 foram um marco importante. A partir daí se vem lutando através de movimentos ou atitudes, buscando pela igualdade entre os brancos e negros. Os movimentos como o Negritude, Panafricano e o OUA (Organização da Unidade Africana) causaram uma repercussão pelo o mundo, buscando que a África seja vista e por melhores condições de vida. Desta forma surgem nos Estados Unidos movimentos que lutam pelos direitos dos negros e que modificam seu padrão estético, baseando numa estética branca (COUTINHO, 2005).

Nos anos 60 surgiram produtos para branquear a pele e alisar os cabelos, pois a maioria da população negra estava insatisfeita com sua aparência, pelo fato de não querer assumir um padrão de beleza que se pertencia à população branca. Em contra partida surge o movimento Black Power que caracterizava jovens negros pelo cabelo natural. Este visual fez bastante sucesso nas décadas de 60 e 70. Nesta época também surge o BLACK IS BEAUTIFUL que afirmava que ser negro é ser lindo. A insatisfação dos negros era pelo jeito que vinham sendo tratados ao longo de anos, através de penteados e as tranças, dreadlocks, black power uma forma de afirmação da identidade negra (COUTINHO, 2005).

No Brasil surgiram movimentos que lutavam pela democracia racial, e valorização da estética e cultura negra. Já na década de 70 surgiu movimento negro unificado que se instalou no Brasil, afirmando os valores negros africanos estéticos que tinham como objetivo, romper o padrão de beleza branco. Em fevereiro de 1975 saiu pela primeira vez no carnaval o broco Ilê Aiyê, o qual tentaram registrá-lo como poder negro, mas receberam intimação para mudar de nome. Depois acabaram descobrindo que Ilê Aiyê significava mundo negro. Considerando ainda mais forte da população acerca da língua africana, o Ilê trazia em suas músicas a temática para afirmação do negro, valorizando o cabelo, a magia do candomblé, a cultura e tradição (COUTINHO, 2005).



Pelo fato dos padrões estéticos, fez que os negros mudassem sua identidade, buscassem a transformação de acordo com as tendências. Ocorreram várias mudanças, principalmente nos cabelos, que do estilo carapinha passassem a ser alisados. Além disso, fez com que as indústrias cosméticas produzissem produtos específicos para pele negra, como maquiagens, hidratantes, produtos para higiene da pele, produtos pós química ou para cabelos negros. E de fato isto colabora com a economia mundial.

Através da análise de todos estes fatores pode-se concluir que o Brasil é um país com grande diversidade de raças, onde são fatores que contribuem para a existência de diversidades de culturas, valores e crenças. Porém, as diferenças tanto culturais e estéticas, sempre existirão. Entretanto o racismo e preconceitos fazem parte da origem das pessoas. Enfim, mesmo após tantos pontos positivos que levaram os negros a assumir sua beleza negra, isto demorou para acontecer. Ao longo dos anos houve enorme crescimento da valorização da estética negra e, com ela pode-se observar uma maior aceitação da sociedade diante de um modo de se vestir e adotar os cabelos que diferem do padrão europeu. Os movimentos contribuíram para que fossem aceitos na sociedade como negro e não como um indivíduo que se utiliza do padrão europeu para ganhar espaço. Além disto, verifica-se que o mercado diante deste crescimento se aproveita para lucrar através da produção e venda de produtos específicos.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C.L.R. *O padrão estético do negro em salvador*. Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 02: História e Imagem, 2005.

MARTINS, V.L. Valores estéticos e estigmas sociais ligados ao culto à beleza. *Revista Científica Intracência*. a. 2, n. 1, p.26-105, novembro de 2010.

MEDEIROS, M. S. Imagens, percepções e significados do Corpo nas classes populares. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 401-408, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, E. Z. *O feminino e as novas tecnologias de comunicação e informação*. X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste – SIPEC Rio de Janeiro, 7 e 8 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19593/1/Elaine+Zancanela+de+Oliveira.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.



SANTOS, E.F. Corpo: o retrato da cultura: a preocupação com a estética na sociedade contemporânea. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis - SC, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em:
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST59/erica_Fernandes_dos_Santos_59.pdf>.
Acesso em: 01 de outubro de 2011.



DOUTORES DA BELEZA

Talita Oliveira da Silva – docente do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)

Claudia Cristian Santi Hajjar, Iracy Ferreira Zubioli, Yoshimi Kawata, Carolina Vieira Carraro, Cristina Miyuki Kimura Oguido, Karoline Chaves Valente, Nayara Martins Corrêa, Sharlise Juliana De Oliveira Pandolfo, Anay Souza Menoia Damiani Aparecida Lucas, Deborah Maciel, Josiane Peixoto, Fátima Aparecida de Moraes Oban, Heloisa de Paiva Haguio, Hemerson Eduardo Davies, Hengredy Karla Almeida Martinez, Legiane Meira Marcelino, Maiane Kemillin Da Costa, Nayara Helena de Souza Scoponi, Pryscilla Ayhumi Aymori Martelli, Aline Caetano da Mata, Aline Stela Mello, Amanda Barbieri Sanches, Ana Lia Ludwig Favoreto, Barbara Camila De Araujo Kozempa Policarpo, Bruna Caroline de Oliveira, Émille dos Santos Moraes, Franciele Caroline de Oliveira, Francynelle Maiary Carvalho Capel, Gabriela Ghélere Bueno, Gisele de Salles Bernardo, Ingrid Marcele Ferreira, Jéssica Moreira de Jesus, Luísa Juliana de Freitas Will, Nayara Doação Dantas de Andrade, Nélfifer de Amorim Pilla, Rafaela Barbosa de Paula, Solange Aparecida de Moraes, Taynara Maéli Brandão Ortega, Victória Santana de Simas, Zeferina Alexandra Trizotti da Silva – alunas(o) do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)

RESUMO:

O projeto de extensão intitulado “Doutores da Beleza” refere-se a um trabalho desenvolvido em prol da comunidade em geral. Com este intuito, o curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Unifil, tem como objetivo o atendimento de hospitais, asilos, orfanatos, escolas e bairros da cidade de Londrina, que são eleitos através das características e necessidades apresentadas, com serviços gratuitos de corte de cabelo, higienização da face, manicure, massagens entre outros, através da participação de seu(a) coordenador(a), professores(a) e alunos(a). A principal meta do projeto é elevar a auto-estima dos cidadãos envolvidos, além de promover saúde, beleza e qualidade de vida, além de proporcionar aos acadêmicos o contato com um mundo diferente, mais justo e igualitário, que se preocupa com a gravidade dos problemas sociais e que gosta de mobilizar forças amigas para idealizar projetos em vista do bem social.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde; Comunidade; Estética.

A Extensão Universitária é um processo educativo, de conotação cultural, artística e científica, que promove a integração da universidade com a sociedade, através de atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas no âmbito da academia. A interação possibilita a reciprocidade da relação universidade e sociedade, reconhecendo em ambas, possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico.



Assim, a educação em saúde deixa de ser uma atividade a mais realizada nos serviços para ser algo que atinge e reorienta a diversidade de práticas aí realizadas, passa a ser um instrumento de construção e participação popular nos serviços de saúde e, ao mesmo tempo, de aprofundamento de intervenção da ciência na vida cotidiana das famílias e da sociedade. Os profissionais da área da saúde devem ter uma formação essencialmente voltada para a realidade de saúde da população, o que implica em relacionar-se com toda a complexidade de nossa malha social, econômica e cultural. Para finalizar, o aspecto multidisciplinar do projeto visa uma melhor integração entre os acadêmicos e as diversas disciplinas trabalhadas em todo curso, e proporciona a comunidade visitada a oportunidade de ampliar seu conhecimento sobre diferentes assuntos.

Auto-estima é a opinião e o sentimento que cada pessoa tem por si mesma. É ser capaz de respeitar, confiar e gostar de si. Muitas vezes pensamos que não somos tratados do modo como merecemos e culpamos o mundo inteiro pelas nossas falhas e decepções. No entanto, a verdade é que o modo como o mundo nos trata é um reflexo de como nós nos tratamos. No momento em que passamos a gostar mais de nós mesmos, o mundo reagirá e nos recompensará. Uma auto-estima saudável é a pedra fundamental do sucesso e da satisfação de viver.

O voluntariado é uma alternativa para todo jovem que sonha com um mundo diferente, mais justo e igualitário, que se preocupa com a gravidade dos problemas sociais e que gosta de mobilizar forças amigas para idealizar projetos em vista do bem social. Pensando nisto, o curso Superior de tecnologia em Estética e Cosmética da Unifil entende que é de extrema importância a realização de projetos junto à comunidade com o intuito de oferecer serviços de forma informativa e prática, prestados voluntariamente à hospitais, asilos, orfanatos, escolas, bairros, entre outros.

Desta forma, o presente projeto teve e ainda tem como objetivo, pois o mesmo encontra-se em andamento as seguintes práticas: oferecer serviços básicos de saúde e beleza, além de promover saúde e qualidade de vida à terceira idade e demais grupos envolvidos, através de serviços de corte de cabelo, higienização da face, manicure e pedicure, massagens terapêuticas, etc..



Dentre as participações já realizadas, cita-se os atendimentos ao Hospital da Zona Norte de Londrina, Dias das Mães e dos Avós do Colégio Londrinense, Promoção da Saúde e da Beleza junto às Zeladoras do Colégio Londrinense e Centro Universitário Filadélfia de Londrina, entre outros. Ainda serão realizadas outras atividades, algumas já programadas, como o “Dia da Responsabilidade Social”, onde as alunas(o) envolvidas prestarão serviços e esclarecimentos à outras instituições que abrigam crianças e adolescente carentes. O projeto já atendeu mais de 500 pessoas da comunidade em geral.

Desta forma, os acadêmicos, futuros profissionais, tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades engajados num processo de transformação social para construir um país melhor.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Maria José. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petropolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

BESSA, Henrique et al. In: Saúde-se: o cuidar estético de enfermagem em projeto de extensão universitária. *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, v.12., 2004.

CIANCIARULLO, Tamara I. *Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade da assistência*. São Paulo: Atheneu, 2000.

HARTZ, Zulmira M. A. *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implementação de programas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

PALMEIRA, Guido. A acupuntura no ocidente. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 1990. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 1 de outubro de 2010.

SBERGA, A. *Voluntariado educativo*. 2001.

VASCONELOS, E. M. *Educação Popular e Atenção à Saúde da Família*. HUCITEC. 1997.



FATORES QUE INFLUENCIAM NA ABSORÇÃO CUTÂNEA DOS PRODUTOS COSMÉTICOS

Sharlise Pandolfo - Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética
– Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Mylena Cristina Dornellas da Costa - Curso Superior de Tecnologia
em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho entende e relaciona os principais fatores que influenciam a absorção cutânea dos produtos cosméticos, visando entender como esta absorção pode ser mais bem aproveitada. A exploração da estrutura da pele em suas características e particularidades, tanto quanto sua característica físico-química é imprescindível no entendimento da absorção. O estudo das características dos cosméticos também auxilia na compreensão da ação que ele proporcionará no organismo e quais as camadas da pele pretenderá penetrar. Como exemplo, um cosmético que tenha afinidade com a pele e que tenha um peso molecular baixo é mais favorável a penetração, assim também como uma pele mais fina e mais hidratada. Os estudos demonstram que aliar um procedimento estético com um cosmético de qualidade e também aparelhos para penetração dos princípios ativos influencia o produto a penetrar mais profundamente no tecido cutâneo, proporcionando assim um melhor resultado do procedimento realizado pelo esteticista.

PALAVRAS-CHAVE: absorção cutânea, cosméticos, estética.

Recentemente muitos trabalhos têm sido realizados por profissionais na área da saúde no sentido de entender e esclarecer a permeabilidade cutânea (LEONARDI, 2008).

Os fatores de absorção são influenciados devido à condição que a pele se encontra e a composição do produto que será aplicado. Gomes (2009) descreveu que para melhorarmos a absorção devemos estudar os fatores biológicos, fisiológicos, cosmetológicos e físico-químicos que facilitam ou interferem na aplicação do cosmético.

Este interesse em compreender como o cosmético penetra de uma maneira eficaz na pele visa o melhor aproveitamento do mesmo no organismo, e Gomes (2009) diz que os efeitos esperados são a eficiência das propriedades terapêuticas do ativo cosmético, na busca da prevenção, da manutenção e do equilíbrio da pele saudável.



A pele é uma barreira contra agressões externas com vias de acesso para que o cosmético penetre nela (BAUMANN, 2004).

Barata (2003) relata que um cosmético será absorvido pelo organismo através das seguintes vias de penetração: a via transdérmica, que é uma via de penetração muito lenta, mas de importância considerável; as glândulas sudoríparas, que são as vias de menor importância na penetração; e os aparelhos pilo-sebáceos, que são considerados como as zonas de maior facilidade de penetração.

Com relação aos fatores físico-químicos podemos descrever o peso molecular como exemplo, que de acordo com Fitzpatrick et al. (2011), reduzir o tamanho da partícula do ingrediente ativo aumenta sua razão de superfície área-volume, formando a base para o aumento de absorção de certas drogas micronizadas.

Nos fatores biológicos de absorção, podemos incluir a espessura da epiderme onde Fitzpatrick et al. (2011) diz que a pele erodada, descamada ou com eczema apresenta redução do estrato córneo, e devido ao afinamento da espessura, ocorre o aumento da penetração do cosmético.

Podemos citar a absorção de acordo com a composição do cosmético como um fator cosmetológico de penetração. Para Ferreira (2002), substâncias altamente lipofílicas se difundem rapidamente através da matriz lipídica do estrato córneo.

Além da composição do cosmético e do organismo que influenciam a penetração dos ativos contidos nos cosméticos, procedimentos estéticos também auxiliam neste processo. Para Gomes (2009), a limpeza de pele profunda proporciona uma desobstrução dos óstios, o que faz com que aumente a permeabilidade cutânea. Gratieri et al. (2008) diz que a iontoforese é a aplicação de corrente elétrica fraca através de um aparelho para transferir substâncias carregadas através de membranas biológicas.

Mais um exemplo de procedimento estético na melhoria a absorção cutânea dos produtos cosméticos é a técnica de massagem, onde Fitzpatrick et al. (2011) diz que este procedimento aumenta a área da pele coberta pelo cosmético como também a irrigação sanguínea no local, aumentando a absorção do produto.



Através dos estudos e pesquisas relacionados neste trabalho, conclui-se que a absorção dos produtos cosméticos ocorre por difusão dos ativos através da epiderme e pelos anexos da pele.

A limpeza da pele, sua espessura, procedimentos como massagens e a utilização de aparelhos também são fatores que potencializam a absorção do produto cosmético pelo tecido cutâneo, mas também não só estes métodos físicos utilizados influenciam na penetração, como também a utilização de um produto que em sua composição auxilia esta função.

Portanto, para obtermos um melhor aproveitamento dos cosméticos na pele, devemos entender quais os fatores que influenciam a penetração, usar um produto de qualidade, proporcionando a esteticista um melhor resultado do seu tratamento estético para que o cliente se sinta satisfeito com os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

BARATA, Eduardo A. F. *A cosmetologia: princípios básicos*. São Paulo: Tecnopress, 2003.

BAUMANN, Leslie. *Dermatologia cosmética: princípios e prática*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

FERREIRA, Anderson de Oliveira. *Guia prático da farmácia magistral*. 2. ed., Juiz de Fora: Pharmabooks, 2002.

FITZPATRICK, Thomas B.; WOLFF, Klaus; DEFFERRARI, Rafael (Rev. téc.). *Tratado de dermatologia*. 7. ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

GOMES, Rosaline Kelly. *Cosmetologia: descomplicando os princípios ativos*. 3. ed., São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2009.

GRATIERI, Taís et al. Princípios básicos e aplicação da iontoforese na penetração cutânea de fármacos. *Quim. Nova*, v. 31, n. 6, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v31n6/a40v31n6.pdf>>. Acesso em: 16 junho de 2011.

LEONARDI, Gislaiane Ricci. *Cosmetologia aplicada*. 2. ed., São Paulo: Livraria e Editora Santa Isabel, 2008.



A ESTÉTICA NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR À POPULAÇÃO

Sharlise Pandolfo; Ketlin Ceranto; Juliana Nakaie; Ystela Julião; Barbara Policarpo; Jomalda Cardoso; Luana Siqueira - Acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Mylena Cristina Dornellas da Costa - Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A estética é uma área que visa promover a saúde e bem-estar social, porém a comunidade carente não tem condições financeiras de ter acesso a este tipo de tratamento. A realização do projeto de extensão proporciona uma experiência de vida aos acadêmicos e a interação com este público que necessita muitas vezes de uma atenção especial e reconhecimento por outras classes sociais. O projeto de extensão envolveu a interdisciplinaridade, promovendo à comunidade o acesso a recursos muitas vezes desconhecidos por essa parcela da população. Os serviços oferecidos à comunidade colocaram em prática o que foi aprendido em sala de aula, além da promoção da saúde das pessoas atendidas. Durante a realização do projeto, foi comprovado na prática que o projeto proporcionou bem-estar físico, mental e social, como também a melhora da auto-estima das pessoas atendidas e a conscientização dos acadêmicos sobre a importância da responsabilidade social no auxílio aos menos favorecidos.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade carente, estética, projeto extensão.

A prática da extensão universitária visa a relação teoria-prática, com uma perspectiva de uma relação entre universidade e sociedade, proporcionando uma troca de saberes (JEZINE, 2004).

Através da UNIFIL – Centro Universitário Filadélfia, em conjunto com a disciplina de projetos interdisciplinares III do curso de Estética e Cosmética, 3º ano noturno, foi realizado o Projeto de Extensão em prol da comunidade, sem fins lucrativos.

O projeto orientado pela coordenadora e professora Mylena Cristina Dornellas da Costa, teve como objetivo o envolvimento dos alunos do curso para que os mesmos oferecessem a comunidade serviços gratuitos na área da saúde e da estética, visando a promoção da beleza e bem-estar físico, mental e social do público direcionado.



Em vista de que saúde não é apenas ausência de enfermidades, mas também uma relação do bem-estar físico, mental e social do ser humano (MARTIN, 2002), o projeto buscou promover a melhora da saúde do ser humano através também da melhora da aparência física. Desta forma, os acadêmicos colocaram em prática os recursos aprendidos em sala de aula, aumentando sua experiência profissional.

O projeto envolveu uma grande responsabilidade social, com a interação dos alunos e dos docentes junto à comunidade. Pode-se observar que a extensão também auxilia na formação acadêmica e profissional dos universitários, contribuindo com experiências para o futuro profissional.

Para a realização deste projeto de extensão foi necessário colocar-se em prática todos os conceitos de interdisciplinaridade aprendidos através do envolvimento de conhecimentos na área das terapias alternativas, estética corporal e facial, psicologia, entre outros. Os serviços oferecidos à população foram higienização da pele, reflexologia nas mãos e nos pés e design de sobrancelhas.

A realização prática do projeto aconteceu no mês de agosto, através de visitas ao Lar Maria Tereza Vieira e a Clínica Psiquiátrica de Reabilitação Psicossocial, localizados em Londrina, no estado do Paraná. O público alvo foram pessoas que não tem condições no seu dia-a-dia de investirem em tratamentos estéticos e que necessitam destes cuidados para a melhora da auto-estima, saúde e também na qualidade de vida.

Algumas peculiaridades na realização do projeto marcaram cada um dos participantes, apresentando-se como um espaço de estabelecimento de relações solidárias, e aumentando também a teia de relações sociais. O projeto também aproximou os acadêmicos da realidade das pessoas que vivem em condições muitas vezes desfavoráveis.

Através das visitas realizadas, conclui-se que a realização deste atendimento à comunidade, que na maioria das vezes não possui acesso aos tratamentos necessários, proporcionou uma melhora na auto-estima, no bem-estar físico, mental e social dos indivíduos participantes. Além de levar a essa população o conhecimento desses recursos, proporcionou também aos acadêmicos envolvidos uma nova experiência profissional e a certeza de que para ajudar o próximo é preciso muito pouco ou quase nada, o que importa é



a vontade de fazer e de tentar minimizar as desigualdades e dificuldades existentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

JEZINE, E. As prática curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFPB, 2004.

MARTIN, M. L. *Os direitos nos códigos brasileiros de ética médica: ciência, lucro e compaixão em conflito*. São Paulo: Loyola, 2002.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia. *Revista Educação Sociedade*. V.29, n. 79, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n79/04.pdf>>. Acesso em: 06 de setembro de 2011.



INFLUÊNCIA ATUAL DO CULTO À BELEZA NO COTIDIANO DAS PESSOAS

Sharlise Pandolfo; Ketlin Ceranto; Juliana Nakaie; Ystela Julião - Acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho relata a busca das pessoas pela beleza nos dias atuais e como isto influencia em suas vidas. A mídia é relacionada como forte influenciadora deste culto, pois exhibe modelos, tanto homens como mulheres, com corpos magros e rostos perfeitos, e os relacionam como pessoas bem sucedidas e felizes. A busca pela beleza faz com que as pessoas alterem seu cotidiano, modificando sua alimentação, realizando cirurgias plásticas e procedimentos na área da estética. Pode-se verificar que as pessoas alteram seu dia-a-dia a fim de um visual belo, e isto pode influenciar negativamente também em sua saúde.

PALAVRAS-CHAVE: beleza, estética, saúde.

A busca pela beleza está muito presente nos dias atuais, percebendo-se principalmente em relação às mulheres, que procuram por tratamentos estéticos e cirurgias plásticas para melhora da aparência física (ROWE; FERREIRA; HOCH, 2011).

Essa procura insaciável pelo “corpo perfeito” tem acrescentado mudanças no cotidiano das pessoas. Como exemplo, citamos a realização de procedimentos cirúrgicos, que muitas vezes são agressivos para o corpo, e a alteração na alimentação, que tem se tornado restrita e pobre em nutrientes, necessários para o bom funcionamento do organismo.

A mídia é uma grande influenciadora na percepção da imagem corporal, estabelecendo o ideal de que um corpo belo e magro é mais importante que a própria saúde (AZEVEDO, 2007; citado por ROWE; FERREIRA; HOCH, 2011).

Este trabalho busca tratar de como o cotidiano das pessoas é alterado na busca da beleza, quais os procedimentos mais comuns e agressivos para isso e como a mídia vem influenciando estes acontecimentos.

A percepção da beleza é algo individual e depende do universo em que se vive. Muitas vezes, o que é bonito para uma pessoa não é bonito para outra. Este é um assunto



polêmico e gerador de controvérsias, e o que mais se vê são mulheres insatisfeitas com sua imagem.

A concepção do que é belo pode ser encontrada desde a cultura da Grécia antiga, onde corpos fortes e majestosos eram esculpidos em estátuas, evidenciando a bravura e a beleza dos guerreiros gregos (GALLO, 2006; citado por ROWE; FERREIRA; HOCH, 2011).

A mídia mostra em propagandas e novelas pessoas magras, jovens, brancas, caucasianas e sem nenhum tipo de deficiência física, relacionando estas aparências físicas a pessoas de reconhecimento e admiração pública. Isso influencia diretamente na vida das pessoas que acabam levando esse conceito de beleza para o seu cotidiano (NOVAES, 2006; citado por VILHENA; NOVAES; ROCHA, 2008).

Outra forma de influencia é a internet, com sites que indicam emagrecimentos milagrosos, como exemplo a dieta da banana comentado no site Saúde e Força, que consiste em substituir a principal refeição do dia, por quantas bananas a pessoa consiga comer. É uma dieta que poderá proporcionar o rápido emagrecimento, mas ao mesmo tempo, pobre em nutrientes.

Já as cirurgias plásticas tiveram um aumento perto de 100% nas últimas décadas. Uma cirurgia muito procurada com finalidade estética e bastante agressiva é a bariátrica que consiste no fechamento de uma porção do estômago através de uma sutura. Com este procedimento, os pacientes realizam uma redução em média de 30% do peso total nos primeiros anos (FANDINO *et al.*, 2004).

Na área da estética, um procedimento muito procurado é o *peeling* de fenol. É um *peeling* profundo, utilizado principalmente contra o envelhecimento cutâneo e manchas na pele. É extremamente agressivo, mas se realizado por um bom médico e os cuidados forem seguidos após o procedimento, os resultados serão satisfatórios (VELASCO *et al.*, 2004).

Como pode-se perceber, a incansável busca pela beleza acaba interferindo no cotidiano das pessoas, resultando em restrições alimentares rigorosas e procedimentos estéticos agressivos para o corpo.



Mulheres, que são a maioria dos clientes das clínicas de estética, acabam mudando seu estilo de vida e procurando por métodos que colocam em risco sua saúde em troca de um corpo magro e livre de “imperfeições”.

Cabe ao profissional esteticista agir de forma ética, sendo sincero com seus clientes, sem que faça propagandas enganosas e milagrosas dos seus serviços. A profissional de estética também poderá agir recusando um procedimento que seja desnecessário ao cliente, visando o bem-estar do mesmo ao invés apenas dos lucros.

REFERÊNCIAS

FANDINO, Julia; BENCHIMOL, Alexander K.; COUTINHO, Walmir F.; APPOLINARIO, José C. Cirurgia bariátrica: aspectos clínico-cirúrgicos e psiquiátricos. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v.26, n.1, abril, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082004000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 de agosto de 2011.

ROWE, Janaina Fatima; FERREIRA, Valéria; HOCH, Verena Augustin. Influência da mídia e satisfação com a imagem corporal em pessoas que realizam cirurgia plástica. In: JORNADA INERESTADUAL DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS, IV, 2011. *Anais...* Balneário Camboriú: Centro Reichiniano, 2011. Disponível em: <<http://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais%202011SC/ROWE,%20Janaina%20Fatima%20e%20outras.%20Influencia%20da%20midia.pdf>>. Acesso em: 11 de agosto de 2011.

VELASCO, Maria Valério Robles; RIBEIRO, Maria Elizettte; BEDIN, Valcenir; OKUBO, Fernanda Rumi; STEINER, Denise. Rejuvenescimento da pele por *peeling* químico: enfoque no *peeling* de fenol. *Anais Brasileiros de Dermatologia*. v.79, n.1, jan/fev. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abd/v79n1/19999.pdf>>. Acesso em: 11 de agosto de 2011.

VILHENA, Julia de; NOVAES, Joana de Vilhena; ROCHA, Livia. Comendo, comendo e não se satisfazendo: apenas uma questão cirúrgica? Obesidade mórbida e o culto ao corpo na sociedade contemporânea. *Revista Mal Estar e Subjetividade*. v.8, n.2, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482008000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 de agosto de 2011.



ESTUDO DE SEQUELAS DE ACNE COM TRATAMENTO DE SOLUÇÃO DE JESSNER

Vânia Carla Lopes - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Dr^a. Gabriela Gonçalves Oliveira - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo apresentar informações de como é a efetividade, as vantagens e desvantagens do Peeling de Solução de Jessner, em indivíduos que são portadores de seqüelas consequentemente causadas pela acne. Por esta razão, acabam causando grande desconforto e prejudicando a auto-estima na grande maioria dos casos. Hoje em dia, existem vários tratamentos que podem ser feitos para esta patologia, porém, a indicação ideal vai depende de cada caso e de cada fase em que a acne se apresenta. Por esta razão, é muito importante que seja feita uma avaliação do paciente antes da realização de qualquer procedimento. O peeling de Solução de Jessner é de caráter químico, e de classificação superficial, contendo em sua composição ácido salicílico, ácido lático e resorcina. Por esta razão é um dos mais utilizados e indicados pelos profissionais de estética, para a correção de seqüelas de acne.

PALAVRAS-CHAVE: Peeling, acne, solução de jessner, auto-estima.

A acne é uma doença muito comum que atinge a unidade pilosebácea e que, provoca frequentemente graves seqüelas cosméticas, interferindo no perfil psicológico, prejudicando a auto-estima, dificultando até a vida social e profissional de alguns indivíduos (SOUZA, 2008).

Pode causar seqüelas físicas, como cicatrizes e manchas, e até psicológicas. Pode ser de caráter não inflamatório no grau I e inflamatório nos graus II, III e IV. Afeta principalmente os adolescentes, devido às atividades hormonais que se desenvolvem nessa etapa da vida. É muito comum os portadores manipularem a acne de forma inadequada, favorecendo o surgimento de seqüelas.

O tecido em torno da lesão acneica apresenta-se comprometido, e lesões mais profundas podem extravasar para fora do folículo pilosebáceo, atingindo a derme e a hipoderme, causando cicatrizes. Vários tratamentos podem ser utilizados para a correção das cicatrizes, e a indicação ideal vai depender de cada caso e de cada fase da acne, sendo importante uma avaliação do paciente, antes da realização do tratamento (SOUZA, 2008).



Os *peelings* têm como função de fazer a renovação celular, clarear e afinar a pele, melhorar as manchas, combater a flacidez, rugas e também as cicatrizes de acne.

A Solução de Jessner é um peeling que apresenta um risco de reações adversas relativamente baixas. As principais desvantagens estão relacionadas à preparação de formulação, uma vez que contém três substâncias ativas, que provocam intensa esfoliação, muitas vezes acompanhada de queimação e dor. Possui ação mais intensa do que a apresentada pelo ácido glicólico.

A técnica de aplicação é similar a do ácido glicólico, mas o efetivo sobre a pele é diferente. Na primeira fase, aparece um eritema seguindo da presença de um aspecto esbranquiçado por toda a pele, que é devido à precipitação dos compostos químicos contidos na solução. (KIM, 1999)

Nos dias seguintes à aplicação ocorre a esfoliação, similar a produzida com o “peeling” de resorcinol, por pelo menos 8 - 10 dias. (LEWRENCE, 1995)

Esta solução é sensível á luz e ao ar, devendo ser armazenada em frascos escuros. É estável por até 2 anos em embalagens bem vedadas. Como características físicas, a solução possui coloração âmbar, que se torna mais escura com o tempo e exposição á luz (WINDHAGER, 1977)

A Solução de Jessner é um peeling químico de classificação superficial, composto por ácido salicílico, ácido láctico e resorcina. As propriedades das substâncias que compõem a formulação justificam plenamente sua utilização no tratamento da acne vulgar e conseqüentemente da cicatriz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Rosaline Kelly; Gabriel Marlene, *Cosmetologia: descomplicando os princípios ativos*. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2005.

SOUZA, Valéria Maria de; JÚNIOR, Daniel Antunes; *Ativos dermatológicos, guia*, v.5., São Paulo: PHARMABOOKS, 2008.

KEDE, Maria Paulina Villarejo, Sabatovich, Oleg. *Dermatologia Estética*. São Paulo: Atheneu, 2003. Disponível em: *Revista Personalité; A estética com ciência*. v. 13, 2010.



KIM, S. W.; MOON, S. U.; KIM, J. A.; EUN, H. C. Glicolic acid versus jessner's solution: which is better for facial acne patients? *Dermatol. Surg.* New York. v. 24, p. 270-273, 1999.

LAWRENCE, N. et al. A comparison of the efficacy and safety of jesser's solution and 35% trichloroacetic acid vs 5% fluorouracil in the treatment of widespread actinic keratoses. *Arch. Dermatol.* Chicago, v. 131, p. 176 – 181, 1995.

WINDHAGER, K.; PLEWING, G. *Wirkung Von schalmittel (resorcin, kristalliner schwefel, salicylsäure) auf meerschweinchenepidermis.* *Arch. Dermatol. Res.*, Berlin. v. 259, p. 187 – 198. 1997.



A EFETIVIDADE DO *PEELING* DE ÁCIDO SALICÍLICO NA REGRESSÃO DA ACNE VULGAR

KAWATA, Y. - Acadêmica do 3º ano do Curso Superior Tecnólogo em Estética e Cosmética do Centro Universitário Filadélfia, UniFil

OLIVEIRA, G.G. - Docente da disciplina de Farmacologia do Curso Superior Tecnólogo em Estética e Cosmética do Centro Universitário Filadélfia, UniFil

RESUMO:

A acne é um processo inflamatório que acomete a maioria dos adolescentes, mas também pode acometer indivíduos jovens e adultos causando um impacto negativo sobre sua autoestima. O surgimento é mais acentuado na puberdade sendo um dos fatores responsáveis a alteração hormonal que desencadeia outras mudanças fisiológicas favorecendo o processo acnéico. Diversos tratamentos tem sido propostos, como por exemplo, o *peeling* de ácido salicílico que é uma opção bastante utilizada em cosméticos e como *peeling* químico pela sua propriedade terapêutica e que vem apresentando resultados satisfatórios.

PALAVRAS-CHAVE: Acne vulgar, *peeling* químico e ácido salicílico.

INTRODUÇÃO

A acne vulgar é uma dermatose que apresenta um acúmulo de sebo ou com processo inflamatório do folículo piloso sendo mais frequente em adolescentes. Caracteriza-se pelo aparecimento de comedões, pápulas/pústulas, pústulas/nódulo-cístico, conglobata o agravamento desse constitui-se a acne fulminante (CERQUEIRA & AZEVEDO, 2009 e ROTTA, 2008).

O surgimento da acne é devido a fatores genéticos, hiperqueratinização folicular, colonização bacteriana *Propionibacterium acnes* e *Staphylococcus epidermidis*, alteração hormonal (andrógenos) que conseqüentemente provoca o aumento da produção de sebo pelas glândulas sebáceas (CERQUEIRA & AZEVEDO, 2009 e ROTTA, 2008).

O *peeling* de ácido salicílico é uma substância química indicada no tratamento da acne com propriedades antiinflamatória, esfoliante e redutor de oleosidade da pele acnéica. Os princípios do tratamento da acne com o *peeling* de ácido salicílico baseiam-se na correção do defeito da queratinização folicular, redução da atividade sebácea, diminuição



da população bacteriana e dos processos inflamatórios (ROTTA, 2008).

O objetivo deste trabalho é aprofundar os conhecimentos sobre o processo fisiopatológico da acne, bem como dos principais tratamentos utilizados para a mesma, em particular o *peeling* de ácido salicílico.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa de revisão bibliográfica será realizada com consulta em bases de dados da internet, periódicos, livros e monografias na área.

REVISÃO DE LITERATURA

A acne vulgar é típica em adolescentes atingindo 80% dos mesmos, sendo os casos mais graves de maior incidência no sexo masculino. Sua manifestação se inicia com uma inflamação do folículo pilo - sebáceo (RIBEIRO, 2006; ROTTA, 2008).

Caracteriza-se pelo surgimento de comedões (cravos abertos e fechados), pápulas, pústulas e cicatrizes. O comedão se dá na fase inicial da lesão podendo ou não evoluir para pápulas, pústulas, nódulos e cistos, que é o quadro evoluído a processos inflamatórios (LEONARDI, 2008).

A causa da acne apresenta envolvimento multifatoriais sendo os seguintes:

- Predisposição genética;
- Hiperqueratinização folicular;
- Aumento dos hormônios androgênicos;
- Aumento da atividade seboreica (produção de sebo);
- Colonização bacteriana do folículo, os microrganismos mais envolvidos: *Propionibacterium acnes* e *Staphylococcus epidermides*;
- Liberação de mediadores da inflamação no folículo e na derme adjacente (ROTTA, 2008).

A acne vulgar pode ser classificada conforme as lesões apresentada:

- Grau I – Acne comedoniana ou acne não-inflamatória: apresenta apenas comedões fechados e abertos.



- Grau II – Acne papulopustulosa: presença de lesões inflamatórias (pápulas/pústulas) com numerosos comedões.
- Grau III – Acne nodulocística: presença de nódulos e pseudocistos além de comedões, pápulas e pústulas. O quadro pode ser moderado ou grave.
- Grau IV – Acne conglobata: há lesões bastante inflamatórias, exuberantes, com drenagem de material seropurulento ou hemático, formando abscessos evoluindo para lesões cicatriciais.
- Grau V – Acne fulminante: agravamento para necrose das lesões, leucocitose e eritema inflamatório com quadro febril (ROTTA, 2008).

Peelings consistem na aplicação de um ou mais agentes químicos na pele, provocando a degradação de porções da epiderme e/ou derme induzindo na seqüência uma reepitelização e renovação dos tecidos epidérmicos e dérmicos, sendo indicado no tratamento de certas doenças cutâneas ou melhora estética (RIBEIRO, 2010).

O ácido salicílico é um beta-hidroxiácido ou ácido 2-hidroxibenzóico, extraído do *Salix Alba* (salgueiro branco), usado em concentração de no máximo 20% (PIMENTEL, 2006 e RIBEIRO, 2010).

A ação esfoliante deste ativo induz a esfoliação da camada córnea provavelmente por dissolução das lamelas (cimento celular) e/ou ao aumento da proteólise dos corneodesmossomas (RIBEIRO, 2010).

Os princípios do tratamento da acne com o *peeling* de ácido salicílico baseiam-se no efeito queratolítico, bacteriostática, fungicida, antimicrobiano e antiinflamatório, visando à correção do defeito da queratinização folicular, redução da atividade sebácea, diminuição da população bacteriana e dos processos inflamatórios (BORGES, 2006; LEONARDI, 2006 e ROTTA, 2008).

O BHA é um composto lipofílico e lipossolúvel potente que consegue atravessar no conteúdo sebáceo do folículo piloso e remover lipídios intercelulares que estão intimamente ligadas nas paredes epiteliais cornificada, esfoliando e desobstruindo o poro o que o torna efetivo contra comedões e lesões acnéico (BAUMANN, 2004 e RUBIN, 2007).



O cuidado diário utilizando cosméticos como sabonete, tônico-adstringente e gel anti-acne, cuja composição contém o ácido salicílico de 1% a 2%, visam reduzir a oleosidade, o eritema e a inflamação (LEONARDI, 2008).

CONCLUSÃO

Conclui-se que as propriedades terapêuticas do *peeling* de ácido salicílico tem efeito queratolítico, antiinflamatório e antimicrobiano, tornando este esfoliante químico eficaz no tratamento de acne resultando na redução do eritema, da inflamação e no controle da oleosidade da pele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMANN, Leslie. *Dermatologia Cosmética: princípios e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2004.
- BORGES, Fábio dos Santos; *Dermato-funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas*. São Paulo: Phorte, 2006.
- CERQUEIRA, Ana Maria Mosca; AZEVEDO, Joana Orle Coutinho. Acne Vulgar; In: KEDE, Maria Paulina Villarejo; SABATOVICH, Oleg. *Dermatologia Estética*. 2. ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2009.
- LEONARDI, Gislaiane Ricci. *Cosmetologia Aplicada*. 2. ed., São Paulo: Santa Isabel, 2008.
- PIMENTEL, Arthur dos Santos. *Peeling, máscara e acne: seus tipos e passo a passo do tratamento estético*. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2008.
- RIBEIRO, Claudio de Jesus. *Cosmetologia Aplicada a Dermoestética*. São Paulo: Pharmabooks, 2006.
- RIBEIRO, Claudio de Jesus. *Cosmetologia Aplicada a Dermoestética*. 2. ed., São Paulo: Pharmabooks, 2010.
- ROTTA, Osmar. *Guia de dermatologia: clínica, cirúrgica e cosmiatria*. São Paulo: Manole, 2008.



PROBLEMAS DENTÁRIOS NO CONSUMO DE SUCOS INDUSTRIALIZADOS

Amanda Lunardelli Martins; Ana Bárbara Laurindo; Ingrid Almeida de Melo; Mikaela Miguel Sevidanis; Patrícia Festi Vanzela - Acadêmicas do Curso de Farmácia do Centro

Universitário Filadélfia – UniFil

Fernando Pereira dos Santos - Professor da Disciplina de Tecnologia de Alimentos do
Curso de Graduação em Farmácia - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A perda de minerais dentários, seja por erosão ou por cárie dentária, está freqüentemente associada aos hábitos alimentares dos indivíduos. A etiologia desses problemas envolve grande influência de fatores extrínsecos e intrínsecos. Nas últimas décadas, o consumo de bebidas ácidas, como refrigerante e sucos de frutas industrializados tem havido um aumento significativo devido sua praticidade e essa perda irreversível de minerais dentários está associada a freqüência e o modo de consumo como, por exemplo, manter o alimento ácido na boca prolonga o contato entre o dente e o ácido. O objetivo deste trabalho realizado foi realizar um levantamento bibliográfico permitindo analisar a influência das propriedades físico-químicas em sucos de frutas industrializados para o desenvolvimento de problemas dentários. Conclui-se que a relevância de conhecer as propriedades erosivas destas bebidas é importante para o desenvolvimento potencialmente mais seguro de bebidas, especialmente para crianças e auxiliam os profissionais em saúde bucal a orientar seus pacientes quanto à dieta líquida ingerida, conseqüentemente minimizando seus efeitos sobre a estrutura dentária.

PALAVRAS-CHAVE: Dentina; bebidas industrializadas; problemas dentários.

Freqüentemente pacientes procuram o consultório odontológico por decorrentes problemas de surgimento de cárie, hipersensibilidade dentinária (DH) e erosão dental, que levam a uma perda irreversível da estrutura dentária, dente com características de desgaste. A origem do problema varia de pessoa para pessoa e é de natureza multifatorial.

As queixas comumente são de dor curta e crônica ao consumir determinados alimentos como frios ou doces, incomodação ao escovar os dentes e até mesmo ao



respirar. Geralmente, esse problema é definido como hipersensibilidade dentinária (DH), sendo decorrentes da exposição da dentina em resposta a estímulos normalmente térmicos, táteis, osmóticos ou químicos e que não sejam atribuídas a qualquer outra forma de defeito oral ou doença. Segundo a teoria hidrodinâmica proposto por Brännström et al., o movimento para dentro ou fora da trajetória do fluido dentinário tubular é responsável pela estimulação de receptores na área de celulose dentina, resultando na geração de impulsos da dor.

Em condições normais, a dentina é coberta pelo esmalte, na região correspondente à coroa dentária, e pelo cimento na porção radicular dos dentes. Portanto duas condições são essenciais para o desenvolvimento da DH: dentina deve tornar-se exposta, quer através de perda de estrutura dental (esmalte ou cimento) ou recessão gengival, e túbulos dentinários devem estar abertos a cavidade oral e da celulose.

Muitos fatores podem estar associados com a exposição da dentina e com a abertura dos túbulos dentinários. Embora esses fatores já tenham sido elucidados, existe pouca ênfase no conhecimento e identificação dos fatores etiológicos da DH, sendo essenciais na sua prevenção e no tratamento.

A perda de minerais dentários, seja por erosão ou por cárie dentária, está freqüentemente associada aos hábitos alimentares dos indivíduos. A complexidade etiológica da cárie dentária é indiscutível. Biologicamente, a presença de microrganismos cariogênicos e carboidratos fermentáveis sobre tecido mineralizado durante um período prolongado são determinantes para o início e progressão da perda de minerais. Além disso, uma dieta rica em carboidratos fermentáveis pode modificar o biofilme aumentando ainda mais a cariogenicidade. Na erosão dentária, a perda de tecido mineralizado na superfície do dente ocorre de forma crônica, patológica e localizada, e é causada por ácidos e/ ou queelação química sem envolvimento bacteriano. A erosão difere da cárie dentária, pois esta ocorre em áreas cobertas por biofilme, enquanto a erosão ocorre em áreas livres de biofilme, em todas as superfícies expostas.



A etiologia desses problemas envolve grande influência de fatores extrínsecos e intrínsecos. Os extrínsecos incluem o consumo desregrado de alimentos e bebidas ácidas, bebidas gaseificadas, bebidas energéticas, vinhos tintos e brancos, ácidos de preenchimento em gomas de mascar, cítricos, málico, láctico e, em menor grau, exposição profissional a ambientes ácidos. Os fatores intrínsecos mais comuns incluem distúrbios gastrintestinais com refluxo gástrico freqüente, por exemplo, a doença gastroesofágica e problemas de saúde como a anorexia e a bulimia, nas quais há regurgitação e vômitos freqüentes. Também existe a influência de fatores biológicos modificadores, como a saliva, a composição e estrutura do dente, a anatomia e oclusão dentária e a anatomia dos tecidos moles da boca em relação aos dentes e aos movimentos fisiológicos dos tecidos moles, como padrão de deglutição, podem modificar o potencial erosivo.

Nas últimas décadas, o consumo de bebidas ácidas, como refrigerante e sucos de frutas industrializados tem havido um aumento significativo devido sua praticidade e essa perda irreversível de minerais dentários está associada a freqüência e o modo de consumo como, por exemplo, manter o alimento ácido na boca prolonga o contato entre o dente e o ácido. Outro fator agravante é a escovação dos dentes logo após a ingestão destas substâncias. O consumo de sucos industrializados é maior na dieta de crianças pequenas, sendo erroneamente colocadas em mamadeiras e a ingestão durante o sono potencializa a corrosão, visto que o líquido fica estagnado por mais tempo sobre os dentes, em virtude da diminuição do reflexo da deglutição e do fluxo salivar, o que reduz a capacidade de tamponamento salivar.

O objetivo deste trabalho realizado foi analisar a influência das propriedades físico-químicas em sucos de frutas industrializados para o desenvolvimento de problemas dentários.

Sua metodologia baseia-se em revisões literárias onde se utilizou amostras de diferentes sabores desses sucos a fim de avaliar seu teor de acidez titulável, carboidratos totais e pH. Portanto, durante o desenvolvimento do estudo, vários métodos *in vitro* foram propostos para avaliar a erosão dental observando o consumo freqüente de sucos



de frutas industrializados por crianças e, as alterações na superfície e subsuperfície do esmalte primário, por meio da perda mineral determinado pelo teste de microdureza, em função do tempo de exposição.

Estudos indicam que o potencial erosivo de uma bebida ácida não depende totalmente do seu pH, sendo bastante afetado pelo conteúdo de ácido titulável (capacidade tampão). Além disso, a concentração de cálcio, fosfato e, em menor grau, o teor de fluoreto de uma bebida ou alimento são fatores importantes que influenciam no seu potencial erosivo.

Desta forma, conclui-se que a relevância de conhecer as propriedades erosivas destas bebidas é importante para o desenvolvimento potencialmente mais seguro de bebidas, especialmente para crianças e auxiliam os profissionais em saúde bucal a orientar seus pacientes quanto à dieta líquida ingerida, conseqüentemente minimizando seus efeitos sobre a estrutura dentária.

REFERÊNCIAS

FARIAS, M. M. A. G. et al. Avaliação de Propriedades Erosivas de Bebidas Industrializadas Acrescidas de Soja em Sua Composição. *Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada, Universidade Federal da Paraíba*, v. 9, n. 3, Set/Dez 2009.

Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx>>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

LOSSO, E. M.; SILVA, J. Y. B.; BRANCHER, J. Análise do pH, acidez e açúcares totais de sucos de frutas industrializados. *Arquivos em Odontologia, Minas Gerais*, v.44, n. 03, Jul/Set 2008.

Disponível em: <<http://www.odonto.ufmg.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

SOBRAL, M. A. P. et al. Influência da dieta líquida ácida no desenvolvimento de erosão dental. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, v. 14, n. 4, p. 406-410, outubro/dezembro de 2000.

Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

ZANDIM, D. L. Morphological alterations on human radicular dentin after exposure to different fruit juice drinks. *Rev. odonto ciênc.* (Online), 2011, v.26, n 1.



Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.



UTILIZAÇÃO DE CONSERVANTES NOS ALIMENTOS CÁRNEOS E A IMPORTÂNCIA PARA A INDÚSTRIA

Clovis Minoru Kumagai; Mikaela Miguel Sevidanis – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Fernando Pereira dos Santos – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora - Lenita Brunetto Bruniera – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O uso de conservantes é uma prática feita há séculos em alimentos como as carnes e vinhos com o único objetivo de prolongar a vida útil dos produtos. Estas substâncias químicas podem retardar o processo de deterioração dos produtos, através da inibição do crescimento de microrganismos ou pelo bloqueio das ações enzimáticas do alimento, adicionadas intencionalmente mas sem o propósito de enriquecer os valores nutricionais. O aumento de indivíduos que consomem produtos industrializados, ocasionou o crescente uso de conservantes na indústria alimentícia, fazendo com que linhagens de microrganismos tornassem mais resistentes e de difícil controle. No Brasil, os níveis de concentração dos conservantes são regulamentados por órgãos do ministério da saúde como o DINAL (divisão nacional de vigilância em alimentos) que tem como objetivo de fiscalizar a finalidade no uso destas substâncias. Os conservantes empregados na indústria podem também exercer diferentes funções ao produto final desde a modificação das características físicas e sensoriais, devido à possível forma de interação com os componentes dos alimentos. As alterações ocasionadas no sabor ou em um aspecto visual melhor do alimento podem ser aceitáveis pela indústria, desde que a gama de concentrações dos conservantes seja em menor nível possível para atingir o efeito desejado e menor custo de produção. Assim como, os produtos cárneos devem ter maior atenção devido ao uso de nitritos e nitratos que podem causar alterações celulares dependendo da concentração. O objetivo desta revisão de literatura será mostrar os efeitos nocivos a saúde que podem ser provocados através do consumo de alimentos cárneos contendo conservantes.

PALAVRA-CHAVE: conservantes, nitritos ou nitratos, saúde

INTRODUÇÃO

Os conservantes são conhecidos como preservativos e são comumente utilizados com o objetivo de evitar a deterioração microbiológica dos alimentos. O seu



uso esta restrito a um determinado grupo de produtos e a quantidade máxima permitida deve ser fiscalizado por órgãos do governo como o DINEL.

Os alimentos de origem animal como o leite e a carne, são sempre encontrados substancias efetivas contra certos tipos de microrganismos ou reduzir a ação de enzimas devido a diminuição do pH do meio. Os nitritos e nitratos são utilizados para melhorar o sabor das carnes alem de fixar a coloração vermelha, podendo contribuir para a sua conservação, inibindo ação deteriorantes de microrganismos. No entanto, estas substâncias químicas podem provocar interações com algumas células do corpo e causar efeitos nocivos a saúde.

Muitos dos conservantes utilizados possuem a atividade de melhorar a textura ou aspectos visuais dos alimentos, proporcionando a indústria criar e oferecer produtos com boa aceitabilidade ao consumidor. Porem a preocupação sobre a quantidade de conservantes contidas nos alimentos pode ser seguras ou oferecer algum risco a saúde do consumidor.

DESENVOLVIMENTO

Os conservantes mais utilizados pela indústria que contribuem para desenvolver uma performance melhor do sabor, destaca-se os proprionatos, parabenos, ácido sorbico ou sorbatos, ácido benzóico ou benzoatos, bacteriocinas, ácido isodeidroacético, cloreto de sódio e nitritos ou nitratos de sódio. (TOLEDO, 2008).

Em frigoríficos, os nitratos são comumente empregados nas formulações de cura para carnes como bacon, presuntos, lingüiças e outros, pois são excelentes estabilizadores da cor vermelha (RODRIGUES, 2010). Além disso, estas substâncias podem contribuir para inibir a ação de microrganismos patógenos que estão aderidas as superfícies dos alimentos e representam sérios problemas a saúde pública com índices de morbidade como as espécies de *Clostridium botulinum* e *Clostridium perfringens*, responsáveis pelo botulinismo e diarréias. (JAY, 2005).



O controle de microrganismos e a conservação são importantes e deve-se ressaltar que o consumo de alimentos contendo estas substâncias, principalmente os nitritos e as nitrosaminas, podem ser prejudiciais à saúde do consumidor. Estes agentes quando consumidos em excesso, podem provocar desde alterações sobre a hemoglobina, potencialmente mutagênicos, carcinogênicos e teratogênicos (ANVISA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as literaturas existem potencialmente os riscos dos efeitos maléficos à saúde que podem ser provocados através do consumo em excesso de produtos cárneos contendo nitritos e nitratos. Entretanto, as aplicações dos conservantes são importantes para controlar a proliferação de microrganismos patogênicos ou diminuir as intoxicações causadas pelas enzimas dos alimentos e desenvolver complicações clínicas graves aos consumidores.

REFERÊNCIAS

ANVISA. *Consulta pública n. 24, 5 de abril de 2005*. DOU, 06/04/2005. Site disponível em: <<http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B9938-1-0%5D.PDF>>. Acesso em 11 de setembro de 2011.

JAY, J. M. *Microbiologia de Alimentos*. 6. ed., Porto Alegre – RS: Editora Artmed, 2005.

RODRIGUES, T. T. *Revisão bibliográfica da utilização de bacteriocinas como conservantes alimentícios na última década*. Universidade Comunitária da Região de Chapeco. Área de Ciências da Saúde. Curso de Graduação em Farmácia. Santa Catarina, 2010. Site disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/000068/000068FD.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

TOLEDO, A. D. Et al. *O uso de conservantes em produtos alimentícios*. Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Tecnologia de alimentos do curso de graduação em nutrição. Universidade de São Paulo, 2008. Site disponível em:



<http://www.fcf.usp.br/Ensino/Graduacao/Disciplinas/Exclusivo/Inserir/Anexos/LinkAnexos/conservantes_alimentares.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2011.



PROCESSOS TROMBOGÊNICOS VENOSOS E TERAPÊUTICA VIGENTE

Clovis Minoru Kumagai – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador - Thiago Cezar Fujita – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A trombose venosa pode ser caracterizada pela formação aguda de trombos em veias profundas ou superficiais. Originados a partir de uma agressão direta a parede venosa ocasionados por traumas, cateterismo, fios de marca-passo ou injeção venosa e levar a um processo inflamatório. Os traumas são os fatores mais comuns nas trombozes de membros superiores, pélvicas e femorais, seguidos de situações de repouso prolongado em pacientes normais ou mulheres submetidos a cirurgia pós-parto ou até pelo uso de anticoncepcionais orais. Em muitos casos, são desencadeados estase venosa devido a imobilidade, anestésias locais, alterações da coagulação, diminuição do débito cardíaco, genéticas ou adquiridas. O diagnóstico acurado e o tratamento vigente ou precoce pode ser essenciais para reduzir a incidência de embolia pulmonar e da mortalidade associada. Assim como, aliviar os sintomas agudos provocados nos membros inferiores, além de prevenir o aumento de trombos em veias desta região com orientações sobre os fatores de risco ao paciente. A falha do diagnóstico clínico por ser pouco confiável e tratamentos tardios podem ocasionar a síndrome pos-trombótica e recidiva. O objetivo dessa revisão foi demonstrar a importância dos hábitos individuais nos processos trombogênicos.

PALAVRAS-CHAVE: manifestações clínicas; fármacos antitrombóticos; tromboembolismo

INTRODUÇÃO

O tromboembolismo venoso (TEV) tem como manifestações clínicas a trombose venosa profunda e o tromboembolismo pulmonar. Trata-se de uma doença multigênica e multifatorial com uma das incidências mais crescentes nos últimos anos que acomete tanto jovens quanto idosos e independente de sexo. O difícil diagnóstico pode ser caracterizado pelo desenvolvimento silencioso de massas sólidas ou tampões formados na circulação sanguínea e sem sinais ou sintomas específicos. A trombose pode ser considerada como uma extensão patológica do processo normal de hemostasia que é subdividida em hemostase primária, secundária e terciária, onde pode ocorrer o



desequilíbrio na interação de alguns dos elementos básicos da coagulação como as plaquetas, parede vascular e proteínas de coagulação. Normalmente a formação de trombos esta associada a distúrbios hereditários ou adquiridas do mecanismo hemostático que predispõem a trombose.

DESENVOLVIMENTO

Os trombos são considerados um dos fatores mais importantes de morbidade em pacientes, devido a interrupção do fluxo sanguíneo desde os membros superiores, membros inferiores até a região coronariana e resultar em processo isquêmico com consequência de necrose nestes órgãos (HOFFBRAND, 2008).

Trata-se de uma doença multifatorial que apesar de sua patogênese ainda não estar totalmente elucidada, existem evidências de que a ocorrência de eventos trombóticos é influenciada por uma interação complexa entre fatores genéticos e ambientais, defeitos herdados ou adquiridos em um ou mais membros das cascatas de coagulação e anticoagulação (MAKRIS, 2000)

Danos na parede dos vasos, mau fluxo sanguíneo e hipercoagulabilidade foram propostos no século XIX como os três mecanismos que levam à trombose, sendo os últimos dois predominantes na trombose venosa. Ainda hoje, estes fatores são considerados desencadeadores de trombose (GALLAGHER et al., 1996). A formação de trombos em condições normais ocorre após a lesão do endotélio vascular, permanecendo no local e obstruindo parcialmente ou totalmente a luz das artérias ou veias. Neste mecanismo da trombose, os fatores de coagulação da via extrínseca são ativados através de um processo de cascata com o estagio inicial de adesão das plaquetas ao endotélio, logo após a vasoconstrição. Assim como o colágeno presente no tecido, independente do fator de von Willebrand e do fibrinogênio, podem mediar a adesão plaquetária em regiões de baixa velocidade do fluxo de sangue. A partir do tampão hemostático, ocorre as modificações na composição do sangue com o aumento dos níveis plasmáticos de tromboplastina que ativam a coagulação pela via extrínseca,



provocando a hipercoagulabilidade do sangue. Outro fator que pode levar há uma causa hereditária mais comum é a mutação Leiden do fator V, devido a falta de alongamento no tempo da tromboplastina parcial ativada (HOFFBRAND, 2008).

O tratamento dos processos trombogênicos tem como objetivo de amenizar os sintomas agudos da doença e evitar a reincidência nos locais da lesão endoteliovascular. Podem ser administrados desde substâncias de origem vegetal com atividade antiplaquetária e anticoagulante (CHAVES, 2010).

Entretanto, é constante o tratamento com anticoagulantes como antagonistas da vitamina K e heparinas, tanto como coadjuvante ou isoladamente para desobstrução da veia ou impedir a extensão dos trombos. O tratamento deve ser iniciado logo após das avaliações clínicas e diagnósticos. (ZAGO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a literatura, o tromboembolismo é uma das maiores causas de mortalidade, podendo ser adquirido através da herança genética ou originar após um tratamento cirúrgico, sendo necessário examinar atentamente o paciente. Além disso, os hábitos individuais de pacientes podem contribuir como fatores de risco na formação de trombos.

REFERENCIAS

CHAVES, D. S. A. et al. Metabolitos secundários de origem vegetal: uma fonte potencial de fármacos antitrombóticos. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1., , 2010. Site disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422010000100030&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

GALLAGHER PM. et al. *Homocysteine and risk of premature heart disease evidence for a common gene mutation*. *Circulation*; n.94, p.2154-2158, 1996.

HOFFBRAND, A.V. et al. *Fundamentos em hematologia*. 5. ed., Porto Alegre - RS. Editora Artmed S.A., 2008.



MAKRIS M. Hyperhomocysteinemia and Thrombosis. *Clin Lab Haem*; n.22, p.133-143, 2000.

ZAGO, M. A. et al. *Hematologia: Fundamentos e Pratica*. São Paulo: Atheneu, 2001.



BENEFÍCIOS DO CONSUMO DA ISOFLAVONA DA SOJA EM DOENÇAS CANCERÍGENAS

Amanda Lunardelli; Ingrid Almeida; Mikaela Sevidanis; Ana Barbara Laurindo;

Patrícia Festi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Fernando Pereira dos Santos – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

RESUMO:

Durante as últimas décadas, evidências científicas vêm demonstrando que as isoflavonas podem trazer benefícios no controle de doenças crônicas tais como câncer. Estes compostos estão amplamente distribuídos no reino vegetal e concentrações relativamente maiores são encontradas em particular, na soja. Estudos epidemiológicos demonstram que nas populações que consomem dietas ricas em soja e seus produtos, a incidência de determinados tipos de câncer é menor quando comparada com a incidência em populações que não consomem esses tipos de dietas.

PALAVRAS – CHAVE: Soja, Isoflavona, câncer, estudos epidemiológico.

INTRODUÇÃO

Segundo dados da organização mundial de saúde (OMS), a cada ano o câncer atinge pelo menos 9 milhões de pessoas e mata cerca de 5 milhões, sendo atualmente a segunda causa de morte por doenças na maioria dos países, inclusive no Brasil (DIAS apud CUPPARI, 2005). Acredita-se que cerca de 35% dos diversos tipos de câncer ocorre em razão de dietas inadequadas (DOLL e PETO apud GAROFOLO, 1981). Nos últimos tempos, a soja tem recebido atenção pública considerável, por seus potenciais benéficos para saúde humana prevenindo doenças crônicas como osteoporose, doenças do coração, câncer e diabetes. Estes compostos estão amplamente distribuídos no reino vegetal e concentrações relativamente maiores são encontradas em particular, na soja. A isoflavona está distribuída no reino vegetal e principalmente na soja, sendo que as principais são: a daidzeína, a genisteína e a gliciteína. O objetivo deste trabalho é verificar através de literatura os benefícios da isoflavona da soja em doenças cancerígenas.



DESENVOLVIMENTO

Metabolismo das isoflavona: As isoflavonas estão presentes nos alimentos ligados a açúcares e beta-glicosídeo e não são absorvidas pelo organismo humano. São chamadas de aglicona as moléculas livres de isoflavona, são capazes de atravessar a membrana plasmática. No lúmen, as bactérias convertem grande parte dessas agliconas em outras moléculas. Somente as formas agliconas ou seus produtos metabólicos são absorvidos pela barreira epitelial do intestino, a qual ocorre passivamente via micelas. Após a absorção, estas moléculas são incorporadas nos quilomícrons, O mesmo distribuem as isoflavonas em todos os tecidos extra-hepáticos, onde irão exercer seus efeitos metabólicos, antes de retorná-las ao fígado como quilomícrons remanescentes (Anderson & Garner, 1997). Entretanto, a eliminação urinária das isoflavonas é maior e corresponde a aproximadamente 10 – 30% da ingestão dietética (Setchell, 1998).

Isoflavonas *versus* carcinogênese: Tem sido demonstrado que as Isoflavonas da soja, especificamente a genisteína e a daidzeína, apresentam efeito anti-cancerígeno. Estudos epidemiológicos demonstram que nas populações que consomem dietas ricas em soja e seus produtos, a incidência de determinados tipos de câncer (côlon, mama e próstata, principalmente) é menor quando comparada com a incidência em populações que não consomem esses tipos de dietas. Tem sido demonstrado que a atividade de várias enzimas, principalmente a topoisomerase II e as tirosinas quinases, é inibida pela genisteína e, em alguns casos, por outras isoflavonas. Então, pode-se inferir que estas moléculas podem agir de maneiras diferentes, promovendo a inibição da carcinogênese (Molteni *et al.*, 1995). A concentração da genisteína na maioria dos produtos de soja varia de 1-2 mg/g (Barnes *et al.*, 1995).

Considerações finais: Conclui-se que em alguns estudos realizados demonstram os efeitos benéficos da isoflavona em vários tipos de cânceres. A dieta com consumo moderado de alimentos ricos em fitoestrógenos, como a soja, associado com hábitos de vida saudável potencializam os seus efeitos benéficos.



REFERENCIAS

ANDERSON, J. W.; JOHNSTONE, B. M.; COOK-NEWELL, M. E. Meta-analysis of the effects of soy protein intake on serum lipids. *N. Engl. J. Med.*, n.333, p. 276–82, 1995.

ANDERSON, J. J. B.; ANTHONY, M.; MESSINA, M.; GARNER, S. C. Effects of phytoestrogens on tissues. *Nutr. Res. Rev.*, v.12, p.75–116, 1999.

MESSINA, M. J.; PERSKY, V.; SETCHELL, K. D. R.; BARNES, S. Soy intake and cancer risk: a review of the in vitro and in vivo data. *Nutr. Cancer*, v.21, p.113–31, 1994.

KNIGHT, D. C.; EDEN, J. A. Phytoestrogens: a short review. *Maturitas*, v. 22, 1995.



PROSPECÇÃO DE NOVOS ISOLADOS BACTERIANOS COM POTENCIAL ENTOMOPATOGÊNICO

Amanda Lunardelli Martins; Lilian Rose de Moraes Romero; Tamires de Gasperi;
Priscila Carla Silveira; Clovis Minoru Kumagai – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

Orientador: Fernando Pereira dos Santos – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Atualmente uma alternativa para controle de pragas é a utilização de bioinseticida a base de *Bacillus thuringiensis*. A atividade larvicida desta linhagem está relacionada com a produção de inclusão parasporal que é sintetizada durante a esporulação. Estas formam posteriormente toxinas citolíticas. Estes cristais protéicos são compostos por variações de proteínas Cry e Cyt. Estas proteínas são sintetizadas na forma de protoxinas, portanto, sua ação depende da ativação, a qual ocorre no intestino do inseto mediante a alcalinidade do meio. A ação destas toxinas causa a paralisia do aparelho digestório, ocasionando morte por inanição, paralisia geral dos músculos e septicemia. Diante de diversas vantagens apresentadas pelos bioinseticidas, vários trabalhos são desenvolvidos com o intuito de isolar novas linhagens bacterianas com potencial entomopatogênico. Para estes estudos utiliza-se metodologias como a caracterização genética, que possibilita discriminar isolados bacterianos através do conhecimento de seu genoma. A técnica mais utilizada é a de Reação de Cadeia da Polimerase (PCR) que envolve a síntese enzimática *in vitro* de um segmento específico de DNA na presença da enzima DNA polimerase e com a aplicação de iniciadores (“primers”) que delimita as sequências específicas. Esta técnica permite estudos de diversidade de linhagens propiciando o isolamento de novos agentes biológicos com potencial entomopatogênico. A forma de teste *in vivo* da real atividade tóxica sobre o inseto é a metodologia de bioensaio, que consiste em expor os seres vivos alvo a uma determinada substância, sob condições controladas

PALAVRAS-CHAVE: Controle biológico. Bioensaio. PCR. Entomologia.

Bacillus thuringiensis foi descrito em 1915 na Alemanha, isolado a partir de traça de farinha (*Anagasta kuehniella*, Keller 1879). Anteriormente, em 1902, no Japão, o pesquisador Ishiwata já havia isolado uma bactéria a partir de *Bombyx mori*, que posteriormente se soube ser também uma subespécie de *B. thuringiensis*. A



comercialização de produtos a base desta bactéria só se iniciou em 1938 na França, com o bioinseticida comercializado sob o nome de “Sporeine” (OSBORN *et al.*, 2007).

Pertencente à família Bacillaceae, a qual engloba a maioria das espécies formadoras de esporos, *B. thuringiensis* é um bastonete Gram-positivo, com célula vegetativa de 1,0 a 1,2 μ m de largura por 3,0 a 5,0 μ m de comprimento, geralmente móveis. O esporo dessa bactéria possui formato elipsoidal e localiza-se na região central ou paracentral quando no interior da célula mãe. A espécie é aeróbia não estrita com faixa de temperatura de crescimento entre 10 e 45 °C. *B. thuringiensis* apresenta um amplo complexo enzimático, o que lhe permite utilizar uma variedade de substratos. A principal característica que distingue a espécie das outras do mesmo gênero é a presença intracelular de um cristal protéico (VILAS-BÔAS *et al.*, 2007).

Devido às suas características fisiológicas como formação de esporos e metabolismo aeróbio não estrito, *B. thuringiensis* apresenta resistência a condições adversas, o que contribui para seu alto potencial no controle biológico.

O cristal protéico típico de *B. thuringiensis* é, em geral, produzido durante a esporulação e constitui o principal ingrediente ativo dos bioinseticidas à base dessa bactéria. Este cristal é tóxico para várias espécies de insetos, destacando-se no controle de Lepidóptera, Díptera e Coleóptera. Porém, há subespécies de *B. thuringiensis* que apresentam cristais tóxicos contra insetos das Ordens Hymenoptera, Hemiptera, Ortoptera, Phthraptera e também para alguns nematóides, protozoários e ácaros (BRAR *et al.*, 2006).

Os cristais de *B. thuringiensis* são formados principalmente por proteínas denominadas Cry, anteriormente conhecidas como δ -endotoxinas, e por proteínas citolíticas (Cyt) (BRAVO *et al.*, 2007). Ao final da esporulação, o cristal protéico corresponde a cerca de 20% a 30% do peso seco da célula, sendo liberado no momento da lise celular. A Figura 2.1 apresenta esporos e cristais de *B. thuringiensis* liberados com a lise celular, vistos em microscópio óptico com aumento de 1000 vezes.

Bacillus thuringiensis já foi isolado de diversos ambientes, destacando-se solos, insetos vivos ou mortos, grãos estocados, amostras de água, entre outros. Embora



muitos sorotipos tenham sido isolados de amostras de solo, sabe-se que o esporo pode persistir por muito tempo neste ambiente, porém essa bactéria não é capaz de se multiplicar naturalmente no solo ou na água. Pesquisas recentes apontam o inseto como o hábitat de *B. thuringiensis*, pois é principalmente neste ambiente que ocorre sua multiplicação e interações genéticas (VILAS-BÔAS *et al.*, 2007).

A presente pesquisa tem como objetivo realizar a caracterização genética de linhagens de *B. thuringiensis*, provenientes de amostras de solos e de grãos armazenados com potencial entomopatogênico.

O projeto encontra-se em fase de capacitação dos participantes.

A metodologia consistirá em escolha dos isolados a serem trabalhadas, produção de esporos e cristais, e realização da reação de PCR.

REFERÊNCIAS

BRAR, S. K. *et al.* Recent advances in downstream processing and formulations of *Bacillus thuringiensis* based biopesticides. *Process Biochemistry*, v.46, p.323-342, 2006.

BRAVO, A.; GILL, S.S.; SOBERÓN, M. Mode of action of *Bacillus thuringiensis* toxins and their potential for insect control. *Toxicon, Cuernavaca*, México, v.49, p.423-435, 2007.

OSBORN, F.R.; HERRERA, M.J.; GÓMEZ, C.J. & SALAZAR, A. Comparison of two commercial formulations of *Bacillus thuringiensis* var. *israelensis* for the control of *Anopheles aquasalis* (Diptera: Culicidae) at three salt concentrations. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, v.102, n.1, p.69-72, 2007.

VILAS-BÔAS, G.T.; LEMOS, M.V.F. Diversity of genes *cry* and genetic characterization of *Bacillus thuringiensis* isolated from Brazil. *Canadian Journal of Microbiology*. Ottawa, v.50, n.8, p.605-613, 2007.



USO RACIONAL DE ANTIMICROBIANOS

Márcio Cilião Filho – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof^ª. Esp. Maristela Lelis Dias - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A descoberta dos antimicrobianos e sua introdução na terapêutica tem representado um grande avanço para a saúde pública, contribuindo para a cura e o combate de doenças infecciosas que até então levavam milhares à morte ou a graves sequelas, entretanto a utilização desses produtos de forma crescente na prevenção e tratamento de doenças no homem favoreceu a seleção de micro-organismos resistentes e o aumento de internações hospitalares em decorrência de efeitos adversos. A popularização destes medicamentos, contudo, exige cuidados especiais para evitar os efeitos adversos que o uso inadequado pode provocar. A prescrição, dispensação e utilização de antibióticos têm sido focos de discussão dos profissionais e dos órgãos regulamentadores de saúde no mundo todo, o que se deve ao impacto da utilização destes produtos na saúde individual, coletiva e no meio ambiente. Oferecer educação continuada aos prescritores e dispensadores, bem como favorecer a interlocução entre eles, além de buscar apoio dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores das ações em saúde e fornecer informações aos usuários de medicamentos sobre os riscos inerentes ao uso de antibióticos podem ser estratégias para reduzir a emergência de cepas de microrganismos resistentes e preservar a eficácia dos antibióticos disponíveis. É fundamental racionalizar a utilização dos antimicrobianos, especialmente nos hospitais. Desse modo, a educação continuada da equipe médica para seu uso correto, o monitoramento regular do perfil de resistência/sensibilidade dos germes a esses produtos e sua padronização e controle são atividades prioritárias. O presente estudo tem como meta primordial desencadear reflexões ou sensibilizar os profissionais de saúde no que tange às infecções hospitalares. O tema ressalta uma síntese de fatos relevantes, associados à temática, bem como das disposições normativas de prevenção e de controle do uso indiscriminado de antimicrobianos. Em seguida, mostram e analisam as perspectivas para o futuro. Alertam para a necessidade de uma pluralidade de ações, estruturada em recursos humanos e materiais, e reforçam a necessidade de se redimensionar a problemática das referidas infecções ao âmbito mais amplo da organização do sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Antibióticos. Resistência bacteriana. Dispensação. Uso racional de Antimicrobianos.

DESENVOLVIMENTO



Às portas do século XXI, um novo cenário na medicina é observado, em consequência do grande avanço científico e tecnológico, da globalização das relações humanas.

A emergência de cepas microbianas com variáveis e crescentes níveis de resistência aos antimicrobianos tem sido objeto de preocupação. Segundo a Organização Mundial da Saúde (apud Wannmacher, 2004), já demonstrou sua preocupação com o tema em seu relatório do grupo de trabalho sobre resistência antimicrobiana, em seu encontro de 1983. Desde então, várias iniciativas têm surgido com o intuito de avaliar e controlar a emergência da resistência em todo o mundo.

Alguns estudos têm sido realizados com o intuito de caracterizar a resistência e estabelecer fatores de risco para sua ocorrência. O fenômeno é complexo e tem múltiplas causas, dentre os fenômenos que estão definitivamente vinculados à emergência de resistência está o uso abusivo e indiscriminado de drogas antimicrobianas.

Segundo Feitosa (2006), fenômeno da resistência bacteriana é bem conhecido nos ambientes hospitalares; entretanto, os microrganismos responsáveis por infecções tipicamente de comunidade começaram a mostrar crescentes níveis de resistência: gonococos resistentes à ampicilina, e *Shigella* e *Salmonella* resistentes a ampicilina e cloranfenicol já foram detectados em estudos realizados em países do terceiro mundo desde o início da década de oitenta.

A utilização de drogas antimicrobianas tem sido crescente desde o surgimento da penicilina, ao final da primeira metade do século XX. Considerando que a imensa maioria desse uso ocorre na comunidade, os estudos de base populacional são instrumentos preciosos para um melhor conhecimento das realidades locais no que se refere a esse tema.

Os possíveis fatores de risco para a utilização de antimicrobianos, como o tipo de serviço consultado ou a existência de patologias predisponentes, também são avaliados. Santos e Nitrini (2004) afirmam que a aderência ao tratamento, fator importante para a emergência de resistência, bem como a adequação no que se refere à



escolha do antimicrobiano utilizado, dose, intervalo entre as doses e tempo total de uso também são contemplados, em virtude o risco do uso indiscriminado de antimicrobianos.

Deve-se mencionar, ainda, a questão do custo da aquisição desses medicamentos, que figuram entre os mais caros, visto que a maioria deles é adquirido em farmácias comerciais. O achado de não haver diferença estatisticamente significativa em relação à renda familiar implica pensar que, em se tratando da aquisição de antimicrobianos, mesmo as famílias de baixa renda os compram, certamente em detrimento de outros itens do orçamento doméstico.

De acordo com Wannmacher (2004), a infecção hospitalar, institucional é definida como toda aquela infecção adquirida após a admissão do paciente em um hospital, e que se manifeste durante a internação ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou com os procedimentos hospitalares, conforme a Portaria n.º 2616 de 12 de maio de 1998.

De uma maneira geral, o reconhecimento das infecções hospitalares não ficou somente na realização de estudos e publicações. Surgiram movimentos de sensibilização ao problema, visando ao estabelecimento de iniciativas concretas de controle. Neste percurso, não apenas foram realizados alguns eventos sobre o assunto, como criadas as primeiras Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) em alguns hospitais privados e públicos.

Segundo Castro (2002), a infecção hospitalar é uma problemática que envolve uma pluralidade de ações, dentre elas, a aplicação de princípios e normas que cada profissional faz no exercício de suas atividades, a observação ativa, sistemática e contínua da ocorrência e da distribuição de tais infecções entre pacientes hospitalizados ou não. Quanto às condições que predispõem ao risco das infecções, essas, também, devem ser minuciosamente observadas com vistas à execução oportuna das ações de prevenção e controle.

O uso de medicamentos é influenciado por vários fatores: as expectativas dos próprios pacientes quando procuram assistência, o imaginário popular, no qual os



medicamentos constituem-se em meios eficazes de aquisição de saúde, a indústria farmacêutica, a qual possui estratégias extremamente eficazes de persuasão no que se refere à necessidade do uso de seus produtos, junto não só à população quanto aos próprios médicos, e por fim, a automedicação, outro hábito brasileiro, estimulado pela facilidade de aquisição das drogas sem a exigência de prescrição exigência de prescrição médica. Tudo isso contribui, de alguma forma, para o uso inadequado de antimicrobianos.

Assim, consideramos urgente o investimento em recursos humanos através de reuniões, debates, e reciclagens para alcançar o controle efetivo das infecções Assim, consideramos urgente o investimento em recursos humanos através de reuniões, debates, e reciclagens para alcançar o controle efetivo das infecções hospitalares. Sugerimos a inclusão do tema infecção hospitalar como conteúdo multidisciplinar, o que propiciará discussões e troca de experiências interinstitucionais.

Reconhecemos, também, a importância de se criar a disciplina sobre infecção hospitalar, nos currículos de todos os cursos voltados à saúde. Ainda temos que a informação e a educação continuam a ser a arma mais importante e disponível para o controle das infecções hospitalares.

O objetivo do presente estudo é fornecer informações sobre o nível atual de utilização de antimicrobianos na população urbana sobre sua distribuição nos diferentes estratos demográficos e sociais e sobre diferentes variáveis que influenciam especificamente sua utilização. Procurou-se assim contribuir para que ações sejam implementadas no intuito de aperfeiçoar a utilização de um arsenal terapêutico sem o qual uma imensa parcela da população estaria virtualmente desprotegida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Medicamentos 2001*. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.



BRASIL. Ministério da Saúde. *Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Unidade de Controle de Infecção em Serviços de Saúde. Consenso sobre o uso racional de antimicrobianos*. Brasília - DF, 2001.

CASTRO, M. S. et al. Tendências na utilização de antimicrobianos em um hospital universitário, 1990-1996. *Rev Saúde Pública*, v. 36, n. 5, p. 553-558, 2002.

FEITOSA, F. P. O papel do farmacêutico no controle do uso racional de antibióticos. 2006. 45 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências farmacêuticas) – Escola de Saúde Pública do Ceará, Crato, 2006.

SANTOS, V.; NITRINI, S. M. O. O. Indicadores do uso de medicamentos prescritos e de assistência ao paciente de serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública*, v. 38, n. 6, p. 819-826, 2004.

WANNMACHER, L. Evidências sobre o uso de antibacterianos nas infecções respiratórias altas. *Uso Racional de Medicamentos: Temas Seleccionados*, v. 4, n. 1, p. 1-6, 2006.



AVALIAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE CÁPSULAS MANIPULADAS DE FLUCONAZOL 150MG

Mariana Busignani Silva – Química - UEL

Prof. M.Sc. Mirela Fulgencio Rabito – Ciências Farmacêuticas - UEL

Prof. Dra. Marlene Maria Fregonezi Nery – Ciências Farmacêuticas - UEL

Orientador – Prof. Dr. Suzana Lucy Nixdorf - Química - UEL

RESUMO:

A farmácia magistral vem ganhando espaço, mas ainda sofre com a falta de credibilidade, que está totalmente ligada à ausência de controle de qualidade de matérias-primas e produtos terminados. Com isso, a RDC 67/2007 veio para mudar esse quadro e exigir melhorias, mas muitas vezes inviáveis para algumas farmácias. Uma das alternativas para a garantia da qualidade é o rígido cumprimento das Boas Práticas de Manipulação (BPM). Este trabalho avaliou a qualidade de cápsulas de Fluconazol 150 mg manipuladas com relação aos ensaios: peso médio, dissolução, desintegração, uniformidade de dose unitária e doseamento. Posteriormente será feito ensaio de estabilidade do teor das cápsulas em vários intervalos de tempo a fim de analisar se houve diminuição do teor de ativo ao longo de 6 meses. Dos testes realizados, as amostras foram reprovadas somente no doseamento cujo teor encontrado foi de 131,4%..

PALAVRAS-CHAVE: Controle de Qualidade; Estabilidade; Fluconazol

O setor de farmácia magistral cresceu muito nos últimos anos e passou a ocupar lugar de destaque no seguimento farmacêutico, contribuindo para o aumento do acesso aos medicamentos e o desenvolvimento da saúde pública brasileira (PASA et al., 2008). Entretanto, a farmácia de manipulação tem como seu maior obstáculo a falta de credibilidade, interligada a falta de um rígido controle de qualidade, tanto das matérias-primas, quanto dos produtos acabados (De ALMEIDA et al., 2011). Com isso, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) implantou a RDC 67/07, a fim de assegurar a qualidade das formulações através de um rigoroso sistema BPM. Dentre as formas farmacêuticas produzidas magistralmente, as cápsulas duras de gelatina para uso oral são as responsáveis pela maior demanda (ANSEL, 2000). O fluconazol,



fármaco bastante utilizado para o tratamento de afecções fúngicas é frequentemente manipulado em farmácias magistrais e sua posologia mais comum é 1 cápsula de 150mg, 1 vez por semana, por 1 mês. Desta forma, os pacientes necessitam de 4 cápsulas para um tratamento completo.

A qualidade dos medicamentos produzidos em farmácias magistrais depende de diversos fatores, sendo um deles a etapa de mistura. Para que este processo seja adequado, é essencial quantidade mínima de pó para a garantia da homogeneidade evitando variações no teor de princípio ativo. As cápsulas de fluconazol geralmente são manipuladas em maiores quantidades e, embora a RDC 67/07 proíba a manutenção de estoque de cápsulas manipuladas, sabe-se que esta é a alternativa de várias farmácias para garantir a manipulação com qualidade e com mistura homogênea dos pós.

Desta forma, este estudo tem como objetivo avaliar a qualidade de cápsulas de Fluconazol 150 mg manipuladas com relação ao peso médio, dissolução, desintegração, uniformidade de dose unitária e doseamento. Posteriormente será feito ensaio de estabilidade do teor das cápsulas nos tempos 0, 15, 30, 45, 60, 90, 120, 150 e 180 dias a fim de analisar se houve decréscimo do teor de ativo ao longo de 6 meses.

As amostras foram adquiridas em uma farmácia magistral da cidade de Londrina/PR em setembro de 2011. Os reagentes utilizados foram ácido clorídrico e água destilada e o padrão secundário de pureza 99,6%. Os ensaios foram realizados conforme a Farmacopéia Brasileira 5ª ed. (2010).

Os resultados encontrados até o presente momento são apresentados a seguir. O peso médio foi de 275,1 mg com desvio padrão de 4,1 mg e coeficiente de variação de 1,5%. Todas as unidades estavam dentro dos limites especificados ($\pm 10\%$). No ensaio de desintegração observou-se que ao final de 45 minutos todas as cápsulas estavam completamente desintegradas. As porcentagens dissolvidas foram 130,7; 135,8; 125,9; 127,6; 137,8 e 135,2%, ou seja, todas as amostras apresentaram porcentagem superior a Q+5% (85%) e foram aprovadas no primeiro estágio do teste de dissolução. Entretanto, no ensaio de doseamento a amostra foi reprovada, pois obteve-se 131,4% de teor e o intervalo especificado é de 90 a 110% da quantidade declarada.



A reprovação no ensaio de doseamento e os altos valores de porcentagem dissolvida, não impedem a continuidade no estudo de estabilidade e de uniformidade de dose unitária. Além disso, abre a possibilidade de ampliar este trabalho, fazendo análise comparativa entre essa amostra manipulada e amostras comerciais, a fim de assegurar os resultados e obter uma discussão mais completa.

REFERÊNCIAS

ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G.; ALLEN JR, L.V. *Farmácia Farmacotécnica. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos*. 6.ed., 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde, Resolução de diretoria colegiada nº 67, de 08 de outubro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 195, seção 1, p.29-30, 9 de outubro de 2007.

De ALMEIDA, M.L.C; FILHO, A.P.N. Análise das cápsulas manipuladas segundo a RDC 67/2007 da ANVISA/MS para a garantia da qualidade. *Ver. Bras. Farm.* v. 91, n.3, p.119-125, 2011.

FARMACOPÉIA Brasileira. 5. ed., São Paulo: Atheneu; 2010.

PASA, C.R. et al. Análise de medicamentos anti-hipertensivos contendo captopril, propranolol e losartan manipulados por farmácias de Campo Grande-MS. *Rev. Bras. Farm.* v. 89, n.4, p.322-326, 2008.



PROTEÍNA PRESENTE NO FEIJÃO PARA O AUXÍLIO DA REDUÇÃO DE PESO E OS EFEITOS À SAÚDE

Mikaela Miguel Sevidanis; Amanda Lunardelli Martins; na Bárbara Laurindo; Ingrid Almeida de Melo; Patrícia Festi Vanzela – Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientador - Fernando Pereira dos Santos – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

As leguminosas como a soja, tremoço, ervilha, lentilha e outros tipos são excelentes fontes de proteínas e carboidratos, garantindo energia diária necessária para o funcionamento regular do corpo e do cérebro. Entretanto, o consumo em excesso destes nutrientes principalmente os carboidratos, pode ocasionar o aumento do peso corporal devido à ação da alfa-amilase, presente na saliva e no suco pancreático. Os carboidratos quando reduzidos em estruturas menores são metabolizados por estas enzimas e quando não utilizados pelo corpo, são acumulados sob a forma de gorduras no tecido adiposo como reserva de energia. Atualmente, a espécie em estudo *Phaseolus vulgaris* L., também conhecido como o feijão e muito consumido pelo brasileiro na forma cozida, apesar de pertencente às leguminosas, possui uma glicoproteína chamada de faseolamina com atividade na diminuição de triglicerídeos do sangue. Ou seja, o mecanismo de ação da faseolamina ainda pouco elucidado, é a inibição da enzima alfa-amilase, fazendo com que ocorra uma menor absorção de glicose pelo indivíduo. Além disso, a presença de fibras nesta glicoproteína faz com que o consumo diário proporcione um melhor funcionamento do intestino e conseqüentemente a redução da massa corpórea. No entanto, a faseolamina possui atividade somente sob a forma crua e podendo desta forma, oferecer efeitos colaterais para os consumidores. Os sintomas clínicos incluem desde náuseas, flatulências, até a diarreia. O objetivo desta revisão de literatura será mostrar os riscos a saúde que podem ser desencadeados através do uso do feijão cru como adjuvante no emagrecimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Phaseolus vulgaris* L., alfa-amilase, faseolamina, emagrecimento.

INTRODUÇÃO

A espécie de feijão *Phaseolus vulgaris* L., pertencente à classe das leguminosas esta presente na dieta do brasileiro na forma cozida e muito consumido como principal fonte de proteínas, carboidratos e outros nutrientes. O atrativo no consumo deste alimento é o menor custo de produção em relação à proteína animal,



incluindo desde o seu plantio até a sua colheita. Além disso, o feijão pode ser considerado como alimento completo devido à presença de fibras alimentares que podem ser preventivos para algumas doenças relacionadas ao intestino ou diretamente ligadas ao sangue como o aumento do nível de colesterol e glicose.

Entretanto, além das propriedades benéficas do feijão, existem os componentes que podem ser nocivos como os polifenóis ou taninos que estão presentes no tegumento do vegetal. Assim como há presença de saponinas, fitatos, rafinose, inibidores de proteases e as lectinas que podem provocar toxicidade tanto em aves quanto em mamíferos.

DESENVOLVIMENTO

A faseolamina é extraída do feijão *Phaseolus vulgaris* L, sendo purificado e comercializado em farmácia magistral, cujo mecanismo de ação é inibir a atividade da alfa-amilase. Diminuindo desta forma a digestão e absorção do amido e provocando a perda de peso, além do efeito hipoglicemiante em pacientes portadores de diabetes. Assim como há os efeitos indesejáveis como fatores flatulentos, alergênicos e inibidores enzimáticos que devem ser retirados antes da utilização como alimento. Podem ser comercializados sob a forma de farinha dos feijões para facilitar a extração do princípio ativo (PEREIRA, 2009).

As fibras alimentares contidas no feijão são insolúveis e solúveis com atividade na manutenção da estrutura celular. Além disso, são excelentes para reduzir o risco de certas doenças degenerativas como cardiovasculares, diabetes, câncer de cólon e outros. O consumo diário também permite a redução dos níveis de glicose plasmática e insulina em pacientes diabéticos devido a presença de colecistocinina. Entretanto, o feijão quando consumido cru ou sob a forma de farinha, as substâncias tóxicas como os taninos, inibidores de proteases e outros que estão ativos, cujos efeitos nocivos podem ser desencadeados com a formação de compostos nitrogenados ou a inibição das atividades de enzimas como a tripsina e quimiotripsina que poderiam ser inativados



através do cozimento, influenciando na digestão e absorção de nutrientes (BONETT, 2007).

Os inibidores protéicos da alfa-amilase são amplamente distribuídos em plantas, principalmente em cereais (trigo e cevada) e feijão. Esta inibição induz tolerância aos carboidratos, saciedade, perda de peso e prolonga o esvaziamento gástrico; efeitos que podem ser úteis no tratamento da obesidade e diabetes mellitus tipo 2 não insulino-dependente. (PEREIRA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente obesidade entre a população brasileira é um dos maiores problemas de saúde na atualidade e constantemente são feitas pesquisas de moléculas que atuem como inibidores enzimáticos, como a fucoseolamina. Deste modo, a preocupação incessante do emagrecimento estimula a indústria farmacêutica na criação de novos fármacos.

REFERÊNCIAS

- BONETT, L. P. et al. Composto nutricionais e fatores antinutricionais do feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.). *Arquivo de Ciências da Saúde Unipar*, Umuarama, v. 11, 3, p. 235-246, set/dez 2007. Site disponível em: <<http://revistas.unipar.br/saude/article/view/2044/1786/pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.
- PEREIRA, L. L. S. et al. *Padronização da extração do inibidor proteico de alfa-amilase de feijão branco*. Departamento de Química. Ciências e Natura. Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, 2010. Site disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revista_ccne/ojs/index.php/cienciaenatura/article/viewFile/444/375>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.
- PEREIRA, L. L. S. et al. *Alfa-amilase (faseolamina) comercial e farinha de feijões branco, preto e carioca*. Departamento de Química e Medicina Veterinária. Universidade Federal de Lavras, 2009. Site disponível em:



<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/124/089a152_infarma.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2011.



CARACTERÍSTICAS TECNOLÓGICAS DE VARIEDADES DE FEIJÃO

Mikaela Miguel Sevidanis – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora - Maria Brígida dos Santos Scholz - Instituto Agrônômico do Paraná

RESUMO:

O feijão (*Phaseolus vulgaris L.*) constitui-se em alimento tradicional do brasileiro, sendo importante fonte de proteínas, carboidratos e fibras, justificando a relevância não só com a produção como também a qualidade do produto. A aceitabilidade do feijão depende de uma série de características tecnológicas desejáveis que estão relacionadas com as propriedades físicas, químicas e nutricionais do produto. O objetivo deste trabalho foi determinar as características tecnológicas de variedades de feijão, sugerindo usos para diferentes processamentos. Determinou-se o tempo de cozimento, capacidade de hidratação, presença de grãos não hidratados e de grãos inteiros após o cozimento, sólidos no caldo e expansão volumétrica em 20 cultivares de feijão, provenientes de experimentos do IAPAR, em Ponta Grossa, na safra agrícola de 2010/2011. Constatou-se grande variabilidade de características entre as variedades avaliadas. A capacidade de hidratação após o cozimento, tempo de cozimento, expansão volumétrica e densidade de grão seco foram as principais variáveis responsáveis pelas diferenças encontradas entre as variedades de feijão e contribuíram para a formação do Fator 1 na Análise de Componentes Principais. Por outro lado, o Fator 2 foi formado pelas características de capacidade de hidratação antes do cozimento, proteínas e densidade do grão após o cozimento. Foi possível identificar variedades de feijão apropriadas para processos que demandam grãos inteiros e pouca expansão volumétrica (enlatamento, desidratação) e variedades destinadas ao consumo doméstico com baixo tempo de cozimento, poucos grãos inteiros e grande expansão volumétrica.

PALAVRAS-CHAVE: *Phaseolus vulgaris L.*, tempo de cozimento, capacidade de hidratação, expansão volumétrica, análise de componentes principais.

INTRODUÇÃO

O feijão (*Phaseolus vulgaris, L.*) constitui-se em alimento tradicional do brasileiro, sendo importante fonte de proteínas, carboidratos e fibras, justificando a relevância não só com relação a sua produção como também a qualidade do produto, levando em conta as exigências do consumidor. A aceitabilidade do feijão depende de uma série de características tecnológicas desejáveis que estão relacionadas com as



propriedades físicas, químicas e nutricionais do produto. Características dos grãos cozidos como integridade, coloração e tamanho dos grãos cozidos, sólidos no caldo, juntamente com curto tempo de cozimento são importantes indicadores de qualidade do feijão (CARNEIRO et al., 2005). As características tecnológicas são influenciadas pela origem genética e pelas condições ambientais (DALLA CORTE et al., 2003) e, portanto, é possível identificar variedades de feijão com características adequadas a diferentes usos. Assim, o objetivo deste trabalho foi determinar as características tecnológicas de variedades de feijão, sugerindo seu uso em diferentes processamentos industriais.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram avaliadas as características tecnológicas (descritas na Tabela 1) em 20 cultivares de feijão comum provenientes de experimentos na Estação Experimental do IAPAR, em Ponta Grossa, na safra agrícola de 2010/2011 conforme metodologias descritas em Dalla Corte et al. (2003), Correa et al. (2010) e Buratto (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as características tecnológicas avaliadas apresentaram ampla variabilidade (Tabela 1) e os resultados são comparáveis àqueles encontrados por Dalla Corte et al. (2003), Correa et al. (2010) e Buratto (2008).

O tempo de cozimento está diretamente relacionado às propriedades físico-químicas e composição do feijão e neste estudo constataram-se curtos tempos (Tabela 1) comparados com outros autores. Avaliações de 10 variedades de feijão mostraram que os valores médios de tempo de cozimento variaram entre 20 e 35 minutos dependendo do cultivar, safra e local de produção (SCHOLZ, 2000, DALLA CORTE et al., 2003).

Tabela 1. Valores mínimo, máximo, média e desvio padrão dos parâmetros capacidade de hidratação antes do cozimento (CHac), capacidade de hidratação após o



cozimento (CH_{pc}), número de grãos em 10g (G10), porcentagem de grãos inteiros após o cozimento (GI), sólidos no caldo após o cozimento (SC), tempo de cozimento (TC), umidade (Um), proteínas (PRO), expansão volumétrica antes do cozimento (E_{Vac}), expansão volumétrica após o cozimento (E_{Vpc}), densidade do grão seco (DS), densidade do grão túrgido (DU) e densidade do grão cozido (DC).

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
CH _{ac} (%)	74,56	119,73	100,74	11,02
CH _{pc} (%)	114,98	152,99	135,04	10,54
G10	26,50	68,50	48,23	12,65
GI (%)	4,50	51,69	30,88	13,07
ST (%)	0,93	1,44	1,14	0,13
TC (min)	14,50	23,50	18,48	2,95
Um (%)	10,86	14,78	11,67	0,92
PRO (%)	23,47	29,92	27,56	1,93
E _{Vac} (%)	50,00	64,08	56,64	2,90
E _{Vpc} (%)	52,63	65,00	59,10	2,91
DS (g/mL)	1,12	1,44	1,25	0,08
DU(g/mL)	1,05	1,17	1,11	0,03
DC(g/mL)	1,09	1,21	1,14	0,03

A capacidade de hidratação após o cozimento, tempo de cozimento, expansão volumétrica e densidade de grão seco foram as principais variáveis responsáveis pelas diferenças encontradas entre as variedades de feijão e contribuíram para a formação do Fator 1 na Análise de Componentes Principais. Por outro lado, o Fator 2 foi formado pelas as características de capacidade de hidratação antes o cozimento, proteínas e densidade do grão após o cozimento.

Foi possível identificar variedades de feijão apropriadas para processos que demandam grãos inteiros e pouca expansão volumétrica (enlatamento, desidratação) e variedades destinadas ao consumo doméstico com baixo tempo de cozimento, poucos grãos inteiros e grande expansão volumétrica.

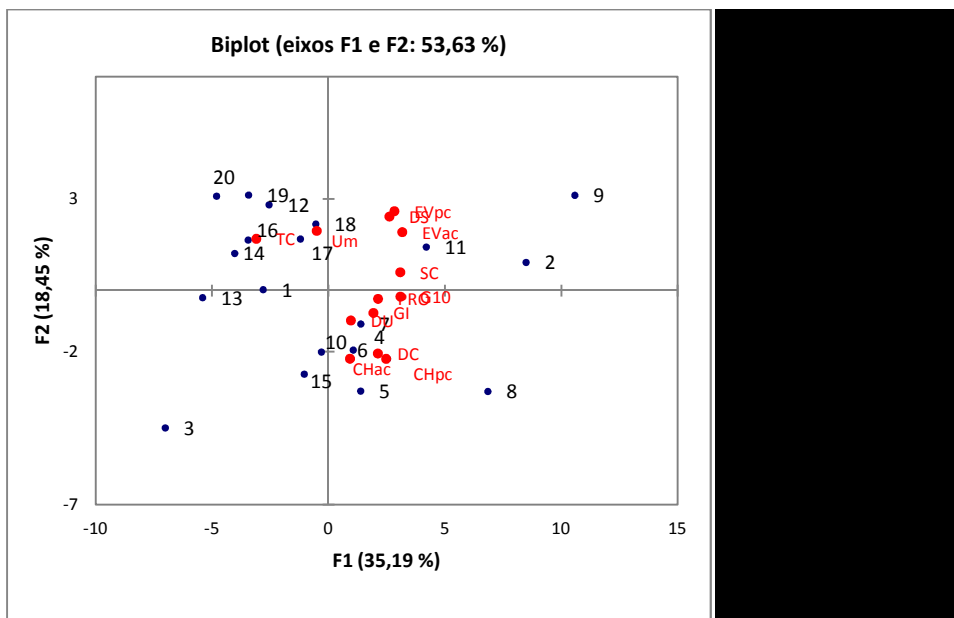


FIGURA 1. Biplot das variáveis e das amostras de feijão no plano formado pelo F1 e F 2.

REFERÊNCIAS

- Buratto, J.S. Qualidade nutricional e tecnológicas de grãos em genótipos de feijão. 2008. 73f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina - PR, 2008.
- CARNEIRO, J.C.S. et al. Perfil sensorial e aceitabilidade de cultivares de feijão (*Phaseolus vulgaris*, L.). *Ciênc.Tecnol.Aliment.*, Campinas, v.25, n.1, p. 18-24, 2005.
- CORRÊA, M.M .et al. Water Absorption, Hard Shell and Cooking Time of Common Beans (*Phaseolus vulgaris* L.) *African Journal of Food Science and Technology*, v.1, n. 1, p. 13-20, 2010.
- DALLA CORTE, A. et al. Environment effect on grain quality in early common bean cultivars and lines. *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, v. 3, n. 3, p. 193-202, 2003.
- SCHOLZ, M. B.S. Qualidade tecnológica de variedades de feijão. In: INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ – IAPAR. *Feijão: tecnologia de produção*. Londrina: IAPAR, 2000.



ENVOLVIMENTO DO SISTEMA CXCL12 / CXCR4 NAS NEOPLASIAS

Rafael Carvalho de Freitas; Mayara Araldi Oyama – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof. Msc. Thiago Cezar Fujita - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado “Envolvimento do sistema CXCL12 / CXCR4 nas Neoplasias” refere-se a uma revisão bibliográfica realizada como trabalho de conclusão de curso. Trata-se de um estudo sobre as quimiocinas e seu papel nos processos carcinogênicos. As quimiocinas constituem uma grande família de proteínas de baixo peso molecular (em torno de 10kD) com propriedades inerentes ao desenvolvimento fetal, ou seja, organogênese e na quimiotaxia de leucócitos. O SDF-1/CXCL12 (fator derivado do estroma da medula óssea) é uma quimiocina produzida constitutivamente na medula óssea, sendo sua função essencial no trânsito de células hematopoiéticas e de progenitores de células B. A via de sinalização é correspondente à ligação ao receptor CXCR7 e principalmente CXCR4. Experimentalmente foi comprovada a expressão de receptores CXCR4 e CXCR7 em células neoplásicas. A ativação desses receptores via que à CXCL12 propiciam a quimiotaxia leucocitária e intensificação de processos inflamatórios, com convergência para o aumento da invasividade tumoral e metástase. Estudos recentes com emprego de biologia molecular demonstram a ação da via CXCL12 / CXCR4 sobre a malignidade e agravo do prognóstico de câncer. O presente trabalho apresenta uma revisão dos mecanismos de sinalização da quimiocina CXCL12 e seu receptor CXCR4, suas implicações nas mais diversas neoplasias e alternativas terapêuticas do bloqueio do eixo CXCL12 / CXCR4.

PALAVRAS-CHAVE: Quimiocina, Câncer, CXCL12, CXCR4.

O câncer corresponde à segunda causa de morte por doença no Brasil, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares. Para o ano de 2020 espera-se que o número de casos novos anuais seja da ordem de 15 milhões no mundo (INCA, 2007).

Em muitos tipos de tumores pode ser verificada a ocorrência de infiltrados leucocitários nas regiões tumoral e peritumoral. Os leucócitos de maior relevância são os monócitos, que migram da circulação para o tumor, estabelecendo uma população de macrófagos associados ao tumor (TAMs).

Quimiocinas são citocinas quimiotáticas envolvidas em processos inflamatórios em geral, sendo atualmente importante via de estudo para fisiopatologia



de doenças diversas e tratamentos alternativos. São citocinas quimioatraentes produzidas por leucócitos e células teciduais de forma fisiológica ou por indução, responsáveis por intermediar sinais intercelulares. São proteínas de baixo peso molecular que desempenhando ação através da ligação com receptores acoplados à proteína G, sendo dependente de uma proteína de ligação de trifosfato de guanosina (GTP) ou proteína G no citoplasma. (OLIVEIRA et al., 2007).

As implicações dos leucócitos no câncer são divergentes. Em princípio, tais células poderiam reconhecer e atuar contra as células tumorais, mas, poderiam também fornecer sinais que favorecem o desenvolvimento tumoral. Este é o caso dos TAMs, que, ao mesmo tempo em que participam de processos de apresentação de antígeno, fagocitose, secreção de citocinas pelos TH1 e citotoxicidade; podem viabilizar o estabelecimento e o crescimento tumoral por expressar fatores de crescimento e angiogênicos (VANDERCAPPELLEN, 2008).

As quimiocinas realizam a regulação do transito de células da medula óssea para eventos inflamatórios, de reparação e de desenvolvimento, sendo verificada a ação da CXCL12 sobre o crescimento tumoral, metástases e angiogênese, através de sua ligação em seu receptor CXCR4 presente em vários tecidos. Dentre as neoplasias consistentes à ação desta quimiocinas está o de mama, linfoma de Hodgkin e linfoma não Hodgkin. (OLIVEIRA et al., 2009).

Neoplasias expressam a tendência à metástase em casos de malignidade comprovada, como em alguns casos de câncer de próstata. O CXCL12 tem fator predisponente a intensificar tal migração, assim como sua ação fisiológica de migração de células hematopoiéticas e sua relação com a adesão de células carcinogênicas ao estroma da medula óssea. Ensaios *in vitro* determinaram que o pré-tratamento com CXCL12 de células cancerosas da próstata intensificou o processo metastático ou aumentou a adesão destas a osteossarcoma e endotélio.

MULLER et al. (2001) mostraram que, no câncer de mama, os órgãos-alvo de metástase expressam altos níveis da quimiocina CXCL12, e induzem a movimentação específica das células tumorais de mama que expressam o receptor correspondente a



esta quimiocina, o CXCR4. Também se verificou que o receptor CXCR4 é altamente expresso em tecidos tumorais mamários, mas não no tecido normal de mama, e que seu ligante CXCL12, da mesma forma, encontra-se altamente expresso na medula óssea, pulmão e linfonodos, locais onde se observa maior ocorrência de metástases neste tipo de câncer. Observou-se também que a neutralização de CXCR4 com anticorpos monoclonais acarretou na redução de metástases das células tumorais de mama para o pulmão e linfonodos em camundongos.

Em outro estudo, LEE et al. (2008) demonstrou que a sensibilização de células de carcinoma de pulmão com antagonistas peptídicos ou anticorpos monoclonais para CXCR4 propiciou experimentalmente melhor prognóstico de camundongos com metástase estabelecida.

Além disso, VIANELLO et al. (2009) recentemente demonstraram que o uso de um antagonista do CXCR4 (AMD3100) pode restaurar a ação apoptótica induzida pelo quimioterápico imatinibe em leucemia mielóide crônica.

O bloqueio da via CXCL12 / CXCR4 através antagonistas (anticorpos monoclonais, peptídeos, AMD3100) de CXCR4 podem ser um importante alvo terapêuticos em diversas patologias, em especial, nas neoplasias.

REFERÊNCIAS

INCA: *Câncer*. In: *Secretaria de Atenção à Saúde*- Edited by Saúde Md; 2007. Disponível em <<http://www.inca.gov.br>>. Acessado em 26 de dezembro de 2011.

LEE C. et al. Sensitization of B16 tumor cells with a CXCR4 antagonist increases the efficacy of immunotherapy for established lung metastases. *Mol Cancer Ther.* v.5, n.10, p. 2592–2599, October 2006.

MULLER A. et al. *Involvement of chemokine receptors in breast cancer metastasis.* *Nature* v. 410, n.6824, p.50-56, 2001.

OLIVEIRA KB. et al. Envolvimento das quimiocinas e seus receptores na patogênese de doenças infecciosas e inflamatórias. *Biosaúde*, Londrina, v. 9, n1/2, p.41-64, jan/dez 2007.



OLIVEIRA K. B. et al. CXCL12 rs1801157 Polymorphism in Patients with Breast Cancer, Hodgkin's Lymphoma, and Non-Hodgkin's Lymphoma. *Journal of Clinical Laboratory Analysis*, v. 23, p.387–393, 2009.

VANDERCAPPELLEN J, VAN DAMME J, STRUYF S: *The role of CXC chemokines and their receptors in cancer*, *Cancer Lett*, v.267, n.2, p.226-244, 2008.

VIANELLO F. et al. *Bone marrow mesenchymal stromal cells non-selectively protect chronic myeloid leukemia cells from imatinib-induced apoptosis via the CXCR4/CXCL12 axis*. *Hematologica* 2010; 96:xxx, doi:10.3324/haematol.2009.



HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM TRABALHADORES: REVISÃO LITERÁRIA E ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO

Amanda Batista Venturini - Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Orientador - Luiz Antonio Alves - Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

RESUMO:

O trabalho intitulado “Hipertensão Arterial Sistêmica em trabalhadores: revisão literária e análise dos fatores de risco” refere-se a um trabalho ainda em crescimento, onde serão pesquisados os fatores de riscos para o desenvolvimento da Hipertensão Arterial Sistêmica encontrados em trabalhadores de diversas classes. Objetivo: Verificar na literatura científica as informações referentes aos fatores de risco para o desenvolvimento da hipertensão arterial em trabalhadores. Métodos: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, onde os artigos científicos serão procurados nas bases de dados Medline, Lilacs, Scielo, com os descritores seguintes: Hipertensão arterial, Fatores de risco para HAS e trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Trabalhadores, Fatores de risco para HAS.

Um dos problemas de saúde pública que mais acomete a população brasileira é a hipertensão arterial sistêmica (HAS) representando um dos principais fatores de risco para morbidade e mortalidade cardiovasculares (NEGRÃO & BARRETO, 2006).

Os fatores de risco envolvidos no aparecimento da HAS estão relacionados com idade superior à 65 anos, raça negra, excesso de peso, obesidade, elevada ingestão de sal, excessiva ingestão de álcool, sedentarismo, fatores socioeconômicos e histórico familiar (NEGRÃO & BARRETO, 2006 ; VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2010).

É bem provável que o processo da HAS seja adiado, se não evitado, através da prevenção da obesidade, redução moderada da ingestão de sódio, níveis mais elevados de atividade física e restrição do consumo excessivo de álcool (FILHO *et al* , 2007).



O trabalho tem sido visto como agente causador de doenças e como a maioria dos trabalhadores passa a maior parte do seu tempo no trabalho, isto poderá causar um grande impacto no dia-a-dia deste trabalhador (LUCAS, 2004 *apud* SANTOS & LIMA, 2008), inclusive nas alterações da pressão arterial. Alguns dos elementos que poderão influenciar nos valores pressóricos indicados na literatura são excesso de ruído, de vibrações, o calor elevado, estresse e o status ocupacional que está relacionado com os grupos mais pobres da população, aos trabalhadores não especializados, dos setores secundários e terciários da economia (KLEIN *et al*, 1986).

Ao pesquisarmos na literatura científica descobrimos diferenciados resultados em relação aos fatores de risco para a HAS encontrados em trabalhadores de diversas classes.

Nascimento & Mendes (2002) avaliaram o perfil de saúde de funcionários de Centro de Saúde-Escola de Ribeirão Preto- SP e depararam-se com 22,3% dos trabalhadores com níveis de pressão acima da normalidade e 26,6% de funcionários com sobrepeso e 35,3% com a obesidade já instalada. Matos & cols. (2004) verificaram a prevalência de fatores de risco para doença cardiovascular em funcionários do Centro de Pesquisa da Petrobras, onde 18,2% apresentavam HAS, 67,3% foram considerados sedentários, 17% obesos e 42% com sobrepeso, tabagismo foi observado em 12,4% e os diabetes em 2,5%.

Analisando o comportamento da pressão arterial (PA) e frequência cardíaca (FC) de indivíduos ao longo da jornada de trabalho em dois ambientes distintos – setor de produção e administrativo, Rocha e cols. (2002) encontraram um aumento significativo da PA e da FC durante o turno de trabalho do setor de produção, sem alterações nos funcionários do setor administrativo. Foi caracterizado pelos autores que o setor de produção era exposto ao ambiente de trabalho mais desfavorável, por conter variações nos níveis de temperatura e ruído, e também pela maior exigência física solicitada.

Em uma análise realizada por Martinez & Latorre (2005) dos fatores associados à hipertensão arterial (HAS) e diabetes melitus (DM) feita com 3.777 trabalhadores pertencentes a uma empresa metalúrgica e siderúrgica, verificou-se que 24,7% apresentaram alteração da



pressão arterial. Em relação aos fatores de risco associados à HAS e DM, 42,7% apresentaram sobrepeso ou obesidade, 63,6% dos trabalhadores não praticavam nenhum tipo de atividade física, 23,3% eram tabagistas, 9,4% referiram estresse intenso no trabalho e 3,6% referiram uso diário de bebida alcoólica. Em relação às características ocupacionais, os trabalhadores que indicaram estresse intenso durante a jornada de trabalho apresentaram maiores chances de apresentarem HAS (31%).

Cordeiro & cols. (1993) procurando uma possível relação entre HAS e o tempo acumulado de trabalho em motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano de Campinas – SP, encontraram uma relação positiva entre pressão arterial diastólica (PAd) e idade e PAd e tempo acumulado de trabalho. Observaram que, independentemente da idade, a PAd aumenta conforme ocorre o aumento do tempo acumulado de trabalho. Ao estratificar conforme a idade dos motoristas, os autores encontraram que 10,3% dos trabalhadores de 20 e 29 anos são hipertensos, 33,1% em trabalhadores entre 30 e 39 anos, 40,6% em trabalhadores entre 40 e 49 anos, 37,3% em trabalhadores entre 50 e 59 anos e 37,7% em trabalhadores com mais de 59 anos.

Portanto, fica explícito através dos resultados que os trabalhadores representam uma população com elevados fatores de risco inerentes às suas profissões, além de particularidades que representam riscos para o desenvolvimento da HAS.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Ricardo et al. Associação da pressão arterial diastólica com o tempo acumulado de trabalho entre motoristas e cobradores. *Rev. Saúde Pública* [online], vol.27, n.5, p. 363-372, 1993.

FILHO, C.F. et al. Benefícios do exercício físico na hipertensão arterial sistêmica. *Arq Med. ABC*, v.32, n.2, p.82-87, 2007.

KLEIN, C.H; COUTINHO, E. S. F.; CAMACHO, L. A. B. Variação da pressão arterial em trabalhadores de uma siderúrgica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.212-226, abr/jun 1986.



MARTINEZ, Maria Carmen; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira. Fatores de risco para hipertensão arterial e diabetes melito em trabalhadores de empresa metalúrgica e siderúrgica. *Arq. Bras. Cardiol.* [online]. vol.87, n.4, pp. 471-479, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2006001700012>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

MATOS, Maria de Fátima Duarte et al. Prevalência dos fatores de risco para doença cardiovascular em funcionários do Centro de Pesquisas da Petrobras. *Arq. Bras. Cardiol.* [online]. 2004.

NASCIMENTO L.C; MENDES I.J.M. Perfil de saúde dos trabalhadores de um Centro de Saúde-Escola. *Rev Latino-am Enfermagem*, jul/ago 2002.

NEGRÃO,C.E; BARRETO,A.C.P. *Cardiologia do Exercício- Do atleta ao cardiopata*. 2. ed., Barueri – SP: Manole, 2006.

SANTOS, Z. M. de S. A.; LIMA, H. de P. Tecnologia educativa em saúde na prevenção da hipertensão arterial em trabalhadores: análise das mudanças no estilo de vida. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 1, mar. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n1/10.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2010.

Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de Nefrologia VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. *Arq Bras Cardiol* 2010; 95(1 supl.1): 1-51

ROCHA, Renato et al. Efeito de estresse ambiental sobre a pressão arterial de trabalhadores. *Rev. Saúde Pública* [online]. vol.36, n.5, p. 568-575, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000600005>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.



A FACILITAÇÃO NEUROMUSCULAR PROPRIOCEPTIVA COMO MÉTODO DE TRATAMENTO PARA MAXIMIZAR A FUNÇÃO DE INDIVÍDUOS SAUDÁVEIS: REVISÃO DE LITERATURA

Bruno Henrique de Oliveira Guergoleti; Camila Paulino; Fábila Rodrigues Nunes; Fábio Scachetti; Giovanna Carla Interdonato; Kianne Cananea; Larissa Pedro de Oliveira – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Prof. Esp. Heloísa Freiria Tsukamoto – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) ou método Kabat é uma técnica fisioterapêutica que vem sendo utilizada para melhorar o desempenho físico de atletas, de portadores de disfunções e de sedentários saudáveis. O objetivo do trabalho foi analisar as formas de aplicação da facilitação neuromuscular proprioceptiva em indivíduos saudáveis. Para o estudo, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados PubMed, MEDLINE, Scielo e LILACS. A seleção final resultou em 21 estudos, dos quais cinco eram publicação dupla, resultando assim em 16 estudos incluídos. A FNP foi aplicada a fim de analisar seus efeitos sobre dois desfechos: a amplitude de movimento ou a força muscular. A FNP mostrou ser efetiva no ganho de amplitude de movimento, quando comparada às demais modalidades de alongamento, melhorando a flexibilidade muscular dos segmentos corporais dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Força muscular. Amplitude de movimento. Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva.

A facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) ou método Kabat é um conceito de tratamento e sua filosofia se baseia na ideia de que todo o ser humano tem um potencial existente ainda não explorado. É um método global, onde o tratamento é direcionado para o ser humano como um todo, e não para um problema ou segmento corporal específico. (ADLER; BECKERS; BUCK, 2007).

A FNP é uma técnica fisioterapêutica que vem sendo utilizada para melhorar o desempenho físico de atletas, de portadores de disfunções e de sedentários saudáveis, pois sabe-



se que flexibilidade e alongamento são qualidades essenciais para um bom desempenho físico durante a realização das atividades diárias.

Durante a execução da técnica, o uso de contração muscular ativa com o objetivo de ocasionar inibição autogênica do músculo alongado resulta num relaxamento muscular reflexo do músculo alvo, que associado ao alongamento passivo promove ganho de amplitude de movimento (DIAZ et al, 2008).

O objetivo do trabalho foi analisar as formas de aplicação da facilitação neuromuscular proprioceptiva em indivíduos saudáveis, bem como os seus efeitos sobre a amplitude de movimento e a força muscular.

Para o estudo, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados PubMed, MEDLINE, Scielo e LILACS, usando as seguintes palavras-chave: proprioceptive neuromuscular facilitation, facilitação neuromuscular proprioceptiva, Kabat, PNF, FNP, physical therapy e fisioterapia.

Os estudos foram selecionados com base nos títulos, excluindo-se aqueles que claramente não se relacionavam com o tema da revisão. A seguir, todos os títulos selecionados tiveram seus resumos analisados para identificar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão. Os textos completos dos artigos potencialmente relevantes foram recuperados para avaliação final. Alguns textos não puderam ser incluídos por não estarem disponíveis no formato eletrônico de livre acesso.

Foram selecionados os estudos que investigaram a aplicação da facilitação neuromuscular proprioceptiva em indivíduos saudáveis ou os que compararam este método com outras intervenções realizadas em indivíduos não portadores de patologias.

A revisão bibliográfica foi realizada por um único pesquisador, incluindo títulos publicados de janeiro de 2000 até julho de 2011. A busca eletrônica resultou em um total de 680 referências publicadas nas línguas portuguesa e inglesa. A seleção final resultou em 21 estudos, dos quais cinco eram publicação dupla, resultando assim em 16 estudos incluídos.

A FNP foi aplicada a fim de analisar seus efeitos sobre dois desfechos: a amplitude de movimento ou a força muscular. Em oito estudos um grupo controle foi introduzido, buscando-se



parâmetros de comparação. Um estudo se tratava de revisão de literatura, e nos sete restantes a intervenção foi aplicada em grupo único.

Segundo Almeida et al (2009), mudanças na capacidade de tolerar o alongamento e nas propriedades viscoelásticas são decorrências da FNP. Nogueira et al (2009) afirmam que atividades que envolvem o ciclo alongamento-encurtamento, como em atividades com movimentos explosivos, a aplicação prévia da FNP não é recomendada.

A FNP mostrou ser efetiva no ganho de amplitude de movimento, quando comparada às demais modalidades de alongamento, melhorando a flexibilidade muscular dos segmentos corporais dos indivíduos. Alguns autores relatam que este fato promove redução no risco de lesões musculares. Porém, observou-se redução na força explosiva e no torque muscular após a aplicação da FNP, devendo-se evitar sua aplicação prévia a exercícios com movimentos explosivos.

REFERÊNCIAS

ADLER, S. S.; BECKERS, D.; BUCK, M. *Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva – um guia ilustrado*. 2. ed., Barueri-SP: Manole, 2007.

ALMEIDA, G. P. L. et al. Influência do alongamento dos músculos isquiotibial e retofemoral no pico de torque e potência máxima do joelho. *Fisioterapia e Pesquisa*, São Paulo, v.16, n.4, p.346-51, out/dez 2009.

DIAZ, A. F. et al. Estudo comparativo preliminar entre os alongamentos proprioceptivo e estático passivo em pacientes com sequelas de hanseníase. *Fisioterapia e Pesquisa*, São Paulo, v.15, n.4, p.339-44, out/dez 2008.

NOGUEIRA, C. J. et al. Efeito agudo do alongamento submáximo e do método de Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva sobre a força explosiva. *HU Revista*, Juiz de Fora, v. 35, n. 1, p. 43-48, jan/mar 2009.



EFEITOS DA FACILITAÇÃO NEUROMUSCULAR PROPRIOCEPTIVA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS SISTÊMICAS: REVISÃO DE LITERATURA

Bruno Henrique de Oliveira Guergoleti; Camila Paulino; Fábila Rodrigues Nunes; Fábio Scachetti; Giovanna Carla Interdonato; Kianne Cananea; Larissa Pedro de Oliveira – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Prof. Esp. Heloísa Freiria Tsukamoto – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

A filosofia da Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (FNP) baseia-se na idéia de que todo ser humano, incluindo aqueles portadores de deficiências, tem um potencial ainda não explorado. O objetivo foi avaliar os efeitos da aplicação da FNP no tratamento fisioterapêutico de portadores de diferentes patologias. Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados PubMed, MEDLINE, Scielo e LILACS. A seleção final resultou em 11 estudos. As doenças tratadas com a FNP foram: hanseníase, paralisia cerebral, doença renal crônica, miopatia mitocondrial, doença lombar crônica, Doença de Charcot-Marie-Tooth, acidente vascular encefálico (dois artigos). Em cinco artigos, o método Kabat se mostrou eficaz quando comparado com outras técnicas convencionais de tratamento fisioterapêutico para os desfechos avaliados. Conclui-se que os efeitos da FNP em portadores de doenças sistêmicas devem ser analisados individualmente, pois são dependentes dos desfechos avaliados.

PALAVRAS-CHAVE: Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva. Kabat. Doenças sistêmicas.

A técnica de Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (FNP), originalmente desenvolvida por Herman Kabat, em 1940, para o tratamento da poliomielite, vem demonstrando eficácia nas mais distintas doenças. Sua filosofia baseia-se na idéia de que todo ser humano, incluindo aqueles portadores de deficiências, tem um potencial ainda não explorado. O objetivo do método é promover o movimento funcional por meio da facilitação, da inibição, do fortalecimento e do relaxamento dos grupos musculares.

Exercícios de FNP podem contribuir para compensar e/ou restaurar as deficiências decorrentes de doenças sistêmicas. Com a finalidade de facilitar o desencadeamento de



mecanismos neuromusculares estimulados pelos proprioceptores, a FNP se torna útil para o tratamento de lesões.

Dentro da área de Fisioterapia, a FNP se destaca como um método de tratamento de baixo custo, que requer do terapeuta bom posicionamento e adequado contato e resistência manual.

O objetivo deste estudo foi avaliar os efeitos da aplicação da facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) no tratamento fisioterapêutico de portadores de diferentes patologias.

Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados PubMed, MEDLINE, Scielo e LILACS, usando as seguintes palavras-chave: proprioceptive neuromuscular facilitation, facilitação neuromuscular proprioceptiva, Kabat, PNF, FNP, physical therapy e fisioterapia.

Inicialmente, os estudos foram selecionados com base nos títulos, excluindo-se aqueles que claramente não se relacionavam com o tema da revisão. A seguir, todos os títulos selecionados tiveram seus resumos analisados para identificar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão. Os textos completos dos artigos potencialmente relevantes foram recuperados para avaliação final. Alguns textos não puderam ser incluídos por não estarem disponíveis no formato eletrônico de livre acesso.

Foram selecionados os estudos que investigaram a aplicação da facilitação neuromuscular proprioceptiva ou os que compararam este método com outras intervenções realizadas no tratamento dos pacientes.

A pesquisa bibliográfica foi realizada incluindo títulos publicados de janeiro de janeiro de 2000 até julho de 2011. A busca eletrônica resultou em um total de 680 referências publicadas nas línguas portuguesa e inglesa. A seleção final resultou em 11 estudos, dos quais três eram publicação dupla, resultando assim em oito estudos incluídos.

As doenças tratadas com a FNP foram: hanseníase, paralisia cerebral, doença renal crônica, miopatia mitocondrial, doença lombar crônica, Doença de Charcot-Marie-Tooth, acidente vascular encefálico (dois artigos). Em cinco artigos, o método Kabat se mostrou eficaz



quando comparado com outras técnicas convencionais de tratamento fisioterapêutico para os desfechos avaliados.

Para Meningroni et al (2009), a escolha da FNP como modalidade de tratamento foi fundamentada na evidência de que treinamentos físicos de baixa e moderada intensidade aumentam a força muscular, e protocolos com intensidades mais fortes podem provocar lesões musculares nos pacientes.

Conclui-se que os efeitos da FNP em portadores de doenças sistêmicas devem ser analisados individualmente, pois são dependentes dos desfechos avaliados. Efeitos positivos foram observados frente aos desfechos força muscular, amplitude de movimento e dor. Índices de qualidade de vida não mostraram diferenças significativas.

REFERÊNCIAS

DIAZ, A. F. et al. Estudo comparativo preliminar entre os alongamentos proprioceptivo e estático passivo em pacientes com sequelas de hanseníase. *Fisioterapia e Pesquisa*, São Paulo, v.15, n.4, p.339-44, out/dez 2008.

KOFOTOLIS, N; KELLIS, E. Effects of Two 4-Week Proprioceptive Neuromuscular Facilitation Programs on Muscle Endurance, Flexibility, and Functional Performance in Women With Chronic Low Back Pain. *Physical Therapy*. v. 86, n. 7, july. 2006.

MENINGRONI, P. et al. Irradiação contralateral de força para a ativação do músculo tibial anterior em portadores da doença de Charcot-Marie-Tooth: efeitos de um programa de intervenção por FNP. *Rev Bras Fisioter.*, São Carlos, v. 13, n. 5, p. 438-43, set/out 2009.

ORSINI, M. et al. Facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) na miopatia mitocondrial: estudo de caso. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 169-176, abr/jun 2009.



EFETIVIDADE DA MOBILIZAÇÃO ARTICULAR MANUAL NO TRATAMENTO DE INDIVÍDUOS ADULTOS COM DOENÇA DE OMBRO – REVISÃO SISTEMATIZADA

Luciana Martins Pereira; David do Nascimento Pereira; Ana Paula Gonzalez Rocha Adamo –

Centro Universitário Filadélfia – Unifil

Orientador – Prof. Ms. Fernando Kenji Nampo - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi verificar por meio de uma revisão sistematizada a efetividade de técnicas de mobilização articular no tratamento do ombro de indivíduos adultos. Para tanto, foi realizada uma busca na base de dados Medline por ensaios clínicos aleatórios ou quase-aleatórios que avaliassem a relação entre a mobilização articular e pelo menos um dos seguintes desfechos: amplitude de movimento, dor ou funcionalidade do complexo articular do ombro. A busca retornou 57 artigos, dos quais dezoito ensaios clínicos foram incluídos nesse estudo. Doze ensaios referiam-se a técnicas de mobilização articular na redução da dor no ombro, treze estudos sobre efeitos da mobilização na amplitude de movimento e seis estudos sobre a influência da mobilização articular na funcionalidade do ombro. Dos doze estudos sobre efeitos da mobilização na redução de dores no ombro, onze ensaios demonstraram que a mesma tem efetividade na diminuição da dor, todos os treze ensaios clínicos sobre a mobilização articular no ganho de amplitude de movimento apontavam melhoras significativas e todos os estudos que avaliaram a funcionalidade do ombro demonstraram resultados positivos. Baseando-se nos resultados encontrados, pode-se afirmar que a mobilização articular por meio de suas técnicas, é efetiva para alívio de dor, aumento da amplitude de movimento e aumento da funcionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ombro, Manipulações Musculoesqueléticas, Modalidades de Fisioterapia.

A Fisioterapia disponibiliza muitas técnicas não farmacológicas no tratamento de doenças que acometem o ombro. O tratamento pode incluir diversas técnicas e procedimentos tais como eletroterapia, massagem, exercícios de mobilização e manipulação, sendo a Mobilização Articular Manual uma das mais frequentemente utilizadas.

Mobilização Articular Manual refere-se a uma técnica utilizada para tratar disfunções articulares como rigidez, hipomobilidade ou dor. Para ser utilizada da forma mais efetiva possível, os profissionais devem ter domínio nos conhecimentos em anatomia, histologia e fisiopatologia do sistema neuromusculoesquelético. Uma vez bem indicada, a mobilização



articular torna-se um método seguro de se restaurar ou manter as funções articulares, também tendo resultados positivos na diminuição da dor.

A atividade Biológica também é estimulada através da mobilização articular, movimentando o líquido sinovial que favorece a nutrição da cartilagem das superfícies articulares, além disso, a extensibilidade e força de tensão nos tecidos articulares podem ser mantidas quando aplicadas técnicas de mobilização. Porém, seu uso indiscriminado pode ser potencialmente prejudicial para as articulações do paciente. É importante destacar que articulações com processos inflamatórios, hipermobilidade, efusão articular, fraturas não consolidadas, dor excessiva e tecido conectivo enfraquecido ou recém formado tem contra-indicações verdadeiras para técnicas de mobilização articular.

O tratamento de pacientes com mobilidade articular limitada ou dolorosa requer uma avaliação e análise de quais tecidos estão limitando a função da articulação e influenciando no estado da doença, a partir daí determina-se se o tratamento de mobilização articular será primariamente direcionado no alívio de dor ou intervenção em uma limitação articular. Queixas envolvendo articulações do ombro são comuns, e frequentemente caracterizadas por incapacidades funcionais que ocorrem devido a dor ou limitação da amplitude de movimento. Isso resulta num aumento substancial da assistência médica, incapacidade na realização das atividades de vida diária e conseqüente redução da qualidade de vida.

Técnicas de mobilização articular são Frequentemente utilizadas por fisioterapeutas para problemas relacionados ao complexo articular do ombro. Pensando nisso, a presente revisão objetiva fazer uma releitura de publicações científicas para verificar a efetividade da mobilização articular manual no tratamento de doenças relacionadas ao ombro.

Realizou-se uma pesquisa na base de dados Medline com a seguinte estratégia: (((joint mobilization) OR ("Musculoskeletal Manipulations"[Mesh])) AND ("Shoulder Joint"[Mesh])) AND (("Clinical Trial "[Publication Type] OR "Controlled Clinical Trial "[Publication Type] OR "Randomized Controlled Trial "[Publication Type] OR "Meta-Analysis "[Publication Type]



OR ("Clinical Trials, Phase I as Topic"[Mesh] OR "Clinical Trials, Phase IV as Topic"[Mesh] OR "Clinical Trials, Phase III as Topic"[Mesh] OR "Clinical Trials, Phase II as Topic"[Mesh]))).

Foram incluídos apenas ensaios clínicos aleatorizados ou quase-aleatorizados escritos em inglês, português ou espanhol, publicados entre 1964 e agosto de 2011 em que a amostra foi composta por indivíduos adultos com doença de ombro. Além disso, pelo menos um dos grupos deveria ser submetido à mobilização articular manual e ao menos um dos desfechos deveria ser dor, amplitude de movimento ou funcionalidade.

A busca retornou 57 artigos, dos quais dezoito ensaios clínicos foram incluídos neste estudo. Doze ensaios referiam-se a técnicas de mobilização articular na redução da dor no ombro, treze estudos sobre efeitos da mobilização na amplitude de movimento e seis estudos sobre a influência da mobilização articular na funcionalidade do ombro. Dos doze estudos sobre efeitos da mobilização da redução de dores no ombro, onze ensaios demonstraram que a mesma tem efetividade na diminuição da dor, todos os treze ensaios clínicos sobre a mobilização articular no ganho de amplitude de movimento apontavam melhoras significativas e todos os estudos que avaliaram a funcionalidade do ombro demonstraram resultados positivos para indivíduos submetidos à aplicação de técnicas de mobilização articular.

Baseando-se nos resultados encontrados, pode-se afirmar que a mobilização articular por meio de suas técnicas é efetiva para alívio da dor, aumento da amplitude de movimento e aumento da funcionalidade para pacientes adultos com doença de ombro. No entanto, sugerem-se novas pesquisas com o objetivo de se esclarecer qual forma de mobilização articular manual é mais adequada para cada condição.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, N.H et al. *Frozen Shoulder: arthroscopy and manipulation under general anesthesia and early passive motion*. J Shoulder Elbow Surg. 1998.

BERGAN, G.J. Et al. *Manipulative therapy in addition to usual medical care accelerates recovery of shoulder complaints at higher cost: economic outcomes of a randomized trial*. BMC Musculoskelet Disord. 2010.



CHEN, JF ; GINN, KA ; HERBERT, RD. *Passive mobilization of shoulder joints plus advice and exercise does not reduce pain and disability more than advice and exercise alone: a randomized trial.* Aust J Physiother. 2009.

DIERCKS, RL ; STEVENS, M. *Gentle thawing of the frozen shoulder: a prospective study of supervised neglect versus intensive physical therapy in seventy-seven patients with frozen shoulder syndrome followed up for two years.* J Shoulder Elbow Surq. 2004.

GULER-UVSAL, F ; KOZANOGLU, E. *Comparison of the early response to two methods of rehabilitation in adhesive capsulitis.* Swiss Med Wkly. 2004.

JOHNSON, A.J. et al. *The effect of anterior versus posterior glide joint mobilization on external rotation range of motion in patients with shoulder adhesive capsulitis.* J Orthop Sports Phys Ther. 2007.

KAIN, J ; MARTORELLO, L ; SWANSON, E ; SEGO, S. *Comparison of an indirect triplanar myofascial release (MFR) technique and hot pack for increasing range of motion.* J Bovw Mov Ther. 2011.

KHAN, J.A. et al. *Manipulation under local anesthesia in idiopathic frozen shoulder – a new effective and simple technique.* Nepal Med Coll J. 2009.

KISNER, Carolyn ; COLBY, Lynn. *Exercícios Terapêuticos – Fundamentos e Técnicas.* 3. ed., São Paulo: Manole, 1998.

KIVIMAKI, J ; POHIOLAINEN, T. *Manipulation under anesthesia for frozen shoulder with and without steroid injection.* Arch Phys Med Rehabil. 2001.

KIVIMAKI, J. et al. *Manipulation under anesthesia with home exercises versus home exercises alone in the treatment of frozen shoulder: a randomized, controlled trial with 125 patients.* J Shoulder Elbow Surq. 2007.

LYNCH, D. et al. *Continuous passive motion improves shoulder joint integrity following stroke.* Clin Rehabil. 2005.

NQ, C.Y et al. *Manipulation under anesthesia and early physiotherapy facilitate recovery of patients with frozen shoulder syndrome.* Scott Med J. 2009.

QURAIISHI, N.A. et al. *Thawing the frozen shoulder. A randomized trial comparing manipulation under anesthesia with hydrodilatation.* J Bone Joint Surq Br. 2007.



SURENKOK, O ; AVTAR, A ; BAITACI, G. *Acute effects of scapular mobilization in shoulder dysfunction: a double-blind randomized placebo-controlled trial.* J Sport Rehabil. 2009.

TANAKA, K. et al. *Joint mobilization versus self-exercises for limited glenohumeral joint mobility: randomized controlled study of management of rehabilitation.* Clin Rheumatol. 2010.

WINTERS, J.C et al. *Treatment of shoulder complaints in general practice: long term results of a randomized, single blind study comparing physiotherapy, manipulation and corticosteroid injection.* BMJ. 1999.

WINTERS, J.C. et al. *Comparison of physiotherapy, manipulation and corticosteroid injection for treating shoulder complaints in general practice: randomized single blind study.* BMJ. 1997.

YANG, JL. et al. *Mobilization techniques in subjects with frozen shoulder syndrome: randomized multiple-treatment trial.* Phys Ther. 2007.



EFETIVIDADE DO ALONGAMENTO MUSCULAR EM AUMENTAR A FLEXIBILIDADE DOS MÚSCULOS ISQUIOTIBIAIS – REVISÃO SISTEMATIZADA

Luciana Martins Pereira; David do Nascimento Pereira; Ana Paula Gonzalez Rocha Adamo –
Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Ms. Fernando Kenji Nampo - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi verificar por meio de uma revisão sistematizada a efetividade de técnicas de alongamento muscular no aumento da flexibilidade dos músculos isquiotibiais de indivíduos sem lesão musculoesquelética. Para tanto, foi realizada uma busca na base de dados Medline por ensaios clínicos aleatórios ou quase-aleatórios que avaliassem a relação entre o alongamento muscular dos isquiotibiais e a flexibilidade desta musculatura. A busca retornou 133 artigos, dos quais 25 ensaios clínicos foram incluídos nesse estudo. Seis ensaios avaliaram, em pelo menos um dos desfechos, a tensão muscular dos isquiotibiais e apenas um relatou benefício obtido através do alongamento. Todas as pesquisas que avaliaram a amplitude de movimento, independentemente da forma de mensuração, apontaram benefícios advindos do programa de alongamento, seja ele inserido em um programa de curta duração ou de longa duração. Os resultados encontrados permitem concluir que o alongamento de isquiotibiais proporciona um aumento da amplitude de movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Exercícios de alongamento muscular, Modalidades de fisioterapia, Extremidade inferior.

Pesquisas avaliam a relação entre o encurtamento dos músculos isquiotibiais e surgimento de lesões e doenças do joelho. No intuito de prevenir o surgimento destas condições e tratar estes pacientes, a fisioterapia procura contribuir com a utilização de recursos para promover o aumento da flexibilidade deste grupo muscular. Neste sentido, uma das estratégias mais utilizadas é o alongamento muscular, o qual pode ser aplicado de diversas formas, sendo questionável a efetividade das diferentes modalidades.

O alongamento muscular é uma estratégia utilizada para aumentar a extensibilidade músculo tendinea e periarticular, contribuindo para aumentar a flexibilidade e mobilidade. Dentro destas estratégia, existem diferentes formas de aplicação



do alongamento, sendo as mais comumente utilizadas o alongamento estático, o balístico e as técnicas que englobam a facilitação neuromuscular proprioceptiva, como o sustentar relaxar e contrair relaxar. Também, questiona-se se há diferença entre as frequências e durações do alongamento e se o tempo de utilização da técnica influencia nos resultados, já que o aumento da flexibilidade é reflexo de alterações teciduais.

No intuito de verificar a efetividade das técnicas de alongamento, realizou-se uma pesquisa na base de dados Medline com a seguinte estratégia: (hamstrings) AND (“Muscle Stretching Exercises”[Mesh]) OR (flexibility) OR (“Range of Motion, Articular”[Majr])).

Foram incluídos apenas ensaios clínicos aleatorizados ou quase-aleatorizados escritos em inglês, português ou espanhol, publicados entre 1964 e agosto de 2011. Além disso, pelo menos um dos grupos deveria ser submetido ao alongamento muscular e o desfecho deveria ser amplitude de movimento e/ou flexibilidade. Deve-se observar que o termo “flexibilidade” permite duas interpretações. A primeira, mais comum, está relacionada a habilidade de movimentar um segmento corporal no espaço, sendo esta medida avaliada, geralmente, pela goniometria. A segunda interpretação está relacionada à resistência elástica imposta pela musculatura, ou seja, a redução da resistência oferecida por um músculo relaxado ao ser alongado.

A busca retornou 133 artigos, dos quais 25 foram incluídos neste estudo. Seis ensaios avaliaram, em pelo menos um dos desfechos, a tensão muscular dos isquiotibiais e apenas um relatou benefício obtido através do alongamento. Todas as pesquisas que avaliaram a amplitude de movimento, independentemente da forma de mensuração, apontaram benefícios advindos do programa de alongamento, seja ele inserido em um programa de curta duração ou de longa duração.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Chan e cols. (2001), uma duração mais prolongada do programa de alongamentos (8 semanas) pode favorecer uma menor tensão muscular dos isquiotibiais, sendo que esta pesquisa corrobora com os demais estudos que



avaliaram a tensão muscular e que apontam que um programa de curta duração permite uma maior amplitude de movimento por elevar a tolerância a dor dos praticantes de alongamento.

Baseando-se nos resultados encontrados, pode-se afirmar que diferentes técnicas de alongamento permitem um aumento na amplitude de movimento, no entanto, deve-se observar que este aumento pode não estar relacionado a uma menor tensão muscular, fator este importante para a biomecânica articular, mas sim a um aumento na tolerância ao alongamento muscular.

REFERÊNCIAS

AQUINO CF, FONSECA ST, GONÇALVES GG, SILVA PL, OCARINO JM, MANCINI MC. Stretching versus strength training in lengthened position in subjects with tight hamstring muscles: a randomized controlled trial. *Man Ther.* v.15, n.1, p.26-31.2010 Feb; Epub 2009 Jul 25.

BEEDLE BB, LEYDIG SN, CARNUCCI JM. No difference in pre- and postexercise stretching on flexibility. *J Strength Cond Res*, v.21, n.3, p.780-3, Aug 2007.

CHAN SP, HONG Y, ROBINSON PD. Flexibility and passive resistance of the hamstrings of young adults using two different static stretching protocols. *Scand J Med Sci Sports.* v.11, n.2, p.81-6, Apr 2001.

DAVIS DS, ASHBY PE, MCCAULE KL, MCQUAIN JA, WINE JM. The effectiveness of 3 stretching techniques on hamstring flexibility using consistent stretching parameters. *J Strength Cond Res.*, v.19, n.1, p.27-32, Feb 2005.

DRAPER DO, CASTRO JL, FELAND B, SCHULTHIES S, EGGETT D. Shortwave diathermy and prolonged stretching increase hamstring flexibility more than prolonged stretching alone. *J Orthop Sports Phys Ther*, v. 34, n.1, p.13-20, jan 2004.

FELAND JB, HAWKS M, HOPKINS JT, HUNTER I, JOHNSON AW, EGGETT DL. Whole body vibration as an adjunct to static stretching. *Int J Sports Med.* 2010 Aug; v.31, n.8, p.584-9. Epub 2010 Jun 9.

FELAND JB, MARIN HN. Effect of submaximal contraction intensity in contract-relax proprioceptive neuromuscular facilitation stretching. *Br J Sports Med.*, v.38, n.4, p.E18, Aug. 2004.



GALLON D. et al. The effects of stretching on the flexibility, muscle performance and functionality of institutionalized older women. *Braz J Med Biol Res.* 2011 Mar; v.44, n.3, p.229-35, Epub 2011 Jan 26.

GUILLOT A, TOLLERON C, COLLET C. Does motor imagery enhance stretching and flexibility? *J Sports Sci*, v.28, n.3, p.291-8, Feb 2010.

HALBERTSMA JP, GÖEKEN LN. Stretching exercises: effect on passive extensibility and stiffness in short hamstrings of healthy subjects. *Arch Phys Med Rehabil.* v.75, n.9, p.976-81, Sep 1994.

HALBERTSMA JP, MULDER I, GÖEKEN LN, EISMA WH. Repeated passive stretching: acute effect on the passive muscle moment and extensibility of short hamstrings. *Arch Phys Med Rehabil*, v.80, n.4, p.407-14, Apr 1999.

HALBERTSMA JP, VAN BOLHUIS AI, GÖEKEN LN. Sport stretching: effect on passive muscle stiffness of short hamstrings. *Arch Phys Med Rehabil*, v.77, n.7, p.688-92, Jul 1996.

LAROCHE DP, CONNOLLY DA. Effects of stretching on passive muscle tension and response to eccentric exercise. *Am J Sports Med.* 2006 Jun; v.34, n.6, p.1000-7. Epub Feb 13, 2006.

O'HORA J. et al. Efficacy of static stretching and proprioceptive neuromuscular facilitation stretch on hamstrings length after a single session. *J Strength Cond Res.*, v.25, n.6, p.1586-91, Jun 2011.

RAHNAMA N, LEES A, BAMBAECICHI E. Comparison of muscle strength and flexibility between the preferred and non-preferred leg in English soccer players. *Ergonomics*, v.48, n.11-14, p.1568-75, Sep/Nov 2005.

RANCOUR J, HOLMES CF, CIPRIANI DJ. The effects of intermittent stretching following a 4-week static stretching protocol: a randomized trial. *J Strength Cond Res.*, v.23, n.8, p.2217-22, Nov 2009.

SADY SP, WORTMAN M, BLANKE D. Flexibility training: ballistic, static or proprioceptive neuromuscular facilitation? *Arch Phys Med Rehabil.* v.63, n.6, p.261-3, Jun 1982.

SANTONJA MEDINA F.M. Et al. Effects of frequency of static stretching on straight-leg raise in elementary school children. *J Sports Med Phys Fitness*, v.47, n.3, p.304-8, Sep 2007.



SHADMEHR A, HADIAN MR, NAIEMI SS, JALAE S. Hamstring flexibility in young women following passive stretch and muscle energy technique. *J Back Musculoskelet Rehabil*, v.22, n.3, p.143-8, 2009.

VAN DEN TILLAAR R. Will whole-body vibration training help increase the range of motion of the hamstrings? *J Strength Cond Res.*, v.20, n.1, p.192-6, Feb.2006.

WIEMANN K, HAHN K. Influences of strength, stretching and circulatory exercises on flexibility parameters of the human hamstrings. *Int J Sports Med*, v.18, n.5, p.340-6, Jul. 1997.

WILLIFORD H.N. et al. Evaluation of warm-up for improvement in flexibility. *Am J Sports Med*. v.14, n.4, p.316-9, Jul/Aug 1986.

YOUHAS J.W. et al. The efficacy of two modified proprioceptive neuromuscular facilitation stretching techniques in subjects with reduced hamstring muscle length. *Physiother Theory Pract.*, v.26, n.4, p.240-50, May. 2010.



INFLUÊNCIA DO ALONGAMENTO ATIVO DE EXTENSORES E FLEXORES DE JOELHO NOS EXERCÍCIOS FÍSICOS DE POTÊNCIA MUSCULAR EM ATLETAS JUVENIS DE HANDEBOL DE LONDRINA. ESTUDO QUASI-EXPERIMENTAL

Luciana Martins Pereira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Colaboradora – Lívia Camargo Stutz Capello – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof^a. Roberta Ramos Pinto - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Co-orientador – Ricardo Oliveira – Universidade Estadual de Londrina – UEL

RESUMO:

O trabalho intitulado “Influência do alongamento ativo de extensores e flexores de joelho nos exercícios físicos de potência muscular em atletas juvenis de handebol de Londrina. Estudo Quasi-experimental”, refere-se a um trabalho de conclusão de curso que visa verificar se o alongamento ativo de extensores e flexores de joelho influencia nos exercícios físicos de potência muscular em atletas juvenis de handebol, e comparar o tempo gasto no teste de velocidade de 30 metros pré e pós auto alongamento de quadríceps e isquiotibiais bilateral. Para tanto, foram analisados 14 atletas de handebol do sexo masculino do Colégio Londrinense de Londrina – PR, os atletas foram divididos de forma aleatória em 2 grupos (A e B). Foi realizada uma única série de alongamento ativo dos membros inferiores dos músculos quadríceps e isquiotibiais a partir da posição ortostática. Cada série foi feita antes do teste de corrida de 30 metros, teve duração de 30 segundos. O resultado do estudo mostrou que não houve diferença significativa entre alongar ou não antes da realização de *sprints* máximos em uma distância de 30 metros.

PALAVRAS-CHAVE: alongamento, potência.

Os exercícios de alongamento muscular estão entre os mais comumente utilizados na reabilitação e na prática esportiva. São técnicas utilizadas para aumentar a extensibilidade musculotendínea e periarticular, contribuindo para aumentar a flexibilidade e mobilidade. (Almeida *et al.*, 2009). É importante saber a influência do alongamento sobre a potência muscular, que é a combinação entre a velocidade e a força, pois quanto maior a força ou a velocidade de execução, maior será a potência gerada (WEINECK, 2003 *apud*. MACHADO *et al.*, 2007).



Estudos (*LAROCHE et al, 2008*) apontam que o alongamento, quando realizado previamente a um esforço máximo (efeito imediato), pode diminuir a capacidade de produzir elevadas performances nas quais a força e a potência muscular são reduzidas.

Segundo Fontana (1999), a fisioterapia desportiva tem como objetivo tratar os indivíduos portadores de um quadro patológico e restabelecer a funcionalidade perdida em decorrência deste quadro. Dessa forma, atua-se também na prevenção, associada à potencialização máxima das funções do atleta e à orientações de treinamento, que estão diretamente relacionadas ao desempenho do atleta, tornando clara a necessidade da atuação desse profissional dentro da equipe de treinamento desses indivíduos. Paixão; Akutsu e Pinto (2004) afirmam que o fisioterapeuta deve conhecer e caracterizar o esporte em que vai atuar, além da metodologia do treinamento empregada pelo treinador, devido ao fato de esta ser primordial para o entendimento do mecanismo das lesões e, conseqüentemente, para uma melhor e mais rápida recuperação dos atletas lesionados.

O presente estudo teve como objetivo investigar a eficiência do alongamento ativo de extensores e flexores de joelho nos exercícios que exigem potência muscular, e assim, fornecer mais conhecimento sobre a importância do mesmo para atletas, treinadores e fisioterapeutas.

Foram analisados 14 atletas de handebol do sexo masculino do Colégio Londrinense de Londrina – PR, Os dados pessoais foram coletados por meio de uma anamnese que continha nome; idade; data de nascimento; posição que joga; Índice de massa corpórea (IMC). Os atletas foram divididos de forma aleatória em 2 grupos (A e B). A coleta de dados foi feita através do teste de corrida de 30 metros, que tem como objetivo medir a velocidade alcançada nesta distância, sendo utilizado o sistema de células fotoelétricas, que foram acionadas pela interrupção de uma barreira invisível de raios, sendo utilizadas para determinar o tempo necessário para percorrer a distância estabelecida. O protocolo foi única série de alongamento ativo dos membros inferiores dos músculos quadríceps e isquiotibiais a partir da posição ortostática. Cada série foi feita antes do teste de corrida de 30 metros, teve duração de 30 segundos, e foi supervisionada por 2 pesquisadoras. Cada pesquisadora supervisionou um grupo



muscular. Os atletas iniciavam pelo alongamento ativo de quadríceps, em seguida iam para o alongamento ativo de isquiotibiais e logo após o término da série seguiam para a realização do teste de corrida de 30 metros. Os atletas foram supervisionados individualmente.

O resultado do estudo mostrou que não houve diferença significativa entre alongar ou não antes da realização de *sprints* máximos em uma distância de 30 metros. Existem argumentos de que a realização de exercícios de alongamento imediatamente antes à realização de atividades que demandam força e potência muscular, efeito agudo, resultam em redução da performance, enquanto que a realização regular de exercícios de alongamento, efeito crônico, acarretam aumentos na performance (ALMEIDA *et al*, 2009).

Portanto, conclui-se que a realização do auto alongamento de flexores e extensores de joelho em atletas juvenis praticantes de handebol antes de exercícios que exigem a potência muscular, não apresenta efeito agudo positivo ou negativo, ou seja, não reduz nem aumenta a performance do atleta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. et al. Alongamento Muscular: suas implicações na performance e na prevenção de lesões. *Fisioterapia em Movimento*, v.22, n.3, p.335-343, 2009.

FONTANA, R. F. O papel da fisioterapia na performance do atleta. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE FISIOTERAPIA, 4, 1999. *Revista Fisioterapia Universidade São Paulo*, v. 6, p. 24, 1999.

LAROCHE DP; LUSSIER MV; ROY SJ. Chronic stretching and voluntary muscle force. *J Strength Cond Res*, v.22, p. 589-96, 2008.

PAIXÃO, D. O.; AKUTSU, M. L. S.; PINTO, S. S. Avaliação isocinética da média de torque e potência em flexores e extensores de joelhos relacionando o posicionamento em campo, idade e membro dominante em atletas de futebol profissional. *Revista Reabilitar*, São Paulo: Pancast, a. 6, n. 24, p. 10-20, jul/set 2004.

WEINECK, J. *Manual do treinamento esportivo*. São Paulo: Manole, 1989.



PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS NO SETOR DE FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE – CIF

Luis Fabiano Andrade Silva; Naiara Daiane Camargo; Daniela Hayashi Banja – Faculdade de
Apucarana – FAP

Orientadora: Prof^a. Esp. Heloísa Freiria Tsukamoto – Faculdade de Apucarana – FAP

RESUMO:

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) privilegia os aspectos positivos das condições de saúde e tem potencialidade para uso em várias áreas e com diversos objetivos. O objetivo do estudo foi verificar o perfil dos pacientes atendidos no setor de Fisioterapia Neurofuncional da Clínica Escola da FAP, segundo a CIF. Para determinar o perfil dos pacientes segundo a CIF, elaborou-se uma ficha de avaliação, do tipo core sets, sendo selecionados os códigos mais relevantes para a pesquisa. As atividades que apresentaram maiores restrição à participação foram: levantar e transportar objetos, andar longas distâncias, utilizar veículos motorizados e conseguir trabalho remunerado. Para todos os pacientes avaliados, os prestadores de cuidados pessoais, os profissionais de saúde e os serviços, sistemas e políticas de saúde são facilitadores ambientais. A CIF se mostrou um instrumento adequado para traçar o perfil dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia neurofuncional, por apontar com detalhes as capacidades e as disfunções apresentadas pelos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil. Fisioterapia Neurofuncional. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) constitui um instrumento, baseado na determinação de códigos, que pretende servir de base conceitual para definir e medir as incapacidades. Porém, mais do que isso, a classificação privilegia os aspectos positivos das condições de saúde e por isso seu título incorpora os termos funcionalidade e saúde. A classificação tem potencialidade para uso em várias áreas e com diversos objetivos. Na clínica, a CIF permite acompanhar a evolução dos pacientes, avaliar as diversas terapias, mensurar a incapacidade ocasionada pelos diferentes níveis de cada doença ou



lesão, enfim, relacionar doenças à qualidade de vida do paciente. A estrutura e o conteúdo da CIF são capazes de auxiliar o fisioterapeuta no registro de dados funcionais, definição dos alvos de intervenção e documentação de desfechos, possibilitando a adoção de um novo modelo para orientar a prática clínica.

O objetivo do estudo foi verificar o perfil dos pacientes atendidos no setor de Fisioterapia Neurofuncional da Clínica Escola de Fisioterapia da Faculdade de Apucarana, segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF.

Foram avaliados 19 indivíduos (13 homens), com idade de 47 ± 13 anos, tempo de diagnóstico da doença de $4[1,8; 9]$ anos, atendidos no setor de fisioterapia neurofuncional com tempo de tratamento fisioterápico de $2,8[0,7; 5]$ anos. As doenças mais prevalentes foram lesão medular (26%) e acidente vascular encefálico (21%). A avaliação foi realizada sob a forma de entrevista por avaliadores treinados. Foram coletados dados sócio-demográficos e clínicos para caracterização da amostra. Para determinar o perfil dos pacientes segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), elaborou-se uma ficha de avaliação, do tipo core sets, sendo selecionados os códigos da CIF mais relevantes para a pesquisa. Os dados coletados foram analisados no programa estatístico SPSS 15.0. Devido ao tamanho reduzido da amostra, a análise descritiva dos dados está representada por mediana e intervalo-interquartil e frequência absoluta e relativa.

Como resultados, cerca de 37% apresentavam ensino fundamental incompleto, 42% renda igual ou superior a quatro salários mínimos, 84% moram em casa própria e 53% utilizam transporte particular.

Quanto às funções corporais, nenhum paciente apresentava alterações das funções mentais, a maioria não apresentava alteração das funções sensoriais e dor, porém 42% apresentavam disfunções sexuais moderadas. Cerca de 40% apresentavam alguma alteração articular grave, 58% disfunção muscular grave e deficiência grave do movimento voluntário, 53% alteração de tônus grave e 90% dos pacientes apresentam algum tipo de deficiência na marcha.



As atividades que apresentaram maiores restrição à participação foram: levantar e transportar objetos, andar longas distâncias, utilizar veículos motorizados e conseguir trabalho remunerado. Para todos os pacientes avaliados, os prestadores de cuidados pessoais, os profissionais de saúde e os serviços, sistemas e políticas de saúde são facilitadores ambientais.

Conclui-se que a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde se mostrou um instrumento adequado para traçar o perfil dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia neurofuncional, por apontar com detalhes as capacidades e as disfunções apresentadas pelos indivíduos. Alterações motoras relacionadas à marcha estão presentes na maioria dos pacientes neurológicos, causando repercussões à participação desses indivíduos em diversas atividades.

REFERÊNCIAS

BUCHALLA, M. C. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Acta Fisiatr.* v.10, n.1, p. 29-31, 2003.

INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF FUNCTIONING, DISABILITY AND HEALTH (ICF): crosscutting breakout session. Physical Disabilities through the Lifespan Conference. *Neurorehabil Neural Repair.* n.19, p.61S-3S, 2005.

OMS. CIF: *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde.* São Paulo: EDUSP; 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION FAMILY OF INTERNATIONAL CLASSIFICATIONS - WHO. [texto na Internet]. Geneva: [citado 11 Abr 2007]. Disponível em: <<http://www.who.int/classifications/en/WHOFICFamily.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 2011.



PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM HEMIPLÉGICOS APÓS AVE

Luis Fabiano Andrade Silva; Naiara Daiane Camargo; Suelen Gabriel Salustiano – Faculdade de Apucarana – FAP

Orientadora: Prof^a. Esp. Heloísa Freiria Tsukamoto – Faculdade de Apucarana – FAP

RESUMO:

O acidente vascular encefálico (AVE) constitui uma das maiores causas de sequelas permanentes, levando o paciente a sofrer limitações funcionais e emocionais para executar suas tarefas, com interferência em sua qualidade de vida (QV). O objetivo do estudo foi analisar a percepção da qualidade de vida de indivíduos hemiplégicos acometidos por acidente vascular encefálico. A coleta dos dados da pesquisa foi realizada através da aplicação de três instrumentos: 1) ficha de identificação do participante; 2) o Stroke Specific Quality of Life Scale (SSQOL); e 3) o Índice de Barthel Modificado (IBm). Participaram da pesquisa 10 pacientes, com média de idade de $55,8 \pm 5,4$ anos. Os valores das médias dos questionários foram: SSQOL = $150,6 \pm 36,7$ pontos; IBm = $38,2 \pm 11$ pontos. A percepção da QV entre os participantes mostrou valores inferiores à pontuação máxima que poderia ser obtida na avaliação, para todos os hemiplégicos. Pode-se sugerir, assim, que o AVE interfere nos aspectos relacionados à QV destes indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente vascular encefálico. Qualidade de vida. Independência funcional.

O aumento da expectativa de vida da população mundial foi acompanhado pela crescente incidência de doenças de caráter crônico. Instaladas em seus portadores, estas patologias interferem no bem estar físico, emocional, econômico e social, acarretando prejuízos na qualidade da vida destas pessoas.

Atualmente, o acidente vascular encefálico (AVE) constitui uma das maiores causas de sequelas permanentes que geram incapacidade e afastamento do trabalho. A sequela mais comum do AVE é a hemiplegia, que resulta em uma paralisia ou diminuição da força muscular de um hemicorpo, levando o paciente a sofrer limitações funcionais e emocionais para executar suas tarefas, com interferência em sua qualidade de vida.



Por esta razão, mensurar a percepção da qualidade de vida em hemiplégicos participantes de programas de tratamento fisioterapêutico é de grande importância, para avaliar as condições de saúde e funcionamento social necessários para a integridade e reabilitação satisfatória desses pacientes.

Analisar a percepção da qualidade de vida de indivíduos hemiplégicos acometidos por acidente vascular encefálico e correlacionar o índice de qualidade de vida com o grau de funcionalidade observado nos portadores de hemiplegia.

Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem quantitativa, caracterizando-se como uma pesquisa transversal. Foi realizado na Clínica Escola de Fisioterapia da Faculdade de Apucarana – FAP e no Lar São Vicente de Paula, em Apucarana-Pr.

A amostra do estudo foi do tipo não-casual, por conveniência e intencional, composta de dez pacientes com diagnóstico clínico de AVE, acompanhados pelo serviço de fisioterapia.

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada através da aplicação de três instrumentos: 1) ficha de identificação do participante; 2) o Stroke Specific Quality of Life Scale (SSQOL), para medir a qualidade de vida (QV) dos indivíduos com sequela de AVE; e 3) o Índice de Barthel Modificado (IBm), para avaliar o grau de independência dos pacientes hemiplégicos na realização das suas atividades de vida diária (AVDs).

Participaram da pesquisa 10 pacientes, com média de idade de $55,8 \pm 5,4$ anos, sendo cinco homens e cinco mulheres. Seis eram pacientes da Clínica Escola da FAP, e os demais, internos do Lar São Vicente de Paulo. Os valores das médias dos questionários foram: SSQOL = $150,6 \pm 36,7$ pontos; IBm = $38,2 \pm 11$ pontos. A percepção da QV entre os participantes mostrou valores inferiores à pontuação máxima que poderia ser obtida na avaliação, para todos os hemiplégicos.

Mota e Nicolato (2008), em seu estudo de revisão de literatura sobre o tema QV e AVE, relatam que apesar da grande variação nos métodos e instrumentos empregados na mensuração do desfecho, foi possível observar algumas tendências. De modo geral, os pacientes possuíam pior QV do que aqueles que não sofreram o evento. A pobreza da QV correlacionou-se ao déficit



da função física, à presença de depressão ou de seus sintomas, ser do gênero feminino e ser mais idoso.

Verificou-se que a percepção da QV entre os participantes do estudo mostrou valores inferiores à pontuação máxima que poderia ser obtida na avaliação, para todos os hemiplégicos, e pode-se sugerir, assim, que o AVE interfere nos aspectos relacionados à QV destes indivíduos. Existe correlação entre o nível de capacidade funcional dos hemiplégicos e seu índice de QV, sendo que quanto mais dependente é o paciente em suas atividades de vida diária, pior é a percepção de QV.

REFERÊNCIAS

BENVEGNO, A. B. et al. Avaliação da medida de independência funcional de indivíduos com sequelas de acidente vascular encefálico (AVE). *Revista Ciência & Saúde*. v. 1, n. 2, p. 71-77. Porto Alegre. jul./dez., 2008.

CESÁRIO, C. M. M.; PENASSO, P.; OLIVEIRA, A. P. R. Impacto da disfunção motora na qualidade de vida em pacientes com acidente vascular encefálico. *Revista Neurociências*. v.14, n.1, p.6-9, 2006.

MOTA, J. F.; NICOLATO, R. Qualidade de vida em sobreviventes de acidente vascular cerebral. *J Bras Psiquiatr*. v. 57, n.2, p.148-156, 2008.

POLESE, J. C.; TONIAL, A; JUNG, F. K; MAZUCO, R; OLIVEIRA, S. G; SCHUSTER, R. C. Avaliação da funcionalidade de indivíduos acometidos por Acidente Vascular Encefálico. *Revista Neurociências*. v.16, n.3, p.175-178, 2008.



ANÁLISE DA FUNCIONALIDADE E DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM ALTERAÇÕES NEUROLÓGICAS

Naiara Daiane Camargo; Luis Fabiano Andrade Silva; Heloísa Freiria Tsukamoto – Faculdade de Apucarana – FAP

Orientadora: Prof^a. Esp. Daniela Hayashi – Faculdade de Apucarana – FAP

RESUMO:

Independência funcional está ligada à mobilidade e à capacidade funcional, nas quais o indivíduo não requer ajuda para a realização das atividades de vida diária. O objetivo do estudo foi analisar a funcionalidade e a qualidade de vida de pacientes em atendimento no setor de fisioterapia neurofuncional. A funcionalidade dos indivíduos foi avaliada utilizando o Índice de Barthel modificado (IBm) e a qualidade de vida através do questionário WHOQOL-bref. A amostra foi composta por 13 homens e seis mulheres, com idade de 47 ± 13 anos. Quanto à funcionalidade, 53% apresentavam ligeira dependência, 16% total independência, 16% dependência moderada e 16% dependência grave. Em relação à qualidade de vida, a pontuação no domínio físico foi de 57 ± 19 ; no psicológico de 60 ± 15 ; no social de 60 ± 24 e no ambiental de 56 ± 18 . Encontrou-se uma modesta correlação entre a pontuação obtida pelo IBm e o domínio social do questionário WHOQOL-bref ($r=0,46$).

PALAVRAS-CHAVE: Índice de Barthel. WHOQOL. Sequela neurológica.

Independência funcional é definida como a capacidade de realizar algo com os próprios meios. Está ligada à mobilidade e à capacidade funcional, nas quais o indivíduo não requer ajuda para a realização das atividades de vida diária, ou seja, a independência supõe condições motoras e cognitivas satisfatórias para o desempenho destas tarefas. Diversos instrumentos foram criados para avaliar a funcionalidade, sendo o Índice de Barthel modificado amplamente utilizado. Indivíduos que apresentam sequelas neurológicas tais como alterações sensoriais, distúrbios cognitivos, dificuldade em realizar movimentos podem ter o desempenho funcional alterado de forma significativa, com consequências negativas nas relações pessoais, familiares, sociais e, sobretudo na qualidade de vida.



O objetivo do presente estudo foi analisar a funcionalidade e a qualidade de vida de pacientes em atendimento no setor de fisioterapia neurofuncional.

A amostra foi constituída por 19 indivíduos, de ambos os sexos, atendidos no setor de fisioterapia neurofuncional da Clínica Escola de Fisioterapia e Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP. Foram excluídos os indivíduos com déficit cognitivo que os impossibilitavam de responder os questionamentos realizados pelo pesquisador. Dados sócio-demográficos e clínicos foram coletados para a caracterização da amostra. A funcionalidade dos indivíduos foi avaliada utilizando o Índice de Barthel modificado (IBm), que é composto por 10 itens relacionados com atividades básicas de vida diária. A pontuação varia de zero a 50, e quanto maior a pontuação mais independente o paciente se encontra. Avaliou-se também a qualidade de vida utilizando o questionário WHOQOL-bref, que é constituído por 26 questões relacionadas aos domínios físico, psicológico, social e ambiental, com pontuação máxima de 100 pontos para cada domínio. Os dados coletados foram analisados no programa estatístico GraphPad Prism 5.

Os resultados foram: a amostra foi composta por 13 homens e seis mulheres, com idade de 47 ± 13 anos, tempo de diagnóstico da doença de $4[1,8; 9]$ anos, atendidos no setor de fisioterapia neurofuncional com tempo de tratamento fisioterapêutico de $2,8[0,7; 5]$ anos. As doenças mais prevalentes foram lesão medular (26%) e acidente vascular encefálico (21%). Quanto à funcionalidade, 53% apresentavam ligeira dependência, 16% total independência, 16% dependência moderada e 16% dependência grave. Em relação à qualidade de vida, a pontuação no domínio físico foi de 57 ± 19 ; no psicológico de 60 ± 15 ; no social de 60 ± 24 e no ambiental de 56 ± 18 . Encontrou-se uma modesta correlação entre a pontuação obtida pelo IBm e o domínio social do questionário WHOQOL-bref ($r=46$).

Conclui-se que a funcionalidade do paciente com alterações neurológicas avaliada pelo IBm apresentou uma modesta correlação com os aspectos sociais avaliados pelo questionário de qualidade de vida WHOQOL-bref, demonstrando que as disfunções causadas pelas doenças neurológicas interferem no completo bem estar dos pacientes.

REFERÊNCIAS



SCATTOLIN, F. A. A; DIOGO, M. J. D; COLOMBO, R. C. R. Correlação entre instrumentos de qualidade da vida relacionada à saúde e independência funcional em idosos com insuficiência cardíaca. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2705-2715, nov 2007.

TERRONI, L.; LEITE, C.; TINONE, G.; FRÁGUAS, R. Depressão pós-AVC: fatores de risco e terapêutica antidepressiva. *Rev. Assoc. Med. Bras.* v. 49, n. 4, p. 450-459, 2003.



ASSIMETRIA POSTURAL EM HEMIPLÉGICOS PÓS-AVE E SUA INTERFERÊNCIA NA FUNCIONALIDADE

Naiara Daiane Camargo; Luis Fabiano Andrade Silva – Faculdade de Apucarana – FAP

Orientadora: Profa. Esp. Heloísa Freiria Tsukamoto – Faculdade de Apucarana – FAP

RESUMO:

O acidente vascular encefálico (AVE) é responsável por cerca de 10% de todas as mortes no mundo. Sua seqüela mais comum é a hemiplegia, que acarreta assimetrias posturais, gerando incapacidades e limitações funcionais. O objetivo foi analisar a assimetria postural do paciente hemiplégico e sua interferência na independência funcional. Para caracterizar a amostra foi aplicada a Escala de Avaliação de Fugl-Meyer (EFM) Para a obtenção dos dados da pesquisa, foram utilizados os instrumentos: Índice de Barthel Modificado (IBm), Escala de Comprometimento do Tronco (ECT), e avaliação da assimetria postural e transferência de peso nos membros inferiores, na posição ortostática, com o paciente sobre duas balanças digitais. Participaram do estudo cinco indivíduos com AVE, com média de idade de $61 \pm 10,98$ anos. As médias das pontuações totais de cada escala foram: EFM = $52,8 \pm 24,1$; ECT = $17,4 \pm 3,36$; IBm = $41,6 \pm 9,23$. A busca pela simetria corporal é importante por garantir um melhor controle postural para o hemiparético, refletindo em maior habilidade durante a execução de suas atividades cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente Vascular Encefálico. Hemiplegia. Assimetria.

O acidente vascular encefálico (AVE) é responsável por cerca de 10% de todas as mortes no mundo, podendo ocorrer devido à obstrução ou ruptura de vasos sanguíneos. Esta patologia causa grandes complicações quanto às desabilidades físicas para os indivíduos acometidos, e a recuperação funcional do hemiplégico se torna um grande desafio.

A seqüela mais comum de um AVE é a hemiplegia, definida como paralisia ou diminuição da força muscular de um dos lados do corpo, que geralmente acompanha-se de alterações sensitivas e perceptuais. A combinação entre perda de mobilidade no tronco e nas extremidades, padrões atípicos de movimentos, estratégias compensatórias e ações involuntárias do lado afetado acarretam assimetrias posturais, que geram incapacidades e limitações funcionais.



Diante disso, analisar a simetria corporal torna-se uma questão importante, decorrente da necessidade de se identificar e compreender os elementos que interferem na aquisição do controle postural e do movimento.

O objetivo do presente estudo foi analisar a assimetria postural do paciente hemiplégico e sua interferência na independência funcional.

Trata-se de uma pesquisa transversal, com abordagem quantitativa, desenvolvida nas dependências da Clínica Escola de Fisioterapia da Faculdade de Apucarana – FAP.

A amostra, classificada como não-casual, por conveniência e intencional, foi composta de cinco pacientes com diagnóstico clínico de AVE.

Para caracterizar a amostra do estudo, foi aplicada uma ficha de identificação, contendo questões referentes aos dados pessoais e anamnese, e a Escala de Avaliação de Fugl-Meyer (EFM), a fim de verificar o desempenho físico dos hemiplégicos. Para a obtenção dos dados da pesquisa, foram utilizados os instrumentos: Índice de Barthel Modificado (IBm), para avaliar o grau de independência dos pacientes hemiplégicos na realização das suas atividades de vida diária (AVDs); Escala de Comprometimento do Tronco (ECT), para avaliar o controle de tronco; e avaliação da assimetria postural e transferência de peso nos membros inferiores, na posição ortostática, com o paciente sobre duas balanças digitais.

Participaram do estudo cinco indivíduos com AVE, com média de idade de $61 \pm 10,98$ anos. As médias das pontuações totais de cada escala foram: EFM = $52,8 \pm 24,1$; ECT = $17,4 \pm 3,36$; IBm = $41,6 \pm 9,23$. Observou-se que os indivíduos com melhor controle de tronco apresentaram maior independência funcional. Todos mostraram descarregar menor porcentagem da massa corporal total sobre o membro inferior afetado, na posição ortostática. Aumentos nessa porcentagem foram observados após a introdução de feedback auditivo.

Segundo Eng et al (2002), indivíduos hemiplégicos podem transferir apenas cerca de 55% do seu peso corporal total sobre o membro inferior afetado enquanto permanecem pé em uma atitude passo, e cerca de 65% quando estão em pé com os pés paralelos. Haart et al (2004), em seu estudo desenvolvido para verificar a recuperação do equilíbrio de hemiparéticos, mostrou



que embora os sujeitos aprendam conscientemente a descarregar mais peso no membro parético, essa descarga não é automatizada.

Conclui-se que a busca pela simetria corporal é importante por garantir um melhor controle postural para o hemiparético, refletindo em maior habilidade durante a execução de suas atividades cotidianas, proporcionando melhor desempenho biomecânico do segmento corporal tronco, além de diminuir a ocorrência de desequilíbrios e quedas. Também, o uso do comando verbal foi importante na correção da assimetria postural dos hemiplégicos, demonstrando sua utilidade na prática clínica do fisioterapeuta.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. D.; LASKOVSKI, L.; GARANHANI, M. R. Estratégias de fisioterapia com enfoque na prevenção da dor no ombro de pacientes hemiplégicos: revisão narrativa da literatura. *Fisioterapia em Movimento*, Curitiba, v. 21, n. 4, p. 71-78, out/dez, 2008.

CHAGAS, E. F.; TAVARES, M. C. G. C. F. Simetria e transferência de peso do hemiplégico: relação dessa condição com o desempenho de suas atividades funcionais. *Revista de Fisioterapia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 8, p. 40-50, 2001.

ENG, J. J.; CHU, K. S. Reability and comparison of weight-bearing ability during standing tasks for individuals with chronic stroke. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, Canadá, v. 83, n. 8, p. 1138-1144, 2002.

HAART et al. Recovery of standing balance in postacute stroke patients: a rehabilitation cohort study. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, Canadá, v. 85, n. 6, p. 886-895, 2004.



PATRIMÔNIO CULTURAL LONDRINENSE E AS REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA GASTRONÔMICA EM UMA CIDADE DE FORMAÇÃO RECENTE

Autor: Gilberto Hildebrando – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Colaboradores: Evelyn Nunomura; Isadora Fernanda Rossi; Sonia Maria de Oliveira Dantas – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof^a. Dra. Mirian Cristina Maretti – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O artigo está inserido nas discussões realizadas pela equipe do projeto "Gastronomia e patrimônio cultural londrinense", ainda em andamento, que visa reconhecer e explorar referências de memória gastronômica de imigrantes e seus descendentes no processo colonizador da cidade de Londrina. Firma-se como uma tentativa de aproximação com o conceito de Patrimônio Imaterial, segundo as premissas apresentadas pelo IPHAN, em especial na identificação de pratos e práticas culinárias que poderiam ser considerados na categoria de "bem cultural". Tomou-se como critério a formação da cidade, nos anos de 30 a 50, no século passado, e sua constituição por diversos grupos étnicos, que a tornou conhecida como "Colônia Internacional". A partir do processo investigativo, com o inventário dos chamados "pratos típicos" de Londrina, a equipe tem como objetivo a proposição de cursos práticos visando a elaboração dos pratos, bem como a compilação das receitas em um livro a ser publicado eletronicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial, Memória, Gastronomia, Imigração.

A proposta básica do projeto "Gastronomia e patrimônio cultural londrinense", ainda em andamento, é de estruturar um campo discursivo acerca dos pressupostos culturais que nortearam a formação histórica e social da cidade de Londrina, principalmente quanto às referências gastronômicas armazenadas no campo da memória de migrantes/imigrantes e seus descendentes. Outro pressuposto importante é a consolidação de uma área de pesquisa em Patrimônio Imaterial, investigando práticas alimentares e pratos típicos que possam ser identificados a uma determinada etnia ou então de migrantes.

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares



que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2010).

Os diversos grupos sociais acumulam lembranças vividas entre os seus membros e nas relações que se estabelecem com os demais grupos. Este incrível arsenal de vivências constitui o que se convencionou chamar de memória, incorporando inclusive, os lapsos, os esquecimentos e as lacunas das experiências tornadas realidade a cada momento. Este grande depósito, na verdade, não armazena literalmente as experiências, dado que delas restam somente fragmentos e como tais, reorganizam-se continuamente no território ora seguro, ora turbulento das reminiscências (LE GOFF, 1994).

Lembranças dos antepassados são continuamente repassadas pelos filtros sempre atuantes de quem as recebeu e neste sentido, lembrar dos hábitos alimentares, dos sabores prediletos e dos aromas que sempre frequentavam as cozinhas de nossas avós é um ato de reviver uma memória que herdamos e da qual somos responsáveis por seu cultivo. Contudo, o que deixamos para nossos descendentes carrega um pouco de nós mesmos e de nossas experiências, ao lado (e quase sempre mescladas) daquelas que recebemos.

O foco primordial do projeto é aprofundar teoricamente os vínculos entre a Gastronomia e o Patrimônio Imaterial e identificar pratos e práticas gastronômicas londrinenses com referenciais em imigrantes, migrantes e descendentes. Pretende-se ainda investigar temas do patrimônio cultural em geral e a composição étnica londrinense nas primeiras décadas da colonização (30 a 50), desvelando contribuições específicas para a formação histórico/cultural da cidade de Londrina/PR.

A equipe tem se pautado por entender a gastronomia como uma experiência coletiva de consolidação da mesma enquanto patrimônio. Dela fazem parte as referências e as lembranças herdadas dos antepassados, mas também a busca do novo, da experimentação e da mescla de aromas com outros grupos, particularmente na formação da cidade de Londrina, considerada uma cidade nova. Este patrimônio do qual se refere, quase



sempre é compreendido enquanto manifestação subjetiva das experiências daqueles que nos antecederam.

A metodologia que vem sendo construída pelo grupo de pesquisa é composta por estudos teóricos acerca da temática patrimônio cultural, em sua dimensão imaterial, segundo linhas apontadas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela constante busca de apoio em estudos contemporâneos. Além deste arcabouço teórico, fontes de pesquisa na história local tem sido integradas com o intuito de reflexão sobre práticas culinárias e pratos que se firmaram, ao longo das décadas, como pilares da memória gastronômica da sociedade londrinense. Em um momento importante da metodologia, recriar os pratos em cursos voltados à comunidade tem propiciado excelente *feedback* à equipe, que se prepara para, no final do processo, publicar eletronicamente uma compilação das receitas inventariadas.

Documentos obtidos junto a órgãos de pesquisa, como o Museu Histórico, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, ambos vinculados à Universidade Estadual de Londrina, tem colaborado para a compreensão do contexto de formação da cidade de Londrina. Estes documentos tem possibilitado reconhecer as principais etnias que adquiriram lotes de terra na região e além disso, pelas entrevistas com imigrantes e seus descendentes, arquivadas nestes órgãos, múltiplos olhares tem se deslocado para as práticas sociais desenhadas nas cozinhas dos ranchos de palmito, moradias comuns que se multiplicavam pela terra vermelha que era desbravada, entre as décadas de 30 a 50, período eleito no projeto para a investigação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. *Raízes e dados históricos - 1930-2004*. Londrina- PR, 2004.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. [S/D]. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12308&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acessado em 01 de Outubro de 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1994.



MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. *O povo que fez e faz Londrina: Exposição Comemorativa 70 anos.* Londrina, 2004.

YAMAKI, Humberto. *Labirinto da memória: paisagens de Londrina.* Londrina - PR: Humanidades, 2006.



PATRIMÔNIO CULTURAL LONDRINENSE E AS REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA GASTRONÔMICA DE IMIGRANTES ITALIANOS

Isadora Fernanda Rossi - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador: Leandro Henrique Magalhães - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O artigo está inserido nas discussões realizadas pela equipe do projeto "Gastronomia e patrimônio cultural londrinense", ainda em andamento, que visa reconhecer e explorar referências de memória gastronômica de imigrantes e seus descendentes no processo colonizador da cidade de Londrina. Firma-se como uma tentativa de aproximação com o conceito de Patrimônio Imaterial, segundo as premissas apresentadas pelo IPHAN, em especial na identificação de pratos e práticas culinárias que poderiam ser considerados na categoria de "bem cultural". Tomou-se como critério a formação da cidade, nos anos de 30 a 50, no século passado, e sua constituição por diversos grupos étnicos, que a tornou conhecida como "Colônia Internacional". A partir do processo investigativo, com o inventário dos chamados "pratos típicos" de Londrina, a equipe tem como objetivo a proposição de cursos práticos visando a elaboração dos pratos, bem como a compilação das receitas em um livro a ser publicado eletronicamente. Neste texto, será abordado a contribuição dos italianos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial, Memória, Gastronomia, Imigração.

Este artigo é parte do projeto intitulado "Gastronomia e Patrimônio Cultural Londrinense", desenvolvido no Centro Universitário Filadélfia – UniFil. O projeto nasceu a partir do entendimento de que, apesar do importante trabalho desenvolvido pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural, vinculada a Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, é necessário intensificar a atenção dada ao chamado Patrimônio Imaterial. No que se refere a elementos que vinculam gastronomia ao Patrimônio Cultural, há um caminho grande a ser trilhado, processo iniciado neste projeto.

O projeto tem por objetivos aprofundar teoricamente os vínculos entre a Gastronomia e o Patrimônio Imaterial e identificar quais pratos e práticas londrinenses podem ser considerados Bem Cultural, e que mereçam assim ser inventariados. Além disso, o projeto buscará também realizar estudos teóricos sobre o conceito de Patrimônio Cultural em geral e da composição étnica londrinense nos primeiros anos da colonização da cidade (décadas de 30 a 50), inventariando dez pratos identificados como marcas de uma identidade londrinense, que por fim será subsídio para a produção de um livro de receitas com os pratos identificados. A primeira etapa foi a identificação dos principais grupos étnicos responsáveis pela formação inicial da cidade de Londrina. Nesta,



identificou-se que os italianos e seus descendentes foram o grupo estrangeiro de maior número na cidade. A partir daí, buscou-se referências documentais e bibliográficas sobre a história deste grupo em Londrina, especialmente nos acervos da Biblioteca Pública Municipal da Cidade de Londrina, do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDPH da Universidade Estadual de Londrina – UEL e do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. O resultado parcial das investigações está apresentado neste trabalho.

O trabalho de pesquisa teve início pelo site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando se buscou referências relacionadas aos bens brasileiros registrados, que tivessem alguma ligação com a gastronomia. Este passo foi importante por garantir aprofundamento teórico e aproximação dos pesquisadores com o tema. O segundo passo foi a pesquisa de campo referente aos italianos, realizada no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Londrina, onde se coletou dados sobre os imigrantes que vieram da Itália para a cidade de Londrina. Buscaram-se, aqui, dados que abordassem suas comidas típicas, ou seja, o que comiam onde moravam, e o que passaram a comer no Brasil, ou o que tiveram que adaptar dos pratos que comiam lá, já que muitos ingredientes não eram possíveis de se encontrar por aqui.

O trabalho foi finalizado com uma pesquisa no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, para coletar entrevistas desses imigrantes, ou de seus parentes, que contaram um pouco de como foram a vida dessas pessoas nos primeiros anos da cidade de Londrina. Buscou-se destacar dados sobre a região de origem dos imigrantes, como chegaram até aqui, quais suas práticas sociais e culturais, como se alimentavam, e como se adaptaram a nova realidade tanto em termos gerais como alimentares.

ALIMENTAÇÃO

Um dos motivos que contribuíram para a imigração desses Italianos para o Brasil, foi a chamada a crise dos preços agrícolas, ocorrida entre os anos de 1880 e 1887, o que acelerou a proletarianização dos camponeses. Este fato contribuiu com a imigração, pois o país não contava com indústrias suficientes para absorver os trabalhadores, trazendo consequentemente a proletarianização rural, “os braccianti”, provocando sua partida para o Brasil.

Enquanto ainda moravam na Itália, a alimentação era basicamente composta por macarrão aos domingos, e na páscoa comiam nhoque de batata doce. Faziam uma receita de tomate recheado com farinha de pão duro, alho, azeite de oliva e limão. Nos demais dias se alimentavam



de polenta, pois era uma refeição mais barata, carne de porco apenas em dias de festa, ou em caso de doença. Já o pão de trigo fresco só na época da colheita. Quando havia a colheita da uva, aparecia o vinho, que depois se transformava no “vinhete”, refresco feito a partir da pressagem da fruta com a água. Famílias com seis pessoas podiam gastar com a alimentação duas ou três libras por dia, as maiores dividiam as duas ou três libras diárias, o que conclui que havia grande deficiência na alimentação desses Italianos imigrantes.

Quando esses imigrantes chegaram ao Brasil, mais especificamente em Londrina, passaram a plantar, mas como a terra parecia nova, as colheitas não eram muito boas. Plantavam cereais, milho, feijão, arroz, batata, couve, além da cana de açúcar, que para produzir a famosa garapa. Na região de Tamarana, a produção que predominava era a de suínos.

O açúcar que era utilizado na Itália, passou a ser substituído pela rapadura que geralmente vinha de São Paulo, ou torciam a cana de açúcar fazendo a garapa. Como não havia farinha de trigo pela região, esses imigrantes passavam cerca de um ano sem fazer pão, comiam apenas broa de fubá que era fácil de encontrar aqui.

Havia muitas dificuldades na época, mas apesar de tudo nunca faltava comida, sempre tinha o que comer. Geralmente se comia arroz com feijão acompanhado de frango refogado. Havia carne de porco ou boi também. Aos domingos comiam a macarronada, e frango assado era servido apenas uma vez por ano, no natal ou ano novo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRÓ MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. *Raízes e Dados Históricos - 1930-2004*. Londrina, 2004.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. *Os italianos no Paraná - Salão de exposições do BADEP*. 1979.

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Patrimônio Cultural. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>>. Acessado em 20 de Junho de 2011.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=7D953ED0C43292B95B1C47EB42FF246C>>. Acesso em 20 de Junho de 2011.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. *O Povo que Fez e Faz Londrina: Exposição Comemorativa 70 Anos*. Londrina, 2004.

NOGUEIRA, Amélia Tozzetti. *Londrina: Raízes e Dados Históricos*. “De Norte a Norte: uma trajetória de ‘contadini’”. 2004.



PILATTI BALHANA, Altiva. *Santa Felicidade: Uma paróquia veneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.

YAMAKI, Humberto. *Labirinto da Memória. Paisagens de Londrina*. Edições Humanidades, 2006.



GASTRONOMIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LONDRINENSE – REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA GASTRONÔMICA DE IMIGRANTES JAPONESES

Autores: Sonia Maria de Oliveira Dantas; Evelyn Nunomura; Gilberto Hildebrando;

Isadora Fernanda Rossi - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadores: Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães - Centro Universitário

Filadélfia - UniFil

Prof^ª. Dra. Mirian Cristina Maretti - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O artigo está inserido nas discussões realizadas pela equipe do projeto "Gastronomia e patrimônio cultural londrinense", ainda em andamento, que visa reconhecer e explorar referências de memória gastronômica de imigrantes e seus descendentes no processo colonizador da cidade de Londrina. Firma-se como uma tentativa de aproximação com o conceito de Patrimônio Imaterial, segundo as premissas apresentadas pelo IPHAN, em especial na identificação de pratos e práticas culinárias que poderiam ser considerados na categoria de "bem cultural". Tomou-se como critério a formação da cidade, nos anos de 30 a 50, no século passado, e sua constituição por diversos grupos étnicos, que a tornou conhecida como "Colônia Internacional". A partir do processo investigativo, com o inventário dos chamados "pratos típicos" de Londrina, a equipe tem como objetivo a proposição de cursos práticos visando a elaboração dos pratos, bem como a compilação das receitas em um livro a ser publicado eletronicamente. Neste texto será abordado a contribuição dos japoneses.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial, Memória, Gastronomia, Imigração.

O projeto "Gastronomia e patrimônio cultural londrinense" tem como proposta estruturar um campo discursivo acerca dos pressupostos culturais que nortearam a formação histórica social da cidade de Londrina, tendo como foco às referências gastronômicas preservadas no campo da memória de migrantes / imigrantes e descendentes, tomando-se como critério a formação da cidade em 1930 a 1950. Além disso, o projeto busca uma aproximação com o conceito de Patrimônio Imaterial, realizando estudos teóricos, investigando práticas alimentares e pratos típicos que possam ser identificados a uma determinada etnia ou grupo de migrantes, que expressam sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.



Desta forma, identificou-se que a fértil terra roxa londrinense e os subsídios de empresas estrangeiras na compra de lotes fez com que o norte do Paraná atraísse o olhar de muitos imigrantes. Os japoneses foram o terceiro maior grupo vindo à Londrina, estando atrás apenas dos brasileiros e italianos, respectivamente. A partir desta representação determinou-se a importância do estudo desta etnia.

A metodologia utilizada nestes meses iniciais foi a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundamento no campo teórico da formação histórico-cultural da cidade de Londrina, analisando relatos e referências de memória do processo de colonização, buscas de dados em registros de compra de lotes de terra e instalação de casas comerciais na área urbana.

No contexto japonês, a emigração de seus descendentes para outros países se deu principalmente no período Meiji (1868 – 1912), na qual se alterou a configuração política, sua economia baseada na agricultura passava gradativamente para a manufatura e industrialização, o que motivou muitos agricultores a abandonarem suas terras. No entanto, as cidades não estavam preparadas para tamanho fluxo migratório, instalando-se grande caos com a falta de moradia e emprego. Perante tal ocorrência, o governo japonês vê a emigração como uma das saídas para se resolver a situação a curto prazo.

A imigração japonesa para o Brasil foi estimulada a partir de 1900, tendo como marco histórico o dia 18 de junho de 1908 - data oficial da chegada do primeiro navio japonês Kasato Maru - ao porto de Santos.

No Paraná a penetração se fez através de duas frentes: uma a partir de 1915, que chegou a Curitiba, estabelecendo-se nos bairros de Uberaba, Campo Comprido e Santa Felicidade; a outra ao norte do estado pela expansão pioneira do Estado de São Paulo. A presença dos imigrantes japoneses no norte paranaense se deu de forma significativa na década de 1930. Na cidade de Londrina, o principal líder para entrada japonesa foi o Sr. Hikoma Udihara, que exercia a função de corretor da Companhia de Terras Norte do Paraná. Com seu empenho Udihara vendeu muitos alqueires para esses imigrantes, tornando-se um importante líder dentro da comunidade japonesa que na região que se estabelecia.



Em 1930, um grupo de 11 pessoas se destinaram para a região onde hoje se localiza Londrina, com 6 deles adquirindo lotes da Companhia de Terras Norte do Paraná, num total de 80 alqueires. O lote do núcleo pioneiro se resumia em uma densa floresta e era chamada de “colônia internacional”, já que existia uma empresa inglesa responsável pela venda das terras e a presença de compradores de diversas nacionalidades diferentes. Já na cidade, em 18 de junho de 1933, comemoram-se os 25 anos da imigração japonesa no Brasil, com o grupo reunindo-se na casa do Sr. Hikoma Udihara. Neste ano ainda, fundam a primeira associação cultural japonesa e uma escola, representando um marco para a comunidade japonesa.

Em 1940, foi comemorado os 10 anos da chegada da colônia japonesa a Londrina, que contava então com 500 famílias de imigrantes. No ano seguinte, os imigrantes que estavam ganhando dinheiro com algodão no Estado de São Paulo começam a vir para região, atraídos pelo alto rendimento do café, aumentando assim o número de famílias japonesas para 700.

O imigrante japonês sofreu mais que os outros o impacto da terra nova - o Brasil, pois suas dificuldades eram enormes. A Língua estranha, a comunicação quase impossível, não abalou mais o imigrante japonês, nos primeiros anos, do que a ruptura de seus hábitos alimentares. Eles experimentaram pela primeira vez a perda de seu equilíbrio básico. Quando receberam os salames, não conseguiam manter um naco de carne salgada na boca; era para eles impossível de engolir.

O arroz e feijão à moda brasileira talvez nunca tenha sido tão odiado como o foi pelos japoneses. Recriar o mundo alimentar foi difícil para os imigrantes dessa nacionalidade. Chegando as fazendas ficavam a mercê dos donos das vendas, cujos conselhos pouco lhes serviam. Assim sendo, no desconhecimento do preparo dos gêneros comprados a duras penas, comiam carne-seca e o bacalhau seco assados. Nem desconfiaram, por algum tempo, que deviam deixá-los na água para amolecerem.

As dificuldades alimentares levaram os japoneses a terem como principal objetivo, comprar seu pedaço de chão para cultivar seus próprios alimentos e, não descansaram enquanto não viram brotar o arroz (alimento básico da alimentação japonesa), modificando inclusive a paisagem brasileira. No Japão, eles cultivavam arroz em pequenas



áreas, mas aqui tiveram que aprender a lidar com café, milho, feijão, algodão e a trabalhar em áreas extensas.

Em Londrina, o cardápio do imigrante japonês, no início da colonização, era basicamente o palmito, feito de diversas maneiras, além do picão, feijão, mandioca, milho, fubá, arroz com tomate, sushi, pickles de mamão verde, café, café de arroz, moti-bolinho de feijão, galinha espanhola, frango a burguesa, croquetes de galinha, carne seca, salame, bacalhau e sardinha.

A horticultura e a floricultura foram também atividades desenvolvidas pelos imigrantes em geral, e também na cidade. Foi na produção de uvas, especialmente as variedades Itália e Rubi que eles tiveram grande sucesso com várias colheitas por ano. Depois produziram manga, abacate, pêra, noz, pecã, castanha, caqui e finalmente quiwi. Só de uvas, os japoneses desenvolveram mais de 20 variedades, 18 de pêra e 16 de caqui. Também recolheram material genético de arroz selvagem, da China, e o introduziram primeiro no Japão e depois no Brasil. Da própria agricultura japonesa foram trazidos alguns produtos, como acelga, gogo, conhá, alguns costumes alimentares como o leite de soja, o shoyu, o moti (bolinho de arroz) e o mandju (doce com recheio a base de feijão). Além do conhecimento de hortaliças, os japoneses e seus descendentes puderam aplicar, no Brasil, tecnologias de cultivo de frutas, também aprendidas através das publicações especializadas que chegavam do Japão. Eles sabiam principalmente como trabalhar com pêssigo, ameixa, maçã e tangerina. As variedades Fuji de maçã, cultivada no Japão é altamente produtiva aqui. Os japoneses também trouxeram para cá o rami, a cultura do bicho-de-seda (que se alimenta das folhas da amoreira).

Considerada exótica a princípio, a comida japonesa foi rapidamente assimilada pelos brasileiros, principalmente no sul do país, onde foi incorporada de forma definitiva pelas pessoas, constituindo-se mesmo num hábito alimentar. De todos os pratos típicos da cozinha japonesa. O Sukiyaki é, sem dúvida, o mais popular entre os brasileiros. Depois vêm o sashimi, o misso-shiru, o tempurá, suinomo (sopa de vegetais), goham (cozido apenas com água, sem sal e óleo).

REFERÊNCIAS



ANDRADE, João C. de. *A Colônia Esperança: O Japonês na Frente Pioneira Norte Paranaense*. Universidade Federal do Paraná: 1993.

BELTRÃO, Kaizô; SUGAHARA, Sonoe; UYEDA, Maria Helena; SETO, Claudia. *Haine Raízes: Expansão da Comunidade Nikkei nos 100 anos de presença no Brasil*. Associação Brasileira de Dekasseguis, Associação Cultural e Beneficente Nipo Brasileira de Curitiba. Curitiba: 1988.

FERNANDES, Priscila Martins. *Identidades e Memória de Imigrantes Japoneses Descendentes em Londrina 1930 – 1970*. 2010, 109 f. Dissertação (Pós-graduação em história social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

NIXDORF, Klaus. *Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos 1930 – 2004*. Londrina: Associação Pró-memória de Londrina e Região, 2004.

OGUIDO, Homero. *De imigrantes a pioneiros: A Saga dos japoneses no Paraná*. 2.ed., Curitiba: Gráfica Ipê: 1988.

YAMAKI, Humberto. *Labirinto da Memória: Paisagens de Londrina*. Londrina: Edições Humanidades, 2006 .



ASPECTOS DA LOGÍSTICA REVERSA DO ÓLEO DE COZINHA USADO

Letícia Ferrari Teodoro - Acadêmica do Curso de Tecnologia em Logística. Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Tecnologia em Logística -Centro
Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

O trabalho busca contribuir na divulgação da reutilização do óleo de cozinha usado, evitando o descarte no meio ambiente e, com isso, um alto poder de degradação ambiental nos mares, rios e lagos fazendo com que peixes, e plantas marinhas acabem morrendo. Este material se descartado de forma inadequada, provoca também entupimento nas tubulações das casas, nas redes de esgotos, ocasionando infiltração no solo, poluindo a água além de dificultar e encarecer seu tratamento. A maioria das pessoas desconhece as formas de reaproveitamento do óleo de cozinha usado, sendo que ele pode ser utilizado como farinha para alimentação animal, energia elétrica através da queima em caldeira e ainda em biodiesel, constituindo assim um problema a menos para a sociedade e o meio ambiente. Devido a falta de informação da população e dos empresários, o óleo de cozinha usado acaba sendo despejado em corpos aquáticos como rios ou riachos causando a sua contaminação, quando jogado nas pias e vasos sanitários, indo parar nos esgotos e causando o entupimento dos canos.

PALAVRAS-CHAVE: Descarte, Reaproveitamento, Impacto ambiental.

O retorno do óleo de cozinha usado para servir de matéria prima para a fabricação do mesmo ou de outro, evitando assim problemas nos sistemas de tratamento de água e esgotos por despejo inadequado do mesmo, é uma questão de responsabilidade social e isso deve ser amplamente divulgado.

Os impactos ambientais, que decorrem do despejo inadequado de óleo de fritura são decorrentes de mistura com a matéria orgânica, ocasionando entupimento em tubulações e caixas de gordura, nos esgotos pluviais e sanitários, em bocas de lobo provocando obstruções e retendo resíduos sólidos.

O conceito de logística reversa esta envolta pelo ciclo de vida, visto que a vida de um produto se estende até depois da entrega ao cliente, uma vez que o produto deve retornar ao ponto de origem para o reaproveitamento ou descarte. O ciclo de vida de um produto, do ponto de vista financeiro, tem custos relacionados desde a compra da matéria-prima até a produção, armazenagem e estocagem.



O ciclo de vida avalia o impacto que o produto trará ao meio ambiente durante seu período de vida útil. Logística reversa é um processo geralmente formado por um conjunto de atividades que visam a coleta, separação, embalagem e expedição de produtos usados, danificados ou obsoletos, dos pontos de consumo até o reprocesso, dependendo das condições em que o produto adentra ao processo de logística reversa, podendo assim retornar ao fornecedor, quando houver condições de comercializar, ser recondicionado, se houver justificativa econômica e ser reciclado se não houver possível recuperação. São possibilidades para o retorno de matéria-prima ao sistema de logística reversa ou em último caso, o produto pode ser descartado de forma correta.

Assim, logística reversa é um processo que se bem planejado e realizado, contribui de forma positiva no desempenho e controle dos produtos do seu ponto de origem até seu o consumo. Estes produtos poderão ser bens duráveis ou descartáveis, podendo retornar ao reuso, desmanche e reciclagem até sua destinação final. O óleo de cozinha usado se encaixa na característica de bem de pós-consumo, por não poder ser utilizado da mesma forma de seu início de vida útil. O tema “Óleo de cozinha usado” está sendo abordado pelo Projeto de Lei n. 2.074 que tramita no Congresso Federal Brasileiro, o qual trata da obrigação dos postos de gasolina, hipermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha usado, em se comprometer com a logística reversa deste produto.

Um exemplo significativo ocorre em São Francisco, Estados unidos, que criou um programa que faz a coleta de óleo usado, para que sejam evitadas despesas calculadas em milhões anuais, causadas pelo entupimento na rede de esgotos através do resíduo do óleo usado. Com esse programa surgem características que é aproveitado na economia de escala, a qual funciona em três etapas: caminhões adaptados com tanques e mangueiras de sucção que fazem a coleta em pontos pré-determinados por roterizadores; o resíduo coletado é transportado para estação de transferência, onde será filtrado e armazenado até a quantidade ótima para transporte; e o óleo filtrado é transportado à indústria de biodiesel. Com este modelo adotado nos Estados Unidos, pode-se minimizar a degradação ambiental, trazendo conseqüentemente, vantagens competitivas para as empresas.



Com relação ao óleo de cozinha usado, ou seja, o retorno do produto para servir de matéria prima para a fabricação do mesmo ou de outro, para evitar problemas nos sistemas de tratamento de água, rede de esgoto por despejo inadequado do mesmo, procedimentos como não lançar jamais óleos em fontes de água, rede de esgotos ou no solo, trata-se de uma questão social e esta deve ser adotada por todos, evitando assim impacto ambiental, que faz com que haja poluição no lençol freático, ocasionando refluxo á superfície, formação de películas oleosas na superfície de corpos aquáticos que dificulta a troca de gases da água com a atmosfera que acarreta na diminuição da concentração de oxigênio, acarretando na morte das espécies que dependem daquele meio.

Assim pode-se concluir que as empresas brasileiras que descartam este material, não o fazem por métodos eficientes, prejudicando assim a economia brasileira. Desta forma, o melhor método a ser seguido, caracteriza-se em economia de escala, uso de sistema de informação, caminhões com tanques e mangueiras de sucção e geração de empregos, além do projeto em tramitação do Congresso Nacional que quando tornar-se lei, vai fazer o consumidor despertar para o descarte correto, afim de que o problema da falta de coleta eficiente seja resolvido.

REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei: coleta do óleo de cozinha*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=368364>. Acesso em 05 de setembro de 2011.

LEITE, P. R. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. 2. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2009.

OLIVEIRA, A. A. de; SILVA, J. T. M. *A logística reversa no processo de revalorização dos bens manufaturados*. Disponível em: <www.facef.br/rea/edicao07/ed07_art03.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2011.

PITTA JR., O. S. R. et al. *Reciclagem do óleo de cozinha usado: uma contribuição para aumentar a produtividade do processo*. Disponível em: <<http://www.advancesincleanerproduction.net/second/files/sessoes/4b/2/M.%20S.%20Nogueira%20-%20Resumo%20Exp.pdf>>. Acesso em: 13 de abril de 2011.



REIS, M. F. P.; ELLWANGER, R. M.; FLECK, E. *Destinação de óleos de fritura.*

Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/sga/oleo_de_fritura.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2011.



LÂMPADAS FLUORESCENTES: A CONTRIBUIÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Sueli Aparecida Castanhera, Arilson Pereira de Araujo - Acadêmicos do Curso de Tecnologia em Logística. Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Tecnologia em Logística - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

Pretende-se neste artigo abordar aspectos teóricos da Logística Reversa e sua aplicação como processo econômico, cultural e legal. Busca-se expor como a Logística reversa de pós-consumo do setor de lâmpadas fluorescentes está sendo desenvolvida, analisando de forma sistematizada a cadeia de distribuição reversa, bem como os objetivos estratégicos de sua implementação no processo reverso no Brasil. A lâmpada fluorescente de pós-consumo, em sua composição, consta da existência de metal pesado (mercúrio), e por isto é classificada como resíduo perigoso, necessitando destinação final adequada visando minimizar a contaminação do meio ambiente e garantir a saúde dos seres humanos. O descarte de lâmpadas fluorescentes, sem aplicação do conceito de logística reversa; a lâmpada fluorescente de pós-consumo é considerada perigosa. O desenvolvimento e a implantação do conceito de logística reversa de pós-consumo no Brasil, contribui para a preservação do meio ambiente, o uso sustentável de recursos, o cumprimento das leis ambientais e das normas da ABNT (NBR 10004:2004), bem como o ganho econômico pela comercialização e compra de materiais reciclados, e dessa maneira contemplando todos os setores (meio ambiente, governo, empresas e a população). A aplicação do conceito de logística reversa vem ao encontro do conceito de Sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Contaminação por mercúrio, Reciclagem, Mercúrio, Pós-consumo.

Com o crescimento industrial, o uso da matéria-prima vem aumentando constantemente, contribuindo para a escassez. Assim, faz-se necessário que a indústria brasileira evolua no sentido de aumentar o processo de reutilização dos resíduos produzidos por lâmpadas fluorescentes. Se for explorada e utilizada corretamente, causará um menor impacto ao meio ambiente, por se tratar de um recurso renovável.

Em função da atual legislação, o rigor quanto ao descarte de materiais e produtos inservíveis, as empresas foram obrigadas a desenvolverem estratégias para a logística direta e para a logística reversa, especificando como deve ser a destinação adequada de embalagens, insumos e até mesmo componentes de produtos.



A logística reversa ocorre na pós-venda ou no pós-consumo. O fluxo reverso dos bens de pós-consumo constitui a cadeia de distribuição reversa, viabilizando o processo de organização e de execução da logística reversa de pós-consumo. Uma vez cumprido, os materiais oriundos deste retorno, cumprem os objetivos da preservação do meio ambiente, o uso sustentável de recursos, da legislação ambiental e finalmente da economia produzida pela utilização de matéria-prima reciclada.

É neste contexto, que o presente trabalho expõe a questão do descarte incorreto das lâmpadas fluorescentes de pós-consumo, um dos problemas ambientais que mais preocupam atualmente, cujo resíduo é considerado como perigoso. Em face de sua nocividade, em que sua constituição básica é de mercúrio na sua fabricação, exige uma destinação final adequada para evitar uma contaminação ao meio ambiente e para o homem.

São consumidas no Brasil aproximadamente 100 milhões de lâmpadas fluorescentes por ano, sendo que deste total, apenas 6% é reciclado. Ressalta-se que uma vez exposto no ambiente, o mercúrio pode ser convertido de uma forma orgânica que se acumula no organismo vivo e contamina a cadeia alimentar.

As lâmpadas fluorescentes são compostas por vidros, gás fluorescente, eletrodos e gás de baixa pressão, tendo como condução da corrente elétrica que produz uma radiação eletromagnética (a luz, ultravioleta, raio X, entre outros.). A quantidade de pó fluorescente é que irá determinar o fluxo luminoso produzido pela lâmpada, podendo ser influenciado por fatores como temperatura e presença de campos magnéticos. Na fabricação de lâmpadas fluorescentes são utilizados vários elementos químicos, tais como: chumbo, alumínio, antimônio, manganês, bário, zinco, mercúrio, com diferentes graus de toxicidade.

O mercúrio, metal pesado, é altamente nocivo aos seres humanos e o contato pode ocorrer na forma de gás ou ingerido pelo consumo de produtos contaminados, provocando danos irreversíveis, principalmente ao sistema nervoso, tendo como conseqüências paralisia, perda de memória, dores de cabeça e distúrbios emocionais, podendo levar à morte. Este processo de envenenamento por acumulação no organismo do mercúrio é denominado pelos médicos de Mal de Minamata. A contaminação do meio ambiente e dos alimentos ocorrem quando os resíduos são expostos ao ambiente, depositados nos fundo de rios, lagoas e represas, contaminando a água e também o solo. A degradação ambiental do mercúrio é muito lenta e persiste por décadas.



O processo de reciclagem é realizado através da separação das extremidades das lâmpadas, triturando-se os vidros com todos os resíduos – separando os materiais (vidros e mercúrio do pó fosfórico). Nesta forma de processamento não há necessidade de aterros para destinação dos materiais, pois todos os componentes são reutilizados. Estes componentes são tratados e voltam a ser utilizados como matéria-prima. As opções de aterramento e incinerações não são as mais aceitas e recomendadas.

A legislação em vigor de acordo com o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), coloca que é obrigatório que todos os produtos do gênero exibam um selo que ateste o cumprimento das exigências do órgão quanto a seu desempenho e destino após utilização.

Diante da análise de todos estes fatores, é possível concluir que o Brasil ainda necessita ampliar e desenvolver uma cadeia de distribuição reversa adequada e organizar-se para reciclar lâmpadas, em especial a de uso doméstico, que em sua maioria são descartadas de forma inadequada em lixos comuns. A aplicação do conceito de logística reversa vem ao encontro do conceito de Sustentabilidade, além de demonstrar significativos ganhos de ordem econômica e legal. Este processo reverso possibilita que as empresas preservem o meio ambiente, colaborem para o uso sustentável de recursos, cumpram as leis ambientais e melhorem a qualidade de vida da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José C. *Gestão Ambiental Empresarial*, 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

CHING, Hong Y. *Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, P. R. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. 2. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2009.

MOURA, Reinaldo A. *Embalagem, Unitização & Containerização*, 2. ed., São Paulo: Imam, 1997.

MRT SYSTEM. *Descarte de Lâmpadas*. Disponível em: <<http://www.mrtsystem.com>>. Acesso em: 03 Setembro de 2011.



TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa*. São Paulo: Atlas, 2005.



LOGÍSTICA REVERSA NAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS

Abner Assis Liduário; Adriana Benedetti; Valdeci Flávia - Acadêmicos do Curso de Tecnologia em Logística. Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti - Curso de Tecnologia em Logística - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

A logística reversa está se tornando uma atividade econômica de crescente importância para a sociedade e organizações, seu fluxo visa à execução da recuperação de produtos descartados de forma adequada e eficiente, extraindo o máximo de valor e reaproveitamento. Devido ao fator em específico de embalagens vazias de agrotóxicos ter se tornado um grande problema ao meio ambiente por não ter uma destinação final correta, foi criado um órgão regulamentado pelo governo, o InpEV, para administrar com eficiência a destinação final dessas embalagens, exigindo o comprometimento de todas as áreas envolvidas. O Brasil é o país que mais recolhe embalagens de agrotóxicos para reciclagem no mundo inteiro, o índice de devolução das embalagens durante o ano, coloca o Brasil como uma referência mundial no assunto. No modelo implantado, agricultores, distribuidores, indústria e poder público têm responsabilidades complementares.

PALAVRAS-CHAVE: Reciclagem, InpEV, Meio ambiente, Dia Nacional do Campo Limpo.

O crescimento dos mercados globais, o aumento da competitividade e as influências de tecnologia, obsolescência e a modernidade, estão causando significativos impactos na rotina das organizações. Estas mudanças ocasionaram o aumento da necessidade de integração das operações comerciais e de transporte e planejamento, momento em que foi percebida a capacidade da logística em criar valor para o cliente, o que fez com que a atividade tomasse um papel essencial na otimização dos recursos e na modernização das técnicas de gestão e de produção das empresas.

O descarte adequado de resíduos de materiais não utilizados, embalagens e produtos com componentes químicos estão caracterizando um grande desafio às organizações, e seu impacto sobre a sociedade e meio ambiente fazem do tema um caso de extrema relevância.

Entre as alternativas de destino a estes materiais, existe a reciclagem, o reprocessamento e devolução ao mercado, ou ainda, no caso de não haver mais utilidade do material, o descarte pela deposição em algum depósito definitivo na forma de lixo. O processo de movimentação destas mercadorias se dá através de canais de distribuição especiais.



Na logística tradicionalmente realizada, parte-se de um fabricante e define-se o caminho até o consumidor final. De forma simplificada, a Logística Reversa trata do caminho inverso, no qual o produto tem como ponto de partida os inúmeros consumidores, com destino ao fabricante. Desta forma, a Logística Reversa cuida dos fluxos de materiais que se iniciam nos pontos de consumo dos produtos e terminam nos pontos de origem, com o objetivo de recapturar valor ou de disposição final.

As duas grandes áreas de logística reversa são a logística reversa de pós-venda e a de pós-consumo. A primeira se ocupa com o equacionamento e operacionalização do fluxo físico e das informações logísticas de bens de pós-vendas em uso ou com pouco uso, os quais por diferentes motivos retornam aos diferentes estágios das cadeias de distribuição direta. Na segunda, a logística reversa de pós-consumo, equaciona e operacionaliza o fluxo físico e as informações correspondentes de bens de consumo, que são descartados pela sociedade e que retornam ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos específicos.

O diferencial do sistema brasileiro é a integração completa dos elos da cadeia, que vai desde os agricultores até as cooperativas e indústrias. Todos envolvidos assumem responsabilidades compartilhadas descritas na Lei Federal 9.974/00 e contam com apoio do governo. Apenas nos últimos oito anos as indústrias, os distribuidores, as cooperativas e os agricultores, investiram cerca de 380 milhões de reais no programa de descarte de embalagens. Um exemplo é o Dia Nacional do Campo Limpo, instituído no calendário brasileiro em 18 de agosto e comemorado há seis anos em todo o Brasil. Com atividades que visam levar as comunidades a refletir e participar em atividades relacionadas à preservação do meio ambiente, a campanha contou com uma participação recorde de público em 2010, durante sua sexta edição, com 140 mil pessoas e 211 municípios envolvidos.

Com a aprovação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, aprovada no final de 2010, campanhas como as promovidas pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InPEV) e pelo setor agrícola, poderão servir de exemplo para outras indústrias, já que todos terão que se adequar à lei e implementar métodos de logística reversa e responsabilidade compartilhada (INPEV, 2011).

A produção, utilização, comercialização, exportação e importação de produtos agrotóxicos, passaram a ser disciplinados pela Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989, que



dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências (COMPÊNDIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, 1999).

Neste sentido, cabe aos agricultores a responsabilidade de lavar, inutilizar, armazenar entregar e comprovar que entregou as embalagens vazias, enquanto que aos Canais de Distribuição, informar, gerenciar, emitir comprovante de entrega e orientar os agricultores quanto a importância da devolução das embalagens. Já a indústria deve se responsabilizar por recolher, destinar e também orientar e o Poder Público, tem por obrigação fiscalizar, licenciar, educar e conscientizar quanto a responsabilidade de cada elo no processo.

REFERÊNCIAS

COMPÊNDIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. *Guia prática de produtos fitossanitários para uso agrícola*. 6.ed., São Paulo: Organização Andrei Editora Ltda, 1999.

INPEV. INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS. *Destino de Embalagens - Logística das embalagens vazias*. Disponível em: <<http://www.inpev.org.br/>>. Acesso em 23 de agosto de 2011.

LEITE, Paulo Roberto. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. 2. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2009.

LEMOS, Patrícia Fraga Iglecias. Direito ambiental: responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 2. ed., 2008.



GARGALOS LOGÍSTICOS NOS MODAIS DE TRANSPORTE

Valdeci Flâmia; Marcos Ibrahim El Haouli; Abner Assis Liduário; Letícia F. Teodoro; Natália Figliano; Adriana Benedette – Alunos do Centro Universitário Filadélfia –UniFil
Orientador: Pedro Antonio Semprebom - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

RESUMO:

O Brasil vem crescendo acima de 5% ao ano, isto tem mostrado que não estamos preparados para este crescimento, apontam-se como principais problemas para atender esta demanda de crescimento, os gargalos, que podem ser configurados em todas as atividades econômicas, tais como: Falta de mão-de-obra qualificada, deficiências nos modais de transporte, investimentos insuficientes em infra-estrutura, linhas de crédito mais baratas para alavancagem industrial e comercial, capacitação de pessoas para desafios gerados pelo crescimento. Especificamente no sistema de distribuição de bens e serviços, encontramos gargalos logísticos de diferentes tipos, ocasionando entraves e deficiências, gerando defasagem competitiva para as cadeias envolvidas e para o país. Percebe-se que os últimos governos tem se preocupado com os problemas logísticos, uma vez que a demanda por movimentação de mercadorias cresceu muito acima dos investimentos aplicados, travando diversos sistemas e cadeias produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: Gargalos, Infra-estrutura, Investimentos, Crescimento

Abordou-se neste artigo, os principais entraves que dificultam o fluxo de mercadorias e produtos nos modais de transporte. Independente do tipo de estratégia adotado para distribuir, observa-se que, “todas as atividades da cadeia logística podem ser categorizadas como gargalos ou não-gargalos”.

“Gargalo é a atividade mais lenta numa cadeia e embora ele possa, na maioria das vezes, ser uma máquina, pode também ser uma parte do fluxo de informações, como o processamento de um pedido”.

O transporte é definido como um elo essencial entre a expedição da empresa e o cliente. Reúne as matérias-primas para a produção de *commodities* comercializadas e distribui os produtos da indústria no mercado (Ballou, 1193). As atividades de transporte, suas modalidades e disponibilidades, bem como as condições de adequabilidade dos produtos para o transporte, estão inter-relacionadas à variabilidade nos tempos de entrega e às condições de disponibilidade de produtos, podendo representar gargalos logísticos na distribuição.

O planejamento nos investimentos de infra-estrutura Logística, público ou privado, sempre ocorreu e sempre foi alvo de críticas, provocando independentemente dos esforços



uma perda grande das mercadorias transportadas. Muitas vezes essa perda foi consequência da escassez de recursos e a ociosidade gerada por diversos fatores inerentes a vontade do exportador.

A variação brusca de demanda também tem provocado a escassez ou ociosidade de recursos, estamos vivendo hoje um grande momento de desconforto em relação à infraestrutura logística do País, pois começam a ser contabilizadas diversas perdas por derramamento de grãos nas estradas, devido a má conservação; custo elevado de fretes; falta de capacidade de transporte e inclusive perdas geradas pelo sistema portuário, que se mostra um gargalo logístico devido às suas ineficiências.

Diante do crescimento econômico do país, como a globalização, grandes eventos esportivos e aumento nas exportações, o Brasil tornou-se ineficiente no fluxo de mercadorias, produtos e infra-estrutura ocorrendo gargalos nos diversos modais de transporte.

Modal de transporte é o tipo de estrutura utilizada para o deslocamento de bens de um ponto a outro da rede logística, respeitando as restrições de integridade da carga e de confiabilidade de prazos. Não agrega valor aos produtos, mas é fundamental para que os mesmos cheguem ao seu ponto de aplicação, de forma a garantir o melhor desempenho dos investimentos dos diversos agentes econômicos envolvidos no processo.

O modal rodoviário é o mais independente dos transportes, uma vez que possibilita movimentar uma grande variedade de materiais, para qualquer destino devido sua flexibilidade, dentre seus principais problemas, observa-se a falta de oferta de outros modais inter-relacionados, infra-estrutura deficiente e má qualidade da malha rodoviária. O modal ferroviário é definido como um modo de transporte para grandes volumes, com um valor unitário baixo, sem urgência de entrega e terminais fixos, um dos gargalos é a invasão da faixa de domínio, ocasionando uma redução da velocidade, retardando o processo. O modal aquaviário utiliza o meio aquático, natural ou artificial, para movimentar grandes cargas e passageiros, porém faltam equipamentos para movimentação, além disso, o índice de automação é baixo; falta de dragagem nos portos. O modal aéreo é uma modalidade mais utilizada para produtos que tem um alto valor agregado, como equipamentos eletrônicos e máquinas de precisão, devido ao alto custo nele envolvido, um dos principais problemas são restrições a grandes quantidades de carga, quer em termos de volume ou de peso; possui frete mais caro relativamente aos demais modais de transporte, inviabilizando o transporte de



cargas de baixo valor agregado. O modal dutoviário compreende a movimentação de gases, líquidos, grãos e minérios por meio de tubulações, seu principal entrave é a movimentação de apenas um produto por vez.

Pode-se observar algumas possíveis soluções que poderiam aliviar esses problemas como mais investimento do governo e do setor privado. Esses problemas já vem de um Brasil que esta crescendo a décadas e como o país esta se desenvolvendo muito rápido a infraestrutura esta completamente precária causando gargalos nos processos diariamente.

As soluções para esses gargalos seria um plano do governo ou parcerias entre governos e iniciativa privada, para solucionar entraves. Investimentos altos do governo com planejamento a longo prazo e principalmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os recursos devem ser investidos prioritariamente em infra-estrutura que gera o maior impacto na captação de recursos pela atividade econômica externa, por exemplo em portos e aeroportos, chave da entrada e saída de recursos advindos do comercio internacional. Não menos importante são as infra-estruturas que favorecem a atividade econômica interna gerando recursos financeiros primários e com alto valor para o desenvolvimento econômico das companhias nacionais que por sua vez geram empregos e movimentam tanto a máquina privada como a estatal. Observa-se que também ocorrem gargalos nas ações governamentais, como corrupção, ineficiência política e operacional, falta de foco no desenvolvimento do país.

Os gargalos levantados, retardam todo o desenvolvimento, movimentações de materiais todo um processo multimodal, que de certa forma, influenciam no crescimento do país. Os gargalos logísticos independente de sua modalidade de transporte sofrem uma degradação constante devido à má condição da estrutura física utilizada.

REFERÊNCIAS

LOGISTICA E TRANSPORTES. *BNDES - financiamento para soluções de gargalos logísticos ferroviários*. Disponível em: <<http://logisticaetransportes.blogspot.com/2007/06/bndes-financiamento-para-solues-de.html>>. Acesso em: 2011.

PORTAL, Fator Brasil. *Gargalos logísticos e institucionais*. Disponível em: <http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=9345>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.



CENTRO GESTOR DE INOVAÇÃO MOVELEIRO. *Pesquisa: gargalos logísticos são principais entraves para exportações - fgv*. Disponível em: <<http://www.cgimoveis.com.br/logistica/pesquisa-gargalos-logisticos-sao-principais-entraves-para-exportacoes-fgv>>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

BALLOU, Ronald H: *Logística empresarial*. Atlas, 1993.



A.I.E. – ANEMIA INFECCIOSA EQUINA: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO

Yasmim Varago Farth – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora: Prof^a Aline Benitez – UniFil

RESUMO:

A anemia infecciosa equina (A.I.E.) é uma importante afecção dos equinos, classificada de acordo com a Organização Internacional de Epizootias como doença de notificação compulsória. A doença é causada por um RNA vírus do gênero Lentivírus, da família Retrovírus e pode se manifestar na forma aguda, crônica ou subclínica. A transmissão direta, intra uterina ou indireta ocorre através de picada de mutucas e moscas do estábulo ou fômites contaminados. O presente trabalho pretende esclarecer a importância do diagnóstico na A.I.E., sob as legislações vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Sanidade Equina, AIE, Imunodifusão em Gel Ágar (IDGA), Doenças de notificação.

Entre os desafios para o desenvolvimento do setor equídeo no Brasil está a formação de uma estrutura compatível às normas do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), sobre defesa sanitária que é fiscalizado pelo Ministério da Agricultura (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Para assegurar a saúde animal, são necessários serviços veterinários capazes de detectar e adotar precocemente medidas para o controle e erradicação das doenças (MAPA, 2011; OIE, 2011).

A AIE, por ser uma doença transmissível e incurável, é um grande obstáculo para o desenvolvimento da equídeocultura, acarretando prejuízos aos proprietários que necessitam do trabalho desses animais e aos criadores interessados na melhoria das raças, além de impedir o acesso dos mesmos ao mercado internacional (ALMEIDA, 2006).

Segundo a OIE (2011), a doença, antes representada pela lista “B” de doenças de notificação compulsória, apresenta importância sócio-econômica e/ou de saúde pública dentro dos países e no comércio internacional de animais e produtos de origem animal. No Brasil, ela é regulamentada pela Instrução Normativa Nº 45 de 15 de Junho de 2004 do MAPA.

A doença pode ser transmitida aos animais através da picada de insetos hematófagos popularmente conhecidos como mutucas (SILVA, 2001). O animal uma vez infectado pode



tornar-se portador permanente com quadros de infecção clínica aguda ou crônica eliminando o vírus através de suas secreções e excreções como o sangue, a saliva, a urina o leite, placenta, sêmen e soro-imune (CICCO, 2007). Todavia, de grande importância na epidemiologia da AIE são os portadores assintomáticos do vírus que podem transmitir a doença de forma silenciosa para a todos os animais tropa a qual pertence (KLOBLUK, 1995; RADOSTITS, 2000). Desta forma, a identificação destes animais portadores se faz essencial para o controle e erradicação da doença.

O diagnóstico e monitoramento da doença podem ser realizados através do Certificado de Anemia Infecciosa Equina, obtido por ações conjuntas entre proprietário dos cavalos, do veterinário credenciado e da Rede Oficial do laboratório que realiza o teste sorológico (MAPA, 2011).

A política governamental brasileira determina que seja usado o teste de Imunodifusão em Gel de Ágar (IDGA) com a proteína p26 do capsídeo viral como antígeno no diagnóstico da AIE (NOGUEIRA, 2009). Inicialmente, os testes sorológicos devem ser realizados em todos os equídeos da propriedade, seguido da separação entre animais positivos e negativos em piquetes ou internadas distintas, com no mínimo 200m entre elas, isto é, a "tropa" deve ser constituída exclusivamente por animais positivos ou negativos, evitando a transmissão através dos vetores hematófagos (MAPA, 2011; normativa 45/2004 – Art.17, parágrafo II). Os materiais para o manejo dos animais de um grupo não podem ser utilizados no outro, o que evita a transmissão mecânica através desses utensílios (FERREIRA, 2010).

O laudo dos animais considerados positivos deve ser encaminhado ao SSA da DFA da UF onde se encontra o animal e, eventualmente, para outro destino determinado pela Normativa 45/2004. Art. 10.1. Após a confirmação, os equídeos positivos devem ser marcados ou sacrificados ou enviados para abate sanitário sob a responsabilidade do veterinário oficial (MAPA, artigo 17).

Após a remoção de todos os positivos, o lote é considerado negativo e a propriedade pode então ser considerada como controlada e agregar valor comercial à produção e reprodução dos animais, que supera as eventuais perdas de animais doentes (FERREIRA, 2010).



A importância do diagnóstico sorológico está nos animais portadores assintomáticos que podem soroconverter tardiamente, desta forma, somente o monitoramento preconizado pelo Ministério da Agricultura garante a identificação desses animais, portanto, somente os produtores de equídeos que adotarem o programa em sua propriedade podem certificar legalmente que seus animais estão livres da doença.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, O. M Jr., A "AIDS" do cavalo: Anemia infecciosa equina. *Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária*. v. 1, n.1, 1998.

CICCO, L. *Anemia Infecciosa Equina*. [S/D]. Disponível em <<http://www.saudeanimal.com.br>>. Acesso em: 28 de agosto de 2011.

FERREIRA, C. Hellen. A.I.E. *Anemia Infecciosa Equina*. IPEVE – Instituto de pesquisas veterinárias especializadas, Belo Horizonte – MG, 2010.

KLOBLUK, C. N.; AMES, T. R.; GEOR, R. J. *The Horse! Diseases & Clinical Management*. W. B. Philadelphia: Saunders Company, 1995.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso dia 28 de agosto de 2011.

NOGUEIRA, F. Márcia. Eliza rpg90 – metodologia alternativa para o diagnóstico da anemia infecciosa equina no Pantanal. *Boletim de Pesquisa Embrapa Pantanal*, p. 93. 18. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009.

OIE, The World Organisation For Animal Health. *Lista de Enfermidades, Atualizado em 2011*. Disponível em <<http://www.oie.int>>. Acesso em: 28 de agosto de 2011.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C., HINCHCLIFF, K. W. *Clínica Veterinária. Um Tratado de Doenças dos Bovinos, Ovinos, Suínos, Caprinos e Equinos*. 9. ed., Guanabara, 2000.

SILVA, R.A.M.S.; ABREU, U.G.P. de; BARROS, A.T.M. de. *Anemia Infecciosa Equina: Epizootiologia, Prevenção e Controle no Pantanal*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2001.



COMPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO NUTRICIONAL ENTRE TRABALHADORES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT) E NÃO BENEFICIADOS

Aline Maemura Munhoz e Amanda Zanon de Souza – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Prof. Marcia Pires Ferreira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Nas últimas décadas, com a rotina acelerada do dia-a-dia, o avanço na tecnologia e a modernidade, têm contribuído para uma alimentação cada vez mais deficiente em nutrientes. Com os hábitos alimentares inadequados, tanto no excesso como na deficiência nutricional, tem-se observado as consequências no estado de saúde da população: obesidade e doenças crônico-degenerativas, como as doenças cardiovasculares, Diabetes Mellitus e diferentes tipos de câncer. Estudos apontam que bons hábitos alimentares têm uma inter-relação entre a qualidade de vida e a produtividade no trabalho; por isso, uma dieta inadequada compromete a força física e a aptidão, resultando em um menor desempenho no trabalho. Este trabalho terá como objetivo observar a diferença de hábitos alimentares e estado nutricional entre trabalhadores de uma empresa beneficiada pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e outra empresa não inserida no Programa, através do Questionário de Frequência Alimentar (QFA) e cálculo do Índice da Massa Corporal (IMC). Diversas pesquisas apontam que a melhor qualidade de vida do trabalhador resulta em maiores níveis de produtividade e maiores oportunidades de desenvolvimento. Sabe-se, portanto, que o aprimoramento da qualidade de vida está totalmente relacionado a uma alimentação adequada, tanto em nível de quantidade como de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: PAT, Hábitos alimentares, Questionário de Frequência Alimentar.

Segundo KRAUSE e MAHAN (1991), o estado nutricional é o grau pelo qual a necessidade fisiológica de nutrientes do indivíduo está sendo atendida através do alimento que ele ingere. A influência da nutrição na saúde individual ou coletiva é medida por meio da avaliação do estado nutricional.

O conceito de qualidade de vida nas empresas em todo o mundo apresenta uma crescente preocupação com seus colaboradores. O processo produtivo e a conquista



de mercado pela empresa estão condicionados as condições de saúde dos trabalhadores e à sua qualidade de vida. (LOURENÇO et al., 2006)

Estudos atuais comprovam que a capacidade de trabalho de adultos desnutridos pode estar muito reduzida e seus potenciais como sustentáculo da família e responsáveis pela reprodução da força de trabalho podem estar afetados. Desta forma, o desnutrido produz pouco, tem menor resistência física e que os indivíduos em estado hipoglicêmico estão mais predispostos aos acidentes de trabalho. (SILVA, 1998)

O estado nutricional do indivíduo, portanto, é em grande parte responsável pelo processo de acumulação do capital, seja aumentando a produção, seja diminuindo os gastos com acidentes de trabalho, seja garantindo a futura força de trabalho. (SILVA, 1998).

No Brasil, as políticas de alimentação para o trabalhador se fundamentam na idéia de que a força de trabalho é elemento chave para a produção econômica. (VELOSO; SANTANA, 2002)

Estas políticas se concretizaram na década de 1940, com a criação do serviço de alimentação da previdência social (SAPS), que tinha como objetivo oferecer ao trabalhador refeições adequadas com preços acessíveis por meio de Restaurantes Populares. Na década de 1970 foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) que tinha como proposta combater os problemas alimentares do país de forma mais abrangente não desenvolvendo somente o setor de produção e comercialização de alimentos, mas expandir a cobertura para trabalhadores de baixa renda.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego que tem como objetivo principal melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, facultando às empresas a dedução de despesas com alimentação de seus funcionários. Procura-se obter, por meio da alimentação saudável, repercussões positivas na qualidade de vida, redução de acidentes de trabalho e aumento de produtividade. (BANDONI; JAIME 2008)



O PAT tem inquestionável relevância social e, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente nove milhões de trabalhadores são diretamente beneficiados pelo programa. Sua aceitação é grande por parte dos trabalhadores e empresários, atores sociais diretamente envolvidos com o programa. (BANDONI; JAIME 2008)

De acordo com Veloso e Santana (2002), os recursos são feitos por trabalhadores (20%), empresas e governo (80%), e o acesso à alimentação é feito por refeições servidas no local de trabalho ou pelo fornecimento de cestas básicas ou documentos de legitimação (impressos, cartões eletrônicos ou magnéticos). O PAT recomenda que as refeições maiores (almoço, jantar e ceia) tenham entre 600 a 800kcal podendo chegar a 1200kcal, e as menores (desjejum e lanche), entre 300 a 400 kcal, podendo chegar a 800kcal e todas com mais de 6% de composição protéico-calórica.

Desde a década de 60, o método de frequência alimentar tem sido considerado uma ferramenta simples, econômica e capaz de distinguir os diferentes padrões de consumo entre os indivíduos. O Questionário de Frequência Alimentar (QFA) é considerado como o mais prático e informativo método de avaliação da ingestão dietética e fundamentalmente importante em estudos epidemiológicos que relacionam a dieta com a ocorrência de doenças crônicas. (SLATER et al., 2003)

Um dos objetivos implícitos do QFA é obter por meios de dados, o consumo habitual de alimentos por um grupo populacional, garantindo o registro da frequência de consumo de alimentos em unidades de tempo. (SLATER et al., 2003)

Por meio desse trabalho pretende-se obter dados que revelarão a correlação entre o estado de saúde do trabalhador e o tipo de cardápio ao qual tem acesso no período do almoço. A educação alimentar se dá durante todo o processo, desde a produção do alimento até a hora da sua distribuição como uma orientação constante, não só em nível de informação, mas, principalmente, de conscientização.

REFERÊNCIAS



KRAUSE, M.V.; & Mahan, L.K. *Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*. Roca, 1994.

LOURENÇO, M.S. et al. *Avaliação do perfil ergonômico e nutricional de colaboradores em uma unidade de alimentação e nutrição*. XII SIMPEP, 2006.

SARNO, F.; Bandoni, D.H.; Jaime, P.C. Excesso de peso e hipertensão arterial em trabalhadores de empresas beneficiadas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). *Rev Bras Epidemiologia*, 2008.

SILVA, M.H.O. *Programa de alimentação do trabalhador – PAT: Estudo do desempenho e evolução de uma política social*. Fundação Oswaldo Cruz, 1998.

SLATER, B. et al. Validação de Questionários de Frequência Alimentar - QFA: considerações metodológicas. *Rev. Bras. Epidemiologia*, 2003.

VELOSO, I.B.; Santana, V.S. Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil. *Rev. Panam Salud*, 2002.



LIPODISTROFIA EM PORTADORES DO HIV, QUE FAZEM O USO DO ANTI-RETROVIRAL

Bárbara Ferreira de Carvalho - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Lucievelyn Marrone – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado “Lipodistofia em portadores do HIV, que fazem o uso do anti-retroviral” refere-se a um projeto de pesquisa, desenvolvido no Curso de Nutrição, que tem como objetivo descrever o uso do anti-retroviral como causa da lipodistofia no organismo mediante a avaliação da doença. Esta acomete uma perda do peso corporal usual associada à diarreia crônica e/ou febre e/ou astenia (s.f. Ausência ou perda de força muscular; fraqueza muscular frequente na fase invasiva das doenças infecciosas) é caracterizada pela ocorrência de manifestações que são frequentes em indivíduos com imunodeficiência em fase inicial, comprometendo a absorção de nutrientes, agravando os sintomas devido à ingestão inadequada de alimentos. A proposta desse trabalho é conscientizar sobre as deficiências nutricionais geradas pela doença, relacionando a lipodistofia, com reações metabólicas, devido ao uso do anti-retroviral. Esta pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, através de fontes de pesquisa, como livros, periódicos, revistas, meio eletrônico e matéria de jornal.

PALAVRAS-CHAVE: HIV, Lipodistofia, Anti-retroviral, Estado Nutricional

O HIV (vírus da imunodeficiência humana) é um vírus RNA que se caracteriza pela presença da enzima transcriptase reversa que permite a transcrição do RNA viral em DNA, que pode então, se integrar ao genoma da célula do hospedeiro, passando a ser chamado provírus. O DNA viral é copiado em RNA mensageiro, que é transcrito em proteínas virais. Ocorrendo a montagem do vírus e, posteriormente, a gemulação. As principais células infectadas são aquelas que apresentam a molécula CD4 em sua superfície, predominantemente linfócitos CD4 (linfócitos T4 ou T-helper) e macrófagos. (RACHID, SCHECHTER, 2005)

Segundo Salas-Salvadó e Garcia-Lorda (2001), desde o início da epidemia observam-se anormalidades no metabolismo de energia, proteína, lipídios e carboidratos. A infecção pelo HIV é uma doença complexa e progressiva, na qual, uma



série de fatores (o próprio HIV, infecções oportunistas, a resposta imune do hospedeiro e a terapia anti-retroviral), podem mediar alterações metabólicas tanto direta como indiretamente.

A debilitação associada ao HIV resulta da ingestão inadequada de macronutrientes e energia, da má absorção, das perdas elevadas e do gasto ou das necessidades ampliadas de energia. Entretanto o gasto energético total geralmente não aumenta, provavelmente em razão da limitação da atividade física. (MANN, TRUSWELL, 2009). De acordo com Mahan e Escott-Stump (2010) o uso de medicamentos para o HIV frequentemente resulta em lipodistrofia generalizada (anormalidades no metabolismo da gordura com alterações no formato do corpo e desregulação da glicose e dislipidemia).

As complicações metabólicas, incluindo dislipidemia, resistência à insulina e distribuição da gordura corporal (perda do tecido adiposo subcutâneo e um aumento relativo da gordura visceral) são comuns em adultos infectados pelo HIV, podendo ser conjuntas ou independentes, sugerindo um complexo de causas multifatoriais, aumentando assim, o risco de doenças cardiovasculares.

Avaliação do estado nutricional requer a análise de parâmetros antropométricos, clínicos e bioquímicos, resultando na classificação e na avaliação dos pacientes em função de sua situação nutricional. Como instrumento de avaliações antropométricas usa-se o índice de massa corporal (IMC), a circunferência da cintura como indicador de obesidade abdominal, e a medidas de pregas cutâneas e análise por bioimpedância.

REFERÊNCIAS

DUTRA, C. D. T.; LIBONATI, R. M. F. Abordagem metabólica e nutricional da lipodistrofia em uso da terapia anti-retroviral. *Rev. Nutr.* [online], v. 21, n.4, 2008.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. *Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*. 12. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MANN, J. ; TRUSWELL, S. A. *Nutrição Humana*, 3. ed., v. 2, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.



RACHID, M.; SCHECHTER, M. *Manual de HIV/AIDS*, 8. ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

SALAS-SALVADÓ; GARCIA-LORDA. *Nutrição em Pauta*. Alterações Metabólicas no Hiv/Aids e suas Relações com o Estado Nutricional, a.7, n.66, mai/jun 2004.



AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ALIMENTAÇÃO DOS BERÇÁRIOS DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE APUCARANA, PARANÁ

Bruna Alves Pereira – Faculdade de Apucarana – FAP

Orientadora – Prof.^a Ms. Carla Regina Pires – Faculdade de Apucarana – FAP

INTRODUÇÃO:

O primeiro ano de vida é marcado pelo crescimento e desenvolvimento acelerados, necessitando de grande quantidade e variedade de nutrientes, por isso a alimentação complementar tem grande importância nesse período e deve responder a essas necessidades adequadamente.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Complementar, Lactentes, Creches

OBJETIVO

Avaliar qualitativamente a alimentação de crianças de 4 a 12 meses matriculadas nos berçários de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) do município de Apucarana, Paraná.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo quantitativo-descritivo, no qual foram aplicados questionários de frequência alimentar para os funcionários responsáveis pelos berçários de cinco CMEI's de Apucarana, a fim de conhecer os alimentos e suas texturas, oferecidos para lactentes de 4 e 5 meses, 6 e 7 meses e de 8 a 12 meses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observada a oferta precoce de vários alimentos com alto potencial alergênico, como leite de vaca, oleaginosas, ovos e alimentos a base de farinha de trigo; baixa oferta de frutas; e a oferta de alimentos altamente energéticos, porém considerados como “calorias vazias”, como açúcares, doces e espessantes de leite, condutas consideradas inadequadas.



CONCLUSÃO

Se faz necessária a intervenção do profissional nutricionista através da capacitação dos profissionais envolvidos na alimentação desses lactentes que necessitam receber uma alimentação saudável para promover o crescimento e desenvolvimento adequados e para que adquiram hábitos alimentares saudáveis.

O primeiro ano de vida é marcado pelo crescimento e desenvolvimento acelerados, portanto, o lactente necessita de grande quantidade e variedade de nutrientes para garantir as exigências aumentadas pelo efeito da multiplicação e diferenciação celular. Além disso, nesse período a criança inicia a formação de hábitos alimentares que podem perdurar por toda a vida. Assim, após os seis meses de vida a criança deve receber alimentos diferentes do leite materno, já que a partir dessa idade, este não é capaz de suprir as necessidades nutricionais do lactente, principalmente de energia e ferro.

Vale salientar a importância dos pais na adoção de hábitos alimentares saudáveis, porém algumas mães que não têm disponibilidade para cuidar de seus filhos, por falta de renda ou por trabalhar fora de casa, transferem os cuidados tomados com a criança pequena, com relação à saúde e à educação, para os profissionais das creches. Portanto, o papel da creche é fundamental para amenizar as situações de insegurança alimentar e promover o desenvolvimento infantil.

Este trabalho teve por objetivo avaliar qualitativamente a alimentação de crianças de 4 a 12 meses matriculadas nos berçários de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) do município de Apucarana, Paraná.

A pesquisa foi realizada nos dias 7 e 8 de abril de 2011, em cinco Centros Municipais de Educação Infantil CMEI's, no município de Apucarana, Paraná. Sendo que para a coleta dos dados, foi aplicado um Questionário de Frequência Alimentar (QFA) para cada faixa etária das crianças – de 4 a 5 meses, de 6 a 7 meses e de 8 a 12 meses, contendo os grupos alimentares e os alimentos que os compõem, como por exemplo, leite e derivados, carnes, cereais, entre outros e a frequência com que esses alimentos são consumidos, podendo ser quantificada de uma a duas vezes por dia, de



uma a três vezes por semana, acima de três vezes por semana, raramente ou nunca. Além disso, foi descrito no campo de observações do questionário, a consistência dos alimentos oferecidos para as crianças. Assim, este questionário foi preenchido pela aluna responsável pela pesquisa através das perguntas feitas às funcionárias dos berçários que tinham alguma relação com a alimentação dos lactentes.

A partir da aplicação dos questionários de frequência alimentar em cinco CMEI's, a fim de avaliar qualitativamente a alimentação dos berçários, notou-se a oferta inadequada de alimentos, como aqueles com grande potencial alergênico, para lactentes de 4 a 12 meses nestas instituições, como pode ser observado no gráfico 1.

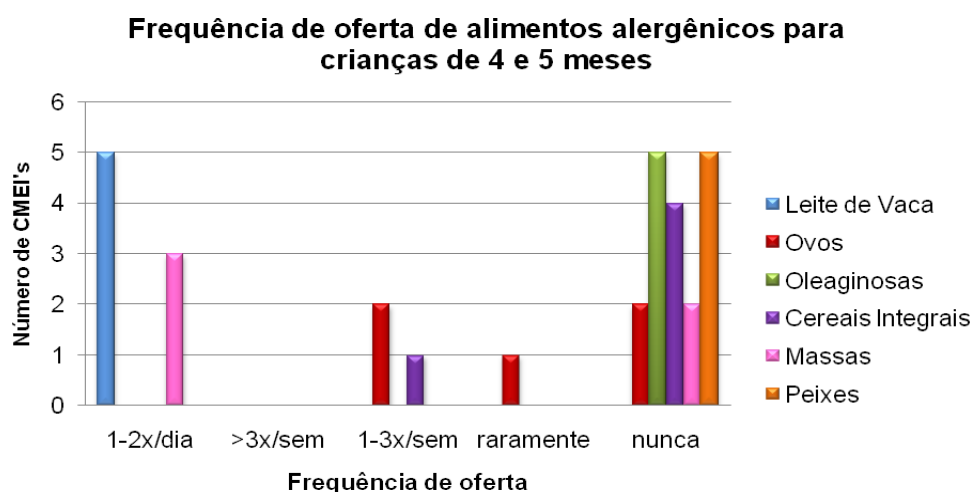


GRÁFICO 1 - Frequência de oferta de alimentos alergênicos para crianças de 4 e 5 meses de acordo com o número de CMEI's.

Após observar o gráfico nota-se que todos os CMEI's (5) oferecem leite de vaca diariamente (1-2x/dia) às crianças de 4 e 5 meses. Os ovos são ofertados semanalmente (1-3x/semana) por 2 CMEI's, 1 fornece raramente e o restante nunca forneceram ovos para esta faixa etária. Os cereais integrais são oferecidos por 1 CMEI, sendo que o restante nunca oferecem esse alimento. Já as massas são oferecidas diariamente por 3 CMEI's e o restante nunca oferecem. Os peixes e oleaginosas nunca são oferecidos pelos 5 CMEI's.



A partir dos dados encontrados pode-se observar um alto grau de inadequação na alimentação dos berçários, pois alimentos com potencial alergênico, como leite de vaca, ovo, trigo, oleaginosas entre outros devem ser introduzidos a partir dos 12 meses, o que definitivamente não ocorreu nesta pesquisa. A maior incidência da alergia alimentar ocorre com a introdução dos alimentos sólidos, nos primeiros seis meses de vida, e afeta geralmente, lactentes que sofreram desmame precoce ou então, aqueles que tiveram privação total da prática do aleitamento materno, por possuírem o sistema digestivo e imune imaturos. (PEREIRA, MOURA, CONSTANT, 2008)

Desta forma, se faz necessária a intervenção do profissional nutricionista através da capacitação dos profissionais envolvidos na alimentação dessas crianças que permanecem em período integral nas instituições como os CMEI's e que necessitam receber uma alimentação saudável para promover o crescimento e desenvolvimento adequados, prevenção de doenças e para que adquiram hábitos alimentares saudáveis.

REFERÊNCIAS

- GOLIN, C.K. et al. Erros alimentares na dieta de crianças frequentadoras de berçários em creches públicas no município de São Paulo, Brasil. *Revista Paulista de Pediatria*, v.29, n.1, p. 35-40, 2011.
- PEREIRA, A.C.S.; MOURA, S.M.; CONSTANT, P.B.L. Alergia alimentar: sistema imunológico e principais alimentos envolvidos. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, Londrina, v.29, n.2, p. 189-200, jul/dez 2008.
- VITOLO, M.R. *Nutrição da Gestação ao Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.
- WEFFORT, V.R.S.; LAMOUNIER, J.A. *Nutrição em Pediatria: da neonatologia à adolescência*. Barueri - SP: Manole, 2009.



ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO PARA OCORRÊNCIA DE DISTÚRBIOS ALIMENTARES EM ALUNAS DO ENSINO SUPERIOR EM UMA UNIVERSIDADE PRIVADA EM LONDRINA.

Carolina Rodrigues Oliveira Silva e Raíra Tesser Nascimento – Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Carla Regina Pires – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A mídia e os novos padrões de beleza da atualidade podem influenciar no aumento do número de pessoas com preocupações excessivas em relação à imagem corporal e ao consumo alimentar. Mesmo em idades precoces, têm sido identificados casos preocupantes de distúrbios alimentares. Os padrões estéticos evidenciados pela mídia levam à busca por diferentes meios de perder peso com o intuito de conquistar uma aparência excessivamente magra, julgando esta como saudável. Este trabalho tem como objetivo avaliar a percepção da imagem corporal e os fatores de risco para a ocorrência de distúrbios alimentares em mulheres acima de 18 anos de uma Universidade em Londrina por meio de uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento um questionário elaborado que envolva questões sobre comportamento alimentar, imagem corporal e insatisfação corporal; permitindo analisar e observar quais os fatores de risco de ocorrência de distúrbios alimentares mais relatados e verificar a influência da mídia e dos padrões de beleza na visão de cada pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento alimentar, Distúrbios alimentares, Imagem corporal, Padrões de beleza.

A insatisfação corporal têm sido o foco de muitos estudos sobre imagem corporal, e estes têm se intensificado na literatura científica (GLEESON; FRITH, 2006). Para Cash e Pruzinsky (2002), a imagem corporal é construída em associação a vários fatores e aos aspectos físicos do corpo, e com a interrelação deste corpo com o meio e com seus semelhantes.

Segundo Triches e Giugliani (2006), existem dois componentes que fazem parte da imagem corporal: a estima corporal e a insatisfação com o corpo. Quando se fala em estima corporal, entende-se gostar ou não de seu corpo de forma global, podendo estar incluído não apenas peso e forma corporal, mas também cabelo, nariz, rosto, etc. Quando se fala em insatisfação corporal o foco está nas preocupações com o peso, forma do corpo e gordura corporal. Essa insatisfação pode ter graus diferenciados,



e pode afetar aspectos da vida do indivíduo, como por exemplo, seu comportamento alimentar, auto-estima e desempenhos psicossocial, físico e cognitivo.

Pode-se perceber que existe uma distorção da imagem corporal, quando há uma discrepância entre o tamanho real e o percebido como atual, na avaliação do indivíduo sobre seu corpo (GARDNER, BROWN, 2010; KAKESHITA et al., 2009).

Segundo Gardner (2004), essa discrepância entre o tamanho do corpo real e idealizado, é definido como insatisfação corporal. Cash e Pruzinsky (2002) acrescentam que a insatisfação corporal pode ser compreendida como a avaliação negativa do próprio corpo.

Quando uma pessoa se olha como obesa, mesmo não tendo esta característica, isso implica uma distorção que pode ser explicada como uma pressão psicossocial e cultural. A população feminina é a mais afetada pela influencia da cultura da magreza, e com isso é sempre encorajada a manter comportamentos alimentares anormais e práticas inadequadas de controle de peso.

Ao apoiar-se na ideologia do consumo no processo de globalização, o indivíduo faz de seu corpo um objeto de mercado, reduzindo-o ao valor da aparência. (SANTOS, 1998).

A aparência de um corpo magro é parte de uma nova visão, em que o termo *light* é tido como um instrumento para os indivíduos se sentirem modernos (PROST; VINCENT, 1992).

A influência dos fatores socioculturais que impõem um ideal de beleza associado ao culto às dietas com restrição de energia e ao corpo esquelético tem sido muito discutida. É crescente o número de mulheres que controlam o peso corporal com o uso de dietas milagrosas, exercícios exagerados, laxantes, diuréticos e drogas anorexígenas, por apresentarem um medo excessivo em relação à obesidade. Por serem, geralmente, mais vulneráveis à aceitação das pressões sociais, econômicas e culturais associadas aos padrões estéticos, as mulheres são mais suscetíveis aos transtornos alimentares e representam 95% dos casos (KIRSTEN; FRATTON; PORTA, 2007).

Existe atualmente um desrespeito com o corpo feminino, onde tenta-se reduzi-lo a um objeto de consumo. Vários meios de comunicação, como as revistas femininas,



tentam convencer as mulheres de que é fundamental se encaixar dentro desse padrão para ser aceita na sociedade, o que tem sido considerado um fator importante para o crescimento do número de casos de transtornos alimentares.

Problemas específicos tais como atitudes inadequadas em relação à comida, insatisfação com a imagem corporal, restrição a alimentos, comer excessivamente em episódios delimitados (binge eating) e comportamentos compensatórios por comer em excesso são características presentes em meninas que apresentam ou estão em risco de desenvolver desordens alimentares. Normalmente, o momento em que ocorre o desenvolvimento de desordens alimentares é a adolescência, e essas desordens podem se tornar problemas alimentares mais severos, tais como a anorexia e bulimia. (GALINDO; CARVALHO, 2004).

Indivíduos que se encontram com insatisfações em relação à imagem corporal adotam com frequência alguns comportamentos e práticas consideradas inadequadas para o controle de peso e a busca por um corpo ideal, como a realização de atividade física em excesso, o uso de diuréticos e laxantes, auto-indução de vômitos e até o uso de drogas anorexígenas. (SAIKALI et al., 2004).

O medo irracional de ganhar peso ou engordar; esforços físicos extremos para controle e/ou redução do peso; e a negação de que o peso ou os hábitos alimentares sejam um problema, são considerados como critérios diagnósticos para o desenvolvimento de transtornos alimentares (APA, 1994; CID-10, 2007).

Uma dieta hipocalórica severa, apesar do baixo peso e de uma imagem corporal distorcida são destacadas como fatores de risco para o desenvolvimento da anorexia nervosa, enquanto a compulsão alimentar e tentativas de eliminar o alimento ingerido, seja por auto-indução de vômitos ou por uso de diuréticos e laxantes, são citados como aspectos diagnósticos para a bulimia (APA, 1994).

Esta pesquisa é importante, pois se os transtornos alimentares podem ser identificados a partir de alguns critérios diagnósticos, é preciso fazer uma análise do comportamento das pessoas em relação ao corpo e à alimentação, para desta forma quantificar as práticas mais relatadas pelas mulheres pesquisadas, e desta forma analisar os principais fatores de risco para o desenvolvimento de distúrbios alimentares.



REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*, 4. ed., Washington: American Psychiatric Association, 1994.

CASH, T. F.; PRUZINSKY, T. *Body image: A handbook of theory, research, and clinical practice*. New York: Guilford Press, 2002.

CID-10. *Diretrizes diagnósticas e de tratamento para transtornos mentais em cuidados primários*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GALINDO, E. M. C.; CARVALHO, A. M. P. Tradução, adaptação e avaliação da consistência interna do *Eating Behaviours and Body Image Test* para uso com crianças do sexo feminino. 2004.

GARDNER, R. M.; BROWN, D. L. Comparison of video distortion and figural drawing scale for measuring and predicting body image dissatisfaction and distortion. *Personality and Individual Differences*, v.49, n.7, p. 794-798. nov. 2010.

GLEESON, K.; FRITH, H. (De) constructing body image. *Journal of Health Psychology*, London, v. 11, n. 1, p. 79-90. jan. 2006.

KAKESHITA, I. S. et. al. Construção e Fidedignidade Teste-Reteste de Escalas de Silhuetas Brasileiras para Adultos e Crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.25, n.2, p. 263-270, abr/jun 2009.

KIRSTEN, V. R.; FRATTON, F.; PORTA, N. B. D. *Transtornos alimentares em alunas de nutrição do Rio Grande do Sul*. 2007.

PROST, A; VINCENT, G. O corpo e o enigma sexual. In.: KIRSTEN, V. R.; FRATTON, F.; PORTA, N. B. D. (Org.). *História da vida privada*. Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby. v. 5, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SAIKALI, C. J. et al. Imagem corporal nos transtornos alimentares. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 164-166. 2004.

SANTOS, Milton. Entrevista. *Carta Capital*, São Paulo, n. 84, p.54-57, 1998.

TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. *Insatisfação corporal em escolares de dois municípios da região Sul do Brasil*. 2006.



DISFUNÇÕES ORGÂNICAS E DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS NA DOENÇA DE CROHN

Carla Lo Frano Machado, Débora Ribeiro de Andrade Patsko - Centro Universitário

Filadélfia - UniFil

Orientadora – Karina Gualtieri – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Diante das inúmeras patologias que comprometem o trato gastrointestinal, em especial quando geradas por disfunções orgânicas e deficiências nutricionais, destaca-se a Doença de Crohn. Ademais, o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao conhecimento fisiopatológico correlacionado aos hábitos nutricionais é de fundamental relevância para o âmbito clínico, uma vez que viabiliza uma melhora na qualidade de vida dos pacientes acometidos por esta patologia. Assim, o trabalho proposto tem como objetivo investigar a fisiopatologia desta doença, destacando sua epidemiologia e ainda detectar as deficiências nutricionais ocasionadas no organismo mediante diagnóstico da Doença de Crohn. Clinicamente, a doença caracteriza-se pelo comprometimento do trato gastrointestinal, de caráter inflamatório, comprometendo a absorção de nutrientes e agravando os sintomas devido à ingestão inadequada de nutrientes, refletido pelo receio do paciente relacionado à sua própria alimentação. Neste contexto, o trabalho visa contribuir para a melhora do estado nutricional de pacientes portadores desta patologia, demonstrando a importância da ingestão adequada de compostos alimentares, como medida profilática para alívio dos sintomas, redução de indicações cirúrgicas e convalescência da doença. O desenvolvido desta proposta dar-se-á através de levantamentos bibliográficos, leitura de livros selecionados, periódicos, revistas, meio eletrônico, bem como divulgação em mídia, que servirão como referência teórico-científica, fundamentando a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Crohn, Disfunções Orgânicas, Disfunções Nutricionais.

A Doença de Crohn é uma patologia de caráter inflamatório intestinal que pode acometer todo o trato gastrointestinal, em especial o canal alimentar, estendendo-se da boca ao ânus; sendo mais recorrente na região ileocecal. Não possui etiopatogenia definida e se caracteriza pelo aspecto inflamatório crônico com períodos de agudização (RODRIGUES, PASSONI, PAGANOTTO, 2008). Pode apresentar abscessos, fístulas,



fibrose, estreitamento de segmentos intestinais e obstrução parcial ou completa do lúmen intestinal (MAHAN, ESCOTT-STUMP, 2010).

De acordo com Silva & Mura (2007), inicialmente as manifestações clínicas observadas incluem dor abdominal episódica e geralmente pós-prandial e periumbilical, febre baixa, diarreia discreta e, posteriormente, dor abdominal com maior predomínio no quadrante inferior direito, perda de peso, diarreia alternando com evacuações normais e constipação, voltando à diarreia acompanhada de flatulência, anorexia, febre e fadiga. Ademais, salientam-se os períodos de doença ativa e períodos assintomáticos, com duração desde semanas a vários meses (ROBINS & COTRAN, 2010).

As complicações da doença incluem obstrução intestinal, perfuração, formação de abscesso, fístulas, hemorragias intestinais e um maior risco de carcinoma. Além de redução da competência imunológica, aumento da morbidade e mortalidade pós-operatória, cicatrização deficiente de feridas e fístulas; desnutrição calórico-protéica, má absorção em função da redução da secreção de enzimas pancreáticas e diminuição da atividade enzimática na borda em escova das células da mucosa intestinal (DUARTE, 2007). Segundo Mahan & Escott-Sump (2010), podem surgir também obstruções e alterações do trânsito gastrointestinal, aumentando as secreções e aversões alimentares.

Dentro deste contexto, os autores relacionados, afirmam que fatores ambientais, como a dieta, desencadeiam a ativação da doença intestinal inflamatória. Os alimentos, micróbios, nutrientes individuais e contaminantes acidentais fornecem um grande número de antígenos potenciais, especialmente considerando a complexidade e diversidade da dieta moderna. A desnutrição pode afetar a função e a eficácia das barreiras mucosas, celulares e imunes; a dieta também pode afetar o tipo e a composição relativa da microflora residente e diversos nutrientes podem afetar a intensidade da resposta inflamatória.

Avaliando o perfil nutricional dos pacientes com a doença extensiva do intestino delgado, estes podem apresentar perda de proteínas séricas e hipoalbuminemia, má absorção generalizada de nutrientes, ou má absorção de vitamina B₁₂ e sais minerais. Já indivíduos com a doença colônica podem desenvolver a anemia por deficiência de ferro (ROBINS & COTRAN, 2010).



A deficiência de vitamina D pode ocorrer em até 45% dos pacientes com doença de Crohn (DUARTE, 2007).

Vitaminas hidrossolúveis como a vitamina C, niacina e vitamina B₁₂ também podem estar reduzidas no organismo. Sendo a anemia nutricional resultante da deficiência da vitamina B₁₂, ácido fólico e ferro (DUARTE, 2007).

Na Doença de Crohn o íleo terminal geralmente está comprometido, portanto, o indivíduo pode apresentar esteatorréia relacionada à lesão da mucosa, cres-cimento bacteriano e a redução do pool de sais biliares (DUARTE, 2007). Havendo assim, o comprometimento da absorção da vitamina B₁₂, que é ativamente absorvida no íleo, mas que depende de um transportador específico, uma glicoproteína secretada pela mucosa do antro pilórico, que se une a vitamina B₁₂ formando um complexo. Esta glicoproteína é conhecida como fator intrínseco de Castle, indispensável para a absorção intestinal dessa vitamina, uma vez que permite a ligação às mucosas do intestino, facilitando a passagem da vitamina através da célula intestinal (DOUGLAS, 2002).

A carência da vitamina B₁₂ além de provocar anemia, como já descrito, também provoca alterações neurológicas e comprometimento da mucosa bucal por inflamação (DOUGLAS, 2002).

Uma avaliação nutricional completa é de extrema importância para enfrentar e tratar as consequências da doença. Dando aporte a um planejamento dietoterápico eficiente.

Nestes casos, a dietoterapia tem como objetivo recuperar o estado nutricional do paciente. Fornecendo aporte adequado de nutrientes pela reposição hidroeletrólítica, correção da má absorção e anemia, e monitoração das intolerâncias alimentares. Promovendo assim, o ganho de peso e o alívio dos sintomas, o que reflete na diminuição da atividade da doença; reduzindo assim, as indicações cirúrgicas, as complicações pós-operatórias, bem como evitando ou minimizando os efeitos colaterais e as interações negativas dos fármacos em uso com os nutrientes (SILVA & MURA, 2007). Estes mesmos autores, relatam que às características da dieta devem ser hiperprotídicas, normo a hipoglicídicas sem concentração de sacarídeos simples, hipolipídica (TCM), hipervitamínicas e minerálicas, com suplementação,



principalmente, das vitaminas B₁₂, B₁ e lipossolúveis, e dos minerais cálcio, magnésio e ferro, observando e reduzindo as concentrações purínicas dos alimentos.

A adaptação da dieta deve respeitar a individualidade do paciente, mas de um modo geral, as refeições fracionadas em pequenas quantidades são mais toleradas. Dietas com limite de alimentos fibrosos, com pouco resíduo, previnem sintomas obstrutivos. A ingestão de triglicérides de cadeia média (TCM) serve para a adição de calorias e nutrientes lipossolúveis, em casos de má absorção de gorduras (RODRIGUES, PASSONI, PAGANOTTO, 2008).

Assim, uma dieta balanceada com menos açúcar e carboidratos, mais frutas, legumes e verduras irá reduzir a colonização por bactérias patogênicas no intestino, viabilizando o aumento de bactérias benéficas e proporcionando maior bem estar intestinal ao paciente.

REFERÊNCIAS

DOUGLAS, Carlos Roberto. *Tratado de fisiologia aplicada à saúde*. 5. ed., São Paulo: Robe Editorial, 2002.

DUARTE, Antonio Cláudio Goulart. *Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais*, São Paulo: Atheneu, 2007.

LEITE, Francisco Tarciso. *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, testes e livros*, São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

MAHAN, Kathleen L.; ESCOTT-STUMP, Sylvia. *Krause - alimentos, nutrição e dietoterapia*. 12. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROBBINS e COTRAN. *Patologia, bases patológicas das doenças / Vinay Kumar... [et al.]*; [tradução de Patrícia Dias Fernandes... et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RODRIGUES, S.C.; PASSONI, C.M.S.; PAGANOTTO, M. Aspectos nutricionais na doença de crohn. *Caderno da escola de saúde nutrição - UniBrasil*, n.1, jul. 2008.

Disponível em:

<<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/saude/article/viewFile/81/74>>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra; MURA, Joana D'arc Pereira. *Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia*, São Paulo: Roca, 2007.



QUALIDADE HIGIÊNICO-SANITÁRIA DA MERENDA ESCOLAR OFERECIDA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA, PR

Aline Sarabia ; Cássia Daiane Givigier; Indianara Cardoso Das Neves; Isabela Matos da
Silva – Discentes do Curso de Nutrição do Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora: Mestre Elis Carolina de Souza Fatel – Professora do curso de Nutrição do
Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Atualmente, a alimentação é uma das grandes preocupações, especialmente em relação a sua qualidade e produção; sendo assim é primordial conhecer as condições higiênico-sanitárias envolvidas neste processo, em especial, a produção da merenda escolar. Portanto, este trabalho teve como objetivo formar relatórios de visita técnicas de 40 escolas, do município de Londrina, propondo ações corretivas para as não conformidades encontradas, de modo a proporcionar a melhora das condições higiênico sanitárias das mesmas. Foi aplicando o Ccheck-List proposto pela RDC 275 e realizado registro fotográfico de cada escola com intuito de avaliar as condições higiênico-sanitária das cozinhas. Após as visitas e o preenchimento do Ccheck-List, foi elaborado um Relatório de visita Técnica da Cozinha, do qual deveria constatar as principais não conformidades encontradas. Através dos resultados obtidos, pode-se observar que as não conformidades estavam presentes em muitos pontos críticos que necessitam de maior atenção, pois se tratam de estabelecimentos de gênero alimentício, do qual alimentam crianças e adolescentes em idade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Merenda escolar; Controle higiênico sanitário; Check-list

INTRODUÇÃO

A criança em idade pré-escolar e escolar está em constante desenvolvimento, e a escola surge com um papel fundamental na formação dos hábitos alimentares, pois ocupa praticamente um terço da vida do aluno, por este motivo a merenda oferecida deve ser equilibrada e feita com qualidade. (MAHAN & ESCOTT-STUMP, 2010)

Atualmente, a alimentação é uma das grandes preocupações, especialmente em relação a sua qualidade; sendo assim é primordial conhecer as condições higiênico-sanitárias da produção. Em meio aos fatores que podem interferir nesta condição, encontra-se o manipulador de alimentos. Além disso, as condições de higiene incorretas



no local de preparo e distribuição são contribuintes importantes também. (OLIVEIRA, BRASIL, TADEI, 2006)

As Boas Práticas de Fabricação, por contribuírem para as condições higiênicas sanitárias nas várias etapas do processo de produção do alimento, acabam auxiliando para alcançar a qualidade do alimento final por meio da adequação das edificações, instalações, equipamentos, moveis e utensílios, manipulação dos alimentos, produção de alimentos e ao que se refere da documentação das Boas Práticas de Fabricação. Mediante isso a Resolução-RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002, sugere a aplicação da Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. (BRASIL, 2002).

Após sua aplicação sugere-se a elaboração do relatório de não conformidades, pois através deste é possível identificar irregularidades e não conformidades e, assim, propor ações corretivas para uma melhor controle de higiene e qualidade dos alimentos, a fim de garantir a segurança alimentar da merenda escolar. Portanto, este trabalho teve como objetivo formar relatórios de visita técnicas nas escolas do município de Londrina propondo ações corretivas para as não conformidades encontradas, de modo a proporcionar a melhora nas condições higiênicas sanitárias das escolas.

METODOLOGIA

Este trabalho faz parte do projeto de extensão QUALIDADE HIGIÊNICO-SANITÁRIA DA MERENDA ESCOLAR OFERECIDA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA, PR. Foi realizado por um grupo de doze discentes do 2º ano do curso de Nutrição do Centro Universitário Filadélfia de Londrina quais se dividiram em 5 duplas para avaliar de 9 a 10 escolas. De 55 escolas selecionadas, apenas 40 escolas do município de Londrina aceitaram participar. Este trabalho foi realizado no período de Março á Agosto de 2011.

Foi realizado treinamento para que as discentes obtivessem um maior conhecimento sobre o Check-List da RDC 275, para então aplicarem nas escolas.



Conforme o treinamento as discentes visitaram as escolas que permitiram a participação, aplicando assim uma análise descritiva baseada no Ccheck-List RDC 275 com fotos registradas pelo grupo de pesquisa, com o objetivo de avaliar as condições higiênico-sanitária de cada escolas.

Após as visitas e o preenchimento do Ccheck-List as discentes elaboraram um Relatório de visita Técnica na Cozinha, do qual deveria constatar as principais não conformidades encontradas de cada item, em cada escola, juntamente com propostas que pudessem levar às ações corretivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos resultados obtidos pela realização do ckec-list RDC 275, pode-se observar que as não conformidades estavam presentes em muitos pontos críticos que necessitam de uma maior atenção, pois se tratam de estabelecimentos de gênero alimentício, do qual alimentam crianças e adolescentes em idade escolar. A higiene do ambiente é primordial, pode-se notar que a maioria das escolas não possuía condições adequadas de conservação e higienização, conseqüentemente o risco de contaminação que os alimentos estavam sujeitos era grande, devido á a falta de cuidados nos preparos dos alimentos desde o recebimento até o alimento pronto, a higienização do local pelo que se pode entender é que há uma desorganização tanto nas áreas externas quanto nas internas, objetos em desusos são abrigos para microrganismos, na maioria das escolas não havia existência de pessoas capacitadas para o processo de higienização do local e utensílios, visto que as próprias merendeiras ficam com essa função, sendo que as mesmas, muitas vezes deixam seus afazeres de lado, para cuidarem de outro setor que não são de suas responsabilidades.

Adoções de medidas preventivas e corretivas para controle de pragas urbanas deveriam ser implantadas com extrema urgência, algumas escolas não apresentaram uso de telas para portas e janelas, ou quaisquer outras medidas, em algumas escolas até faziam uso das telas, porém aparentavam péssimos estados de conservação.



O armazenamento dos alimentos enlatados e ensacados para a elaboração da merenda, a maioria, apresentavam-se guardados em locais onde não se tinha uma corrente de ar, sem ventilação e conseqüentemente apresentando mofo e rachaduras, os armários eram fixados junto á parede, e próximo ao piso, em algumas escolas, foram flagrados produtos vencidos, ou seja, impróprios para o consumo, concluindo-se então que não era observado o prazo de validade dos mesmos.

Sabe-se que a higiene pessoal do manipulador é de extrema importância no processo de manipulação, já que estão em contato direto e constante com o alimento produzido, sendo necessário cuidado como: banho adequado, unhas limpas, cabelos presos e com touco, roupa branca, sapatos fechados, e sem adornos. Nas escolas visitadas a maioria das merendeiras tinha consciência sobre esses cuidados, porém por esquecimento ou costume continuavam á manipular os alimentos de maneira errada, sem esses cuidados. Outro aspecto interessante abordado foi a higienização das mãos, do qual é um item primordial da higiene pessoal. Observou-se que em alguns casos a lavagem das mãos não era realizada de maneira correta, sendo que não havia avisos com procedimentos para a lavagem das mãos, nem mesmos sabonetes líquidos e toalha de papel nos locais.

Percebeu-se falta de instalações sanitárias com chuveiros vestiários com armários para manipuladores, torneiras automáticas, lixeiras com tampa e acionamento não manual, pois podem servir como fonte de contaminação.

Este trabalho ressalta a necessidades de maiores cuidados e intervenções, construindo novos hábitos e condutas, a fim de garantir a boa alimentação sem qualquer risco de contaminação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução RDC n°275, de 21 de outubro de 2002*. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/275_02rdc.htm>. Acesso em: 22 agosto de 2011.



MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia; KRAUSE, Marie V. *Alimentos, nutrição e dietoterapia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

OLIVEIRA, Mariana de Novaes; BRASIL, Anne Lise Dias; TADEI, José Augusto. *Avaliação das condições higiênicas- sanitárias das cozinhas de creches públicas e filantrópicas*. São Paulo. 2006.



AValiação das Não Conformidades Higiénico Sanitárias de Escolas, do Município de Londrina, Paraná, através da Aplicação do Check List proposto pela RDC 275.

Krystin Obara; Márcia Faedo Barros Pinto; Patricia Zambianco; Sônia Martinez
Favoreto – Discentes do Curso de Nutrição do Centro Universitário Filadélfia – UniFil
Orientadora: Mestre Elis Carolina de Souza Fatel – Professora do curso de Nutrição do
Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A higiene e a condição sanitária do alimento são fundamentais para prevenção de surtos endêmicos ou casos isolados de doenças transmitidas por alimentos contaminados ou resultantes de toxinas e compostos químicos. Ressaltam-se neste contexto as unidades produtoras de alimentos da merenda escolar, que visa a produção do alimento para crianças em idade escolar, por isso, este trabalho teve como objetivo aplicar o Check List proposto pela RDC 275 para avaliar o percentual de conformidades higiénico sanitárias das cozinhas de 40 escolas do município de Londrina – PR. Os resultados da pesquisa demonstram que mais de 50% das escolas (21) são classificadas no grupo 3, apresentando, assim de 0 a 50% de conformidades. Este resultado demonstra que a situação higiénico-sanitária da merenda oferecida nestas escolas se encontra irregular.

PALAVRAS-CHAVE: Merenda escolar; Controle higiénico sanitário; Check-list

INTRODUÇÃO

A higiene e a condição sanitária do alimento são fundamentais para prevenção de surtos endêmicos ou casos isolados de doenças transmitidas por alimentos contaminados ou resultantes de toxinas e compostos químicos, já que esses conceitos significam a garantia de um alimento seguro em qualquer e todos os estágios por que passa: produção primária, manufatura e consumo final. (GOUVEIA, 1999). Em vista da importância do constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentação e visando a proteção da saúde da população, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou, em 2002, a Resolução - RDC nº275/2002, incluindo como Anexo a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em



Estabelecimentos Produtores / Industrializadores de Alimentos, a fim de ajudar os estabelecimentos a estarem adequados a todas as exigências. Este Check List da RDC nº275/2002 trata de cinco tópicos principais: 1- Edificação e Instalações; 2- Equipamentos, Móveis e Utensílios; 3- Manipuladores; 4- Produção e Transporte do Alimento; 5- Documentação. (BRASIL, 2002)

Portanto, este trabalho teve como objetivo aplicar o Check List proposto por esta Resolução para avaliar o percentual de conformidades higiênicas sanitárias das cozinhas de 40 escolas do município de Londrina – PR.

METODOLOGIA

Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa e Extensão Qualidade Higiênico-Sanitária da merenda escolar oferecida no Município de Londrina – PR. Para atender aos objetivos deste projeto, foram selecionadas doze acadêmicas do 2º ano do curso de Nutrição Matutino do Centro Universitário Filadélfia, no período de Março – Agosto do ano de 2011.

Primeiramente, houve uma reunião para a apresentação do projeto de extensão e do formulário de pesquisa: Check list RDC 275 às acadêmicas participantes. Foram formadas seis duplas e foram selecionadas cinquenta e cinco Escolas do Município de Londrina, as quais foram distribuídas entre as participantes. Vale ressaltar que não houve a aceitação por parte de todas as instituições, totalizando assim, 40 escolas participantes.

Houve um treinamento, no qual foram abordados os itens do Check list RDC 275, com o intuito de preparar as acadêmicas para realizarem, de forma adequada, a avaliação nas escolas. Treinou-se também a forma de como contatar essas instituições para conseguir a autorização das mesmas.

Nas escolas foi aplicada a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores / Industrializadores de Alimentos da Resolução RDC 275/2002 (Check list RDC 275), para se avaliar a qualidade higiênico-sanitária de cada



estabelecimento, a fim de verificar as não conformidades, com o intuito de se levantar sugestões de ações corretivas, visando as particularidades de cada escola.

Com base nos dados levantados, foi utilizada estatística descritiva para analisá-los e representá-los em forma de Tabela e Gráfico. Em seguida, montou-se um relatório para cada escola, analisando a realidade de cada uma e criando sugestões para se corrigir as falhas encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Check List RDC nº275/2002 sugere que seja feita a construção do panorama sanitário dos estabelecimentos pesquisados mediante a sistematização dos dados obtidos. Assim, a classificação dos estabelecimentos é feita de acordo com a porcentagem de conformidade aos itens do Check List desta mesma resolução; para tanto, de acordo com este documento, as instituições podem ser classificadas em 3 Grupos: Grupo 1 - 76 a 100% de atendimento dos itens, Grupo 2 - 51 a 75% de atendimento dos itens e Grupo 3 - 0 a 50% de atendimento dos itens.

Das escolas avaliadas (n=40), quatro foram classificadas no Grupo 1, quinze no Grupo 2 e vinte e uma no Grupo 3. As escolas que ficaram classificadas no Grupo 1 estavam em maior conformidade com os itens avaliados, enquanto as escolas do Grupo 2 e do Grupo 3 tiveram maiores falhas.

Este resultado mostra que a situação higiênico-sanitária da merenda oferecida nestas escolas se encontra irregular, tanto por mostrar que muitas instituições estão com problemas e não adequadas às exigências sanitárias, quanto pelos valores da porcentagem mostrarem-se com variação muito grande, com algumas escolas em boa classificação (Grupo 1) e as outras no Grupo 2 e 3.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). *Resolução RDC nº275, de 21 de outubro de 2002*. Disponível em: <



http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/275_02rdc.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2011.

GOUVEIA, E.L.C. *Nutrição: Saúde & Comunidade*. 2. ed., Rio de Janeiro: Revinter, 1999.



ELABORAÇÃO DE LIVRO PARA TREINAMENTO DE MERENDEIRAS

Katielly Ferreira de Oliveira; Marina Cerqueira Silva; Mariana Pires Soubhia; Tatiana Lara de Freitas Bueno – Discentes do Curso de Nutrição do Centro Universitário

Filadélfia – UniFil

Orientadora: Mestre Elis Carolina de Souza Fatel – Professora do curso de Nutrição do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

A merenda escolar deve contribuir para melhorar as condições nutricionais e de saúde dos escolares, por isso deve ser elaborada de forma adequada, sendo o manipulador de alimentos (merendeiras) responsável por tal prática. Este deve receber treinamentos frequentes para adquirir conhecimentos sobre boas práticas de manipulação do alimento. Por isso, este trabalho teve como objetivo elaborar um livro para treinamento de merendeiras. Este material foi elaborado através das recomendações da RDC 216 que dispõe sobre regulamento de Boas práticas para serviços de manipulação, tendo como foco: Higiene dos manipuladores; Higienização das áreas de Serviço; Higienização de utensílios; Recebimento do alimento; Armazenamento; Pré-preparo; Preparo; Distribuição; Coletas de amostras; Reaproveitamento de sobras; Prevenção e contaminação cruzada e manejo de resíduos; Controle de pragas; Controle da Potabilidade da água e doenças transmitidas por alimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Merenda escolar, treinamento de merendeiras, Boas prática de manipulação.

INTRODUÇÃO

A merenda escolar deve ser um meio eficaz para fornecer além de energia os micronutrientes que dificilmente são oferecidos na alimentação diária em quantidades suficientes para atender as necessidades dos escolares, ou seja, contribuir para melhorar as condições nutricionais e de saúde dos escolares, fornecerem a criança alimentação suplementar e educar a criança na área de alimentação e nutrição. (CARVALHO, 2008)

A preocupação com o treinamento dos manipuladores de alimentos na área de produção de refeições tem sido uma constante entre os nutricionistas e demais profissionais da área. Várias enfermidades podem ser evitadas quando se procede à



manipulação de alimentos dentro das normas técnicas de higiene, assim como se aproveitam melhor os princípios nutritivos presentes nos alimentos quando se obedecem as regras da técnica dietética. (COSTA, 1994).

Segundo Leite, 2011, as merendeiras, assim como todos os manipuladores de alimentos são importantes fontes de disseminação de microrganismos patogênicos, principalmente para os alimentos sendo bem estabelecida a associação entre falhas em processos de manipulação e a ocorrência de doenças veiculadas por alimentos.

Rêgo et al , 1997, Conduziram estudo com o objetivo de avaliar a eficiência do treinamento de manipuladores sobre a melhoria das condições higiênico-sanitárias em Unidade de Alimentação e Nutrição e constataram que o treinamento alcançou resultados positivos e contribuiu, sobretudo, para melhoria da higiene pessoal e ambiental.

Por isso este trabalho teve como objetivo elaborar um livro para treinamento de merendeiras.

METODOLOGIA

Este trabalho faz parte do projeto de extensão: Qualidade Higiênico-Sanitária da Merenda Escolar oferecida no município de Londrina-PR, do curso de Nutrição do Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)

No período de 1 de março a 06 de abril de 2011, 12 discentes do curso de nutrição do Centro Universitário da Filadélfia UniFil orientadas pela professora coordenadora do projeto, realizaram aplicação do check-list da RDC 275 sobre higiene e manipulação de alimentos, em 40 escolas estaduais do município de Londrina-PR.

O check-list foi aplicado através de visitas às escolas onde foi preenchido um questionário com questões fechadas. Após o término das visitas às 40 escolas as alunas fizeram a tabulação dos dados e relatório de não conformidades, e através desse viram a necessidade de elaborarem um material educativo para as merendeiras. Esse material foi elaborado através das recomendações da RDC 216 que dispõe sobre regulamento de Boas práticas para serviços de manipulação, tendo como foco:



- Higiene dos manipuladores;
- Higienização das áreas de Serviço;
- Higienização de utensílios;
- Recebimento do alimento;
- Armazenamento;
- Pré-preparo;
- Preparo;
- Distribuição;
- Coletas de amostras;
- Reaproveitamento de sobras;
- Prevenção e contaminação cruzada e manejo de resíduos;
- Controle de pragas;
- Potabilidade da água e doenças transmitidas por alimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A qualificação das merendeiras é essencial para se garantir a inocuidade e segurança dos alimentos consumidos.

Para facilitar o acompanhamento dos conteúdos teóricos o treinamento é de suma importância. Segundo Germano, 2002 o uso de material didático para o acompanhamento de atividades educativas favorece a atenção e a compreensão das mesmas.

Este trabalho visa também contribuir para o desenvolvimento dos profissionais da área de nutrição, pois facilitará a compreensão do processo de produção da refeição (merenda). Contribuirá para oferecer uma alimentação equilibrada e livre de agentes patogênicos. Também para formar hábitos alimentares saudáveis. Para os estudantes de nutrição o material servirá para aprimorar os estudos em qualidade higiênico-sanitária e para consultas sempre que necessário.



A ação educativa também constitui um espaço social para a construção de valores e atitudes que promovem o desenvolvimento da autonomia e do senso de responsabilidade individual e coletiva das merendeiras.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alice Teles de et al, Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface*, Botucatu, vol.12, n27, p. 823-834, dez 2008.

COSTA, E. Q.; LIMA, E. S.; RIBEIRO, V.M.B., O treinamento de merendeiras, análise do material institucional do Instituto de nutrição Annes Dias – Rio de Janeiro (1956-1994), *Hist. Cienc. Saúde-manguinhos*, v.9, n.3, p. 535-560, Dez 2002.

LEITE, Catarina Lima. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação em escolas, Salvador, Bahia, *Rev. Nutr.*, Campinas, v.24, n.2, p.275-285, mar/abr 2011.

RÊGO, J.C., Guerra N.B., Pires E.F., Influência do treinamento no controle higiênico-sanitário de Unidades de Alimentação e Nutrição, *Rev Nutr.*, v.10, n.1, p. 50-62. 1997.



QUINOA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS ASPECTOS NUTRICIONAIS VINCULADOS AS PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS

Bárbara Geraldês; Débora Caroline; Felipe Mattos – Centro Universitário Filadélfia
Orientadora -Prof.^a Esp. Cássia Emi Obara – Centro Universitário Filadélfia

RESUMO:

A quinoa (*Chenopodium quinoa* Willd.) é um grão domesticado há milhares de anos pelos povos andinos. (DEGÁSPARI; MORGAN, 2010) Tem-se observado um interesse maior pelo seu cultivo em virtude de seus benefícios nutricionais, a ausência de glúten e sua utilização na indústria alimentícia. No Brasil ela ainda possui um custo alto e possui baixa procura no mercado. (BORGES *et.al.*, 2003) Com base nesses fatos, buscou-se coletar, por meio de periódicos, suas propriedades físico-químicas, com a finalidade de compreender a importância nutricional deste pseudocereal. Através do levantamento bibliográfico, pôde-se observar que a quinoa possui alto teor de proteínas, comparadas a outros cereais, uma proporção elevada de aminoácidos essenciais com destaque para a alta concentração de lisina, onde tais teores são limitantes em outros grãos. Além disso, ela é rica em ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais. Em virtude de sua composição tão complexa e rica, a quinoa possui um potencial mercadológico vasto na área tecnológica de alimentos. (LOPES *et. al.*, 2009; DIAS *et. al.*, 2007) É notório que as pesquisas a respeito deste grão ainda são recentes e é necessário haver mais pesquisas relacionadas à sua composição e importância do consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Quinoa, Aminoácido Essencial, Propriedades Físico-Químicas.

A quinoa (*Chenopodium quinoa* Willd.) é um pseudocereal originário dos Andes. No Brasil, a introdução desta planta foi em meados de 1990 e seu consumo é limitado em virtude do alto custo do grão importado, do desconhecimento da população, de hábitos e costumes tradicionais de cereais como arroz, trigo e milho e da baixa disponibilidade de cultivares adaptadas às condições locais. (DEGÁSPARI; MORGAN, 2010) A EMBRAPA -Recursos Genéticos e Biotecnologia - realiza trabalhos de modificações genéticas para adaptá-la ao cultivo no Cerrado, região onde a planta híbrida tolera as condições climáticas. (LOPES *et. al.*, 2009) Tem-se observado um interesse maior pelo seu cultivo, devido aos benefícios nutricionais que este grão oferece, a isenção de glúten, podendo ser oferecidos a pacientes celíacos. (BRAGA; MENDONÇA, 2010; DEGÁSPARI; MORGAN, 2010; ALMEIDA; SÁ, 2009)



Estudos feitos por Ando e equipe (2002) do Departamento de Alimentação e Nutrição da Universidade Kinki, Japão, observaram os componentes químicos do grão de quinoa e avaliaram seu valor nutricional, obtendo os respectivos resultados: proteína (23,5%), lipídios (10,2%), carboidratos (43,1%), fibra dietética (18,9%) e cinzas (4,3%). Neste experimento ainda, foram analisados minerais os quais obtiveram bons resultados, afirmando que a planta é fonte desses micronutrientes. Embora também tenham sido encontrados fatores antinutricionais no grão íntegro, como os fitatos (163,2mg), as saponinas (263,2mg), atividade dos inibidores da tripsina (68,9 unidades/g) e atividade das lipoxigenases (50,9 unidades/g), estes são facilmente removidos durante o processamento industrial ou pelo emprego de técnicas adequadas de manipulação e preparo doméstico de alimentos. (ANDO *et. al.*, 2002; BRAGA; MENDONÇA, 2010).

Os aminoácidos essenciais presentes em sua composição possuem um importante valor biológico, pois são os precursores de hormônios, vitaminas, coenzimas, pigmentos e substâncias neurotransmissoras, entre outros. (BRAGA; MENDONÇA, 2010) Os valores de aminoácidos essenciais presentes na semente integral, polida e no germe de quinoa foram investigados por Borges e colaboradores (2010): teores de lisina e metionina nestes produtos foram maiores que no trigo e as farinhas de milho e arroz. A lisina é de vital importância para o crescimento e desenvolvimento dos ossos em crianças, auxilia na absorção de cálcio e na manutenção do balanço nitrogenado, auxilia na preparação e produção de anticorpos, enzimas, hormônios, dentre outras funções para o equilíbrio do organismo. (BRAGA; MENDONÇA, 2010).

Ando *et. al.* (2002) e Borges *et. al.* (2010) pesquisaram também os teores de ácidos graxos essenciais, sendo os mais importantes o linoleico (ω -6) e o linolênico (ω -3). A semente de quinoa também é rica em uma série de vitaminas das quais se destacam: riboflavina, ácido ascórbico e tocoferol, micronutrientes necessários na alimentação humana possuindo atribuições fisiológicas das quais se destacam respectivamente: reações de oxido-redução no organismo, cofatores em reações de hidroxilação e protetoras da camada lipídica da membrana. Além disso, os minerais



encontrados na sua composição química auxiliam em diversas funções fisiológicas: o cálcio, componente essencial na estrutura mineral óssea; o fósforo que gera energia para reações celulares na forma de ATP; e o ferro que transporta oxigênio, através do grupamento heme das proteínas transportadoras. (BRAGA; MENDONÇA, 2010).

A semente de quinoa apresenta interessantes características estruturais para a elaboração de massas com boa palatibilidade, pois é rica em carboidratos além de ser uma fonte potencial de goma para a substituição das gorduras na indústria cárnea. Sua importância como alternativa aos produtos contendo proteína de alto valor biológico e ausência de colesterol pode ser indicada como suplemento na dieta de idosos e portadores da doença celíaca, devido à isenção de glúten. (BORGES *et. al.*, 2010; DEGÁSPARI; MORGAN, 2010; ALMEIDA; SÁ, 2009) É notório, portanto, a sua alta qualidade nutricional e pelas pesquisas referentes ao grão, destacam-se em aminoácidos essenciais, ácidos graxos, fibras, além das vitaminas e minerais, os quais contribuem nutricionalmente à dieta humana. (LOPES *et. al.*, 2009; BORGES *et. al.*, 2010).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simone Gonçalves; SÁ, Wildemara Almeida Corrêa. Alimentos alternativos para doentes celíacos e quinoa (*Chenopodium quinoa*, Willd), amaranto (*amaranthus ssp*). *Ensaio e Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v.13, n.1, 2009. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rencs/article/view/718/674>>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

ANDO, Hitomi et al. Food components in fractions of quinoa seed. *Food and Science Technology Research*, v.8, n.1, p. 80-84, 2002. Disponível em: <http://www.jstage.jst.go.jp/article/fstr/8/1/80/_pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

BORGES, João T. et al. Características físico-químicas nutricionais e formas de consumo da quinoa. *Temas Agrários*, v.15, p. 9-23, 2010. Disponível em: <[http://apps.unicordoba.edu.co/revistas/rta/documentos/15-1/RTA%20ON%20LINE/ARTICULOS%20RTA%2015%20\(1\)%20PDF/1.CARACTERISTICAS%20QUINOA.pdf](http://apps.unicordoba.edu.co/revistas/rta/documentos/15-1/RTA%20ON%20LINE/ARTICULOS%20RTA%2015%20(1)%20PDF/1.CARACTERISTICAS%20QUINOA.pdf)>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

DEGÁSPARI, Cláudia Helen; MORGAN, Mariana. Desenvolvimento de aplicações tecnológicas para grãos de quinoa (*Chenopodium quinoa*, Willd). *Tuiuti: Ciência e*



Cultura, Curitiba, n.43, p. 61-72, 2010. Disponível em:
<http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_43_FACBS/pdfs/art_5.pdf>.
Acesso em: 10 de setembro de 2011.

DIAS, Poliana Aparecida et al. Quinoa (*Chenopodium quinoa*, Willd): digestibilidade in vitro, desenvolvimento e análise sensorial de preparações destinadas a pacientes celíacos. *Alimentos e Nutrição*, Araraquara, v.18, n.4, p. 413-419, out/dez 2007. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/view/183/191>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.



O PAPEL NUTRICIONAL NA DIMINUIÇÃO DOS SINTOMAS DA DEMÊNCIA SENIL DO TIPO ALZHEIMER

Flávia Luísa Dias – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Ana Carolina Braz – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O projeto intitulado “O papel nutricional na diminuição dos sintomas da Demência senil do tipo Alzheimer” visa demonstrar a importância da alimentação saudável e orientada no processo de recuperação de sintomas e patologias associadas à Doença de Alzheimer (DA). Primeiramente este abordará aspectos teóricos do envelhecimento, que inclui possíveis demências como a DA. Também no referencial de pesquisa será introduzido o avanço do tratamento paliativo da doença, assim como a necessidade do cuidado multiprofissional, como do nutricionista. Na etapa de aplicação do projeto será classificado o estado nutricional e patológico de idosos diagnosticados, do início da doença até o período atual, por meio da coleta de dados de prontuários. Será avaliado o histórico alimentar, comparando-o com o estágio patológico, demonstrando assim o papel da nutrição para a diminuição de comorbidades provenientes da DA.

PALAVRAS-CHAVE: Alzheimer; estado nutricional; sintomas.

A demência senil do tipo Alzheimer (DA) prevalece como a causa mais freqüente de senescência do idoso. (CUMMINGS, 2002) Caracterizada pelo transtorno degenerativo, Machado coloca que suas principais neuropatologias são a perda neuronal e a degeneração sináptica intensa, com acúmulo de placas senis e emaranhados neurofibrilares. (MACHADO, 2006)

A despopulação neuronal e a morte celular associam-se a essas lesões elementares nas áreas neocorticais e no complexo amígdalo-hipocâmpico. A densidade e a difusão das alterações, essencialmente, que caracterizam a DA. (MAGNIÉ, 1998)

Segundo Magnié, a DA acarreta um déficit de vários sistemas de neurotransmissão, sendo as vias colinérgicas as mais afetadas, com isso a atividade da ACT (acetilcolintransferase) é reduzida em 90%. Outros sistemas bioquímicos são alterados, como os sistemas noradrenérgicos, serotoninérgicos, peptidérgicos, e aminocidérgicos. (MAGNIÉ, 1998)



As manifestações da demência iniciam-se gradualmente levando a confusão, alterações na personalidade, comportamentos alimentares desordenados, e resultam em perda de memória, funções intelectuais, distúrbios na fala e perda de peso. (REMIG, 2010)

Ao longo do tempo, as habilidades motoras se deterioram, conforme evidenciado pelas alterações nos reflexos e na marcha. O controle da bexiga e do intestino é perdido, ocorre fraqueza nos membros e contraturas, e a atividade intelectual pára. O paciente se torna completamente incapacitado, em um estado vegetativo. (REMIG, 2010)

Por ainda não existir cura para a DA, o tratamento é direcionado à debilidade do metabolismo cerebral, buscando melhorar a função neuropsicológica. (REMIG, 2010). Um cuidado interdisciplinar é importante, pois a doença é progressiva e a administração de cuidados primários mostra resultados nos sintomas comportamentais e psicológicos. (CALLAHAN et al, 2006)

Na ausência de medicamento realmente eficaz para conter a evolução da doença, o tratamento do paciente organiza-se em três níveis: Diagnóstico, cuidado de patologias associadas e institucionalização. (MAGNIÉ, 1998)

Citando Remig, a demência do tipo Alzheimer atinge o lóbulo frontal, responsável pelo comportamento, emoção e cognição, debilitando uma série de funções, como por exemplo, a ingestão. Perdas cognitivas debilitam a razão e julgamento, incluindo a habilidade de reconhecer sentimentos de fome, sede e saciedade. (REMIG, 2010) Por esse motivo o estado nutricional sofre um déficit, levando a desnutrição conforme o grau de demência. (FINLEY, 1997)

A influência dos aspectos nutricionais no processo de envelhecimento e na demência tem sido estudada desde sua participação protetora até a sua possível ação no retardo das disfunções e alterações degenerativas inerentes à idade. (MORIGUTI, 2001).

Ainda não está claro se a causa da perda de peso deve-se ao aumento da taxa metabólica basal ou ao aumento do gasto de energia. Para alguns pacientes, a perda de



peso ocorre pela ingestão inadequada, resultado da dificuldade da debilidade na autoingestão. (REMIG, 2010)

A abordagem nutricional na DA visa melhorar, além do peso ponderal, sintomas e outras patologias associadas à demência. (VELOSO, 2004). A inclusão na alimentação ou a suplementação de antioxidantes e nutrientes específicos protege o idoso com DA de um declínio no estado clínico e nutricional. (MEYDANI, 2001)

Com a perda da percepção sensorial da visão (agnosia), é manifestado a incapacidade de reconhecer alimentos, sendo às vezes necessário o uso do tato ou olfato para iniciar as reações de ingestão. O paciente também sente dificuldade em utilizar talheres, mas pode imitar comportamentos, quando demonstrados pelos profissionais ou familiares. (REMIG, 2010)

A manutenção de refeições freqüentes, em intervalos regulares, constituída por alimentos nutricionalmente densos, a suplementação e a oferta regular de líquidos podem contribuir para prevenir a desnutrição e a desidratação do paciente. (HOLDEN, 2007) Para prevenir a aspiração, no caso de disfagia, pode-se utilizar a dieta pastosa e líquidos gelificados. (SMELTZER, 2002)

O estado nutricional pode ser mantido por ajustamento da ingestão, com assistência de um cuidador treinado durante as refeições a fim de manter pelo maior tempo possível a capacidade funcional e minimizar comportamentos disruptivos. (BERLINGER, 1991)

Junto à equipe interdisciplinar, o nutricionista deve avaliar o estado patológico e nutricional do paciente, bem como a presença de comorbidades, promovendo medidas de prevenção da perda de peso, desidratação e outras deficiências nutricionais associadas ao processo, conduzindo à qualidade de vida do doente. (COSTA, 2009)

REFERÊNCIAS

BERLINGER, W.; POTTER, J. *Low body mass index in demented outpatients*. Journal American Geriatric Society, 1991.

COSTA SMCL. *Importância das vitaminas, antioxidantes e Omega-3 na Doença de Alzheimer*; 2009. Monografia apresentada Faculdade de Ciências da Nutrição e



Alimentação – Universidade do Porto para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia. 2009.

Callahan CM et al. *Effectiveness of collaborative care for older adults with Alzheimer disease in primary care*. JAMA, 2006.

CUMMINGS, J.; COLE, G. *Alzheimer disease*. JAMA; 2002.

FINLEY, B. Nutritional needs of the person with Alzheimer's disease: Practical approaches to quality care. *Journal of the American Dietetic Association*, 1997.

HOLDEN, K.; KRESHO, C. Distúrbios neurológicos, mentais e psiquiátricos. In: Escott-Stump S, editor. *Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento*. 5. ed., São Paulo: Manole, 2007.

MACHADO, J.C.B. Doença de Alzheimer. In: Freitas EV et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MAGNIÉ, M.N.; THOMAS P. *Doença de Alzheimer*. 3. ed., São Paulo: Organização Andrei Editora, 1998.

MEYDANI, M. Antioxidants and cognitive function. *Annu Rev Nutricion*, 2001.

MORIGUTI, J.C. et al. Involuntary weight loss in elderly individuals: assessment and treatment. *Rev Paul Med*, 2001.

REMIG, V. M. *Terapia Nutricional para Distúrbios Neurológicos*. In: MAHAN, K.L., ESCOTT-STUMP, S. *Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*. 12. ed., Rio de Janeiro: Elsevier; 2010.

SMELTZER, S.C., BARE, B.G. *Cuidado de saúde do idoso*. In: Brunner & Suddarth/ Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.

VELOSO, P. *Melhorar o estado nutricional dos doentes de Alzheimer*. Nutricias, 2004.



O ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: FATOR DE PROTEÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DO BEBÊ

Franceli Paes Pontes e Marilia Fernanda Santaella Martins - Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

Orientador - Profa. Graziela Maria Gorla Campiolo dos Santos - Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O leite materno é o alimento ideal para o crescimento e desenvolvimento da criança. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Saúde, o aleitamento materno deve ser exclusivo até os seis meses de idade e, depois, os lactentes podem receber alimentos complementares, mas continuam recebendo o leite materno até os dois anos. Evidências clínicas e experimentais demonstram de maneira indiscutível, que a criança amamentada ao seio ganha proteção extra de anticorpos, proteínas e células imunológicas do leite humano, apresentando uma incidência muito menor de infecções e estas muito menos graves que as crianças alimentadas com leite de vaca. O leite humano e o colostro contêm anticorpos e fatores anti-infecciosos que não estão presentes nas fórmulas infantis. O leite materno funciona como uma verdadeira vacina protegendo a criança de muitas doenças, assim, as crianças amamentadas contraem menos infecções do que as que recebem outro alimento como o leite de vaca ou fórmulas infantis. Portanto, a amamentação exclusiva representa um importante papel na prevenção primária de inúmeras doenças e assim fator de proteção na infância. Assim, a metodologia a ser utilizada se dará por um estudo teórico de levantamento bibliográfico, no qual têm como objetivo analisar a relação existente entre o leite materno e a alimentação artificial na imunidade infantil. Diante deste contexto é de suma importância a alimentação da criança desde o nascimento e nos primeiros anos de vida já que tem repercussões ao longo de toda a vida do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento materno, colostro, fator de proteção, morbidade.

A lactação é um processo complementar à gestação, com grande impacto na saúde do lactente (ACCIOLY, 2004). É importante o incentivo as mulheres para a amamentação exclusiva, visando à diminuição do desmame precoce e dos níveis de morbimortalidade infantil associado a essa prática.

O aleitamento exclusivo constitui prática indispensável para a saúde e o desenvolvimento da criança. A administração de outros alimentos além do leite materno



interfere negativamente na absorção de nutrientes e em sua biodisponibilidade, além de aumentar o risco de infecções, podendo também diminuir a quantidade de leite materno ingerido e levar à menor ganho ponderal. Assim, novas evidências de benefícios do aleitamento materno exclusivo (AME) ou de riscos associados a sua interrupção precoce vieram a se somar àquelas que justificaram, a recomendação pela Organização Mundial da Saúde (OMS) dessa modalidade de alimentação nos primeiros 6 meses de vida.

Segundo Accioly (2004), as vantagens do aleitamento materno são inúmeras e já se encontram bem documentadas. Sabe-se, por exemplo, que certas infecções, principalmente as envolvendo o trato respiratório e digestivo, alergia alimentar e doenças crônicas, ocorrem menos frequentemente e com menos conseqüências sérias nas crianças amamentadas ao seio.

O leite materno recebe diferentes denominações e apresenta composição específica para as necessidades nutricionais do lactente, compatível com suas limitações metabólicas e fisiológicas, ou seja, colostro (até 7 dias pós-parto), leite de transição (do 8º ao 14º pós-parto) e leite maduro (após 15º dia) (SILVA, 2007).

Accioly (2004); Silva (2007) afirmam que o colostro é o primeiro leite secretado pela glândula mamária logo após o parto, o que lhe confere uma cor amarela intensa. Este possui dez vezes mais caroteno, proteínas, minerais e fatores imunológicos do que o leite maduro, predominando as imunoglobulinas que têm um significado especial, pois contêm anticorpos do sangue materno e são responsáveis pela transmissão de imunidade aos recém-nascidos.

O leite humano oferece grande variedade de efeitos protetores para a criança, que se encontra em período crítico de adaptação aos riscos impostos pelo ambiente extra-uterino. Pesquisas têm revelado que os lactentes amamentados têm maior resistência a infecções, especialmente gastrointestinais e respiratórias. Parte dessa resistência é atribuída à ausência de contaminação bacteriana, especialmente nas regiões de clima quente, onde a refrigeração é não disponível. Entretanto, o leite humano não é totalmente estéril e número significativo de microorganismos pode atingir a criança, porém o índice de doenças é muito menor do que nas crianças alimentadas artificialmente, mesmo nos países desenvolvidos. Portanto, não é apenas a pureza, como



também, e principalmente, as propriedades anti-infecciosas do leite humano, que justifica seu importante papel na prevenção de doenças (EUCLYDES, 2000).

Estudos constatam um aumento da prevalência de AME em menores de 4 meses no conjunto das capitais brasileiras e DF, de 35,5%, em 1999, para 51,2%, em 2008. A comparação entre as regiões apontou aumentos mais expressivos nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste. A comparação do percentual de crianças entre 9 e 12 meses amamentadas, entre 1999 e 2008, também mostrou aumento no conjunto das capitais brasileiras e DF, passando de 42,4%, em 1999, para 58,7%, em 2008 (Ministério da Saúde, 2009).

Nesta revisão bibliográfica, pretende-se descrever os numerosos benefícios e fatores de proteção do leite materno, bem como o seu mecanismo de ação na defesa anti-infecciosa para os lactentes.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth; SAUNDERS, Cláudia; LACERDA, Elisa Maria de Aquino. *Nutrição em obstetrícia e pediatria*. Rio de Janeiro: Cultura médica, 2004.

EUCLYDES, Marilene Pinheiro. *Nutrição do lactente: base científica para uma alimentação adequada*. 2. ed., Viçosa, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

PARIZOTO, Giuliana M. et al. Tendência e determinantes do aleitamento materno exclusivo em crianças menores de 6 meses. *Jornal de Pediatria*, v. 85, n.3, 2009.

SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da; MURA, Joana D'Arc Pereira. *Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia*. São Paulo: Roca, 2007.



CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS DO AMIDO RESISTENTE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM UMA ABORDAGEM NUTRICIONAL

Denise Fedato Grosse De Rezende – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Kamila Pinto Quintilhano – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Tatiana André Moreira De Lima – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora - Prof.^a Esp. Cássia Emi Obara – Centro Universitário Filadélfia

RESUMO:

O amido pode ser classificado sob duas perspectivas: glicêmico ou resistente. O amido glicêmico é degradado à glicose por enzimas no trato digestivo. Segundo Lobo e Silva (2003) e Salgado e colaboradores (2005) quantidades significativas de amido podem escapar à digestão no intestino delgado e alcançar o cólon, onde é fermentado. Já, o amido resistente (A.R.) é aquele que resiste à digestão no intestino delgado, sendo fermentado no intestino grosso pela microbiota bacteriana. Desta forma, efeitos fisiológicos atribuídos às fibras alimentares podem também ser destinados ao A.R. O presente trabalho aponta alguns fatores envolvidos em sua formação, além de analisar as estruturas químicas sob uma perspectiva nutricional a fim de compreender a atividade do A.R. no organismo humano. Além das vantagens nutricionais voltadas à resistência da atividade enzimática digestiva, o A.R. também afeta a resposta imunológica. Portanto, é possível afirmar que o amido resistente é um alimento funcional, ou seja, possui um potencial benéfico nos aspectos nutricionais, dietéticos e metabólicos, contribuindo para o controle e redução do risco de doenças. (LOBO; SILVA, 2003)

PALAVRAS-CHAVE: Amido Resistente; Alimento Funcional; Aspecto Físico-Químico.

O amido é a mais importante fonte de carboidratos da dieta: digerido pelas enzimas no trato gastrointestinal, é absorvido na forma de glicose no intestino delgado. A partir da década de 80, começou a ser observado que uma fração do amido escapava da digestão no intestino delgado e chegava ao cólon onde servia de substrato para a microbiota bacteriana. Esta fração, conhecida como amido resistente, tem sido intensamente estudada nos últimos anos devido aos seus potenciais benefícios para a saúde humana. (LOBO; SILVA, 2003)

Segundo as pesquisas de Walter e colaboradores (2005), Lobo e Silva (2003) e Salgado *et.al.* (2005), o amido resistente (AR) é constituído por compostos bastante heterogêneos, sendo eles divididos basicamente em quatro categorias, dentre as quais a



classificação dependerá da estrutura física e da susceptibilidade ao ataque enzimático. O A. R. tipo 1 (fisicamente inacessível) representa o grânulo de amido que não é capaz de penetrar na matriz do alimento por causa das paredes celulares rígidas e proteínas de estrutura densa e empacotada que impedirão a ação enzimática. Pertencem a este grupo grãos inteiros ou parcialmente moídos de cereais.

O A. R. tipo 2 refere-se aos grânulos, local onde a planta armazena o amido como corpos intracelulares parcialmente cristalinos, encontrados no interior da célula vegetal, apresentando lenta digestibilidade devido às características intrínsecas dessas estruturas cristalinas. É possível identificar três tipos de grânulos: as cadeias externas relativamente curtas das moléculas de amilopectina de cereais favorecem a formação de polimorfos helicoidais cristalinos tipo A. As cadeias externas maiores das moléculas de amilopectina de tubérculos, banana verde e em amidos retrogradados favorecem a formação do tipo B, de estruturas também helicoidais, porém mais abertas e de centros hidratados. E o último, o polimorfo tipo C, intermediário entre os tipos A e B, sendo característico de amido de legumes e sementes. Geralmente grânulos dos tipos B e C tendem a ser mais resistentes à digestão enzimática. (WALTER *et.al.*, 2005; LOBO; SILVA, 2003; SALGADO *et.al.*, 2005).

O A. R. tipo 3 consiste em polímeros de amido retrogradado, produzidos quando o amido é resfriado após a gelatinização, ou seja, submetido a tratamentos com calor e umidade. Quando o gel esfria e envelhece, o amido gelatinizado forma novamente uma estrutura parcialmente cristalina, insolúvel e resistente à digestão enzimática, porém diferente da conformação inicial. O reaquecimento reduz o conteúdo deste tipo de amido em batatas, mostrando que a retrogradação é um fenômeno reversível. A retrogradação da amilose, à temperatura ambiente, é um processo que demanda poucas horas, originando uma forma de amido altamente resistente à redispersão em água fervente e à hidrólise pela amilase pancreática. Já a retrogradação da amilopectina pode durar dias a semanas. Os três tipos de A. R. podem coexistir em um mesmo alimento. Assim, uma refeição contendo feijão apresenta os tipos 1 e 3, e em bananas verdes são encontrados os tipos 1 e 2. (WALTER *et.al.*, 2005; LOBO; SILVA, 2003; SALGADO *et.al.*, 2005)



Um quarto tipo de A. R. é o amido modificado quimicamente. Com o advento de sistemas de processamento mais sofisticados, tem sido possível obter produtos derivados do amido que podem atender necessidades específicas da indústria de alimentos quando incorporado à formulação dos alimentos não altera suas características sensoriais. Esses produtos incluem os amidos substituídos quimicamente com grupamentos ésteres, fosfatos e éteres, bem como amidos com ligações cruzadas, sendo estes também resistentes à digestão no intestino delgado. (LOBO; SILVA, 2003; SALGADO *et.al.*, 2005)

Walter e colaboradores (2005) citam que seus efeitos no organismo compartilham muitas das características e benefícios atribuídos à fibra alimentar no trato gastrointestinal: são carboidratos de baixo índice glicêmico, sendo associado ao melhor controle do diabetes; associado a reduções nos níveis de colesterol LDL e triglicerídeos; serve de substrato para o crescimento de microrganismos probióticos; age na prevenção de doenças inflamatórias do intestino; auxiliam na manutenção da integridade do epitélio intestinal. A suplementação de amido resistente nas dietas resultou em maior concentração de butirato, importante fonte de energia para as células epiteliais do cólon, podendo prevenir doenças colônicas, a supressão do desenvolvimento de células cancerígenas e o aumento na proliferação de células da mucosa intestinal. Além desses benefícios, o aumento do volume fecal provocado pelo amido resistente pode ser importante na prevenção da constipação, diverticulose e hemorroidas.

O amido resistente participa do processo fermentativo no cólon por certas bactérias probióticas, que promovem o desenvolvimento de uma população bacteriana saudável. Grande parte do amido consumido na dieta do brasileiro é proveniente das leguminosas, entretanto, o conteúdo de A. R. nos alimentos é variável e dependente das características físico-químicas do grânulo de amido, processos térmicos e condições de estocagem aos quais foram submetidos. Por fim, o consumo de amido resistente contribui para o aumento do volume fecal, apresentando efeitos importantes na prevenção da constipação, divertículos e hemorroidas, além de eliminar corpos nocivos à saúde humana, potenciais formadores de células cancerosas. Diz-se também que o



amido resistente não fornecerá glicose ao organismo e sim, fermentará no intestino grosso produzindo gases e ácidos graxos de cadeia curta. (LOBO; SILVA, 2003; SALGADO *et.al.*, 2005)

REFERÊNCIAS

LOBO, Alexandre Rodrigues; SILVA, Glória Maria de Lemos. Amido resistente e suas propriedades físico-químicas. *Rev.Nutr.*, Campinas, v.16, n.2, Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

Salgado S.M. et al. *Aspectos físico-químicos e fisiológicos do amido resistente*. Curitiba, B.CEPPA, v.23, n.1, p. 109-122, jan/jun. 2005.

Walter M.; Silva L.P.; Emanuelli T. Amido resistente: características físico-químicas, propriedades fisiológicas e metodologias de quantificação. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.35, n.4, p.974-980, jul/ago. 2005.



PERFIL NUTRICIONAL DE PACIENTES ONCOLÓGICOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE DE QUIMIOTERAPIA

Letícia Stauffer de Oliveira – Faculdade de Apucarana – FAP

Orientadora – Prof.^a Ms. Carla Regina Pires – Faculdade de Apucarana – FAP

INTRODUÇÃO:

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o câncer é a segunda maior causa de mortalidade em todo o mundo, perdendo apenas para doenças cardiovasculares. Nas últimas décadas, o registro brasileiro de câncer verificou um aumento nos números de novos casos, ressaltando a importância da doença e o seu impacto social e econômico, favorecendo o aumento nas taxas de mortalidade. **OBJETIVO:** Avaliar o perfil nutricional de pacientes oncológicos atendidos em uma unidade de quimioterapia. **METODOLOGIA:** Foi aplicado um questionário de Avaliação Subjetiva Global (ASG), avaliando o estado nutricional dos pacientes através do Índice de massa corporal (IMC), realizado com uma amostra de 83 pacientes, em uma unidade de quimioterapia no município de Apucarana-Paraná. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que os pacientes da unidade encontram-se em desnutrição moderada segundo a ASG, o que pode ser confirmado com a teoria. Em relação aos pacientes adultos, apesar da perda de peso nos últimos meses ser significativa, apresentam-se eutróficos. Já os idosos, mesmo apresentando perda de peso significativa, apresentam-se com obesidade. **CONCLUSÃO:** É de suma importância a intervenção do profissional nutricionista juntamente com outros profissionais na área oncológica, atuando de forma preventiva nos diversos estágios da doença. O profissional da saúde deve buscar um equilíbrio entre as vantagens e desvantagens do tratamento, através da avaliação da qualidade de vida dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Oncologia, Avaliação Subjetiva Global (ASG), Avaliação antropométrica.

O câncer é o nome dado a um grupo de doenças malignas caracterizada pelo crescimento anormal e descontrolado de células que sofreram alteração em seu material genético, em algum momento de seu ciclo celular. Quando as células, em uma determinada região do corpo, se dividem sem controle, formam um tecido o qual é denominado de tumor ou neoplasia. O tumor pode ser maligno que se desenvolve rapidamente e descontroladamente ou benigno massa que se multiplica vagarosamente e assemelha ao tecido original.



A desnutrição no câncer, conhecida como caquexia, possui manifestações clínicas variadas como anorexia, perda de peso, depleção de tecido adiposo e muscular, atrofia de órgãos viscerais, anemia, entre outras. No que diz respeito ao tratamento do câncer existem várias modalidades terapêuticas como a radioterapia, cirurgia, quimioterapia, cujos resultados são promissores e tem por finalidade a cura, aumento da sobrevida e da qualidade de vida dos pacientes com câncer.

Este trabalho teve por objetivo avaliar o perfil nutricional dos pacientes oncológicos que são submetidos ao tratamento de quimioterapia.

A pesquisa foi realizada no período de maio a julho de 2011, em uma Unidade de Quimioterapia do Hospital da Providência do município de Apucarana/Paraná. Sendo que para a coleta de dados foi aplicado um questionário de Avaliação Subjetiva Global (ASG). Onde esse questionário avalia peso, altura, perda total nos últimos seis meses, perda total no último mês, mudança de peso nas últimas duas semanas, ingestão de alimentos ao longo do último mês, os sintomas com duração superior a duas semanas, capacidade funcional, ou seja, as atividades desenvolvidas ao longo do último mês, diagnóstico da doença e sua relação com as necessidades nutricionais, demanda metabólica, avaliação física e a pontuação da Avaliação Subjetiva Global (ASG).

A partir da aplicação do questionário de Avaliação Subjetiva Global (ASG), a fim de avaliar o perfil nutricional de pacientes oncológicos que são submetidos ao tratamento de quimioterapia, notou-se que dos 83 pacientes avaliados, 22 (26,5%) dos pacientes apresentam-se ter uma boa nutrição, enquanto que 41 (49,3%) se encontram com desnutrição moderada e 20 (24%) com desnutrição grave, como pode ser observado no gráfico 1.

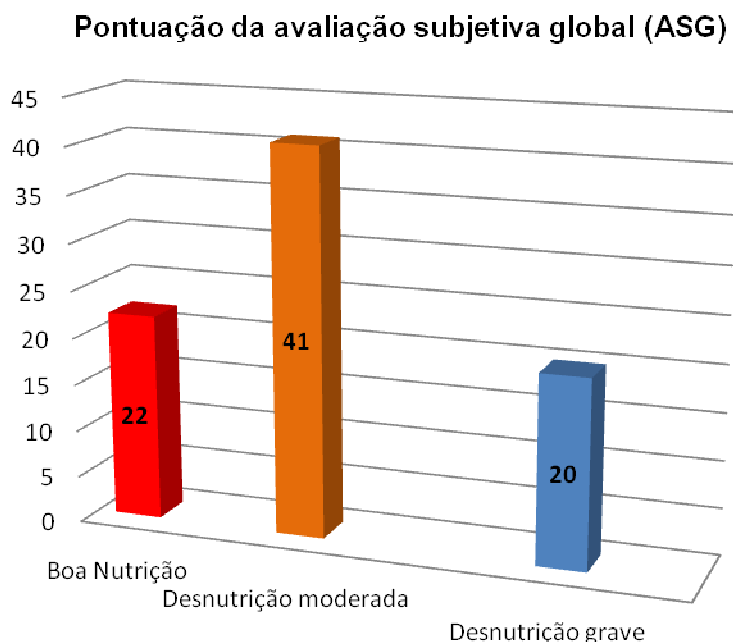


GRÁFICO 1 - Pontuação da Avaliação Subjetiva Global (ASG).

Após observar o gráfico nota-se que a prevalência de desnutrição moderada entre os pacientes é significativa, e essa desnutrição é desencadeada devido todas as alterações envolvidas sendo elas antropométricas, dietéticas e do próprio tratamento quimioterápico, portanto os valores de pacientes com boa nutrição é satisfatório, o que indica que além de passar por um tratamento totalmente agressivo o seu estado nutricional, continua preservado. Já os valores apresentados dos pacientes com desnutrição grave é preocupante, pois as alterações que acontecem ao longo do tratamento pode colaborar ainda mais no agravo dessa desnutrição.

Pela classificação da ASG em um estudo realizado por Argentino *et al.* 2007, verificou que aproximadamente 80% dos pacientes apresentaram algum grau de desnutrição, sendo 34,2% com desnutrição leve a moderada e 45,6% com desnutrição grave.

Em um estudo realizado por Correia *et al.* 1998, analisando o estado nutricional dos pacientes pelo IBRANUTRI, através da ASG, verificou que 66,4%



apresentavam desnutrição, sendo 45,1% moderada e 21,3% grave, demonstrando alta prevalência de desnutrição em pacientes oncológicos.

Desta forma, se faz necessária a intervenção do profissional nutricionista através da capacitação dos profissionais envolvidos no tratamento oncológico desses pacientes, que necessitam receber um tratamento diferenciado, para promover a qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Instituto Nacional de Câncer (INCA). O problema do câncer no Brasil*. 4. ed., Rio de Janeiro: INCA, 1997.

CUPPARI, L. *Nutrição: Nas doenças crônicas não-transmissíveis*. São Paulo: Manole, 2009.

FRANZI, A. S. SILVA, P. G. Avaliação da qualidade de vida em pacientes submetidos à quimioterapia ambulatorial no Hospital de Heliópolis. *Revista Brasileira de Cancerologia*. v.49, n.3, p. 153-8, 2003.

TATARI, R. F. BUSNELLO, F. M. NUNES, C. H. A. Perfil Nutricional de Pacientes em Tratamento Quimioterápico em um Ambulatório Especializado em Quimioterapia. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v.56, n.1, p. 43-50, 2010.



ATIVIDADES LÚDICAS UTILIZADAS DURANTE O PROCESSO DE
EDUCAÇÃO NUTRICIONAL COM CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS EM ESCOLA
PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LONDRINA PR.

Maria Helena Monteiro Burkle – Centro Universitário Filadélfia - UniFil
Orientadora – Prof^a. Graziela Maria Gorla Campiolo dos Santos - Centro Universitário
Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Com o presente projeto pretende-se trabalhar informações essenciais de educação nutricional com crianças, ressaltando a importância da utilização das atividades lúdicas neste processo. Estas atividades, durante a educação nutricional, têm como objetivo produzir prazer, divertir o participante durante a transmissão do aprendizado. O nutricionista, independente da área que atue, sempre fará o papel de educador, usando argumentos convincentes e provas científicas para conquistar desta forma a mudança ou melhora dos hábitos alimentares dos seus pacientes. A alimentação saudável e de extrema importância na fase da infância, favorecendo assim o desenvolvimento físico e mental da criança. Nesta fase é o momento ideal para a formação de hábitos saudáveis. Este projeto tem por objetivo demonstrar como o lúdico favorece este programa, para tanto a avaliação ocorrerá por meio de questionário. Acredita-se que com processo lúdico seja possível passar informações de maneira prazerosa e divertida em linguagem adequada obtendo assim receptividade e interação das crianças, proporcionando o aprendizado e a conquista final do resultado proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Lúdicas, Crianças e Educação Nutricional.

A alimentação desempenha um papel decisivo para o crescimento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, para os quais a família e a comunidade são fundamentais. É importante não somente para satisfazer as necessidades nutricionais, mas também deve ser vista como um fator educacional na promoção da mastigação, da deglutição e do contato com novos sabores. As formas de aprendizagem da criança na alimentação se dão por exposição repetida e apresentação de alimentos desconhecidos (DEVICENZI *et al*, 2004).

A nutrição é um dos principais determinantes da saúde e do bem estar do ser humano. A adequação nutricional é de extrema importância nos primeiros anos de vida,



devido ao rápido crescimento corporal, que impõe grandes necessidades nutricionais, e à formação dos principais hábitos alimentares que se desenvolvem neste período e são carregados durante toda vida. Por isso, torna-se indispensável o esclarecimento sobre alguns tópicos essenciais da nutrição, como a alimentação complementar e a formação de bons hábitos alimentares (FAGIOLI e NASSER, 2006).

Os hábitos alimentares das crianças, em grande parte, têm influência dos hábitos alimentares de seus familiares. A alimentação teve várias mudanças nas últimas décadas devido a ascensão das mulheres no mercado de trabalho e a evolução da tecnologia industrial de alimentos. Desta forma, foi facilitado o acesso da população a alimentos industrializados, resultando em piora da alimentação, diária das famílias.

Devido a estas mudanças torna-se essencial a educação nutricional para a população. Segundo Santos (2001), a educação pela via da ludicidade propõe uma nova postura existencial, cujo paradigma é um novo sistema de aprender brincando inspirado numa concepção de educação para além da instrução. Vale destacar que educar é um processo amplo, que envolve vários aspectos do desenvolvimento humano, com uma metodologia de ensino-aprendizagem capaz de resultar em habilidades individuais, possibilitando escolhas adequadas com relação à alimentação e nutrição como, por exemplo, relativas ao consumo de frutas, legumes e verduras (RODRIGUES e RONCADA, 2008).

As atividades lúdicas nutricionais com crianças buscam atender demandas específicas enfocando, sobretudo, a obtenção de conhecimentos que vislumbrem o hábito alimentar saudável (BENETTI *et al*, 2008).

De acordo com Teixeira (1995) o jogo é um fator didático de grande importância; mais do que um passatempo, ele é elemento indispensável para o processo de ensino e aprendizagem. Educação pelo jogo deve, portanto, ser a preocupação básica de todos os professores que têm intenção de motivar seus alunos ao aprendizado. Sua utilização tem se mostrado muito eficiente no processo de educação nutricional com crianças, já que nesta fase fica difícil, complexo e cansativo o entendimento, somente, com conscientização verbal dos malefícios que uma alimentação errada na infância pode trazer para o futuro.



Por meio das atividades lúdicas nutricionais a criança aprenderá brincando, de uma maneira mais agradável, constituindo-se um fator que facilitará o aprendizado, pois sentirá prazer ao participar das atividades.

Para a realização deste projeto com a participação das crianças, serão utilizados elementos didáticos e planejamento das ações. As atividades de educação nutricional serão realizadas em etapas, no decorrer de um mês, utilizando temas básicos e sob direção do pesquisador.

No primeiro encontro ocorrerá uma reunião com os pais ou responsáveis, no qual será entregue uma cartilha com dicas importantes sobre alimentação saudável (material adaptado do governo federal): Dez passos para uma alimentação saudável.

Posteriormente haverá conscientização para higiene pessoal, atividades com as crianças que demonstrem que ter uma boa higiene previne doenças. Será também trabalhado o incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras e a importância de hábitos saudáveis na infância. Essas atividades de educação nutricional com as crianças serão trabalhadas de forma simples e divertida, utilizando jogos, brincadeiras, teatros de fantoches, entre outros.

Após a realização do programa será aplicado questionário aos responsáveis para avaliação dos possíveis resultados. Espera-se obter mudanças positivas na alimentação destas crianças, com diminuição de consumo de alimentos não saudáveis e melhor aceitação de alimentos saudáveis (frutas legumes e verduras), que resultara em uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BENETTI, F, *et al.* Educação nutricional para pré-escolares em uma escola de ensino fundamental da região norte do Rio Grande do Sul. *Revista Perspectiva*. v.32, n. 117, 2008.

DEVINCENZI, M. U. *et al.* Nutrição e Alimentação nos Dois Primeiros Anos de Vida. *Compacta Nutrição*, v. 5, n.1, 2004.

FAGIOLI, D.; NASSER, L. A. *Educação nutricional na infância e na adolescência: planejamento, intervenção, avaliação e dinâmicas*. São Paulo: RCN Editora, 2006.



RODRIGUES, L.P.F.; RONCADA, M.J. *Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas*, 2008.

SANTOS, Santa Marli Pires. *A ludicidade como ciência*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEIXEIRA, Carlos E. J. *A ludicidade na escola*. São Paulo: Loyola, 1995.



OS BENEFÍCIOS DO CHOCOLATE À SAÚDE

Amanda Rodrigues Couto; Natália Razente Stinghen – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof^ª. Dâmaris Baldassarre Cortez - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O presente trabalho visa propor novas perspectivas a respeito do consumo do chocolate como aliado à saúde na prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida, através de seus componentes nutricionais benéficos, sendo eles a teobromina, polifenóis, flavonóides, fitoquímicos, triptofano e ácidos graxos insaturados. O chocolate é capaz de atuar na prevenção e/ou tratamento de algumas doenças, tais como hipercolesterolemia, diabetes *mellitus* II, doenças cardiovasculares, depressão, câncer e inflamação.

PALAVRAS-CHAVE: Chocolate; saúde; benefícios; melhoria de vida.

O cacau foi cultivado pela primeira vez há três mil anos na região do México pelos povos pré-colombianos, que utilizavam as favas como moeda de troca e para a fabricação de uma bebida amarga e temperada. Segundo os astecas, o cacauero era um dom do deus Quetzalcoatl que voltaria para trazer aos homens todos os tesouros do paraíso e recuperar o seu reino. Quando o conquistador Hernán Cortez se apoderou do império de Montezuma II colocou fim nesta civilização e difundiu o chocolate pelo mundo a partir do ano de 1582, primeiramente na Espanha e depois por toda a Europa, onde logo substituíram os temperos por açúcar, para reduzir o gosto amargo desse refresco.

Somente com a revolução industrial o chocolate se tornou acessível para as camadas menos privilegiadas da sociedade, tendo sua fabricação aperfeiçoada pelos holandeses e suíços no século XIX, os quais melhoraram o chocolate retirando sua gordura (manteiga de cacau), deixando-o mais leve, digerível e nutritivo. Alguns anos depois foram desenvolvidos os primeiros chocolates em barra, sendo muito utilizados durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais como fonte energética. Já no século XX, o chocolate se tornou o produto mais popular em todo o mundo, ganhando sabores especiais de acordo com a cultura local. No Brasil, o cultivo do cacau no sul da Bahia se



desenvolveu rapidamente, se firmando como o maior exportador de cacau para o mundo, além do Pará e Rondônia.

A quantidade recomendada de chocolate amargo com 70% de cacau é de 30g no dia, o qual fornece grande quantidade de teobromina que assim como a cafeína apresenta ação estimulante no Sistema Nervoso Central, além de estar associada ao desenvolvimento de vícios, e também possui polifenóis e flavonóides os quais possuem propriedades antioxidantes que promovem efeitos benéficos sobre o sistema cardiovascular, dentre eles a redução do colesterol LDL, inibição da agregação plaquetária e decréscimo da resposta inflamatória, diminuindo o risco de formação de placas de ateroma nas paredes dos vasos sanguíneos.

Primeiramente o chocolate era famoso por atenuar os efeitos da fadiga e pela crença nas virtudes afrodisíacas e no decorrer dos anos, o chocolate foi considerado como tratamento para a angina e problemas de circulação, porém com a industrialização, a produção de chocolate passou a conter muitos açúcares e pouco cacau e polifenóis, sendo assim percebido como um produto nefasto a saúde.

O conteúdo de compostos fitoquímicos que o cacau apresenta é capaz de prevenir o câncer, devido a absorção dos polifenóis que diminui um receptor essencial (EGFR) ao crescimento das células cancerosas e a angiogênese.

O chocolate tem a propriedade de liberar endorfina no cérebro elevando a disposição mental, e também possui em sua composição o aminoácido triptofano, o qual estimula os receptores da serotonina e dopamina, que contribuem para o apetite, a recompensa e a regulação de humor, além do princípio do prazer, a associação com ciclos hormonais e a necessidade de repor nutrientes deficientes ou não, o que poderia explicar o desejo das mulheres por chocolate durante a fase pré-menstrual.

O chocolate preto é considerado um alimento neutro no que se refere ao impacto sobre o colesterol sanguíneo apesar de ter seu conteúdo de açúcar elevado.

O chocolate é composto de 50 a 57% de gorduras saturadas, sendo que 35% destes lipídeos provém do ácido oléico reconhecido por ter efeitos positivos no sistema cardiovascular, por 35% de ácido esteárico, que é pouco absorvido pelo corpo, cerca de 15% é transformado em ácido oléico pelo fígado, e 25% de ácido palmítico; além de



carboidratos advindos dos açúcares adicionados durante sua fabricação, sendo assim é conhecido popularmente como um alimento altamente energético, que deve ser consumido com moderação.

REFERÊNCIAS

- BÉLIVEAU, Richard; BÉLIVEAU, Denis Gingras. *Os alimentos contra o câncer: a prevenção e o tratamento do câncer pela alimentação*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BENTON, David. Alimentos, Humor e Memória. *Revista Nutrição em Pauta*. Wales Swansea, v. 3, n. 43. Ago. 2000.
- BOTSARIS, Alex. *Medicina Complementar*, 2. ed., São Paulo: Nova Era, 2007.
- EDUARDO, Mércia de Freitas; LANNES, Suzana Caetano da Silva. Achocolatados: análise química. *Rev. Bras. Cienc. Farm.*, São Paulo, v. 40, n. 3, set. 2004.
- ELKON, Juliette. *O livro de receitas com Chocolate*, 2. ed., Rio de Janeiro: Record 2004.
- FRANCO, Ariovaldo. *De caçador à gourmet - Uma história da gastronomia*, 3. ed., São Paulo: Senac, 2001.
- GENOVESE, Mari Inés; LANNES, Suzana Caetano da Silva. Comparison of total phenolic content and antiradical capacity of powders and "chocolates" from cocoa and cupuassu. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, Campinas, v. 29, n. 4, dez. 2009.
- HERMÉ, Pierre. *Larousse do Chocolate*, São Paulo: Larousse, 2006.
- KRIS-ETHERTON, P M; KEENB, C L. Evidence that the antioxidant flavonoids in tea and cocoa are beneficial for cardiovascular health. *Curr Opin Lipidol*. v.13, n.1, p. 41-9, feb. 2002.
- THAKERAR, Dhara. O charme químico do Chocolate. *Revista Bluesci*. Cambridge, v. 10, n. 30 – 34. Fev. 2007.
- VINSON, JA, PROCH, J, ZUBIK, L. Phenol antioxidant quantity and quality in foods: cocoa, dark chocolate, and milk chocolate. *J Agric Food Chem*, v.47, n.12, p.4821-4, dec 1999.



GASTRONOMIA HOSPITALAR E A QUALIDADE DAS REFEIÇÕES SERVIDAS

Franciela Gonçalves; Nayara Rampazzo Morelli – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

Orientador: Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães – Centro Universitário Filadélfia –
UniFil

RESUMO:

A origem da palavra gastronomia vem do grego *gaster* (estômago) e *nomos* (lei), que traduzindo significa, literalmente, as leis do estômago. Por esse motivo, o ato de se alimentar constitui muito mais do que simplesmente saciar a fome, pois, o homem não se alimenta somente para suprir as suas necessidades fisiológicas, mas também, pelo prazer que a comida lhe proporciona. O objetivo deste trabalho será analisar a integração da gastronomia com a nutrição e a sua aplicação, especialmente em ambientes hospitalares, através da utilização da chamada Gastronomia Hospitalar. Devido à preocupação voltada somente ao fornecimento de nutrientes para a recuperação do indivíduo hospitalizado, a comida do hospital sempre foi associada a uma comida ruim e sem sabor. Entretanto, deve-se salientar que a qualidade sensorial das refeições servidas nos hospitais, auxilia na adesão do paciente à dietoterapia, tornando-a mais efetiva e podendo acelerar a sua recuperação. Tem-se observado, atualmente, uma preocupação dos hospitais, em especial nos grandes centros, com a implantação de serviços de hotelaria e hospedagem para os seus pacientes, agregando a Gastronomia Hospitalar. Sendo assim, serão elaboradas propostas para utilização do serviço de gastronomia em hospitais da cidade de Londrina, visando à melhoria das refeições servidas aos pacientes, e adequadas às realidades financeiras das instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Gastronomia Hospitalar, Alimentação Hospitalar, Qualidade Sensorial, Hotelaria.

Para o homem, se alimentar pode significar muito mais do que simplesmente saciar a sua fome, pois desde a história antiga, as pessoas não se alimentam somente por necessidade, mas também pelo prazer que a comida proporciona (FREIXA; CHAVES, 2008; TEICHMANN, 2009).

A alimentação deve ser harmônica, adequada e completa, contendo todos os nutrientes essenciais para atender as necessidades fisiológicas, satisfazendo o indivíduo e suprimindo seus gastos energéticos além de ser emocionalmente gratificante e visualmente atrativa (TEICHMANN, 2009).



Atualmente, a gastronomia “passou a ser considerada como tudo o que se relaciona com o prazer de comer e com as técnicas para preparar uma refeição com qualidade” (BAKER, 2003, p. 9). De acordo com Leal (2004), o ato de comer apresenta um sentido simbólico para o homem, portanto, não se deve resumir a arte de cozinhar em uma simples ação de misturar os ingredientes, é necessário combiná-los de tal maneira que o resultado ao se juntarem seja um sabor original.

A necessidade de integrar a gastronomia com a nutrição, principalmente no que se refere à dietoterapia, têm sido observada pelo setor hospitalar no Brasil. Os hospitais que procuram aliar dietoterapia à gastronomia estão preocupados com a qualidade da alimentação servida e com o atendimento ao cliente. Essa combinação é chamada de Gastronomia Hospitalar (BEZERRA, 2003; BORGES, 2009).

A “comida de hospital” sempre significou uma comida ruim e sem gosto, onde a única preocupação era fornecer os nutrientes necessários à recuperação do paciente. Entretanto, atualmente, os hospitais não só se preocupam em fornecer cardápios nutritivos, como também existe uma grande preocupação com a apresentação e com o sabor das preparações servidas, além do atendimento voltado para as preferências dos pacientes (ARAÚJO, 2006).

Em ambientes hospitalares a dieta deve ser planejada de acordo com as patologias e condições físicas do paciente atendendo as necessidades nutricionais e levando em conta as leis fundamentais da nutrição de quantidade, qualidade, harmonia e adequação. Atualmente os hospitais vêm se preocupando com os serviços de hotelaria e hospedagem para seus pacientes, agregando então a gastronomia hospitalar e assim aumentando a qualidade do serviço prestado (SILVA; MARTINEZ, 2008).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N.P. *Valorização das dietas hipossódicas: nutrição e gastronomia*. 2006. 38 f. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/476/1/2006_NubiaPereiraAraujo.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

BAKER, A.F. *A gastronomia e sua integração com o turismo e a nutrição*. 2003. 55 f. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em:



<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/214/1/2003_AngelaFioreseBaker.pdf>. Acesso em: 9 de agosto de 2011.

BEZERRA, A.C. *Gastronomia na prescrição de dietas hospitalares e as influências geradas pela indústria hoteleira*. 2003. 47 f. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em:
<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/220/1/2003_AlineCabralBezerra.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

BORGES, C.M.F. *A percepção do profissional nutricionista sobre a gastronomia hospitalar: um estudo de caso sobre um hospital particular do Distrito Federal*. 2009. 55 f. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:
<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1051/1/2009_CassiaMariaFerreiraBorges.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

FREIXA, D.; CHAVES, G. *Gastronomia no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.

LEAL, M.L.M.S. *A história da gastronomia*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.

SILVA, S.M.C.S.; MARTINEZ, S. *Cardápio: guia prático para a elaboração*. 2. ed., São Paulo: Roca, 2008.

TEICHMANN, I.T.M. *Cardápios: técnicas e criatividade*. 7.ed., Caxias do Sul: EducS, 2009.



TRAUMA, SEPSE E DESNUTRIÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Nayara Rampazzo Morelli – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Daniel Massaharu Enokida – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trauma, provocado por grandes lesões ou acidentes, é considerada uma das principais causas de morte e invalidez, além disso, representa um dos principais problemas de saúde-pública nos países e corresponde à terceira causa de mortalidade no mundo. Trauma, infecção e desnutrição estão diretamente relacionadas, pois as respostas metabólicas ao trauma influenciam no estado nutricional, possibilitando a maior incidência de infecção, que por sua vez intensifica as alterações decorrentes do trauma. Paciente acamado, com seqüelas de trauma raquimedular e trauma crânio-encefálico, devido a um espancamento ocorrido há aproximadamente seis anos, foi internado em um hospital da cidade de Londrina-PR em março de 2010, sem previsão de alta. Possui o diagnóstico clínico de sepse com foco pulmonar, além da presença de úlceras de pressão. Apresenta diagnóstico nutricional de desnutrição grave. Recebe dieta enteral por gastrostomia, entretanto, devido ao seu quadro clínico a dieta não está sendo suficiente. Por esse motivo, a partir da análise de todo o quadro clínico do paciente, foi proposta uma dieta enteral especializada com função imunomoduladora, hipercalórica e hiperprotéica, indicada para atender as necessidades nutricionais de pacientes críticos. Conclui-se que é de extrema importância realizar o acompanhamento nutricional de pacientes críticos, pois a terapia nutricional adequada tem papel fundamental na recuperação desses pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Trauma raquimedular. Trauma crânio-encefálico. Infecção generalizada. Caquexia. Dieta enteral.

O trauma, provocado por grandes lesões ou acidentes, é considerada uma das principais causas de morte e invalidez, além disso, representa um dos principais problemas de saúde-pública nos países e corresponde à terceira causa de mortalidade no mundo, sendo superado apenas pelas neoplasias e doenças cardiovasculares (SCOTT-STUMP, 1999; MAHAN; ESCOTT-STUMP, 2002; BATISTA et al., 2006).

As lesões traumáticas são seguidas por um padrão de repostas fisiológicas. Os pacientes que sofreram algum tipo de lesão traumática são gravemente hipermetabólicos e catabólicos (MAHAN; ESCOTT-STUMP, 2002; SHILS et al., 2003).



Decorrente de um acentuado catabolismo protéico, o paciente traumatizado pode evoluir para um quadro de desnutrição. Trauma, infecção e desnutrição estão diretamente relacionadas, pois as respostas metabólicas ao trauma influenciam no estado nutricional, possibilitando a maior incidência de infecção, que por sua vez intensifica as alterações decorrentes do trauma, acentuando o hipercatabolismo (WAITZBERG, 2000).

Paciente V.R.S., 36 anos, sexo masculino, acamado, sem condições de se comunicar, com seqüelas de trauma raquimedular (TRM) e trauma crânio-encefálico (TCE), sepse de foco pulmonar, desnutrição (caquexia) e úlceras de pressão (escaras).

Segundo a história relatada pela equipe de enfermagem do hospital, há aproximadamente seis anos, o paciente sofreu traumatismo raquimedular e crânio-encefálico, devido a um espancamento, que deixou seqüelas graves, dentre elas, o paciente se tornou tetraplégico. Foi internado em um hospital da cidade de Londrina-PR em março de 2010, sem previsão de alta, devido há uma pneumonia que evoluiu para o quadro de sepse. Além disso, o paciente já chegou ao hospital com o quadro de desnutrição e com a presença de úlceras de pressão trocantéricas. Paciente permaneceu hospitalizado, pois a família não possuía condições de cuidar dele em casa.

Ao observar o paciente o estado de caquexia é visível. Nota-se a depleção severa de tecido adiposo e massa magra. Devido às limitações na avaliação antropométrica, o diagnóstico nutricional do paciente foi obtido a partir do cálculo de Adequação de CB (% CB), utilizando a medida de circunferência do braço. Segundo Oliveira; Rocha; Silva (2008), a medida antropométrica da circunferência do braço (CB) pode ser utilizada em pacientes acamados para estimar a proteína somática e tecido adiposo. De acordo com a classificação feita por Blackburn; Thornton (1979) para o cálculo de % CB, o paciente encontra-se com desnutrição grave. Esse diagnóstico confirma o estado de caquexia observado.

Paciente recebe dieta enteral por gastrostomia, porém, ao analisar a dieta fornecida, observa-se que a mesma não se encontra adequada às condições em que o paciente se encontra. Devido ao seu estado hipercatabólico, a dieta não está sendo suficiente para suprir as suas necessidades nutricionais, além disso, nota-se a ausência



de nutrientes específicos que possuem diversas funções no organismo e que podem auxiliar de maneira benéfica no seu quadro clínico. Portanto, para tentar suprir as necessidades do paciente, foi proposta uma dieta enteral especializada com função imunomoduladora, oligomérica, hipercalórica e hiperprotéica, indicada para atender as necessidades nutricionais e imunológicas de pacientes críticos.

As dietas enterais especializadas estão disponíveis para pacientes com diversas condições clínicas. As fórmulas especiais têm como objetivo, além de melhorar o estado nutricional do paciente, atuar como coadjuvante no seu tratamento clínico (BUCHMAN, 1998; SILVA; MURA, 2007).

Diante do presente estudo, conclui-se que é de extrema importância realizar o acompanhamento nutricional de pacientes críticos, que são comumente encontrados nos hospitais, pois a terapia nutricional adequada tem papel fundamental na recuperação desses pacientes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, S.E.A. et al. Análise comparativa entre os mecanismos de trauma, as lesões e o perfil de gravidade das vítimas, em Catanduva – SP. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, jan/fev 2006.

BUCHMAN, A.L. *Manual de suporte nutricional*. São Paulo: Manole, 1998.

MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. *Krause alimentos, nutrição e dietoterapia*. 10. ed., São Paulo: Roca, 2002.

SCOTT-STUMP, S. *Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento*. 4. ed., São Paulo: Manole, 1999.

SHILS, M.E. et al. *Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença*. 9. ed., São Paulo: Manole, 2003.

SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. *Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia*. São Paulo: Roca, 2007.

OLIVEIRA, L.M.L.; ROCHA, A.P.C.; SILVA, J.M.A. Avaliação nutricional em pacientes hospitalizados: uma responsabilidade interdisciplinar. *Saber Científico*, Porto Velho, v. 1, n. 1, p. 240-252, jan/jun 2008.



WAITZBERG, D.L. *Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica*. 3.ed., São Paulo: Atheneu, 2000.



DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROFESSOR QUE ATUA COM CRIANÇAS PORTADORAS DE DISTÚRBIOS

Débora Carvalho Beluce – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof^ª Ms. Ana Cláudia Cerini Trevisan - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente, refere-se a relato de pesquisa proposta, cujo objetivo é analisar a Prática Pedagógica indicada aos alunos com distúrbios de aprendizagem, reconhecendo o papel dos professores neste processo. Partimos da ideia de que o professor que atua com alunos com distúrbios de aprendizagem, precisa ter conhecimento acerca dos distúrbios, seus diagnósticos e prognósticos, para a concretização de um processo de ensino e aprendizagem eficiente. Essa temática é relevante para os educadores e sociedade de modo geral, pois contribui para conscientização de que um aluno com distúrbio de aprendizagem não deve ser rotulado como um indivíduo incapaz de aprender. A pesquisa, de cunho bibliográfico, pautou-se na análise de artigos científicos, livros e periódicos, bem como de pesquisas já realizadas, acerca da temática. O relatório de pesquisa será composto de três seções. Na primeira seção, conceituaremos os distúrbios de aprendizagem, diferenciando-os das dificuldades. Na segunda seção, abordaremos aspectos gerais do processo de ensino e aprendizagem, relacionando-os aos portadores de distúrbios e na terceira seção, visando ampliar os conhecimentos sobre os distúrbios e atuação pedagógica, apresentaremos os relatos obtidos, por meio de um questionário, de professores e profissionais da área da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldade de aprendizagem. Distúrbios de aprendizagem. Prática pedagógica.

Na atual conjuntura social, frente à inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais na educação regular, torna-se pertinente compreender o significado de distúrbios de aprendizagem, já que os portadores destes também precisam de adequações no processo de ensino para que obtenham êxito em sua aprendizagem. Todavia, compreender o que se entende por distúrbios de aprendizagem não é tarefa fácil.

Devido ao grande número de obras relacionadas ao assunto, torna-se inviável contemplar todas as possíveis definições e abordagens sobre esses conceitos. Portanto,



nesse texto pretendemos analisar os conceitos mais comumente utilizados na literatura especializada e algumas das muitas perspectivas de análise, procurando traçar um panorama (ainda que provisório) sobre essa temática.

Os conceitos distúrbios e dificuldades de aprendizagem são utilizados por alguns autores como sinônimos. Moojen (1999) explica que os termos *distúrbio*, *transtorno*, *dificuldade* e *problema de aprendizagem* têm sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes.

A Organização Mundial da Saúde (CID – 10, 1993, p. 237) define transtornos de aprendizagem como sendo:

grupos de transtornos manifestados por comprometimentos específicos e significativos no aprendizado de habilidades escolares. Estes comprometimentos no aprendizado não são resultados diretos de outros transtornos (tais como retardo mental, déficits neurológicos grosseiros, problemas visuais ou auditivos não corrigidos ou perturbações emocionais) embora eles possam ocorrer simultaneamente em tais condições.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM – IV, organizado pela Associação Psiquiátrica Americana (1995, p. 46):

Transtornos de aprendizagem são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes padronizados e individualmente administrados de leitura, matemática ou expressão escrita estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização ou nível de inteligência [...]. Os transtornos de aprendizagem podem persistir até a idade adulta.

Conforme Marchiori e colaboradores (2006), a definição adotada para distúrbios de aprendizagem no Brasil, indica inteligência mediana bem como superior média, conforme os testes que analisam o Quociente de Inteligência – QI, com discretos desvios de funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC), acarretando em problemas de aprendizagem e/ou certos distúrbios do comportamento de grau leve a



severo, que podem ser caracterizados por várias combinações de déficit na percepção, conceituação, linguagem, memória, atenção e na função motora.

Tanto Fonseca (1995) como Ciasca (2003) entendem que os distúrbios estão relacionados a um grupo de dificuldades específicas, caracterizadas por uma disfunção neurológica. Já as dificuldades de aprendizagem referem-se a fatores associados ao ambiente físico e social que o indivíduo está inserido. Ciasca (2003 p. 27) também entende que a dificuldade de aprendizagem esta mais “relacionada àquelas manifestações escolares, cuja problemática mais geral se associaria, a inadaptação escolar, proposta pedagógica e desenvolvimento emocional”.

Ciasca (2003) não define com exatidão os distúrbios, todavia afirma que tais disfunções neurológicas são de ordem genética.

Nutti (2002) citando França (1996) explica que os estudiosos que defendem uma abordagem comportamental preferem a utilização do termo *distúrbio*, enquanto os construtivistas parecem ser adeptos do termo *dificuldade*. Segundo ele, a distinção feita entre os termos dificuldades e distúrbios de aprendizagem está baseada na concepção de que o termo “dificuldade” está mais relacionado a problemas de ordem psicopedagógica e/ou socioculturais, ou seja, o problema não está centrado apenas no aluno. Tal visão é mais frequentemente relacionada a uma perspectiva preventiva. O termo “distúrbio”, por sua vez, está mais vinculado ao aluno, na medida em que sugere a existência de comprometimento neurológico em funções corticais específicas, sendo mais relacionado à perspectiva clínica ou remediativa.

Neste sentido, entendemos que a dificuldade de aprendizagem se relaciona a um déficit específico da atividade acadêmica e os distúrbios de aprendizagem relacionam-se a fatores neurológicos.

Para Fonseca (1995), as diferenças entre dificuldades e distúrbios, se tornam evidentes ao analisar a ausência de boas condições para uma prática pedagógica, o que já incide na promoção de dificuldades de aprendizagem. Segundo ele, é necessário analisar as concepções do professor, em seu cotidiano escolar, sobre os distúrbios e dificuldades de aprendizagem de seus alunos, verificando a influência desta questão diagnóstica do discente dentro da prática pedagógica e do contexto escolar.



Por tal razão, Drouet (1998) nos lembra de que o diagnóstico a respeito dos distúrbios de aprendizagem envolve um conhecimento amplo, pois muitos fatores influenciam neste processo, tais como: a integração das áreas do conhecimento, dimensão social e individual e a elaboração de como ocorre o aprendizado.

Rodrigues (2001) partilhando desse ponto de vista assinala que:

O papel dos professores e demais profissionais de educação terá de ser repensado, tornando a docência muito mais assistida como, por exemplo, o professor de educação especial, assim como o psicólogo escolar trabalhem muito mais diretamente com o professor de turma. Assim se faz necessário a participação conjunta de professores, profissionais da área da saúde e pais, para que desta forma possa ocorrer um processo educativo eficiente significativo para o alunado com distúrbio de aprendizagem. (RODRIGUES, 2001, p.129)

É a partir daí que a ação conjunta entre professores e profissionais da área da saúde auxilia na identificação das múltiplas manifestações de dificuldades e distúrbios que se apresentem em sala de aula, assim como no conhecimento necessário para prática pedagógica e educativa no processo de ensino e aprendizagem, pois, como relembra Fonseca (1995), cada criança é única e aprende de forma diferente da outra.

Por fim, entendemos que este conhecimento, por parte do professor, contribuirá para o seu desenvolvimento profissional sendo condição necessária para a produção de práticas integrativas e positivas na escola, ao facilitar a aprendizagem significativa dos alunos com necessidades educativas especiais (Rodrigues, 2001). Pois, com uma atuação consciente e integrada, baseada em ações conjuntas com profissionais externos à escola, o professor poderá realizar um trabalho pedagógico mais eficiente e contínuo, levando o alunado a desenvolver suas potencialidades e autonomia, por meio de uma aprendizagem efetiva.

REFERÊNCIAS

CIASCA, Sylvia M.. *Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID – 10: *Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.



DROUET, R.C. *Distúrbios de aprendizagem*. São Paulo: Àtica, 1998.

DSM – IV – *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONSECA, V. da. *Introdução Às Dificuldades de Aprendizagem*. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995.

MOOJEN, S. *Dificuldades ou transtornos de aprendizagem?* In: Rubinstein, E. (Org.). *Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

NUTTI, Juliana Zantut. *Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem*. In: *Psicopedagogia Online*. 2002. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=339>>. Acesso em 01 setembro de 2011.

RODRIGUES, David (org). *Educação e Diferença: Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva*. Porto – Portugal: Editora Porto, 2001.



PARÂMETRO CURRICULAR DE HISTÓRIA E A NARRATIVA SOBRE A EXPLICAÇÃO HISTÓRICA
DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS

Denise Martins Américo de Souza - Universidade Estadual de Londrina

Orientadora: Magda Madalena Tuma - Universidade Estadual de Londrina

RESUMO:

Com o objetivo de pautar o mínimo necessário para os sistemas escolares em termos de currículo, a educação brasileira foi marcada na década de 1990 pela produção da Lei de Diretrizes e Bases – n.º. 9394/96 e pela formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Assim, visamos neste estudo, o reconhecimento da repercussão dos pressupostos teóricos relacionados à explicação histórica contidos no PCN de História. Tendo como sujeitos três professores da 3ª série (4º ano) do Ensino Fundamental, buscamos por meio da elaboração de narrativa a compreensão que expressam e neles os aspectos que se coadunam ou não com os pressupostos do PCN de História. Para a análise da narrativa explicativa nos apoiamos em autores como Rüsen (1992), Rüsen (2001), Ramos(2003), Ricoeur (1995), André (1995).

PALAVRAS-CHAVE: Parâmetro Curricular, explicação histórica e saberes.

A Educação foi marcada, na década de 90, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei n.º. 9.394/96 e pela formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Estes, pautados como orientação teórica – metodológica, foram introduzidos como referencial para o objetivo a se atingir, ou seja: a qualidade de ensino adequada aos planejamentos e práticas desejadas para a formação escolar básica no Brasil. Não se impondo como obrigatório, esse documento se coloca na condição de via para o diálogo entre a prática existente e os encaminhamentos nele apresentados e amplamente divulgados no âmbito dos espaços escolares.

Ao ser inserido em contextos de diferentes tradições e concepções educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, enunciam a intenção de ocupar lugar no espaço escolar como ‘referencial interdisciplinar’, apresentando potencial homogeneizador em relação aos conteúdos, objetivos e metodologias. Esse fato nos remeteu à necessidade de reflexões sobre as dimensões que os PCN podem assumir como ‘currículo’ no âmbito da escola.



Mas... o que é o currículo? Na visão de Goodson (1995, p.8), esse pode ser composto por conhecimentos válidos e por aqueles considerados socialmente válidos, agregando-se a estes conhecimentos os valores e habilidades considerados como legítimos. Essa condição remete, em qualquer tipo de abordagem a respeito dos currículos, ao necessário reconhecimento do contexto de sua produção, portanto do contexto sociocultural e histórico do qual emergiu. Para este estudo, optamos pela análise do volume de História, trazendo para o foco o ensino de História no 3º ano do ensino fundamental, visando o reconhecimento de como 5 professoras compreendem e utilizam o documento. No segundo momento, com base em narrativas elaboradas pelos professores sobre eventos históricos previamente indicados, analisaremos como se estrutura a explicação histórica no que se refere às relações temporais entre presente, passado e futuro. Tal opção foi realizada pelo entendimento de Ricoeur (1995) de que “qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal”.

De início, participaram da pesquisa cinco professoras do sexo feminino, sendo da escola **A** as professoras **A1** e **A2**; da escola **B** as professoras **B1** e **B2** e da escola **C** a professora **C**. Todas atuando no período matutino, com uma média de 30 alunos em cada turma, foram observadas uma vez por semana, nas aulas de História, com duração de 60 até 120 minutos, totalizando 7 observações por professora. Esse tempo e os dias foram estabelecidos pelas escolas. Assim, para as observações, de acordo com o que propõem Lakatos e Marconi (1991, p. 195), registramos os dados no contexto da espontaneidade do cotidiano de sala de aula e escola.

Em uma realidade controlada, percebemos o quanto repercute sobre a narrativa do professor a situação de aprendente na relação com o pesquisador, o que decorre das experiências formadoras e de aprendizagem, que se transformam em via dupla ao nos possibilitarem, conforme Souza (2006), também apreender o quanto potencializa a nossa própria formação de professores.

Sendo o momento da entrevista aquele no qual a narrativa se compõe, utilizamos a entrevista semi-diretiva nos apoiando em roteiro com perguntas previamente preparadas. Estas, no entanto, não foram rigidamente seguidas, para termos, nesse procedimento, maior amplitude e possibilidades para a explicitação das



questões, proporcionando ao entrevistador e entrevistado, nas palavras de Laville & Dionne (2008, p. 189), “um contato mais íntimo [...], favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como suas representações, de suas crenças e valores...” . Foi uma etapa de extrema importância, na qual as informações das percepções, experiências e compreensão das informantes nos trouxeram maiores possibilidades de entendimento do contexto do vivido, no qual buscamos enxergar a relação das professoras com o PCN de História, suas concepções sobre a História e o ensino de História.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e apresentadas às professoras para as devidas alterações e correções. As professoras A1, A2 e C autorizaram por escrito a utilização das informações e, sem constrangimento, fizeram as correções e assinaram o documento. As professoras B1 e B2, que atuavam na escola B, solicitaram um tempo para as correções, mas não fizeram a devolução da entrevista, mesmo após nosso retorno à escola e vários telefonemas, o que culminou na ausência da participação das mesmas sem que um motivo fosse apresentado. Esse fato nos levou à decisão de manter a continuidade do estudo, dialogando apenas com as três professoras A1, A2 e C, que permaneceram.

A etapa da elaboração da narrativa contou com a participação de três professoras, conforme já indicamos, e em situação na qual procuramos possibilitar tempo para que as estas acontecessem na perspectiva de Martins (1994; p. 53), ou seja, como “um monólogo que o sujeito faz consigo mesmo sobre [...] o que está observando”.

Nessa etapa, cada professora elaborou uma narrativa de como proporia o trabalho em sala de aula com o tema imigração e escravidão. Foi uma fase que causou preocupação para as professoras A2 e C, pois afirmavam que a escravidão não era conteúdo de terceira série, sendo difícil, então, elaborar uma explicação sem pesquisa, o que mesmo assim não impediu que respondessem. O motivo da escolha dos dois temas foi observar se a narrativa dos temas elaborados para as aulas seguia ou não uma relação passado/presente/futuro na perspectiva do PCN de História para o entendimento de quais elementos estão presentes na narrativa do professor.



Esta situação nos trouxe repercussões da história de vida das professoras em aspectos referentes à sua formação acadêmica e profissional. Entretanto, esse não era o objeto desta pesquisa. O intuito estava em enfatizar a estruturação da narrativa que elaboraram para o ensino de História. Ao colocar a professora numa situação de narrativa escrita entendemos que há vários aspectos trazidos pela memória na sua trajetória de formação. São esses aspectos, que emergem nos princípios de elaboração, que para nós potencializa o valor dessa produção de narrativa dos sujeitos e do contexto sobre o conhecimento dos professores, do processo de formação e sua prática profissional. Segundo Souza (2006,p.142), isso nos trará o “saber fazer implicados na transformação em auto- transformação do sujeito em formação inicial ou continuada”.

Aprender História não nos separa destas questões subjetivas (vida do sujeito), pois conforme Cerri (2007) nos aponta, há, na escola, uma relação dialética com a consciência de si e do grupo num determinado tempo e espaço.

REFERENCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa D.A. *Etnografia da Prática Escolar*, Papirus,. Campinas - SP, 1995.

RAMOS, Marcia Elisa Teté. A “alma do negócio”: o ensino de qualidade total nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Histórica Hoje*: São Paulo, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa (Tomo 1)*. Campinas-SP: Papirus Editora, 1994.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. v.5, Brasília: MEC/SEF, 1997.



A PERSPECTIVA DOS FUTUROS DOCENTES SOBRE A PARCERIA FAMÍLIA-LEITURA

Gabriela Rodrigues Garcia de Lima – Faculdade Norte Paranaense - UNINORTE

Orientador: Prof. Ms. Rafael Bianchi Silva – Faculdade Norte Paranaense - UNINORTE

RESUMO:

Partindo de uma pesquisa realizada no curso de Pedagogia da Faculdade UNINORTE este resumo se justifica por uma experiência de estágio obrigatório ao presenciar uma situação em que os pais de um aluno do pré III após receberem a proposta de ler um livro para ele, se recusaram, justificando não terem tempo para isso. Como objetivo principal pretende-se diagnosticar as perspectivas dos futuros docentes com relação a participação da família no desenvolvimento do hábito de leitura da criança, sendo assim foi realizada uma pesquisa de campo na forma de entrevista semi-estruturada, na qual os alunos do curso de Pedagogia da cidade de Londrina foram questionados se acreditam que esta parceria com os pais é possível, como ela pode ocorrer e se acreditam que precisam de melhor preparo para trabalhar com esta relação. Tendo em vista a importância do hábito de leitura e a consciência de que para formar alunos que tem gosto pela leitura, é necessário reconhecer que o professor também deve ter anseio por esta prática, foi possível constatar nesta pesquisa que os futuros docentes sentem a necessidade de melhor preparo sobre o tema, pois quando os alunos relataram ter sido abordado em sua formação, o tema era apresentado apenas em discussões teóricas sobre a relação família-escola, nada tão específico com família-leitura. Conclui-se que os entrevistados reconhecem a importância do hábito de leitura e a participação dos pais nesta fase, mas alertam para a dificuldade de aproximação com os mesmos. Os mesmos sugeriram um trabalho de orientação com a família, conscientizando-a da importância do hábito de leitura e de como podem participar deste momento de descobertas da criança. Para isto, é necessário melhor preparo nas salas de formação docente para realizar atividades que integrem família, criança e leitura.

PALAVRAS – CHAVE: Formação docente, Família, Leitura, Criança, Mediação.

Esta síntese parte de um Trabalho de Conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade Uninorte. Como objetivo, pretende-se explorar a discussão sobre a participação da família no desenvolvimento do hábito de leitura das crianças, como o tema é apresentado nos cursos de formação docente e quais as perspectivas dos alunos em formação para trabalhar com este processo de sala de aula. Para levantar este diagnóstico nos cursos de formação, foram entrevistados 9 alunos do curso de



Pedagogia da cidade de Londrina em três diferentes instituições (2 rede privada e 1 rede pública). O instrumento de pesquisa utilizado foi entrevista semi-estruturada, com alunos que se encontravam em fase de conclusão do curso, visto que o enfoque das perguntas estavam nas experiências realizadas ao longo do curso de formação.

Durante a entrevista, os alunos foram questionados se durante o curso foram apresentados ao tema investigado - parceria da família no desenvolvimento do hábito de leitura das crianças -, se sua formação proporcionou o conhecimento de métodos para trabalhar com este processo, se acreditam que há necessidade de maior abordagem sobre o assunto e como pensam que será o trabalho com esta integração escola-família a partir da questão da leitura no futuro profissional.

Poucos alunos afirmaram que o tema foi trabalhado durante o curso. No entanto, na maioria dos casos a forma utilizada para apresentá-lo foi na forma de discussões teóricas e fazendo uma ligação quando era abordada a participação da família na aprendizagem das crianças, não eram apresentadas metodologias para trabalhar com este processo em específico. Somente um entrevistado descreveu um projeto (chamado “sacola da leitura”) concretizado durante o curso, na qual foi confeccionado um material (doado posteriormente a uma instituição carente), para que pudessem trabalhar com a integração da família, criança e leitura.

Quando questionados sobre a importância do hábito de leitura, todos reconhecem seu valor, mas alertam para as dificuldades de aproximação com a família nesta fase. É necessário alertar para a importância da integração destas duas instituições (família e escola), o movimento dialético que ocorre entre elas reflete-se no desenvolvimento da criança de forma positiva, elas compõem o meio em que a criança vive, por isso necessitam promover experiências que estimulem o bom desempenho da criança.

Com relação as dificuldades de acesso aos pais e pelo desinteresse por parte dos mesmos, citadas nas entrevistas, foi apontado que os responsáveis procuram a escola apenas quando são chamados ou precisam resolver algum problema, dificultando a aproximação da equipe pedagógica com o objetivo de integração para enriquecer o desenvolvimento da criança. Em muitos casos a família tenta suprir sua ausência



presentando e acatando a pedidos das crianças, no entanto, muitos não fazem ideia de que atitudes como essas podem trazer como reflexo dificuldades no futuro.

Apesar dos entrevistados reconhecerem a importância desta interação com a família, não há relatos de diferentes metodologias apresentadas para trabalhar com este processo. Nenhum aluno deu o reconhecimento ao curso de formação por algum preparo específico para trabalhar com este processo. Alguns entrevistados mesmo admitindo que não tiveram contato com o tema durante o curso, acreditam ser possíveis trabalhar com este processo em sala de aula, enviando livros para casa cobrando a participação da família, acompanhando no momento de leitura da criança, incentivando que presenteiem as crianças com livros adequados a sua idade demonstrando o apoio por este hábito, enfatizando o trabalho de orientação com a família. Medidas simples, mas que já demonstram a consciência de agir dos professores em formação.

Com a preocupante necessidade de maior preparo e de como os professores em formação enxergam a dificuldade de aproximação com a família, diagnosticada durante a entrevista, pretende-se seguir esta linha de pesquisa estendendo a investigação para o diagnóstico da perspectiva da família sobre o tema e buscar diferentes métodos que podem ser trabalhados nos cursos de formação docente e adaptados as diferentes realidades das escolas para que atendam de forma positiva esta integração: família, criança e leitura.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 49. ed., São Paulo, Cortez, 2008.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e educadores: quem tem tempo de educar*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SANDRONI, C. Laura; MACHADO, Luiz Raul. *A criança e o livro: guia prático de estímulo à leitura*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1998.

VIGOTSKI, Lev Semionovith. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO MATERNAL.

Isabella Rodrigues Braz – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof.^a Eliana Guidetti do Nascimento - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

RESUMO:

O presente trabalho tem como tema Organização do trabalho pedagógico no maternal, e pretende apresentar o que é necessário para que a aprendizagem no maternal ocorra de forma significativa. Busca realizar uma pesquisa voltada para área da educação infantil, considerando a necessidade de uma aprendizagem significativa para crianças de maternal, com o objetivo de organizar procedimentos metodológicos de acordo com as competências e habilidades a serem desenvolvidas nessa faixa etária. Esta pesquisa irá proporcionar subsídios teórico-metodológicos para educadores de maternal, considerando que em meio a nossa realidade onde muitas vezes a sociedade tira da criança o direito de ser criança, cabe a nós educadores proporcionar uma melhor condição de desenvolvimento, visando uma aprendizagem para a criança pequena que valorize suas experiências e amplie seus conhecimentos a respeito do mundo em que vive. E assim levar o professor a conhecer a necessidade da construção de procedimentos tanto legais quanto didáticos, que lhes permitam trabalhar por uma educação plural pela cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem significativa, maternal, rotina escolar.

Diante as dificuldades encontradas por educadores de maternal para tornar a aprendizagem significativa, torna-se importante buscar subsídios teóricos e metodológicos que auxiliem os mesmos para que compreendam o quanto crianças desta faixa etária necessitam de uma rotina diversificada e flexível que atenda a suas necessidades gerais e contribuam para a formação do seu conhecimento.

A aprendizagem significativa é uma teoria defendida por David Ausubel que tem como idéia central que o conhecimento prévio do aluno influencia em sua aprendizagem. Para Ausubel a mente do ser humano é altamente organizada, quando uma nova informação surge e interage com uma estrutura de conhecimento específica chamada de subsunção a aprendizagem torna-se significativa, pois o aluno relaciona a informação com algum conhecimento que possui.



No maternal as crianças passam por um processo de formação de conceitos, nessa fase a aprendizagem ocorre por meio das descobertas e a aquisição de conceitos é espontânea. Nessa fase de desenvolvimento as crianças são limitadas a aquisição de conceitos primários e o nível de abstração de conceitos é baixa sendo assim as experiências empírico concretas são importantes.

A essência da aprendizagem significativa consiste em relacionar idéias de maneira não arbitrária e substantiva, ou seja, a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno relaciona os novos conceitos com outros já aprendidos anteriormente, e é capaz de explicar o conteúdo aprendido com suas próprias palavras.

A primeira condição para que ocorra a aprendizagem significativa está relacionada ao material utilizado, e nesse processo de construção do conhecimento é papel do professor criar situações e se apoderar de ferramentas para acelerar o processo criativo, todo material utilizado para o ensino e aprendizagem deve ter significado, sendo um estimulador de descobertas.

Os alunos chegam à escola com conhecimentos que nasceram consigo e também com conhecimentos que foram acumulados de acordo com suas experiências, e os alunos não devem ser considerados uma máquina pronta para receber informações de seu professor, os mesmos precisam ter disposição para aprender. Essa disposição do aluno para aprender é essencial, pois se a intenção do mesmo for simplesmente memorizar o conteúdo a aprendizagem final será mecânica ou sem significado.

No maternal as crianças passam por uma fase de transição significativa em seu desenvolvimento, pois é quando deixam de ser totalmente dependentes de auxílio e começam a desenvolver autonomia em grande parte de suas ações. Aprimoram suas capacidades motoras como construção do esquema corporal (começa a reconhecer as ações e funções das partes do corpo), habilidades de locomoção e deslocamento (habilidades como caminhar, abaixar, levantar, pular e etc. são desenvolvidas e aprimoradas), habilidades de projeção-recepção-manipulação (envolvem uma parte do corpo buscando desenvolver progressivamente o esquema corporal), orientação no tempo e no espaço (iniciam a construção de idéias como perto, depois, agora, amanhã). Passa a compreender melhor o mundo à sua volta e apesar de serem ainda egocêntricas



reconhecem a importância das regras de convivência e aos poucos compreendem que é necessário respeitar e compartilhar com os amigos de sala. As crianças ampliam as suas capacidades de comunicação e passam a se comunicar verbalmente com clareza e respeitando a sequência lógica das idéias, são capazes de relatar vivências e expressar desejos. Ao estar em contato com o meio começa a memorizar e reconhecer papéis sociais, criando relações com os diferentes momentos vividos. Passam também a resolver problemas que envolvem o sistema de numeração, sempre que sejam quantidades baixas (0 a 3), reconhecendo quantidades e numerais.

Considerando a fase de desenvolvimento dessas crianças é necessário que o educador organize uma rotina diversificada e flexível, respeitando momentos de higiene, alimentação e descanso. Para planejar é preciso entrar em interação com as crianças da turma, observar seus comportamentos, necessidades e anseios para que assim a organização do tempo e espaço não busque criar momentos específicos para a atividade educativa, pois estas acontecem nos momentos de trocas afetivas, sendo assim necessário respeitar e oportunizar aprendizado e desenvolvimento em todos os momentos.

As crianças desta faixa etária são exploradoras e ativas, permanecem concentradas em determinadas atividades por pouco tempo. Sendo assim é importante organizar atividades claras e objetivas, com curta duração de tempo e buscando observar a realidade social e cultural, o desenvolvimento das características próprias que estão vivendo e os conhecimentos que possuem para que a atividade não seja abstrata e sem sentido. Por meio de atividades que devem ser criativas, dinâmicas e propiciar a participação da criança, fazendo com que se relacione com a atividade em si de acordo com o objetivo estipulado e com o meio é possível desenvolver o conhecimento esperado e contribuir para a formação da cidadania.

Durante o cotidiano escolar as crianças nos dão informações de várias maneiras diferentes, o educador deve estar disposto a ouvir e considerar suas opiniões, percebendo que deixar com que a criança participe não irá torná-la indisciplinada, mas interessada. Escutar o interesse da criança não está relacionado com a intenção de não impor limites, mas com respeitar seu direito de expressão, e de ter suas opiniões



consideradas, pois é ela que deve ser a principal interessada em adquirir os conhecimentos e o educador deve ser aquele que torna essa transmissão de conhecimento prazerosa e significativa.

Devemos reconhecer que as crianças são participantes ativos de sua própria aprendizagem, e a quantidade de conhecimentos que uma criança de maternal adquire diariamente é muito grande, é possível tornar essa aprendizagem visível quando as ações das crianças são observadas e documentadas, as documentações são importantes para que o educador reconheça as potencialidades desenvolvidas e possa criar atividades que os levem a evoluir e adquirir novas habilidades e competências.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BATISTA, Cleide V. M. et al. *Educação Infantil: Subsídios teóricos e práticas investigativas*. Londrina - PR: CDI, 2005.

HORN, Maria da Graça S. *Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil*. Porto Alegre: Artmedo, 2004.

KINNEY, Linda; WHARTON, Pat. *Tornando visível a aprendizagem das crianças: educação infantil em Reggio Emilia*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOREIRA, Marco Antonio. *Aprendizagem significativa – A teoria de David Ausubel*. São Paulo: Centauro, 2001.

SIGNORETTI, Adriana Elisabeth R. S. Rotina escolar: Orientações para professor e aluno organizarem as atividades diárias. In: *Revista do professor*, Porto Alegre, 16, jul/set 2000.



PROJETO DE TEATRO DA UNIFIL

ARAÚJO, Karina de Toledo; SOUZA, Denise Américo Martins de; ALBERTAZZI,
Thainá - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Com a intenção de relacionar arte/teatro e educação iniciou-se no início de 2011 o projeto de teatro da UniFil. Este projeto tem como fundamento o teatro como expressão e como linguagem e como objetivos: vivenciar através os jogos dramáticos e pensar sobre a elaboração do pensamento e o processo de construção da aprendizagem socialmente compartilhada e aproveitar os procedimentos metodológicos das ciências sociais e demais ciências e relacionar com as ações teatrais. Participam do projeto de teatro e educação da UniFil, alunos da UniFil dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Psicologia o que proporciona uma rica troca de experiências durante as realizações das atividades. O projeto se encontra em andamento procurando cada vez mais encontrar novos meios de aproveitar deste meio artístico, o teatro, como um veículo de diversão e entretenimento. O objetivo final é a apresentação de uma dramatização aos alunos dos cursos de graduação participantes do projeto – do grupo – para o público em geral – comunidade externa e comunidade interna.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro. Educação. Projeto. UniFil.

Ao falar de arte, fala-se de expressão humana, de expressão cultural logo se pensa nas diversas formas de linguagem, entre as quais a música, a dança, as pinturas e o teatro. As artes contemplam realizações pessoais de cunho subjetivo para aquele cria ou aprecia e, também dá vida as idéias, valores, comportamentos sociais com diferentes objetivos, entre eles, provocar na sociedade reflexão por meio das muitas interpretações que uma obra de arte possa expressar.

Por meio da arte nos tornamos mais humanos. A arte amplia a visão de mundo, constitui novos conhecimentos e provoca experiências significativas para o desenvolvimento e formação das pessoas.

Arte e educação são interrelacionadas no interesse da formação dos cidadãos. O teatro é uma das linguagens artísticas que, relacionado à educação formalizada é um dos meios pelos quais se aprende as diferentes linguagens. Através dos jogos teatrais, é possível desenvolver práticas e ações pedagógicas para se alcançar uma aprendizagem significativa.



Viola Spolin (1984) aborda o jogo teatral como caminho para experienciar situações diversas da vida cotidiana, tendo como principal foco de análise a interação entre os indivíduos e o processo de formação de conceitos espontâneos e científicos relacionados aos sujeitos. Para Peter Slade (1978) apresenta a importância do jogo dramático entre sujeitos, para o despertar do faz-de-conta em que todos os integrantes possam experienciar situações imaginárias enquanto autores e improvisadores da vida cotidiana.

As situações teatrais criam novas leituras acerca do aprendizado e do desenvolvimento das pessoas envolvidas e abrem caminhos para discussões e criações de saberes entre educação, teatro e improvisação.

Com a intenção de relacionar arte/teatro e educação iniciou-se no início de 2011 o projeto de teatro da UniFil. Este projeto tem como fundamento o teatro como expressão e como linguagem e como objetivos: vivenciar através os jogos dramáticos e pensar sobre a elaboração do pensamento e o processo de construção da aprendizagem socialmente compartilhada e aproveitar os procedimentos metodológicos das ciências sociais e demais ciências e relacionar com as ações teatrais.

Participam do projeto de teatro e educação da UniFil, alunos da UniFil dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Psicologia o que proporciona uma rica troca de experiências durante as realizações das atividades. Cada integrante do grupo participa e contribui com o desenvolvimento das mesmas, fazendo um diferencial no que diz respeito ao que é produzido. Como metodologia, seguiremos o proposto pelos autores que fundamentam teoricamente as idéias e ações do projeto ora apresentado, ou seja, discussão acerca de uma situação do cotidiano e a partir disto relacionar jogos de vivências de cenas deste cotidiano com diferentes graus de dificuldades, possibilitando a interação entre os pares, entre grupos ou momentos individuais. Em cada encontro ocorre a leitura de textos, exercícios e jogos teatrais e dramáticos.

Além da participação em eventos acadêmicos com apresentações de trabalhos e publicações acadêmicas, a principal proposta será a de montar um grupo teatral e, realizar apresentações em creches, escolas, eventos, com o intuito de disseminarmos as experiências do projeto.



O projeto se encontra em andamento procurando cada vez mais encontrar novos meios de aproveitar deste meio artístico, o teatro, como um veículo de diversão e entretenimento. Começou no mês de março de 2011 e ocorre quinzenalmente durante quatro horas. As intervenções acontecem por meio de jogos dramáticos e teatrais, sendo que os mesmos são recursos de aprendizagem que se objetiva na liberdade de expressão – melhoria na utilização do corpo no quesito: movimento, voz, segurança de si próprio, entre outros aspectos necessários para o desenvolvimento da oficina de teatro.

A partir dos encaminhamentos e das atividades programadas para o primeiro semestre, em um segundo momento encaminhou-se para a seleção, elaboração, ensaios e vivências de uma peça de teatro. Após a seleção da história – peça teatral - foram organizadas as falas dos personagens.

O objetivo final é a apresentação de uma dramatização aos alunos dos cursos de graduação da instituição público em geral – comunidade externa - proporcionando tanto a informação, quanto o prazer de poder apreciar um trabalho de *arte* desenvolvido por um conjunto de indivíduos de áreas diferentes, porém com mesmos princípios: estimular e disseminar a cultura artística a quem tiver o interesse.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COURTNEY, Richard. *Jogo, Teatro & Pensamento*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SLADE, Peter. *O jogo dramático infantil*. São Paulo: Summus, 1978.

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.



O PAPEL DE EDUCADORES FRENTE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

Thaís Bittencourt Sakay - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador - Prof. Ms. Denise Américo de Souza - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Pretende-se neste artigo apresentar alguns apontamentos sobre o assunto bullying, analisando suas causas, conseqüências causadas nos alunos no ambiente escolar. Em decorrência dos anos, o número freqüente de casos tem aumentados nas escolas. Por meio destes, professores buscam o conhecimento de como lidar com situações delicadas como estas, pois são responsáveis também no educar desses alunos, se o emocional de um aluno encontra-se abalado o rendimento escolar cai, gerando depressão, fobia escolar, podendo inclusive levar a morte. É papel da família juntamente com todo corpo docente auxiliar essas vítimas e agressores. Vale ressaltar que a violência escolar praticada pelos jovens, adotada por um ou mais estudantes é real, provocando fortes cicatrizes em suas vidas, trazendo angústias e sofrimentos para todos a sua volta. Este texto está dividido em três partes: na primeira é apresentada sua definição, formas, causas. Na segunda envolve o papel da escola ao lidar com o bullying e, na terceira, são abordadas formas preventivas sobre o bullying.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying. Escolas. Família. Violência Escolar.

O bullying é definido como o ato de pessoas que sofrem ou cometem a violência física e psicológica contra outras pessoas. Na mídia isto é nítido como os inúmeros casos vêm aumentando todos os dias. Primeiramente entender o que é bullying é primordial, assim como as formas e causas do bullying.

No meio escolar em muitos casos esta violência se encontra de forma oculta, ou seja, sem maneiras de lidar com situações graves professores tendem a acreditar que tudo está bem, ao invés de ajudarem os agredidos e agressores. Esse agressor por vez tem o costume de atacar os mais indefesos, causando assim todo tipo de dano moral neste sujeito.

De acordo com as pesquisas de Fante (2003) “pode se afirmar que, o Bullying, está presente em todas as escolas do mundo”. Ou seja, muitas crianças estão de certa maneira envolvidas com condutas agressivas, como vítima ou agressora.



Para isso devem se entender e identificar as formas de violências exercidas pelos praticantes, como a violência verbal que se encontra os insultos, apelidos pejorativos; violência física e material sendo o bater, ferir, roubar; violência psicológica ou moral sendo o humilhar, discriminar; violência sexual como abuso e assédios e a violência virtual capazes de gerar inúmeras formas de bullying através de uma página virtual, e-mails, enfim, este fenômeno esta presente em todas as situações e meios que cabe o ser humano estar.

Existem muitos fatores que determinam a violência na escola, podendo ser classificados no meio social onde o aluno esta inserido, amizades, condições econômicas. Assim desencadeiam conseqüências aos alunos como hiperatividade, impulsividade, distúrbios comportamentais, dificuldade de atenção, déficit de inteligência, baixo rendimento escolar, possivelmente levando ao suicídio.

Porém o que é evidente entendermos é que nem tudo é bullying. Visto que para ser bullying é necessária uma constante de agressão física quanto moral. Por vezes uma simples discussão não é vista como agressão para o ato bullying.

Diante dos fatos, percebemos que os professores devem estar aptos a desenvolverem estratégias, envolvendo comunidade, família e toda coordenação pedagógica aos problemas que as escolas enfrentam, assim contribuirão de forma significativa para toda comunidade, lembrando sempre que quanto mais cedo este fenômeno for identificado, melhor será o resultado.

Assim faz- se necessário que a família, vista como responsável pela socialização insira amor para com seus filhos, se prontificando a ajudar sempre que necessário, não dando as costas, pois um filho para sair desta situação precisa de toda compreensão e afetividade.

Para que haja uma prevenção, a escola deve buscar soluções juntamente com a equipe pedagógica, para que desenvolvam maneiras de superar o bullying no âmbito escolar. Uma iniciativa importante seria a inclusão de alunos nas tomadas de decisões em reuniões que discutam as prevenções sobre os tipos de violências presentes na escola, visto isto como ponto de partida.



Inserir na capacitação de professores e toda equipe pedagógica para que possam falar e auxiliar com autoridade em conhecimentos e procedimentos certos para lidar com estas dificuldades.

As instituições escolares não devem fazer vista grossas, e sim procurar soluções, pois é dever de toda criança estudar em um ambiente saudável. Por isso a importância das estratégias utilizadas pelos professores, como forma de incentivo ao combate a violência, reduzindo o número de problemas emocionais que possam vir, sendo evitadas. Porém o incentivo na capacitação contínua de professores é de extrema importância, pois lidarão com perspicácia ao falar do bullying.

Acredita-se que a insegurança dos jovens vem de uma bagagem onde a família não participa de sua vida social e pessoal. Exercer o papel onde existe uma busca de prevenção desses conflitos é necessário, desta forma demonstra-se respeito para com os alunos.

Essa idéia de estratégias trás o sentido de questão para Fante (2005) que entende como intervenções e prevenções do bullying no ambiente escolar. Disso decorre todo envolvimento dos familiares, professores e comunidade.

REFERÊNCIAS

FANTE, Cleodélise A. Zonato. *Fenômeno Bullying*. São José do Rio Preto - SP: Ativa, 2003.

SILVA, Ana Beatriz B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FANTE, Cleodélise Aparecida Zonato. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 2. Ed., Campinas - SP: Verus, 2005.



PSICOLOGIA SOCIAL E IDENTIDADE: A PLASTICIDADE DO CONCEITO EM QUESTÃO

Amanda Kawassaki de Oliveira; Bárbara Bruno; Guilherme Bhoewell; Keyla Fernanda; Marília Vilas Boas Dantônio; Tahena Silva Ferreira - Alunos do 2º ano do Curso de Psicologia – UniFil

Orientadora: Eliane Belloni - Psicóloga, docente da UniFil - Mestre em Psicologia e sociedade/UNESP- Assis

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar aspectos teóricos sobre a plasticidade do conceito de identidade com base na psicologia social. A identidade se estabelece através das relações sociais que desenvolvemos, se constitui na presença do outro, que desempenhando seu papel nos identifica no nosso. Nosso nome torna nossa representação, e através dele, nos diferenciamos do primeiro grupo social – a família – mas também nos igualamos a ele – nosso sobrenome assegura que fazemos parte do grupo familiar. Somos deste modo, a diferença e a igualdade. Um aspecto relevante é a questão temporal da identidade, que por vezes fica restrito a um momento originário, quando nos “tornamos” algo. Assim, temos uma idéia de posição posta que tanto identifica, quanto discrimina a presença ou ausência de certos atributos que construiriam uma identidade considerada atemporal. Entretanto, a identidade é “re-posta” durante toda vida ocorrendo representações do desempenho de papéis sociais que se vive a cada momento, ratificando a plasticidade da identidade (CIAMPA, 2001).

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, psicologia social, papéis sociais.

Por diversas vezes nos defrontamos com a necessidade de responder ao questionamento “quem és”, no entanto, a repetição da resposta dada não assegura certezas sobre seu conteúdo. Por ser empregado de forma popular, o conceito atribuído ao termo identidade é tão complexo e variado, tornando um nome tão definitivo, sujeito a inúmeras variações (JAQUES, 1998).

Com a crescente relevância atribuída à individualidade e as expressões do “eu” houve também um aumento pela busca da conceituação de identidade. No entanto, as definições continuam sendo as mais variadas possíveis. Dessa forma, alguns autores definem o conceito de identidade como imagem, representação e conceito de si, fazendo referência a um conjunto de traços, imagens, sentimentos que o indivíduo reconhece e julga fazer parte



dele próprio. Na literatura norte-americana o termo empregado para definição do conceito de si mesmo foi “self” ou “self-concept”. Já a tradução europeia privilegia a noção da representação de si (JAQUES, 1998).

A diferença e igualdade se tornam a primeira noção de identidade. O primeiro grupo social no qual fazemos parte é a família, exatamente quem nos dá nosso nome que nos diferencia, enquanto o último (sobrenome) nos iguala a eles. Com isso, vamos sucessivamente nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais de que faremos parte. Contudo, é importante destacar que somos nossas ações, pois, os substantivos que nos caracterizam tem como origem nossas ações: o desobediente desobedece, o trabalhador trabalha e assim por diante CIAMPA (2001).

De um lado todo um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais, etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. De tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação. Por exemplo, antes de nascer, o nascituro já é representado como filho, sendo membro de uma determinada família. E confirma essa representação através de comportamentos que reforcem sua conduta como filho e assim sucessivamente CIAMPA (2001).

Na linguagem corrente é utilizada a expressão “eu sou filho”. Dificilmente alguém dirá “estou sendo filho”, com isso, o caráter temporal da identidade fica restrito a um momento originário, quando nos “tornamos” algo. Por exemplo: “sou professor” (tornei-me professor), e desde que essa identificação existe me é dada uma identidade de “professor” como uma posição, como “filho”, “pai”, “mãe”, etc. Assim, eu como ser social sou um ser-posto, ou seja, essa posição me identifica. O “eu” – como qualquer ser humano – participa de uma substância humana, que se realiza como história e como sociedade, nunca como indivíduo isolado, sempre como humanidade CIAMPA (2001).

Essa identidade que surge como representação de “estar-sendo” se converte num pressuposto de *meu ser*, o que, *formalmente*, transforma minha identidade concreta. Tem-se com isso, uma *representação* num tríplice sentido: primeiro, eu represento enquanto estou sendo o *representante* de mim. O segundo, eu represento, em consequência do *desempenho*



papéis, ocultando outras partes de mim não contidas na minha identidade pressuposta e re-posta. E o terceiro, eu represento, finalmente, enquanto *reponho* no presente o que tenho sido e, rerepresentado como o que estou sendo – construindo com isso, o caráter formalmente atemporal atribuído ao conceito de identidade CIAMPA (2001).

Ao me representar (no primeiro sentido – representante de mim), transformo-me num desigual de mim por representar (no segundo sentido – desempenho de papéis) um “outro” que sou eu mesmo, impedindo que eu deixe de representar (no terceiro sentido – rerepresentação) para expressar o outro “outro” que também sou eu, que negaria a negação de mim indicada pelo representar no sentido anterior (o segundo). Com isso, só posso comparecer no mundo frente ao outro de forma efetiva como representante do meu ser real. Deixando de repor uma identidade pressuposta e representando movimento, processo. Pode-se utilizar expressão tão sugestiva quanto polêmica: “*ser metamorfose*” CIAMPA (2001).

O termo “metamorfose” é empregado para expressar movimentos, a interpretação de vários personagens que, por sua vez, interpõe-se com outros no contexto de relações sociais. Desta forma, a noção de metamorfose sugere uma articulação entre estabilidade e transformação. Sendo, a estabilidade marcante no contexto da identidade, cuja etimologia remete o mesmo (CIAMPA apud JACQUES, 1998, p. 164).

A plasticidade da identidade fica evidente, quando percebida não como um traço estático, mas sim, em constante movimento. A questão da identidade é passível de ser moldada. A interpenetração entre os vários personagens que, por sua vez interpenetram-se com outros personagens no contexto das relações sociais, garantem a processualidade da identidade enquanto repetição diferenciada, emergindo outro que também é parte da identidade. O autor emprega o termo “metamorfose” para expressar esse movimento (CIAMPA, 2001).

Personagens vão se engendrando umas às outras pelo agir e pelo dizer, constituindo um universo de significados que as constitui. Se não nos transformarmos, não temos como transformar o ambiente. As pessoas estão em constantes mudanças. Somos uma unidade de contrários, uno da multiplicidade e na mudança (CIAMPA, 2001).



Conclui-se portanto, que embora seja de grande complexidade conceituar o termo identidade, sua principal característica é a plasticidade presente ao longo de toda a vida do ser humano, ou seja, a identidade não é estática, é processo, é fluída, enfim, é atividade constante.

REFERÊNCIAS

CIAMPA, Antonio da Costa. *Psicologia Social*. 13. ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.

JACQUES, Maria de Graça Corrêa et al. *Psicologia Social e contemporânea*. Rio de Janeiro: vozes, 1998.



TELEJORNALISMO E ENTRETENIMENTO: CARACTERÍSTICAS DO *CIVIC JOURNALISM* E INFOTENIMENTO NO PROGRAMA CQC

Anderson Lopes da Silva – Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR
Orientadora - Profª Esp. Suelen Fernanda Camargo – UEL /FACNOPAR

RESUMO:

O programa televisivo CQC - Custe o Que Custar, está no ar desde 2008 na Rede Bandeirantes, sendo apresentado todas as segundas-feiras às 22h15 (reprise aos sábados às 21h). Importado da produtora *Eyeworks-Cuatro Cabezas*, o CQC classifica-se como um gênero televisivo que está sobre a tênue linha entre os programas jornalísticos e os humorísticos. O presente trabalho pretende utilizar este programa televisivo como foco de análise de conceitos aparentemente muito distantes um do outro: o conceito teórico de *civic journalism* e infotenimento. O primeiro diz respeito não propriamente a um estilo ou gênero jornalístico, mas sim a uma corrente teórica que busca através da imprensa mostrar o verdadeiro sentido desta como o “Quarto Poder”. Em outras palavras, o *civic journalism* aborda sempre o lado social, político e transformador do jornalismo como agente ativo e transformador da sociedade democrática. Por outro lado, o fundamento de infotenimento deriva da junção entre informação e entretenimento midiático. O neologismo infotenimento traduz-se assim como meio híbrido de trazer notícias e informações relevantes ao conhecimento público aliadas a mecanismos que divirtam o telespectador e tragam ares de dinamismo ao jornalismo contemporâneo. No caso em estudo, o programa CQC é o que melhor apresenta esse imbricamento atrativo ao telespectador. Analisando assim o projeto editorial, os quadros, as matérias veiculadas na televisão e reproduzidas em sites postagem de vídeos, além das características do discurso dos apresentadores e repórteres, o artigo intenta mostrar a presença contínua desses dois conceitos comunicacionais no programa em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Civic Journalism; Infotenimento; Programa CQC; Telejornalismo.

O Telejornalismo representa hoje a nova esfera pública de debates e informações à sociedade (VIZEU; PORCELO; MOTA, 2006). Com a presença maciça do aparelho televisor em quase todos os lares brasileiros, dificilmente as pessoas ficam desinformadas das notícias que acontecem em sua localidade, em seu estado, país ou no mundo. Porém, as notícias de cunho político e demarcadas pelo gênero investigativo dificilmente ocupam a grade de matérias dos telejornais mais tradicionais das emissoras abertas. Dado a rápida análise e repasse da informação, os telejornais diários só cumprem sua função de enunciador da notícia indispensável, em especial as *hard news* (as notícias da atualidade e que “devem” ser noticiadas).



Em contrapartida, o programa semanal CQC- Custe o Que Custar, da Rede Bandeirantes representa o desprendimento à informação rápida e sem interpretação. Com um forte apelo jornalístico, o programa de origem argentina, se utiliza do humor, da sátira e do sarcasmo para criticar a situação política, econômica, social e cultural do país. Tal uso do humor em especial no viés político denota o que Acserald e Dourado (2009), ao citarem William Davis sintetiza como a função do deboche: “o humor pode fazer cair políticos ou pelo menos reduzir-lhes o prestígio pondo-os no ridículo. Também pode evidenciar o caráter hipócrita de certos argumentos”.

Todavia, o humor não impede que o CQC produza jornalismo seguindo padrões éticos e de qualidade. Analisando que Fernandes (2008) conceitua o *civic journalism* como uma corrente engajada da imprensa na qual a notícia é vista como algo extremamente importante, o CQC também faz parte dos meios de comunicação que “são a instituição decisiva para a difusão de experiências noticiosas, e por isso, têm a oportunidade de transmitir interpretações que dão sentido às complexidades e tornam compreensível o ininteligível”. Isto é, notícias que são emitidas pelos telejornais de maneira superficial ganham contorno e interpretação no programa televisivo em estudo. Mais do que isso, a razão de noticiar fatos de interesse comum à sociedade de maneiras diferentes do tradicional telejornalismo (ou seja, por meio do humor), faz do CQC um programa singular da televisão brasileira. O conceito de infotimento é basicamente a práxis veiculada todas as semanas pelo CQC, quer dizer, satisfazer duas necessidades latentes do cidadão: se informar e entreter.

O material principal de análise são os vídeos exibidos semanalmente pelo programa Custe o Que Custar e os vídeos já armazenados no site de postagem gratuita de vídeos, Youtube.com. A data limite de análise inicia-se a partir de janeiro de 2010 até meados de dezembro de 2010. De acordo com Lago e Beneti (2007), este tipo de pesquisa centra-se no que é chamado de Análise de Conteúdo em Jornalismo. Nas palavras de Herscovitz: “A análise de conteúdo da mídia, (...), nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros (...) mensagens” (2007, p. 124). O que possibilita assim, a análise das características explícitas e implícitas do *civic journalism* e do infotimento presentes no CQC.



No que diz respeito especificamente à análise dos textos enunciados pelos apresentadores e repórteres do programa, a pesquisa focaliza-se na Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (MOTTA, 2007). O critério de escolha dos vídeos é direcionada por matérias de conteúdo estritamente político, dado a multiplicidade de outros temas abordados pelo programa. Assim, quadros, notícias e reportagens ligadas exclusivamente ao cunho político, são analisados pelo videografismo usado durante a exibição, pelo texto da pergunta e resposta do entrevistador-entrevistado, além claro da relevância do assunto no seu valor-notícia à população.

O método empírico da pesquisa centra-se na observação dos fundamentos teóricos do *civic journalism* e do infotainment mesclados direta ou indiretamente nas matérias jornalísticas do programa. É importante salientar que a observação e suas operações, segundo Vassalo Lopes, “visam a reconstrução empírica da realidade, isto é, visam a coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial” (2005, p.123).

Diferentemente de outros programas televisivos que se utilizam do infotainment, como *talk shows*, por exemplo, o programa CQC traz em si a principal característica do *civic journalism*. Isto significa dizer, que ao analisar o material jornalístico veiculado (e reprisado) pelo Custe o Que Custar, a notícia política sempre traz em seu mote a crítica, o aprofundamento e, o principal, usa-se dosadamente do jornalismo opinativo e interpretativo para que ocorra o processo de análise do enunciador (jornalista) ao receptor (telespectador). O uso de videografismo representa uma constante em todas as matérias. Junto a isso, efeitos sonoros auxiliam na sátira realizada pelos entrevistadores e pelas respostas dadas pelos entrevistados.

Além disso, a presença híbrida do *civic journalism*, marcado pela questão social e crítica, não o impede e co-existir com o entretenimento, marcado explicitamente pela sua ligação com a Cultura de Massa no contexto da Indústria Cultural, tão criticada pelos estudiosos da Escola de Frankfurt. Isso pode ser visto, aliás, como alternativa para fugir do convencionalismo jornalístico que se estabeleceu nos meios de comunicação, em especial nas



emissoras televisivas. Pelo contrário, o jornalismo público e bem-humorado do CQC produz sentido e intenta transformação.

A conclusão a que se chega após realizar a Análise de Conteúdo em Jornalismo e a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística é que o programa *Custe o Que Custar* mostra a viabilidade de se apresentar as características presentes no *civic journalism* e no infotimento como mecanismo de reflexão e ao mesmo entretenimento. Ou seja, o CQC produz jornalismo sério e de qualidade com responsabilidade acerca dos assuntos de cunho político (que é o nosso foco), além de trazer diversão aos telespectadores exaustos do convencionalismo televisivo abundante.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental no jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis, v. 5, n 1., p. 13-22, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/viewArticle/5556>>. Acesso em: 21 de março de 2011.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV*. 2. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. *Jornalismo na TV*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DEJAVITE, Fábila Angélica. *Infotimento: informação + entretenimento no jornalismo*. São Paulo, Paulinas, 2006.
- FERNANDES, Márcio. *Civic Journalism: haverá um modelo brasileiro?* Guarapuava – PR: Edunicentro, 2008.
- FERNANDES, Marcio. Civic Journalism no Brasil: a construção de um plano de referência para um jornalismo público. In: MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manoel (Org.) *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Universidade do Minho, Braga - Portugal, 2008.
- GUIMARÃES, Denise; CAETANO, Kati. Estratégias gráficas e humor sarcástico: a notícia levada a sério no Programa CQC, da TV Bandeirantes, Brasil. *Revista Interin. Curitiba*, v. 3 n 1. , p. 1-17, jun. 2009. Disponível em: <http://www.utp.br/interin/EdicoesAnteriores/07/edicao_07/art_livre_denise_e_kati.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2011.



GUTMANN, Juliana Freire. Aspectos audiovisuais do *infotainment*: o CQC como propósito de análise. In: Colóquio Internacional Televisão e Realidade, 1, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <
<http://www.tvereadidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Ju%20Gutmann.pdf>>. Acesso em: 18 de junho de 2011.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 2. ed., Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *A TV sob controle*. São Paulo: Summus, 2006.

LOPES, Maria Imacolata Vassalo. *Pesquisa em Comunicação*. 8. ed., São Paulo: Loyola, 2005.

VIZEU PEREIRA JUNIOR, Alfredo E.; PORCELLO, Flávio A. C.; MOTA, Célia L. *Telejornalismo- a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.



AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE ACOMPANHAMENTOS PSICOLÓGICOS DISTINTOS NA CIRURGIA BARIÁTRICA

CAETANO, Roberta A. M.; FONSECA, Andréia Giraldi; NISHIKAWA, Rafaela Mayumi;
QUEIROZ, Marina Cardoso – Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Londrina – PR

RESUMO:

Obesidade é uma doença caracterizada pelo excesso de peso, ocasionado por um grande acúmulo de gordura corporal. A cirurgia foi considerada como único tratamento efetivo para pacientes que já apresentaram insucesso com o tratamento clínico prévio. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de um estudo sobre o papel dos psicólogos junto à equipe multidisciplinar e os efeitos de um acompanhamento psicológico correto durante todo o processo cirúrgico, pois se trata de uma doença que vem aumentando significativamente em vários países. Tem como objetivo verificar a existência ou ausência de diferença nos resultados da cirurgia bariátrica entre pacientes que passaram por um acompanhamento psicológico durante toda a fase do tratamento e aqueles que realizaram apenas uma única avaliação psicológica. Consideram-se como hipóteses: 1) O tratamento psicológico pode favorecer a tomada de consciência sobre os hábitos inadequados adotados durante a vida do paciente que contribuíram para a ocorrência da obesidade, possibilitando o desenvolvimento de hábitos saudáveis nessa nova etapa de vida fazendo com que o resultado da cirurgia seja mais eficaz; 2) Pacientes que não têm acesso a um acompanhamento psicológico adequado ficam mais vulneráveis aos riscos provenientes da rotina a que estavam acostumados, tendo maior probabilidade de retomar o peso anterior à cirurgia ou desenvolver adições. Esta pesquisa foi realizada com 12 sujeitos que se submeteram a cirurgia bariátrica a pelo menos um ano e no máximo cinco anos. A entrevista foi realizada e gravada na casa dos participantes e continha nove questões abordando todas as etapas do procedimento. Alguns resultados já podem ser percebidos, no que se refere a importância do atendimento psicológico para esclarecimento do processo e das mudanças que ocorrerão principalmente no pós-cirúrgico, que seria o processo de aceitação do novo corpo e dos novos hábitos e estilo de vida.

PALAVRAS-CHAVE: obesidade; cirurgia bariátrica; avaliação psicológica.

Obesidade é uma doença caracterizada pelo excesso de peso, ocasionado por um grande acúmulo de gordura corporal, sendo um fator predisponente para desenvolvimento e agravamento de doenças potencialmente graves.

A maneira mais objetiva para classificar a obesidade é o Índice de Massa Corpórea (IMC). A faixa de peso considerada normal varia de 19 a 24,9 Kg/m². Pessoas com IMC de 25 a 30 Kg/m² são considerados acima do peso, enquanto aquelas entre 30 e 40Kg/m² são



classificadas como obesas. Acima de 40 Kg/m² são consideradas obesos mórbidos. Os pacientes que se enquadram neste último grupo são portadores de uma doença que ameaça a vida, reduz a qualidade de vida e a autoestima e requerem abordagens eficientes para promover uma redução de peso. A caracterização da gravidade da obesidade grau III (IMC maior de 40 Kg/m²) se dá devido à conjunção de três aspectos: prevalência elevada da compulsão alimentar, resistência aos tratamentos clínicos e associação frequente com doenças inter-relacionadas.

A cirurgia foi considerada como único tratamento efetivo para pacientes que já apresentaram insucesso com o tratamento clínico prévio.

É no processo de avaliação e preparação psicológica do paciente para a gastroplastia, que o psicólogo deve destacar a importância do significado da alimentação e da obesidade para o paciente. O papel do psicólogo dentro da equipe é o de avaliar se o indivíduo está apto emocionalmente para a cirurgia, auxiliá-lo quanto à compreensão de todos os aspectos decorrentes do pré-cirúrgico

A obesidade mórbida acarreta problemas como a exclusão social, gerado pelo preconceito e discriminação, pois os obesos são vistos como incapazes de realizar algumas atividades, até mesmo de trabalhar. É nesse contexto que eles começam a demonstrar uma diminuição da autoestima. O obeso mórbido sofre por ter uma doença prejudicial à saúde, em sua perspectiva física e psíquica.

Essas consequências levam o paciente a buscar na cirurgia bariátrica a solução de seus problemas. Os principais objetivos da gastroplastia são a redução de co-morbidade e a melhoria da qualidade de vida, podendo, também, com esse procedimento cirúrgico, ocupar outros espaços que foram prejudicados com essa patologia, neste caso, o resgate da autoestima, inclusão social, entre outros

O tratamento cirúrgico, quando bem indicado, pode ser um método que determina manutenção prolongada da perda de peso e diminuição das doenças associadas, com melhora significativa da qualidade de vida, bem estar psicológico, oportunidades de trabalho, melhores condições econômicas e consequentemente melhor integração social.



Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de um estudo sobre o papel dos psicólogos junto à equipe multidisciplinar e os efeitos de um acompanhamento psicológico correto durante todo o processo cirúrgico. Tem como objetivo geral verificar a existência ou ausência de diferença nos resultados da cirurgia bariátrica entre pacientes que passaram por um acompanhamento psicológico durante toda a fase do tratamento e aqueles que realizaram apenas uma única avaliação psicológica.

Como hipóteses têm-se: 1) um acompanhamento psicológico adequado pode possibilitar o desenvolvimento de hábitos saudáveis nessa nova etapa de vida fazendo com que o resultado da cirurgia seja mais eficaz; 2) pacientes que não têm acesso a um acompanhamento psicológico adequado ficam mais vulneráveis aos riscos provenientes da rotina a que estavam acostumados, tendo maior probabilidade de retomar o peso anterior à cirurgia.

A coleta de dados foi feita com 12 sujeitos que foram submetidos à cirurgia bariátrica há pelo menos um ano e no máximo cinco anos, através de uma entrevista contendo 09 questões, gravada na residência dos participantes na cidade de Londrina.

Os resultados parciais têm apontado que os sujeitos não se arrependeram de terem passado por este procedimento, e nenhum retornou ao peso anterior a cirurgia. Pode-se perceber que os principais motivos que os levaram a optar por este procedimento foram os problemas de saúde, o desejo de melhorar a estética e as limitações físicas e profissionais ocasionadas pela obesidade. A maior parte dos participantes mudou positivamente seu estilo de vida após a cirurgia, tendo hábitos mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

AGRA, Glenda; HENRIQUES, Maria Emília Romero de Miranda. Vivência de mulheres que se submeteram a gastropластиa. In: *Revista Eletrônica de Enfermagem*. [S/D]. Disponível em: <http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl3?sid=metalib:DOAJ&id=doi:&genre=&isbn=&issn=15181944&date=2009&volume=11&issue=4&spage=&epage=&aulast=Agra&aufirst=Glenda&auinit=&title=%20Revista%20Eletr%C3%B4nica%20de%20Enfermagem&atitle=Viv%C3%Aancia%20de%20mulheres%20que%20se%20submeteram%20%C3%A0%20gastropластиa&sici=&__service_type=&pid=<metalib_doc_number>060005243</metalib_doc_number><metalib_base_url>http://svrperiodicos2.periodicos.capes.gov.br</metalib_base_url><opid></opid>>. Acesso em: 18 de março de 2011.



ANGELIS, R.C.. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas. In: *Riscos e Prevenção da Obesidade*. v.39, n. 3, jul/set, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-93322003000300016&lang=pt>. Acesso em: 02 de março de 2011.

GUEDES, A.C.; et al. Qualidade de vida em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica do tipo Derivação Biliopancreática com Preservação Gástrica. In: *Revista do Instituto de Ciências da Saúde*. São Paulo, 2009. Disponível em:< <http://files.bvs.br/upload/S/0104-1894/2009/v27n3/a003.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2011.

SANTOS, Raquel do Carmo. Apoio psicológico para evitar recaída após cirurgia bariátrica. In: *Jornal da Unicamp*. 2009. Disponível em: < http://www.saudeemmovimento.com.br/reportagem/noticia_frame.asp?cod_noticia=3258>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

SANTO, Marco Aurélio; CECCONELLO, Ivan. Obesidade mórbida: controle dos riscos. In: *Arquivos de gastroenterologia*, São Paulo, v.45, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000428032008000100001&Lang=pt>. Acesso em: 14 de março de 2011.

SANTO, Marco Aurélio; RICCIOPPO, Daniel; CECCONELLO, Ivan. Tratamento cirúrgico da obesidade mórbida implicações gestacionais. In: *Revista de Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v.56, n.6, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302010000600001&lang=pt>. Acesso em: 14 de março de 2011.

OLIVEIRA, Verenice Martins; LINARDI, Rosa Cardelino; AZEVEDO, Alexandre Pinto de. Cirurgia bariátrica – aspectos psicológicos e psiquiátricos. In: *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v.31, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832004000400014&lang=pt>. Acesso em: 14 de março de 2011.



PROCEDIMENTO DE MODELAGEM APLICADO A UM CASO CLÍNICO DE PSICOTERAPIA INFANTIL

Angela Boso Dias – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof^ª. Ms. Eliane Belloni – Centro Universitário Filadélfia- UniFil

RESUMO:

A psicoterapia comportamental infantil possui uma metodologia específica e tem como uma das principais preocupações a sistematização de seus dados. Isto é importante porque permite ao psicoterapeuta identificar e dimensionar os problemas comportamentais e analisar o mais objetivamente possível seu procedimento junto à criança. Também, pode-se ressaltar a importância de que os objetivos desejados podem ser avaliados com o intuito de utilizar procedimentos adequados para alcançar resultados significativos. Um procedimento utilizado amplamente pela análise experimental do comportamento tem sido o procedimento conhecido por modelagem. Segundo Moreira; Medeiros (2007, p.60) o procedimento de modelagem é caracterizado por “um procedimento diferencial de aproximações sucessivas de um comportamento. O resultado final é um novo comportamento”. Uma dificuldade encontrada pelos psicólogos de base comportamental tem sido extrapolar os conhecimentos produzidos em laboratório e transportá-los para a intervenção clínica. O caso descrito refere-se a uma criança de 04 anos de idade que recebeu atendimento na clínica de psicologia da UniFil e teve como queixa o comportamento de apego excessivo em relação à mãe. A intervenção baseou-se no procedimento de modelagem da resposta de entrar na sessão psicoterapêutica sem a presença da mãe, uma vez que a criança em questão não se separava da mesma em momento algum. Para o caso específico, utilizou-se de 14 sessões subdivididas em: 3 sessões de rapport na presença da mãe, essas sessões não se caracterizaram por nenhuma intervenção específica; 7 sessões com saídas da mãe da sala em um tempo que foi aumentado gradativamente ao longo dos atendimentos e com isso a terapeuta reforçava o comportamento da criança em ficar na presença dela sem a mãe, que sempre voltava à sessão afim de que a criança não sentisse nenhum desconforto pela ausência da mesma; 1 sessão foi utilizada a técnica do coelho, que consistiu em introduzir na sala alguns reforçamentos arbitrários como pegadas de coelho entre a recepção e a sala de psicoterapia, um coelho de pelúcia dentro da sala, brinquedos e bombons. Este procedimento teve como objetivo tornar o ambiente terapêutico, afastado da mãe, o mais reforçador possível. Os resultados alcançados foram satisfatórios, atualmente a criança não só faz sessões terapêuticas sem a presença mãe, como também apresenta-se desapegado em outras situações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento de apego excessivo; psicoterapia infantil; modelagem.



De acordo com Moreira e Medeiros (2007) pode-se classificar como operante aquele comportamento que produz conseqüências (modificações no ambiente) e é afetado por elas. Entender o comportamento operante é fundamental para compreender como aprendemos nossas habilidades e nossos conhecimentos, ou seja, falar, ler, escrever, raciocinar e até mesmo como aprendemos a ser quem somos, a ter nossa personalidade.

Segundo Guilhardi (2004), Os comportamentos e os sentimentos são produtos das contingências de reforçamento e estas produzem: comportamentos operantes que são emitidos e que podem ser públicos e privados, ou seja, podem ser observados pela pessoa que se comporta e, se públicos, pelo outro também; comportamentos respondentes que são eliciados e estados corporais que são conjunto de reações orgânicas, em geral respondentes, percebido como uma reação global do corpo como por exemplo, “Sinto-me esquisito”, “Estou me sentindo desconfortável”, podendo ser privados e públicos”.

Tanto os comportamentos como os sentimentos são produtos colaterais das contingências de reforçamento e não produtos do comportamento, que compõem as histórias genéticas e ambientais em conjunto com as contingências presentes. Tanto os comportamentos operantes, como os respondentes e os estados corporais não têm naturezas diferentes, são todas manifestações do organismo e sujeitos a leis comportamentais próprias. O que a pessoa observa, percebe ou sente, no caso dos respondentes e estados corporais, são manifestações do corpo e não sentimentos. De acordo com Skinner (1959) apud Guilhardi (2004), “Uma formulação behaviorista não ignora sentimentos, ela simplesmente muda a ênfase do sentimento para o que é sentido”. Na prática da comunidade verbal virou hábito chamar de sentimento aquilo que é sentido no corpo, ou seja, o correto seria dizer “o que você sente é o seu corpo se comportando” e não “você tem sentimento”. Pode-se concluir que os sentimentos são termos atribuídos aos comportamentos respondentes e aos estados corporais sentidos. O mais apropriado seria dizer “observo”, “percebo”, “sinto” meu corpo e não “eu tenho sentimentos.”

Em se tratando de crianças, as mesmas se reportam ao seu mundo interno baseando-se no que a comunidade sócio verbal lhe ensina. Assim, sentimentos de medo e apego excessivo podem referir-se a controle de estímulos aversivos experimentados pela criança. No



caso específico G. experimentava sentimentos de insegurança constante em relação a ausência materna.

G. é um menino de quatro anos que veio para atendimento psicoterápico com a queixa de apego excessivo com a mãe após a morte de sua avó materna e de seu cachorro preferido. Segundo a mãe, G. era muito apegado à avó e após esta falecer G. não aceita mais ficar sem a mãe, tendo esta que ficar sempre no campo de visão de G. A mãe relata que não pode nem tomar banho sozinha, tem sempre que levar G. junto e que no começo do ano ela tentou colocar G. na creche, mas durante os cinco dias que ficou na creche, G. não comia e nem interagia com as crianças, ficando sempre sozinho em um canto da sala segundo o relato de sua professora.

O procedimento utilizado na terapia foi de modelagem de comportamento. De acordo com Moreira; Medeiros (2007, p. 60), “A modelagem é um procedimento de reforçamento diferencial de aproximações sucessivas de um comportamento. O resultado final é um novo comportamento”. Como G. não entrava sem a mãe na sessão, então a mãe entrava e permanecia por alguns minutos na sessão e depois saía, permanecendo alguns minutos fora da sessão e depois retornava e reforçava o comportamento de G. ter ficado sozinho com a terapeuta na sessão. Em todas as sessões foi utilizado o mesmo procedimento, só que em cada sessão o tempo de permanência da mãe na sessão diminuía e aumentava o tempo de permanência da mãe fora da sessão. Após 2 meses de terapia, G. passou a entrar sozinho na sessão com a terapeuta, aceitando deixar a mãe na recepção e após isso a mãe relatou que G. já sai sozinho com seu avô e que a mãe não precisa mais estar sempre no campo de visão de G.

Do ponto de vista da análise do comportamento, o comportamento alvo foi atingido (ficar longe da mãe o maior tempo possível) e o procedimento utilizado foi adequado o que resultou em resultados satisfatórios. Hoje a criança apresenta-se bem em relação ao comportamento excessivo trazido como queixa.

REFERÊNCIAS

GUILHARDI, H. J. *Considerações sobre o papel do terapeuta ao lidar com os sentimentos do cliente*. ESETec Editores Associados, 2004.



Moreira, M. B.; Medeiros, C. A. *Princípios básicos da análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SKINNER, B. F. *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas - SP: Papyrus, 1991.



NATURALIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA: A PERSPECTIVA CRÍTICA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA NA CONTEMPORANEIDADE

Barbara Castanho Santana; Karina Anschau; Lariane Lacerda de Oliveira; Rhoana Fernanda

Vido de Oliveira - Alunos do 2º ano do Curso de Psicologia – UniFil

Orientadora: Eliane Belloni - Psicóloga, docente da UniFil - Mestre em Psicologia e
sociedade/UNESP- Assis

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo abordar o desenvolvimento da adolescência como um processo histórico e não natural, como o defendido pela visão liberal, que dita que os aspectos psicológicos e os comportamentos são inerentes ao ser humano. A psicologia sócio-histórica chega para criticar a visão naturalista de homem, afirmando que a adolescência foi criada em função do capitalismo. Por adolescência, diz-se de um período caracterizado por múltiplas transformações no aspecto psicológico do ser. Esta diferencia-se da puberdade, pois a mesma inclui processos fisiológicos de alterações biológicas no desenvolvimento, o que faz com que corpo infantil se transforme num corpo adulto. Entretanto, não se pode confundir puberdade com adolescência, visto que esta última, por se caracterizar como um estágio de origem sócio psicológico estaria em constante transformação de acordo com os diferentes períodos históricos aos quais o homem esta submetido.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalização, Psicologia Sócio-Histórica, Adolescência, Contemporaneidade.

A adolescência tem sido designada com uma etapa natural do desenvolvimento humano, que compreende o período entre a fase infantil e a fase adulta, onde mudanças fisiológicas e psicológicas ocorrem concomitantemente. Dentro dessa perspectiva, acredita-se que todos os comportamentos manifestados pelos indivíduos na adolescência, sejam característicos da fase. Entretanto, o que se esquece de falar é que as mudanças no físico dos adolescentes diz respeito ao crescimento e desenvolvimento do organismo, característicos da puberdade, que é natural, podendo ser adiantada ou tardia em algumas pessoas. É a modificação do corpo preparando-se para a fase adulta, onde irá adquirir características definitivas.



“O homem, colocado na visão liberal, é pensado de forma descontextualizada, cabendo a ele a responsabilidade por seu crescimento e por sua psicológica. Um homem que "puxa pelos seus cabelos e sai do pântano por um esforço próprio". Um homem que é dotado de capacidades e possibilidades que lhe são inerentes, naturais. Um homem dotado de uma natureza humana que lhe garante se desenvolvida adequadamente, ricas e variadas possibilidades.” Bock (1999) apud Bock (2004) p.27.

Assim, não é possível afirmar que as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes no quesito emocional e psicológico devem-se as mudanças ocorridas somente pela puberdade. Alterações frequentes de humor, rebeldias, insatisfações, desejo de estar sempre em grupo, crises existenciais, sentimento de nunca ser compreendido pelos pais, não é natural do ser humano, mas sim comportamentos reforçados pelo contexto psico-social em que o indivíduo está inserido.

Segundo BOCK (2002), a abordagem sócio histórica ao estudar a adolescência não faz a pergunta “o que é adolescência”, mas “como se constitui historicamente este período do desenvolvimento”. Pode-se dizer que a adolescência surgiu como consequência do capitalismo, e que para a inserção do jovem no mercado de trabalho é exigido uma maior capacitação, ou seja, passou a ter um maior tempo de preparo intelectual, de escolaridade.

“O jovem se distancia do mundo do trabalho e, com isso, se distancia também das possibilidades de obter autonomia e condições de sustento. Aumenta o vínculo de dependência do adulto, apesar de já possuir todas as condições para estar na sociedade de outro modo. É dessa relação e de sua vivência em quanto contradição que se constituirá grande parte das características que compõem a adolescência: a rebeldia, a moratória, a instabilidade, a busca de identidade e os conflitos (“...”) (BOCK, 2002, p. 170).

Sendo assim, houve um retardamento da vida adulta, fazendo com que os jovens fossem desvalorizados, vistos como um aspecto negativo e imaturo não tendo finalidade alguma, quando poderiam já estar trabalhando. Tornam-se assim mais dependentes de seus pais e detidos das expectativas impostas por eles.

A adolescência para a concepção sócio histórica é um estágio do desenvolvimento constituído a partir de relações sociais e econômicas, influenciadas pelo meio em que o



indivíduo está inserido, isto é, cada cultura tem sua visão de mundo, sendo assim o contexto histórico é quem faz a identidade de adolescente. Bock (2004) afirma que:

“Não há nada de patológico; não há nada de natural. A adolescência é social e histórica. Pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali; pode existir mais evidenciada em um determinado grupo social, em uma mesma sociedade (aquele grupo que fica mais afastado do trabalho), e não tão clara em outros grupos (os que se engajam no trabalho desde cedo e adquirem autonomia financeira mais cedo). Não há uma adolescência, como possibilidade de ser; há uma adolescência como significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas.” Bock (2004) p.42.

Já na contemporaneidade, a adolescência vem sendo ditada como ideal cultural e facilitada pela cultura de consumo e pelo culto à liberdade, valorizando e tornando-a um estilo de vida. Como consequência, temos uma busca frenética pelo estilo de vida “adolescência”, atrás de liberdade, e ausência de responsabilidades impostas ao adulto, ocorrendo assim um prolongamento à entrada da vida adulta e um encurtamento da infância. GARCIA; ROCHA, 2008

“Atualmente é cada vez mais difícil concebermos a juventude adolescente como uma fase de amadurecimento, como um momento transitório e evolutivo, e cada vez mais fácil perscrutar através dela os ideais que regem a vida.” GARCIA; ROCHA, 2008 P. 626.

Regida principalmente pelo mercado de consumo, a adolescência dita tendências mercadológicas e culturais supervalorizadas pela mídia, desvinculando o destino do produto a limitações de idade, sendo ele destinado igualmente a adultos e adolescentes.

Em função do ideal de consumo, e a busca pelo consumo exacerbado, temos cada vez mais adolescentes entrando na vida criminal, em busca de satisfazer esse ideal para assim ser aceito na sociedade, um problema percebido e enfocada na sociedade contemporânea. O adolescente torna-se vítima do próprio sistema.

Temos hoje uma sociedade consumista, extremamente competitiva e com vínculos afetivos pobres, como consequência, temos o adolescente “vazio”, que não lê, não pensa, e não tem opinião, ele simplesmente é regido pelo que a sociedade impõe. Assim, hoje, o adolescente apresenta serias dificuldades em manter uma identidade estável, dificultando projetos de vida. GARCIA; ROCHA, 2008



REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. *Psicologia Sócio- Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão*. [S/D]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

CHIMELLI, Mannoun. *Amar os adolescentes*. São Paulo: Quadrante, 2005.

SIANCHI, Pedro Gildo. *Adolescência Serena: Lições de Higiene Física e Mental*. São Paulo: Flamboyant, 1963.

ROCHA, Ana Paula Rongel; GARCIA, Cláudia Amorim. A adolescência como Ideal Cultural Contemporâneo. *Psicol. Cienc. Prof.* v.28, n.3, p. 622-631, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932008000300014&script=sci_arttext>. Acesso: 19 de setembro de 2011.



BRINQUEDOTECA: ESPAÇO TERAPÊUTICO PARA UMA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA COM CRIANÇAS

Beatriz Torres Criscitiello; Evilin Roumaine Dutra Santos Gonçalves – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora - Francisca Carneiro de Sousa Klöckner – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O presente artigo busca expor a experiência desenvolvida na prática da disciplina Psicologia Aplicada a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, presente na grade curricular do 4º ano matutino do curso de Psicologia da UNIFIL- Centro Universitário Filadélfia. O trabalho foi realizado com sete crianças de ambos os sexos, com diversas deficiências, na faixa etária de dois aos quatro anos, nas dependências de uma instituição de ensino voltada para estas necessidades. O espaço utilizado foi a brinquedoteca da própria escola. A qual dispunha de diversos recursos lúdicos, tais como: jogos, livros de histórias infantins, fantoches, escorregador, balanço, brinquedos pedagógicos, bolas, bonecas, bichos de pelúcia, carrinhos, espelhos, entre outros. Nosso objetivo consistiu em propor atividades lúdicas voltadas para a socialização, conscientização de limites e relacionamento interpessoal. Os procedimentos consistiram em, inicialmente, observar as crianças na brinquedoteca e estabelecer vínculos com as mesmas, para posteriormente realizar as intervenções. Foi utilizada também a Ludoterapia como uma técnica de aproximação das crianças, proporcionando um ambiente acolhedor e convidativo. Ressaltamos em nosso trabalho a questão da acessibilidade que consiste, de um modo geral, em uma forma de permitir que qualquer pessoa com deficiência participe de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação. Com esta intervenção as crianças começaram a compreender a brinquedoteca como um espaço de liberdade de expressão, por meio do respeito, onde o aprender a se relacionar foi algo divertido e prazeroso.

PALAVRAS-CHAVE: Ludoterapia, crianças, necessidades especiais, brinquedoteca.

A disciplina Psicologia Aplicada a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, nos possibilita a oportunidade de conhecer e desenvolver propostas de intervenção com pessoas que tenham algum tipo de deficiência.

A deficiência pode ser definida, de forma sucinta, como todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimentos, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas.



Deste modo, o lugar escolhido para a realização deste trabalho foi uma instituição de ensino que atende diversas crianças com esta demanda, localizada no município de Londrina-PR.

O grupo foi composto por crianças com idades entre dois e quatro anos, com diferentes deficiências, como por exemplo, Síndrome de Down, Hemiparesia, Paralisia Facial, Anóxia Neonatal e Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor.

A primeira etapa do trabalho esteve voltada para a observação das crianças e estabelecimento de vínculos para que fosse possível, posteriormente, desenvolver um trabalho satisfatório com as mesmas.

O espaço utilizado para a intervenção foi a brinquedoteca da própria instituição que dispunha de vários recursos lúdicos como: jogos, livros de histórias infantins, fantoches, escorregador, balanço, brinquedos pedagógicos, bolas, bonecas, bichos de pelúcia, carrinhos, espelhos, entre outros.

No total, foram realizados nove encontros com as crianças, os quais ocorreram semanalmente, com duas horas de duração, no período de maio a agosto do corrente ano.

Inicialmente observou-se que as crianças ficavam muito eufóricas ao entrar na brinquedoteca. Apresentaram dificuldades no que se refere a dividir o brinquedo com os colegas, esperar a vez de brincar e se concentrar na atividade que estava sendo proposta, mostrando-se muito agitadas. Acreditamos que um dos fatores que influenciava este comportamento era devido ao fato de que as crianças não dispunham destes recursos em suas casas, pois a maioria era composta por crianças de origem muito carente e o contato com estes recursos lúdicos se restringiam ao horário de aula na brinquedoteca, cerca de cinquenta minutos.

Iniciou-se, portanto, um trabalho fundamentado nos princípios da Ludoterapia, como uma técnica de aproximação das crianças, proporcionando um ambiente acolhedor e convidativo, pois esta corresponde a uma psicoterapia adaptada para o tratamento infantil, através do qual a criança, brincando, projeta seu modo de ser.

O objetivo deste tipo de análise é ajudar a criança, através da brincadeira, a expressar com maior facilidade os seus conflitos e dificuldades, ajudando-a em sua solução, para que



ela consiga uma melhor integração e adaptação social, tanto no âmbito da família como da sociedade em geral. Assim, o terapeuta por meio do brincar observa e interpreta suas ações para compreender o mundo interno e a dinâmica da personalidade da criança.

Apesar de se tratar de um grupo de crianças muito pequenas os resultados foram satisfatórios, pois ao longo das intervenções percebemos que as crianças começaram a se relacionar melhor umas com as outras, respeitando os limites e interagindo de forma mais sociável naquele ambiente.

Observou-se com este trabalho também, a importância de estar sempre atento durante o processo de intervenção, pois as crianças se manifestam o tempo todo por meio das brincadeiras. Não se pode esquecer que cada criança é única em suas necessidades e limites. Portanto, proporcionar à criança sua independência e autonomia, também é uma forma de respeitá-la como ela é.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cíntia Bortolotto. *Experiências de um Ludoterapeuta Centrado na Pessoa*. Disponível em: <www.encontroacp.psc.br>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

AXLINE, Virginia Mae; ROGERS, Carl R. (Introd.). *Ludoterapia - A dinâmica interior da infância A dinâmica interior da infância*. Belo Horizonte: Interlivros, 1972.

OAKLANDER, Violet. *Descobrendo crianças: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes*. São Paulo: Summus, 1980.

PROGNOLATO, Mariuza. Ludoterapia: A terapia da Criança. *Portal Psicopedagogia Oline*, 2005. Disponível em: <www.psicopedagogia.com.br>. Acesso em: 13 de junho de 2011.

SEKKEL, Marie Claire. *A construção de ambientes inclusivos na educação infantil*. Projeto de pesquisa. Instituto De Psicologia – USP, Laboratório De Estudos Sobre O Preconceito – LAEP. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/laep/Claire>>. Acesso em 20 de junho de 2011.



MUDANÇAS DE HÁBITO E CONTEÚDO DA LEITURA DOS ALUNOS DO 1º E 5º ANOS DE PSICOLOGIA

Bruna Prato; Marianna Santini Gonçalves; Mayara Valério Barbosa; Milena Fantaussi Rocha
– Alunos do Cento Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador - Prof. Ms. Renata Moreira da Silva - Cento Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho intitulado “Mudanças de Hábitos e Conteúdos da Leitura dos Alunos do 1º e 5º Anos de Psicologia” refere-se a uma pesquisa ainda em andamento, desenvolvida na disciplina de Estágio em Pesquisa do segundo ano de Psicologia. Esta pesquisa pretende produzir conhecimento visando à contribuição para a comunidade científica e a sociedade em geral a partir de investigações sobre as mudanças do hábito de leitura dos universitários, qual tipo de leitura os alunos tinham antes de ingressar no curso de Psicologia e qual tipo de literatura eles buscam após ingressar no 3º grau. A amostra da pesquisa foi composta por 78 alunos do 1º ano e 28 alunos do 5º ano do curso de Psicologia dos períodos matutino e noturno, do Centro Universitário Filadélfia – UniFil em Londrina no Paraná. A participação dos estudantes foi voluntária e a coleta de dados ocorreu de forma coletiva em uma única sessão para cada turma. O instrumento utilizado foi um formulário com sete perguntas objetivas contendo subitens e uma subjetiva abordando assuntos como: frequência de leitura, conteúdos lidos e uma autoavaliação do hábito de leitura. Considera-se como hipótese que há uma mudança nos hábitos de leitura dos alunos durante o curso universitário e também se supõe que há alterações no conteúdo das leituras. Os dados foram analisados pelas pesquisadoras e tabulados para uma análise quantitativa e qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Hábitos de Leitura, Universitários, Psicologia.

Segundo Garrido (1998) *apud* Oliveira & Santos, (2005) a responsabilidade da leitura em uma educação de qualidade é inquestionável, mas as evidências apontam que diversos alunos saem do ensino fundamental e médio sem essa habilidade e ingressam no ensino superior com sérias deficiências no comportamento de leitura. Por isso esta pesquisa tem por objetivo investigar se os universitários estão ingressando no 3º grau com essas deficiências no comportamento de leitura e se ao concluírem a faculdade não apresentam mais tais deficiências, ou seja, pretende-se verificar as mudanças de hábitos de leitura dos estudantes de psicologia durante o curso.

Para Santos (1991) *apud* Oliveira, (2005), o sucesso do aluno no ensino superior decorrerá a partir da sua maturidade no hábito de leitura, assim, o papel da universidade é



planejar, desenvolver e administrar programas de superação das limitações relacionadas à dificuldade de leitura.

A leitura é útil como instrumento do conhecimento e da comunicação, mas sua importância vai além, pois antes de fazermos algo com a leitura, e a escrita, é ela que nos faz algo. Nas palavras de Larrosa (*apud DELAMARO, et al. 2006*) “... trata-se de pensar a leitura como algo que nos forma (ou nos de-forma ou nos trans-forma), como algo que nos constitui ou nos põe em questão naquilo que somos. A leitura, portanto, não é só um passatempo, um mecanismo de evasão do mundo real ou do eu real. E não se reduz, tampouco, a um meio de se conseguir conhecimento”.

A primeira etapa da pesquisa foi a busca de uma revisão de literatura que reuniu diversos textos e artigos científicos a respeito da leitura nas universidades, das capacidades de compreensão da leitura, e do tema leitura em geral. A proposta desta etapa foi obter informações e conteúdos de pesquisas já realizadas sobre a leitura e com isto elaborar uma nova linha de pesquisa.

Depois de reunir as informações teóricas, foi desenvolvido um formulário com sete questões objetivas e uma subjetiva a respeito da frequência de leitura, conteúdos lidos e autoavaliação dos hábitos de leitura. Este formulário foi aplicado para cada uma das turmas envolvidas, nas salas de aula a todos os presentes no momento da aplicação.

Com base nos dados coletados a partir dos formulários, foram criadas tabelas para análise quantitativa e qualitativa dos resultados. Cada tabela foi descrita para melhor observação dos dados e uma comparação entre os sujeitos das turmas do 1º e 5º anos foi realizada. Procurou-se analisar também as porcentagens gerais dos alunos.

Até o momento foram encontrados resultados parciais que se referem às prioridades de entretenimento dos universitários. A maioria dos participantes (36,79%) não prioriza a leitura impressa em suas formas de lazer, mas sim o acesso a internet. Em segundo lugar na classificação dos alunos (30,18%), encontra-se a opção “sair com os amigos”. Estes dados mostram que os alunos ainda não dedicam a maior parte do seu tempo livre e de lazer para a leitura de livros, jornais, etc.



Ao avaliar seus hábitos de leitura 60,37% dos alunos consideram ter bons hábitos de leitura, sendo que do total de 106 alunos 50,94% indicaram ler diariamente. Em contrapartida a maioria dos universitários (37,73%) indicaram ler somente de 1 a 3 livros anualmente.

REFERÊNCIAS

DELAMARO, M. *Et al.* Sobre hábitos de leitura de estudantes de engenharia: um diagnóstico preliminar. In: COBENGE, XXXIV., 2006, Passo Fundo. *Anais...*Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.dee.ufma.br/~fsouza/anais/arquivos/9_256_304.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2011.

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, A. A. A. Dos. *Compreensão em Leitura e Avaliação da Aprendizagem em Universitários*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24825.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2011.

SILVA, M. J. M. da; SANTOS, A. A. A. Dos. *A avaliação da compreensão em leitura e o desempenho acadêmico de universitários*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a13.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2011.

SAMPAIO, I. S.; SANTOS, A. A. A. Leitura e redação universitária entre universitários: Avaliação de um programa de intervenção. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 31-38, jan/jun 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a04.pdf>>. Acesso em: 11 de abril de 2011.



FATORES EMOCIONAIS RELACIONADOS AO ATO DE COMPRAR COMPULSIVAMENTE

Camila Milleny Moreno; Ana Paula Martins; Aline Aparecida Borges; Aliny Vanucchi dos Santos; Camila Milleny Moreno; Francielle Beatriz de Lima; Francislene Negri Mazia –
Alunos da Faculdade Ingá - Uningá
Orientador – Prof. Ms. João Ricardo N. Vissoci - Faculdade Ingá - Uningá

RESUMO:

O presente artigo expõe uma pesquisa científica realizada com mulheres da cidade de Maringá – PR. Pesquisaram-se os fatores emocionais relacionados à oniomania, que é o ato de comprar compulsivamente. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória de campo, onde foram aplicado questionários contendo 18 questões, em cinquenta mulheres com idade de 20 à 35 anos, escolhidas aleatoriamente no centro da cidade de Maringá – PR. com alternativas sim ou não, relacionado a comportamentos, sentimentos e percepções sobre o ato de comprar. Os resultados encontrados mostraram a frequência de comportamentos e sentimentos característicos da oniomania, assim como as atitudes mais marcantes.

PALAVRAS-CHAVE: compulsão por compras, fatores emocionais, capitalismo.

A compulsão por compras é um distúrbio psíquico denominado oniomania, que se refere à perda do controle do ato de comprar. O comprar patológico não está ligado ao excesso de produtos adquiridos nem ao excesso de gastos, mais ao sofrimento do indivíduo frente à compra, pois a aquisição de um produto é fruto do que se sente e não do que se pensa. Ela é executada para reduzir o sofrimento, tentar prevenir ou evitar o evento ou situações temidas. Ela só é caracterizada como um distúrbio a partir do momento em que causa danos constantes para o indivíduo.

Após capitalismo o consumo passou a interferir diretamente sobre o comportamento, valores e atitudes. A sociedade capitalista vive de imediatismo, consumindo apenas para satisfazer os seus desejos.

Devido à compulsão por compra estar ligado aos fatores emocionais a pesquisou-se que quais desses fatores que levam as mulheres de 20 a 35 anos à comprar compulsivamente, procurou identificar o estado emocional do indivíduo no processo de compra, e os momentos



que surgem a necessidade de comprar, assim como os comportamentos e sentimentos mais frequentes de mulheres que apresentam tendência a compulsão por compra.

Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo do tipo exploratória quantitativa. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário, elaborado pelos próprios pesquisadores. O mesmo foi aplicado em 50 mulheres com a faixa etária de 20 a 35 anos, no centro da cidade de Maringá – Pr.

Os resultados encontrados foram divididos em três subitens principais, que representam cada assunto contido no questionário, Sentimentos ao realizar uma compra; Comportamentos ao realizar uma compra e percepção sobre atitudes frente ao processo de Compras.

TABELA 1. Frequência de comportamentos em relação ao comprar para mulheres de 20 à 35 anos.

FREQUÊNCIA DE COMPORTAMENTOS	SIM	NÃO
	N %	N %
SENTIMENTOS AO REALIZAR UMA COMPRA		
Comprar como divertimento	34 (34)	66 (66)
Comprar para melhorar o humor e reduzir o estresse do cotidiano	76 (51)	74 (49)
Compro impulsivamente quando estou deprimido ou chateado	23 (23)	87 (87)
COMPORTAMENTOS AO REALIZAR UMA COMPRA		
Sou rápida ao comprar	23 (46)	27 (54)
Compro mesmo não podendo pagar	6 (12)	44 (88)
Faço compras não planejadas, mesmo com pouco dinheiro	62 (41)	88 (59)
Gastar assim que eu recebo	31 (62)	19 (38)
Dificuldade de controlar o impulso de compras	9 (18)	41 (82)
PERCEPÇÃO SOBRE ATITUDES FRENTE AO PROCESSO DE COMPAS		
Quantidade de tempo olhando um produto é alta	32 (64)	18 (36)
Necessidade de comprar surge de repente	11 (22)	39 (78)
Procuro incessantemente algo atraente para comprar	12 (24)	38 (76)
Não analiso as opções antes de realizar uma compra	18 (36)	32 (64)

Os resultados obtidos evidenciaram que os indivíduos compram para melhorar o humor e reduzir o estresse do dia a dia, evidenciando assim que o ato de comprar está relacionado ao sofrimento individual e que o consumo é uma forma de alívio das tensões e angustias internas. Constatou-se também que os participantes realizavam compras não planejadas mesmo com pouco dinheiro, demonstrando que a oniomania causa danos



constantes ao indivíduo, correspondendo a um dos critérios que a caracteriza como compulsão.

Outro aspecto importante encontrado é o fato de que os indivíduos não analisam as opções antes de efetuar uma compra, mostrando que as compras são influenciadas pelo imediatismo promovido pelo estilo de vida capitalista, onde se consome sem pensar no amanhã, apenas para satisfazer os desejos mais imediatos, aliviando assim as angustias.

REFERENCIAS

COSTA, Filipe Campelo Xavier. *Influências Ambientais e o Comportamento de Compra por Impulso: um Estudo em Lojas Físicas e Virtuais*. 2002. 186f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GARBOGGINI, F. B. *Processo de decisão de compra: Estudos do Consumidor*. [S/D]. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br>>. Acesso em 17 de agosto de 2009.

GONDAR, J. Sobre as compulsões e o dispositivo psicanalítico. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. v. 4 n.2 Rio de Janeiro jul/dez 2001.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-IV-TR. 4. ed., Editora Artmed, 2003.

MILLER, D. *Consumo como cultura material*. *Horiz.antropol*.v.13, n.28, Porto Alegre, July/Dec 2007.

RAMOS, C. *Consumismo e gozo: uma compreensão de ideologia entre T. W. Adorno e J. Lacan*. [S/D]. Disponível em <http://revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1678-51772008000200006&script=sci_arttext>. Acesso em 04 de abril de 2010.

RETONDAR, M. A. A (re) construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades. *Sociedade e Estado*, v.23, n. 1, Brasília, 2008.

SEVERIANO, M. F. V. *Narcisismo e Publicidade*, 2. ed., Annablume editora, 2007.

TAVARES, H; LOBO, D. S. S; FUENTES, D.; BLACK, Donald W. Compras compulsivas: uma revisão e um relato de caso. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 30, São Paulo, 2008.

TORRES, A. R; Diagnóstico diferencial do transtorno obsessivo-compulsivo. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, 2001.



LOUCURA ATRAVÉS DOS TEMPOS: UM VIÉS PARA A ARTE

Caroline Gomes da Silva - Faculdade Pitágoras - Campus Londrina

Orientadora: Simone Martin Oliani - Faculdade Pitágoras - Campus Londrina

RESUMO:

Neste artigo trataremos do tema loucura, através dos tempos e dos conceitos estabelecidos socialmente para classificá-lo. Em paralelo faremos uma breve análise da vida de grandes personalidades da História, que deixaram suas marcas, porém foram intitulados “loucos”. Mostraremos o papel da sociedade na formação do conceito e assim como as Agências de Controle podem exercer seu papel.

PALAVRAS-CHAVE: Loucura, arte e sociedade.

INTRODUÇÃO

Os conceitos de “loucura” através dos tempos e de cada cultura inserida percorreram um trágico e inusitado caminho de transformações, desde os primatas até os dias de hoje.

Sendo um vôo rápido, nem tampouco uma visão apenas historicista, mas com relevância crítica, de cada momento vivido pela “loucura”. Relatando idéias de Sócrates, Platão, Hipócrates e Aristóteles. Descrevendo o conceito nos momentos históricos marcantes como: Renascimento, Era Cristã, Malleus Maleficarum (Malha as Bruxas), Iluminismo ao surgimento dos primeiros hospitais psiquiátricos na Europa e a chegada da Reforma Psiquiátrica também ao Brasil.

Fazendo uma ponte da expressão da arte e suas formas de colocação no meio social, a marginalização conceitual dada aos “loucos”, agências controladoras, conceitos socialmente construídos, chegando a vida e obra de personalidades marcantes como: Arthur Bispo do Rosário, Estamira, Vincent Van Gogh, Camille Claudel e Friedrich Nietzsche.

MÉTODO

Método decorrido: Ao longo do ano de 2009, foram escolhidos os itens que iriam compor o tema central, a partir de então se buscou referências bibliográficas, itens de mídia e



comunicação que fariam ponte com o interesse relevante do artigo. Através de uma fundamentação teórica e de métodos dialéticos fazendo a reflexão crítica em conjunto com a Orientadora. Material: Revisão Bibliográfica sendo este o alicerce central na busca de textos referentes à compreensão e levantamento de hipóteses críticas ao tema. Foi assistido filme como: Estamira: Missão Cumprida (vide referências) e leitura de livros citados nas referências gerais do artigo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Após leituras sobre o conceito de “loucura” através dos tempos, momentos históricos marcantes e visões de grandes pensadores. Podem-se verificar relevante mudança nos conceitos marginalizadores, porém os mesmos não deixam de mostrar-se normatizadores.

Passou-se por momentos sociais onde qualquer tipo de comportamento que saísse da norma, da conduta aceitável pelo meio, era tratado com estranheza, houve-se então o silenciamento dos “loucos”, a retirada dos mesmos do convívio social.

Ao fazer a análise da vida e obra dos artistas mencionados no artigo, verificou-se uma busca inconstante pela expressão de sua subjetividade (inconsciência e consciência) através da arte (esculturas, filosofia discursiva, pintura e entre outras) em contextos severos de crítica moral. Entretanto em meio a turbulência social ditando a conduta dos “corpos dóceis” surge a dita “loucura” em um viés de arte e expressão.

CONCLUSÃO

Neste controle de subjetividade, onde pensar de forma inovadora nem sempre é bem quisto, surgem no viés da Arte grandes opositores a estas agências de controle, pessoas com idéias a frente de sua época, com um sentimento de busca e uma imensa sensibilidade. Ficará a secular indagação: Existe Loucura ou seria um termo construído pela sociedade, por não saber lidar com o diferente?



REFERÊNCIAS

ARICÓ, CR. *Reflexões sobre a loucura*. São Paulo: Ícone, 1896.

FOUCAULT, M. *Doença Mental e Psicologia*. Tradução de Lilian Rose Shalders. 2 ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

FOUCAULT, M. *História da loucura*. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRAYSE-PEREIRA, João. *O que é loucura*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

PESSOTTI, Isaias. *Os nomes da loucura*. São Paulo: 34 Ltda, 1999.

PESSOTTI, Isaias. *O século dos Manicômios*. São Paulo. 34 Ltda, 1996.

PRADO, Marcos. Documentário Estamira. Disponível em: <<http://www.estamira.com.br/>>. Acesso em 01 de agosto de 2009.

WIKIPEDIA, A enciclopédia Livre. *Vincent Van Gogh*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vincent_van_Gogh#Biografia>. Acesso em 13 de maio de 2009.

WIKIPEDIA, A enciclopédia Livre. Friedrich Nietzsche. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_nietzsche#Biografia>. Acesso em 17 de maio de 2009.

WIKIPEDIA, A enciclopédia Livre. *Bispo do Rosário*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_Bispo_do_Ros%C3%A1rio#Biografia>. Acesso em 28 de maio de 2009.

WIKIPEDIA, A enciclopédia Livre. *Camille Claudel*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Camille_Claudel#Biografia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Camille_Claud%C3%A9l#Biografia)>. Acesso em 30 de julho de 2009.



ANÁLISE DESCRITIVA DO TRANSTORNO AFETIVO BILOPAR NAS ABORDAGENS: COMPORTAMENTAL E PSICANALÍTICA

Edilamar dos Anjos; Elaine Cristina de Souza e Guilherme Félix - Estágio em Pesquisa –
alunos do 2º ano do curso de Psicologia

Orientador: Prof.º Especialista Mauro Fernando Duarte

RESUMO:

O Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), também conhecido como Transtorno Bipolar do Humor (TBH) ou, antigamente Psicose Maníaco - Depressiva (PMD) é uma doença relacionada ao humor ou afeto, classificada junto com a Depressão e Distímia. O TAB se caracteriza por alterações do humor, com episódios depressivos e maníacos ao longo da vida. É uma doença crônica grave e de distribuição universal, acometendo 1,5% das pessoas em todo o mundo. Altera importantes aspectos relacionados com a cognição, afeto e relacionamento interpessoal. Deste modo, influi no modo de pensar e agir, resolver problemas, perceber a si mesmo e ao outro e, de tolerar o estresse sentido (Weiner, 2000). Normalmente sentimentos alegria, tristeza, medo, ousadia, energia, desânimo, eloquência, apatia, desinteresse, enfim em diversos momentos de nossa vida, com maior ou menor intensidade uma grande variedade de sentimentos são experimentados. De modo geral, é normal a pessoa ficar alegre com a promoção no emprego, com o nascimento de um filho e com um amor conquistado, com uma viagem e outras diversas situações. O DSM. IV são classificados 2 tipos de TBH. O Tipo I onde a maioria dos episódios de alteração do humor são do tipo euforia e o Tipo II, ao contrário, ou seja, a maioria dos episódios são depressivos.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno afetivo bipolar, Mania Hipomania, Depressão e Melancolia.

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem a finalidade de empreender uma revisão literária sobre o chamado Transtorno Afetivo Bipolar, uma pequena introdução na psiquiatria e origem do transtorno, bem como: nas abordagens psicanalíticas e comportamentalistas, a respeito de tudo que já foi escrito e sistematizado e relacionado ao tema, mas também devido às enormes dificuldades com que se defronta aquele que se dispõe a fazê-lo. As diversas classificações, as diferenças de conceituação e dos que se dedicaram e ainda se dedicam ao seu estudo fazem com que a tarefa pretendida se prenda a um exaustivo e minucioso trabalho de revisão bibliográfica,



catalogando analogias e diferenças dos inúmeros quadros clínicos descritos pelos vários autores.

MATERIAIS E MÉTODOS

O objeto de estudo desta pesquisa será o conceito do Transtorno Afetivo Bipolar, através de revisão literária, sendo essa a primeira etapa do projeto. Segunda etapa formular estratégias de intervenção nas duas abordagens: Comportamental e Psicanálise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Notou-se que durante o processo de revisão e confecção dos textos bibliográficos, que há muita divergência em relação ao Transtorno Afetivo Bipolar. Muitos desconhecem a origem, do transtorno. Apesar da evolução do conceito, o que possibilita, um diagnóstico precoce. No entanto, percebemos que muito há que se descobrir a respeito. Contudo, a falta de conhecimento por parte das da maioria das pessoas, tem levado a uma banalização do mesmo. A falta de apoio as familiares, bem como, o preconceito por parte das pessoas, tudo isso interfere no tratamento e possível melhora e qualidade de vida do paciente.

Outro agravante, o caos no Sistema Único de Saúde Pública (SUS) e falta de condições para um diagnóstico preciso, bem como, acesso a medicação e tratamento adequado.

REFERÊNCIAS

CABALLO, E. Vicente. Manual para o tratamento cognitivo comportamental dos transtornos psicológicos. In: COSTA, Carlos Eduardo, LUZIA Josiane Cecília, SANT'ANNA, Heloisa Helena Nunes. *Primeiros passos em análise do comportamento*. [S/D].

MORENO, Alberto Ricardo; MORENO, Doris Hupfeld. *Transtorno Bipolar do Humor*. São Paulo: Lemos Editorial, 2002.

REVISTA PSIQUIATRIA, RS, p.88-105, abril de 2003.

SOUZA, FERNANDO JULIÃO “*As Psicoses Endógenas: uma visão fenomenológica-dinâmica*.” [S/D]. Disponível em: <<http://www.gustavojuliao.med.br/bibliotecas/biblioteca-18htm>>. Acesso em: 02 de março de 2011.



O TELESPECTADOR SEM FACE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E A SOCIEDADE DE CONSUMO

Eliane Belloni – Psicóloga, docente da UNIFIL/ Londrina, Mestre em Psicologia e Sociedade UNESP/ASSIS.

Aline Dias Fonseca; Eliana Santana Lopes; Maira Saldanha; Saulo Pereira Lima; Vívian Campos - Alunos do curso de Psicologia do 2º ano de graduação na UniFil/ Londrina pela disciplina Psicologia Social.

RESUMO:

O estudo pretende mostrar de onde veio a idéia de infância, porque floresceu durante vários anos e porque está desaparecendo rapidamente. Conforme conceito, criança é um ser social, uma entidade psicológica, subordinada às leis psicológicas do pensar, do sentir, do interpretar e do agir, que deseja pertencer a um grupo.

Dessa forma, em qualquer idade suas necessidades básicas só serão satisfeitas se a criança tiver oportunidade para funcionar em todos os níveis de desenvolvimento.

Assim, a história registrou um vasto panorama sobre a evolução científica, determinou a concepção de infância até o fim da idade média. Por outro lado a evolução favoreceu o desenvolvimento proporcionando o avanço da comunicação e conseqüentemente à expansão cultural.

Atualmente com a informação eletrônica, principalmente, a televisão contribuiu para a inversão de valores já não é mais possível demarcar qual é a fase ou o comportamento infantil e adulto.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Cultura. Psicologia. Sociedade. Comunicação.

A comunicação e a cultura como objetos de consumo são temas pertinentes ao que se propõe neste trabalho. Ao longo da história estes meios desenvolvidos como o livro, o jornal, o rádio, a televisão, a internet, e etc. têm deixado suas marcas. Foi a partir da invenção da imprensa que se deu a origem da comunicação em que técnicas associadas com a imprensa de Gutemberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos. Deu-se então o início de uma série de desenvolvimentos que, a partir do século XVI até hoje, conseguiu transformar radicalmente as maneiras como as formas simbólicas foram



produzidas, transmitidas e recebidas por indivíduos no curso de suas vidas cotidianas. (THOMPSON, 1999).

A Idade Moderna trouxe consigo uma quebra de tradições formando uma sociedade reformulada pelas mudanças econômicas, passando do feudalismo para um sistema capitalista de produção e de intercâmbio. Se até o século XVI a Igreja Católica Romana detinha uma autoridade tanto religiosa quanto política, a partir de então isso fica fragmentado e inicia-se, concomitantemente, uma expansão de instrução secularizada e de conhecimento; a ciência se desenvolve de forma mais autônoma e mais abrangente, embora somente no século XIX ela saia dos limites das elites. (THOMPSON, 1999).

Com o surgimento da imprensa, a indústria editorial criou novos centros e novas redes de poder simbólico, os quais escaparam do controle da Igreja e do Estado. (THOMPSON, 1998).

Até o século XVIII não havia termos para diferenciar a infância, a adolescência e a juventude. A palavra infância é colocada como a primeira idade, que começa quando a pessoa nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant*, que quer dizer “aquele que não fala”. As idades da vida se popularizaram na iconografia. Sobretudo no séc. XIV até o século XVIII. Elas não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas funções sociais. (POSTMAN, 1999).

O comportamento medieval era caracterizado pela infantilidade entre todos os grupos etários. Num mundo oral não há um conceito muito preciso de adulto e, portanto, menos ainda de criança. Esta é a razão pela qual, em todas as fontes, descobre-se que na Idade Média a infância terminava aos sete anos., porque é nesta idade que as crianças dominam a palavra. Naquela época não havia nenhuma concepção de pré-requisitos de aprendizagem sequencial. Este é um dos motivos pelo qual até o final do século XIV as crianças não eram nem mencionadas, em um índice de que os adultos não esperavam que elas vivessem muito tempo. Em algumas partes da Europa, as crianças eram consideradas gênero neutro, na Itália o sexo de uma criança morta não era registrado. (POSTMAN, 1999).

A infância começou a tomar forma no século XVI, como resultado do surgimento da imprensa e da alfabetização socializada. A imprensa criou uma nova definição de idade adulta



baseada na competência da leitura e conseqüentemente uma nova concepção de infância baseada na incompetência de leitura. O clima intelectual do século XVIII, o Iluminismo como é chamado ajudou a nutrir e divulgar a idéia de infância. Locke percebeu as conexões entre cultura livresca e infância. Uma segunda influência intelectual significativa foi o Rousseau, possibilitando suas contribuições para o desenvolvimento da infância: persistiu na ideia de que a criança é importante para si mesma, e não um meio para o fim e, de que a vida intelectual e emocional da criança é importante, não porque devemos conhecê-la para ensinar e formar nossas crianças, mas porque a infância é o estágio da vida em que o homem mais se aproxima do “estado de natureza”. Também junto com outros filósofos elaboraram um trabalho partindo da hipótese de que a psicologia infantil é essencialmente diferente da dos adultos e deve ser valorizada por si mesma. (POSTMAN, 1999).

Contudo, os avanços da tecnologia começam a surtir efeito a partir de 1850 e 1950, onde o telégrafo iniciou o processo de tornar a informação incontrolável, criou um público e um mercado não só para a notícia, mas para a notícia fragmentada. O telégrafo foi somente um prenúncio do que seguiria, a estrutura de comunicação foi desfeita e depois reconstituída por uma variedade de invenções: a prensa rotativa, a máquina fotográfica, além de outros. Junto disso, também o desenvolvimento de um mundo simbólico de estampas, desenhos, cartazes e anúncios. Assim, as duas revoluções eletrônica e gráfica representaram um ataque à linguagem e à leitura, uma reelaboração do mundo das ideias em ícones e imagens como a velocidade da luz. (POSTMAN, 1999).

O desaparecimento da infância trata-se de uma tecnologia com entrada franca para qual não há restrições físicas, econômicas, cognitivas ou imaginativas. Tanto aos 6 anos quanto aos 60, estão igualmente aptos a vivenciar o que a televisão tem a oferecer. O efeito mais óbvio e geral desta situação é eliminar a exclusividade do conhecimento comum e, portanto, eliminar uma das principais diferenças entre infância e a idade adulta. Com a revelação rápida e igualitária de todo o conteúdo do mundo adulto pela mídia, várias conseqüências profundas se fizeram notar. (POSTMAN, 1999).

A comunicação televisiva rompe com a barreira de tempo e espaço favorecendo o aparecimento de uma infância que ao mesmo tempo em que se distância do mundo objetivo



muitas vezes confunde o mundo real e simbólico. O virtual possibilita a criança viver em um mundo idealizado e a deixa despreparada para as dificuldades pertinentes às interações sociais, que exigem dela habilidades específicas de contato humano. (THOMPSON, 1999).

REFERÊNCIAS

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

POSTMAN, Neil. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 3 ed., Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.



GRUPO REFLEXIVO: UMA ALTERNATIVA DE TRABALHO VOLTADA AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA, CUMPRIDORES DE MEDIDA PROTETIVA.

Alunas: Renata Maciel de Freitas e Jéssica de Oliveira Cabrera

Coordenadora: Sandra Regina de Abreu Pires - Universidade Estadual de Londrina e Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas.

RESUMO:

A violência é um fenômeno complexo que trata de questões sociais e históricas, por isso não se pode entendê-lo utilizando justificativas simplistas de causa e efeito. Em meio às violências encontra-se a contra a mulher, que recebeu tardiamente atenção. Para o entendimento do fenômeno da violência é imprescindível a compreensão do conceito de gênero, que segundo Saffioti (1997), é a construção social do masculino e feminino, no qual, em nossa sociedade, o homem é possuidor do poder e autoridade, o que, de certo modo o autoriza a cometer atos violentos. Em Viena, no ano de 1993, a Conferência da ONU sobre Direitos Humanos (Viena 1993) reconheceu formalmente a violência contra a mulher como uma violência aos direitos humanos. No Brasil, como resultado deste olhar sobre a violência contra a mulher em 2006 entra em vigor a lei 11340 - Maria da Penha. Como resposta à lei surgem diversos grupos reflexivos e responsabilizantes nos estados brasileiros, voltados aos homens autores de violência, como forma de enfrentamento a esta problemática, visto que ela se dá na relação, e por isso ambas as partes, mulher agredida e homem autor de violência, necessitam de espaço para a reflexão. Considerando que para tratar do tema é necessário pensar em maneiras alternativas de atuação junto a esta problemática e tendo em vista atender a demanda da 6ª Vara Criminal de Londrina, a CEAPA – Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Londrina, trabalhou na implantação de um grupo reflexivo voltado aos homens para os quais foram aplicadas medidas protetivas. Para tal, por um levantamento bibliográfico, buscou-se experiências práticas de outras centrais, e junto aos serviços que atuam diretamente no enfrentamento a violência contra a mulher. A proposta do Grupo Reflexivo Caminhos visou proporcionar um espaço para a reflexão do ato violento por parte dos homens, por meio de 13 encontros temáticos semanais, e assim possibilitar a ampliação das maneiras de responder a conflitos e solucionar problemas, principalmente no tocante às relações estabelecidas com o gênero feminino.

PALAVRAS-CHAVE: violência; gênero; grupo reflexivo.



A violência é um fenômeno complexo e para falar dele não é possível ser simplista, utilizando-se justificativas de causa e efeito, já que trata de questões sociais e históricas. Em meio aos vários tipos de violências, encontra-se a doméstica, que se caracteriza pela violência cometida entre pessoas que tenham um laço afetivo, que não sejam desconhecidas. Esta forma de violência carrega o maior silêncio, porque toca em questões sociais, tal qual a família, e vai na contra-mão do lar como lugar de cuidado e proteção.

Ademais, não é possível falar de violência doméstica sem pensar nas questões de gênero, que segundo Saffioti (1999) consiste na construção social do masculino e feminino. Isto implica em maneiras específicas de cada um se comportar para ser reconhecido socialmente como homem e mulher.

Na cultura ocidental, o homem deve seguir o modelo patriarcal, no qual aprende, desde cedo, o conceito de virilidade e força física (por isso deverá proteger a mulher e os filhos). Ele é o provedor do lar e se algo faltar aos seus, ele será cobrado. Quanto a sofrer, deve fazer isto de forma discreta (chorar é para as mulheres que são frágeis e sentimentais), considerando-se que pedir ajuda é um indicativo profundo de fraqueza e incompetência, sendo confiadas e dirigidas a ele a responsabilidade de tomar as decisões de casa. Assim, neste modelo, muitas vezes, atos violentos contra as mulheres são autorizados.

No Brasil, como resultado deste olhar sobre a violência contra a mulher em 2006 entra em vigor a lei 11340 - Maria da Penha, que busca dar voz às mulheres vítimas de violência doméstica. Em Londrina, assim como no restante do país, o número alto de casos e processos referentes à violência doméstica justificou a criação da 6ª Vara Criminal que atende, dentre outros, casos de violência contra a mulher. Há ainda uma rede de atendimento especializado estruturada no município. Contudo, apesar de todos os esforços para que a atenção aos casos de violação seja integral, ainda não existia um trabalho específico com o homem autor de violência doméstica ou suposto autor, no município.

Nesse contexto, a equipe interdisciplinar da Central elaborou uma proposta específica para atender a demanda da 6ª Vara Criminal, trata-se do “Grupo Reflexivo Caminhos”, com caráter reflexivo e preventivo. O objetivo imediato dessa proposta abrangeu a execução integral da medida protetiva à mulher aplicada ao agressor ou suposto agressor,



ou pena alternativa aplicada ao fim do processo penal, que obrigue o cumpridor a participar de encontros em que haja estímulo à reflexão sobre o tema. Mediamente, pretendeu-se colaborar para o aperfeiçoamento do sistema protetivo à mulher, promovendo seus direitos a partir do atendimento interdisciplinar ao agressor, que por diversas vezes permanecerá com algum vínculo com essa mulher.

Para a realização do Grupo Caminhos, foram selecionados 11 (onze) homens, dos quais inicialmente compareceram 07 participantes, finalizando com 06, pois um que havia começado conseguiu um trabalho no horário do grupo, inviabilizando sua participação. Dos outros 04 (quatro): 01 (um) participante não compareceu, 01 participante teve sua medida protetiva revogada e outros 02 (dois) não foram cientificados do convite, pois as correspondências não foram entregues por razões diversas.

O Grupo Reflexivo Caminhos foi realizado durante três meses, com frequência de uma vez por semana, no período noturno, todas as terças-feiras, das 19h00 às 21h00, totalizando 14 encontros. Foi conduzido por profissionais e estagiários das áreas da Psicologia e Serviço Social, contou com a participação do profissional de Direito no primeiro e último encontro.

A metodologia de trabalho utilizada nos encontros semanais foi baseada no processo reflexivo sobre a vida dos participantes, caminhando até chegar na temática violência. Esta metodologia deu-se através da interação dos participantes nas discussões, troca de experiências de vida, dinâmicas de grupo e trabalhos manuais. Os temas abordados contemplaram 5 eixos: Gênero, História de Vida e Família, Violências, Resolução de Conflitos e Finalização, respectivamente.

No último encontro foi aplicado pela equipe interdisciplinar da CEAPA um questionário aos participantes do Grupo, com o objetivo de avaliar qual a percepção dos mesmos quanto suas experiências vividas no grupo.

Quanto à continuidade de um trabalho como o Grupo Reflexivo Caminhos, 100% dos participantes consideram ser muito importante a existência de um grupo como este, no qual os homens podem ser ouvidos, e acrescentaram que esperam que a equipe possa continuar com este trabalho pois ajudará muitos homens.



Retomando as questões da violência doméstica que tratam de um fenômeno complexo, envolvendo um modelo de sociedade patriarca, olhar para esta estrutura sem tomar a posição de colocar homem e mulher no lugar de algoz e vítima, respectivamente foi fundamental. Em vez disso, notou-se a importância de se considerar a relação existente entre eles, para que estes homens pudessem encontrar no grupo um espaço para ser sujeito e conseqüentemente pensar em sua história de vida, tendo condições de perceber, através de um longo processo reflexivo, que enquanto sujeito existem outras possibilidades de pensar, ser e agir. Segundo Morgado (2010):

“(...) compreende-se que também os homens em seu processo de socialização para assumir sua condição masculina nas sociedades contemporâneas sofrem enormes prejuízos, pois também a eles é imposto um modelo do que devem ser socialmente.”

Considera-se de fundamental importância nos resultados obtidos no Grupo Caminhos o espaço reflexivo e responsabilizante, no qual estes homens puderam expressar suas opiniões, sentimentos, desejos, angústias sobre suas vidas; como também sobre a temática da violência, isto é, um ambiente preventivo que contribuiu para evitar a prática da violência e, em alguns casos, cessar com este ciclo existente em suas relações.

Com base nos relatos dos participantes durante o grupo, no questionário de avaliação final e no acompanhamento individual de cada caso, a equipe interdisciplinar avaliou que o Grupo Reflexivo Caminhos alcançou, com êxito, os objetivos a que se propôs: promoveu um trabalho diferenciado aos homens envolvidos em situação de violência doméstica tendo em vista a complexidade das relações familiares e conflituosas na qual está inserido, contribuindo para a reflexão e prevenção sobre questões concernentes a violência contra mulher.

REFERÊNCIAS



BRONZ, Alan. Redundância, reflexão e violência. *Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais*, Rio de Janeiro, dezembro de 2005.

DEEKE, Leila Platt. Et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 18, n. 2. p. 248-258, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

LANG, Daniel Welger. Os Homens e o Masculino numa Perspectiva de Relações Sórias de Sexo. In: SCHPUN, M. R. (Org.) *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, F. ; CLÍMACO, D. A. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 17, n. 2. p. 69-81, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-2902008000200008&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 17 de dezembro de 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org.) *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In: BRANDÃO, Eduardo Ponte; GONÇALVES, Hebe Signori (Org.) *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

OLIVEIRA, Jose Guilherme C. *Obstáculos na transformação de dinâmicas pessoais e relacionais de homens em situação de violência doméstica*. ITF - Rio de Janeiro, 2006.

REDONDO, João. *Grupo Violência: Informação, Investigação, Intervenção (Grupo V !!!)*.

Breve Reflexão/ avaliação do trabalho realizado. Lisboa, novembro de 2005.

REPORTAGEM “OMS: *violência contra mulher é prioridade de saúde pública*”. [S/D]. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/189885.html>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2011.

ROSA, Antonio Gomes. Et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 17. n. 3. p. 152-160, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300015&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 24 de novembro de 2010.

ROSA, Miriam Debiex; CARIAGNATO, T. T. ; BERTA, S. L. Ética e Política: A Psicanálise Diante da Realidade , dos Ideais e das Violências Contemporâneas. *Agora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 35-48, jan/jun 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2010.



SAFFIOTI, H. “No fio da navalha: Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual”. In, MADEIRA, F. R. (Org). *Quem mandou nascer mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

VANIER, Alain. Direito e Violência. Tradução: Helena Soledade Floresta de Miranda. *Agora*, v. 7, n. 1, p. 129-141, jan/jun, 2004.



UMA EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Autores: André Luiz Gazzaneo; Helen Carolina Angelo; Jéssica Marques Bianchini

Orientador- Prof. Dr. Zeila Cristina Facci Torezan

RESUMO:

O trabalho intitulado “Uma experiência de atuação do psicólogo no contexto hospitalar” refere-se a um projeto ainda em andamento, desenvolvido na Associação da Santa Casa de Ibiporã e na Irmandade Santo Casa de Londrina junto à disciplina de Estágio Profissionalizante do quarto ano de Psicologia da Unifil. Este visa realizar atendimentos aos pacientes hospitalizados e seus acompanhantes, nas alas de internação adulta e pediátrica, ofertando uma escuta que possa trabalhar com as questões apresentadas por estes sujeitos neste momento de suas vidas. Dentro da Associação da Santa Casa de Ibiporã está sendo desenvolvido também um projeto para a brinquedoteca da instituição, já que a hospitalização pode ser considerada como uma das situações mais ansiogênicas para uma criança.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Contexto hospitalar; brinquedoteca.

Rodríguez-Marín (2003) esclarece que a Psicologia Hospitalar é o conjunto de contribuições científicas, educativas e profissionais que as diferentes disciplinas psicológicas fornecem para dar melhor assistência aos pacientes no hospital. O psicólogo hospitalar seria aquele que reúne conhecimentos e técnicas para aplicá-los de maneira coordenada e sistemática, visando à melhora da assistência integral do paciente hospitalizado, sem se limitar, por isso, ao tempo específico da hospitalização. Um dos objetivos do psicólogo hospitalar é prestar assistência ao paciente, lidar com suas angústias, minimizar seu sofrimento e de seus familiares e trabalhar os aspectos emocionais decorrentes da doença, da hospitalização ou de uma cirurgia. O psicólogo exerce no hospital seu olhar clínico, no sentido mais estrito da palavra, isto é, “à beira do leito”, diretamente voltado ao doente. O psicólogo em uma instituição de saúde deve atuar procurando: incentivar atividades produtivas e expressivas; diminuir o sofrimento inerente à hospitalização e ao processo de doença; Melhorar a qualidade de vida do paciente; Fazer do paciente e da família elementos ativos no processo; Ajudar o paciente a conviver com a nova situação.

Por outro lado, o campo denominado Clínica no Hospital considera que o paciente é quem vai delimitar as questões a serem abordadas, as quais não se restringem necessariamente



à doença e à internação. Se o sujeito quer saber sobre si mesmo, ele vai demandar isso onde quer que ele esteja, independentemente do fato de ter algo orgânico ou não. Partindo da visão da Psicanálise e do fato de que a garantia dela não está num setting ideal, entendemos que a Psicanálise ultrapassa as fronteiras de um consultório bem mobiliado para descobrir que o Inconsciente não está nem dentro nem fora, ele está aí onde o sujeito fala. Portanto, o manejo do discurso de um analisando, aquele que demandou saber, pode perfeitamente acontecer quando ele está no leito. Quanto a questão da oferta e da demanda, tanto no consultório quando no hospital, quem se oferece é o analista. A oferta está sempre do lado do analista; a demanda de análise, do lado do paciente. O que há de peculiar para o analista no hospital é que ele vai pessoalmente comunicar ao paciente que existe no lugar dessa oferta. Se não desejar, ele não tem o que demandar, o que não significa que o analista deixe de ser o lugar da oferta de tratamento.

O presente trabalho é fruto de estágio realizado na Associação da Santa Casa de Ibiporã e na Irmandade Santo Casa de Londrina junto à disciplina de Estágio Profissionalizante do quarto ano de Psicologia da UniFil. O referido estágio tem como objetivos: realizar atendimentos aos pacientes hospitalizados e seus acompanhantes, nas alas de internação adulta e pediátrica, ofertando uma escuta que possa trabalhar com as questões apresentadas por estes sujeitos neste momento de suas vidas. É feita a abordagem dos pacientes e/ou acompanhantes, seja por indicação dos profissionais que atuam nestes hospitais (psicólogos ou enfermeiros) ou pela própria rotina de entrevistas do estágio, realizando uma entrevista inicial de forma aberta. Quando o paciente desenvolve questões de trabalho, ainda que pontuais, é possível que seja atendido novamente (se permanecer no hospital) ou que seja feito algum tipo de encaminhamento pós internação. São elaborados relatórios dos casos individuais e/ou grupais atendidos, sendo discutidos semanalmente em supervisão.

Dentro da Associação da Santa Casa de Ibiporã está sendo desenvolvido também um projeto para a brinquedoteca da instituição, já que a hospitalização pode ser considerada como uma das situações mais ansiogênicas para uma criança. A atuação junto aos pacientes é operacionalizada através de estimulação, terapia através do brinquedo e terapia de apoio. O brincar é essencial à saúde mental, emocional, física e intelectual do ser humano. Enquanto



brincam, as crianças conseguem exprimir seus medos, falar sobre a doença, sobre o tratamento, o hospital, a saudade da família, sobre a morte, etc. Brincando e conversando, os medos, as dúvidas, os acontecimentos e as condutas são elaborados, explicando exaustivamente, conseguindo-se quase sempre aliviar e esclarecer os pacientes de forma eficaz. Sendo o brincar um direito de toda criança, inclusive daquela que se encontra hospitalizada e, conhecendo as possibilidades psicológicas decorrentes da hospitalização, promover o espaço da brinquedoteca para a criança brincar permite: Representar seus medos e ansiedades; Proporcionar um meio para enfrentar tal condição de estresse; Utilizar o brincar como linguagem, uma forma de expressão e uma maneira pela qual a criança pode dizer aquilo que não pode ser expresso por palavras; Colaborar com a recuperação da criança; Melhorar a qualidade do atendimento hospitalar.

Com a realização desse estágio vivenciamos a união entre a teoria e a prática, criando experiências para o mercado de trabalho e podemos perceber que as questões trazidas pelos pacientes e seus acompanhantes não são somente sobre a internação em si, mas sobre vários aspectos de sua vida. Este último fato nos leva a considerar que o atendimento focado na doença e na hospitalização, como propõe a Psicologia Hospitalar, pode ser redimensionado para o foco no sujeito, como propõe a abordagem da Clínica no Hospital.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI, Valdemar Augusto. *A psicologia no hospital*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; SEBASTIANI, Ricardo Werner, et al. *Psicologia hospitalar: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CABRAL, Wilton Batista. *A atuação do psicólogo no hospital para a promoção de saúde*. – In Redepsi, 2007. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=461>>. Acesso em 26 fevereiro de 2011.

MELO, Wilma Jandre. *Guia da Brinquedoteca: brincadeira é coisa séria*. Londrina: Unopar, 2005.



MORETTO, Maria Livia Tourinho Moretto. *O que pode um analista o hospital?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ROMANO, Bellkiss. *Princípios para a prática da psicologia clinica em hospitais.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SALTO, Maria Cristina. *O Psicólogo no Contexto Hospitalar: Uma visão Psicodramática.* Disponível em: <http://www.febrap.org.br/pdf/Psicologo_no_Contexto_Hospitalar.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2011.



HISTÓRIA E PERSPECTIVAS DE VIDA DE ALCOOLISTAS

Jéssica Molina Quessada; Mariana Caroline Brancalhão Guerra; Renata Caroline Barros

Garcia; Simone Taís Andrade Guizelini – Estudantes do curso de Psicologia -

Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Prof. Dr. João Juliani – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Esta pesquisa, realizada no CAPS - AD (Centro de ajuda psicossocial) Dr. César Guerzona no ano de 2010, em Apucarana, teve por objetivos analisar a compreensão que os alcoolistas em processo de recuperação dessa instituição têm sobre suas dependências, conhecer suas realidades, levantar dificuldades e perspectivas de vida e conhecer a história de vida dos mesmos. Foram utilizadas algumas bases dos métodos sócio-histórico e qualitativo. Por meio dos resultados alcançados, foi possível observar que a teoria, na maior parte das vezes, coincide com os relatos dos participantes, além de pontos importantes em suas histórias que foram cruciais para a dependência. Também foi possível com os resultados obtidos compreender o papel da família, sendo que muitas vezes essa, devido a fatores genéticos ou a outros fatores, contribuiu para a entrada para o alcoolismo; entretanto, pôde-se confirmar o papel fundamental que a família exerce para o bom desenvolvimento do tratamento, que pode acontecer apenas a partir do momento em que a mesma posiciona-se de uma forma diferente, sem negar o que está acontecendo e assumir que o alcoolismo, é, sim, uma doença.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoolismo; dependência; tratamento.

INTRODUÇÃO

A ingestão exagerada e prolongada de bebidas alcoólicas pode levar uma pessoa a ficar dependente, perder o controle sobre sua vontade de beber, e trazer consequências físicas, mentais e sociais, como síndromes amnésicas (envolvendo esquecimentos de suas obrigações sociais, de trabalho e etc.), alucinações, alterações de humor, doenças no estômago, fígado, pâncreas e coração, faltas no trabalho e problemas familiares. A tudo isso se atribui o nome alcoolismo (MAROT, 2004).

Na pré-história havia tecnologia suficiente para produzir bebidas alcoólicas, e estas eram produzidas artesanalmente como bebidas fermentadas na forma de vinho e alguns tipos de cerveja.



O caráter do álcool mudou após a revolução industrial. Esse deixou de ser produzido artesanalmente, e começou a ser produzido em grandes quantidades. Devido à melhora na tecnologia, o tipo de bebida fabricada também mudou, acrescentando uma dosagem da substância muito maior. Depois, com o aumento da produção, o preço do álcool diminuiu muito, facilitando o acesso ao produto por parte de um maior número de pessoas. (LARANJEIRA; PINKSY, 2005).

Por ser um produto de fácil acesso, o consumo é precoce, fazendo com que o uso de bebidas alcoólicas comece cedo (entre o início e o meio da adolescência), em festividades e até no ambiente domiciliar, isto é, os próprios pais influenciam os filhos, não levando em conta que o álcool é uma substância psicoativa, considerado uma droga.

Portanto, buscou-se levantar se há a compreensão dos sujeitos quanto à dependência, isto é, se eles veem o alcoolismo como uma doença, e se entendem o próprio problema, objetivando analisar aspectos relevantes quanto à aquisição do alcoolismo, os motivos, as opiniões, quais suas atuais dificuldades, a visão que eles têm sobre o tratamento, quais suas perspectivas para o futuro, suas expectativas quanto a trabalhos, relações amorosas, entre outros. Tomamos como método de investigação realizar encontros semanais, realizados individualmente com quatro participantes entre 30 e 55 anos que estão em processo de recuperação há pelo menos um mês no CAPS - AD de Apucarana.

Atualmente não existe nenhuma forma de cura para o alcoolismo, até porque nunca foi encontrado uma substância psicoativa que fizesse o dependente deixar de ter o desejo incontrolável pelo álcool. O que existe para essas pessoas é o tratamento. E é imprescindível lembrar que o tratamento deve ser realizado de forma individualizada, ou seja, ele deve ser preparado de acordo com as necessidades do paciente e de sua família, principalmente por não existir nenhuma forma de tratamento que atenda todos os dependentes químicos.

De início, é preciso fazer com que o paciente perceba sua real situação, e entenda a importância de abster-se. Na maioria das vezes o procedimento deve começar pelo ambulatorio que é a forma de tratamento mais acessível, pois, além de reduzir custos, também possui suas vantagens. Ao contrário do que se possa imaginar, o tratamento ambulatorial é mais efetivo do que uma internação, pois procura tratar sem tirar aquela pessoa do seu



ambiente e de suas atividades rotineiras. Quando o paciente entra em um serviço ambulatorial é necessário que a família esteja envolvida com o tratamento, e o paciente ciente da sua importância. É do terapeuta a importância de fazer com que a família esteja agindo como alicerce para o indivíduo, e acolhendo-o sempre que necessário (PILLON, 2000).

Com os resultados alcançados, foi observado que alguns participantes tiveram o alcoolismo presente em sua infância, isto é, tiveram pai ou mãe alcoolista. Outros entraram no alcoolismo por meio do trabalho e/ou amigos. Todavia, pôde-se constatar a importância da família quando relacionada direta ou indiretamente com a dependência do sujeito, como já discutido na literatura. O bom tratamento depende do apoio da família. O tratamento ambulatorial, para os participantes, é de extrema importância, pois os mesmos afirmam que ocupam a mente, e que ao chegarem em casa, cansados, não pensam em beber. Eles recebem atenção dos profissionais, que são “a peça fundamental para a recuperação”. Também apontam que ainda podem ter uma vida social após o horário de tratamento.

Esta pesquisa possibilitou a experiência de verificar, com a prática, os dados que constatamos na teoria, a importância de atendimento ambulatorial e a importância da atenção aos sentimentos dos alcoolistas em tratamento ambulatorial.

REFERÊNCIAS

- LARANJEIRA, Ronaldo. *O alcoolismo*. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=bTKHcST4V4C&oi=fnd&pg=PA7&dq=caracterist%C3%ADcas+do+alcoolismo&ots=5ppbq1ckhb&sig=qz1CekmlUQwnTSk6w0QG-k-hn5c#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28 de março de 2010.
- MAROT, Rodrigo. *Alcoolismo. Psicosite*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.psicosite.com.br/tra/drg/alcoolismo.htm>>. Acesso em: 5 de março de 2010.
- PILLON, S.C; CASTRO, L.A. *Organização de Serviço Para Alcoolismo: Uma proposta Ambulatorial*. São Paulo: Scielo, 2000. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/alcoolismo-proposta-ambulatorial/alcoolismo-proposta-ambulatorial.pdf>>. Acesso em 29 de março de 2010.



IDOSOS RESIDENTES DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

Aline Braga de Oliveira; Isabela Zanini Santos; Jéssica Molina Quessada; Karina Casaçola

Cinel; Lorena Corsini Calsavara – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Prof. Esp. Mauro Fernando Duarte – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho resulta de uma pesquisa sobre idosos residentes de instituições de longa permanência, verificando a realidade atual dos senis, os benefícios e prejuízos da instituição, além das implicações inerentes à entrada e permanência dos residentes. A psicologia do envelhecimento é uma área que se dedica à investigação das alterações na vida das pessoas nos anos mais avançados. Ao estudar adultos e idosos, os diversos contextos devem ser considerados em decorrência de interferirem diretamente no desenvolvimento. Ao avaliar residências coletivas que abrigam os idosos, teve-se por objetivos investigar a visão dos mesmos sobre a terceira idade, verificar se encontraram dificuldades ao chegar nesta idade, os motivos pelos quais os idosos foram levados a morar em casas de longa permanência, verificar a situação de vida dentro dessas instituições, analisar se há consequências e quais são elas, além de investigar os sentimentos existentes dos residentes com a situação de suas vidas. As informações obtidas por meio de questionários podem ser favoráveis para os conhecimentos sobre a envelhescência, podendo dar suporte aos cidadãos numa visão crítica, além de poder contribuir para estudos relacionados ao tema, haja vista que há pouca existência de informação dos mesmos. Por meio dos resultados alcançados, foi possível observar que a teoria, na grande maioria dos casos, coincide com os relatos dos participantes. Os motivos que levam os idosos a ingressarem em casas de longa permanência são perdas, solidão, a procura pela saúde, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: ILP; psicogeriatria; envelhescência; saúde; instituições.

INTRODUÇÃO

De acordo com Skinner (1985), devido aos avanços da medicina e à crescente disponibilidade de serviços médicos, bem como uma melhora no padrão de vida da população, as pessoas estão vivenciando mais, aumentando o número de idosos no mundo.

O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de indivíduos com capacidade física, cognitiva e mental ainda bem elaborada, exigem que os asilos se conectem a assistência saúde, além da assistência social e que proporcione mais que um abrigo.



Portanto, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sugeriram a denominação: Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) (CARAMANO e KANSO, 2010).

ILPIs são residências coletivas que abrigam idosos em situação de carência de renda e/ou família, quanto a aqueles que precisam de cuidados prolongados.

Com esse estudo, é possível levar em conta os benefícios e prejuízos da instituição; as implicações inerentes à entrada e permanência dos senis. Pode-se referir, também, à contribuição para a referência devido à falta de informação desta questão.

Por meio de um questionário formulado com questões abertas relacionadas com a situação anterior e atual dos moradores de asilos de Arapongas e Ibiporã, tivemos por objetivos conhecer os reais motivos que levaram os sujeitos a residirem nessas instituições, analisar os sentimentos presentes com a atual situação, verificar a situação de vida dentro de um asilo.

De acordo com a literatura, os motivos que levam os idosos a ingressarem em instituições de longa permanência são:

1) evitar solidão – a solidão para idosos está ligada com modificações que ocorrem no contexto familiar, especialmente as perdas. O isolamento ocorre por diversos motivos: separação/divórcio, morte de filhos, viuvez ou por serem solteiros. Não necessariamente neste item os idosos vão forçados por seus familiares, em alguns casos vão por escolha própria (BESSA e SILVA, 2008);

2) Necessidades de cuidados da saúde – a saúde para o idoso é bastante valorizada, pois sem uma vida saudável, o ancião não conquista a autonomia necessária para suas atividades cotidianas. No estabelecimento de uma ILPI a saúde pode ser restabelecida, devido aos cuidados médicos oferecidos (BESSA e SILVA, 2008);

3) Conflitos e exclusão familiar – É comum verificar que em algumas famílias no qual há conflitos de interação, o idoso é impulsionado a procurar uma ILPI. O significado de família para um senil é um espaço de segurança, aconchego e proteção, porém se não há este sentido, o idoso ingressa em uma ILPI ou é forçado a ingressar. (BESSA e SILVA, 2008).

Por meio dos resultados obtidos, pôde-se verificar que alguns idosos são levados às casas de longa permanência devido à falta de familiares ou amigos dispostos a cuidarem dos



senis, logo, sua estadia não se torna prazerosa, sentindo-se solitários e não conseguindo avaliar sua própria vida a partir de então. Outros idosos residem na instituição por escolha própria e se adaptaram bem. Ainda, alguns assumiram que é o único lar que eles possuem e entenderam como uma chance na vida que eles receberam. Estes idosos conseguiram avaliar melhor sua vida até a idade em que chegaram.

Esta pesquisa possibilitou a experiência de verificar, com a prática, os dados que constatamos na teoria, a importância de avaliar os sentimentos dos moradores das casas, suas realidades, dificuldades, assim como a qualidade que as instituições de longa permanência oferecem.

REFERÊNCIAS

BESSA, Maria Eliana Peixoto; SILVA, Maria Josefina da e. Motivações para o ingresso do idoso em instituições de longa permanência e processos adaptativos: um estudo de caso. *Contexto Enfermagem*. abr/jun 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/06.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2011.

CARAMANO, Ana Amélia ; KANSO , Solange e as instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*. v.27, n.1, jan/jun 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982010000100014&script=sci_arttext>. Acesso em 03 de setembro de 2011.

SKINNER, B.F *Viva bem a velhice: aprendendo a programar a sua vida*. 3. ed., São Paulo: Summus, 1985.



O SORRISO DE MONALISA: ANÁLISE DE QUESTÕES DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Eduardo Mazzafera; Isabella Carleto; Juliana Nogueira; Marina Lemos; Thanializ Belizário -
Graduandos do 2º Ano de Psicologia na UniFil

Orientadora: Eliane Belloni - Psicóloga clínica, mestre em Psicologia e Sociedade
(UNESP/Assis), docente da UniFil

RESUMO:

Este artigo tem o escopo de analisar o filme “O Sorriso de Monalisa” através da perspectiva da Psicologia Social especificamente referente a “gênero”, considerando os vários aspectos relacionados a educação e sua contribuição para a construção e manutenção do mesmo. A definição de gênero está ligada as diferenças sexuais, estando porém, muito mais relacionada pela forma com que a sociedade vê essa transformação de macho em homem e de fêmea em mulher. No filme, O Sorriso de Monalisa, protagonizado por Julia Roberts no papel da revolucionária professora Katherine Watson, essa transformação fica evidente através do método de ensino proposto pelo conceituado e conservador Wellesley College. O conservadorismo da sociedade é mantido pelas regras preestabelecidas pela instituição, cujo principal objetivo é preparar suas alunas para seu brilhante futuro como donas de casa e excelentes esposas. Katherine, porém, almeja o progresso de um espaço igualitário pela mulher e a quebra dos paradigmas de um mundo machista através da educação e da arte. Educadora por excelência, buscou ampliar seus métodos educacionais como forma de despertar o interesse das alunas por sua disciplina e não só por seu conteúdo apostilado. A entrada da nova professora no colégio provoca uma série de mudanças no repertório de suas alunas, possibilitando-as enxergar novas possibilidades em seu futuro. Seus métodos inovadores de ensinar culminam em questionamentos e reflexões acerca das regras que lhes eram impostas inspirando suas alunas a conceberem a realidade através de uma nova perspectiva. A escola exerce papel fundamental, não só na construção como também na manutenção do gênero, pois é a partir daí que se aprendem as primeiras habilidades, preferências assim como as diferenças. O presente artigo propõe elucidar através do embasamento dos exemplos contidos no filme, a relação entre a escola e o processo de construção de gênero. Bem como explicar como a superação do sexismo através dos estudos de gênero representa um avanço tanto em âmbito social, como obrigatoriamente científico.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social, Gênero, Sexismo.

O abrangente conceito de gênero será aqui definido de duas formas específicas para essa discussão, a primeira delas: “O gênero se refere aos papéis sociais construídos pela



mulher e homem em relação a seu sexo e um determinado e particular contexto socioeconômico, político e cultural e outros fatores como a idade, classe social e etnia” (BARBOSA, 2009). Mais especificamente a respeito de gênero relacionados à desigualdade entre sexo e a história do feminismo estão os conceitos historicamente construídos: aponta-se o “sufragismo” como o precursor do feminismo e posteriormente as teorizações e debates feitos por feministas particularmente sobre o conceito de gênero (LOURO, 1997).

Ainda sobre o gênero em questões históricas aponta-se que a diferenciação entre sexos era discutida, até a ampla revolução feminista em âmbito acadêmico, inicialmente apenas a partir das diferenciações biológicas entre os sexos e fora justamente o momento histórico que proporcionou as acadêmicas mostrar como as distinções baseadas em sexo eram fundamentalmente sociais. Cabe ressaltar aqui a questão da naturalização de gênero, questionando aquilo que se considera “natural” em nosso cotidiano, onde a educação representa um dos processos de formação do sujeito, que constrói aquilo que se considera “natural” na diferenciação dos sexos (LOURO, 1997).

O filme “Sorriso de Monalisa” (Monalisa Smile, 2003) é, na opinião dos autores deste artigo, uma demonstração explícita de conceitos cotidianos que devem ser analisados com cautela. A protagonista Katherine Watson (interpretada por Julia Roberts) chega a uma escola preparatória elitista feminina e encontra um contexto conservador que propõe manter a figura da mulher como “a esposa perfeita”, ali a conquista feminista existia em minoria. Katherine, porém é uma professora progressista e demonstra querer o progresso feito até então pela mulher na busca por um espaço igualitário, desejando quebrar os paradigmas do mundo machista em que se encontra através da educação e da arte.

Com o cuidado de não se elevar as teorias apresentadas a âmbito social geral, surge a pergunta: este cinismo e hipocrisia vistos através do filme nos lares norte americanos, fruto entre outros, da opressão de gênero não é também, em grande parte, causa da violência (lê-se violência de forma genérica; seja na diferenciação ignorante de gênero, na facilidade de se conseguir um emprego, até a abrangência física) contra a mulher?

Num outro ponto ainda a respeito do que a história nos mostra, a protagonista ao questionar as tradições, fora prontamente tachada pelos colegas e estudantes como



“subversiva” e “comunista”. O tipo de insulto intelectual, aparentemente, vem da defesa popular ao que é anormal. Resgata-se a reflexão feita anteriormente sobre o que se considera natural. Teorias, linguagem, material didático, o método e tratamento de professores com seus alunos reproduzem estes contingentes (LOURO, 1997).

Então se demonstra um dos mais importantes objetivos deste artigo. Como Bordieu (1996), se posicionou a respeito dos métodos e estratégias para se desviar do produto da própria dominação masculina para então discuti-la, o psicólogo, profissional ou professor quando ensina através da reprodução de hábitos machistas, ou de ignorância ao gênero, infere sob o indivíduo esta prisão contínua, provocando a chamada violência simbólica, muitas vezes socialmente aceita.

Desta forma, é parte do interesse da Psicologia Social a relação indivíduo e sociedade, bem como a construção do conhecimento enquanto seres inseridos em determinada cultura e momento histórico. Todavia, o que se aponta nesta discussão é justamente como o comportamento individual é socialmente construído. O filme em questão, através da personagem protagonista, apresenta um contexto inspirador para o debate de questões de gênero que nos remete a inúmeras controvérsias acerca da reprodução desses hábitos culturais atribuídos a gênero.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Maria Pereira Vieira. *Análise das Representações de gênero e seus valores na Literatura Infanto-Juvenil e na Formação da Criança*. [S/D]. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10997/1/tese.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro de 2011.

LINS, Daniel (Org.). *A Dominação Masculina Revisitada*. São Paulo: Papirus, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*. 5. ed., Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.



ATITUDES QUE TRANSFORMAM

Ana Paula Silva Macri; Lucas Valente – Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadoras: Francisca C. S. Klöckner, Silvia do Carmo Pattarelli – Centro Universitário
Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O trabalho ora proposto faz parte da disciplina de Estágio Profissionalizante, pertencente à grade curricular do quarto ano do curso de psicologia da UniFil, sob o enfoque teórico/metodológico da psicologia humanista. A prática está sendo realizada dentro do Programa Atitude, o qual é desenvolvido através de uma parceria Estado-município e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social. O objetivo do referido projeto é potencializar as diversas habilidades de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o intuito de capacitá-los ao exercício da cidadania em suas respectivas comunidades. Para tanto é proposto um trabalho com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de assistência social, educação artística, educação física, pedagogia e psicologia. A contribuição da psicologia para o Programa Atitude consistiu na realização de oficinas destinadas a abordar os diversos aspectos da vida dos adolescentes, tais como: Convivência familiar, estudos, sexualidade, relacionamento interpessoal, autoestima, entre outros. Estas ocorriam mensalmente com duração de aproximadamente duas horas, em cada uma das seis regiões da cidade de Londrina.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Atitude, Adolescência, Cidadania, Vulnerabilidade Social, Psicologia Social.

O programa Atitude foi idealizado pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude e aprovado pelo Conselho Estadual dos direitos da criança e do adolescente – CEDCA/PR, que possui natureza protetora para as crianças e adolescentes com seus direitos violados.

As ações do Programa Atitude são dirigidas a crianças, adolescentes e suas famílias que vivem em comunidades que concentram indicadores de exposição às situações de violência.

Há implantação do Programa em 34 núcleos distribuídos nos seguintes municípios: Almirante Tamandaré, Cascavel, Cambé, Colombo, Foz do Iguaçu, Londrina, Piraquara, Ponta Grossa, Sarandi e São José dos Pinhais.



Cada núcleo do Programa Atitude possui uma equipe multidisciplinar. A região de Londrina é composta por profissionais de Educação Artística, Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, além de estagiários em cada uma dessas áreas.

Essa equipe desenvolve atividades e atendimentos nos seguintes eixos: fortalecimento de vínculos familiares; superação da violência contra as crianças e adolescentes e criação de redes de proteção; práticas formativas, socializadoras e de cidadania; atendimento e encaminhamento aos usuários de álcool e outras drogas e suas famílias; fortalecimento das estruturas do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e participação social da juventude.

A perspectiva humanista, que fundamenta este trabalho, vem de encontro aos objetivos do programa atitude, tendo em vista que concebe o indivíduo como um ser livre, responsável e dotado de potencial para realizar qualquer escolha em sua existência.

Fazendo uso dos conceitos humanistas de Viktor Frankl (1991), pode-se dizer que a psicologia neste programa busca auxiliar as crianças e adolescentes a buscar o sentido da vida, pois a partir disso, se desenvolve uma força motivadora no ser humano, visando resgatar aquilo que é especificamente humano na pessoa, visto que o sofrimento e a falta de sentido configuram o vazio existencial que muitos experimentam.

Rogers (1983) fala da tendência realizadora, conceito este que compreende que o indivíduo possui a capacidade para desenvolver-se. Fatores externos que não são favoráveis podem fazer com que o crescimento seja deficitário, mas o crescimento sempre existe. E para que ocorra um crescimento saudável Rogers aponta algumas atitudes necessárias, que são: A congruência, a aceitação incondicional e a compreensão empática. Condições estas que devem estar presentes em qualquer relação que tenha como objetivo o crescimento do indivíduo.

É importante ressaltar a compreensão de adolescência e vulnerabilidade social adotadas neste trabalho. Pereira (2004) diz que: adolescência significa ‘crescer para’, o que nos remete à idéia de desenvolvimento, de preparação para o que está por vir. É uma “fase” que tem que ser transposta para alcançar aquilo que é ideal. A adolescência tem sido vista como um problema e um momento de crise, fazendo com que muitos se limitem a tentar



compreender este período vivenciado pelos adolescentes, o que os tornam mais vulneráveis, pela ausência desta compreensão necessária.

Quanto à vulnerabilidade social, Da Silva (2007) fala que: “Vulnerabilidade diz respeito à falta de recursos materiais e imateriais a que determinado indivíduo ou grupo está exposto, acarretando riscos de sofrer futuramente alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida.”

Vulnerabilidade social é entendida como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos cidadãos, sejam eles indivíduos ou grupos, bem como, o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos agentes.

O objetivo do presente trabalho é promover o desenvolvimento de habilidades para a cidadania e auxiliar adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social a tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas, já que o conhecimento de seus direitos como cidadãos pode proporcionar a estes oportunidades para alterarem, mesmo que minimamente, a sua realidade atual. Para tanto foi utilizado o recurso de oficinas para trabalhar diversos temas como o exercício de cidadania, relações interpessoais, escola, sexualidade, convivência familiar, entre outros ligados à fase da adolescência. As oficinas acontecem mensalmente e continuam sendo realizadas com grupos de aproximadamente 16 adolescentes, nas regiões Sul/Rural, Centro/Norte, Leste, Oeste A, Oeste B. Desde o mês de abril do corrente ano.

A relevância deste trabalho consiste em promover um espaço de reflexão e (re) significação de experiências, possibilitando aos adolescentes o contato com seus recursos internos e facilitando a percepção dos mesmos como agentes de suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, A.V. *Vulnerabilidade social e suas consequências: O contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal*. 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br>>. Acesso em: 24 de Junho de 2011.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Vozes, 1991.



PEREIRA, E. D. Adolescência: um jeito de fazer. *Revista da UFG*, v. 6, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br>>. Acesso em: 23 de junho de 2011.

ROGERS, Carl R. *Um jeito de ser*. São Paulo: EPU, 1987.



A EXPERIÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE USUÁRIOS DE DROGAS, CUMPRIDORES DE MEDIDA EDUCATIVA, EM CAMBÉ-PR

Aluna: Lylian Zanutto Ribeiro - UEL – Universidade Estadual de Londrina (CEAPA –
Central de Penas e Medidas Alternativas).

Coordenadora: Sandra Regina de Abreu Pires.

RESUMO:

O uso de drogas é atualmente considerado um problema de saúde pública em todo o mundo. As mudanças trazidas pela nova Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) refletem a transformação acerca da visão do usuário e suas determinações permitem um trabalho novo a ser desenvolvido com este público. As penas previstas aos usuários de drogas são: advertência sobre efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. O NUAPA – Núcleo de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Cambé, núcleo pertencente à CEAPA – Central de Penas e Medidas Alternativas de Londrina, compõe um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina, que funciona em parceria com o Ministério da Justiça. O NUAPA faz o trabalho de monitoramento e acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas aplicadas em Cambé-PR, e é composto por profissionais e estagiários de três áreas: direito, serviço social e psicologia, oferecendo atendimento e acompanhamento interdisciplinar aos apenados. O núcleo enfrentava desde seu início (2008), um problema com o acompanhamento dos cumpridores enquadrados no artigo 28: os usuários enfrentavam dificuldades em cumprir a Prestação de Serviço a Comunidade (pelas próprias características resultantes do uso contínuo de entorpecentes). Além disso, a cidade de Cambé contava com apenas duas Instituições que pudessem receber os cumpridores quando encaminhados para Medida Educativa. Afim de solucionar tais problemas, em 2010 o NUAPA desenvolveu o GAME - Grupo de Acompanhamento de Medida Educativa, que trata-se de um grupo para atender os cumpridores pelo artigo 28. O grupo é composto por 12 oficinas de 1 hora e meia, que ocorrem uma vez por semana, tendo 3 meses de duração. Nessas oficinas, são trabalhadas as questões psicossociais, biológicas e jurídicas relacionadas ao uso de drogas. O intuito das oficinas é gerar discussão e a troca de experiências, promovendo o conhecimento e até mesmo podendo os participantes funcionar como multiplicadores do conhecimento ali compartilhado. A primeira experiência do grupo foi de fevereiro de 2010 a maio de 2011, e o resultado foi positivo obtendo o total 80% de cumprimento.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas, Grupo reflexivo, Medida Educativa.

Os conceitos de “droga” são diversos, mas em geral é toda e qualquer substância, natural ou sintética que, introduzida no organismo modifica suas funções. Segundo GRAEFF



(1999), achados arqueológicos indicam que drogas sempre foram buscadas na história da humanidade em diversas tribos, através de substâncias naturais que provocavam alterações na consciência. A droga, portanto, é um problema antigo que com a globalização está cada vez mais popularizada. Ela deve ser encarada como um problema social e não apenas farmacológico.

Esse cenário contribuiu para uma mudança significativa na área jurídica na maneira de ver o usuário. Com a publicação da Lei 11.343/2006, o usuário de drogas passou a ser visto como um problema de saúde, rompendo com o paradigma de criminoso. A lei propõe que a pessoa autuada por posse de droga tenha um projeto terapêutico individualizado, visando a inclusão social e a redução de riscos e de danos sociais e à saúde (art. 22, inc. III). O artigo 28 propõe que o usuário receberá uma ou mais destas penas: *advertência sobre efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade, e medida educativa de comparecimento ao programa ou curso educativo.*

Com esta Lei, as pessoas que devem cumprir tais medidas, são encaminhadas para serem monitoradas e fiscalizadas pelos órgãos especializados em acompanhar penas e medidas alternativas, sendo um destes a CEAPA - Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Londrina e seus Núcleos, nas cidades de Cambé, Arapongas e Rolândia. De todas essas cidades, a maior incidência de cumprimento por uso de drogas existe na cidade de Cambé, onde os encaminhamentos pelo art. 28 representam 50% da demanda total.

O Núcleo de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Cambé (NUAPA) oferece um serviço especializado no acompanhamento de penas e medidas alternativas no município. Foi criado pelo convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e a UEL (Conv. 033/09) que iniciou suas atividades em Julho de 2010. O NUAPA surgiu para dar continuidade ao trabalho desenvolvido desde Junho de 2008 pelo Núcleo de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas (NUMOPA), projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina, através do Programa Universidade Sem Fronteiras. O trabalho oferecido aos cumpridores de Penas e Medidas Alternativas possui natureza e é desenvolvido por



profissionais e estagiários de Direito, Psicologia e Serviço Social, juntamente com docentes da Universidade Estadual de Londrina.

No NUMOPA o percentual de descumprimento do art. 28 foi superior comparado aos demais delitos. O núcleo sempre enfrentou a dificuldade com a prestação dos cumpridores enquadrados no artigo 28: a dificuldade dos mesmos em cumprir a Prestação de Serviço à comunidade, pelas próprias características resultantes da dependência. O adicto a drogas, vive em uma condição em que as atividades relacionadas à droga – adquiri-la, administrá-la, experimentar seus efeitos, enfrentar os sintomas da retirada – assumem precedência sobre todas as outras atividades da vida do sujeito (GRAEFF, 1999). Assim, o cumprimento de uma pena que pressupõe trabalhar 8 horas seguidas, uma vez por semana, muitas vezes não funcionava com os dependentes encaminhados.

Além desse problema, a cidade de Cambé contava com apenas duas Instituições que pudessem receber os cumpridores quando encaminhados para Medida Educativa. Assim, em 2010 o NUAPA desenvolveu um Projeto denominado GAME - Grupo de Acompanhamento de Medida Educativa, que trata-se de um grupo para atender os cumpridores pelo artigo 28. Para o desenvolvimento de tal projeto, o primeiro procedimento foi realizar um levantamento com os dados dos cumpridores por artigo 28 que haviam passado pelo NUAPA desde 2008, que envolviam o mapeamento dos indicadores: sexo, idade, bairro, tipo de drogas, frequência de uso, entre outros. Além desse levantamento, também foram realizadas pesquisas teóricas e reuniões com profissionais da área. Por fim, foram realizadas diversas visitas à Rede Social que trabalha com esse público na região, afim de conhecer os trabalhos, além de firmar as parcerias para possíveis encaminhamentos futuros.

O GAME foi planejado com oficinas semanais com duração de 1 hora e meia, durante 12 semanas. O número máximo de participantes considerado foi 12. As oficinas foram organizadas visando promover o debate, a discussão e a troca de experiências, buscando abordar diversos assuntos relacionados ao uso da droga e o que o cerca, como família, histórico do uso, saúde, conseqüências biológicas, sociais e psicológicas, entre outros. O eixo final do grupo tem como objetivo a promoção de ações voltadas à inclusão social, seja através do encaminhamento para o tratamento às drogas, ou para a rede social, visando



melhorar a sua qualidade de vida, no que diz respeito a família, a trabalho, a escolarização, a profissionalização, etc.

Antes da execução do grupo, ele foi apresentado ao JECrim e à Vara Criminal de Cambé, que aprovaram o Projeto.

O primeiro grupo teve início em 08 de fevereiro de 2011, com 7 beneficiários encaminhados pela justiça. Destes, 2 apresentaram declaração de trabalho que impossibilitavam a participação por incompatibilidade de horários. Dos cinco, quatro cumpriram e o único descumprimento refere-se a um beneficiário que já foi encaminhado 3 vezes para o NUAPA, e possui grande comprometimento pelo uso de crack. Ao final da primeira experiência, os números revelam uma mudança significativa, com 80% de cumprimento.

Durante as oficinas, os cumpridores foram participativos e elogiaram o modelo do grupo, relatando por várias vezes que pensavam que seria diferente. Segundo eles, esperavam um grupo que cada um fosse obrigado a falar de si, e que ouviriam ensinamentos sobre os malefícios das drogas. Entretanto, relataram que encontraram um espaço para debates e que se sentiram acolhidos e respeitados pelas coordenadoras do grupo.

Apesar dos bons resultados, a realização do GAME II não foi possível ainda, por motivo do encerramento do Projeto decorrente do fim dos recursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.343/2006. *Lei de Drogas*. Disponível em <www.mj.gov.br>. Acesso em: 13 setembro 2011.

GRAEFF, F. G.; Guimarães, F. S. *Fundamentos de Psicofarmacologia*. São Paulo: Atheneo, 1999.



REFLEXÕES SOBRE O NARCISISMO EM UM AMBIENTE PENITENCIÁRIO

Natalia Zanuto de Oliveira – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Prof. Mestre Silvia do Carmo Pattarelli – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre como o conceito freudiano de narcisismo pode ser percebido na história de vida de internos atendidos na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), em um estágio extracurricular. Essa instituição é uma unidade penal localizada na cidade de Londrina - Paraná e sua população formada por reclusos do sexo masculino. Pretende-se, neste trabalho, apresentar o conceito e desenvolvimento do narcisismo que, para Freud (1914), o é uma etapa normal do desenvolvimento psicosssexual da criança, presente durante toda a vida e que será precursora da auto-estima e das escolhas objetais feitas mais tarde pelo sujeito. O narcisismo se desenvolve a partir da relação mãe e bebê que nos primeiros meses de vida se encontram em identificação, o bebê percebe sua mãe como extensão de seu corpo, e a mãe percebe seu bebê como a continuação de sua existência. Assim, o ego do bebê vai se organizando, e a criança, na medida em que se desenvolve e percebe o mundo a sua volta, supera o narcisismo primário e passa a fazer escolhas objetais exteriores a ela. Caso essa fase não seja superada, o sujeito se mantém em uma posição narcisista, continua a buscar a plena satisfação de seus desejos, como vivido nos primeiros meses de sua vida.

PALAVRAS-CHAVE: narcisismo, desenvolvimento, escolha de objeto, penitenciária.

Em fevereiro de 2010 iniciei um estágio extracurricular no setor de Psicologia da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL). A PEL foi fundada em 1994 e está destinada a pessoas presas do sexo masculino no estágio provisório e no regime semi-aberto, em ambientes separados, já que presos que cumprem formas de regime diferentes não podem ter contato entre si. (DEPEN, 2010)

A experiência de estágio é com os internos em período provisório em regime fechado. Neste tempo de trabalho, muitas foram as histórias que me fizeram refletir sobre o ser humano. Lidar com sujeitos recém chegados dos distritos policiais e que muitas vezes estão ansiosos e aflitos diante da situação de aprisionamento.

Em meio a tantas histórias, algumas me levaram a pensar nas formas de relacionamento que estabelecemos. Pensar na interação do sujeito com o mundo e com os outros, leva ao caminho dos investimentos libidinais feitos por todos nós. Nesse sentido, faz-



se necessário entender como ocorrem tais investimentos, que de acordo com o referencial psicanalítico está diretamente relacionado ao narcisismo.

O bebê, em seus primeiros meses de vida conhece o mundo que sua mãe lhe apresenta. Através dos cuidados dispensados a ele, o bebê começa a se organizar, tomar consciência de si e mais tarde do outro, de forma que constitua um ego saudável e que se reconheça enquanto sujeito.

Segundo Franz Alexander (1976), ego é a parte integradora da personalidade. É produto de um processo contínuo de desenvolvimento e adaptação. Antes de o ego ter desenvolvido sua função integradora, o bebê vive em uma fase, denominada de princípio do prazer, em que todas as pulsões provenientes do id, buscam satisfação imediata. Nesse mesmo momento, o bebê passa por um estágio narcísico em seu desenvolvimento.

Para Freud (1996), o narcisismo é um estágio normal do desenvolvimento psicosexual da criança, que se manifesta em todos os períodos de seu crescimento. Além do período infantil, está presente também durante toda vida e nas relações que se estabelecem.

Freud (1996) coloca que os instintos auto-eróticos estão presentes no psiquismo da criança desde o seu nascer, vividos pelo princípio do prazer, mas que é necessário que algo seja adicionado a este para que se desenvolva o narcisismo. Este algo é representado pela mãe no desempenho da função de cuidar de seu bebê.

Nos primeiros meses após o nascimento, mãe e bebê estão em estado de identificação um com o outro. Mas, para que o bebê tenha um bom desenvolvimento, é necessário mais que alimento, a criança precisa ser olhada, segura, sentir que sua mãe o ama. (Winnicott, 2006)

Para Winnicott (2006), a mãe, nesse período, se lembra de ter sido um bebê e de quem cuidou dela, e essas lembranças ajudarão ou atrapalharão o desempenho de sua função materna, nas palavras de Freud (1996), “uma revivência e reprodução de seu próprio narcisismo”.

Esse período de total investimento é de extrema importância, o sentimento de onipotência é importante para uma saudável constituição do ego e da auto-estima, essencial para as escolhas objetais que serão feitas mais tarde. Desse modo, Freud considera que as primeiras relações narcísicas, podem ser dominantes nas escolhas objetais.



Mas o que faz com que a criança saia do narcisismo primário e continue a se desenvolver? De acordo com Nasio (1997), com o passar dos meses a criança é submetida às exigências do mundo, que se traduzem de forma simbólica através da linguagem. Percebe que já não é mais o centro das atenções de sua mãe.

De acordo com Freud (1996), o narcisismo é reprimido na medida em que o outro representa um ideal de ego. O eu aspira ao retorno ao narcisismo primário, mas se dá conta que para recuperar o amor e a perfeição narcísica, passará pela mediação e exigências do ideal do eu.

Assim, a mãe deve expor o bebê a pequenas frustrações e as dificuldades naturais do ambiente para que ele possa continuar a se desenvolver. Mas, para que a criança obtenha satisfação desses momentos de falha, ela deve confiar nos cuidadores e se sentir em um “ambiente firme” para resolver seus conflitos. (Winnicott, 2006)

Durante o estágio, conhecendo a história de vida de alguns internos, pude perceber e analisar, como falhar no cuidado dos primeiros anos de vida reflete de maneira negativa no desenvolvimento. Desse modo o narcisismo não é superado, e esta posição continua presente durante a vida do sujeito, trazendo consequências negativas, mediante suas escolhas de objeto.

REFERENCIAS

DEPEN. Disponível em:

<<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

FRANZ, Alexander. *Fundamentos de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

NASIO, J. D. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Rodrigo Ghedin. Disponível em: <www.rodrigoghedin.com.br/arquivos/dto_penal_-_penas.doc>. Acesso em 31 de julho de 2011.

SIGMUND, Freud. *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

WINNICOTT, D. W. *Os bebês e suas mães*. 3.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.



A EXPERIÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS PELO PROJETO CEAPA E SEUS NÚCLEOS

Alunos: Lylian Zanutto Ribeiro, Renata Maciel de Freitas - UEL – Universidade Estadual de Londrina (CEAPA – Central de Penas e Medidas Alternativas)

Coordenadora: Sandra Regina de Abreu Pires

RESUMO:

A CEAPA – Central de Penas e Medidas Alternativas de Londrina – e seus núcleos: Cambé, Arapongas, Rolândia – iniciou suas atividades em junho de 2010 através do convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e a UEL (Conv. 033/09). A CEAPA surgiu para dar continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2007 pelo Núcleo de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas (NUMOPA), Projeto pertencente a Universidade Estadual de Londrina e a Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia (SETI), através do Programa Universidade sem Fronteiras. A CEAPA tem como objetivo contribuir para a efetiva aplicação das penas e medidas alternativas, através de sua fiscalização, mas também, tendo em vista o caráter educativo das mesmas, empreender uma intervenção positiva junto aos sancionados, buscando amenizar os danos gerados pela prática delituosa e contribuir no enfrentamento da situação de vulnerabilidade social em que a maioria deles se encontra. A população atendida advém de Juizados Especiais Criminais, Varas Criminais e Justiça Federal, por diversos delitos passíveis de aplicação de penas e medidas alternativas, como exemplo o crime contra o meio ambiente, delitos de trânsito, desacato, abandono intelectual e uso de drogas (artigo 28 da Lei de Drogas), dentre outros. Para realizar suas atividades, o Projeto conta com uma equipe interdisciplinar, reunindo as áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia, composta por docentes, técnicos e estagiários das áreas. O processo de trabalho contempla 05 dimensões: trabalho com os cumpridores, com a rede social, com o judiciário, a formação dos recursos humanos e a produção de conhecimentos. Dentro do trabalho com os cumpridores, além do atendimento e acompanhamento da Prestação de Serviços a Comunidade e da Prestação Pecuniária, graças a grande quantidade de cumpridores e as especificidades dos delitos, a CEAPA desenvolveu dois grupos temáticos para atender a delitos específicos: o GAME – Grupo de Acompanhamento de Medida Educativa em Cambé (para autuados no art. 28 – uso de drogas) e o CAMINHOS (Grupo Reflexivo para autores de violência doméstica).

PALAVRAS-CHAVE: penas alternativas, monitoramento, grupos temáticos.

As Penas e Medidas Alternativas são sanções restritivas de direito que podem ser aplicadas em substituição a penas de prisão nos casos em que o crime cometido seja considerado de menor potencial ofensivo e de média gravidade, ou seja, crimes cuja pena



máxima seria de 04 anos e que tiverem sido cometidos sem violência ou grave ameaça a pessoa.

Segundo RESENDE (2009), “esse tipo de pena se caracteriza pelo não encarceramento dos autores de cometimentos delituosos, permitindo a prática de um novo conceito de justiça penal, através da atenção psicossocial-pedagógica e restaurativa dos envolvidos”.

Quando a Pena ou Medida Alternativa é aplicada, o cumpridor é encaminhado para órgãos fiscalizadores, como os Patronatos Penitenciários e as Centrais de Monitoramento, que é o caso da Central de Penas e Medidas Alternativas de Londrina.

O Projeto CEAPA – Central de Penas e Medidas Alternativas de Londrina – e seus núcleos Cambé, Arapongas, Rolândia – foram criados em 2010 pelo convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e a UEL (Conv. 033/09), iniciando suas atividades em julho do mesmo ano. A CEAPA surgiu para dar continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2007 pelo Núcleo de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas (NUMOPA), projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina, com parceria com a Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, através do Programa Universidade Sem Fronteiras. O NUMOPA já atendia as cidades de Londrina, Cambé e Arapongas, tendo a CEAPA em 2010 expandido o trabalho para a cidade de Rolândia.

A **CEAPA** tem como objetivo contribuir para a efetiva aplicação das penas e medidas alternativas, através de sua fiscalização, mas também, tendo em vista o caráter educativo das mesmas, empreender uma intervenção positiva junto aos sancionados, buscando amenizar os danos gerados pela prática delituosa e contribuir no enfrentamento da situação de vulnerabilidade social, na qual alguns deles se encontram.

Para realizar suas atividades, o Projeto conta com uma equipe interdisciplinar, reunindo as áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia, composta por docentes, técnicos e estagiários das áreas. O objetivo desta equipe é proporcionar ao cumpridor atendimento e acompanhamento integral.

Ao chegar para atendimento na CEAPA, o beneficiário é atendido pelas três áreas em conjunto (apenas a Psicologia fica ao final em separado com o beneficiário por questões éticas). Depois desse atendimento inicial, a equipe realiza o Estudo de caso, onde será feito o planejamento das ações com estes indivíduo: local que irá cumprir sua pena, encaminhamentos paralelos (estudo, trabalho, tratamento), plano de acompanhamento e o que mais for necessário.



Depois que o beneficiário passa a cumprir sua pena, o acompanhamento interdisciplinar continua, a equipe permanece dando suporte e fazendo esclarecimentos e orientações necessárias, sempre em conjunto com o mesmo objetivo: o cumprimento por parte do beneficiário e a diminuição das vulnerabilidades sociais do mesmo. Segundo BARROS (2009), a interdisciplinaridade consiste em uma integração harmônica entre as diferentes áreas de conhecimento voltadas para o mesmo objetivo. A autora pontua: “Essa reciprocidade, entre os mais diversos profissionais envolvidos, gera aprendizagem, crescimento e enriquecimento mútuos” (BARROS, 2009).

No trabalho de monitoramento é importante ressaltar a importância das instituições parceiras, nome dado aquelas que recebem prestadores de serviços à comunidade e de medida educativa. A experiência, ao longo destes anos, demonstra que as instituições apontam para o trabalho realizado pela CEAPA e seus núcleos, como positivo e, por vezes fundamental, ao cumprimento da pena ou medida, visto que com esta intermediação aumenta a clareza por parte de beneficiários e instituições quanto ao serviço a ser prestado, duração da pena, clareza dos papéis de ambos, de modo que o acolhimento passa a não ser visto como obrigatório, mas sim de contribuição social, visto que é neste lugar que o beneficiário exercerá sua cidadania e responderá de maneira contrária ao delito, positivamente à sociedade.

No monitoramento das penas e medidas alternativas, com o objetivo de dar melhores condições para que o caráter educativo da pena seja alcançado, têm surgido grupos temáticos para atender delitos específicos e que apresentam incidência significativa em sudas centrais e núcleos.

Em 2010 foi criado o GAME – Grupo de Acompanhamento de Medida Educativa em Cambé, para atender a demanda dos autuados no art. 28 – uso de drogas, tendo em vista os poucos grupos que trabalhavam com a temática na cidade, de modo a impossibilitar o encaminhamento dos mesmos. Ademais a equipe considera mais adequado para o cumprimento da medida, a participação em grupos reflexivos ao cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade. Quanto aos resultados, foram positivos e significativos obtendo o total 80% de cumprimento e uma excelente avaliação por parte dos participantes.



No município de Londrina com o objetivo de atender a demanda da Sexta Vara Criminal - violência doméstica, foi elaborado o Grupo Reflexivo Caminhos voltados aos autores ou supostos de violência contra a mulher. O grupo visou contribuir efetivamente para um trabalho de atendimento integral da questão da violência doméstica no município, tendo em vista a inexistência de um trabalho para o homem autor de violência doméstica. O primeiro grupo foi realizado em 2011 e tendo ótimos resultados, tais quais a o cumprimento da medida protetiva por 80% dos participantes e mudanças significativas quanto a maneira de responder a conflitos que não pela via da violência.

O trabalho realizado pela CEAPA e demais núcleos demonstra o potencial das penas e medidas alternativas, como uma maneira de punir proporcional ao potencial ofensivo do delito cometido, isto é, não apresentando risco a sociedade o infrator não deverá ficar em regime privativo de liberdade, os resultados são índice de reincidência inferior a 10% em contrapartida aos 80% do sistema privativo de liberdade.

“Não é punir menos, é punir melhor” (Campanha do CNJ 2010)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Márcia de. *Pena de prestação de serviço à comunidade: levantamento do nível de compreensão dos condenados*. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 1997.

ANJOS, Fernanda dos. *A Intervenção do Serviço Social junto à Pena de Prestação de Serviços à Comunidade no Estado do Paraná*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2004.

BRASIL. *Lei 9.099/95*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

BRASIL. *Lei 11.343/2006*. “Lei de Tóxicos”.

BRASIL. *Lei 11.343/2006*. Lei de Drogas. Disponível em <www.mj.gov.br>. Acesso em: 13 de setembro de 2011.

COLMAN, Silvia Alapanian; PIRES, Sandra R. de Abreu. O Programa Pró-Egresso de Londrina: Uma Experiência de Atuação junto a Apenados. 2004. In: Congresso Brasileiro de



Assistentes Sociais, XI., 2004, Fortaleza-Ceará. *Anais...* CBASS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004.

CONDE, Ana Lúcia. *A opinião dos juízes criminais de Londrina sobre a prestação de serviço à comunidade*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 1999.

CORRÊA JUNIOR, Alceu; SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RESENDE, M. J. V. C., *Vivenciando Penas e Medidas Alternativas – Teoria e Prática*, Recife: Edições Bagaço, 2009.

SHECAIRA, Sergio S. *Prestação de Serviços à Comunidade: alternativa à pena privativa de liberdade*. São Paulo: Saraiva, 1993.



GRUPO REFLEXIVO: UMA ALTERNATIVA DE TRABALHO VOLTADA AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA, CUMPRIDORES DE MEDIDA PROTETIVA.

Alunas: Renata Maciel de Freitas e Jéssica de Oliveira Cabrera - Universidade Estadual de Londrina e Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas.

Coordenadora: Sandra Regina de Abreu Pires

RESUMO:

A violência é um fenômeno complexo que trata de questões sociais e históricas, por isso não se pode entendê-lo utilizando justificativas simplistas de causa e efeito. Em meio às violências encontra-se a contra a mulher, que recebeu tardiamente atenção. Para o entendimento do fenômeno da violência é imprescindível a compreensão do conceito de gênero, que segundo Saffioti (1997), é a construção social do masculino e feminino, no qual, em nossa sociedade, o homem é possuidor do poder e autoridade, o que, de certo modo o autoriza a cometer atos violentos. Em Viena, no ano de 1993, a Conferência da ONU sobre Direitos Humanos (Viena 1993) reconheceu formalmente a violência contra a mulher como uma violência aos direitos humanos. No Brasil, como resultado deste olhar sobre a violência contra a mulher em 2006 entra em vigor a lei 11340 - Maria da Penha. Como resposta à lei surgem diversos grupos reflexivos e responsabilizantes nos estados brasileiros, voltados aos homens autores de violência, como forma de enfrentamento a esta problemática, visto que ela se dá na relação, e por isso ambas as partes, mulher agredida e homem autor de violência, necessitam de espaço para a reflexão. Considerando que para tratar do tema é necessário pensar em maneiras alternativas de atuação junto a esta problemática e tendo em vista atender a demanda da 6ª Vara Criminal de Londrina, a CEAPA – Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Londrina, trabalhou na implantação de um grupo reflexivo voltado aos homens para os quais foram aplicadas medidas protetivas. Para tal, por um levantamento bibliográfico, buscou-se experiências práticas de outras centrais, e junto aos serviços que atuam diretamente no enfrentamento a violência contra a mulher. A proposta do Grupo Reflexivo Caminhos visou proporcionar um espaço para a reflexão do ato violento por parte dos homens, por meio de 13 encontros temáticos semanais, e assim possibilitar a ampliação das maneiras de responder a conflitos e solucionar problemas, principalmente no tocante às relações estabelecidas com o gênero feminino.

PALAVRAS- CHAVE: violência; gênero; grupo reflexivo.



A violência é um fenômeno complexo e para falar dele não é possível ser simplista, utilizando-se justificativas de causa e efeito, já que trata de questões sociais e históricas. Em meio aos vários tipos de violências, encontra-se a doméstica, que se caracteriza pela violência cometida entre pessoas que tenham um laço afetivo, que não sejam desconhecidas. Esta forma de violência carrega o maior silêncio, porque toca em questões sociais, tal qual a família, e vai na contra-mão do lar como lugar de cuidado e proteção.

Ademais, não é possível falar de violência doméstica sem pensar nas questões de gênero, que segundo Saffioti (1999) consiste na construção social do masculino e feminino. Isto implica em maneiras específicas de cada um se comportar para ser reconhecido socialmente como homem e mulher.

Na cultura ocidental, o homem deve seguir o modelo patriarcal, no qual aprende, desde cedo, o conceito de virilidade e força física (por isso deverá proteger a mulher e os filhos). Ele é o provedor do lar e se algo faltar aos seus, ele será cobrado. Quanto a sofrer, deve fazer isto de forma discreta (chorar é para as mulheres que são frágeis e sentimentais), considerando-se que pedir ajuda é um indicativo profundo de fraqueza e incompetência, sendo confiadas e dirigidas a ele a responsabilidade de tomar as decisões de casa. Assim, neste modelo, muitas vezes, atos violentos contra as mulheres são autorizados.

No Brasil, como resultado deste olhar sobre a violência contra a mulher em 2006 entra em vigor a lei 11340 - Maria da Penha, que busca dar voz às mulheres vítimas de violência doméstica. Em Londrina, assim como no restante do país, o número alto de casos e processos referentes à violência doméstica justificou a criação da 6ª Vara Criminal que atende, dentre outros, casos de violência contra a mulher. Há ainda uma rede de atendimento especializado estruturada no município. Contudo, apesar de todos os esforços para que a atenção aos casos de violação seja integral, ainda não existia um trabalho específico com o homem autor de violência doméstica ou suposto autor, no município.

Nesse contexto, a equipe interdisciplinar da Central elaborou uma proposta específica para atender a demanda da 6ª Vara Criminal, trata-se do “Grupo Reflexivo Caminhos”, com caráter reflexivo e preventivo. O objetivo imediato dessa proposta abrangeu a execução integral da medida protetiva à mulher aplicada ao agressor ou suposto agressor, ou pena



alternativa aplicada ao fim do processo penal, que obrigue o cumpridor a participar de encontros em que haja estímulo à reflexão sobre o tema. Mediamente, pretendeu-se colaborar para o aperfeiçoamento do sistema protetivo à mulher, promovendo seus direitos a partir do atendimento interdisciplinar ao agressor, que por diversas vezes permanecerá com algum vínculo com essa mulher.

Para a realização do Grupo Caminhos, foram selecionados 11 (onze) homens, dos quais inicialmente compareceram 07 participantes, finalizando com 06, pois um que havia começado conseguiu um trabalho no horário do grupo, inviabilizando sua participação. Dos outros 04 (quatro): 01 (um) participante não compareceu, 01 participante teve sua medida protetiva revogada e outros 02 (dois) não foram cientificados do convite, pois as correspondências não foram entregues por razões diversas.

O Grupo Reflexivo Caminhos foi realizado durante três meses, com frequência de uma vez por semana, no período noturno, todas as terças-feiras, das 19h00 às 21h00, totalizando 14 encontros. Foi conduzido por profissionais e estagiários das áreas da Psicologia e Serviço Social, contou com a participação do profissional de Direito no primeiro e último encontro.

A metodologia de trabalho utilizada nos encontros semanais foi baseada no processo reflexivo sobre a vida dos participantes, caminhando até chegar na temática violência. Esta metodologia deu-se através da interação dos participantes nas discussões, troca de experiências de vida, dinâmicas de grupo e trabalhos manuais. Os temas abordados contemplaram 5 eixos: Gênero, História de Vida e Família, Violências, Resolução de Conflitos e Finalização, respectivamente.

No último encontro foi aplicado pela equipe interdisciplinar da CEAPA um questionário aos participantes do Grupo, com o objetivo de avaliar qual a percepção dos mesmos quanto suas experiências vividas no grupo.

Quanto à continuidade de um trabalho como o Grupo Reflexivo Caminhos, 100% dos participantes consideraram ser muito importante a existência de um grupo como este, no qual os homens podem ser ouvidos, e acrescentaram que esperam que a equipe possa continuar com este trabalho pois ajudará muitos homens.



Retomando as questões da violência doméstica que tratam de um fenômeno complexo, envolvendo um modelo de sociedade patriarca, olhar para esta estrutura sem tomar a posição de colocar homem e mulher no lugar de algoz e vítima, respectivamente foi fundamental. Em vez disso, notou-se a importância de se considerar a relação existente entre eles, para que estes homens pudessem encontrar no grupo um espaço para ser sujeito e conseqüentemente pensar em sua história de vida, tendo condições de perceber, através de um longo processo reflexivo, que enquanto sujeito existem outras possibilidades de pensar, ser e agir. Segundo Morgado (2010):

“(...) compreende-se que também os homens em seu processo de socialização para assumir sua condição masculina nas sociedades contemporâneas sofrem enormes prejuízos, pois também a eles é imposto um modelo do que devem ser socialmente.”

Considera-se de fundamental importância nos resultados obtidos no Grupo Caminhos o espaço reflexivo e responsabilizante, no qual estes homens puderam expressar suas opiniões, sentimentos, desejos, angústias sobre suas vidas; como também sobre a temática da violência, isto é, um ambiente preventivo que contribuiu para evitar a prática da violência e, em alguns casos, cessar com este ciclo existente em suas relações.

Com base nos relatos dos participantes durante o grupo, no questionário de avaliação final e no acompanhamento individual de cada caso, a equipe interdisciplinar avaliou que o Grupo Reflexivo Caminhos alcançou, com êxito, os objetivos a que se propôs: promoveu um trabalho diferenciado aos homens envolvidos em situação de violência doméstica tendo em vista a complexidade das relações familiares e conflituosas na qual está inserido, contribuindo para a reflexão e prevenção sobre questões concernentes a violência contra mulher.

REFERÊNCIAS

BRONZ, Alan. *Redundância, reflexão e violência*. Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, Rio de Janeiro, dezembro de 2005.

DEEKE, Leila Platt. Et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 18, n. 2. p. 248-258,



2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

LANG, Daniel Welger. Os Homens e o Masculino numa Perspectiva de Relações Sórias de Sexo. In: SCHPUN, M. R. (Org.) *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, F. ; CLÍMACO, D. A. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 17, n. 2. p. 69-81, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-2902008000200008&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 17 de dezembro de 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org.) *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In: BRANDÃO, Eduardo Ponte; GONÇALVES, Hebe Signori (Org.) *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

OLIVEIRA, Jose Guilherme C. *Obstáculos na transformação de dinâmicas pessoais e relacionais de homens em situação de violência doméstica*. Rio de Janeiro: ITF, 2006.

REDONDO, João. *Grupo Violência: Informação, Investigação, Intervenção (Grupo V !!!)*. Breve Reflexão/ avaliação do trabalho realizado. Lisboa, novembro 2005.

Reportagem “OMS: violência contra mulher é prioridade de saúde pública”. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/189885.html>>., Acessado em: 11 de janeiro de 2011.

ROSA, Antonio Gomes. Et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 17. n. 3. p. 152-160, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300015&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 24 de novembro de 2010.

ROSA, Miriam Debiex; CARIAGNATO, T. T. ; BERTA, S. L. Ética e Política: A Psicanálise Diante da Realidade , dos Ideais e das Violências Contemporâneas. *Agora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1 jan/jun, 2006. p. 35-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2010.

SAFFIOTI, H.. “ No fio da navalha: Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual”. In, MADEIRA, F. R. (Org) *Quem mandou nascer mulher*. Rios de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

VANIER, Alain. Direito e Violência. Tradução: Helena Soledade Floresta de Miranda. *Agora*, v. 7, n. 1 jan/jun, 2004.



ESTÍMULOS ANTECEDENTES VERBAIS COMO OPERAÇÕES MOTIVACIONAIS: UMA ANÁLISE DO CONTAR HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS

Henrique da Silva Ferreira; Rodrigo Dal Ben de Souza - Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

Luis Antônio Lovo Martins – USP,

Orientador – Prof. Ms. Marcos Roberto Garcia - Centro Universitário Filadélfia – UniFil/
USP

RESUMO:

O controle que o estímulo antecedente verbal exerce sobre o comportamento do ouvinte é um tema complexo e com crescente número de pesquisa experimental. Estas pesquisas têm sido denominadas de condicionamento do comportamento do ouvinte ou correspondência entre o comportamento verbal e não verbal. O objetivo deste trabalho foi investigar as relações verbais entre falante e ouvinte por meio dos efeitos dos operantes verbais contidos em duas histórias (protocolos) apresentadas para crianças. Uma gravada em segunda pessoa (A) e outra em terceira pessoa (B), com modulações vocais em momentos determinados, denominados de operante autoclítico. A pesquisa foi desenvolvida a partir das investigações feitas por Valdivia e cols (2006), que analisam a relação entre o comportamento verbal do falante e os estados privados e públicos do ouvinte em dois experimentos. No primeiro experimento respostas verbais e não verbais relacionadas ao comportamento de beber água foram medidas, por meio da apresentação de duas histórias, uma chamada contextualizada, e outra chamada descontextualizada, e o segundo seguindo a mesma lógica porém focando a restrição física. O procedimento da pesquisa seguiu a seguinte ordem: treino de medidas, questionário pré-teste, linha de base pré-teste, protocolo, questionário pós-teste, linha de base pós-teste e questionário de compreensão. O comportamento medido era o relacionado à coceira. Participaram quatro crianças de uma instituição de ensino da periferia de Londrina. Os resultados mostraram que a história ser contada em primeira ou terceira pessoa não causou mudanças sensíveis no comportamento do ouvinte, em contraponto ao efeito da modulação vocal - autoclítico.

PALAVRAS-CHAVE: comportamento verbal, autoclítico, coceira.

INTRODUÇÃO

O estudo experimental do comportamento verbal é caracterizado por sua complexidade e dificuldade procedimental, um desafio para a análise do comportamento, uma vez que Skinner (1957) escreve um livro sem dados e procedimentos de pesquisa.



Skinner (1957), analisando funcionalmente o comportamento verbal, indica o controle bidirecional entre falante e ouvinte como característica dessa forma de comportamento. Segundo Skinner, “o ouvinte reage ao estímulo verbal com reflexos condicionados ou executando uma ação apropriada a uma dada situação.” (1957, p. 427).

Ao longo do livro apresenta uma descrição taxonômica funcional (operantes verbais) do comportamento verbal, bem como apresenta o conceito de um operante verbal secundário – o autoclítico. Este operante tem a função de mudar a função dos outros operantes verbais primários, intensificando, aumentando ou aliviando os seus efeitos.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir das investigações feitas por Valdivia e cols (2006), que analisam a relação entre o estímulo verbal antecedente tendo a função motivacional sobre o comportamento do ouvinte em dois experimentos.

No primeiro experimento respostas verbais e não verbais relacionadas ao comportamento de beber água foram medidas por meio da apresentação de uma história nomeada de protocolo de indução. O segundo experimento mediu as respostas relacionadas à sede, como no primeiro experimento, e à restrição física por meio da apresentação de duas histórias, a primeira descontextualizada e uma segunda contextualizada.

Os dados coletados foram interpretados por meio da comparação dos participantes entre si, observando o aumento nos comportamentos especificados pelos protocolo de indução contextualizado e a manutenção (não aumento) nos comportamentos do protocolo descontextualizado.

Tendo esses pressupostos, a presente pesquisa buscou medir o efeito das histórias (filmadas) sobre os comportamentos verbais e não verbais do ouvinte, principalmente em comportamentos relacionados à coceira. Para tanto foram gravados dois vídeos, um contando uma história em 2ª pessoa (A) e outra em 3ª pessoa (B). O operante verbal autoclítico (modulação vocal) estava presente na primeira metade de ambos os vídeos.

OBJETIVOS

Abordar como o estímulo verbal controla o comportamento do ouvinte em três pontos: identificar se o uso do autoclítico gera maior controle do ouvinte. Relacionar as



história, verificando qual apresenta o maior eficácia no controle do comportamento do ouvinte. E, por fim, identificar se a ordem de apresentação das histórias em um esquema de revesão (A-B-A ou B-A-B) influencia nesse controle.

PARTICIPANTES

Participaram dessa pesquisa quatro crianças (de 6 a 8 anos, ambos os sexos) de uma instituição voltada ao ensino da periferia de Londrina.

PROCEDIMENTO

As seguintes etapas compunham o procedimento: treino de medidas (a); linha de base verbal pré-teste (b); linha de base não-verbal pré-teste (c); protocolo iniciando com A ou B (d); linha de base verbal pós-teste (e); linha de base não verbal pós-teste (f), e questionário de compreensão (g).

O treino de medidas (a) consistiu em um treino discriminativo em que as crianças deveriam nomear corretamente - nada, um pouco, médio, muito, diante de vários objetos de diferentes proporções. A linha de base verbal pré e pós-teste consistia na resposta para a pergunta: “Você está com vontade se coçar agora? Quanto?” (ela deveria indicar um quadro de medidas fixado na parede da sala experimental). A linha de base não verbal pré e pós-teste consistia em deixar o participante sozinho na sala experimental durante 1 minuto, sendo filmado. O protocolo era composto por duas histórias, uma contada em segunda pessoa e outra contada em terceira pessoa, sendo que na primeira metade da história continha modulações vocais (função autoclítica) e a outra metade era contada em tom monótono. O questionário de compreensão era composto pelas perguntas: “O que vocês estavam fazendo lá dentro?; Do que falava o vídeo?”. Essa sequência, exceto o passo (a), era repetida três vezes (A-B-A e B-A-B) para cada participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



O procedimento A-B-A ou B-A-B possibilitou o estudo de caso único. Os relatos de coceira aumentaram em ambos os vídeos (A e B) e houve correlações com o comportamento não verbal. Não houve diferença sensível entre os comportamentos observados entre as histórias A e B.

A sequência que as histórias foram apresentadas se mostrou uma variável importante, 75% dos sujeitos se cocaram mais na primeira história (A ou B). Todos os comportamentos de coçar diminuem ao longo do tempo, podemos inferir a fadiga do reflexo (coceira). O tom de voz manipulado teve efeito sobre o ouvinte independente da pessoa referida no texto, ressaltando o efeito do operante autoclítico no condicionamento do comportamento do ouvinte.

REFERÊNCIAS

SKINNER, B. F. *Verbal Behavior*. Acton, Massachusetts: Copley, 1957.

SCHLINGER, H. D. Conditioning the behavior of the listener. *International Journal of Psychology and Psychotherapy*, 8. ed., p.309-322. 2008.

VALDIVIA, S., Luciano, M. C., y Molina, F. Verbal regulation of motivational states. *The Psychological Record*, 56. ed., p.577-595. 2006.



UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SUPERSTICIOSO POR MEIO DAS GERAÇÕES EM UMA MICROSSOCIEDADE LABORATORIAL

Ana Carolina V. Santos; Ana Paula Ollier e Silva; Henrique da Silva Ferreira; Kley A. Moraes; Ms. Marcos Roberto Garcia; Rodrigo Dal Ben de Souza - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof. Dr. João Juliani - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O comportamento supersticioso tem como elemento essencial o reforçamento de uma resposta por uma consequência contígua, porém sem relação de dependência com ela. Uma das primeiras investigações sobre o comportamento supersticioso foi apresentada por B. F. Skinner (1948), em seu trabalho intitulado “Superstition in the Pigeon”. Desde então, diversas pesquisas foram desenvolvidas sobre o tema. No entanto, pouco se conhece sobre a “transmissão” cultural desses comportamentos. No que tange ao estudo de transmissão de práticas culturais, um trabalho que se destaca na literatura da análise do comportamento é o de Baum e cols. (2004). Estes estudos serviram de base para a presente pesquisa, que investigou como o comportamento supersticioso pode ser estabelecido e transmitido entre cinco gerações de uma microssociedade. Uma condição propícia para a ocorrência do comportamento supersticioso foi estabelecida por meio da resolução de anagramas em grupo. Esta atividade permitia a repetição das respostas ao longo do tempo e livre da interferência do experimentador. Os participantes ganhavam pontos de duas formas, por meio da resolução de anagramas e em esquema de tempo variável não contingente a uma resposta específica. Os anagramas foram divididos em quatro cores. A cada cinco anagramas resolvidos, os participantes respondiam a cinco questões. Oito estudantes universitários participaram da pesquisa, sendo que quatro iniciaram na primeira geração e a cada dez minutos um dos participantes era substituído, dando início a uma nova geração. Na quinta geração todos os membros da primeira geração haviam sido substituídos. Os resultados indicaram que a condição preparada para o estabelecimento do comportamento supersticioso não foi efetiva, porém esse comportamento pode ser encontrado na atribuição de valores para cada cor de anagrama. A transmissão desses valores entre as gerações foi observada por meio do relato verbal dos participantes. Esse estudo abre possibilidades de investigação da transmissão de práticas estabelecidas culturalmente envolvendo comportamento supersticioso, em um ambiente controlado.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento supersticioso, anagramas, comportamento verbal.

INTRODUÇÃO



O comportamento supersticioso foi primeiramente apresentado por B. F. Skinner (1948) em um artigo intitulado “Superstition in the Pigeon” (Superstição em Pombos). Neste estudo Skinner apresentou pelotas de alimento não contingentes a respostas específicas do pombo. Após um determinado tempo, o autor observou que cada pombo apresentava respostas específicas. Considerando que essas respostas não mantinham relação de contingência com o evento reforçador, Skinner as denominou como “supersticiosas”. Discorrendo sobre o assunto, Skinner (2007) nos traz que “Se só uma conexão acidental existe entre a resposta e a apresentação de um reforçador, o comportamento é chamado ‘supersticioso’” (p. 94). Assim, embora a resposta e o estímulo reforçador estejam temporalmente próximos, não existe uma relação de dependência um do outro.

Para investigar a transmissão do comportamento supersticioso entre as pessoas é necessário atentar para o terceiro nível de seleção, a cultura (SKINNER, 2007). Em um estudo realizado por Baum e cols. (2004), uma atividade de resolver anagramas, condicionada a algumas regras, foi proposta para um determinado grupo, chamado de geração, e com o passar do tempo os integrantes eram substituídos.

Tendo esses pressupostos, a presente pesquisa investigou o estabelecimento e a transmissão de comportamentos supersticiosos entre gerações em um ambiente cultural controlado de microssociedades.

OBJETIVOS

A pesquisa buscou: estabelecer comportamentos supersticiosos; verificar a transmissão desses comportamentos por meio de gerações em uma microssociedade.

PARTICIPANTES

Participaram desse estudo oito universitários (de 19 a 22 anos) de diversos cursos de uma instituição particular de ensino superior de Londrina.



SITUAÇÃO EXPERIMENTAL E PROCEDIMENTO

O experimento foi realizado em uma sala de aula preparada com quatro mesas com toalhas coloridas (azul, verde, amarelo e vermelho), sobre as mesas foram dispostas pilhas de anagramas feitos em papel branco colados em retângulos de cartolina da cor da mesa. Na sala havia um *datashow* que foi utilizado para a apresentação dos bônus.

O participante era submetido a uma entrevista inicial em que recebia informações sobre o experimento e concordando em participar assinava o termo de consentimento livre e esclarecido. Em seguida recebiam as instruções específicas sobre a ficha de pontos.

Quatro participantes formaram a primeira geração e os outros aguardaram em uma sala anexa à experimental. Após dez minutos a primeira geração foi encerrada e um dos participantes foi substituído. Esse procedimento foi mantido até que todos os participantes da primeira geração foram substituídos. A cada cinco anagramas resolvidos corretamente o cronômetro era pausado e solicitado aos participantes que respondessem cinco questões. Nas quais deveriam indicar o que faziam para ganhar pontos, qual participante teria influenciado a escolha da mesa, qual seria a melhor mesa, qual nota atribuíam a cada mesa e qual mesa iria escolher para as próximas resoluções.

A resolução de anagramas gerava pontos, e em esquema de tempo variável não contingente a uma resposta específica bônus foram liberados. Visando criar uma condição para a ocorrência de comportamentos supersticiosos.

Os participantes poderiam escolher e alterar a escolha da mesa a qualquer momento. Todo o procedimento foi filmado por uma máquina digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grupo iniciou a tarefa escolhendo a mesa azul, em seguida as mesas verde, amarela e vermelha. Após resolverem a tarefa em todas as mesmas, decidiram permanecer na mesa de cor azul. É importante notar que na azul o tempo de resolução de cinco anagramas foi o menor. Após terem resolvido todos os anagramas dessa cor, variaram entre as demais cores.



Considerando a atribuição de notas, a cor azul recebeu a melhor média (de 1 a 5) nas três primeiras gerações, mesmo quando a oportunidade de resolver anagramas azuis não mais existia. Isto foi considerado pelos autores como comportamento supersticioso, haja vista que os anagramas foram distribuídos aleatoriamente entre as cores. A transmissão desses valores entre as gerações foi observada por meio do relato verbal dos participantes.

Os resultados indicaram que a condição preparada para o estabelecimento do comportamento supersticioso não foi efetiva. Os pontos (bônus) liberados em tempo variável, que tinha como função estabelecer comportamentos supersticiosos, não geraram este efeito.

REFERÊNCIAS

BAUM, W.M.; RICHERSON, P.J.; EFFERSON, C.M. & PACIOTTI, B.M. *Cultural Evolution in Laboratory Microsocieties including Traditions of Rule Giving and Rule Following*. In *Evolution and Human Behavior*, 25, p. 305–326. 2004.

SKINNER, B. F. *'Superstition' in the pigeon*. In *Journal of Experimental Psychology*, 38, p. 168 – 172. 1948.

SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



BULLYING: A VIOLÊNCIA VELADA NAS ESCOLAS

Alunos (as): Amanda de Freitas; Stella Carlyne Salvador Pinto; Tatiane Paleari Rodolpho; Tauana Canonico Atibaia; Vinicius Liberato de Lima - Discentes em Psicologia pelo Centro Universitário Filadélfia/UniFil – Londrina/PR

Orientadora: Eliane Belloni - Psicóloga, Docente do Centro Universitário Filadélfia/UniFil – Londrina/PR, Mestre em Psicologia e Sociedade pela Unesp/Assis/SP

RESUMO:

De origem inglesa, a palavra *bullying* fora desenvolvida para designar aspectos universais que correspondem de modo específico, ao conjunto de atitudes intencionais que visam, através da violência física, psíquica ou sexual, ferir ou prejudicar sem motivo aparente, algum outro. Estas demonstrações constantes de discriminação propõem dentro do ambiente escolar; a ridicularização, humilhação e intimidação do indivíduo, considerado por ora, inferior. Tais relações se desenvolvem de forma direta ou indireta entre agressor, vítima e espectador; sejam pelas ameaças, chantagens, trotes ou roubos, realizados pelos agressores, em prol da busca por satisfação e prazer; seja pela não intervenção ou pelo simples consentimento das testemunhas; as consequências podem ser desastrosas.

Trata-se, portanto, de atitudes hostis, que acabam por interferir tanto no processo de desenvolvimento saudável frente ao processo de aprendizagem, quanto ao direito à dignidade humana; contribuindo consequentemente para o rebaixamento da auto-estima e criação do ciclo vicioso necessário para a vitimização.

Sendo assim o trabalho tem como objetivo mostrar o contexto e algumas das consequências vivenciadas pelas vítimas; além dos supostos fatores que contribuem para o comportamento violento do agressor; dentre outros aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying, Educação, Violência, Comportamento, Desenvolvimento.

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar a partir do tema: “Bullying: a violência velada nas escolas”, os aspectos referentes aos atos intencionais de violência e agressividade cometidos por indivíduos como forma de controle sobre outros; bem como, as características que envolvem este ato prejudicial que acaba por ferir indivíduos em ambientes permeados por grandes quantidades de interações. Sendo assim, pretende-se ainda tratar os conceitos motivacionais que determinam consequências, em diferentes graus, tanto para os



agressores, alvos e testemunhas, quanto para a sociedade que, deve utilizar de artifícios que possam promover soluções cabíveis a todos.

Esta pesquisa fora baseada nos livros: “*Bullying* Escolar - Perguntas e Respostas” de Cléo Fante e José Pedra, e “*Bullying* - estratégias de sobrevivência para crianças e adultos” de Jane Middleton-Moz e Mary Zawadski; dentre alguns outros.

Sabe-se, na atualidade, que a maneira pela qual os estudantes se relacionam entre si e com seus professores é fundamental para o desempenho e desenvolvimento do processo socioeducacional. É comum, portanto, que o contexto escolar, permeado por grandes quantidades de alunos, acabe por permitir o surgimento de alguns tipos inusitados de brincadeiras que podem, inclusive, tornar tal ambiente mais atrativo e até mesmo mais descontraído. Porém, quando supostas brincadeiras acabam sendo mascaradas por condutas reais de crueldade e insensatez, sendo estas conseqüentemente capazes de ultrapassar os limites suportáveis, que variam de acordo com o grau de tolerância de cada indivíduo; para finalmente se converter em atos anti-sociais, pode-se dizer que se trata de *bullying* (FANTE; 2008).

O termo *bullying*, de origem inglesa fora criado para designar uma das formas de violência que mais tem crescido no mundo. Na atualidade tal termo passou a significar sinônimo para “uma guerra silenciosa”, que tem atingido milhares de pessoas constantemente, mas, apesar de caracterizar situações universais, são bastante específicos os tipos de intimidação e humilhação a que determinados indivíduos são submetidos (BANDEIRA; 2006).

As ameaças descrevem um processo de opressão que são baseadas em atos de violência física, psíquica ou até mesmo sexual, e que são realizados de maneira agressiva e repetitiva contra indivíduos considerados inferiores e incapazes de se defender, e que, portanto, não apresentam qualquer tipo de problema significativo para o agressor (BANDEIRA; 2006).

Trata-se, portanto, de atitudes hostis, que acabam por violar qualquer direito à integridade física e psicológica bem como, à dignidade humana. Interfere no processo de aprendizagem, ameaça o desenvolvimento cognitivo, sensorial e emocional, prejudicando a



saúde e a vida de muitas vítimas que se sentem fragilizadas, vulneráveis, indefesas, e envergonhadas, o que favorece o rebaixamento da auto-estima e cria um ciclo vicioso para essa vitimização (FANTE; 2008).

O agressor, chamado de “bully” é quem pratica através da busca por afirmação de poder interpessoal, conquistar a partir de demonstrações de força e poder, o domínio do ambiente com o qual constantemente interage. É ele quem possui o desejo de ser popular, de sentir-se poderoso e obter uma boa imagem de si mesmo; podendo agir sozinho ou em grupos durante suas demonstrações, aquele acaba impulsionado a tentar suprir, através de seu temperamento explosivo, a intimidação, que por hora possa sofrer até mesmo dentro de casa (NETO; 2005).

As formas mais comuns de *bullying* dentro dos ambientes escolares se referem desde agressões físicas e verbais, ameaças, chantagens, trotes, roubos, racismo, até xenofobia, intimidações, e inúmeras outras formas que possuem o intuito de ridicularizar e atacar o outro em prol de satisfação e prazer (NETO; 2005).

Contudo, alguns fatores podem ser os responsáveis por levar o agressor a se comportar de tal maneira como: a violência doméstica, a ausência de limites, a permissividade familiar, a falta de exemplos positivos, atitudes culturais, como o desrespeito e a intolerância; a desconsideração do “diferente”, e até mesmo a dificuldade de socialização (FANTE; 2008).

Sendo assim, há sempre uma relação, que apesar de gerar graves conflitos, se encontra baseada principalmente na questão de desequilíbrio de poder, entre o agressor e a vítima (BANDEIRA; 2006).

Já, por sua vez, a vítima é aquela que carrega consigo algum aspecto, como característica dominante, que acaba de certo modo, sendo vista como de qualidade inferior; seja devido ao isolamento, timidez, alto nível de intelectualidade ou ainda, baixa autoestima; estes aspectos acabam ainda colaborando para que o alvo se sinta muitas vezes responsável por próprio sofrimento. É possível que tal situação seja a responsável por determinar, na maioria dos casos, que a vítima se decida por não revidar tais provocações ou que não procure ajuda por medo de maiores retaliações e até mesmo, por inclusive acreditar ser merecedor de tal repressão (NETO; 2005).



Portanto, o *bullying* pode se tornar uma prática viciosa, em que existe, o agressor, a vítima, vítima/agressor que ora pratica, ora é ridicularizada, e os expectadores, que por sua vez não interferem na agressão por receio de tornarem-se futuros alvos (NETO; 2005).

Enquanto isso, as testemunhas são aquelas que representam a maioria dos alunos dentro do contexto de *bullying*; mas, que adotam determinados comportamentos como forma de proteção e que assim, acabam, de certo modo, servindo de estímulo indireto para que o assédio persista. Na realidade, eles não sofrem e nem praticam tal violência, mas sofrem suas consequências por presenciarem constantemente as situações de constrangimento vivenciadas por seus colegas. A maioria dessas pessoas se sensibiliza e repudia as ações dos agressores, porém, nada faz para intervir; outros espectadores, entretanto, apóiam e incentivam com risadas, o que se caracteriza consequentemente por consentimento para com as agressões. Já alguns outros decidem fingir se divertir com o sofrimento das vítimas como estratégia de defesa (FANTE; 2008).

A partir do exposto, pode-se concluir que a violência praticada principalmente nos ambientes escolares é também de ordem social, pois tais agressões têm ocorrido mais constantemente dentro do atual contexto, o que se demonstra em nossa sociedade e, portanto, em nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Cláudia. *Quando as crianças são vítimas de bullying*. [S/D]. Disponível em: <<http://www.ruadireita.com/outros/info/quando-as-criancas-sao-vitimas-de-bullying/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2011.

FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. *Bullying escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

NETO, Aramis A. Lopes. *Bullying - comportamento agressivo entre estudantes*. [S/D]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2011.



ABANDONO DE CRIANÇAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PSICOLOGIA SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE.

Caroline Herbele Hurtado de Alcântara; Talita Carla de Oliveira; Stella Carlyne Salvador Pinto; Wanessa de Araújo - Discentes em Psicologia pelo Centro Universitário Filadélfia/UniFil – Londrina/PR.

Orientadora: Eliane Belloni - Psicóloga, Docente do Centro Universitário Filadélfia/UniFil – Londrina/PR, Mestre em Psicologia e Sociedade pela Unesp/Assis/SP.

RESUMO:

Este trabalho teve como objeto de estudo uma análise acerca da correlação entre o abandono de crianças no Brasil e a possível construção de identidade. Para isso, procurou-se mostrar o processo de evolução histórico referente ao abandono de crianças em diversas épocas, até inclusive, a contemporaneidade. Destacou-se o contexto, que garantiu ao Brasil, além do processo de desenvolvimento econômico, o hábito, cultivado também pelos europeus, no que se refere ao comportamento de abandonar crianças. Apesar das justificativas referentes às principais causas de abandono, pode-se verificar que as rodas dos expostos acabavam constituindo saídas imediatas de isenção, pelo menos temporária, de qualquer responsabilidade para com aquelas crianças. A vida delas era baseada pela possibilidade de um futuro melhor, mas, se caracterizava ainda na primeira infância por momentos de passividade, vulnerabilidade e ainda altos índices de mortalidade. Mostrou-se que a construção da identidade dava-se em situações de abandono, e assim, o comprometimento da construção do próprio “eu”, acabava decorrente tanto dos aspectos pessoais e da história de vida, quanto da falta real de interação com o outro. Vive-se na atualidade em função de *status* em detrimento da privação de qualquer tipo de desenvolvimento digno no qual a criança possa criar os seus próprios valores, e ser vista em sua completude.

PALAVRAS-CHAVE: Abandono, Crianças, Processo Histórico, Roda dos Expostos, Identidade.

O presente trabalho tem como objetivo tratar, sob o âmbito de uma perspectiva histórica, o seguinte tema: “Abandono de crianças no Brasil: uma análise da Psicologia Social sobre o processo de construção de identidade”.

Assim sendo, se faz necessário citar temas relacionados à análise e contextualização, através de determinados objetivos, sobre assuntos verificados em diversos estudos, que argumentam sobre a importância do processo de construção de identidade, que têm, por sua vez, suas raízes desenvolvidas ainda durante a infância, fase que é contraposta, no entanto,



por aspectos culturais e sócio-históricos referentes ao processo do comportamento de se abandonar crianças, mesmo na contemporaneidade. Para melhor entendimento o assunto trabalhado terá como fonte livros como: “História Social da Criança Abandonada” de Maria Luiza Marcílio e “O desaparecimento da infância” de Neil Postman; dentre outros.

Há indícios de que o comportamento de se abandonar bebês esteja presente na sociedade desde sempre; já que, registros tanto bíblicos, como no caso de Moisés, quanto mitológicos ou filosóficos como na tragédia grega, com Édipo Rei, acabam por demonstrar que, a principal diferença, marcada pelo tempo histórico, tenha sido caracterizada de formas diferentes no que tange as motivações, intensidades, bem como da visão geral feita pela sociedade frente ao comportamento de se abandonar (MARCÍLIO, 1998).

Em algumas civilizações, como na Grécia, por exemplo, os pais tinham direito e poder absoluto perante o modo de como tratar seus filhos, sendo assim, eles podiam matar, vender ou expor tais crianças; sejam por motivos de deficiência, vontade dos deuses ou pobreza entremeada pela falta de leis morais apropriadas, estas, na maioria dos casos além de abandonadas, acabaram após inúmeros maus-tratos e indícios de prostituição, submetidas ao cargo de servas (MARCÍLIO, 1998).

Foi em Roma que o direito de adoção surgiu pela primeira vez, bem como, conceitos relacionados aos aspectos que realmente poderiam caracterizar a infância; no entanto, após a queda do Império Romano, tais noções; desapareceram (POSTMAN, 1999).

O mundo se tornou oral, e neste, não havia um conceito pronto do que ou quem deveria ser criança ou adulto, pois ambos compartilhavam dos mesmos jogos onde tudo era permitido. Este contexto histórico foi que possibilitou no período de aproximadamente 1348, que o número de bebês abandonados aumentasse consideravelmente, principalmente nas cidades européias. A Itália foi uma das primeiras a desenvolver a Roda dos Expostos, e o que a princípio funcionava como local para recebimento de doações passou a caracterizar um ambiente de destino para muitas crianças (LANE, 1986).

Com o Brasil não foi diferente, pois, juntamente ao processo de desenvolvimento econômico; surgiu durante o Período Colonial, com a chegada dos europeus ao solo brasileiro, também o hábito de abandonar; sendo este determinado através dos costumes apresentados



pelos colonizadores portugueses, que por sua vez haviam abandonado seu país de origem, bem como, haviam sido abandonados a própria sorte por seus entes queridos na tentativa de desbravar um novo país, e que agora propagavam tais aprendizados no Brasil. Houve, portanto, uma mudança de paradigma; tendo sido este do cultural para o social (MARCÍLIO, 1998).

Relata-se, contudo que, os pais optavam por abandonar para controlar o tamanho das famílias, por motivo de morte ou doença dos pais, falta de leite materno, ou ainda, pela honra das famílias dominantes; entre outros. (MARCÍLIO, 1998).

A Roda dos Expostos era, portanto, a única saída para as pessoas que não podiam cuidar de seus bebês, um lugar de amparo provisório para os necessitados momentânea ou definitivamente. Era a responsável ainda por manter anonimato sob qualquer suspeita; para que o “vício” fosse mantido longe de escândalos (MARCÍLIO, 1998).

Porém, apesar do que demonstrava ser e contra qualquer tipo de suspeita aparente; a vida destas crianças após o momento em que eram deixadas na Roda se relaciona a trajetória de circulação nas casas das amas, onde as crianças passavam sua primeira infância. Muitas destas acabavam morrendo precocemente, as meninas depois de crescidas entravam muitas vezes na prostituição, ou viravam domésticas, já os meninos aprendiam um ofício. A Roda se caracterizava assim, pelas dificuldades irremediáveis para a demonstração de carinho e cuidado; bom desenvolvimento físico e psíquico ou ainda formação de qualquer tipo de identidade (MARCÍLIO, 1998).

A identidade pode ser considerada o constituinte básico da formação de um ser social, bem como da cidadania; é o viver saudável em grupo que garante frente às diversas interações que os indivíduos possam se tornar capazes de construir o seu “eu” próprio, já que os processos de semelhanças e diferenças permitem desenvolver tanto a individualidade e personalidade, quanto a identidade e a consciência-de-si-mesmo, bem como o direito de ser tratado integralmente e igualmente (LANE, 1986).

É somente a partir do processo de construção de identidade que se forma a procura de definição de si mesmo, das representações que este possui e do seu modo de “estar” no mundo. Assim sendo: “O indivíduo isolado é uma abstração. A identidade se concretiza na



atividade social”; ou seja, é nesse processo que alguém se descobre diferente, e, distinto de outros; aspectos estes existentes a partir da condição social (MARCÍLIO, 1998).

Aspectos estes que se perderam e que, portanto, não são compartilhados pelas crianças abandonadas, que acabam por não interagir socialmente, permanecendo sempre a mercê de toda e qualquer transformação, quando submetidas por processos de violência e indiferença frente a um círculo vicioso que constantemente se renova (MARCÍLIO, 1998).

É por estas e outras razões que:

“De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população que em 1940 era de 40 milhões de habitantes, atualmente, soma mais de 180 milhões de brasileiros. Acredita-se que o número de crianças abandonadas no Brasil chegue a 8 milhões, sendo que destas, cerca de 2 milhões vivem nas ruas, envolvidas com drogas, prostituição e pequenos furtos. Em São Paulo, os números são mais alarmantes. A pesquisa mostra que, a cada dia, duas crianças são abandonadas na cidade, em abrigo ou nas ruas” (DAMASCENO, 2010).

Se: “*O singular materializa o universal*”, o mínimo que se espera é uma política pública destinada para que todos tenham a sua disposição conhecimentos sobre os direitos fundamentais básicos, bem como, que sejam tratados com isonomia e que assim possam se auto-conhecer um no outro; como sujeitos que não só têm direitos, mas também deveres para com a sociedade.

REFERÊNCIAS

- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- LANE, Silvia T. Maurer. *O que é Psicologia Social*. 10. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.



A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS NA ÁREA DE SAÚDE: EXISTEM ATIVIDADES CURRICULARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO VOLTADAS PARA ESSA ATUAÇÃO PROFISSIONAL?

Taís da Costa Calheiros; Jéssica Pedrosa Mandelli; Vanuccy Martins Stumpf- Centro
Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora –Prof.^a Dr.^a Zeila Facci Torezan - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

O presente trabalho resulta da realização de uma pesquisa exploratória sobre a preparação profissional dos psicólogos atuantes nas Instituições Hospitalares, verificando a relação da formação com a sua prática nas instituições hospitalares na região de Londrina – PR. Sendo esta área uma especialidade crescente no campo da Psicologia, verificou-se a necessidade de uma sistematização sobre as especificidades desse trabalho e de uma investigação sobre a realidade atual de formação profissional. Este estudo teve como objetivos: 1) averiguar que tipo de informações e formação o psicólogo da saúde buscou para fundamentar sua prática; 2) identificar as atividades desenvolvidas pelos psicólogos nos hospitais locais; 3) verificar a relação entre a formação e sua prática. Participaram desta pesquisa 10 psicólogos vinculados a hospitais, com vínculo empregatício de no mínimo 6 meses. Os dados foram coletados na cidade de Londrina – PR. O instrumento de coleta de dados utilizado caracterizou-se por um questionário de entrevista semiestruturada, contendo questões abertas e fechadas sobre a formação acadêmica e as funções desenvolvidas por esses profissionais nos hospitais. Além disso, engendrou-se uma consulta às ementas dos cursos de graduação em Psicologia das faculdades existentes em Londrina: Centro Universitário Filadélfia, Universidade Estadual de Londrina e Faculdade Pitágoras. Percebeu-se que a formação na graduação em Psicologia não contempla as particularidades necessárias para o trabalho no hospital, embora uma das instituições pesquisadas esteja engajada e possua mecanismos mais concretos de veiculação de conhecimentos afinados à realidade hospitalar. Na prática, a multiplicidade de conhecimentos exigidos pelo profissional é muito mais abrangente e de ordem dinâmica e contextual do que o saber estritamente psicológico e clínico, originariamente ministrado nas instituições de ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia da Saúde; Graduação em Psicologia; Psicologia Hospitalar.

O contato com espaços hospitalares é uma ocorrência possível na vida de qualquer ser humano e a influência exercida sobre o psiquismo faz-se notável. O trabalho de profissionais de psicologia nesses espaços em conjunto com outras especialidades, numa



intervenção multiprofissional, compõe o contexto de atendimento aos pacientes das unidades hospitalares e é referência enquanto área crescente de atuação do psicólogo na atualidade.

Historicamente determinados por uma visão vinculada a práticas de acolhimento espiritual e de caráter caritativo, as intervenções, acompanhamentos e escutas dos doentes passam a ser engendradas posteriormente com uma fundamentação científica, sendo, portanto, imprescindível a construção de uma formação adequada para seu exercício.

A recente regulamentação da prática profissional dos psicólogos na década de 60 e a consequente formalização do campo de atuação nos hospitais se dando posteriormente a essa data traduzem a situação na qual os conhecimentos referentes a essa área se encontram: em construção. Tendo em conta essa realidade, delineou-se uma investigação exploratória sobre os critérios das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Psicologia para a formação de profissionais e a análise comparativa das ementas das faculdades locais com as informações práticas cedidas por profissionais atuantes no contexto hospitalar. Elegeram-se essa correlação como possível agregadora de benefícios para a população, para as Instituições de Ensino e para os demais interessados no trabalho.

Foi levantada a hipótese de correlação entre os conhecimentos tidos na graduação em Psicologia e o trabalho profissional do psicólogo nas Instituições de Saúde, com o intuito de verificar se tais profissionais utilizam os saberes acadêmicos e como estes o fazem, ou se o que aplicam advém de fontes alheias à formação regular.

Como produto do estudo engendrado, destacou-se o fato de a formação na graduação em Psicologia não contemplar as particularidades necessárias para o trabalho no hospital, embora uma das instituições acadêmicas pesquisadas esteja engajada e possua mecanismos mais concretos de veiculação de conhecimentos afinados à realidade hospitalar. Na prática, o que se vê é que a multiplicidade de conhecimentos exigidos pelo profissional é muito mais abrangente e de ordem dinâmica e contextual, extrapolando o saber estritamente psicológico e clínico, originariamente ministrado nas instituições de ensino superior.

Pôde-se concluir essa ideia pela discrepância existente entre os dados coletados nas entrevistas junto aos cursos de graduação em Psicologia das instituições de ensino investigadas e o coletado juntamente aos profissionais que trabalham cotidianamente na área



da Saúde. Um aspecto que pode elucidar essa variável diz respeito ao contexto de formação dos profissionais entrevistados, majoritariamente correspondente a um período anterior à elaboração e vigência das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Psicologia (2004). Este fato caracteriza a formação acadêmica desses profissionais sendo pertencente ao viés biomédico e fragmentado, conteudista e individualizada, destituída de uma visão holística, sem a articulação com a prática.

Além disso, a informação coletada de que as atividades extracurriculares cedem realmente os fundamentos para a intervenção corroboraram a insuficiência dos saberes estritamente acadêmicos. As dificuldades encontradas pelos psicólogos nas instituições de Saúde que atuam são, em sua maioria, de ordem periférica à formação tida dentro da ciência psicológica, contando com questões administrativas, de manejo e adaptação ao contexto específico de trabalho e não somente a aspectos técnicos e de conhecimentos específicos do campo. Entretanto, estes dois últimos pontos são também indicados como deficitários.

Os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados nas intervenções possuem uma vinculação indireta à formação adquirida pelos profissionais de Psicologia no ensino superior, sendo a necessidade de formação continuada invariável, com a prática de atividades extracurriculares, leituras e discussões no contexto de trabalho profissional ou em espaços de formação complementar, como eventos e cursos. Verificou-se, ainda, que as grades curriculares dos cursos de Psicologia em Londrina contemplam disciplinas que auxiliam nas discussões no setor da Saúde, mas de maneira periférica, focando aspectos mais técnicos e específicos do fenômeno psicológico, com projetos e atividades optativas à parte, que cedem em parte o embasamento do trabalho do psicólogo nos hospitais. A Graduação não é tida como referência nesse processo por todos os profissionais entrevistados.

O mercado de trabalho ainda não tem clareza sobre o que pedir de maneira estruturada e sistemática ao profissional que se destina a esses espaços, e as universidades estão em processo de construção de tais demandas acadêmicas. Conseqüentemente, a formalização do campo se encontra em emergência, aspecto corroborado pelos dados desta pesquisa. A incapacidade de albergar todos os conhecimentos da área, em nível de graduação, é fato. Porém, ações podem ser feitas para tentar adequar o ensino a este contexto tão exigente



de trabalho, dentro de um olhar crítico e científico. Estamos no caminho, conforme verificado em algumas mudanças curriculares nas instituições pesquisadas, mas essa pesquisa exploratória sobre a formação do psicólogo e a sua prática profissional nas Instituições de Saúde nos permitiu detectar a necessidade de escuta do cotidiano dos profissionais e de ações mais direcionadas ao campo denominado de Psicologia da Saúde.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, Valdemar A. O Psicólogo no hospital. In: ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org) et al. *Psicologia hospitalar: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 8, de 2004. *Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Psicologia*. Brasília - DF, v. 20, mai/ago, 2004.

COSTA JÚNIOR., Áderson. L. Psicologia da saúde: uma proposta de renovação de modelos clínicos tradicionais. *Revista Insight-Psicoterapia*, v. 7, n. 80, 1997.



AS PECULIARIDADES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS USUÁRIOS ATENDIDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NA REGIÃO CENTRAL DE LONDRINA

Adriana Regina Piotto Tirola; Polyana Carla Magon; Sandra Cardoso Machado Teixeira; Taís da Costa Calheiros - Centro Universitário Filadélfia –UniFil

Orientador –Prof.^a Esp. Mauro Fernando Duarte - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Sendo a Psicologia uma área do conhecimento que se caracteriza pelo estudo do homem e de suas relações com os variados contextos em que vive e se desenvolve, tendo como enfoque a estruturação de sua subjetividade a partir desses intercâmbios, verificou-se a necessidade de apreensão do sofrimento vivenciado pelos usuários dos serviços de Psicologia nos diferentes espaços de intervenção. No âmbito da Saúde Pública, os estudos acerca das intervenções engendradas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) apontam que a maior parte dos trabalhos acadêmicos refere-se às relações de trabalho existentes nessas instituições, bem como tecem descrições de implementação de programas de atenção à saúde, em um viés marcadamente epidemiológico, socioeconômico e demográfico, havendo uma ausência de trabalhos sobre os usuários dos serviços prestados. Com a ciência da complexidade da presente lacuna, fez-se necessária a efetivação de pesquisa exploratória sobre o tema, a fim de elaborar uma proposta de intervenção futura na área e ampliar o embasamento teórico-técnico dos profissionais interessados ou já atuantes no setor. A fim de obter um conhecimento introdutório, porém fidedigno, sobre os tipos de sofrimentos psíquicos relatados pelos usuários atendidos pelos profissionais de Psicologia nesses espaços de atenção à saúde primária, na região central do município de Londrina – PR, realizou-se uma pesquisa teórica com base em material bibliográfico dentro da abordagem Psicanalítica acerca do tema proposto. Para elaboração de proposta de intervenção, foram coletados dados através de entrevista semiestruturada com profissional de Psicologia atuante em UBS, apontando a necessidade de desenvolvimento de pesquisa para mapeamento dos sofrimentos psíquicos dos usuários das UBS, na região central de Londrina – PR, uma vez que existe demanda.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia da Saúde; Unidades Básicas de Saúde; Intervenção Psicológica.

Partindo do pressuposto de que o interesse do profissional de Psicologia está voltado para o bem-estar do sujeito estudado, quer seja no contexto clínico, hospitalar, nos setores da saúde pública, nas organizações ou na escola, o profissional objetivará entender os processos de saúde-doença que permeiam as relações empreendidas em tais espaços, bem como as



subjetividades ali imbricadas, favorecendo ou não para a deterioração da instituição ou do sujeito que procura atendimento psicológico nos mais diversos serviços da área.

No concernente à Saúde Pública, atualmente vislumbra-se um maior contingente de pessoas aderindo aos serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde, na região de Londrina – PR, com dados apontando para um crescimento populacional e consequente adesão aos serviços públicos de atenção primária à saúde, em detrimento dos planos privados, fato este que dispendirá maiores recursos administrativos e profissionais. Historicamente marcada por transições entre o assistencialismo e a descentralização, a Saúde requer contínuos esforços para atualização das demandas pelos serviços, bem como reflexão acerca da real efetividade das intervenções engendradas e da população-alvo atendida.

Em 1988, foi instituída a Constituição Nacional, vigente atualmente, na qual se estabeleceu a definição de saúde e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a legislação em vigor, o Estado tem o dever de prestar assistência à saúde de forma integral, a todos os estados brasileiros. Os principais artigos da constituição, referentes à saúde, apresentam as grandes demandas relativas ao atendimento da população brasileira: a saúde como direito de todos e dever do estado; a relevância pública das ações e serviços de saúde; a criação de um Sistema Único de Saúde, organizado pelos princípios da descentralização; o seu financiamento sendo previsto a partir de recursos do orçamento da Seguridade Social, incluindo as três esferas do governo; o atendimento integral e a participação da comunidade.

Apesar de ter sido definido pela constituição de 1988, o SUS só foi regulamentado através da Lei 8.080, datada de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe acerca das condições para promoção, proteção e recuperação da saúde. Apesar de ser vetada a participação da comunidade pelo presidente da república, uma imensa reação da sociedade civil organizada levou à Lei 8.142, de dezembro de 1990, que ratifica a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde, enquanto população atendida e autônoma.

Por intermédio da Constituição Federal, houve possibilidades de descentralização político - administrativa e, como consequência, o desdobramento de vias da municipalização dos serviços da saúde em muitas regiões, incluindo o município de Londrina, considerado pioneiro na sedimentação do SUS no Brasil, uma vez que a cidade totalizava um número



significativo de Unidades Básicas de Saúde (UBS), distribuídas nas periferias urbanas e nas regiões rurais, enquanto que os outros estados vivenciavam a implantação do serviço.

Contudo, a carência de recursos materiais e de profissionais dificultou a concretização dessa ideia original de atenção básica integral, assumindo uma tendência assistencialista e de emprego de serviços especializados. A partir da percepção desses limites, mudanças foram engendradas na década de 90, e as Unidades Básicas de Saúde tornaram-se responsáveis por atender com qualidade e de forma integral o usuário dos serviços prestados, ainda que empreguem serviços terceirizados e especializados, porém acompanhando todo o processo terapêutico, em um sistema complexo e articulado com diversas instituições.

De acordo com o Plano Municipal de Saúde em vigor, datado de 2010 a 2013, na modalidade de Assistência à Saúde, no setor de Atenção Básica, corrobora-se a existência de sete Unidades Básicas de Saúde na região central de Londrina, sendo estas consideradas como porta de entrada do SUS, tendo como objetivo a oferta de assistência integral às necessidades básicas de saúde, desenvolvendo ações de promoção de saúde e prevenção de agravos. Além do atendimento a demanda espontânea e o atendimento ao seu território de responsabilidade, as mesmas devem promover a organização para atenção a algumas áreas e/ou grupos de população considerados de maior risco ou de interesse epidemiológico através de programas, visando o controle e avaliação de resultados.

Referente ao profissional de Psicologia, na década de 90, o psicólogo atuante nessa área parece delinear sua identidade interdisciplinar, ampliando a intervenção para os pacientes, seus acompanhantes, a equipe de trabalho envolvida nos contextos de atendimento, além de atuar em programas de educação continuada em Saúde.

Contudo, a descrição das demandas por atendimento dos usuários dos serviços nas Unidades Básicas de Saúde faz-se escassa nas publicações acadêmicas. O relato de profissional atuante na área revelou que as ocorrências envolvem majoritariamente mulheres, com queixas vinculadas a estados depressivos e ansiógenos, enquanto que os homens apresentam quadros relacionados a Transtorno de Pânico. As crianças são encaminhadas frequentemente com queixa vinculada a Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), com posterior atendimento pelo neuropediatra, existindo ainda casos de abuso



sexual. A Psicologia tem contribuído, na visão da profissional entrevistada, para o atendimento dos pacientes poliqueixosos. Assim sendo, a intervenção planejada envolveu desenvolvimento de pesquisa para mapeamento dos sofrimentos psíquicos dos usuários das Unidades Básicas de Saúde, na região central de Londrina - PR.

REFERÊNCIAS

LONDRINA. Secretaria Municipal de Saúde. *Plano Municipal de Saúde*. Organizado por LUZ, Ana Paula Cantelmo, et al. Londrina: 2010-2013.

SAITO, Raquel Xavier de Souza. *Sistema Único de Saúde: da teoria à prática da Integralidade*. 2004. 145 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde do Adulto) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SPINK, Mary Jane. *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.



O EFEITO DE CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS NO COMPORTAMENTO DO OUVINTE: UM ESTUDO SOBRE SEGUIMENTO DE REGRAS

Alunos: Luís Antônio Lovo Martins - Universidade de São Paulo - USP

Polyana Carla Magon; Regina Ferreira Luppi; Rogério Alves Amantéa; Stella Sorace Spagolla; Taís da Costa Calheiros - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientador – Prof^o Ms. Marcos Roberto Garcia - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

Skinner (1957) define comportamento verbal como sendo um operante que exige a mediação reforçadora de um ouvinte treinado na mesma comunidade verbal que o falante, a mediação do ouvinte torna o episódio verbal uma contingência diferenciada das outras. O comportamento do ouvinte passa a ser estudado dentro de uma área de conhecimento intitulada de “seguimento de regra”. De acordo com Skinner (1969), regra é um estímulo verbal que especifica uma contingência. Portanto, um comportamento governado por uma regra é um comportamento sob controle do estímulo discriminativo verbal. Esta pesquisa buscou analisar o efeito das relações de confiabilidade entre falante e ouvinte sobre o comportamento de seguir regras. Para tanto, analisou-se o comportamento de oito crianças em idade pré-escolar (6 a 9 anos), submetidas a três situações experimentais: um falante emitindo A) 100% de regras que descrevem a contingência de reforço imediata e atrasada, B) 50% de regras que descrevem a contingência de reforço imediata e atrasada e C) 0% de regras que descrevem a contingência de reforço imediata e atrasada. Para as três situações experimentais foram utilizadas gravações em vídeo de um fantoche anunciando como o participante/ouvinte deveria se comportar (escolha de uma cor dentre duas). Verificou-se que, quando o comportamento de seguir a regra era conseqüenciado de forma imediata e contínua, o comportamento mantinha-se seguindo, mesmo com a regra especificando um atraso da conseqüência. No entanto, quando o comportamento de seguir a regra não foi reforçado de forma contínua, a regra não controlou o comportamento quando especificava atraso da conseqüência. Foi possível afirmar, frente aos dados obtidos, que a relação entre falante e ouvinte construída por meio do reforçamento imediato influenciou o efeito da regra sobre o comportamento de crianças quando a conseqüência era atrasada.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento governado por regras; controle instrucional; mandos; Comportamento verbal.

No ano de 1957, Skinner apresenta ao mundo uma forma de análise dentro do paradigma do Behaviorismo Radical para um comportamento que ele denominou comportamento verbal, conceituando-o como um comportamento operante modelado e



mantido pelas consequências de um ouvinte pertencente à mesma comunidade verbal, podendo ser explicado por meio de descrições de relações funcionais entre organismo-ambiente.

Embora seja possível descrever o comportamento verbal por meio dos mesmos processos básicos comuns a todo comportamento operante, Skinner atribui a ele um caráter especial, justificado pelas peculiaridades derivadas da sua relação com o ambiente e explicitado na escolha de uma nova terminologia.

Sério e Andery (2002) afirmam que esses comportamentos se caracterizam por manter uma relação não mecânica e indireta com o ambiente, afetando em primeiro lugar outro homem. Já Baum (1999) afirma que o significado do comportamento verbal está em suas consequências, dentro de um determinado contexto.

De acordo com Skinner (1969), uma regra é um estímulo discriminativo verbal. Assim, um comportamento governado por uma regra é um comportamento sob controle de um estímulo discriminativo verbal. Skinner (1957) também relata que a confiabilidade é uma condição para o seguimento de regra, que dependendo da correspondência entre a resposta verbal e a consequência especificada, o falante passa a ser confiável ou não para o seguimento de regra. De acordo com Skinner (1957, p. 436),

além dos fatores usuais que afetam o comportamento do ouvinte (tal como a clareza do estímulo verbal ou a extensão do condicionamento de respostas separadas), uma instrução bem-sucedida está sujeita a várias condições. Uma delas é o “prestígio” do falante ou a “crença” do ouvinte acerca do que o falante diz.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar variáveis referentes ao comportamento governado por regras, buscando avaliar se as relações de confiabilidade, estabelecidas pelas consequências imediatas, entre o ouvinte e falante representam uma variável importante para o entendimento deste fenômeno, analisando um falante de regras cujo comportamento especificado produz reforçadores e regras cujo comportamento especificado não produz reforçadores.



Participaram desta pesquisa oito crianças em idade pré-escolar (6 a 9 anos), pertencentes a uma mesma classe socioeconômica e alunos de uma escola particular da cidade de Londrina/Pr, tendo sido separadas em dois grupos (Grupo A e Grupo B).

O procedimento consistiu em uma atividade em que os sujeitos deveriam escolher uma dentre duas cores (azul e vermelho) dispostas na tela do computador, localizado em uma mesa, na frente do qual a criança esteve sentada durante todo o experimento. As instruções foram dadas por meio de um vídeo, com o auxílio do computador, no qual o fantoche (falante) emitia as regras que as crianças deveriam seguir ou não. Os pesquisadores permaneceram na sala durante o experimento.

Os grupos (A e B) foram submetidos a três situações experimentais. No Grupo A, o sujeito inicialmente foi exposto a 100% de consequências reforçadoras aos seguimentos de regra (Fase 1), sendo na sequência exposto a 50% de consequências reforçadoras aos seguimentos de regra (Fase 2) e finalmente nenhum dos seguimentos de regra foram consequenciados pelo experimentador (Fase 3). Já na Fase B, o sujeito inicialmente foi exposto a nenhum dos seguimentos de regra sendo consequenciados (Fase 1), posteriormente exposto a 50% de consequências reforçadoras aos seguimentos de regra (Fase 2) e finalmente a 100% de consequências reforçadoras aos seguimentos de regra (Fase 3).

A regra emitida pelo fantoche pode ser caracterizada como mando, envolvendo estimulação aversiva. Verificou-se que, quando o comportamento de seguir a regra era consequenciado de forma imediata e contínua, o comportamento mantinha-se seguindo (99,17%), mesmo com a regra especificando um atraso da consequência. No entanto, quando o comportamento de seguir a regra foi parcialmente consequenciado a regra não controlava o comportamento quando esta especificava atraso da consequência (94,17%).

Os sujeitos da presente pesquisa se encontravam em um contexto escolar, estando associado ao seguimento deliberado de regras. A função de mando apresentada pela resposta verbal, associada a consequências aversivas, teria influenciado o seguimento de regras. Além disso, a população pesquisada se encontrava em fase de desenvolvimento na qual o seguimento de regras caracteriza-se como primeiro repertório desenvolvido, em função dos pais ou cuidadores, como forma de interação com o mundo. Foi possível afirmar, frente aos



dados obtidos, que a relação entre falante e ouvinte construída por meio do reforçamento imediato influenciou o efeito da regra sobre o comportamento de crianças quando a consequência era atrasada.

REFERÊNCIAS

- BAUM, William M. *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- BRAAM, C.; MALOTT, R. W. "I'll do it when the snow melts": the effects of deadlines and delayed outcomes on rules-governed behavior in preschool children. *The Analysis of Verbal Behavior*, v.8, p.67-76, 1990.
- MISTR, K, N.; GLENN, S, S. Evocative and Function-Altering Effects of Contingency-Specifying Stimuli. *The Analysis of Verbal Behavior*, v.10, p.11-21, 1992.
- REITMAN, D.; GROSS A, M. Delayed Outcomes and Rule-Governed Behavior Among "Noncompliant" and "Compliant" Boys: A Replication and Extension. *The Analysis of Verbal Behavior*, v.13, p.65-77, 1996.
- SKINNER, Burrhus F. *Verbal behavior*. Englewood: Prentice-Hall, 1957.
- SKINNER, Burrhus F. *Contingencies of reinforcement*. New York - NY: Appleton Century-Croft, 1969.
- SKINNER, Burrhus F. *Upon further reflection*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1987.
- SKINNER, Burrhus F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SÉRIO, T.M.A.P.; ANDERY, M.A. Comportamento Verbal. In: T.M.A.P. Sério; M.A. Andery; P.S. Gioia & N. Micheletto (Org). *Controle de Estímulos e Comportamento Operante*. São Paulo: Educ, 2002.



ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO: ASPECTOS TEÓRICOS PARA O TRABALHO E RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigo Dal Ben de Souza; Taís da Costa Calheiros - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Orientadora – Prof.^a Ms. Bruna de Amorim S. Aldinucci - Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO:

O presente trabalho objetiva tecer considerações sobre aspectos teóricos da atuação do Acompanhante Terapêutico (AT) nos contextos extra consultórios, dando enfoque para a atuação do AT na Análise do Comportamento, bem como fazer o relato de uma experiência de atendimento vivenciada por uma estudante de psicologia ao desempenhar essa função em uma clínica particular de psicoterapia, na cidade de Londrina-PR. Atualmente, o campo de atuação do acompanhante envolve os mais diversos problemas psicoterápicos e psiquiátricos, parecendo tal atuação ser desconhecida pelos graduandos de Psicologia. A inserção do AT em trabalhos multiprofissionais tem se caracterizado como uma experiência profissional importante para o estudante ou psicólogo recém-formado, uma vez que consiste em situação de aprendizado. A supervisão do trabalho por um profissional experiente gera oportunidades de desenvolver um trabalho orientado e fundamentado passo a passo em princípios teóricos.

PALAVRAS-CHAVE: Acompanhante Terapêutico; Análise do Comportamento; Relato de Experiência.

A prática do Acompanhamento Terapêutico tem suas origens na década de 1960, momento em que as áreas responsáveis pela saúde mental começam a questionar a efetividade dos tratamentos propostos, como o uso de medicação excessiva e o isolamento social da pessoa com diagnóstico psiquiátrico. De acordo com Guerrelhas (2007), estas práticas se difundiram em todo o mundo, chegando até a América Latina, no final da década de 1960, exigindo que os profissionais da saúde fossem treinados para suprir a demanda.

O Acompanhante Terapêutico pode ser identificado por algumas características, como: estar subordinado a um profissional experiente que o supervisiona, dispor de tempo para um tratamento efetuado várias horas por semana e apresentar um custo econômico reduzido. Essas características são geralmente encontradas em estudantes de psicologia ou em psicólogos recém-formados que buscam experiência sob orientação de um profissional experiente, condição essa que atribui um caráter peculiar à intervenção planejada, na qual o



acompanhante se encontra amparado pelo profissional, minimizando as possíveis implicações de suas limitações enquanto terapeuta iniciante.

Segundo Guerrelhas (2007), o trabalho do Acompanhante Terapêutico, geralmente se destina aos casos com dificuldade de generalização de estímulos, quer seja pelo repertório comportamental deficitário ou pelas características dos próprios transtornos que apresentam. De acordo com Balvedi (2003), estes seriam: casos psiquiátricos e/ou neurológicos como psicoses, autismo, esquizofrenia, transtornos de humor, transtornos somatoformes, transtornos ansiosos, transtorno obsessivo compulsivo, reação a estresse grave e transtornos de ajustamento, transtornos alimentares, retardo mental leve à moderado, síndromes, paralisia cerebral, demências, TDAH, dependentes químicos, casos geriátricos, alterações no desenvolvimento infantil e na adolescência. Contudo, outras dificuldades encontradas no trabalho no setting terapêutico também definem a necessidade de intervenção do AT, as quais seriam, segundo Vianna e Sampaio (2003), a dificuldade de acesso à dinâmica familiar do indivíduo, bem como de locomoção do mesmo até o consultório.

A atuação do AT é direcionada a depender das particularidades do caso e deve ser alinhada aos objetivos buscados na psicoterapia. Porém, em linhas gerais, o AT acompanha o cliente em suas tarefas diárias, servindo de modelo e apoio para que os objetivos traçados em sessão sejam alcançados no ambiente extra consultório, auxiliando na generalização de estímulos em outros contextos. Conforme afirma Zamignani et al (2007), o ambiente extra consultório permite ao AT um contato mais direto com as condições vivenciadas pelo cliente, dando-lhe acesso a variáveis que talvez, de outro modo, não se poderia conhecer. Desse modo, o AT adquire uma posição privilegiada para o planejamento de intervenções e ajustes procedimentais em parceria com a equipe multidisciplinar.

Partindo da análise funcional da queixa realizada por seu supervisor, são definidos os comportamentos-alvo a serem prioritariamente trabalhados. O AT embasado na Análise do Comportamento deverá, após estabelecer um vínculo terapêutico com o cliente, realizar observações no ambiente natural, servindo como modelo para o cliente e colocando-o em contato com condições que permitam uma melhora terapêutica. Enquanto modelo, o AT serve



como ponto de referência para o desenvolvimento das habilidades deficitárias do cliente, facilitando-lhe a prática de novas experiências.

Na descrição de sua observação para o psicólogo responsável pelo caso, o acompanhante deverá evitar a inferência de estados subjetivos, atribuição de intenção e finalidade aos comportamentos, dando lugar às descrições dos comportamentos e aspectos contextuais envolvidos (antecedente / resposta / consequente).

O AT deve ter claro que um processo terapêutico “(...) consiste, não em levar o paciente a descobrir a solução para o seu problema, mas em mudá-lo de tal modo que seja capaz de descobri-la” (SKINNER, 1984, p. 361). Logo, “(...) seu papel é otimizar as relações entre o cliente e seu ambiente, para que ele consiga ter uma vida com qualidade, na qual ele tenha acesso a reforçadores e consiga diminuir ao máximo as relações por controle aversivo” (OLIVEIRA; BORGES, 2007, p. 78).

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CASO CAROL

Carol é uma jovem de 19 anos que apresenta baixo repertório de Habilidades Sociais, ficando nervosa em situações que exigem novas habilidades, tais como ir ao ginecologista, frequentar festas de família e outros ambientes sociais, além de ter dificuldade para fazer amizades e confiar nas pessoas, evitando ocasiões de exposição pública. Nessas ocasiões, apresenta comportamentos recorrentes de lavagem das mãos, com um quadro de Transtorno Obsessivo-Compulsivo, provocando feridas na pele.

Com o início da intervenção de uma estudante de Psicologia como AT no caso, Carol foi exposta a ocasiões de exposição social, gradativamente, indo a locais públicos para estabelecimento de interações sociais. Foram feitos exercícios de enfrentamento sob orientação da psicóloga, com modelagem desse repertório. Atualmente, Carol apresenta engajamento em tratamentos médicos nos quais está envolvida (psiquiatra, ginecologista), participa de redes sociais, com enfrentamento das fobias, apresenta interações mais eficazes na família, bem como repertórios de comportamentos relacionados ao autocuidado.

REFERÊNCIAS



BALVEDI, Cláudia. Acompanhamento Terapêutico – A terapia no ambiente do paciente. In: BRANDÃO, M. Z. et al. (Org.) *Sobre Comportamento e Cognição: A história e os avanços, a seleção por consequências em ação*. Santo André - SP: ESETec Editores Associados, 2003.

GUERRELHAS, Fabiana. Quem é o acompanhante terapêutico: história e caracterização. In: ZAMIGNANI, D. R.; KOVAC, R.; VERMES, J. S. (Org.) *A Clínica de Portas Abertas: experiências e fundamentação do acompanhamento terapêutico e da prática clínica em ambiente extra consultório*. São Paulo: ESETec Editores Associados, 2007.

OLIVEIRA, Denise de L.; BORGES, Nicodemos B. O ambiente natural como fonte de dados para a avaliação inicial e a avaliação de resultados: suplantando o relato verbal. In: ZAMIGNANI, D. R.; KOVAC, R.; VERMES, J. S. (Org.) *A Clínica de Portas Abertas: experiências e fundamentação do acompanhamento terapêutico e da prática clínica em ambiente extra consultório*. São Paulo: ESETec Editores Associados, 2007.

SKINNER, Burrhus. F. Contingências de reforço. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

VIANNA, Andreia. M.; SAMPAIO, Thiago P. de A. Acompanhamento Terapêutico – Da teoria à prática. In: BRANDÃO, M. Z. et al. (Org.) *Sobre Comportamento e Cognição: A história e os avanços, a seleção por consequências em ação*. Santo André - SP: ESETec Editores Associados, 2003.



A TERCEIRA FORÇA DA PSICOLOGIA: O RESGATE DA VISÃO HUMANISTA

Aline Daneluz Carletto, Tatiani Balzanello - Centro Universitario Filadelfia – UniFil

Orientadora – Francisca Carneiro de Sousa Klockner – Centro Universitario Filadelfia – UniFil.

RESUMO:

O presente trabalho é requisito da disciplina Estágio em Pesquisa, do 2º. Ano do curso de psicologia da UNIFIL. O objetivo foi pesquisar a evolução da psicologia humanista, as principais teorias e a aplicabilidade da Abordagem Centrada na Pessoa. A relevância do trabalho justifica-se por fornecer conhecimentos sobre a abordagem que atualmente é considerada a “terceira força” da psicologia e que é oferecida no curso de psicologia da Unifil como suporte teórico e metodológico para o exercício da profissão de psicólogo. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de artigos científicos em bases do Google Acadêmico, Scielo e principais sites da área - <http://www.rogeriana.com> e <http://www.encontroacp.psc.br>, além de livros buscados na biblioteca da UNIFIL, que abordam o tema a partir de 1950, quando surgiu a psicologia humanista.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Humanista, Terceira Força, Abordagem Centrada na Pessoa.

Segundo Boainain (1998), em meados da década de 50, Maslow e Antony Sutich organizaram a rede Eupsiquiana, em que psicólogos insatisfeitos com as duas correntes teóricas predominantes na época, a Psicanálise e o Behaviorismo, passaram a intercambiar artigos focados na saúde psíquica. Esse intercâmbio de artigos resultou na primeira publicação da Revista de Psicologia Humanista, em 1961.

Nesse momento histórico, a população sofria com os desastrosos resultados da Segunda Guerra Mundial, e ansiava por mudanças nos valores políticos, sociais e religiosos, resultando em revoltas nos diversos segmentos da sociedade. Tais revoltas culminaram no movimento da contracultura, que proporcionou “solo fértil” para o sucesso da Psicologia Humanista, tendo em vista que esta apresentava propostas voltadas para o crescimento, a liberdade e a valorização do ser humano. A aceitação da Psicologia Humanista por parte da sociedade levou à inauguração da Associação Americana de Psicologia Humanista, em 1964, em Old Saybrook, Estados Unidos.



Justo (2001) expõe que a psicologia humanista atenta-se ao potencial humano de amar, criar, gratificar-se, vir a ser, ser espontâneo, egotransceder, ter humor, afeto, calor, objetividade, autonomia, responsabilidade. É uma psicologia fenomenológico-subjetiva e com visão holística (o homem é mais do que a soma de funções parciais). A visão positiva do homem dirigido para adiante, racional e realista, tendendo à auto-realização, em condições favoráveis, leva ao amadurecimento da personalidade, tornando a pessoa saudável e livre, tendo orientação primária ou inata no sentido da criatividade e de valores, o que não exclui a contribuição secundária (adquirida). O foco é no “aqui e agora”. O indivíduo vive o presente na esperança de realização no futuro. O homem é concebido pela Psicologia Humanista como um ser predominantemente consciente, livre e responsável por seus atos.

Kahhaller (2002) defende que a psicologia humanista divide-se em duas escolas. A americana é originada no humanismo individual, como a psicologia humanista-existencial, representada por Carl Rogers, e a psicoterapia fenomenológico-existencial, representada por Rollo May. Na européia, encontra-se a psicologia fenomenológico-existencial e a análise existencial de Medad Boss, além das psicoterapias antropológicas e da psicoterapia antropológico-fenomenológica.

Senno (2011) apresenta as principais vertentes da psicologia humanista, a saber: gestalt terapia, logoterapia, psicodrama e Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Por questões metodológicas, neste trabalho nos detivemos na ACP, de autoria de Carl Rogers.

Boainain (1998) expõe que em meados de 1930, fatos ocorridos em Rochester, Nova York, levaram Rogers a desenvolver a ACP. Um deles foi um seminário com Otto Rank sobre a terapia relacional. O outro foi o *insight* sobre o poder do ouvir compreensivo e empático como liberador do potencial autodirecionador do cliente, que ocorreu em uma entrevista com a mãe de uma criança que atendia, levando Rogers a mudar a orientação de diagnósticos, como mostra o livro *O Tratamento Clínico da Criança Problema* (1939).

Posteriormente, Rogers foi professor residente na Universidade de Ohio, em 1940, e continuou elaborando a ACP. Em 11 de dezembro, apresentou, na Universidade de Minnesota, palestra sobre a ACP, marcando seu nascimento.



Freire (2010) cita que na terapia centrada na pessoa o cliente vence o medo da experiência orgâsmica e passa a escutar seus sentimentos e intuição. Isso é facilitado pelo terapeuta através da não-diretividade, que é a confiança na tendência atualizante do cliente. Isso é consequência de aceitação incondicional, empatia e congruência. Aceitação incondicional é acolher tudo que o cliente vivencia e expressa no aqui-e-agora. Assim, o cliente desenvolve maior autonomia e consciência do seu poder pessoal. Ter empatia é escutar, vibrar e ressonar com a experiência orgâsmica do cliente no aqui-e-agora, o que é expresso e comunicado por meio de “respostas-reflexo” ao cliente do significado que se percebe que o cliente tenta comunicar. Congruência é um estado de acordo (consistência) entre auto-conceito de um indivíduo e suas experiências orgâsmicas. O terapeuta está congruente na relação com o cliente quando está sendo livre e profundamente ele mesmo, real e genuíno, sem fachadas ou defesas. Quando o cliente vivencia tais experiências em psicoterapia, ele se torna livre e mais autêntico.

REFERÊNCIAS

BOAINAIN, E. *Tornar-se transpessoal: transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers*. São Paulo: Summus, 1998.

FREIRE, E. Psicoterapia centrada na pessoa: uma jornada em busca de auto-realização e plenitude, in: KLÖCKNER, F. (org) *Abordagem centrada na pessoa: a psicologia humanista em diferentes contextos*. 2. ed., Londrina: UniFil, 2010.

JUSTO, H. *Cresça e Faça Crescer: Lições de Carl Rogers*. 7. ed., Canoas: La Salle, 2001.

KAHHALLE, E.M.P. (Org.). *A diversidade da Psicologia: Uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

SENNO, G. V. *A Psicologia Humanista e a Abordagem Centrada na Pessoa*. Disponível em: <<http://www.encontroacp.psc.br>>, Acesso em 22 de abril de 2011.



FOBIA SOCIAL: UMA INVESTIGAÇÃO COM ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Talita Miranda Souza, Thais Pereira da Silveira, Thayse Pereira Guimarães – Centro
Universitário Filadélfia – UniFil

Orientadora – Francisca Carneiro de Sousa Klöckner – Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

RESUMO:

O presente trabalho foi desenvolvido na disciplina de Estágio em Pesquisa do 2º ano noturno do curso de Psicologia da Unifil. Teve como objetivo conhecer a opinião dos estudantes do período noturno do Centro Universitário Filadélfia (UniFil) sobre a fobia social. Para tanto foi elaborado um instrumento composto por três questões e aplicado a uma amostra de 100 estudantes de ambos os sexos de diversos cursos. De acordo com os dados obtidos a maioria dos estudantes apontam ter conhecimento sobre a fobia social, pois souberam identificar dentro do questionário proposto que a personagem tinha fobia social, sendo que as respostas mais marcadas foram 'fobia social' 'transtorno de ansiedade' e 'doença psíquica'. O trabalho foi desenvolvido tendo como base a premissa de que na nossa cultura costuma-se considerar estudantes universitários, independentemente do curso, como pessoas intelectualmente mais preparadas para qualquer situação, sendo natural ser depositado no estudante confiança sobre o julgamento dos mais diversos fatos, inclusive o direcionamento certo a ser tomado com um fóbico social.

PALAVRAS-CHAVE: Fobia social, Estudantes universitários, Transtorno de ansiedade

A fobia é distúrbio comum e normalmente detectado. De acordo com Cordioli (1998) fobia é todo medo persistente, desproporcional e irracional em relação a objetos, situações ou atividades que, na realidade, não oferecem perigo a pessoa que sente este medo. A fobia social, como postula Caballo (2007), é um medo persistente de uma ou mais situações nas quais o indivíduo é exposto a possível fiscalização pelos outros e, assim, teme que possa fazer algo ou comporta-se de forma embaraçosa ou até mesmo humilhante, Markway (1999) acrescenta que a fobia social é caracterizada por um medo persistente de críticas ou de rejeição pelos outros.

Sujeitos com fobia social geralmente possuem medo de falar, comer, escrever e usar banheiros públicos, sendo o mais comum dentre estes, segundo Caballo (2007), o medo de falar em público.



Markway (1999) diz que há dois tipos de sintomas da fobia social, os sintomas corporais e os sintomas cognitivos. Entre os sintomas corporais estão: aceleração dos batimentos cardíacos, palpitações, tremores, respiração curta, suor, rubor, desconforto abdominal e tonturas. Já entre os sintomas cognitivos podem-se notar pensamentos como: pareço fora do lugar, pareço estúpido, não me encaixo, estou estragando tudo.

A referida autora ainda fala sobre dois tipos de fobia social: fobia social específica e generalizada. Indivíduos com fobia social específica têm medo, desconforto e fuga focalizada, ou seja, normalmente possuem medo, por exemplo, apenas de falar em público ou fazer exames ou comer em público, porém, quando o indivíduo tem medos mais amplos, ou seja, possui medo de várias coisas diz-se que ele tem fobia social generalizada.

A pesquisa teve por objetivo investigar se os estudantes do ensino superior tinham conhecimento sobre a fobia social. Para isso foi desenvolvido pelas próprias pesquisadoras um instrumento constituído por três questões, instrumento este que foi submetido à análise de três juízes, que são pesquisadores da área. O instrumento foi aplicado a uma amostra de 100 estudantes de ambos os sexos e de dezoito cursos diferentes do Centro Universitário Filadélfia – Unifil. Os entrevistados foram abordados na entrada da faculdade.

A questão norteadora do instrumento é constituída por uma história que se refere às dificuldades da personagem fictícia Joana. A questão era a seguinte *“Joana é uma estudante universitária e possui poucos amigos, pois fica muito ansiosa ao conhecer pessoas novas e teme que elas percebam sua ansiedade e a julguem “maluca”. Nessas situações Joana fica ruborizada, tem tremor nas mãos e transpira bastante. Joana evita excessivamente comer, falar e também escrever na frente de outras pessoas, pois tem medo de ser observada. Quando não é possível evitar tais situações e precisa, por exemplo, apresentar um trabalho em sala de aula, sente palpitações, náuseas, tensão muscular, tremor nas mãos e fica com diarreia. Joana sabe que seu medo e ansiedade são excessivos e irracionais e que atrapalham a sua vida cotidiana, porém, diz que não consegue controlá-los. Em sua opinião, o que Joana tem?”*. Logo depois eram dadas seis alternativas de respostas, sendo elas ‘influências espirituais que vão além do entendimento humano’, ‘uma doença psíquica’, ‘imaturidade’, ‘um transtorno de ansiedade’, ‘necessidade de chamar atenção’ e ‘fobia social’, sendo que as



respostas ‘uma doença psíquica’, ‘um transtorno de ansiedade’ e ‘fobia social’ foram consideradas corretas.

De acordo com os resultados aproximadamente 95,15% das repostas foram corretas, indicando que a maioria dos estudantes abordados possuía conhecimento da fobia social.

O instrumento também analisou se na opinião dos entrevistados a personagem Joana precisava de alguma espécie de ajuda. Na apuração dos dados foi observado que 93% dos estudantes acreditavam que a personagem precisava de ajuda e 7% que não precisava, sendo que desses 7% todos eram do sexo masculino. Dentre os 93% que alegaram que a personagem precisava de ajuda, aproximadamente 81,74% disseram que ela precisava de ajuda de um psicólogo e/ou psiquiatra.

REFERÊNCIAS

CABALLO, Vicente E. Coor. *Manual para o Tratamento Cognitivo-Comportamental dos Transtornos Psicológicos*. São Paulo: Santos, 2003 – 2007.

CORDIOLI, Aristides Volpato. *Psicoterapias, abordagens atuais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MARKWAY, Barbara G. *Morrendo de Vergonha: um guia grátis para tímidos e ansiosos*. São Paulo: Summuus, 1999.



SAUDEWEB: SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA

André Luciano Nadal – Centro Universitário Filadélfia – UniFil /

Desenvolvimento - Autarquia Municipal de Saúde

Orientador – Prof. Ms.Glauco Carlos Silva – Universidade Estadual do Norte do Paraná–

UENP Campus Luiz Meneguel /

Gerente de Informática - Autarquia Municipal de Saúde

RESUMO:

O presente artigo apresenta a experiência da Gerência de Informática da Autarquia Municipal de Saúde no desenvolvimento do projeto Saudeweb para a saúde pública da cidade de Londrina. O projeto foi realizado mediante plataforma web com utilização de tecnologia livre tendo seu release de produção em 14 de maio de 2007. O desenvolvimento próprio foi realizado na linguagem PHP com o SGBD PostgreSQL v 8.2.3 em servidor Red Hat Linux v 3.2.3. Atualmente o sistema possui cerca de 1.238.700 pacientes cadastrados, 2.090 funcionários, 2.054 usuários, gerenciando um volume de mais de 3.900.000 requisições de exames e 1.996.700 agendamentos de consultas especializadas. Em setembro de 2011 ainda antes da ampliação da região metropolitana de Londrina (Criada pela Lei Complementar nº 81/98, Art.1º) o sistema já estava implantado em trinta cidades além do município de Londrina.

PALAVRAS-CHAVE: autarquia de saúde, consultas médicas, CISMENPAR, desenvolvimento web, exames, fila de espera, gestão pública, Londrina, PHP, Red Hat Linux, PostgreSQL, classe parser, saúde, software público.

O Saudeweb (Sistema Informatizado de Gestão em Saúde Pública) tem como objetivo a modernização dos instrumentos de gerenciamento voltados à administração do setor de saúde municipal. A utilização de tecnologias de ampla difusão, conjugando informática e telecomunicações, permite a adoção de uma rede integrada, para a realização de um conjunto de operações, e para a captura de informações vinculando os procedimentos realizados ao cidadão proporcionando ganhos de eficiência em todas as etapas do processo voltado à saúde. O paciente identificado pode obter facilidades no agendamento prévio de consultas, exames laboratoriais e outros procedimentos. Adicionalmente, para a saúde pública, a disponibilidade de informações individualizadas é vital para a identificação de ocorrências epidemiológicas e construção da base de dados. A partir da identificação do cidadão, é possível o acompanhamento de sua evolução dentro do sistema, com efeitos na



atenção individual, no planejamento das ações de saúde, oferecendo assim novos recursos para a auditoria, e o combate às fraudes.

Para suprir as necessidades, a Autarquia Municipal de Saúde de Londrina por meio de sua Gerência de Informática desenvolveu o Saudeweb, que consiste no sistema corporativo de saúde pública do município de Londrina, utilizado por todas as unidades de saúde e alguns serviços especiais de saúde do município, pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio-Paranapanema (CISMEPAR) e seus municípios, além de outros municípios-sede de regionais de saúde e laboratórios particulares contratualizados.

O desenvolvimento próprio e o fato de ser um sistema desenvolvido sobre arquitetura de software livre gerou economia financeira ao município, melhores condições para manutenção e novas implementações sob demanda, de forma a possibilitar um atendimento personalizado aos usuários e gerências de departamentos locais.

Atualmente o sistema Saudeweb disponibiliza as funcionalidades imediatamente abaixo descritas:

Funcionalidades Diretas: Cadastro Único de Pacientes e Domicílios obedecendo às determinações do ministério da saúde quanto à conformidade com o cadastro nacional de usuários e domicílios do Sistema Único de Saúde e o Sistema de Informação de Atenção Básica. Controle de Medicamentos, permitindo o controle sobre o aspecto de múltiplas farmácias facilitando a comunicação entre as unidades da rede pública. Controle de Agendamento e Fila de Espera de Especialidades Médicas / Regulação, permitindo o gerenciamento do processo de oferta e agendamento de consultas médicas e fila de espera. Controle de Vacinas, permitindo o controle e gerenciamento da cobertura vacinal no município. Controle de Exames, permitindo o controle do fluxo de exames, solicitação resultados e consolidação de laudos, automatizando o processo de lançamento de resultados de exames (interfaceamento). Diretrizes de segurança possibilitam completo controle de acesso às funcionalidades do sistema como visualização, listagem, inserção, busca, alteração, remoção e impressão.

Projetos que utilizam a estrutura proporcionada pelo Saúde Web: Unimos, unidade móvel de saúde que atende em várias localidades e através um notebook, com acesso wireless ao sistema Saúde Web via rede 3G. VPN: virtual private network (rede virtual privada) servidor dedicado que possibilita o acesso seguro via internet a unidades, laboratórios e



municípios atuando fora da intranet. CEO e Policlínica, respectivamente atendimento de especialidades odontológicas, e clínica de atendimento de especialidades, ambos integrados ao Saúde Web.

Mais recentemente foram tratados novos processos como autorização de pagamentos de procedimentos, distribuição e dispensação de medicamentos quanto a integrações e melhorias, gerenciamento de demandas de serviços de saúde (agendamentos), atendimento em internação domiciliar, visitas domiciliares pelas equipes de saúde da família, regulação de acessos a serviços ambulatoriais, serviços de urgência e serviços hospitalares eletivos.

Tendo em mente o panorama acima descrito, fica evidenciado que o Sistema Informatizado de Gestão em Saúde Pública - Saudeweb, mediante seu processo de implementação e plataformas utilizadas, atesta quanto à consistência das tecnologias adotadas, constituindo um robusto sistema corporativo para a saúde pública municipal. O volume de utilização interno, ou seja, o acesso ao sistema compreende todas as unidades básicas de saúde (UBS), alguns serviços especiais de saúde do município, estendendo-se externamente ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio-Paranapanema (CISMEPAR) e seus municípios, além de outros municípios-sede de regionais de saúde e laboratórios particulares contratualizados. Para citar alguns municípios atendidos, teríamos os seguintes: Alvorada do Sul, Apucarana, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Cianorte, Cornélio, Procópio, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguapitã, Jataizinho, Lupionópolis, Maringá, Miraselva, Paranaíba, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertãozinho, Tamarana, Telêmaco Borba e Umuarama.

REFERÊNCIAS

POSTGRESQL.BR. *Portal Brasileiro de Apoio ao SGBD PostgreSQL*. Mantido pela Comunidade Brasileira de PostgreSQL. Disponível em: <<http://www.postgresql.org.br/>>. Acessado em 7 de setembro de 2011.

SILVA, Glauco Carlos. *Mineração de regras de associação aplicada a dados da Secretaria Municipal de Saúde de Londrina - PR*. 2004. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Instituto de Informática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.



PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB. Criação, abril de 2007, sendo regido pela Instrução Normativa N.01 de 17 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br/>>. Acessado em 7 de setembro de 2011.

WAZLAWICK, R. S. Escrita de artigo científico. In: *PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.



FERRAMENTA EDUCACIONAL UNIDOCs: APRENDIZAGEM INOVADORA ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

André Luciano Nadal – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador – Prof. Lúcio Kamiji – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este artigo intitulado “Ferramenta Educacional Unidocs: Aprendizagem Inovadora Através da Tecnologia da Informação” refere-se a um projeto apresentado como requisito à obtenção do bacharelado em sistemas de informação nesta universidade. Neste trabalho propôs-se possibilitar uma aprendizagem significativa, por meio da tecnologia web, apresentando o projeto de um site para aprendizado e trabalho cooperativo, mantido pela comunidade acadêmica, tendo como nome proposto para o projeto a palavra Unidocs, um anagrama para a expressão “Documentos da Unifil” e “unificação de documentos”. A implementação deste projeto foi feita de forma direcionada para a abordagem e exemplificação de alguns dos principais tópicos de desenvolvimento para a internet, como a utilização da linguagem Java mediante framework JSF, persistência em banco de dados quanto a questões de modelagem, controle de acesso por padrões de grupos de usuários (padrões de projeto), cadastros e relatórios (implementações CRUD), bem como otimização de técnicas de programação e aplicação de diretrizes de boas práticas quanto à interação humano-computador (IHC).

PALAVRAS-CHAVE: Informática na educação, Framework JSF, Java, EJB, Desenvolvimento Web, Sistema Gerenciador de Conteúdo (SGC), CMS, Engenharia de Software.

“Os quatro pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser” (Relatório UNESCO 2010, Cap.4, p.89-102).

A informática tem apresentado cada vez mais relevância nos dias de hoje, seja na esfera profissional como também na vida particular dos cidadãos. Atualmente vista como ferramenta de aprendizagem de ampla ação social, chama nossa atenção principalmente sua capacidade para difundir-se de forma rápida entre as pessoas com impacto nas empresas, no meio acadêmico nas residências e nas famílias. Tal ferramenta auxilia hoje estudantes, empresários, pais e filhos mostrando-lhes um novo jeito de aprender, trabalhar, relacionar-se e ver o mundo, novos horizontes para o convívio e um novo papel, o de usuário das tecnologias.

Desta forma objetivou-se constituir uma aprendizagem inovadora e motivacional para despertar o interesse no assunto, estimulando no estudante os processos cognitivos para



uma melhor compreensão, possibilitando maior aproveitamento dos temas expostos e capacitando-o a interagir com o mercado de trabalho globalizado, bem como a utilizar o conhecimento adquirido para a busca de seus interesses profissionais. Outra finalidade adjacente foi a de melhorar e incentivar a publicação de artigos e trabalhos acadêmicos.

O software em questão, o site Unidocs, pode ser utilizado por todos os acadêmicos interessados em desenvolver suas habilidades de programação para a internet (world wide web), mas orienta-se de forma mais direcionada aos cursos de informática (sistemas de informação e ciências da computação) nos períodos do 3º ao 4º anos, mediante construção e publicação online de um modelo, em servidor para internet gratuito ou da própria instituição de ensino.

Sob uma visão mais específica, este projeto possibilita abordar desde o processo de hospedagem e transferência de arquivos, orientações sobre o processo de desenvolvimento, linguagem de programação, projeto do banco de dados e carga de dados, cadastros, administração, publicação de materiais, publicação de notícias e recados em mural adequado, controle de busca por palavras-chave (tags), gerenciamento de usuários e mesmo a proposição de novos módulos, após a conclusão do primeiro release.

A experiência com a construção das ferramentas para o ambiente web, aliadas à própria utilização pelo aluno, fornecem a prática necessária tanto quanto à implementação mas também possibilitando a visão do gerenciamento do site, permitindo a expansão do trabalho mediante implementação de outras ideias particulares, pessoais, conforme cada desenvolvedor/participante.

Buscou-se desta forma criar um ambiente “empresarial-educacional” à partir da implantação do gerenciador de arquivos Unidocs, incentivando o desenvolvimento das competências e habilidades inerentes à área e o consequente aprimoramento dos processos de trabalho pessoal dentro da nova cultura de interação proporcionada pela tecnologia.

O estabelecimento desta *cultura dinâmica e direcionada* ao melhor cumprimento de tarefas de forma colaborativa, é apresentado aqui como justificativa bastante para a execução do proposto, como se diz na linguagem de gerenciamento de projetos é o BHAG (Big Hairy Audacious Goal), "um grande cabeludo e audacioso acerto", que significa algo que motive o desenvolvimento de um projeto, uma ideia original, inovadora, não raro, principal motivadora dos participantes tanto estrategicamente quanto emocionalmente.



REFERÊNCIAS

DELCIN, R. C. A. A Metamorfose da Sala de Aula para o Ciberespaço. In: ASSMANN, H. (Org.). *Redes Digitais e Metamorfose do Aprender*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

FISCHMANN, Roseli. *Linguagem Oral: da linguagem oral à linguagem da hipermídia, reflexões sobre cultura e formação do educador*. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/farmacia/artigos/6683/linguagem-oral-da-linguagem-oral-a-linguagem-da-hipermidia>>. Acesso em 9 março de 2011.

PEREIRA, João Paulo Lopes, MIRANDA, Constanzza Carvalho. *A tecnologia de informação como ferramenta para obtenção de vantagem competitiva*. Disponível em: <<http://www.unifenas.br/extensao/administracao/icongresso/23.htm>>. Acesso em: 8 de março de 2011.

SILVA, Francisco Nilde. *Informática na educação: a utilização da informática como recurso pedagógico*. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/informatica-educacao-recurso-pedagogico/informatica-educacao-recurso-pedagogico2.shtml>>. Acesso em 8 de março de 2011.

VALENTE, José Armando. *Computadores e Conhecimento: repensando a educação. Por que o computador na educação*. Campinas-SP: Gráfica central da Unicamp, 1993.

VALENTE, J. A. & Almeida, F.J. Visão Analítica da Informática na Educação: a questão da formação do professor. *Revista Brasileira de Informática na Educação, Sociedade Brasileira de Informática na Educação*, n. 1, p. 45-60. 1997.

WAZLAWICK, R. S. Escrita de artigo científico. In: VALENTE, J. A. & Almeida, F.J. *Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.



PEER-TO-PEER: ESCALABILIDADE DE REDES EM JOGOS MASSIVOS

Filipe Montanari Soccol - Sistemas de Informação - Centro Universitário Filadélfia – UniFil

Orientador: Professor Lupércio Fuganti Luppi – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO:

Este trabalho aborda um modelo híbrido para tornar redes *peer-to-peer* escaláveis e seguras para jogos massivos multi-jogador, sem escapar totalmente do modo cliente/servidor que normalmente é utilizado para partidas em tempo real. O número crescente de jogadores demanda novas tecnologias e técnicas para dissipar possíveis gargalos ou lentidão nas conexões. Logo surgem discussões a respeito da implementação de redes *peer-to-peer* para suprir a escalabilidade destas redes, porém a segurança desta é questionável. A busca por um modelo ideal de *networking* é importante tanto para grandes corporações quanto para pequenos estúdios de jogos eletrônicos, que desejam abraçar números crescentes de usuários sem a necessidade de atualizações significativas de *hardware*.

PALAVRAS-CHAVE: peer-to-peer; escalabilidade; mmo; jogos; redes de computadores.

A importância da escalabilidade de uma rede agrava-se no momento em que se estuda o crescimento da demanda. Neste ponto aparecem alguns desafios que devem ser vencidos pelas tecnologias. Elementos como a largura da banda, sua consistência e latência (SMED, 2002), são indispensáveis qualquer modelo de *networking*. Isto sem mencionar problemas com a segurança dos dados pessoais e *cheating*. Modelos de computação distribuída têm por principal característica sua escalabilidade. Pesquisas do departamento de defesa dos Estados Unidos demonstraram com um simulador chamado *Distributed Interactive Simulator* (MCFARLARE, 2005), a possibilidade de escalar em até cem vezes a quantidade de usuários de uma partida em tempo real. Serão estudadas técnicas com melhor abordagem em todos os temas citados bem como o desenvolvimento de uma proposta de modelo de *networking* de alta performance e escalabilidade. Este modelo deverá obedecer uma proposta de baixo custo para pequenas empresas que não dispõem da infraestrutura necessária para conexões em larga escala.

Mesmo antes da internet tomar as proporções atuais, muitos modelos de conexão entre amplas redes de computadores já eram estudadas inclusive no que tange jogos eletrônicos. Este trabalho é apoiado em três pontos principais da conexão escalável para jogos. Inicialmente é necessário uma rede cliente/servidor onde serão persistidos os dados relevantes do mundo virtual. Em seguida é feita uma abordagem relacionada ao modelo de



conexão peer-to-peer com características híbridas. E por fim demonstra-se técnicas de segurança e anti-trapaça. Subsequentemente é levantada a hipótese deste modelo alcançar o escalonamento desejado permanecendo tolerante a falhas.

Para a camada principal é utilizada a técnica empregada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos no sistema SIMNET (CALVIM, 1993). Onde é possível a utilização de um ou mais servidores, dependendo das necessidades do jogo. O servidor funcionará como uma rede de transmissão de dados (*Broadcast Network*), recebendo as atualizações de cada um dos jogadores, validando-as e transmitindo-as para o restante. Bem como verificando a qualidade de serviço entre os clientes para possíveis reposicionamentos hierárquicos.

Para a camada secundária mantém-se a conexão de todos clientes com o servidor, porém quem serializa as posições e ações para a última camada de clientes são os super-nodos, que também tem a função de manter a camada de segurança funcionando. Super-nodos são eleitos por partilharem de uma conexão privilegiada com relação aos demais e podem ser desprovidos de seus postos a qualquer sinal de problemas na conexão. Deixando seu posto para outro cliente em potencial. As tabelas e conexões são dinâmicas. Tendem a modificar-se traçando novas rotas até o servidor utilizando de nodos mais próximos, com maior estabilidade. A cada cliente novo conectado, as tabelas são atualizadas, porém as reconexões dos clientes somente ocorrerão em caso de seus super-nodos respectivos estarem instáveis.

A questão relativa a hardware está superada devido a facilidade de encontrar no mercado uma placa de rede e um modem banda larga que suporte uma conexão de 1 mbps. Portanto, de equipamento necessário suponhamos que todos os clientes dispõem desta largura de banda e permanecendo 300kbps de *upload*. A latência da conexão de cada um dos clientes neste ponto torna-se irrelevante devido a diferença entre prestadores de serviço e pacotes oferecidos. É importante levar em consideração o comportamento do ambiente e sua segurança no impacto da latência. No caso do cliente já iniciar os testes com latência prejudicial não significa que a mesma foi causada pelo modelo de conexão ou protocolo utilizado, isto só será evidenciado no caso da queda de resposta ou perda de pacotes ocorrer conforme aumentam a quantidade de clientes conectados.

Por se tratar de um projeto escalável, isto não quer dizer que suporte qualquer quantidade de clientes e não sofra com problemas de lotação. Porém as limitações aparecem



em nível de hardware, as configurações do servidor deverão levar em consideração os aspectos de processamento e distribuição da informação. O servidor necessita suportar o processamento de toda a carga de informações que trafega pela rede, e deve ter capacidade de transmitir as mudanças com um desempenho aceitável.

Métodos de segurança utilizados para conectar cada um dos clientes com o servidor principal através de TCP são opcionais. Há diferentes modelos de criptografia para acesso aos dados contidos no servidor, cada um com suas características e prós. Apenas deve-se ter em mente o papel do servidor neste modelo federativo.

Este super-nodo, como todos os clientes conectados possui uma lista de clientes ao qual fazem parte do seu grupo, com a diferença de que apenas ele recebe as informações do ambiente diretamente do servidor. A esfera de influência é calculada levando em consideração fatores como: área visual do jogadores, a distância dos mesmos com relação ao centro e a latência máxima permitida pelo turno. Dois super-nodos trocam informações no momento em que suas esferas colidirem. Assim, o tipo de informações trocadas serão apenas as relevantes à parcela da esfera em interseção e dados gerais do grupo. Por exemplo, o centro e raio da esfera do grupo em contato. Desta maneira ambos os grupos tem a possibilidade de calcular as informações relevantes a objetos, e jogadores que estão na área de interseção.

São possíveis diversas combinações de dados trocados nestas conversas porém é importante levar em consideração o volume destas trocas, sendo talvez necessário os grupos trocarem membros para haver uma diminuição da carga dos dois lados. Aqui é reforçada novamente a necessidade de apuração nas métricas utilizadas para um nodo permanecer em um grupo ou, devido a afinidade e aproximação do outro grupo, ser movido para o novo.

O protocolo NEO controlará tudo que tange o quesito de segurança que não necessite de validação com o servidor. Será implementado em cada novo grupo criado pelo servidor, através das esferas de influência, e será de inteira responsabilidade dos próprios clientes. Por parte do servidor apenas o controle de aquisição de itens, elementos que envolvam extrema segurança ou movimentação de nodos pelos grupos. Cada nodo dos grupos fazem sua parte no protocolo NEO enviando as informações a cada turno percorrido. Neste momento o super-nodo é apenas mais um cliente no grupo, somente no momento de penalizar um cliente ele deve influenciar nos pacotes enviados informando a tentativa de trapaça para o grupo e o servidor.



Utilizando o modelo híbrido e genérico apresentado é possível desenvolver um sistema altamente escalável de acordo com a necessidade e infra-estrutura disponível, bastando apenas alguns ajustes para atingir uma otimização. Foi demonstrado que há possibilidade de ganhos utilizando uma implementação de acordo com estudos de caso apresentados. Portanto é possível, com a tecnologia disponível hoje em dia, desenvolver um modelo *peer-to-peer* híbrido seguro e de alto desempenho, para jogos massivos.

REFERÊNCIAS

- BAUGHMAN, N. B.; LIBERATORE, M.; LEVINE, B. N. Cheat-Proof Payout for Centralized and Peer-to-Peer Gaming. In: *IEEE/ACM*, v. 15, Massachusetts, 1 Feb. 2007.
- CALVIN, J.; DICKENS, A.; GAINES, B. *The SIMNET Virtual World Architecture*. Virtual Reality Annual International Symposium, Seattle, 1993, p. 450-455.
- FUNKHOUSER, T.; Ring: a client-server system for multi-user virtual environments. Proceedings of the 1995 *symposium* on Interactive 3D graphics, New York, 1995.
- KNUTSSON, B.; Lu, H.; Xu, W.; HOPKINS, B. Peer-to-Peer Support for Massively Multiplayer Games. *IEEE Infocom*, 2004.
- MCFARLARE, R. Network Software Architectures for Real-Time Massively-Multiplayer Online Games. 2 Feb. 2005, 128 p., Tese, McGill University.
- OLIVEIRA, J.C.; GEORGEANAS, N.D.; VELVET: an adaptive hybrid architecture for very large virtual environments. *ICC 2002*, Universidade de Ottawa, Ontario, Ago. 2002, p. 2491 – 2495, vol.4.
- ROONEY, S.; BAUER, D.; DEYDIER, R. A Federated Peer-to-Peer Network Game Architecture. *IEEE Communication Magazine*, Maio de 2004.
- SANTINI, R. et al. Roteamento Tolerante a Falhas Baseado em Desvios de Alta Conectividade. 2004, 19 p., Universidade Federal do Paraná.
- SMED, J.; KAUKORANTA, T.; HAKONEN H. *Aspects of Networking in Multiplayer Computer Games*. University of Turku. Finlândia. Abril de 2002.
- YUN HU, S.; CHEN, J.; CHEN, T.; *VON: A scalable peer-to-peer network for virtual environments*. *Network IEEE*, Taipei, Ago. 2006.



FOLKCOMUNICAÇÃO E HIBRIDISMO CULTURAL: UM ESTUDO DE CASO DOS RITUAIS LITÚRGICOS NEOPENTECOSTAIS DA IURD (IVAIPORÃ-PR)

Anderson Lopes da Silva – Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR

Orientadora - Prof^ª Ms. Regina Krauss – UEL /FACNOPAR

RESUMO:

Este artigo intenta abordar as características e o simbolismo religioso dos rituais litúrgicos ministrados na *Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)* em Ivaiporã (região norte central paranaense), sob a ótica de dois conceitos advindos da Comunicação Social e da Antropologia. Em outras palavras, os fundamentos da Folkcomunicação e do Hibridismo Cultural, ainda que vindos de áreas distintas, são intrinsecamente ligados por terem como essência a pesquisa social e cultural dos povos e seus costumes. Mais especificamente, o objetivo central deste trabalho é analisar como é a práxis diária de um templo da *IURD* que segue padrões litúrgicos direcionados pela sede da igreja em São Paulo. Assim, objetiva-se aqui identificar e correlacionar a multiplicidade de crenças indiretamente envolvidas nos cultos da denominação neopentecostal (como as características das religiões afro-brasileiras, preceitos judaicos e cristãos evidenciadas nos rituais). Por sua vez, a teoria da Folkcomunicação, criada pelo pesquisador brasileiro Luiz Beltrão, aborda as formas de comunicação popular, em especial as marginalizadas. Esse sincretismo religioso, de abundante hibridismo cultural, será observado tendo como pano de fundo tal teoria, principalmente, no que diz respeito à análise dos votos e testemunhos de bênçãos conquistadas através da igreja estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Folkcomunicação, Simbolismo Religioso, Hibridismo Cultural, *IURD*.

O movimento pentecostal surgiu oficialmente por volta de 1906, com o Reavivamento da Rua Azusa (Los Angeles, Califórnia, EUA). No Brasil esta nova corrente de pensamento teológica baseada na crença da atualidade dos dons espirituais e na evidência do falar em línguas estranhas (glossalia), chegou com a fundação da *Congregação Cristã no Brasil* (1910) e da *Igreja Evangélica Assembleia de Deus* (1911).



Seguindo os mesmos padrões relacionados à crença dos protestantes pentecostais no Espírito Santo, os neopentecostais, porém, se distinguem drasticamente destes pela aceitação da Teologia da Prosperidade como principal divisora de águas entre as duas formas de expressão religiosa.

Em especial, a *Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)*, representa desde 1977 a principal líder desse novo seguimento do protestantismo. Fundada pelo Bispo Edir Macedo, a IURD não possui apenas templos ou igrejas, mas sim um conglomerado midiático com TV, jornal impresso, emissoras de rádio, gravadora musical, entre outras empresas.

Muito criticada por outras instituições religiosas (por motivos que vão de uma visão teológica focada em aspectos materiais até processos judiciais motivados pelas mais variadas naturezas), a *IURD* vem ganhando terreno no cristianismo brasileiro, representando grande parcela dos 15,4% de evangélicos no país (principalmente na Região Sudeste), segundo o IBGE, no Censo Demográfico de 2000.

No contexto desse trabalho, o uso dos conceitos de Hibridismo Cultural e Folkcomunicação tornam-se indispensáveis como ferramentas balizadoras da pesquisa. Isso quer dizer que ao analisar a liturgia e os rituais neopentecostais da denominação pesquisada, o critério de observação se limita ao viés antropológico e comunicacional (excluindo-se aqui as análises psicológicas e teológicas muitíssimo aprofundadas, visto que isso não é um dos objetivos centrais do artigo).

A visita a cultos dominicais (diurnos e noturnos) justifica-se pelo grande número de membros e visitantes à igreja. Além disso, correlações entre estudos já realizados acerca da IURD e movimentos religiosos afro-brasileiros, também serão usados durante o trabalho.

Um aspecto essencial a se tomar com norte direcionador da pesquisa é a forma discursiva dos líderes religiosos ao tratar de temas como teologia da prosperidade, confissão positiva, eventos miraculosos e ofertas, dízimos e votos. Partindo daí, haverá uma análise comparativa com os ex-votos e outras manifestações religiosas marginalizadas abordadas por Luiz Beltrão.



E não menos importante, o sincretismo religioso e a ofensiva direta com as religiões afro-brasileiras serão estudados para que se compreenda, dentro dos limites propostos e já citados, de que forma essas práticas complexas e paradoxais neopentecostais ocorrem na *IURD*. É nesse contexto que se encaixa o estudo dessas práticas sob a ótica do Hibridismo Cultural, estudadas principalmente pelo britânico Peter Burke. Em suma, o trabalho (tanto o de pesquisa teórica quanto o de pesquisa prática) procura trazer à tona a discussão acerca de uma das igrejas neopentecostais mais conhecidas (e criticadas) do Brasil e suas práticas questionáveis no tocante ao trato com os fiéis e simpatizantes.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação*. A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação*. Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos expressão de idéias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

BURKE, P. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

GADINI, Sergio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz. *Noções Básicas de Folkcomunicação: Uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

HANEGRAFF, Hank. *Cristianismo em crise*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996.

LOPES, Maria Imacolata Vassalo. *Pesquisa em Comunicação*. 8. ed., São Paulo: Loyola, 2005.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: a nova sociologia do pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PARANAGUÁ, Glenio F. *Religião: uma bandeira do inferno*. Londrina - PR: Ide, 2003.



ULLMAN, Reinholdo Aloysio. *Antropologia Cultural*. 2. ed., Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983.

WRIGHT, Robin. *Transformando os deuses: igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: FAPESP / Unicamp, 2004.